



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**(*) Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões**

ANO LXVII – SUP. “B” Nº 81 – SÁBADO, 02 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 12 de junho, para correção do sumário

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^{(3),(4)}		
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^{(1),(5),(7)} 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾		

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Renan Calheiros - PMDB -----	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,30) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,45) -----	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁴⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,35) Lúcia Vânia ⁽³¹⁾ Mário Couto ⁽³²⁾ Paulo Bauer ^(8,33) -----
Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacó ⁽⁴⁸⁾ Sérgio Souza ⁽²⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner	Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,30) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁵⁾ Ana Rita ⁽²⁶⁾ Anibal Diniz ⁽²⁾	Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(8,33) Flexa Ribeiro ^(7,35)
Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾	Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾	Líder do DEM - 4 José Agripino ^{(21),(14),(48)} Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁴⁾
Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾	
	Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,45)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/SC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^{(17),(7,48)} -----	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Bonifácio de Lira Lidice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti		
Líder do PR - 6 Blairn Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento do PR ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴⁵⁾		
Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^{(17),(7,48)}		
PSOL - 1 Líder Randolph Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolph Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairn Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPPT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lidice da Mata é designado Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 6/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro do Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacó é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formulação para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/CSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC decidido de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spínola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2012.....	004	
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de abril de 2012.....	009	
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de maio de 2012.....	031	
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de maio de 2012.....	052	
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2012.....	078	
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2012.....	101	
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2012.....	116	
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2012.....	149	
1.1.2.1 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social		
Ata da 2ª Reunião, realizada em 13 de março de 2012.....	160	
Ata da 3ª Reunião, realizada em 27 de março de 2012.....	179	
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de maio de 2012.....	201	
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 14ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de abril de 2012 (Realizada em conjunto com a 16ª Reunião da CRE) (vide item 1.1.6)		
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2012.....	203	
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2012.....	229	
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2012.....		244
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2012.....		260
Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de abril de 2012		295
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2012.....		318
1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2012.....		329
1.1.7.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil		
Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 de março de 2012.....		336
Ata da 5ª Reunião, realizada em 26 de março de 2012.....		359
Ata da 6ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2012.....		389
Ata da 7ª Reunião, realizada em 17 de abril de 2012.....		405
Ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de abril de 2012.....		426
Ata da 9ª Reunião, realizada em 2 de maio de 2012.....		450
Ata da 10ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2012		473
1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2012.....		507
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2012.....		531
1.1.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT		
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2012.....		546
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2012.....		567

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Décima Sexta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 18 de Abril de 2012, às 12 Horas e 30 Minutos, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às doze horas e trinta e um minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alvaro Dias, Aécio Neves, Armando Monteiro, Antonio Russo, João Ribeiro e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Cyro Miranda, Jayme Campos, João Vicente Claudino e Kátia Abreu. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 15ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 29 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), em apoio ao ‘Projeto Pernambuco Rural Sustentável PRORURAL III’, (Pernambuco Rural Economic Inclusion Project)”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro, Lobão Filho, Humberto Costa, José Pimentel e Wellington Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião.

Os Srs Senadores e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está provada e será publicada no Diário do Senado Federal.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 29, DE 2012****– Não Terminativo –**

Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), em apoio ao “Projeto Pernambuco Rural Sustentável PRORURAL III”, (Pernambuco Rural Economic Inclusion Project).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador, o dileto Senador, Antonio Carlos Valadares.

Relatório:

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

De acordo com a Resolução de nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional.

O Sr. José Patriota, Gerente Geral do Pró-Rural de Pernambuco da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco.

Quero aqui também registra a presença do Dr. Daniel Cruz, representando o Governo do Estado de Pernambuco em Brasília; Dr. Walmar Isaksson Jucá, Superintendente Técnico da Secretaria de Agricultura

e Reforma Agrária e o Dr. Carlos Xavier, Gerente Geral de Apóio Técnico.

Quero cumprimentá-los porque não só nos honram com as suas presenças, mas num momento também importante para o Estado de Pernambuco.

Quero parabenizar, em nome do Dr. Patriota, o Governador Eduardo Campos. Governador competente, Governador que tem trabalhado muito pelo Estado de Pernambuco e pelo Brasil.

Com a palavra o dileto, competente e dinâmico Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Meu dileto Presidente, amigo Delcídio do Amaral, Senadores aqui presentes, trata-se de pleito do Estado de Pernambuco, para que seja autorizada de operação de crédito externo com garantia da União junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), em apoio ao “Projeto Pernambuco Rural Sustentável PRORURAL III.

O Programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externo na forma da recomendação nº 1.187 de 12 de abril de 2010, homologada pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão em 10 de maio de 2010.

A Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes a um mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia pela União, desde que, previamente, as assinaturas dos instrumentos contratuais seja formalizado o respectivo contrato de contra garantia verificada a adimplência do mutuário para com a União, e comprovado o cumprimento substancial da condição de eficácia do contrato de empréstimo, como atestado pelo Parecer nº 302/ Copem/STN, de 23 de março de 2012.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da Operação.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer nº 562, de 4 de abril de 2012, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e regularidade na apresentação dos documentos requeridos pela legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da presente operação de crédito e da correspondente concessão de garantia por parte da União.

Passemos à:

Análise.

A STN assim resume o objeto do financiamento visado:

“... o objetivo do Programa é promover iniciativas de negócios rurais e a ampliação do acesso à

água e outra infraestruturas rurais complementares, em apoio ao Quadro de Gestão dos Resultados do Governo do Estado de Pernambuco. Suas ações têm como foco a melhoria da qualidade de vida no meio rural pernambucano, a partir do estímulo aos empreendimentos associativos, com vistas a possibilitar a competitividade dos produtos da economia de base familiar, aumentar a produtividade, ampliar o acesso a mercados, promover a inclusão social e o uso sustentável dos recursos naturais.

O custo total do programa foi estimado em US\$ 135,25 milhões, sendo US\$100 milhões financiados pelo BIRD, enquanto o restante corresponderia à contrapartida estadual. A previsão é de que os desembolsos ocorrerão ao longo do quadriênio 2012-2017. A estimativa do serviço da dívida e do custo efetivo médio da operação situa-se em 3,69% ao ano, flutuantes conforme a variação da taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino (Libor, na sigla em inglês). Trata-se de custo considerado compatível com o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional.

A seguir, o parecer apresenta aqui as medidas consideradas importantes que fundamentaram o parecer da Secretária do Tesouro Nacional.

Por fim, Sr. Presidente, sem maiores delongas, passemos ao:

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Pernambuco encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nos 43, de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução que apresento e que foi distribuído a todos os Senadores desta comissão.

É o parecer, Sr. Presidente, favorável ao empréstimo, ao financiamento do Estado de Pernambuco perante o BIRD.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio de Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Valadares, quero agradecer também pela agilidade de V. Ex^a para preparar esse competente relatório para que a gente, rapidamente, aprovasse esse empréstimo tão importante para o Estado de Pernambuco.

A matéria está em discussão.

Senador Armando Monteiro, Senador Lobão Filho, Senador Humberto Costa, Senador Pimentel, nosso querido Senador Wellington Dias.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, companheiros aqui nesta sessão, primeiro cumprimentar aqui de forma calorosa o nosso Relator, Senador Valadares que

proferiu aqui um parecer equilibrado e como sempre judicioso na medida em que reconhece o mérito dessa iniciativa do Governo de Pernambuco, que tem, indiscutivelmente, um grande alcance do ponto de vista sócio econômico.

Tenho a satisfação aqui de cumprimentar o Secretário José Patriota, competente Secretário da equipe do Governador Eduardo Campos através de quem eu cumprimento também o Governo de Pernambuco, especialmente o nosso Governador Eduardo Campos por mais essa iniciativa, que demonstra que o Governo de Pernambuco é um governo pró-ativo, é um Governo que revela a capacidade de articulação, inclusive externa para mobilizar fontes de recursos, ampliando, portanto, a capacidade de investimento no Estado. E esse programa nos parece especialmente pertinente na medida, meu caro Presidente Delcídio de Amaral, que ele se volta para o setor rural, especialmente o setor rural no semi-árido nordestino, que precisa, efetivamente, de uma ação estruturante para recomposição da atividade produtiva nessas áreas.

Por isso, esse programa focaliza de modo especial as atividades ligadas ao associativismo, a infraestrutura nessas áreas, a oferta de água e, portanto, as condições minimamente necessárias para relançar a produção nessas áreas, em bases competitivas já que nós reconhecemos que não há como relançar essas atividades senão em bases competitivas. Do contrário o programa teria um viés partenalista e não é esse o objetivo do programa. O objetivo é fomentar, é criar através de uma ação estruturante condições para que o produtor rural possa se articular com os mercados e desenvolver uma atividade realmente sustentável.

Então, Sr. Presidente, quero cumprimentar, mais uma vez o Relator Valadares, cumprimentar o Governo de Pernambuco, através do Secretário José Patriota, aqui presente, e como pernambucano registrar a minha alegria por podermos celebrar mais essa conquista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio de Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra agora ao Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu estava ali na CCJ, não podia deixar de estar aqui presente e parabenizar o Senador Antonio Carlos Valadares pela eficiência do seu relatório e dizer que me manifesto inteiramente favorável a esse projeto que traz tantos benefícios, tantos incentivos à área rural de Pernambuco.

O Nordeste do Brasil, hoje, vive um momento muito interessante e Pernambuco é um claro exemplo disso. Nós estamos transformando a realidade de uma parte do País que era considerada pobre, numa Região que hoje cresce, que gera empregos, que gera

oportunidades de negócios e que eu possa dar como exemplo o meu próprio Estado do Maranhão, que vive um momento econômico muito interessante e grandes investimentos e de grandes transformações econômica do meu Estado.

Eu, Senador Armando Monteiro, sou empresário desde os 18 anos de idade, e tenho como tese na minha vida de que a produção, a geração de empregos às vezes é mais importante do que o aspecto social. Porque o aspecto social passa a ser consequência de uma nova realidade econômica dos nossos Estados, do nosso País.

Quando vejo um projeto como esse que leva possibilidades ao setor rural de um Estado que está em franco desenvolvimento – e eu digo isso e disse uma vez em resposta a um Senador aqui que fez uma “piadinha” sobre a classe política –, o Brasil hoje é fruto da classe política que tem hoje, e fruto positivo, respeitado no exterior, quinta nação econômica do mundo, com um povo culturalmente evoluindo. Percebe-se claramente a evolução do cidadão brasileiro, como cidadão, isso tudo é consequência da classe política que tem hoje, pode ter as suas distorções, pode ter seus erros, mas a nossa realidade do País que vivemos hoje é fruto do nosso povo e classe política que nós temos. E o Pernambuco é um claro exemplo disso. Está vivendo um belo momento com iniciativa do relator dessa importante mensagem e dos políticos que tem no seu Estado.

Parabéns a Pernambuco e espero que Deus abençoe ainda mais o povo de Pernambuco, levando mais essa oportunidade ao meio rural desse Estado tão glorioso como o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio de Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Lobão.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu serei breve.

Inicialmente queria parabenizar aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, que apesar de sergipano, tem sido um grande defensor do nosso Estado, do Estado de Pernambuco, é como se fosse o quarto Senador de Pernambuco aqui no Senado Federal. E não é a primeira vez que ele relata projetos do interesse do nosso Estado e que o faz de uma forma brilhante, tendo perfeita compreensão da relevância que esses projetos têm para nós.

O Pró-Rural é um programa já de muitos anos, se não me falha a memória desde o período do terceiro Governo de Miguel Arraes e que provocou uma mudança profunda na região, tanto do sertão quanto da Mata, do interior de um modo geral, e que vem tendo a renovação de empréstimos do Banco Mundial como uma das bases para a sua atuação, que vai desde –

como disse o Senador Armando Monteiro – o estímulo ao cooperativismo rural, mas passando pela questão da infraestrutura desde a constituição de matadores públicos, habitações e que, enfim, sem dúvida, para nós é fundamental termos disponíveis esses recursos para investimentos no interior do nosso Estado na área rural.

Então queria registrar o meu voto favorável, dizer aqui da operosidade do Governo de Pernambuco, do seu Governador que tem conseguido dar uma demonstração cabal da capacidade de articulação nacional, internacional em busca de recursos e de compromissos com a nossa sociedade e especialmente com as pessoas mais carentes do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio de Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Humberto Costa, Senador que, junto com o nosso Armando Monteiro, prestam serviço extraordinário para o Estado de Pernambuco e para o País, duas grandes lideranças de Pernambuco.

Meu caro Senador Pimentel, líder do Governo no Congresso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta reunião, nosso Senador Dalcídio de Amaral, Srs. Senadores, quero também começar registrando a qualidade e a presteza do parecer apresentado pelo nosso Líder Antonio Carlos Valadares e dizer da atenção que ele tem para o Nordeste, a partir do seu Sergipe, para com Pernambuco, e também um olhar todo diferenciado para o nosso Ceará.

Quero saudar aqui as autoridades que representam o Governo de Pernambuco e dizer que esse projeto aqui hoje apresentado, essa política de crédito vem se somar a uma ação do Governo Federal que faz parte do programa Água para Todos. Portanto, por um lado o Governo do Estado já vinha trabalhando uma agenda para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, as comunidades daquele Estado e, ao mesmo tempo, o Governo Federal no PAC-2 cria o Programa Água para Todos, que vem se somar a esse conjunto de ações com que – como muito bem diz o Senador Lobão – queremos cada vez mais melhorar a qualidade de vida da Região Nordeste e diminuindo a distância que tem nas políticas regionais.

Vamos, portanto, votar favoravelmente e, dependendo do trabalho da Mesa Diretora do Senado e com o apoio de todos nós, ver se a gente vota ainda hoje, no Plenário, essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio de Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigada, Senador Pimentel.

Agora o último orado inscrito, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Meu querido Presidente, não poderia deixar aqui de tratar de dois pontos. Primeiro, parabenizando aqui também o Governo de Pernambuco, tive o privilégio de conviver com ele também como Governador, Governador Eduardo Campos, com toda sua equipe, demonstrando muita competência, muita habilidade, uma capacidade política, também, excepcional e com certeza dessa nova geração política – como lembrou aqui, fiquei feliz com a argumentação do Senador Lobão e vou usá-la também.

Eu tenho dito que, se a gente tem transformação neste País e se a gente credita isso ao Lula, é um político; a Dilma, que é Presidente, é uma política; é o Ministério da Fazenda, Guido Mantega, é um político. São matérias aprovadas na Câmara, no Senado; são os políticos, enfim. Então, quero aqui parabenizá-lo, gostei demais do seu argumento e eu também tenho sustentado dessa forma. Mas veja, parabenizar também e lembrar que aqui há uma demonstração dessa competência. Normalmente os projetos levam três anos, desde a iniciativa, até chegar aqui. Aprovamos, há poucos dias, um da Bahia, de 2009. Era, mais ou menos, de janeiro de 2009, o que nós aprovamos. Esse aqui é de abril de 2010.

Quero parabenizar o Senador Valadares e dizer que a bancada de Pernambuco tem sido um orgulho aqui nesta Casa. Destaco, aqui, na Câmara Federal vários Parlamentares, destaco a atuação do Senador Armando Monteiro, a do Senador Humberto Costa. Sei da dedicação desses Parlamentares nessa área.

Quero parabenizar toda a equipe do Governo de Pernambuco por meio do Secretário José Patriota. Aliás, por falar em José Patriota veio-me à memória Gonzaga Patriota. Quando virei e vi o bigode disse: opa, não é! Mas é do mesmo time. Então, quero aqui parabenizar e declarar o nosso apoio favorável. É um programa excepcional. Tem vários nomes nos Estados. É o Programa de Combate à Pobreza Rural, no Ceará parece-me que é Programa São José. Em Pernambuco é o Pró-Rural. O fato é que é um programa de grande impacto na erradicação da pobreza. Por isso tem o nosso apoio e o nosso voto. Parabéns.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio de Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Acho que temos de levar em conta a relevância do tema e a presença ilustre dos Senadores aqui. Temos aqui o Líder do Governo no Congresso, o ex-Presidente da CNI, dois ex-Governadores, um ex-Ministro. Acho que, como votação simbólica, nós poderemos inver-

ter. Aqueles que aprovam se manifestem e aqueles que rejeitam fiquem como se encontram. Daríamos uma maior importância simbólica, uma maior ênfase, a essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Hoje o Senador Lobão Filho está inspirado. Está inspiradíssimo.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir...

O Senador Pimentel já concluiu, Senador Valadares. É o próximo passo. Portanto, por sugestão do, hoje, inspirado Senador Lobão Filho, aqueles que estiverem a favor do relatório do Senador Valadares se manifestem.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado.

Quero parabenizar o Senador Valadares, a bancada de Pernambuco, aqui muito bem representada, ilustremente representada, pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador Armando Monteiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estamos solicitando urgência para que esta matéria vá ao Plenário, se possível, ainda hoje.

Temos, agora às 14h30min, reunião da mesa do Senado. Queríamos que esse assunto estivesse incluído na ordem da mesa para refletir e se possível liberar.

É bom registrar que, ontem, essa mensagem chegou ao Senado Federal, foi lida e despachada para esta Comissão. Com a diligência de V. Ex^a, nosso Presidente, foi possível autuá-la, chamar a sessão para hoje e queremos, no dia seguinte, se possível, votá-la no Plenário. Pedimos urgência.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vou, agora, se um chato nesta Comissão, sempre chamando a atenção para isso. Essa demora não é do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Absolutamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Todos os projetos chegam aqui e, no máximo na semana seguinte, são votados nas comissões e no Plenário. Então, este daqui, repito, é de abril de 2010. Agora é que está chegando aqui. Chegou ontem e já vamos dar condições de votação. Também defendo aqui a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero só registrar, Senador Wellington. É como disse o Senador Lobão corroborado por V. Ex^a: aqui se trabalha e muito. Basta ver a rapidez da

tramitação desse processo, como disse muito bem o Senador José Pimentel. Ele foi lido ontem.

Está sendo aprovado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos para agora o Senador Pimentel levá-lo para a Comissão de Líderes para que a gente vote hoje no plenário. Portanto, tudo aquilo que é bom para o Brasil o Congresso sabe responder à altura e rapidamente, como disse aqui muito bem o Senador Lobão.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Pimentel.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Gostaria, também, mais uma vez, de registrar e agradecer a presença dos representantes do Governo de Pernambuco Dr. José Patriota, Dr. Daniel Cruz, Walmar Isaksson Jucá, Dr. Carlos Xavier. Gostaria de parabenizá-los pelo trabalho, especialmente o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Quero parabenizar o povo de Pernambuco, que vai receber esses recursos para ter uma vida melhor, para ter progresso e, sobretudo, cidadania.

Quero só informar a V. Ex^{as} que está marcado para amanhã, às 10h, dia 19 de abril, Dia do Índio, 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a 15ª reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Essa audiência pública, às 10 horas de amanhã, é destinada a discutir os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e propostas de projeto de lei que tramitam nesta Casa legislativa. O requerimento de realização da audiência é do Senador Randolfe Rodrigues e de outros. Os três são do Senador Randolfe Rodrigues e também do Senador Ferraço, que ontem fez questão de registrar que tem um projeto nesse sentido.

São convidados o Dr. José Roberto Rodrigues Afonso, economista; o Excelentíssimo Sr. Dr. Gilmar Ferreira Mendes, do STF; o Dr. Arno Hugo Agostinho Filho, Secretário do Tesouro Nacional; o Dr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente Interino do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz e o Dr. Nelson Jobim, excelentíssimo Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente da Comissão de Especialistas com o Objetivo de Analisar Questões Federativas – CEAQF.

Isso lido, dou por encerrada a reunião. Cumprimento o nosso querido Senador Lobão que hoje, mais do que nunca, está inspirado, está de bem com a vida. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 31 minutos, a sessão é encerrada às 12 horas e 58 minutos)

Ata da Décima Sétima Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 24 de Abril de 2012, às 10 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Wellington Dias, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, João Ribeiro e Blairo Maggi, e, ainda, do Governador do Estado do Piauí, Sr. Wilson Martins. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Francisco Dornelles, tendo falta justificada em virtude de se encontrar ausente do País, Jayme Campos e Kátia Abreu. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 16ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 30 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 350,000,000.00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), em apoio ao ‘Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí’ (Green Growth and Inclusion Development Policy Loan), na modalidade denominada Development Policy Loan-DPL”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Wellington Dias, Blairo Maggi, Ricardo Ferraço, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Ciro Nogueira, Benedito de Lira e João Vicente Claudino. O Presidente concede a palavra ao Governador do Estado do Piauí, Sr. Wilson Martins. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de

Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 530 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 135 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores Armando Monteiro, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 264 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Flavio Arns, que “dispõe sobre a Equoterapia”, tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA-CAE. **Item 5**– Aviso nº 99 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministério da Fazenda, que “comunica, em atendimento ao disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Brusque, Esta-

do de Santa Catarina”, tendo como Relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 160 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Geovani Borges, que “acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir a criação de fundo estadual para viabilizar transferências voluntárias da União aos Municípios”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 406 de 2008, não terminativo, de autoria da Senadora Ada Mello, que “altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Em 29/11/2011, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. Em 23/4/2012, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador José Pimentel. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 8**– Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que “altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Assuntos Sociais em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 388 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens”, tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório

favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 239 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 04-CDR. Em 20/10/2009, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria. Em 01/12/2009, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto, para que fosse alterado de complementar para ordinário. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e José Pimentel, Relator da Matéria. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 11**– Projeto de Lei da Câmara nº 62 de 2011, terminativo, de autoria do Deputado Fábio Souto, que “dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior”, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 1-CE, apresentando a Emenda nº 4. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável, acatando as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 01-CE. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, as Emendas nºs 1 e 2 nos termos da Emenda nº 1-CE-CAE e a Emenda nº 4, renumerada como Emenda nº 2-CAE, por dezoito votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 361 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legisla-

ção Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Relator da Matéria, e Wellington Dias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) oferecida ao Projeto por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a turno suplementar. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Wellington Dias, Armando Monteiro, Casildo Maldaner, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro. É solicitada vista pelos Senadores Ivo Cassol e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 14**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador José Pimentel. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 15**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 10 de 2012 que “dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003” (Lei Geral da Copa), com a presença, como expositor, do Presidente da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, Senhor Joseph S. Blatter. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo

Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador José Pimentel. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2012-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2012

– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 350,000,000.00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Piauí e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), em apoio ao “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí” (Green Growth and Inclusion Development Policy Loan), na modalidade denominada Development Policy Loan-DPL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado (PRS) que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional. Parece que o Governador do Estado do Piauí está a caminho, pelas informações que tenho. O Exmº Sr. Sérgio Miranda, Secretário de Planejamento. Onde está o Sérgio Miranda? Muito bem-vindo. O Exmº Sr. Silvano Alencar, Secretário de Fazenda. Peço aos secretários presentes

que se levantem. Estão avexados. Sr. Silvano Alencar, Secretário de Fazenda. Não está presente, não chegou. A Srª Odimirtes Neves, Superintendente de Despesas da Fazenda. Também não chegou.

Com a palavra o Relator, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Piauí, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí”.

O Programa apoia um conjunto de políticas públicas estruturantes que compreende a adoção de mudanças institucionais e de políticas necessárias à criação de um ambiente que promova o desenvolvimento sustentável e inclusivo, com a consolidação e ampliação de ações governamentais em áreas prioritárias como educação, desenvolvimento rural sustentável e melhoria da gestão pública. A operação de crédito irá apoiar a adoção de políticas públicas com foco em três componentes: promoção do crescimento verde e inclusivo no meio rural, ampliação do acesso e melhoria da educação básica, e o aumento da eficiência da gestão pública estadual.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, e as condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o nº TA 612804.

O financiamento será contratado sob a modalidade de Margem Fixa, com taxa de juros baseada na Libor semestral para dólar americano acrescida de um *spread*. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será da ordem de 3,22 % a.a., flutuante conforme a variação da Libor, patamar considerado aceitável para aquela Secretaria.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas constituem as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 207/2012, de 15 de março de 2012, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da STN,

o Estado do Piauí cumpriu as exigências dispostas nas Resoluções do Senado Federal nº 40, de 2001 e nº 43, de 2001, e suas alterações, tendo sido cumpridos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

De acordo com a análise da capacidade de pagamento, efetuada pela STN e consignada na Nota nº 1000, de 21 de novembro de 2011, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) da STN, o Estado do Piauí foi classificado na categoria “C”, e aqui tem uma autorização do Ministério da Fazenda para contratação, insuficiente para o recebimento da garantia da União.

Não obstante tal enquadramento, nos termos da Portaria MF nº 276, de 23/10/1997, é possível o exame da concessão de garantia da União por parte do Sr. Ministro da Fazenda, em caráter excepcional, deste que a operação de crédito atenda as seguintes condições: (a) conte com contragarantias do tomador, consideradas suficientes e idôneas; (b) sejam os recursos destinados a projeto considerado relevante para o Governo Federal e (c) contem com recursos do tomador, devidamente demonstrados, compatíveis com a situação fiscal, para o atendimento das contragarantias a seu cargo. A STN manifestou-se favoravelmente à concessão da referida excepcionalidade mediante o Parecer nº 328/2012 – Copem/STN, de 27 de março de 2012. A excepcionalidade depende, portanto, do competente despacho ministerial, que foi publicado no *Diário Oficial da União* e que está junto ao processo.

Ademais, a STN informa-nos que o Estado se encontra adimplente com as metas e os compromissos assumidos nos programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União, sendo que a operação em exame não implica qualquer violação do acordo de refinanciamento firmado com a União.

Registre-se, ainda, o crescimento das Receitas Correntes Líquidas (RCL) e a diminuição da Dívida Fundada Interna e Externa (DCL), conforme quadro.

Em 2002, a relação entre a dívida consolidada líquida e as receitas correntes líquidas do Estado do Piauí representava 173,9%. A melhoria das receitas do Estado do Piauí é crescente e, em 2011, as receitas somaram R\$5,05 bilhões, e as dívidas, R\$2,867 bilhões, representando, 56,8%, enquanto a Resolução nº 40 do Senado Federal autoriza até duas vezes. Portanto, a capacidade de pagamento do Estado tem melhorado significativamente ao longo desses últimos dez anos.

Com vistas à concessão da garantia da União, que está submetida ao que determina o art. 40 da LRF, e aos limites e condições previstos na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, em seus arts. 9º e 10, examinam-se os aspectos orçamentários, a situação

de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Assim, verifica-se que a Lei Estadual nº 6.078, de 14 de junho de 2011, alterada pela Lei Estadual nº 6.177, de 1º de março de 2012, autoriza o Poder Executivo a contratar a operação financeira em tela e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas.

Por sua vez, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do governo estadual do Piauí nos últimos anos, em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do sistema financeiro nacional. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades prévias à contratação, verificando que foram estipuladas as correções contratuais usuais das operações de crédito celebradas com o Bird e que, ademais, foi observado o que reza o art. 8º da Resolução 48/2007 do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. As pendências apontadas pela STN são solucionáveis e podem ser incluídas no texto da resolução autorizativa como condições prévias à assinatura dos contratos.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Piauí para contratar operação de crédito externo, nos termos do seguinte:

Aí vem, Sr. Presidente, o Projeto de resolução já distribuído que dou como lido.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Quero registrar, aqui, a presença do Governador Wilson Nunes Martins. Gostaria que o Governador, se pudesse, acompanhasse os debates aqui, na Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma grande honra ter o Governador do Piauí e o ex-Governador do Piauí também aqui presentes e os três Senadores, Ciro, Wellington e o nosso...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – João Vicente. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E o nosso querido Senador João Claudino.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para debater.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para debater, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, quero aqui também, pelo povo do Piauí, saudar esta Comissão, o nosso Governador Wilson Martins, V. Ex^a, agradecê-lo pela forma sempre solícita, determinada de agilizar a inclusão, a distribuição... Benedito Oliveira, já tratei do voto dele hoje conversando com ele, na caminha hoje, cedo.

Então, Presidente, como eu dizia, agradecer a V. Ex^a e a toda Comissão pela forma ágil com que designou Relator, pautou no primeiro ponto da pauta, agradecer também o Senador José Pimentel, que, também da mesma forma...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sou filho de Picos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) ...certamente, como filho de Picos, no Piauí, trabalhou esse final de semana, é bom lembrar aqui aos que nos acompanham, embora tenhamos três Senadores do Piauí, e todos defendendo aqui com muita força os interesses maiores do Piauí, mas, pelas regras da Comissão, nenhum dos três podem relatar, mas estamos aqui na defesa deste projeto.

Presidente, quero aqui ressaltar, primeiro, que o Piauí fez o dever de casa, se pudemos contratar esse financiamento, tem a ver com o esforço muito grande do povo do Piauí. Tive o privilégio de ser Governador, o hoje Governador Wilson Martins contribuindo muito como nosso Vice-Governador na época, e, aqui, apoiado por toda nossa Bancada Federal, pelo Presidente Lula e, agora, pela Presidente Dilma, com o apoio da Assembleia Legislativa, tivemos um conjunto de investimentos feitos no Piauí que permitiu, isso que lembrava aqui, no relatório, o Senador José Pimentel. Para V. Ex^a compreender, tínhamos, em 2002, uma situação em que o valor da dívida do Piauí era quase o dobro da receita corrente líquida, hoje é em torno da metade. Isso, principalmente, com o crescimento da receita, e destaco o crescimento da receita própria, a receita de ICMS e outras receitas do Estado, que era em torno de R\$580 milhões/ano, ela chegou já, agora no último período, na casa de R\$2 bilhões. Ela cresceu em torno de cinco vezes nesse período.

A dívida, como eu disse, hoje, tinha um problema. Aí, eu sou grato, também, pelo esforço do Governador, porque por conta dessas dificuldades que nós tínha-

mos, ali em 97, 98, 99, era paga apenas uma parcela da dívida e esse residual não pago vinha para o final do contrato. Então, neste ano e no ano passado estamos no final desses contratos, e isso colocava uma dificuldade: o Estado com uma ampla capacidade de endividamento, mas, por outro lado, com dificuldades de pagamento.

Então, esse contrato de empréstimo com o Banco Mundial abre a possibilidade de o Governador Wilson continuar, como diz aí, o desenvolvimento sustentável do nosso Estado. Quero, aqui, fazer esse agradecimento e dizer que esse crescimento da receita tem a ver com o crescimento econômico do Estado.

O Estado, em 2002, tinha um Produto Interno Bruto de sete bilhões e chegamos, em 2010, na casa de três vezes, em torno de 21 bilhões. O último divulgado é de 2009, com 19 bilhões, mas a projeção para 2010 já apontava mais de três vezes o que tínhamos lá atrás.

Então, eu quero, aqui, com essas palavras, agradecer e pedir o apoio de toda a Mesa. Votarei favoravelmente e estou, aqui, pedindo o apoio de todos que fazem esta Comissão.

Esse empréstimo é fundamental para consolidar o desenvolvimento de uma região com grande potencial na área do agronegócio, da produção de alimentos, na área vinculada à industrialização, na área da mineração, na área dos serviços e, certamente, de contratos como esse, e um conjunto de outras obras e ações ajudam nessa direção.

É isso, Sr. Presidente, pelo que peço, aqui, a aprovação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. Senador Blairo Maggi, o Senador mato-grossense.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Governador do Piauí, Sr. Wilson Nunes Martins – seja bem-vindo à nossa Comissão –, as Senadoras e Senadores aqui presentes, especialmente os Senadores do Piauí, que estão aqui, hoje, defendendo esse empréstimo para o Estado do Piauí.

Eu gostaria, Senador Wellington, de cumprimentar o nosso Relator da matéria, o Senador Pimentel, pois foi buscar as condições necessárias para que o Piauí pudesse acessar esse empréstimo, com uma resolução, uma autorização por parte da Fazenda, uma autorização especial, em função daquilo que V. Ex^a colocou, do resíduo que ainda havia de outros empréstimos.

Eu gostaria de dizer que eu gostaria de aprovar aqui, para o Piauí, R\$1 bilhão ou US\$1 bilhão, porque

US\$350 milhões são bastante dinheiro, mas não vão resolver o problema do Piauí.

Os nossos problemas estaduais são muito grandes. A União tem ficado com boa parte dos nossos recursos. A redistribuição, ou distribuição de renda e partição dos recursos dos impostos e as dívidas que os Estados têm para com a União têm levado grande parte da capacidade de investimento que os Estados têm.

Então, quero dizer que conheço o Piauí, conheço a economia do Piauí, sei o quanto esse Estado vem crescendo nos últimos anos – o Senador Wellington colocou bem, aqui, de sete bilhões para 21 bilhões de Produto Interno Bruto, e isso, basicamente, ou uma grande parte de contribuição disso está vindo da agricultura, do agronegócio naquele Estado, que tem um potencial muito grande.

Tenho certeza, Governador Wilson, que, a partir de 2017 até 2030, quando o Estado terá de devolver esses recursos e, com os juros baratos de 3,22, mais *libor*, isso não será nenhum esforço para o Estado do Piauí.

Por isso eu digo: o empréstimo poderia ser maior, porque o Estado vai crescer na sua economia muito mais que isso.

Eu cito, sempre, o exemplo do meu Estado, o Estado do Mato Grosso, que, como o Piauí, começou na agricultura, que está passando neste momento. Em 1979, o Estado do Mato Grosso colhia 30 mil toneladas de produtos agrícolas; hoje colhe 35 milhões de toneladas. Esse é o futuro do Piauí.

Portanto, não há qualquer receio de que isso venha a impactar ou dificultar as contas do Piauí. Pelo contrário, como disse aqui, gostaria de aprovar em homenagem aos Senadores e ao Governador, um empréstimo bem maior, porque sei que esse Estado tem capacidade de honrar com o seu compromisso, e mais, o setor produtivo daquele Estado precisa de um reforço de caixa para construir as suas estradas, a sua infraestrutura e cada vez gerar mais renda e distribuir essa renda de igual forma para todos os piauienses.

Parabéns pela condução desse empréstimo e parabéns ao nosso Relator. Gosto da política por causa disto: quando a política quer, arruma-se um jeito; quando não quer, qualquer fio de cabelo emperra tudo e não se vai para frente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço e, depois, o Senador Antonio Carlos Valadares, que também havia solicitado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, cumprimentando o Governador Wil-

son Martins, do Piauí, e cumprimentando os nossos colegas Senadores, que tão bem representam o Piauí aqui no Senado, Senador Ciro Nogueira, Senador João Vicente Claudino e Senador Wellington Dias, queria registrar que tive a oportunidade de ir recentemente ao Piauí e ver com os meus olhos o que está acontecendo naquele Estado, um processo extraordinário de dinamização da sua economia, com importante impacto social.

Portanto, caros colegas Senadores, caro Governador, é com muita alegria que vemos o Estado do Piauí tendo a oportunidade de contratar uma operação de crédito dessa dimensão. Assim, Senador Blairo Maggi, gostaria que não fossem US\$350 milhões, mas que fosse US\$1 bilhão. Mas talvez possamos chegar lá. Hoje estamos dando um primeiro passo. Não apenas esta Comissão, mas acho que o Senado da República pode, após aprovar este contrato na CAE, pedir regime de urgência no plenário no dia de hoje e, assim, acelerarmos a votação de modo a dar uma contribuição a esse valioso Estado que é o Estado do Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra o laborioso Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o nosso Governador Wilson Martins, que governa o Estado do Piauí com muita responsabilidade e devotamento. Estamos acompanhando com interesse a sua administração, a sua gestão administrativa, que tem sido considerada no Nordeste como uma das mais positivas, porque ele substituiu, foi sucessor de um grande governador, hoje nosso colega Senador Wellington Dias.

Essas duas administrações focadas no desenvolvimento econômico social estão mudando a face do Estado do Piauí. E o Senado Federal, ao apreciar esta matéria, não poderia deixar de ficar ao lado de V. Ex^a, Governador do Estado do Piauí, e ao lado dos Senadores Wellington Dias, Ciro Nogueira e João Vicente Claudino. Uma proposta avançada em benefício da educação, do desenvolvimento rural sustentável e da melhoria da gestão pública, isto é, melhorando a gestão pública, qualificando-a, estaremos empregando, com uma maior equidade e maior eficiência, os recursos oriundos do poder público.

Esse empréstimo, esse financiamento perante o BIRD, de US\$350 milhões, representa um grande alento, sem dúvida alguma, para que V. Ex^a possa dar sequência à elaboração e à execução de um plano de governo que foi aprovado pelo povo do Piauí.

Meus parabéns e conte com o Senado Federal, com esse Presidente, que é um verdadeiro democrata. Toda vez que chega um financiamento dos Estados, seja de qualquer região, principalmente do Nordeste – e ele não é do Nordeste, é do Centro-Oeste – o Presidente Delcídio do Amaral se debruça e se esforça para dar urgência ao andamento de qualquer proposta nesse sentido.

Parabéns a V. Ex^a, Sr. Presidente, por essa condução!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares, pelas palavras.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou passar a palavra ao Senador Inácio Arruda, que já tinha pedido inscrição, Senador Ciro. Depois, concederei a palavra a V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador Inácio Arruda, do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, falo na condição de cearense. Somos os irmãos mais próximos dos piauienses. Temos buscado trabalhar em conjunto. Sempre há uma afeição muito grande entre os governantes do Piauí e os governantes do Ceará.

Muitos dos nossos dilemas regionais estão ligados à necessidade de investimentos volumosos, para que possamos romper esse ato que ainda existe. Vejo aqui o acento na prioridade à educação básica. Então, vejam que é uma pauta que trabalha com a ideia de que “vamos fazer estradas, vamos construir hospitais e escolas, mas vamos dar eficiência à educação”. Esse é o esforço extraordinário que, agora, estamos fazendo.

Senador Wellington, estamos no esforço de implantar as escolas técnicas estaduais, para garantir formação de qualidade para a população do nosso Estado, o Ceará. No Piauí, o nosso Governador Wilson Martins, como fez V. Ex^a, continua no esforço de preparar o nosso povo. Com recursos e empréstimos, podemos garantir que nosso Estado se desenvolva e que nosso povo esteja preparado. Essa é uma questão central. A eficiência da máquina pública é garantia da educação de qualidade.

Por isso, Governador Wilson Martins, o senhor conta com a Bancada do PCdoB integralmente nesta Comissão. Resolvemos trazer aqui toda a Bancada hoje para apoiar o Piauí. Estamos aqui unidos para votar favoravelmente a esse empréstimo. Já foi pedida a urgência pelo nosso colega capixaba, para que possamos dar velocidade a esse processo, a fim de que esse recurso chegue rapidamente ao Estado e de que o senhor possa dar essa grande contribuição ao

povo brasileiro, porque ajudar o Piauí a se desenvolver é ajudar o Nordeste e o nosso País.

E já apelo a V. Ex^a e à bancada de V. Ex^a no Senado e na Câmara para que a gente consiga aprovar uma emenda muito ingênua, muito simples, que capitaliza o Banco do Nordeste em R\$10 bilhões, o que é absolutamente nada para a região e para o Tesouro Nacional, comparado aos investimentos que têm sido feitos em outras instituições. Isso é para o Nordeste inteiro.

Então, peço o apoio de V. Ex^a também. V. Ex^a tem o nosso apoio, o apoio do Ceará, do Nordeste inteiro e do Brasil. Ao mesmo tempo, tenho a certeza de que o Piauí estará conosco. Há pouco, conversei sobre esse assunto com o nosso colega Wellington Dias, que está mais do que afinado com essa necessidade. Esse apoio ao Banco do Nordeste também servirá intensamente ao Estado do Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar o Senador Wilson Martins, aqui presente.

Quero dizer que nós, os três Senadores que representamos aqui o Estado do Piauí, estamos sensibilizados pela forma pronta com que V. Ex^a, Sr. Presidente, colocou essa matéria em votação.

Agradeço a toda esta Comissão, em especial ao Relator, Senador José Pimentel, que nos deu a honra de relatar esse empréstimo, que vai ser fundamental para o crescimento e o desenvolvimento sustentável do nosso Estado. Esse é o primeiro passo. Somos de um dos Estados mais pobres da Federação, mas que é um dos Estados mais ricos em termos de potencial de crescimento, Sr. Presidente. Precisamos justamente de instrumentos como o que está sendo aprovado hoje com esse empréstimo.

Agradeço ao Governador a forma como conduziu todas as tratativas em torno desse empréstimo.

Também agradeço a todos os membros desta Comissão a forma pronta e carinhosa com que vão votar essa matéria.

Já existe um requerimento nosso e do Senador Wellington sobre a mesa, para que essa matéria ganhe caráter de urgência, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela forma, mais uma vez, com que o senhor prontamente atendeu as nossas solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Ciro.

Quero até registrar aqui que os três Senadores do Piauí subscreveram – V. Ex^a, o Senador Wellington, o Senador João Claudino também – esse requerimento de urgência para que nós votemos hoje essa operação de empréstimo no plenário do Senado Federal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington é que existem mais dois ...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira; depois, Senador João Claudino, e aí V. Ex^a com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Governador, desde a semana próxima passada, que o Senador Claudino, o Senador Ciro e o Senador Wellington parece que desconfiaram do meu voto, porque ficaram o tempo todo me pedindo para votar nesse pedido de empréstimo. Eu disse a eles que, independentemente de eles pedirem ou não, considerando que se tratava de um empréstimo para atender um Estado do Nordeste, com as mesmas características e dificuldades que tem o meu Estado, eu estaria pronto para vir aqui para participar desta discussão e, conseqüentemente, votar essa matéria; e cumprimentar o governador por ter feito o dever de casa, a fim de que pudesse viabilizar essa operação de crédito externo.

Essa operação, na verdade, vai trazer benefícios consideráveis ao Estado do Piauí, no que diz respeito a dois setores que eu considero fundamentais: a educação e o setor primário, que é aquele que alavanca o desenvolvimento deste País, que é a agricultura.

Então, eu queria dizer aos Senadores, companheiros nesta Casa, e cumprimentar V. Ex^a, Presidente, que, por exemplo, ao chegar aqui pedido de empréstimo para qualquer Estado, com especialidade para os Estados mais carentes deste País, V. Ex^a atropela qualquer pauta de imediato, para que a gente possa realmente apreciar e votar essa matéria.

Quero cumprimentar o governador e o Estado do Piauí pela gestão que tem feito. Tenho sido muito informado pelos nobres Senadores do Piauí, com especialidade pelo meu querido companheiro Ciro e o Wellington. Todos os dias nós nos encontramos, mesmo que eles não queiram, andando pelas avenidas de Brasília, fazendo um “cooperzinho”, para termos condições e força para continuarmos lutando aqui.

Quero cumprimentar esse cearense extraordinário, Senador Pimentel, que, também ao chegar às suas mãos algo para oferecer parecer, ele imediatamente toca o parecer para que a gente possa apreciá-lo.

Por isso, Presidente, cumprimento V. Ex^a e S. Ex^a o Sr. Governador do Piauí pela gestão que tem feito no Piauí para viabilizar esse e outros empréstimos para melhorar a vida dos piauienses.

Conte com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, pelas palavras.

O último orador inscrito é o Senador João Claudino; aliás, depois, Senador Wellington novamente.

Senador João Claudino...

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral; quero cumprimentar o Governador Wilson Martins, o Secretário de Planejamento Sérgio Miranda; da Fazenda; o Silvano Alencar; saudando todos que estão aqui presentes.

Quero ratificar o que foi dito aqui primeiro. Todos os oradores que me antecederam falaram da presteza com que V. Ex^a dá prioridade e importância para atender as reivindicações dos Estados. Isso não é só com o Piauí; é com todo o Brasil; ou seja, colocar em votação empréstimo dessa natureza, empréstimo de suma importância. O governador sabe, o Governador Wilson Martins sabe o tanto que se espera esse empréstimo no Piauí, não só pelos investimentos que ele trará, onde a base da nossa economia... Aqui foi dito... Parece que o Senador Blairo Maggi é mais piauiense, não só pelo seu conhecimento econômico, mas pelo grande conhecimento do setor primário, Senador Wellington, Senador Pimentel, pois traçou aqui um retrato como se estivesse lá no Piauí; da importância que tem o agronegócio, o setor primário, o desenvolvimento sustentável, a educação, que é preciso, senão não vamos ter desenvolvimento; o aumento da eficiência da gestão do Estado. E a sabedoria de V. Ex^a foi buscar, se não podia um piauiense, trouxe um cearense de representação, mas um piauiense de nascimento, que é o Senador Pimentel, nascido no Piauí, no semi-árido piauiense, sabe das dificuldades de viver na nossa grande região de Picos, microrregião de Picos, fez esse relatório onde tem aqui a votação unânime da Comissão.

O Senador Wellington, depois de todo o relato que V. Ex^a colocou do caminho da reestruturação do Piauí, e que tem aqui, no requerimento de urgência, Senador Delcídio, o apoio dos Senadores do Piauí, para que a gente possa, Governador Wilson Martins, sempre dar passos largos no desenvolvimento do nosso

Estado. Então, declaramos aqui o voto a favor do empréstimo para o nosso querido Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador João Claudino. Fechando com o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, para agradecer a todos os oradores e fazer um registro que sempre faço aqui na votação dos empréstimos: esse, bate um recorde. Ele começou há um ano, a tramitação, em junho do ano passado, foi aprovado na Assembleia e, hoje, mês de abril de 2012, já estamos votando aqui.

Quero, aqui, agradecer todo o apoio recebido do Ministério da Fazenda, através do Ministro Guido, da sua equipe, da Secretaria do Tesouro e da equipe do Governo do Estado, parabenizar aqui o Governador Wilson, através aqui também do Sérgio Miranda, um excelente Secretário de Planejamento, ao Silvano e ao Dimitri também da equipe, como o Secretário Silvano, da Fazenda, em nome deles, todos os que participaram desse processo. Com certeza, mais recursos para que, em programas nessa área de transporte, de saúde, de educação, de segurança, enfim, possamos ter desenvolvimento de qualidade de vida.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado, espero a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Não havendo mais nenhum Senador para discutir, vou passar a palavra para o Governador Wilson Martins, porque é uma honra tê-lo aqui conosco, e, em seguida, vou encaminhar a votação.

Com a palavra o Governador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS – Muito bom dia a todos. Cumprimento com muita alegria o Presidente, Senador Delcídio do Amaral, o prazer de reencontrar e cumprimentar nossos queridos Senadores piauienses, Senador Wellington, Senador Ciro e Senador João Vicente Claudino, agradecer aí pela articulação, sei que, se não fosse o esforço de todos, não teríamos tido uma tramitação tão rápida como estamos tendo aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal.

Quero agradecer aqui, também ao nosso querido conterrâneo, Senador José Pimentel, do Ceará, saudar os Senadores Blairo Maggi, agradecê-lo, meu caro Senador, pelas palavras e pelo entusiasmo, que é também de todos os piauienses, sobre o desenvolvimento do nosso Estado, ao Senador Ferraço, ao Senador Inácio Arruda, prazer reencontrá-lo aqui. Muito obrigado pelas palavras, ao Senador Valadares, Líder, no Senado, do nosso Partido PSB. Quero, enfim, cumprimentar o Senador Benedito de Lira, prazer.

Estivemos ontem com nosso Governador numa reunião lá no Recife com a Presidenta Dilma, lá em Sergipe, tratando sobre a questão da estiagem no Nordeste brasileiro, dizer da alegria, meu caro Presidente, de estar aqui também com o Dr. Gaudard, que é do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional e toda sua equipe, um elogio à equipe do nosso Arnold Agustín, da Secretaria do Tesouro, que foi importante, sempre disponível, na discussão desse processo.

Eu queria, em primeiro lugar, enaltecer aqui o nosso Senador Wellington Dias, que soube juntar os esforços, junto com nossa bancada no Senado, e começou a criar as condições para o desenvolvimento do nosso Estado. Foi fundamental também a equipe econômica do Governo Federal na construção do ajuste fiscal com todos os Estados, e, hoje, temos uma folga para investimentos e para comprometimento da nossa receita corrente líquida, algo em torno de R\$11 bilhões. Portanto, estamos tomando aqui um empréstimo de US\$350 milhões, mas o Estado está, do ponto de vista fiscal, absolutamente equilibrado para dar esse grande passo rumo ao desenvolvimento. E não poderia ser sem a contribuição da parte política, sem a sensibilidade do Senado Federal.

O Estado do Piauí tem vocação para a agricultura. Ele nasceu da criação de gado e também do plantio de milho, feijão, mandioca. Agora, nós estamos aí com uma fronteira agrícola importante disponível – de seis milhões de hectares no cerrado piauiense, temos apenas 10% cultivados – e desponta como a maior produtividade média, ou uma das maiores produtividades médias dos cerrados em produção de milho, soja e algodão do Brasil. Estamos produzindo, meu caro Presidente, em torno de 290 arrobas por hectare plantado de algodão. São 55 sacas de soja por hectare plantado, em média, embora haja áreas que deem acima de 160 sacas; e 150 sacas de milho. Então, o nosso cerrado é plano, chove de forma absolutamente regular. Tivemos uma seca no Nordeste, mas temos uma supersafra de grãos neste ano de 2012. Aumentamos em 26% a nossa produção no ano de 2012, e são os cerrados, no Brasil, que mais crescem nos últimos anos.

Então, esse recurso é importante para se trabalhar essa grande âncora do desenvolvimento do nosso Estado, o georreferenciamento de nossas terras e, também, a regularização fundiária, a solidez jurídica, para que possa ter grandes investidores e instalar, lá nos cerrados, também, aquilo que nós mais desejamos, que é um parque industrial de transformação dessas nossas riquezas.

Fico muito feliz porque se trata do setor primário e, também, do fortalecimento da agricultura familiar, quando se trata aqui de um projeto que vai viabilizar a qualidade e avanço significativo na nossa educação. E fazendo isso de forma absolutamente responsável e absolutamente sustentável.

Então, eu saio muito feliz desta reunião por ter encontrado, aqui no Senado, uma receptividade fantástica. Isso só nos anima a continuar a trabalhar e a enaltecer esta atividade, que é a atividade política.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pela ordem. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Wilson Martins. Quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho que vem sendo feito por V. Ex^a e por seus secretários e, também, cumprimentar a Assembleia Legislativa do Piauí, a bancada do Piauí na Câmara, e os três Senadores – Senador Wellington, Senador Ciro, Senador João Claudino – pelo excelente trabalho e pela defesa, principalmente, do Estado do Piauí e do Brasil.

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, só para complementar e cumprimentar o Governador pela sua fala e sua posição.

O Piauí, que está dentro do Nordeste, no meio do Nordeste, poderá, com todo esse potencial e o que vem fazendo na área de milho, soja e algodão, atender o mercado interno no Nordeste, coisa que nós, do Centro-Oeste, quase não conseguimos fazer. É mais barato e mais fácil, hoje, trazer milho da Argentina, sem nenhum tipo de imposto, pelos acordos do Mercosul, e atender toda a costa do Nordeste, em função desse milho que vem da Argentina, e não podendo trazer milho de Mato Grosso, de Goiás e do Mato Grosso do Sul. Mas, com essa produção própria do Piauí, no Nordeste, ele supre isso e, com certeza, o dinheiro fica no Brasil, a renda fica no Brasil.

Por isso, o futuro dessa área, não só no Piauí, mas também do sul do Maranhão, do oeste da Bahia, aquilo que chamam de mapito, é uma dívida, uma riqueza que foi descoberta há pouco tempo, e, graças à pesquisa, ao arrojo, às lideranças agrícolas e ao pioneirismo das pessoas que estão lá, está transformando o seu Estado numa coisa melhor, pode ter certeza disso.

Parabéns, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação, o relatório do Senador José Pimentel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PLS apresentado.

Temos na mesa também um requerimento de urgência, subscrito pelos três Senadores do Piauí: Senador Wellington, Senador João Claudino e Senador Ciro.

Em votação a apresentação do requerimento dos três Senadores piauienses.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria, e nós vamos encaminhar, hoje, para o plenário. Vamos ver se votamos governador hoje, já no plenário do Senado. Esse empréstimo é muito importante para o Estado do Piauí.

Mais uma vez, quero parabenizar o Piauí por mais essa vitória. É um Estado que tem um grande futuro, que tem desenvolvimento econômico, social e, acima de tudo, cidadania.

Portanto, parabéns, Governador Wilson Martins, por mais essa iniciativa. Conte conosco sempre. A Comissão de Assuntos Econômicos vai estar sempre muito ligada, principalmente em relação àquilo que traz benefício para os Estados do nosso País.

Nós temos número suficiente para fazer as votações nominais. Se todos concordarem, vou partir para os projetos terminativos, e, depois, voltamos para os não terminativos.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, aprovado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – E eu pela ordem muito simples. Só para pedir a V. Ex^a que, na próxima reunião da nossa Comissão, possa incluir na pauta o PLS nº 138, de minha autoria com a Relatoria do nobre Senador Valadares.

O projeto trata da questão do fundo social do pré-sal para a educação, que foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação, e espero também unanimidade desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado. Será pautado, meu caro Senador Inácio Arruda.

Item 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2008

– **Terminativo** –

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Cons-

tituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 04-CDR;

2. Em 20/10/2009, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;

3. Em 01/12/2009, a Comissão aprovou parecer, concluindo, preliminarmente, pela reatuação do projeto, para que fosse alterado de complementar para ordinário.

O projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Com a palavra o Relator, Senador Pimentel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, antes de iniciar a sessão, eu conversei com o Relator, Senador Pimentel. Trocamos alguns comentários a respeito desse projeto do Senador Tasso Jereissati, e fiz algumas propostas ao Senador Pimentel, para que ele pudesse pedir a retirada de pauta, para que fizéssemos um aprofundamento do estudo.

Esse é um problema que tem uma importância enorme para as regiões em desenvolvimento. Ele trata da questão dos fundos constitucionais: o FNE, o FNO e o FCO.

O Senador Tasso Jereissati propõe que os bancos que gerenciam esses fundos passem a ter também uma corresponsabilidade nos financiamentos.

O Senador Pimentel, no seu parecer, tem toda razão quando se preocupa. Ao criar essa corresponsabilidade, ele pode vir a engessar o financiamento, especialmente para a agricultura familiar, para ações, para a questão social. Eu também concordo com ele, mas temos uma questão de maior profundidade – e aqui está o Senador Armando Monteiro, que participou comigo já décadas atrás – que é um esqueleto que o Governo se furta a levantar. É a questão do passivo existente desses fundos constitucionais.

É por isso que o Senador Tasso Jereissati quer também que os bancos assumam parte da responsabi-

lidade dos financiamentos, que não cabe efetivamente, como eu disse ao Senador Pimentel, aos bancos, mas sim à inflação existente no período anterior, que tornou impagáveis os financiamentos tomados pelas empresas no passado. Nós temos que tirar esse esqueleto do armário, para discutir, e não tivemos até então uma oportunidade junto ao Governo.

Eu acredito, e o Senador Pimentel está aberto a esse entendimento, que seja essa a oportunidade, Senador Armando, que possamos ter aqui no Senado Federal para retomarmos aquilo que quando V. Ex^a presidiu a CNI, e até anteriormente a isso... Nós não tivemos, nos governos passados, essa oportunidade.

Então, Senador Delcídio, com a concordância do Relator, nós poderíamos, aqui na CAE, reabrir essa discussão, Senador Armando, e, de forma mais ampla, atender à intenção do ex-Senador Tasso Jereissati e à preocupação que é de todos nós com a questão da agricultura familiar, do Senador Pimentel.

Esta é a proposta que faço e coloco aqui à discussão dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu estou retirando da pauta este projeto de lei. Ao mesmo tempo, vou subscrever o requerimento de audiência pública que o Senador Flexa Ribeiro ficou de elaborar, para que possamos realizar uma audiência pública nesta Comissão com o Secretário Executivo do Tesouro, analisando os vários aspectos que esse PL envolve. Portanto, estou retirando-o de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, retirado de pauta o **Item 10**. Será apresentado um requerimento para audiência pública.

Item 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2011 – Terminativo –

Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.

Autoria: Deputado Fábio Souto

Relatoria: Senador João Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 1-CE, apresentando a Emenda nº 4.

Observações: 1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto, acatando as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nos termos da Emenda nº 01-CE.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Acabou de chegar o Senador João Ribeiro e já começa a relatar o **Item 11**, Projeto de Lei da Câmara nº 62.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

Nós temos este e mais um projeto terminativo, Senador Ciro Nogueira, então eu pediria aos Senadores que permanecessem, para votarmos rapidamente.

Com a palavra o Senador João Ribeiro, **Item 11**.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Presidente, os Senadores da direita e da esquerda estão me pedindo que eu leia só “a favor” ou “contra”. Eu falei: espere aí, deixe-me ler um pedacinho aqui.

Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 62, de 2011 (Projeto de Lei nº 176, de 2007, na Casa de origem), do Deputado Fábio Souto, que “dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior”. Ou seja, na verdade, o que o Deputado Fábio quer é isentar as pessoas, sobretudo as mais carentes, da taxa de inscrição para prestar vestibular.

Submete-se a esta Comissão o PLC nº 62, de 2011, que dispõe sobre a isenção de pagamentos de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior (IFES), os chamados vestibulares.

A proposição está lavrada em dois artigos. O art. 1º estabelece que as instituições federais de educação superior adotarão critérios para a isenção total e parcial para as taxas de inscrição, de acordo com a carência socioeconômica dos candidatos. O parágrafo único do art. 1º, incisos I e II, dispõe que a isenção total será assegurada ao candidato que comprovar, cumulativamente: I – renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio, ou seja, mais ou menos R\$1 mil, em valores de hoje; e II – ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada. O art. 2º institui a cláusula de vigência.

O autor do projeto, Deputado Fábio Souto, argumenta na justificção que a Constituição estabeleceu igualdade de condições de acesso à escola e a gratuidade de ensino nos estabelecimentos oficiais, de forma que a cobrança da taxa de inscrição no processo seletivo contraria tais preceitos.

Ainda segundo o autor, a isenção é essencial para a busca da equidade no acesso ao ensino superior. Ele afirma que os estudantes de baixa renda, além de todos os obstáculos que enfrentam, ainda têm de arcar

com essa taxa, que prejudica os estudantes carentes, em geral egressos da rede pública de ensino.

Sr. Presidente, passo à análise do projeto.

O PLC nº 62, de 2011, é submetido a esta Comissão para análise em decisão terminativa. Sendo assim, cabe a ela, além de opinar sobre os aspectos financeiros e econômicos da proposição, como dispõe o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, examinar também sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica legislativa.

Em primeiro lugar, no tocante à constitucionalidade, verificamos que o projeto em tela não inclui matéria vedada à iniciativa parlamentar.

Ao mesmo tempo, por isentar de taxa de inscrição em vestibulares, a proposta, em seu mérito, cumpre diversos preceitos constitucionais, como o estipulado no art. 206, I, da Constituição Federal, que estabelece o princípio da igualdade de condições no acesso à escola; o instituído no art. 208, V, que inclui, como dever de Estado, a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, e ainda, à disposição de que os tributos serão graduados, sempre que possível, de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, constante no art. 145, §1º, da CF.

No que diz respeito à regimentalidade e à técnica legislativa, a proposição, a nosso ver, não apresenta óbices. Na CE, foram apresentadas emendas no prazo regimental, e a proposição encontra-se redigida conforme as normas estabelecidas para a elaboração e a redação das leis na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Voto

Considerando o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2011, na forma aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a seguinte emenda:

Emenda nº 01 – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do PLC nº 62, de 2011, renumerando o atual art. 2º para art. 3º:

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no art. 1º desta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der depois da publicação desta Lei.

É o parecer, Sr. Presidente. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as Emendas de nºs 1 e 2, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Educação e a Emenda nº 4.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o projeto e as Emendas de nºs 1 e 2, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Educação e a Emenda nº 4.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto, às Emendas de nºs 1 e 2, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Educação e a Emenda nº 4.

Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Russo?

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O voto do Senador João Ribeiro já é conhecido.

Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dezoito votos “Sim”...

O SR. BLAIRO MAGGI (BLOCO/PR – MT) – Sr. Presidente, e o meu voto? Não será computado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que completou... Dezoito votos “Sim”. Nenhum voto “Não”. É que completou o bloco e não pude chamar V. Ex^a. Mas gostaria muito de ouvir o seu voto.

O SR. CYRO MIRANDA (BLOCO/PSDB – GO) – Vai ser “sim”, mas não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador. Dezoito votos “Sim”. Nenhum voto “Não”.

A Comissão aprova o projeto e as Emendas nºs 1 e 2, nos termos das Emendas nº 1 da Comissão de Educação – CAE e a Emenda nº 4, renumerada como Emenda nº 2 da CAE.

Partimos agora... Mas quero pedir um pouquinho de paciência dos Senadores. Temos ainda dois projetos. Eu me enganei, pensei que era apenas um, mas ainda há mais um.

Item 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado. O relatório já foi lido pelo Relator na 12ª reunião, realizada em 03 de abril.

Pergunto ao relator se deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente.

É só para lembrar que esse Projeto de autoria do eminente Senador e chara Ciro Nogueira, ele consiste em três artigos:

O art. 1º consiste no objetivo principal da proposição: isentar do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados (IPI), na importação e nas operações realizadas no mercado interno, as impressoras de caracteres Braille, classificadas sob o código 8443.32.22 na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

O art. 2º remete ao Poder Executivo a responsabilidade de estimar a renúncia de receita em conformidade com os arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O art. 3º é cláusula de vigência e eficácia: vigência imediata após a publicação da futura lei, e eficácia (produção de efeitos) a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Como já foi relatado, Sr. Presidente, eu apenas estou fazendo uma sinopse do que foi lido, nós estamos propondo a aprovação com esses três artigos já nominados. E como um parágrafo único ao art. 3º:

Parágrafo único. O disposto no art. 1º desta Lei só produzirá efeito

a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º em vigor na data da sua publicação.

E parabenizar o autor dessa matéria extremamente meritório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, para também parabenizar aqui o autor, Senador Ciro Nogueira, essa dobradinha com o Senador Cyro Miranda, e dizer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os dois Ciros...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Que defendo aqui a aprovação, eu acho que é importante esse projeto, eu acho que é um passo a mais em direção às pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o substitutivo apresentado ao projeto.

Votação nominal.

Quem vota como Relator vota SIM ao substitutivo. Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim! Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim! Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim! Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim! Senador Sergio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim! Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele é o autor, ele não vota, só conta para quorum.

Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim! Senador Cyro Miranda?

Voto conhecido.

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Russo?

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – 16 votos Sim.

Portanto, a Comissão aprova a Emenda nº 1, da CAE, Substitutivo oferecido ao PLS nº 361, de 2011. Ficando prejudicado o projeto nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado.

De acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Eu quero parabenizar aos dois Ciros, o Senador Ciro Nogueira, o Autor, e o Senador Cyro Miranda o Relator.

Último Item da pauta, terminativo.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2005 – Terminativo –

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quorum qualificado.

Com a palavra o Relator Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Trata-se de Projeto de grande alcance social da lavra do ilustre Senador Paulo Paim:

Compete a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), opinar sobre aspectos econômicos e financeiros em qualquer matéria que lhe seja submetida.

Não há óbices constitucionais ao PLS.

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, trata-se de matéria adequada à espécie normativa lei ordinária.

Quanto ao mérito, somos favoráveis ao projeto, tendo em vista a possibilidade de se terem taxas de encargos mais baixas do que aquelas cobradas até o momento pelo sistema financeiro brasileiro, para o segmento de clientes aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A margem de cinco pontos percentuais ao ano sobre a taxa Selic é justa para remunerar os bancos pelos custos administrativos e pelos riscos de falecimento do aposentado e de variação da taxa de juros.

Mas não podemos deixar de reconhecer que a proposição legislativa pode, em situações extremamente adversas, acarretar diminuição do mercado de crédito consignado em folha aos aposentados. Isso por causa da possibilidade de variação expressiva da taxa básica de juro da economia.

Todavia, acreditamos que a possibilidade de diminuição de crédito não deve restringir a sociedade, e consequentemente o Congresso Nacional, de proibir os abusos. Em primeiro lugar, porque isso só ocorreria em situações muito adversas. Além do mais, se a taxa Selic baixar, como todos esperamos, ao nível da média internacional, os cinco pontos de acréscimo se constituirão em margem expressiva, com taxas efetivas de juros eventualmente abaixo do limite estipulado.

Dessa forma, tendo em vista o baixo nível de intermediação bancária, a concorrência restrita no mercado de crédito bancário com as elevadas margens atuais e a ausência de limitações por parte dos órgãos reguladores do Poder Executivo, confiamos que a imposição de um teto pelo Parlamento seja benéfica para a sociedade, produzindo benefícios inegáveis aos aposentados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Observamos apenas que o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), para assegurar condições efetivamente mais favoráveis aos tomadores de

empréstimo consignado em folhas de pagamento, tem estabelecido algumas restrições, desde 2005, inclusive o estabelecimento de um teto para os juros dos empréstimos consignados.

Voto.

Em face do acima exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº300, de 2005.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel, Senador Wellington Dias e Senador Armando Monteiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, temos assistido, no Brasil, a toda uma política dos vários setores da sociedade para reduzir a taxa de juros. Se observarmos, no consignado, uma boa parte dos bancos estão praticando juros de 0,8%, num empréstimo de até seis meses, no consignado, que dá 9,6%.

Fui um daqueles que, na década de 70 e de 80, lutei muito para incluir na Constituição Federal a taxa de juros de 12%. Sou franco em registrar hoje: estava redondamente errado, porque quem melhor define taxa de juros é o mercado, são as ofertas, é a concorrência. Hoje, a taxa Selic é 9%. Portanto, lá colocamos 12%, e nunca conseguimos regulamentar. Em seguida, fui um daqueles que, como Deputado Federal, ajudei a retirar da Constituição os 12% por estar equivocado.

Portanto, nessa matéria, prefiro delegar ao Conselho Nacional de Previdência Social, onde se faz esse debate da taxa de juros regularmente, juntamente com os setores envolvidos, porque acho que é a melhor disciplina.

Por isso, voto contra o PL, delegando ao Conselho Nacional de Previdência Social a competência para fixar esses valores, como já acontece na lei ora vigente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Pimentel.

Senador Wellington, depois o Senador Armando Monteiro, Senador Sérgio Souza, Senador Casildo Maldaner.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, todas as vezes que se fixa a taxa de juros se estabelece um teto. A própria Selic, na verdade, é um teto e é sempre usada pelo teto.

Quero aqui dizer que, neste caso, o Senador Paulo Paim tem todo o interesse de beneficiar a população, porque todo mundo clama contra juros elevados.

E também compreendo o relatório apresentado pelo meu querido Senador, ex-Governador Luiz Henrique, que sabe a importância que tem juros mais baixos. E acho que é isso que o leva a defender essa tese.

Na prática, estamos fixando, por exemplo, neste instante, mais do que temos.

Acho que o Governo começa a usar um instrumento que teve a vida toda e não usava, que são os bancos públicos. É através dos bancos públicos, porque, se você quiser reduzir juros, como funciona isso? Você tem, de um lado, que captar. Como diz um tio meu, banco é que nem bicicleta, você monta nela, pensa que ela está te levando, mas é você que vai levando ela. Banco, na verdade, trabalha com dinheiro dos outros. Ele faz uma captação e tem que colher na hora dos empréstimos riscos e mais o lucro acima da captação.

Quando o Governo quer, como neste instante está querendo, ele determina a partir de bancos como o BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil, qual a taxa que vai regular o mercado, que nem preços de alimentos pelo sistema da Conab. Você regula com oferta. E, neste caso também, regula com oferta de crédito.

Como, neste instante, o Brasil faz oferta de crédito mais baixo, temos, por exemplo, aqui taxas mais baixas do que está neste projeto. O meu receio é que isto termine virando um piso e não um teto como está estabelecendo.

Por isso voto contra.

Defendo aprovação contrária.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, quero, segundo as manifestações que já foram trazidas e, a meu ver, de forma muito própria e pertinente, pelos Senadores Pimentel e Wellington, dizer que realmente essa questão da taxa de juros, embora inquietando vários setores da sociedade, ela não pode nos tentar a uma ação voluntarista e diria até ingênua, porque é de supor que você pode atuar sobre o mercado dessa forma.

Na realidade, a agenda dos *spreads*, como disse o Senador Wellington, é uma agenda densa, complexa, que envolve o enfrentamento de uma série de questões. A mais grave, Presidente, parece-me ser o elevado grau de concentração do sistema financeiro, o que faz com que cinco ou seis instituições bancárias tenham quase 80% dos ativos financeiros do País.

Portanto, nós temos que encontrar mecanismos para estimular concorrência no sistema financeiro de modo a reduzir essas margens de intermediação, que não são compatíveis com a nova realidade da economia brasileira.

Por outro lado, há questões ligadas à própria política monetária. O nível de depósitos compulsórios, que implica, meu caro Senador Wellington, contingenciar a oferta de moeda e a oferta de crédito.

Portanto, essa agenda que é tão complexa e tão densa, nós temos que enfrentar de outra forma. Embora ressaltando a nobreza dos propósitos do nosso estimado Paulo Paim, eu votarei contra por entender que isso não resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Esse é um lado ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois o Senador Sérgio Souza pediu também.

Perdão, Senador Casildo, Senador Sérgio Souza e Senador Flexa...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu só queria pelo voto. Se o senhor permitir, Presidente, eu deixaria o voto porque tenho outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós só vamos terminar, porque é a última votação nominal, e nós vamos caminhar rapidamente, Senador Ivo Cassol. Só peço a V. Ex^a um pouquinho de paciência.

Vai ser rápido.

Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Duas tendências que a gente vê aqui no Plenário. Eu respeito a posição do Senador Wellington, do Pimentel, do Armando Monteiro, não há dúvida.

Agora, o que se pretende, na minha interpretação, na proposta do Senador Paulo Paim, relatada pelo Senador Luiz Henrique, é que, independentemente do esforço que o Governo Federal vem fazendo agora, em que está mobilizando, e alguns bancos estão aí atendendo a esse chamamento de baixar as taxas de juros; independentemente disso, o que se pretende é regular, para os aposentados que fazem os empréstimos e descontam em folha, principalmente os ligados ao INSS, para que haja não um limite que seja um firmamento; o limite seria a Selic e, no máximo, sobre a Selic, 5%. Isso é um teto limite para esse pessoal que não tem jeito de buscar para discutir, para buscar... Isso daria hoje – a Selic está em 9,5%, mais ou menos; 9,5 com mais 5 – 14,5 ao ano. Seria isso, ao ano, o máximo.

Agora, isso não impede que a campanha para baixar os juros que o Governo está fazendo – e hoje está aquém disso – perdure. Pode ser, daqui a pouco, que não. E não impede também que se busque, nessa ou naquela instituição, para pagar menos que a taxa Selic. É claro! Isso não é obrigatório. O que se quer

fazer é uma proteção, dar um limite mínimo. Acho que essa é a ideia, o espírito da proposta que aqui tramita.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Senador Sérgio Souza; depois, Senador Flexa Ribeiro. Em seguida – não há mais nenhum Senador ou Senadora inscrita – nós vamos votar.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que não é o momento de nós aprovarmos um projeto com essa conotação.

O projeto do Senador Paim é um projeto inteligente e trazia uma realidade de 2005, quando a taxa Selic ultrapassou a casa dos 20%. Hoje, a taxa Selic já está em um dígito e tende a diminuir ainda mais.

Os novos anúncios feitos pelo Governo no sentido de que os bancos, em uma regulação de mercado... E aí, com uma ordem da Presidente Dilma para que os bancos oficiais, os bancos do Governo baixassem os juros, isso já, naturalmente, atingiu também o setor privado, que teve que abaixar os juros.

Eu acho que o sistema, neste momento, anda sozinho, e é uma questão de regulação de mercado. Se nós colocarmos aqui um limite, que seja a taxa Selic mais 5%, isso pode chegar, ao final, como disse o Senador Wellington Dias, a ser entendido como um limite ou uma taxa básica, e todos os bancos passariam a operar nesse limite.

Acho que não é o momento, Sr. Presidente, de nós votarmos um projeto dessa envergadura, tendo em vista que a economia, em 2005, era muito diferente do que é hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Agora, com a palavra, o objetivo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu entendo a importância do projeto do Senador Paulo Paim; ele quer proteger os aposentados, e ele tem um papel importante em relação a isso. Agora, não dá para se regular juros por projeto de lei. Não há como. Nós já cometemos a insensatez, lá no passado, de tentar, na Constituição, tabelar juros, e foi letra morta na Constituição.

Eu acredito – e o Senador Armando colocou... A própria Presidenta Dilma agora está querendo impor baixar os juros, iniciando com os bancos oficiais, para que o mercado, os bancos privados venham, em função dos bancos oficiais, a baixar também. Só que ela tem também que abrir a questão dos compulsórios, porque a taxa Selic está em 9%. Não vai baixar disso, por cau-

sa da caderneta de poupança. Senão, as aplicações vão fugir da caderneta de poupança. Há um impasse aí. Então, vai ter que abrir o *spread*. E, no *spread*, há lá o compulsório, que é o próprio Banco Central que cobra. Então, há um impasse.

Não acredito que o projeto do Senador Paulo Paim vá poder resolver isso através de projeto de lei: taxa Selic mais juros que não excedam os 5%. Não vou acreditar e, em função disso, não vou acompanhar o projeto do Senador. Não o relator, que vem também nessa intenção de atender ao aposentado, o que todos nós queremos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado.

Não havendo mais...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vista do Senador Ivo Cassol ao projeto, ao **Item 13**.

Vistas coletivas então.

Voltamos agora para os não terminativos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, DE 2007 – Não Terminativo –

Altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo Imposto de Renda das pessoas físicas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente e companheiros, o projeto do nobre Senador Cristovam Buarque altera a Lei nº 10.260 para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies, pelo estudante financiado, à obtenção de ren-

dimentos pessoais sujeitos à tributação pelo Imposto de Renda das pessoas físicas.

Indo direto ao parecer, parece-me que abrandar as condições de amortização dos financiamentos implicaria prontamente desequilíbrio financeiro, pois beneficiaria estudantes devedores e prejudicaria aqueles que sequer iniciaram a sua graduação por falta de recursos.

A medida liquidaria a capacidade de planejamento e gestão dos fluxos financeiros junto ao Fies, visto que montante significativo de recursos deixaria de retornar ao fundo, pois os valores constantes da tabela de incidência do Imposto de Renda Pessoa Física são, em verdade, superiores aos salários médios percebidos no País, motivo por que muitos financiamentos deixariam de ser pagos.

Além disso, a proposição geraria a necessidade de capitalizar o fundo, o que obviamente nos remete a outra questão: o custo de oportunidade desses recursos, quando a prioridade dos investimentos nessa área deve melhorar a qualidade da educação básica. No Brasil, o investimento por estudante da educação superior é mais de seis vezes a média da OCDE no Ensino Superior. No entanto, nos ciclos básicos da educação fundamental representa apenas 20% do que os países da OCDE investem nessas áreas. Já na educação superior, o investimento do Brasil é 20% maior.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição, por mais que reconheça a preocupação do nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador e Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2010 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para fixar o piso nacional de salário dos vigilantes.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, esse Projeto de Lei de nº 135, de autoria do Senador Marcelo Crivella, hoje nosso Ministro da Pesca, tem por objetivo disciplinar a remuneração dos vigilantes em todo o território nacional. Ele propõe que o Ministério do Trabalho tenha um processo setorial para mediar esses conflitos e, ao mesmo tempo, fixar esses valores.

Nós, ao apresentarmos nosso parecer, somos favoráveis ao Projeto de Lei, com uma emenda substitutiva ao projeto lei com uma emenda substitutiva ao Projeto, onde trabalhamos com a tese do piso nacional, fixamos os primeiros valores e também colocamos o INPC como critério de atualização sem esquecer de que, para os acordos e convenções firmados para mais, vale o acordo ou a convenção coletiva. Portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável ao PL 135, nos termos do substitutivo aqui apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho, e reitero nesta ocasião, pelo relator do projeto e pelo autor do parecer, não posso acompanhá-lo porque mais uma vez estamos criando despesas para Estados, municípios e para a própria União a partir de decisões do Congresso Nacional.

Quanto vigilantes são empregados pelas prefeituras do Brasil para dar conta da segurança patrimonial, das creches, das escolas, das unidades básicas de saúde, para os Estados, para a própria União? Um piso nacional unificado, sem levar em conta as diferenças, a capacidade financeira dos municípios, dos estados, sem que haja a mínima estimativa de custo desse piso por parte da União, no meu entender, seria inconveniente. Por isso eu me afasto do entendimento do nobre relator e voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Três votos contra: Senador Armando Monteiro, Senador Aloysio Nunes e Senador Flexa Ribeiro.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda de nº 1 da CAE, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010 **– Não Terminativo –**

Dispõe sobre a Equoterapia.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CE-CRA;

3. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o relator, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, basicamente, V. Ex^a já lembra toda a tramitação que foi feita. Lembro apenas que são indiscutíveis os benefícios da equoterapia na socialização, no aprendizado e reaprendizado das pessoas portadoras de necessidades especiais. Para exemplificar, tenho uma filha autista e o uso da equoterapia permitiu um conjunto de movimentos, inclusive andar, ela praticamente não andava, o que garante a condição de segurança. Ela serve para muitas deficiências de crianças, de adolescentes, de adultos.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, nos termos aprovados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Esse é o voto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington. Só queria registrar o meu voto favorável ao projeto do **Item 3**. Não citei na hora, mas, como sou voto de desempate, o meu voto é favorável ao relatório do Senador José Pimentel.

No **Item 4**, a matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Dias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 3, da Comissão de Educação, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O projeto do **Item 4** é absolutamente meritório.

ITEM 5

AVISO Nº 99, DE 2011 **– Não Terminativo –**

Comunica, em atendimento ao disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Ministério da Fazenda

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Relatório

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a esta Comissão o Aviso nº 99, de 2011, no qual o Ministro da Fazenda comunica ao Senado Federal, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, que o Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, contratou operação de crédito irregular junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o relato do Ministro da Fazenda, a Prefeitura Municipal de Brusque e o Bndes firmaram, em 9 de abril de 2003, contrato de financiamento no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), após prévia verificação pelo Ministério da Fazenda da obediência às normas, condições e limites fixados pela Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. Ainda segundo o supracitado Aviso, o contrato em tela foi aditado sem análise prévia de suas condições pelo MF.

Posteriormente, em 23 de julho de 2010, o Município solicitou ao MF autorização para contratar nova operação de confissão e reescalonamento da dívida decorrente do contrato em questão.

O Aviso foi então encaminhado a esta Casa, em cumprimento ao disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que preceitua que o Ministério da Fazenda deverá informar se constatada irregularidade na instrução de processo para contratação de operação de crédito.

Recebido, o Aviso foi encaminhado a esta Comissão, em 9 de dezembro de 2011, para delibera-

ção, nos termos do art. 99, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise

Inicialmente, cabe ressaltar que a operação em tela não era sujeita a autorização específica do Senado Federal, cabendo ao Ministério da Fazenda, nos termos do art. 31 da Resolução nº 43, de 2001, a verificação de seu enquadramento nos limites e condições gerais fixados por esta Casa para as operações de crédito de interesse dos entes federativos.

A irregularidade constatada foi submetida à análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que, nos termos do Parecer PFGN/CAF nº 854, de 2011, considerou que o aditivo ao contrato de financiamento foi, em si, uma operação de crédito mediante reconhecimento de dívida. Conforme a análise, o aditivo implicou aumento do endividamento do ente não previsto na operação original.

Como tal operação foi realizada sem exame prévio do Ministério da Fazenda, ela é irregular e, conforme determina o art. 33, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é “considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros”.

Assim, conforme determina o art. 33, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto não cancelada essa operação de crédito irregular, o Município de Brusque/SC ficará impedido de contratar novas operações de crédito, de receber transferências voluntárias ou de obter garantias de outro ente. A aplicação de tais penalidades está a cargo do Ministério da Fazenda.

A matéria deve ser levada ao conhecimento do Plenário desta Comissão de Assuntos Econômicos para que seja observado o disposto no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, quanto à proibição da realização de nova operação de crédito pelo Município até que seja procedida a correção da irregularidade ora informada pelo Ministro da Fazenda.

Voto

O voto é no sentido de que a operação de crédito em tela foi considerada irregular. Então nós votamos no sentido de que a Comissão de Assuntos Econômicos tome conhecimento da matéria, particularmente, quanto à aplicação do art. 24, da Resolução 43, de 2001, e delibere pelo seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Sérgio Souza.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2011

–Complementar

– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir a criação de fundo estadual para viabilizar transferências voluntárias da União aos Municípios.

Autoria: Senador Geovani Borges

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Contrário ao Projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srs. Senadores, é submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 160, de 2011 – Complementar, de autoria do Senador Geovani Borges, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para permitir a criação de fundo estadual voltado para viabilizar transferências voluntárias da União aos Municípios.

Nos termos do projeto, fica facultado aos Estados instituir fundo específico cujo objetivo é assegurar recursos financeiros aos Municípios com insuficiência financeira para atender as contrapartidas exigidas nas transferências voluntárias da União, de que trata o art. 25 da LRF. Os fundos serão custeados na proporção de 75% pelo Estado e 25% pelos Municípios beneficiados.

Conforme a justificação do projeto, “muitos Municípios acabam sendo ainda mais penalizados pela exigência de contrapartida para a realização de transferências voluntárias pela União. Essa exigência é prevista na legislação sobre a matéria: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as leis de diretrizes orçamentárias. Com isso, muitos Municípios acabam privados dessas transferências por não poder arcar com tais contrapartidas, justamente aquelas localidades mais carentes e que mais delas necessitam”.

O projeto foi distribuído apenas a esta Comissão, cabendo a mim relatá-lo.

Análise

De fato, é frequente observarmos que muitos Municípios são impedidos de celebrar convênios com o governo federal ou estadual para o recebimento de recursos vitais, inclusive para obras destinadas à população mais carente, por não disporem de previsão orçamentária de contrapartida. Esses recursos são estratégicos para os Municípios, sobretudo para

aqueles de baixa renda, pobres, que enfrentam graves restrições fiscais.

Diversos estudos apontam como significativo e crescente o aporte de recursos da União via transferências voluntárias. Entre 1996 e 2008, foram celebrados 315,3 mil convênios para repasses de recursos federais a Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. Esses convênios totalizaram R\$ 221,8 bilhões no período.

A participação da receita oriunda de transferências voluntárias nos orçamentos dos Municípios e dos Estados é, de fato, baixa: 1,8%, no caso dos Municípios, e apenas 0,25%, no caso dos Estados e Distrito Federal.

Todavia, somente no período 2001-2008, as transferências voluntárias federais realizadas por meio de convênios aos entes subnacionais e às entidades privadas somaram R\$ 78,1 bilhões, perfazendo uma média anual de R\$ 9,8 bilhões. Por outro lado, somente para os Estados e Municípios, essas transferências totalizaram R\$ 8,7 bilhões, em 2009, R\$ 13,9 bilhões, em 2010, e R\$ 9,9 bilhões em 2011. Trata-se, portanto, de cifra relevante.

Logicamente, tem contribuído muito nesse sentido a constatação de que o aumento da carga tributária global do País está assentado em tributos cumulativos, ou seja, em contribuições sociais, onde a União é amplamente favorecida, por dispor de toda sua receita.

Todavia, cabe frisar que a LRF regulamenta a Constituição Federal, particularmente seu art. 163, que exige lei complementar para dispor sobre as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

Ela define normas de planejamento, controle, transparência e de responsabilização a serem observadas e atendidas pelos gestores das finanças públicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal não impõe regras de como repartir ou alocar os recursos no âmbito de cada Estado ou Município, como, aliás, não poderia deixar de ser, sob pena de descumprimento do preceito constitucional que assegura a autonomia e a independência que das diversas instâncias que compõem a Federação.

Entendemos, que as matérias referentes à alocação dos recursos próprios de cada ente da Federação, nos quais se insere a criação do fundo pretendido no projeto, circunscrevem-se na competência da legislação concorrente, nas áreas do Direito Financeiro e do orçamento, atribuída constitucionalmente a esses entes.

Também cabe lembrar que as normas das leis de diretrizes orçamentárias (LDO) já mitigam bastante a exigência de contrapartida da LRF, o que talvez torne o projeto de lei desnecessário.

A LDO da União para 2012 (Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011) traz dispositivos relativos às transferências voluntárias em seus arts. 39 a 43, em especial, a fixação dos valores mínimos das contrapartidas dos municípios.

Vê-se que os percentuais de contrapartida para os pequenos municípios são bastante reduzidos, de apenas 2% a 4% para os municípios de até 50 mil habitantes. Para os municípios maiores, mas localizados nas áreas prioritárias de atuação da SUDENE, da SUDAM e da SUDECO, são de apenas 4% a 8%.

Em suma, em conformidade com a Constituição Federal e com a LRF, as leis estaduais, inclusive de diretrizes orçamentárias e a do orçamento anual, são os instrumentos legais pertinentes à instituição de um fundo nos termos pretendidos. É esse o espaço normativo próprio para que sejam estabelecidas as responsabilidades dos respectivos tesouros, as dotações específicas de seus órgãos e Poderes, seus programas e projetos, e outras condições, aí incluídas a de seus fundos, e não a LRF.

Voto

Em face do exposto, somos pela rejeição do PLS nº 160, de 2011– Complementar.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao Projeto.

Sobre os itens 7, 8 e 9, os relatores pediram a sua retirada de pauta.

Portanto, agora, vamos para os dois itens finais, dois requerimentos.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA CAE Nº 13, de 2012

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmº Sr. Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Observações: 1. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, tive a preocupação de ligar para o nosso Senador e Ministro Francisco Dornelles, sobre esse requerimento, ponderando a ele que nós deveríamos fazer esse debate na Comissão Mista das MPs 563 e da 564, envolvendo o Ministro da Indústria e Comércio e também o Secretário Executivo da Fazenda e mais o Secretário Executivo da Integração Nacional.

Ele concordou conosco e eu pediria a V. Ex^a, se possível, que retirasse de pauta e aguardasse o seu retorno. Ele está fora do Brasil hoje, acompanhando questões familiares.

Vamos aguardar o seu retorno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos os Senadores estiverem de acordo, nós retiramos de pauta o **Item 14** e aguardamos o retorno do Ministro Pimentel.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, de 2012

Requer, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, destinada a instruir o Projeto de Lei Câmara nº 10 de 2012 que “dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003” (Lei Geral da Copa), com a presença, como expositor, do Presidente da Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, Senhor Joseph S. Blatter.

Sendo eu o autor, até para que esta audiência pública aconteça em conjunto com as demais Comissões, a CCJ e também com a Comissão de Educação...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Se V. Ex^a concordar, eu pediria para incluir a Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente, porque nós aprovamos, na última quinta-feira, a tramitação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

Portanto, nós incluiremos a CMA.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

A Comissão aprova o Requerimento nº 15, de 2012, da CAE.

Quero registrar aqui o meu agradecimento aos Senadores e Senadoras que participaram de mais esta reunião produtiva da Comissão de Assuntos Econômicos.

Na semana que vem não teremos reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, porque é feriado nacional e mundial, Dia 1º de Maio.

Portanto, quero agradecer ao trabalho e ao empenho de todos os Srs. Senadores – Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Pimentel, Senador Armando Monteiro, e a toda a equipe.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.)

Ata da Décima Oitava Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 8 de Maio de 2012, às 10 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy, Presidente eventual, e, posteriormente, do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Zezé Perrella, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo e Blairo Maggi, e, ainda, dos Senadores Paulo Paim e Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Roberto Requião, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 17ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 22 de 2012, de 24 de abril de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20 de 2004, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2012;

Aviso nº 23 de 2012, de 24 de abril de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de março de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 24 de 2012, de 27 de abril de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao primeiro trimestre de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; e, ainda, documentos enviados por cidadão. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Resolução do Senado nº 32 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “acrescenta artigo 50-A à Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para possibilitar os consórcios públicos municipais a contratação de operação de crédito externo e interno definidos na Resolução”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 2**– Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Deputado Roberto Gouveia, que “regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2007, Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde”, tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2007 e do Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2007. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 89 de 2007 e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 156 de 2007. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a

preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. **Item 4**– Projeto de Lei da Câmara nº 33 de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Júlio Redecker, que “altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979 (altera o prazo para pagamento de tributos incidentes nas importações sob o regime aduaneiro de drawback), tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório contrário ao Projeto. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Lobão Filho, designa o Senador José Pimentel Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 5**– Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 18/10/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 6**– Projeto de Lei da Câmara nº 85 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, que “determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate”, tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora, para reexame. **Item 7**– Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 361 de 2011, terminativo, de autoria

do Senador Ciro Nogueira, que “dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda. Em 24/4/2012, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. Encerrada a discussão, não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 24/4/2012, foi concedida Vista Coletiva. Em 7/5/2012, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador José Pimentel, pela rejeição do Projeto. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Francisco Dornelles e Luiz Henrique, Relator da Matéria. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos empregados em serviço de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo”, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, acatando as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAS, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAS. O Presidente em exercício da Comissão designa o Senador Blairo Maggi Relator “ad hoc” da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 4-CAE (Substitutivo) oferecida ao Projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a turno suplementar. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 21 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ampliar para trezentos e sessenta e cinco dias o prazo em que se aplica a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho

auferido na venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel residencial”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 138 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE, que acolhe parcialmente a Emenda nº 1-CI. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelo Senador Eduardo Braga. O Presidente em exercício da Comissão concede Vista ao Senador Eduardo Braga, nos termos regimentais. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 299 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte”, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 636 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 6/3/2012, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto, para que fosse alterado de complementar para ordinário. Após a leitura do relatório, é solicitada vista pelos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda. O Presidente em exercício da

Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 14**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do autor. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta. **Item 15** (extrapauta)– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 17 de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Braga e outros, que “requer, nos termos regimentais, seja convidado o excelentíssimo senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para debater o atual cenário da economia brasileira e as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança, instituídas pela Medida Provisória nº 567 de 2012, que estabelece regras para a desindexação da economia”. Usam da palavra os Senadores Eduardo Braga e Armando Monteiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 17 de 2012-CAE. **Item 16** (extrapauta)– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 19 de 2012, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que “requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir as iniciativas para redução das taxas de juros para o tomador final, as novas regras para as remunerações das cadernetas de poupanças, a expansão do crédito e a inadimplência no sistema financeiro brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Guido Mantega – Ministro de Estado da Fazenda; Senhor Murilo Portugal – Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Excelentíssimo Senhor Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin – Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e Senhor Mailson da Nóbrega – Economista e ex-Ministro de Estado da Fazenda do Brasil”. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço e Benedito de Lira. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 19 de 2012-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 18 e 20 de 2012. O Requerimento nº 18 de 2012, de iniciativa dos Senadores José Pimentel e Eduardo Braga, requer a realização de audiência pública para tratar da tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circula-

ção de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Nelson Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Senhor Amir Khair – Consultor Fiscal; Excelentíssimo Senhor Andrea Sandro Calabi – Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; e Excelentíssimo Senhor Carlos Mauro Benevides Filho – Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. O Requerimento nº 20 de 2012, de iniciativa do Senador Benedito de Lira, requer a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 83 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes”. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Lobão Filho**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Srs. senadores, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Como o Presidente, Senador Delcídio do Amaral, se encontra em viagem e o Vice-Presidente Lobão Filho está presentemente no Conselho de Ética, outra atividade importante no Senado, coube a mim, como Senador de maior idade, dentre os presentes – e já há quorum –, presidir a reunião, conforme diz o Regimento.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

AVISOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

– Aviso nº 22, de 2012, de 24 de abril de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2012.

– Aviso nº 23, de 2012, de 24 de abril de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de março de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

AVISO DO BANCO CENTRAL

– Aviso nº 24 de 2012, de 27 de abril de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao primeiro trimestre de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

DOCUMENTOS ENVIADOS POR CIDADÃO

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Foi apresentado requerimento de iniciativa do Senador Eduardo Braga, que convida o Exmº Sr. Guido Mantega nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2012 – CAE

Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o excelentíssimo senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para debater, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, o atual cenário da economia brasileira e as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança, instituídas pela Medida Provisória nº 567 de 2012, que estabelece regras para a desindexação da economia.

Assinam os líderes Senador Eduardo Braga, do Governo; Walter Pinheiro, do PT; José Pimentel, Blairo Maggi, Renan Calheiros; Gim Argello e Eduardo Amorim.

Acredito que todos os Srs. Senadores gostariam.

Tem a palavra o Senador Eduardo Braga, para justificar o requerimento de convite ao Ministro Guido Mantega.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na realidade este é um requerimento assinado por diversos líderes da Casa convidando o Ministro Guido Mantega para vir à Comissão de Assuntos Econômicos debater, Sr. Presidente, com as lideranças e os Senadores e Senadoras desta Casa um dos temas mais importantes da atualidade da agenda brasileira. Exatamente a questão da política monetária do País e a lei que estabelece mudanças futuras para a nova caderneta de poupança.

Creio que esse é um debate do interesse da Nação brasileira, esse é um debate do interesse tanto da classe empresarial, quanto da classe trabalhadora, quanto dos cidadãos brasileiros, porque envolve afinal uma política de baixa da taxa de juros que representará um novo patamar, tanto para o custo de financiamento para os investimentos no País quanto o custo do financiamento para o consumo no País, ou seja, nós teremos condições de, a partir daí, compreender efetivamente quais são os gargalos apresentados pelos bancos para que a taxa de juros esteja, com a taxa de juros de referência da Selic, no patamar de 9% e em queda. No entanto, continuamos tendo juros no mercado para consumidores individuais, pessoa física, e muitas vezes para a iniciativa privada em patamares de 30%, 40%, 50% ao ano.

Portanto, acho que é uma importante oportunidade para que o Senado da República, através da sua comissão pertinente ao tema e à matéria, possa debater com o Ministro Guido Mantega e prestar um esclarecimento à população brasileira diante de um dos grandes embates que o Brasil vive neste momento. Com a responsabilidade, é claro, e com a seriedade que o tema merece, tendo em vista a robustez do sistema financeiro brasileiro e do sistema bancário brasileiro diante do tamanho da nossa economia. Afinal, estamos falando da sexta economia do mundo, que representa hoje um movimento de algo como US\$1,8 trilhões no nosso PIB anual.

Portanto, esses são os esclarecimentos, Sr. Presidente. É claro que solicitando o apoio dos nossos Senadores e Senadoras, para que nós possamos convidar o mais rápido possível o Ministro Guido Mantega para vir à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dada a relevância do assunto, inclusive tendo já sido feito o contato com o Ministro, eu gostaria de informar que ele se dispõe a atender esse convite já na próxima terça-feira. Por esta razão, coloco em votação o requerimento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Armando, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria me somar a esse requerimento no sentido de reconhecer a oportunidade desse debate, que, de resto, já vem sendo percebido pelo conjunto da sociedade brasileira e que diz respeito a essa anomalia no Brasil que são os spreads praticados, as margens brutas de intermediação do sistema financeiro no Brasil, que representam realmente uma anomalia.

Não é possível que um país que tem hoje as condições macroeconômicas do Brasil, que tem, inclusive, na percepção da comunidade internacional, prêmios de risco que são cada vez mais baixos, um país que é credor externo líquido, que tem reservas maiores do que a sua dívida, que tem uma taxa básica de juros hoje que caminha para patamares, vamos dizer, de economias estabilizadas, não é possível convivemos com essas taxas de juros, que revelam claramente que o sistema financeiro nacional se caracteriza por uma grande concentração bancária. Ao que tudo indica, essa concentração tem produzido no mercado, dado o grande poder de um número pequeno de instituições, uma distorção que, de resto, está refletida hoje nessas taxas.

Reconhecemos, todavia, que essa agenda dos *spreads* é uma agenda densa, complexa, que nos remete ainda à discussão de outras questões ligadas à tributação. O Brasil é um dos países que tributam, de forma direta e indireta, de forma mais severa a intermediação. Diferente do que muitos ingenuamente supõem, ao tributar fortemente a intermediação financeira, nós não tributamos os bancos, nós estamos tributando o tomador do crédito, porque todo esse custo é repassado para o tomador do crédito.

Temos ainda um nível de depósitos compulsórios que também se constitui em algo que não tem referência no cenário internacional. O Brasil tem um nível de recolhimentos compulsórios altíssimo, inclusive até sobre depósitos a prazo, e isso tem, efetivamente, um custo na medida em que as instituições são obrigadas a recolher uma parcela expressiva de recursos.

Por outro lado, temos ainda a velha questão da insegurança jurídica. O Brasil é um País em que o sistema judicial tem, por assim dizer, um viés pró-devedor. Quando se questionam juros, adquire-se o direito de deixar de pagar o principal. Então, isso é algo que também não existe. E essa insegurança termina sendo levada para a taxa de juros; é uma espécie de um prêmio de risco que vai também para a taxa de juros.

Então, considero esta discussão extremamente oportuna. Somo-me aqui à manifestação do Líder Eduardo Braga: acho que precisamos fazer um debate responsável sobre essa questão. Não temos, evidentemente, propósito algum de querer, de certo modo, demonizar o sistema financeiro. O Brasil tem um sistema financeiro eficiente, saudável e que, portanto, representa um ativo valioso para o nosso País, mas temos que encontrar, efetivamente, padrões de *spread* que possam convergir para os níveis internacionais.

Era essa a manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – É importante e muito pertinente a sua manifestação, Senador Armando Monteiro, preocupado

em como tornar a economia brasileira mais competitiva e mais racional na cobrança de taxa de juros e de impostos. Então, certamente a presença do Ministro Guido Mantega será uma oportunidade para esclarecermos muito bem as iniciativas tomadas, na última semana, pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo Ministério da Fazenda.

Então, não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, por consenso, o requerimento que convida o Ministro Guido Mantega para, na próxima semana, comparecer, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, para debater a política monetária e econômica, sobretudo na questão da definição do rendimento das cadernetas de poupança, com novas regras de cálculo para esses rendimentos.

A Comissão, portanto, aprova o requerimento.

Vamos passar, agora, a algumas...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – Pois não.

Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na condição de Relator do **Item** nº 8, Projeto de autoria do Senador Paulo Paim, mantidos aqui alguns contatos e conversações com o Ministro Dornelles e outros Senadores, entendemos pedir a retirada de pauta, hoje, para um reexame da matéria. É o que solicito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – Tendo em conta a anuência do Relator, Senador Paulo Paim, ...

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer muito ao Senador Luiz Henrique pelo empenho com que tem tratado essa matéria, porque mostra que estávamos certos, quando, lá atrás, apresentamos um projeto, dizendo que, em hipótese nenhuma, o empréstimo consignado poderia ser mais do que 5%. Se o Governo quiser colocar em 0%, excelente, terá sempre as palmas de todos nós. Mas, como estamos tentando construir uma alternativa que vá na linha da iniciativa da Presidenta Dilma, entendemos que é bom que saia de pauta. Mas que bom que a tese, Senador, que todos defendemos é a tese que o Governo entendeu que está correta: de que a taxa de juros tem que, efetivamente, ser diminuída.

Então, tiramos de pauta, vamos tentar conversar sobre o tema e poderemos chegar a um entendimento, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – Então, fica retirada por consenso do autor e da relatoria o **Item 8**.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar os Senadores Luiz Henrique e Paulo Paim, pela decisão de reexaminarem o assunto, mesmo porque hoje já foi uma decisão tomada pelo Governo no sentido de impedir, de evitar qualquer tipo de indexação como esquema de reduzir taxa de juros.

Além disso, a Constituição estabelece que assuntos relacionados com o sistema financeiro têm que ser tratados por lei complementar.

De modo que cumprimento os Senadores Luiz Henrique e Paulo Paim por reexaminarem o assunto. E pediria, se fosse possível, que olhassem o parecer e o voto, também a posição do Governo aqui trazida pelo Senador Pimentel, que examina de forma muito profunda a matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP) – V. Ex^a se referiu ao outro **Item**?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, ao mesmo **Item**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP) – Ao mesmo **Item**. Ah, muito bem.

Então está de acordo com o encaminhamento.

Fica retirado de pauta o **Item 8**.

(É o seguinte o **Item** retirado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2005

– Terminativo –

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic).

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Luiz Henrique)

O relator, o Senador Armando Monteiro, solicitou a retirada de pauta do **Item** nº1.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 32, DE 2007

– Não Terminativo –

Acrescenta artigo 50-A à Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para possibilitar os consórcios públicos municipais a contrata-

ção de operação de crédito externo e interno definidos na Resolução.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Armando Monteiro

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Antes de V. Ex^a iniciar a Ordem do Dia, também está à mesa o requerimento apresentado pelo Senador Pimentel e por mim no sentido de aprovar aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública sobre comércio eletrônico, para que possamos também discutir aqui um tema que é extremamente importante para a Federação brasileira. E, num entendimento que está sendo buscado entre os diversos Senadores desta Casa, seria aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, debatida a questão do comércio eletrônico.

Portanto, pediria a V. Ex^a que, da mesma forma que colocou em votação ainda há pouco o requerimento a respeito do convite ao nosso Ministro Guido Mantega, para debatermos um tema extremamente importante como a questão da caderneta de poupança, da taxa de juros, da política monetária brasileira, também colocasse em votação o requerimento para esta audiência pública, que reputo extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP) – Tendo em conta...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na condição de autor do primeiro projeto que trata sobre essa matéria, que visa o compartilhamento da tributação do ICMS sobre vendas virtuais entre os Estados de origem e os Estados de destino, apóio integralmente esse requerimento do ilustre líder do Governo, Senador Eduardo Braga. E peço a V. Ex^a que, tendo em vista a urgência dessa matéria, tendo em vista o quanto os Estados de destino estão perdendo de receita e o quanto essa receita está se concentrando nos Estados de origem, essa audiência seja marcada o mais rápido possível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Luiz Henrique. Vamos procurar atender o seu pedido.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Senador Suplicy, apenas para um escla-

recimento de encaminhamento ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Luiz Henrique. Esta matéria está pautada em tese para ser votada amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ela, em seguida, virá para esta Comissão? Temos requerimento em plenário?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Não. Na realidade, PEC não tem discussão além da Comissão de Constituição e Justiça; a PEC será discutida e votada na CCJ.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– De forma terminativa?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sim, de forma terminativa. Aqui... Terminativa, não!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Vai a plenário?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Vai a plenário. Agora, nós queremos debater o comércio eletrônico – não a PEC; o comércio eletrônico...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Independente da PEC.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– ... aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, para que nós possamos esclarecer todas as dúvidas com relação ao comércio eletrônico. E, enquanto está tramitando o projeto de emenda à Constituição, faríamos aqui o debate, na CAE, para que nós não retardássemos ainda mais a votação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Senador Ricardo Ferraço, então...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB –

ES) – Essa era, exatamente, a minha dúvida, ou seja, essa audiência pública não interrompe o processo de debate e votação, possivelmente, na Comissão de Constituição e Justiça. Mas subscrevo, integralmente, a manifestação do Senador Eduardo Braga e do Senador Luiz Henrique, porque há um trâmite entre a CCJ e o Plenário, e isso vai possibilitar a socialização do acesso às informações. Portanto, considero relevante. Se pudermos aprovar nesta reunião, será de muito bom grado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pela

ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT

– SP) – O Senador Blairo Maggi tem a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito

obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, só para também aqui registrar o meu endosso a esse pedido do Líder. Acho que não podemos parar essa discussão, e o Senador

Ricardo tem razão ao questionar se isso era protelatório ou não. Não; pelo contrário, queremos acelerar.

Esse é um assunto que está ligado, Senador Ricardo Ferraço, àquela Resolução nº 72 que aqui foi aprovada. Há um acordo, por parte do Governo e das Lideranças, de nós, o mais rápido possível, fazermos com que o comércio eletrônico tenha uma nova regra, para que os Estados brasileiros que hoje perdem muitos recursos possam ser recompensados por parte dessa arrecadação que está perdida.

Então, quero aqui também dar o meu parecer favorável para que possamos votar esse requerimento, fazer a audiência pública, mas, enquanto isso, tudo o que está tramitando continue na velocidade em que estamos fazendo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Aloysio Nunes tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria manifestar a minha estranheza quanto a essa celeridade proposta pelos dois Senadores que me antecederam, pelo seguinte: quando se tratou de discutir a Resolução nº 72, o Senador Ricardo Ferraço propôs audiências públicas aqui e lá, e não houve nenhuma objeção da parte de ninguém a que se realizasse audiência pública para discutir a matéria, no seu mérito econômico, assim como, na sua juridicidade, constitucionalidade e também mérito na Comissão de Justiça. Quer dizer, naquela ocasião, tudo bem; vamos fazer audiência pública, e só quando a matéria for plenamente instruída nas duas comissões é que vamos votar. Essa era a posição do Senador Ricardo Ferraço.

Agora, o Senador Blairo Maggi alega um acordo que eu não sabia que existia; é uma novidade para mim. Alega um acordo firmado pela Liderança do Governo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas esse acordo não me inclui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois é, mas estou vendo que houve um acordo... Estamos vendo que houve um acordo: olhe aqui, vamos votar o fim da guerra dos portos e, em seguida, vamos votar, sem protelação... E “sem protelação” significa o seguinte: sem discutir aprofundadamente o assunto do comércio eletrônico.

Então, é um acordo do qual o Estado de São Paulo, por exemplo, não faz parte; do qual o PSDB não faz parte. Que fique claro isso. Quer dizer, é um acordo em que alguns Estados, mediante seus representantes, fizeram um entendimento com o Governo para encaminhar, conjuntamente, duas matérias que,

em si, não têm nada a ver uma com a outra. Então, quero apenas registrar essa minha estranheza.

Quando se tratou de discutir a guerra dos portos, “ah, vamos discutir, vamos fazer audiência pública”. Não sei com quantas pessoas, vinte pessoas, fizemos duas rodadas. Não cabiam na mesa, então fizemos duas rodadas de expositores sobre a Resolução nº 72. Os Senadores se lembram disso: duas rodadas! No entanto, agora, não se pode esperar uma semana – uma vez que não foi votado, ainda, o requerimento de autoria de V. Ex^a e meu na Comissão. Mas já se diz que não se pode esperar uma semana.

De qualquer maneira, essa é uma questão que não pode ser levantada aqui perante esta Comissão, uma vez que a PEC não se encontra nesta Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas quero apenas manifestar a minha profunda estranheza e inconformidade com essa espécie de rolo compressor que se quer passar aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu queria apenas esclarecer que, na Comissão de Constituição e Justiça foi apresentado um requerimento.

Presidente Edison Lobão, já lhe vou passar, só para...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Fique à vontade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tem, tem rolo, é lógico. Seis meses aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi apresentado um requerimento de natureza semelhante a esse, onde são convidados o Sr. Nelson Barbosa, Amir Khair, Andrea Sandro Calabi e Carlos Mauro Benevides Filho, os mesmos que estão agora sendo sugeridos pelo Senador José Pimentel e demais líderes e está previsto para ser apreciado na próxima semana. Com respeito a este requerimento, regimentalmente, ele deve ser objeto de leitura hoje, e votado na próxima terça-feira, onde, inclusive, já está prevista audiência com o Ministro Guido Mantega. Portanto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe, Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a usou dois pesos e duas medidas. O requerimento de convite ao Guido Mantega foi lido e votado agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi pela razão...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, preciso discutir essa matéria ainda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – No caso, foi considerada pela tempestividade do assunto e, conforme prevê a situação, havendo entendimento de todos e havendo a própria iniciativa do Ministro em aceitar, então... Mas isso, na verdade, implica, então, que este requerimento pode ser aprovado – está havendo o consenso de todos – na próxima reunião para a audiência ser realizada, acredito, certamente a tempo de termos o aprofundamento do debate a respeito para a outra semana. Acredito que, na Comissão de Constituição e Justiça, isso será respeitado, para se respeitar o esclarecimento dado por esses convidados. E gostaria de, inclusive, confirmar a todos que ainda, na última quinta-feira, os Senadores Aloysio Nunes, Marta Suplicy e eu próprio, de São Paulo, apresentamos ao Relator Renan Calheiros da PEC do comércio eletrônico uma sugestão que, acreditamos, poderá ser apreciada e acatada. Talvez isso mereça ainda esse aprofundamento do debate.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, creio que está havendo aqui uma ligeira, vamos dizer assim, confusão com o entendimento.

Veja, são duas matérias distintas, Sr. Presidente, uma coisa é a discussão da PEC na Comissão de Constituição e Justiça, que está sob pauta para ser votada amanhã na Comissão de Constituição e Justiça o requerimento apresentado pela bancada de São Paulo aqui, no Senado da República, para que se tenha uma audiência pública sobre a PEC do comércio eletrônico.

O outro requerimento que está sobre a mesa, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, é para que possamos debater o comércio eletrônico. Uma coisa é discutir o projeto de emenda constitucional do comércio eletrônico, a outra coisa é discutir o comércio eletrônico em geral, onde vamos discutir não apenas as questões tributárias e os impactos tributários do comércio eletrônico, mas também vamos discutir os aspectos econômicos e sociais que o comércio eletrônico está trazendo para o País, inclusive com o anúncio agora de *sites* de comércio eletrônico no atacado sobre empresas, o que, obviamente, trará outras complicações. Portanto, a solicitação que fiz a V. Ex^a é para que possa fazer a leitura e, se for da decisão do Plenário, votar também a questão, tal qual foi feito com relação à questão do Ministro Guido Mantega, o

requerimento no dia de hoje. Se não, fazemos a leitura e na próxima reunião nós votaríamos a questão da audiência pública com relação ao comércio eletrônico.

Mas são matérias distintas, Sr. Presidente, não é possível que se faça na Comissão de Assuntos Econômicos debates sobre emenda constitucional, pois não é regimental o debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou proceder, então, à leitura.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nem o casuísta mais hábil e sutil seria capaz de produzir distinção como essa feita pelo nobre líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O nobre e eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, como competente representante do Estado de São Paulo, tem todo o direito de tentar procrastinar o debate, que é de interesse de todos os Estados da Federação e cujo único beneficiário é o Estado de São Paulo. Acreditamos que nós, aqui na Casa da Federação, teremos, obviamente, o direito de fazer aqui o mais amplo debate com relação à questão do comércio eletrônico. Mas aqui queremos debater, na Comissão de Assuntos Econômicos, comércio eletrônico, não o projeto de emenda à Constituição do projeto eletrônico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, fui citado de uma maneira...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não quero procrastinar nada, nobre líder Eduardo Braga. Não sou disso, não faço isso, não é meu jeito de trabalhar, não quero procrastinar coisa nenhuma. Quero discutir o assunto com a amplitude, a amplitude, a profundidade que ele merece, apenas isso.

O projeto da guerra dos portos ficou aqui seis meses em discussão, teve troca de relator, V. Ex^a assumiu a relatoria e fez um belo parecer. Agora, apenas pediria que se discutisse com a mesma profundidade o tema do comércio eletrônico, que é uma das modalidades do comércio não presencial alcançado pela PEC que está sob exame da Comissão de Justiça. V. Ex^a está sendo injusto comigo ao afirmar que a minha intenção é procrastinar. Não sou chicaneiro em matéria jurídica e nem em matéria legislativa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, fui citado pelo Senador Aloysio e gostaria de dizer algo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de dizer que de

fato temos um acordo com a liderança e com o Governo. Agora, se o Senador Aloysio não participou, se o PSDB não participou, na verdade, para levar adiante a Resolução nº 72, nas reuniões de liderança foi dito que iríamos colocar a 72 e iríamos levar o comércio eletrônico, fazendo as votações. Agora, ninguém está aqui querendo dizer que não vamos discutir, temos de discutir, sim. O que eu disse é que não gostaria de fazer as discussões enquanto a Comissão de Constituição e Justiça está fazendo o seu debate. Ela continua fazendo o debate dela lá e nós vamos fazer o debate do comércio eletrônico aqui, conforme proposto pelo líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, fui citado nominalmente pelo eminente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Braga, V. Ex^a já deu diversas explicações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Lamento, mas queria deixar claro que o meu respeito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira é muito maior do que o debate de um tema tão específico como este, não só pela competência, mas também pela história de vida pública que o Senador Aloysio Nunes Ferreira tem neste País, não no Estado de São Paulo. Portanto, quero deixar aqui registrada a minha admiração e o meu respeito pelo Senador Aloysio, mas deixar claro que estamos aqui querendo debater o comércio eletrônico de uma forma muito mais abrangente, envolvendo aspectos econômicos, sociais, tributários e não apenas a questão do compartilhamento tributário, como estabelece o Projeto de Emenda Constitucional que tramita na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E é recíproco, Senador, o respeito e a amizade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Assistindo a este que não é um conjunto de elogios eletrônicos, mas presencial entre os dois Senadores, quero dizer que essa alternativa, meu caro Senador Suplicy, nós discutimos desde o primeiro momento. Refiro-me à alternativa do debate. Discutimos inclusive com V. Ex^a, com a Senadora Marta, lá na Comissão de Constituição e Justiça, por entender que o aspecto puro e simples da constitucionalidade que deve ser o objeto central da apreciação na CCJ não pode, de forma nenhuma, apagar e eliminar a possibilidade de esta Comissão adentrar, de forma minuciosa, o tema comércio eletrônico.

Portanto, a sua sutileza, seu impacto, as questões inclusive até muito próprias de cada Estado de brigar aqui pela relação entre origem e destino, a possibilidade de receita, a possibilidade de regulamentar, de uma vez por todas, essa transação que cresceu enormemente nos últimos sete anos, na proporção de dez vezes mais. Saímos de 1,8 bilhão para 18,7 bilhões. Essa é a questão. Então, é importante que entendamos isso.

Então, não pode ser – e aí eu até concordo com o Senador Aloysio – só um momento de afastar o debate de uma comissão trazendo para outra, mas é de aprofundar o tema no local adequado. Logo, penso que é correto isso. Eu não sinto, por parte do Senador Aloizio, nenhuma manobra protelatória, mas muito mais até – diria – assim como V. Ex^a, no sentido de qualificar o debate e fazer de forma legítima a defesa inclusive dos interesses dos Estados que V. Ex^{as} representam nesta Casa.

Portanto, é importante que façamos aqui o debate sem o prejuízo da constitucionalidade, do aspecto de que deve ser tratada a matéria. E vamos adentrar exatamente no que é o cerne da questão, para a gente, aprofundando esta matéria, ter a oportunidade de votar em plenário com as condições ideais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Gostaria de pedir licença para a leitura do requerimento do Senador José Pimentel, que ainda não foi lido.

REQUERIMENTO Nº 18/2012

Requeiro, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar de assunto de interesse público relevante a saber: a tributação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico.

Recomenda que sejam convidados Senhor Nelson Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Senhor Amir Khair – Consultor Fiscal; Excelentíssimo Senhor Andrea Sandro Calabi – Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; e Excelentíssimo Senhor Carlos Mauro Benevides Filho – Secretário da Fazenda do Estado do Ceará.

Este requerimento será objeto de deliberação na próxima reunião, juntamente com o outro requerimento que passo a ler, do Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 19, de 2012

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição e do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audi-

ência pública no âmbito desta Comissão, para discutir e debater sobre as iniciativas para a redução das taxas de juros para o tomador final, as novas regras para as remunerações das cadernetas de poupança, sobre a expansão do crédito e a inadimplência do sistema financeiro.

Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para debater o assunto:

Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda;

Sr. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos;

Sr. Antonio Herman de Vasconcellos e Beijamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça;

Sr. Mailson da Nóbrega, Economista e ex-Ministro de Estado da Fazenda no Brasil.

Em parte, este requerimento está atendido no que diz respeito ao Ministro Guido Mantega.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra para justificar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu consulto V. Ex^a e os pares desta Comissão, chamando atenção do meu querido e estimado amigo Senador Eduardo Braga para esse requerimento, porque, na prática...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Ricardo Ferraço, eu vou pedir que o Senador Lobão Júnior, que é o Vice-Presidente, Presidente efetivo hoje, possa presidir a reunião e dar continuidade aos trabalhos.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Não, não, o Senador Eduardo Suplicy pode esgotar o assunto do requerimento do Senador Ricardo Ferraço e, logo a seguir, eu assumo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bom.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senado Lobão Filho.

Mas eu chamo a atenção do Senador Eduardo Braga. Eu, se estivesse aqui, também teria subscrito, pela tempestividade e oportunidade, convite ao Ministro Guido Mantega, para que nós pudéssemos debater a nova remuneração da poupança, pela relevância do tema, por ser a poupança brasileira algo que é do absoluto interesse de pelo menos 100 milhões de brasileiros que são poupadores.

Mas o meu requerimento, Senador Eduardo Braga, vai um pouquinho além. Eu não considero conveniente que façamos isso na mesma reunião. Acho que ouvir o Ministro Guido Mantega é importante; mas acho que nós precisamos convidar a Febraban; precisamos

convidar o Dr. Murilo Portugal. Eu estou também considerando o convite ao ex-Ministro Mailson da Nóbrega, por ser um tema estruturante, mas não na mesma reunião. Numa reunião, nós ouviríamos especificamente o Ministro da Fazenda; mas, numa outra, eu acho que nós poderíamos debater o aprofundamento desse tema.

Então, aqui peço vênha a V. Ex^a: da mesma forma que nós aprovamos o outro requerimento, que nós pudéssemos também aprovar esse como forma de ficarmos na lista para uma audiência pública a ser marcada depois que nós pudéssemos consultar os nossos convidados.

Eu peço apoio para ver se, após essa audiência com o Ministro Guido Mantega, nós pudéssemos aprofundar o debate aqui com outras importantes autoridades, economistas, enfim, e que nós pudéssemos tratar desse tema. O que peço a V. Ex^a é o mesmo tratamento que foi dado ao requerimento anterior, usando o discurso de V. Ex^a, pela tempestividade do tema. Não são requerimentos que colidem, nem conflitam. São requerimentos que se complementam, e acho que a Comissão de Assuntos Econômicos tem de fato esse tema como um tema importante.

É o pedido e o apelo que faço a V. Ex^a e ao conjunto dos nossos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Ricardo Ferraço, eu concordo com a relevância da sua iniciativa, mas queria ressaltar que existe o Ato nº 1, de 2011, da CAE, que prevê a leitura e salvo nos casos excepcionais... Mas, de qualquer maneira, como está prevista a audiência, e V. Ex^a mesmo concorda que primeiro será bom ouvir o Ministro Guido Mantega, o requerimento de V. Ex^a, assim como o outro, poderia...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu só estou achando que a Comissão poderia ter um peso e uma medida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se nós demos esse mesmo tratamento para discutir poupança e juros, por que não darmos o mesmo tratamento para, na semana seguinte, nós também ... Evidentemente, se for do interesse do conjunto dos Senadores.

É o apelo que faço.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há uma diferença nos dois, no sentido de que, no caso do requerimento ao Ministro Guido Mantega, ele já concordou, enquanto que no caso dos três outros nomes teríamos que consultá-los e ainda não estaria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não seria para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Seria para deixar já aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... como forma de nós contactarmos os nossos convidados. Não estou propondo que seja no mesmo dia do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre o tema?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não, não é sobre esse tema atual. Mas é um tema igual.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Acho que seria importante concluir esse tema.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, vamos concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tendo em conta a argumentação do Senador Ricardo Ferraço, eu não teria objeção, se houver consenso e todos consideramos a tempestividade do tema e a sua relevância, que possam os três outros nomes, o Presidente da Febraban, Murilo Portugal; Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, do STJ; e o ex-Ministro Mailson da Nóbrega, serem convidados para numa ocasião posterior. Se todos, por consenso, considerarem, que possa ser aprovado com o mesmo critério de tempestividade, vamos colocar em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Benedito de Lira, o Senador Lobão Filho vai assumir a Presidência, mas transmito a ele que V. Ex^a é o primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, bom dia.

Dando prosseguimento a esta reunião, passo ao **Item 2** da pauta, que foi retirado a pedido da relatora. O **Item 3** também foi retirado a pedido da relatora. (São os seguintes os itens retirados:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2007 – Complementar – Não Terminativo –

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras providências, (apli-

cação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).

Autoria: Deputado Roberto Gouveia

TRAMITA EM CONJUNTO

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2007 –
Complementar
– Não Terminativo –**

Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

ITEM 3

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010
– Não Terminativo –**

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Passamos, então, ao **Item 4** da pauta.

ITEM 4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2008
– Não Terminativo –**

Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 3 de dezembro de 1979. (Altera o prazo para pagamento de tributos incidentes nas importações sob o regime aduaneiro de drawback).

Autoria: Deputado Júlio Redecker

Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatório: Contrário ao Projeto.

Na ausência do Senador Humberto Costa, designo *ad hoc* o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos, como é o caso.

O PLC nº 33, de 2008, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo le-

gislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF), quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, I; 48, I; 153, I da CF).

É adequado do ponto de vista orçamentário-financeiro, pois não dá causa a renúncia de receitas, eis que apenas flexibiliza o prazo inicial de suspensão de tributos, sem lhes alterar o valor suspenso.

Relativamente à técnica legislativa, o projeto descumprir dois ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998:

a) apresenta ementa vazia ou cega; e

b) indica, em seu art. 1º, o objeto da lei de forma incompleta.

O art. 4º do Decreto-Lei nº 1.722, de 1979, que o art. 2º do projeto quer alterar, hoje prevê que o pagamento dos tributos no *Drawback* Suspensão poderá ser suspenso pelo prazo de um ano, prorrogável por mais um ano, exceto nas importações destinadas à produção de bens de capital, cujo prazo máximo será de cinco anos.

Por meio do Projeto de Lei (PL) nº 765, de 1995, o Deputado Júlio Redecker propôs a ampliação do prazo de suspensão para o mínimo de dois anos, prorrogável até cinco anos. Segundo sua justificação, um ano é prazo exíguo para indústrias que sofrem a influência de fatores cíclicos, como faz a moda nas indústrias têxtil e calçadista.

Passo seguinte, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio (CEIC) da Câmara dos Deputados, em 24 de abril de 1996, reduziu para dois anos o prazo máximo de suspensão, sob o correto argumento de que os acordos firmados no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul) vedam aos países signatários adotar prazos superiores a dois anos para o *Drawback*. Com efeito, esse é o teor do art. 7º do Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, cuja inteira execução é determinada pelo Decreto nº 1.700, de 14 de novembro de 1995.

Ao final, a redação da Comissão de Assuntos Econômicos para o dispositivo prevaleceu no que veio a ser o PLC nº 33, de 2008.

Vale registrar que a saída encontrada pelo Governo brasileiro, em face da crise financeira surgida no quarto trimestre de 2008, para extrapolar o prazo de dois anos acordado no Mercosul foi a prorrogação casuística por lei.

Assim, o art. 13 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, prorrogou, em caráter excepcional, por um ano, os prazos com vencimento entre 1º de outubro de 2008 e 31 de dezembro de 2009. O art. 61 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, prorrogou por mais um ano aqueles prazos e os com vencimento em 2010. O art.

8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, prorrogou por ainda mais um ano aqueles prazos e os com vencimento em 2011. Vê-se que, excepcionalmente, em função da crise financeira, o prazo máximo de operações de *Drawback* já concedidas alcançará os cinco anos originalmente almejados pelo Deputado Redecker.

Embora o art. 1º do PLC enuncie que seu propósito é dilatar o prazo inicial do *Drawback* Suspensão, a redação do art. 2º propicia o efeito contrário. Quando o art. 2º diz que o pagamento dos tributos poderá ser suspenso pelo prazo de até dois anos, dá margem a que a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior conceda prazo inicial inferior ao atual de um ano.

O art. 93 da Portaria Secex nº 23, de 14 de julho de 2011, que dispõe sobre as operações de comércio exterior, reza que o prazo de validade do ato concessório de *drawback* será compatibilizado com o ciclo produtivo do bem a exportar. Assim, por exemplo, o ciclo de crescimento do mamão é de quatro a sete meses, sendo mais curto no verão. Os produtores exportadores de mamão importam sob o regime de *Drawback* Suspensão caixas de papelão para embalar a fruta exportada. Hoje, a Secex concede o prazo mínimo de um ano para realizar a exportação do mamão. Se convertido em lei o PLC nº 33, de 2008, a Secex seria obrigada a conceder prazo inicial de apenas sete meses.

Em resumo: o PLC nº 33, de 2008, não inova ao manter em dois anos o prazo máximo de suspensão do *drawback*, porque os acordos firmados no âmbito do Mercosul não permitiriam a ampliação desse prazo. Quando inova, ao flexibilizar a duração do prazo inicial de suspensão (hoje obrigatoriamente de um ano), muda para pior, pois passa a admitir prazos iniciais inferiores a um ano. Assim, a alteração proposta no art. 2º do PLC nº 33, de 2008, não merece prosperar.

Na tramitação do PL nº 765, de 1995, na Câmara dos Deputados, a revogação do § 3º do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, veiculada no art. 4º do PLC nº 33, de 2008, tem como única justificativa tornar explícita a cláusula revogatória, adequando a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998. Não se desvela a razão aduaneira subjacente à pretensão.

A pretendida revogação, além de não ter justificativa plausível, não se coaduna com a boa prática atual de concessão do *Drawback* Suspensão. É imprescindível que, aos órgãos competentes para a concessão do regime e para o desembaraço das mercadorias importadas, o interessado:

a) preste as informações sobre os bens ou insumos a serem importados;

b) prometa que os bens e insumos serão utilizados no prazo e para os fins previstos;

c) ofereça garantia dos tributos suspensos, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Quando do desembaraço de importação do insumo, o importador assina termo de responsabilidade em que constam a especificação e o valor dos tributos suspensos. A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) deixa de exigí-lo somente quando monitora permanentemente a regularidade aduaneira do importador, caso daqueles habilitados ao Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul – Instrução Normativa SRF nº 476, de 13 de dezembro de 2004).

Se o exportador descumprir as normas do *Drawback*, o crédito tributário representado no termo de responsabilidade será encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição em dívida ativa (art. 5º da Instrução Normativa nº117, de 2001). Assim, o termo de responsabilidade é uma declaração que poupa a Receita Federal do Brasil de proceder ao lançamento dos tributos e de aguardar o trânsito em julgado do contencioso administrativo que dele geralmente decorre.

Ao eliminar a faculdade de a Receita Federal do Brasil exigir a formalização do termo de responsabilidade por ocasião do desembaraço aduaneiro do insumo importado, o art. 4º do PLC nº 33, de 2008, poderia retardar em demasia a recuperação do crédito tributário devido pelo exportador descumpridor das normas do *Drawback*.

Por essa razão, o art. 4º do PLC nº 33, de 2008, também não merece prosperar.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2008.

É esse, Sr. Presidente, o parecer do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Pediria aos Senadores que estão nos gabinetes que venham a esta Comissão para votarmos os projetos terminativos, já que precisamos da presença de mais um Senador.

Antes de irmos para o **Item** nº5, passo a palavra ao Senador Benedito de Lira, pela ordem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente, porque gostaria de fazer não é bem uma reclamação, mas uma solicitação.

No dia 16 de março de 2011, foi protocolado na Secretaria desta Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 86, de 2011. A matéria teve a sua tramitação regular, etc., mas, quando chegou no dia 24 de

maio, também de 2011, foi apresentado pelo Senador Demóstenes Torres requerimento, pedindo audiência pública para essa matéria.

Decorreu o tempo, e, no dia 20 de setembro, entrei, então, com um requerimento, pedindo a suspensão, o cancelamento da audiência pública, considerando que não havia interesse para fazê-la por parte de quem a requereu, pois, assim, não o demonstrou.

Posteriormente, no dia 22 de novembro de 2011, outro requerimento do nobre Senador Demóstenes Torres, requerendo, de novo, a audiência pública.

Ora, Sr. Presidente, já estamos no mês de maio de 2012, já decorreram mais de seis meses do último requerimento e um ano do protocolo do projeto de lei complementar. É uma matéria polêmica, tudo bem, que se ouçam as partes interessadas. Agora, não podemos é procrastinar o processo a ponto de não dar continuidade à sua tramitação. O Plenário da Comissão é soberano para fazer audiência pública e, na proporção que o relator apresenta o seu relatório, votará favorável ou contra. O que não podemos é continuar com um processo, ou com um projeto de lei, de qualquer Senador, passar um ano, para poder, então, fazer essa audiência pública, que não teve outro sentido, nobre Senador Aloysio, senão procrastinar o processo.

É um processo de interesse dos pequenos, não é dos grandes. Talvez, se fosse dos grandes, já tivesse sido definido, mas é dos pequenos. E me lembro muito bem, quando uma pessoa me disse, certa vez, numa conversa política, como é difícil atender os pequenos. E é verdade, nobre Senador Aloysio, nobre Senador Blairo.

Então, Sr. Presidente, faço a V. Ex^a dois requerimentos, ao mesmo tempo: ou que se suspenda a audiência pública, considerando que não se demonstrou interesse em fazê-la, para que o processo retome a sua tramitação regular, ou que V. Ex^a determine uma data para que possamos fazer essa audiência pública para ouvir as pessoas indicadas no requerimento pelo eminente Senador Demóstenes Torres.

Essa é a reclamação que faço a V. Ex^a.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira, só posso colocar em votação esse requerimento, assim que for apresentado formalmente e eu possa fazer sua leitura. Após a deliberação do Plenário desta Comissão, em se mantendo a audiência pública ou em se derrubando a audiência pública a pedido de V. Ex^a, é que poderíamos proceder com a continuidade desse projeto.

Então, peço a V. Ex^a que encaminhe a esta mesa o requerimento, pedindo o cancelamento dessa audi-

ência pública para que eu possa submetê-la ao Plenário desta Comissão.

Obrigado, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a e o farei imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Dando continuidade à matéria que o nobre Senador José Pimentel acaba de relatar, está em discussão.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

Eu perguntaria a este Plenário se poderíamos passar aos projetos terminativos, já que conseguimos o quórum qualificado.

Coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Então, passamos ao **Item 7**.

ITEM 7

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, de 2011 – Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre impressoras de caracteres Braille.

Autoria do Projeto: Senador Ciro Nogueira

Relatoria do Projeto: Senador Cyro Miranda

Observações:

1. Em 24/4/2012, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F.

Com a palavra o relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, já foi lido o relatório de autoria do Senador Ciro Nogueira, e é turno suplementar, não é votação nominal, não foi apresentada emenda, de maneira que não tenho nenhum reparo a fazer. Foi aprovado em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. nº 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas qual é o **Item**?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – **Item** nº 7.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador, o **Item** 11. Ah, V. Ex^a não chegou lá ainda. Eu aguardo.

Item 11 é um projeto terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, o **Item** nº 8...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Há possibilidade de pedir inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O **Item** nº 8 foi retirado. Passo, então, ao **Item** nº 11, a pedido de V. Ex^a.

Item 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE e da Emenda nº 2-CE, que acolhe parcialmente a Emenda nº 1-CI.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CI;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, gostaria de solicitar vista desse projeto, **Item** 11 da pauta, para que possa tirar algumas dúvidas pertinentes ainda com relação a essa matéria.

Peço vista a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Eduardo Braga, a vista só pode ser concedida depois da leitura do relatório por parte do relator.

Com a palavra o nobre relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, de autoria do Senador Inácio Arruda, que propõe destinar o mínimo de 50% (cinquenta por cento) para educação, do total dos recursos destinados ao Fundo Social para financiar projetos e programas sociais. O projeto também contém dispositivo que permite ao Poder Executivo, sem anuência do Congresso Nacional, propor o uso de recursos correspondentes ao principal do Fundo Social, na etapa inicial de formação de poupança do fundo.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Infraestrutura, na qual recebeu parecer favorável, em 04 de agosto de 2011, com uma emenda da relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, suprimindo o dispositivo que autorizava o saque de recursos do montante principal do Fundo Social.

Aquela comissão considerou que, se o objetivo do Fundo é criar poupança de longo prazo, somente seus rendimentos podem ser utilizados, devendo ser preservado o principal.

Em 31 de agosto de 2011, por requerimento dos Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizou audiência pública para instruir o projeto, com os seguintes convidados: Carlos Augusto Abicalil, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino; Estevão Cruz, Diretor de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação; Leocádia Maria da Hora Neta, Representante da União Nacional dos Dirigentes – Undime; e Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal.

Passemos à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de matérias que lhe sejam submetidas por despacho do Presidente.

Nono que diz respeito aos aspectos constitucionais e legais, não há reparos a fazer. Em particular, a ini-

ciativa do PLS é legítima, pois dispõe sobre temas de competência da União, conforme o art. 48 da Constituição Federal, sem invadir a competência privativa de iniciativa do Presidente da República.

Quanto ao mérito, consideramos louvável a proposta de destinar no mínimo metade dos recursos do Fundo Social para a educação. Como lembra o autor em sua justificção, trata-se de “um ato de comprometimento com a elevação quantitativa e qualitativa da educação no Brasil”.

A destinação de recursos mais expressivos para a educação é coerente com as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, enviado pela Presidenta Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, em dezembro de 2010. Entre as metas estão: universalizar o atendimento escolar às crianças de quatro e cinco anos; universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de seis a quatorze anos; oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de educação básica; duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio; formar cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação e; ampliar o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto do País.

Estudantes de todo o País têm se mobilizado para inserir, entre as pautas prioritárias do debate sobre o desenvolvimento nacional, a destinação de 10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré-sal para educação. Não há dúvidas de que essa é uma demanda que encontra apoio de toda a sociedade, por ser legítima, justa e adequada à construção de uma nação democrática, igualitária e soberana. A geração de empregos e de qualificação profissional, assim como a garantia dos direitos sociais, depende do investimento em setores estratégicos de nossa sociedade de nossa economia.

Entre os setores que mais podem contribuir com o desenvolvimento econômico e social, na sociedade contemporânea pós-industrial, dinamizada que é pelo acesso à informação e pela geração de conhecimento, está a da ciência e tecnologia. A destinação de recursos a pesquisa e inovação, produção de novas tecnologias, criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais favorece saltos qualitativos ao desenvolvimento. Essa é a missão de dezoito centros ou institutos nacionais de pesquisa vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e que resultam em benefícios de toda a sociedade no curto, médio e longo prazos.

Por esse motivo, votamos pela aprovação da emenda da Comissão de Educação que assegura que dez por cento da reserva de recursos proposta pelo projeto sejam destinados ao setor.

Com relação ao segundo objetivo do projeto, de permitir que o Executivo autorize saques de recursos do montante principal do Fundo Social, acompanhamos o entendimento da Comissão de Infraestrutura, de manter essa possibilidade sob a reserva de lei, como já determina o parágrafo único em vigor do art. 51 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Consideramos que a estratégia de desenvolvimento de longo prazo do País precisa de maior segurança e estabilidade, de modo que apenas deverão ser aplicados nos programas de desenvolvimento social e regional os recursos resultantes do retorno sobre o capital que constitui o Fundo Social.

O voto.

Em face do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2011, pela aprovação das Emendas de nºs 1 e 2 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2.

É o parecer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Dando prosseguimento ao pedido do Senador Eduardo Braga, concedo vista ao nobre Senador. Pergunto se mais alguém gostaria de pedir vista, para que possa ser concedida vista coletiva. Ninguém?

Então, passamos ao **Item** nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, de 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1. Em 6/3/2012, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação do Projeto, para que fosse alterado de complementar para ordinário.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto em tela, de nº 632, dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Passo à análise.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I do Regimento Interno, opinar sobre aspectos econômico-financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida.

Como expusemos no parecer anterior, quanto à constitucionalidade e juridicidade o Projeto atende aos requisitos formais. De acordo com a Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre política de crédito e concorrentemente com Estados e Distrito Federal sobre direito financeiro e econômico. Ademais, conforme a Carta Magna, compete ao Congresso dispor, com a sanção do Presidente da República, sobre as matérias de competência da União, em particular sobre matéria financeira, instituições financeiras e suas operações. Por sua vez a proposição não incide em qualquer das hipóteses de iniciativa legislativa, privativas do Presidente da República, elencadas no inciso I do art. 61, combinado com o art. 84, III e IV da Constituição.

Em princípio, cabe ao Conselho Monetário Nacional regulamentar a matéria, que seria uma minúcia pouco afeita ao *status* de lei. Entretanto, somos levados a concordar com a Senadora Lídice da Mata, nobre autora do Projeto, quando aponta certa inércia da autoridade monetária, que só tem reagido, e ainda assim insuficientemente, mediante pressões como a do grupo de trabalho sobre tarifas bancárias, referido na justificativa do projeto.

Posto isso, não há como questionar a legitimidade e oportunidade da iniciativa.

Ademais, quanto à juridicidade e técnica legislativa, trata-se de matéria adequada à espécie normativa, lei ordinária, posto que não se trata de matéria relativa à estrutura do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 192 da Lei Maior, mas de aspectos normativos ordinários.

No mérito, a proposição consolida e tira a ambigüidade da legislação sobre o tema do direito do consumidor, de serviços financeiros, amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil. Hoje, tal arcabouço encontra-se disperso em dispositivo do Código de Defesa do Consumidor e em resoluções do Conselho Monetário Nacional. Todavia, consideramos que há um equívoco no parágrafo único...

Sr. Presidente, não estou conseguindo relatar, não tenho como elevar mais aqui a voz.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Peço silêncio a este Plenário para que o Senador Armando Monteiro possa proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Todavia, consideramos que há um equívoco no parágrafo único do art. 2º ao determinar que a taxa

negociada não exceda a taxa de juros pactuada no contrato. Para se coadunar com a intenção da autora de defender o consumidor, a expressão correta a ser utilizada deveria ser a de que a negociação da taxa de desconto a ser aplicada não seja menor do que a taxa de juros contratual, visto que se trata de uma taxa de desconto em que a taxa maior favorece o consumidor.

VOTO

Diante do exposto, esta relatoria vota pela aprovação do PLS nº 636, com a seguinte emenda

EMENDA Nº

(ao PLS nº 636, de 2011)

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 636, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. É facultada a negociação da taxa de desconto a ser aplicada na operação de amortização ou liquidação antecipada, desde que não seja menor, em hipótese alguma, a taxa de juros pactuada no contrato, resultando em custo efetivo total menor para o cliente.

.....”

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, no que pese o brilhante parecer do Senador Armando Monteiro, queria pedir autorização a V. Exª e ao Relator para pedir vista deste projeto, porque eu gostaria, inclusive, de ouvir a posição do Poder Executivo em relação à matéria tão complexa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – V. Exª quer que eu consulte o Relator se permite?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – E pergunto a V. Exª também.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O Relator, pelo sorriso, já me deu a informação de que permite a vista.

Vista coletiva concedida ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O **Item 10** é terminativo e está pronto, há quórum; se pudermos...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Eu já tinha feito o compromisso com o Senador Blairo Maggi do **Item 9**, anterior ao 10, que ele vai relatar.

Se V. Ex^a teria alguma coisa contra?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em seguida, então.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo.

Item 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2005
– Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos empregados em serviço de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador João Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, acatando as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAS, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAS.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o nobre Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sob análise nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 203, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que estabelece que a atividade profissional dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo é insalubre e penosa e que a eles é garantida aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de serviço.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 738, de 2007, a proposição foi ao exame preliminar da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2010, aprovou-a na forma de substitutivo.

Análise.

Não há dúvida de que as atividades relacionadas aos serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo representam um importante trabalho para a sociedade.

Todavia, a despeito dos nobres propósitos emanados da proposta, temos que ressaltar que, mesmo sendo desenvolvidas por uma mesma categoria de trabalhadores, cada uma das atividades listadas na proposição e no seu substitutivo guardam característi-

cas diferentes e, conseqüentemente, a lei não poderia dispensar-lhes idêntico tratamento.

É importante frisar que o trabalho em contato permanente com o lixo urbano (coleta, varredura de ruas e industrialização) apresenta características de insalubridade, pois é uma atividade que, por suas condições ou métodos de trabalho, expõe os empregados a agentes nocivos à saúde. Por outro lado, a limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo nesses locais não geram direito à percepção do adicional de insalubridade, uma vez que as condições de trabalho são outras.

De acordo com a Constituição Federal, nos termos da redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, e, posteriormente, pela Emenda nº 47, de 2005, a aposentadoria especial será devida para as atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei complementar. Assim, enquanto essa lei complementar não for editada, continuam vigentes as regras estabelecidas pelos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 1991, que determinam que, para a concessão da aposentadoria especial, o segurado deve comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

Dessa maneira, se um trabalhador da área de limpeza, asseio, conservação ou coleta de lixo, no desempenho do seu ofício, estiver sujeito a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física, nos termos da classificação do Poder Executivo, também fará jus à aposentadoria especial.

No que diz respeito à concessão da aposentadoria especial, o parecer aprovado pela CAS foi preciso em detalhar a impossibilidade de se estabelecer tal benefício para uma categoria profissional, tal como propõe o projeto, uma vez que a nova configuração desse benefício passa a ser um direito individual.

Voto.

Em face de todo o exposto, acatamos as precisas emendas 1, 2 e 3, da Comissão de Assuntos Sociais, e votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 203 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Considera insalubre e penosa a atividade profissional dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 197-A:

“Art. 197-A. É considerada insalubre e penosa a atividade profissional dos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo.

§ 1º A percepção do adicional de insalubridade, conforme se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, será devida nos termos do art. 192 desta Consolidação.

§ 2º A percepção do adicional de atividade penosa será devida nos termos, condições e limites fixados em regulamento. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o relatório do Senador João Ribeiro que acabei de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Votação do Substitutivo, apresentado ao projeto, por votação nominal.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao Substitutivo.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Finalmente, o voto conhecido do Senador Blairo Maggi.

Foi aprovado por 13 votos SIM e nenhum contra.

Passamos finalmente ao último **Item** terminativo da pauta, o **Item** nº 10.

A Secretaria da Comissão me corrige dizendo que é necessário o termo: a Comissão aprova a Emenda nº 4, da CAE, oferecida ao PLS nº 203, que acata as Emendas nºs 1, 2 e 3, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300.

De acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o Substitutivo integral ao projeto.

Voltando ao **Item** 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2009 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ampliar para trezentos e sessenta e cinco dias o prazo em que se aplica a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho auferido na venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel residencial.

Autoria: Senador Papaléo Paes

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O projeto já foi lido e o Senador Eduardo Suplicy irá fazer uma resenha no mesmo.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favo-

rável. Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Lobão Filho, como a matéria já foi lida por mim no dia 3 de abril, apenas sintetizo o seu mérito principal, que duplica o atual prazo de 180 dias de que dispõe o contribuinte pessoa física que vendeu imóvel residencial para adquirir outro imóvel residencial com o dinheiro da venda e, assim, fazer jus à isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre o ganho de capital lucro imobiliário apurado na venda do imóvel.

O alto valor monetário do imóvel residencial, o rigor documental exigido nas operações de compra e venda e o número de pessoas envolvidas tornam a transação com o imóvel procedimento complexo, que muitas vezes não se resolve no exíguo prazo de 180 dias. Ao ampliar para 365 dias o prazo para aquisição de outro imóvel residencial, o projeto de iniciativa do Senador Papaléo Paes ajusta a Lei do Bem à realidade do mercado e merece a nossa aprovação.

Registramos, por fim, que a perda na arrecadação fiscal será mínima, pois não se está concedendo nova hipótese de isenção, mas apenas facilitando a utilização de benefício já existente.

Informo que a Secretária da Receita Federal dialogou com o meu gabinete e não vê óbice à apreciação desta matéria.

Ante o exposto, o voto é pela apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Obrigado, Senador Suplicy.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação nominal o projeto.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – “Sim”

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Finalmente, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Treze votos favoráveis.

O projeto está aprovado.

A Comissão, portanto, aprova o projeto e dá prosseguimento aos trâmites legais.

Terminados os itens terminativos, vamos aos não terminativos. **Item 5.**

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Francisco Dornelles com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria solicitar a V. Ex^a que fosse retirado de pauta o **Item 14**, o convite ao Ministro do Desenvolvimento, visto que, de acordo com informação do Senador Pimentel, o Ministro já deve comparecer hoje a comissões específicas das medidas provisórias. De modo que eu retiro o requerimento apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, o **Item 14**, a pedido do Exm^o Sr. Senador Francisco Dornelles, está retirado de pauta.

(É o seguinte o **Item** retirado:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, DE 2012

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior.

Autoria: Senador Francisco Dornelles)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Dando prosseguimento, iremos ao **Item** nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

Relatoria: Senador José Pimentel

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o **Item** 5 da nossa Ordem do Dia de hoje envolve uma matéria que, no meu entender, é bastante polêmica e que deveria ser, na minha opinião, apreciada com quorum mais elevado. Refiro-me a uma emenda que apresentei ao projeto tão competentemente relatado pelo Senador Pimentel e que trata de um assunto que provoca realmente muitas discussões, que é a obrigatoriedade da prestação de contas, por parte de sindicatos, confederações e federações, dos recursos que recebem por força do chamado imposto sindical.

Como é uma matéria muito polêmica, eu pediria a V. Ex^a, se o Relator concordar, que retirasse de pauta para que nós pudéssemos deliberar sobre ela com quorum mais elevado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tem acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, a pedido do Relator, Senador José Pimentel, atendendo a um pedido do Senador Aloysio Nunes, eu retiro também de pauta o **Item** nº 5.

Passo a ler, então, requerimento do Senador Benedito de Lira, para votação na próxima reunião desta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 65/2011, DE 30/08/2011

Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 23 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes”.

Autor: Senador Benedito de Lira

Peço à Mesa para programar a votação desse requerimento na próxima reunião.

Para finalizar esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, comunico que foi retirado de pauta o **Item** nº 6, a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. (É o seguinte o **Item** retirado:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2011 – Não Terminativo –

Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.

Autoria: Deputado Ronaldo Caiado

Relatoria: Senadora Ana Amélia)

Nada mais havendo a deliberar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos os presentes.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

Ata da Décima Nona Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 15 de Maio de 2012, às 10 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-

-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Zezé Perrella, Wellington Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Clésio Andrade, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Antonio Russo. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 18ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos membros providências da Comissão para economia e modernização dos procedimentos internos. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta.

Item 1– Projeto de Resolução do Senado nº 32 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “acrescenta artigo 50-A à Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para possibilitar os consórcios públicos municipais a contratação de operação de crédito externo e interno definidos na Resolução”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 181 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa”, tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora, para re-exame. **Item 3**– Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria ainda será apreciada pela Comis-

são de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 18/10/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro e José Pimentel, Relator da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada.

Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 1 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que “altera a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, para modificar o prazo de publicação pelo Estado do valor adicionado para cálculo do Índice de Participação dos Municípios e a forma de cálculo do valor adicionado dos Municípios nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios por microempresas e empresas de pequeno porte, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para facilitar o processo de inscrição do microempreendedor individual, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 324 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 547 de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao PLS nº 324 de 2009, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 547 de 2009. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 324 de 2009, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 547 de 2009.

mento do PLS nº 547 de 2009. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa. As Matérias são retiradas de pauta, a pedido do Relator. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 57 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório contrário ao Projeto, ficando prejudicada a Emenda nº 1, apresentada no prazo estabelecido no art. 122, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Em 8/3/2007, foi apresentada, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno do Senado Federal, a Emenda nº 1, de autoria do Senador João Vicente Claudino. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 7**– Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos empregados em serviço de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo”, tendo como Relator “ad hoc” o Senador Blairo Maggi. Em 8/5/2012, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 636 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Em 6/3/2012, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar seja alterado para Projeto de Lei Ordinária. Em 8/5/2012, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Armando Monteiro, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE por treze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 9**– Projeto de Lei do

Senado nº 76 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos”, tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Ana Amélia, autora da Matéria, e os Senadores Eduardo Suplicy, Luiz Henrique e Benedito de Lira. É solicitada vista pelos Senadores Eduardo Suplicy, Luiz Henrique e Benedito de Lira. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 593 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Clésio Andrade, que “dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda”, tendo como Relator o Senador Zezé Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 493 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 506 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “estabelece que, para a fruição dos benefícios fiscais relativos à realização da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a pessoa jurídica deverá destinar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos seus cargos a pessoas com deficiência”, tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado

em votação, a Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 299 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que “altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte”, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 15**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, o autor do Requerimento, Senador Francisco Dornelles, solicita a retirada definitiva da Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova a retirada definitiva do Requerimento nº 13 de 2012. **Item 16**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 18 de 2012, de iniciativa dos Senadores José Pimentel e outros, que requer, com fundamento no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Nelson Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Senhor Amir Khair – Consultor Fiscal; Senhor Andrea Sandro Calabi – Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Senhor Carlos Mauro Benevides Filho – Secretário da Fazenda do Estado do Ceará; Senhor José Tostes Neto – Secretário da Fazenda do Estado do Pará; e Senhor Nelson Serpa – Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Em 8/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente Eventual da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 18 de 2012-CAE. **Item 17**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 20 de 2012, de iniciativa do Senador Benedito de Lira, que requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 83 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes”. Em 8/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente Eventual da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Benedito de Lira, autor do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 20 de 2012-CAE. A Presidência declara nulas as votações dos Requerimentos nºs 17 e 19 de 2012-CAE, e, considerando a leitura prévia das referidas proposições, após deliberação da Comissão, coloca-os em votação. **Item 18** (extrapauta)– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 17 de 2012, de iniciativa do Senador Eduardo Braga e outros, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para debater o atual cenário da economia brasileira e as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança, instituídas pela Medida Provisória nº 567 de 2012, que estabelece regras para a desindexação da economia. Em 8/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente Eventual da Comissão. Em 15/5/2012, foi anulada a votação do Requerimento realizada no dia 8/5/2012. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 17 de 2012-CAE. **Item 19** (extrapauta)– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 19 de 2012, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e

do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir as iniciativas para redução das taxas de juros para o tomador final, as novas regras para as remunerações das cadernetas de poupanças, a expansão do crédito e a inadimplência no sistema financeiro brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Guido Mantega – Ministro de Estado da Fazenda; Senhor Murilo Portugal – Presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Excelentíssimo Senhor Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin – Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e Senhor Máilson da Nóbrega – Economista e ex-Ministro de Estado da Fazenda do Brasil. Em 8/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente Eventual da Comissão. Em 15/5/2012, foi anulada a votação do Requerimento realizada no dia 8/5/2012. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 19 de 2012-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 21, 22, 23 e 24 de 2012. O Requerimento nº 21 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer a realização de audiência pública destinada a discutir a fragilidade das contas dos municípios dentro do Pacto Federativo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Sr. Eduardo Tadeu Pereira – Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Sr. João Carlos Coser – Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); e Sr. Dércio Garcia Munhoz, professor. O Requerimento nº 22 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a inclusão do nome do Sr. Saulo de Castro, Secretário Estadual de Transportes de São Paulo, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 13, de 2011 – CAE. O Requerimento nº 23 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer sejam realizadas, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, audiências públicas com o objetivo de discutir os seguintes temas com os respectivos convidados: 1. Tema: “Transporte Ferroviário, a necessidade e viabilidade de um novo marco regulatório para o setor”, convidados: Ivo Borges de Lima – Diretor-Geral em Exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e Rodrigo Vilaça – Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários – ANTF – e Presidente da Associação Brasileira de Logística; 2. Tema: “Situação das rodovias e ferrovias brasileiras e suas concessões”, convidados: Ivo Borges de Lima – Diretor-Geral em Exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Rodrigo Vilaça – Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários

– ANTF – e Presidente da Associação Brasileira de Logística, e Moacir Servilha Duarte – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; 3. Tema: “Situação da Malha Ferroviária – Dimensões, características e regulação – e o risco de apagão logístico no Brasil”, convidados: Paulo Sérgio Oliveira Passos – Ministro de Estado dos Transportes, Ivo Borges de Lima – Diretor-Geral em Exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Rodrigo Vilaça – Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários – ANTF – e Presidente da Associação Brasileira de Logística, José Baldez – Presidente da Associação dos Usuários de Trens de Carga (ANUT), e José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); 4. Tema: “O ritmo de execução das obras da Ferrovia Transnordestina”, convidados: Representante do Ministério dos Transportes, Francisco Adial de Carvalho – Secretário de Infraestrutura do Estado do Ceará, Tufi Daher Filho – Presidente da Transnordestina Logística S.A., Representante do Banco do Nordeste – BNB, e Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. E o Requerimento nº 24 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir a concentração das atividades de abate e comercialização de bovino no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Enio Antonio Marques Pereira – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Fernando Furlan – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Marcos Antonio Molina dos Santos – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Marfrig; Joesley Batista – Presidente da holding que controla o frigorífico JBS; Francisco Maia – Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – Acrissul; Luciano Coutinho – Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES; e representante da Comissão Nacional de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam queiram permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que, a partir desta data, todos os documentos para conhecimento da Comissão serão enviados por *email* – por *email*, Senador Dornelles – para todos os membros, por meio de ofício e circular. É mais prático, mais rápido, mais ágil e não é necessário encaminhar aquela papelada toda para os gabinetes.

Essa providência irá gerar uma economia com gasto de papel, bem como irá desburocratizar esse processo de envio dos documentos para os gabinetes de V. Ex^{as}. Informo ainda que, havendo vista coletiva, os documentos relativos à matéria que constou da pauta serão enviados por *email* aos membros presentes. A mesma coisa também quando houver pedido de vista: vamos enviar toda a documentação por *email*. É mais rápido, mais ágil, mais limpo, menos papel, mais economia.

Considerando que, na semana passada, tivemos aqui a aprovação de dois requerimentos e que fugiram aos atos aqui aprovados no início dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos e, como temos procurado obedecer à risca, a não ser em condições absolutamente excepcionais, esses atos, ou a rotina estabelecida por esses atos, de se ler o requerimento e aprová-lo na reunião seguinte, quero aqui submeter à aprovação dos Senadores e Senadoras a declaração de nulidade das votações dos requerimentos de nºs 17 e 19, de 2012, da CAE.

Como os referidos requerimentos já foram lidos na semana passada, consulto os membros se podemos colocar em votação agora, dentro do que o Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, determina, se podemos colocar em votação agora os requerimentos nºs 17 e 19 de 2012. *(Pausa.)*

Referem-se ao convite ao Ministro Guido Mantega e mais um requerimento apresentado pelo Senador Ferraço.

Senador Suplicy, eu sei do sacrifício de V. Ex^a na semana passada, tendo de conduzir aqui os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, porque eu lamentavelmente não estava presente. Mas, como o Ministro Guido Mantega só virá na próxima terça-feira, portanto, no dia 22, então, até com base nesse Ato nº 1, que aprovamos, quero anular a votação, voltar o ato e votá-los hoje, sem prejuízo do mérito de nenhum requerimento e sem prejuízo da audiência pública, em que teremos o Ministro Guido Mantega aqui presente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É um requerimento a reunião conjunta, não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não, não. Reunião conjunta, não.

Esses são dois requerimentos que foram votados na semana passada. Reunião conjunta nós vamos ler agora.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, as Senadoras e os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, aprovados os requerimentos nºs 17 e 19, de 2012. Com isso, mantemos o Ato nº 1, de 2011. Vamos manter esses atos que disciplinam os trabalhos desta Comissão. Eu acho que essa é uma medida importante aqui, para um bom disciplinamento das atividades da Comissão de Assuntos Econômicos.

Bom, aí, respondendo ao questionamento de V. Ex^a, Senador Dornelles, foi importante até a anulação dessa votação e, agora, respeitando os atos votar esses requerimentos, é que o Requerimento nº 17, agora, virou um requerimento de uma audiência conjunta, especialmente com a comissão presidida por V. Ex^a.

Então, vou ler aqui o Requerimento nº 17, até para corrigir:

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Exm^o Sr. Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para debater o atual cenário da economia brasileira e as novas regras de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança instituídas pela Medida Provisória nº 567, de 2012, que estabelece regras para desindexação da economia. Autoria: Senador Eduardo Braga e outros.

Portanto, se concordamos em anular esses requerimentos para cumprir o Ato nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos, de 2011, e agora, com esses ajustes de uma audiência pública conjunta, coloco em votação o requerimento com a alteração: o comparecimento do Ministro ocorrerá em reunião conjunta da comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, de 2012, com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 17, de 2012, da CAE, com a alteração proposta, uma audi-

ência pública com a comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 567, comandada pelo Senador Dornelles.

O Requerimento nº 19, também seguindo a mesma tramitação do Ato nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos, requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir as iniciativas para redução de taxa de juros para o tomador final, as novas regras para as remunerações das cadernetas de poupança, expansão do crédito e inadimplência no sistema financeiro brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Exmº Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Sr. Murilo Portugal, presidente da Febraban; Sr. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, ministro do STJ; Sr. Máilson da Nóbrega, economista e ex-ministro de Estado da Fazenda. Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em votação o Requerimento nº 19.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 19, de 2012, da CAE.

Mais uma vez registrando, nós anulamos as duas votações dos dois requerimentos para atender o Ato nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos, de 2011. No Requerimento nº 17, fizemos uma adequação para fazer uma audiência pública com a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória nº 567, da poupança. Portanto, com isso, restabelecemos o que o Ato nº 1 determina com relação à apreciação de requerimentos na Comissão de Assuntos Econômicos.

Lê-se o requerimento quando apresentado na presença do relator e, depois, na semana seguinte, vota-se o requerimento.

Vou, até por uma questão de agilidade, se todos estiverem de acordo, aproveitar e colocar em votação os requerimentos a partir do **Item 15**, se todos os Senadores e Senadoras concordarem.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, vamos entrar no **Item 15**.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria, se possível, a retirada do requerimento de minha autoria, de nº 15, visto que o assunto realmente já foi amplamente debatido nesta Comissão. Não vejo mais necessidade do convite ao Ministro do Desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, retirado o **Item 15** definitivamente.

Requerimento nº 13, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Francisco Dornelles, até porque esse assunto já está ultrapassado, até pelas discussões intensas que aqui ocorreram, especialmente na apreciação do Projeto de Resolução nº 72.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação a retirada do requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, retirado definitivamente o Requerimento nº 13.

(É o seguinte o **Item** retirado de pauta:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, de 2012

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, para que compareça a esta Comissão, a fim de debater as duas medidas provisórias publicadas no último dia 4 de abril, MP 563/12 e MP 564/12, relativas ao plano Brasil Maior.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Observações:

1. Em 10/4/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nº 15.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de pedir a retirada do **Item 1**, de que sou relator, para reexame do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, retirada do **Item 1** da pauta, por solicitação do relator, Senador Armando Monteiro.

(É o seguinte o **Item** retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 32, de 2007

– Não Terminativo -

Acrescenta artigo 50-A à Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para possibilitar

os consórcios públicos municipais a contratação de operação de crédito externo e interno definidos na Resolução.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos agora, então, para o **Item 16**.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de requerer a inclusão do Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Dr. Nelson Serpa, na lista dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 18, de 2012

Requer, com fundamento no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar da tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação quando a operação ou a prestação ocorrer no âmbito do comércio eletrônico, com a presença dos seguintes convidados: Excelentíssimo Senhor Nelson Barbosa – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Senhor Amir Khair – Consultor Fiscal; Excelentíssimo Senhor Andrea Sandro Calabi – Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; e Excelentíssimo Senhor Carlos Mauro Benevides Filho – Secretário da Fazenda do Estado do Ceará.

Autoria: Senador José Pimentel e outros.

E agora incluindo, por solicitação do Senador Luiz Henrique, o Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina, Nelson Serpa.

Esse requerimento corresponde a um acordo que foi feito, por sugestão do Senador Eduardo Suplicy, para se fazer um debate no mérito, na Comissão de Assuntos Econômicos, que é a comissão vocacionada para o debate do *e-commerce*, nesse aspecto.

Portanto, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento nº 18, de 2012, da CAE, com o acréscimo do Secretário de Fazenda de Santa Catarina, por sugestão do Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Tendo em vista que, na próxima semana, terça-feira, ouviremos o Ministro Guido Mantega, esta audiência sobre o comércio eletrônico ficará para a terça seguinte, se os convidados puderem aceitar. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós não marcamos ainda, Senador Suplicy, mas esta semana, já a partir da definição dos convidados, nós vamos tentar fazer. Depois da próxima semana, nós teremos aqui uma audiência com o Ministro Guido Mantega, nós vamos tentar fazer esta audiência na semana seguinte. Até pela importância do tema.

Então, vamos tentar agendar na outra terça-feira, dia 29 de maio. Muito obrigado, Senador Suplicy.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 20, de 2012

Requer, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da realização da audiência pública, aprovada por meio do Requerimento nº 83 de 2011-CAE, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011, que “altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes”.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Observações:

1. Em 8/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente Eventual da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento, se V. Exª quiser fazer algum comentário, meu caro Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, realmente, esse é o segundo requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero só registrar a presença aqui do Governador do nosso Estado, Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, É uma honra tê-lo aqui. Convido V. Exª a ficar aqui, presidindo a mesa dos trabalhos.

Quero cumprimentar também Sérgio Longen, Presidente da Federação das Indústrias do Estado

de Mato Grosso do Sul; cumprimentar meu querido Deputado Sandro Mabel, aqui presente. É uma honra recebê-los aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Meu caro Sérgio Longen, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul, uma invasão do Estado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Que sejam bem-vindos. Que todas as invasões que possam ocorrer nos recintos públicos ou privados deste País sejam dessa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bem-vindos, com essa qualidade.

Senador Benedito de Lira com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está completando um ano já que propusemos um projeto de lei que faz uma alteração na lei que trata da responsabilidade fiscal, sem que, com isso, a gente pretenda fazer qualquer tipo de burla ou de calote ao Governo Federal, através da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Num determinado momento, o Senador Demóstenes Torres apresentou um requerimento para fazer audiência pública. Decorreram mais de seis meses e essa audiência não fora realizada. Então, propus aqui a revogação desse requerimento e a Comissão assim se posicionou.

É interessante que fique claro que o meu projeto não trata de criar qualquer tipo de dificuldade. Muito pelo contrário, deseja uma ação desta Comissão do Senado Federal ajudar os Municípios com população até 50 mil habitantes, que, hoje, estão impedidos de fazer contrato ou de receber repasse de recursos. Significa dizer, Sr. Presidente, que, eventualmente, a cada final de ano, os Municípios brasileiros com essa população de até 50 mil habitantes ficam impedidos de fazer qualquer tipo de convênio com o Governo Federal.

Então, estamos propondo projeto de lei para análise desta Casa, a fim de que possamos, com isso, se aprovado, minimizar essas dificuldades. Até porque já existe uma norma que está em vigor, que até então não existia. Quando os Municípios estavam inadimplentes, por exemplo, mas tinham obras em andamento, o Governo ficava privado de encaminhar recurso para a continuidade da obra. Por isso, gerou uma série de dificuldades para o Governo federal e os Municípios brasileiros.

No governo do Presidente Lula, foi apresentada uma emenda à medida provisória que estabelece o seguinte: “As obras em andamento, independentemente da adimplência ou inadimplência do Município, não sofrerão solução de continuidade na liberação dos recursos.”

Então, nós temos essa situação gerada no Município pequeno, que, realmente, é aquele que mais precisa de uma ação imediata do Governo Federal, porque, sem isso, não se executa obra nenhuma por conta das dificuldades que o Município tem. No que diz respeito à sua arrecadação, o seus encargos são de uma enormidade terrível.

Assim, Sr. Presidente, estou, mais uma vez, propondo requerimento para suspender essa audiência pública. Vamos discutir a matéria no âmbito desta Comissão e de outras comissões por onde ela vai passar, e, se merecer o apoio desta Casa, logicamente que nós discutiremos isso no momento da discussão, no plenário do Senado Federal.

Essa é a razão maior, Sr. Presidente, para que não seja procrastinado esse projeto, que já está com relator indicado e que, infelizmente, em função de se estar interpondo requerimento para fazer audiência pública, não há interesse porque, se houvesse interesse, já havia sido realizada essa audiência pública.

Essa é a minha proposta, Sr. Presidente, o meu requerimento, para que a gente suspenda a audiência pública e o projeto tenha a sua tramitação regular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero só registrar a presença aqui do Dr. José Alves Filho, também grande amigo, tratando hoje de um tema muito importante: a questão do Confaz e dos incentivos, que é uma matéria que nós vamos ter que discutir, meu caro Senador Armando Monteiro, com urgência, nesta Comissão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, antes de o senhor conceder a palavra ao meu querido Presidente Dornelles, eu gostaria de complementar a minha manifestação com relação ao requerimento e cumprimentar o Governador do Estado de V. Ex^a, cumprimentar as demais autoridades que o acompanham. V. Ex^a é um homem privilegiado, por ter um dos Estados mais importantes desta República e a região pela qual V. Ex^a é um dos responsáveis aqui nesta Casa. V. Ex^a representa, com toda dignidade, o Estado do Mato Grosso do Sul. Quero cumprimentar V. Ex^a, Governador, e dizer que independentemente de qualquer coisa, o Senador Delcídio, pelo menos no meu voto, manda para qualquer coisa que diga respeito ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois dessa do Senador Benedito de Lira, Governador! O senhor ouviu, não é?

Então quero cumprimentar mais uma vez aqui o Governador André Puccinelli, cumprimentar também o Sérgio Longen, Presidente da Federação das Indústrias, cumprimentar o Zé Alves Filho, da Adial Brasil, e toda a equipe que acompanha o Governador André Puccinelli, e também o Deputado Sandro Mabel, grande deputado, grande amigo e companheiro.

E só quero registrar aqui, antes de dar a palavra ao Senador Dornelles, que o Governador André com outros governadores e alguns Senadores já se reuniram, hoje pela manhã, às 10 horas, com o Presidente Sarney, para discutir especificamente o Projeto de Lei do Senado nº 85, Senador Dornelles, sobre a questão da unanimidade do Confaz.

A Comissão de Assuntos Econômicos precisa se debruçar sobre esse tema, um tema muito importante, e, acima de tudo, com a preocupação com incentivos que os Estados promoveram exatamente para viabilizar investimentos importantes, geração de emprego e renda, e o desenvolvimento econômico e social de várias unidades da Federação.

Eu devo colocar em votação, vou apresentar esse relatório nos próximos dias, porque é um tema relevante e que preocupa muito a maioria dos Estados da Federação.

Queria só registrar que nós teremos uma audiência pública, o Governador André Puccinelli está preocupado com esse tema também, conforme combinamos na CCJ, do *e-commerce*. Porque serão...

Governador, por favor.

Porque serão propostos alguns aperfeiçoamentos, por aquilo que tenho ouvido, ao texto aprovado na CCJ. E nós vamos ter uma oportunidade ótima de fazer essa discussão na audiência pública a se realizar no dia 29 de maio.

Com a palavra o Senador Dornelles, que tinha pedido pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, para trazer aqui a minha aprovação às palavras do Senador Benedito de Lira. Realmente, não tem mais razão de ser essa audiência pública e o Projeto 86 está maduro para ser examinado pela Comissão de Economia.

De modo que minha posição é pela aprovação do requerimento do Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Dornelles. Portanto, em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A comissão aprova o Requerimento nº 20, de 2012, da CAE.

O **Item 1**, como foi dito aqui, foi retirado de pauta.

Item 2. A relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, solicita também a retirada de pauta, para reexame.

(É o seguinte o **Item** retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010

– Não Terminativo –

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto;

2. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu havia apresentado, e está na Ordem do Dia, o parecer do **Item 5**, relativamente aos projetos de garantia safra e benefício, garantia safra do Senador Jefferson Praia e da Senadora Marisa Serrano. Mas tendo em vista que recebi hoje do Ministério da Fazenda uma análise que precisaria resultar em modificação do meu voto, peço a gentileza de retirar de pauta o **Item 5**, Sr. Presidente, do qual eu sou relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy, retirado de pauta o **Item 5**. O Senador Eduardo Suplicy é o relator.

(É o seguinte o **Item** retirado de pauta:

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenô-

meno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.

Autoria: Senador Jefferson Praia

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável ao PLS nº 324 de 2009, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 547 de 2009.

Observações:

1. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 324 de 2009, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS nº 547 de 2009;

2. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Quanto ao **Item 3**, o Senador Pimentel me disse que está vindo para a Comissão de Assuntos Econômicos e pediu que nós o aguardássemos, porque ele gostaria muito de relatar esse projeto. Se não chegar, eu vou indicar um relator ad hoc.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2010 – Complementar – Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, para modificar o prazo de publicação pelo Estado do valor adicionado para cálculo do Índice de Participação dos Municípios e a forma de cálculo do valor adicionado dos Municípios nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios por microempresas e empresas de pequeno porte,

e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para facilitar o processo de inscrição do microempreendedor individual, e dá outras providências.

Autoria: Senador Adelmir Santana

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Contrário ao Projeto.

Com a palavra o relator, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2010, promove diversas alterações em duas leis complementares. A primeira delas, a Lei 63. Ela altera de 30 de junho para 15 de agosto o prazo limite em que os Estados devem publicar o valor adicionado em cada Município para fins de distribuição do ICMS. E também para calcular o valor adicionado em cada Município.

A segunda lei complementar institui o Estatuto Nacional da Microempresa. A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto às alterações, entendo que não há sentido em aumentar o prazo para apuração do valor adicionado em cada Município. O limite anual fixado em 30 de junho prevalece há mais de 22 anos, e houve tempo demais para que os Estados se aparelhassem para cumpri-lo.

Além disso, a tecnologia da informação tem se acelerado rapidamente nesse período, fazendo mesmo supor que se mudança devesse ocorrer, seria para antecipar e não para postergar o limite de prazo.

A inserção de preceitos atinentes à apuração da receita bruta para fins de rateio da arrecadação do ICMS quando se trata de vendas efetuadas pelos optantes do Simples Nacional é totalmente inadequada. Sucede que o coeficiente de receita bruta para rateio de ICM não pode ser diferente do coeficiente de receita bruta para fins de cálculo do pagamento unificado dos tributos.

Quanto às alterações na Lei Complementar 123, não podem prosperar por vício de iniciativa. As alterações propostas implicam a criação de dois comitês, vinculados ao Ministério Executivo, e de acordo com a Constituição essa criação é iniciativa privada do Presidente da República.

As demais alterações não devem ser acolhidas, porque já foram contempladas pela Lei Complementar nº 139.

Por essas razões, Sr. Presidente, considerando todo o exposto, voto pela rejeição do Projeto nº 1, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo nenhum Senador e Senadora que queira discutir, em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

Quero aqui registrar que o **Item 6** foi retirado de pauta também, a pedido do relator, Senador João Vicente Claudino.

(É o seguinte o **Item** retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, de 2007

– Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: *Contrário ao Projeto, ficando prejudicada a Emenda nº 1, apresentada no prazo estabelecido no art. 122, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Observações:

1. Em 8/3/2007, foi apresentada, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno do Senado Federal, a Emenda nº 1, de autoria do Senador João Vicente Claudino;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ;

3. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Já temos quorum para os projetos terminativos.

ITEM 7

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 203, DE 2005

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a concessão de aposentadoria aos empregados em serviço de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo.*

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Relatoria do Projeto: Senador João Ribeiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Blairo Maggi

Observações:

1. Em 8/5/2012, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

2. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do R.I.S.F.

Não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, consulto o relator... O Senador Blairo Maggi não se encontra presente, mas não é necessário. Segundo informação da burocrática e rigorosa assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos, não se faz necessário o uso da palavra pelo Senador Blairo Maggi.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, encerrado o **Item 7**, passamos ao

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a possibilidade de amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1. Em 6/3/2012, a Comissão aprovou Parecer concluindo, preliminarmente, pela reautuação, a fim de que o Projeto de Lei Complementar seja alterado para Projeto de Lei Ordinária;

2. Em 8/5/2012, foi concedida Vista Coletiva.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo Relator na 18ª reunião, realizada em 8 de maio, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Armando Monteiro, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, acho que, quando da leitura do relatório, ficou claro qual o mérito da proposição, mas eu, de forma muito resumida, diria que este projeto consolida e tira a ambiguidade da legislação sobre o tema do direito do consumidor a serviços financeiros relacionados a amortização ou liquidação antecipa-

das de operações de crédito, deixando de ficar esse arcabouço disperso, como é hoje, seja no Código de Defesa do Consumidor, seja através de resoluções do próprio Conselho Monetário Nacional.

Portanto, o projeto tem o mérito de consolidar esses dispositivos, retirando ou mitigando a ambiguidade que hoje existe.

Eram esses os comentários, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e a Emenda nº 1.

A votação é nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação?

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o projeto e a Emenda nº 1.

Quem vota com o Relator vota “sim” ao projeto e a Emenda nº 1.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O voto do Senador Armando Monteiro já é conhecido.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Votaram “sim” 13 Srs. Senadores. Não houve voto “não”.

Portanto, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1 da CAE.

Aqui estamos fazendo a administração da Comissão de Assuntos Econômicos no gerúndio. Os Relatores estão chegando. Estamos esperando. É tudo no gerúndio.

Então, vou aguardar para iniciar a leitura do **Item 9** porque o Senador Cyro Miranda quer relatar o projeto.

Quanto ao **Item 10**, o Senador Zezé Perrella solicita a retirada de pauta, para uma reanálise.

Quanto ao **Item 11**, também o Relator, Senador Raupp, solicita a retirada de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 593, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2007

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de

2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2011 – Terminativo –

Estabelece que, para a fruição dos benefícios fiscais relativos à realização da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a pessoa jurídica deverá destinar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos seus cargos a pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de autoria do Senador Lindbergh Farias se apresenta para análise em decisão terminativa desta Comissão. E altera a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. O projeto de lei assegura que essas cotas de empregos para pessoas com deficiências serão reservadas sem prejuízo daquelas previstas na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Também dá prazo de 90 dias para as empresas que já recebem incentivos fiscais relacionados aos eventos se adequarem às condições estabelecidas. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O projeto não fere quaisquer regras regimentais ou vedações constitucionais ao poder de legislar, de natureza formal ou material, cumprindo os requisitos de regimentalidade, constitucionalidade e juridicidade

A proposição é meritória e de profunda justiça social, pois permite que os encargos assumidos pelo País na organização dos maiores eventos esportivos do mundo possam ser revertidos na inserção das pessoas com deficiência nas oportunidades de emprego que deverão surgir.

As isenções fiscais previstas são elevadas. Somente no âmbito federal, as empresas participantes estarão desoneradas do pagamento do Programa de Integração Social, mais conhecido como PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre importação.

Nos Estados, haverá a isenção do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações em que também for aplicável o benefício dos tributos federais. Desse modo, nada mais justo que todos aqueles que sejam beneficiados com incentivos contribuam com a inclusão da pessoa com deficiência.

Portanto, por estabelecer uma contrapartida social mais do que justa em benefício desse segmento da população mais vulnerável, o PLS nº 506, de 2011, deve ser apoiado.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2011, de autoria do excelentíssimo Sr. Senador Lindbergh Farias.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Em votação o projeto. Quem vota com o relator vota “sim”.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o relator, portanto, “sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Luis Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Sergio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Benedito de Lira, o voto é conhecido.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Quinze votos “sim”. Portanto, aprovado.

A comissão aprova o Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2011, do Senador Lindbergh Farias. Quero

aproveitar para cumprimentar o Senador Lindbergh Farias pela iniciativa e o Relator Senador Benedito de Lira.

Eu quero só retornar agora ao **Item 9** porque o relator, Senador Cyro Miranda finalmente chegou aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, muito aguardado.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quorum qualificado.

Com a palavra o Relator Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Delcídio Amaral. O finalmente se deveu ao fato de eu pertencer ao Conselho de Ética, não sei se feliz ou infelizmente, e hoje nós temos uma oitiva.

Mas este relatório eu vou fazê-lo abreviado, Sr. Presidente. É um projeto da Senadora ontem chamada até de Ana Nery pelo CQC e que foi corrigido. Se bem que Ana Nery foi uma enfermeira também do Sul e como a Senadora está sempre curando as feridas do nosso Parlamento, ela é enfermeira das boas causas. Exatamente.

Como bem dispõe a nobre colega Ana Amélia, o objetivo deste projeto é o de contribuir para minimizar a perda dos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, oferecendo-lhes pequena compensação pela diferença de critério no reajuste dos benefícios em relação ao salário mínimo. A autora, Senadora Ana Amélia, demonstra que uma comparação entre o reajuste do salário mínimo e os benefícios da Previdência Social, abrangendo todo o período do Plano Real, de 1994 a 2011, revela que ante uma evolução de 249,84% do INPC os benefícios foram reajustados em 345,23%, aumento real de 27,27%. Entretanto, no mesmo período, o salário mínimo teve reajuste total de 671,43%; ou seja, aumento real de 120,51%. Como o reajuste anual do salário mínimo tem sido sistematicamente maior que os benefícios da previdência, o valor relativo das aposentadorias e pensões vêm sendo

achatados ano a ano, trazendo considerável parcela dos aposentados para próxima do piso do INSS. A Lei de nº 7.713, de 1998, estabelece isenção do Imposto de Renda para aposentados de pelo menos 65 anos de idade. Tal isenção se dá até determinado valor da renda que, em 2012, equivale a 1.637,11.

A presente proposição pretende elevar esse limite ao teto pago pela previdência social, hoje equivalente a 3.916,20, bem como assegurar tal isenção a partir dos 60 anos de idade. Além de constituir medida justa e absolutamente oportuna, sem vícios constitucionais ou de técnica legislativa, constatamos que a proposição em análise atende às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso porque prevê que o Poder Executivo deverá estimar o montante da renúncia fiscal decorrente da isenção proposta e incluir tal montante no demonstrativo a que se refere o inciso VI do Artigo 165 da Constituição. Anexando-se ao projeto de lei orçamentária. Nosso voto, portanto, é pela aprovação do projeto por todos os benefícios aqui expostos. Pedimos o apoio e sensibilização dos nossos pares. Que se faça justiça aos aposentados do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado. Parabenizo o Senador Cyro Miranda pelo relatório.

Em discussão.

Senadora Ana Amélia, autora do projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, aposentados, especialmente os que acompanham esta reunião, porque estão muito atentos à chance de recuperar uma parcela mínima das perdas que vêm, sucessivamente, tendo com a redução do respectivo poder aquisitivo, diante do que foi exposto no relatório tão bem apresentado pelo Senador Cyro Miranda a respeito das diferenças entre reajustes concedidos ao salário mínimo e os reajustes pagos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Geral da Previdência Social.

O que isso tem provocado, Presidente? Uma defasagem enorme. Um aposentado, ao sair da atividade para a inatividade, recebendo o correspondente, no primeiro ano, digamos, a cinco salários mínimos, ao final de cinco anos, estará recebendo o equivalente a um salário mínimo exatamente por conta desse desequilíbrio.

Nós defendemos, sim, que o Governo continue fazendo os reajustes ao salário mínimo, mas não pode fazer um aviltamento do reajuste em relação aos aposentados, que são os que mais precisam, neste momento, exatamente para consumo de remédios e, às vezes, são até arrimo da família em muitas partes do

Brasil, especialmente na região mais pobre, mais deprimida economicamente.

Vejo que este projeto não vai ter um impacto do ponto de vista da Receita – e a Receita sempre levanta barreira, levanta óbice a isso –, porque o que ela vai, eventualmente, deixar de arrecadar vai ser compensado pelo uso social e o gasto com a ativação da economia brasileira. Nós já vimos isso. A redução de tributos tem um efeito positivo sobre a economia. Será que não há uma perspectiva nesse horizonte para entender a viabilidade social de um projeto dessa natureza?

Então, é o apelo que faço aos Srs. Senadores para aprovar. E aí voltaremos à Casa com um projeto semelhante também para os servidores públicos, porque este limita apenas àqueles aposentados do Regime Geral da Previdência, que hoje são os mais afetados por essa defasagem de reajuste, agravado ainda pela incidência do fator previdenciário, que é outro problema que reduz, ainda, os vencimentos dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência ou do setor privado.

Então, penso que as razões sociais, as razões econômicas de toda ordem são absolutamente transparentes e fundamentais. Por isso, gostaria muito do apoio dos colegas Senadores para a aprovação desta matéria. Todos serão parceiros no benefício que os aposentados das suas cidades, dos seus Estados estarão recebendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, considero importantes os propósitos da Senadora Ana Amélia, apoiados pelo Senador Cyro Miranda, mas há, entretanto, no entender da Receita Federal, uma distinção que é criada entre as categorias de aposentados.

Sr. Presidente, para que possa solicitar melhores esclarecimentos das consequências deste projeto, vou, com todo respeito à Senadora Ana Amélia e ao Relator Cyro Miranda, pedir vista, assumindo o compromisso de, até a próxima semana, apresentar qualquer eventual modificação. Sr. Presidente, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista o mérito desta matéria, inclusive a viabilidade de estender os benefícios propostos pela nobre Senadora Ana Amélia aos servidores públicos, solicito vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. *Fora do microfone.*) – ...até porque só sabem das dificuldades que atravessam aqueles que, no exercício da atividade funcional, tinham um salário e determinadas vantagens e, quando se aposentam, perdem todas essas condições. Logicamente que o seu salário, a cada ano, fica defasado.

Há uma coisa aqui, infelizmente, que não compreendo no Brasil: a proporção que se dá no aumento a servidor público ou a quem quer que seja não é a mesma para funcionário aposentado. E ainda tem carga tributária até ninguém sabe quando.

Então, acho que o projeto é meritório. O Relator foi muito feliz na apreciação. E, conseqüentemente, por conta disso, Sr. Presidente, também peço vista do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, também em nome do PSDB, nós pedimos que este projeto retorne rapidamente, porque não podemos ter uma incoerência. Ontem, a Presidente lançou o projeto Brasil Carinhoso, e não podemos cometer injustiças com os aposentados, que vêm, há muito tempo, tendo dilapidados os seus ganhos. Então, em nome do nosso Partido, nós pedimos que seja analisado, as ressalvas feitas e apresentado na próxima reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Então, vistas coletivas.

Senadora Ana Amélia, nós vamos pautar para a próxima reunião ordinária. Na terça-feira, vamos ter audiência pública com o Ministro Guido Mantega, mas, logo em seguida, na primeira reunião deliberativa, já vamos pautar este assunto para votação nominal.

Vou passar, agora, ao **Item 13**. Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, numa conversa aqui com o nosso Ministro Dornelles, quero, se houver esta prerrogativa como relator, pedir para que possa colocar na pauta da próxima reunião, porque devo estabelecer, ainda, alguma conversação com o Ministro Dornelles, pois S. Ex^a tem um ponto de vista que contraria o texto do projeto. E eu, sinceramente, quero me esforçar para aprovar este projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti. De forma que pediria a V. Ex^a, se possível, para colocar para a próxima pauta. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É possível, por solicitação do Relator, sem dúvida.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu ponderei ao Senador Moka que, desde a adoção da TEC pelo Brasil, a concessão de regimes aduaneiros no âmbito dos países do Mercosul não pode ser concedida isoladamente pelas partes, mas o Senador Moka vai examinar esse assunto e dizer que encontrou um caminho para poder vencer essa dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, retirado de pauta o **Item 13**, por solicitação do Relator, Senador Waldemir Moka.

(É o seguinte o **Item** retirado de pauta:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2004 – Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria que V. Ex^a providenciasse apenas a leitura do requerimento sobre a questão da situação das dívidas dos Municípios e da situação dos Municípios no contexto da Federação, tendo em vista que se está discutindo, no âmbito do Congresso, do Senado Federal, mais precisamente, uma comissão especial definida pelo Presidente José Sarney, comandada pelo ex-Ministro do Supremo Nelson Jobim, para tratar do pacto federativo, mas está, parece-me, com foco e um viés voltado apenas para os Estados.

Casualmente, nesta semana, começa mais uma marcha dos Municípios, a 15^a, porque muitas demandas municipalistas não têm sido atendidas. A Emenda 29 é uma delas.

Então, eu gostaria que V. Ex^a fizesse, pelo menos, a leitura na reunião de hoje para antecipar a realização dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Senadora Ana Amélia, agora, para concluir... Como o Senador Pimentel solicitou a retirada de pauta do **Item 3**, porque ele está no Conselho de Ética e gostaria de apresentar o seu relatório, então, terminamos já a pauta deliberativa, porque já votamos os requerimentos. Agora, somente vou ler os requerimentos que estão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – O Projeto nº 7, turno suplementar, Senador Luiz Henrique, já foi votado e aprovado.

Portanto, só vou fazer agora a leitura... Retirado o **Item 3**, porque o Senador Pimentel faz que de relatá-lo e, como relator, ele tem a prerrogativa de pedir a retirada, nós terminamos a pauta deliberativa, incluindo já os requerimentos, que foram aprovados.

Agora, vou ler, seguindo o Ato nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos, para votar na próxima reunião da CAE...

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a discutir a fragilidade das contas dos Municípios dentro do pacto federativo. Desde 1988 novas regras para a repartição dos recursos foram estabelecidas e, na prática, o Governo Federal foi aumentando as responsabilidades dos Municípios sem que houvesse receita correspondente para atender às novas demandas.

A comissão de especialistas trabalha na revisão das questões federativas, mas sem dar prioridade à situação dos Municípios. A realização da audiência pública dará aos Senadores a possibilidade de analisar essa realidade que fragiliza a Federação.

Esse requerimento convida o Dr. Paulo Zilkosk, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; o Sr. Eduardo Tadeu Pereira, Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, ABM; o Prefeito João Carlos Coser, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos; e o Professor Dércio Munhoz, da UnB.

É um requerimento apresentado pela Senadora Ana Amélia e será votado na próxima reunião.

Outro requerimento:

Requer a inclusão do nome do Secretário Estadual de Transportes do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Saulo de Castro, entre os convidados a participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 13 de 2011-CAE.

Esse requerimento é de minha autoria e será votado na próxima semana.

Senadora Ana Amélia, um momento só.

Senador Pimentel, V. Ex^a vai apresentar o seu relatório do **Item 3**?

Eu só pediria um pouco mais de tempo. Vou ler os requerimentos e o Senador Pimentel apresenta o seu relatório do **Item 3** e nós vamos encerrar a reunião da CAE.

Outro requerimento:

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização por esta Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, de audiências públicas com o objetivo de discutir os temas abaixo relacionados com os respectivos convidados. Tema 1: “Transporte ferroviário: a necessidade de viabilidade de um novo marco regulatório para o setor”; convidados: Ivo Borges de Lima, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT); Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Tema 2: “Situação das rodovias e ferrovias brasileiras e suas concessões”; novamente convidado Ivo Borges de Lima, da ANTT; Rodrigo Vilaça da ANTF e Moacir Sevilha Duarte, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias – ABCR; Tema 3: “Situação da malha ferroviária; dimensões, características e regulação, e o risco do apagão logístico no Brasil”; convidados: Ministro de Estado Paulo Sérgio Passos; novamente o Diretor em exercício da ANTT, Ivo Borges; novamente o Diretor-Executivo da ANTF, também Presidente da Associação Brasileira de Logística Rodrigo Vilaça; José Baldez, Presidente da Associação dos Usuários de Trens de Carga (Anut); José Augusto de Castro, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Tema 4: “O ritmo de execução das obras da Ferrovia Transnordestina”; representando o Ministério dos Transportes: Francisco Adail de Carvalho, Secretário de Infraestrutura do Ceará; Tufi Daher Filho, Presidente da Transnordestina Logística S.A (TLSA); o representante do BNB e o representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES.

Esses dois requerimentos, tanto com a inclusão do Secretário Estadual de Transportes Saulo de Castro e esses que acabei de ler, porque vamos fazer conjuntamente com a Comissão de Infraestrutura, o que estou formalizando aqui na CAE, por isso que são de minha autoria, serão votados na quinta-feira, dia 17 de maio, antes da reunião conjunta da CAE e da Comissão de Infraestrutura, porque essa reunião conjunta da quinta-feira vai abordar exatamente o tema ferroviário,

tema que preocupa muitos Senadores e Senadoras, pela importância do modal ferroviário para o desenvolvimento do Brasil.

Às 9 horas da manhã, a reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura, numa audiência pública para debater o modal ferroviário no Brasil.

Aqui também, mais um requerimento que estou apresentando: Requeiro seja realizado em conjunto com a Comissão de Agricultura – isso foi aprovado na quinta-feira passado, então é rebatimento – audiência pública para discutir a concentração de atividades de abate e comercialização de bovinos no Brasil, conforme os art. 93, inciso II, e 103 do Regimento Interno do Senado Federal, convidando-se as seguintes autoridades nas áreas envolvidas: Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Marcos Antonio Molina dos Santos, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Marfrig; Joesley Batista, presidente da *holding* que controla o Frigorífico JBS; Francisco Maia, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, Acrissul – ontem inclusive houve uma grande mobilização em Campo Grande sobre esse tema, com a presença de parlamentares de vários Estados e com presidentes das principais associações ligadas à questão da carne bovina no Brasil; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, e um representante da Comissão Nacional de Pecuária de Corte, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA. Sugestões apresentadas pela Senadora Ana Amélia.

A justificação é exatamente a preocupação com esse excesso de concentração na comercialização de proteína animal, principalmente carne bovina no País.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar, se V. Ex^a me permitir, mais um convidado, que seria o Professor Henrique Meireles para essa audiência pública. Nada mais, nada menos, também ele faz parte desse grupo e poderia nos auxiliar bastante com a sua visão a respeito desse monopólio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só precisamos avaliar, Senador Antonio Russo, porque já o Sr. Joesley está sendo convidado e fala pelo grupo, Sr. Joesley Batista, presidente da *holding* que controla o Frigorífico JBS; ele deve ser o

Presidente da JS, que é a *holding* que controla todos os negócios do grupo. Então, acho que a presença do Joesley é importante e a origem dele é comercialização de carnes. Então, acho que ele poderia falar com muita competência sobre esse assunto e esclarecer uma série de dúvidas que os Senadores e Senadoras têm, principalmente com relação a esse tema.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesse caso, Sr. Presidente, um ou outro.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Isso que eu pediria a V. Ex^a, deixar uma alternativa. É preferível o dono dos bois.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Preferencialmente o Sr. Joesley Batista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria apenas de uma citação, do Barão de Itararé, a respeito do tema, que considero oportuno. Dizia o Barão que a carne é fraca, mas os frigoríficos são fortes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com essa audiência pública, nós estamos revivendo o Barão de Itararé, viu, meu caro Senador Aloysio Nunes?

Vamos agora para o último **Item** da pauta.

Senador Waldemir Moka, que também esteve presente ontem, nessa mobilização ocorrida em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só quero registrar que realmente é uma situação... Aliás, eu podia trazer aqui, mas acabei protocolando já no CADE, um documento forte, de várias entidades de classe, e que acho que realmente essa audiência conjunta da CAE e da Comissão de Agricultura vai poder esclarecer, porque esse é um assunto complexo. E sou um daqueles que acreditam que temos que analisar essas questões com profundidade. Não tive nenhuma dificuldade em dizer que ao mesmo tempo em que algumas cidades – e a denúncia é essa – a JBS chega a comprar frigoríficos, plantas, para deixar fechada! E é uma coisa que me preocupa porque isso evidentemente traz um prejuízo muito grande. Em pequenos Municípios, vocês imaginem fechar um frigorífico! Há casos em que se compra dois frigoríficos em duas cidades próximas, se fecha um e o outro aumenta a capacidade de abates. São coisas desse tipo. Porém há situações em que o JBS – aí é o que eu quero dizer – está comprando também plantas desativadas. Aí, nesse caso, é positivo, porque você está fazendo com que frigoríficos que estão com plantas inativas venham realmente...

Mas, de qualquer forma, a reunião ontem em Campo Grande foi uma reunião forte, uma denúncia. Eu ainda tive o cuidado e disse: vocês colocaram por

escrito num documento chamado “Carta de Campo Grande”, e há mais de 10 assinaturas de entidades; e vocês, no documento, dizem que frigoríficos são comprados para serem fechados, e isso é muito forte. Eu quero confirmar se vocês me autorizam a protocolar esse documento no Cade. E fui autorizado e trouxe.

O Senado Delcídio se comprometeu, como de fato está fazendo. Já tínhamos aprovado na Comissão de Agricultura essa audiência e agora essa audiência conjunta. Eu acho que devemos tratar com a maior tranquilidade, com serenidade, mas como firmeza, porque é um assunto realmente que merece ser debatido aqui nesta Comissão ou nas duas Comissões.

É essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senado Moka, Senador Antonio Russo. Nós vamos incorporar a sugestão de V. Ex^a. Quero dizer que eu vou distribuir essa Carta de Campo Grande, que foi ontem assinada por todas as associações aqui: Acrissul, Acrimat, UDR, Sociedade Rural Brasileira, ABCZ, Associação Nacional dos Produtores de Bovinos de Corte, Associação dos Fazendeiros do Alto Xingu, Associação dos Produtores Rurais de Mato Grosso, Associação dos Exportadores Brasileiros de Gado, todos eles assinam esse documento.

E eu vou, inclusive, distribuir eletronicamente também essa Carta de Campo Grande, porque vai pautar esse debate, como disse o Senador Moka, com justa razão. Nós temos que nos aprofundar. É uma questão complexa, uma questão delicada, e acho que a CAE tem um papel preponderante nesse debate.

Portanto, lidos todos os requerimentos, o ultimo **Item** da pauta.

Item 3, do Senador Pimentel, muito aguardado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, sempre muito presente aqui na nossa Comissão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Deputado Sandes Júnior

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;

2. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira;

3. Em 18/10/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

4. Em 15/5/2012, foi apresentado Requerimento de Destaque, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para votação em separado da Emenda nº 1.

Com a palavra, o Relator, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nos termos do art. 99, incisos I e VII, do Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida bem como sobre outros assuntos correlatos.

A matéria que se pretende regular por lei visa a transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal sobre mudanças estatutárias ou administrativas porventura ocorridas nessas entidades ou sempre que são solicitadas pela instituição financeira.

Quanto ao seu mérito, não há reparo a fazer.

O art. 8º, inciso I, da Constituição Federal estabelece que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação dos sindicatos, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, garantindo, dessa maneira, a autonomia dos sindicatos junto aos órgãos do Estado.

É de se enfatizar ainda que o Supremo Tribunal Federal, ao tratar do registro sindical, reconheceu e classificou o ato do Ministério do Trabalho como um ato meramente administrativo vinculado, isto é, uma vez cumpridas as formalidades previstas em lei pelo sindicato, o registro é concedido. Percebe-se, pela natureza da decisão do Supremo Tribunal Federal, não ter a autoridade administrativa incumbida da prática do ato administrativo qualquer outra função, como, por exemplo, a que previa o art. 588 da CLT.

Com efeito, a liberdade sindical preconizada pelo direito internacional e pelas democracias modernas é aquela que contempla, de forma unitária e indissolúvel, o direito de organização e a autonomia da organização.

Assim, como qualquer outra associação que detém uma conta bancária em instituição financeira, compete tão-somente ao sindicato apresentar-lhe seus documentos constitutivos, bem como qualquer alteração estatutária ou administrativa ocorrida nessa entidade, ou quando solicitadas.

O projeto vem, portanto, em boa hora, eis que conforma nosso código trabalhista aos ditames da Constituição Federal, razão pela qual deve ser acolhido.

Como vimos, ao projeto foi apresentada uma emenda, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que sugere a inclusão de um art. 2º para determinar que os sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais, bem como as centrais sindicais, prestem contas, em cada exercício financeiro, ao Tribunal de Contas da União, sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas de que trata o art. 149 da Constituição Federal, e de outros recursos públicos que vierem a receber.

A despeito dos nobres propósitos que moveram o ilustre Parlamentar a propor a obrigação de as entidades sindicais prestarem contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes da contribuição sindical, entendemos que o dispositivo presente na emenda contraria o disposto no art. 8º, inciso I, da Constituição Federal, que veda ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, em face do princípio da autonomia sindical, o qual assegura a autogestão às organizações associativas e sindicais.

Por isso, somos pela sua rejeição.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2011, e pela rejeição da Emenda nº 1 – CAE.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma questão da maior delicadeza e da maior importância.

Estou de acordo com o projeto que vem da Câmara dos Deputados. Agora, penso que o nobre Senador Pimentel e eu não estamos falando da mesma coisa quando ele, ao refutar a emenda que proponho, alega que ela fere o princípio da autonomia e da liberdade sindical. Eu jamais proporia, Senador Pimentel – V. Exª sabe disso –, nada que pudesse sequer arranhar a liberdade e a autonomia dos sindicatos, jamais.

O que estou propondo é algo que vai conferir mais autoridade e mais responsabilidade aos sindicatos, que é a transparência nas suas contas, não em relação a todos os recursos que os sindicatos administram, porque os sindicatos podem ter receitas patrimoniais. A Constituição permite, inclusive, que os trabalhadores filiados a um sindicato ou mesmo os patrões filiados a um sindicato contribuam voluntariamente. Esses são

recursos do sindicato. Estou-me referindo a recursos públicos administrados pelas organizações sindicais, recursos públicos. E a Constituição, no seu art. 70, define, sem estabelecer qualquer tipo de exceção, o dever de prestar contas, que incumbe a qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos. Ora, a contribuição sindical é dinheiro público; não é dinheiro privado do sindicato, que ele pode usar ao seu talante. Pode usar, sim, mas de acordo com a lei, de acordo com as finalidades que a lei prescreve. Não pode usá-los contrariando a lei, por exemplo, participando de campanhas eleitorais. Os sindicatos são proibidos de utilizar recursos arrecadados sob a forma da contribuição sindical, que é obrigatória, para financiar campanha eleitoral. Então, há determinadas aplicações desses recursos públicos que são vedadas por lei.

Para garantir a observância da legislação e para garantir, sobretudo, a transparência, a responsabilidade de quem gere recursos públicos, é que estou apresentando essa emenda.

Hoje há um clamor na sociedade brasileira por responsabilidade, por transparência. O Congresso acabou de aprovar uma lei que permite acesso a toda a documentação pública, uma lei revolucionária, pioneira. Esta é a linha para onde caminha a sociedade brasileira: a exigência de transparência, de responsabilidade por quem zela por recursos públicos.

E é indubitável, Srs. Senadores, que os recursos arrecadados pelas organizações sindicais a título do chamado imposto sindical – e não é por acaso que a contribuição sindical, prevista na Constituição, é chamado imposto sindical – são recursos públicos, porque os seus membros, os membros dessas associações, dessas organizações sindicais, são obrigados a recolher essa contribuição. Não pode decidir o filiado. O membro, o profissional de uma dessas categorias profissionais e econômicas não é livre para escolher se contribui ou não. Eu contribuo. Eu, como produtor rural, contribuo para a Confederação Nacional da Agricultura. Contribuo. Nem sempre concordo com a linha de atuação da Confederação. Acho que, muitas vezes, em muitas gestões, fez pouco pelos agricultores, mas eu pago, porque sou obrigado a pagar, assim como os trabalhadores são obrigados. Se não pagarem, eles são inscritos na dívida ativa, e é movida uma ação de execução fiscal contra eles. De modo que não há como negar a natureza pública desse recurso, que é arrecadado por força de lei e, mais ainda, por força da Constituição, e que não pode ser utilizado sem uma fiscalização independente de uma instituição independente cuja atribuição constitucional seja zelar pela

boa guarda dos recursos públicos, que é o Tribunal de Contas da União.

Então, faço um apelo a V. Ex^a, em nome dessa necessidade de transparência. E não é pouco dinheiro. Apenas organizações sindicais de trabalhadores arrecadaram, receberam, no ano passado – as centrais sindicais, melhor dizendo –, R\$110 milhões; R\$ 110 milhões! Não é pouco dinheiro. Então, por se tratar de recursos públicos, indubitavelmente, eu creio que temos obrigação, até porque a Constituição manda, no art. 70, de submetê-los à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

É óbvio que receitas – repito – patrimoniais do sindicato, contribuição voluntária de trabalhadores ou de empregadores aos seus sindicatos, evidentemente, são receitas da própria organização sindical. Agora, aquilo que for recolhido por força da lei, aquilo que é contribuição compulsória, obrigatória, erigida por lei, não há como deixar fora da fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Tem toda razão o nobre Senador Aloyzio Nunes Ferreira. Nós lutamos para que o Brasil erigisse o princípio da liberdade e autonomia sindical. Exaltamos essa liberdade e a autonomia sindical. A liberdade é um princípio que se exerce com responsabilidade.

É preciso que, no nosso País, repensemos o funcionamento das instituições sindicais, que não apenas estão imunes de prestar contas de recursos públicos recebidos, e cada vez em valores maiores e crescentes, como também de discutir uma questão que é absolutamente assimétrica com o que se rege para os exercentes de mandatos populares. Em relação ao Poder Executivo – e o líder sindical exerce um poder executivo na sua área –, só pode haver uma reeleição. No entanto, aquilo que se combateu tanto no passado e que era o peleguismo sindical, que era irrogado ao getulismo, que era irrogado ao Presidente João Goulart, acabou se perpetuando de vez. Hoje, o líder sindical só deixa o sindicato quando morre, senão vai sendo reeleito, eleição após eleição. No entanto, o prefeito só pode ter uma reeleição.

Então, essa questão da liberdade e autonomia sindical tem de ser analisada nos seus termos, para que ela corresponda a um processo de equilíbrio entre liberdade e responsabilidade.

Voto com o parecer do ilustre Senador José Pimentel, com a emenda do Senador Aloyzio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Não havendo mais Senador e Senadora que queira discutir...

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho importante o propósito de transparência, de controle por parte de todos aqueles que sejam membros.

Agora, o Tribunal de Contas da União tem por propósito examinar as contas da União, assim como as do respectivo Estado e Municípios. Esses tribunais têm hoje já uma atribuição muito significativa, que é tomar conta das contas da União, dos Estados da Federação e dos Municípios.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, permita-me só...

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouvi com atenção os seus argumentos e estou de acordo com o propósito. Agora, acho que, para bem decidirmos isso, seria o caso até de perguntarmos aos tribunais de contas se eles estariam com a condição, em adição às atribuições tão grandes que têm já, de também examinar as contas de todas as organizações sindicais, que eu imagino que esteja na casa dos milhares. Não sei exatamente quantos. Então, esse é um ponto sobre o qual refletir.

Por outro lado, em que medida hoje as entidades sindicais já não prestam contas devidamente? É possível que haja uma diferença grande entre elas, mas eu imagino que a direção de um sindicato, de uma organização sindical, tem de ter a responsabilidade de prestar bem contas aos seus associados da maneira como administra os seus recursos, e isso também depende bastante da própria forma democrática, segundo a qual cada uma das direções administra os seus sindicatos. Então, acho que esse é outro ponto importante.

Mas eu gostaria de ouvir o Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Aloyzio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Acho prudente a reflexão de V. Ex^a de saber se haveria, por parte do TCU, não apenas a disposição, mas as condições funcionais de exercer essa atribuição que a minha emenda propõe.

Tenho aqui, Senador Suplicy, e até passo a V. Ex^a, uma matéria que foi publicada na *Folha de S. Paulo*, por ocasião do veto apostado pelo Presidente Lula a um projeto aprovado pelo Congresso Nacional, que determinava essa fiscalização. O Tribunal de Contas da União, na época, se manifestou contrário ao veto, achando que tinha, sim, não apenas o dever, mas tinha total condição de cumprir esse papel de fiscalização.

E queria acrescentar também que as entidades do chamado Sistema S hoje já prestam contas, já prestam contas ao TCU, e creio que ninguém contesta, inclusive, o extraordinário trabalho que essas entidades fazem e prestam à sociedade. O prestígio delas inclusive decorre da transparência da sua gestão.

O que nós estamos propondo é inevitavelmente algo que vai acontecer, Senador Suplicy. Levantada essa objeção de natureza prática, eu creio que posso contar seguramente com o voto de V. Ex^a, que sempre foi um defensor da transparência, da responsabilidade por parte de todos aqueles que têm a incumbência de guardar recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir, eu estou aqui com um... *(Pausa.)*

Senador Dornelles, perdão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O regime jurídico dessas contribuições patronais sindicais é muito polêmico, mas eu vou acompanhar o voto do Senador Pimentel, porque acho que essas contribuições são de natureza compulsória, mas não são de natureza pública.

Além disso, eu diria que, no momento em que o Tribunal de Contas tiver que refiscalizar todos os sindicatos, essa quantidade enorme de sindicatos que existe no País, vai ter que ser criado outro tribunal ou simplesmente ele realmente vai ficar paralisado.

Por essas razões, eu voto com o Senador Pimentel.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu estou matutando cá comigo porque eu comecei a ler a ementa da proposta que veio da Câmara. O que prevê essa proposta? Essa proposta prevê a alteração da redação do *caput* do § 1º, do art. 588, da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, aprovada por Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 43.

Então, o projeto de lei em exame por esta Comissão tem por finalidade transferir do Ministério do Trabalho e Emprego para as entidades sindicais a obrigação de comunicar – qual é a ideia dessa proposta? – à Caixa Econômica Federal as mudanças estatutárias ou administrativas de suas entidades, sempre que ocorrerem ou quando solicitadas. Hoje, quando houver uma alteração dos estatutos de um sindicato, ele deve fazer a comunicação, pelo que estou entendendo, ao Ministério do Trabalho e Emprego, que, por sua vez, precisa comunicar à Caixa. O que prevê, para modifi-

car a redação – a ideia original desse projeto de que o Senador Pimentel é o Relator é da Câmara –, é que, em vez de comunicar somente ao Ministério do Trabalho e este, por sua vez, à Caixa, os sindicatos tenham a competência de, além de informar ao Ministério do Trabalho e Emprego, informar diretamente à Caixa essa alteração, sem passar pelo triângulo do Ministério do Trabalho. É o que entendi. Essa é a proposta para mudar a redação.

Agora, a emenda do eminente Senador Aloysio Nunes prevê uma coisa bem maior. Essa posposta até ficaria vinculada à emenda. Essa proposta do Senador Aloysio Nunes, até para nós nos entendermos melhor, talvez fosse melhor que ela entrasse na Comissão, ou em conjunto, por nós, para que discipline esses recursos que são públicos. Por lei, que haja uma instituição, se não é previsto hoje o Tribunal de Contas da União, que fiscalize os sindicatos no Brasil, porque são recursos compulsórios, obrigatórios, e tem que haver fiscalização. Aquilo que é por lei tem que ter fiscalização, é claro! Não podemos nem fugir disso.

O que talvez gere uma dúvida é se cabe a alteração de redação, que apenas é para evitar uma triangulação pelo Ministério do Trabalho, para ir direto à Caixa, sem fugir do mérito, Senador Aloysio. Quem sabe até uma proposta nova...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A ideia é a mesma: transparência, publicidade...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu fico um pouco na dúvida se cabe aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...comunicação pública. A ideia é a mesma

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só quero tentar buscar o entendimento.

...ou, então, o eminente Relator pede uns dias de prazo para ver se costura isso. É uma ideia, porque me parece que a proposta do Senador Aloysio Nunes é maior do que a alteração dessa redação que vem da Câmara. Eu trago isso para meditar entre nós aqui.

Talvez o Senador Pimentel pudesse deixar sobrestado por uns dias, para tentar ver se configura e entende isso. Se há fiscalização, se o Tribunal de Contas da União tem competência para fazer isso... É alguma coisa nova que vejo, e até achei que já havia fiscalização. Parece-me que a proposta do Senador Aloysio Nunes está acima dessa alteração da redação que veio da Câmara e que é relatada pelo Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Casildo.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, para manifestar o meu absoluto e integral apoio à emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira, até reproduzindo aqui um dito popular: aquilo que abunda não excede.

Esses recursos precisam, sim, passar pelo crivo da fiscalização do Tribunal de Contas da União, que, diga-se de passagem, é uma estrutura criada e edificada para essa natureza, até porque são recursos compulsórios, não importa se de sindicatos ou de entidades de trabalhadores ou de empresários.

Portanto, o meu mais absoluto apoio à emenda, à iniciativa do Senador Aloysio, porque ela tem como premissa a transparência, a fiscalização e a prestação de contas desses atos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Ferraço. Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio, Srs. Senadores, a emenda do Senador Aloysio vem ao encontro do que todos nós queremos, que é transparência, fiscalização. O Sistema S já é fiscalizado, Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, exatamente, já é, e eu até já disse isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – As contribuições compulsórias, que são obrigatórias, não são recursos públicos, vêm das empresas privadas. As assembleias definem a contribuição, as empresas são obrigadas a...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite, Senador? *(Pausa.)*

A Constituição, de fato, prevê que as assembleias possam deliberar sobre aquilo que é contribuição voluntária. Há muitos sindicatos, inclusive, até que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas não são voluntárias. Elas se tornam obrigatórias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não. Os sindicatos podem cobrar, desde que seja decidido em assembleias, contribuições voluntárias. Há muitos sindicatos até que abrem mão do chamado imposto sindical e vivem das contribuições voluntárias. A minha emenda visa não a essas contribuições voluntárias, mas àquela que é obrigatória. Todo trabalhador brasileiro formal é obrigado a recolher, para o sindicato, seja ele filiado ou não, um dia de salário por ano. Então, essa não tem escolha. É obrigado. E se não contribuir, é chamado à Justiça, à Justiça Federal. A sua contribuição é inscrita na dívida ativa e ele é obrigado a responder por isso, perante a Justiça. Então, nesse caso não tem nada de voluntá-

rio. É rigorosamente obrigatório, por força de lei, por força da Constituição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É uma sobrecarga de serviços para o Tribunal de Contas. É preciso saber se ele teria condições de atender à demanda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Estão lá para isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – No sentido de reforçar a argumentação favorável à emenda do Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já houve vista, Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Já houve vista. Já houve vista por todo o histórico. Foi vista do Senador Aloysio Nunes. Agora, o Senador Pimentel...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Relator pode concordar em fazer um entendimento consultando o autor da emenda. S. Ex^a pode concordar em fazer uma consulta ao Tribunal de Contas para ver a demanda que isso poderá gerar junto àquele Tribunal em termos de atribuições.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel, com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, essa não é uma matéria nova no Congresso Nacional; ela surgiu em 1943. Desde aquele ano que existe o imposto sindical. Nós enfrentamos esse debate na Constituinte de 88, quando foi um dos temas de maior discussão no mundo da organização sindical. E é verdade que o Sistema “S” presta contas – é verdade! Só que são poucas as entidades que controlam o Sistema “S” no âmbito nacional, que têm as suas ramificações, mas vinculadas à estrutura nacional.

Com todo o respeito à emenda, vejam que o sindicato rural de Aiuaba, lá no interior do Ceará, onde chove menos de 300mm³ por ano, vai ter que mandar, todo ano, para cá uma prestação de contas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E esse sindicato não tem sequer um computador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vou fazer uma indagação a V. Ex^a.

Admitamos que não seja possível – e, hoje, com os recursos da Internet, isso é absolutamente possível.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mas eles não têm nem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Admitamos que não. V. Ex^a concordaria em restringir essa obrigatoriedade de prestação de contas às centrais, às federações e às confederações? Teríamos, aí, um universo bem menor e entidades com uma estrutura suficientemente forte para poder atender a esses requisitos práticos apontados por V. Ex^a e pelo Senador Suplicy.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estou levantando os termos da abrangência da emenda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, vamos discutir essa hipótese. Se V. Ex^a considera... Estou vendo que V. Ex^a está atacando a viabilidade prática...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Objetiva.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (...) e levantando o caso de um sindicato perdido lá no interior do Brasil. Muito bem! Agora as entidades do nível de confederações, federações e centrais...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – De segundo grau.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Elas têm estrutura superabundante até – superabundante! Elas poderiam, e nós reduziríamos em muito o universo, mas ficaria fincado o princípio da prestação de contas. O que não pode, Senador, é essa coisa solta, pois é muito dinheiro; é recurso obrigatório; é recurso compulsório.

Eu peço a V. Ex^a que examine. Até, se o Presidente permitir, e acho que não haveria nenhuma entorse grave no Regimento, pois nós estamos buscando algo que viabilize uma ideia que eu vejo tem ressonância entre nós: restringiríamos então o universo. V. Ex^a apresentaria uma subemenda restringindo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos retirar o projeto de pauta, com a anuência de V. Ex^a, e vamos construir...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem. Portanto, retirado de pauta. Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Mas, tendo em conta o diálogo havido, Sr. Presidente, quem sabe seja possível nós obtermos, antes de uma próxima votação e redação, uma consulta, de um lado,

aos Tribunais de Contas; de outro, às próprias centrais sindicais, explicando o propósito...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – As centrais sabem bem, Senador, qual é o propósito: fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, retirado de pauta o último **Item**, que é o **Item 3**, relatado com muita competência pelo Senador Pimentel.

Nada mais havendo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, Senador Inácio Arruda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, foi aprovado um requerimento para que seja feita uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir o comércio eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria, ouvido o Plenário, que pudesse ser acrescentado o convite ao Secretário da Fazenda do Estado do Pará, Dr. José Tostes Neto, a fim de participar da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Flexa Ribeiro, nós incluiremos. Já houve uma solicitação do Senador Luiz Henrique para se incluir o Secretário de Fazenda de Santa Catarina. Então, nós incluiremos, eu vou colocar em votação a inclusão do Secretário de Fazenda do Pará.

Se todas as Senadoras e os Senadores estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, está aprovada a inclusão do Secretário de Fazenda do Pará, o Sr. José Tostes Neto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, há ainda outro assunto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Outro assunto, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Parece-me que V. Ex^a também irá fazer uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre um projeto de lei que trata de um assunto que aqui já foi discutido várias vezes: a questão da decisão do Confaz, quando se reúne para decidir sobre incentivos fiscais e sobre outras coisas, sobre a unanimidade do Confaz. V. Ex^a inclusive...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É um Projeto de Lei nº 95, do hoje Governador Marco-ni Perillo e do qual V. Ex^a avocou a relatoria, em abril de 2011.

Só que eu sou autor do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006, que trata do mesmo assunto e altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos a impostos sobre operações relativas à circulação (ICMS) e sobre prestação de serviços, transportes interestaduais e intermunicipais sejam concedidos por maioria qualificada.

Esse projeto está na CAE também e tem como relatora a Senadora Marta Suplicy, tendo sido distribuído por V. Ex^a em abril de 2012. Eu pediria que V. Ex^a pusesse, na audiência pública, o Projeto de lei nº 240, de 2006, de minha autoria, em conjunto, porque eu vou pedir o apensamento dos dois projetos, porque tratam do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, nós vamos inclusive levantar esse assunto.

Na verdade, nós não aprovamos nenhuma audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não tem audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, mas evidentemente, nós estamos registramos as observações de V. Ex^a e voltaremos a falar sobre essa questão.

Nós simplesmente citamos aqui, mas não falando de alguma audiência pública ou coisa assemelhada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É o Projeto de Lei nº 240, de 2006, e o Projeto de Lei nº 85, de 2010, que tratam do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Está aqui registrado. Voltaremos a esse assunto até em função das observações muito pertinentes de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para solicitar a V. Ex^a que examine se é possível atender minha solicitação de incluir na Ordem do Dia dos trabalhos da nossa Comissão os seguintes PLS: o PLS nº 58, de 2011. São todos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – PLS nº 58, de 2011.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – PLS nº 166, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – PLS nº 166, de 2009.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o PLS nº 193, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – PLS nº 193, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Peço o apoio de V. Ex^a para que retorne à pauta o PLS nº 138, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Retorno à pauta do PLS nº 138, de 2010.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Para o qual foi concedida vista ao nosso querido Líder do Governo. Mas tenho certeza de que o tempo foi mais do que suficiente para que ele apreciasse essa necessidade de nós... O Líder estava presente e foi objeto de um bom debate com a Presidente Dilma no Conselho Político sobre a necessidade de se investir maciçamente em educação, para formar bem o nosso povo. O que estamos querendo com esse PLS são recursos maciços, porque apoio maciço se dá com recursos maciços. Esse é o objeto do nosso Projeto nº 138, que destina 50% dos recursos do Fundo Social do pré-sal para a educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Está feito o registro aqui. A secretaria irá verificar a real situação de todos esses projetos. Sem dúvida nenhuma, nós acataremos as observações de V. Ex^a. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas para dar apoio ao que pediu o Senador Inácio Arruda, mas lembrando que há outro projeto de minha autoria e do Senador Aloysio Nunes que vai na mesma linha, mas de maneira mais radical: nós defendemos 100% dos recursos e defendemos que o dinheiro não vá direto, mas que passe por um fundo, e que se utilizem os recursos da rentabilidade desse fundo. Então, o nosso projeto continua, mas dou todo apoio ao projeto do Senador Inácio Arruda, porque é melhor 50% do que nada. Enquanto isso, o Senador Aloysio e eu vamos continuar lutando para avançar na ideia do Senador Inácio, que já é uma grande contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Não havendo mais nada, nenhum assunto a tratar, dou por encerrada a reunião, só lembrando aos Senadores e às Senadoras, meu caro Senador Aloysio Nunes, que, na terça-feira, às 10 horas da manhã, te-

remos o Ministro Guido Mantega em audiência pública aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, sem querer abusar de V. Ex^a, nós temos um requerimento aprovado para nos visitar, como convidada, a Presidente da Petróleo Brasileiro S.A, para que ela possa explanar os ajustes que têm sido anunciados no plano de negócios da companhia. Eu considero muito importante que ela compareça. Se V. Ex^a pudesse combinar com a Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Esse requerimento já foi aprovado, Senador Inácio, e nós estamos ajustando com a Dr. Graça a vinda dela aqui até para ela falar sobre o planejamento estratégico da Petrobras, que é um tema muito relevante, muito importante.

Acho que a Comissão de Assuntos Econômicos, ao aprofundar esse debate, dá uma contribuição muito grande ao Congresso e ao País, até pelo montante dos investimentos e pelo que representa, na área de energia, a Petrobras, assim como na área empresarial e na área industrial.

Vou conversar com a Presidência da Petrobras para marcar a data desta audiência pública, que vai ser muito importante para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nada a tratar, quero agradecer a todos Senadores e Senadoras, enfim a todos aqueles que nos acompanharam, os assessores.

Terça-feira, dia 22, estaremos aqui com o Ministro Guido Mantega, às 10 horas da manhã.

Um grande abraço.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 14ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no dia 24 de abril, de 2012, terça-feira, às onze horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, ala Alexandre Costa, anexo II, do Senado Federal.

Às onze horas e quinze minutos, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador **Paulo Davim**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Senadores Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Benedito de Lira e das Senhoras Senadoras Ângela Portela, Vanessa

Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais Membros. Registram presença o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Deputado Federal Eleuses Paiva. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** para “**debater a presença dos médicos nos municípios brasileiros**”, em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 23 de 2012 da CAS, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Davim, respectivamente, com a presença dos seguintes oradores: **Fernando Antonio Menezes da Silva**, Diretor de Programa e Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde, do Ministério da Saúde – SGTES/MS, representante do Ministro da Saúde; **Roberto Luiz D’Ávila**, Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; **Wilson Alecrim**, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; **Antônio Evandro Melo de Oliveira**, Secretário Adjunto de Atenção Especializada do Interior da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SUSAM, representante da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas; **Alcides Silva de Miranda**, Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde – CNS; **André Vitral**, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; **Jorge Carlos Machado Curi**, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB; **José Enio Duarte**, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; e **Waldir Cardoso**, Secretário de Comunicação da Federação Nacional dos Médicos – FENAM. Após a explanação dos oradores usam da palavra o Senador Humberto Costa, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Deputado Federal Eleuses Paiva, e o Senador Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em Exercício, Senador **Paulo Davim**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Davim**, Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Bom-dia a todos.

Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a presença dos médicos nos Municípios brasileiros, em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 23, de 2012, da CAS, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Davim.

Convido para compor a Mesa os ilustres convidados: Dr. Fernando Antonio Menezes da Silva, Diretor de Programa e Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde, representante aqui do Ministro Alexandre Padilha; Dr. Roberto Luiz d'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Wilson Alecrim, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass, que tomará posse hoje à noite – estaremos lá prestigiando; Dr. Antônio Evandro Melo de Oliveira, Secretário Adjunto de Atenção Especializada do Interior da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, representante da Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas; Dr. Alcides Silva de Miranda, Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde; Dr. André Vitral, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes; Dr. Jorge Carlos Machado Curi, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira; Dr. José Enio Duarte, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems; e o Dr. Waldir Cardoso, Secretário de Comunicação da Federação Nacional dos Médicos – Fenam.

A metodologia do nosso trabalho é a seguinte: os convidados terão dez minutos para suas considerações iniciais, prorrogáveis se necessário. E a ordem de inscrição será a mesma da chamada para a composição de Mesa.

Portanto, imediatamente passo a palavra ao Dr. Fernando Antonio Menezes da Silva, Diretor de Programa e Secretário Substituto da Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde, que disporá de dez minutos.

O SR. FERNANDO ANTONIO MENEZES DA SILVA – Bom-dia a todos e todas.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Paulo Davim, em nome do qual cumprimento os colegas presentes.

Tenho uma pequena apresentação que vai expor a ideia como a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação está trabalhando essa questão que eu chamo de dimensionamento da força de trabalho.

O dimensionamento da força de trabalho pode ser aplicado para qualquer categoria profissional: médico,

enfermeiro, mas, no caso aqui, nós vamos abordar as questões relativas aos médicos.

Eu trago para vocês um pouco dos quatro componentes que a Secretaria hoje trabalha para tentar equacionar essa questão da necessidade de mais médicos dentro dos nossos Municípios.

O próximo, por favor.

Trago o estado da arte, diria, aquilo que, numa comparação ao que está sendo feito no resto do mundo, nós encontramos de práticas mais interessantes e que podem ser aplicadas à nossa realidade.

A primeira questão do estado da arte do dimensionamento diz respeito ao contexto local, diz naturalmente respeito às características que são próprias do Brasil e não de outros locais. Por exemplo, qual é o nosso modelo, o que todos nós adotamos? Um modelo único de saúde que prevê ou coloca uma série de prerrogativas para a população e também atribuições para o sistema.

É importante que a gente fale que há uma necessidade, dentro desse modelo ou de qualquer outro, de infraestrutura. Então, se coloca também a necessidade de fazermos uma avaliação da capacidade da infraestrutura física existente e, finalmente, aquilo que a gente disponibiliza hoje em termos de assistência à saúde.

Esses três componentes são fundamentais quando nós vamos trabalhar a questão do dimensionamento de força de trabalho, pois vamos perceber que – mostre o anterior por favor – nós temos um componente ainda, o componente dois, que mostra aquilo que nós pretendemos, porque nenhum sistema é estático. Os sistemas são dinâmicos, as necessidades da população são também de natureza dinâmica. Então, nesse elemento, o que se discute é como funciona o modelo pretendido na rede de assistência que nós também estamos desenhando. Essa é uma questão fundamental.

Os países que trabalham com esse tipo de modelagem para definir números encontram a seguinte questão: o que a alta tecnologia promove na necessidade de maior ou de menor número de médicos? Por exemplo: muitas pessoas acreditam que a alta tecnologia, que quanto mais a gente utilizar robô para fazer cirurgia, como em cirurgia através de videoendoscopia, a gente precisará de menos gente, mas, na verdade, na prática, se dá o contrário. Para algumas tecnologias, você precisa de mais pessoal especializado do que o que já se dispõe. Por outro lado, algumas especialidades tendem, inclusive, segundo alguns autores, a desaparecer nesse meio tempo.

Outra coisa importante é o que está sendo proposto de melhoria para a rede já existente. Para qualquer cálculo que se vá fazer do número de médicos, a gente tem que levar em consideração a rede que

existe, o que está sendo proposto e o que já está sendo feito em termos de melhoria. Um exemplo clássico é o que está acontecendo em alguns Estados com a carência de profissionais na abertura de UPAs. Esse é um exemplo clássico que mostra que o modelo tem que ser pensado de uma maneira mais global. Também aí vem que serviços a mais nós vamos começar a disponibilizar tendo em conta essa dinâmica, pois o avanço não para.

O próximo, por favor.

Um ponto fundamental, e esse é polêmico, é a questão da força de trabalho existente. Existem várias maneiras de aferir força de trabalho, mas uma está sendo mais utilizada por países que têm um modelo parecido com o nosso. Nessa consideração, nós partimos da quantidade e da distribuição espacial da força de trabalho, mas nós aplicamos outro componente ou alguns componentes. Por exemplo, o cálculo que é feito para determinar se existem médicos em número suficiente leva em consideração o efetivo exercício na atividade essencial. Por que isso é importante? Porque existe uma série de condicionantes, a gente vai ver isso mais embaixo, que tiram o médico do efetivo exercício. Por exemplo: eu sou cirurgião oncologista, mas, há mais ou menos cinco anos, não estou mais na minha área. Entretanto, eu sou contado, contabilizado como cirurgião oncologista.

Então, existem – isso começou na França na década de 60 – condições que fazem com que se saia de maneira permanente ou temporária do efetivo exercício, e é um erro contar esse médico ou esse profissional, qualquer que seja ele, como parte da força de trabalho. De qualquer modo, há uma maneira hoje, que é a equivalência a 40 horas de efetivo exercício.

Outra coisa muito importante – aí vem uma contribuição que acabo de receber, mas já conhecia a demografia – é que nós temos de considerar coisas além da demografia.

O que são entradas e saídas na carreira?

No Brasil, de maneira surpreendente, não estão associadas à senioridade. Quem faz concurso público nos Estados sabe que vai haver candidatos que já deveriam estar na idade de aposentadoria e estão fazendo concurso público de novo. O Brasil é um país *sui generis*, porque conseguiu desvincular formação e carreira. Depois, eu vou abordar um pouco mais isso. E, também as questões de saídas temporárias e permanentes sofrem, por exemplo, influência de gênero.

No último ano, como secretário executivo de gestão e trabalho em Pernambuco, tivemos uma situação quase inusitada: oito mulheres engravidaram ao mesmo tempo na UTI. Isso cria uma situação que tem de ser contabilizada. Na maneira que você começa a fazer o

dimensionamento, você tem de começar a contabilizar; quer dizer, como é a demografia do ponto de vista da idade reprodutiva?

Isso foi verificado pela primeira vez na França. A França começou isso na década de 60 e verificou que mulheres saem na idade reprodutiva, e homens saem na idade gerencial, e há duas baixas dentro da questão da força de trabalho.

E há um detalhe mais importante, com que o mundo todo hoje se preocupa de uma maneira, eu diria, muito boa: a proporção de mulheres que ingressam hoje na carreira médica é muito maior do que a de homens. Então, isso já leva a um repensar de como vamos fazer esses cálculos. De qualquer maneira, é importante que o cálculo não seja mais cabeça a cabeça. Quando se propõe a fazer cálculo, que esse cálculo seja feito com base no efetivo exercício e nas questões que fazem com que as pessoas entrem e saiam da carreira em determinado momento. Finalmente, há um componente importante, que é o componente especialidade, que também podemos discutir mais depois.

O quarto, por favor.

Bom, uma última situação: temos de considerar o aparelho formador que nós temos. Aí, permitam o meu viés um pouco acadêmico, como diretor de curso de Medicina e reitor, e muito voltado para a questão do aparelho formador.

Então, a primeira situação que temos de definir são as capacidades a serem adquiridas. Vou dar um exemplo: passei dois anos fazendo um pós-doutorado e fiquei surpreso ao ter o meu médico de família – todos têm um médico de família, e eu estava na Holanda. Ele foi quem fez todo o meu atendimento de otorrinolaringologia. Aquilo que eu só fazia no Brasil com otorrino, eu fiz com médico de família. Então, isso dá um dimensionamento diferenciado. Se as atribuições daqueles que estão na atenção básica são mais abrangentes, a necessidade de médicos na especialidade pode variar, porque vai ficar para o otorrinolaringologista aquilo que é mais complexo.

De qualquer maneira, é importante que se defina bem quais são as capacidades e quais são as atribuições desse médico de que estamos falando. E dimensionar a partir da entrada.

Veja bem: o Reino Unido contabiliza força de trabalho a partir do momento que o indivíduo entra na graduação, porque, a partir desse momento ele diz quantos vão na atenção básica ou que se espera que vão; ou são necessários na atenção básica. E todo o sistema funciona assim, de maneira integrada. Depois, considerar, naturalmente, capacidade da rede para o treinamento de serviço, porque não adianta se colocarem escolas onde não exista essa capacidade insta-

lada. Tem que ter uma capacidade. Integrar carreira e formação e, naturalmente, assegurar o treinamento de pós-graduação, que é uma luta que nós encampamos, principalmente nas áreas prioritárias. Se nós somos ordenadores de sistema e temos carências em determinadas especialidades, temos de investir e estamos fazendo especificamente isso através de programas, por exemplo, como pró-residência do Ministério da Saúde.

O próximo.

E aí vêm as percepções. Naturalmente, qualquer que seja o estudo que se faça de percepção, a maior questão que surge é sempre a carência de médicos, e a sugestão sempre está aqui nesta ponta, de aumentar o número de médicos.

O próximo.

Isso está aqui em *O Globo*, que apresenta um mapa, mostrando a questão dos vínculos médicos no País.

Próximo.

Temos um também, baseado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos, que mostra claramente as necessidades. As áreas vermelhas e mais azuis representam as populações acima de dez mil habitantes por médico, o que é uma situação, eu diria, inaceitável.

O próximo.

Aí, você tem recortes. Por exemplo, se fizer um recorte por população do grupo chamado G-100, que são aqueles Municípios com mais de 80 mil habitantes e que têm condições de renda *per capita* baixa, há um recorte de nove Municípios, que, no total aqui, vai-se aumentando. Há nove que têm de um para 3 mil; aí os Municípios já começam a aumentar, 44, etc...

Então, mostra claramente que, à medida que se progride, chega-se até o número de Municípios que têm um número muito abaixo daquilo que deveria ser o número próximo ao ideal de médicos por mil habitantes.

O próximo.

Acho que é o finalmente. Teria mais um *slide*, que faria uma comparação entre número de médicos por mil habitantes. Estamos ali com 1,8. Há uma discussão muito grande se é 1,9 ou 1,7, porque isso, como eu mostrei, pode variar de acordo com o parâmetro que se esteja utilizando. Caso se conte por cabeça, médico ativo é um número; se contar por efetivo exercício, 40 horas, um número ou outro; se for para a atenção básica, esse número cai para 1,4. Isso no global do Brasil.

Então, qualquer que seja o parâmetro quantitativo que se adote, o número de médicos para a dimensão do nosso sistema está abaixo do que nós desejaríamos que fosse.

Então, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. Fernando Antonio pela brilhante exposição.

Em permuta com o Dr. Roberto Luiz D'Ávila, o Dr. Wilson Alecrim, presidente do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), falará na ocasião, já que tem audiência marcada com o Ministro da Saúde.

Fique à vontade, Dr. Wilson. Disporá de 10 minutos.

O SR. WILSON ALECRIM – Muito obrigado, Senador Paulo Davim.

Quero cumprimentar também a Senadora Vanessa, os demais Senadores aqui presentes e pessoas que se dedicaram a participar desta importante atividade.

Agradeço a bondade em ter sido colocado aqui como já presidente do Conass. Na realidade, eu vou usar um termo que os políticos usam muito, que é presidente eleito, porque a minha posse vai ocorrer ainda hoje às 19h. Aproveito o momento para convidar a todos para a posse da nova diretoria às 19h, no Royal Tulip.

Creio que o que eu vou falar deve resumir-se na frase pela qual eu vou começar. A oferta e a distribuição de médicos no Brasil causa uma perversa distribuição de médicos, com profundos reflexos na atenção à saúde pública do País.

Essa é a frase com a qual começo falando.

O SUS, como modelo de atenção universal, possui níveis de complexidade crescente. Temos a atenção básica, também chamada de atenção primária, a média complexidade, e a alta complexidade. Em todos esses níveis, temos infraestrutura e postos para serem ocupados por médicos. Todos os profissionais de saúde são necessários e importantes para as ações de saúde em todos os níveis de atenção à saúde, embora aqui a discussão esteja centrada nos médicos.

No entanto, existem procedimentos que dependem da presença do médico para sua realização em todos esses níveis de que falei: desde atenção primária, passando pela média complexidade, chegando à alta complexidade. Com certeza absoluta, o aparelho formador de profissionais médicos no Brasil, tanto na graduação quanto na residência médica e nas especializações, não acompanhou o que vem acontecendo no País, com um crescimento continuado da infraestrutura de atenção à saúde em todos os cantos deste País, razão pela qual temos hoje uma situação como se tivéssemos montado uma grande fábrica e não tivéssemos os operários para tocar as linhas de produção dessa fábrica.

Também é preciso e necessário levar em consideração... E aqui aproveito para cumprimentar o Antônio Fernandes pela apresentação que fez e gostaria de colocar, dentre as questões que ele aqui apresentou,

a logística de trabalho nas várias regiões do Brasil para que possamos compreender perfeitamente qual é a capacidade que o médico tem de estar num lugar ou em mais de um lugar e como funciona, na realidade, uma unidade de saúde de qualquer dos três níveis a que me referi aqui, na Região Centro-Oeste, no Sudeste, na região amazônica, no Nordeste. Com certeza, vamos verificar que há necessidade de incluir parâmetros para a avaliação, distribuição e ocupação desses médicos.

O Conass fez um trabalho sobre distribuição de médicos na atenção primária em saúde, que tem alguns dados extremamente interessantes que, depois, podem ser encaminhados à Presidência desta Comissão e à autora do requerimento para que esta reunião esteja sendo realizada, Senadora Vanessa, mais centrado na questão da dificuldade do preenchimento de médicos nos postos na atenção primária ou na atenção básica em saúde.

Perguntaram para os gestores quais eram as alternativas que eles estavam buscando para suprir e minimizar essas dificuldades: 20,4% dos gestores responderam que uma alternativa por eles buscada era a flexibilização na jornada de trabalho, o que já foi, em parte, atendida em discussão, na tripartite, com o Ministério da Saúde, em que se alterou a jornada de trabalho dos médicos da atenção primária para 20, 36 ou 40 horas; outro tópico como alternativa para fixação desses profissionais, que representou 19,1%, referia-se a auxílio-transporte e alimentação – e aí já entra a questão da logística que falei ainda há pouco –; 16,2% vincularam que a alternativa era ter um salário mais alto, diferenciado dos outros locais para que esse médico ficasse na atenção primária; 13,3% estavam ligadas à capacitação, a cursos de capacitação nos seus mais variados formatos de fazer chegar, inclusive utilizando os programas de telessaúde e telemedicina; 9,9% se relacionavam a auxílio-moradia; 5,4%, boas condições de trabalho; 3,4%, plano de cargos e salários; e 2,6%, vínculo do trabalho, ou seja, que não fosse o chamado vínculo precário.

Essa mesma pesquisa do Conass mostrou que, apesar dessas mais variadas medidas, a transitoriedade dos médicos nesses postos de trabalho foi extremamente preocupante. Na Região Norte, ela foi de 2,2 anos de mudança; na Região Nordeste, 2,4; na Região Sudeste, 3,1; na Região Sul e Centro-Oeste, também 3,1. Ou seja, a média no Brasil é de 2 anos e 8 meses de rotação do médico nesses postos de trabalho.

Quero encaminhar aqui, fazendo uma observação de que se discute muito, desde a época da reforma sanitária, passando pelo SUS, durante o pacto da saúde e, agora, na organização e constituição das

redes de atenção à saúde, que a carreira de Estado é um caminho para a solução de muitos problemas que nós temos.

Eu vou aqui dar um depoimento: militei muito tempo na oposição e, depois – quem está na oposição tem que almejar o poder –, quando passei a ser situação, defrontei-me com situações extremamente interessantes em que tive que fazer releitura e reinterpretação da minha lógica e da minha capacidade ideológica de transmitir as coisas na oposição. Uma delas era que, no meu Estado, o Amazonas, o principal problema de ter médicos no interior era condição de trabalho, porque não havia bons hospitais. Eu, como gestor, baseado nisso, e os governadores com os quais trabalhei – já vou para 12 anos como secretário de saúde entre Município e Estado – fizemos um grande plano de infraestrutura, e hoje o Estado tem uma infraestrutura belíssima na capital e quase belíssima no interior do Estado inteiro, com todos os hospitais do interior com ambiência, equipamentos para média complexidade, mas temos hoje, na atualidade, menos médicos do que tínhamos à época em que eu militava na oposição.

Então, quero me referir à carreira de estado. Acredito e creio que ela é um caminho para a solução. Agora, também não tenho dúvida de que isso possa acontecer num curto espaço de tempo para que possamos superar a crise com a qual nos defrontamos em relação à ausência de médicos nos postos de quase todos os locais do País. Ora, se isso não é possível, creio que nós temos o dever, a obrigação e a responsabilidade de buscarmos alternativas intermediárias para que possamos reduzir essa dificuldade de termos médicos nos Municípios brasileiros, em especial atenção para os brasileiros que vivem no Nordeste e na região amazônica.

Então, creio que esta reunião deve ser extremamente importante para todos nós na busca e na identificação de como conviver durante meia década, enquanto os aparelhos formadores não são capazes de suprir as necessidades para que tenhamos médicos nesses locais e, com bastante maturidade, sem ferir nenhum princípio legal, sem ferir nenhum princípio ético, e termos médicos nesses locais. Os que os brasileiros e brasileiras que vivem lá estão esperando de todos nós é que tenhamos o encontro dessa solução a partir do debate e da discussão.

Quero agradecer a todos, a paciência de todos, mas, infeliz e felizmente, vou ter que me retirar, porque temos agora uma audiência com o Ministro da Saúde, mas fica aqui o Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde do Amazonas, Dr. Evandro Melo, que trabalha exclusivamente com o interior do Estado e que vai apresentar aqui uma realidade do Amazonas, que,

com certeza, vai ainda aguçar a ideia de cada um de nós e aumentar o esforço, Presidente Paulo Davim e Senadores aqui presentes, para que dediquemos todo o tempo necessário de cada um de nós na busca da solução desses problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradeço ao Dr. Wilson Alecrim pela brilhante exposição, desejando-lhe boa sorte, a partir de hoje, como Presidente do Conass e também na audiência, logo mais, com o Ministro da Saúde.

Quero dar boas-vindas aos Parlamentares aqui presentes – Senadora Vanessa Grazziotin, proponente da audiência, Senadora Angela Portela, Senador Mozarildo Cavalcanti, Deputado Eleuses Paiva, ex-Presidente da Associação Médica Brasileira – e a todos os presentes aqui na audiência.

Vamos passar a palavra ao Dr. Roberto Luiz D'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina, que disporá de dez minutos.

O SR. ROBERTO LUIZ D'ÁVILA – Bom dia a todos. Também quero cumprimentar o ilustre Senador Paulo Davim, Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Sociais; os Senadores presentes, Mozarildo Cavalcanti, de Roraima, Vanessa Grazziotin, do Amazonas, Angela Portela, do Acre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Roraima.

O SR. ROBERTO LUIZ D'ÁVILA – Ah, perdão, Roraima. E Eleuses Paiva, de São Paulo.

Obrigado pela ajuda.

De Estado do Norte, de São Paulo e do Nordeste. Não há nenhum Senador da região Sul, que é a região de onde sou oriundo, ou seja, do belíssimo Estado de Santa Catarina.

Lá temos uma situação muito interessante: 292 Municípios, e todos têm médicos. Não há Município sem médico em Santa Catarina. Claro que isso se deve a uma característica geopolítica e de uma demografia que se fez a mais igualitária possível, com o desenvolvimento de polos regionais, que permitiram que 30% dos médicos ficassem na capital e 70% dos médicos se distribuíssem até no mais longínquo eixo leste-oeste, que é a fronteira com a Argentina.

A grande maioria desses Municípios têm hospitais pequenos, com algo em torno de 60 leitos, uma boa distribuição de referência e contrarreferência. E lá também nós temos algumas dificuldades. Temos, por exemplo, em Florianópolis, a dificuldade de fechar a escala de plantão com anestesiologistas e ortopedistas.

Então, há uma dificuldade generalizada ou de clínicos ou de cidades menores ou, nas capitais, de algumas especialidades que estão em falta.

Pega-se a própria cidade de São Paulo, e se tem vazio assistencial na periferia. É um assunto muito complexo, mas me deixa muito feliz ver todos aqui, nesta mesa, com o mesmo objetivo. Todos.

O Prof. Fernando Menezes, já conhecido pelo belíssimo trabalho que desenvolve como pesquisador, lá em Pernambuco, que nos auxiliou, no Conselho Federal, em algumas das nossas demandas e que tem sido um convidado frequente para nos ajudar e nos esclarecer nessas questões.

Fico muito feliz em vê-lo, hoje, na Secretaria de Gestão do Trabalho do Ministério da Saúde. Temos feito parcerias. Estamos colaborando com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Educação em muitas dessas questões. É nossa preocupação uma distribuição, neste País, a mais igualitária possível.

Agora, não queremos medidas provisórias emergenciais, temporárias, porque a história também mostra que essas medidas acabam ficando permanentes. O que é provisório vira permanente, e isso nos deixa muito apreensivos, especialmente quanto à qualidade da assistência.

Aí quero fazer um pequeno parêntese. O Conselho Federal de Medicina não é uma associação de médicos, com todo o respeito que tenho às associações, à Associação Médica Brasileira e às suas federadas. Ele não é um sindicato de médicos, com todo o respeito que tenho aos sindicatos médicos estaduais e à Federação Nacional dos Médicos, que abrange todos os sindicatos.

O Conselho Federal de Medicina e os sindicatos são Estado. Podem não ser "Governo", mas são Estado. Eles têm o poder delegado pelo Estado, através desta Casa, o Congresso Nacional, que sancionou uma lei em 1957, delegando poder estatal aos Conselhos de Medicina, para fiscalizar o exercício da profissão, normatizar esse exercício, zelar pelo bom nome da profissão e daqueles que a exercem. E esse tem sido um trabalho de 55 anos que aquela Casa tem feito.

Muitas vezes, somos vistos como conservadores, corporativistas, na acepção pejorativa mesmo do termo, um adjetivo qualificativo depreciativo, e isso não é verdade. Podemos ser até corporativos, mas no sentido de proteger a população, a sociedade dos maus profissionais. E essa tem sido a nossa luta.

Nós julgamos algo em torno de 60 médicos todo mês, e duas cassações do exercício profissional são feitas por mês, duas cassações.

Então, temos um trabalho muito duro, muito difícil, mas protegendo a sociedade dos maus profissionais. Claro que isso não impede a existência de mau profissional. Nós vamos ter sempre denúncias, e isso é muito bom, é a cidadania da população vendo quem

não trabalha adequadamente, o que nos faz punir esses médicos, daí a importância desse papel de proteção.

Mas estamos preocupados com a qualidade da formação dos médicos, e isso não é só de agora. Este nosso discurso não se faz da agora. É um discurso de décadas, sempre criando alguma dificuldade para a abertura de escola médica, não por corporativismo, não por reserva de mercado, mas porque essas escolas eram criadas por interesse econômico, e não social; não tinham um hospital público para o treinamento, para o exercício; não tinham uma adequação para a pós-graduação, para a residência, para o treinamento em serviço; e não tinham a necessidade social, sem falar do corpo docente, que não tinha a qualificação adequada.

E vejam que coisa interessante: o número de escolas dobrou nos últimos 12 anos. Na última década, houve o dobro de escolas médicas. Não houve nenhuma solução com o dobro de escolas. Isso não foi solução para a distribuição de médicos igualitária no País, não resolveu a questão. E por que não resolveu? Porque persiste a concentração nas regiões Sul e Sudeste. Os nossos números mostram que 72% dos médicos estão nas regiões Sul e Sudeste. Grande parte desses médicos, nordestinos – você sabe disso, Senador Paulo Davim –, nortistas, do Centro-Oeste, foram fazer residência em São Paulo e acabaram fixando-se.

E todo mundo já conhece um estudo que mostra que a residência médica – não é a escola – é o melhor índice para a fixação de médicos na região. É um detalhe interessante.

Nunca fomos contra a abertura de escola, principalmente federal, no Acre, em Roraima, em Rondônia. Nunca fomos, isso seria um absurdo. Uma universidade federal, com toda a possibilidade de ensino de alta qualidade, em um lugar onde não havia médico. Havia lá o nosso apoio. Claro que vamos ser contra grupos empresariais que querem abrir escolas onde já há escolas em número mais do que suficiente, onde não há hospital-escola para treinamento. Claro que vamos ser contra, porque sabemos que ali a qualidade não é a principal preocupação.

Portanto, nós estamos sempre fazendo um discurso e não somos ouvidos, porque temos sempre o viés de quem nos ouve de que somos corporativistas e estamos fazendo reserva de mercado.

E é necessário abandonarmos essas armas, assim como eu abandono as minhas, para ouvir a de todos os senhores. E tenho procurado debruçar-me sobre esse assunto, sobre as razões de como fixar médicos no interior. É o que quero. Quero o exemplo do meu Estado, pequenininho, um dos menores Esta-

dos do País, lá esquecido na região Sul. Mas quero o exemplo do meu Estado para todo o Brasil.

Como podemos ser contra a presença de médicos no interior do Amazonas, do Acre? Absolutamente, não. Agora, queremos um esforço conjunto; queremos medidas definitivas; queremos uma infraestrutura adequada para fixar. Mesmo assim – e, para mostrar o nosso interesse nesse assunto, apoiamos o próprio Ministério da Saúde no Programa de Valorização da Atenção Básica – Provab, mesmo contra a opinião majoritária dos médicos pesquisados. O Conselho Federal entendeu ser um programa importante e o apoiou, mesmo com os equívocos que ele possa estar demonstrando, era uma maneira de tentar levar.

Falha onde? Falha onde não oferece a estrutura adequada; depois, não há um estímulo para a fixação, ficam lá dois anos, que é a média – como bem mostrou o Dr. Wilson Alecrim, eles não persistem.

Por isso, para encerrar, defendemos uma carreira de Estado. Agora, uma carreira de Estado muito semelhante à da magistratura. Há um caminhar por cidades, pelo interior, com direito a reciclagem, a educação médica continuada e, depois de muitos anos, que a sua aposentadoria se faça num hospital de maior porte próximo a uma capital ou na capital. Não é assim que os juízes terminam as suas carreiras, como desembargadores com muita experiência acumulada? Não é assim no Ministério Público? A carreira de Perito do INSS não é uma carreira de Estado? Qual a dificuldade de uma carreira...

Quer dizer, seu eu sou o Estado e quero colocar médicos para trabalharem no Estado, eu tenho de fazer um investimento em recursos humanos, mas isso não tem sido feito nos últimos vinte, trinta anos. São contratos a título precário, sem décimo terceiro, sem férias, há o envolvimento dos médicos com a política local, como cabos eleitorais do prefeito naquela região – muda o prefeito, são demitidos. Quer dizer, nós precisamos criar um mecanismo para que ele realmente se fixe, para que ele não sofra influência política do local e para que ele realmente possa exercer a sua profissão com dignidade.

Muito me agradou ver ali 40 horas. Eu não tenho dúvida de que, para se dedicar a esse trabalho, tem de ser com dedicação exclusiva, assim como há professores médicos que têm dedicação exclusiva na universidade. Por que não dedicação exclusiva no serviço público?

Agora, há que se aumentar o investimento e há que se melhorar a qualidade. Não se pode trazer médicos sem qualidade comprovada. O Revalida, em nosso modesto entendimento, é um método que ava-

lia a qualidade e, por isso, também somos apoiadores desse instrumento.

Agradeço, Senador, pela oportunidade, e quero também me unir a esse conjunto de vozes da sociedade no sentido de buscarmos uma saída, queremos todos os Municípios com médicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Roberto Luiz d'Ávila.

Vamos passar a palavra imediatamente para o Dr. Antônio Evandro Melo de Oliveira, aqui representando a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Amazonas, que disporá de dez minutos.

O SR. ANTÔNIO EVANDRO MELO DE OLIVEIRA – Queria saudar o Senador Paulo e os demais Senadores, em especial a Senadora Vanessa, do nosso Estado, e agradecer por esta audiência. Queria saudar o ex-Ministro e hoje Senador Humberto Costa e também todos os companheiros de Mesa.

Vou falar um pouco sobre a experiência do Estado do Amazonas, sobre o esforço que o Governo do Estado faz.

Nós temos 1,57 milhão de quilômetros quadrados, 62 Municípios, somos o Estado que mais aplica recursos próprios em saúde – nos últimos cinco anos, em média, nós aplicamos 21% de nossas receitas em saúde. Se nós relacionarmos a população que lá está, veremos que o Amazonas é o Estado mais “SUS-dependente” do País: 100% da nossa população interiorana depende do Sistema Único de Saúde; na capital nós temos ainda 1,4 milhão de pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde.

O Governo, com base em pesquisa, identificou que a dificuldade que nós tínhamos de fixar médicos no interior era decorrente, primeiro, da falta de uma estrutura para que esses médicos pudessem lá trabalhar e exercer sua profissão com qualidade.

Ao longo dos últimos doze anos, houve o esforço do Governo no sentido de dotar cada um dos nossos Municípios, mesmo os que têm menos de dez mil habitantes, de um hospital no qual o profissional pudesse exercer a sua profissão e pudesse disponibilizar ações de média complexidade. Hoje esses hospitais têm, inclusive... Na Amazônia, o último grande esforço do Governo foi disponibilizar Internet em banda larga para que esses hospitais pudessem realizar a Telessaúde, para que o médico que estivesse lá trabalhando pudesse obter uma segunda opinião numa teleconsulta especializada. Então, hoje nós já temos, em todos os nossos 61 Municípios do interior, Internet em banda larga.

Também identificamos a necessidade de se ter um plano de carreira. O Governo mandou uma lei, criou um plano de carreira com salários diferenciados

para médicos em função da localidade onde trabalhassem – o médico que fosse trabalhar numa localidade de mais difícil acesso ganharia mais do que o médico que trabalhasse no entorno de Manaus.

Fizemos um concurso público em 2005, mas, mesmo com esses dois movimentos – melhorar a infraestrutura e melhorar os salários –, sobraram vagas. Além disso, ao longo desses sete anos de concurso, nós perdemos 188 médicos no interior do Amazonas. Ou seja, perdemos os médicos que estavam contratados, que pediram demissão ou foram trabalhar em outro Estado.

Temos 1,5 milhão de habitantes, e parte da população está em área de fronteira. E nós temos outra especificidade: o Estado tem a maior população indígena do País, em torno de 120 mil índios. Nós precisamos levar saúde para essa população, para esses brasileiros que prestam um grande serviço a este País. Aliás, nós dizemos lá em nosso Estado que quem mora no interior do Amazonas tinha de ganhar para fazer isso, porque, primeiro, essas pessoas garantem a segurança nacional; segundo, garantem a nossa biodiversidade, que é a maior riqueza do País; e, terceiro, essas pessoas prestam também um serviço ambiental para o mundo. Então, essas pessoas têm de merecer do nosso Governo, do Governo do Estado do Amazonas e do Governo brasileiro, todo esforço para que elas tenham acesso a um serviço de saúde.

E hoje o nosso principal entrave é garantir que a equipe do Saúde da Família e a equipe da média complexidade atue permanentemente no interior. O Governo do Amazonas, sabendo da dificuldade de se ter de forma permanente esse serviço de saúde, criou algumas variáveis.

Inicialmente, nós colocamos o Telessaúde em 100% dos Municípios e criamos um sistema itinerante. A ideia era: à medida que a equipe local selecionasse a clientela, essa equipe especialista itinerante ia ao interior do Amazonas – a um custo alto, tanto de logística como de pagamento dessa equipe –, aos sábados, domingos e feriados, principalmente sextas, sábados e domingos, para realizar cirurgias, realizar as consultas especializadas. Seria uma demanda organizada pela atenção local. Ainda temos bastante problema em complementar as equipes da família por conta da falta de médicos. O déficit de 360 equipes de Saúde da Família, no Estado, por conta de falta de médicos. E há Prefeitos que pagam até R\$25 mil para ter esse médico e não conseguem. É uma realidade... Se fosse fácil, já tínhamos resolvido. Todos nós temos interesse de resolver, mas é uma realidade que nós temos de nos debruçar. Esse é um problema do SUS, já há bastante tempo, não é de hoje. Não é um problema só

do Amazonas nem só da Amazônia é um problema do País, por isso todos nós temos de enfrentar de frente, e concordo com o Presidente do Conselho Federal de Medicina, de que as medidas não podem ser medidas emergenciais. Essas medidas a gente tem de, em curto prazo, minimizar; mas, a médio e longo prazos sejam sustentáveis porque não adianta ter medida que não tenha sustentabilidade. Algumas medidas emergenciais já ocorreram. Eu lembro do Pits, que não teve sustentabilidade e, por conseguinte, não manteve as equipes lá no interior do Amazonas, não fixou a equipe.

Então, precisamos encontrar soluções de curto, médio e longo prazos visando ofertar serviço de qualidade a essa população, de forma permanente, porque não se muda indicador se os serviços não forem de qualidade e não forem permanente. O Governo do Amazonas está disposto a enfrentar todos os problemas nos sentido de que a gente possa ampliar, cada dia a mais, ampliar a oferta de serviços. Essa oferta de serviços, no Amazonas, tem de ser o mais próximo possível da população. Nós temos uma população rarefeita. Essa população está distribuída ao longo de nossos rios. Essa população... A equipe tem de ir ao encontro dela e não a população ao encontro da equipe porque... Agora mesmo nós estamos passando pro uma grande cheia onde o risco dessa população aumenta. A cheia deve ser uma das maiores que já ocorreu. É uma população... Nós estamos trabalhando, lá no interior, em parceria com a Marinha, com o Exército e com a Aeronáutica.

Queria dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica estão tendo problemas de manter equipes de saúde no interior do Amazonas. Nós temos uma parceria com o Exército. Dois hospitais nossos são geridos em parceria com o Governo do Amazonas e o Exército Brasileiro – o de Tabatinga e o de São Gabriel. Hoje o Exército não tem condições de repor os profissionais, porque mesmo os profissionais de carreira estão pedindo demissão.

Para concluir, eu queria, primeiro, agradecer aos Srs. Senadores por terem colocado esse assunto na pauta do Senado Federal. Quero dizer que esse assunto tem de ter continuidade e que a gente tem de encontrar uma solução que atenda, primeiro, as necessidades da população brasileira. Logicamente, vamos atender às necessidades disponibilizando profissionais de forma permanente e dentro da legalidade da legislação brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradecemos ao Dr. Evandro.

Registramos a presença aqui do Senador Humberto Costa, como foi citado. Passamos, imediatamente,

ao Dr. Alcides Silva de Miranda, Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde.

O SR. ALCIDES SILVA DE MIRANDA – Sr^{as} e Srs. Parlamentares, obrigado pela oportunidade e pelo convite; Sr^{as} e Srs. Presentes, bom dia.

Eu represento aqui o Conselho Nacional de Saúde, uma instância plural que vem debatendo já há muitos anos essa problemática. Talvez eu tenha sido escolhido pela Mesa Diretora porque, além de médico, eu sou um dos fundadores, na época do movimento estudantil, da Denem, Direção Executiva dos Estudantes de Medicina, fui Presidente da Associação Nacional de Médicos e Residentes.

Falo dessa procedência porque já, há muitos anos, nós discutimos algumas questões e hoje discutimos decorrência dessas questões. E uma das constatações, por demais óbvias, é que situações problema/complexas exigem soluções complexas, ou seja, soluções que sejam confluentes, imbricadas, sinérgicas. Quando uma situação problema/complexa é tratada com algo remediado ou uma saída específica, por mais que ela possa, no curto prazo, ter um impacto positivo, ela pode gerar, em longo prazo, problemas outros.

Aí, refletindo sobre isso no Conselho, nós temos vários indicativos de aspectos dessa problemática. Começa por exemplo pela formação, pelo processo de formação à especialização precoce no processo de formação. Hoje, no curso de Medicina, nós temos ligas de especialistas com alunos desde o primeiro ano, dos quais, em torno de 45% não vão fazer residência e vão ao mercado de trabalho com a mentalidade de especialistas, mas especialistas orientados pela lógica do mercado, não pela lógica do sistema público. Nós temos, por ocasião do ingresso na residência médica, o controle, a regulação da oferta de vagas que está notadamente sobre o controle de corporações de especialistas. E aí eu digo corporações no bom sentido e no mau sentido do termo. Seguramente, não são as necessidades sociais de saúde o critério de regulação da oferta dessas vagas de especialidade. Por exemplo, uma especialidade extremamente importante em perspectiva para a implantação da atenção básica no Brasil, da estratégia da saúde da família, que é a de Medicina de Família e Comunidade, segundo estudo feito pelo CFM, pelo Cremesp, coordenado pelo Prof^o Mário Scheffer, está em torno de 1,29% das vagas, 1,3% das vagas.

O Estado brasileiro que financia a maior parte dessas bolsas de residência tem sido débil em alguns aspectos na regulação dessa logística. E aí surgem propostas importantes. O Conselho Nacional de Saúde advoga – é uma deliberação inclusive de conferência nacional de saúde – a ideia de serviço civil. Em alguns

casos é defendido como obrigatório, em alguns casos defendido como serviço civil voluntário. A proposição, a deliberação da Conferência decidiu por obrigatório. A maior parte do ensino brasileiro é pago ou é subsidiado pela população. A carga tributária, a carga fiscal é preponderantemente regressiva: a população mais pobre paga pelo ensino público e subsidia o ensino privado. No entanto, os profissionais, até pela questão de origem de classe e formação, são resistentes a ingressarem, no próprio processo de formação, na rede de atenção básica. O serviço civil soa como um grande absurdo para a maior parte do estudante de medicina e de outros cursos de saúde também. Isso é debatido como obrigação... Vamos colocar em uma rede sem condições de trabalho e não entendem... Ah, nós vamos mandar lá para os confins do Amazonas... e não entendem que esse quadro é bem mais complexo e exigem que se devolva para o público, para o interesse público aquilo que foi investido em vários aspectos...

O Ministério da Saúde fez o Provab. O Provab é uma proposta muito importante porque diz que aquele egresso do curso que for para a rede de atenção básica vai ganhar uma pontuação extra no momento de ingressar na seleção para ingressar na residência médica. A resistência e a reação foram as piores possíveis. E o que nós denotamos, muitas vezes, é que não é só porque há resistência de ir a campo e de ir para uma rede de atenção básica para entender como é que um sistema de saúde pode se organizar ou se reorganizar pela sua base, mas, sim, porque essa sistemática de pontuação extra inclusive quebra a espinha dorsal da lógica da especialização precoce. O estudante que quiser ingressar em uma residência, desde o primeiro ano da faculdade, tem de acompanhar de perto um serviço de especialidade para ele ter alguma chance, por exemplo, de ter, na entrevista, a pontuação oculta, subjetiva, aquela coisa da influência, de estar próximo, de estar presente, de estar visível. Quando se dá uma pontuação extra para o estudante que vai para a rede de atenção básica, quebrar-se essa lógica de ingresso na residência; e esse é um dos focos de resistência não declarados, não ditos pelos estudantes. Essa questão tem algumas implicações importantes, mas o Conselho Nacional de Saúde advoga.

Nós e o Parlamento brasileiro temos de discutir quais são as condições para que a universidade pública e o ensino privado subsidiado possam contribuir, de maneira efetiva, a partir de serviço civil, não só obrigando profissionais a ingressarem em uma rede contra sua vontade, em condições ruins de trabalho, mas mostrando para esses profissionais qual é a realidade da rede de saúde do País e sensibilizando inclusive aquele que, depois, vai optar por ir para o mercado, por

ingressar no mercado, por se tornar um especialista ou um subespecialista de que é necessário que ele tenha convivência com a rede pública. É importante que ele tenha noção do que acontece e que ele não faça parte do problema, mas que ele faça parte da solução.

Outro elemento que a gente denota em nossas discussões e que tem sido discutido bastante, identificando essa problemática, tem a ver com a questão da abertura dos cursos. Como já foi dito aqui – não vou repetir –, há um *boom*. Lá no Conselho Nacional de Saúde, nós recebemos todos os meses – a nossa função é avaliar a necessidade social, a pertinência, não é a parte do projeto pedagógico – cursos de medicina para avaliar. Hoje, nós sabemos que, colocando em perspectiva, em progressividade, que, daqui a dez anos, talvez, nós não tenhamos o problema da escassez; nós vamos ter o problema do excedente e do excedente que vai ter o problema da qualidade na formação. Então, uma aparente solução – abrir o curso para resolver o problema de falta de trabalho – pode gerar, daqui a dez anos, um excedente de trabalho desqualificado. Aí, nós vamos ter outro problema, porque, se é muito difícil abrir um curso de medicina, é muito mais difícil fechar um curso de medicina que não está em condições de funcionamento.

Então, há que se ter responsabilidade acerca desta questão: se é plenamente justificável a abertura de determinados vazios demográficos – sabemos que isso não é suficiente para fixá-los, inclusive –, é necessário ter-se claro de que é preciso ter critérios inclusive para fechar cursos e para discutir, onde há excesso de cursos, se não é o caso de fechá-los para abri-los em locais onde sejam necessários. Essa discussão tem uma série de implicações; o tempo não me permite entrar em detalhamentos, mas são questões importantes.

Esse estudo que foi feito de CFM de demografia médica, coordenado pelo Professor Mário Scheffer, traz algumas questões importantes para a gente. Há um crescimento exponencial do contingente. Hoje, nós temos quase dois médicos para cada mil habitantes e situações extremas, como a situação do Maranhão e do Distrito Federal. Uma conotação importante: o Distrito Federal hoje tem quatro médicos, o dobro da média nacional por mil habitantes e, no entanto, a acessibilidade ao sistema público no Distrito Federal não é melhor do que no resto do País por ter mais médicos.

Há uma maior concentração de profissionais médicos no setor privado, não em termos de registro, mas de ocupação. Nós temos hoje sete médicos ocupados para cada mil clientes no setor privado e temos dois médicos ocupados para a população, tomando-se a população brasileira como denominador. Então, essa é

uma questão importante. Há uma segmentação, há uma disfunção na distribuição dos profissionais entre setor público e setor privado. Isso claramente está denotado.

Aí, discutimos: as alternativas passam principalmente por uma discussão que vem sendo feita há anos e que precisa ter uma consistência orgânica. Nós precisamos discutir a regionalização ascendente a partir do consorciamento interferativo, uma regionalização com responsabilidade pública e não só responsabilidade fiscal.

A responsabilidade fiscal, hoje, está sendo um entrave para a garantia da responsabilidade social do Estado brasileiro. Não se pode expandir serviço a não ser pela terceirização, pelo agenciamento do terceiro setor e, quando o serviço público vai se expandir, não tem como, porque é travado.

As alternativas passam por uma discussão. Existe uma lei que regulamenta consorciamento interfederativo, existe uma perspectiva de regionalização, que tem que ser ascendente. A discussão da regionalização tem de servir para fixar os profissionais numa região, e a carreira de Estado pode dar – não garantias – condições para que a movimentação desse profissional se dê em um âmbito em que se garanta a acessibilidade dentro do serviço público.

Por fim, não menos importante, há uma cultura – e isso foi demonstrado em estudos de opinião – do senso comum inclusive de dependência do trabalho médico. Nós sabemos hoje que equipes multiprofissionais, com atuação interdisciplinar, dão conta de lidar com problemas, com problemáticas da população brasileira, mas que ela só enxerga, que só tem visibilidade a atendimento do médico. Aí, a questão do acesso fica sem uma ponderação com esse trabalho.

Repito: Brasília tem a maior proporção de oferta de médicos por habitantes, no entanto a acessibilidade aqui não é melhor do que em outros lugares.

Sábado eu estava em um debate de uma equipe do Quebec, de Montreal. Eles disseram que descobriram, na Suécia, uma região onde a oferta de médicos é a metade da média da Europa e, no entanto, os indicadores de saúde e de satisfação dos usuários eram melhores. E eles foram lá saber o que estava acontecendo e disseram: “Nós entendemos que boa parte do acesso ao serviço de saúde pode ser feita por equipes multiprofissionais e trabalho interdisciplinar. Nós descobrimos que nós não dependemos para tudo dos médicos.”

Nós temos de ter responsabilidade de trabalhar essa questão da opinião pública, não lidando da seguinte forma: se eles querem médicos, vamos dar médicos. Existe a discussão de se implantar a atenção básica no País, a partir de equipes multiprofissionais, de trabalho

interdisciplinar – vou encerrar – e com a regionalização, tendo a região de saúde como referência. Isso está previsto no SUS, e nós, do Conselho Nacional de Saúde – para encerrar e agradecendo a oportunidade –, entendemos que há um conjunto de indicativos e de diretrizes que está colocado e que requer a ousadia, a responsabilidade de retomar o projeto da reforma sanitária brasileiro, desde a questão do financiamento até a discussão da remodelagem da atenção sob uma lógica que não seja a lógica da oferta, a lógica do mercado, mas a lógica das necessidades sociais de saúde e da responsabilidade social do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Muito bem.

Agradecemos ao Dr. Alcides pela brilhante exposição e passamos a palavra a André Vitral, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes, que disporá de dez minutos.

O SR. ANDRÉ VITRAL – Muito Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos, em especial a Senadora Vanessa Grazziotin, proponente, juntamente com o Presidente, desta audiência pública, e reconhecer que é difícil falar depois do conselheiro Alcides, que teve a capacidade de contemplar boa parte da intervenção.

Mas eu gostaria de jogar mais tinta no que nós, da União Nacional dos Estudantes, reconhecemos que seja, talvez, o centro da questão do conjunto das políticas públicas no Brasil e o mais importante deles, que é o tema do subfinanciamento. Ou seja, antes de tratar da questão da formação médica e da sua distribuição no Brasil é preciso tratar do mais importante problema da saúde pública, que também é o mais importante tema da educação pública e de diversas outras políticas de atenção e assistência social no Brasil, que é o tema do subfinanciamento.

O Brasil aplica hoje apenas 3,8% da sua receita bruta no financiamento da saúde no Brasil. A Organização Mundial da Saúde preconiza que, em países com sistema de atenção universal, esse patamar mínimo deve ser de 7%. A bandeira histórica do Movimento Sanitarista Brasileiro e as discussões das “n” conferências de saúde realizadas no Brasil defende uma bandeira histórica de 10% da receita bruta destinada ao financiamento da educação. Como referência, Srs. Senadores, podemos citar outros países de sistema semelhante, como é o caso da Inglaterra, que aplica 8,5% da sua receita bruta, e o caso da França, que aplica 11% da sua receita bruta nos seus respectivos financiamentos do sistema de saúde, da assistência à saúde universal.

Portanto, apresento isso para dizer que é preciso dar relevância aos temas que são centrais. Na

nossa opinião, na opinião da UNE, qualquer medida que venha atender uma reforma curricular ou uma melhor distribuição dos médicos no Brasil não resolverá o problema do precário atendimento e da ampla alimentação de acesso à saúde pública no Brasil, devido ao vergonhoso patamar de investimento aplicado pelo nosso País nos últimos 20 anos. Muito se avançou no último período, mas não conseguimos romper esse vergonhoso patamar.

Queria começar por este ponto porque, na nossa avaliação, é o mais importante desafio de atendimento à saúde pública no Brasil, desafio esse histórico e, obviamente, limitado e imposto por uma política econômica retrógrada que consome 48% do nosso Produto Interno Bruto com serviço de juros da dívida. Isso está restrito na mão de 2,2 mil famílias.

Dito isso, entrando aqui no mérito da audiência pública, é obvio e importante reconhecer o déficit de médicos em atividade no sistema público de atendimento da nossa população, fundamentado, obviamente, o que já foi dito aqui pelo Conselheiro Alcides, nessa lógica de mercado, não só na formação, mas na distribuição e fixação do conjunto dos médicos no Brasil. Os dados aqui já apresentados mostram que existe um vetor orientativo da formação e colocação dos médicos que traça um perfil de colocação que prioriza as Regiões Sul e Sudeste, os grandes centros urbanos e as atividades em setores no pólo privado de atendimento à saúde no País. Sob essa orientação de mercado, sob ambiente de desregulamentação, não poderá, nossa opinião, se edificar um sistema de formação, qualificação e colocação dos médicos no Brasil, porque, obviamente, os alicerces orientativos dessa colocação estão equivocados.

É preciso registrar também, como já foi colocado por muitos que me antecederam, as deficiências na formação médica no Brasil: o tema da superespecialização nos conteúdos curriculares, desde os primeiros anos, como foi colocado; o tema da restrição e do funil que se apresenta no âmbito do acesso à residência médica; a pressão grande das lógicas e dos interesses de mercado, no âmbito das escolas de formação médica no Brasil, que quase estabelece um estereótipo de sucesso do perfil do médico no Brasil; e, ainda – e é algo não tão recente, mas muito presente –, a grande pressão, ou seja, a explosão do interesse de grandes grupos educacionais privados nesse grande negócio brasileiro das escolas de medicina nas universidades privadas. Há casos de R\$7 mil, R\$8 mil, R\$6 mil de mensalidade em escolas privadas.

Portanto, para ser bastante sintético, tendo em vista que fui muito contemplado, é preciso reconhecer também que o Ministério da Saúde não está dormindo

em serviço. Podemos listar aqui um conjunto de medidas importantes de iniciativas do Ministério da Saúde: como já foi dito aqui, entre outras, o Provab e o Revalida. A UNE participa de uma discussão, no âmbito do conselho do Provab, do serviço civil: se ele é obrigatório ou não. Há um conjunto de medidas que visa estabelecer outra lógica na formação e na colocação dos médicos no Brasil.

Ainda há resistências na discussão da carreira de Estado. Nós temos aqui total e pleno acordo. Se no Judiciário a carreira já é estabelecida, e talvez o problema da colocação e da distribuição de juízes e promotores não exista geograficamente no âmbito do Judiciário, o mesmo poderia acontecer com os médicos, se houvesse uma carreira única que pudesse... Não só para os médicos, mas para todos os profissionais da área da saúde. É preciso reconhecer que o Governo não tem dormido com relação a esse ponto, contudo todas essas medidas, na nossa avaliação, são paliativas se o problema fundamental, que é o tema do subfinanciamento, não for equacionado. Posso citar aqui, e existe aqui representação dos secretários de saúde, a perversa distribuição de recursos do pacto federativo, que também é outro problema que impede e limita a capacidade de investimentos dos Estados e Municípios no âmbito da saúde.

Citava aqui um dado que resgatei. Uma equipe completa, por exemplo, do Saúde na Família, e o Secretário pode me corrigir se eu estiver errado, custa em média R\$20 mil. O Governo Federal se responsabiliza apenas por R\$8 mil do conjunto desta equipe. Então, podemos perceber que é preciso ampliar a capacidade de investimento do Estado no seu conjunto, estabelecer um pacto federativo mais equânime e, de fato, mudar a lógica de formação e de colocação dos nossos profissionais da área da saúde, em especial dos médicos, rompendo essa lógica do interesse privado, a lógica de mercado, que impera na formação atual.

Em síntese, para não me alongar muito, essa é nossa humilde contribuição e vamos aqui ao debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Agradeço a André Vitral e concedo a palavra a Jorge Carlos Machado Curi, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira, que disporá de 10 min.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO CURI – Boa tarde a todos.

Queria agradecer, em nome da Associação Médica Brasileira, a oportunidade de participar de um assunto extremamente motivador como esse e importante para o nosso País.

Queria cumprimentar na pessoa do Senador Paulo Davim todos os integrantes da Mesa. Queria

cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Humberto Costa, a Senadora Vanessa Grazziotin, nosso amigo Deputado Eleuses Paiva, Enio, nossos colegas das entidades médicas.

Quero dizer para vocês que quero concordar com nosso estudante de Medicina, o André, no que diz respeito à questão do financiamento. Acho que essa é a base talvez maior de todos os problemas que estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O André é estudante de Administração Pública.

O SR. JOSÉ CARLOS MACHADO CURI – Desculpe.

De qualquer maneira, concordo com ele na questão do financiamento. Acho que essa é uma base importante da discussão dos problemas de saúde no Brasil, inclusive da participação de médicos e de outros profissionais de saúde nas regiões mais distantes, no interior, e até nas regiões inóspitas.

Ainda em relação a esse assunto, chama muita a atenção que temos hoje uma inversão realmente desses patamares de financiamento. Quando a Emenda nº 29 foi aprovada, mas não regulamentada, tínhamos uma proporção naquele momento muito maior do financiamento federal. Isso chama a atenção e conclamo a todos a participar ativamente de uma campanha, de uma ação popular que corre o País no sentido de aumentar o financiamento federal da saúde pública. Entendemos já que Municípios e Estados com contingente sinalizado, na regulamentação atual, é bastante já empenhativo, mas, seguramente, esse financiamento precisa melhorar a muito.

É lógico que, também dentro desse patamar da discussão do financiamento, existe outra questão que frequentemente vem à tona: a questão da gestão. Qual é a mais importante? A gestão ou o financiamento? Temos certeza que os dois, mas obviamente um financiamento insuficiente, como temos hoje, compromete gravemente a gestão, inclusive faz com que inúmeras instituições paguem muito mais caro por aquilo que necessitam para prestar a sua assistência.

Mas a nossa discussão hoje, e ela é muito motivadora, é sobre os médicos no interior. Lá tem regiões inóspitas, e eu reconheço que é um grande desafio, realmente, como os colegas da região Norte têm colocado permanentemente.

Conhecemos experiências extremamente interessantes. Eu conheço, como já foram sinalizadas aqui, algumas experiências de colegas que param de trabalhar voluntariamente e vão à região Norte fazer mutirões de cirurgia. Conheço outros que inclusive se mudaram com suas famílias para experiências pelo rio Amazonas e seus afluentes, atendendo a população

ribeirinha, apoiados em ONGs. São experiências totalmente elogiáveis. E não falta disposição, tanto em médicos quanto em outros profissionais de saúde, para participar de projetos como esse. Haja vista até que, na crise do Haiti, milhares de médicos se inscreveram e muitos foram. Alguns até, sem condições, foram proibidos que fossem. Então, não falta disposição.

Como nós podemos preencher essa lacuna, que é totalmente reconhecida, de médicos em regiões interioranas? E quero chamar atenção aqui – eu venho de São Paulo, sou de Campinas, muito bem no futebol neste momento – que em todas as grandes cidades brasileiras, nas suas periferias, nós temos o mesmo problema. As pesquisas que aqui já foram lembradas, se repetidas nessas grandes cidades, terão as mesmas conclusões. Salário é um **item** importante? É importantíssimo. Não é possível, com os valores pagos hoje – isso volta a ter relação com financiamento –, que não só médicos, mas outros profissionais se fixem efetivamente nesses trabalhos. Prestam concurso e alguns nem assumem. E outros, assim que têm a possibilidade de alguma coisa um pouco melhor, mudam.

E mais, calamitoso, todos os profissionais de saúde, não só médicos, têm múltiplos empregos. Saem de plantão para empregos horizontais, outros verticais, toda sorte de vínculo de trabalho, e geralmente precários. É lamentável isso. E novamente isso tem relação com financiamento e com a gestão também.

Não é possível se ancorar a solução dos problemas relevantes que estamos colocando aqui. A população do interior, ou como a gente queira chamar, de regiões inóspitas, merece toda atenção. E quanto ao SUS – um projeto extremamente brilhante, que orgulha o nosso País e que tenta ser copiado inclusive por grandes países desenvolvidos no momento –, já demos um passo na constituição, mas não demos o segundo passo, que dá aquilo que o SUS necessita: financiamento e uma gestão adequada.

Agora, também acho – e daí a minha alegria numa reunião como esta – que nós precisamos trabalhar, como já foi sinalizado aqui, de forma mais sinérgica. Não é possível que nós fiquemos aqui disputando qual projeto vai ser melhor ou perfeito para resolver um problema grave como esse, já que o problema básico não tem sido atacado na sua devida proporção, em todos os governos anteriores, quero salientar isso.

Nós precisamos primeiro tocar nos problemas reais que existem, senão eles continuarão sendo paliativos, como algumas boas propostas neste momento reconhecidas, mas que já acontecem pelo voluntariado das pessoas que trabalham na área de saúde não vão resolver o problema.

Elogiamos, obviamente, a tentativa de um Provab, mas não achamos absolutamente que seja a solução. E tememos mais ainda alguma coisa altamente lesiva em qualquer profissão, não só na área de saúde, como validação automática de médicos estrangeiros sem a devida comprovação. Eu acho que todos, inclusive os estrangeiros, merecem entrar por uma porta só.

Tive oportunidade de, numa audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, me referindo aos pais desses alunos, falar a mesma coisa. É impossível a gente imaginar que nós vamos criar dois tipos de saúde, dois tipos de estudante, dois tipos de médico, dois tipos de enfermeira. Isso é um absurdo. Nós precisamos tratar todos com o devido respeito, e também a própria população.

As pesquisas mostram muito claramente: é necessário um plano de carreira; é necessária uma carreira de Estado, também, que é diferente; é necessária uma educação continuada permanente, inclusive em relação à gestão. Estabelecer-se eficazmente rede realmente. Mas rede em que as pessoas absolutamente não param não é possível realmente que funcione.

É necessário ter uma visão sobre a violência que impera sobre profissionais de saúde nessas regiões. Muitos – até lembrando aquilo que já foi falado aqui também – são mulheres, e cada vez mais, felizmente, porque isso é altamente desejável. Mas não é possível, com a violência que se estabeleceu nessas regiões distantes, que se espere que haja fixação de médicos. Não só de médicos, mas de outros profissionais também.

Como já foi dito muitos anos atrás, onde não há Banco do Brasil, padre, civilização, tampouco vai ter médico. Então eu acho que há muitas coisas que precisamos pensar, para revigorar esses programas já pensados e atingir realmente os problemas de base.

Acho que convergência e sinergismo são altamente desejados, como já foi colocado aqui, mas nós precisamos promover, manter uma medicina e uma assistência à saúde altamente qualificada, que, felizmente, no Brasil, é claramente reconhecida. A solução não passará pela criação de um excedente que não se fixará no interior. Ele virá, sim, para os grandes centros novamente, como todas as pesquisas mostram.

Aqui também foram colocadas algumas questões que estão claramente colocadas em projetos de lei já existentes. Faculdades, se elas tiverem que vir, que venham nos locais devidos, onde haja demanda social, com residência médica, hospitais escolas qualificados, número de preceptores, inclusive um contingente deles em dedicação exclusiva. Para isso, precisa-se valorizar realmente a saúde, e começa por financiamento.

Eu acho que essas improvisações... Reconheço a motivação até de atender a população. Nós precisa-

mos tomar muito cuidado. Talvez nós estejamos num momento extremamente precioso, em que o País está sendo visto pelo mundo todo, cresceu economicamente. Mas, seguramente, nas áreas sociais, nós podemos trilhar um caminho bem mais coerente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Jorge Carlos, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira.

Passamos a palavra ao Dr. José Enio Duarte, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – Conasems, que disporá de dez minutos.

O SR. JOSÉ ENIO S. DUARTE – Bom dia a todas e a todos. Quero saudar o nosso Senador Paulo Davim, que está coordenando esta Mesa, e a Senadora Vanessa, que teve a iniciativa de promover esta reunião, este evento. Até porque nós sabemos que o Amazonas é uma região em que o problema talvez seja maior; no Norte, de maneira geral.

Eu acho que nós secretários municipais de saúde, e os prefeitos idem, é que estamos sendo as maiores – vou falar uma palavra porque não estou lembrado de nenhum sinônimo – “vítimas” desse processo. Graças a Deus, o sistema de saúde é descentralizado. Eu preciso até contar a vocês que a III Conferência Nacional de Saúde, em dezembro de 1963, propôs o Município assumir a saúde. Infelizmente, daí a quatro meses, nós tivemos um golpe militar, que centralizou este País. Fomos retomar isso na VIII Conferência, apenas em 1986. Ficou na Constituição 1988, que eu acho que foi muito importante.

Então, os Municípios hoje são responsáveis pelos sistemas municipais de saúde, com o apoio técnico e financeiro do Estado, com apoio federal. E é claro que (*inaudível*) onde não há médico hoje com grandes problemas. Até por isso eu acho que o tema deste evento é “médico local no sistema de saúde”. Então isso é importantíssimo para nós.

Os prefeitos estão tentando, de várias maneiras, fixar médicos e contratar, e muitos conseguiram. Há muitos Municípios que avançaram já e têm carreira local. Recife, inclusive, é um Município que tem carreira, como vários outros. Mas o problema é muito grave. Acho até que é um caos.

Uma coisa interessante que foi colocada aqui é que as outras áreas que nós temos no SUS de alguma maneira foram abordadas, estamos trabalhando. Quanto à organização do sistema, há muito que fazer, mas nós começamos, em 1991, com a NOB 91, depois veio a 93, depois a 96, veio a Noas, veio o Pacto, e agora estamos com um decreto muito importante da Presidenta. Demorou vinte anos esse decreto, mas antes

tarde do que nunca. Esse decreto saiu agora e está rediscutindo a regionalização, está criando um contrato agora. É uma coisa avançadíssima. Até copiaram de alguns países alguma coisa. Mas, apesar de tudo estamos na frente no mundo até. Estamos trabalhando.

A área de financiamento eu nem discuto, porque também estamos discutindo faz tempo. Não foi um êxito o que nós tivemos agora. O Senado não aprovou os 10%, mas aprovou o Estado ter mais recursos, e estamos rediscutindo. Continua a discussão. O Senador Humberto Costa criou agora uma comissão que está discutindo financiamento, e eu espero que a Câmara também faça isso. Por quê? Porque, quando se aprovou lá a Emenda nº 29, estava previsto que ia ter uma comissão especial para isso. A proposta que eu fiz até para o Senador Humberto era juntar a do Senado e a da Câmara e formar uma comissão mista para discutir financiamento para avançar, mas nós estamos discutindo financiamento.

Com relação a essa área de orientação de recursos humanos, que está na Constituição, que está na Lei nº 8.080, nunca fizemos nada. Zero, zero, entendeu? Nada! Nesse assunto ainda não tocamos, como se não fosse um assunto importante. Certo?

Agora eu acho que estão começando a aparecer algumas coisas interessantes. Eu acho que foi aprovado na Comissão de Seguridade Social da Câmara uma Subcomissão da Seguridade Social para discutir ordenação de recursos humanos no SUS. É ótimo! Eu acho que isso já foi publicado. Foi o Deputado Rogério Carvalho que fez essa apresentação. Tem essa iniciativa agora do Senado também de trazer essa discussão.

Outra coisa importante que eu estou hoje confirmando é a presença do Dr. Fernando aqui nesta Mesa, que é da SGTES. É a primeira vez que eu vejo o Ministério colocar um especialista. Eu já conhecia o Dr. Fernando e sei que ele é especialista nessa área. O Ministério nunca discutiu com a gente sobre essa área. Com o Fernando na Mesa, fiquei animado. Vamos discutir. Já falamos com o Mozart. Nós queremos discutir isso. Acho que o Conass também. Isso que o Fernando colocou foi ótimo, só que nunca fizemos essa discussão, nunca! Certo? Como é que é isso?

Dizem que o Japão faz direitinho: se vai fazer saúde na família, pergunta quantos médicos tem no Japão e, se tem 500, cria 500 equipes. Mas nós precisamos de 3 mil. Então, vamos começar a planejar: vou criar saúde na família e formar médicos em saúde na família. Quantas equipes nós temos no Brasil hoje? Temos 32 mil equipes. Alguém se preocupou em formar médicos em saúde na família? No final do ano, saiu uma portaria criando mais quinhentas equipes nos municípios, quatrocentas e poucas, e, em março,

outra portaria com mais quinhentas, quase mil. Eu até já perguntei e vou perguntar para você agora: o Ministério da Saúde e o da Educação, que precisaria estar nesta discussão também, formaram 1.000 médicos em saúde na família no final de ano? Para aumentar mais 1.000 equipes, devem ter formado. Se tivermos 1.000 médicos em saúde na família, hoje, no País, já é muito, mas temos 32 mil equipes. Agora criaram mais ainda. O que pode acontecer – e até vou alertar os médicos sobre isso – é que, daqui a pouco, as equipes de saúde na família não terão médicos. Já reduziram para 20 horas. Foi uma resistência. Mas, se não temos médicos para 40 horas, vamos reduzir para 20 horas. Daqui a pouco vai ter equipes de saúde na família sem médicos, mas com enfermagem, dentista, outros profissionais. Assim não se consegue fazer. Nós estamos...

A Aparecida, que é Secretária de Diadema e vice, tem 100 equipes, mas 70 preenchidas. Não consegue preencher trinta equipes. Então, ela fez o quê? Fez uma equipe múltipla – com pediatra, ginecologista, enfermeira –, só que ela tem que bancar, porque o Ministério não banca isso. Ela também fez um concurso para pediatra há pouco tempo, para dez equipes. Ela tem carreira lá. Ela aumentou o salário dos médicos, o que até deu problema para ela, porque outros profissionais, os farmacêuticos, ficaram bravos. Ela aumentou os salários dos médicos recentemente. Fez concurso para pediatra. Eram dez cargos, mas cinco candidatos. Na verdade, dois vieram fazer exame e passaram. Um já era funcionário dela, médica dela. Então, ela ganhou um pediatra. Não tem pediatra. Alguém está discutindo isso? Alguém está discutindo quantos pediatras nós precisamos formar? Ninguém está discutindo isso.

Uma coisa interessante, o Protab, por exemplo, foi a primeira tentativa que eu vi de se fazer uma coisa diferente. O Conselho Federal aprovou, a comissão aprovou. Agora, eu não tinha muito... Quando foram abrir o edital, e foi muito às pressas também, mas tinha que ser, porque nós estávamos com pouco tempo para contar o bônus para residência, dois mil municípios se interessaram e mil e poucos médicos foram aprovados. Até o Mozart estava preocupado. Quatrocentos, na verdade, estão confirmando. Eu achei ótimo, mas, Fernando, eu nem sei se os 400 estão. Vai ser uma experiência interessante. Eu acho, Fernando, que não vai dar nem 400 na hora do vamos ver. Vão ser 300, mas está bom. É uma experiência, a primeira experiência mais concreta que eu vi.

Está na Constituição que essa é uma prioridade dos gestores, do Ministério da Saúde, dos gestores estaduais, dos gestores municipais. Os gestores estaduais até estão mais tranquilos, porque precisam de médicos especialistas, e essa situação não está tão complicada.

da assim. A mais complicada é a da atenção básica e das especialidades básicas, que são o pediatra, o ginecologista, a clínica. O Governo Federal hoje não contrata mais médicos. Mas eles têm que estar dando apoio para os Municípios nesse aspecto importante.

Entramos na comissão das associações médicas também, os Conass e Conasems. Até houve alguma resistência de alguns setores para a gente entrar lá, porque achavam o seguinte: o que esse cara vem fazer aqui? Nunca viram a Constituição e a Lei nº 8.080, porque está na Constituição que ordenar recursos humanos, na área do sistema de saúde, é do federal, estadual e municipal. Entramos, mas até agora não fizemos uma nova discussão, mas já foi um avanço.

Acho que tem que sair uma discussão conjunta. Tem que sair uma discussão do Ministério da Saúde, principalmente, com os gestores estaduais, com os gestores municipais e com as categorias, com as entidades médicas, para definir de maneira competente, com seriedade, com competência, o que nós vamos fazer e como fazer. “É preciso formar mais médicos?” “Não, não é preciso formar mais médicos, mas é preciso melhorar a especialidade.” “Como é que se faz isso?” Isso nós não podemos mais postergar.

Então, parabéns por essa iniciativa do Senado. Não podemos mais postergar isso, senão nós vamos continuar com essa bateção de lata que nós temos: um fala uma coisa, outro fala outra. E a população está sendo prejudicada, porque não tem a assistência médica fundamental de que precisa.

O SR PRESIDENTE (Paulo Davim Bloco/PV – RN) – Muito obrigado ao Dr. José Enio.

Vamos para o último orador inscrito, que é o Dr. Waldir Cardoso, Secretário de Comunicação da Federação Nacional dos Médicos; em seguida, nós abriremos para os Senadores presentes e, depois, voltaremos para as considerações finais.

O SR. WALDIR CARDOSO – Bom dia, boa tarde já a todos!

Eu gostaria, em nome do Senador Paulo Davim, Presidente em exercício da Casa, e da Senadora Vanessa Grazziotin, proponente da audiência pública, cumprimentar a Mesa e os Senadores e dizer que estou muito à vontade aqui por dois motivos: primeiro, porque sou do Estado do Pará, da Região Norte, que é também um Estado que sofre bastante o problema da dificuldade de fixação de médicos no seu interior e hoje na sua capital – temos uma deficiência, em Belém, de pelo menos 300 médicos – e, segundo, porque sou representante da Federação Nacional dos Médicos, que é uma entidade que defende a categoria médica, portanto, uma entidade corporativa. Falo, então, muito à vontade defendendo o interesse dos médicos nessa

questão e quase como uma provocação porque a característica principal do movimento sindical é ter uma grande responsabilidade com a sua defesa, com o exercício da medicina, com a saúde pública. Nós somos historicamente defensores do Sistema Único de Saúde, da qualidade do serviço.

Eu queria, então, começar dizendo que, pela riqueza das intervenções, pela importância deste momento, deste debate, nós precisávamos começar a pensar naquilo que nos une. Quais são os pressupostos consensuais que fazem com que estejamos todos aqui nos debruçando sobre um problema tão complexo? Eu acho que a primeira delas é a defesa da qualidade da assistência médica, da assistência à saúde como um todo, mas, particularmente, da assistência médica; a segunda, o inalienável direito da população ao acesso aos serviços de saúde; a terceira, um consenso de que há concentração de médicos nos grandes centros – é inegável isso. E talvez possamos consensuar que o que acontece hoje é decorrente da ousadia do povo brasileiro de escrever, na sua Constituição, que saúde é direito de todos e um dever do Estado; universalizar, portanto, a assistência, a atenção à saúde. Foi uma ousadia muito bem vinda e que nos levou e que nos deve fazer tentar também consensuar que nesse sistema de saúde – que queremos que atenda bem a todos – uma de suas características é a equidade. A equidade significa que devemos atender a todos, mas atender bem a quem mais precisa. Na nossa Região, Norte e Nordeste, nos extremos do País, nas periferias das capitais, estão os cidadãos excluídos dos benefícios sociais e da cidadania. Portanto, temos de ter para eles o melhor, a meu juízo.

Dito isso, colocando assim como um pressuposto consensual, queria, muito telegraficamente, colocar nesta mesa, neste debate, a situação dos médicos.

Os gestores e todos reconhecem que a população precisa de médicos. Hoje, a situação dos médicos que vão prestar os seus serviços nesses locais de difícil provimento é a da precarização de vínculos. A precarização de vínculos cria uma insegurança funcional. Eles não têm garantias sequer de receber os R\$25 mil que são alardeados Brasil afora. Podem receber no primeiro mês e não receber no segundo, já que o vínculo é precário. Não há garantia trabalhista nem social. Muitos vivenciam o assédio moral. Os prefeitos, se o profissional não reza na sua cartilha, não atender adequadamente ao interesse da gestão, o pressionam, e ele pode perder o seu trabalho. A flexibilização da jornada, que foi tão debatida – e a qual somos contrários –, é nefasta para o médico. Faz com que médico trabalhe em um município e em outro, que pegue o seu carro, corra de um lado para o outro. Vocês imaginam que

um médico gosta de ter cinco, seis, sete, dez empregos? Vocês acham que o médico gosta de estar em uma estrada ou em um rio, andando de um lado para o outro para trabalhar em mais de um município? Isso não é qualidade de vida para ninguém.

Com relação à atualização profissional, que foi muito bem colocada aqui pelo colega Jorge Curi, ela não é pensada em nenhum momento para esses profissionais. É curioso, acho interessante, o caso relatado aqui pelo Dr. Antônio Evandro, do Amazonas, que apresentou um plano e disse muito daquilo que nós defendemos. Precisávamos, contudo, conhecer o plano, precisávamos ver o valor dessa remuneração e por que não está funcionando, até para que possamos tentar corrigir, avançar, porque as entidades médicas, nós entendemos que esse é o caminho.

Queria falar muito rapidamente sobre algumas propostas.

O Provac já foi colocado aqui. A Federação apoiou o Provac da sua concepção e lamenta que não esteja dando certo. Ele não está funcionando, infelizmente. Vamos avaliar porque foi uma iniciativa.

O serviço civil obrigatório, achamos aqui, não resolve o problema porque não traz qualidade. Ele vai bater na qualidade porque vai obrigar alguém a ficar um ano, dois anos. Com toda a sua defesa, não vai trazer qualidade.

A revalidação automática dos diplomas é algo que nos preocupa enormemente. Por quê? Porque não levamos em consideração, nessa revalidação automática ou simplificada, a qualidade da formação desse médico. Existem escolas, aqui, na América Latina, particularmente na Bolívia, com 3 mil horas para a formação de um médico. A nossa exigência, a de nosso País, é de 7,2 mil horas, no mínimo. Não entendemos por que os egressos da Elan não podem trabalhar em Cuba. Também não entendemos ou até entendemos – e precisamos debruçar nosso olhar com cuidado sobre isso – por que, no Revalida feito no ano passado, mesmo reduzindo o ponto de corte para 50%, ou seja, para que o profissional, o estudante, fosse aprovado precisava passar com a nota mínima 5, dos seiscentos e poucos inscritos pouco mais de 10% foram aprovados naquele processo. Alguns dizem que os brasileiros deveriam se submeter a um Revalida, mas quem faz é o Inep, que é um aparelho de Estado. Não há nenhuma suspeição com relação a isso.

Por último, nesse ponto entendemos que, para garantir um mínimo de qualidade.... E volto a tentar a qualidade porque acho que isso vai nos unificar. A qualidade é o que temos de dar à assistência médica em atenção à saúde do País. Para garantir a qualidade, precisamos ter equivalência curricular, um exame

para conhecimento teórico, um exame para habilidades práticas, porque posso saber tudo de uma bicicleta, mas não saber andar. Por fim, a proficiência na Língua Portuguesa.

Queria ratificar aqui a defesa que já foi feita da carreira de Estado. Acho que temos de discutir isso. Já tivemos uma oportunidade, no final do segundo governo do Presidente Lula com o Temporão como Ministro de Estado, de discutirmos uma proposta da carreira médica e concluímos esse trabalho junto com a Secretaria de Gestão do Trabalho. O Ministro o aprovou e, infelizmente, não foi levado em consideração todo aquele debate nessa nova gestão. Quando 45%, 48%, como disse o Vital, da nossa renda é paga como juros da dívida, é hora, efetivamente, de apoiar a Presidenta no enfrentamento do lucro dos bancos. Que parte desse recurso pode ser gasto com serviços sociais, particularmente com a saúde?

Queria concluir dizendo que acreditamos, nós, da Fenam, que o Estado tem de ser o indutor da atenção à saúde, da garantia do acesso da população à saúde. Não podemos, Senador Paulo Davim, trabalhar com o viés de que vamos sensibilizar os médicos porque os médicos precisam. Vivemos em um país de sistema capitalista, de sistema de mercado. O profissional médico é um trabalhador como outro qualquer nesse sistema. O Estado tem de vir e induzir, com políticas, a um custo que vai ser alto, é verdade. Nesse ponto, me ombreio com aqueles que criticaram o financiamento aqui, o desfinanciamento da saúde. O Estado precisa vir e discutir.

Quero dizer que nós, médicos, temos responsabilidade com esse processo e que as responsabilidades estão para além do nosso interesse corporativo. Afirmo isso aqui de peito aberto, olho no olho. Quero dizer que nós nos apresentamos como parceiros para discutir essa questão, para resolver esse problema, insisto, tão complexo.

Por último, nos meus últimos dez segundos, gostaria de propor, Senador Paulo Davim, a esta Casa, que possamos realizar com a CAS um seminário, um amplo seminário, para discutir com mais profundidade essa questão. Não vamos conseguir hoje nessa audiência pública. Levantamos pistas, levantamentos elementos, temos elementos das várias entidades aqui presentes, das instituições. Então, é essa a sugestão que a Fenam traz a V. Ex^a, agradecendo a oportunidade de estar aqui debatendo este tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Waldir Cardoso. Inverteram?

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.
A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Humberto Costa tem

reunião agora. Então, ele pode falar primeiro. Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Está certo.

Passo a palavra, então, ao ilustríssimo Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Quero agradecer a generosidade da Senadora Vanessa e desculpar-me por ter chegado um pouco atrasado. Estava em outra reunião de comissão.

Quero dizer que é muito interessante a sugestão do Dr. Waldir porque, em uma audiência com tanta gente, nem a gente ouve o que todo o mundo quer falar, nem eles ouvem a nossa opinião. Se a gente pudesse pensar em outra coisa, acho que seria bem interessante.

A primeira questão que eu queria mencionar é a seguinte: às vezes, o consenso tem certo problema. Ele pode ser uma forma de a gente evitar discutir questões que podem ser discutidas, ainda que haja um consenso sobre aquele problema. Por exemplo, financiamento é problema? É problema, não tenha dúvida. Mas vamos instalar, nos próximos dias, a nossa comissão para discutir e tal. É problema porque também pouquíssima gente assume, na inteireza que deve ser, esse debate. Quando se chega ao ponto de dizer “criem um imposto” ou “façam não sei o quê”, há problema. “Isso não pode.” Somos a favor – somos não, eu sou a favor... Todos são a favor de melhorar o financiamento desde que não mexa no meu, no de não sei quem. Então, vejam, o financiamento é um problema. A gestão é um problema, mas isso não pode ser argumento para a gente não discutir outras coisas que podem ser discutidas independentemente disso.

Essa questão da regulação do trabalho, no Sistema Único de Saúde é um dos temas que pode ser discutido, e temos que partir de algumas constatações. Às vezes até os exemplos, porque eu participo de muito debate em rádios, são os mesmos. Existe ou não carência? Existe carência, sim. Existe, principalmente porque essa é a própria percepção da população. Se a gente pegar, por exemplo, a pesquisa que foi feita pelo IPEA no ano passado, os problemas mais mencionados pela população que é atendida pelo SUS e que, por isso, avalia muito bem, são falta de médicos, demora para atendimento nos postos, centros de saúde, o que tem a ver com médico, e nos hospitais e demora para conseguir uma consulta com especialista, o que também tem a ver com médico. Então, a percepção da população é que há uma carência, e há uma carência real porque há uma distribuição injusta e desigual. Temos que partir desse primeiro pressuposto.

Então, temos que pensar ações específicas a partir desse quadro, que é um quadro de carência, é um

quadro de concentração regional e também público e privado – vamos dizer isso com todas as letras. Há uma concentração violenta no privado, na comparação com o público. A solução tem que ser uma solução criativa e que tem que se compor de uma solução de mercado e de uma solução de regulação. Uma sem a outra não vai resolver. Aliás, se a gente souber dosar uma, a outra pode ficar menos relevante, menos importante.

Eu acho que o Ministério da Saúde está fazendo avanços significativos nisso. Esse tema não é novo. Tem sido discutido desde o período em que fui Ministro da Saúde. Não começou com o Temporão, não. Começamos a discutir a carreira única quando criamos a mesa de negociação do SUS. Estamos discutindo serviço civil desde 2003. Estamos discutindo validação de diploma desde 2003. Esse é um assunto que já vem de longa data. O Ministério da Saúde conseguiu coisas que nós não conseguimos. Aí foi com o Temporão, foi com o...

Por exemplo, na nossa época, nós pagávamos, o Ministério da Saúde pagava a maior parte das bolsas de residência médica oferecidas pelo MEC. Sabe qual era o nosso poder de influência para definir que especialidades deveriam ser? Zero. “Não, aqui é MEC. Não se meta. É MEC e é médico.” A questão concreta era essa. Avançamos nisso hoje e há uma comissão de residência médica com uma visão muito mais flexível para entender que é preciso formar o profissional para a necessidade também do sistema Único de Saúde. Não é só para mercado. É também para o Sistema Único de Saúde. Nós temos um dos planos programas, uma política das mais avançadas do mundo de saúde mental, mas ela não avança hoje porque não tem psiquiatras. Então, tem que ter uma decisão de formar psiquiatras. Nas áreas em que nós temos profissionais, nós avançamos muito. O programa de saúde bucal, o Brasil Sorridente, avançou muito porque tinha disponibilidade de profissionais de odontologia. Nós conseguimos fazer muito mais do que a nossa meta, mas o programa Saúde da Família ainda está na meta que a gente imaginava para 2008, para o segundo governo do Presidente Lula. Então, nós temos que fazer essa combinação.

O Ministério da Saúde está avançando. Eu só acho que o Ministério precisa ser um pouquinho mais ousado. Induzir é importante. Nós fizemos muito isso quando eu estava lá. Dávamos mais dinheiro para o Saúde da Família dos municípios pequenos para fixar o profissional, para poder concorrer com o outro e tal. Era importantíssimo se fazer isso, mas às vezes não é o suficiente. Defendo um choque de regulação também nisso. Tem que haver essa questão.

Por exemplo, a carência e a concentração. Então, o Ministério da Saúde e o MEC estão corretos em

abrir novas vagas. Deve abrir de qualquer jeito? Não. Prioridade para o público! Ao mesmo tempo em que houve o *boom* do privado, houve redução no público. Eu me formei em 1980, em um Estado que formava 420 médicos, mas, em 1983, foi reduzido pela metade. O déficit de Pernambuco hoje, em comparação com outros Estados, é bastante expressivo, porque houve essa política. Teve a ver, e sou médico também, com a movimentação corporativa de reserva de mercado. Houve isso, vamos dizer a verdade! Não é feio, não! Foi uma situação que existia no nosso País. Hoje o quadro é outro. Eu quero conhecer um médico desempregado. Quem tiver um traga para eu conhecer e botar no *Guinness* “este aqui está desempregado”. Hoje a gente tem um mercado aquecido. Se é um mercado aquecido, é lógico que o profissional vai escolher o melhor lugar: mais perto da família e onde tem cinema, jogo de futebol, não sei o quê. Então, tem que ter uma política que vá além da política de indução. Essas vagas têm que ser regionalizadas. Tem que ter qualidade. Tem que ter esse poder de abrir e de fechar. Mas também o Conselho Nacional de Saúde não pode ser só um instrumento para vetar. Quantas vezes o MEC avalia e diz que é boa a faculdade, mas, quando chega lá, não passa porque tinha um peso também grande da corporação. Não era médico, mas a própria corporação sindical. Não sei como está hoje, mas isso tem que ser visto.

A gente tem que discutir outra coisa: formação, cultura do profissional! No tempo em que eu fiz residência médica, em que eu era estudante, ninguém fechava hospital fazendo greve. Fazia-se greve em ambulatório. Ninguém fechava emergência. Ninguém pedia demissão do serviço público no dia do plantão. Além disso, tem uma cultura mercantil. Na minha cabeça, para ser médico, tem que ter um pouco além do desejo de ter uma vida boa, com recurso, com dinheiro. Tem que ter uma vocação. Tem que ter um interesse pelo outro. Isso faz parte de uma formação, de uma cultura que tem que se construir com várias ações, inclusive na formação profissional.

É lógico que as condições de trabalho são relevantes. Não se pode fazer uma coisa sem a outra. Tem que se garantir condição de trabalho, mas a gente ouviu aqui o exemplo do Amazonas. Ele tentou construir essas condições. Então, tem mais coisa por trás dessa dificuldade. Tem que ter salários justos. E a concorrência predatória não é somente o prefeito que faz, gente. Em muitos lugares, o médico não quer ter vínculo com a prefeitura. Aquela alta rotatividade tem a ver com o seguinte: ele está ganhando R\$10 mil aqui, mas a cidade do lado paga R\$12 mil, a outra paga R\$14 mil, e

ele vai pá, pá, pá, pá... É verdade isso também, a gente sabe. Então, o problema é dos dois lados.

Outra coisa. Intervenção. Por exemplo, o fim da cartelização. Como é que pode a gente permitir, e não estou falando de Unimed, que é uma coisa diferente, cooperativa em que o profissional se articula, se organiza, para vender a preço exorbitante ao sistema público o serviço que ele tem. Ninguém faz um concurso para ser anestesista, ninguém faz um concurso para ser cardiologista, ninguém quer ser traumatologista, nem neurologista no serviço público, porque se organizam numa cooperativa, num cartel, e vendem por quanto quer aquela mão de obra, e com muitos problemas de qualidade também. Tem que discutir. O Cade está debatendo esse tema. Tem que se discutir essa questão também.

O problema da validação, eu acho que é um paliativo, mas tem que acontecer, gente. É para isso que nós, médicos, temos que acordar. Se a gente não quer validação, vamos apresentar outra coisa, outra proposta. Vamos entrar no serviço civil, que a gente tentou implantar durante tanto tempo. Qual é o problema de se passar seis anos numa universidade pública, com um custo que não é menos de R\$8 mil ou R\$10 mil por mês para cada estudante, e, quando se formar, dar um ano ou dois anos no serviço? Não só o médico, mas todos os profissionais. Não se pode fazer isso? Não pode? Será que somos um país que pode ser dar a esse luxo de ter uma autonomia universitária tal que forma profissional para o que ele quiser? Não pode! Gente, tem que ter essa reflexão também. Então, por exemplo, o serviço civil obrigatório, não como medida isolada, mas como parte de um processo, precisa ser analisado com seriedade.

E, por último, o que eu queria falar é outro mito: carreira única para o Sistema Único de Saúde. Sabe por que é um mito? Porque, na hora de resolver o problema, aparecem mil problemas. Não dá para comparar com o Poder Judiciário, em que se tem o Estadual e o Federal, com uma jurisdição própria. O indivíduo entra e vai circular ali. Não vai do Federal para o Estadual, por exemplo. Temos um sistema na saúde que é tripartite: Município, Estado e Governo Federal. Por exemplo, num Município, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o médico não pode ganhar mais do que o prefeito. Como é que se resolve isso? O Estadual tem a Lei de Responsabilidade Fiscal e tem a responsabilidade, que é de atenção, de assistência do próprio Estado, e ainda tem o Governo Federal. Então, para discutirmos carreira única, temos que nos despir de um preconceito: não vai ser regime jurídico único, não vai ser! Vamos aprender com as experiências em instituições que são estatais e que são públicas. Por que não

paramos para analisar a situação hoje do Saúde da Família na Bahia? Tem uma Fundação que está tentando construir uma carreira que permite mobilidade, que permite ascensão, que permite formação, mas, quando entra no debate de fundação, de empresa hospitalar, acabou-se o mundo. Então, todos esses preconceitos, precisamos nos despir deles para fazer esse debate.

Infelizmente, não vou poder ficar. Gostaria muito de ficar, mas temos uma reunião da bancada agora para decidir esse negócio de CPI, mas sugiro que façamos esse seminário e pensemos sobre isso. Se não conseguirmos construir um mínimo de consenso, as coisas vão sendo empurradas com a barriga, vai um para lá e outro para cá, e não resolvemos o problema. Não tenho uma posição contrária aos médicos, pelo contrário, sei o que sofremos. Formei-me em 1980, e o primeiro concurso público que houve no meu Estado foi em 1990. 1990! Naquela época, era, de fato, uma situação difícil, mas, hoje, é outro quadro, e temos que discutir todos esses aspectos que estão colocados aí.

Quero agradecer à Senadora Vanessa, mais uma vez, pela gentileza. Vou ter que ir para lá para cuidar desse assunto agradável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Passamos a palavra à Senadora Vanessa,ponente da presente reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Valeu a pena ter feito essa permuta porque seria muito ruim que o Senador Humberto Costa, e o Senador Davim é sabedor disso, não pudesse falar numa reunião que considero da mais extrema importância também.

Primeiro, quero dizer que concordo plenamente em fazer todos os esforços aqui, na CAS, para que, ainda este ano, possamos realizar esse debate com mais tempo. Será um debate mais amplo. Não quero dizer que a questão não esteja sendo debatida. Ela está, efetivamente, mas o que precisamos fazer é nos envolver no debate e envolver a sociedade também.

De tudo o que o Senador Humberto falou, há algo que me toca muito, porque não é algo que esteja presente somente na profissão médica, mas está em todas as profissões, inclusive, na minha. Sou profissional da área de saúde. Não sou médica, mas sou farmacêutica. Infelizmente, os profissionais hoje se movem muito mais por questões econômicas do que por questões sociais. Não há dúvida, e não é nenhum demérito dizer isso, porque isso está presente em todas as categorias.

Há pouco tempo, surgiu uma notícia, Deputado Eleuses, na imprensa, de que a Presidenta Dilma estaria estudando medidas, junto com o Ministério da

Educação e da Saúde, mas principalmente o da Saúde, no sentido de enfrentar este problema da falta de profissionais médicos no interior do País a curto prazo. De lá para cá, isso virou uma celeuma. “Todos os noticiários nacionais médicos criticam plano para revalidar diploma”. Todos os jornais publicam isso, e o tom é de crítica. Acho que, em vez de criticar, temos que sentar e discutir, efetivamente, o problema. Eu não queria não repetir os dados, mas faço questão de repeti-los, porque muita gente vai poder ter a oportunidade de ouvir o que estamos dizendo nesta sala.

Quero saudar, comemorar o ambiente que criamos aqui. Não estamos uns contra os outros, estamos todos juntos, não só fisicamente, mas também no pensamento. Estamos todos presentes numa sala com um objetivo único de ajudar na resolução do problema. Costumo dizer que não estamos contra os médicos, de jeito nenhum. Talvez V. Ex^{as} estranhem minhas palavras, porque, no meu Estado, tenho sofrido muito, principalmente, sabem por quem? Pelos estudantes, porque sindicato, federação mobilizam os estudantes para ficar contra a Senadora que apresentou um projeto e que quer discutir a vinda de estrangeiros para trabalhar. Tenho informação de que, no meu Estado, hoje, está havendo uma manifestação pública de estudantes, de estudantes contra aquilo que eles dizem uma invasão alheia no mercado de trabalho deles. Temos que, primeiro, colocar de lado esse clima. Não podemos nos colocar uns contra os outros. Somos todos nós e, em primeiro lugar, os médicos a favor do Brasil e do povo brasileiro. Da Federação Médica ao Conselho Federal de Medicina, aos Secretários Estaduais e Municipais, ao Ministério da Saúde, enfim, todos nós temos que nos colocar como participantes, aliás, como autores da solução do problema.

Então, alguns dados. Aqui, falamos muito em médicos da família. Eu, infelizmente, teria aqui dados alarmantes da Bahia. Está aqui uma pesquisa feita recentemente na Bahia, e é alarmante: “População, 14 milhões de habitantes; número de médicos, 17 mil médicos. Em Salvador, população, [vou arredondar] 2,5 milhões; número de médicos, 10 mil. Nas cidades do interior, população, 11,5 milhões; número de médicos, 6,6 mil”. Isso é da Bahia.

Podemos continuar.

Equipes de Saúde da Família no Estado do Amazonas, Dr. Evandro. Temos um teto para formar, ou seja, uma necessidade, porque o teto está estabelecido de acordo a necessidade. São quase 1,5 mil equipes, mas temos, efetivamente, formadas 500 equipes, ou seja, somente, 1/3 das equipes estão formadas, por quê? Porque não temos profissionais. Não é porque não temos recursos. Não temos profissionais.

Vamos a outros dados aqui. Esse é um estudo do Conselho Nacional de Municípios. A pior situação é do Estado de Roraima, onde 90% dos médicos estão na capital. Noventa por cento dos médicos, no Estado de Roraima, estão na capital. No Amapá, 84% dos médicos estão na capital. No meu Estado, 78% dos médicos estão na capital. É uma população de quase meio a meio, mas quase 80% dos médicos estão na Capital.

Fizemos um levantamento aqui em relação ao Estado do Amazonas. O *Globo* divulgou uma matéria importante mostrando um mapa, que não vou repetir porque já foi mostrado aqui logo cedo, em que a média seria, e há uma polêmica se é 1,7 ou 1,95 médicos por mil habitantes, em grande parte no mapa brasileiro, menos de 0,5 médicos por mil habitantes, ou seja, menos de um médico para cada duas mil pessoas. No Amazonas, o dado oficial é de 3,7, mas real não chega a 3, não chega a 0,3 médicos por mil habitantes, não chega a 0,3. E V. Ex^{as} sabem qual é o percentual de estrangeiros que atuam no Estado? Trinta por cento são estrangeiros, e boa parte deles atua sem a devida regularidade, sem, sequer, registro no CRM. Pergunto: o CRM sabe ou não sabe? Sabe. O que faz? Nada, porque se tirar aqueles vai ficar sem nada no interior.

Acabamos de fazer uma viagem e, enquanto parte do Brasil discute a estiagem, nós lá discutimos a cheia. É muito engraçado, porque lá nós temos a maior bacia hidrográfica do Planeta e, enquanto o rio Amazonas, o rio Negro, estão subindo, o Juruá e o Purus já estão descendo. Então, olha o tamanho do Estado, um milhão e meio de quilômetros quadrados. Nós fizemos oito municípios. Conversei com os médicos, eles vinham onde estávamos para conversar. O Secretário de Saúde estava, o Dr. Alecrim, e é o caos, lá morrem crianças com verminose, não tem médico. Eles têm medo de dar os dados reais porque têm medo de dizer que lá tem médicos estrangeiros ou brasileiros que se formaram fora que atuam sem registro no Conselho. Tenho aqui uma revista que peguei, muito interessante, uma revista da Gol, a da TAM é igualzinha, que diz: “Médicos, venham trabalhar nas clínicas da família e viver na ‘Cidade Maravilhosa’. Salário até 15 mil reais, mais benefícios, como auxílio refeição, auxílio combustível, transporte para as unidades”. Eles dizem que é a para a “Cidade Maravilhosa”, mas é para atuar na Rocinha, para atuar nas favelas, no Sistema Público de Saúde. Então, se isso acontece na “Cidade Maravilhosa” dá para gente pensar no que acontece numa outra cidade maravilhosa que o Brasil não conhece, que é São Gabriel da Cachoeira. Não sei se os Senhores conhecem, mas São Gabriel da Cachoeira fica no alto do rio Negro, quase na divisa do Brasil com a Venezuela.

Enfim, esse é o retrato do Brasil. É uma questão nova? Não é, ninguém aqui está inventando a roda, isso já vem sendo discutido há anos. E qual é a conclusão a que chegamos aqui? Vou repetir muito do que os Senhores disseram, de que as propostas encaminhadas, o Provab, outros, o Pró-residência, não vêm dando certo, não têm sido suficientes para resolver o problema. Então, temos efetivamente de discutir quais são as soluções. Acho que, fora o Dr. Waldir, que aqui representa a Federação, ouvi poucos falarem de algumas questões que têm sido a grande polêmica nacional, como é o caso da revalidação dos diplomas. Tivemos uma audiência há alguns dias atrás na Comissão de Relações Exteriores para debater a revalidação de diplomas não só na área de saúde, mas no geral no Brasil.

Na área de saúde, por exemplo, quando se conversa com o Governador do meu Estado, ele diz: tragam médico de fora. E nós dizemos: não, governador, nós vamos fazer um programa de formação, as universidades são autônomas. Por que é isso, na hora em que morre a culpa é do Estado brasileiro e, dependendo da esfera da responsabilidade, é de quem está com a responsabilidade do Estado naquela esfera de poder. O Dr. Evandro falou que em dois meses foram mais de 160 médicos que pediram demissão.

Outra questão, eu achei interessante a pesquisa que nos foi mostrada aqui, é que mais de 50% dos médicos pesquisados não querem ir para o interior principalmente pelas condições de trabalho. Mas, olha o que tem acontecido. Isso nós devemos estudar, as entidades, todos aqueles que atuam no Sistema Único de Saúde. No Estado do Amazonas, até dez anos atrás, tínhamos vários municípios em que sequer um hospital havia. Hoje, acho que todos os municípios têm hospital. A carência que temos no interior é a carência que temos na capital, mas, proporcionalmente à população de agora, tem diminuído o número de profissionais.

Então, eu acho que precisamos, primeiro, ajudar o Governo a resolver o problema, todos nós, o Parlamento, e aqui falo como parlamentar. Penso que os Senhores, como profissionais da área e, mais do que isso, que estão à frente de entidades muito importantes, ao invés de, porque fiquei sabendo de dois encontros que aconteceram recentemente pela dignidade médica, acho que em Florianópolis, em Curitiba. Vamos discutir na inteireza da palavra o que é dignidade médica. Agora, até onde fiquei sabendo, o encontro era para repudiar qualquer tentativa, qualquer iniciativa do Governo brasileiro em estabelecer programas que facilitem a revalidação. Então, o Conselho não participou. A Federação participou? Participou. Então, acho que, primeiro, precisamos nos despir de qualquer questão corporativa e olhar o problema. O Senador

Davim, assim como o Senador Humberto, são médicos, e estamos procurando debater dentro da maior tranquilidade, mas dentro da responsabilidade que nos cabe, porque, chegando do interior – olhem os Senhores –, chegamos às 15 horas, num restaurante bem perto da minha casa, veio um estudante e me disse: Senadora, a Senhora quer trazer? E eu disse: eu não quero, imagina, não sou eu quem quer, é o Brasil que precisa. Aliás, vocês que têm de ser os primeiros na fila no debate dessa questão. Não queremos tomar o mercado de ninguém, não queremos trazer médicos de péssima qualidade, de jeito nenhum, mas precisamos levar médicos. E eles alegam que não tem estrutura de trabalho lá. Então, se não tem estrutura vamos tirar todos os que estão lá porque estão cometendo um crime, estão trabalhando sem estrutura, não é verdade? É verdade ou não é? Discutir a carreira? Sou a favor. Tem as ponderações que o Senador Humberto Costa levanta, mas sou a favor. É um Estado chamando, o Poder Judiciário se metendo, abrindo espaço para o trabalho de estrangeiros. Aí vem outro juiz e derruba aquela decisão liminar, mas o fato existe, está diante de nós. Vamos resolver, vamos ver como é que se resolve o problema no curto, no médio e no longo prazo. Por que dizer que não se é a favor de medida provisória, que não se é a favor de medida emergencial...

Mas o que é o Programa Bolsa Família? É a solução do problema ou é medida emergencial? É a medida emergencial. Para quê? Não é nada. Agora mesmo, na chuva, na cheia, o Governo Federal está dando R\$ 400,00. Para quê? Quatrocentos reais salvam a vida de muitas pessoas. Então, para que existe o Bolsa Família? É um programa estruturante, para resolver o problema do Brasil? Não é, mas, enquanto não resolvemos o problema do Brasil, tem gente morrendo de fome, que precisa desse dinheiro. O Brasil não vem crescendo economicamente nos níveis em que deveria crescer, mas o Brasil vem tendo diminuída a pobreza muito por conta disso. Então, vamos dividir em três, não agora, não aqui, mas nesse debate maior, mais alongado, e trabalhar com o Governo Federal. Estive com o Ministro Padilha, que me disse que de fato o Governo está estudando... Participei de uma Comissão com a Dr^a Ana Estela Haddad, pelo Ministério da Educação, e não saiu nada dali. Por quê? Por causa de briga, por causa de confusão.

A cada dia que passa, a cada ano que passa as estatísticas são mais negativas, mais negativas do ponto de vista da população brasileira. Não podemos continuar penalizando aqueles que já são penalizados. E são penalizados por quê? Porque vivem longe, porque moram longe, não têm acesso a emprego, não têm acesso à educação e não têm acesso à saúde também.

Então, acho que vale à pena, sim, discutir a questão das vagas. O Governo brasileiro, há um ano e meio atrás, ia fechar um bocado de faculdades de Medicina. Fez um acordo, não fechou e reduziram-se à metade as vagas das particulares, daquelas que não alcançaram o nível. Hoje, restabeleceram-se todas, todas as vagas foram restabelecidas. Vamos discutir essa questão de vagas, o serviço civil obrigatório. Não entendi bem onde é que pode cair a qualidade, porque depende do tipo de serviço civil obrigatório. A revalidação de diplomas automática. Acho que não deve ser automática, mas será que o Revalida está correto? Será que é só uma prova? Aí revalida e acabou, o cara que passou em Cuba, tudo bem, pode trabalhar? Não seria melhor discutir uma complementação de cursos, um trabalho assistido? Não seria melhor? E não é para todo o país, mas focar nas localizações onde haja falta, vincular a contratos de dois, três anos de trabalho. Então, penso que precisamos avançar nesse sentido.

Eu penso que a responsabilidade das entidades médicas estão para além do Conselho Nacional de Saúde, do Conass, do Conasems. As entidades médicas, Dr. Roberto Luiz, Dr. Waldir, têm uma grande responsabilidade nisso. No meu entendimento humilde, enquanto os senhores não entrarem com o objetivo claro, definitivo de resolver, nós não vamos a lugar nenhum, porque a gente vive em um país capitalista. E eu digo: essa não é questão do médico. Pergunta para um garoto o que ele quer ser quando for grande. “Eu quero ser engenheiro.” “Ah, que legal, para construir casa para o povo que não tem moradia?!” “Não, para ganhar dinheiro.” Nós vivemos num sistema assim. É verdade. Esse é um sistema que não é do Brasil. É um sistema que domina o mundo. É o sistema capitalista. Então, nós temos que ver não como resolver esse problema. Como diz o Senador Humberto, a solução pública tem que vir junto com a solução de mercado, e é de nossa responsabilidade.

Eu tenho dúvida de que, se a gente conseguir construir consenso entre a categoria médica, os representantes da categoria – Ministério, Parlamento –, poderemos resolver, sim, a curto prazo, sem prejudicar ninguém. Pode dizer para aquele médico que vai sair da universidade... E lá é assim: mal formou, os prefeitos do interior ligam e chamam, ligam toda hora, mas eles não vão. Muitos não vão nem sair para a residência. Vão trabalhar lá mesmo, na capital, em clínicas particulares. Muitos, muitos mesmo. Então, eu não tenho dúvida de que, na hora em que nós conseguirmos, numa mesa, de fato, saber onde está faltando, vamos resolver. É possível legalmente fazer isso sem comprometer o mercado e com muita qualidade, Deputado Eleuses. Eu sei do seu trabalho aqui, no Congresso Nacional. Sei

o quanto o senhor foi importante para avançar a votação da Lei do Ato Médico que estava parada. Bastou chegar o Deputado Eleuses e tudo andou com mais agilidade. Então, penso assim.

Agradeço a presença de todos. Talvez seja um passo este ano para que façamos coisas maiores.

Obrigada, Senador Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senadora Vanessa. Quero parabenizá-la pela iniciativa e pelo brilhante participação.

Vamos ouvir a palavra do Deputado Eleuses Paiva.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Presidente Paulo Davim, cumprimento V. Ex^a, pela condução do trabalho, e a Senadora Grazziotin. A Senadora sabe da minha admiração pessoal pelo trabalho da Senadora. É uma militante assídua do setor da saúde.

Eu quero ser extremamente breve, Senador Davim, até porque nós já avançamos na hora e hoje temos uma agenda lotada aqui, na Casa. Mas eu queria só dizer, Senador, que eu considero ótima a proposta do representante da Fenan, Waldir Cardoso, de ampliarmos, até porque é tanta informação que, num curto espaço de tempo, talvez nós tenhamos dificuldade.

Eu ainda tenho alguns mitos que quero reciclar. Eu estou falando não como Parlamentar, mas como Professor universitário. Eu tenho dúvidas sobre a carência de médicos no País. O que faltou, falta e continua faltando é política de distribuição desses profissionais. Será que, se tivéssemos política de distribuição desses profissionais, hoje estaríamos aqui reunidos, discutindo essa questão? Se número de médicos resolvesse o problema, sem nenhuma crítica ao Distrito Federal, nós teríamos a melhor política de saúde no Distrito Federal, e poderia citar outras cidades. Nós estamos beirando 200, um para 180 médicos. Então, não é só isso.

O André mencionou uma coisa importante. De vez em quando, as pessoas têm a capacidade de desviar o foco da discussão. Talvez hoje o grande tema que nós tínhamos que estar discutindo é financiamento do sistema público de saúde, que é o que nós queremos avançar, obviamente contemplado também com problema de gestão.

Outro problema que creio que também não vou nem comentar é a precarização, Senadora Grazziotin. V. Ex^a era companheira nossa da Comissão de Seguridade Social da Câmara Federal. Na primeira vez, Deputado suplente, e fiquei um ano e meio no mandato anterior, quando adentrei a Casa, logo que cheguei, havia uma audiência pública. Na época, se não me engano, Maria Helena, que hoje está na FioCruz, representava a parte de recursos humanos do Ministério da Saúde. Ela fez uma brilhante palestra abordando a precariedade

das relações de trabalho dos profissionais da área de saúde, não só do médico. O pior de tudo é que tem diagnóstico e tratamento, mas estamos distantes. Eu digo que do tratamento nós estamos distantes, porque a gente vê que temos o diagnóstico desde 2003, como disse o Senador Humberto Costa, mas não fizeram nada. Esta é a realidade, até porque, se tivesse feito política adequada, hoje nós não estaríamos no momento que nós estamos vivendo. Esta é a realidade. Não adiante fugirmos da realidade.

Eu gostaria de terminar dizendo que gostei muito do Alcides. Ele foi fantástico. Resumiu com uma clareza muito grande a discussão que nós temos que fazer neste País. Eu só tenho uma dificuldade. Particularmente, não tenho nada contra a entrada de profissionais capacitados, bem-avaliados, médicos e também de outros profissionais oriundos de outros países no Brasil, até porque isso enriquece o nosso País. Trazer gente qualificada para cá é bom porque até nos ajuda a melhorar a qualidade que nós temos hoje no País. Eu tenho dificuldade quando criamos facilidades. Eu tenho uma dificuldade concreta com facilidades. “Vamos facilitar.” Primeiro, que facilitar já é uma coisa... Tenho dificuldade quando se discute facilitar.

E eu queria dizer algo que me sensibiliza muito. Eu não tenho dúvida de que nós temos uma imensa dívida social neste País, principalmente com os mais necessitados, que talvez morem nos rincões mais distantes. O que não podemos é aumentar essa dívida. Eu vi a Senadora Grazziotin. Depois quero conversar com ela para poder até ter um entendimento. Eu sei que isso não será difícil. A Senadora Grazziotin disse na sua fala: “Olhe, eu queria facilitar a entrada pelo menos naqueles locais onde há falta”. Eu penso que nesse ponto é que nós estamos... Ao facilitarmos naquele local onde há falta, talvez estejamos levando para esse local que já tem uma dívida social, uma dívida pior ainda, porque nós estamos levando o pior profissional.

O SUS pelo que brigamos e pelo que luto nesta Casa diuturnamente é para qualidade, senão daqui a pouco vamos ter dois SUS: um para aquela população mais carente – “Está bom. Ela já não tinha nada. Agora já tem.” Não estou discutindo se ele é bom ou não. “Olhe, mas já tem.” – e outro para outro tipo de população. É com isso que nós temos que tomar cuidado. Eu sei que não é esse o intuito, porque eu conheço muito bem a maneira de pensar e de agir e as lutas que a Senadora faz aqui na Casa, mas temos que tomar esse cuidado, porque esse encaminhamento pode levar a uma distorção grave do sistema. Nós, que defendemos, como militantes, um sistema público decente temos que cuidar com isso. Eu sei que não é esse o interesse da Senadora Vanessa Grazziotin,

e queria deixar bem claro isso. Temos que tomar esse cuidado para não aumentarmos uma distorção que já existe e em cuja solução temos que nos aprofundar.

Eu queria comungar com a Senadora Grazziotin. Podemos até fazer misto. Eu falo aqui pela Comissão de Seguridade Social também e levo este tema amanhã. Eu creio que as duas Casas deveriam abrir este debate para consolidarmos informações extremamente importantes para avançarmos.

Cumprimento a todos que debateram aqui, com extrema propriedade e competência. Sem dúvida nenhuma, enriqueceram todos nós que estamos aqui ouvindo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Deputado Eleuses, pela sua presença, que muito contribuiu com o debate.

Só para ilustrar, há um provérbio que diz que, se você tem uma doença, você tem um problema; mas, se você tem a doença e um médico malformado, você tem dos problemas.

Mas vamos às considerações finais.

Eu vou obedecer à mesma ordem: o Dr. Fernando Antonio, para as considerações finais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, já são 13h43. O plenário está abrindo. Infelizmente, vou ter que ir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Não há problema. É compreensível.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Será que são necessárias as considerações finais. Creio que a gente poderia encerrar sem as considerações. Encerramos com todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Então, tudo bem. Se há consenso da Mesa, declaro encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.)

Ata da 15ª Reunião (extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no dia 25 de abril de 2012, quarta-feira, às nove horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, anexo II, do Senado Federal.

Às nove horas e cinco minutos, do dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Cassido Maldaner, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Roberto Requião, Paulo

Bauer, Armando Monteiro, Gim Argello, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta.

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, de 2011 - Não Terminativo - Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.

Autoria: Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2009 - Não Terminativo - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.**

Autoria: Senador Flávio Arns. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, de 2009 - Não Terminativo - Altera o art. 11 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para determinar que os veículos leves híbridos utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis.**

Autoria: Senador João Tenório. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 2010 - Não Terminativo - Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com veículos híbridos ou movidos a tração elétrica, suas partes e acessórios.**

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti. **Relatoria:** Senador Gim Argello (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, com as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS; e contrário aos Projetos de Lei nºs 44 e 364, de 2009, que tramitam em conjunto. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2010 - Complementar - Não Terminativo - Dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica.**

Autoria: Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Resultado:** Aprovado Parecer concluindo pela reautuação do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010 - COMPLEMENTAR, como Projeto de Lei (de rito ordinário). A matéria será devolvida à Mesa do Senado Federal para as providências

cabíveis. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2011 - Não Terminativo** - Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 652, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de tramitação em conjunto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2011 - Não Terminativo** - Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2003 - Terminativo** - Acrescenta parágrafo ao artigo 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Fica sobrestado o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2003, nos termos do artigo 335 combinado com o artigo 93 do RISF, em virtude da aprovação do Requerimento nº 31, de 2012-CAS, de Audiência Pública para instrução da matéria. A matéria é retirada de Pauta para aguardar realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, de 2003 - Terminativo** - Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre indenização em caso de inobservância das normas trabalhistas. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender solicitação constante do Ofício nº 654, de 2012, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de requerimento de audiência de outra Comissão. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, de 2007 - Terminativo** - Acrescenta o art. 879-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do trabalho), para regular a declaração da prescrição

intercorrente na execução trabalhista. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2011 - Terminativo** - Acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - CLT, para disciplinar o abandono de emprego. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **EXTRAPAUTA - ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, de 2012.** Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2003, que “acrescenta parágrafo ao artigo 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, de 2012.** Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social para debater a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários - PORTUS e sobre o Fundo AERUS. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, de 2012.** Nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para apresentação do Relatório de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, 2011, com a participação do Diretor da Agência, Senhor Dirceu Barbano. **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. Às 10 horas e oito minutos assume a Presidência o Senador Casildo Maldaner. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: **Item 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2003 e Item 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2007.** Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Roberto Requião, Armando Monteiro, e Jayme Campos, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 11, conforme pauta previamente divulgada. São cinco itens não terminativos e seis terminativos.

Eu gostaria de fazer um breve comunicado, aqui, em relação à audiência pública que ocorreu no dia de ontem.

Esta Comissão de Assuntos Sociais debateu ontem, terça-feira, 24 de abril, a presença dos médicos nos Municípios brasileiros e todos os convidados da audiência pública concordaram que há carência de médicos principalmente no interior do País.

De acordo com a pesquisa Demografia Médica no Brasil, desenvolvida pelo Conselho Federal de Medicina em outubro de 2011, havia quase 372 mil médicos em atividade no Brasil.

De 1970 para cá, o contingente de médicos no País cresceu 530%, enquanto a população brasileira cresceu 105% nesse mesmo período.

O Ministério da Saúde, apesar de todos os esforços, admite que o número de médicos espalhados pelos Municípios brasileiros está abaixo do esperado.

A rotatividade dos médicos brasileiros nos postos de trabalho é de dois anos e oito meses em média. No Norte, é de 2,2 anos; no Nordeste, 2,4; no Sudeste, 3,1; e nas regiões Sul e Centro-Oeste, 3,1 anos também.

Segundo o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto D'Ávila, a concentração de médicos no Sul e Sudeste é de 72%.

O número de escolas de Medicina dobrou na última década, mas não foi solução para a distribuição igualitária.

Pelos dados do Conselho Nacional de Saúde, no Brasil existem sete médicos ocupados para cada mil clientes no setor privado e a proporção no setor público é de dois médicos por mil pacientes. A média nacional é de 1,95 médicos para cada mil habitantes.

Um dos grandes problemas é a falta de bons hospitais e infraestrutura na saúde pública. Faltam investimentos em recursos humanos na saúde pública do País, o que inibe o trabalho dos médicos.

Hoje, os profissionais de saúde se multiplicam em vários empregos.

A Organização Mundial de Saúde, OMS, define que o patamar mínimo de investimento em saúde deveria ser de 7% da receita pública. No Brasil, o percentual é de apenas 3,8. É bem abaixo da média.

Por outro lado, Senador Paulo Paim, como já comentei aqui, e V. Exª estava presente, bem como o Senador Cyro, diversas vezes, apesar dos níveis historicamente baixos de desemprego no País, os gastos dos cofres federais com o pagamento do seguro-desemprego têm crescido muito nos últimos anos.

Na última semana, o Governo Federal publicou, no *Diário Oficial da União*, um decreto condicionando o recebimento do seguro-desemprego à matrícula do trabalhador demitido em um curso de qualificação profissional nos casos em que o benefício é solicitado pela terceira vez em prazo de 10 anos.

O decreto ainda precisa de regulamentação, Senador Paulo Paim, mas o texto publicado diz que o curso de qualificação precisa ser regulamentado pelo Ministério da Educação, ter carga horária mínima de 160 horas e será concedido através da Bolsa – Formação Trabalhador, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec.

De maneira que eu acho que, nesse caso, as coisas estão avançando, diante dos fatos que já tínhamos comentado aqui que, inclusive, ano passado chegou ao cúmulo do absurdo de que o Seguro Desemprego tinha sido mais do que a arrecadação do próprio FGTS, dando assim, parece-me, se não me falha a memória, subtraiu daquilo que já estava depositado, o FGTS, para alguns trabalhadores, algo parecido em torno de R\$500 milhões, naquela oportunidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir, eu gostaria de comentar, na mesma linha de V. Exª, o meu entendimento, e fiz declarações já nos jornais do meu Estado favoráveis a essa decisão, porque durante a campanha eleitoral muitos empresários e sindicalistas sérios me procuraram mostrando isso. Que havia um tipo de conluio com alguns empresários e com alguns trabalhadores em que o camarada saía, continuava trabalhando, recebia da empresa e recebia o Seguro Desemprego. O que é que eu respondi quando fui perguntado se eu concordava com a norma? Eu disse que concordo, o Seguro Desemprego é para quem fica desempregado mesmo e não para permitir, por vias, digamos terceirizadas, algum tipo de acordo que no fundo não é bom para o empregador e não é bom para o empregado, pois é um desvio de conduta e nós não podemos concordar com desvios de conduta. Por isso eu achei correto. O Seguro Desemprego é para quem está desempregado

e não fazer do Seguro Desemprego mais uma renda para aquele trabalhador que está empregado.

Por isso que tem lógica e, sendo dentro da lógica e da justiça, ainda mais num momento como esse, quando nós temos falta de profissionais, enfim, de técnicos, isso vai inibir, proibir que essa tendência, eu diria, não salutar, não recomendável de má conduta continue avançando. Isso aí para mim é no combate, inclusive, da ética e da corrupção. Envolveria ambos os lados, se nada fosse feito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É isso mesmo, Senador. V. Ex^a tem toda a razão. É o combate à corrupção, porque existe, na verdade, o corrupto e o corruptor, não é? Nesse caso, eu imagino que são ambas as partes e teriam que ser enquadradas também como corrupção.

Queria registrar também a presença honrosa do Senador Paulo Bauer aqui, que veio nos prestigiar com o Senador Cyro, Senador Paulo Paim e Senador João Durval.

E, pelas regras do Seguro Desemprego, têm direito ao benefício os trabalhadores desempregados que tenham sido demitidos sem justa causa. Aqueles que trabalham com carteira assinada, entre seis e onze meses, nos últimos três anos, têm direito a receber até três parcelas do seguro. Quem trabalhou de doze a 23 meses no período pode receber até quatro parcelas. O valor do benefício varia de R\$622,00 a R\$1.163,73, de acordo com a média salarial dos últimos salários anteriores à demissão.

Eu queria fazer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu não sei se V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, iria comentar, mas eu me vejo na obrigação de comentar, porque eu falei para V. Ex^a e, como falei, sou responsável pelo que faço e pelo que digo. Nós vamos ter que conversar, eu acho, com o Presidente do Senado, porque o que vem acontecendo ultimamente na Casa não é bom. Se uma Comissão como esta – representativa -, uma das comissões que mais vota, na quarta-feira pela manhã, desde que aqui nos encontramos com a presença de V. Ex^a, religiosamente inicia às 8h58, ou 8h59, ou 9h. Sempre tinha a transmissão ao vivo, era praxe. O Brasil, os trabalhadores acompanham o trabalho desta Comissão.

Mas o que é que está acontecendo aqui no Senado ultimamente? Quando uma comissão inicia às 9 horas e, conseqüentemente, tem a cobertura direta da TV Senado, outra comissão agora começa às 8:30

horas. Eu, por exemplo, tinha como praxe na Comissão de Direitos Humanos sempre abrir às quintas-feiras, às 9 horas da manhã. Daí uma comissão começou a abrir às 8h30. Tudo bem, faz parte e tal. Agora, outra comissão, na quarta-feira, inicia às 8h30. Eu vou propor daqui a pouco abrir um trabalho na minha comissão às 8 horas da manhã; daí outro vai propor abrir às 7 horas. Eu quero ver como é que a TV Senado vai dar resposta a isso. Tem que ter um critério justo. E o critério que V. Ex^a adotou é o da presença aqui. V. Ex^a é pontual, uma Comissão importante como essa agora não tem mais transmissão ao vivo, porque outras comissões resolveram iniciar às 8h30. E, quero repetir, às 8 horas, e daqui a pouco outra vai iniciar às 7 horas. Por isso que faço essa consideração, tem de ter um critério mais sério, porque esta Comissão o Brasil todo acompanha. Agora, simplesmente...

O senhor está dando os encaminhamentos, já? Daqui a pouco, se o critério é esse, qual é o problema? Eu sei que V. Ex^a não terá problema e todos que estão aqui não têm problema. Nós vamos abrir às 8 horas, então. O que eles vão fazer? Vão chamar os funcionários do Congresso para estarem aqui às 7 horas, para as 8 horas estar no ar? É um critério que não é justo. Por isso, estou solidário a V. Ex^a e à sua Comissão.

Por que eu abro na segunda-feira, às 9 horas? Na segunda-feira não há concorrência, ainda não há. Mas não duvido que daqui a uns dias vai ter alguém que vai abrir às 8h30min de segunda-feira; aí vem outro e abre às 8 horas. Tem que ter um critério mínimo.

A sua Comissão está de parabéns e é elogiada por todos. Hoje mesmo temos na pauta dezenas de projetos cujo debate o Brasil está acompanhando – se vai votar, se não vai, se vai ter uma audiência pública. Enfim, todos os projetos são importantes. E só poderão ver no meio da noite, lá pela madrugada, quando o programa for ao ar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero agradecer a manifestação de apoio de V. Ex^a, até porque acho que não é nada republicano o que está acontecendo, na medida em que se fossem 30 dias... Tem um ano e quatro meses esta Comissão. Literalmente, religiosamente, abre-se a reunião às 9 horas.

Eu acho que, infelizmente, como V. Ex^a disse, tem que haver um critério respeitoso. Sobretudo, se nós estivéssemos esporadicamente nos reunindo aqui, eu concordaria. Todavia, estamos aqui há um ano e três meses nos reunindo todas as quartas-feiras, às 9 horas, pontualmente. E agora, não sei por que motivo e por que razão, alguém foi lá e abriu a reunião às 8h30min. Eu imagino que daqui a pouco nós vamos ter que estar aqui às 8 horas. Isso é muito ruim.

Senador Paulo Paim, eu agradeço a manifestação de V. Ex^a. Acho que isso não é bom, sobretudo, porque dá uma demonstração até mesmo de falta de critério ou até de coisa séria para gente séria.

Com a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero fazer coro com as palavras do Senador Paulo Paim. Primeiro que é um direito adquirido; segundo, uma falta de respeito para com o telespectador; terceiro, prova o que o senhor falou por último: é uma falta de planejamento e de organização desta Casa. Então, se amanhã surgirem outras comissões, elas que se acomodem nos horários possíveis.

Eu quero sugerir que o senhor faça um requerimento, apoiado por todos nós da Comissão, ao Presidente José Sarney, dizendo que nós não concordamos com essa atitude. Até porque eu tenho aqui no *tablet* que às 8h30min é uma subcomissão. É isso ou estou enganado? É Subcomissão Permanente da Água, reunião de subcomissão. Uma subcomissão tem mais direito agora do que uma comissão que está há um ano e meio e que é a comissão de maior produtividade desta Casa, porque V. Ex^a a comanda de uma maneira peculiar. V. Ex^a começa no horário e termina no horário. Então, a produtividade desta Comissão é invejável.

Eu faço coro às palavras do Senador Paulo Paim e sugiro esse requerimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, a propósito, Presidente Jayme Campos, em solidariedade à Presidência, que a Comissão toda encaminhasse um requerimento à Mesa do Senado. Essas coisas têm que ser, digamos, firmadas. Tem que se tomar posição e atitude. Uma manifestação à Presidência da Mesa alertando sobre isso e solicitando a permanência dos calendários das comissões temáticas como têm sido feitas até agora. E ter preferência as comissões temáticas às subcomissões, porque, por mais relevantes que sejam, há esse tema, essa rotina, essa forma de calendário das comissões: na segunda-feira, é tradicional a CDH, Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim; na terça-feira, Comissão de Assuntos Econômicos; na quarta-feira, Comissão de Assuntos Sociais.

E amanhã – aliás, convido também – teremos aqui uma audiência pública muito importante, com a presença do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, para tratar de um projeto de lei que está tramitando nesta Casa que é de alta relevância para as partes.

Então, eu queria propor essa manifestação formalmente à Presidência da Casa. E queria aproveitar também porque o trabalho de V. Ex^a é muito importante. E V. Ex^a dispõe de uma equipe técnica nesta Comissão muito dedicada e muito aplicada.

Eu queria então aproveitar para, em nome da Comissão, cumprimentar a nossa Dulcília, que hoje está fazendo aniversário, desejando a ela vida longa e muita saúde para esse ofício tão importante na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a manifestação de V. Ex^{as} e não tinha dúvida alguma de que nós tínhamos toda a razão.

Nós vamos solicitar à Secretaria que faça um requerimento, do qual vão ser signatários todos os nossos Senadores aqui, externando ao Presidente Sarney naturalmente até a nossa insatisfação, porque esta Comissão já está há um ano e três meses funcionando neste horário e, lamentavelmente, hoje, uma Subcomissão lá da CMA está sendo mais importante. Então, eu sou literalmente contra, discordo; sobretudo, eu acho que as Comissões têm prioridade em relação às Subcomissões. Até porque a Subcomissão é uma extensão das Comissões.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E V. Ex^a fará isso em nome de todos os membros desta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De todos os membros desta Comissão. Eu agradeço a V. Ex^{as}.

Eu vou só dar um dado aqui. Nós aprovamos, em 2011, 208 matérias aqui. Estamos há três meses agora, cortando os feriados que já tivemos, e nós já aprovamos, neste ano de 2012, 80 matérias. Nessa marcha, aprovaríamos, no mínimo, 240 projetos aqui na Comissão. Ora, nós somos substanciais, robustos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me um corte aí, um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É para elogiar V. Ex^a. Eu acho que isso é um boicote a V. Ex^a. Eu tenho comparecido à Comissão com ciúme de V. Ex^a, porque essa é a maior produção de todas as Comissões do Senado, de todas, e eu presido uma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – São números robustos, não é, Senador Paulo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E de temas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Temas importantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só produção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora, deve ter alguém, adversário nosso, algum X 9 que não está ... Só pode ser.

Mas eu solicitaria à Andréia que voltasse a ligar para a Secretaria de Comunicação para dizer da manifestação de todos os Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais em relação, lamentavelmente, ao que está ocorrendo com a transmissão da Comissão de Assuntos Sociais.

Nós temos aqui o **Item 1**.

Item 1

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, de 2001

Altera o inciso V do art. 108 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, para incluir a esclerose múltipla no rol das doenças incapacitantes.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011.

Observações:

- Em 16.02.2012, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE aprovou Parecer favorável ao Projeto;
- A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 18.04.2012, sendo adiada a sua apreciação;
- Votação simbólica.

Eu consultaria aqui o Senador Paulo Paim se V. Exª pode relatar *ad hoc* o relatório do Senador Romero Jucá.

Página 15, **Item 1**.

V. Exª nos dá a honra de relatar essa matéria?

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Pode ser a fase de análise, não é, Professor?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso! Vou direito à análise, conforme orientação de V. Exª.

Análise.

Cabe à Casa opinar sobre a matéria no que diz respeito à seguridade social e também à proteção e defesa da saúde, conforme dispõem os incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não vislumbramos óbices de constitucionalidade à aprovação do PLC 127, de 2011.

Compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa de legislar sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico e reforma militar, na forma da alínea “f”, do inciso II, do § 1º, do art. 61, da nossa Constituição.

Também não há reparos quanto à juridicidade da proposição.

Quanto ao mérito, assinalamos que a esclerose múltipla é doença grave, que pode levar à incapacitação permanente e, conforme bem expressa o parecer da CRE, essa gravidade já foi reconhecida pela legislação federal, no momento em que a doença foi considerada motivo tanto para a concessão, ao servidor público federal, de aposentadoria com proventos integrais, quanto para o oferecimento do benefício de isenção fiscal.

Assim, consideramos justo e meritório que a esclerose múltipla seja reconhecida como doença que pode acarretar incapacitação permanente para os servidores militares, na forma prevista no projeto sob análise.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº127, de 2011.

Eu queria ler aqui o nome do nobre Deputado, do autor.

Ah, é de autoria da Presidência da República!

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim. Está em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela relevância do tema, acho que resta apenas à Comissão aprovar a iniciativa oportuna da Presidência da República em torno desse direito dos militares.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 127.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item nº2. Decisão não terminativa. Página 28.

Solicito à Senadora Ana Amélia para relatar *ad hoc*.

Item 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2009

- Não Terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.

Autoria: Senador Flávio Arns.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2009

- Não Terminativo -

Altera o art. 11 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que “dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências”, para determinar que os veículos leves híbridos utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis.

Autoria: Senador João Tenório.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2010

- Não Terminativo -

Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com veículos híbridos ou movidos a tração elétrica, suas partes e acessórios.

Autoria: Senador Roberto Cavalcanti.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, com três emendas que apresenta; e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 44 e 364, de 2009, que tramitam em conjunto.

Observações:

- Em 07/12/2011, a matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame do relatório;
- Em 07/02/2012, foi recebido novo relatório do Senador Gim Argello;
- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 29/02 e 07/03, de 2012, sendo adiada a sua apreciação;
- A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI;
- Votação simbólica.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para relatar *ad hoc* o Projeto nº 44, de 2009.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Sr. Presidente, seguindo a sua orientação, que é muito objetiva na leitura, vou direto à análise, suprimindo até aqueles detalhes técnicos.

Estudos demonstram uma relação direta entre a poluição do ar e o aumento dos agravos à saúde. Re-

centemente, fomos surpreendidos com a notícia de que o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva foi diagnosticado com câncer na laringe. As matérias jornalísticas veiculadas sobre o tema trouxeram outra informação alarmante. Enquanto a média mundial de incidência dessa espécie de câncer é de cinco casos para cada cem mil pessoas, na cidade de São Paulo o número sobe para quinze casos para cada cem mil pessoas. A enorme diferença, segundo especialistas, deve-se à poluição ambiental, um dos fatores que podem levar a esse tipo de câncer.

Conforme artigo intitulado “Poluição do ar e efeitos na saúde nas populações das duas grandes metrópoles brasileiras”, cita o nome dos autores, há associações estatisticamente significativas entre aumentos nos níveis de poluentes atmosféricos e o incremento da mortalidade das hospitalizações por causas respiratórias e cardiovasculares em crianças e idosos. Ademais, os níveis de poluição são suficientes para causar agravos à saúde da população.

Uma das medidas mais importantes indicadas no mencionado artigo como efetiva para diminuição da poluição é a redução da frota de veículos circulantes por intermédio do estímulo ao transporte coletivo. Ou seja, inexistem dúvidas de que o aumento da qualidade do ar que respiramos passa pela diminuição dos poluentes oriundos da queima de combustíveis fósseis, no caso, o petróleo. Nesse sentido, os projetos sob análise seguem o caminho correto ao estimular a produção de veículos menos poluentes. Desta forma, entendemos que os projetos são meritórios. Contudo, no que se refere ao PLS nº 364, de 2009, que altera o art. 11 da Lei nº 8.723, de 1993, para prever que os veículos leves, híbridos, utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis.

Em que pese a relevância da proposta, o mercado atual de biocombustíveis não nos autoriza estabelecer tal restrição. Por exemplo, há algumas dificuldades não resolvidas no que se refere ao fornecimento de etanol, o que tem elevado o preço do produto e obrigado o País a importá-lo. Tal fato gera insegurança no consumidor, que não se sentirá atraído por veículo híbrido cuja única alternativa de combustível seja o etanol. Assim, a restrição veiculada no PLS nº 364, de 2009, pode vir a desestimular a própria compra de veículo menos poluente, o que nos levou a rejeitar a proposta.

Isso vale não só para o etanol; vale também para o biocombustível, que da mesma forma não tem oferta necessária, e até o gás natural, da mesma maneira.

Tendo em vista as regras previstas no Regimento Interno, apenas uma das matérias pode ser aprovada, razão pela qual estamos acolhendo o PLS nº 255, de 2010, por ser mais abrangente que o PLS nº 44, de

2009, pois concede incentivos não apenas em relação ao IPI, mas também ao imposto de importação das contribuições do PIS/Pasep e a Cofins.

Finalmente, apresentamos três emendas de redação ao PLS nº 255 de 2010. A primeira substitui, no art. 1º, a referência ao Decreto nº 6.006, de 2006, haja vista ter sido recentemente revogado e substituído pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

A segunda atualiza a redação do art. 28 da Lei nº 10.865, de 2004 na forma proposta pelo art. 3º do PLS, pois as Medidas Provisórias nºs 545, de 29 de setembro de 2011, e 549, de 17 de novembro de 2011, acrescentaram vários incisos ao dispositivo. Portanto, o inciso proposto precisa ser renumerado. Além disso, a Medida Provisória nº 491, de 23 de junho de 2010, que acrescentou o §2º ao artigo, perdeu a eficácia, razão pela qual atualmente há apenas o parágrafo único.

A última emenda serve para corrigir a numeração do artigo de vigência da proposição equivocadamente numerado como 3º.

VOTO.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, com as emendas abaixo, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 44 e 364, de 2009.

Emenda.

No art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, onde se lê “Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006”, leia-se “Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.”

Segunda emenda.

Dê-se a seguinte redação ao art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, na forma do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010:

“Art. 3º O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. 33 veículos híbridos ou tracionados totalmente por energia elétrica, suas partes e acessórios classificados nas posições 87.03, [outra posição] 87.04, [outra posição] 87.05, [outra posição] 87.08, [outra posição] 87.11 e 87.14 da TIPI, pelo período de dez anos.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nos incisos IV, X e XIII a XXXIII do caput deste artigo.” (NR)”

Última emenda.

Na cláusula de vigência do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, onde se lê “Art. 3º” leia-se “Art. 4º”.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia, a relatoria *ad hoc* e comunico, oficialmente, ao Senador

Paulo Paim que foi restabelecida aqui a verdade sobre o direito adquirido que nós temos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso mostra a força do nosso Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nesse caso aqui, já confessaram, de público, que de fato eles estão extremamente equivocados. Para não dizer que... Na verdade, nós tomamos as devidas providências. Até as prioridades das comissões nós temos aqui, e não se fala nada nesse horário em relação à CMA aqui, conforme está aqui na resolução do próprio... ou seja, as prioridades do Senado Federal. Diz aqui, corretamente, que os horários estariam reservados para esta Comissão.

Então, eles concordaram...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Com todo o respeito aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com todo o carinho, o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com todo o respeito e admiração.

Entretanto, acho que... O próprio Cyro aqui invocou a súmula vinculante ou jurisprudência... Daqui a pouco, vamos falar que somos posseiros ou alegar direito de usucapião. Não é bem assim. Mas eu acho que é um direito nosso aqui nesse caso.

Mas está restabelecido já voltarem, normalmente, a nos dar cobertura aqui na Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Exª, porque, a partir do momento...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Exª aqui, que tem experiência. Aí, eu digo que ele é nosso mestre, professor, guru.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Apenas provoqueei, porque percebi que não era correto, não era adequado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E é mais do que justo, não é? Não estamos reclamando nada que não é direito nosso aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas se fosse outro, digamos, poderia dizer: não, vamos resolver, vamos conversar... V. Exª, de imediato, tomou todas as providências, tanto que está resolvido, e acabou a polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está resolvido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª a sua manifestação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Discutindo a matéria, quero me dar o direito de... Primeiro, todo o nosso carinho e o nosso respeito ao Senador Roberto Cavalcanti – que não está mais conosco, porque era suplente, teve que ceder o lugar ao titular – pela iniciativa do projeto.

Esse projeto já está há muito tempo aqui nesta Comissão e, como aqui ele não é terminativo, vai ainda para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. A recomendação, inclusive, do Governo, de dois Ministérios, é contrária, defendendo a necessidade de mais investimentos brasileiros para gerar tecnologia própria e incentivar empresas nacionais que tenham condições de dominar a tecnologia de veículos elétricos. Isso é uma posição do Governo.

Eu, particularmente – e vi no próprio relatório –, entendo que isso significa menos recursos, entre outros aqui, principalmente para a seguridade social. Mas, entendendo que o mérito vai ser discutido lá na Infraestrutura, embora aqui eu tenha, eu faça essa ressalva... Toda vez que algum tipo de contribuição deixa de ir para a seguridade social, onde está a assistência à previdência e à saúde, eu coloco minhas barbas de molho, mas direi que, em homenagem ao nobre autor e ao relator, eu votarei a favor, porque sei que haverá um diálogo, quanto ao mérito, muito mais profundo lá na Comissão de Infraestrutura.

Assim, eu acompanho a relatora e o autor do projeto, como o nosso Gim Argello, que é um Senador muito atuante, que foi o relator original.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Está ainda em discussão a matéria.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se alguém quer se manifestar em relação a esse projeto. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, com três emendas que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 44 e 364, de 2009, que tramitam em conjunto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2010, com as Emendas nºs 1, 2, 3, CAS, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nºs 44 e 364, de 2009, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Consulto os Srs. Senadores Paulo Paim e Ana Amélia, que já se manifestaram, Cyro Miranda e outros, em relação ao requerimento. Se encaminhamos... Acho que não temos necessidade. Vamos aguardar. Qualquer coisa a tropa está pronta, está alerta, de prontidão.

Quero registrar a presença também do valoroso e querido Senador Wellington Dias, da Senadora Ana Rita, do Senador Cyro Miranda, da Senadora Ana Amélia, do Senador Paulo Paim, do Senador João Durval, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Roberto Requião, bem como a presença do nosso Vice-Presidente Casildo Maldaner.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2010 - Complementar

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a concessão da aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, à Mesa do Senado Federal, para sua reautuação como Projeto de Lei (de rito ordinário).

Observações:

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Esta Comissão, em análise preliminar, aprovou Parecer da relatoria do Senador Paulo Bauer, alertando para a necessidade de reautuação da proposição como Projeto de Lei do Senado – Complementar, em face do que determina o art. 201, § 1º, da Constituição Federal.

Comunicada a Presidência do Senado Federal sobre essa deliberação por intermédio do Ofício nº 12, de 2012, a matéria teve seus avulsos republicados e promovida sua reautuação para projeto de lei complementar, retornando à Comissão de Assuntos Sociais para análise de mérito.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

Vamos, então, à análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais

oferecer parecer sobre o presente projeto de lei complementar.

Alterações promovidas na legislação de regência da Previdência Social, mais especificamente no Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213, de 1991), inserem-se no campo da Seguridade Social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe, assim, ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Parece que está havendo uma competição com o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito silêncio para ouvirmos o relatório do Senador, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Vocês querem ocupar a palavra do Senador e me substituir aqui ou preferem ficar quietos?

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe, assim, ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48, na mesma Carta.

No mérito, importante, preliminarmente, fazer algumas considerações de ordem técnica, que envolvem a concessão da aposentadoria por invalidez assegurada pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

O benefício de prestação continuada decorrente da aposentadoria por invalidez é devido ao segurado que ficar incapacitado permanentemente para qualquer trabalho, em virtude de doença ou acidente, e não for passível de reabilitação para o exercício do trabalho. O benefício lhe será pago enquanto permanecer nesta condição.

A Lei não especifica qualquer tipo de doença ou lesão incapacitante para o trabalho. Note-se, também, que a existência de doença ou lesão não significa necessariamente incapacidade. Pessoas com doenças como, por exemplo, diabetes, hipertensão arterial ou lesões tais como sequela de poliomielite, amputações de segmentos corporais podem trabalhar, segundo exegese legal. Se houver, no entanto, um agravamento de natureza anatômica ou funcional ou de esfera psíquica que impeça o desenvolvimento da atividade, essas doenças e lesões não incapacitantes podem se tornar incapacitantes. Por isso, a constatação da incapacidade dá-se por meio de perícia médica realizada pelo INSS. Assim, uma costureira, por exemplo, portadora de artrose num dos joelhos, pode tornar-se inapta para exercer funções laborativas que necessitam permanência em pé ou marcha prolongada e a utilizar máquinas de costura não elétricas. Se a perícia

constatar a incapacidade laborativa para exercer aquela profissão ou qualquer outra que lhe garanta a sua subsistência terá evidentemente reconhecido seu direito ao recebimento da aposentadoria por invalidez. Não tem direito à aposentadoria por invalidez quem, ao se filiar à previdência social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resultar no agravamento de enfermidade.

Finalmente, para ter direito ao benefício, o trabalhador precisa contribuir para a previdência social por, no mínimo, 12 meses, todavia, existem exceções. O cumprimento do período de carência deixa de ser exigido em caso de acidente do trabalho, bem como quando a incapacidade estiver relacionada com as doenças consideradas graves pela legislação, que, atualmente, são as seguintes: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, ou seja, câncer, cegueira, paralisia irreversível e incapacidade, cardiopatia grave, Doença de Parkinson, espondiloartrite anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da Doença de Paget, osteíte deformante, Aids, contaminação por radiação, hepatopatia grave, fibrose cística, mucoviscidose.

Em conclusão, os segurados acometidos por doenças ou afecções causadas por sobrecarga na coluna vertebral ou doença renal hipertensiva, adquiridas no trabalho em transporte rodoviário de passageiros ou de carga, bem como aqueles que possuam lesões causadas por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, LER, DORT, não se encontram amparados pela legislação em vigor de forma direta, o que gera enorme constrangimento para os segurados acometidos dessas doenças que, reiteradamente, têm seu benefício aposentadoria por invalidez negado, sendo-lhes deferido, quando muito, o auxílio-doença.

Antes, contudo, de concluirmos nossa análise, importante ressaltar a ocorrência de um equívoco, por parte desta Comissão, pois, recorrentemente, há muita confusão entre aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial, quando relacionadas a determinadas doenças específicas.

Assim, após uma análise mais detida, verificou-se que o formato original de apresentação desta proposição, na forma de projeto de lei e não de projeto de lei complementar, estava correta, uma vez que não se trata da hipótese prevista no § 1º, do art. 201 da Constituição, que disciplina a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados

portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

Na situação que se apresenta nesta proposição, o que se pretende basicamente é possibilitar o acesso direto ao benefício de aposentadoria por invalidez. Atualmente, o segurado fica percebendo auxílio-doença enquanto permanecer incapacitado, podendo ser reabilitado. Somente a comprovação de incapacidade permanente por laudo médico seria o suficiente para o acesso à aposentadoria por invalidez.

VOTO.

Em face do exposto, votamos pela devolução do Projeto de Lei nº 287, de 2010, à Mesa do Senado Federal para que seja reatuado como Projeto de Lei de rito ordinário.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Requião.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o parecer do relator, que conclui pela devolução do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, complementar, à Mesa do Senado Federal e pela reatuação como Projeto de Lei em rito ordinário.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão concluindo pela reatuação do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2010, complementar, como Projeto de Lei de rito ordinário.

A matéria será devolvida à Mesa do Senado Federal para as providências cabíveis.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Um elogio ao relatório do Senador Paulo Bauer, que foi perfeito e acolhido pela Comissão. O que tivemos foi somente uma formalidade legal referente ao Projeto de Lei Ordinário, o Projeto de Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a tem toda razão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Apenas para agilizar, não quis atrapalhar a votação, mas também queria parabenizar o relator pelo relatório e destacar que neste instante estamos aqui regularizando uma situação que hoje diz respeito ao interesse de

milhares de brasileiros. Acho que é muito comum encontrarmos pessoas, pela parte central do corpo, que é a coluna vertebral, muitas vezes pela sobrecarga de trabalho, muitas vezes por um conjunto de atividades, que não conseguem, com as regras atuais, a aposentadoria por invalidez, mesmo sendo inválidas. Muitas vezes perdem o emprego, muitas vezes ficam fora da atividade. Além das doenças renais, enfim, adquiridas, por exemplo, nos transportes rodoviários. Acho que é um avanço importante, queria aqui parabenizar pela aprovação na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Wellington Dias.

Pela ordem a Senadora Ana Amélia, para fazer a sua manifestação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Embora V. Ex^a esteja trabalhando com muita disciplina e rigor aqui, mesmo não estando os relatores das matérias distribuindo para a relatoria ad hoc, eu sugeriria apenas uma inversão de pauta, para irmos para o **Item 9** e depois seguirmos a sequência, porque essa matéria que o Senador Paulo Paim relata, ele está presente, é uma matéria que tem a ver com um assunto que vamos discutir amanhã. Então, gostaria de pedir a colaboração de V. Ex^a só para essa inversão e depois seguirmos no rito normal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, Senadora, o seu pedido aqui será atendido da forma regimental. Acho mais do que justo porque o relator se encontra presente e tendo em vista que o autor e o relator do outro **Item** não se encontram presentes.

Então, vamos passar para o **Item 9**, que é o Projeto de Lei nº 39, página 127.

Estamos aguardando apenas a presença de mais um Senador porque, inclusive, já é possível votarmos matéria terminativa também.

Item 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2007 **- Terminativo -**

Acrescenta o art. 879-A ao Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para regular a declaração da prescrição intercorrente da execução trabalhista.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2007.

Observações:

– Em 21.03.2012, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – aprovou parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, que havia relatado na reunião passada, para proferir o relatório. Entretanto, agora a matéria teria que ir à discussão. Mas, como eu imagino que o Senador Paulo Paim quer manifestar-se sobre a matéria, S. Ex^a está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o meu parecer foi pela rejeição, seguindo a orientação da Anamatra, de juízes e advogados. Mas, como tenho um enorme carinho por todos os Senadores, também pelo grande Senador Alvaro Dias, dialogando com a Senadora Ana Amélia, seguindo a orientação do Governo pela retirada de pauta e aguardando a audiência pública de quinta-feira, que vai tratar do mesmo tema, poderemos chegar ao entendimento de que, como o projeto do qual a Senadora Ana Amélia é Relatora trata da mesma questão, quem sabe possamos até apensar os projetos e fazer um único substitutivo que vamos tentar contribuir na construção, já que sou Relator deste projeto.

Então, o meu pedido, seguindo a orientação do Governo, é que a matéria saia da pauta e participemos da audiência pública de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pedido de V. Ex^a será atendido na forma regimental. Está retirado de pauta o **Item 9**, da página 127.

Solicito à Secretaria que faça a correção de um pequeno erro. Desculpe-me. Diante do encaminhamento, disseram que fosse concedida a palavra ao Senador Benedito de Lira. Não tem nada a ver. É para o Paim, que é Relator da matéria. Quero pedir desculpas a V. Ex^a.

Item 4, página 57, decisão não terminativa.

Item 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2011

- Não Terminativo -

Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei 8.212, de 24 de junho 1991, que dispõe sobre organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências, e altera o § 2º do art. 71, da Lei nº 8.676, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências,

para determinar a responsabilização solidária da Administração Pública e da pessoa jurídica tomadora de serviços, com o respectivo prestador, pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato e, em caso de dolo ou culpa, pelos encargos trabalhistas.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador Paulo Bauer

É muito importante esta matéria, de autoria do Senador Sérgio Souza e relatoria do Senador Paulo Bauer. S. Ex^a não se encontra presente, mas a matéria, conforme informação da secretária, está sendo retirada de pauta para atender solicitação da Mesa, constante do Ofício nº 652, de 2012.

Para ser mais prático e objetivo, também foi feito um pleito para ser retirado de pauta o **Item 5**, a pedido do Relator, para reexame do relatório. Será também atendido na forma regimental. Refiro-me ao Projeto de Lei nº 498, de 2011.

(É o seguinte o Item retirado:

Item 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2011

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade, para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg)

Para atender também ofício da Mesa Diretora do Senado, Senador João Durval, o item 7, de decisão terminativa, estamos retirando de pauta, na forma regimental.

(É o seguinte o **Item** retirado:

Item 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2003

- Terminativo -

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre indenização em caso de inobservância das normas trabalhistas.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Benedito de Lira)

O projeto é pela rejeição. Todavia, a matéria é retirada de pauta para atender a solicitação da Mesa,

constante do Ofício nº 654, de 2012. Comunico a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que é o autor da matéria.

Senador Wellington Dias, gostaria de pedir-lhe que permanecesse para encaminhar o requerimento feito por V. Ex^a. Mas pode dar seu telefonema, que nós vamos aos poucos lendo seu requerimento.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2003, que acrescenta parágrafo ao art. 625 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, para encaminhar seu requerimento.

Gostaria de pedir a V. Ex^a para encaminhar o relatório, porque a matéria a ser instruída, ou seja, será o **Item 6** da pauta, ficando a mesma sobrestada.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para encaminhamento do requerimento de V. Ex^a e da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o que a Senadora Vanessa Grazziotin encabeça – infelizmente ela não está aqui, mas me ligou pedindo que eu tratasse – era de que pudéssemos realizar uma audiência antes da votação ou antes de uma decisão para ver se há uma alternativa. Segundo ela, o debate coloca que era possível, mas com algumas modificações. Então, ela acha que a audiência pode trazer segurança para um texto que possa vir dar a condição de aprovação.

Por essa razão, a idéia de se realizar antes essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a Senador Wellington Dias.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, na condição de Relator dessa matéria aqui na Comissão, eu não me oponho de forma alguma, acho que a audiência pública vai, de qualquer forma, propiciar um debate e talvez esclarecer de forma mais ampla essa questão.

Eu queria saber de V. Ex^a se já podemos encaminhar sugestões para as pessoas que participarão da audiência, que serão ouvidas na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A secretaria está à disposição de V. Ex^a para indicar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu já poderia fazer agora?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Então eu sugeriria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a poderia fazer forma verbal, depois formalizando aqui na Secretaria da Mesa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Muito bem. Então eu encaminharei formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Armando Monteiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como parte diretamente interessada no tema, sem provocar, nesse momento, o debate, que faremos no momento adequado, e a audiência pública será um espaço para isso, também vou encaminhar a relação dos nomes, que poderia fazer oralmente ou faço por escrito, se V. Ex^a entender melhor, na mesma linha do Senador Armando Monteiro. Acho que vai ser uma grande audiência pública, de um tema que interessa a todos, empregado e empregador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria que V. Ex^a encaminhasse formalmente para que a Secretaria desta Comissão encaminhasse os convites às autoridades que vão ser indicadas tanto por V. Ex^a como pelo Senador Armando e, sobretudo, tenha certeza, pelos próprios autores deste requerimento, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Wellington Dias.

Nós temos aqui mais dois requerimentos:

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social, para debater a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários – Portus – e sobre o Fundo Aerus.

Os nomes dos convidados serão posteriormente encaminhados para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra a V. Ex^a para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida. Nós já havíamos aprovado na subcomissão esse mesmo requerimento, mas achei importante que fosse aprovado, pela importância

do tema Portus e Aerus, também aqui na Comissão de Assuntos Sociais, que busca uma solução para os companheiros do Aerus e também do Portus. Um tema que nós temos dedicado grande parte da vida do nosso mandato. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento do Senador Wellington Dias e da Senadora Vanessa Grazziotin.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ser para instruir o **Item 6** da pauta, ficando a mesma sobrestada.

Requerimento.

Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para apresentação do relatório de atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa-2011), com a participação do Diretor Sr. Dirceu Barbano.

Autoria: Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar o seu requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu considero importante em razão de inúmeros fatos, ora positivos, ora negativos. Enfim, nós já tivemos importantes debates e acho que a vinda do Presidente da Anvisa nos permitiria tratar de temas que eu acho que o Brasil tem que caminhar a passos largos nessa área da inovação.

Agora mesmo, a própria Presidente da República, ao lançar o “Brasil Maior”, uma das vertentes é exatamente essa de incentivo à inovação. E eu acho que nesse campo, nas pesquisas que fizemos... Aliás, está aqui o Senador Casildo. Nós fizemos agora uma visita, a convite do King’s College, que é uma Universidade da Inglaterra, e pudemos lá acompanhar, na Suíça, na Inglaterra, experiências de um conjunto de outros países, e constatamos a importância da inovação, a importância da pesquisa.

Então, eu creio que este debate aqui com a Anvisa vai nos permitir, de um lado, saber o que já está sendo feito, que mudanças são essas que foram lançadas agora mais recentemente para dar, por exemplo, mais agilidade. Dou um exemplo: nós temos medicamentos para o câncer, que já são aplicados em vários países, e, aqui no Brasil, a gente não consegue; não consegue por conta da burocracia, da morosidade para o reconhecimento de uma determinada pesquisa.

Eu cito esses exemplos para poder justificar a importância de a gente ter aqui o Dr. Dirceu Barbano,

como presidente da Anvisa, para podermos travar esse debate nesta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Wellington Dias.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) - ... apenas para endossar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas para endossar o que disse o Senador Wellington Dias. Ou seja, que com a presença da Anvisa aqui dá para a gente expor esse pensamento e até esses conhecimentos, como declarou o Senador Wellington. São novas experiências, novos casos, e seria interessante o Brasil receber para o tratamento do câncer. Também nós vimos as experiências que estão fazendo em relação ao mal de Alzheimer; o mal de Alzheimer, novas células para tentar aplicar isso. E, às vezes, o Brasil não tem conhecimento disso e é importante que a gente comece a ter essas inovações no País.

Eu quero apenas reforçar essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Casildo.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu convido o Senador Casildo para assumir a Presidência, porque nós vamos à instalação da CPMI; eu, como membro, tenho que estar presente lá.

Mas já vamos aqui comunicar ao Senador Armando Monteiro que S. Ex^a é relator de uma matéria, que é o **Item 11**, decisão terminativa. Já vamos fazer com que V. Ex^a relate, e, naturalmente, se não tivermos quórum... Mas já fica relatado, aguardando apenas quórum para a votação.

Item 11

- Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2011

Acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 – CLT, para disciplinar o abandono de emprego.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011.

Observações:

- A matéria constou na pauta do dia 18.04.2012, sendo adiada a sua apreciação;
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, o projeto em tela pretende exatamente considerar justa causa para a demissão de empregado por abandono de emprego, sobretudo a falta injustificada ao trabalho por 20 dias ininterruptos.

A alteração proposta insere-se na competência desta Comissão, nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado, eis que promove alterações nas normas que regem as relações do trabalho, mais especificamente as relações do emprego, objeto do Direito do Trabalho.

Normas sobre essa matéria, configuração do abandono do emprego são de iniciativa comum, prevista no art. 161 da Constituição Federal.

A competência para legislar sobre normas trabalhistas é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, dada a competência privativa da União nesses temas, fixadas no inciso I do art. 22, ambos da Carta Magna.

Quanto à iniciativa e a competência para legislar, então, não há impedimentos formais e tampouco há impedimento de natureza material, em razão dos dispositivos constitucionais já aludidos.

Foram respeitadas, além disso, as normas técnicas que regem a elaboração das leis, os dispositivos regimentais e os pressupostos de juridicidade.

Analisando o mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da proposta, dada a relevância dos argumentos expostos pelo nobre autor, o Senador Valdir Raupp.

Atualmente, a matéria é praticamente regida pela Súmula nº 32, do Tribunal Superior do Trabalho, que prevê trinta dias de falta para a caracterização do abandono, a partir dos quais cabe ao empregado comprovar que não houve intenção de abandonar a relação de emprego.

Na prática, os empregadores publicam editais e procuram localizar o empregado, para evitar maiores surpresas. O que a proposição faz, além de reduzir o prazo em dez dias, na verdade, é alçar a conteúdo legal a exigência de notificação do empregado para a caracterização da justa causa. Dessa forma, aumenta a segurança jurídica nas relações entre empregados e empregadores, ao tornar claras as disposições sobre o tema, sem exigir um conhecimento especializado, por empregados e empregadores, da jurisprudência.

O conhecimento profundo da jurisprudência é incompatível com a simplicidade das relações de trabalho e a inexistência de uma norma jurídica clara so-

bre o assunto torna tormentosa a caracterização do abandono de emprego, com polêmicas, discussões judiciais e protelações desnecessárias.

A pretensão de proteger o empregado, em excesso, acaba disseminando insegurança jurídica que beneficia, ao final, os relapsos e faltosos e prejudica aqueles que continuaram exercendo suas funções, que ficam encarregados da sobrecarga de trabalho decorrente da ausência do colega.

Por essas razões e aquelas elencadas pelo autor, consideramos válidas, no mérito, as mudanças propostas. Na atualidade, não se pode mais admitir que pessoas simplesmente desapareçam por vinte dias, sem qualquer razão plausível, e sejam, em seguida, reintegrados ao trabalho sem qualquer responsabilidade pela indenização dos danos causados ao bom andamento da produção. A relação de emprego é, em última instância, uma relação de confiança, incompatível com a desinformação e os subterfúgios.

Assim, inexistente vício de inconstitucionalidade ou juridicidade, e presentes as razões de mérito expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, de autoria do nobre Senador Valdir Raupp.

É este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Após a leitura do parecer feito pelo eminente Senador Armando Monteiro, está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como esse projeto é terminativo e não há quórum aqui no plenário, entendo que a discussão deve ficar aberta. O relatório já está lido, na próxima reunião fazemos a discussão e aí, sim, pedimos vista ou não, conforme a orientação que tenho aqui do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A ideia de V. Ex^a vem até ao encontro do próprio Regimento. Ela fica em aberto, porque pode surgir, como diz V. Ex^a, qualquer questionamento, pedido de vista. E, como não há quórum, porque é uma matéria terminativa, fica em aberto a discussão.

Temos mais dois projetos que são terminativos. Como há evidência da não existência de quórum e os relatores dessas matérias também não estão presentes, não há como colocarmos em discussão a leitura dos relatórios.

Quero apenas, então, lembrar aos colegas – e alertaria o Senador Cyro Miranda, que, inclusive, é o Presidente – que, hoje, às 14 horas, haverá uma audiência pública da sua Comissão que trata da mudança na taxa, remuneração dos recursos depositados para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Está marcado para as 14 horas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E esta Comissão tem o privilégio de ter como Vice-Presidente o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Reforça ainda mais esse pedido.

Ao mesmo tempo, quero recordar também que, amanhã, às 9 horas, haverá uma audiência pública nesta Comissão, para disciplinar o cumprimento de sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.

O Senador Paulo Paim fica bem aceso quando são essas questões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu estarei aqui amanhã pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Em atendimento aos Requerimentos nºs 63 e 67, de 2011, e 13, de 2012, desta Comissão, todos de autoria da Senadora Ana Amélia. É a instrução do PLS nº 606, de 2011. Amanhã, às 9 horas, para lembrar os colegas.

Portanto, consulto se, não havendo mais nada a tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para dizer a V. Ex^a que, como sou relator de um projeto do Senador Alvaro Dias, que vai na mesma linha da audiência de amanhã, entendo que essa audiência vai ser muito, muito importante porque, para mim é inegável, a Justiça do Trabalho tem se posicionado de forma muito clara e muito firme na busca da justiça na área do trabalho e na dúvida *pro misero*, e *pro misero* é o trabalhador. É preciso ter muito cuidado com esses encaminhamentos. Por isso a importância da audiência pública de amanhã.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Reforça mais ainda o que a Mesa havia anunciado, com as palavras de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convocada outra nos termos regimentais.

(Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

Ata da 16ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no dia 26 de abril, de 2012, terça-feira, às nove horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal.

Às nove horas e vinte e três minutos, do dia vinte e seis de abril de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em

Exercício do Senhor Senador **Casildo Maldaner**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores Paulo Paim, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, José Pimentel, Benedito de Lira e Armando Monteiro e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lídice da Mata. Justifica a ausência o Senador Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, que “altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho”, em atendimento aos Requerimentos nºs 63 e 67, de 2011-CAS e 13, de 2012-CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **João Oreste Dalazen**, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST; **Ophir Cavalcante**, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Alexandre Furlan**, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI e Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria – CNI (representante de: Robson Braga de Andrade); **Lidiane Duarte Nogueira**, Advogada da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (representante de: Antonio José Domingues de Oliveira Santos); **Antônio Rosella**, Advogado da Força Sindical (representante de: Paulo Pereira da Silva); **Pedro Armengol**, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores (representante de: Artur Henrique da Silva Santos); **Renato Henry Sant’anna**, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; e **Estêvão Mallet**, Advogado da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF (representante de: Luiz Carlos Trabuço Cappi). Às onze horas e trinta e seis minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. Após a explanação dos oradores usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Casildo Maldaner e Armando Monteiro e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em Exercício, Senadora **Ana Amélia**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Amélia**

Presidente em Exercício da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão, em que teremos uma audiência pública, nesta 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais.

Declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, que altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, portanto há, praticamente, setenta anos, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho, em atendimento aos Requerimentos nºs 63 e 67, de 2011, desta Comissão, e nº 13, de 2012, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da ilustre Senadora Ana Amélia.

Esta audiência pública tem, então, como diz o texto, a ideia, através da proposta da eminente Senadora Ana Amélia, de instruir esse Projeto de Lei que tramita para podermos dirimir algumas dúvidas ou ajudar a instruir, na construção desse Projeto. A Senadora Ana Amélia teve essa lucidez e sentiu a necessidade, então, de realizarmos esta audiência.

Quero, inclusive, justificar a não presença do Senador Jayme Campos, que é o titular da Presidência desta Comissão. Por motivo de compromissos outros em seu Estado, Mato Grosso, ele teve que se deslocar, e nós, com a função de Vice-Presidente, temos que tentar nos desincumbir, claro que não com a presteza que ele teria se estivesse aqui, dessa missão de hoje de presidirmos esta reunião para instruir esse Projeto.

Diante disso, a Senadora Ana Amélia propôs o nome de algumas pessoas convidadas para ajudar a discutir e instruir, trazer as ideias em relação a esse tema, com quase anos de setenta anos da legislação trabalhista no Brasil, para buscar ajudar a construir, a aperfeiçoar isso.

Já tivemos várias teses em andamento, tivemos diversos casos. Lembro-me de que, no ano passado, tivemos a honra de relatar uma proposta de que em-

presas, para participarem de licitações públicas, precisavam apresentar a quitação da Justiça do Trabalho, dos fundos de garantia ou questões como tais, que estejam em dia com a Justiça do Trabalho e com seus trabalhadores, para poderem participar de licitações públicas.

Foi um debate muito forte. São coisas que vão avançando, mas existem outras questões muito fortes, como a que prevê esse Projeto, na tentativa de propostas que foram transitadas em julgado na Justiça do Trabalho, mas que, na execução dessas sentenças, estão tendo demora, estão tendo problemas, as coisas não andam. Qual é a melhor maneira? São contestações na execução das sentenças, na contabilidade dos valores? Isso demanda um tempo muito vasto, e aí, então, o questionamento da sociedade de que nós tínhamos que tentar agilizar isso. E como vamos fazer? Houve, então, a proposta do eminente Senador Romero Jucá a esta Comissão, naturalmente construída até dentro da própria Justiça do Trabalho, do TST, propostas para que a gente pudesse agilizar, não só alterando alguns dispositivos da legislação do trabalho, mas também procurando, não ferindo direitos, mas procurando construir certa agilidade ou uma coisa que ande mais na execução dos projetos, das propostas. Aliás, até nas sentenças transitadas, nós temos uma relação, que aqui chegou, de diversos casos, que vem aumentando a cada ano. Em 2001, diz aqui, havia 1.655.000 processos, chegando agora, em 2010, a 2.588.000 processos transitados em julgado, que estão aí para terem suas sentenças... Enfim, para que vá para decidir isso. E isso tem muita demora.

Então, como é que vamos sem ferir princípios? Desse lado e daquele, como é que vamos conseguir atender à demanda da sociedade? Para isso, houve, então, a provocação desta audiência pública, com a sugestão de ilustres personagens para participar deste debate público. E aqui nós começamos com o primeiro, que já está aqui à mesa, honrando este debate público, o nosso Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o eminente Dr. João Oreste Dalazen, que é o nosso Presidente, que está aqui, à mesa. O segundo convidado, que já está aqui à mesa, é o nosso Presidente da OAB nacional, é o Dr. Ophir Cavalcante Júnior, que já se encontra aqui.

Nós queremos convidar as outras autoridades em relação... Aqui há uma sugestão da Mesa que vamos fazer em duas etapas. A primeira, até que o nosso Presidente abriu o seminário nacional do Congresso Nacional, ontem, à noite, que vai de ontem até o dia de amanhã... Como ele tem compromissos com esse seminário, ele pediu para fazer a primeira parte da exposição e, quem sabe, até ausentar-se, depois de fazer

sua colaboração a esta Comissão, para voltar para o seminário. Essa agenda que ele tem...

Aí, na sequência, na primeira etapa vão alguns convidados e depois os demais. Esta é a nossa ideia.

A Mesa nos apresentou aqui...

Queremos, então, convidar a participar da Mesa o Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, que é a Anamatra.

Nós o convidamos para comparecer à mesa, e também o Dr. Estêvão Mallet, advogado representante de Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, CNIF, e, para não acumularmos muito, temos aqui Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, da CUT, que é o representante de Artur Henrique Silva, Presidente da CUT.

Depois, temos, ainda, aqui estão os convidados que vão participar da outra etapa.

Não levem a mal, mas acho que até é melhor na outra etapa, Dr. Alexandre, porque dá para fazer um resumo para ajudar a conciliar a relatoria da eminente Senadora Ana Amélia.

Temos, depois, para participar, depois dessa etapa, o Dr. Alexandre Furlan, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria e Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria, representante do Dr. Robson Braga de Andrade, que é Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Também temos aqui a Dr^a Lidianie Duarte Nogueira, advogada da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da CNC, representante de Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC.

Temos aqui também Antônio Rosella, advogado da Força Sindical, representante do Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical. São esses que, depois, nós vamos... Na próxima etapa.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas:

- os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sr^{as} Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição;

- os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Vamos, agora, combinar.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Ministro João Oreste Dalazen para sua exposição.

E vamos aqui combinar entre nós. Eu acredito que, numa base de dez minutos para cada expositor,

possamos avançar sem prejuízo. É claro, Sr. Presidente, que, havendo necessidade de alguma coisa a mais, a Mesa tolerará, mas é uma ideia, é costume da Comissão, em tese, ficarmos em torno de dez minutos.

Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Casildo Maldaner.

Como o Presidente João Oreste Dalazen, que, gentilmente, atendeu o nosso convite para esta audiência pública, tem um compromisso relevante também para as questões relacionadas à representação institucional do Tribunal, aceitamos, em consideração à posição dele, que ele fará a exposição; em seguida, farei as perguntas, porque sou a requerente e relatora do projeto; e ele estará dispensado de permanecer. Aí prosseguimos com a segunda etapa do debate. Então, eu queria alertar os demais convidados a aquiescência ao Ministro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Tendo em vista a proposta da Senadora Ana Amélia, e já senti aqui a aquiescência dos demais convidados, passamos a palavra ao eminente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Dalazen, que, ontem, à noite, ainda abriu o seminário Liberdade Sindical.

O SR. JOÃO ORESTE DALAZEN – Eminente Senador Casildo Maldaner, eminente Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, ilustre Presidente do Conselho Federal da OAB, Presidente da Anamatra, servidores, magistrados, senhoras e senhores. Vou pautar a minha intervenção pela absoluta objetividade, como desejável. Aliás, é o manjar predileto de nós, magistrados.

Início, como não poderia deixar de fazê-lo, lembrando o que é a fase de execução, em que ela se distingue da fase de conhecimento de um processo judicial. Na chamada fase de conhecimento, também chamada de cognição, o juiz julga, desenvolve uma atividade eminentemente intelectual, valora provas, pondera o direito aplicável à espécie e diz quem tem razão. Na atividade desenvolvida pelo juiz na fase de execução, o juiz realiza, o juiz tem o dever legal de dar efetividade ao comando inscrito num título judicial, que pode ser uma sentença condenatória ou um título executivo extrajudicial, ou seja, a execução busca assegurar ao credor uma prestação consubstanciada numa obrigação de pagar, ou numa obrigação de fazer, ou de não fazer, prevista num título executivo, mas é dever do juiz dar efetividade à prestação reconhecida nesse título, nesse documento, que, segundo a lei, tem eficácia de título executivo.

Nós poderíamos dizer, lembrando do grande processualista italiano chamado Francesco Carnelutti, que a execução parte da seguinte premissa: se a

razão por si só não é suficiente, há que usar a força para que haja efetividade ao comando do Estado, expresso no título, na sentença condenatória ou no título equivalente de natureza extrajudicial. Poder-se-ia dizer que, em linguagem figurada, na fase de conhecimento, o juiz lança mão da balança e, na fase de execução, o juiz lança mão da espada para que haja, de forma enérgica, na fase de execução, a cobrança do valor ou a efetividade da obrigação consubstanciada no título.

De uns tempos, a justiça tem se preocupado cada vez mais com a efetividade do processo. O que é efetividade do processo? Significa proporcionar ao credor uma tutela efetiva, adequada e tempestiva dos direitos assegurados no título judicial ou extrajudicial. Nisso consiste a efetividade, que constitui a viga mestra, a tônica do Projeto de Lei do Senado nº 606, ora em apreciação.

Pois bem. Qual é o panorama da execução trabalhista brasileira hoje? Eu resumiria da seguinte maneira: desalentador, desolador e inquietante. Por quê? E com o seguinte detalhe: esse é um panorama que vem agravando ano após ano. É um quadro que recrudescer ano após ano, como demonstram as estatísticas oficiais. Eu poderia resumir, dizendo para os senhores o seguinte: a fase de execução do processo trabalhista brasileiro é o grande ponto de estrangulamento do processo judicial trabalhista brasileiro. A execução trabalhista, senhoras e senhores, é morosa e ineficaz. E nós precisamos dispor de mecanismos, de meios de coerção do devedor que possam compeli-lo muito mais prontamente à satisfação do crédito consubstanciado no título executivo. Os meios de coerção de que hoje dispomos são insuficientes, insatisfatórios e, como demonstram as estatísticas, não têm sido o bastante para proporcionar a desejável efetividade da execução trabalhista.

Sem maiores delongas, posso e devo expor aos senhores os números oficiais que retratam o panorama atual da execução trabalhista. Quando da elaboração do anteprojeto de lei ora convertido em projeto, em 2010, nós tínhamos os seguintes números: o percentual da taxa de congestionamento da justiça do trabalho em 2010 era de 69%, Senadora Ana Amélia – foram os números oferecidos por ocasião do projeto –, mas esses números ocultavam um dado. Com a formação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, por conta do projeto que instituiu a certidão negativa, agora nós podemos levantar esse acervo na plenitude. E constatamos milhares de processos na fase que se chama arquivo provisório, processos em execução em que o devedor não foi encontrado, em que bens do devedor não foram encontrados, enfim, em que as diligências tendentes à cobrança do crédito não foram bem suce-

didadas e que estavam dormitando nas secretarias das varas. Pois bem. considerando esses processos em arquivo provisório, já em 2010, tínhamos uma taxa de congestionamento de 76% e não de 69%, o que significa dizer que, em 2010, apenas 24% dos credores trabalhistas que obtiveram ganho de causa lograram alcançar a satisfação efetiva de seus direitos. Digamos que 24 em cada 100 puderam receber os seus créditos, promovendo a execução; os outros 76 não receberam até hoje.

Agora, números de 2011, mais atualizados, portanto. Tínhamos uma taxa de congestionamento, em 2011, considerando os processos em execução que se acham em arquivo provisório, de 73,55%, ou seja, quase 74% de taxa de congestionamento, o que significa que ela melhorou palidamente: de 76 caiu para 74. Vale dizer que, de 2010 para 2011, nós tivemos o seguinte quadro: em 2010, 24 em cada 100 reclamantes obtiveram a satisfação do seu crédito e, em 2011, 26 em cada 100. Apenas dois a mais, segundo os nossos dados oficiais.

Números absolutos agora. Em 2009, nós iniciamos 849 mil execuções e encerramos 640 mil, em números redondos. Em 2010, iniciamos 855.644 execuções e encerramos 696.994 execuções. Em 2011, iniciamos 1.195.398 execuções e encerramos 1.018.035, o que significa dizer, como salta à vista, que, ano após ano, aumenta o resíduo de processos na fase de execução.

Resultado. Resíduo final de processos na fase de execução trabalhista na Justiça do Trabalho em dezembro de 2011, considerando os processos em arquivo provisório, as execuções em arquivo provisório: 3.265.809 processos; repito: 3.265.209 processos. Vejam que é um quadro verdadeiramente alarmante. Não considerando os processos em arquivo provisório, o que é equivocado, haveria, em 2011, 2.453.000 processos na fase de execução. Mas o número correto é este: 3,265 milhões, evidentemente.

É claro que para esse panorama há um concurso de causas. Nós não vamos aqui – nem seria o propósito – elencar todas, mas, no que me cabe nesta oportunidade, não podemos deixar de referir-nos ao fato de que a legislação é uma das principais causas para isso.

Nós dispomos de uma legislação que considero anacrônica, precária e ineficiente, hoje, para reger a execução trabalhista, o que torna a execução trabalhista uma fase emperrada, uma fase complexa, uma fase intrincada em que não se consegue lograr o objetivo, que é a satisfação do credor.

Sem maiores delongas, basta dizer o seguinte: nós temos três diplomas legais, que, sucessivamente, regem a execução trabalhista brasileira.

O primeiro deles, por óbvio, é a Consolidação das Leis do Trabalho, vigente – recorde-se – desde 1º de maio de 1943. No essencial, nada mudou no tocante à disciplina da execução trabalhista.

Pois bem. A CLT tem 17 artigos para reger a execução trabalhista que se mantêm praticamente inalterados desde a década de 40 do século passado.

Sucessivamente, a CLT, nesse aspecto, teve o cuidado de dispor, no art. 889, hoje ainda, que se aplica à execução trabalhista no que não houver contradição com as normas da própria CLT.

A lei dos executivos fiscais é o segundo diploma que, em ordem de sucessão, se aplica à execução trabalhista. Um elenco enorme, portanto, de dispositivos da lei dos executivos fiscais, Lei nº 6.830, também poderá ser aplicado – e costuma ser aplicado – para invocar as omissões da legislação processual trabalhista no tocante à execução.

Por fim, o Código de Processo Civil, que também rege a execução e tem normas sabidamente mais recentes e muito mais avançadas e cuja aplicação, aqui e acolá, se busca promover no processo na fase da execução trabalhista.

Observem V. Ex^{as}, Srs. Senadores, que, desde a década de 40 do século passado, o mundo sofreu brutal transformação. Houve a queda do Mundo de Berlim, estamos na quarta onda da economia, com a era da segurança e da informação.

No caso da legislação processual civil brasileira, os senhores aprovaram, nesse interregno, dois Códigos de Processo Civil; o Senado aprovou dois Códigos de Processo Civil. Quando surgiu a CLT, na década de 40, vigia o Código 39. Depois disso, o Congresso Nacional aprovou o Código 73, e, recentemente, como se sabe, há de ser aprovada, no Senado Federal, uma nova versão para o Código de Processo Civil. Já estamos, portanto, na iminência de um segundo Código de Processo Civil. Tudo muda, menos as normas que disciplinam a execução trabalhista.

É claro que só esse dado parece sugerir, com todo respeito, que há algo que precisa ser feito – e com urgência – para uma resposta mais consentânea com a efetividade e com a realização da justiça na fase da execução trabalhista. O certo é que essas normas atuais, insisto, são normas insuficientes e insatisfatórias e, ao meu juízo, precárias.

Esse conjunto de diplomas que hoje disciplinam ou buscam disciplinar a execução trabalhista fazem da execução o que eu chamo de uma babel caótica, por conta de um cipoal de normas legais que regem ou pretensamente buscam reger a execução trabalhista e que conduzem frequentemente a controvérsias, que somente atrasam a execução em detrimento de

soluções muito mais avançadas que já se aplicam por força de lei, por força de normas do Código de Processo Civil em relação ao credor cível, que vai cobrar um aluguel, que vai cobrar uma prestação de alimentos. Se o Código de Processo Civil for aplicado, ele terá muito maior presteza, muito maior efetividade por conta de normas legais que se aplicam no processo civil e que não se aplicam no processo do trabalho.

Exemplo: a famosa multa do art. 475-J. O Código de Processo Civil, como se sabe, por força de uma alteração relativamente recente, passou a contemplar a multa de 10%, dizendo o seguinte: no caso de condenação pelo juiz de uma pessoa física ou jurídica ao pagamento de uma prestação em dinheiro, ele disporá do prazo de 15 dias para pagar a dívida, depois de cientificado da sentença ou do valor líquido da sentença, sob pena de, não o fazendo, sofrer a incidência necessariamente de uma multa de 10%. Já é lei, como se sabe, de que se beneficiam as empresas e as pessoas físicas quando se promove uma execução cível.

A aplicação dessa multa hoje, na fase de execução trabalhista, é algo extremamente controvertido. O Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo, entende que ela não se aplica, mas não se aplica não porque não queira, já que ela é um valiosíssimo, importantíssimo meio de coerção do devedor, mas porque uma interpretação das normas vigentes que regem a execução trabalhista impede a aplicação desse dispositivo do Código de Processo Civil. Eu não vou entrar em detalhes, porque não seria o caso, mas o certo é que a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho é pacífica nesse sentido. No entanto, muitas varas promovem a aplicação dessa multa tão salutar para a execução trabalhista, mas outros não a aplicam. Uns aplicam pela metade o dispositivo, aplicam o dispositivo com um prazo de oito dias, com um prazo de 48 horas. Enfim, há um pandemônio a reger a execução apenas no que tange à aplicação ou não dessa multa.

Vejam: trata-se de algo extremamente salutar e já consagrado na execução cível, mas nós nos digladiamos para aplicar numa execução que visa à cobrança de um crédito de natureza alimentar. Quando se fala em execução trabalhista, não podemos nos esquecer de que se trata de um crédito de natureza alimentar e que, portanto, deveria desfrutar, a meu juízo, de precedência, de preeminência na sua satisfação, porque é da natureza do crédito.

Outro exemplo de dispositivo que já existe no Código de processo Civil e que não se aplica, porque há enorme dificuldade de se aplicar à execução trabalhista, é o dispositivo que trata dos limites da execução provisória.

A CLT tem um dispositivo que diz que pode ser promovida a execução provisória, que é aquela que se promove na pendência de um recurso, ou seja, quando o título, quando a sentença em que ela se baseia ainda não é definitiva, não se consolidou, não há coisa julgada. Pois bem. A CLT tem um dispositivo segundo o qual essa execução provisória pode ser promovida até a penhora. E aí há alguns que interpretam que só é até a penhora, não pode nem julgar os embargos de execução subsequentes. Não pode

E o que diz o Código de Processo Civil, num dispositivo que trata da execução provisória e disciplina a execução provisória cível de forma muito mais satisfatória?

O art. 475-O, §2º, do Código de Processo Civil, leva à conclusão de que a execução provisória cível pode ser levada até o final, deferindo-se, inclusive, o levantamento de dinheiro em determinados casos. É clássico da doutrina processual que, na execução provisória, porque pende de julgamento um recurso, não se pode levar, às últimas consequências, os atos de expropriação de bens do devedor – leilão, praça etc. Isso era assim e, portanto, não havia levantamento de dinheiro.

Hoje o Código de Processo Civil – lei atual, repito – permite que, nesse dispositivo há pouco referido, que a execução provisória possa ir até as últimas consequências, mesmo sem caução do devedor, quando se tratar de dívida de natureza alimentar, ou quando se tratar de crédito no valor que ali se estipula, de até sessenta salários mínimos, e permite expressamente o levantamento de dinheiro, não obstante pendente um recurso. Porque, se nós falamos de execução provisória, falamos de um recurso pendente de apreciação.

Mesmo assim, lá, as empresas, pessoas físicas, numa execução cível, podem promover essa execução provisória com uma extensão, com uma amplitude muito maior. Nós, no processo do trabalho, não podemos. No processo do trabalho, Senadora Ana Amélia, temos essa dificuldade, porque a CLT diz que execução provisória vai só até a penhora. Ora, quem diz que vai até a penhora, não permite que haja levantamento de dinheiro.

Então, o que se sucede? Vamos imaginar uma decisão de um Tribunal Regional do Trabalho que aplicou uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho. Quer dizer, a decisão está em conformidade com a jurisprudência. Mesmo assim, por conta de recurso de revista, de agravo de instrumento, de recursos, enfim, essa execução pende um julgamento e um recurso, e o Tribunal Regional ou a vara do trabalho não pode, por exemplo, liberar um depósito recursal que já existe em favor do reclamante, ou seja, um dinheiro que já está

no processo. O Tribunal não pode liberar esse dinheiro na pendência do recurso de revista, quando se sabe que é quase certo, a matéria é sumulada, que a decisão do regional vai ser mantida. Ou seja, no plano do processo civil esta mesma situação ensinaria o quê? O levantamento do dinheiro para o credor, sem sombra de dúvida. Agora, no processo de trabalho, como nós temos uma norma que diz que a execução vai até a penhora, não podemos fazer.

Então, isso dá a medida a V. Ex^{as} – estou me estendendo em demasia, vou procurar ser mais objetivo – de quão defasada está a nossa legislação e como ela se ressentir de normas mais adequadas, mais consentâneas, muitas das quais já existentes do processo civil, para cumprir o seu papel.

Daí surgiu o projeto de lei. Este projeto de lei busca atender, o Projeto de Lei 606, a meu juízo, busca atender com normas processuais muito mais avançadas e muito mais eficazes o objetivo de reger a execução trabalhista de modo a que ela ostente efetividade.

Este projeto, eu devo ressaltar, não é um projeto pessoal de quem quer que seja. Foi um projeto largamente discutido – ou melhor, o anteprojeto foi largamente discutido – no âmbito da Justiça do Trabalho, com envolvimento de integrantes das três instâncias da Justiça do Trabalho. Não é um projeto exclusivo do Tribunal Superior do Trabalho nem tampouco do Primeiro Grau. É um projeto que conseguiu galvanizar a simpatia geral dos integrantes da Justiça do Trabalho tal e gravidade do fenômeno da execução trabalhista com que nós nos vemos a braços.

A tônica deste projeto, a viga mestra, a espinha dorsal é a busca de efetividade à execução. Nós partimos da premissa de que um processo que não seja capaz de proporcionar ao credor o direito reconhecido no título é um processo que leva à descrença na Justiça. E nós não podemos, já que o nosso compromisso é com a distribuição de justiça efetiva, nós não podemos, de forma silente, contemporizar esse tipo de situação.

Devo dizer também que o projeto preocupa-se com o devedor. Não é um projeto que tenha a finalidade de descurar ou descuidar-se das exigências de tutela também do devedor, porque ele tem direito a que a execução seja promovida nos termos da lei e de forma a que se alcance o resultado pretendido.

Pois bem, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} Senadores, este projeto contempla em dois dispositivos, tal é a preocupação com o devedor que, em dois dispositivos, está previsto o direito de o devedor ou a devedora obter o parcelamento da dívida.

Refiro-me, em primeiro lugar, ao art. 879-A. O art. 879-A é expresso em assegurar o direito de o executado obter o parcelamento da dívida, isso no § 2º:

“no prazo do *caput* poderá o devedor, reconhecendo o débito e comprovando o depósito de 30% do seu valor, requerer o pagamento do restante em até seis parcelas mensais, com correção monetária e juros”. Esse é dispositivo, senhoras e senhores, que já é lei. Nós não estamos inventando nada também. Está no art. 745-A do Código de Processo Civil.

O Art. 745-A, *mutatis mutandis*, já contempla essa possibilidade de o executado parcelar a dívida. Vejam: não é que não haja hoje parcelamento de dívida na execução trabalhista. Claro que há, mas sempre fruto de conciliação. O que se prevê é o direito de o executado obter o parcelamento, atendidos os requisitos aqui previstos.

No art. 884-A, § 3º, contempla-se norma de idêntico teor: “possibilidade de o executado obter o parcelamento numa outra fase do processo” (art. 884-A, § 3º).

Outra preocupação que temos com o devedor: audiências de conciliação na execução. Estão previstas no art. 888-A, parágrafo único. Hoje são promovidas audiências, mas em caráter voluntário, por iniciativa, feliz iniciativa, diga-se, a bem da verdade, de alguns juízes preocupadíssimos com esse panorama desalentador da execução trabalhista. Mas não é obrigatória a audiência em processo na fase de execução. Na fase de conhecimento, existem momentos procedimentais em que a proposta conciliatória é obrigatória, mas não na fase de execução.

Pois bem, este projeto contempla a obrigatoriedade de se realizar audiência de conciliação na fase de execução. Também contempla a possibilidade de reunião de processo contra um devedor comum. Isso está no artigo 886, a, que é uma providência, a nosso juízo, extremamente salutar para evitar que um credor receba tudo em detrimento dos demais. O juiz poderá promover a reunião dos processos contra um mesmo devedor a fim de que essa execução seja promovida nos autos de um único processo e assim por diante.

Senhoras e senhores, eu sei que há críticas ao projeto ora em exame e não surpreende que haja respeitáveis críticas à proposição. De forma muito clara e transparente, Senadora Ana Amélia, quero dizer a V. Ex^a, aos eminentes Senadores, ao Senado e ao Congresso Nacional que a Justiça do Trabalho não tem a veleidade de achar que detém monopólios de verdade. Nós não achamos que a nossa proposta necessariamente seja a melhor; é apenas aquela que retrata aquilo que nós pensamos e aquilo em que acreditamos possa concorrer para um resultado muito auspicioso para a execução trabalhista. Mas, estamos dispostos a aperfeiçoar o projeto em alguns tópicos, desde que ele não seja desfigurado em sua essência, em sua coluna vertebral; nós estamos, não temos por que não dialogar

e dialogar em alto nível, como sucede nesta ocasião, para obtermos soluções que sejam mais consensuais ou aproximadas do consenso.

Muito claramente e diretamente, há uma resistência a que no artigo 878, letra d, não conste que na execução o juiz deve observar o princípio do menor sacrifício do executado. Nós estamos de acordo com que passe a constar do projeto a observância do princípio do menor sacrifício do executado porque entendemos que a execução, desde que naturalmente se observem as demais exigências ali previstas, inclusive de a execução realizar-se ao interesse do credor, nós estamos de acordo com que se faça a observância também na execução trabalhista do princípio do menor sacrifício, da menor onerosidade para o executado, porque ele já está consagrado no Código de Processo Civil e também porque não é da concepção do nosso anteprojeto que a execução trabalhista seja promovida para arrasar o devedor, para aniquilar o devedor. Não é o nosso propósito. Nós queremos a efetividade da execução. Alcançada a efetividade, não nos opomos a que conste a observância do princípio do menor sacrifício, desde que conste o atendimento às demais previsões ali constantes, como, por exemplo, desde que se atenda a especificidade da tutela, a duração razoável do processo e o interesse do credor.

Quanto a outro aspecto importante, e já vou terminar, Senador, estou me estendendo em demasia, o art. 879, a, que trata do prazo de 15 dias e da multa que é um aspecto que, como é natural, causa algum *frisson*, alguma resistência aqui e acolá, sobretudo na área empresarial. O art. 879-a diz que as obrigações de pagar devem ser satisfeitas no prazo de oito dias, sob pena de multa de 10%, que poderá ser aumentada, ou seja, variando de 5% a 20% é a previsão de multa constante do projeto, e um prazo para pagamento de oito dias e não de quinze dias, como está no Código de Processo Civil.

Em primeiro lugar, não fechamos questão quanto ao prazo de oito dias. A lei atual, o Código de Processo Civil já prevê prazo de 15 dias para o devedor, uma vez ciente da sentença condenatória, cumprir a sentença, e nós não nos opomos a que esse prazo seja dilatado para 15 dias. Quanto ao percentual da multa, nossa convicção é de que a melhor solução realmente é a que consta do projeto porque é uma solução que contemplaria a possibilidade de o juiz, caso a caso, tomar em conta, por exemplo, a capacidade econômico-financeira da empresa para, virtualmente, reduzir a multa para 5%, de tal forma que ela não seja de 10% obviamente. Ou seja, deu-se margem, a proposta contemplou margem a que a multa seja tanto reduzida quanto aumentada. Essa dosagem parcimoniosa que nós poderíamos con-

fiar, a meu juízo, ao prudente arbítrio do magistrado, penso que seria desejável. É a minha visão, é a visão do anteprojeto, é a visão que propusemos. Agora, que fique bem claro: também não fazemos questão fechada a que essa dosagem seja aqui fixada. Se o Senado Federal entender por bem que seria mais razoável fixar linearmente essa multa, como sucede no Processo Civil, em 10%, não vamos, por conta disso, polemizar em demasia, embora reafirme a razão primordial que ditou a concepção dessa norma.

Por fim, e muito rapidamente, Sr. Senador, concluo. *Last but not least*, diriam os ingleses. Execução definitiva na pendência de recurso de revista. É o artigo 879, a, parágrafo 5º, segundo o qual “é definitivo o cumprimento de sentença pendente de recurso de revista ou extraordinário, salvo em casos excepcionais em que resultar manifesto risco de grave dano de difícil ou incerta reparação”. Aqui, por certo, está uma das normas mais polêmicas do projeto; não temos qualquer dúvida quanto a isso.

É preciso rememorar o contexto em que essa norma foi prevista, um contexto em que foi encaminhada ao Congresso Nacional a chamada Emenda Constitucional Peluso, que antecipa o trânsito em julgado e, de alguma forma, revoluciona o sistema processual brasileiro no que permite recurso de sentença ou acórdão já transitado em julgado, o que não é nada desarrazoado; ao contrário, é algo perfeitamente defensável. Mas o fundamento para esta diretriz que antecipa a execução, não obstante a pendência de recurso, é a circunstância, lá no processo civil, a circunstância de que os recursos que chegam ao Supremo Tribunal Federal como bem expôs o eminente Ministro Peluso, os recursos que chegam lá e que são conhecidos raramente são providos. Portanto, a chance de reforma, a probabilidade de reforma de um recurso que chega ao Supremo, de fato, lá, é bem diminuta e, a meu juízo, até justifica a aprovação da PEC do Ministro Peluso.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para avisar ao Plenário que a Mesa está sendo tolerante no tempo em relação ao Presidente do TST, Ministro Dalazen, em razão de o projeto ser oriundo do próprio TST. Então, estamos sendo tolerante. A rigor, já teríamos encerrado o tempo. Então, quero que haja a compreensão. A gente já nota que está indo para o final.

Gostaria de declinar a presença também dos Senadores Armando Monteiro e Vanessa Grazziotin, que estão aqui presentes na Comissão.

O SR. JOÃO ORESTE DALAZEN – Em um minuto eu concluo, Sr. Senador, pedindo desculpas pelo retardamento.

No caso da Justiça do Trabalho, é forçoso reconhecer que os recursos de revista providos, ou seja, de acórdãos dos tribunais regionais reformados no TST, atingem percentuais que eu considero expressivos. Em 2011, agravos de instrumentos em recurso de revista providos, 8,8% do total de agravos de instrumento solucionados em 2011; 7.839 casos; recursos de revista providos, no todo ou em parte, 33.952, ou seja, um percentual significativo de reforma. Se for mantida a proposta originária, evidentemente, significaria que, nesses casos, terá sido promovida a execução definitiva, o credor terá recebido crédito e, dificilmente, a empresa poderá reaver o crédito já percebido, por conta dessa execução definitiva.

De modo que, em face da realidade superveniente constatada pelas estatísticas de que ainda não dispúnhamos, parece-nos que uma solução que poderia ser aventada, Senadora Ana Amélia, é a solução que a lei já contempla, no processo civil, para situações análogas. Se a decisão do Tribunal Regional estiver em conformidade com uma súmula ou com uma orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, nada obsta que essa execução possa ser levada a cabo em definitivo. Do contrário, não. Então, penso que poderíamos, nesse ponto, encontrar uma fórmula de meio termo, uma fórmula intermediária que contemplasse essa possibilidade.

Sr. Senador, perdoe-me. Estendi-me em demasia. Disponho-me, agora, a responder aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner Bloco/PMDB – SC) – Estamos também registrando a chegada do Senador Paulo Paim a esta Comissão.

Com a exposição do eminente Presidente do TST, João Oreste Dalazen, e tendo em vista a origem da proposta que veio do próprio Tribunal Superior do Trabalho, a Mesa foi mais tolerante em relação a isso. Houve um pequeno *frisson*. Talvez, para entreter um pouco esta audiência pública, quando V. Ex^a declinou aqui o art. 878, letra d, fez questão de dizer o que significa Delta. Às vezes, uma propaganda...

Agora, para continuar, vamos ouvir a proponente desta audiência pública, a ilustre Senadora Ana Amélia. Em seguida, o Ministro. Como há um compromisso do Presidente, abrimos essa excepcionalidade. O Ministro responderia aos Srs. Senadores e, depois, iria para o seu compromisso.

Quero já destacar também, logo em seguida ao questionamento da Senadora Ana Amélia, que o nosso presidente da OAB Nacional, Dr. Ophir, gostaria de levantar um questionamento ao Ministro Dalazen, se ele der essa aquiescência. Depois, pela ordem, será o nosso presidente da OAB. Após o seu questionamento, ele parte para São Luiz, onde a OAB-MA comemora

80 anos, e não abrem mão da presença dele lá, como presidente da OAB Nacional.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Casildo Maldaner; caro Ministro João Oreste Dalazen, digníssimo Presidente do TST; Dr. Renato Henri Sant’Anna, Presidente da Anamatra; nosso presidente da OAB, Dr. Ophir Cavalcante; Dr. Estevão Mallet, Dr. Pedro Armengol, agradeço a presença de todos.

Eu queria, até por sugestão da Mesa, aqui tem duas centrais sindicais convidadas... O senhor está aqui porque foi o primeiro a chegar entre as duas indicadas. Queríamos que a Mesa tivesse um equilíbrio de tratamento entre os representantes do setor privado, no caso as empresas do setor financeiro, e centrais sindicais e o Presidente do TST, já que a matéria se trata de execução trabalhista.

Tenho a difícil missão de relatar esse projeto que, como reconheceu o próprio Presidente, é polêmico. Não há dúvida de que a sociedade brasileira espera uma Justiça mais célere, em todas as varas, em todas as áreas da Justiça, especialmente nesta que diz respeito direto aos interesses das pessoas, dos trabalhadores. Então, é natural que nós tenhamos interesse também de contribuir para isso.

Como V. Exª muito bem destacou, este projeto foi elaborado no âmbito da Justiça do Trabalho, e esta Casa, como estamos num regime democrático, tem a responsabilidade de aperfeiçoar, para dar equilíbrio entre as partes envolvidas, numa relação dessas de capital e trabalho. Então, é o nosso desafio maior de preparar esse relatório.

Eu queria, de modo especial, porque não sou advogada, não tenho formação na área do direito, mas tenho o interesse de aprender sempre, então, eu queria agradecer, de modo especial, à consultoria legislativa do Senado Federal, que é muito competente, na pessoa do José Pinto, que está ajudando muito. Foi quem me auxiliou também nos questionamentos que farei a V. Exª agora.

Queria também dizer que recebi do Ministério da Justiça, da Secretaria de Reforma do Judiciário, uma nota técnica apoiando o projeto. Só que ele é dirigido a uma Senadora chamada Ana Amélia Augusto Coutinho. Não existe uma Senadora com esse nome aqui. O meu nome é Ana Amélia, o nome político. E o meu nome civil é Ana Amélia Lemos. Então, eu queria registrar que recebi, mas não é a mim dirigido. Há que se encontrar a Senadora Ana Amélia Augusto Coutinho.

Caro Presidente, como V. Exª muito bem destacou, existe, sim, um inacreditável volume de congestionamento. Dos 69% das execuções trabalhistas, passou para 74%, 76%, agora já mais atualizado. Mas de 2,6

milhões processos nessa fase, então, digamos, nesse diagnóstico da situação, não encontrei mais ou menos um mapa de quais os setores que estão mais, digamos, não vulneráveis, mas são mais responsáveis por essa situação no setor econômico.

Quais são as atividades? Quais são os setores econômicos que estão...

Queria saber do senhor: este projeto é o único caminho para a conclusão definitiva dos processos das execuções trabalhistas? É o único jeito de fazer isso? Como V. Exª falou.

Queria dizer que saúdo, com muita alegria, a disposição de fazer. Aliás, esse é o nosso compromisso.

Então, eu vou lhe fazer agora umas perguntas: como se assegura, no projeto, a garantia dos postulados constitucionais de ampla defesa e do devido processo legal?

Preocupa-me especialmente, Presidente, as formas de citação e intimação dos reclamados, como prejuízos irreparáveis pela ausência de defesa no prazo legal. A proposta não traz insegurança jurídica ao não definir o que é “intimação por meio eletrônico”, que está no art. 879, “a”, § 1º e art. 881, “a”, § 2º, e “corresponsáveis”, art. 879, “a”, § 4º.

A outra questão: o princípio deste projeto de lei, segundo o seu autor, Senador Romero Jucá, é o subjacente às garantias constitucionais do acesso à jurisdição no devido processo legal adjetivo e sua razoável duração. Como será o processo de notificação, citação e intimação, pois, em se tratando de processo de execução com expropriação de bens, seria natural a intimação pessoal do executado sob os termos de valor da execução. Por outro lado, é sabido que muito devedores simplesmente desaparecem e dificultam a sua notificação. Como resolver essa situação de forma mais adequada?

O senhor falou também, e é um tema preocupante, sobre a questão da multa, que, aliás, até fez analogia à questão das execuções na área civil. É certo que o projeto cria obstáculos ao exercício do direito de defesa do executado, e mais contundente é a imposição do pagamento em oito dias – V. Exª fez a referência –, sob pena de multa de 10%, que poderá ser aumentada até o dobro ou reduzida à metade – como V. Exª sublinhou –, observado o comportamento processual da parte ou sua capacidade econômico-financeira, ainda que o executado apresente impugnação à liquidação de sentença aos cálculos.

Essa regra não coloca sob o devedor um ônus pesado, especialmente se houver erro na liquidação desse cálculo, do cálculo feito? Nessa hipótese, haveria devolução da multa?

Ainda vem, nesse art. 879-A, do § 2º, a proposta prevê parcelamento do débito, quando observados os requisitos estabelecidos para isso. Contudo, utiliza os verbos poderá e requerer. Se o devedor executado cumprir os requisitos estabelecidos na proposta, o parcelamento do débito será obrigatório ou dependerá da discricionariedade do juiz para sua autorização?

O parágrafo único do art. 878-B, acrescido na CLT pelo projeto que está em discussão, amplia o rol dos títulos executivos extrajudiciais. Chama atenção a inclusão entre eles dos termos de compromisso firmados com a fiscalização do trabalho, os acordos realizados perante o sindicato ou qualquer – qualquer – documento no qual conste o reconhecimento da dívida trabalhista.

Qual é a segurança jurídica, Sr. Presidente, oferecida por esses títulos sem a sua prévia caracterização como dívida trabalhista? E é essa a questão: qualquer documento. É uma coisa um pouco vaga desse ponto de princípio.

Outra questão: numa expressiva modificação, o texto desse Projeto 606 propõe um princípio geral de regência da opção. Quando o juiz dispuser de mais de um meio para cumprimento na execução, ao invés da cláusula de execução referida por V. Exª, menos gravosa para o devedor, constante hoje do art. 620 do Código de Processo Civil, aponta-se para os critérios do interesse do credor da especificidade da medida e da duração razoável do processo – é o art. 878-D.

Como essa medida facilitará a solução das execuções em curso e iniciarão após a aprovação dessas medidas?

Outra questão: o § 5º do art. 879-A dispõe que é: definitivo o cumprimento de sentença pendente de recurso de revista ou extraordinário, salvo em casos excepcionais em que resultarem manifesto, risco de grave dano de difícil e incerta reparação. Se por um lado se apresente irracional a possibilidade de recurso a Tribunal Superior na fase de execução, por outro lado é um direito assegurado às partes pela nova legislação. Assim, o caráter definitivo não seria definitivo, uma vez que pode haver, mesmo em pequena perspectiva, uma alteração no julgamento que venha a beneficiar o credor.

Como dar segurança jurídica e caráter definitivo à execução em face da pendência de recursos? O depósito do valor devido não seria uma solução para isso, Presidente?

Outro aspecto relevante é a possibilidade de unificação das execuções contra o mesmo devedor por conveniência da execução ou cumprimento da sentença.

Como estabelecer na lei critérios mais objetivos para isso, uma vez que existem empresas que transcendem a jurisdição de um mesmo tribunal? Como

evitar, por exemplo, que um tribunal apenas ou alguns adotem tais medidas em detrimento de outros? A falta de critérios uniformes poderá repercutir sobre a realização de determinados investimentos em um Estado para outro Estado da Federação. Por essa razão, a minha preocupação nesse aspecto.

Pode um juiz se recusar à reunião dos processos? E, se houver um exequente com prioridade de procedimentos processuais – pessoa com idade igual ou superior a 60 anos –, a prioridade será estendida aos demais exequentes?

Em questões peculiares – prescrição, coisa julgada, desistência de pedidos, etc. –, a reunião de processos não tornaria a execução muito mais lenta e dificultosa? E, se a reunião ocorrer em Estado distinto de um exequente, haverá a violação ao princípio do acesso à justiça?

A supressão da previsão da limitação de prática de atos na execução provisória até a penhora – está no art. 899 – é para permitir a constrição de valores – dinheiro, penhora on line –, bem como alienação de bens?

Caso positivo, a proposta não vai de encontro à previsão constitucional de que ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, art. 5º da Constituição.

A proposta também não vai de encontro ao entendimento do próprio TST, consolidado na Súmula nº 417, Item III, que estabelece:

Em se tratando de execução provisória, fere o direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe de forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620, do Código de Processo Civil.

Estou terminando, Sr. Presidente.

Pode a proposta estabelecer a imprescritibilidade do débito trabalhista quando o STF já consubstanciou o seu entendimento na Súmula nº 327 de que o direito trabalhista admite a prescrição intercorrente.

Por fim, a proposta prevê a criação de banco eletrônico unificado de penhora, art. 880-A, § 5º. Sem a participação das demais justiças, estadual e federal, a proposta obterá efetividade almejada, já que um bem penhorado, no referido banco, poderia ser alienado pela Justiça Federal ou Estadual.

Essas são as minhas questões, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Apenas quero ponderar e quem sabe até seja talvez o melhor equacionamento.

Sei que a Senadora Ana Amélia tem a grande responsabilidade de construir a proposta da legislação do trabalho, principalmente da execução dessa ques-

tão que vem desde 1943. Eu, no lugar do Presidente, sentiria – lógico que não sou da área – dificuldade de em poucos minutos tentar responder. Pediria, se fosse possível, para levar as questões e devolver por escrito, porque tenho que passar o final de semana meditando...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quería apenas, pela ordem, que o Presidente pudesse se ater ao ponto principal – limitação do direito de acesso à defesa das partes, ao advogado, à presença do advogado nesse processo – e a algumas questões mais polêmicas e pontuais. Estou habilitando uma cópia para sua assessoria e, posteriormente, encaminharei. Não poderia, numa audiência pública, deixar de levantar essas questões para o conhecimento dos interessados da matéria. O Presidente está liberado a responder em cinco minutos, se quiser, o que considerar mais importante das questões que levantei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não sei como vamos ordenar os trabalhos. Sei que o Presidente do TST tem que se retirar e, de fato, com todas indagações apresentadas pela Relatora, não sei como vamos fazer com o tempo. Estou preocupado. Ainda presido outra comissão que está em andamento agora, a Comissão de Direitos Humanos, que está discutindo um tema semelhante. Trata-se do acidente de trabalho nas empresas, que é algo assustador, inclusive com o filme chamado *Carne e Osso*, que estou passando e que vai gerar ações na justiça. Os dados que tenho já são assustadores do acúmulo de ações na justiça. Não sei qual o encaminhamento que V. Ex^a fará neste momento, não sei se nós todos perguntamos, não sei se nos dará oportunidade, mas minhas perguntas serão duas, bem objetivas e dirigidas. Gostaria de saber como V. Ex^a pretende encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na verdade, nós ficamos, de certo modo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sei que S. Ex^a precisa se retirar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Inclusive o nosso Presidente da OAB tem um deslocamento para São Luís para comemoração de 80 anos da OAB.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, proporia que o Senador Paim fizesse suas duas perguntas, que o Ministro respondesse com a brevidade necessária para ele, uma vez que nós estamos aqui o dia todo e que, em seguida, o Presidente da OAB fizesse o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Inclusive o Presidente da OAB tem questionamentos. Sigo o Regimento da Casa, da Mesa, que não permite que haja entre debatedores questionamentos, mas, como toda regra tem exceção...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Penso que seria conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – ...mesmo que esteja violando de certo modo, não poderia deixar, pelo que representa a OAB no Brasil, de aproveitar esse momento para fazermos esse questionamento.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Seria de grande valia para esse debate se o Presidente da OAB pudesse aproveitar a presença...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Embora não esteja no Regimento, faremos isso.

A Senadora Ana Amélia já fez o questionamento. Se pudesse, já seria o nosso Presidente da OAB. Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em seguida eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Acho que já poderia entrar para, sem prejuízo dos demais debatedores, esclarecer, expor a suas ideias. Estou pensando até, na hora em que o Presidente do TST e depois do Presidente da OAB, em convidar a outra Mesa – são mais dois debatedores –, para que já viessem para cá, para que pudessem ir meditando sobre como construir essa nova metodologia, nova legislação, para que a coisa seja ágil, sem prejuízo das partes interessadas.

Pois não, Dr. Ophir Cavalcante.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Obrigado, Sr. Presidente Casildo Maldaner; Senadores Ana Amélia, Armando Monteiro e Paulo Paim; Senadora Vanessa, que aqui esteve conosco; queridos representantes aqui na Mesa; Presidente do TST, João Oreste Dalazen; Presidente da Anamatra, Juiz Renato Sant'anna; Professor e Advogado Estêvão Mallet; e o Pedro Armengol, que representa a CUT,

É um questionamento breve que quero crer ser importante para o relatório de V. Ex^a.

Os números trazidos pelo Presidente Dalazen impressionam muito. Ele aponta 76% de congestionamento na execução trabalhista. Quero crer que é necessário, até porque não temos acesso a esses números, inclusive os Srs. Senadores também, haver um desdobramento desses números, a fim de que se possa ter uma dimensão exata do que isso representa dentro desse universo maior. Portanto, queria sugerir a V. Ex^a e a esta Comissão, Senador Casildo, que o

TST desdobrasse um pouco esses números para nós sabermos.

V. Ex^a já tem isso, não? *(Pausa.)*

Há uma preocupação muito grande com esses números, do que é débito do Poder Público, precatórios. É algo que se precisa investigar, até porque sabemos que, hoje, o maior cliente das Justiças brasileiras é o Poder Público. Parece-me que é importante haver esse desdobramento para que se saiba o quanto é de responsabilidade do Poder Público, o quanto é de responsabilidade do particular.

Segundo, execuções em que o INSS é autor e por quê. A Justiça do Trabalho hoje, pela Emenda Constitucional nº 45, de ofício, faz a execução trabalhista em relação às contribuições previdenciárias. Muitos desses processos ou desses números podem dizer respeito às execuções em que o INSS é o credor.

Terceiro, há outro aspecto que ainda está em debate no TST, que é a questão da terceirização dos serviços, sobretudo em relação ao Poder Público. Tenho dados, ainda que não completos, que só aqui, no Distrito Federal, a Justiça do Trabalho da 10^a Região tem quase que 70% de demandas envolvendo terceirizados que prestam serviços ao Poder Público. Talvez a questão possa ser resolvida a partir de uma disciplina melhor da terceirização e não em relação à execução trabalhista em si.

E, por último, quero crer ser importante o TST disponibilizar, para a formação do convencimento deste Colegiado, o número de processos, em termos de percentual, etc., que são resolvidos em 1^a instância.

A Justiça do Trabalho tem a melhor estrutura das Justiças brasileiras, que bom que a tenha. O juiz do Trabalho é o juiz que menos recebe processos no Brasil. O juiz do trabalho recebe em torno de 1.500 processos ao ano, no máximo chega a dois mil, mas é entre mil e 1.500, até menos muitas vezes. Enquanto que o juiz federal recebe nove mil, dez mil processos ao ano. Um juiz da Justiça comum recebe também na faixa de cinco mil a dez mil.

Enfim, isso é ótimo. Que bom se todos tivessem também essa estrutura de processo!

Então, seriam só esses dados, Senadores, que queria agregar, apenas para que V. Ex^{as} pudessem ter uma leitura melhor.

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu faço questão de agradecer, como relatora, porque é valiosa a colaboração que dá o Dr. Ophir Cavalcante.

Presidente, pela ordem, o Senador Paulo Paim tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não. É claro. Perdão.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sigo a sua orientação, Presidente.

Eu tenho um dado aqui que para mim é assustador. Todo mundo sabe que, nessa história, eu tenho um lado muito definido. Eu faço um papel aqui dentro do Congresso em defesa dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas e de todos os discriminados e, para mim, sou franco em todo embate de que eu participo.

Mas tem um dado aqui, Presidente, que me é assustador. Primeiro, são mais de dois milhões de processos que estão ainda para ser resolvidos. Segundo, o que me preocupa mais ainda é o segundo número. Em média, de cada 100 reclamantes que obtêm ganho de causa, somente 31 alcançam êxito efetivo na cobrança de seu crédito. De cada 100, 70 ganham mais não levam, porque não pagam. O empregador não paga. Isso é gravíssimo. É gravíssimo. É um direito dele, mínimo.

Como é que se fala? Na linha jurídica, é direito alimentar. Ele tem que receber. Então alguma coisa tem que ser feita. Eu quero elogiar a iniciativa desse projeto, vou torcer muito para que ele seja aprovado aqui na Casa, pela sua importância, sua abrangência, que visa o quê? Agilizar os processos. Quem deve paga, quem não deve não paga. É isso. Quem deve vai ter que pagar. Como é que de cada 100 só 30 pagam? Isso não existe.

Se fosse para o trabalhador, calculem! Ele ia para a cadeia. Vá lá e não pague as contas para você ver o que acontece. E que não tem forças para constituir advogados para estarem lá dia e noite defendendo ele. Por isso, tem que mudar.

Eu quero cumprimentar a iniciativa. É claro que vai para o debate, vamos dialogar, vamos achar caminhos. Mas eu estou animado com essa iniciativa e a ousadia de enfrentar esse debate, que pode chegar a três milhões de processos acumulados, e o projeto em si visa isso. Acelerar o julgamento e o pagamento de quem tenha que pagar. Quem não tem que pagar, muito bem.

Mas quero também, Presidente, aproveitar sua presença aqui, por isso eu dizia que seria rápido, que já termino, fazer alguma consideração sobre o PLS 39, de 2007. Confesso que esse PL, da assinatura e da lavra do Senador Alvaro Dias, já foi aprovado em duas comissões. O meu parecer aqui é pela rejeição. Deixando bem claro que tenho posição sobre o tema.

Mas, na última reunião, que seria ontem, quando dei o meu parecer pela rejeição, me foi feito um apelo para que eu ficasse ainda com o relatório em mãos, e fiquei, esperando esta audiência. E eu estou aqui com

dois corações, lá discutindo a aceitação do trabalho, que infelizmente envolve milhões de trabalhadores, e aqui...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E a ementa do projeto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Presidente conhece. É o PLS 39, de 2007, que trata da prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho. O Presidente conhece o projeto, entendo eu. Então, é só isso. Pronto. Estou a disposição, para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu sei que não é fácil, mas dentro do possível, Presidente Dalazen. Se puder fazer assim uma idéia da...

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOÃO ORESTE DALAZEN – ...muito objetiva, dada a exiguidade do tempo, embora os temas que me hajam sido propostos pela eminente Senadora, pelo eminente Senador Paim, pelo ilustre Presidente do Conselho Federal sejam de extrema importância e merecessem considerações muito mais aprofundadas e muito mais densas, eu diria.

Objetivamente, eminente Senadora Ana Amélia, setores econômicos sobre os quais recai o maior percentual de execução trabalhista. Infelizmente, as estatísticas do Poder Judiciário ainda estão engatinhando. Nós agora é que, por força da implantação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas e, enfim, da certidão negativa, é que começamos a estruturar, no que é possível, essa identificação dos devedores trabalhistas.

Mesmo o próprio banco não vai propiciar isso. Pelo próprio banco e cumprindo a lei, nós já podemos apartar, Dr. Ophir, com a formação do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, nós já podemos apartar, separar o joio do trigo em relação às execuções fiscais das execuções que não são fiscais, porque, no caso de execução fiscal, não há inclusão do devedor no banco, como se sabe em princípio.

Quanto aos demais segmentos, não dispomos dessa estatística. Mas ainda, por coincidência, nesta semana firmamos um convênio com o Ipea, que, dentre outros objetivos, terá precisamente esse. De modo que espero que até o final do ano, se pudermos contar com a colaboração do Ipea, possamos obter estatísticas mais precisas e atualizadas quanto ao segmento da economia em que há uma maior incidência.

Sabemos quais são os principais devedores. Mas se a senhora quiser quais são os principais devedores trabalhistas, os 100 principais, os 200, os 10 maiores devedores nós temos, mas não por segmento econômico.

Quanto à questão da ampla defesa e devido processo legal, com todo respeito não há qualquer comprometimento à ampla defesa e ao devido processo legal nesse projeto de lei. Em primeiro lugar, é preciso

tomar em conta o seguinte: fiz questão de ressaltar a natureza do processo quando se acha na fase de execução, que é totalmente diferente da natureza do processo quando se acha na fase de conhecimento. Na fase de conhecimento, sim, há ampla defesa para reconhecer-se ou não se reconhecer o direito etc., e saber que tem razão. Na fase de execução, como se trata de cumprimento de uma sentença condenatória e, portanto, efetividade em se assegurar a prestação reconhecida na sentença ou no título, em princípio, a situação do devedor, a situação jurídica do executado, como explicam os estudiosos, é sempre uma situação de sujeição, de submissão ao Estado, já que na execução se praticam atos de natureza, prevalentemente, materiais, no sentido de conformar a realidade àquilo que, segundo a sentença, deve ser. O devedor não pagou. Se não pagou, deduz uma. O Estado tem que se dirigir ao patrimônio do devedor, apreender numerário ou bens, transformar esses bens, se não houver numerário, e pagar o credor. Em suma, é disso que se trata.

Então, há um campo de ampla defesa e devido processo legal bem mais restrito. Não é que não haja. Não se está aqui cogitando de fazer tábula rasa da ampla defesa ou do devido processo legal. Mas, sobretudo da ampla defesa é mais para o processo de conhecimento, a etapa anterior.

Propriamente de defesa, só podemos conceber, em tese, defesa não no sentido técnico, mas no sentido de propiciar-se ao devedor discutir quanto deve – quanto deve, o montante da dívida. Não se discute mais em execução que o devedor deve. Ele pode discutir quanto deve, o valor da dívida. E para isso o texto é expresso, até por que repete a atual disposição da CLT, no sentido de que o juiz facultará prazo às partes para se pronunciarem sobre o valor do cálculo, sobre o valor da liquidação. A liquidação não é senão a quantificação do débito. Portanto, há previsão expressa do art. 879, § 2º, de que as partes serão intimadas para se pronunciarem sobre o cálculo. Se não o fizer... Aliás, mais de uma oportunidade, inclusive, para se discutir o cálculo, o projeto contempla.

No que diz respeito ao parcelamento obrigatório, se é obrigatório ou não o parcelamento da dívida em execução, a meu juízo, é inequívoco que é a previsão que está em dois dispositivos do projeto, diferentemente do sucede hoje, assegura ao executado um direito. Contanto que, efetivado, por exemplo, na hipótese do art. 879-A, § 2º, depositado 30% do valor do débito, ele tem o direito de parcelar a dívida em até seis parcelas mensais com correção monetária e juros. Não se trata de uma faculdade do juiz, em meu entender, mesmo por que, repito, esse preceito que se propõe

é inspirado em norma legal vigente – art. 745, “a”, do Código de Processo Civil.

Quanto aos títulos executivos extrajudiciais, emite-se Senadora Ana Amélia, art. 878-B. Nesse ponto é forçoso reconhecer que o projeto avança para reconhecer que, além do termo de ajuste de conduta, firmado junto ao Ministério Público do Trabalho, outros documentos há que se pode, pelo menos, em tese, com grande chance de razoabilidade a que se pode emprestar eficácia executiva, tal como se está expresso no art. 878, b, em que se outorga a mesma eficácia, como já é da lei, aos termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia. Essas duas primeiras hipóteses já são leis, e estende-se em relação ao cheque ou outro título que corresponde inequivocamente a verbas trabalhistas e a qualquer documento, no qual conste reconhecimento de dívida trabalhista, inclusive termo de rescisão do contrato de trabalho.

O que sucede muitas vezes? O empregador assume por escrito um compromisso de pagar a dívida, um documento particular, mas ele não paga. Ora, em relação a muitos outros documentos, como o cheque, a duplicata, a nota promissória, nós nos deparamos com situação assemelhada no Processo Civil. E o art. 585, do Código de Processo Civil, como todos sabem, assegura ao credor, a empresa em geral credora em semelhante circunstância à mesma eficácia executiva de um título extrajudicial. Agora, por que tem que ser assim no Processo Civil, e no Processo de Trabalho, em que se cuida de crédito de natureza alimentar, não se pode adotar a mesma solução?

O que eu quero dizer é que há uma presunção já que estamos tratando de um documento em que se assume a obrigação de pagar, há uma presunção de probabilidade de existência desse crédito ou débito, como se queira visualizar, e até mesmo em nome do princípio da boa fé, que deve e que rege as relações sociais, deveríamos, em nosso entender, deveríamos reconhecer que esse é um documento a que se deva dar credibilidade, para efeito de exigir a cobrança executiva e não submeter esse documento, em que já houve o reconhecimento de uma dívida, a um moroso processo trabalhista, na fase de conhecimento, para depois se concluir que deve realmente aquilo que está expressamente reconhecido.

Quanto à execução definitiva, Senadora Ana Amélia, eu já respondi a respeito do art. 879, § 5º, na pendência de um recurso de revista. Eu já dei a resposta que nos parece.

Penso que o dispositivo pode merecer alguma flexibilização, alguma atenuação ou, o vocábulo flexibilização, Senador Paim, é um vocábulo que na Justiça

do Trabalho soa como palavrão. Portanto, às vezes nós evitamos. O que não quer dizer que bem entendida a atenuação de algumas normas, com a participação do sindicato, etc. possamos até conversar sobre isso. Enfim, o que se quer dizer aqui é que nos estamos acordes em que haja alguma atenuação para adaptação dessa norma àquilo que já é no âmbito do Processo Civil.

No que diz respeito à prescrição, e aqui termino, Senador, penso que posso terminar, Senador Casildo Maldaner, no que tange à prescrição, Senador Paim, essa é uma questão que eu costumo qualificar de tormentosa e atormentadora. Prescrição, como se sabe, é a perda do direito de ação, em virtude de inércia do titular, para reclamar o reconhecimento do direito. Aqui nós estamos falando de inércia para cobrar um direito já reconhecido numa sentença, porque se trata de prescrição intercorrente, é outra faceta, Senadora Ana Amélia, da prescrição. A chamada prescrição intercorrente é aquela que sobrevém na pendência do processo na fase de execução.

A questão é tão tormentosa e atormentadora que basta dizer o seguinte: temos duas súmulas em sentido contrário. O Tribunal Superior do Trabalho, como vocês sabem, tem uma súmula dizendo que não se aplica prescrição intercorrente no processo trabalhista. O Supremo Tribunal Federal tem a Súmula 327, aqui já lembrada, e que consta do Projeto de Lei, ao que soube, em que se diz exatamente o contrário, mas essa súmula do Supremo, Senador Armando Monteiro, evidentemente, essas questões de natureza infraconstitucional, o que não se dá mais hoje, e, como se sabe, o Supremo somente examina, em linha de princípio, em matéria recursal, questões de natureza constitucional.

Então, matéria relativa à prescrição, em meu juízo, quem dá a última palavra sobre ela é o Tribunal Superior do Trabalho, porque se trata de interpretação e de aplicação da legislação processual de natureza infraconstitucional. E, portanto, a posição do Tribunal Superior do Trabalho é bem conhecida: não incide a prescrição intercorrente.

Tomei conhecimento do teor do projeto que vem de ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que, ao contrário, consagra uma prescrição intercorrente de dois anos, caso o exequente não pratique ato de responsabilidade exclusiva sua, do qual depende a continuidade da execução.

Como eu já lhes disse, a questão é muito polêmica. Vejam, declarar a prescrição intercorrente, em princípio, colide com a ideia que está consagrada já na lei, e que também está prevista nesse projeto, de execução de ofício, ou seja, execução provida por iniciativa do juiz e não do próprio reclamante credor.

Se o Estado pode promover a execução, o Estado juiz pode promover a execução por iniciativa dele. Em princípio, portanto, não haveria razão para se declarar a prescrição intercorrente. Essa é uma linha de raciocínio. Agora, senhores, quando falamos de direito, falamos de questões complexas. É uma ciência que não é exata. Há nuances que a vida e a dinâmica social, econômica e política, ditam e que nos causam perplexidade.

O que eu quero dizer? Muitas vezes a execução não prossegue por inércia exclusiva efetivamente do credor a quem – e exclusivamente – recai a responsabilidade, às vezes, de prestar uma informação indispensável para a continuidade da execução. Ele não diz, por exemplo, qual é o endereço do devedor; não se sabe onde está o devedor. Ele é intimado para indicar o endereço do devedor, muitas vezes de forma sucessiva, e não indica. Outras vezes se faz necessária uma modalidade complexa de liquidação, de quantificação do débito pouco usual hoje, chamada liquidação por artigos. O credor não promove, por inércia dele.

A pergunta é: esse processo vai ficar paralisado até quando? Vai hibernar na Justiça do Trabalho quantos séculos até que haja uma solução? Então, a solução contemplada no projeto aprovado na Comissão de constituição e Justiça não guarda conformidade – é bem verdade que não guarda conformidade – com a jurisprudência dominante e sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

Agora, eu seria desonesto, do ponto de vista da minha formação, se eu dissesse que essa proposição é desarrazoada. Eu não a considero desarrazoada. Agora, ela padece, com todo o respeito, de uma inconstitucionalidade: o prazo da prescrição intercorrente não pode ser de dois anos, porque a prescrição prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, a prescrição para a execução, que é a mesma prescrição para ação de conhecimento, é de cinco anos.

Então penso que, no mínimo, um aprimoramento para contemplar, se for o caso, um prazo prescricional de cinco anos haveria de ser previsto.

Por fim, Dr. Ophir, não dispomos ainda de estatísticas precisas sobre o número de processos resolvidos em primeira instância. Vamos aprimorar essa estatística. Agora, permita-me uma respeitosa divergência. Afirmar que o juiz do trabalho é o que menos recebe processo no País, parece-me que é uma afirmativa que não pode ser confirmada pelos dados estatísticos, oficiais, nem podemos – nem podemos, com todo o respeito –, sem incorrer em imprecisão, dizer que a Justiça do Trabalho julga menos ou julga mais. Esses números variam de comarca para comarca, de juiz para juiz, enfim, há uma disparidade muito grande. E se se quiser

um confronto com os nossos eminentes colegas da Justiça Federal, muitas vezes, não estou dizendo que julgamos mais nem que somos mais operosos, mas é preciso ressaltar que nesses nove mil, oito mil processos muitas vezes estão presentes inúmeros processos repetitivos na fase de execução.

De modo que tudo isso é muito relativo. Assim como muitas vezes, na própria Justiça do Trabalho, às vezes o juiz recebe três ou quatro mil processos iguais contra a mesma empresa em que ele faz uma sentença comum e isso não quer dizer que ele seja o mais operoso, o mais produtivo etc. Tudo isso tem que ser visto com extrema relatividade.

Agora, o que eu quero ressaltar é que, na Justiça do Trabalho, de primeiro ao terceiro grau de jurisdição, se trabalha muito. Recebemos dois milhões... Primeiro grau da Justiça do Trabalho, em 2011, e aqui concluo, recebeu, no ano de 2011, 2.140 milhões de novas ações somente em 2011. Solucionou mais de dois milhões de novas ações em 2011. Só no primeiro grau de jurisdição, somente as Varas do Trabalho. Eu não posso dizer, portanto, que as Varas do Trabalho recebem poucos processos, nem que os juízes não sejam operosos. Ao contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Bom, a parte do nosso Presidente do TST, naturalmente ele fez a exposição e respondeu as perguntas que foram aqui aventadas, foram colocadas.

Eu agora faço, naturalmente, antes de passar a palavra ao nosso Presidente da OAB, eu faço a consulta se ele... Para nós é uma honra se puder continuar. Agora, também respeitamos o que havíamos convencionado no início desta reunião que, se V. Exª precisasse se deslocar em função de outras agendas imperiosas, fique totalmente à vontade.

O SR. JOÃO ORESTE DALAZEN – Eu vou pedir licença...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Então nós queremos agradecer a sua presença, que muito honrou a nossa comissão, para tentar ajudar a construir essa nova saída.

A senadora Ana Amélia irá acompanhá-lo até...

O SR. JOÃO ORESTE DALAZEN – Agradeço a fidalguia, a atenção e a amabilidade de V. Exª e de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/ PMDB – SC) – Então, na sequência, nós vamos ouvir o nosso eminente Presidente da OAB Nacional, Dr. Ophir Cavalcante Júnior. E, sem dúvida alguma, como foi também convencionado, ele fará, ele ouvirá e, em função da agenda já programada, e logo em seguida ao deslocamento do nosso Presidente, nós convidamos

remos os outros dois palestrantes a virem a ocupar os respectivos lugares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não, pela ordem Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tenho que presidir outra comissão, o Senador que está lá vai ter que pegar o vôo. Eu vou lá e volto para cá, porque esse debate é um debate que eu vou participar do início ao fim, de uma forma ou de outra.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Deve ser muito imperiosa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nem que eu me divida pelo meio, metade fica lá e metade fica aqui.

Então se V. Ex^a me permitir, com a desculpa dos painelistas, eu vou até lá, e voltarei para cá.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A volta de V. Ex^a é que é imperiosa, sem dúvida alguma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Entendido.

Pois não.

A Mesa informa que são mais três palestrantes depois, e não dois, são mais três convidados.

Com a palavra então nosso eminente Presidente da OAB, Dr. Ophir.

O SR. OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR – Quero agradecer a oportunidade de poder comparecer a esta discussão, uma discussão que engrandece o Direito do Trabalho brasileiro, por isso em nome da Ordem dos Advogados do Brasil eu agradeço a oportunidade, Senador Casildo Maldaner, Senadora Ana Amélia, Senador Armando Monteiro, de aqui vir.

Como me comprometi com a Senadora Ana Amélia, a Ordem tem posicionamento a respeito do tema. Ela me ligou para dizer que esta audiência seria realizada agora, neste mês, e que era preciso que nós analisássemos esta questão.

Os companheiros de Mesa, mais uma vez, o Renato Sant' Anna, Juiz Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas, o querido amigo Professor, Advogado, Estevão Mallet, por quem tenho uma consideração e um carinho muito grande, e o representante da CUT, Sr. Pedro Amengol.

Quero iniciar parabenizando o Tribunal Superior do Trabalho na gestão do Presidente João Oreste Dalazen, que não fugindo das tradições da Justiça do Trabalho brasileira, continua a avançar, a tentar modernizar cada vez mais o processo do trabalho em nosso

País. Ele é um entusiasta do Direito do Trabalho, é um homem que conhece a fundo as leis trabalhistas e as suas contribuições são sempre relevantíssimas para a melhoria, o aperfeiçoamento do devido processo legal, sobretudo na execução trabalhista.

Também quero deixar claro que, quando referi que o Juiz do Trabalho recebe menos processos que os demais Juízes, não quis dizer que o Juiz do Trabalho não trabalha. Pelo contrário, eu acredito que todos deveriam ter um número menor de processos para poder trabalhar bem e mais. E é por isso que a Justiça do Trabalho é hoje a Justiça, comparativamente às demais, pelo menos empiricamente, já que os dados ainda precisam de confirmação, é a mais ágil em nosso País. E, também, diga-se de passagem, é a mais estruturada no Brasil inteiro. Ela está em mais locais do que as outras Justiças no Brasil inteiro.

Bem, portanto, devo reconhecer que o Juiz do Trabalho trabalha, sim, que é um Juiz sério, um Juiz competente, entretanto, apenas fiz uma comparação para que possamos tentar alcançar, um dia, esse nível de excelência que a Justiça do Trabalho sempre vem buscando.

Serei breve na minha manifestação. Trago aos senhores uma experiência, Senadora Ana Amélia, do advogado trabalhista militante. Eu já sou advogado há 27 anos e a minha vida toda advoguei na Justiça do Trabalho. O grande problema da execução na Justiça do Trabalho é muito menos a efetividade da decisão por conta de se apreender o bem do devedor ou de se penhorar as contas do devedor, mas, sim, por uma questão de estrutura e digo o porquê disso.

A maioria dos processos na Justiça do Trabalho não são liquidados com a sentença, ou seja, o juiz profere uma sentença onde ele reconhece os direitos do credor mas não diz o quanto, não quantifica qual seria esse valor. Alguns poucos tribunais do trabalho no Brasil já passaram a adotar, Senadora, e isso poderia ser um grande avanço, a obrigatoriedade da sentença líquida, liquidada pela própria secretaria da vara que tem calculistas, na sua maioria contadores, que podem fazer esse cálculo e já, de uma forma clara, quando Juiz der a sentença, ele reconhece qual é o quanto, porque o que se perde tempo na Justiça do Trabalho, ou no processo do trabalho, na execução trabalhista é com as idas e vindas dos cálculos na execução. E aí o que acontece? Em alguns Estados da federação institui-se a peritagem. O que é a peritagem? A Justiça não faz o cálculo por dizer que não tem estrutura e designa um perito para elaborar esses cálculos, um perito contador. Esse perito é quem vai fazer esses cálculos que, depois, serão examinados por uma parte ou por outra. E nisso se perde um tempo muito grande,

às vezes, anos apenas para discutir a quantificação do valor devido ao devedor.

Se tivéssemos, portanto, a possibilidade de obrigar a Justiça do Trabalho a liquidar as sentenças imediatamente, a execução iniciaria em seguida, Senadora Ana Amélia, Senador Casildo. No prazo de 48 horas, o Juiz já teria feito o cálculo; prolatada a sentença, não houve recurso, em 48 horas ele inicia a execução. Ainda que ele não inicie a execução em 48 horas porque a parte contrária recorreu da decisão, que é um direito que ela tem. Na Justiça do Trabalho, e isso é um exemplo para todos nós, nenhum recurso tem efeito suspensivo, ou seja, a parte pode, através de uma carta de sentença, executar provisoriamente a decisão. E o que significa isso? Que ela pode, naquele momento, num período de 90 dias em que um processo deve levar, seis meses no máximo, para fazer o julgamento de uma sentença. Ela pode, em seguida, já apreender e garantir o seu crédito com a apreensão de um bem do devedor, ou a penhora de um bem do devedor, recurso etc. que isso poderá ser feito.

Portanto, essa é uma experiência, Senadora Ana Amélia, que pode ser praticado na estrutura do trabalho e muito bem praticado. O Tribunal de onde me origino, pelo trabalho que desenvolvo que é o TRT da 8ª Região, já faz Dr. Renato Santana, a liquidação direta dos cálculos. E avançam mais ainda, os acórdãos já são proferidos na própria sessão do tribunal e publicados no dia seguinte. Portanto, há possibilidade sim de se agilizar e agilizar bastante a execução se isso acabar, por exemplo, com a aplicabilidade da liquidação por artigos que se tem hoje como prevista no CPC e que se aplica na Justiça do Trabalho, num processo de execução. Ficaria só a execução por cálculos e em situações excepcionais por arbitramento que há determinadas pouquíssimas situações sobre trabalho, onde é necessário arbitramento.

A grande maioria é objeto de cálculo, o juiz pode, na sentença, dizer quanto é devido e aquilo já ser liquidado e aí, em seguida, já é publicado a sentença com um espelho do débito atrás. Portanto isso agilizará e muito a execução do seu trabalho. Mas, isso são apenas considerações que trago. E as trago por quê? Porque me preocupou muito, Senador Casildo, mas muito mesmo e quero externar aqui a esta Comissão, a afirmação do Presidente Dalazen de que os números que eles nos trás, ou que são trazidos para nós eles não são seguros, são relativos, porque o seu trabalho não sabe, ao certo, quem é devedor e quem não é devedor. Alguns sim. Aos maiores devedores ela lança etc., mas isso em termos de percentuais pode ser algo que está sendo usado de uma forma que não reflete a realidade. Setenta e seis por cento

de processos não resolvidos na execução representa quanto dentro do universo de ações que são submetidas à Justiça do Trabalho.

Por isso, que eu pedi, naquele momento, que houvesse o desdobramento desses números, porque, os números como disse impressionam e impressionam muito. Mas números – tinha um advogado que era amigo meu que dizia sempre o seguinte: quer demorar um processo? Pede perícia, pede número que o processo demora a vida inteira. Então os números podem ser usados para uma forma ou para outra. Portanto é necessário que nós tenhamos essa percepção a respeito de quanto isso efetivamente representa e se justifica as medidas que estão sendo propostas em que algumas delas a Ordem abraça e reconhece a importância, sabe que, efetivamente, o processo do trabalho precisa se modernizar, o trabalhador não pode ficar refém dos maus pagadores na Justiça do Trabalho, entretanto, o preço que se vai pagar por isso é um preço que precisa ser mensurado. A segurança jurídica, o devido processo legal que é um cânone de todas as democracias modernas no mundo, ele não pode ser atropelado em razão dessa efetividade ou dessa celeridade como se propõe nesse projeto.

A força que o eminente Presidente do TCT, João Oreste Dalazen, refere da execução, ela tem que ser sim prestigiada. Agora, ela não pode ser a tradução da arbitrariedade sob pena de macularmos o princípio da segurança jurídica que é inerente a todos os cidadãos que se submetem a justiça brasileira; e aí entra um outro aspecto que me parece preocupante do ponto de vista da proposta que está sendo trazida, que é, diria aos senhores, muito interessantes, importantes, traz a este Plenário do Senado e da Câmara dos Deputados, posteriormente, uma discussão relevantíssima, mas que traz alguns aspectos que precisam ser efetivamente questionados.

Diz aqui alguns artigos e aqui o Professor Mallett pode até me ajudar mais, depois na sua manifestação e os demais colegas também, o Professor e Dr. Renato, sobre a concentração de poderes na mão do juiz na execução. Na execução, o juiz, pela proposta que foi trazida, vai poder tudo. Ele pode, no curso da execução, mudar o próprio rito da execução, porque caberá a ele escolher como ela deve ser encaminhada. Aí a parte será certamente surpreendida com atos que serão de violência ao devido processo legal que se tem que buscar e tem que prestigiar neste País.

Não estamos aqui a defender o mau devedor, não estamos aqui a defender, em absoluto, que as pessoas não paguem, a impunidade, entretanto, é necessário que tenhamos cautela nessas inovações.

Diz aqui o art. 878-d, de Dalazen, como V. Exª diz:

“Havendo mais de uma forma de cumprimento da sentença ou da execução do título extrajudicial, o juiz adotará sempre a que atenda à especificidade da tutela, à duração razoável do processo e ao interesse do credor.”

Olhem a gama, Senador Armando, de subjetividade, de poder que será colocada nas mãos do magistrado. Não que ele não saiba utilizar, claro que sabe, entretanto, vamos ter uma CLT para cada magistrado neste País, cada um vai dar, na execução, o ritmo, a forma que ele achar que é conveniente. Como o TST poderá trabalhar, por exemplo, na uniformização da jurisprudência, em nível nacional ou até mesmo na interpretação das disposições de lei federal, que é uma incumbência do TST. Não terá como... e, digo mais, numa vara do TRT, será decidido de uma forma, na outra vara, de outra e na outra, de outra. Qual vai ser a segurança jurídica do devedor neste sentido?

E a função do TST de uniformização da interpretação da lei federal na área trabalhista ficará totalmente prejudicada. Nós vamos criar uma repercussão geral praticamente em cada vara da Justiça do Trabalho, porque cada um vai interpretar a CLT como quiser na execução. Portanto, é preocupante a gama de poderes que está sendo investido o juiz para conduzir uma execução.

Vamos mais além um pouco.

O § 4º do art. 879 diz:

“Oferecida impugnação aos cálculos, o juiz homologará os que reputar mais adequados...”

Ora, que devido processo legal é esse em que o juiz vai dizer qual o cálculo mais adequado. Ele vai ter que justificar, fundamentadamente, qual seria o mais adequado etc, dando o devido processo legal. Ainda poderíamos dizer que se pode recorrer da decisão. Sim, entretanto, isso precisa ser analisado dentro de um contexto das outras normas aqui previstas e que conferem poderes ao juiz.

Diz o 879-A:

“As obrigações de pagar devem ser satisfeitas no prazo de oito dias, sob pena de multa de 10%, que poderá, a critério do juiz, ser aumentada até o dobro ou reduzida à metade, observado o comportamento processual da parte ou sua capacidade econômico-financeira.”

Ou seja, um critério extremamente subjetivo nas mãos do juiz trabalhistas, o que não é compatível – volto a repetir – com o devido processo legal, com a segurança que as partes devem ter no processo.

Vamos um pouco à frente e já vou terminar, só mais dois minutos.

Art. 879-A, § 3º:

“O cumprimento forçado do acordo judicial prescindirá de intimação do devedor, iniciando-se pela constituição patrimonial.”

Quer dizer, então, que eu devedor vou ter o meu patrimônio apreendido pelo Estado, constrito pelo Estado e eu não posso tomar conhecimento disso previamente. Então, só vou tomar conhecimento depois que já tiver os meus bens penhorados e aí temos, Senadora Ana Amélia, dois aspectos que me parecem estão dando bastante efetividade à execução das decisões na Justiça do Trabalho: a penhora *on line*, pela qual basta ao juiz tocar em um dos dispositivos no seu computador para bloquear as contas. E o que é pior: nós não conseguimos avançar nisso. A Ordem já vem pedindo, há muito tem, e não se consegue, porque o Banco Central não tem um sistema para isso, porque é ele que faz, porque a Justiça do Trabalho também não tem... E o que acontece hoje – o Senador Armando Monteiro, que é empresário, sabe disso – é que, se a empresa deve, por exemplo, R\$100 mil, quando o juiz determina o bloqueio dos R\$100 mil, ele pega R\$100 mil em todas as contas que a empresa tiver nas instituições bancárias do Brasil inteiro. Portanto, é algo que já é uma dificuldade. Para bloquear é muito rápido; agora, para desbloquear, é demorado. A gente sabe que há devedores aí penando, sem dinheiro nem para pagar folha por conta disso. Mas isso é apenas um detalhe da penhora *on line*.

Ao lado da penhora *on line*, tivemos recentemente uma medida interessantíssima: a certidão negativa de débitos trabalhistas. Então, hoje, qualquer empresa, para poder participar de uma concorrência etc., tem que estar quite com os débitos trabalhistas. Então, é importante que se faça esse controle, essa depuração. É uma espécie de ficha limpa. É importante, sim.

Mas, voltando aqui à questão dos poderes concentrados na mão do juiz, lembro que o art. 883-A dispõe que “o juiz adotará a modalidade de expropriação mais adequada à efetividade do cumprimento da sentença ou da exceção”. Ou seja, cabe ao juiz escolher qual será a modalidade de constrição ao bem do devedor.

E, por fim, há também aqui outra situação que subverte a lógica processual até hoje existente, segundo a qual, cabe ao devedor, só ao final, arcar com as despesas da execução. Aqui se diz que todas as despesas da execução correm por conta do devedor; e, ainda que a execução não dê em nada, o devedor deverá arcar com isso. Mas essa é apenas uma questão que não é tão importante quanto às demais, embora também não possamos abandoná-la.

Portanto, a celeridade processual é fundamental. Volto a repetir: o processo do trabalho é o mais célere que se tem na Justiça brasileira, e que bom que assim o seja, porque se trata de direito alimentar. Entretanto, a segurança jurídica e o devido processo legal não podem ser atropelados, porque, como disse, se assim o for, conferindo-se essa gama de poderes aos magistrados trabalhistas, nós vamos ter, em cada Vara, uma execução diferente, dependendo da compreensão do magistrado – e, aí, entra a compreensão ideológica, a compreensão pessoal e familiar de cada juiz a respeito da economia, a respeito de como deve ser o credor ou o devedor etc.

Apenas esses, os aspectos que seriam aqui importantes de mencionar.

Quanto ao último aspecto, relativo à questão da definitividade da execução após a Segunda Instância – aquela PEC dos recursos aqui trazida pelo TST e que já foi admitida pelo Presidente Dalazen que pode ser mitigada –, é de ressaltar que a Justiça do Trabalho tem um sistema que me parece o mais importante e consentâneo que se deve ter e que se deveria aplicar em todos os processos judiciais: os recursos não têm efeito suspensivo. É aquilo que eu disse logo no começo: o credor, tendo uma sentença favorável, se ela já vier liquidada, ele ali tira uma carta de sentença e já garante o seu crédito imediatamente. Portanto, isso acontece em todos os processos, inclusive naqueles recursos de revista que vão ao TST.

O que se quer? É que, nesses recursos de revista, já se possa apreender e pagar o credor, que é o trabalhador. Aí entra uma questão, que ele próprio reconhece, que é a da repetição do indébito. Como cobrar daquele trabalhador, daquele hipossuficiente um valor que, depois, o TST pode dizer que não era devido? E são 33 mil processos ou mais no TST providos para reformar essa decisão, como referiu o Presidente Dalazen. E, em agravo de instrumento, que é muito mais difícil, são cerca de 7,5 mil processos, ou algo nessa faixa, que são providos também para que esses recursos de revista possam ser apreciados.

Portanto, quem vai pagar essa conta? O Estado? Jamais! Não contemos com o Estado. Se o Estado não paga nem quando deve, imaginem numa situação como essa. O Juiz? Não é justo.

Então, essas questões nós trazemos, Senadores, para efeito de reflexão, como uma contribuição ao debate.

A Ordem, nas demais situações, é favorável ao projeto: que se adapte aos avanços que o CPC teve em relação ao art. 879-A, que é o caso da previsão multa do 475-J; a possibilidade de constrição de bens conforme a ordem de liquidez; a admissão de impug-

nação sem garantia integral do juízo para impedir a paralisação do processo; favorecimento da prática de atos por meio eletrônico. Enfim, o projeto é meritório em vários aspectos. Entretanto, o que preocupa é esse excesso de subjetividade, esse excesso de poder que será colocado nas mãos do juiz, o que pode, certamente, se tornar uma violência à segurança jurídica, ao devido processo legal.

Portanto, Senador Casildo Maldaner, Senadora Ana Amélia, Senador Armando Monteiro, queridos companheiros de Mesa, essas, as contribuições que eu queria trazer ao debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Após a valiosa exposição do nosso eminente Presidente da OAB, eu coloco a palavra à disposição, antes de ele se retirar, se algum dos colegas quiser fazer alguma observação, conforme havíamos combinado.

A SR^a ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente Ophir Cavalcante Júnior, tanto quanto o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e os demais palestrantes que aquiesceram ao nosso convite, pela relevância das colaborações que trouxe, especialmente por ser um conhecedor profundo, uma vez que é um praticante desse ofício tão importante que é o Direito do Trabalho.

Então, diante de sua valiosa contribuição, só lhe faço uma pergunta, ainda porque, como jornalista, sempre observo a lógica das coisas pelo lado da agilidade.

Quando o senhor diz que a liquidação imediata e direta da condenação trabalhista pode ser feita em 48h, por decisão do juiz, e que seria muito mais prática, a minha lógica entende que é muito rápido isso, evitaria esse contingente gigantesco de ações e seria uma forma muito mais, digamos, benéfica para as partes. O devedor, ao reconhecer isso, executa na mesma hora.

Então, se já existe em algumas regiões, como senhor citou – é o caso da 8ª Região –, se já é praticado isso, por que não estender essa prática a todo o sistema da Justiça do Trabalho, se ele é eficaz e, seguramente, se houvesse uma avaliação do número de processos pendentes de execução nessa 8ª Região, comparativamente com os demais que não aplicam o mesmo critério e o mesmo sistema?

O trabalhador, segundo entendo, teria muito mais benefícios do que aguardar um processo que vai suscitar, em algum momento, uma discussão jurídica sobre essa questão do excessivo arbítrio, da arbitrariedade do juiz, que é o senhor e dono da causa. Está nas mãos dele, na cabeça do juiz a decisão final.

Então, eu só queria perguntar por que não se aplica isso. Não seria o mais razoável?

O SR. OPHIR CAVALCANTE JÚNIOR – Senadora, certamente, a justificativa que será trazida é a da falta de estrutura na Varas do Trabalho para isso. Agora, a meu ver, essa é uma questão de gestão. Essa é uma questão que passa muito mais por uma política judiciária do que propriamente por legislação.

Por que dá certo em um lugar e não dá certo em outro? E olha que o TRT da 8ª Região é um TRT pobre do ponto de vista daquilo que lhe é destinado pelo orçamento em comparação a outros TRTs. Em cada Vara há um servidor ou dois servidores que só fazem os cálculos, e o juiz... Também há outro aspecto, Senadora. É muito mais trabalhoso para o juiz dar uma sentença líquida do que dizer: “Só é devido isto, aquilo e aquilo outro”. Então, nós temos que ter aí esse embricamento de vontades, essa interligação de vontades: a do magistrado, ao exercer a jurisdição de liquidar dessa forma, e uma política judiciária que diga que tem de ser executado dessa forma.

Então, certamente são obstáculos muito menos difíceis de transpor do que propriamente os demais que estão sendo propostos aqui. É questão de política judiciária, é questão de política de gestão.

Agora, isso acabaria também, Senadora, com uma questão que é preocupante em relação sobretudo aos grandes tribunais do Brasil inteiro, que é a “indústria da peritagem”. O que se ganha de dinheiro neste País à custa do trabalhador ou da empresa com perícias para apurar hora-extra, para apurar diferença de salário, por um contador especializado ligado à Justiça...!

Então, se isso acontecer... E quero crer que este é um dos objetivos da Justiça do Trabalho também, sempre foi, o de tornar o processo cada vez mais concentrado nela e não depender de terceiros, porque essa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa terceirização, porque é uma terceirização.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – ...essa dependência de terceiros é, eu diria à senhora, cômoda. Cômoda para os servidores, cômoda para o gestor. Entretanto, ela é...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Onerosa.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – ...onerosa para o Estado, onerosa para o trabalhador, e dá a impressão de que a Justiça não funciona.

Por isso, talvez fosse o momento de se avançar nesse sentido e acabar com esse tipo de situação em que um contador vai fazer cálculo. Não! A própria Justiça faz o cálculo, e, quando o juiz der a sentença, já vai junto o cálculo. E a empresa, ao recorrer da decisão, já vai saber se está certo, se está errado. Já discute ali. Não vai haver um processo de conhecimento, onde

há a sentença, há o recurso, e aí se diz “é devido”, e aí volta para a Vara, para calcular quanto é devido. Não! Já se faz de uma vez por todas!

E aí é aquilo que eu disse: as 48 horas para que ele cumpra a decisão vão constar na sentença. Se ele recorrer da decisão, não tem efeito suspensivo o recurso, e aí o credor tira uma carta de sentença e penhora os bens logo ali, mas os bens ficam garantindo. Eles não podem ser alienados.

Seria nesse sentido, Senadora, a contribuição que me parece é alguma coisa simples e que pode avançar bastante o processo nessa fase.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Quero também registrar a presença do Senador Cyro Miranda, que acaba de chegar nesta Comissão.

Continua a palavra à disposição dos colegas, se alguém quiser ainda fazer alguma observação em relação ao tema abordado pelo brilhante presidente da OAB, Ophir Cavalcante. Caso não queiram, S. Sª fica à vontade.

Sei que já avançamos no tempo, e V. Sª precisa se deslocar para São Luís, para prestigiar os 80 anos da OAB.

Então, nós queremos, em nome da Mesa, em nome dos colegas, agradecer imensamente a V. Sª.

Com certeza, a contribuição do ilustre presidente tem sido valiosa, importante, para que a eminente Senadora Ana Amélia comece a meditar nos fins de semana para construir sua ideia, e, logicamente, para os demais debatedores, vai ajudar muito na construção dessa nova solução.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Senador Casildo, quero agradecer esta oportunidade. Volto a reafirmar publicamente a confiança no Poder Legislativo do nosso País. Tenho certeza de que os senhores têm responsabilidade, compromisso com a construção da República, e certamente vão continuar a zelar por todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Dando sequência, como eu disse antes, nós vamos convidar, então...

Consulto a Mesa se posso convidar os outros. (Pausa.)

Então, para darmos sequência aos trabalhos com os que já estão na Mesa e para os demais convidados que vierem já se conhecerem, eu convido também o Dr. Alexandre Furlan, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social (CRT), da Confederação Nacional da Indústria. O Dr. Alexandre Furlan representa o presidente Rob-

son Braga de Andrade, que tem muitas ligações com Santa Catarina, sem dúvida alguma.

Também convido a Dr^a Lidiane Duarte Nogueira, advogada da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), representando Antonio José Domingues de Oliveira Santos, presidente da CNC.

Também convido, para tomar assento à mesa, o Dr. Antônio Rosella, advogado da Força Sindical e representante do Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical.

Na sequência desta audiência pública, vamos passar a palavra ao Dr. Renato Henry Santana, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Nós já havíamos convencionado no início um espaço de tempo de dez minutos. Essa é a ideia. Se der para resumirmos, porque já são 11h35min, e nós temos ainda seis debatedores, se pudermos sintetizar este debate, eu gostaria imensamente de fazer este apelo.

Ao mesmo tempo, convidaria a proponente desta audiência pública, a Senadora Ana Amélia, para que viesse à Mesa e presidisse um pouco, porque estão me chamando ali como Vice-Presidente. E é uma honra, para nós todos da Casa, a eficiência da Senadora. Ela não para, quase não dorme, levanta-se cedo; de manhã, quando eu vinha chegando, ela já tinha estado na Comissão de Agricultura. Ela propõe isto, propõe aquilo, e sei que o dia todo, hoje e amanhã. Neste fim de semana, sei que ela estará no interior do Rio Grande do Sul, em vários lugares. Mas são as tarefas da vida.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada pela propaganda enganosa. (Risos.)

Passo a palavra ao Dr. Renato, para, no prazo indicado pelo Senador Casildo, fazer sua exposição sobre as questões relacionadas ao Projeto de Lei do Senado nº 606.

O SR. RENATO HENRY SANTANA – Senadora Ana Amélia, muito obrigado pela oportunidade dada à Anamatra para estar aqui presente e trazer a palavra dos juízes do trabalho brasileiros em relação a esse projeto.

Senadores, senhoras e senhores e demais componentes da Mesa, meu amigo Estêvão Mallet, em primeiro lugar, eu quero dizer que é muito agradável vir ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado, tratar de assuntos técnicos. E a Senadora Ana Amélia mencionou, quando teve a palavra anteriormente, que ela não tem formação em Direito, mas que iria se aventurar em alguns aspectos. Eu discordo, Senadora. O parlamentar tem uma capacidade tão incrível de assimilar tantos assuntos facilmente que torna nossa tarefa até fácil. Eu acho que é muito mais fácil vir ao

Congresso falar sobre isso do que, às vezes, discutir assuntos até com juízes e com advogados, porque aqui a sensibilidade é muito grande, e as coisas são resolvidas de uma forma mais rápida e mais simples.

Eu quero dizer que compareço aqui como aquela pessoa que vem falar sobre seu instrumento de trabalho, porque a nossa legislação – estamos tratando aqui de execução – é o instrumento de trabalho do juiz. Eu venho aqui como operário que vem falar sobre a sua máquina e que sabe onde sua máquina é boa e onde ela não é tão boa. E é essa a nossa colaboração.

E, como disse aqui o meu Presidente Dalazen, do Tribunal Superior do Trabalho – e praticamente esgotou o assunto –, a nossa ideia não é vir aqui como donos da terra e com opinião definitiva sobre esse assunto. De forma alguma. Sabemos que o foro competente para o assunto é o Congresso Nacional, que dará a melhor solução para o problema da Justiça do Trabalho, quanto à execução.

Mas, quando venho falar aqui da máquina e digo que a legislação é a nossa máquina, o nosso instrumento, eu digo isso também para percebermos que não podemos nos esquecer de que estamos falando da máquina, quando o principal é o produto, é o que a máquina faz.

O que a máquina faz? Ela dá efetividade.

Então, Senadora, a nossa preocupação toda é com o resultado, com a efetividade do processo do trabalho.

Eu quero dizer que os juízes do Trabalho não vêm aqui com nenhuma intenção de defender poder, ou excesso de poder, ou discricionariedade ou arbitrariedade no processo de execução. De forma alguma. Os juízes do Trabalho, como todos os juízes, nós somos treinados e doutrinados no seguimento da lei. E nesse sentido é que a opinião da Anamatra – e serei muito breve, Senadora –, como disse também o Presidente Dalazen, é majoritariamente favorável ao projeto como ele está – temos apenas duas observações a fazer em relação ao projeto.

Por que somos favoráveis? Porque entendemos que ele vem justamente nessa linha da efetividade, de dar efetividade ao processo, torná-lo coisa real.

Daí, nesse aspecto, eu já faço a mesma diferenciação que o Presidente Dalazen fez, quando falou sobre o devido processo legal, ofensa ao devido processo legal, ao princípio da ampla defesa. Temos que ter em mente que estamos aqui falando da fase de execução. Fase de execução! Não estamos falando na ampla defesa, no devido processo legal, em que temos um direito discutível. Estamos falando apenas de tornar líquido aquele direito, de colocar, para usar o termo popular, colocar no bolso do autor da ação

normalmente o dinheiro que ele veio perseguir, porque é isso que acontece em 99% dos processos trabalhistas: alguém buscando uma condenação em dinheiro. Então, é nessa linha que devemos ver o projeto na sua inteireza.

Vejo que, nessa linha, o projeto é interessante, porque ele confere mais efetividade, ele traz segurança jurídica, ao contrário do que pensa o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – e me perdoe a ausência, mas temos o representante da OAB à Mesa, o Prof. Mallet; perdoe-me a ausência do Presidente Ophir. Mas o projeto traz segurança jurídica! O que nós temos hoje é uma situação de insegurança jurídica, em que, aí, sim, há a aplicação ou não. Eu sou professor universitário em São Paulo, na Universidade Paulista, e, quando vou dar aula sobre execução, eu tenho de, num determinado momento, parar e dizer: “Bom, agora há juízes que entendem assim, juízes que entendem assim”. E o estudante geralmente diz: “Afinal, qual é o certo?” E eu digo: “Depende. Depende de que lado você está, depende de quem é o seu cliente”.

Enfim, é essa a situação que temos hoje.

O art. 876-A, quando diz que se tem que aplicar a legislação do processo civil quando ela for mais efetiva, no nosso modo de ver, é perfeito! É essa a ideia que esperamos do Congresso Nacional legislando.

Quero dizer outra coisa também – e o Presidente Dalazen até usou o termo “sermos mais flexíveis na questão da proteção ao devedor. A nossa Nota Técnica apresentada pela Anamatra não faz nenhuma ressalva a esse ponto. Mantém o art. 878-D como ele está, dizendo que a execução deve se processar no interesse do credor. Mas também não vemos como nenhuma questão essencial acrescentar algum tipo de garantia ao devedor, apenas se mencionar... Afinal, não passa na cabeça de nenhum juiz, especificamente do juiz do Trabalho, que o devedor deva ser tratado como bandido ou já com a presunção de que ele está ali com a ideia de procrastinar, etc.

E aqui eu faço um pequeno parêntese. Foi perguntado aqui: “Quem é o cliente dessa legislação?” Eu quero dizer que o cliente dessa legislação, a quem ela se dirige, é o percentual pequeno do mau pagador, do mau empresário, do mau pagador. Que é residual! O bom empresário, que é a grande maioria, não tem problema com a legislação. Nós precisamos de uma legislação dura, forte e efetiva para cobrar do mau pagador. E o mau pagador, como o nome diz, é mau pagador! Não é fácil tirar dinheiro dele. Por isso é que nós precisamos de uma legislação um pouco mais dura, um pouco mais apertada, para lidar com esse mau pagador, embora possamos fazer uma referência – aliás, até desnecessária, porque o devedor não é bandido.

Quero dizer que o art. 879-A, aquele que fala da multa, que o juiz pode dosar a multa pelo ato atentatório à execução, parece-me razoável. Longe de ser ruim, dar essa liberdade ao juiz permite que ele faça a dosagem da pena. Mal comparando, é como o juiz na área criminal, que faz a dosagem da pena também de acordo com aqueles requisitos que a lei coloca, como os agravantes, os atenuantes etc. Parece-me que aí não há nada de grande dificuldade.

Quero, já encaminhando para terminar, Senadora, dizer que a sugestão da Anamatra, a primeira delas é em relação ao art. 879-A, § 5º. Nesse art. 879-A, § 5º, nós vamos um pouco mais além da forma como ele está redigido.

O § 5º tem uma exceção, ele diz assim: “É definitivo o cumprimento de sentença pendente de recurso de revista ou extraordinário, salvo em casos excepcionais [...]”. A gente tiraria esse “salvo em casos excepcionais”, porque é a tendência que nos afigura hoje. E a PEC, a chamada PEC do Presidente Peluso é nesse sentido, e, aliás, ousaria dizer que até a Lei da Ficha Limpa aprovada aqui neste Congresso também é nesse sentido, na medida em que diz que basta uma condenação colegiada para tornar o político... Acho que o Congresso na própria carne cortou o princípio da presunção da inocência de que se fala, ao dizer que basta um julgamento em segunda instância, colegiadamente, para tornar o parlamentar inelegível.

Então, se numa coisa tão grave como essa, que é a inelegibilidade de um cidadão brasileiro, o Congresso avançou para dizer que a sentença, que a decisão de segundo grau já é suficiente nesse sentido, parece-me que aqui também seria de bom tamanho tirar esse “salvo em casos excepcionais”, porque a gente sabe que isso vai dar pano para manga para dizer quais são os casos excepcionais, e, aí sim, uma certa discricionariedade.

E acrescentaríamos também, no artigo, alguns dispositivos para obrigar o devedor a ser muito responsável na indicação de bens, para tornar, realmente, grave a conduta do devedor que não indica os bens, porque a gente precisa lembrar que o processo que não se resolve, para o juiz do trabalho, é muito frustrante. Você trabalhar numa vara do trabalho e ter lá processos que ficam assombrando eternamente, que não terminam... Porque o juiz do trabalho vai até certo ponto, mas ele não pode tirar o dinheiro do bolso e pagar o trabalhador. Então, isso, para a gente, é uma frustração. Portanto, os juízes do trabalho entendem que as obrigações do executado têm de ser muito sérias, ele tem obrigação de dizer onde estão seus bens e, se ele não o fizer, ele tem de ser apenado por isso, porque a Justiça é uma coisa séria. É inconcebível que,

intimado a dizer onde estão os bens, o devedor fique quieto, sabendo que ele tem bens, e obrigue o juiz ou a outra parte a diligenciar para localizar esses bens.

Acho que, uma vez localizados os bens que não foram indicados, o devedor tem de ser penalizado por isso. Parece-me bastante interessante.

A Anamatra fez um congresso na Alemanha, e um juiz do trabalho perguntou a um juiz alemão como era a execução, qual era a dificuldade que eles tinham na execução. E o juiz alemão disse: “Como assim, execução? Quer dizer que a pessoa condenada não cumpre a obrigação?”. É a esse ponto que nós queremos chegar um dia, que a pessoa condenada cumpra a obrigação e não transforme a fase de liquidação numa nova dificultosa fase processual.

Senadora, apenas terminando, quero dizer que, quanto à sentença líquida, os juízes do trabalho não são contra a sentença líquida, mas acho que a gente tem de colocar alguns pontos. Não é todo lugar que a estrutura permite isso. Acho que o Brasil é muito grande e não preciso dizer isso para os Parlamentares, que o conhecem melhor do que eu. O Brasil é muito grande, nem sempre a estrutura torna possível acompanhar a sentença líquida. Também quero dizer que a sentença líquida não é a solução para todos os problemas do mundo, pois não é porque a sentença já vem líquida que a parte que foi condenada vai concordar com o que está liquidado. Acho que seria uma ilusão achar que, porque está líquida a sentença, está ótimo, “está me condenando a pagar R\$1 milhão, então tudo bem”. Não, vai-se questionar essa conta, então, é uma questão de em que momento vai-se questionar essa conta.

Sr^a Senadora, sei que, nos trabalhos, o que deve se prestigiar nesta Casa é o debate. Proponho-me a ficar o quanto for necessário, agradecendo mais uma vez a oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Renato.

Passo imediatamente a palavra ao Dr. Estêvão para, no mesmo tempo, fazer sua exposição.

O SR. ESTÊVÃO MALLET – Sr^a Presidente, nobre Senadora Ana Amélia; Sr. Senador Armando Monteiro; senhoras e senhores; ilustres colegas de Mesa, eu não preciso ressaltar a importância do tema, isso já foi feito, e muito bem, pelos que me antecederam. A execução, todos sabem, é o momento de realização, de concretização do direito, daí a sua relevância.

Mas vou-me permitir, Sr^a Presidente, retomar a simbologia utilizada tão apropriadamente pelo eminente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro João Orestes Dalazen, quando fez referência à balança e à espada, que são o símbolo conhecido da Justiça, porque, de um lado, há que se sopesar o

argumento das partes, o que o juiz faz no processo de conhecimento, e, depois, é preciso concretizar a decisão, o que se faz na fase de execução, com o uso da espada. Uma coisa sem a outra não funciona. A balança sem a espada é impotente, a espada sem a balança é a força bruta em funcionamento.

Pois bem, o que é importante é que nós levemos em conta que há uma tendência na execução de se utilizar mais a espada do que a balança, porque, afinal, já se usou muito da balança na primeira parte do processo. Mas, não se pode usar a espada deixando-se completamente de lado a balança, sobretudo porque, em primeiro lugar, nem todo envolvido num processo de execução é o real devedor. Muitas vezes, terceiros são envolvidos e nada devem. Em segundo lugar, nem sempre o que se cobra do executado é o que ele realmente deve e, em terceiro lugar, nem sempre o devedor que deve aquela importância não paga porque não quer, muitas vezes não paga porque não tem meios para fazê-lo. Por isso que é importante o respeito às garantias fundamentais do processo, mesmo na fase de execução. Portanto, o uso da espada sim, mas com o equilíbrio propiciado pela utilização da balança.

O projeto envolve vários pontos. Infelizmente, Sr^a Presidente, não há tempo para tratar de todos. Vou procurar sintetizar ao máximo as minhas considerações e, para isso, preparei uma apresentação que vai realçar quais são esses principais pontos.

O slide a seguir a este indica os aspectos positivos do projeto, e muitos já foram ressaltados. Os leilões unificados, a possibilidade de em um só momento alienar bens de muitos devedores, atraindo maior número de interessados, é algo altamente positivo, como também, e S. Ex^a o Ministro Dalazen sublinhou, a possibilidade de conciliação, o incentivo à conciliação na execução também é um ponto positivo, entre muitos outros. Mas há também – o **Item** seguinte mostra – alguns pontos do projeto, Sr^a Presidente, eminente Senador Armando Monteiro, que estão a reclamar uma reflexão mais demorada.

Eu indicaria três desses pontos: o tratamento dado à execução provisória, que já foi mencionado, mas eu vou me permitir dizer duas ou três palavras sobre o assunto; a oneração desproporcional do executado e os desdobramentos do devido processo legal.

Primeiro ponto, a execução provisória. Já foi dito aqui, Sr^a Presidente, que a execução provisória é aquela que se funda numa decisão que não é definitiva. Pois bem, tradicionalmente, no direito, por não ser definitiva a execução, não se vai às últimas consequências, afinal, o resultado poderá se modificar. O que propõe o projeto de lei? Propõe transformar em definitiva toda execução que seja impugnada apenas por meio de re-

curso dirigidos aos tribunais superiores, ou seja, Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal.

Qual é o problema que isso traz? Substancialmente, são dois. Em primeiro lugar, desprestigia as decisões dos tribunais superiores, dizendo que importam apenas as primeiras decisões, as últimas não têm a mesma importância. Em segundo lugar, cria um sério risco de irreversibilidade dos valores levantados, porque se se vai até as últimas consequências, levantado o valor, normalmente não haverá como recuperar este crédito. Por isso é que a proposta é de manutenção da solução tradicionalmente em vigor no direito brasileiro, do caráter provisório de toda a execução impugnada por recurso.

E, Sr^a Presidente, eu fico ainda mais convencido do acerto dessa proposta após ouvir de S. Ex^a o eminente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho a afirmação de que são muitos os recursos de revista providos pelo Tribunal Superior do Trabalho. Isso reforça a ideia de necessidade da solução tradicional.

E também há um outro ponto do projeto que segue na mesma linha, tirando, na execução, o efeito suspensivo da defesa do executado. Ora, eu retomo o que eu disse: nem todo executado é o verdadeiro devedor, nem tudo o que se executa é o que o devedor deve. Por isso, é preciso que, enquanto haja impugnação, enquanto haja discussão, não se considere definitiva aquela execução. Daí a proposta de que só se suprima o efeito suspensivo da parte que não é controvertida, daquela parte que o próprio devedor reconhece como devida.

Por outro lado, é muito importante – e esse cuidado o projeto, na sua redação original, ainda não teve – que se discipline a restituição daquilo que se vier a conceder por conta de uma execução sobrevivendo modificação. Afinal, se algo foi recebido e não era devido, é elementar em direito que se faça a restituição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESTÊVÃO MALLET – Exatamente, isso também deveria ser objeto de disciplina no processo e ainda não é.

Há também uma tendência, e aqui já é o segundo aspecto que eu havia sublinhado no início, Sr^a Presidente, de um tratamento por vezes muito duro com o executado. Um exemplo perfeito está na proposta do art. 878, letra “c”. Todas as despesas da execução correm por conta do devedor. Todas, mesmo aquelas injustificadas a que o devedor não deu causa. Imagine V. Ex^a: alguém é envolvido na execução, nada deve, mas para que se descubra que essa pessoa nada deve, são feitos gastos; ao final, essa pessoa prova que nada deve e, ainda assim, vai pagar para demonstrar sua própria inocência. É algo que me parece excessivo e,

por isso, a proposta é que sejam apenas as despesas determinadas pelo juízo ou aquelas realizadas por terceiros que houverem dado causa a ela. É uma solução mais equilibrada, mais harmoniosa, que não parte da premissa de que todo devedor é culpado e merece ser punido.

Por outro lado, as regras sobre o processamento da execução também estão a reclamar alguma revisão, porque a proposta inclui, e faz bem, que a execução leve em conta a especificidade da tutela, ou seja, a natureza do direito que está em discussão, a duração razoável do processo, o valor constitucional fundamental, e o interesse do credor, sem dúvida, mas sem perder de vista – o próximo *slide* indica esse ponto – a forma menos onerosa para o executado, porque aqui nós não falamos de execução penal, não se busca punir um criminoso, mas se busca apenas satisfazer o credor. Ora, se eu posso satisfazer o credor de duas formas, eu devo adotar aquela que menos onera o devedor. Não é um processo, insisto, punitivo, é um processo de realização do direito.

Também folgo, Sr^a Presidente, em ouvir que S. Ex^a o eminente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho concordou com essa inclusão, o que me parece de muito bom-senso em mostrar a razoabilidade da proposta.

Ponto seguinte que merece a reflexão dos nobres Senadores é a importante multa que existe de fato no processo civil. Mas aqui há dois aspectos que precisam de alguma ponderação. Primeiro, diferentemente do que ocorre no processo civil, o valor da multa passa a ser variável. Pode ser de 5% até 20%, enquanto no processo civil é de 10%. Com a licença do meu estimado amigo Prof. Renato Sant’anna, que abordou o ponto...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ESTÊVÃO MALLET – V. Ex^a permite que eu procure concluir?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Claro.

O SR. ESTÊVÃO MALLET – Eu aqui entendo que o valor fixo é mais adequado, até porque o prejuízo se mede pelo valor da obrigação, não pela capacidade econômica da empresa. O direito do empregado não muda se a empresa tem grande capacidade econômica ou tem pequena capacidade econômica. Portanto, esse tratamento diferenciado não é positivo, e mais: dará margem a controvérsias. Por que, para mim, se aplicou a multa de 5% e para ele, de 20%? Abre-se espaço a um campo que não é propício à discussão. Por isso, a proposta é a de fixar em 10%.

Por outro lado, é muito importante – os *slides* seguintes mostram isso, tanto a proposta do §11 como

a do §10, que vêm a seguir – que se deixe claro que, em execução provisória, como não há a obrigação de pagar, não há sentido imposição da multa. Muito juiz do trabalho, hoje, a partir de uma interpretação da lei, impõe a multa, mesmo quando não é preciso pagar, o que parece excessivo. Por outro lado, a lei não ressalva algo que estimularia o cumprimento parcial da obrigação. Se eu tenho dez mil e sei que vou sofrer uma multa de 10%, em qualquer hipótese, não pago nada. Agora, se eu tenho cinco mil e sei que se pagar os cinco mil não vou sofrer uma multa tão pesada, pagarei aquilo que está ao meu alcance. Portanto, a proporcionalidade da multa seria também, Sr^a Presidente, algo muito positivo, e daí a proposta de inclusão desse ponto.

Para concluir, se V. Ex^a me der mais alguns instantes, Sr^a Presidente, eu diria que o último aspecto que preocupa a Confederação Nacional das Instituições Financeiras é o do respeito ao contraditório e ao direito de defesa, sobretudo no tocante à intimação das partes.

O *slide* seguinte mostra – se puder prosseguir, por favor – um avanço muito grande do projeto, que é exigência de intimação a respeito da realização da penhora *on line* ou da inclusão de terceiros no processo de execução. Não têm sido raros os casos de pessoas que só sabem da existência do processo – eu friso, só sabem da existência do processo – quando recebem a ligação do gerente do banco dizendo: “A sua conta foi penhorada.” Mas, penhorada, como? “Há uma ordem de penhora.” Mas eu não fui citado, eu não pude me defender em momento nenhum.

O projeto corrige esse aspecto, exigindo a intimação, o que é um desdobramento do devido processo legal e do contraditório. Mas, em outros pontos, o projeto não toma a mesma cautela. Permite que o juiz tome todas as medidas para o integral cumprimento da sentença, o que é perfeito e correto, mas não ressalva a necessidade de intimação das partes, que, na proposta, é realçada em vermelho.

Na sequência, o momento culminante do processo mais importante, a liberação dos valores, após o que a execução se encerra e, dificilmente, se recupera aquilo que foi soerguido, também não há previsão de intimação do credor do devedor. Isso seria muito importante.

E, para concluir, Sr^a Presidente, uma preocupação que nós temos diz respeito à previsão do art. 879-A, §1º: intimação por qualquer meio idôneo. Essa expressão pode dar margem a soluções muito perigosas. Por isso a proposta de que a intimação se faça como tradicionalmente se faz no Direito: por meio de publicação no *Diário Oficial*, como, inclusive, se publicam os atos do

Congresso Nacional, do Senado, da Câmara, as leis. Por que não a publicação por meio do *Diário Oficial*?

A expressão “por qualquer meio idôneo” pode dar margem, por exemplo, a que se queira transplantar para o Brasil o que já se fez, por exemplo na Inglaterra. Trago, para ilustrar, um exemplo que é significativo a respeito disso. Um juiz inglês que demitiu a intimação de um devedor por meio do Facebook. Ou seja, comunicou isso no Facebook e aceitou isso como forma válida de intimação.

Imagine V. Ex^a, Sr^a Presidente, se isso vier a ser adotado? E, com a previsão de “por qualquer meio idôneo”, dirá alguém: é muito mais idôneo o Facebook do que o Correio, que muitas vezes permite o extravio das cartas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. ESTÊVÃO MALLET – Sr^a Presidente, agradeço muito. Peço desculpas por ter me excedido um pouco no tempo. Espero que as minhas ponderações possam ter sido de alguma utilidade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Estêvão Mallet. Como disse o Dr. Renato, Professor também na área do Direito do Trabalho, foram valiosas as colaborações.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Pedro Armengol, que representa aqui a CUT, como diretor executivo da entidade.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Queria saudar a Presidenta, Senadora Ana Amélia, relatora também do Projeto 606/2011; o eminente Dr. Renato Henri Sant’Anna, Presidente da Anamatra; o advogado Estêvão Mallet, representante a Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Dr. Alexandre Furlan, da Confederação Nacional da Indústria; Dr^a Lidiane Duarte Nogueira, da CNC; e Dr. Antônio Rosella, advogado da Força Sindical.

A gente, como Central Única dos Trabalhadores, em primeiro lugar, queria fazer uma contextualização política do que nós, que somos entidade representante dos trabalhadores, significamos para um trabalhador que teve o seu direito suprimido e que foi buscar esse direito na justiça.

Recentemente, eu assisti a uma peça de um grupo de teatro de Brasília, há uns três meses, que era uma história, uma comédia de uma advogada que morreu, foi para o inferno, e depois voltou para a terra. E a sátira é que o inferno era a busca do direito de um trabalhador na Justiça brasileira. Infelizmente, eu saí, com a sensação, dessa peça de que aquilo era uma comédia da vida real, uma boa comédia da vida real.

Eu, como militante sindical – não sou advogado, já registrando; inclusive, desculpe se eu usar alguns

termos técnicos aqui mal, por ignorância mesmo –, sempre fui um militante de base. Eu estou agora no primeiro mandato na direção da CUT nacional, e, por coincidência também, sou servidor público e sou do Ministério do Trabalho. E sempre o trabalhador, por ignorância também, confundiu o Ministério do Trabalho com a Justiça do Trabalho. Inclusive, em algumas situações drásticas, eles sempre procuram primeiro o Ministério do Trabalho, confundindo o Ministério do Trabalho com a Justiça do Trabalho. E aí nós, os trabalhadores, é que falamos que vocês têm de procurar a Justiça do Trabalho; procurem o seu sindicato, procurem um advogado para poder demandar essa busca do seu direito que foi suprimido.

Eu simbolizo muito, de forma até apelativa – eu reconheço aqui – o trabalhador acidentado do trabalho, como o Senador Paim colocou que está tratando disso em uma audiência. Infelizmente, somos ainda um país campeão de acidente do trabalho, onde grande parte desses acidentes do trabalho ocorre por más condições ou por condições de insegurança que ele enfrentou no seu ambiente laboral. E normalmente ele vai buscar o direito inclusive de uma mínima ação indenizatória para sobreviver, porque infelizmente, grande parte desses acidentes do trabalho causa invalidez, às vezes até permanente; e aí ele vai começar um calvário.

O primeiro calvário é o da expectativa de tempo, porque eu mesmo, que sou do sindicato de base, ao me procurarem: “E aí, qual o tempo?”, eu respondo: para você não criar falsas expectativas, sendo otimista, pense em cinco anos, no mínimo; pensa nisso. Agora, sendo mais realista, pense em 10 anos, isso na expectativa de que você terá o seu direito reconhecido, o seu direito que foi suprimido.

Isso para transitado em julgado. Depois disso ainda vem a execução. Aí, normalmente, o trabalhador não tem, naturalmente, o conhecimento do direito jurídico. Mas o que é isso? Isso porque se você conseguir ter reconhecido o seu direito na Justiça, depois de reconhecido, vem a execução da sentença; e aí, para o leigo, isso soa como inclusive incompreensível. Mas, se eu ganho, quer dizer que não está garantido? Não, não está garantido 100%, porque é fato. Os dados que foram trazidos aqui pelo Presidente do TST, pela Anamatra de que hoje a efetividade da execução é em média 30%, porque, nesse calvário do trabalhador, nós temos ainda o que temos e vimos no cotidiano, não precisa ser advogado, os recursos protelatórios. Vários tipos de demandas que a gente vê que às vezes uma contestação de cálculo de uma demanda, de uma execução, naturalmente, a gente vê que é meramente um recurso protelatório. E aí me estranha – me estranha, não; não concordo – não concordo quando inclusive

foi colocado aqui pelo Presidente da OAB que a parte controversa que considera isso um equívoco na proposição, do depósito da parte incontroversa.

E aqui eu pego essa palavra sem nenhum problema de copiar o que para mim é positivo, do Presidente do TST: na fase de execução não se está discutindo se o devedor deve, não; só se está debatendo quanto se deve. Eu mesmo, como leigo no direito, entendo que, na execução, o processo já foi transitado em julgado e não tem mais debate; é mérito.

E aí entra um debate que me preocupa, o de proteger o devedor ou de transformar o credor em um monstro. E para nós, da Central Única dos Trabalhadores, nem uma coisa nem outra. Não queremos nem transformar o devedor em um monstro e nem proteger o devedor; mas também não podemos entrar no revés de proteger o credor, porque o credor foi alguém – aqui não o estou colocando como monstro – que suprimiu o direito da outra parte e que, no trâmite processual, de debate, de construção, de réplica, de tréplica desse debate, ele perdeu na sentença, esse devedor perdeu na sentença; a Justiça reconheceu que o direito era do trabalhador. E aí me soa até um pouco romântico: não, nós temos que continuar protegendo o devedor. Nós não queremos esse debate maniqueísta de proteger o devedor ou proteger o credor. Não é esse o debate que nós queremos pautar aqui. Queremos que aquele que minimamente conseguiu, legitimamente, constitucionalmente, legalmente o seu direito, reconhecido na Justiça, que ele tenha a garantia da execução da sentença, que, no Brasil, hoje, não tem. No Brasil, hoje, não tem a garantia da execução da sentença. Quem milita no movimento sindical sabe disso, que nem sempre aquele que ganha leva – inclusive a expressão, plagiando também a expressão do Senador Paim – “você ganha, mas não leva”, porque há vários instrumentos de protelar, de questionar, de recorrer e que não leva ao ganho.

Entrando aqui no debate, meramente, do projeto, queremos colocar que temos uma posição favorável, a Central Única dos Trabalhadores, ao projeto. Vemos como alguns pontos positivos, destacando aqui a regulamentação da execução de sentenças coletivas. Isso é inclusive uma forma de diminuir hoje as demandas individuais do próprio Judiciário, e naturalmente diminuir também a morosidade. Entendemos que é um elemento positivo.

O estabelecimento da multa. Por que não punir o mau pagador? Acho que isso é até natural em qualquer relação que temos hoje. O mau pagador tem que ser punido, e a multa é para o mau pagador, não é para o bom pagador.

Vemos como positivo a inclusão das modalidades de citação por meio eletrônico, vemos como um processo de agilidade, e vemos como ponto negativo – é inclusive o questionamento que, como Central Única dos Trabalhadores, fazemos – a questão do parcelamento, porque isso é um estímulo. Inclusive, há perspectiva de quitação de um débito: Mas, se está garantido, vou deixar chegar ao final porque, no final, depósito 30% e parcelo o resto em seis. Então, temos uma posição clara contrária à questão do parcelamento.

No restante, continuamos considerando uma proposição que pode inclusive condenar a morosidade processual que existe hoje e garantir, efetivamente, que o trabalhador que conseguiu, durante o trâmite de uma demanda processual, no trânsito em julgado, conquistar uma sentença que ele tenha naturalmente a efetividade da conquista dessa sentença.

Eram esses os elementos que nós, da Central Única dos Trabalhadores, queríamos trazer para esse debate sobre esse importante projeto que está tramitando nesta Casa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Agradeço ao Sr. Pedro Armengol pela manifestação.

Como o Dr. Renato tem o mesmo compromisso – o Presidente do TST, Ministro Oreste Dalazen, disse a ele que ele está liberado para ir – eu apenas queria, pedindo licença aos demais debatedores que estariam na ordem, a ele me dirigir nesse sentido: o senhor defendeu aqui uma questão relacionada a uma penalização do devedor em relação à indicação dos bens.

A questão é que todo o Brasil, acho, acompanhou aquele acidente da TAM, no qual morreram senhoras do Rio Grande do Sul, as tricoteiras, que iam em busca de solução para os precatórios. Então, estamos aqui criando dois tipos, dando dois tratamentos ao devedor, o devedor privado e não temos nenhuma exigência ao devedor estatal. Então, imagino que seria o caso, e não sei como fazer isso, porque também envolve alimento, precatório envolve alimento... Grande parte de pessoas idosas, e delas eu recebo muitas cartas de pessoas que estão morrendo, perdendo a vida, sem que esse direito líquido e certo lhes tenha sido resgatado; às vezes nem até os herdeiros recebem o precatório devido.

Então, nesse caso da indicação dos bens, o Estado, a rigor, não precisa declarar os bens, ele tem que executar, ele tem que pagar, porque é uma dívida líquida e certa também. E, no caso da indicação dos bens, eu queria saber do senhor que tipo de penalização o senhor está propondo, imaginando em relação a essa questão.

O SR. RENATO HENRI SANT'ANNA – Senadora, muito obrigado pela oportunidade.

A senhora toca em um ponto muito importante, que é a questão dos precatórios. A Anamatra inclusive fez uma minuta de PEC revendo a questão dos precatórios. Acho que é um assunto para esta Casa rever. De fato, o que se faz no Brasil em relação aos precatórios é um crime contra os nossos velhinhos, porque muitos, muitos devedores de precatórios são pessoas de crédito de Previdência, enfim, complementações de aposentadoria. Acho que, se a senhora já teve a sensibilidade de perceber que o problema está aí, estamos a meio caminho de uma solução. Eu sei como a senhora abraça as causas e toca elas para frente. Acho que aqui é o local para se discutir isso, embora o Congresso, na chamada PEC dos Precatórios, tenha dado um sinal, no meu modo de ver, ruim, no sentido de prestigiar o equilíbrio fiscal dos Estados, Municípios e da União, em detrimento do pagamento do cidadão. Mas foi uma escolha que o Congresso fez, uma escolha válida no sentido de que o dinheiro público é de todos, então uma forma de controlar o precatório seria uma forma de beneficiar a todos. Mas é uma questão que a senhora coloca cuja resposta está aqui dentro, Senadora.

Em relação à questão da indicação dos bens, a penalidade que a gente propõe é a que está no Código de Processo Civil. O Código de Processo Civil já diz, já classifica como ato atentatório na execução aquele devedor que, intimado, não indica os bens. Então, seria, simplesmente, transpor o que já está no Código de Processo Civil para a Justiça do Trabalho, o que me parece de toda lógica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe, então, a sua presença, a sua colaboração valiosa, desejando-lhe sucesso na sua participação no seminário sobre liberdade sindical.

Obrigada, Dr. Renato.

Prosseguindo nos nossos trabalhos, eu queria pedir a colaboração e a compreensão de todos os senhores por essa forma pouco formal, às vezes, mas em função da importância da participação.

Eu convido, agora, o Dr. Alexandre Furlan para falar.

O Dr. Alexandre Furlan é Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria e Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Confederação Nacional da Indústria, representando o Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

Com a palavra, pelo mesmo tempo, o Dr. Alexandre Furlan.

O SR. ALEXANDRE FURLAN – Muito obrigado.

Eu gostaria de externar os agradecimentos ao convite à Senadora Ana Amélia e cumprimentar os

integrantes da Mesa, o nosso querido Senador Armando Monteiro, e dizer, Senadora Ana Amélia, que fiz tantas anotações aqui que tenho certo receio de perder o encadeamento lógico de ideias aqui. Porque, assim, como os outros convidados fizeram, acredito, procuramos trazer algumas questões do ponto de vista eminentemente técnico, jurídico ou processual. Mas não me parece que isso seja oportuno neste momento, até porque os que me antecederam muito bem tocaram nesses temas.

Então, assim como fez o colega Pedro, acho que me cabe talvez uma contextualização um pouco político-institucional dessas questões. E para dizer que se nós temos hoje, enxergamos hoje, vivemos um cenário mundial hoje em que consideramos que o Brasil é um dos países que se pode chamar de a bola da vez e atrai os olhares do mundo inteiro em virtude do crescimento da sua economia, que, diga-se de passagem, é muito baseada no crescimento do consumo interno, no fortalecimento da massa salarial e nas exportações de *commodities*, haja vista... Eu sou catarinense, mas moro em Mato Grosso, e o Mato Grosso foi responsável por mais de 25% do superávit da balança comercial brasileira, exportando soja, milho, algodão e carne. Quer dizer, é este o País que nós queremos?

Então, quando a gente vê que o nosso crescimento é baseado nisso, e não centrado no investimento; quando a gente vê que hoje o Brasil investe menos do que 20% do PIB, e deveríamos investir muito mais do que isso; quer dizer, o grande desafio é que as empresas possam investir cada vez mais no nosso País e cada vez mais gerar empregos de qualidade e empregos que são tão necessários para essa massa toda de trabalhadores que o Brasil possui.

E quando a gente vai falar de investimento, eu acho que a gente não tem só que ter em mente que os investidores vão examinar se tem matéria-prima, se tem energia, qual é a disponibilidade, quais são os recursos naturais, como é que é a tributação do País, como é que é a logística, como é a qualificação de mão de obra. Principalmente, quem vem investir, ou está no País ou investe no País ele se preocupa com a segurança dos contratos e das relações jurídicas que propiciam esse investimento.

Nós, na CNI, claro que nós não podemos deixar de enaltecer a iniciativa do projeto, porque ele parte da premissa de que devemos ter uma revisão processual na execução trabalhista com vistas a torná-lo mais efetivo e célere, como já foi dito. Mas será que partindo só dessa premissa de sermos efetivos e sermos céleres, nós precisamos buscar ou trazer para esse projeto regras que subtraem princípios jurídicos, como já foram expostos aqui? O devido processo legal do contradi-

tório, da ampla defesa e muito da previsibilidade dos atos, que acho que esse é um grande problema.

A partir do momento que você concede a juiz a discricionariedade para que ele aja da forma que melhor lhe aprouver, utilizando regras do direito comum, nós não podemos desprezar, em nome dessa celeridade, da efetividade processual, outras regras. E acredito até que a celeridade e a efetividade dependem muito mais de uma reestruturação, como já foi dito pelo nosso Presidente da OAB, Ophir Cavalcante. Muito mais uma reestruturação administrativa, uma melhoria da gestão, uma valorização e aumento do número de servidores destinados a fazerem esses cálculos, do que a gente simplesmente achar que, por um projeto de lei, vamos satisfazer todas as necessidades.

Hoje, Senadora Ana Amélia, falo pela indústria de onde sou oriundo. Em 2001, voltamos aos níveis de participação da indústria brasileira do tempo do Juscelino Kubitschek. A indústria que já chegou a responder por – o Senador Armando Monteiro deve ter esses dados – 25% do PIB, um pouco de 25%, voltamos a responder por 15%. Estamos sendo aliados da possibilidade de, adequadamente, seguirmos com o crescimento econômico de forma sustentável e de forma segura.

Quando o Ministro Dalazen vem aqui e nos diz que ele se preocupa muito porque a CLT é de 1943 e ela é, como ele disse, anacrônica, precária e ineficiente, será que ela só anacrônica, precária e deficiente nos aspectos concernentes à execução, que são 17 artigos? E nos outros quase 900 artigos da CLT, será que ela também não é ineficiente? Será que nós não pecamos hoje pelo anacronismo da nossa legislação? Claro que sim.

E muito bem disse também o professor Estêvão Mallet. Quer dizer, muitas vezes não são só créditos de natureza eminentemente alimentar que estão sendo discutidos na Justiça do Trabalho. Já participei da Justiça – antigamente, era um juiz representando os empregadores perante um Tribunal do Trabalho - e não existiam as aventuras jurídicas com relação a dano moral que existem hoje. Hoje em dia dano moral é que nem batata frita, acompanha o prato na Justiça do Trabalho. Tudo é dano moral. Você exigir do empregado o cumprimento da responsabilidade que ele tem que ter enquanto empregado enseja que ele diga que houve um assédio moral pela ênfase dada pelo empregador para que ele cumprisse a sua obrigação.

Então, estamos vivenciando, Senadora Ana Amélia, problemas de cunho processual no cumprimento para dar mais efetividade no processo? Estamos. E por isso estamos aqui debatendo para um aprimoramento

da legislação. Mas nós também temos que observar o que está acontecendo no nosso mundo do trabalho.

Quer dizer, a gente fala em terceirização, os empregados falam imediatamente em precarização. Aí quem anda TAM está vendo, mostrei para a Senadora Ana Amélia, um negócio de uma mala alemã. Está lá a propaganda. Ela é terceirizada para sete países fazerem os seus componentes. Isso é precarização? A melhor mala do mundo.

Então, quando a gente vê que os países da Europa estão voltando ao regime de horas de trabalho, que eles reduziram, adequado, nós aqui caminhamos no sentido de que temos que diminuir o trabalho, porque o trabalhador trabalha demais. Quando o mundo inteiro está caminhando no sentido de que as relações de trabalho devem ser mais flexíveis, haja vista a heterogeneidade delas pelo Brasil, que é um país continental, a gente tenta desconhecer esses fatos. A gente tenta dizer que não. Você tentar fazer com que tenhamos uma maior facilidade negocial do que uma imposição legislativa, se vê isso como precarização, como subtração de direitos.

Acho que se queremos caminhar para a modernidade das relações de trabalho, queremos caminhar para um país que, efetivamente, quer ter o seu lugar entre as cinco maiores economias do mundo, temos que tratar o nosso país como um país que é uma das cinco maiores economias do mundo. Porque senão vamos ficar como esses dias eu vi um jornalista americano que veio fazer uma entrevista no Brasil, falar do nosso país, entrevistou o ex-Presidente Lula, entrevistou o nosso empresário tido como um dos maiores do mundo, que é o Eike Batista. E o Presidente Lula fez menção a todas essas melhorias que o Brasil teve, esse incremento da nossa população à classe média a possibilidade de aumentar o poder de compra e o Eike Batista dizia que ele só se tornou um dos mais ricos do mundo, porque o Brasil é um País de oportunidades que tem riquezas mineiras e tal. E, depois, quando o jornalista fecha e vai falar para o seu público nos EUA ele diz assim, é *unbelievable* ! É inacreditável que um País que tem tudo isso que se acabou de dizer aqui, mas que não tem uma educação de qualidade, que não tem segurança pública, que não tem logística, que não tem segurança nos seus contratos e que tem também uma saúde pública definhando, caminha a passos largos para ser uma das quintas economia do mundo.

Então, refletamos sobre isso também! Sobre o fato de quando se fala de que não se quer punir o mau empregador, me parece que isso às vezes não é bem visto na Justiça do Trabalho, porque assim como nós temos empregadores e empregadores, nós temos juízes e juízes. E, para se estabelecer critérios totalmente

subjettivos e que possam aumentar a discricionariade de dos juizes, nós estamos elastecendo o poder judicante e passando ao juiz a possibilidade de que faça algo além do processo, em prejuízo sim da segurança jurídica e das partes.

Era isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Alexandre Furlan que representou aqui a Confederação Nacional da Indústria e eu passo a palavra imediatamente...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Srª. Presidenta...

A SRª PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Srª. Presidenta, eu pedir licença porque, lamentavelmente, vou ter que me retirar e quero traduzir aqui o meu reconhecimento do que esse encontro propiciou e tenho certeza de que será assim até o final.

Lamentando não poder ouvir as duas últimas proposições, eu acho que propiciou aqui um debate de alto nível e acho que podemos compreender a delicadeza de alguns pontos que o projeto suscita, sobretudo na linha de assegurar a manutenção de conquistas que, de resto, são conquistas civilizatórias, ou seja, as conquistas relacionadas com o devido processo legal, com respeito a direitos fundamentais que não podem, de nenhuma forma, justificar retrocessos, ainda que a motivação possa ser...

Então, quero cumprimentar a todos os expositores pela qualidade do debate e traduzir também à Senadora Ana Amélia o testemunho do reconhecimento a sua atuação que esse momento aqui na Comissão que também revela da Senadora operosa, atenta, competente, que tem ajudado a elevar o nível do nosso trabalho aqui nesta Casa.

Meus cumprimentos também à Senadora e parabéns por essa...

A SRª PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Armando Monteiro pela participação e pelas palavras estimulantes a esta hora da manhã depois um dia já intenso de trabalho, antes ainda de já ter chegado a hora do alimento e estamos aqui discutindo alimentos.

Eu, então, convido a Drª Lidiane Duarte Nogueira, Advogada da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo – CNC – representante do Dr. Antonio José Domingos de Oliveira Santos, Presidente da CNC.

A SRª LIDIANE DUARTE NOGUEIRA – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de, em nome da Confederação Nacional do Comércio, agradecer o convite para participar desse rico debate.

Hoje com certeza vamos sair daqui um pouco mais enriquecidos com relação ao tema execução na Justiça do Trabalho.

Tivemos uma aula aqui com o Ministro e depois com os outros debatedores. Confesso que assim, também, como o Dr. Furlan, fiz inúmeras anotações, fiquei com receio de me perder em minha apresentação.

Preparei uma apresentação mais voltada para a parte axiológica dessa reforma, ou seja, voltada para os princípios que são tratados, que ensinaram, na verdade, essa proposta legislativa.

Então, em que pese essa louvável iniciativa do Judiciário Trabalhista que tem a finalidade de estudar e propor medidas para dar maior efetividade à execução trabalhista e, em muitos momentos, essa proposta não se afina com o princípios constitucionais que são: o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório, o duplo grau de jurisdição, bem como a previsibilidade dos atos processuais ou da tipicidade, a segurança jurídica e, a par disso, ela outorga amplos poderes aos magistrados, mitigando com isso princípios e direitos constitucionalmente garantidos.

O PL pretende incorporar à execução princípios como a efetividade da prestação jurisdicional, boa-fé processual e cooperação com vista à celeridade e economia processual. É o que se denota, por exemplo, no dispositivo em que se exige que o executado, que pretenda impugnar o cálculo, apresente a comprovação do valor que entende ser incontroverso ou que declare que os bens possam ser penhorados.

No processo de execução, nós temos alguns princípios que fundamentam esse processo, quais são: efetividade; tipicidade ou previsibilidade dos atos; princípio da responsabilidade patrimonial, ou seja, toda execução é real e não pessoal; da primazia da tutela específica, do contraditório; da cooperação; da menor onerosidade da execução; da proporcionalidade da adequação.

Desse modo, visando à efetividade, o juiz teria o poder/dever de adotar meios executivos que se revelassem necessários à prestação integral da tutela executiva. Todavia, pelo princípio da tipicidade ou da previsibilidade dos atos processuais, o magistrado só poderia proceder à execução valendo-se de meios executivos tipicamente previstos na lei, evitando-se com isso que agisse de forma arbitrária. Ou seja, a lei – ao definir os limites da atuação executiva do juiz – constitui uma garantia da justiça das partes no processo. Ao que parece, o Projeto de Lei quer garantir a atipicidade dos meios executivos sob o argumento de

dar efetividade às decisões. A questão é complexa e merece ser amadurecida, daí por que a riqueza deste debate aqui hoje para que possamos amadurecer as ideias aqui trazidas no bojo deste projeto.

Ele reforça, por exemplo, a possibilidade de o juiz adotar, de ofício, todas as medidas necessárias para o cumprimento de sentenças ou de títulos extrajudiciais ou, em havendo mais de uma forma de cumprimento de sentença ou execução, permita ao juiz adotar a que atenda às peculiaridades dos casos, a duração razoável do processo e sobretudo ao interesse do credor, ou seja, um critério extremamente subjetivo, e a execução deve pautar-se por critérios objetivos.

O princípio do contraditório, por sua vez, consiste na participação efetiva e adequada dos sujeitos interessados ao longo do processo. E não poderia ser diferente no processo executivo, no processo de execução. Há contraditórios na execução. O princípio do contraditório é corolário do devido processo legal, dele se extraindo a necessidade de dar ciência às partes de todos os atos que serão realizados e das decisões ali proferidas, bem como a necessidade de conferir a oportunidade à parte de contribuir com o convencimento do juiz.

Um procedimento que não se assegure o contraditório não é um procedimento jurisdicional, poderá ser uma sequência de atos, mas não um procedimento jurisdicional nem mesmo um processo. É óbvio que esse princípio não se aplica na execução com a mesma intensidade que incide no processo de conhecimento, mas indubitosa é sua aplicação. Na execução, tanto o exequente quanto o executado têm o direito de ser cientificado dos atos processuais. Aqui foram dados vários exemplos com relação à penhora. Não me cumpre aqui repetir todos os exemplos, mas estou aqui apenas sintetizando. Quem atua na Justiça do Trabalho sabe que a penhora é efetuada de forma rápida, célere, mas o desbloqueio de qualquer penhora demora dias, muitas vezes meses – não é com a mesma celeridade. Então, não é com a mesma moeda.

Então, na verdade, o princípio... Temos de tratar ainda do princípio da boa-fé processual, que é muito relevante no processo de execução. Esse princípio está intrinsecamente ligado ao princípio da menor onerosidade da execução, que não se trata de uma cláusula geral de proteção do executado, mas de uma norma de proteção do executado – uma das normas de proteção. Ao proibir que a execução se dê de forma onerosamente abusiva para o executado, esse princípio serve à tutela da dignidade da pessoa humana. O princípio não autoriza a interpretação de que o valor da execução seja reduzido, mas sim que se possa pedir a substituição de um determinado bem que tenha sido penhorado,

por exemplo. Então, deve optar-se sempre pelo meio menos gravoso ao executado, desde que eficaz. Então, o princípio da menor onerosidade também está ligado ao princípio, não só da boa-fé, mas também da dignidade da pessoa humana, daí porque frequentemente esse princípio está em rota de colisão com o princípio da efetividade. No ponto, vale destacar que a execução é um ambiente propício para o surgimento de diversos conflitos (só aqui já relatei alguns dos conflitos entre princípios que podem acontecer no curso do processo de execução). Então, o princípio da efetividade, por exemplo, que fundamenta este PL, choca-se muitas vezes com o princípio da dignidade da pessoa humana que, embora também sirva ao exequente, costuma ser invocado para fundamentar a existência de uma série de regras de tutela do executado como, por exemplo, as regras que preveem impenhorabilidade.

O princípio da segurança jurídica, em geral, choca-se com o da atipicidade ou o da previsibilidade dos atos processuais dos meios executivos que também estão consagrados no PL. Então, no bojo do PL nós temos vários conflitos que se encontram em rota de colisão e que devem ser sopesados. Assim, o princípio da proporcionalidade tem uma aplicação muito frequente e muito relevante na execução e deve ser ponderado nesse caso também. Por exemplo: em decorrência da aplicação do princípio da proporcionalidade na execução, a jurisprudência e a doutrina já entenderam que o art. 655 do CPC, que trata da ordem de nomeação de bens, ele deve ser relativizado, mas ele deve ser relativizado seguindo os princípios da efetividade e da dignidade da pessoa humana.

Outro conflito ainda que constantemente se verifica no curso da execução é entre o princípio da efetividade e do contraditório, que muito se falou aqui. Assim, em decorrência da aplicação desse princípio, tem sido admitido, em muitos casos, o cabimento de exceções e objeções no curso do processo da execução que aborda, muitas vezes, não só questões ligadas a vícios formais, mas até tratando, muitas vezes, de relação jurídica ligada a direito material.

Encerrando, então, apenas para a gente não extrapolar muito de nosso tempo, há, enfim, a necessidade de se pôr a salvo o patrimônio do executado que é fundamental para o cumprimento dessas decisões trabalhistas e, ao mesmo tempo, é necessário resguardar os interesses do exequente. Então, nós temos dois pontos a serem sopesados.

Quando ficar patente a necessidade, a adequação, a razoabilidade da medida para o caso concreto, ou seja, quando for justa a medida na tensão entre princípios protetores dos interesses das partes, essa tomada de justiça somente se chega através do prin-

cípio da proporcionalidade no âmbito do devido processo legal, sobretudo no que diz respeito aos poderes a serem exercidos pelo juiz no curso do processo de execução.

A SR^a PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr^a Lidiane, também pela exposição que aborda aspectos muito semelhantes aos que já vieram, mas com uma outra – digamos – perspectiva de avaliação nesse PLS 606.

Eu paço a palavra... Também queria que o nosso Senador Casildo Maldaner passe a presidir aqui...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Faço questão que a nobre Relatora que está... Veja como dá dor de cabeça tentar buscar o melhor consenso.

A SR^a PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Eu quero, então, passar a palavra ao Sr. Antonio Rosella, último expositor. Advogado da Força Sindical, representante do Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

O SR. ANTONIO ROSELLA – Bom dia a todos... Bom dia, boa tarde... Já estamos aqui quase na hora do al...

Trago, em nome da Força Sindical e em nome do Deputado Paulinho Pereira da Silva, agradecer imensamente à Senadora Ana Amélia a participação da Força Sindical aqui no debate. Representando o grupo de trabalhadores da Força Sindical, eu trago algumas contribuições que, no entender da entidade, podem ser acrescidas ou não, dependendo-se da condição.

Mas o mais importante, em nome da Força Sindical, Senadora, é o fato de que nós tivemos aqui várias manifestações destacando a importância do tema. O que ocorre é que hoje nós temos na Justiça do Trabalho os processos normais de conhecimento, como foi colocado pelo Presidente do TST, e nós temos a execução.

A execução trabalhista segue o rito do processo civil quando aplicado subsidiariamente, ou seja, aquilo que a Justiça do Trabalho, aquilo que a CLT não estabelece, nós vamos em busca do CPC – do Código de Processo Civil. Mas também no art. 889 da CLT, nós vamos encontrar ainda a aplicação dos procedimentos aplicados ao executivo fiscal: a dívida do Tesouro Nacional. Então, nós temos na Justiça do Trabalho – e que pode ser considerado – algumas legislações aplicáveis e que agora está sendo trazida no projeto de lei, ou seja, está sendo compilada para a CLT. Então, sob esse ponto de vista, o projeto é de grande importância. Ou seja, nós vamos trazer aquilo que se aplica de vários setores ou vários compilados, aplicando-se subsidiariamente, trazendo para dentro da CLT. Portanto, o projeto tem uma importância muito grande. Alguns

pontos que foram debatidos aqui foram trazidos, como a especial contribuição do Dr. Estevam Mallet, em que eles aprimoram diversos artigos, adaptando-os para a aplicação do contraditório, da ampla defesa; enfim, conduzindo o projeto para determinadas críticas que foram colocadas aqui quanto à proteção do devedor, quanto à proteção de terceiros, etc, etc. Em resumo, o fato, para nós da Força Sindical, é que o projeto tem uma força muito grande porque ele vai sistematizar o que se aplica hoje, esparsamento, indo buscar de uma ou de outra forma. Nós temos sim algumas objeções... E aqui eu vou trazer a primeira objeção:

O art. 876-A coloca que seria aplicado, nas execuções da Justiça do Trabalho, apenas acrescentando, além da execução hoje (na Justiça do Trabalho) das sentenças, esse projeto traz, como acréscimo, os títulos extrajudiciais – o que me parece também não ser muita novidade. Hoje você tem o Termo de Ajustamento de Conduta, o Termo de Ajustamento de Comissões de Conciliação Prévia que se aplicam na execução da Justiça do Trabalho que também estaria em aprimoramento.

No art. 876-A, o projeto só utiliza a aplicação... “Aplica-se ao cumprimento de sentenças e à execução de títulos extrajudiciais as regras do direito comum.” Retiram-se os preceitos que regem os executivos fiscais – o que hoje está no art. 889 da CLT. Esses preceitos que regem os executivos fiscais poderão solucionar uma série de críticas que estão sendo colocadas hoje quanto à condução do juiz de forma subjetiva, ou seja, poderá ser aplicado resolvendo também uma série de problemas. Então, o acréscimo que nós estamos sugerindo é que no art. 876-A se coloque também, além do direito comum, os preceitos que regem os processos executivos fiscais de cobrança, que é o art. 889 da CLT, hoje.

O outro aspecto que nós levantamos e que é de importância fundamental para os trabalhadores é o que diz respeito ao art. 883-A... É isso mesmo? Não... Espere um pouquinho... É o... Projeto que cria uma figura do... É o 885-A...

Assinados, os atos de expropriação serão impugnáveis apenas por ação anulatória, ou seja, na medida em que você inicia uma execução na justiça do trabalho, você tem um ato de expropriação, uma penhora de um bem, hoje você pode entrar com embargos de terceiros, ou então se o empregador garantir a execução ele pode impugnar a liquidação da sentença. Havendo a penhora cria-se a figura da ação anulatória. A ação anulatória vai ensejar as ações na execução e, na opinião dos trabalhadores, só vai acrescentar mais uma medida que pode ser utilizada para procrastinar o processo. Ou seja, a execução nas justiças, de acordo

com o código de processo civil, se aplica estabelecido o valor da execução, notifica para pagamento sob pena de pagar os 10% – que é o 475. Não pagou, vamos lá e executamos. Penhoraram-se bens, ele pode garantir e impugnar o crédito. Aqui na justiça do trabalho. Agora neste artigo se cria a ação anulatória de uma penhora. Cria-se novo expediente quando, na verdade, se houver a penhora de um bem o devedor tem a forma de impugnar na execução propriamente dita, no processo ou embargos de terceiros. Não se pode criar aqui e aí a nossa crítica para supressão do 885, a, que cria uma ação anulatória para o fato de uma expropriação de bens.

Outra crítica bastante contundente da Força Sindical é a exclusão do artigo 887, a, e seus parágrafos. Aqui eu explico. Aqui se diz: as condenações genéricas impostas em sentenças coletivas e direitos individuais homogêneos serão cumpridas em ações autônomas individuais ou plúrimas. Ou seja, o sindicato hoje tem a prerrogativa de ingressar na justiça do trabalho como substituto processual dos trabalhadores. Ele ingressa e apresenta a relação de trabalhadores, reconhece o direito homogêneo que vai ser executado. Na hora da execução vou desmembrar em *n* processos inclusive aqui o dispositivo diz o seguinte: o juiz definirá o número de integrantes de cada grupo os quais devem demonstrar adequação do seu caso concreto ao conteúdo da sentença. Ou seja, eu tenho um direito reconhecido por meio de uma sentença coletiva como substituto processual. E depois tenho que desmembrar entre os interessados para criar *n* processos ir na busca dos trabalhadores, pegar procuração, ingressar, o juiz ainda tem autonomia de dizer quantos trabalhadores participariam da liquidação de uma sentença em que ele é substituto processual. Portanto, hoje não existe essa hipótese na justiça do trabalho, havendo ação de cumprimento qualquer que seja como substituto processual, o sindicato executa, apura-se no final todos os trabalhadores, o substituto pratica os atos e depois executa. Aqui se determina que se divida em ações individuais. Daí por que a crítica da Força e aqui é a supressão desse artigo 887, parágrafos 1º e 2º, que estabelece essa obrigação, ou seja, impede que o substituto processual execute as ações dos substituídos.

Seriam essas as posições da Força Sindical em relação à matéria, parabenizando o projeto e contando com a colaboração da Senadora para que nós tenhamos realmente compilado a execução na CLT.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito ao Antônio Rosela, que foi o último expositor.

De fato, a gente percebeu ao longo desta manhã o quão polêmica e complexa é esta matéria e quanto

trabalho vai dar para a nossa Consultoria Legislativa do Senado – que é muito competente, aliás –, a minha responsabilidade também.

É bom se ressaltar que não há lei justa e boa que tenda para um lado. A lei boa é a do equilíbrio e é justamente isso que a gente tem que buscar como responsabilidade porque se pendermos para um lado aquela balança não estará adequadamente correspondendo aos anseios de um regime democrático como estamos vivendo. Então foi extremamente valioso.

Como as exposições do Dr. Mallet, da Dr^a Lidianie e do Alexandre tiveram um ponto em comum, apenas num aspecto que o Pedro, representante da CUT mencionou, e que me chamou a atenção, porque, como você, Pedro, também não sou um profissional da ciência do Direito, mas é o senso comum que, às vezes, funciona tão bem quanto a academia porque o senso comum é o prático, é o que a gente vive.

Você falou aqui contrariamente a parcelamento de débito. Então, eu me lembrei no senso comum que eu recebi do Imposto de Renda, que eu tenho que pagar, eu devo, eu recebi a proposta de pagar todo o imposto devido ou parceladamente em quatro ou seis meses. Isso vai depender da minha capacidade de fazer esse pagamento. Ou porque sou assalariada e aí tenho que fazer de acordo com a minha renda. Então imagino que, se você elimina o parcelamento de uma dívida, você está nivelando o bom e o mau pagador. Acabando com o parcelamento, eu penso que se está nivelando. Porque se eu fiz, no caso do Imposto de Renda, apenas para ilustrar e exemplificar esse parcelamento, eu vou pagar, porque se não pagar terei consequências. Então aí a questão é ter consequências o não pagamento numa questão parcelada.

Penso também que hoje nós estamos vendo um mundo que não se fala mais em mercado de trabalho, mas fala-se no trabalho em si, o trabalho, o mundo do trabalho, e esse mundo do trabalho está mudando. Claro que o capitalismo brasileiro não tem a ver com o capitalismo japonês, em que o empregado tem, na empresa, uma vitaliciedade quase. Ou o chinês, que é também muito diferente do nosso em relação aos direitos trabalhistas. Mas nós temos que ir àqueles que estão próximos de nós ou que têm mais afinidades culturais com o Brasil.

E também a relação ter um equilíbrio que, no senso comum, é não matar a galinha dos ovos de ouro. É ter um entendimento de que é bom, é preciso urgentemente resguardar os direitos do menor, do que tem menor força, que é o trabalhador. Mas se a gente partir para o fato de que tem que penalizar sob todos os aspectos o empregador, sem distinguir o bom do mau, também se acaba caindo num radicalismo que

não ajuda o próprio trabalhador na geração de novas oportunidades. Quanto mais se inibe o setor empreendedor, mais se aumenta a informalidade no Brasil.

Eu tenho este sentimento de que nós temos que criar as condições de a lei ajudar o trabalhador em tudo o que for necessário a sua proteção e também que o ambiente para o empreendedor tenha base, como para o trabalhador, no estrito mandato da segurança jurídica. Quando a gente tiver um passo em falso para um lado ou para outro, a gente não está tendo segurança jurídica, nem legalidade, e nem justiça, que é a palavra maior. Então só o ponto que me chamou a atenção foi este de você propor o fim da possibilidade de parcelamento nas dívidas, nas execuções trabalhistas. Apenas esse é o ponto que eu queria verificar usando esse exemplo simples do Imposto de Renda.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Serei bem rápido, Senadora, me permita, sei que o tempo já está esgotado. Mas o que nós queremos fazer neste debate é o seguinte: não somos contrários à possibilidade de acordo para ter o parcelamento entre as partes. Agora, que a própria lei já estimule o parcelamento é o que questionamos porque isso leva a uma acomodação do devedor. Se posso parcelar... Eu acho que é um processo que deve ser produto de negociação entre as partes e do próprio magistrado numa situação desta, particular, de avaliar a posição do devedor. Não queremos aqui transformar o devedor num monstro, também não queremos que se proteja o devedor em detrimento do direito do trabalhador. Seria uma imparcialidade, é a balança.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ninguém quer.

O SR. PEDRO ARMENGOL – É a balança.

Inclusive, hoje há acordos entre o devedor e o credor de parcelamento de débitos. Já existe hoje, no próprio cotidiano já existe. Agora, a lei, estimular esse parcelamento, é o que questionamos. Por que ela estimula? Acho que cada caso é um caso, com as suas particularidades e as condições das partes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito, foi bem esclarecedora a posição, e eu passo a palavra, com prazer, ao Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para acrescentar neste debate. Eu estava me lembrando os que pagam imposto de renda agora até o dia 30, os que pagam dia 30 pagam, e os que queiram parcelar em até seis vezes podem parcelar, mas tem que pagar uma parte agora e o que pagar nestas seis parcelas recebe os encargos e juros. Fizeram a conta e disseram que é melhor pagar logo, se puder, porque não há nenhum fundo desses ou poupança que... porque a Receita cobra mais caro. Aí

o empregador vai fazer questão, se puder, de pagar logo, porque guardando o dinheiro ele vai ganhar menos do que pagar logo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Esse é o raciocínio.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – O Imposto de Renda está do mesmo jeito.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu passo a palavra ao Antônio.

O SR. ANTÔNIO ROSELLA – Só um detalhe. O CPC prevê a hipótese colocada aqui de pagamento do valor em parcelas. Realmente, título extrajudicial, eu não discordo que seja feito. O que ele está colocando é o seguinte: nós temos um processo judicial de conhecimento que demore anos. Chega ao fim do processo, você parcela. A nossa opinião também nesse sentido é que com relação ao título extrajudicial não há problema de você pagar 30% e parcelar. Todavia, sentença judicial, que passou por todos os trâmites da Justiça chega ao final e “ah, não, então vou pagar em parcelas”. É esse o critério, é essa distinção entre o aspecto do CPC e a Justiça do Trabalho. E nós estamos dizendo que realmente o título extrajudicial parcela-se, que é dívida do Imposto de Renda, porém a sentença judicial, só se houver acordo. É esse o ponto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bem esclarecido esse ponto, eu queria renovar imensamente...

Preciso, sim. Eu ia pedir para vocês uma cópia aqui de todas as posições que a força sindical está deixando. Os demais, também, todos nós ficaremos com eles para efeito de assessoria.

Eu queria agradecer imensamente a participação dos nossos palestrantes, que vieram dar valiosíssima contribuição a um debate de um tema que como já ficou expresso aqui por todos, a partir da manifestação do Presidente da OAB, mas também o presidente João Orestes Dalazen, que é, enfim, o formulador e inspirador deste Projeto de Lei do Senado nº 606, que trata das execuções trabalhistas.

Agradeço ao Dr. Ophir Cavalcante, Presidente da OAB, ao Dr. Renato Henri Santana, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, os três se afastaram por razões justificadas, ao Dr. Estevão Mallet, representante do Dr. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, ao Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, CUT, representante do Presidente da entidade, Artur Henrique da Silva, ao Dr. Alexandre Furlan, vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, e Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo da Associação Nacional da In-

dústria, representando o seu Presidente Robson Braga de Andrade, à Lidianie Duarte Nogueira, advogada da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, CNC, representando aqui o Dr. Antonio José Domingues Oliveira Santos, Presidente da entidade, e o Antonio Rosella, advogado da Força Sindical, representante do Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical.

A todos, os nossos agradecimentos, especialmente ao Senador Casildo Maldaner, que presidiu a primeira parte desta audiência pública, e aos demais participantes representantes do Tribunal Superior do Trabalho, assessoria de todos os setores que vieram nos dar este privilégio.

Antes de encerrar esta reunião, eu queria só para efeito formal, ler o requerimento do Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado: requeiro, nos termos do artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão política de interesse parlamentar minha ausência dos trabalhos desta Casa legislativa no dia 26 de abril, hoje, em curso quando participarei de reuniões político-partidárias no Estado que represento no Senado Federal.

O Senador é do Mato Grosso.

Então, está lido o requerimento, e a formalidade cumprida.

A todos muito obrigada, mais uma vez, e até a próxima oportunidade.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

Ata da 17^a Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura, Realizada no dia 02 de Maio, de 2012, quarta-feira, às nove horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, AtA Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal.

Às nove horas e trinta e oito minutos, do dia dois de maio de dois mil e doze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senhores João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Vicentinho Alves e Eduardo Suplicy das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lídice da Mata. Justifica a ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais Membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se

à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, de 2011- Não Terminativo** - Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2011 - Não Terminativo** - Acrescenta o art. 86-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica. **Autoria:** Deputada Professora Raquel Teixeira. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2011- Não Terminativo** - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2003** - Terminativo - Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, de 2007 - Terminativo** - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Vanessa Grazziotin, que lê o Relatório em substituição ao Senador Humberto Costa. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2007 - Terminativo** - Acrescenta inciso X e parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente portador de deficiência, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador

Lindbergh Farias. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, de 2011 - Terminativo** - Acrescenta o § 2º ao art. 482, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - CLT, para disciplinar o abandono de emprego. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Cyro Miranda, que lê o Relatório em substituição ao Senador Armando Monteiro. É concedido Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 678, de 2011 - Terminativo** - Modifica o caput e o § 1º do art. 6º-A e o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para conceder aos empregados domésticos o pagamento de seguro-desemprego, independentemente de inscrição no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. – **EXTRAPAUTA - ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 34, de 2012** - *Diante da tramitação, nas duas Casas do Congresso Nacional, de uma série de matérias que pretendem alterar a legislação referente às empregadas domésticas; e com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição e no inciso I do Art. 216 do Regimento Interno, solicito a V. Exa. seja encaminhado ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego o seguinte pedido de informações.- Com a aprovação da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que normatiza as condições dos trabalhadores domésticos, o Ministério do Trabalho e Emprego anunciou que criaria um Grupo de Trabalho (GT) para equiparar a dita Convenção às normativas internas brasileiras. Quando o GT foi criado? Quais seus membros? Quantas reuniões aconteceram? Onde podem ser encontradas suas atas? - Já existe uma proposta de alterações legislativas produzidas pelo GT? - Quando o governo pretende enviar ao Congresso Nacional o pedido de ratificação da Convenção?- Qual o prazo para encerramento dos Trabalhos?- Quais as medidas, sobre o tema, já estudadas pelo GT?* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata e os Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy e Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos hoje aqui oito itens, dos quais três não terminativos e oito itens terminativos.

Antes de tudo, quero pedir desculpas pelo meu atraso diante de questões aeronáuticas; infelizmente o avião atrasou um pouquinho em Cuiabá, mas estamos aqui de pé e às ordens para iniciarmos a nossa reunião que espero seja a mais proveitosa possível, tendo em vista que temos vários projetos. Entretanto, temos já alguns pedidos para retirada de pauta.

Quero fazer um apelo aos senhores e às senhoras senadoras que fazem parte desta comissão para que devolvam os projetos. Temos hoje 150 projetos nos gabinetes dos senhores relatores aos quais peço vênias para que V. Ex^{as} devolvam à comissão para o bom andamento dos trabalhos. Diante dos fatos que relatei aqui, deliberamos vários itens e temos hoje pouca matéria nas prateleiras. Então faço um apelo a V. Ex^{as} para que devolvam a todos os senadores que fazem parte da comissão.

Pela ordem, à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Foi providencial V. Ex^a mencionar o problema aeroportuário brasileiro porque, a cada dia que passa, mais problemas estamos enfrentando. Agora, no inverno, os problemas climáticos, a falta de condições para voos, o caso do Sul hoje, com aeroportos fechados, faz acumular muito. O aeroporto de Brasília estava, ontem e anteontem, com muita movimentação. Mas é preciso que as autoridades brasileiras prestem atenção nisso porque ele impacta sobre toda a atividade não só a nossa, mas toda a atividade econômica. É o primeiro registro.

O segundo registro que quero fazer é que concordo com V. Ex^a; de minha parte, os temas que recebi já estão todos encaminhados às relatorias.

O **Item 3**, eu queria pedir, para antecipar o trabalho, a retirada de pauta por interesse do próprio

governo, que fez essa solicitação. Então, peço a retirada de pauta do **Item 3**, que criminaliza a produção, a adulteração e a comercialização de agrotóxicos no País. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Ex^a será atendida na forma regimental. Está retirado de pauta o **Item 3**.

Quero comunicar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que foram pedidas as retiradas de pauta do **Item 1**, que tem relatoria da senadora Lucia Vânia, **Item 2**, também de mesma relatoria, assim como o **Item 6**, relator Lindbergh farias, que também pediu a retirada de pauta.

Tendo em vista que estamos aguardando a presença de outros senadores, eu indago da senadora lídice da mata se V. Ex^a, como é relatora do **Item 8**, está à disposição para relatar a matéria mesmo não tendo ainda quórum suficiente para esta matéria que é terminativa. Entretanto, para o bom andamento dos trabalhos desta comissão, V. Ex^a poderia relatar a matéria que se encontra às páginas 99, que é o **Item 8**.

Eu gostaria apenas que V. Ex^a aguardasse que eu leia aqui a matéria.

Item 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 678, DE 2011

- Terminativo -

Modifica o caput e o § 1º do art. 6º-A e o inciso III do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para conceder aos empregados domésticos o pagamento de seguro-desemprego, independentemente de inscrição no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– *Votação nominal.*

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, para proferir o seu relatório.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Sr. Presidente, eu ia mesmo solicitar antecipação para que eu possa cumprir outro compromisso.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 678, de 2011, sob exame nesta Comissão, em decisão terminativa, tem por finalidade estender aos empregados domésticos o pagamento de seguro-desemprego, ainda que não inscritos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Assim, o empregado inscrito no FGTS, dispensado sem justa causa, terá direito ao seguro-desemprego por um período máximo de seis meses; já aquele que não estiver inscrito no FGTS e for despedido sem justa causa receberá o benefício por um período de três meses.

Ao justificar sua iniciativa, a autora alega:

Uma das tendências legislativas mais notáveis dos últimos anos tem sido o reconhecimento dos direitos dos empregados domésticos.

Essa tendência não se limita à esfera legislativa brasileira, possuindo, mesmo, dimensão internacional, como demonstra a recente aprovação, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, da Convenção nº 189 e da anexa Recomendação nº 201, ambas sobre a expansão dos direitos mínimos dos trabalhadores aos empregados domésticos.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre Direito do Trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais, a norma, se aprovada, estará apta a entrar em nosso ordenamento jurídico.

Tendo em vista o grande alcance social da proposta, em relação ao seu mérito, tampouco há reparos a fazer, eis que, ao estender o benefício do seguro-desemprego também ao empregado que não é inscrito no FGTS, faz-se justiça à esmagadora maioria dos membros da categoria. Hoje, apenas 6% dos empregados domésticos têm direito ao seguro-desemprego.

É incompreensível que para o empregado doméstico o acesso ao seguro-desemprego dependa de sua inscrição no FGTS. Como se sabe, esse fundo não guarda qualquer relação com esse benefício, pois seus objetivos são: oferecer ao trabalhador, em troca da estabilidade no emprego, a possibilidade de formar um patrimônio; proporcionar ao trabalhador aumento de sua renda real, pela possibilidade de acesso à casa própria; e formar fundo de recursos para o financiamento de programas de habitação popular, saneamento

básico e infra-estrutura urbana. Tem a função, ainda, de garantir uma verba para emergências e ajuda de custo para assuntos importantes, como a saúde do trabalhador.

Atualmente, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, prevê a concessão do seguro-desemprego ao empregado doméstico, desde que o empregador contribua para o FGTS. O PLS nº 678, de 2011, pretende corrigir essa situação, estendendo o benefício do seguro-desemprego também ao empregado cujo empregador não contribua para o FGTS. Só que o número de parcelas do benefício ficaria reduzido a apenas três meses, o que, nesse particular, é incompreensível, eis que se trata de limite discriminatório.

Por outro lado, inexistente qualquer entrave jurídico-constitucional para a concessão do seguro-desemprego a todos os empregados domésticos formais, ainda que não haja a respectiva contribuição para o FGTS ou para o PIS-Pasep. É assim com o pescador profissional, que exerce atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, durante o período de proibição da pesca para a preservação da espécie. Também o trabalhador resgatado tem direito ao benefício, bastando sua identificação como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nada mais justo, portanto, que se estenda a todos os empregados domésticos o benefício do seguro-desemprego por um período máximo de três meses, de forma isonômica, independente da contribuição do empregador ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011, com a seguinte emenda:

Emenda CAS. Dê-se ao § 1º do art. 6º, a, e ao inciso III do art. 6º, b, da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2011, a seguinte redação:

Art. 6º, a, § 1º. O benefício será concedido ao empregado que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de 15 meses, nos últimos 24 meses, contados da dispensa sem justa causa.

Art. 6º, b, III. Comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária durante o período referido do inciso I, na condição de empregado doméstico.

Sala das Comissões, Presidente

Relatora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lídice da Mata. A matéria está em discussão.

Solicito aos Srs. Senadores que queiram discutir este projeto que se manifestem. *(Pausa.)*

Para discutir a matéria, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, cumprimento a Senadora Ana Rita, autora do projeto, e a Relatora, Senadora Lídice da Mata. Esse projeto é de grande alcance social.

Só quero lembrar que esta Comissão, ainda no ano passado, aprovou um projeto de minha autoria com teor muito parecido. Creio que a única diferença em relação a esse projeto é que, na ocasião, eu dizia que a empregada doméstica cujo patrão não recolhia Fundo de Garantia passaria a ter direito a uma parcela do seguro desemprego, ainda que não fosse inscrita no FGTS. E, neste caso, são três parcelas.

Portanto são projetos bem similares, mas quero registrar que a Comissão aprovou um projeto bastante parecido no ano passado.

De qualquer forma, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita e a Senadora Lídice da Mata, até porque ampliam o direito ao prever o pagamento de três parcelas de seguro desemprego. Parabéns à Relatora. Vou votar favoravelmente à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, Senadora Vanessa Grazziotin para discutir a matéria.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

É a oportunidade apenas de destacar a importância.

O Senador Rodrigo já mencionou a existência de outro projeto muito semelhante. Aliás, são muitos os projetos que tramitam aqui no Senado e na Câmara dos Deputados que visam ampliar os direitos das empregadas ou empregados domésticos, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Rita e a Senadora Lídice da Mata pelo relatório. Não tenho dúvida alguma de que são essas iniciativas, não importa quantas... Quanto maior o número de iniciativas melhor se torna a situação e mais favorável o clima para a sua aprovação.

Só quero lembrar, Presidente Jayme Campos... Não sei se é possível, mas gostaria de fazer um requerimento verbal de informação, porque, em fevereiro deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego criou uma comissão tripartite para discutir mudanças na legislação, a fim de adaptar a legislação brasileira à Convenção da OIT aprovada no ano passado que garante isonomia de direitos.

Então seria importante, Senador Jayme, um requerimento de informação por parte desta Comissão

ao Ministério do Trabalho e Emprego, para saber a quantas anda o trabalho desta Comissão e qual é o prazo, porque não sabemos nada além disso. Tudo já está pronto, o Brasil já recebeu a Convenção, e até agora não enviou ao Congresso Nacional para ser referendada. Então isso seria muito importante.

Quanto ao projeto, é justo, Sr. Presidente, porque um dos direitos não garantidos a elas é exatamente o recolhimento do FGTS, que é opcional. Se é opcional, é óbvio que a maioria dos empregadores que não são grandes empresas, são famílias, muitas vezes de trabalhadores também, que ganham um pouquinho mais, não vai pagar. Então cabe ao Estado garantir esse direito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a e faço uma indagação: V. Ex^a quer formalizar um requerimento para que possamos aprovar aqui, nesta Comissão, pedindo essas informações ao Ministério do Trabalho?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Podemos formalizar, mas não podemos aprovar o requerimento hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro que podemos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E aí formalizamos, porque a redação é exatamente esta: informar exatamente tudo que foi feito por essa comissão e as previsões de término, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já vou colocar em votação a proposta da Senadora Vanessa Grazziotin, entretanto, esse requerimento vai ser não só encaminhado por V. Ex^a mas todos nós seremos signatários para que o Ministério do Trabalho nos preste essa informação.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex^a puxa a lista das assinaturas como Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está capitaneado, liderado por V. Ex^a, Senadora Vanessa, que é a pessoa mais indicada...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, senhor. Nosso Presidente se chama Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero apenas ser signatário, tendo em vista que a proposta é de V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quero só solicitar que, antes da votação do requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, possamos votar a emenda que fizemos ao projeto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Lídice, a matéria é terminativa e não temos ainda quórum presencial, tendo em vista que estamos aguardando as presenças.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro, claro.

Nem um, nem outro. Está certo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Temos aqui a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa, Waldemir Moka, Ana Amélia, Cyro Miranda, Lídice da Mata e Rodrigo Rollemberg.

Estamos aguardando aqui. Acho que mais três Senadores seriam suficientes para votarmos a matéria. Tendo em vista que ainda não temos o quórum, então, não é possível votar a emenda que V. Ex^a propôs. Então, vamos aguardar. Imagino que, daqui a cinco ou dez minutos, teremos quórum e, aí, vamos votar.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a tem assegurada a sua fala.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, quero enaltecer a iniciativa da Senadora Ana Rita e o parecer da Senadora Lídice da Mata. Estou de acordo e votarei favoravelmente.

Acho importantes as informações que a Senadora Vanessa Grazziotin propõe que obtenhamos do Ministério do Trabalho.

E eu gostaria de aqui registrar que, na hora em que examinamos um projeto como a extensão do seguro-desemprego para os empregados domésticos e para as empregadas domésticas, é importante ressaltar que há uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004, que, quando for implementada, terá de ser considerada nas suas consequências com respeito a todas as formas de transferência de renda, inclusive o seguro-desemprego.

Trata-se do direito de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, de participarmos todos da riqueza da Nação. Isso já é uma lei, a Lei nº 10.835, de 2004, que diz que será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como, por exemplo, hoje faz o programa Bolsa Família, até que, um dia, esse será um direito universal dos 191 milhões e poucos dos brasileiros e das brasileiras, inclusive os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais. Mais e mais, poderemos contribuir para implementação dessa proposição, inclusive da mesma

maneira que os primeiros programas de garantia de renda mínima associados à educação ou o Bolsa-Escola, que hoje se constituem no Bolsa Família, que se iniciaram localmente. É perfeitamente possível que a renda básica de cidadania também seja implementada primeira nos Municípios e nos Estados até que seja na Nação inteira. Então, passos estão sendo dados nessa direção. Apenas quero aqui registrar que é importante a consciência de todos os Senadores sobre essa lei já aprovada, para ser instituída por etapas.

Muito obrigado, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Pela ordem de inscrição para debater a matéria, o Senador Cyro Miranda, Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Também para discutir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Eu parablenizo principalmente a relatora e digo que voto em função da emenda. A emenda realmente veio dar corpo a esse projeto, que, a meu juízo, ficaria um pouco prejudicado não fossem as emendas da Senadora Lídice da Mata, a quem parablenizo.

Voto com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Cyro.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para discutir a matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, cara Senadora Lídice da Mata, nobre Relatora, apoio também a iniciativa da Senadora Ana Rita, em conjunto com a relatoria, aperfeiçoando um dispositivo de caráter social para as empregadas domésticas.

A medida é importante porque, neste momento, há uma mudança substantiva na natureza desse trabalho em função das alternativas que as mulheres estão obtendo, saindo desse trabalho e indo para outras atividades, como, por exemplo, a construção civil, com carteira assinada e melhor qualificação. Assim, o trabalho doméstico está ficando mais restrito, a oferta dessa mão de obra está se restringindo. Então, também nesse aspecto, é uma proteção adicional, como disse o Senador Cyro, o substitutivo apresentado pela Senadora Lídice da Mata, pois aperfeiçoa e viabiliza socialmente, do ponto de vista da receita do Estado, o pagamento desse seguro extremamente importante e valioso.

Queria agradecer e cumprimentar a Senadora, dizendo que voto a favor.

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu só queria dizer que estarei na Comissão de Educação, onde tenho uma audiência pública sobre a Copa do Mundo. Como sou Relatora naquela Comissão da Copa de 2014, às 10h me deslocarei para lá; porém, quando estiver fal-

tando um voto, é só me chamar que venho aqui para complementar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sob protestos, porque V. Ex^a vai se retirar para a Comissão de Educação, aceitamos a explicação que nos apresenta aqui quanto à sua participação lá, naquela Comissão.

Vamos suspender a votação, então, Senadora Lídice – V. Ex^a que é a Relatora –, diante da falta de quórum.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Do **Item 8**; claro!

E, baseado no art. 215:

São escritos os requerimentos não referidos no art. 214 e dependem de votação, por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

de informação a Ministros de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, conforme (CF, art. 50, § 2º).

Dessa maneira, o requerimento de V. Ex^a está baseado no art. 215.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Item 4.

Trata-se de um projeto que, a pedido do Relator da matéria, Senador Mozarildo Cavalcanti, será retirado de pauta para melhor reexame do relatório.

Item 7.

Consulto o Senador Cyro Miranda se poderia relatar *ad hoc* esse projeto que tramita na Comissão em decisão terminativa. *(Pausa.)*

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, DE 2011 **- Terminativo –**

Acrescenta o §2º ao art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), para disciplinar o abandono de emprego.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº 637, de 2011.

Observações:

– A matéria constou nas Pautas dos dias 18 e 25 de abril de 2012, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

Registro a honrosa presença do Senador e amigo Cícero Lucena.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, designado Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

V. Ex^a está com a palavra, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade, Envaideço-me por ser designado relator *ad hoc* em um relatório da lavra do Senador Armando Monteiro.

Encontra-se em exame nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp. Trata-se de proposição que pretende alterar o § 1º do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para considerar justa causa para a demissão de empregado, por abandono de emprego, a falta injustificada ao trabalho por vinte dias ininterruptos.

Também há previsão de notificação do empregado, pessoalmente ou pelo correio, da aplicação dessa penalidade e, caso o trabalhador penalizado não venha a ser localizado, prevê-se a publicação de edital para notificá-lo.

O autor afirma, nos termos da justificação à proposta, que a “legislação trabalhista nada dispõe a respeito da caracterização do abandono de emprego, cabendo tal tarefa à jurisprudência trabalhista, que fixa como regra geral caracterizar o abandono de emprego a existência de dois elementos: o objetivo, que é o real afastamento do empregado do seu local de trabalho, e o subjetivo, consubstanciado na intenção, no ânimo do trabalhador (*animus abandonandi*), ainda que implícito, em não mais manter-se vinculado ao seu empregador...”.

Análise

A alteração proposta, insere-se na competência desta Comissão. Normas sobre essa matéria – configuração do abandono de emprego – são de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre normas trabalhistas é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48.

Quanto à iniciativa e à competência para legislar, então, não há impedimentos formais, e tampouco há impedimentos de natureza material em relação aos dispositivos constitucionais. Foram respeitadas, além disso, as normas técnicas que regem a elaboração das leis, os dispositivos regimentais e os pressupostos de juridicidade.

Analisando o mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da proposta, dada a relevância dos argumentos expostos pelo autor.

Atualmente, a matéria é praticamente regida pela Súmula nº 32, do Tribunal Superior do Trabalho, que prevê trinta dias de falta para a caracterização do abandono, a partir dos quais cabe ao empregado

comprovar que não houve intenção de abandonar a relação de emprego.

Na prática, os empregadores publicam editais e procuram localizar o empregado, para evitar maiores surpresas. O que a proposição faz, além de reduzir o prazo em dez dias, na verdade, é alçar a conteúdo legal a exigência de notificação do empregado para a caracterização da justa causa.

Dessa forma, aumenta a segurança jurídica nas relações entre empregados e empregadores, ao tornar claras as disposições sobre o tema, sem exigir um conhecimento especializado, por empregados e empregadores, da jurisprudência.

O conhecimento profundo da jurisprudência é incompatível com a simplicidade das relações de trabalho e a inexistência de uma norma jurídica clara sobre o assunto torna tormentosa a caracterização do abandono de emprego, com polêmicas, discussões judiciais e protelações desnecessárias.

Por essas razões e aquelas elencadas pelo autor consideramos válidas, no mérito, as mudanças propostas. Na atualidade, não se pode mais admitir que pessoas simplesmente desapareçam por vinte dias, sem qualquer razão plausível, e sejam, em seguida, reintegrados ao trabalho sem qualquer responsabilidade pela indenização dos danos causados ao bom andamento da produção. A relação de emprego é uma relação de confiança, incompatível com a desinformação e os subterfúgios.

Voto

Assim, inexistente vício de inconstitucionalidade ou juridicidade, e presentes as razões de mérito expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011, de autoria do nobre Senador Valdir Raupp.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria. **Item 7**, página 91. É o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2011.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a proposição de autoria do Senador Valdir Raupp e examinada, agora, pelo Senador Cyro, pretende alterar a CLT para considerar justa causa para a demissão de empregado por abandono de emprego ou falta injustificada por vinte dias ininterruptos. Há previsão de notificação do empregado pessoalmente ou pelo correio da aplicação dessa penalidade. E, caso o trabalhador penalizado não venha a ser localizado, prevê-se a publicação de edital para notificá-lo.

Eu queria levantar algumas observações. A redução do prazo atual utilizado pela jurisprudência, que é de trinta dias, para vinte dias, está sendo feita sem uma explicação convincente a respeito dessa opção legislativa. Há um problema técnico nessa proposição. A justificativa da proposta sinaliza que a comunicação seria uma oportunidade para o trabalhador justificar sua ausência ao serviço.

Ocorre que o disposto no art. 482, § 2º, inciso I, afirma que o empregador deverá notificar o empregado da aplicação da justa causa por abandono de emprego caso este não retorne antes de completar 20 dias de ausência injustificada. A própria lei já afirma que a justa causa por abandono de emprego decorrerá da falta injustificada por 20 dias ininterruptos. Portanto, não haveria sentido em avisar o trabalhador disso, porque a lei já o faz.

O Ministério do Trabalho e Emprego observa que a proposição legislativa seria mais correta se simplesmente introduzisse dispositivo legal segundo o qual, diante da ausência injustificada do trabalhador ao local de trabalho por período igual ou superior a 30 dias, facultasse ao empregador considerar extinto o contrato de trabalho por justa causa, sem maiores burocracias.

Sr. Presidente, avalio que seria importante uma melhor reflexão. Gostaria de pedir vista, com todo respeito à iniciativa do Senador Valdir Raupp e do relator, para um eventual aperfeiçoamento do projeto.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pedido de vista concedido baseado no art. 132.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu também tenho uma preocupação sobre o projeto e gostaria também de pedir vista, propondo a vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a. Pedido de vista coletivo.

Nesse caso, com pedido de vista, vamos aguardar naturalmente a manifestação dos demais Senadores.

Item nº 5. Consulto se a Senadora Vanessa Graziotin pode relatar o **Item nº 5**, pág. 64. (Pausa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2007 **- Terminativo -**

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obriga-

toriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico.

Autoria: Senador Valdir Raupp

A relatoria seria do Senador Humberto Costa, mas está sendo nomeada *ad hoc* a Senadora Vanessa Grazziotin.

O relatório é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007.

Em 06.05.2009, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT aprovou parecer pela declaração de prejudicialidade do projeto.

Em 11.08.2009, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Comissão de Meio Ambiente, muito bem presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, aqui presente, aprovou parecer pela declaração de prejudicialidade do projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o relatório. V. Ex^a está com a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

O relato importante que V. Ex^a acaba de fazer me permite ir diretamente à análise do projeto, mas quero destacar o porquê da prejudicialidade. Vai estar escrito mais resumidamente. É porque já há uma lei. Inclusive, fiquei muito feliz porque é uma lei que teve início com o projeto que apresentei na Câmara dos Deputados, e nós o apelidamos de a “lei do rastreamento de medicamentos”.

V. Ex^a que atua no setor primário sabe bem disto: todo o gado do Brasil é perfeitamente rastreável, isso por uma exigência sanitária. Então, o gado é isso. Mas medicamento para uso humano, de pessoas, não o era. Não havia nenhum tipo de controle mais seguro por parte do Estado brasileiro, não só para evitar fraudes, como pirataria e falsificação de medicamentos, mas até para ter a possibilidade de ver exatamente, em problemas de falhas, num período muito curto, ter o Governo instrumento de localizar para onde foi determinado lote, determinado número de medicamentos.

Então, o Brasil dispor de um sistema de rastreamento para o reconhecimento imediato do medicamento é algo fundamental para a saúde pública. E isso já é lei. A Agência de Vigilância Sanitária fez inúmeras audiências públicas para definir qual seria a metodologia, qual seria a tecnologia utilizada para esse rastreamento.

Dito isso, Sr. Presidente, não há como essa proposição prosperar, tendo em vista que o assunto, como disse, já está normatizado, nos termos do art. 334, I, § 4º do Regimento Interno do Senado Federal.

Fica, portanto, prejudicada a apreciação do Projeto nº 521, de 2007.

Mas eu não poderia deixar, Sr. Presidente, antes de declarar o voto, de cumprimentar o Senador Valdir Raupp, que é o autor dessa proposição. E reparem, o projeto é de 2007. Na época ainda não havia a legislação sobre o assunto, ela ainda não havia sido aprovada. Tendo em vista a aprovação da mesma e cumprimentando o Senador Valdir Raupp pela iniciativa, infelizmente nós temos... Infelizmente, não. Felizmente, porque o objeto do projeto já vigora no País, já é lei.

Então o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade, com o consequente arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2007, nos termos do art. 334, inciso I, § 4º, do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin, e declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Está em discussão a matéria.

Como não há nenhum Senador interessado em discutir a matéria, vamos suspender a discussão diante da falta de quórum para a votação, por ser um projeto de caráter terminativo. Vamos aguardar a próxima sessão para colocarmos em votação. Se entenderem, o autor ou o relator, que devemos voltar a discutir a matéria, não haverá nenhum impedimento legal, uma vez que a matéria é muito importante.

Então vamos suspender a discussão desta matéria para aguardar a próxima sessão.

Quero comunicar que dia 8, terça-feira, às 10h30, teremos uma audiência pública da CAS destinada a debater a odontologia e a saúde suplementar no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2012, CAS, de autoria do Senador Paulo Davim.

No dia 10, quinta-feira, às 9 horas, teremos audiência pública da CAS destinada à apresentação do relatório de atividades da Anvisa, em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2012, CAS, de autoria do Senador Wellington Dias.

Então, no dia 8, CAS, no dia 9, quarta-feira, será a nossa sessão, às 9 horas, e no dia 10, quinta-feira, teremos essa audiência pública da CAS, destinada à apresentação do relatório das atividades da Anvisa, em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2012.

Queria fazer apenas um comentário em relação ao dia de ontem.

Ainda no clima das comemorações do Dia do Trabalhador, gostaria de ressaltar a importância desta Comissão de Assuntos Sociais nos debates mais relevantes sobre trabalho e emprego no País.

Aproveito a data para lembrar que passam pelas mãos dos integrantes da CAS todas as propostas que

mexem com a vida de trabalhadores e empregadores a serem votadas pelo Senado Federal.

Os Senadores desta Comissão estão empenhados em discutir propostas que garantam uma maior formalização do emprego e aumento de renda, além da melhoria das relações de trabalho.

Hoje, por exemplo, nós discutimos aqui e aguardamos apenas a sua votação, uma vez que já foi lida pela Relatora, Senadora Lídice da Mata, a proposta que garante o seguro desemprego aos trabalhadores domésticos demitidos sem justa causa e a proposta que define o abandono de emprego por faltas injustificáveis, por mais de vinte dias.

Lembro ainda que a CAS criou este ano a subcomissão temporária, presidida pelo Senador Cyro Miranda, que trata do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, e está debatendo a remuneração das contas do Fundo, o que certamente será importante, pois V. Ex^a, que está conduzindo bem os trabalhos desta comissão, terá um importante papel, sobretudo para definirmos qual é, de fato, a rentabilidade que o Fundo está recebendo por parte do próprio Governo Federal. Eu acho que ela é importante.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço as suas palavras. Só para conscientizar os nobres colegas, registro que, na última audiência pública, nós ouvimos dos trabalhadores que estão representados no Conselho Curador que, só nos últimos dois anos, foram tomados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço 24 bilhões, a fundo perdido, para auxiliar no Programa Minha Casa Minha Vida. É a gentileza com chapéu alheio.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – *(Falha na gravação.)*

...a V. Ex^a, Senador Cyro Miranda.

Quero registrar também a presença do Senador Wellington Dias.

Continuo as minhas palavras, as minhas observações nesses breves comentários.

Sabemos que os nossos desafios com o País ainda são enormes. Precisamos encontrar alternativas para garantir melhores condições de saúde e segurança no trabalho, combater o trabalho escravo e o trabalho infantil em situações degradantes, e, como País, enfrentar a enorme burocracia.

Um dos principais empecilhos para o desenvolvimento satisfatório do Brasil é o tamanho da nossa burocracia. Qualquer empreendedor, interessado em fechar negócios, ter lucros e gerar empregos, precisa

enfrentar toneladas e toneladas de empecilhos colocados pelo Estado. O Brasil desperdiça R\$46 bilhões por ano por causa da burocracia.

A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, por exemplo, com cerca de mil dispositivos, é aplicável a todos os empresários, sejam grandes, médios ou pequenos. No Brasil, registra-se mais de 2 milhões de reclamações trabalhistas por ano, enquanto nos Estados Unidos não passam de 80 mil.

Estamos comemorando o cenário de baixo desemprego, mas ainda precisamos enfrentar as desigualdades sociais. No Brasil, ao mesmo tempo em que algumas localidades apresentam o dobro da taxa de crescimento econômico do País e de renda, pelo menos uma vez e meia acima da média brasileira, outras amargam a retração e convivem com rendimentos abaixo do aceitável.

De maneira que são breves os comentários que faço diante do que esta comissão aprovou agora. É uma matéria muito importante, que é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, aprovamos em termos. Foi lida a matéria aqui pela Relatora, Senadora Lídice da Mata, cuja autoria é da Senadora Ana Rita.

Acho que é um projeto extremamente importante, Senador Wellington Dias, tendo em vista que está dando às nossas trabalhadoras no setor doméstico realmente mais garantia e, sobretudo, cidadania a essas milhares de pessoas que trabalham nessa área, em nosso País. São projetos como esse que enaltecem a nossa comissão.

Pela ordem, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, além de parabenizar a Senadora Ana Rita e a comissão por esta aprovação, quero me somar à fala que faz aqui V. Ex^a, em relação à burocracia.

Eu tenho registrado, sempre que a gente tem votação na Comissão de Assuntos Econômicos, por exemplo, a dificuldade e o tempo que se gasta para se fazer um contrato de empréstimo. Se o País receber uma doação, ela demora três vezes mais que o contrato de empréstimo, que é mais burocrático. Ele demora, em média, hoje, dois anos da decisão de um contrato de empréstimo do Poder Público com um banco, seja o Banco Mundial, o Banco Interamericano, o Bndes, enfim.

Eu vivenciei, como Governador, a situação de uma doação do Governo da Alemanha. Ali me impressionou o tamanho da burocracia.

Veja que era uma doação que ainda tinha de passar por três comissões e o Plenário da Câmara, e por

três comissões e o Plenário do Senado. Quer dizer, é uma coisa estúpida até.

Eu quero lhe dar um dado só, do meu Estado. O Governador Wilson Martins me passou esta semana, em que fizemos uma viagem para visitar a região atingida pela seca. É uma situação dramática! Quem é do Nordeste, dessa região do semi-árido que visitamos, sabe que o período chuvoso é de dezembro a maio. Nós estamos começando o mês de maio e parece que já estamos no mês de outubro, que é o pico do período não chuvoso. Então, é uma situação dramática.

Mas é só isto que eu queria citar aqui para reforçar o que diz V. Ex^a. O Estado tem em vigência, recebeu em recursos, nas contas dos convênios, cerca de R\$1 bilhão, e, em um ano e meio, ele só conseguiu executar 160 milhões, tamanha é a burocracia.

Então, é algo de que precisamos tratar, porque isso que vale para o setor público, vale na relação do setor público com o setor privado e vale também nos contratos, mesmo de financiamento, do próprio setor privado.

Então, está de parabéns V. Ex^a por nos chamar a atenção para a importância desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a.

Os dados são muito claros. O senhor nos deu um dado significativo: o de que, de 1 bilhão, em um ano e meio, aplicou apenas 160 milhões. Olha, não conseguiu aplicar nem 50%. A burocracia é muito grande, não é? Nem 20%; foram 16%. Então, a burocracia é muito grande e, sobretudo, as consequências que advirão. Lamentavelmente hoje, neste País, ser homem público é muito complicado, diante do que você deixa...e às vezes é penalizado por fatos que não aconteceram.

O caso que estou particularmente falando é porque, há poucos dias, um jornal de grande circulação disse que eu estava envolvido em compra de ambulância. Gente, a compra de ambulância que fiz foi em 2000. Não existia o famoso sanguessuga. Diante dos fatos que aconteceram em 2006, foram lá e pegaram as compras que tiveram, que a Prefeitura comprou com recursos do Ministério da Saúde, sem emenda de parlamentar, pois foi ela que deu os recursos; ela que deu o preço. E, por sinal, devolvemos ainda R\$6 mil, que sobraram dos recursos. Mesmo assim, puxaram tudo isso, pela CGU, e depois encaminhou para a Polícia Federal, etc, etc.

O que ocorreu? Não encontraram nada! Foi arquivado o inquérito. Tanto o Prefeito, que, na época, era eu, quanto os membros da comissão de licitação...Entretanto, a empresa põe que você é...Então, é complicado!

Vou encaminhar a cada um dos Senadores desta comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Você é um ficha limpa e fica com o nome sujo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com o nome sujo. Isso é quase praxe no Brasil. Lamentavelmente, depois você não tem direito a nenhum espaço que colocam lá. É de se lamentar. Mas vamos torcer para que, de fato, essa burocracia diminua e passe o País a investir mais, principalmente em serviços essenciais, o que é muito deficiente. Lamentavelmente é o caso da saúde. V. Ex^a sabe, Senador Waldemir Moka, como médico, que a cada dia que passa parece que está ficando mais precário o sistema no Brasil.

Por sinal, vi agora uma declaração do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, dizendo que vão aumentar as equipes de PSF, etc, de saúde bucal. Parece-me que mil e poucas equipes novas vão ser distribuídas para os municípios brasileiros. Isso é louvável e meritório. E acho que tínhamos de ter muito mais.

Na sua fala, na sua entrevista, ele diz que 94% já da população brasileira, algo parecido, está tendo cobertura do médico da família. Acho isso muito bom diante do fato de que o médico está na ponta, está atendendo as famílias cadastradas e, com isso, permitindo reduzir a presença até mesmo de centenas, ou de milhares ou de milhões de pessoas nas unidades de saúde no Brasil.

Eu tenho um amigo médico que me disse, numa certa feita – e V. Ex^a deve conhecê-lo. Ele se chama Arthur Bastos Jorge –, que muitas vezes há pessoas que criam o hábito de ir a postos de saúde, sobretudo os de mais idade, de idade avançada, os aposentados, já que pouco ou quase nada têm para fazer, já que estão no convívio da sua família, e têm quase como um hábito frequentar as unidades de saúde. Isso gera um movimento multiplicador e, com isso, com certeza, sobrecarrega até os atendimentos. Ele me falou: Olha, têm pessoas que criam o hábito, e todos os dias, se possível, vão lá um dia e tiram a pressão; outro dia, vêem alguma coisa que eles acham que estão sentindo.

Então, acho louvável e meritória a iniciativa do Ministério da Saúde aumentar essas 1,7 mil equipes novas, a partir, parece-me, deste mês nos Municípios brasileiros.

Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A propósito do comentário que V. Ex^a faz, eu, sistematicamente, tenho cobrado mais recursos para a saúde. E confesso, Sr. Presidente, que, em função daquelas denúncias, a questão de licitação, que saiu no Fantástico, e a gente... É claro que aquilo até inibe

o Parlamentar ou o Prefeito de pedir mais recursos. Imagino o que é isso.

Mas, Sr. Presidente, não tenho a menor dúvida de que, quando votamos a Emenda nº 29, nós cometemos uma injustiça muito grande com os Estados e com os Municípios. Nós colocamos percentuais fixos, vale dizer, patamar mínimo. Aquilo não é teto; é o início. Quer dizer, os Estados não podem investir menos do que 12%, e os Municípios, menos do que 15%. Sr. Presidente, não há nenhum Município neste País que já não invista de 20% a mais do que arrecada.

Quando o Ministro fala em aumentar a equipe multidisciplinar, o que é ótimo, pode ter certeza V. Ex^a de que, se não houver aporte para os Municípios... Cada equipe dessas que se forma tem que ter a contrapartida dos Municípios. O Município vai, cada vez mais, se envolvendo nisso, e a União teria que colocar, minimamente, 10% de tudo o que arrecada.

Uma coisa é o financiamento da saúde, outra coisa é a fiscalização. Eu acho que é preciso fiscalizar, é preciso melhorar a gestão, mas estou convencido de que também o sistema, o SUS, precisa de um aporte, um financiamento maior da saúde. É só compararmos com qualquer país, e vamos ver que o nosso País é um dos que menos investe, proporcionalmente – renda *per capita*, população, número da população e investimento na saúde.

Só para colocar isso com clareza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero também me associar à sua fala, diante dos números que colocou aqui, dos percentuais. É muito pouco. Infelizmente, como V. Ex^a disse, transferem lá as equipes multidisciplinares que vão atender o PSF, os agentes de combate às endemias, os agentes comunitários, mas os recursos são bem poucos, os Municípios têm que dar contrapartida, e alguns não têm capacidade nem de dar contrapartida, por incrível que pareça. Então, sua fala é muito pertinente, é válida.

Infelizmente, vi os dados estatísticos agora, nesta semana – não sei se V. Ex^a acompanhou. O que o Governo Federal investiu do seu orçamento nem chegou a 4%; 3,4 ou 3,5. Então, bem aquém dos Estados, bem aquém dos Municípios. Se nós chegássemos a esse número, a esse índice de 10%, acho que seria razoável. E aí, sobretudo, nós teríamos recursos suficientes na saúde pública do nosso País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E nós temos de lembrar, Sr. Presidente, que, de cada R\$100,00 que se arrecadam neste País – e as pessoas trabalham, vivem, pagam impostos nos Municípios; o resto, tudo é virtual –, de cada R\$100,00 que se recolhem de impostos, a União fica com R\$66,00.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bastante... O jogo é desigual.

Meus amigos Senadores e Senadoras, nós vamos encerrar.

Como não temos mais nada para tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os senhores e das senhoras.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

Ata da 2ª Reunião da Subcomissão Permanente em defesa do emprego e da previdência social, criada por meio do Requerimento nº 11, de 2009-CAS, no Âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no dia 13 de março de 2012, terça-feira, às nove horas, na sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ata Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas, do dia treze de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Vicentinho Alves e Lídice da Mata, Vice-Presidente da CASEMP. Registra presença a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença da Senhora Vera Paolomi, Presidente do Sindicato dos Bancários do Pará; do Senhor Felix Silveira Rosa Neto, Aposentado pelo Banco do Brasil; do Senhor Bernardo Becker Fontana, Representante da Prefeitura de Porto Alegre; do Senhor Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; do Senhor Carlos Henke, Representante da Comissão dos Aposentados AERUS/RS; da Senhora Selma Balbino, Presidente Nacional dos Sindicatos Aéreos; do Comandante Tomás, Presidente da Associação TRANSBRASIL e dos familiares do Advogado Castagna Maia. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se a tratar do assunto “Fundos de Pensões ‘AERUS’ e homenagem póstuma ao advogado Castagna Maia”, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012-CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Manoel Lucena dos Santos, Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC (*em substituição* a Carlos Eduardo Gabas Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social - MPS); Ana Helena Reis Bedê, Viúva do advogado Castagna

Maia; Graziella Baggio, Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; Celso Klafke, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil - FENTAC/CUT. Justifica ausência o convidado: Senhor Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União. Usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da Primeira Reunião de 2012.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar do tema Fundos de Pensões, o Aerus, e prestar uma homenagem póstuma ao advogado, nosso amigo de longa jornada, Castagna Maia, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012, da CAS, de iniciativa desta Presidência.

Convidamos para fazer parte da Mesa o Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional da Previdência Complementar, Previc representante do Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Sr. Carlos Eduardo Gabas, para tanto o representante é o Sr. Manoel Lucena dos Santos, que já lhe convido se estiver presente a fazer parte da Mesa.

Encontra-se presente? *(Pausa.)* Ainda não.

Convidamos – parece-me que não quer fazer parte da Mesa, mas que ficasse aqui na primeira fila – a viúva do Advogado Castagna Maia, Ana Helena Reis Bedê.

Eu convido para a Mesa, Graziella Baggio, Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Também convidamos o Presidente da Federação Nacional em Aviação Civil, FENTAC/CUT, Celso Klafke.

Conforme já combinamos aqui com o Celso e também com a Graziella, nós também vamos permitir que outros líderes que estão aqui presentes possam usar da palavra.

O Sr. Manoel Luciano dos Santos havia confirmado a presença. Acredito que esteja dirigindo-se aqui para a Comissão de Assuntos Sociais.

Enfim, de acordo com o art. 94 do Regimento Interno, a Presidência adotará a seguinte norma: os convidados farão a sua exposição; em seguida, abriremos para o debate, a palavra será concedida à Senadora e ao Senador na ordem de inscrição e também aos convidados, conforme informei aqui no Plenário.

Os familiares do nosso querido Maia encontram-se presentes e eu gostaria que eles sentassem aqui na primeira fila, a Ana, esposa; Carol, filha; e Rita, a irmã; o Leandro também. É claro que nós gostaríamos que pelo menos – fica uma insistência de minha parte aqui – que um de vocês sentasse aqui na Mesa. Eu convidaria a Carol. Parece que a esposa não gostaria, mas, se ela... Carol, então, representa a família aqui na Mesa com muito orgulho para todos nós.

A Selma, que é dirigente e Presidente do Sindicato, também vai fazer uso da palavra no momento adequado. E nós deixaríamos o lugar aqui na Mesa para o representante da PREVIC, que não chegou ainda.

Eu vou fazer uma pequena abertura, como é de praxe, dos nossos trabalhos e, em seguida, nós vamos passar o vídeo, que foi uma iniciativa da Graziella e dos dirigentes que estão aqui.

Então, esta audiência visa a debater o Fundo Aerus e é uma homenagem póstuma ao advogado, amigo do povo brasileiro – eu diria – um homem que sempre teve lado na sua caminha, que é o grande Castagna Maia.

Hoje aqui na Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência, avançamos nesse debate e também vamos prestar uma homenagem póstuma ao advogado Castagna Maia, um dos maiores defensores dos trabalhadores, aposentados e pensionistas do Brasil, que infelizmente faleceu no dia 14 de janeiro.

O problema do Aerus, que é um Fundo dos ex-funcionários da antiga Varig, arrasta-se desde 2006. Mais uma vez, voltamos a insistir que os aposentados do Fundo Aerus aguardam ansiosamente uma solução. Mais de 17 mil famílias estão envolvidas diretamente. No ano passado, alguns aeroviários da antiga Varig fizeram até greve de fome para pressionar o Governo Federal e o Judiciário a darem uma solução a esta questão. A situação é dramática e requer urgência. Muitos destes aposentados são idosos, a ampla maioria, e sobrevivem hoje com a míngua aposentadoria do INSS.

Quero aqui informar a todos que alguns dados que chegaram até a esta Comissão que nós passamos a ler neste momento, dados que, já por diversas vezes afirmamos isso, tanto eu como a Senadora Ana Amélia aqui presente já apresentamos do plenário, so-

breviventes do Aerus, instituto de seguridade social, sobre a intervenção em seis anos, 627 óbitos, assistidos 533, ativos 5 e pensão 89. Enfim um verdadeiro massacre que está se fazendo sobre a nossa gente, o nosso povo que tantos serviços prestaram ao nosso País. A pergunta que fica é: quantos mais vão morrer...

Então, um representante da Previc, que já chegou, o Sr. Manoel Lucena... Faço questão que assuma o seu lugar na Mesa.

Então, quantos mais enfim nós vamos acompanhar que vão morrendo sem receber os seus direitos? Até quando persistirá esse impasse que leva a uma atuação desesperadora os nossos amigos do Aerus?

Como esse debate nós vamos fazer e os resultados, os números, as lideranças aqui presentes, vão mostrar, nós gostaríamos que, no fim desta audiência pública, a gente avançasse algumas propostas de encaminhamento, quer seja negociando junto ao Executivo e mesmo com certeza interagindo, se necessário for junto ao Judiciário.

Agora neste momento, vou pedir para iniciarmos os trabalhos que o vídeo em homenagem ao Dr. Castagna Maia, advogado, desde 2002, dos participantes dos Fundos Varig/Transbrasil, Rio-Sul, Interbrasil, Nordeste e outros, seja passado agora.

Eu sei que não pode apagar todas as luzes porque daí a TV não consegue jogar para o Brasil o vídeo. *(Apresentação de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, eu posso encerrar.

Muito obrigado amigos. Desculpe o tempo. *(Apresentação de música.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Uma salva de palmas de pé para quem produziu o vídeo e, principalmente, para o Maia por tudo que ele fez ao longo de sua vida. *(Palmas.)*

Esse era e é, eu diria, o Maia, porque assim eu me dirigia a ele. Ele nunca me chamava de Senador, só de Paim, e eu o chamava de Maia. Uma longa jornada, bonita, da família aqui presente. Eu sei que estão todos chorando e acho que o clima é esse para todos nós, mas tenho certeza de que ele é um orgulho para o Brasil, não é só para vocês. Nós vamos tirar um pouquinho de vocês; é um orgulho para o Brasil, não é só para vocês.

Entre tantas causas que ele sempre defendeu, a do Aerus teve uma marca mais forte, e quando ele encerrou ali, foi aqui nesta mesa. Ele disse: “Posso encerrar?” Foi a última audiência pública de que ele participou, e participou de diversas. Ele encerrou brilhante como sempre.

Vamos começar, então, a nossa audiência pública, depois desse belo vídeo. Meus cumprimentos a todos

que produziram o vídeo. Não sei quem fala primeiro. Pelo clima, acho que seria legal a Graziella. A ordem não é essa, mas eu vou pedir que a Graziella Baggio, que conviveu dia e noite nessa caminhada com todos nós na luta do Aerus, comece a fazer a sua exposição sobre o tema.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Primeiramente, bom dia a todos. Senadora Ana Amélia, muito obrigada pela sua presença, Senador Paim, mais uma vez, o agradecimento das categorias aeronautas e aeroviários aqui presentes por essa iniciativa, principalmente, não só pela solução do Aerus, mas principalmente por essa homenagem que nós buscamos fazer ao Maia. Talvez ele merecesse muito mais. Foi o que foi possível, mas ele estará dentro dos nossos corações para o resto da vida. Deixou-nos grandes ensinamentos e um legado fantástico. E nos deixou, também, apesar da vontade de todos nós aqui de derramarmos as nossas lágrimas, que fica difícil para segurar, mas nos deixou, também, a necessidade de continuar lutando. E é por isso que estamos aqui todos, seja a família, seja aeronautas, aeroviários, bancários.

Estou vendo aqui, Senador, que também teria alguma coisa para falar, depois, uns dois minutinhos, se o senhor permitir, a nossa companheira Vera Paoloni, que foi Presidente do Sindicato dos Bancários do Pará, que conviveu muito com o companheiro Maia; a companheira Saionara, também, do Rio de Janeiro, advogada, que conviveu com Maia; o Félix, que está aqui presente, que também apareceu no nosso vídeo e conviveu muito com o Maia. Aos parentes todos, muito obrigado pela presença.

Desculpem o transtorno, mas eu acho que valeu. Nós vamos continuar lutando. Lutando era a palavra-chave do nosso companheiro Maia. A vida toda foi lutar, com todas as diferenças, com todos os problemas existentes, mas independente do problema que ele vinha enfrentando, nos últimos dois anos e meio, ele nunca deixou de lutar. Lutou até o final, lutou até o final com toda a veemência, com todo o caráter dele, ele lutou e ele nos ensinou a lutar também.

Eu vou, de certa forma, Senador, talvez, sobre o Aerus, se o senhor me der oportunidade depois, porque aí a gente tentar debater um pouquinho com o Dr. Lucena, mas eu preferiria reduzir meu tempo, neste momento e, talvez, para alguns companheiros, não sei se a Vera está já presente, eu já a vi, não sei se ela está aqui dentro, está aqui, e o companheiro Félix, se eles puderem dar uma palavrinha, que são homenagens mais próximas da vida toda do Maia, para que a gente possa concluir essa pequena e singela homenagem que fizemos ao nosso companheiro, no dia de hoje, e aí eu me pouparia um pouquinho e

daria espaço para os nossos companheiros também poderem falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Bom encaminhamento que você fez. Acho que esta sessão terá que ter dois momentos. Nesse primeiro, eu passaria, inclusive, para o Celso a palavra especificamente para fazer uma fala de uns dois minutos sobre o Maia.

O SR. CELSO KLAFKE – Está bem. Obrigado, Senador Paim. Deixa-me respirar um pouco. Eu queria agradecer ao Senador Paim por esse espaço, tão importante para nós. Acho muito bom o encaminhamento de dividir um pouco essa sessão em homenagem do Dr. Maia, depois vamos à discussão do Aerus. Se bem que são coisas que se misturam, caminham juntos, enfim.

O Dr. Castagna Maia foi até o fim da vida lutando por uma solução para o Aerus. E a continuidade dessa luta a gente também deve a ele. Sr. Castagna Maia tinha, praticamente, a minha idade; nós fomos contemporâneos; também sou gaúcho, sou do Rio Grande do Sul. Quando, em 2002, 2003, a Graziella me convidou para uma reunião com o Dr. Maia para a gente discutir essa ação que está na 14ª Vara, lá, de responsabilidade da União, enfim – depois nós vamos conversar um pouco mais sobre isso – eu tive uma reunião, no Rio de Janeiro, em um restaurante que nem existe mais – não é, Graziella? – ali no prédio do sindicato, e eu olhei o Dr. Maia e, imediatamente, vi que o conhecia. Mas, aquele negócio, estava fardado de advogado, aquele negócio todo, estava diferente. Eu vi que ele me olhou também. A gente tocou a reunião para discutir a ação. E, durante reunião, obviamente, “eu te conheço” e tal, não sei o quê. Vai dali, vai daqui, a verdade é que o Dr. Maia tinha mais ou menos essa cara aqui quando ele, como dirigente dos bancários, eu, como dirigente dos aeroviários fizemos aquele acampamento no sul brasileiro, Paim, em defesa do sul brasileiro. Enfim, a gente se conhecia já há muitos anos, mas depois a vida nos separou, Dr. Maia foi para Brasília. Nós nos conhecemos lá, ele como um grande advogado previdenciário, que ele já era, e eu continuava como representante dos trabalhadores aeroviários. Mas, enfim, a gente já se conhecia do tempo que ele era sindicalista dos bancários. A gente viu ali o Olívio Fortunati falando dessa época. Enfim, tive oportunidade, nesses últimos 10 anos, depois dessa interrupção do tempo de conviver com o Dr. Castagna Maia, eu que já tinha uma admiração pelo lutador sindicalista que enfrentou aquele acampamento e a luta em defesa dos bancários e tal, lá no Rio Grande do Sul, aprendi a admirá-lo mais ainda.

É estranho eu falar isso, porque apesar de o Dr. Maia ter praticamente a mesma idade que eu e ser mais

novo que a maioria do pessoal do Aerus, o sentimento que todos nós tivemos, quando do falecimento, foi de orfandade. É estranho falar isso, né? Praticamente a mesma idade, mas, enfim, o Dr. Maia vai fazer muita falta, mas nós todos, dirigentes, os companheiros, que estão aqui, do Aerus, vamos buscar junto com a Carol, que vai trabalhar com a gente também, buscar... Nós devemos não só pelas milhares e milhares de pessoas do Aerus mas também pelo Dr. Maia uma solução para isso. Acho que é essa a nossa missão.

É isso aí. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Palavras do Celso. Neste momento, concedo a palavra ao Manoel Lucena dos Santos para que ele faça uma saudação aos familiares, enfim, a história do Maia.

O SR. MANOEL LUCENA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar os companheiros da Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, se assim me permitir, Senadora Ana Amélia, advogados aqui presentes, aeronautas, senhoras e senhores, e a família do Castagna Maia.

Depois de viver e conviver por mais de meio século, tenho uma convicção, que pode ser, depois, refeita, se eu viver mais tempo, de que estamos aqui na Terra para duas missões básicas: aprender e servir. Todas as outras coisas, com certeza, são acessórios e gravitam em torno dessas duas missões básicas, que, de alguma forma, aqui, já foi colocado na Mesa.

Não tive o privilégio de conhecer Maia pessoalmente, mas conheço os seus trabalhos, até porque militando lá na Previc como diretor de fiscalização. Tenho também para mim que seria muito simples, como defendem os materialistas, que passássemos aqui na Terra como meros esqueletos e, depois da morte, não mais sobreviesse nada. Penso que somos uma construção de consciência infinita, que se desdobra pelas dimensões do universo e, com certeza, neste momento, o Maia, provavelmente talvez até esteja aqui presente, ouvindo essa merecida homenagem.

Então, aos familiares, aos amigos, os meus votos de solidariedade e de conforto nesse momento, imaginando que, efetivamente, essa questão da morte e do nascimento são etapas de um processo muito maior da existência do universo.

Como este momento é destinado apenas a isso, quero agradecer a oportunidade e estou aqui à disposição para começarmos a outra etapa da audiência. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Manoel Lucena dos Santos. Gostei da frase, e me permita que eu diga, que a gente, no movimento social e sindical, e o Maia acho que participou de muitos momentos como esse, quando a gente

perdia um companheiro, a gente dizia: “Dr. Maia!”, e o plenário respondia: “Presente!”

Dr. Maia!

PLENÁRIO – Presente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Maia!

PLENÁRIO – Presente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado. Eu passo a palavra, neste momento, à ex-Presidente do Sindicato dos Bancários do Pará, Sr^a Vera Paoloni. Que use um dos microfones, qualquer uma das mesas ou aqui mesmo. Pode ficar. Eu deixei a Carolina para encerrar, Carolina. Depois você vai encerrar aqui as homenagens.

A SR^a VERA PAOLONI – Bom dia a todas e todos, Senador Paim. Eu peço a Deus que tenha serenidade para conseguir dar meu recado porque é uma responsabilidade enorme falar pela categoria bancária, nacional, e falar de um irmão, de um amigo, que, digamos, apagou o convívio entre nós, apagou a luz aqui do nosso lado – eu me agarro todo dia a essa crença – para brilhar de forma mais coletiva, ajudando a iluminar o Planeta Terra, os outros planetas, as outras pessoas. Eu tento todos os dias me agarrar a essa esperança para continuar caminhando serenamente e com o legado extraordinário que o Maia nos deixou de ousar sempre; procurar não a BR, mas as vicinais completamente fechadas e, a partir dali, abrir novas perspectivas de luta, de esperança e de resultados. Ele apostou a vida nesse trilhar, ele apostou a saúde, a paixão. Ele foi um apaixonado, com um caráter definitivamente bom, íntegro, apaixonado, inteiro. Assim ele se colocou na vida, nas causas sociais, como a da previdência complementar, a luta pelos participantes.

Eu lembro que, no Governo Fernando Henrique, quando, digamos assim, na efervescência do neoliberalismo, e colocado que estava a privatização ou liquidação dos bancos estaduais, do Banco da Amazônia, da Caixa Econômica Federal, nós recebemos aquele famigerado relatório da Consultoria Busalen, e eu peguei aquele pacote de excrescências contra a soberania do País e disse: “Maia, está aqui. Vamos estudar e entrar com uma ação contra esse relatório Busalen para salvar o Banco da Amazônia e o emprego”, e o instrumento de crédito ali para a nossa região tão sofrida, tão cheia de desigualdades. E ele fez isso em 17, 19 horas sem parar, estudando, lendo, e tal, produziu e nós protocolamos uma ação na Justiça Federal, na seção do Pará.

Esse processo, como tantos neste País, lamentavelmente, está dormindo em alguma gaveta. Mas era um assunto novíssimo para ele. Mas ele se apaixonou, procurou, pesquisou, protocolou e o Juiz não

tinha mais o que dizer porque estava ali tudo, mostrando que o País estava em risco, o País estava em risco, as pessoas estavam em risco. E da mesma forma apaixonada ele foi defender os participantes de fundo de pensão. E aí – Graziella sabe bem do que estou falando – todas as espadas caíram sobre a cabeça dele e dos participantes de fundo de pensão em todo o País, e estão caindo até hoje. O senhor sabe bem disso, Senador Paim.

Eu queria dizer que é esse homem apaixonado, amigo, ácido às vezes, duro na avaliação, mas de uma generosidade, de um carinho de mãe na hora de acolher as grandes causas e os amigos. É dele que estamos falando aqui, com todo carinho, dizendo que toda homenagem que fizemos será pequena para a estatura moral, de luta e de ousadia que o Maia emprestou nos seus 46 anos de vida. Uma existência brevíssima em termos de número, mas gigantesca em termos de ensinamentos.

Então, em nome da categoria bancária, em nome dos trabalhadores, em nome das mulheres e das pessoas que tem fé na vida, eu digo: “Maia, tu estarás sempre no nosso coração, na nossa vida e nós levaremos o teu exemplo para todos os lugares deste País. Tu estarás sempre presente.”

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Vera Paoloni, ex-Presidente do Sindicato dos Bancários do Pará.

Convido, neste momento, o Félix, amigo, bancário, para que ele faça aqui a sua saudação. Em seguida, vai falar a Rita, que é irmã do Dr. Maia, e, depois, a Carolina, então, encerra.

O SR. FÉLIX SILVEIRA ROSA NETO – Bom dia. Um abraço em todos que ainda não abracei.

Se eu fugisse dessa fala, eu não estaria sendo digno do meu amigo, mas foi um improviso, uma situação inesperada, para mim, chegar aqui, tanto para minha articulação quanto para minha timidez.

Às vésperas do Maia nos deixar, tive um contato com a Carolina ao telefone e soube que o caso era irreversível. Nesse dia, a Iracema veio e, sem um falar com o outro, tivemos a mesma lembrança. São essas coisas de sabedoria de almanaque, que dizem coisas do tipo ditado oriental “quanto tu nasceste, todos riam, só tu choravas; conduza a tua vida de modo que, quando tu morreres, todos chorem, só tua ria.” Eu nunca vi um exemplo tão certinho disso.

Não devo roubar muito tempo, mas, por outro lado, vocês me chamaram sem que eu estivesse preparado. Então, a linha de fala vai seguindo em cima das emoções.

Vou me identificar um pouco. Sou do Rio Grande do Sul, fui do Banco do Brasil, filho de funcionário do Banco do Brasil. Naquela época, em 1960-1970, participei daquela chamada luta armada contra a ditadura. Depois, houve esse processo de anistia e houve uma rejeição, ao nível em que participei, de dentro do Banco do Brasil. As primeiras vezes que entrei neste Congresso aqui, lado a lado com o Maia, pedi assinaturas de Deputados oriundos do Banco, o Fortunati, por exemplo, Paulo Bernardo e outros mais, para que o Banco reconsiderasse a situação. E ali ficamos nos conhecendo.

Vinícius de Moraes dizia que a gente não faz amigos, que amigos a gente reconhece uns aos outros. Acho que até dizer isso em relação ao Maia soa um pouco pretensioso, porque, na verdade, eu me igualar ao Maia...O Maia, quantas vezes, se tornou meu *alter ego*! Está muito acima daquelas atitudes que, por vezes, buscamos mais convenientes. Recordo-me de que ele me contou que o escritório, lá pelas tantas, pediu currículos, e ele disse assim: “este aqui tem tudo para não ser” E por quê? Porque estava escrito “me dou com o Ministro tal, meu pai conhece o Ministro x, transito aqui e ali”. Esse tem tudo para não ser, porque não era o jeito dele. Era generosidade com sagacidade, mas com ele acreditando nos valores: verdade, ética e até no belo, porque ele também gostava de apreciar, como se viu, coisas assim.

Quando, em alguns casos, como o mais emblemático de todos aqui, o dos aeroviários, ele comentava comigo, surgiu a expressão “essa causa está precisando de um campeão”. Não é frase minha, eu já vi isso em algum lugar, mas não me lembro bem de onde. Uma causa tem que ter alguém representativo. Temos o Senador Paim, estamos aqui com a Senadora do meu Estado também, com toda a sua visibilidade, mas eu não poderia falar diferente – e ele está me olhando – se eu também não puxasse um pouco de brasa para o lado dos aeroviários.

Ele demonstrava para um leigo, que era um segurado da Previ e que conhecia, que podia imaginar: “e seu eu perdesse meu fundo de pensão agora, como seria a vida?”, que reconhecia que isso entrava fundo na gente. Havia o *blog* do Maia, em que de vez em quando eu escrevia, no Boliche, em que também escrevia a Petra, que não sei se está aqui. Nós nos conhecemos assim, escrevendo.

Se eu não falasse um pouco... É um caso de responsabilidades tão caracterizadas da União e tão demoradas na solução, seja na intervenção, seja na fiscalização.

Na verdade, faltava aquela figura que abraça a causa e tem visibilidade para isso. Parece que continua

de pé esse caminho. Tenho certeza de que há bons campeões para essa causa.

Assim termino quase sem ter uma fala de fecho. Vocês me pegaram de surpresa. Eu poderia ter contado “causos” e “causos” do nosso convívio, das coisas que ele trazia de outros. Ele também advogava em meu favor em algumas coisas, mas, às vezes, ficávamos mais tempo examinando. Ele até me dava cópias para que discutíssemos pela lógica. Então, eu brincava com ele dizendo que o Leibniz, matemático alemão dizia que a matemática e o Direito romano são as obras-primas da lógica. E ele falava: “mas não é só lógica, tem que estudar mais Direito.” A lógica é a de que essas causas todas que ele atendeu fossem atendidas com êxito, até porque não pegavam outras.

Mas é isso. Vocês deixem o fim com reticências minhas, por favor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Se você permitir, Félix, antes de dar a mão, digo que você, ao longo de sua fala, e foi curta, você deixou uma frase de encerramento: essa causa só tem um campeão, e esse campeão se chama Maia. (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento, ao Eduardo Guterra, Presidente da Federação dos Portuários e vice-Presidente da CNT/CUT.

Ele faz questão de fazer uma saudação ao Maia. Percebi de lá que ele fez assim e entendi.

O SR. EDUARDO GUTERRA – Para nós, é uma satisfação fazer parte desta Mesa e fazer uma homenagem ao Dr. Maia. Nós tivemos, os portuários tiveram, um episódio com ele, quando tivemos nomeado, para o fundo de pensão, um diretor que não tinha terminado o curso superior. Vocês, que conhecem a legislação, sabem o que isso significa. E nós sustentamos, diante da visão que tínhamos da 108 e 109, que era possível aquilo acontecer. Mas a SPC, à época, recomendou a cassação do diretor. E foi quando nós corremos ao Dr. Maia para que nos ajudasse nisso imediatamente. E tentamos um processo judicial, em que não obtivemos êxito, a bem da verdade, mas ele foi uma pessoa que sempre se colocou à disposição.

Então, para nós, agradecendo aqui essa oportunidade, é um momento importante, porque deixamos de contar com uma pessoa que sempre esteve ao lado dos participantes assistidos. Não titubeava nunca em cerrar fileira junto com a gente. Independentemente do que sempre defendeu no passado, do pensamento que tinha quando houve mudança da política no nosso País, nunca deixou – ele tinha uma visão política – de cumprir o papel dele como advogado do nosso lado. Então, parabenizo pelo evento o Senador e o pessoal do setor aéreo, o companheiro Celso, a companheira, pela oportunidade. Realmente, precisamos reconhecer

o Dr. Maia como um grande parceiro nosso nessa luta em prol de uma previdência complementar com a visão social, com a visão dos trabalhadores, com a visão ideológica. Isso é fundamental. Estamos passando por aquilo que vocês passaram há pouco tempo. Temos um fundo de pensão, o Portus, que está sob intervenção pela segunda ou terceira vez. Estamos discutindo isso com o Governo. Faço parte da comissão que foi criada para acompanhar isso, mas a gente percebe que o Governo é patrão, a gente não pode esquecer-se disso.

Como disse o orador que me antecedeu aqui, é difícil uma pessoa com idade avançada perder o benefício do fundo de pensão. No fundo de pensão dos portuários, aproveitando o momento, a média de benefício é baixa, é de R\$1.300,00 por mês. Isso é para quê? É para comprar o remédio, alguma coisa que os senhores sabem tão bem quanto eu. Então, perder isso é uma questão complicada.

Obrigado pela oportunidade, deixo aqui minhas sinceras homenagens ao Dr. Maia e família. *(Palmas.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Senadora Ana Amélia, para que todos situem, Senador ou Senadora falam no momento que entender mais adequado, e a Senadora entendeu que esse é o momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria dizer que não conheci pessoalmente o Dr. Castagna Maia. Nós nos correspondíamos pelo Twitter ou pela Internet quando, ainda jornalista, tratava das questões relacionadas ao Aerus. E foi muito tempo, Senador Paim. O senhor é testemunha disso, a Graziella também, já agora no mandato de Senador. Mas, por tudo o que ouvi agora e ainda considerando que se tratava de um homem que gostava de poesia, já que estava dizendo as poesias de Mário Quintana, percebo que era um homem especial. E a declaração, ou a definição, do Dr. Lucena sobre o que passamos nesta vida foi muito clara: estamos de passagem, e a passagem dele foi marcante. Ele deixou um legado fundamental não somente nas questões sociais do Direito do Trabalho e dos trabalhadores, mas deixou um exemplo de vida como pessoa combativa, como pessoa aplicada, dedicada e muito envolvida com as causas que abraçava – uma delas, o Aerus, é o tema a que tenho dado muita atenção e prioridade, juntamente com o Senador Paim e o Senador Alvaro Dias.

Ontem, aliás, fiz a leitura de, eu diria, um desafo que me impressionou muito, o do Amauri Antunes Guedes. É que eu esqueci o principal: de ter dito a idade dele: setenta e sete anos, seis dos quais vegetando. Então, essas histórias dramáticas têm de ser

levadas em consideração pelo Poder Judiciário e pelo próprio Governo.

A situação dos fundos de pensão, especialmente os do setor público, está realmente...No início do ano passado, Senador Paulo Paim, V. Exª promoveu um debate sobre isso, e eu fiquei muito preocupada. Ouvi o depoimento sobre o Portus agora, cuja situação – estamos vendo – se agrava. Nessa mudança que o Governo está pretendendo nas aposentadorias, em vez de soluções, poderemos ter mais problemas ainda nesse setor.

Então, eu queria me associar a essa homenagem que todos prestaram ao Dr. Castagna Maia, por ser do Rio Grande do Sul, meu conterrâneo, mas, sobretudo pelo papel que desempenhou na criação de uma identidade com uma causa que é legítima, que é resgatar o direito de aeronautas e aeroviários.

Nós, que somos do rio Grande do Sul, onde nasceu a Varig e que teve uma influência e uma importância muito grande na aviação civil brasileira, temos um carinho por essa história de vida. Muitas vezes, trabalhei, viajando para o exterior, cumprindo missão na comunicação, e vi que a Varig é um patrimônio nosso. Mas, mais do que ela, como instituição, são as pessoas que fizeram a Varig. E as pessoas não foram os donos da Varig; foram os servidores: aeronautas, comissários, comandantes, todos eles. E agora alguns estão morrendo – mais de seiscentos morreram – sem ver resgatado esse direito.

Quero aqui apenas, Graziella, reafirmar o compromisso, juntamente com o Senador Paulo Paim, de não deixarmos essa pauta morrer, de não esquecermos essa pauta. Ainda que seja apenas um pronunciamento na tribuna do Senado, mas que se ouça a voz – falamos por eles – dessas pessoas que têm o direito de verem seus direitos resgatados em algum momento. Ontem mesmo fiz isso, apelando à Ministra Carmem Lúcia para que, mesmo assumindo a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, que não descuide disso. Na audiência que tivemos juntas, ela se comprometeu a dar prioridade. Então, vamos lembrar permanentemente, em homenagem à memória do Dr. Castagna Maia e ao direito de essas pessoas todas e de suas famílias, que estão precisando do nosso trabalho e do nosso empenho para resolver de vez essa questão.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim, e meus cumprimentos pela sua iniciativa de prestar homenagem a esta pessoa que é, digamos, o herói de uma causa.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Senadora...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria, aproveitando, Senador Paulo Paim, explicar a minha saída da reunião. Embora eu pretendesse ficar até o fim, a Presidente Dilma Rousseff está vindo para uma sessão especial do Senado Federal, quando será agraciada com o Prêmio Bertha Lutz, e eu terei de falar pelo Partido Progressista. Por essa razão, não poderei ficar até o final desta audiência pública que tem grande relevância para todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, Senadora Ana Amélia. Nós sabemos e compreendemos que V. Ex^a tem que se deslocar até o plenário neste momento.

Antes de conceder a palavra à próxima inscrita, vou dar um informe:

Exm^o Sr. Presidente desta Comissão,

Incumbiu-me o Exm^o Sr. Advogado-Geral da União, Ministro Luís Inácio Lucena Adams, de transmitir a V. Ex^a cumprimentos e agradecimentos pelo convite para participar, como orador, em audiência pública destinada a tratar do tema Fundo de Pensão Aerus e homenagem póstuma ao Advogado Castagna Maia, a ser realizada hoje, terça-feira (13/03).

Aceite escusas pela ausência em razão de compromissos assumidos anteriormente.

Solicito, por gentileza, confirmação do recebimento dessa mensagem. [Enfim, que, se pudesse, lesse em plenário].

Assina Edson Soares da Silveira, Chefe do Cerimonial da Advocacia-Geral da União.

Feito o informe, passamos a palavra, neste momento, à Sr^a Rita, irmã do Dr. Maia.

Convido V. S^a a usar aqui o microfone da Mesa.

A SR^a RITA ALVINA CASTAGNA MAIA – Não sei se vou conseguir falar. É muito difícil falar do meu irmão. Em família, nós o chamamos de “Mano”. Difícil porque tenho que conjugar os verbos no passado, e não consigo ainda fazer isso. Não consigo dizer “ele foi” ou “ele fez”; “ele dizia” ou “ele falava”; “ele fazia”, e tantas coisas fazia, tantas coisas pensava, tantas coisas sonhava, tantas coisas imaginava. Ele transcendia este mundo, onde ele era uma pessoa mais que especial. E essa homenagem, que agradeço a todos, é também uma homenagem ao nosso pai e à nossa mãe. À mãe pelo colo, que ele tanto dava aos outros; aprendeu da nossa mãe esse colo maravilhoso... (*Palmas.*) essa sensibilidade. E ao nosso pai pela retidão, pela conduta, pela agudeza, muitas vezes, e, principalmente, o ouvir o humano, o ser humano, o cidadão, o homem e a mulher, os seus direitos, as pessoas. Isso, sim, nós aprendemos com o pai e a mãe. E o Mano nada mais foi do que a representação total e

completa daquilo que de melhor o meu pai e a minha mãe puderam nos passar.

Eu sempre disse que a vida foi muito ligeira com meu irmão. Ele começou muito, muito cedo as coisas na sua vida. Meu irmão teve o seu primeiro emprego aos treze anos, absolutamente por vontade própria, não por necessidade econômica familiar, graças a Deus! E ele foi trabalhar em Caxias do Sul numa fábrica de bombas de chimarrão. Ali ele tinha um patrão “muito chato para chuchu”, como ele mesmo dizia. Era um velho chato – desculpem-me dizer dessa forma –, e o Mano que tinha uma agudeza de espírito, uma perspicácia, uma inteligência fora do normal – ele era genial, sempre com muitas ideias passando pela cabeça ao mesmo tempo –, dizia que o patrão dele alertava: “Preste sempre atenção nas coisas! Não esqueça as coisas!” Pois muito bem; certo dia foi dada uma incumbência a ele: comprar um produto qualquer, e o senhor deu a ele um papelzinho com o nome do produto. E ele, obviamente, esqueceu o produto, porque o pensamento dele era muito maior. E ele chegou à loja e, por sorte, olha para a prateleira e vê ali o produto que ele tinha que comprar. Estava exatamente na frente dele. Ele comprou, voltou, e o patrão disse: “Esqueceste a anotação!” E o meu irmão usou a frase do patrão: “Mas eu usei a minha cabeça”. Porque essa era uma coisa que o patrão sempre dizia: “Tens que usar a cabeça, menino”.

Vou me permitir contar algumas historinhas, já que a gente viu esse lado advogado, esse lado sindicalista...

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PT – RS) – Use o tempo que precisar.

A SR^a RITA ALVINA CASTAGNA MAIA – Muito obrigada.

Fomos morar em Bento Gonçalves, cidade do interior do Rio Grande do Sul. Lá, o meu irmão resolveu, não sei como, inscrever-se como menor aprendiz no Banco do Brasil. Nós morávamos num apartamento em cima do Unibanco, porque o nosso pai era gerente do Unibanco. O Banco do Brasil ficava na esquina, onde há aquele chafariz maravilhoso. Aqueles que conhecem Bento Gonçalves sabem; àqueles que não conhecem recomendo. É um chafariz maravilhoso que jorra vinho, uma água lilás, cor de vinho. E o meu irmão foi lá e se inscrever como menor aprendiz. Quando voltou para casa, disse a minha mãe: “Acho que ganhei a vaga”. E a nossa mãe, muito faceira, muito feliz, disse: “Por quê?” Ao que ele respondeu: “Por que o Birk” – gerente do Banco do Brasil à época – “me fez a seguinte pergunta: ‘por que tu não vais te inscrever como menor aprendiz no Unibanco?’” E o meu irmão disse assim: “Porque eu nunca vou ser visto como menor aprendiz

ou como empregado; eu sempre vou ser visto como filho do gerente”. (*Palmas.*)

E quantos anos tinha o meu irmão nessa época? De quinze para dezesseis anos. E entrou no Banco do Brasil.

O seu quarto era absolutamente... Eu tinha a função, muitas vezes, de arrumar o quarto dele, que era um caos total, com aqueles guarda-roupas e aquelas mesas repletas de folhetos dos sindicatos. Ele tinha de quinze para dezesseis anos. Qual é o adolescente que faz isso? Hoje, quem é que conhece um adolescente dessa idade, mesmo àquela época, que fosse militante dessa forma? Era um lutador. Fazia as suas pesquisas para o colégio sempre com esse tipo de tema.

Aos dezessete anos ele se casou e, aos dezoito, foi pai dessa maravilhosa criatura. Com menos de 23 anos ele era Presidente do DIEESE.

(*Palmas.*)

Ele foi absolutamente insuperável, incansável; de uma dignidade absurda, de uma genialidade... (*Pausa.*) De uma ironia e de uma inteligência, com seu jeito irônico, nas suas gargalhadas absolutamente gostosas. Extremamente amoroso, jamais deixou de levar uma flor para a Ana no aeroporto cada vez que ia recebê-la. (*Palmas.*)

Temos um orgulho enorme, absurdamente enorme, que transcende qualquer coisa. Tenho um orgulho muito grande de ser irmã dele.

Agradeço a homenagem, mas confesso a vocês que ainda tenho um enorme sentimento de injustiça, porque ele não poderia ter partido. Se existe vida eterna – e espero que sim, não tenho certeza –, a vida eterna é isso que ele deixou. Se ele está em algum lugar – eu não tenho certeza, gostaria que estivesse –, isso que ele plantou, essa é a vida eterna. Essa luta de vocês.

Os poemas, os vídeos, as coisas, o gosto pela música, o gosto pelas artes, o gosto pela poesia, essa coisa maravilhosa que ele tinha de dar presentes para as pessoas, não interessava o quanto custasse. O que interessava era que aquilo que ele via lhe lembrava alguém e ele pensava: “O fulano vai gostar”.

Acho que a maior homenagem, já que a gente está aqui, a maior homenagem ao meu irmão é que essa questão toda da Aerus se revolve. (*Palmas.*)

Aí, sim, a gente pode dizer que o meu irmão, realmente, absolutamente, foi homenageado.

E eu vou finalizar fazendo uma polêmica. É meio feio o que vou dizer, mas é real, já que estou aqui no Senado, mas é que convivi com esses dois anos e meio de doença do meu irmão, de um sofrimento absurdo, infelizmente sabendo da finalização, desde que eu soube do diagnóstico dele. Era uma morte anunciada, infelizmente com muita, muita dor. Convivi com isso e um

sentimento de impotência absurdo que mata a gente. Porém, há uma coisa: mexeram na nossa esperança e na esperança dele. Já que estou no Senado, peço que, por favor, façam alguma coisa para que pessoas que deem falsas esperanças aos outros, no momento de maior dor de suas vidas, pessoas que prometem a cura de uma forma que não existe, pessoas que prometem cura com “benzimento”, com um remedinho ou com nada e, às vezes, em troca de muito dinheiro. Está me fugindo a palavra para qualificar essas pessoas. Desculpem, mas só me passa pela cabeça a palavra “estelionatário”, mas não era isso que eu queria dizer.

Enfim, mexeram... Aliás, deram falsas esperanças, e isso foi uma coisa extremamente pesada, dolorosa e difícil para nós. Assim, quero dizer que ninguém, absolutamente ninguém tem o direito de mexer com a esperança de outro ser humano, mas infelizmente isso aconteceu. Então, que se faça alguma coisa para que esse tipo de “medicina” que acontece em cada esquina deste País não aconteça mais e que se faça alguma coisa para que a impunidade para essas pessoas, por favor, não mais exista.

Se eu tivesse o poder de bater o martelinho e ser uma grande juíza, eu diria assim: “Resolva-se, então, essa questão da Aerus, que essa é a homenagem real para o meu irmão querido”.

Agradeço a vocês. Já falei bastante. Um beijo e um abraço em todos.

Deixo um abraço na alma de cada um e o meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Essa foi a Srª Rita Alvina Castagna Maia, irmã do Dr. Castagna Maia, que, com muitas lágrimas, conseguiu relatar aqui toda uma história.

Deixe-me só endossar, Rita, uma das frases que você usou, que o Maia, embora doente, sabia dar colo a todos. A Graziella acompanhou uma oportunidade em que um setor da imprensa começou a dizer que eu fazia demagogia ao defender o Aerus, ao defender aposentado e salário mínimo. O Dr. Maia ficou tão bravo que fez uma belíssima de uma carta – a Ana deve ter lido – e mandou para todo o Brasil. Eu, naturalmente, espalhei para os meus, lembrando ali que valia a pena lutar por pessoas como ele. (*Palmas.*)

Às vezes, confesso, vale a pena lutar por algumas causas. Alguns dizem: “Ah, você é o último dos moicanos. Fica defendendo o impossível”. O Maia era um defensor de causas impossíveis e mostrava para a gente que valia a pena lutar, inclusive com sua visão de sociedade. Quantas e quantas vezes, ele dialogava conosco nesse sentido!

Então, aqui, estou me sentindo muito orgulhoso ao dizer que convivi com ele e que ele era meu amigo a distância.

Esta carta, eu não a esqueço. Estou com esta carta, que foi a única carta que recebi. E a recebi num momento difícil. Eu estava muito bravo, porque eu sabia que a causa era justa e que eu tinha de defendê-la. Da carta dele eu jamais vou me esquecer.

Convido a fazer uso da palavra a Carol, Carolina Marin Maia, filha do nosso Castagna Maia.

A SRª CAROLINA MARIN MAIA – Eu gostaria de agradecer ao Senador.

Agradeço também à Graziella, à Ana e a todos os que se envolveram nesta homenagem maravilhosa, linda, ao meu pai.

Eu gostaria de dizer, como a minha tia já disse, que a maior homenagem que pode ser prestada ao meu pai é que a gente continue essa luta à qual ele dedicou a saúde dele, a vida dele. (*Palmas.*)

Que se chegue a uma solução!

Quero dizer que, agora, estamos cuidando do escritório que ele deixou, que ele construiu, para que continuemos com a mesma retidão que ele sempre nos ensinou. Vamos continuar lutando e vamos prestar essa homenagem. E, com certeza, vamos chegar a essa solução.

Era isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carolina!

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – O senhor me permite entregar uma placa à família?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É claro! A senhora pode usar da tribuna.

Neste momento, a Graziella volta a usar da palavra, para fazer uma pequena homenagem, ofertando uma placa à família.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Talvez tanto quanto vocês que são bem próximos da família, eu estou emocionada. A gente trabalhou, durante esse tempo todo, a cada dia, na construção desse vídeo, pensando no dia de hoje.

A gente conversava com o Maia diariamente. Ele está sempre presente. Pelo menos, eu o sinto presente.

Este é um momento de grande emoção, de fato, porque a ausência dele nos dá essa tristeza. Mas ele nos está assistindo e não nos quer ver chorando, não é isso, Ana?

Estamos tristes, mas temos de nos recuperar, temos de ir para frente e ser felizes por tudo que ele nos ensinou. E, obviamente, temos de fazer justiça definitivamente.

Em nome dos aeronautas, dos aeroviários, eu queria entregar à Ana uma pequena placa em homenagem

à família. Assim, nós a estamos entregando para todos da família, expressando o quanto o Maia era importante para nós e o quanto ele se dedicou à nossa causa dia e noite, como falou o Senador Paulo Paim. Isso é verdade. Eu ficava no Rio, e ele, em São Paulo, não é, Carol? Nossas contas de telefone eram bem altas, porque nós discutíamos muito tudo, não só o Aerus, o Aeros, mas também política, indicação de Ministérios, a forma como trabalhava o Tribunal, as dificuldades que enfrentávamos. E a gente conviveu muito.

Então, fica aqui uma pequena homenagem nossa para ser entregue à família, em nome dos aeronautas e dos aeroviários, por todo o serviço prestado pelo Dr. Maia à nossa categoria. Eu gostaria até de estender isso. Sei que algumas categorias estiveram aqui, portuários, bancários. Não sei se há algum representante dos petroleiros. De qualquer forma, ressaltamos o quanto ele foi útil e importante para nós, dirigentes sindicais de uma geração, talvez, um tanto quanto frustrada, não é, Vera? É uma geração ainda muito frustrada com todos esses desdobramentos. Mas, sem sombra de dúvida, ele ficará nos nossos corações para sempre. Esta é uma pequena homenagem nossa à família Maia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Para que comecemos a conversar sobre o Aerus, antes dessa conversa sobre o Aeros, também gostaríamos, Senador, se o senhor nos permitisse, de chamar o Carlos Henke, que é nosso representante da comissão dos aposentados no Rio Grande do Sul e que também quer fazer uma pequena homenagem. Ele a fará do lugarzinho dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Carlos Henke.

O SR. CARLOS VICENTE HENKE – Obrigado.

Bom dia aos componentes da Mesa e aos demais presentes.

Senador Paulo Paim, quisera eu ter problemas como este todos os dias: homenagear um dos mais, senão o mais, combativos Senadores da República. Homenagear o ser humano, o homem, o lutador é uma honra enorme para todos nós. Como se diz no Rio Grande do Sul, o gaúcho dá um boi para não entrar numa peleia, mas dá uma boiada para não sair dela. Esse, com certeza, é o caso do gaúcho Paulo Paim, Senador pelo Rio Grande e também de todos os brasileiros. Sempre luta por causas que acredita serem justas. Por isso, dedica-se a elas com muito afinco. Basta visitar o *site* do Senador e ler as opiniões deixadas por aqueles que admiram seu trabalho para verificar que não existe exagero nas nossas palavras. E pasmem: a maioria das opiniões não é de gaúchos, mas, sim, de brasileiros deste grande Brasil.

Diz o dito popular que “ser macho é fácil, o difícil é ser homem”. Estamos falando de um homem de caráter, de um homem altruísta, ético, que ama o que faz, sempre disposto a ajudar quem necessita, promovendo o crescimento e o desenvolvimento de pessoas, para que, em breve, o Brasil seja socialmente mais justo.

Esse é o Senador Paulo Paim, um brasileiro e um gaúcho como poucos. Parodiando o hino rio-grandense, não temos o menor temor em afirmar: Paim, sirvam tuas façanhas de modelo a toda a Terra!

Não podemos deixar de lembrar aos presentes que, no próximo dia 15 de março, ou seja, depois de amanhã, completas mais um aniversário, que, neste ano, será festejado no dia 17 de junho. Nós, do Aerus, estaremos lá presentes.

Para entender o que foi dito sobre o nosso homenageado, há de se ir pelo menos a um aniversário do Paim. É uma festa fantástica! São centenas de admiradores esperando por um abraço, por uma palavra de carinho, de apoio ou de incentivo ou ainda por uma foto que registre o momento importante com seu amigo. Assim são os aniversários do Paim.

Chê, Paim, que exemplo de retidão para os dias de hoje, que história de vida legas às futuras gerações!

Obrigado, amigo Paim, pelas lutas. Parabéns pelas vitórias, que não são poucas!

Receba um quebra-costela dos participantes do Aerus, brasileiros de todos os rincões.

A luta continua. Nós não vamos desistir nunca. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só queria dizer duas palavrinhas.

Talvez, essa homenagem que vocês fazem... Eu diria que minha vida foi inspirada em homens como o Maia. Eu me orgulho de dizer isso. Essa pequena homenagem que aqui é feita ao Aerus e à história do Maia faz me lembrar de uma oportunidade em que eu estava no Rio de Janeiro: foi feita uma homenagem na Câmara de Vereadores em que recebi o título de cidadão do Rio de Janeiro. O momento mais emocionante para mim – e digo o porquê de eu falar isto aqui – não foi aquele em que recebi a placa de cidadão do Rio de Janeiro. Quando olhei para o alto, vi que homens e mulheres do Aerus de cabelos brancos diziam: “Senador, estamos aqui. Obrigado por tudo”. E, no meu discurso, eu tive de dizer: “Obrigado por quê, se nem uma vírgula vocês receberam, em resposta à luta de vocês?”. A minha indignação contra essa não solução, que, eu diria, era a causa número um do Maia nos últimos anos, fez com que lá, sim, eu chorasse de forma copiosa, porque vi a grandeza dos homens e das mulheres do Aerus. E foi isso que cativou o Maia, que envolveu todos vocês. Eu não entendia por que vocês

estavam batendo palmas para mim, se não tínhamos conseguido nada!

Mas ressalto a grandeza de um momento como este, em que o senhor vem aqui para fazer uma homenagem, sem haver resultado ainda. Normalmente, as pessoas buscam sempre homenagear alguém que lhe deu resultado no movimento feito.

Estamos, aqui, hoje, fazendo essa homenagem ao nosso querido Maia, pela sua forma de ser. E vocês, do Aerus, são um pouco Maia. Vocês não são Paim, vocês são Maia.

E, por isso, destaco a grandeza deste momento em que o senhor me fez essa homenagem. Que essa leitura seja – e eu diria, neste momento, que tenho certeza de que o Maia está conosco – feita para ele. Fizeram-na para mim, mas foi a história dele que guiou meus passos.

Por isso, palmas ao Aerus, palmas ao Maia! (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Talvez, o mais importante para o arquivo da minha vida seja o fato de que recebi a placa no dia em que foi homenageado o grande líder, o grande guerreiro das causas populares, o Dr. Maia. É assim que vou guardá-la no meu gabinete. E permitam – tenho um tipo de museu de momentos como este, tão bonito! – que eu a coloque ao lado da carta do Dr. Maia.

Agradeço muito a todos e ao Dr. Maia. (*Palmas.*)

Neste momento, iniciamos o debate específico sobre a questão do Aerus. Não sei se há alguma preferência na fala. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, de imediato, pela ordem que está aqui, ao Sr. Manoel Lucena dos Santos, para que faça sua exposição, pelo tempo que entender necessário.

O SR. MANOEL LUCENA DOS SANTOS – Obrigado.

Ratifico meus cumprimentos aos componentes da Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e cumprimento os senhores e as senhoras.

Confesso que, depois de tanta emoção, a gente fica meio embotado por ouvir tantas coisas, pela saudade que reinou aqui, mas precisamos encarar alguns problemas.

Fico feliz porque trabalhei 20 anos no Banco do Brasil, fui funcionário do Banco do Brasil, saí do Banco em 1998 porque fiz um concurso para auditor fiscal da Receita Federal e, há dois anos, sou Diretor de Fiscalização da Previc. E evidentemente que a história do Aerus não é uma história de agora e eu efetivamente não vou repisar conceitos e questões que todos já conhecem muito bem.

Acho importante a audiência, parabeno o Senador e agradeço a oportunidade de estar aqui. Estou aqui, além de em meu nome, representando também o Secretário Executivo do Ministério da Previdência, Carlos Eduardo Gabas e o Diretor Superintendente da Previc, ambos convidados, mas tinham agenda. Eu também tinha, mas tivemos que escolher alguém para vir. E eu fui o sorteado para estar aqui com os senhores e com as senhoras.

Eu me debrucei em alguns momentos sobre as questões do Aerus; já tivemos reuniões diversas vezes com o Celso, com a Graziella; é uma situação que efetivamente é tormentosa, que mexe com todo mundo e que tem um histórico. E a gente olhar hoje pelo retrovisor, fica fácil entender algumas coisas, que, na época, não eram bem entendidas.

A gente tem que contextualizar quando o problema efetivamente começou. E começou no início da década de 90, quando o País passava por algumas diferenciações do ponto de vista do Estado brasileiro, alguns entendimentos – não vou entrar no mérito –, mas houve, sim, reestruturações do Estado, que também não vou avaliar, mas, principalmente, uma questão de fundo que complicou bastante a situação do Aerus, que foi a crise por que passou a indústria aérea, não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Evidente que um fundo de previdência complementar tem uma sustentação – os senhores sabem disso – principalmente em dois pilares: na contribuição dos participantes e na contribuição do empregador.

Na hora que um desses pilares ruí dificilmente o plano vai se sustentar. Eu sei que há algumas críticas ao Estado, à SPC, hoje Previc, mas a Previc e o Estado sempre fiscalizaram e apontaram problemas. Nós temos uma dificuldade muito grande de intervir, porque as pessoas entendem intervenção – e efetivamente é uma medida de força – sentindo como que “não cumpri o meu dever e tem alguém de fora vindo fazer isso.” Na verdade não é isso. A lei estabelece parâmetros e, quando algumas coisas não vão bem, cabe ao Estado, através do órgão fiscalizador, assumir essa administração.

Não sei se o Hugo Terras já foi... está ali... ele sabe disto. Nós decretamos, no ano passado, a intervenção no Portus, que era algo que se alongava no tempo. O problema não aconteceu no ano passado, era um problema que vinha exatamente da reestruturação do Estado lá no início da década de 90.

E quando o Estado assume não assume porque tem a solução, mas porque alguma coisa precisa ser feita.

No caso específico do Aerus, do ponto de vista administrativo, nós não temos mais o que fazer. Temos

participado de reuniões porque é evidente que, dependendo do tipo de desfecho que ocorra no Judiciário, aí sim, algumas coisas terão que ser feitas e terão que ser bem pensadas para não se cair novamente na mesma questão de insuficiência ou de penúria das pessoas.

Então, evidentemente que, do ponto de vista da fiscalização, a gente acompanha a intervenção que está lá, procurando minimizar aquilo que é possível – mas a gente sabe que a situação é difícil – e estamos aguardando esse desfecho no Judiciário, que nós imaginamos que, até o final deste mês, começo de abril, tenhamos alguma coisa de concreto para onde as coisas vão caminhar.

Eu efetivamente não teria mais... Até porque, quando está no Judiciário, algumas coisas a gente discute, mas, enquanto não houver uma decisão ou um acordo, fica difícil se comentar.

Fico aqui à disposição para que a gente abra o debate, converse de maneira respeitosa, evidentemente, como soi acontecer em um ambiente como este.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Manoel Luciano dos Santos.

Foi rápido, mas permita-me explorar mais uma frase que o senhor usou, de que, pelas informações que tem, até março, no máximo abril, teríamos alguma solução no Judiciário?

O SR. MANOEL LUCENA DOS SANTOS – A gente imagina que sim, até porque nós temos uma situação muito periclitante em alguns pagamentos de rateio, que terminaria em maio e o compromisso que assumiram é que teria uma definição – não chamaria de solução – antes dessa data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

Passamos, de imediato a palavra à Sr^a Graziella Baggio. Deixem que eu registre aqui que ela tem sido, sem sombra de dúvida, uma lutadora por essa causa, muitas vezes incompreendida por um ou outro companheiro. A gente até entende, como eu recebo, às vezes, algumas críticas, mas faz parte do processo. Permitam que eu dê ao vivo esse depoimento, de que tenho acompanhado a luta dessa mulher junto com o Maia e outros companheiros por essa causa, como eu dizia, sem limite de tempo, colocando toda a sua vida à disposição da caminhada que, tenho toda esperança, será vitoriosa.

Com a palavra Graziella Baggio, com as nossas palmas. (*Palmas.*)

A SR^a GRAZIELLA BAGGIO – Muito obrigada, Senador.

Obrigada, Lucena, pelas palavras expostas aqui. Confesso que a sua manifestação me faz estar extre-

mamente otimista e feliz. Acho que nós terminamos a nossa homenagem feliz, porque o que foi dito pelo Dr. Lucena é que nós estamos muito próximos a uma solução. Muito próximos.

Claro que depende ainda de algumas arestas a serem tratadas junto ao Judiciário; então, para quem está acompanhando o desdobramento desse assunto, desse longo assunto, sabe que é necessário esse desdobramento e esse desdobramento é bastante complexo, é muito complexo. A gente sabe quantos interesses envolve esse assunto.

O nosso interesse – e aí é que a gente pede justiça – é mais ou menos essa mensagem que eu queria passar ao Dr. Lucena: a justiça é ter de volta o direito desses mais de 10 mil trabalhadores a receber aquilo que investiram a vida toda. Então, nós temos dentro do Fundo Aerus participantes da patrocinadora Varig, Rio Sul, Nordeste, Transbrasil, SATA, trabalhadores da Fundação Ruben Berta, e é preciso que fique claro: eles não são responsáveis por aquilo que aconteceu. Eles sempre bancaram mensalmente, pontualmente, com as suas parcelas de contribuição para o Fundo.

E o que a gente vem discutindo, nesses últimos seis anos de muito sofrimento para todos nós – já perdemos centenas de companheiros, Senador Paim, entre eles o próprio Maia – e eu tenho convicção de que esse sofrimento que a gente carrega por conta dessa questão não totalmente resolvida contribui para acelerar a nossa ira, a nossa passagem, porque é muito ruim, depois de tantos anos de contribuição, se encontrar numa situação de não conseguir pagar uma assistência médica, não conseguir adquirir uma medicação específica para um tratamento específico, de não conseguir mais manter sequer o seu imóvel que foi da vida toda, como já assistimos casos de pessoas que venderam todo seu patrimônio.

Isso tem doído muito e não é só para os da Varig, é para os da Transbrasil, Vasp, que enfrentam esse problema, como também os portuários com a intervenção no fundo deles se não houver uma solução imediata.

Então, Senador, eu estou bastante otimista com aquilo que o Lucena colocou aqui. Lógico que nós gostaríamos de ter a presença da própria à qual já encaminhamos... Maia, brilhantemente, construiu oito propostas. O senhor lembra disso, não é, Senador? Que nós encaminhamos à Secretaria, à Previc, à própria AGU. Espero que uma delas seja aproveitada nesse desdobramento que está próximo. E é este o apelo que faço ao Dr. Lucena no sentido de que precisamos acelerar essa solução porque, de fato, em maio, nós temos a finalização do pagamento do Plano 1 e isso colocaria em risco mais de 5 mil pessoas pertencentes àquele Plano 1 da Varig.

Então, a gente entende que o esforço concentrado, nos próximos dias, talvez seja necessário de fato para que a gente encontre a solução. E aponto também, Dr. Lucena, uma situação que faz parte das oito propostas que nós encaminhamos, que de certa forma, assim como o Maia colocou aqui naquele trechinho do filme, nós não precisamos de muito dinheiro, basta pagar os juros e isso seria o suficiente para a sobrevivência dessas pessoas que já se encontram na terceira idade e enfrentando dificuldades.

Mas nós temos ainda a discutir nesse contexto, para que a gente possa atender a todos esses 10 mil participantes e também a todos os trabalhadores da ativa que efetivamente, por conta da falência, têm prioridade de recebimento, que atenda também à discussão das ações em curso, a ação do Maia, da 14ª Vara, e a ação da 3ª Fonte, porque acredito que, a partir daí, nós teremos, sim, Dr. Lucena, a possibilidade de construção de um fundo, de uma organização que venha a administrar esses 10 mil benefícios seriamente e que venha a ser modelo para essa proposta do Governo para o Executivo, Legislativo e Judiciário. Não que a gente concorde com isso, mas vai ser uma tendência, não é, Senador? Passou muito fácil na Câmara o projeto e acredito que no Senado também deva passar. Mas nós temos que levar lições e lições, Dr. Lucena, transparentes, sérias e que deem segurança aos participantes, sob pena de nós termos milhares de pessoas enfrentando o mesmo problema que enfrentamos os que são do Aerus e Aeos nesses longos seis anos.

Eu acho que não é esse o pretexto nem o objetivo do Governo; muito pelo contrário.

Agradeço a palavra e fico muito satisfeita e honrada de ter recebido do Dr. Lucena essa informação que nos dá, efetivamente, talvez trabalhando com a hipótese da finalização do Plano 1, ainda um prazo de 30 a 40 dias para concluir essa discussão entre o Judiciário e o Executivo, na qual eu entendo que caminha bastante. Caminhamos bastante, graças ao Senador Paim, graças ao Maia durante esses anos todos, para que a gente tenha aqui nesta mesa a Secretaria nos informando isso. Eu estou muito feliz, independentemente de a gente já ter derramado inúmeras lágrimas aqui hoje. Encerro isso com muita felicidade, porque acho que estamos muito próximos dessa justiça e de tudo aquilo que nós esperávamos.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Graziella Baggio.

Só me permitam que diga a vocês, antes de passar a palavra ao Celso, que é um lutador também por essa causa e tantas outras durante anos e anos, que

neste momento, a Presidenta Dilma acaba de chegar ao Senado Federal para receber o diploma Bertha Lutz.

Deixem-me dizer a vocês que os Senadores estão todos lá, a Presidenta está lá, é um prêmio que ela recebe e eu quero fazer essa fala na seguinte linha e sei que vocês vão entender: não vamos suspender os trabalhos, mas que a Presidenta Dilma se sinta como se nós também lá estivéssemos. Sei que ela vai ser fundamental na hora de fecharmos um provável acordo, um entendimento sobre esse tema.

Aqui vieram lideranças de todo o Brasil para esta audiência que não estava prevista, o prêmio Bertha Lutz não seria feito hoje, e sim dia 8 de março. Nós não estaremos no plenário, mas é como se todos nós lá estivéssemos. Que a Presidenta Dilma aceite a nossa salva de palmas pelo prêmio que ela recebe neste momento, como mulher de destaque Bertha Lutz. (*Palmas.*) Tenho certeza de que ela nos ajudará no encaminhamento final para que a gente resolva a questão do Aerus.

Passamos a palavra, neste momento, ao companheiro Celso Klafke, que é um lutador de todas as horas. Posso dizer para a família Maia, que sabe, naturalmente, quantas e quantas vezes estivemos juntos o Celso, a Graziella, o Maia, tanto aqui dentro das instâncias do Executivo, no Governo, como também no Judiciário.

Celso com a palavra. As nossas palmas. (*Palmas.*)

O SR. CELSO KLAFKE – E continuamos juntos! Obrigado, Paim.

Pessoal, eu vou tentar ser rápido, até porque eu acho que outros companheiros gostariam e devem fazer uso da palavra. A Graziella sempre é otimista e tal, mas eu gostaria de lamentar a ausência da AGU. Quando eu vi os convites, não sei se houve um esquecimento, mas eu acho que o Aerus poderia ter sido convidado para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi convidado.

O SR. CELSO KLAFKE – Foi convidado. Então quero lamentar essa ausência, porque eu não sabia que tinha sido convidado. Mesmo que esta reunião tenha este caráter duplo, de homenagem e saudade, nós também queríamos aprofundar um pouco nessa discussão tão importante do Aerus em relação a uma solução.

Nós sabemos que cada vez está mais quente a questão que a gente tanto busca, um acordo; isso é até público. Semana passada, todos aqui sabem que saiu na coluna do Ancelmo Góis, no *Globo*, uma notícia sobre uma reunião que houve, e a gente sabe que essa reunião aconteceria em busca de um acordo, e a gente vai continuar ainda depois desta audiência, Senador,

tentar conversar com interlocutores da Previdência, enfim, para tentar ter um pouco mais de informação a respeito. A verdade é que a gente está agora a um mês do sexto aniversário de intervenção do Aerus, que foi dia 12 de abril. Se há um ano, quando a gente fez as manifestações buscando uma solução, a gente estava em um patamar de buscar um acordo que juntasse as três principais ações que podem solucionar o problema não só do Aerus, é importante que se diga, agora a gente busca uma solução muito maior do que isso. A gente busca uma solução para o Aerus de todos os planos, para o Aeros, da Vasp e também para a questão dos demitidos da Varig. Nós dos diversos sindicatos representados pela Fentac buscamos uma solução global para isso.

Infelizmente a tragédia continua. Agora recentemente, em 1º de fevereiro, Paim, uma das subsidiárias da Varig, a Varig Log, que resistia bravamente, fechou, parou de funcionar. Hoje a gente briga pelo pagamento dos mais de 400 funcionários da Varig Log que foram dispensados pela empresa, que fechou as portas e disse: “Olha, estamos interrompendo as nossas operações, atividades”, não demitiu ninguém, não pagou o salário de fevereiro. Está marcada para a próxima semana, para o dia 23, uma assembleia de credores da Varig Log, que também está inserida no problema do Aerus, também tem seu plano dentro do Aerus, e é outro problema que a gente vai tentar buscar resolver. Então a gente vai tentar buscar esse acordo.

Eu acho que a gente já falou tanto sobre o Aerus, como ele foi formado, quando os problemas começaram, o fim da terceira fonte. A gente sabe que há três grandes ações judiciais, uma da ação defasagem da Varig, é a que se fala na possibilidade de acordo, lembrando que essa ação de defasagem tarifária, se o acordo for feito, beneficiará, sim, um grande grupo ligado à Varig, mas não resolve todo o problema. Tem a ação da 14ª Vara, que é a ação que o nosso amigo Maia era patrono, que daí tem uma solução mais global para o Aerus, e tem a ação da terceira fonte, que também está em andamento, também pode ser um possibilidade de solução. Enfim, a gente continua nessa luta e, agora, segundo as palavras do Manoel, a gente está próximo de uma solução – a gente espera isso!

Eu também sinto um pouco de dificuldade, porque interlocutores importantes não vieram aqui hoje. Mas vamos continuar buscando essa interlocução para continuar a discussão. Vamos buscar, sim, e esperamos que esse otimismo da Graziella tenha razão de ser e que estejamos muito próximos de um acordo, de uma solução, senão total, pelo menos, parcial, que consiga aliviar a situação desse grande grupo ligado à Varig.

Mas vamos continuar, quero deixar isso aqui claro. Enquanto não houver solução para cada participante do Aerus, para cada plano da Transbrasil, está ali o Tomás, para o Aeros, da Vasp, uma solução para os milhares de demitidos da Varig, que foram demitidos há seis anos e saíram sem receber praticamente nada, enquanto não houver uma solução, vamos continuar lutando, vamos continuar buscando.

Não quero me alongar muito, por mais que o Paim diga que a sessão vai continuar, eu sei que vai, mas o Paim tem que ir lá, é importante que ele vá à sessão do Senado assim que acabarmos aqui. Eu só queria discordar fraternalmente da Senadora Ana Amélia quando ela diz que vai continuar lutando no Senado. Somos muito gratos não só às intervenções que a Senadora tem feito como Senadora, mas também pelas que fez antes, quando era jornalista. Ela sempre nos apoiou; sabemos disso. Mas quero dizer, embora na ausência dela, que o que esperamos mesmo é que as próximas intervenções, Paim, da Senadora Ana Amélia sejam de comemoração pela solução do Aerus, porque estamos com pouco tempo e esperamos que não precisemos que pessoas como Ana Amélia, como tu, Paim, continuem clamando por uma solução que nunca chega. Queremos um acordo e nós precisamos que ele chegue rápido; não podemos esperar mais.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Celso, que tem sido um lutador permanente por essa causa, mostrando suas preocupações, que são preocupações de todos nós e do nosso querido Maia, cuja figura busco agora, pois ele morreu peleando pela causa.

Quanto a certa dose de otimismo, Celso, eu prefiro morrer otimista, porque, se eu entrar na linha do pessimismo, eu paro. Eu quero ser otimista, vamos conseguir. Por isso eu entendo, claro, estares aqui mostrando a indignação de todo esse povo com essa situação. Agora, nós temos que continuar, eu pelo menos, com a força, com a chama viva, porque acredito que é possível. Neste País há dinheiro para tudo, portanto, é impossível que a gente não consiga resolver essa questão do Aerus e de todos aqueles que tiveram prejuízo nessa caminhada.

Entendo a tua indignação, que é legítima. Acreditamos, ou na Justiça ou mediante acordo, que vamos encontrar uma saída. Por isto que vamos à tribuna: para não deixar que a chama apague. Temos que ir à tribuna quantas vezes forem necessárias. E esta audiência de hoje é a retomada da mobilização dentro do Congresso Nacional, dialogando com o Judiciário e o Executivo.

Em relação àqueles que não vieram, embora convidados – e a AGU mandou uma carta justificando a ausência –, não significa que não podemos ir lá, tanto na AGU como na Casa Civil, como no Judiciário, como no Judiciário, como com setores do Aerus, que não está presente aqui. Eu entendo, mas, para mim, esta audiência é um marco. Esta homenagem ao Maia, essa luta é um marco fundamental.

Neste momento, passo a palavra para Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

Selma, você pode falar daí ou daqui. Fique bem à vontade.

A SR^a SELMA BALBINO – Prefiro falar daqui.

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, antes de falar da luta do Aerus, gostaria de prestar minha singela homenagem ao Dr. Maia, uma pessoa com quem estive poucas vezes, mas que sempre que necessário, por telefone, ele atendia a nós e aos aeroviários. Muitas vezes ele foi o acalanto de trabalhadores que estavam angustiados. Com apenas um telefonema, ele conseguia fazer com que essas pessoas se fortalecessem de novo para continuar a luta, continuar fazendo o enfrentamento necessário. Eu o traduziria com uma frase da música do Ivan Lins, que diz que é preciso ser forte, é preciso lutar, é preciso continuar. É essa luta, essa continuidade que fará com que os esforços dele, até a sua partida, marquem a vitória não apenas dos trabalhadores do Aerus, mas de toda uma geração que acredita que é preciso não só acreditar nas leis, mas principalmente na força interna que todos nós temos para transformar a sociedade.

Seria repetitivo dizer, porque todos já disseram aqui, o que ele representava para todos nós. Acima de um jurista, um ser humano maravilhoso. Foi essa força que ele deixou que nos alimenta para continuarmos a luta. Eu tenho certeza de que, por mais idoso que seja um companheiro do Aerus aqui, ele vai se nutrir dessa força que o Dr. Maia deixou para continuar a caminhada, que eu espero, como a Graziella acredita, seja breve.

Falando do Aerus, eu tenho certeza de que outros fundos de pensão tenham muita semelhança com o que aconteceu com o Aerus, mas eu diria que os participantes, os assistidos do Aerus têm uma característica muito diferenciada de algumas outras categorias. Na aviação e principalmente na Varig, acontecia um fenômeno que não acontecia em todos os setores. Famílias inteiras trabalhavam na empresa. Era o pai que era comandante e que trazia o filho, que era apaixonado por aviação, porque aviação é uma coisa apaixonante. Por mais que ela tenha se modificado, por mais que a aviação de hoje não seja aquela aviação romântica que nós conhecemos, é um setor apaixo-

nante porque exige muita técnica, paixão, muito dar de si. Não tem feriado para o aeronauta e o aeroviário, não tem carnaval, não tem Natal, não tem ano-novo. A nossa vida, a maior parte da nossa vida, é dentro do trabalho. Então muitos de nós buscamos, dentro do trabalho, uma razão para viver e, muitas vezes, essa razão para viver é servir da melhor maneira possível naquilo que fazemos.

O diferencial dos trabalhadores, principalmente da Varig, Vasp e Tansbrasil, é que muitas vezes os seus familiares todos estavam trabalhando naquela empresa ou como aeroviário, ou como aeronauta. A tragédia que nos abateu, da intervenção do fundo e o problema, pegou todos, e pegou famílias inteiras. Daí a gravidade de alguns casos, muito diferenciados dos demais. Foram famílias inteiras.

Um dia, andando, atravessando o sinal em Niterói, é que eu tive a verdadeira dimensão disso. Eu atravessava a rua, alguém me chamou e eu voltei. Era uma companheira comissária. Ela me perguntou: “Como está a nossa questão do Aerus?”. Naquele momento, em alguns segundos, ela me apresentou a filha, que era comissária e também estava desempregada – a Varig demitiu todo mundo quando da venda – e me falou do filho e do genro. Ela até disse para mim que estava com depressão por ver o filho, o genro, a filha... Essa é uma característica muito mais forte na Varig do que na própria Vasp e na Transbrasil, mas que existiu em todas essas empresas.

Essa tragédia do Aerus se abateu com muito mais profundidade sobre esses companheiros por causa desse laço familiar. E não eram poucos; eram muitos dentro da empresa. Uma empresa que chegou a empregar, nos anos 90, 28 mil trabalhadores e que terminou, em 2005, com 7,5 mil aproximadamente. Por aí, conseguimos ver a dimensão.

Noutro dia, nós debatíamos no sindicato. Os mais jovens, que também tiveram o seu Aerus e que perderam praticamente o seu Aerus, diziam: “É preferível a gente perder o nosso Aerus, mas o que a gente quer é uma solução para os assistidos, porque nós ainda temos condições de trabalhar. Mas os companheiros assistidos, que são mais de 6 mil, não têm mais condições de voltar ao mercado de trabalho”. Então, que a solução saia rápido. E nós temos que ter consciência de que, se tivermos que abrir mão, teremos que abrir mão para esses companheiros, porque eles precisam ter uma vida plena, eles precisam ter uma vida digna, porque trabalharam para isso, descontaram para isso.

E, permita-me, Dr. Manoel Lucena, discordar um pouco em relação não à Previc, mas à Secretaria de Previdência Complementar. A Secretaria não foi, não foi, não foi dura na fiscalização nos anos 90, como de-

veria ter sido. E na década passada. Porque, se tivesse sido, não teria deixado o Aerus chegar aonde chegou. Foram 23 renegociações, e nenhuma delas foi cumprida. E aí o Estado tem sim a sua responsabilidade, e eu não poderia deixar de dizer isso.

Mas, quando nós nos unimos num esforço, inclusive no esforço desse acordo, eu quero acreditar que o Governo tem que fazer uma reflexão e apressar esse acordo, inclusive em nome da sua falta, digamos, de percepção e de fiscalização mais dura durante esse período. Ele tem corresponsabilidade sim, juntamente com os empregadores que renegociaram, não cumpriram e não foram punidos pela Secretaria de Previdência Complementar.

Mas, nesta hora, nós não queremos ficar aqui apontando erros. Os erros só podem nos servir para ajudar a não os cometer no futuro. Esses erros já cometidos têm que servir para nós os repararmos. E reparar esses erros é apressar um acordo por parte do Governo, o mais rápido possível, que contemple todos esses companheiros assistidos que estão enfrentando hoje problemas muito sérios de saúde. É o remédio que não pode comprar, é o plano de saúde que não pode pagar, é o aluguel que não pode ser mantido, tudo isso é problema social.

Tenho certeza, e pediria ao companheiro Senador Paulo Paim, que, se fizesse mais um esforço – eu sei que já faz todos os esforços –, mas que chamasse a Presidente Dilma Rousseff para um encontro, que fizesse um apelo a ela para que pudesse, o mais rápido possível, achar uma solução, um acordo que contemple a todos e que possa neutralizar esse grande problema social que hoje nós enfrentamos com os nossos assistidos do Aerus.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Albino.

Parabéns pela sua fala e pela firmeza na defesa do ponto de vista dos trabalhadores. Esperamos, efetivamente, que a gente consiga avançar, tanto no Judiciário quanto no Executivo, na busca de um acordo, de uma solução.

Gostaria de chamar agora para fazer uso da palavra o Comandante Tomaz, que é Presidente da Associação da Transbrasil.

O SR. FRANCISCO JOSÉ TOMAZ – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim e todos da Mesa.

Agora estou um pouco mais calmo, mas realmente fiquei, e estou ainda, muito emocionado com a homenagem prestada ao nosso companheiro, grande jurista, Dr. Maia. Era só como o chamava: Dr. Maia.

O Maia, realmente, foi, é e será – ele, lá em cima, está ouvindo isto – a esperança de todos nós, contribuintes do Aerus. Fiquei muito emocionado e muito contente por essa homenagem, Senador. Eu acho que, na vida, eu nunca presenciei, por todos os cantos por que passei, uma emoção tão forte de tantas pessoas. Parece até que estava tocando o Hino Nacional. Sabe quando toca o Hino Nacional e há envolvimento de todos? Foi isso que senti na homenagem ao Maia. E tudo que se fez em homenagem ao Maia, por tudo que ele fez, incansavelmente – e eu o acompanhei de certa forma –, será pouco.

Eu queria também agradecer ao senhor, a você, Senador – senhor não, porque é muito jovem – por esse esforço. Realmente, às vezes, a gente nem sempre consegue...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Jovem não tanto, mas tenho a mania de dizer que a melhor idade é a idade em que estou. E vocês digam o mesmo. É a idade de cada um. *(Risos.)*

O SR. FRANCISCO JOSÉ TOMAZ – Realmente, é uma coisa muito incansável e nem todos os parlamentares... O Brasil seria completamente diferente se todos os parlamentares tivessem a coragem, o discernimento, a disposição de lutar pelos direitos dos trabalhadores, pelos direitos de quem realmente os tem.

Às vezes, as pessoas defendem uma coisa... As coisas são muito complexas, há muito... Mas, nessa nossa área, na indústria da aviação, realmente, o senhor foi, foi não, o senhor é, continua sendo imbatível, incansável, e isso é algo inexplicável.

O amor que o Maia tinha pela defesa da causa o senhor também tem, no Poder Legislativo, defendendo com tanto rigor, com tanta veemência, com tanta coragem, com tanto amor por esta luta e com esse sentimento. E o sentimento que o senhor demonstrou aí na mesa, chorou, e foram lágrimas sinceras, deu aquele exemplo do Rio de Janeiro, coisa com que talvez outras pessoas se emocionassem. O senhor se emocionou pela homenagem que os outros fizeram na hora que não tinha... Realmente, é uma coisa bem gratificante.

Não tenho mais nada a falar, somente agradecer. E espero, como o Dr. Lucena falou, que a justiça não seja tão tardia a ponto de, quando se resolver o problema, muita gente já se tenha ido sem aproveitar do verdadeiro direito que tem porque contribuiu. Eu espero isso.

Eu, como a Graziella, na primeira vez em que estivemos aqui – e outros representantes que já estiveram –, quase me levantei para ir embora porque a gente não tinha esperança. Mas hoje, realmente, fiquei feliz e quero compartilhar isso com a nossa querida amiga, a nossa querida companheira Graziella, lutadora

também incansável, qualquer adjetivo a respeito dela não chega a classificar toda a combatividade que ela teve durante todo esse tempo. Incompreensível para alguns, mas, ainda bem, que para muito poucos. Graziella, realmente, pela primeira vez, espero sair daqui feliz. Espero não, eu estou feliz e espero que fique mais feliz ainda daqui a 30 ou 40 dias, que será quando...

Realmente, a situação está muito crítica. Há companheiros nossos que estão em situação muito difícil, muito difícil mesmo. Seria até repetir o que a Selma falou, o que a Graziella falou, e o próprio Senador. Mas há companheiros nossos numa situação triste. A pessoa viveu a vida trabalhando, trabalhou por 30 anos ou 35 anos, contribuiu e hoje sequer tem condições de pagar um plano de saúde. Quem trabalhou e pagou por isso. É muito triste. Realmente é um negócio que chega até ser revoltante.

Senador, mais uma vez, muito obrigado. Obrigado a todos.

Por hoje é só. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Comandante Tomaz, Presidente da Associação da Transbrasil, mostrando aqui que a esperança está viva e torcendo para que haja uma solução no período de 30, 40 dias.

Eu vou tomar a liberdade de perguntar ao Plenário se alguém mais gostaria de usar a palavra.

O SR. CARLOS VICENTE HENKE – Eu gostaria.

É só para lembrar, mais uma vez, que a nossa idade média dos aposentados, que era lá em 2006 de 73, 74 anos, com certeza, já deve andar pelos 77, 78 anos – a idade média dos aposentados. Está bem acima da tábua que se usa para fazer os cálculos atuariais. Essa é uma coisa que pesa muito, realmente é uma situação extremamente crítica.

Quando falamos que 600 colegas já partiram sem ver o seu Aerus, nós não estamos incluindo nesse número as pessoas que já partiram porque não tinham plano de saúde mais. Então, esse número não é 600 ou 700, ele é muito maior do que isso. E isso tem que ser levado em consideração pelas autoridades, por quem está trabalhando nesse acordo, porque, efetivamente, são situações escabrosas que a gente vive. Aqui do lado, há um cara que está vivendo isso. E a gente precisa de uma solução. E os telefonemas que chegam a nossa casa: “Carlos, há uma solução para o Aerus? Será que eu vou conseguir viver até...” E o que dizer para uma pessoa dessas?

Então, nós viramos assistentes sociais dos nossos colegas. Isso é pesado, é difícil, mas temos que fazer.

Eu só queria colocar isso, que esse número cresce a cada dia. É uma dor constante. Então, era isso o que eu queria colocar, reforçar a necessidade de uma

decisão, de um acordo que venha a pôr fim a esse sofrimento, porque é um caos social o que estamos vivendo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos Henke.

Tenho encontrado o Carlos nos caminhos da vida muito seguidamente, e ele está sempre na linha de frente, com um grupo de pessoas, perguntando e, ao mesmo tempo, incentivando-nos para que continuemos peleando pela causa.

Quero dar este testemunho do Carlos. Você tem sido um guerreiro, um lutador.

O SR. CARLOS VICENTE HENKE – Um dos problemas que nós temos hoje é que não temos mais mídia. Quando isso tudo começou, tínhamos mídia, e eu tenho dito para o pessoal que nós só vamos voltar a ser mídia quando recebermos nosso dinheiro de volta. Vão dizer: “Os privilegiados agora levaram o dinheiro”. Aí vamos ser mídia, mas é com justiça que vamos ser mídia, porque a mídia não quer mais saber de nós. Nós já não interessamos mais, nós não vendemos jornais.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas continuaremos, Carlos, com certeza, com a tua força.

Com a palavra, Osvaldo, por favor.

O SR. OSVALDO RODRIGUES – Bom dia a todos! Bom dia, Senador!

Eu vou ocupar o espaço por um minuto aqui também porque algumas coisas foram ditas, e o Carlos também fez uma colocação importante.

Primeiro, quero me solidarizar com a família. Os poucos momentos que eu tive foram de tremenda satisfação e de aprendizado com o Dr. Maia. É uma perda que tivemos e que vai ficar para sempre conosco.

Eu gostaria de dizer, Senador, que, em relação a isso que o Carlos falou sobre telefonemas que recebe a Comissão, que ele recebe na casa dele, que recebemos no sindicato, no dia a dia, o cidadão tem que ser psicólogo, economista; tem que ficar, às vezes, vinte minutos, meia hora conversando com uma pessoa que está, realmente, no seu dia a dia, sentindo isso na pele.

Parece-me que quem está resolvendo essa questão não tem a dimensão do que sentimos na pele, no dia a dia, estando na comissão, ou num sindicato, ou numa federação.

Então, eu gostaria de deixar aqui, Senador, mais uma sugestão; para o Senador Paim, que conheço mais do que a história de todos aqui. Acho que é porque é da minha terra, de Canoas.

Ao longo do tempo se disse que o Brasil não tinha poupança, e onde é que se foi buscar dinheiro para se fazer economia neste País, para se fazer investimento?

Com os trabalhadores. Os trabalhadores abdicaram, ao longo da sua vida, de ter uma vida melhor para ter uma velhice melhor. E acabam, lá na frente, com a Secretaria de Estado não fiscalizando os fundos. Os trabalhadores colocaram suas economias. Hoje, nós temos várias pessoas com a média de idade que o Carlos acabou de mencionar, acima de 75 anos, saindo de suas casas, onde estariam muito tranquilos na sua aposentadoria, contribuíram para o crescimento deste País, para a história da aviação deste País e estão hoje se deslocando e se movimentando pelo País em busca do seu direito, daquilo que aplicaram durante sua vida produtiva para aproveitar na velhice.

Então, o que eu gostaria de dizer é que precisamos de uma legislação específica nessa área para que se fiscalize, para que diversos planos que já estão por aí com problemas e outros que virão sejam protegidos de certa forma. Sabemos que os planos estão sujeitos à economia de mercado, porque o investimento é feito em ações, é feito no mercado imobiliário etc.. Creio que a fiscalização é fundamental, para que não se faça uma intervenção no momento em que já não houver mais condição de recuperação dos fundos de pensão.

Então, o que eu gostaria de dizer era isso.

Agradeço ao Senador pela luta que vem tendo conosco. Lá, em Canoas, estaremos sempre à disposição também, nas nossas caminhadas, nas nossas campanhas nas próximas eleições. Tenho certeza de que continuaremos nessa luta e junto com o Senador.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Osvaldo!

O Osvaldo também é dirigente do sindicato e sempre esteve caminhando em defesa de todas as causas dos trabalhadores.

Não sei se alguém mais quer fazer uso da palavra. Se alguém quiser, está à disposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deve, deve. Vem cá agora!

Vejam que coincidência: eu pedi para a assessoria colocar o vídeo na tela, nem que fosse em silêncio, e, por meio das imagens, o filho dele fala, nesse momento, que ali gostaria ainda de tocar.

O irmão dele.

O SR. LEANDRO ERNESTO MAIA – Com licença, então. Data vênia, desculpem-me quebrar o protocolo.

Muito obrigado, Senador Paim.

Na verdade, sou irmão do Castagna Maia, mas também sou meio filho do mano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostei, gostei. Ele me recuperou. Eu escoreguei, e ele me salvou.

O SR. LEANDRO ERNESTO MAIA – Mas é um ato falho muito sábio.

Quando nasci, ele tinha 14 anos, enfim, e tocava violão. Então, eu sou músico e toco violão porque o meu irmão tocava violão na minha frente. Diziam que eu ficava na cadeirinha e batia palma.

Obrigado, Graziella. Embora todas as pessoas aqui eu tenha visto uma vez na vida, eu tenho um carinho enorme por elas, porque o meu irmão falava muito. “Tu tens que conhecer a Graziella, tu tens que conhecer o Félix, os amigos, o Roberto”. Então, tenho um amor herdado.

Enfim, eu queria ter feito uma canção sobre aviões e não fiz, mas fiz uma canção sobre o trem.

Eu me lembro do Paim, muito pequeno, eu assistindo, e o mano, aos debates pela televisão. E o Paim com um cabelão *black power*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a barba desse tamanho!

O SR. LEANDRO ERNESTO MAIA – E um barão!

Mas é uma canção que fiz para explicar para o meu filho de dois anos e meio, que tem mais ou menos a idade do diagnóstico do mano, infelizmente, o que aconteceu com o mano. E veio a metáfora do trem.

Então, eu gostaria de deixar essa metáfora do trem como uma homenagem aos aeroviários, aos aeronautas e às categorias de trabalhadores; deixar também como metáfora do trem do escritório, que segue adiante; como metáfora da nossa vida, que segue adiante. E que esse trem seja o acordo que está para vir.

É um ritmo parecido com massambique, que é afrogaúcho.

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

O trem que já trouxe o teu pai,

É o mesmo que trouxe você

É um trem que ninguém vê passar

E que não obedece ninguém

É o trem distraído que vai

É o trem do destino que vem

Ninguém sabe a hora e o lugar

Mas é certo que um dia ele vem.

Ninguém sabe a hora e o lugar

Mas é certo que um dia ele vem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Podem ajudar também.

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

O trem que já trouxe o meu pai

Agora levou meu irmão

Um dia esse trem vai chegar

E eu entro no primeiro vagão

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem

Lá vem o trem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Leandro Maia, cantando essa música que fala do trem, que vai passando nas estações, que levou seu irmão, porque assim é a vida. Todos nós iremos nesse caminho das estrelas, eu diria, porque o Maia, com certeza, é uma estrela.

Parabéns, Leandro!

Então, neste momento, eu falava aqui com a Graziella, o que poderíamos fazer é, no mínimo, dois encaminhamentos. Como recebi a carta e li, do Advogado-Geral da União, eu vou tomar a liberdade de marcar uma conversa com ele. Ele gostaria de ter estado aqui; não pôde vir, para que pudéssemos conversar com ele sobre o tema, buscando, naturalmente, contribuir para a solução.

A Graziella também me pediu para que continuássemos conversando com o Dr. Manoel Lucena dos Santos, que sinalizou que poderemos ter uma solução, enfim, em 30, 40 ou 50 dias. E, independentemente disso, se necessário for, e assim vou dialogando com os líderes do movimento, se tivermos que ir novamente ao Supremo para uma conversa, no sentido de agilizar o movimento e a votação, nós assim o faremos.

Seriam esses os encaminhamentos básicos sem prejuízo, como me pediu a Selma, para que, dentro do possível, fizéssemos contato também com a Casa Civil e com a Presidenta Dilma, na linha de avançarmos na construção de um entendimento.

Acho que, dessa forma, se a assessoria puder colocar ali no momento em que o Maia está declamando aquelas poesias, que achei lindas, se for possível, nós encerrariamos.

Não sei se a Ana quer dizer alguma coisa.

Diga, Ana. Com a tua fala, vou dizer: “Está encerrada a reunião”.

A Ana é esposa do Dr. Maia, que perdemos recentemente.

A SR^a ANA HELENA REIS BEDÊ – Foi muito delicado. Agradeço muito. Foi muito linda toda a homenagem. Está muito difícil para eu falar.

Ele gostava muito de poesia, e várias vezes foi falado aqui do Mário Quintana hoje, mas só fico me lembrando de uma coisa que o Mário Quintana escreveu: que o amor só é lindo quando você encontra alguém que te transforma no melhor que você pode ser. E o Maia tinha esse dom de transformar as pessoas no melhor. As pessoas davam o melhor delas quando estavam em contato com ele. *(Palmas.)*

E a melhor homenagem para ele é esse amor que está transbordando aqui, esse afeto, essa emoção. Tenho certeza de que ele está muito orgulhoso de estarmos aqui, nesse clima de carinho.

Não consigo mais falar...

Muito obrigada.

(Apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a audiência pública em homenagem ao Dr. Maia. E que vá na linha de um grande acordo, de um entendimento, que se resolva a questão do Aerus e de todos os envolvidos.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

Ata da 3ª Reunião da Subcomissão permanente em defesa do emprego e da previdência social, criada por meio do Requerimento nº 11, de 2009-CAS, no âmbito da comissão de assuntos sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada no dia 27 de março de 2012, terça-feira, às nove horas, na Sala Florestan Fernandes, Plenário nº 9, Ala Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal.

Às nove horas e vinte e dois minutos, do dia vinte e sete de março de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim**, reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se a tratar do assunto “Cotas para negros nos concursos públicos: experiências e novos caminhos”, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012-CASEMP, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Georges Lamazière, Diretor-Geral do Instituto Rio Branco – IRBr; Carlos César D’Elia,

Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul - PGE/RS; Júlio Evangelista Santos Júnior, Coordenador da Coordenadoria de Igualdade Racial de Cubatão/SP; Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Mário Theodoro, Secretário-Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União – AGU. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, colocando-a em votação.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar do tema cotas para os negros nos concursos públicos, experiências, novos caminhos e novos desafios, em atendimento ao requerimento de nossa autoria e de outros Senadores.

São nossos convidados para comporem a Mesa no dia de hoje, Mário Theodoro, Secretário-Geral da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, Seppir; Grace Maria Fernandes Mendonça... O Mário Theodoro está aí, meu amigo, esteve comigo ontem, seja bem-vindo. É Secretário-Executivo da Seppir e representa a Ministra Luísa Bairros. Já esteve conosco ontem, participando do debate lá na Comissão de Direitos Humanos.

Aqui está Grace, mas é Grace. Aí, a moçada da Secretária, depois eu fico mal com os parceiros e parceiras.

A Dr^a Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União. Acho que recebi um telefonema ontem. Isso. Confirmamos a sua presença para falar principalmente não só das cotas, que é o tema aqui, mas de cotas nas universidades, que nos interessa muito, e vamos ter provavelmente ainda neste mês, este mês ou no

mês de abril, a votação de um projeto aqui na CCJ, que, para nós, é fundamental.

Convidamos também o Sr. Georges Lamazière, Diretor-Geral do Instituto Rio Branco.

Está presente?

Aqui não está que é Embaixador, eu não posso adivinhar.

Por favor, Embaixador. Seja bem-vindo, é uma alegria enorme recebê-lo aqui. (*Palmas.*)

Convidamos também Carlos César D'Elia, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Olha o gaúcho aí. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, representa o Governo do nosso Estado.

Convidamos também Júlio Evangelista Santos Júnior, Coordenador da Igualdade Racial de Cubatão, São Paulo.

Está aí?

Convidamos então o Frei David Santos, Diretor-Executivo da Educafro. (*Palmas.*)

Eu achei que o Frei David não estava, porque olhei e não o vi no plenário. Eu disse: “Está tudo errado aqui, então. Se o Frei David não está aqui, está tudo errado.” Mas está aqui, foi recebido com uma grande salva de palmas por todos.

E também o Dr. Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Encontra-se? (*Palmas.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*Intervenção fora do microfone.*) Ele telefonou, a esposa dele foi internada ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então muito bem. A Mesa, de pronto, fica solidária ao Dr. Augusto Werneck, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, e estamos aqui, com muita fé, torcendo para que sua esposa se recupere com brevidade. E tenho certeza de que ele estará conosco em outra oportunidade.

Vou fazer uma introdução rápida, só para situar aqueles que estão assistindo, pela TV Senado, a nossa audiência pública.

Enfim, hoje, aqui nesta Comissão de Emprego e Previdência, vamos debater a questão da presença do negro no mercado de trabalho, em especial no serviço público, sem prejuízo também de debatermos aqui todo o sistema de cotas, como, por exemplo, as cotas na universidade, porque o assunto é amplo e todos terão a liberdade de expor o seu ponto de vista sobre a ascensão do negro, tanto no campo da educação, sintetizando, quanto no mercado de trabalho.

Hoje, o serviço público é bom empregador, se o compararmos com a iniciativa privada. É só verificarmos o número de pessoas que se apresentam nos

concursos disputando uma vaga. São milhares, diria, para uma vaga. O serviço público se sustenta, basicamente, na qualidade dos seus servidores. Um quadro de servidores competentes e dispostos, motivados, empenhados, é o maior patrimônio que pode ter a administração pública em qualquer governo. O debate sobre as cotas, no serviço público, não é novidade. Há mais de vinte anos estamos debatendo esse tema no Congresso Nacional. Se estivesse aqui o companheiro que esteve conosco ontem e que estava do seu lado, o Ivair, iria dizer: “Não Senador, não são 20 anos. São, no mínimo, 40 anos que estamos aqui no Congresso debatendo esse tema e poucos foram os avanços.”

Lembro-me do Ivair falando sobre a importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. A Sepir e o Mário Theodoro foram fundamentais, na época, bem como o Frei David e outros. Criamos um conforto legal para que ninguém diga que não há instrumento que permita a aplicação das cotas, baseado no escopo do próprio Estatuto.

Enfim, resumindo, depois vou encerrar, hoje já são quatro os Estados que adotaram as cotas no serviço público. São eles: Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul – ratificado agora pelo Governador Tarso Genro – e Rio de Janeiro.

O Governo Federal, através do Decreto nº 4221/2002, estabelece o Plano Nacional de Ações Afirmativas da Administração Pública Federal em cargos de livre nomeação. Sem falar – e é um destaque que a assessoria dá e eu enfatizo – da brilhante iniciativa do Itamaraty, que teremos a oportunidade de ouvir aqui na audiência de hoje. Após a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, ampliamos o leque de instrumentos jurídicos que legitimam a implementação de ações afirmativas em sintonia com a nossa Constituição e os tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Antes de encerrarmos o debate, é sempre bom lembrar aos presentes e telespectadores, enfim, a todos os que estão aqui no plenário, que esta audiência está sendo transmitida pela *TV Senado*, pela *Rádio Senado*, e, naturalmente, por todos os órgãos de informação e de comunicação da Casa.

Os dados que estão aqui – não vou mencionar – são dados da realidade sobre os quais os painelistas, muito mais do que eu, falarão em suas exposições. Demonstrarão, em suas exposições, um quadro da situação do negro no serviço público e também na área privada e, porque não, nas próprias universidades. Enfatizei isso e quero dizer que insisti muito para que a Dr^a Grace... Ontem eu falava com as pessoas que indicavam o seu nome e me disseram que ela fez um estudo muito importante sobre as cotas nas universidades. Bom, é sobre isso o que ela vai falar.

Fale à vontade. Para nós vai ser importante ouvir a sua exposição.

Quem representa a nossa querida Ministra Luiza Bairros terá, então, a liberdade de iniciar o debate. Começo com você. Vamos lá, companheiro Mário Theodoro. Mário Theodoro é nosso amigo. Assessorou-me em muitos momentos na Casa, inclusive na elaboração do Estatuto. Ele é concursado aqui no Senado. É o chamado top de linha, é da equipe número um. Só que o Governo o requisitou. Ele hoje está prestando um grande trabalho para a Seppir, para a nossa querida Ministra. Por isso, faço questão que você abra os trabalhos em nome da nossa Ministra.

O SR. MÁRIO THEODORO – Bom dia a todos e todas, muito obrigado, Senador, por suas palavras. Trago aqui um abraço fraterno da Ministra Luiza Bairros que, infelizmente, não pôde comparecer. Pediu-lhe para vir representando a Seppir, o que faço com muita honra. Queria também saudar os companheiros de Mesa, o Frei David, Dr. Carlos César, Dr^a Grace, Dr. Georges Lamazière, pelo excelente trabalho que está sendo feito à frente do Instituto Rio Branco. Evidentemente, saúdo o Senador Paim, que é o nosso grande decano das causas populares no Senado.

A minha fala é mais geral, ampla, dizendo da preocupação que a Seppir tem com a questão das cotas.

Eu tinha feito uma fala na Mesa anterior, ressaltando um ponto que me parece fundamental hoje. O Brasil avança muito do ponto de vista social. Hoje, pela primeira vez, estamos percebendo que nós temos um ambiente de crescimento econômico e redução da pobreza e da miséria, isso nunca aconteceu antes. Tínhamos ciclos de crescimento econômico, mas isso não respingava, vamos dizer assim, para as camadas mais pobres. Nós saímos do milagre econômico dos anos 70, só para dar um exemplo, ainda com uma quantidade de pobres tão grande quanto aquela que tínhamos antes de começar o milagre.

A novidade que temos hoje é que, pelo sistema de proteção social, inaugurado com a Constituição Brasileira de 88, mais alguns programas do Governo Lula e agora enfatizados pela Presidente Dilma, de transferência de renda, programas sociais, nós temos hoje um colchão que faz com que grande parte dos benefícios do crescimento econômico passem para as populações mais pobres. Esses são dados colocados aí irrefutáveis.

Hoje estamos reduzindo pobreza e miséria, mas existe ainda um último bastião da desigualdade que não foi enfrentando. Quando vemos os dados que apresentei ontem, os dados de crescimento da renda das pessoas, percebemos que a renda da população negra cresceu, mas não consegue se aproximar do

crescimento da renda da população branca. Isso também em outros termos, por exemplo, em termos de acesso à educação, acesso a serviço público, etc. O que estamos vendo é redução da pobreza e da miséria, mas ainda existe um bastião de desigualdade que nós não conseguimos enfrentar com as políticas que estão aí, que são políticas sociais tradicionais: a redução da diferença entre negros e brancos. Essa redução é causada basicamente pela existência ainda do racismo. O racismo teremos que enfrentar com políticas de promoção da igualdade racial, basicamente políticas de ação afirmativa, e aí as cotas, até pela tradição brasileira, têm sido baluarte, o maior instrumento desse conjunto, que é muito amplo, diversificado, mas que tem as cotas como o seu principal instrumento no Brasil.

As cotas não vêm como algo subsidiado, não vêm como algo para agradar a população negra, não vêm como algo periférico; as cotas, como todo programa de ação afirmativa, são fundamentais para que a gente acabe com o último baluarte da desigualdade no Brasil, o último dos grandes causadores da desigualdade, que é o racismo, o enfrentamento ao racismo se dá com as cotas.

Desse ponto de vista, queria saudar aqui a iniciativa do Senador de trazer esse debate, que é um debate fundamental: as cotas.

Eu estava conversando com o Frei David e falando da necessidade de um posicionamento do Governo Federal. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O Governo, nós temos insistido muito na Seppir, na Presidência da República, tem que parar de fazer gol contra, no sentido de que grande parte das diferenças que se dão com relação às oportunidades são ou universidades públicas, financiadas com o dinheiro do Governo, ou mesmo nos concursos, que têm privilegiado majoritariamente a população branca. Desse ponto de vista, estamos num esforço muito grande. Já falei ontem aqui que estamos ultimando um grande programa nacional de ação afirmativa que, entre outras coisas, prevê a adoção de cotas para o serviço público. E aí vão me perguntar: quanto? Estamos negociando com cada Ministério, mas nesse caso é com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o responsável pela gestão de pessoas no Governo Federal. Estamos negociando, vamos ver como é que se pode fazer isso, até porque não se pode, de uma hora para a outra, colocar metas muito ambiciosas; essas metas têm que ser metas que progressivamente vão sendo cumpridas. Isso a gente está conversando. E também as cotas para universidades públicas, porque eu sempre insisto em falar que o serviço público brasileiro, de uma maneira geral, é mal visto, as pessoas falam muito mal

dos serviços em geral, e com uma certa razão, porque tem alguns serviços que deixam realmente a desejar. Mas tem um serviço que o Estado proporciona para a sociedade que é tido como o filé; o serviço que todo mundo quer, todas as classes querem, que é o ensino superior, pois, no Brasil, o ensino superior público é o ensino superior de maior qualidade.

Esse ensino superior tem de estar aberto também para a população negra. Nesse caso, as cotas vêm como um subsídio fundamental neste primeiro momento. As cotas não vêm como algo indeterminado em termos de tempo; ao contrário, vêm para mitigar um problema circunstancial, que é um problema de falta de acesso de uma população negra às condições básicas para enfrentar a concorrência de outros, como o Frei David ontem colocou, os meninos que, com seis anos de idade, estão em escola bilíngue para a população branca. Então, esse tipo de coisa a gente tem de enfrentar com as cotas.

Há duas coisas, para finalizar, Senador, pois não queria me avançar muito, com relação às cotas.

A primeira, que me incomoda muito, é o argumento da meritocracia: Ah, vai começar a entrar qualquer pessoa. Não é assim que a coisa funciona. A meritocracia é garantida pela nota mínima. Ninguém que não tenha atingido a nota mínima pode participar de algum programa de cotas ou de entrar na universidade.

O que o Governo tem de fazer é: do grupo que tirou a nota mínima, quem vou pinçar para cursar? Como é que posso escolher isso? Pelo critério da nota, que é hoje o critério, ou pelo critério de qual a elite intelectual que quero daqui para frente. Será que vou querer continuar repetindo a elite intelectual que não é nada parecida com o seu povo? Essa é uma questão que a gente tem de colocar. O Estado financia esse sistema; o Estado financia, com recursos significativos, o sistema educacional de nível superior, e esse sistema tem de funcionar também como equalizador das oportunidades para a população como um todo. Desse ponto de vista, então, a meritocracia está garantida o tempo todo.

Em segundo lugar, as cotas, como o Senador já disse, são instrumentos que o Brasil já usou várias vezes. Eu cito algumas aqui: a Lei do Boi, que garantia cotas para estudantes filhos de fazendeiros; também a gente pode falar das cotas da Lei dos 2/3. Há várias cotas aí. A cota das mulheres, que é lei. Então, a cota nunca assustou. A cota assusta com relação aos negros, porque, de fato, é a cota que muda este País. Esta cota, se colocada da forma como a gente está pensando, nós vamos mudar o País; vamos colocar a elite da mesma cor do resto do País, que é o que nós queremos para que tenhamos um País exatamente igual.

Desse ponto de vista, então, eu queria... A minha fala é muito mais a fala de abrir a perspectiva para escutarmos especialistas na área, dizendo que, do nosso ponto de vista, o Governo e a Seppir têm trabalhado muito, em conjunto inclusive com o Senado – e o Senador Paim é um grande aliado –, para que nós tenhamos, de fato, programas efetivos nacionais e não pontuais, com relação a ações afirmativas. Estamos trabalhando isso; estamos ultimando isso. Viremos ao Senado para fazer uma discussão sobre isso. Já prometi ao Senador. E, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de estar aqui, principalmente para ouvir e trocar ideias com os especialistas e também com o público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É importante destacar a todos que o Mauro Theodoro representa a Ministra. Consequentemente, ele fala em nome do Governo. Ele enfatizou aqui que o Governo não quer fazer gol contra. A bola está no pênalti e o Governo quer fazer o gol a favor. E, por isso, é totalmente favorável à política de cotas. É isso? (*Palmas.*)

O SR. MÁRIO THEODORO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Passamos a palavra agora à Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União, Dr. Grace Maria Fernandes Mendonça.

A SR^a GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA – Um bom-dia a todos! Eu queria tomar a liberdade de cumprimentar todos os integrantes da Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e dizer que para nós, da Advocacia-Geral da União, é uma honra muito grande participar desse debate público, justamente em decorrência do tema propriamente dito, que é a questão das cotas raciais nos concursos públicos, considerando principalmente o trabalho que a Advocacia-Geral da União vem desenvolvendo, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, de defesa das cotas raciais no âmbito das universidades públicas.

Nós sabemos, e até é público, que a própria questão da cota na universidade tem sido objeto de questionamento judicial – daí o trabalho que o Supremo Tribunal Federal passou a desenvolver. Já no ano de 2010, o próprio Supremo realizou audiências públicas para discutir a questão das cotas no âmbito das universidades e eventual ofensa ou afronta a essa política de cotas a dispositivos constitucionais.

E essa questão das cotas, esse debate nacional é especialmente polêmico porque vai passar por uma matéria-prima muito diferenciada, que às vezes é de difícil enfrentamento mesmo, que é a questão da injustiça cultural.

É de fundamental importância que se tenha uma visão de direito diferenciada para se coibir essa injustiça

ça cultural, para que seja afastada de vez da sociedade brasileira. E falamos aqui porque representamos a própria Advocacia-Geral da União, que é o órgão responsável por dar sustentabilidade às políticas públicas e por fazer a defesa judicial dessas políticas quando discutidas no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

Quando se trata dessa questão da injustiça social, há necessidade de se pensar um novo direito mais abrangente, com foco na dignidade da pessoa humana, mas com uma conceituação mais plena, ampla, ou seja, não se interpretando a questão da discriminação simplesmente como deixar de fazer, deixar de discriminar ou, em outras palavras, as chamadas discriminações diretas, mas também aquelas indiretas, ou seja, aquelas discriminações que se arrastam ao longo do tempo, que muitas vezes são imperceptíveis, que não se tem um marco expresso na legislação que diga que é ilícito, porque, quando se diz que é proibido, que é ilícito, é tranquilo, porque aí as pessoas evitam a prática. Agora, quando não se diz que é ilícito, e aí fica realmente naquele âmbito que é o âmbito praticamente de difícil detecção ou imperceptível, é aí que a discriminação é muito mais devastadora, é muito mais grave, é muito mais séria e muitas vezes o enfrentamento é muito mais difícil. Daí a inserção, o enfrentamento por meio das ações afirmativas, a importância de se ter ações afirmativas como um remédio jurídico para esse tipo de discriminação também indireta.

Quando se arrasta ao longo do tempo, ele acaba por implementar uma sociedade altamente discriminatória, uma sociedade onde, para se coibir, se afastar essa injustiça cultural, é preciso se adotar medidas ainda mais drásticas.

Então, no ordenamento jurídico nacional já temos hoje, na própria Constituição, alguns dispositivos que expressamente vão-nos dar, digamos, todo respaldo para essa ação afirmativa. E aqui não somente, Senador, em relação às cotas nas universidades, mas também especificamente nos concursos públicos. Ou seja, temos um suporte constitucional que nos dá elementos, que nos dá base para irmos além.

A Constituição Federal, lá no art. 7º, inciso XX, já nos vai indicar a impossibilidade de se ter qualquer tipo de discriminação no que se refere ao acesso ao mercado em termos de gênero. Então não é possível se ter a discriminação em termos de gênero no que se refere ao acesso ao mercado.

Também a Constituição Federal, no art. 37, inciso VIII, já vai falar das cotas para os deficientes físicos, acesso aos empregos e aos cargos públicos com percentual diferenciado, justamente para os deficientes. Não somente a Constituição propriamente dita, mas toda a legislação que sobrevém também vai dar su-

porte, vai dar amparo para uma política diferenciada, afirmativa, no que se refere à questão racial no Brasil. Temos a Lei nº 10.172, que trata de medidas para combate à discriminação de acesso ao ensino superior. Temos a Lei nº 10.558, que dispõe sobre a implantação de estratégias para a promoção de acesso ao ensino superior a pessoas pertencentes a grupos desfavorecidos. Temos a Lei nº 12.288, que é especificamente o Estatuto da Igualdade Racial. Ou seja, acervo normativo, suporte normativo nós temos para avançarmos nessa política apta a se promover uma efetiva igualdade no que se refere à questão do tratamento da população negra no Brasil.

Os dados – e aqui já entrando mais na questão das cotas no âmbito das universidades... Porque duas ações discutem no Supremo a questão da constitucionalidade dessas cotas. São ações que estão sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, no Supremo Tribunal Federal. Audiências públicas já foram realizadas, com amplo debate, com representantes da sociedade civil, especialistas, para poderem subsidiar o Supremo Tribunal Federal com aqueles dados, aqueles elementos considerados imprescindíveis para a decisão definitiva a respeito do tema.

O Supremo Tribunal Federal ainda não tem aí uma posição definitiva, mas o processo está em andamento, e a Advocacia-Geral da União está defendendo, irrestritamente, a constitucionalidade dessa política de cotas (*palmas*), com uma convicção muito clara, por parte da Advocacia-Geral da União, baseada não somente na questão histórica, mas principalmente nos dados. E o lado positivo dos dados é justamente este: eles acabam viabilizando e permitindo que o administrador público, que o gestor público, que as próprias casas legislativas passem a ter a ciência desses dados de modo a dar um tratamento adequado e a implementar políticas públicas que venham, efetivamente, a ajustar eventuais distorções que possa haver.

Aqui, especificamente no que se refere à questão da política de cotas, a Advocacia-Geral da União vem fazendo essa defesa irrestrita no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Por quê? Os dados vão atestar que, em relação... Há uma diferença muito evidente, quando se trata de nível de escolaridade, da população negra em relação à branca; uma diferença de aproximadamente dois anos em termos de escolaridade, ou seja, da média. Na média, quando se coloca em comparação a população negra em relação à branca, nós vamos ter – é dado, não há o que discutir – uma diferença de dois anos de escolaridade. É essa a média.

Então, isso não fica só restrito, obviamente, à escolaridade, porque é um fato certo que, quanto menor o nível de escolaridade, menor também a renda, por-

que isso vai ter um impacto direto também na questão sócio-econômica.

Então, na verdade é um processo. Daí a necessidade de se ter uma política pública efetiva que venha a viabilizar a inserção da população negra no âmbito das universidades, ou seja, o acesso ao ensino superior efetivo, de modo a capacitar, aparelhar essa população, que hoje ainda está assim em uma margem de discriminação – por conta dos dados, não somos nós que afirmamos –, por conta dos dados, justamente de modo a que, ao se assegurar o ensino superior, se permita uma formação adequada para que se possa também aparelhar a população negra ao mercado de trabalho, para que ela possa disputar uma vaga no mercado de trabalho em pé de igualdade. Mas, daí a se chegar a esse ponto de haver esse tratamento igualitário, é preciso haver, sim, por parte do poder público, a adoção de medidas efetivas que possam tornar aquilo que hoje é o ideal uma realidade, ou seja, a concretização dessa igualdade material, que hoje, infelizmente, no País, nós ainda não temos.

Os dados do IBGE de 2010, do Censo, já atestavam que, dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem em condições de miserabilidade, 11,5 milhões são pardos e negros. Quer dizer, os números são realmente assustadores.

Quando se trata de rendimentos, os dados do IBGE, agora de 2009... E por que falo de 2009? Porque vem se arrastando, ao longo do tempo – desde 2006, é um dado inalterado, que não se altera... Desde 2006, o que há, em termos de renda, é que, quando se compara a renda do homem branco e da mulher branca com a renda do homem negro e da mulher negra, o homem branco e a mulher branca ganham, em média, o dobro do que o homem negro e a mulher negra, daqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho. Quer dizer, são dados que atestam a necessidade de haver uma ação célere, rápida, do poder público, de modo a se assegurar efetiva igualdade de oportunidades.

Há uma crítica... A crítica principal, digamos assim, que é feita, Senador, em relação à questão da política de cotas nas universidades, é de que essa política de cotas, esse recorte não deveria ser um recorte racial, deveria ser um recorte social. Ou seja, não se deveria assegurar a cota para o negro; deveria assegurar-se a cota para o pobre. E aí, Frei David, essa crítica que se tem, de que deveria ser a cota para o pobre, ela também vai ter, digamos, uma questão muito clara no que se refere aos dados, porque os dados também vão atestar que é muito mais fácil sair dessa condição de miserabilidade, o branco pobre, do que o negro pobre. *(Palmas.)*

Daí, a importância dos dados, que é sempre importante que a gente destaque. Há algumas semanas nós tivemos a oportunidade, no Supremo Tribunal Federal, de fazer a sustentação oral no caso da constitucionalidade da Lei Maria da Penha, e lá naquela sustentação oral eu tive a oportunidade de expor aos ministros do Supremo os dados, os dados da violência contra a mulher. Então, os dados espancam qualquer tese no sentido contrário à eventual inconstitucionalidade.

E a mesma realidade a gente vê aqui, quando se trata da questão da política de inclusão da população negra. Por quê? Os dados, eles vão realmente atestar essa facilidade que o branco pobre tem. Não é fácil, é difícil para todos; mas, comparando o grau de acesso, esse branco pobre realmente vai ter uma facilidade a mais do que o negro pobre. Daí não poder se confundir a política de cotas raciais com a questão da gravidade da questão da desigualdade social.

É preciso, sim, haver política, obviamente, para se combater a miserabilidade no País, tanto para negros quanto para brancos, é verdade, mas a questão do acesso ao ensino superior e a consequente formação desse para a – perdão, perdi o raciocínio aqui, mas já estou fechando, Senador... Mas já vou encerrar então, só para dizer que, no que se refere à questão da política de cotas, há uma relação direta, porque, se você tem um acesso à formação, você passa a ter um acesso com muito mais facilidade ao mercado de trabalho. E, se você tem o acesso ao mercado de trabalho, você passa a ter acesso a uma renda, muitas vezes, diferenciada. E quando você passa a ter acesso à renda, por óbvio, a questão social também é solucionada. Daí a importância de essas políticas estarem muito bem encadeadas umas com as outras, casadas umas com as outras.

E aqui, já finalizando e agradecendo a generosidade do Senador com relação ao tempo e pedindo desculpas, também, por tê-los cansado, quero dizer que a Advocacia-Geral da União, nessa missão que lhe confere a Constituição de fazer a defesa das políticas públicas, se houver aí uma deliberação – e aqui envolvendo não somente as casas legislativas como os poderes públicos constituídos – no sentido de se implementar uma política dessa ordem, Senador, de cotas também no âmbito dos concursos públicos, é missão da Advocacia-Geral da União, promover, com todo o seu aparelhamento, com toda a sua estrutura, com todo o rol de advogados públicos a defesa também irrestrita dessa política. *(Palmas.)*

Então, com essas palavras, agradecendo mais uma vez, a Advocacia-Geral da União destaca aqui que está à disposição e agradecendo também a opor-

tunidade de participar desse debate tão rico para a sociedade brasileira.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Dr^a Grace Maria Fernanda Mendonça falou aqui pela AGU. Eu confesso a V. Ex^a que ontem à noite me ligaram lá da AGU, porque V. Ex^a estaria conosco aqui para defender a tese, principalmente das cotas nas universidades e naturalmente também daria a sua opinião, como deu aqui no final, sobre as cotas no serviço público. Eu tinha certeza do brilhantismo da sua palestra como foi aqui, porque eu acompanhei um pouco lá no Supremo também. Até tive lá, em uma oportunidade, fazendo depoimento e queria mais uma vez dar uma salva de palmas para a AGU, que é quem está nos defendendo em todas as instâncias. *(Palmas.)*

Parabéns Doutora.

Eu quero registrar a presença conosco do Júlio Evangelista Santos Júnior, que é Coordenador da Igualdade Racial de Cubatão, São Paulo, acompanhado da Karina Cruz Gonçalves, que é da Secretaria de Cidadania e Inclusão Social, também de Cubatão. Vamos agora passar para o Dr. Jorge Lamazière, Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que tem adotado um sistema, que todos nós sabemos e que merece também as nossas palmas, antes mesmo da fala. *(Palmas.)*

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite, pela oportunidade de estar aqui presente e, na sua pessoa, cumprimentar os outros membros da Mesa, recordando que há dez anos ou mais, participei, também, de uma audiência sob a sua presidência. Eu era membro do GTI, com Ivair e outras pessoas, Carlos Moura e vários outros colegas, e a minha participação foi em função do representante da Secom, sobre a questão da imagem na propaganda pública, governamental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É isso que dá ser mais velhos que todos. Eu estou em todas.

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – E eu também. É um prazer grande novamente estar aqui e me cabe falar um pouco do nosso Programa de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, Bolsa Prêmio de Vocaçào para a Diplomacia. Essa bolsa foi instituída com a finalidade de proporcionar maior igualdade e oportunidade de acesso à carreira de diplomata e acentuar a diversidade étnica nos quadros do Itamaraty. Um pouco o que o Dr. Mário Teodoro já falou aqui, que o Itamaraty, a diplomacia tenha cada vez mais a cara do Brasil. Isso é uma coisa muito importante para nós, embora não seja o tema da reunião, também buscamos uma diversidade regional cada vez maior e, recentemente, no ano passado, se não me engano, pudemos fazer o

concurso ao mesmo tempo nas 27 capitais brasileiras, da primeira à última etapa – são quase cinco meses de concurso -, que é uma coisa extraordinariamente nova.

Quando eu fiz o concurso, há 34 anos, começava-se meramente a primeira prova nas suas capitais, em algumas delas, poucas, depois tínhamos que vir para Brasília. Tudo isso implicava custos, uma série de coisas que estão sendo democratizadas por essa feita do concurso ao mesmo tempo nas 27 capitais.

O nosso programa foi lançado em 21 de março de 2002, em comemoração ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, por meio de protocolo de cooperação firmado – é preciso dizer que não é só o Itamaraty – pelo Ministério das Relações Exteriores, da Justiça, da Cultura e da Ciência e Tecnologia. O programa já concedeu 382 bolsas para 231 bolsistas; 17 ex-bolsistas foram já aprovados no concurso de admissão à carreira de diplomata e integrados ao serviço exterior brasileiro. *(Palmas.)*

Obrigado. É importante dizer que essa bolsa é fundamental porque, obviamente, um concurso tão difícil, como muitos outros, da esfera pública, mas o nosso tem, em média, 7.000, 9.000 candidatos para entre o mínimo de vinte e poucos e o máximo de 100 vagas, exige uma preparação especializada. Frequentemente, o recurso a professores ou a cursos preparatórios obviamente caros, que é um diferencial que poderia ser excludente, e a bolsa permite que, até certo ponto, essa diferença seja diminuída, porque podem pagar os melhores cursos, melhores professores na preparação.

O processo seletivo constitui-se de uma prova objetiva, da qual participaram, no último processo, 1.110 candidatos, seguido de entrevista técnica com uma banca, comissão interministerial, composta desses órgãos que eu já mencionei antes, Fundação Palmares, Seppir, Itamaraty e vários outros. O último processo seletivo terminou, recentemente, em 22 de março.

É importante dizer que, mesmo para aqueles que não têm sucesso de entrar na carreira, eles têm uma formação profissional diferenciada e evidentemente melhoram suas chances de entrar em outros concursos ou de até, na vida privada, no mercado, ter uma qualificação suplementar.

O número de bolsas do programa começou em 20, 30, passou a 30, 40, no período de 2004 a 2008, e hoje está no patamar de 60 a 70 bolsas anuais, desde 2009.

Outra coisa importante de observar, que pouca gente aquilata, eu mesmo antes de chegar ao Rio Branco não imaginava, é que o programa de ação afirmativa representa hoje 40% do orçamento do Instituto Rio Branco. O orçamento anual do Instituto Rio Branco é em torno de R\$4,5 milhões; R\$1,740 milhão são

apenas para esse programa e não se esgotam aí os gastos com o programa, porque, é claro, há uma série de gastos que passam também por nossas despesas correntes, como recentemente as passagens para os bolsistas que vieram fazer entrevista em Brasília. Portanto, repetindo, 40% do nosso orçamento – e é intocável, não mexemos nisso, não sofre corte, nada – é destinado ao programa de ação afirmativa.

Como já referi, mas é importante repetir, as entidades parceiras dessa política do Estado são, além do Ministério das Relações Exteriores, o MCT, por meio do CNPq, que tem oferecido tradicionalmente 12 bolsas a cada edição, e os Ministérios da Cultura, Fundação Palmares, a Secretaria de Direitos Humanos e a Seppir, que participa da Comissão Ministerial que gere etapa final do processo eletivo.

Um dado interessante, já mencionei o número absoluto, 17 ex-bolsistas são hoje diplomatas em função desse programa, mas é importante dizer que, dos bolsistas como um todo, 8% já passaram no concurso, que é um dado importante. Do total de bolsistas, portanto, 8% já passaram no concurso, já são diplomatas. Nível bastante elevado se comparado à taxa geral do concurso, que é de 5 a 1,5% dos candidatos que logram a sua aprovação.

Outra coisa importante que já mencionei, mas é sempre bom. Há um elemento subjetivo, há um efeito não quantificável que é maior divulgação da carreira, maior interesse pela carreira da população afrodescendente, a ideia de ter a bolsa, a ideia de saber que existe esse prêmio vocação aumenta o interesse, atrai mais candidatos. E, por fim, também, de novo, mesmo os que não passam têm a oportunidade de por alguns anos terem um estudo tão especializado, que seguramente facilitará a eles no campo das relações internacionais, que não se reduz à carreira diplomática, mas há o mercado de trabalho, empresas multinacionais brasileiras ou estrangeiras, e até outros concursos públicos de igual dificuldade.

O ano passado, 2011, o Instituto Rio Branco inovou – o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, por decisão do Ministro das Relações Exteriores –, estabelecendo uma reserva de 10% das vagas da primeira fase para candidatos afrodescendentes. (*Palmas.*) Significa que a primeira prova, que é a mais difícil, porque é a que reduz um universo de milhares de candidatos a um universo de duas centenas e meia, e que tem um grau, vamos dizer, de aleatoriedade maior do que uma prova discursiva, por ser uma prova objetiva, essa prova é além dos candidatos que passam meramente pela sua nota, tem 10% de candidatos afrodescendentes que continuam competindo até o final do concurso. Foi uma grande inovação.

Por fim, uma observação que o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Rio Branco inovaram ao lançar esse Programa de Ação Afirmativa, em 2002, e que, desde então, dez anos passados, é a única carreira pública de Estado que tem esse mecanismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Georges Lamazière, Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que dá aqui dados, números, inclusive uma política de cotas que já é adotada.

Mas o Mário me dava aqui uma informação que eu acho interessante, que se você quiser comentar rapidamente...

O SR. MÁRIO THEODORO – Sim, reforçando um pouco a fala do Embaixador Georges Lamazière, até o ano passado, ano retrasado, eu fui Diretor do IPEA. E no IPEA nós fizemos um grande concurso em 2009, o maior concurso da história do IPEA. Para a nossa grata surpresa, nós tivemos candidatos negros que passaram – são pesquisadores do IPEA hoje – e que foram beneficiados justamente pela bolsa. Isso para nós foi maravilhoso, porque hoje nós contamos com grandes quadros, negros que trabalham, inclusive, com a questão racial dentro do IPEA, reforçando isso, e graças também a ajuda...

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Levaram o Itamaraty para lá.

O SR. MÁRIO THEODORO – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns pelo complemento da informação.

Eu quero registrar a presença conosco de Orecy Francisco da Silva, Assessor Parlamentar da Secretaria-Geral da Presidência da República. Sinal que a Presidência da República está acompanhando passo a passo aí. Bem-vindo, Orecy. (*Palmas.*)

Também Ana Paula Volpe, pesquisadora Ação Afirmativa do IPEA. Seja bem-vinda também Ana Paula, do IPEA.

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul – PGE do Estado, Dr. Carlos César D'Elia.

O SR. CARLOS CÉSAR D'ELIA – Bom dia, Senador Paulo Paim, saúdo os demais integrantes da Mesa em seu nome, bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer aqui o convite e a possibilidade de expormos o esforço que estamos fazendo em termos de Procuradoria no avanço, no que se refere à política de cotas, e que tem como referência o parecer, cujo caráter normativo foi dado recentemente pelo Governador Tarso Genro, agora no dia 21 de março.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer que eu registrei em plenário, saudando o meu Governador Tarso Genro pela iniciativa; fiz um discurso em plenário em cima dessa decisão dele.

O SR. CARLOS CÉSAR D'ELIA – É, são esforços que nós estamos fazendo e todos sabemos da importância de que para além das articulações e das lutas políticas e sociais que especialmente o povo negro tem implementado, e aliás é por conta disso que se avança neste País, acho que é importante nós firmarmos o protagonismo da sociedade civil organizada, especialmente dos movimentos que se debruçam sobre a questão do negro neste País, porque o aspecto histórico, o aspecto político, o aspecto ideológico que também permeia o Direito não deve ser esquecido,

Então, os avanços que o Direito proporciona para além dos argumentos jurídicos, enfim, da evolução da própria compreensão jurídica. Ela deita raízes, ela tem fundamentos muito fortes, como resultados de lutas e avanços sociais. Essa permanente ligação que o Direito deve ter com a vida é que esta permitindo, portanto, esses avanços, e aí passa, o Direito, a ser suporte para esses próprios avanços.

Ou seja, o Direito que, no primeiro momento, tem um caráter muitas vezes até de opressão, passa a ser também instrumento de emancipação e de avanço. Nesse sentido, acho que é importante, e isso se procurou resgatar nesse parecer, que é fruto de um trabalho coletivo da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado e assim como de toda a Procuradoria, que é envolvida com seu compromisso institucional.

Mas, sob o ponto de vista histórico, fala-se muito, como referência, da questão da escravidão. E acho importante, como se achou importante registrar nesse parecer, o quão dura era a leitura, a perspectiva que a sociedade brasileira tinha com relação ao negro e mesmo com relação ao discurso dos abolicionistas à época, ainda antes do advento da Lei Áurea, que não é o marco principal, mas é um marco importante, do ponto de vista jurídico.

Existem discursos curiosos e eu gostaria de pedir licença para fazer a leitura a que me referi, para que a gente consiga ter a ideia de como era encarada a questão do negro no País.

Então, é um rápido excerto de uma fala de João Severiano Maciel da Costa, isto em 1821, quando ele disse: “Comprar e vender homens ofende, sem dúvida, a humanidade, porque os homens nascem livres.” Mas que argumento se pode tirar daqui? Isso quanto ao mundo civilizado, porque no resto e como na África mesmo tudo são horrores e a escravidão tem lugar de humanidade. Que muito, pois que os bárbaros e fe-

rozes africanos sejam transplantados de seus areais ardentes para o belo clima do Brasil e aí empregados no suave trabalho da agricultura. Parece-nos que a questão devia reduzir-se a saber se eles perdem ou ganham com a transplantação.

Apenas para ilustrar, a sociedade brasileira não tem claro o que era a crueldade, o que eram, inclusive, os argumentos racionais que eram utilizados e como era debatida a questão do negro. Isso por vozes abolicionistas.

Pois bem, a questão desses aspectos históricos – que apenas ilustro aqui, não vou poder entrar a fundo, isso de alguma forma se desenvolve melhor no parecer – é que está lá na base daquilo que depois os elementos e dados sociológicos e estatísticos nos trazem e, para não ser enfadonho e repetitivo, vou me valer dos dados que já foram apontados aqui, que reforçam e apontam a brutal realidade dos negros, enfatizando o que a doutora já bem colocou, que a questão da desigualdade, da miséria e da pobreza neste País, que evidentemente não diz respeito só a negros e negras, diz respeito a outras etnias, inclusive a brancos, entretanto tem recorte de cor. E evidentemente que as pessoas negras deste País são as que mais sofrem, junto com os indígenas, as maiores discriminações e desigualdades.

Nesse sentido, é importante apontar que esse processo histórico que vem, portanto, desde a escravatura, estabelece estruturas, estabelece instrumentos políticos, sociológicos, culturais, inclusive jurídicos, até bem pouco tempo – e ainda temos que avançar, estamos na luta, tanto que o STF está se debruçando sobre a matéria ainda –, é no sentido de que essas condições tendem a se reproduzir. Nesse sentido se lembra Hélio Santos quando fala na questão da trilha do círculo vicioso. Sucintamente, compreende três aspectos. Primeiro, o caminho permanente entre uma violência material e simbólica. Então, temos todo um processo de desigualdade que tem raízes no preconceito, na discriminação e em tudo que, simbolicamente, daí decorre. Portanto, não temos só a violência efetiva no campo social, no campo econômico, no campo cultural. Temos também a violência simbólica. Isso funciona como retroalimentação, que é outro fator que tende a colocar negros e negras deste País em uma permanente situação de desigualdade e de discriminação.

Um outro aspecto trágico e importante para ser considerado é que os processos de opressão – tal como o próprio Paulo Frei já o advertia –, os processos de discriminação e de preconceito acabam por ser introjetados. Esse é um ponto cruel e importante para ser trabalhado – e o que o próprio Hélio Santos também aponta – no sentido da autoestima, da forma como

negros e negras deste País se veem a partir de uma relação social brutal e discriminatória. Nesse sentido – e não sei se teremos condições técnicas mais adiante de mostrar – existe um trabalho que foi apresentado perante a Corte Suprema e que está disponível no YouTube. É intitulado Teste das Bonecas. Talvez muitos de vocês já conheçam. Não sei se o Senador conhece. É um teste que mostra o quanto esse aspecto da introjeção desses valores de discriminação acabam sendo determinantes e o quanto isso é cruel. Não sei se nós temos condição, por hora, de passarmos ou se devemos deixar para mais adiante e prossigo na minha fala. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. vai falando. E, enquanto isso, eles vão preparando. Se já estiver pronto.

O SR. CARLOS CÉSAR D'ELIA – Acho que já está disponível.

(Exibição de material audiovisual.)

O SR. CARLOS CÉSAR D'ELIA – É um vídeo rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sinceramente, é chocante, impressionante. Dá para passar de novo, desde o início? Estamos ao vivo. É bom que o Brasil assista a um pouco disso. Uma salva de palmas pelo vídeo. É isso o que nós temos de dizer: é falar a verdade e pronto.

(Exibição de material audiovisual.)

O SR. CARLOS CÉSAR D'ELIA – Então são esses, Senador, alguns dos aspectos, no campo da vida, que devem ser considerados quando a gente está lidando com essa dura realidade que é a discriminação neste País. É mundial porque a gente percebe que esse trabalho foi feito nos Estados Unidos, mas eu tenho feito questão de divulgar, inclusive nas aulas que eventualmente tenho podido mostrar aos alunos, no sentido de que a gente consiga compreender que, para além de todos os desafios jurídicos que temos e de avanços, os avanços sociais, enfim, temos que ter a percepção de qual é a dimensão da crueldade que a discriminação racial, como qualquer discriminação, Senador, determina para qualquer pessoa.

No que se refere aos aspectos jurídicos, Senador, temos os princípios constitucionais, muitos deles já referidos pela Dr^a Grace, que repousam fundamentalmente pelo princípio da dignidade da pessoa humana, proibição das discriminações, o direito da igualdade e os princípios e objetivos fundamentais da República do Brasil.

No que se refere à questão do princípio da igualdade, apenas para pormenorizar alguns aspectos que a Dr^a Grace também já tangenciou, nós temos o princípio da igualdade formal, o princípio da igual-

dade perante a lei, mas há que se trabalhar também com essa dimensão fática, com a dimensão, portanto, da igualdade de material. E essa dimensão que nos permite e nós dá suporte, portanto, para encontrar os argumentos e os fundamentos jurídicos para a implementação de políticas afirmativas, ações afirmativas, como a política de cotas. Ressaltando, inclusive, que as ações afirmativas podem ser várias, a política de cotas é uma delas.

Nesse sentido, acho importante apontar que existe uma tendência muito grande de justificarmos até aqueles que atacam a política de cotas, dizendo que ela agride o princípio da igualdade. Mas ela agride o princípio da igualdade formal, que fica completamente sem sentido e inconsistente sob o ponto de vista, inclusive, dos fundamentos da própria Constituição aqui referidos, se a igualdade material não for efetivada no sentido de que temos, portanto, uma realidade brutal de discriminação no plano da vida, no plano fático, conforme os dados todos apontam. Portanto, dentro dos objetivos fundamentais, inclusive dentro do próprio princípio da igualdade, impõe-se que o Estado adote uma conduta e, portanto, intervenha nessa realidade, sob pena, sim, de afrontar o próprio princípio da igualdade. *(Palmas.)*

Evidentemente que nós não vamos poder nos debruçar aqui num estudo amiúde desses princípios, que a gente de alguma forma procura desenvolver no parecer, mas há que se lembrar também que, para além das disposições e princípios constitucionais, sempre lembrando os importantes avanços que temos no sentido de entender o caráter normativo da Constituição, por muito tempo se teve que trabalhar com aquela idéia de norma programática, eficácia contida, etc. Hoje, temos avanços no sentido doutrinário, inclusive jurisprudencial, de que a Constituição é para valer, portanto, seus princípios e objetivos fundamentais têm tanta normatividade quanto qualquer lei, senão mais. E, mais do que isso, qualquer sentido de legislação infraconstitucional tem que repousar fundamentalmente em cima daquilo que a Constituição dispõe.

Pois bem, para além disso, nós temos os tratados e convenções internacionais, em que pesem as discussões recentemente havidas, o STF recentemente adotou uma posição que, embora não seja única, majoritariamente no sentido de dar às convenções internacionais de direitos humanos, quando menos, uma eficácia de supra legalidade. Quer dizer o quê? Qualquer convenção internacional ratificada pelo Brasil que entre o nosso sistema jurídico, quando menos ela vale mais do que qualquer lei. E há aqueles que inclusive continuam afirmando o caráter ou *status* constitucional mesmo dessas normas.

Portanto, quando menos nós temos também que as convenções de que o Brasil é signatário e ratificou, dentre elas inclusive a convenção internacional contra todas as formas de discriminação racial, ela adentra no nosso sistema jurídico, senão pelo § 3º do art. 5º, que determina aquele rito, para fins de emenda constitucional. Ela entra quando menos com esse caráter de super legalidade, portanto, pode e deve ser observada no que diz respeito à orientação do próprio Estado.

Não bastando, temos ainda o Estatuto da Igualdade, a Lei Federal nº 12.288, temos o nosso Plano Nacional de Direitos Humanos, pelo Decreto Federal nº 7.037, a ser lembrado. No Rio Grande do Sul, nós temos ainda o Estatuto da Igualdade, no plano estadual, que é Lei nº 13.694, sem falar também de tudo o que foi assumido como compromissos, que estão estampados na Declaração de Durban, lembrando que o Brasil foi protagonista neste encontro e muitas das propostas da Declaração de Durban foram encaminhadas pelo próprio Brasil, pela representação brasileira. E, dentre esses compromissos, estão políticas afirmativas.

Muito resumidamente, porque o tempo se esgota, dizia-se que temos fundamentos constitucionais pelos seus princípios, objetivos fundamentais; temos os fundamentos dos instrumentos internacionais; temos a lei federal. Portanto, mesmo naqueles Estados que eventualmente debruçam-se com dúvidas com relação à necessidade de uma complementação legislativa, seja em âmbito federal, há quem diga inclusive que há necessidade de que houvesse uma emenda constitucional para que expressamente fossem previstas as cotas raciais nos mesmos moldes que são previstas as cotas para pessoas com deficiência, o que não é verdade, muito pelo contrário, apenas ali consta da Constituição porque a convenção internacional pertinente adiantou o nosso ordenamento, na forma do §3º do art. 5º, portanto o seu fundamento acaba sendo válido para qualquer outra política de cota. Porque, se tivéssemos na própria emenda constitucional que fala das pessoas com deficiência algum fundamento incongruente com os princípios constitucionais, essa emenda seria inconstitucional. Se nós afirmamos que é plenamente constitucional, o que nós temos ali é uma previsão constitucional que obriga, portanto os seus fundamentos valem para qualquer outra política de cota. Então outro argumento importante.

De resto, apenas para delimitar um pouco melhor, o tempo é curto, Senador, impõe apenas explicar, portanto, que as ações afirmativas têm que cumprir com alguns requisitos que passam então por um fundamento racional. Por exigência jurídica, temos que ter uma sustentação jurídica suficientemente sólida para dizermos por que o Estado deve estabelecer política

de cota. Portanto, isso existe por todos os fundamentos que muito rapidamente estamos apresentando. O princípio da igualdade, da dignidade da pessoa humana, os objetivos fundamentais da República.

Outro aspecto importante é o princípio da proporcionalidade. Ou seja, as cotas, para que elas não caíam em constitucionalidade, têm que respeitar esse princípio de proporcionalidade. O que é essa proporcionalidade? Primeiro que elas sejam colocadas de forma adequada àquelas necessidades que se está buscando atingir. Dentre outros aspectos, está a proporcionalidade no que diz respeito à representação da população negra na nossa sociedade.

Há que se tomar como referência estudos estatísticos que sejam cientificamente válidos e que apontem qual é a proporção de percentuais. Então, lá no caso do Rio Grande do Sul, segundo o último Censo, está-se adotando 18%, considerando negros e pardos, a partir das últimas pesquisas. Não que necessariamente tenha que ser. Qualquer pesquisa que seja cientificamente válida e justificada porque assinou aquela pesquisa, porque sabemos que também neste campo existem divergências, é suficiente. O importante é que essa proporcionalidade seja respeitada.

E também a transitoriedade. Esse é um dos ataques que são feitos permanentemente com relação à política de cotas. Toda e qualquer ação afirmativa é transitória e assim tem que ser, porque senão não faria sentido. Exatamente porque são providências que devem alterar uma realidade. E uma vez atingidos esses objetivos, as políticas devem cessar, sob pena de aí, sim, para além disso, passarem a ser discriminatórias ao reverso.

O sentido, portanto, é corrigir desigualdades. Existem algumas críticas que são frequentemente apontadas com relação à política de cotas raciais, uma delas a Drª Gracie também já tangenciou Por que cotas raciais e não sociais? Então, é preciso que se frise: miséria, pobreza neste país tem cor. E como os dados todos já foram apontados aqui, os mais miseráveis, os mais pobres, os mais discriminados deste país são negros e negras. (*Palmas.*)

Existe também a frequente alusão a outro argumento de que se estaria promovendo uma discriminação ao inverso, atacando o que tem sido chamado de “vítimas inocentes”. O que não é verdade, pelo singelo sentido de que não se está com política de cotas discriminando ao revés. Na verdade, está-se procurando eliminar processos de discriminação. Vale dizer... E a gente precisa ter coragem para admitir isso em uma sociedade como a nossa, que ainda nega, por conta do discurso da democracia racial, que o racismo exista. Na verdade, se assim fosse, não teríamos como

explicar essas profundas desigualdades, que acabam apontando, com toda a clareza, que negros e negras são os mais prejudicados neste País.

Nesse sentido, então, não é conferir nenhum tipo de privilégio a negros e negras deste País. Muito antes, ao contrário: é terminar com o privilégio que brancos neste País historicamente tiveram. *(Palmas.)*

E o outro ataque que é frequentemente dito é a questão do mérito pessoal, a questão da meritocracia. Apenas para complementar a sua argumentação, eu gostaria apenas de enfatizar que é um argumento que chega a ser até um tanto cínico, no sentido de que se fala na questão do mérito pessoal, desconsiderando completamente a absurda e enorme divergência de condições para que esse mérito seja efetivamente exigido. Ou seja, estabelecem-se condições absolutamente desiguais para que as pessoas se preparem, para que as pessoas tenham acesso à educação, saúde, habitação – portanto, à sua própria dignidade –, e depois se exige, no plano do auferimento dessa meritocracia, a igualdade de critérios, o que seria, portanto, afirmar e aprofundar, isso sim, o critério de discriminação.

Então, eu queria pedir licença, Senador, ao encerrar, para ler um trecho do parecer em que se resumem alguns aspectos que considero fundamentais. E, com isso, encerro.

As cotas raciais não têm o objetivo único de atacar as desigualdades sofridas por negros e negras apenas em seu viés econômico, senão que, para além disso, buscam também sanar aspectos culturais mórbidos de discriminação, fundados no preconceito de cor, que é onde residem muitas das determinantes da própria desigualdade social e econômica.

Pode-se afirmar, em verdade, que as cotas raciais têm efeitos importantes tanto para pessoas negras como para pessoas brancas. É que, em uma sociedade embranquecida à força, tornar o negro e a negra visíveis e retirá-los da condição de subordinação, colocando-os nos patamares da igualdade, é contribuir para que uma visão míope do mundo predominantemente branco seja superada; é construir um novo patamar... *(Palmas.)* Prossigo: é construir um novo patamar de humanidade não somente para as pessoas negras, senão também para as pessoas brancas. E, em sendo assim, um eventual sacrifício da igualdade formal em nome da igualdade material, apenas e tão somente até atingir esse tal patamar, mais do que plenamente justificado, é de rigor.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Ao Dr. Carlos César D'Elia, que aqui representou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em uma brilhante exposição, não só pelo vídeo... Não estou lendo;

estou dando uma paradinha por causa do momento. *(Palmas.)* Aqui só tenho o nome deles. Prossigo: que, na sua brilhante exposição, acabou motivando a todos nós. Vi no Plenário, aí, a emoção, enfim, de cada um.

É bom; é bom saber que esses expositores, no dia de hoje, não deixam nenhuma dúvida aqui para o Senado da República. Que bom que estamos ao vivo para todo o Brasil, e que bom que, depois dessa Mesa toda – ainda nos falta ouvir o Frei David, naturalmente, e nos falta ouvir o Júlio –, não tenho nenhuma dúvida de que o projeto de cotas, se a CCJ colocá-lo em votação e os Senadores assistirem a esta audiência pública, será aprovado, espero eu, por unanimidade. *(Palmas.)*

Dr. Júlio Evangelista Santos Júnior, coordenador da Igualdade Racial de Cubatão, com a palavra.

O SR. JÚLIO EVANGELISTA SANTOS JÚNIOR

– Muito bom dia, Sr. Senador. Desde já, eu queria quebrar o protocolo, e eu sei que o senhor já deve ter ouvido isso pelo Brasil inteiro, mas todos os negros se sentem orgulhosos por termos uma referência no Senado, negra, e que lutou com todas as forças para que o Estatuto da Igualdade Racial estivesse hoje aprovado.

Então, quebrando mesmo o protocolo, queria pedir mais uma salva de palmas para o Senador. *(Palmas.)*

O senhor é um guerreiro, é lógico que aqui estou representando a Prefeitura Municipal de Cubatão, e agradeço o convite da sua assessoria, porque estamos aqui com a missão de trazer uma experiência municipal de implementação da cota no serviço público, que inclusive em Cubatão fará dez anos este ano já, uma lei de 2002 que faz dez anos no dia 4 de outubro, mas, para além dessa lei, a gente sabe que a luta aqui em cima é mais difícil.

E eu fico muito emocionado porque a gente faz parte de um grupo político, Juventude Negra, que tem vocês como referência. Mário Theodoro, estou até emocionado aqui. *(Palmas.)* Cheguei ao final da minha fala, mas desde 2001 que o nosso grupo político de juventude negra vem trazendo a ampliação desse debate nas bases. E isso é muito importante. Por exemplo, a Pérola, lá no Rio Grande do Sul, que é uma parceira nossa, do fórum, do grupo, e todas as pessoas que estão espalhadas pelo Brasil. Hoje a gente está ocupando alguns espaços importantes para ampliar esse debate, essa política.

Então, eu queria fazer essa inversão de pauta aqui, já pedindo essa homenagem ao Paulo Paim e já o convidando, Senador, para participar de uma audiência pública em nome da Prefeita Márcia Rosa, em Cubatão, por conta dessa questão dos dez anos da nossa política de cota nos Municípios.

Então, fica já o convite registrado aqui. A Karina, nossa secretária, que está representando aqui a nossa

Prefeita, minha chefe imediata, que fez questão que viesse uma comitiva, há mais pessoas aqui representando Cubatão, não é? (*Palmas.*)

O Município de Cubatão que é de maioria negra, em um Estado onde a negritude é minoria, nós somos aproximadamente 30% em São Paulo, não é, Frei? Mas, no Município de Cubatão, na Baixada Santista, nós temos 57% de população negra.

Isso é significativo, é importante. Então, nossas considerações iniciais são em cima dessa política pública, dessa lei importantíssima que é o Estatuto da Igualdade Racial, que o senhor bravamente, durante anos, junto com a sua assessoria – que o Thiago não menos –, aqui dentro desta Casa fez essa luta, essa busca.

Então, com essas considerações iniciais, eu queria trazer a experiência de Cubatão, muito breve, perto dessas falas maravilhosas. Eu, como estudante de Direito, e com o TCC na área, já estou levando bastante contribuição daqui, mas trazer uma experiência municipal que já foi fruto de uma ação popular, ou seja, no âmbito municipal, os descontentes com a questão já se pronunciaram através do Direito, através da Justiça, para tentar inverter essa lógica, mas, como já foi dito pelos nobres cátedros aí, que já estão há mais tempo trabalhando com o Direito, é uma política compensatória, é uma política transitória, mas irreversível, do ponto de vista da análise do princípio da igualdade. Não temos dúvida de que é por esse caminho que nós devemos prosseguir para pensar o novo Brasil, rediscutir, como diz o nosso nobre Professor Kabengele Munanga, a mestiçagem. A gente precisa rediscutir.

E não por último e nem menos importante, Frei David, essa base política que o projeto Educafro dá para as pessoas, não só para a juventude negra, mas para as pessoas em âmbito nacional. Essa sua luta desmedida em nome da igualdade, muitas vezes incompreendida por nós mesmos, não é, Frei?

E eu queria parabenizar todas as pessoas que já estão aqui desde domingo nesta luta, fazendo as intervenções necessárias, e parabenizar também o projeto Educafro por toda essa luta. Eu sei que sua fala vai fechar com chave de ouro esta Mesa. (*Palmas.*)

O censo de 2000 já trazia essa maioria negra no Município de Cubatão. A soma de pretos e pardos no Município trazia aproximadamente 51% de população cubatense negra. Com o censo de 2010, a gente pulou para 57 %. É interessante dizer que o nosso governo, a gestão Márcia Rosa, que assumiu a prefeitura em 2009, em seu plano de governo já traduziu todo esse pensamento da igualdade na ação. A reforma administrativa que a prefeita fez já colocou no âmbito de funcionalidade cinco coordenadorias, não só da igual-

dade racial, mas da política para idosos, que eu sei que é uma luta sua também; a política para as mulheres; política para a juventude e política para pessoas com deficiência. A gente sabe que é um desafio, são cinco desafios interessantes, mas que a gente não pode se curvar, pelo próprio nascimento desse grupo político que comanda Cubatão, de pensar a igualdade a todo instante e em todos os níveis.

Mas antes disso, já em 2002, uma Vereadora mulher – então ressalto aqui o trabalho das mulheres, em Cubatão –, a Rosemeire França, ouvindo essa discussão que fazemos em nível nacional, levou para Cubatão essa discussão e a construção legislativa não posso dizer que foi difícil, mas também não foi fácil. Por unanimidade, a Lei nº 2.782, de 2002, que criou a política de cotas no Município de Cubatão, no serviço público, para todos os processos seletivos, que já são mais de seis processos desde 2002, incluindo mais de 200 pessoas na funcionalidade.

É engraçado, porque Cubatão já tem uma realidade negra dentro do serviço público grande. Mas agora, com essa política pública de igualdade racial, ela se faz mais presente, mais observável, porque a gente sabe que, em nível nacional, a discussão racial é muito inocente do ponto de vista da adesão popular, do ponto de vista da construção das políticas, e a gente louva esse Governo Federal do ponto de vista da assunção dessa situação.

A Lei nº 10.639, que dia foi assinada? Dia 10 de janeiro. Então, para a gente perceber como isso é ponto pacífico dentro desse grupo político que administra o Brasil e que está fazendo essa diferença, sim, em todos os poderes, em todas as esferas do pacto federativo.

Então, Cubatão trouxe, nessa nova gestão, essa preocupação de municipalizar esse projeto. Estamos pensando um plano municipal de igualdade racial, estamos pensando uma discussão em nível regional, porque a baixada santista é um fórum metropolitano de políticas onde temos questões, não é Karina? Assistência social e saúde, por exemplo, não conseguimos discutir sozinhos em Santos. Tem Cubatão, tem São Vicente, tem Guarujá, e temos que ter essa discussão regional. Mas Cubatão deu um salto de qualidade muito à frente nessas políticas, principalmente na política de igualdade racial. Por quê? Porque a coordenadoria traz esse viés e aí eu trago uma justiça, Mário Theodoro, a Seppir; a ousadia da Seppir, que, desde 2003, vem revolucionando, vem instituindo os marcos regulatórios, um a um. Sabemos que a luta é grande, existem muitos desafios ainda, mas a Seppir é importantíssima, porque é uma referência nacional não só para o gestor público, para a gestora pública, mas para toda a sociedade, que demorou muito para assumir o

racismo. Demorou quantos anos? 503 anos? Então, essa reflexão que, sociologicamente, a contribuição foi muito melhor que essas minhas humildes palavras.

A sociedade brasileira, para além do movimento negro, porque sabemos que o movimento negro é um incansável balizador dessa questão lá fora. No espaço público, lá na sociedade, mas a gente sabe que é uma luta insana. Em alguns momentos, a gente se sente, mesmo estando no Poder Público, sozinho, porque sabemos que o racismo institucional é muito grave. Ele é um segmento do racismo à brasileira, que traz para nós um desafio cotidiano de ultrapassar essas barreiras para instituir as políticas.

Então, Cubatão, hoje a gente pensa um plano municipal de igualdade racial, mas com uma discussão muito tranquila que já vem da Seppir, que já vem das conferências, que já vem dos militantes do movimento negro para municipalizar essa discussão. Então, o desafio hoje é instituir uma plataforma em nível municipal, em nível estadual, como o Rio Grande do Sul vem fazendo aí com essas maravilhosas notícias que o Tarso trouxe para nossa luta,

Qual é a plataforma municipal? Esse é o paradigma. Para levar lá no município essas políticas. O plano municipal de igualdade racial, a coordenadoria, o controle social ativo, o conselho de promoção da igualdade racial em que nível está, como é que funciona o apoio político, o diálogo com os movimentos negros. Isso é muito importante para os poderes, porque a gente sabe que é uma análise nova do Direito. A gente ouve aqui as explicações jurídicas interessantes, mas a gente sabe que o direito de igualdade racial é uma política nova que está em andamento, a gente sabe que o STF, por um lado, está deixando as coisas acontecerem, porque a sociedade precisa absorver essa discussão e é recente. As turmas formadas por cotas... A discussão, por exemplo, no Poder Público em relação às cotas é muito escassa, muito escassa mesmo. O Estado de São Paulo agora que está começando a pensar uma política estadual para além dos governos, para além dos segmentos políticos partidários, porque a gente sabe que é uma questão muito complexa quando você está dentro do governo. E quando você tem uma coordenadoria para fazer aquela discussão centralizadora, intersetorial, ela é muito complicada, e o nosso governo trouxe essa questão da política de cotas para a mesa de discussão da prefeita. A política de igualdade racial é discussão de agenda do governo, ela não é uma discussão... Infelizmente a gente sabe que em muitos governos a coordenadoria de igualdade racial é um paradigma ainda, a gente sabe que tem muitos gestores e gestoras que ainda não tem a expertise para estar tocando essa política em nível municipal.

É um avanço a criação da coordenadoria, mas esse avanço fica estagnado, do ponto de vista de marcos regulatórios naquele Município. Então, vários Municípios do Brasil ainda estão... Seppir, e aí? Como é que a gente faz? Como é que faz essa discussão em nível governamental? Poder Legislativo?

Então, isso é muito importante. E lá em Cubatão a gente está levando essa expertise nacional para dentro do Município de uma maneira muito boa. É lógico, eu sou o coordenador e tenho que falar bem do Município onde eu trabalho. Perfeito! Não é, Frei? Mas, por outro lado, a gente sabe que o regime institucional coloca algumas barreiras na articulação interna do poder público que interferem diretamente nessas políticas. Então, os Municípios precisam fazer essa discussão interna, até para além da criação de uma coordenadoria, para além de um controle social combativo. A gente tem que pensar todos esses avanços que a gente está construindo nacionalmente e exemplificar, levar para a base e fazer a discussão no seu Município. É uma discussão que a gente está fazendo lá na baixada santista agora. De nove municípios, nós temos três com coordenadoria e quatro com conselhos ativos.

Como é que é isso? Se a gente tem um problema tão simplório que é aprovar o feriado do Zumbi dos Palmares, é tão engraçado isso, não é? O feriado do Zumbi dos Palmares é um paradigma das 5.600 cidades, e também nacional. Imagine você instituir um plano municipal, imagine você discutir com um Secretário de Meio Ambiente municipal, um Secretário de Educação... Em algumas áreas a coisa está bem encaminhada. Imagine a nossa política nacional de saúde da população negra; imagine nosso plano nacional das diretrizes curriculares em relação à educação. Já está pronto! É discutir no Município como é que a gente vai fazer isso lá. Enquanto em algumas outras áreas a gente está construindo esse conhecimento, esse direito, essa política pública. Então, no Município de Cubatão, o que a gente está procurando motivar são as bases, são as pessoas, para que conheçam cada vez mais isso. Acredito que é um trabalho de cada um de nós, não só da sociedade civil organizada, mas dos governos também. Levar isso para que aquela fala que a gente conhece, que vai demorar umas duas gerações para a gente ter uma igualdade, para que isso seja um pouquinho adiantado.

Por exemplo, os dados que o IPEA trouxe para a gente nós últimos anos – e é por isso que eu reverencio o Mário Theodoro, que está à frente dessa questão durante muito tempo – são muito incisivos, e o Marcelo Paixão faz isso com bastante propriedade no Rio de Janeiro. Aliás, é outra pessoa que será convidada, e se está indo para o Brasil também. Por quê? Porque

quando a gente for discutir esses dez anos de cotas... O Dr. Douglas Martins esteve em Cubatão e conversava com a gente isso. Olha só, onde a gente já tem cota, a gente quer discutir quando essa cota vai terminar. Porque onde a gente não tem cota, a gente precisa implementar, mas em alguns lugares.

A população de Cubatão é, em sua maioria, negra. Bacana. Já temos dez anos de cotas. E aí? Quais são os estudos, quais são as pesquisas, quais são as conclusões que a gente tem em cima desses dados para chegar para a nossa Prefeita, para o nosso Poder Executivo, para o nosso Poder Legislativo e falar: “A gente tem esse posicionamento.” Então, é um direito novo, é uma realidade nova que a gente sabe que é desafiadora em todos os sentidos para a gente.

Então, essa contribuição humilde diante desta Mesa maravilhosa é dizer que a gente tem um racismo institucional interno muito forte que a gente sabe que não é para hoje que a gente vai conseguir essa implementação em nível municipal dessa plataforma. Mas essa construção precisa ser pensada em todos os níveis da gestão pública municipal.

O plano municipal, essa plataforma – porque a gente tem um alicerce legislativo, como foi dito, que já existe. Então, qualquer discussão que a gente vai fazer em nível municipal, a gente tem um alicerce legislativo. Com o estatuto, então, a gente não precisa criar outra lei, do ponto de vista federal. A gente só precisa fazer esse apanhado geral dessa legislação que está aí, trabalhar nessa interpretação jurídica para além da negligência semântica, porque a negligência semântica traz um viés muito covarde para a nossa questão.

Por isso concordo com o nosso companheiro do Rio Grande do Sul, quando ele diz que a gente não precisa emendar a nossa Constituição para dizer que a cota racial. A gente só precisa ser sério nessa interpretação. Então, a contribuição municipal que a gente traz é que existe uma política implementada em todos os níveis do Governo municipal.

Eu lembro que, no último concurso público em andamento em Cubatão, eu tive uma conversa com o Secretário de Gestão, o Haroldo, e ele falou assim: “Ó, Júlio, a lei está aqui, a gente interpreta essa lei e coloca no edital; e aquilo que esta lei não contempla a gente, a gente vai à legislação federal, que está muito bem, obrigado, para o assunto.”

Então, é vontade política, é combater o racismo institucional, é trabalhar com os atores e as atrizes que são necessários para essa implementação municipal, e começar a fazer essa discussão municipal, sim. A gente sabe que a luta aqui em Brasília é uma luta federal e que a gente está junto, o Pacto Federativo nos traz essa questão, mas, em nível municipal, começar para

além da criação de uma coordenadoria, para além da manutenção de um conselho de promoção da igualdade racial. Pensar essas políticas em nível municipal.

Então, essa é contribuição que Cubatão, litoral do Estado de São Paulo, traz para esta Mesa rica. E, como invertei a pauta, é por último que peço desculpas pelo atraso, o atraso que nós tivemos para chegar até Brasília, mas foi um desafio interessante. E aqui quero desejar ao senhor, Senador, longa vida nessa luta, nesta Casa. Estamos juntos, o convite está de pé, para o senhor ir até Cubatão e conhecer a nossa Prefeita pessoalmente.

Acredito que a promoção da igualdade racial já é uma vitória brasileira, uma vitória nacional. O que a gente precisa agora é demarcar isso nas bases, é uma preocupação nossa, as bases, os Municípios. Essa é a angústia que a Coordenadoria de Igualdade Racial de Cubatão traz, trazer isso às bases, ao Município essa discussão. É preciso levar para esses lugares essa questão, porque o racismo não dá descanso.

Muito obrigado a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi o Sr. Júlio Evangelista Santos Júnior, Coordenador da Igualdade Racial de Cubatão. Fez uma bela exposição mostrando uma experiência de dez anos lá em Cubatão. Mostrou que temos de ir muito além daquilo que temos hoje. Legislação não falta. Meus cumprimentos ao Júlio por sua exposição.

Por fim, vamos ouvir agora o Frei David Santos, que é Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – Educafro. Permita, Frei David, que eu diga algumas palavras. Já foi dito que o Rio Grande do Sul tem o Estatuto da Igualdade Racial do Rio Grande. Lá, foi de iniciativa do Deputado Carrion Júnior. Foi numa época de dificuldades para aprovar o Estatuto que nós resolvemos que deveríamos tentar começar também um Estatuto para o Estado. O Rio Grande do Sul foi o primeiro a aprovar um Estatuto estadual.

Com a palavra o Frei David.

FREI DAVID SANTOS – Obrigado, Senador e demais participantes deste evento. Para nós, é uma alegria saber que estamos aqui, hoje, com uma audiência pública diferenciada. A audiência pública de hoje tem, como primeiro objetivo, avaliar as práticas, avaliar as boas práticas. Segundo objetivo: celebrar. Aí o pessoal levantou o Estatuto lembrando que estamos celebrando essas boas práticas que são a vitória dessa causa. Terceiro: avançar. Portanto, avaliar as práticas, ouvir sobre boas práticas – com um destaque especial para o Rio Grande do Sul –, celebrar – e estamos celebrando com alegria -, mas, no entanto, queremos avançar. Esse avanço é o que nos cabe, agora, trabalhar.

Esse avanço, Senador, começou ontem com uma tensão bastante delicada quando, aqui no Senado, se organizava um debate sobre a questão do Programa Ciência sem Fronteiras, um programa para beneficiar cem mil brasileiros com bolsas para fora do País, em graduação, mestrado e doutorado. Das onze mil pessoas, brasileiras, já escolhidas e enviadas para os Estados Unidos, para o Canadá, etc., com essas bolsas, nem 1% é negra. Portanto, Dilma, parabéns pelas políticas novas! Dilma, por favor, políticas novas; atitudes novas! Não queremos políticas novas com vícios velhos. (Palmas.) Enquanto o Senador estava aqui com uma grande Mesa discutindo a questão desse programa tão bonito – e parabéns, mais uma vez, à Presidenta Dilma por esse programa fantástico, o Ciência sem Fronteiras –, ao mesmo tempo houve um racha na comunidade negra da Educafro. Um grupo falou: “Não vou ao Senado, porque a gente já teve várias reuniões, várias audiências públicas, vários encontros, vários seminários e nada avançou. Vamos fazer uma greve de fome no Palácio do Planalto.” Para minha tristeza, vim para cá com um grupo pequeno. A maioria foi lá para o Planalto. Está, inclusive, ali no jornal o pessoal em greve de fome. O *Jornal do Senado* de hoje, na página 3, mostra o grupo que estava em greve de fome em frente ao Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo menos um elogio ao *Jornal do Senado*.

FREI DAVID SANTOS – Oba!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já que o Senado não faz nada, pelo menos um elogio. Foi o *Jornal do Senado* que publicou, em destaque, a audiência e a atividade lá da moçada.

FREI DAVID SANTOS – Palmas para o Senado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Outros jornais não publicaram.

FREI DAVID SANTOS – Exatamente. Essa greve de fome tinha três pautas. Passo à Mesa as três pautas da greve de fome. A primeira pauta, portanto, é que o Governo Federal, por intermédio do Presidente em Exercício, ouça o clamor do povo negro com relação ao Programa Ciência sem Fronteiras.

A segunda pauta é que o Governo Federal crie cotas para negros no serviço público.

Terceira pauta: só vão sair da greve fome se o Presidente em exercício, Marco Maia, nos atender em audiência. Foi a pauta dos grevistas.

Eu, como responsável por essa delegação, estava preocupado sobre como voltaria para São Paulo deixando aqui irmãos em greve de fome. Como voltar para São Paulo nessa situação? Para minha alegria e surpresa tivemos grandes negociações de bastidores

e o Ministro, desculpe-me, o Deputado Federal, atual Presidente do Brasil em exercício, Marco Maia, aceitou atender aos grevistas em audiência.

Para ele uma salva de palmas. (Palmas.)

Espere aí, Senador. Ele não é gaúcho, o Marco Maia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro que é gaúcho! O senhor sabe que ele é gaúcho, está só me dando a oportunidade para que eu fale o que eu falei ontem. O Marco Maia é da minha cidade, Canoas, do meu sindicato, fomos membros da mesma diretoria, eu era o Presidente e ele era da executiva. Depois, eu me elegi Senador e ele, Deputado Federal. Hoje é Presidente da Câmara e Presidente da República em exercício. E que bom que eles os recebeu! Já pensou vocês ficarem lá com greve de fome até ... Eu já fiz greve de fome três dias aqui na luta do salário mínimo e eu sei o que é greve de fome, e essa greve de fome foi interrompida antes do meio dia, se não me engano. Isso é para descontrair.

Palmas ao Marco Maia. Eu quero ver vocês ficarem três dias comigo em greve de fome.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Portanto, queremos parabenizar o nosso Presidente em exercício, Marco Maia, porque ele, inclusive, para mostrar que quer ver mudanças no núcleo duro do Governo Dilma, delegou dois representantes aqui para essa audiência. Eles estão aqui entre nós, eu vou pedir que se apresentem os representantes do Governo Federal. (Palmas.)

A segunda pessoa deve ter ido ao banheiro um pouquinho. Em todo caso, o importante é que o Governo Federal determinou duas pessoas para virem aqui. Para quê? Para ouvir o clamor do povo e fazer acelerar esse processo. Então, ao nosso irmão Drince, que aqui representa a Presidência da República, que está ouvindo e com certeza vai levar a ele todo o relatório, queremos dizer que nós não esperávamos que a coisa seria tão eficiente assim. Os bastidores do Palácio do Planalto determinaram que CNPq e Capes tivessem uma reunião de trabalho amanhã com a Educafro, para já mudar o programa! (Palmas.)

Portanto, temos esse fato concreto aí. Eles querem saber qual o local? É Casa Civil? É Secretaria Executiva? É a Seppir? Onde está tendo obstáculo para o projeto, ou melhor, projeto não, já é decreto, já é lei. Onde está havendo o bloqueio para que a Dilma simplesmente assine a portaria falando: a partir de 1º de abril... Não, não, 1º de maio, vamos pegar diferente: a partir de 1º de maio, todos os concursos Federais têm que ter cota para negro. Só falta isso. Olha só, o Presidente Lula criou a Lei nº 12.288, que dizia, com muita firmeza: “A partir de agora todos os órgãos es-

taduais, municipais e federais têm que criar um plano de inclusão para negros.”

Ora, os Governadores estão colocando isso. O próprio autor da lei, que é o Governo Federal, não fez nada? Gente, alguma coisa está errada. Como é que o Governo Lula coloca a bola na frente do gol e a Dilma não chuta? Só tenho uma leitura: a Dilma quer chutar, sim, quer chutar, sim. Para mim, o núcleo duro do Governo tem que abrir o coração, amolecer o coração. *(Palmas.)*

E aí, Governador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Ah, é mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cuidado para não demitirmos o Theodoro. Não, ele quis dizer que o Governo tem que fazer gol a favor e vai fazer. Tenho certeza disso, não é, Mario? Além da Seppir, o Mário vai fazer. *(Palmas.)*

O SR. FREI DAVID SANTOS – Senador, enquanto a nossa querida Dilma não volta ao Brasil... Vou quebrar o protocolo e revelar um fato, espero que o assessor da Presidência não me dedure, não me crie uma situação ... É o seguinte, durante a nossa audiência, o Presidente em exercício atendeu à delegação. Durante a audiência, ele nos comunicou que telefonou para a Dilma e ela falou: “Queremos rever isso aí urgente!” Ou seja, para nós, a bola voltou para a trave, para o gol, só falta o chute. Mas, enquanto o chute não vem, eu pediria ao Presidente desta reunião que fizesse para a comunidade negra um favor fantástico. Confesso que há muito tempo eu não vejo um parecer tão bem elaborado como este do Governo do Rio Grande do Sul. E pergunto ao Presidente desta Comissão se é possível esta Comissão pegar este parecer e enviar para todos os governadores do Brasil que não adotaram cotas e também para o Conselho Nacional dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que dá para fazer um pouco mais. Eu gostei muito do gaúcho pela exposição que ele fez aqui, mas gostei também da exposição da Dr^a Gracie. Eu vou pedir que se transforme numa separata a exposição de ambos. Aí vamos remeter para todos. Tanto do gaúcho como também da Dr^a Gracie.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Aí eu vou mais uma vez revelar segredos da reunião com o Presidente em exercício porque, durante o debate e a conversa, que foi muito boa, franca e sincera, ele cobrou de nós: “Espera aí, e o Projeto 180? Como está isso?” A assessoria informou: “Presidente, está parado na CCJ do Senado.” Então perguntamos a ele o que ele poderia fazer por nós. Ele falou, foi uma fala pública, e lá a televisão filmou e tudo mais, que ia telefonar para o Senador Eunício de Oliveira, que é o Presidente da

CCJ, para ele trabalhar, fazer todo o esforço possível. Senador Eunício, o senhor está nos ouvindo aí? A assessoria do Senador Eunício está nos ouvindo? Façam, por favor, o que pediu o Presidente em exercício Marco Maia. Ele pediu que o Senador Eunício fizesse um estudo para trabalhar o Regimento do Senado e colocar ainda em votação, amanhã, quarta-feira, na CCJ, esse projeto de cotas em votação.

Merecemos o quê? *(Palmas.)*

Então, o Presidente em exercício Marco Maia falou que iria telefonar para o Eunício. Meu irmão, Senador Eunício, seja irmão da comunidade negra, prove que o senhor é amigo do povo negro e quer um Brasil mais diversificado, mais igual. Faça isso que o Presidente da República pediu a você.

Também o nosso Presidente em exercício Marco Maia se comprometeu em telefonar para o Senador Sarney, como Presidente desta Casa. Senador Sarney, o que fazer de estratégia para dar ao povo negro dignidade? Senador Sarney, o senhor tem consciência, o senhor foi um dos primeiros autores de uma lei de cota no Brasil. O Senador Sarney foi um dos primeiros autores de lei de cotas no Brasil. A lei dele evoluiu e chegou ao Projeto 180. O Projeto 180 tem também a mão do Sarney. Eu quero que vocês entendam isso. Para nós é importante que o Presidente Sarney veja como ele pode dar uma força telefonando para o Senador Eunício para ver aí o regulamento interno e por em votação mesmo, amanhã, na CCJ, esta Lei 180/2008.

Feito isso, eu não tenho dúvida, Senador Paim, a Presidente Dilma vai, sim, atender a comunidade negra, vai criar essa portaria criando cotas no serviço público federal. No entanto, a Presidente Dilma não pode determinar cota no próximo concurso do Senado. Aí, não tenho dúvida, Senador Paim, Senadores irmãos da causa, vamos ter uma audiência com o Senador Sarney já para fazer uma portaria interna para, no próximo concurso do Senado, ter cota para negro. Ou não convém?

E peço, por meio do nosso irmão representante da Presidência, que não como Presidente do Brasil, mas como Presidente da Câmara, que leve para o nosso irmão Presidente Marco Maia a proposta que fizemos a ele para que, ao voltar a exercer a Presidência da Câmara, crie uma portaria para que no próximo concurso da Câmara também tenha cota para negro. É possível?

Diante desse fato, Senador Paim, não temos dúvida de que o nosso irmão Marco Maia, Presidente em exercício, foi corajoso. E ele, ao dizer do conteúdo – para eu ser um pouco mais fiel ao que ele falou e não ter má interpretação – disse que a Presidenta possui simpatia em relação a cotas do serviço públi-

co. Foi fala dele. A Presidenta falou, por telefone, ele telefonou para ela ontem mesmo e ela falou que tem simpatia sobre cotas no serviço público.

Queremos, portanto, deixar bem exemplificado para o Brasil inteiro, que está vendo a TV Senado, que o Brasil está em vias de ser uma nação que, cada vez mais, caminha, a passos largos, para a verdadeira igualdade.

Como falou o nosso irmão da PGE, uma coisa é igualdade formal, que é uma igualdade mentirosa, ou beira a mentira – desculpe-me o pessoal jurista, que trabalha com a igualdade formal. Eu, Frei David, franciscano, acredito somente na igualdade material, que é um processo. E a Constituição brasileira aponta nessa direção. Todos os verbos, quando se discute essa questão, são verbos no imperativo: garantir, criar, transformar. São verbos no imperativo, no art. 5º da Constituição. Então, é um movimento. Portanto, a Constituição está muito mais em sintonia com a igualdade material do que com a igualdade formal.

Ah, eu estava esquecendo, na verdade. Também o Presidente em exercício, Marco Maia, tomou a decisão, a pedido dos membros que tiveram uma audiência com ele, de rever a questão da Lei da Copa e o racismo. Senador Paim, este é um ponto importantíssimo: a Lei da Copa e o racismo. Vocês sabem que é fundamental que se discutam e criem normas, instrumentos para não permitir essa maldade. Até esse nosso querido Neymar, grande jogador do Santos e que vai para o Corinthians, parece...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Ah, não é não? Então, me deram a informação errada. Deram-me informação errada aqui.

Até o próprio Neymar foi vítima, agora, de racismo, e isso para nós não é aceitável.

Foi discutido, portanto, com o Presidente em exercício, como criar, na Lei da Copa, notas, normas para gerar a empregabilidade.

Senador, com certeza, esta audiência pública está abrindo a celebração dos dez anos de cota em Cubatão. Não tenho dúvida, a festa vai ser lá. Mas ele nos deu a alegria de abrir aqui essa festa.

Eu também perguntaria se alguém sabe dizer quantos anos faz que o primeiro Estado do Brasil adotou cotas, que foi o Paraná, com o Governador Requião. Quantos anos faz? Alguém sabe dizer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Foi em 2004? Então, temos oito anos de celebração de que um governo de Estado fez.

Quero registrar aqui também que o último Município que adotou cotas... Se o último Estado foi o nosso

querido Rio Grande do Sul, o último Município foi um Município que nasceu por volta do ano de 1640. Qual o nome dele?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Quissamã.

Uma salva de palmas para Quissamã, por favor. *(Palmas.)*

Portanto, quero agora dizer que há um equívoco em alguns partidos políticos, e faço aqui um apelo especial a meus irmãos do PSDB, a meus irmãos do DEM e dos demais partidos políticos desta Casa e da Câmara. É crime de vocês, é um erro de avaliação de vocês – PSDB e demais irmãos – deixar que só partidos da base aliada ouçam o apelo dos negros. Vocês... Se for criada essa ideia de que só partido da base aliada atende negro, a culpa é de vocês – PSDB, DEM e demais partidos –, porque vocês não estão criando cota para negros no serviço público, onde vocês têm o poder na mão: nos Municípios e nos Estados.

Pessoal, estou falando mentira aqui?

Então, faço um apelo especial ao nosso irmão, Governador Alckmin. Tivemos uma audiência com ele, e ele falou: Frei David, quero mandar a minha assessoria estudar urgente isso, porque quero adotar cota para negro no serviço público.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – O quê? Não entendi.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Mais problema para mim, meu Deus!

Então, Governador Alckmin, meu irmão Alckmin, faça, sim, sua assessoria avançar. Seria tão bom que São Paulo, grande Estado do Brasil, adotasse cotas! Para quem não sabe, São Paulo, numericamente, é o maior Estado negro do Brasil; maior que a Bahia, numericamente. A Bahia tem um milhão e tantos mil negros; São Paulo tem mais de quatro milhões de negros.

Então, em São Paulo, quem está nos assistindo agora pela TV Senado, quem for amigo do Governador Alckmin e vocês todos do PSDB, do DEM, por favor, não deixem que se crie essa ideia equivocada de que DEM e PSDB são insensíveis com a população negra. Não deixem que se crie essa ideia equivocada. Queremos, sim, que a questão do negro seja uma questão de todo partido político, de todos os segmentos da nação, porque o problema não pertence a ninguém, o problema é nacional.

Governador Alckmin, por favor, nos ouça carinhosamente sem nos entender mal.

Senador Paim, o senhor deve ter acompanhado que a ONU decretou, como o Ano do Afrodescendente, o ano de 2011. Com certeza, o Senado organizou

um evento nessa linha. E acabei de falar agora, minutos atrás, saí aqui da sessão para conversar com a ONU. A ONU, portanto, já confirmou. Eu não sei se... Com certeza alguns de vocês, militantes mais ativos, estão sabendo dessa informação, mas a maioria do Brasil não sabe.

A ONU aceitou a denúncia da comunidade negra latino-americana. Qual denúncia? No ano de 2011, declarado pela ONU como o Ano do Afrodescendente, os governantes do mundo fizeram pouquíssima coisa em prol do afrodescendente.

E nós protestamos e exigimos que a ONU revisse isso, não deixasse os governantes nos enganarem, enganarem o negro do Brasil, o negro da Colômbia, o negro do Canadá, o negro dos Estados Unidos, o negro do mundo inteiro, que está na França...

E nós pedimos o quê? Pedimos que a ONU, já que com um ano só os governantes não atenderam o nosso apelo, que a ONU decretasse a Década do Afrodescendente. E agora, então, no telefone com a ONU, está marcado para o dia 13 de dezembro de 2012 a assinatura da Década do Afrodescendente no mundo. Portanto, essa é a grande vitória que eu quero partilhar com o Brasil inteiro e dizer que a década vai mexer.

Então eu peço, e acredito, irmãos e irmãs, que não entendem esse movimento, que é composto por brancos e negros, ou seja, pessoas que querem um Brasil igual, não importa a cor... Vocês que são contra, revejam sua postura. Pode ser uma postura de falta de abrir a mente e o coração.

Eu digo o seguinte, para canções novas é fundamental ouvidos novos. Há novos paradigmas no ar. Se você não parar, não estudar essa realidade, não estudar esse parecer da PGE do Rio Grande do Sul, você não vai permitir abrir o seu coração para os novos paradigmas.

E aí, Senador, mais uma vez, eu espero que ninguém me chame de garota propaganda deste livro. Mais uma vez, eu me sinto na obrigação de apresentar este livro, porque este livro do maior ideólogo vivo hoje da Universidade de Harvard, Michael Sandel, está dizendo que as universidades e as posturas políticas do mundo em que determina método de seleção para ingressar em qualquer benefício... A meritocracia que eles adotam tem duas posturas, ou meritocracia justa ou meritocracia injusta.

Então, os concursos públicos do Brasil seguiam uma meritocracia injusta e este livro aqui está dizendo que se você quer, Governante Municipal, Governante Estadual, Presidentes de Repúblicas, se vocês querem rever — atenção, este livro não é feito para o Brasil, é um livro norte-americano, feito pelo maior ideólogo da universidade maior do mundo, a de Harvard, Michael

Sandel —, e ele está dizendo: “É fundamental que todo mundo que tem o poder na mão reveja a meritocracia, reveja sua compreensão de meritocracia. Você não pode adotar a meritocracia injusta, tem que adotar a meritocracia justa.”

Senador, eu não sei se o senhor já teve a oportunidade de ler, mas para nós este livro precisa ser divulgado, o máximo possível, por todo mundo que acredita em um Brasil melhor.

E, nessa linha, quero destacar aqui a nossa irmã Febraban. A Febraban não queria atender a comunidade negra. Cem negros e negras se organizaram e invadiram, por quatro horas, uma agência bancária em São Paulo.

Depois dessa ocupação da agência bancária, com mais de vinte carros de polícia lá fora, a Febraban decidiu atender a comunidade negra e criou um Plano Nacional de Inclusão de Negros em todos os bancos.

Eu tenho dados, por exemplo, do Banco Itaú, que acompanhei, passo a passo, em 2003, quando houve a ocupação do Banco Itaú, inclusive foi a agência escolhida. Naquele ano de 2003, o Itaú, no Brasil inteiro, tinha feito a inclusão, a contratação de 153 negros, no Brasil inteiro. Depois da ocupação, em 2004, o Itaú contratou, pulou de 153 negros para mais de 2.500 negros.

Então, gente, é um movimento real e concreto.

E agora, nesse atual momento, estamos cobrando da Febraban que ela apresente para o Brasil inteiro o resultado banco a banco da inclusão do negro. E aqui fico um pouco triste, porque a Febraban foi convidada por esta Casa, o Senado, para vir prestar contas, e ela não veio. Mas a Febraban chamou o Senador Paim para uma reunião em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitir falar neste momento, Frei David, foi uma grande reunião lá na federação. Fui convidado e fui. Vou à FIESP, vou à FIERGS. Vou falar em todas as instâncias que me convidarem como Presidente desta Comissão; e eles, ao contrário do que o senhor está relatando – sou obrigado a dar um depoimento –, colocaram-se totalmente à disposição para vir aqui à Comissão de Direitos Humanos.

Tenho que falar os fatos reais. Mandaram que eu escolhesse a data e o dia depois da minha ida lá. Mostraram-me um plano para as pessoas com deficiência. Eles contrataram mais de dez mil pessoas com deficiência e em um exemplo que eu tenho que elogiar. Porque os empresários não contratam as pessoas com deficiência alegando que eles não estão preparados. E é real. O que a Federação dos Bancos fez? Contratou primeiro e, depois, deu o curso.

O SR. FREID DAVID SANTOS – Opa! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Dez mil pessoas com deficiência! E nessa reunião, à qual fui convidado em nome da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participação e não poderia deixar de ir – não sou daqueles que fogem da arena se eu acho que a arena não é aquela que me convém; vou ao debate em qualquer arena – fizemos um bom debate lá, inclusive sobre o crédito consignado, fizemos o debate sobre políticas de Cotas, de deficientes e de negros, com todo o comando maior, em torno de vinte representantes dos bancos.

Terminados os debates, ficou acertado – já avisei inclusive à assessoria – que nós marcaríamos o dia para eles virem aqui prestar contas de todo o programa deles da diversidade: deficientes, negros e também das mulheres.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Gente, olha aí! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só para que depois não fique dando a impressão de que eu estive lá e não relatei os fatos. Pelo contrário. Fui para a tribuna e fiz um pronunciamento a respeito da minha visita à Federação dos Bancos, e que foi muito produtiva. Eles virão aqui não prestar contas, mas expor o programa deles do corte da diversidade, o que considero muito positivo.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Presidente, meu irmão Paim, então, nesse caso, agora eles permitiram que a presidência escolha a data para eles virem aqui? Que bacana! É isso mesmo que entendi?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente isso. Eu que vou marcar a data e o dia para eles virem aqui fazer uma exposição. Estivemos lá durante mais de duas horas. Foi um bom debate. O próprio presidente da entidade estava lá e fizemos um debate no mais alto nível. Eles falavam e eu falava em nome da presidência da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Excelente, excelente. Gente, mais uma vez, palmas para o Senador. (Palmas.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Quero concluir, mandando uma mensagem à Presidência da República, para a Presidente Dilma: tenho certeza de que a Presidente Dilma não vai querer ser transmitida para o Brasil uma ideia de que ela é uma mulher que puxa com muita firmeza a política da mulher com qualidade máxima e que ela está de costas dadas para o negro. Tenho certeza de que a Dilma não quer isso. Por que eu falo isso? Porque, para a minha tristeza, o jornal *Folha de S. Paulo* saiu com uma matéria pesada contra a Dilma. “Com um ano, o Estatuto da Igualdade Racial ainda patina no País”.

Dilma, minha Presidenta querida, não deixe isso acontecer. Dê para o povo negro o mesmo carinho que você está dando para as mulheres no Brasil.

Minha irmã, Presidenta Dilma, a assessoria da Dilma, não deixe que os jornais continuem falando isso, queimando esse governo.

Vou voltar a ler: “Com um ano, o Estatuto da Igualdade Racial ainda patina no País”. Não é legal isso. Tenho certeza de que a Presidenta Dilma quer levar a sério a comunidade negra e que não vai fazer Lula de palhaço; Lula assinou o decreto, assinou a lei, e a lei está parada na gaveta do Governo Federal! Os estaduais estão avançando, e o federal está parado! Não, isso não é normal. Alguma coisa está errada e tem que ser mudada.

E aí, Presidente da Comissão, meu irmão Paim, quero dizer que enquanto o núcleo duro da Dilma não deixa avançar, quero dar três notícias para encerrar a minha fala.

Primeira notícia. Senador Paim, eu esperava isso daqui a dez anos, mas já aconteceu: a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro adotou cota para negros no próximo concurso para defensor público. E, para minha surpresa, estou trabalhando em São Paulo com a comunidade negra e recebo um telefonema: o Presidente Nacional do Conselho de Defensores Públicos do Brasil me convocando para, no dia seguinte, ir à reunião dos conselhos nacionais dos defensores públicos. Larguei tudo e fui para lá. Na reunião, o Conselho Nacional de Defensores decidiu fazer uma recomendação para todos os defensores do Brasil estudarem e adotarem cotas para negros nos concursos para defensores públicos. (Palmas.)

A segunda boa notícia, encerrando esta minha fala, Senador Paim – acho que quase ninguém sabe, a imprensa não sabe ainda, não divulgou ainda, e se tem alguém da imprensa aqui, proponho que bote como pauta para amanhã –, é que a Escola de Magistratura, que forma juízes para o Brasil, a Escola de Magistratura do Espírito Santo decretou cotas de 30% para negros no próximo concurso da Escola de Magistratura.

Senador, eu não esperava. Para mim, isso aconteceria daqui a dez anos. Por isso eu falo que esta audiência pública aqui é celebrativa, é para celebrar vitórias. Só a vitória traz vitória.

Fomos surpreendidos com o telefonema da Escola Nacional de Magistratura. Hoje, às dezoito horas, a Educafro vai ter uma reunião de trabalho com a Escola Nacional de Magistratura, com o objetivo de criar uma recomendação para todas as 35 escolas do Brasil, que é uma por Estado. Há escolas de magistratura estaduais e as segmentadas também para a Procuradoria, ou coisa assim. No total, são 35 escolas de magistra-

tura no Brasil. Vamos hoje trabalhar na redação. Em seguida, vai ser enviado para a reunião nacional das escolas de magistratura, para ser votado – e, pelo que estou vendo, vai ser aprovado – um parecer orientando, motivando todas as escolas de magistratura a criarem cotas para negros nos próximos concursos de ingresso na Escola de Magistratura.

Então, Senador Paim, só resta à Presidente Dilma pedir a sua assessoria para ler a lei que o Lula assinou, Lei 12.288, no art. 15. O art. 15 é direto: “O poder público adotará programas de ação afirmativa.” Não há discussão. Adotará e pronto. É imperativo aqui. Então, só falta o quê? Cada setor, o Município, o Estado, como foi o Rio Grande do Sul, fazer sua lição de casa.

E aí, onde é que entra a contradição? Como é que o Lula, a Presidência da República, determina para os Estados e Municípios e não faz o dever de casa? Como é possível isso?

E, concluindo, vou ler o art. 39 desta lei, que é muito direto:

Art. 39. O poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

Eu também faço um apelo aos representantes da Presidente Dilma, da Presidência da República, que, por favor, só botem em prática, durante os próximos meses – só, só, só – os arts. 15 e 39.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Frei David fazendo a sua exposição e fortalecendo o Estatuto da Igualdade Racial.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, agora, para as considerações finais da Mesa. Em seguida, temos a Comissão de Educação e eu sou o autor de dois ou três projetos. De um eu sou o relator. Então, vamos para as considerações finais, começando com o Frei David, que foi o último a falar. Da esquerda para a direita. Três minutos, Frei David.

O SR. FREI DAVID SANTOS – As minhas considerações finais são para dizer que tenho plena convicção, como brasileiro, como franciscano, que estamos vivendo um momento novo de Brasil. A diversidade vai ser levada a sério pelos quatro cantos do Brasil. É impossível não se ouvir com coração aberto a fala da nossa irmã Secretária-Geral de Contencioso da PGU, que foi límpida. E aqui está o relatório dela, que, para minha alegria, o Senador vai mandar para todos os Governadores do Brasil. É impossível as pessoas

não terem o coração aberto para o relatório da PGU do Rio Grande do Sul.

Então, concluo, falando que eu não tenho dúvida: o Brasil que hoje está sendo, mais uma vez, solidificado, é o Brasil ideal, é o Brasil que todos os brasileiros querem, onde brancos e negros têm igualdade de oportunidade, onde brancos e negros trabalhem juntos – como estou vendo aqui nesta Mesa, brancos e negros trabalhando juntos por inclusão de negros, porque é o lado enfraquecido, é o lado violentado e que merece e precisa der igualdade de oportunidade.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Frei David – ficou dentro do tempo.

Dr. Carlos Cesar D’Elia, Coordenador da Comissão de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul da PGE.

O SR. CARLOS CÉSAR D’ELIA – Só resta, Senador, parabenizar pela audiência, mas, sobretudo, parabenizar o povo negro deste País. Faço questão sempre de enfatizar que o avanço que se tem passa pelas lutas, e isso é fundamental ser ressaltado. E o esforço da PGE no seu campo de atribuição, no seu papel institucional, é no sentido de dar fundamento e respaldo para que políticas públicas dessa natureza possam ser implementadas. É o esforço que se faz, é o papel que tem a cumprir.

A PGE fica à disposição de todos e todas para qualquer informação. Agradecemos a disponibilidade do Senado de dar divulgação a esse trabalho.

Enfim, acho que o essencial é isso. É colocar a perspectiva de que este País coloca como horizonte um País mais justo, mais igualitário, e oxalá a gente consiga no mais curto tempo possível.

Podemos dizer que não se precisa mais de política de cota neste País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos César, da PGE do Rio Grande do Sul.

Passamos, de imediato, para a Dr^a Grace, que fala pela AGU.

O SR. GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA – Também é só dizer que, para nós, foi uma riqueza muito grande esse debate, oportunidade de ouvir experiências e, de fato, acrescentar àquilo que a Advocacia Geral da União já vem trabalhando em termos de defesa das políticas de cotas nas universidades e, agora, também outros focos, como uma política inclusive mais ampla.

Então, para nós, foi uma oportunidade realmente singular.

E dizer que essa última palavra que foi mencionada aqui pelo nosso colega procurador, lá da Procuradoria-Geral do Estado, a questão da transitoriedade, que ele fez referência na fala e destaca novamente, a importância dessa consciência que realmente a gente precisa ter da questão do bom senso nacional. Porque, a partir do momento em que o País passa a ter essa igualdade material real, é o momento de se dar o passo, aquele tão desejado, eu acho, por todos, que é aquele objetivo maior, que é de não haver mais desigualdade no País e de não precisarmos mais de diplomas legais nem de leis, nem de políticas, nem de decretos, nem de estar batendo às portas dos gabinetes, nem de estar suscitando aí um tratamento diferenciado, porque o País, finalmente, terá alcançado essa tão sonhada igualdade. Aliás, dentro daquilo que a Constituição Federal já concebe, já traz como princípio fundamental, e dentro daquilo que... E esse trabalho, essa luta que hoje, aqui, observo tão bem organizada e ordenada, vem dentro daquilo que a Constituição Federal menciona expressamente, que é essa construção dessa sociedade mais livre, mais justa e mais solidária, que eu acho que toda luta é voltada justamente para isso e que, tão logo seja alcançado, nosso País não precise mais disso.

Então, também coloco a Advocacia Geral da União à inteira disposição, inclusive para pensar de uma maneira mais ampla a questão das cotas, e agradecendo, mais uma vez, Senador, a gentileza do convite e dizer que, para nós, foi realmente uma honra.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Grace, da AGU, meus cumprimentos e muito obrigado por tudo.

Dr. Mário Theodoro, que fala pela Seppir, representando a nossa Ministra.

O SR. MÁRIO THEODORO – Para fazer esse cumprimento a todos e todas aqui presentes, falar da satisfação imensa de estar aqui ouvindo depoimentos muito ricos, e falar do desafio da Seppir. Temos, na verdade, alguns grandes desafios este ano, todos vinculados ao Estatuto da Igualdade Racial. O primeiro deles é a construção da Sinapir, um Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, onde nós vamos ter as três esferas de governo sincronizadas, a partir de uma política concertada entre Estados, Municípios e Governo Federal, e também cumpre falar da disposição de implementarmos um grande programa nacional de ação afirmativa que está sendo gestado, que está sendo colocado. E não tenho dúvida – aí falo em nome da Presidência, porque a Seppir também é Presidência da República – de que há todo o interesse da Presidência em que esse programa nacional de ação afirmativa

tenha, com a ajuda do Sinapir, uma capilaridade que vá até os Estados e Municípios e que a gente possa fazer, de forma organizada e sincronizada, uma grande ação afirmativa em prol do Brasil.

Eu queria agradecer mais uma vez, Senador, o convite para estar aqui e enviar um abraço da Ministra para todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Mário Theodoro, falando em nome da Seppir.

Por fim, o Dr. Júlio Evangelista Santos Júnior, Coordenador da Igualdade Racial de Cubatão.

O SR. JÚLIO EVANGELISTA SANTOS JÚNIOR – Novamente eu gostaria de agradecer o convite, Senador, e, por intermédio da sua pessoa, parabenizar toda a equipe pela atenção dada, o Thiago, a Jane, todo mundo.

Agradeço mais uma vez a essa plateia de qualidade. É importante dizer isso, porque a gente sabe que os nossos assuntos, além de complexos e polêmicos, são esvaziados de qualidade na plateia porque a gente sabe que está mexendo com bastantes coisas que secularmente foram sacramentadas com a colonização.

Então, em nome da Prefeita Marcia Rosa, de Cubatão, e de toda a equipe, José Carlos, Fátima, de todas as pessoas que apoiaram essa comitiva que aqui está, na pessoa da Karina, representando a Prefeita, a gente gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que, como diz o Frei David, estamos celebrando, sim, os dez anos das quotas no Município, e a audiência pública vai iniciar esse processo, mas a gente não está contente não, porque o racismo está lá fora, e cada habitante não só de Cubatão mas do país chamado Brasil precisa entender esse processo e trabalhar isso melhor nas suas relações humanas.

Cubatão só tem a agradecer a oportunidade e quero dizer que estamos à disposição para continuar construindo essa política de igualdade racial.

Parabéns pela atividade, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Júlio Evangelista.

Deixe o Dr. Georges Lamazière para o final, que é o Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, porque a assessoria mesmo propôs e eu concordei, e vou fazer a pergunta a V. Ex^a – claro que vamos pegar a contribuição de todos para essa separata, que vai ter como corpo principal as duas argumentações aqui levantadas pela Dr^a Grace e pelo Dr. Carlos – mas V. Ex^a, se concordar, faria a apresentação da separata, falando do trabalho do Itamaraty, tão aplaudido por nós todos. (*Palmas.*)

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Senador, muito obrigado. É uma honra enorme para o Ministério das

Relações Exteriores e para o Instituto Rio Branco ser oferecida essa possibilidade de fazer a apresentação.

Como eu disse antes, posso falar que não fui eu que inventei, mas há dez anos fui pioneiro nas carreiras de Estado e, para mim, foi um grande orgulho participar disso. Obviamente, aprendi muito de pessoas que têm dedicado a vida a esse tema, como o senhor, Frei David e outros. Também há pessoas que conhecem o tema, do ponto de vista jurídico, muito melhor do que eu, mas tenho grande prazer em receber esse convite. Seguramente vamos participar. Será uma grande honra.

Muito obrigado, e parabéns pela organização dessa audiência pública e pela participação da plateia, que mostra interesse de todos nesse tema, que é um tema do momento, sem dúvida alguma.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Dr. Georges, que falou pelo Instituto Rio Branco.

Vamos colocar na separata, Dr. Júlio, uma síntese da sua fala, uma síntese da fala do Theodoro e uma síntese da fala do Frei David. Só faltava dizer que eles estavam excluídos! “Mas nós, nada?!”.
Deixem-me encerrar essa audiência pública, de forma muito rápida, não vou usar mais de dois minutos.

Quero dizer da minha alegria com essa audiência pública, com o conteúdo, o debate, a forma como ela se desenvolveu. No meu entendimento, uma audiência como esta fortalece e muito a aprovação de política de cotas na CCJ, que esperamos seja o mais rápido possível. Claro que gostaríamos que fosse amanhã. Mas, se não for amanhã – não é, Frei David? –, que seja na semana que vem. Mas que seja colocada em votação, e estou convicto de que vai passar.

Por outro lado, ainda, permitam-me que eu diga que não dá para nós negarmos, e não é nem uma questão partidária, que, a partir do Governo Lula, uma série de iniciativas aconteceram para a comunidade negra e muita coisa melhorou. Se nós temos o Prouni, é fruto dessa visão do Presidente Lula. Se nós temos o Fies, tão destacado, inclusive a própria Educafro elogia – e é bom falar isso, que a Educafro também elogia, não só critica... (*Palmas.*) O Estatuto da Igualdade Racial foi ordem do Presidente. O Presidente orientou: nós queremos a aprovação do Estatuto o mais rápido possível. Porque ele queria que o Estatuto fosse aprovado e queria sancionar antes do término do seu governo. A própria criação da Seppir é uma obra... E nós temos o Ministério da Igualdade Racial. Confesso a vocês que a comunidade indígena, e eu também sou totalmente favorável, eles querem também que haja uma secretaria com *status* de ministério devido à situação dos índios neste País, que, de fato, é preocupante e muito,

um verdadeiro genocídio com o povo indígena. A própria política de cotas, eu posso adiantar, Frei David, de fonte segura, que tanto o Presidente Lula como a Presidente Dilma orientaram e, por isso, a Ana Rita, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, assumiu a relatoria que é para aprovar a política de cotas. (*Palmas.*) O nosso governo não tem vacilado nessa questão. E os exemplos dados aqui, enfim, como por exemplo, do Rio Grande do Sul, do meu querido amigo Governador Tarso Genro, a posição aqui da AGU, muito clara, muito definida, mostra que o nosso governo quer de fato uma política de igualdade de oportunidades para todos. Todo mundo fala em política de igualdade, e quero saber se é igualdade de oportunidades. E as oportunidades passam necessariamente pela política de cotas.

Concordo aqui, eu sei que vocês que são militantes da causa não só da Educafro, mas sim de todo o movimento – são negros e brancos que lutam pela liberdade, pela justiça e pela igualdade, como estão aqui neste Plenário, brancos e negros –, sabem da importância do caminho que nós temos percorrido juntos.

Então, eu queria que, neste momento, a gente cumprimentasse todos os movimentos sociais, brancos e negros, que têm compromisso com esta causa. Uma grande salva de palmas e que a votação aqui seja fruto desse trabalho coletivo. (*Palmas.*) Que bom que nós temos um governo...

(*Manifestações no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É muito bonita essa chamada de vocês aí, esse grito de guerra, eu diria um grito de paz, que mostra que nós todos somos companheiros, brancos e negros que têm compromisso com a liberdade, com a igualdade, com a justiça e com a democracia.

Vamos, então, encerrar. E podem fazer aqui o grito de guerra, o grito de paz.

(*Manifestações no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada em 02 de maio de 2012, quarta-feira, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ata Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos, do dia dois de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Aécio Neves, José Agripino, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão, e a Senadora Marta Suplicy. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2011 Tramita em Conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 103, DE 2011 Tramita em Conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113, DE 2011, ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2012, ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2010, ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2003, ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2007 Tramita em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2007 Tramita em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2007 Tramita em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2007 Tramita em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2008 e ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2007; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Será publicada no Senado Federal.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, vários Senadores me ligaram, em função do feriado – o Senador Armando Monteiro está aqui presente –, e eu havia feito um compromisso com os Senadores, tendo em vista que temos aqui três temas polêmicos, inclusive um tema que mexe com a questão da Justiça Federal – e nós estamos fazendo um entendimento, neste momento –, a questão da divisão do chamado comércio eletrônico; até com o Relator, o Senador Renan Calheiros, eu me comprometi.

Como, nesta quarta-feira, após o feriado, eu teria muita dificuldade de votar, com quatro Senadores presentes, matéria dessa magnitude, eu me comprometi que abriria a reunião – tenho quórum apenas aqui de livro – e aprovaria a ata – “os Senadores que a aprovam permaneçam como se acham” – vou publicar a ata no Diário do Senado Federal e vou encerrar a reunião, voltando na próxima quarta-feira, com a mesma pauta e espero que com os entendimentos necessários para que façamos aqui uma reunião de grande debate com a presença de todos os Senadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Apenas indago V. Ex^a se temos uma programação das nossas audiências públicas – temos a PEC da música, temos a PEC 15 – e se há possibilidade de, na próxima semana, darmos uma acelerada também nessas agendas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima semana, Senador Ricardo Ferraço, vou marcar duas audiências públicas, uma na terça e uma na quinta, para compensar, inclusive, a reunião de hoje. Vamos fazer duas reuniões extraordinárias, na próxima semana, com audiências públicas que serão marcadas, e eu conversarei com V. Ex^a após a reunião aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Agradeço a V. Ex^a e o cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Na quarta-feira passada, Presidente Eunício Oliveira, nós apresentamos – os Senadores de São Paulo – um requerimento para possível audiência pública, que seria examinado na reunião de hoje sobre o comércio eletrônico. V. Ex^a considerará o exame desse requerimento na reunião de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, V. Ex^a tem razão. Há um compromisso de, na primeira reunião deliberativa, colocar em discussão e em votação o requerimento do senhor e dos outros Senadores que o assinaram. Porém, na reunião de hoje, vamos apenas aprovar essa ata, e, na próxima quarta-feira, obviamente, ele estará na pauta antes de a matéria ser votada aqui na Comissão, porque foi esse o compromisso que eu fiz com V. Ex^a, com o Senador Aloysio Nunes Ferreira e com a Senadora Marta Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E com os demais membros desta Comissão, por extensão.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 18 de abril de 2012. Audiência Pública

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Russo, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela,

Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Magno Malta, Kátia Abreu e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 24/2012-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cícero Lucena, Cristovam Buarque e Vital do Rêgo, destinado a debater **“A autonomia das Universidades Públicas”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Benjamin Maranhão (PMDB/PB); Senhor Deputado Federal Ruy Carneiro (PSDB/PB); Senhora Profa. Dra. Áurea Regina Alves Ignácio, Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso; Senhor Prof. Aldo Bezerra Maciel, Vice-Reitor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Senhora Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo, Pró-Reitora de Ensino de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Senhor Prof. Aldo Nelson Bona, Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste; Senhor Prof. Antonio Teixeira do Amaral Junior, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Senhor Prof. Milton Marques de Medeiros, Reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Senhor Prof. Antonio Heronaldo de Sousa, Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina; Senhor Prof. Dijon Moraes Junior, Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais; Senhora Profa. Berenice Quinzani Jordão, Vice-Reitora da Universidade Estadual de Londrina; Senhor Prof. João dos Reis Canela, Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros; Senhor Prof. Carlos Alberto Pereira da Silva, Reitor da Universidade Estadual do Piauí; Senhor Prof. Fernando Guaragna, Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Senhor Prof. Júlio Santiago, Reitor da Universidade Estadual de Maringá; Senhor Prof. Dr. Rinaldo Bernardelli Junior, Vice-Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná; Senhor Prof. José Augusto Silva Oliveira, Reitor da Universidade Estadual do Maranhão; Senhores Representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior da Paraíba – SINTES/PB; Senhora Angela Maria Targino, Diretora de Assuntos das Universidades Estaduais da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA e Senhora Neusa Santana, Coordenadora da Federação das Universidades Estaduais dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, passa à presidência ao Senhor

Senador Cícero Lucena. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor João Carlos Gomes, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM; Senhor Adriano Aparecido Silva, Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Senhora Marlene Alves Sousa Luna, Reitora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; André Luiz Vitral Costa, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE e Senhor Harrison Alexandre Targino, Secretário de Educação do Estado da Paraíba. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cícero Lucena e Vital do Rêgo, autores do Requerimento e os Senhores Senadores Cássio Cunha Lima, Ana Amélia e Cyro Miranda. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cícero Lucena, justifica a ausência do Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento para realização da presente reunião, por motivo de missão oficial no exterior. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cícero Lucena**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando todos os senhores e senhoras presentes, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 24-CE, de 2012, de autoria dos Srs. Senadores Cícero Lucena, Cristovam Buarque e Vital do Rêgo, para realização de audiência pública destinada a debater a autonomia das universidades públicas.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Dr. Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Eu inicio fazendo a leitura do requerimento apresentado que motivou a realização desta audiência pública.

O Requerimento é o nº 24, apresentado na sessão do dia 5/4 deste ano.

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 3, de 2012 - CE, aprovado no último dia 14 de fevereiro, com vistas a ampliar e aprimorar o debate, a indicação dos seguintes nomes para comporem a mesa da Audiência Pública.

O requerimento original, infelizmente, não está anexo aqui, foi subscrito pelos Senadores Cícero Lucena, Cristovam Buarque e Vital do Rêgo.

Quero saudar todas as autoridades presentes, iniciando por meu querido amigo e conterrâneo Professor Doutor Antônio Eronaldo de Sousa, que é Presidente e Reitor da Udesc, Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina. Eu o saúdo porque ele, na semana última, foi empossado como Reitor daquela importante instituição do meu Estado e eu não pude lá estar para levar-lhe um abraço pessoal, já que estávamos em atividade aqui. Mandeí a justificativa, mas hoje posso saudá-lo e cumprimentá-lo pessoalmente com muito prazer e com muito carinho, até por que seu Sousa é com dois “s”, igual ao do nosso ilustre e grande autor catarinense, o Cruz e Sousa. Portanto, receba nossa saudação dupla.

Quero saudar e cumprimentar aqui a Professora Doutora Áurea Regina Alves Ignácio, que é Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso; o professor Aldo Bezerra Maciel, Vice-Reitor da Universidade Estadual da Paraíba; a Professora Doutora Ana Maria Di Renzo, Pró-Reitora de Ensino de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso; o professor Aldo Nelson Bona, Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste; professor Antonio Teixeira do Amaral Júnior, Pró-Reitor de Pesquisa e pós-graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; professor Milton Marques de Medeiros, Reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Professor Antônio Eronaldo de Sousa, que já mencionei; o professor Dijon Moraes Júnior, Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais; a professora Berenice Quinzani Jordão, Vice-Reitora da Universidade Estadual de Londrina; professor João dos Reis Canela, Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros; o professor Carlos Alberto Pereira da Silva, Reitor da Universidade Estadual do Piauí; o professor Fernando Guaragna, Reitor da Universidade Estadual do Rio

Grande do Sul; o professor Júlio Santiago, Reitor da Universidade Estadual de Maringá; o Professor Doutor Rinaldo Bernardelli Júnior, Vice-Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná; o Prof. José Augusto Silva Oliveira, Reitor da Universidade Estadual do Maranhão. Também cumprimento os representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior da Paraíba aqui presentes e saúdo os convidados palestrantes que se fazem presente: Dr. João Carlos Gomes, Presidente da Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); a Sr^a Marlene Alves Sousa Luna, Reitora da Universidade Estadual da Paraíba; o Sr. André Luiz Vitral Costa, Diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE); o Sr. Adriano Aparecido Silva, Reitor da Universidade do Mato Grosso; e o Sr. Harrison Alexandre Targino, Secretário da Educação do Estado da Paraíba.

Quero informar aos senhores convidados palestrantes que, havendo cinco presenças na Mesa e considerando o tempo que nós precisamos utilizar, já que esta reunião é objeto de cobertura da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado e do *Jornal do Senado* – portanto, ela tem veiculação e divulgação nacional e permanecerá no portal do Senado Federal para ser assistida a qualquer tempo por quem desejar –, nós teremos de estabelecer, para cada um dos palestrantes, o tempo. O normal aqui são dez minutos. Então, vamos ficar com o tempo de dez minutos para termos cinquenta minutos de apresentação. Depois, o debate será aberto para os Srs. Senadores; primeiro, para os autores e, depois, para outros inscritos fazerem observações e questionamentos. Novamente a palavra voltará para os convidados, que poderão se manifestar por até três minutos. Esse seria o ritual da reunião, que já fica preestabelecido e informado a todos os senhores e senhoras.

Nós recebemos, pela assessoria da Mesa, solicitações de palestrantes no sentido de que este fosse primeiro, de que aquele fosse depois etc., por conta da responsabilidade e da contribuição que cada um pode oferecer. Por isso, o primeiro a usar da palavra será o Presidente da Associação Brasileira de Reitores, Dr. João Carlos Gomes; o segundo será o Reitor da Universidade do Mato Grosso, Adriano Aparecido Silva; a terceira, a Reitora da Universidade Estadual da Paraíba, Marlene Alves Luna; o quarto será André Luiz Vitral Costa, Diretor de Relações Institucionais da UNE; e o quinto, o Secretário da Educação do Estado da Paraíba, Prof. Harrison Alexandre Targino.

Então, com a palavra, por dez minutos, o Dr. João Carlos Gomes, Presidente da Abruem.

Quero informar aos convidados que, quando a campanha toca, tem um minuto ainda. Não acabou o

tempo. E, quando acabarem esses dez minutos, tem mais dez ou vinte segundos, se forem necessários, para dar um abraço a todos.

Aquele relógio indica o tempo que cada um está usando.

O senhor tem o tempo de dez minutos.

Por favor.

O SR. JOÃO CARLOS GOMES – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa, já nominados, cumprimento em especial o Senador Paulo Bauer, que é Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, demais Senadores presentes, colegas da Mesa, senhores reitores, pró-reitores, reitoras, pró-reitoras, representantes de sindicatos e da comunidade acadêmica. Esta é uma oportunidade que nós, das universidades estaduais, estamos tendo de discutir um assunto tão importante, que é o dia a dia, a autonomia e o investimento dos governos estaduais em relação às universidades, à ciência e tecnologia e ao ensino superior no País.

Como o tempo é bem controlado, pelo que entendemos, vou procurar iniciar a minha apresentação.

Pode passar, por favor.

Nós representamos aqui, Srs. Senadores, 41 universidades no País; estamos em 22 Estados da Federação – somente quatro Estados não têm o sistema estadual. Até porque não se pode falar em autonomia sem falar em recurso, em financiamento, já início a nossa fala reconhecendo, publicamente, em nome de todos os reitores das universidades estaduais e municipais brasileiras, o esforço que os governos estaduais têm feito no investimento da ciência e tecnologia.

Vou mostrar dados que retiramos do portal do Ministério da Ciência e Tecnologia que demonstram o quanto representam os investimentos em termos de País. Então, é o financiamento das universidades públicas estaduais e municipais, fazendo não uma comparação, mas uma questão de avaliação entre o que investem os governos estaduais e o Governo Federal.

Pode passar, por favor.

Rapidamente, nós somos, como já disse, 41 universidades públicas estaduais e municipais, estamos em 22 Estados e hoje temos, aproximadamente, 700 mil alunos. Representamos, Sr. Presidente, 44% do sistema público de ensino superior de graduação e pós-graduação do País.

Pode passar.

Rapidamente, aqui temos destacadas as reitorias, porque uma das características – vou mostrar, depois, um mapa muito interessante – é que as universidades estaduais e municipais são multicampi; nós temos a característica – e o Senador de um Estado que tem um trabalho muito grande com esse setor – de estar no

interior de cada Estado, representando o crescimento das nossas regiões.

Está aí a região Norte do País.

Pode passar.

Na região Nordeste, somente no Estado de Sergipe não temos instituição estadual ou municipal pública.

Pode passar.

Na região Centro-Oeste, todos os Estados têm suas universidades. Aí são as reitorias.

Pode passar.

Na região Sudeste, também o Espírito Santo não tem um sistema estadual de ensino superior.

Pode passar.

Na região Sul, também nos três Estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – temos o nosso sistema.

Pode passar, por favor.

Aqui, há uma característica importante: o que temos em vermelho são as reitorias, e os pontos na cor azul – inclusive, já podemos ter outros *campi* que ainda não fazem parte; estamos sempre atualizando – são os *campi* das instituições, mostrando que, enquanto historicamente o sistema federal ficou localizado nas grandes cidades e, principalmente, nas capitais, o sistema estadual foi para o interior do País. De alguns anos para cá, o Governo Federal tem até investido na criação de novas universidades, de novas escolas no interior, mas, até 2005, 2006, o sistema público estadual e municipal do Brasil representava mais de 80% das matrículas no interior do País. O que seria deste País sem os investimentos dos Governos estaduais?

Pode passar, por favor.

Aqui é uma comparação de hoje, do que representa – esse mapa é recente, do Governo Federal, já com as universidades novas, com os *campi* – a descentralização das universidades federais e o que representa o sistema estadual e municipal. Se nós juntarmos os dois, teremos um país com *campi* universitários em praticamente todas as regiões do nosso País.

Pode passar.

Bom, os nossos números.

Pode passar, por favor.

Hoje, nós temos aproximadamente 43 mil professores, dos quais mais de 70% com a titulação de mestre e de doutor, congregando um número muito grande de pesquisadores e, acima de tudo, mantendo a qualidade das nossas instituições em nível bastante elevado.

Nas avaliações que o MEC tem feito, através do Enad e de outras avaliações, as universidades estaduais e municipais brasileiras sempre têm desempenho semelhante ao das universidades federais.

Pode passar.

Hoje, nós somos responsáveis por 40% do número de alunos matriculados no ensino superior público do País; 57% são de responsabilidade do sistema federal. Até cinco anos atrás, era meio a meio. Hoje, nós estamos com 43%, e o sistema federal com aproximadamente 50%, não só da graduação, mas também em nível de mestrado e doutorado. Hoje, nós temos mais de 110 mil alunos mestrandos e doutorandos matriculados em nossas instituições.

Pode passar.

Aqui, alguns dados que eu acho muito importantes. Eu estava comentando na antessala com o Senador Cássio que, na nossa opinião, esta é a casa apropriada para discutirmos, porque aqui temos muitos Senadores com experiência de ex-Governadores, mostrando que os Estados brasileiros, com raras exceções, têm feito um esforço muito grande em termos de investimento na ciência e tecnologia e no ensino superior.

Esses dados de três ou quatro tabelas que vou apresentar – estou olhando para o tempo – são dados que retiramos do portal do Ministério da Ciência e Tecnologia. São dados até 2010, porque os de 2011 ainda não os temos.

Então, só para vocês terem uma ideia de como é feito esse quadro, cada universidade, com seus programas de mestrado e doutorado, tem o número de professores permanentes e de professores colaborados. Existe um número que mostra o que representa, em termos de investimento, para a pós-graduação. Então, se nós observarmos – vamos pegar o ano de 2010, por exemplo – em termos de investimento das instituições – entenda-se dos Estados – em cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pelo MEC, as universidades estaduais investiram 40% de seus recursos na formação de mestres e doutores para o País. Então, isso mostra o papel e a importância desses investimentos que os governos estaduais têm feito.

Pode passar.

A formação de mestres e doutores no País tem crescido. Graças a um trabalho muito grande tanto do sistema federal, mas também muito importante do sistema estadual, representamos hoje 48% da formação de mestres e doutores no País.

Pode passar.

São números. Pode passar.

Aqui dados que estamos acompanhando por gerações, por épocas.

Pode passar.

E nós temos trabalhado também, além dos cursos de graduação e de pós-graduação – pode passar –, de quatro a cinco anos para cá, em um programa federal do Sistema UAB. Hoje, nós temos quase 120

mil alunos matriculados nas universidades estaduais, através de convênio com o Governo Federal.

Pode passar.

Esses números são por região.

Pode passar.

Perdoem-me as universidades. Esses números também são de portais. Pode ser que não estejam 100% atualizados, porque é muito dinâmico, mas nós temos dados para mostrar a vocês.

Pode passar.

Região norte, região Nordeste, região Centro-Oeste.

Nós vamos deixar essa prestação na página da Abruem.

Região Sudeste.

Pode passar.

E a região Sul.

Então, nós temos hoje quase 120 mil alunos também no sistema do ensino a distância no País.

Pode passar.

Nós também participamos de um programa com 28 universidades na formação de professores da educação básica, que é uma política muito forte do Governo Federal.

Pode passar.

Quero mostrar um número importante – pode passar, por favor. – de ser destacado. Já há um esforço muito grande dos Governos estaduais no investimento em termos de dispêndio em ciência e tecnologia e ensino superior.

Passe o próximo quadro, por favor.

Observem aqui embaixo que, apesar de nós sermos um país muito heterogêneo, dos Estados que têm investimento maior em termos de ciência e tecnologia e ensino superior, todos – com exceção de quatro – têm feito esses investimentos. O Estado de São Paulo, Santa Catarina, Paraíba e Bahia são os Estados que têm feito o maior investimento em termos de ciência, tecnologia e ensino superior, mas reconhecemos que o esforço é feito por todos os Estados. Observem que, de acordo com esses números, no próprio Estado da Paraíba – está aqui o Senador Cássio – os investimentos têm crescido nos últimos anos como nos outros Estados. Isso mostra o quê? A preocupação dos Governos estaduais em termos de investimento.

Pode passar.

Existe a comparação – rapidamente – de que, hoje, os Governos estaduais representam 40% do investimento em ciência e tecnologia e ensino superior do País. Esse é um papel muito forte e importante do Governo.

Pode passar.

Faltam duas telas, Sr. Presidente.

Rapidamente, nós conseguimos no ano passado mudar o percentual da contrapartida de 20% a 25% que tínhamos de dar de todos os recursos recebidos, principalmente através de emendas. Nós conseguimos, no ano passado, mudar isso na LDB, num trabalho feito pela Abruem, pelos reitores, com apoio dos Srs. Deputados e Senadores, e passar para 1%.

Mas hoje – pode passar, por favor – o que estamos aqui discutindo, além da questão da autonomia? Pedindo o apoio desta Casa, o Senado Federal, para que trabalhe para que, nos próximos Orçamentos do Governo Federal, nós tenhamos do Governo Federal recursos financeiros para o custeio das universidades públicas estaduais e municipais, porque, muitas vezes, quando se cria uma nova instituição no interior do País, poderia haver um investimento de custeio, de apoio para uma universidade estadual já instalada com recurso muito menor.

Então esta é a nossa colocação. Mas eu quero aqui destacar, como Presidente da Abruem, o esforço que os Estados da Federação – alguns mais, outros menos – têm feito, representando hoje 40% do ensino superior de ciência e tecnologia. Alguns Estados, como São Paulo, Santa Catarina e a Paraíba – permitam-me citar três de que me lembro aqui –, já apresentam praticamente uma autonomia, que tem propiciado um crescimento muito forte dessas instituições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Prof. Dr. João Carlos Gomes. Agradecemos suas informações e sua contribuição para esta audiência pública.

Em seguida, passamos a palavra ao Sr. Adriano Aparecido Silva, Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Eu peço a compreensão de todos porque vou precisar me ausentar e vou transferir a Presidência dos trabalhos ao eminente Senador Cícero Lucena, nosso 1º Secretário do Senado Federal. E também informo que esta audiência pública está sendo veiculada através do Instituto Legislativo Brasileiro para todas as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores conveniadas pela Internet.

Agradeço a compreensão de todos e desejo que a audiência continue com o mesmo sucesso que começou.

Com a palavra o Prof. Adriano. Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Cícero Lucena.

O SR. ADRIANO APARECIDO SILVA – Quero também saudar a todos. Bom dia.

Peço vênha para, na pessoa do Senador Cícero Lucena, saudar a todos os Srs. Senadores. Peço vênha para, na pessoa do João Carlos, nosso presidente da

Abruem, saudar a todos os colegas reitores, lutadores pelo ensino superior neste País. Peço vênica para saudar, na pessoa da nossa Secretária Áurea, a todos os secretários representantes dos Estados da União. Quero saudar aos demais presentes.

Nós vamos fazer uma complementação da fala do João fazendo uma demonstração de uma universidade bem no interior deste País, lá na divisa com a Bolívia. Nós temos o Estado de Mato Grosso com uma universidade também *multicampi*, que faz um trabalho não só de qualificar pessoas, mas também de produzir a inteligência daquele Estado, a inteligência do País.

Nós queremos também ressaltar, Sr. Presidente, Senador Cícero, que esta tribuna aqui marca para nós um ato de diferença. Eu tenho certeza de que depois desta data aqui o Governo Federal vai ter outro olhar na questão do planejamento do ensino superior neste País. Eu tenho certeza de que o Senado, o Congresso, de forma geral, vai então se sensibilizar e comprar essa luta junto com as instituições estaduais e municipais deste País, para que nós possamos mudar a realidade que encontramos no Brasil.

Peço que passe o próximo.

A nossa universidade iniciou em 1978 como um instituto municipal e em 1993 foi credenciada como Universidade Estadual de Mato Grosso. E vem até hoje sendo financiada, basicamente, pelo Estado de Mato Grosso.

Pode passar.

Nós temos aí um Estado continental, com dimensões continentais. Temos ali então – vou ser mais breve – um *multicampi* com 11 *campi* no interior. Nós não estamos na capital, João. Nós também temos todos os *campi* distribuídos no interior do Estado, atendendo onde a Universidade Federal de Mato Grosso não foi até hoje.

Pode passar.

Números de ensino e graduação.

Nós temos hoje ali 48 cursos regulares, distribuídos nos Municípios. A licenciatura parcelada é uma modalidade que tem vinte anos já. É uma modalidade condensada, em que atendemos à licenciatura, inicialmente, para formar professores. E agora, na sequência, estamos abrindo também para não professores.

Temos um grande projeto chamado Educação Indígena já há dez anos, conceituado internacionalmente, que é a formação de índios em Mato Grosso. Nós temos lá 42 etnias e formamos já mais de 300 índios em graduação. Agora estamos em pós-graduação, formando índios lá no Estado de Mato Grosso, turmas fora de sede, junto com a UAB.

Como o João já colocou, nós estamos junto com o Governo Federal, ampliando a possibilidade do ensi-

no a distância. Nós temos hoje, dentro dos cursos de pós-graduação, *lato sensu*, 33, *stricto sensu*, 15. Alunos atendidos: de graduação, nós temos hoje aproximadamente 14 mil alunos; de pós-graduação, mais de mil alunos. Passamos de 15 mil alunos matriculados hoje no Estado de Mato Grosso.

Pode passar.

Nós temos lá cursos regulares, turmas fora de sede. Divisão: Licenciaturas Parceladas, Educação Indígena e UAB. Essa é a totalização hoje dos quase 16 mil alunos matriculados.

Cursos regulares nós ofertamos, com base em 2011, 3.600 vagas, mais 50 vagas indígenas. Nós temos hoje uma oferta de aproximadamente quatro mil vagas/ano, no Estado de Mato Grosso.

Pode passar.

Números de pós-graduação. Nós temos lá mestrado. Nós iniciamos com um, em 2006, e hoje temos lá programas de mestrado nossos – a Profª Áurea é a nossa Pró-Reitora de pós-graduação –, num total de oito programas de mestrado. Estamos aí avançando também para os doutorados.

Pode passar.

Esses são os mestrados que oferecemos em Mato Grosso, de 2006 a 2011. Nós temos oito mestrados, distribuídos nas cidades de Cáceres, Nova Xavantina, Tangará, e os *multicampi*, que estão atendendo à verticalização do ensino superior no Estado de Mato Grosso.

Pode passar.

Olha o crescimento da pesquisa. Quando você busca a qualificação do corpo docente, você sai lá, em 2002, de 24 projetos de pesquisa para, em 2011, na casa de 162. Temos a certeza de que, quanto mais qualificamos profissionais, mais produção de ciência, tecnologia e inovação nós vamos ter no Estado de Mato Grosso e no Brasil.

Pode passar.

A extensão é uma porta que nós temos de acesso à sociedade mato-grossense e brasileira. Nós saímos de 74 projetos de extensão e estamos hoje com 257 projetos extensionistas lá no Estado.

Pode passar.

Bolsas acadêmicas. Esta é hoje uma forma de – temos a representação dos acadêmicos aqui – permanência do estudante no interior da universidade. Nós estávamos, em 2004, com 560, hoje estamos com 630, e queremos ampliar cada vez mais a possibilidade de oferta de bolsas de várias formas – iniciação científica, extensão, apoio.

Recursos humanos. Hoje nós temos na universidade graduados, mestres, doutores. Nós temos um total hoje de 1.080 professores. Desse total, 680 são efetivos. Estamos lutando por mais um concurso pú-

blico no Estado de Mato Grosso. Desse total, temos aproximadamente 380 mestres, 220 doutores, e estamos avançando cada vez mais a qualificação do corpo docente.

A questão orçamentária, que o João colocou. Esse orçamento – nós estamos colocando, em 2012, na casa de R\$168 milhões a R\$170 milhões – é 100% do Estado de Mato Grosso. Então, os recursos humanos, a folha de pagamento, o custeio e o investimento, basicamente, são um exercício do Estado de Mato Grosso.

Nós queremos solicitar o apoio desta Casa parlamentar para que nos ajude a regulamentar, a criar normas para operacionalizar que o Governo Federal, o Executivo, possa então trabalhar com as estaduais na questão do custeio e manutenção. Porque o investimento nós já temos aqui, com os Srs. Senadores e Deputados Federais, as emendas parlamentares; através dos ministérios, através de editais de fomento, temos ajuda para a estruturação. Mas o nosso gargalo hoje, também, é o custeio e a manutenção. É a manutenção dessa instituição que dificulta a excelência.

Então, nós temos ali, praticamente, 76% da folha de pagamento. Temos R\$25 milhões, que representam 15%, para o custeio, e temos R\$15 milhões para investimento. Nós precisamos então, necessariamente, de um aporte do Governo Federal nesse sentido. E aí o Governo Federal, muitas vezes, coloca barreira técnica legal. Como nós estamos na Casa de leis, se temos barreiras legais, nada melhor do que o Congresso para fazer as alterações legais das normas e possibilitar ao Governo Federal, através dos seus ministérios, a viabilização da busca da excelência do ensino superior no interior deste País.

Pode passar.

Nós temos ali, para finalizar, turnos de funcionamento: 85% são noturnos, são trabalhadores, pessoas que trabalham durante o dia e vão cursar à noite um curso superior; 15% diurno integral.

Renda familiar. Nós temos 75% que vão até três salários mínimos, ou seja, são pessoas de baixa renda que têm acesso ao ensino superior através das estaduais.

Número por docentes: de 10 a 12, é o número hoje em nível nacional.

Notas no Enade: nós temos 35% de nota 4, e 65% de nota 3, o que precisamos melhorar.

Sem moradias estudantis; não temos hoje a condição de ofertar moradia estudantil por falta de recurso financeiro; sem financiamento para mobilidade acadêmica, é outra política. Nós precisamos avançar junto ao Governo Federal.

Financiamento à FAP. A nossa FAP hoje tem um reduzido orçamento, muito aquém da necessidade. Precisamos de apoio.

Fomento para infraestrutura, orçamento próprio e emendas parlamentares; ou seja, é com recursos do tesouro estadual e com os nossos Deputados Estaduais e Senadores que estamos investindo na edificação dessa universidade no interior, lá em Mato Grosso.

E aí nós temos também acervo biográfico e tecnológico, orçamento próprio, impedidos de participar do Plano Nacional de Pós-Doutorado, que é uma questão que precisamos melhorar; impedidos de editais de professores visitantes por questão do Governo Federal, precisamos alterar; não temos cursos de doutorados, ainda estamos na busca; como consolidar os mestrados sem o apoio do Governo Federal?

Pode passar.

Bom, senhores, eu quero agradecer esta oportunidade aos Srs. Senadores. Esta oportunidade, eu volto a ratificar, é um momento marcante. Eu tenho certeza que de hoje para frente, com o apoio dos Srs. Senadores e desta Casa do povo do Brasil, nós vamos sensibilizar a nossa Presidente da República, os senhores ministros, o Governo Federal de uma forma geral, no sentido de entenderem que as estaduais já vêm há muito tempo fazendo o papel do Governo Federal, até porque, pela nossa Constituição Federal, a obrigação do ensino superior está para a União e não para os Estados.

Então, nós temos que ter um aporte maior do Governo Federal nessas questões, nesse trato, nesse carinho com as estaduais e municipais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço ao Dr. Adriano e quero dizer que nós vamos flexibilizar um pouco, porque estou vendo há uma preocupação muito grande dos palestrantes em termos de tempo.

Então, eu acredito que, com a concordância dos demais Senadores, a gente possa, se necessário for, pedindo a compreensão dos palestrantes, mas nós também não seremos tão rígidos no sentido de cortar a palavra para que o raciocínio possa ser plenamente concluído.

O terceiro palestrante é a reitora da Universidade Estadual da Paraíba, Dr^a Marlene Alves Sousa Luna.

A SR^a MARLENE ALVES SOUSA LUNA – Bom dia a todos e a todas!

Gostaria de cumprimentar, primeiramente, o Exm^o Senador Presidente da Mesa e autor desta sessão, o Senador Cícero Lucena; um cumprimento especial ao Senador Cássio Cunha Lima, da Paraíba; especialmente também ao Senador Vital do Rêgo Filho, da Paraíba;

demais Senadores presentes nesta sessão; o nosso Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Estaduais e Municipais, o Prof. João Carlos; agradecendo na oportunidade pela apresentação brilhante sobre o sistema estadual de ensino superior em nosso País; gostaria também de, carinhosamente, saudar os servidores técnico-administrativos do Sindicato, tanto da UEPB, a Universidade Estadual, como também do Sintesp estadual, na figura do Sr. Ramos, presente nesta sessão; uma carinhosa saudação aos nossos colegas reitores das universidades estaduais; e pedir um pouco para que, no conjunto, entendam o porquê da minha apresentação que fugirá um pouco daquilo que foi colocado na apresentação de um sistema estadual e de uma universidade como Mato Grosso. A nossa tem um contexto e um contexto diferente; e eu gostaria de pedir a atenção dos companheiros e colegas reitores, para que possam entender por que interessa não só à universidade estadual da Paraíba, mas também interessa a toda a universidade brasileira; gostaria de cumprimentar o Secretário de Educação da Paraíba, Harrison Targino, nosso colega, professor da Universidade Estadual da Paraíba.

Minhas senhoras e meus senhores, primeiramente eu gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui debatendo tema de tão largo alcance e interesse social. Quem dera o assunto se tornasse pauta nacional na educação, mais precisamente no ensino superior e nas universidades públicas principalmente.

As universidades nasceram na Idade Média sob o signo da autonomia. Lá se vão mais de 800 anos e a autonomia continua sendo condição fundante do ente universidade. Essa não pode existir sem aquela.

Podemos pensar as várias formas de autonomia e seu exercício nas universidades na história: autonomia como princípio; autonomia como condição; autonomia como meio; autonomia como objeto teleológico

Avançamos muito na oferta de vagas no ensino superior na última década; é bem verdade também que quase nada mudou na estrutura das universidades públicas, destacadamente nas formas de seu financiamento.

As propostas apresentadas num passado recente, que propunham a inovação nesse modelo, sempre esposaram princípios privatizantes, muito mais no sentido das universidades operacionais, como registra Marilena Chauí, do que das universidades verdadeiramente autônomas, devotadas ao conhecimento e perseguindo um modelo de ser institucional como vanguarda do seu tempo.

É sobre esse aspecto do financiamento que gostaria de concentrar minha exposição. Nesse caso, destaco a experiência recente da Universidade Estadual

da Paraíba, da qual tenho a honra de ser reitora desde o final do ano de 2004.

Permitam-me, senhores e senhoras, nobres Senadores e Senadoras, historiar um pouco sobre os caminhos percorridos pela Universidade Estadual da Paraíba para chegarmos ao presente.

A história desta Universidade está marcada desde o seu nascedouro até a atualidade, mais pelo conflito e pela luta do que pela calma. Ao mesmo tempo, sua trajetória de instabilidades tem-se revelado pródiga em apresentar ciclos de crescimento e desenvolvimento que, de um modo ou de outro, sempre terminaram por fortalecê-la.

A criação da Furne nos anos 60 do século XX, na condição de herdeira da Fundact e, ao mesmo tempo, aglutinadora de cursos superiores e faculdades isoladas, revelava a visão dos idealizadoras daquele tempo e a sua compreensão da importância de uma instituição de ensino superior fincada no interior do Nordeste, que buscava a instauração de um novo ciclo de desenvolvimento.

Até os anos 80, a despeito de tantas crises, a Urne se manteve firme em seu papel. O princípio da democratização interna em meados da década foi o primeiro passo de um longo caminho até a estadualização, em 1987. Se a criação da Universidade Estadual da Paraíba, incorporando ativo e passivo da antiga Urne, foi uma enorme conquista, essencialmente pela gratuidade do ensino, antigas mazelas não foram resolvidas, e o Estado sempre tentou desobrigar-se de suas responsabilidades. Assim registra a história!

O reconhecimento pelo MEC, em 1996, foi também uma conquista importante para a sua afirmação como Universidade, mas não gerou grandes mudanças na cultura política da instituição, notadamente no que se refere ao seu financiamento, razão pela qual as crises continuaram a acompanhar a instituição até a metade da década seguinte.

O ano de 2005 é um verdadeiro marco na história da Universidade da Paraíba. Passa a vigor a Lei 7.643, de 6 de agosto de 2004, Lei de Autonomia Financeira da UEPB, sancionada pelo então Governador Cássio Cunha Lima, e saudada por todos como a esperança de soerguimento, consolidação e verdadeira refundação daquela Universidade, Universidade que, outrora, sonhada como instrumento de geração do conhecimento e para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, sonho escrito em seu nome, Universidade Regional do Nordeste. E no brasão que a representava: Luz para a terra e para os homens.

Experimentamos um modelo de autonomia financeira a partir da lei antes mencionada, que não é perfeita. Afinal, onde está a perfeição no mundo? En-

tretanto, o modelo implantado na Paraíba vem servindo de balizamento para vários Estados que estudam e debatem o tema, espelhados em nossa experiência e na tentativa de fazerem avançar também suas universidades estaduais.

A experiência advinda com o exercício da autonomia financeira, destacadamente entre os anos 2005 e 2009, trouxe para o UEPB uma fortuna acadêmica e científica incalculável, traduzida em investimento maciço nas pessoas, nas infraestrutura, nas condições de trabalho, na possibilidade sonhada, e agora posta em prática, de se edificar uma universidade na acepção mais pura da palavra, capaz de produzir conhecimento, formar cidadãos capazes e comprometidos socialmente, preservar e difundir a cultura, além de um processo radical de enraizamento com a vida do povo, principalmente das camadas mais populares da sociedade.

Inevitável fazer aqui um breve relato dos benefícios desta autonomia financeira:

Quatro novos campi e 14 cursos de graduação presenciais, além do aumento geral de vagas, ampliando em quase 100% o número de matrícula em mais de 100% entre graduação e pós-graduação.

Política de quotas sociais, com 50% de vagas para egressos da escola pública, promovendo a inclusão dos filhos dos trabalhadores em todos os cursos, além do Prevest, que é um curso pré-vestibular em apoio àqueles.

Programa ousado de bolsa de extensão e financiamento inédito em projeto com recursos próprios, R\$500 mil, beneficiando professores, estudantes e comunidades.

Quinze novos cursos de mestrados e três doutorados, com uma perspectiva agora do quarto, todos recomendados pela Capes, onde não havia nenhum, além de diversas especializações completamente gratuitas e com qualidade acadêmica.

Investimento extraordinário em capacitação, liberando os docentes para diversas universidades do Brasil e do exterior, estabelecendo convênios interinstitucionais, com quatro doutorados de universidades de excelência acadêmica: Ciência da Motricidade com a Unesp, Direito com a UERJ, Educação com a UERJ, Ensino de Filosofia e História da Ciência com a UFBA, ao tempo em que realizou 12 concursos públicos com 480 vagas, ampliando o número de doutores e mestres em mais de 400%.

Incentivo à formação de grupos de pesquisa, fomentando o desenvolvimento de projeto por meio de criação de um programa que investiu mais de R\$2 milhões, em três anos, com recursos próprios, fomentando e elevando o nível das pesquisas, permitindo que

centenas de ex-alunos conseguissem acessar programas de mestrado e doutorado no Brasil e no mundo.

Concurso público para 495 novas vagas para Técnicos Administrativos.

Planos de carreira, considerados dos mais avançados dentre as universidades públicas do País. Em 2008, elevamos a qualidade de vida de todos os servidores, melhorando sua autoestima, dignificando as condições de trabalho.

Compromisso com os trabalhadores entre 2005 e 2010. Quando as condições permitiram, todos tiveram os ganhos reais todos os anos. Temos hoje remuneração compatível com quaisquer universidades públicas brasileiras.

Parcerias com o governo do Estado, contribuindo com as políticas e as ações voltadas para a melhoria da educação, como foi o caso recente da capacitação de mais de 13 mil professores da rede pública estadual da Paraíba.

Dezenas de convênios atraindo parcerias e programas de incentivo acadêmico em quase todas as áreas do conhecimento, além de conseguir com os programas a garantia de instalação de importantes laboratórios, a exemplo dos convênios com o Ministério da Educação e da Saúde, a Eletrobrás, Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, entre outros.

Políticas de apoio ao estudante, efetivadas por meio de programas de assistência estudantil, como residência universitária, restaurante universitário, bolsa alimentação, bolsa manutenção, bolsa transporte, tutoria especial e de programas de apoio acadêmico, como bolsa monitoria, bolsa evento, bolsa de iniciação científica, o Pibic, bolsa de extensão, além do Pibid e do Pet.

Mais de 100 mil novos livros para as bibliotecas de todos os campi e acesso às bases de dados do Portal de Periódicos da Capes.

Acesso universal à Internet, por meio de gradativa implantação de salas de informática e rede sem fio em todos os campi, com acesso gratuito a todos.

Centenas de atividades docentes extracurriculares, como congressos, eventos, simpósios.

Mais de 50 mil m² de novas áreas construídas, representando mais de 500 salas de aula, mais de 50 laboratórios, bem como a ampliação da área das bibliotecas, entre outros.

Programas de mobilidade nacional e internacional por meio de editais financiados com recursos próprios e convênios com o Governo Federal.

Investimento em novas tecnologias da informação voltadas para o ensino, criando um moderno sistema de ensino a distância (quatro cursos de graduação,

quatro especializações, oito polos e mais de três mil estudantes.)

Investimento na aquisição de novos equipamentos na compra de novas carteiras escolares ergonômicas, proporcionando uma postura correta ao estudante.

Extenso investimento em cultura e preservação da memória da UEPB e da Paraíba, dois importantes museus, e na promoção de ações visando estruturar espaços, valorizar a produção e socialização de bens culturais, como a ampliação da biblioteca de cordel e edições de livros. Temos hoje a maior e a melhor biblioteca de cordel do Brasil, perdendo somente para a França.

Fortalecimento do parque gráfico e da Editora Universitária, com mais de 20 títulos anuais, dentre eles o vencedor do Prêmio Jabuti de Ciências Exatas, no ano de 2012.

Eventos acadêmicos, científicos e culturais organizados no âmbito da UEPB e fora da UEPB, a exemplo do Festival do Comunicurtas, Festival Audiovisual da UEPB.

Reconhecidamente o ano de 2009 foi o ápice da UEPB no exercício de sua autonomia, em relação ao respeito e à aplicação efetiva da lei por parte do governo do Estado. Depois de fevereiro daquele ano, resolvido breve impasse e conflito de interpretação da lei, experimentamos o cumprimento rigoroso dos preceitos legais estabelecidos e a UEPB respondeu com crescimento e mais compromisso social.

A partir de 2010 e 2011, vários reveses indicaram que estávamos a enfrentar um novo momento e que haveríamos de multiplicar nossa capacidade de superar desafios. Se por um lado o governo em seus últimos momentos aplica um duro golpe aos cofres da instituição, por outro lado o governo que inicia se utiliza exatamente dessa base e argumento para duplamente penalizar a instituição.

Em 2011, mesmo a despeito de todas as tentativas de diplomacia institucional, de diálogo franco, de interlocução administrativa e política, a instituição foi vitimada pela segunda vez. O ano de 2011 poderia ter sido o pior dos últimos sete anos, mas a vida nos provou que nada poderia estar tão ruim que não pudesse piorar.

Pois bem, nobres Senadores e Senadoras, estamos a enfrentar turbulências que nos indicam a entrada em mais um ciclo de crise. E, como sempre, nas marchas e contramarchas da história, com prejuízo enorme à construção de um modelo ousado de universidade autônoma e, por consequência, também de uma sociedade onde as relações de poder, não prescindindo de se entranharem no tecido social da instituição, poderiam ser estabelecidas democrática-

mente com a sua libertação, sua livre busca do saber, da ciência, da contribuição à sociedade, sendo por esta referendada, porém sem a tutela do Estado, mas sendo, ainda, sem a tutela do Governo. Essa experiência nós já conhecemos e aprovados. Funciona, dá certo, tem excelentes resultados.

A forma e o conteúdo das últimas investidas governamentais sobre essa Universidade de quase meio século, que vinha em curva ascendente de crescimento e consolidação, tem causado danos que, mesmo não sendo irreparáveis, trarão consequências por muitos anos.

Na UEPB, hoje, coincidem maturidade e crise. Infelizmente, essa crise não é de crescimento. Fosse provocada por fatores reais, externos ao controle da vontade dos que comandam a política, seria compreensível. O que vivenciamos hoje é uma crise de compreensão de um modelo, do entendimento do que é, para que serve e como funcionada uma universidade autônoma. Vivemos uma crise gestada de dentro da estrutura do Estado, mais precisamente do Governo, para a Universidade do seu Estado. Um paradoxo: a crise não é de um modelo de autonomia e ação política-administrativa. Esse modelo vinha dando certo, obtendo êxitos fenomenais. Os fatos falam por si.

Outra questão que deve estar necessariamente agregada a essa é: qual a importância estratégica de uma universidade estadual em um Estado periférico? Outra questão: quais as ligações entre formação de nível superior e qualidade de vida, desenvolvimento social, geração de riqueza, cidadania? Como superar o atraso histórico em nossa Paraíba sem uma política pública de expansão de vagas no ensino superior, sem o comprometimento de sua instituição com o desenvolvimento do Estado e a serviço do seu povo? Quais referências e consequências danosas poderão ser encontradas no futuro se o investimento em educação for visto sempre, sob a ótica dos governantes, como mera despesa, com raras exceções?

De uma coisa estejamos cientes: todo governante, representante do povo, educadores e educadoras, trabalhadores e trabalhadoras, cidadãos e cidadãs, precisam desenvolver a capacidade de compreender a importância do que se chama Universidade, sua autonomia e seu papel indispensável a quaisquer projetos de desenvolvimento soberano neste País. Essa compreensão é indispensável para que se crie uma conduta cotidiana pautada em um projeto estratégico. Formular intenções sobre o futuro, falar em nome do povo, anunciar vontades... Já estou concluindo. Tais ações só terão sentido se vierem agregadas a uma boa prática, assentadas sobre planos exequíveis e a clare-

za de compreensão sobre o papel de uma instituição como a Universidade Estadual da Paraíba.

Conhecendo a comunidade universitária da UEPB e sua história, posso afirmar que poderemos ter perdas temporárias. O tempo passa, nós passaremos. A UEPB ficará e ficará para sempre! Sua autonomia será reconquistada!

A UEPB é de todo o povo paraibano, maior do que sua comunidade, maior do que seus dirigentes, maior do que seus governantes. Nesse sentido, esperamos a ida do Secretário de Educação, da nova pasta da Educação com o Professor Targino. Abriremos, agora, com sua fala. Que ele nos dê um presente dizendo e mostrando que esse ciclo se fecha, exatamente, nesta Casa. É a nossa esperança.

Muitíssimo obrigada a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Reitora Marlene.

Gostaria de registrar a presença, além da daqueles que já foram nominados, da Sr^a Ângela Maria Targino, Diretora da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras – Fasubra, bem como da Dr^a Neusa Santana, Coordenadora das Universidades Estaduais também da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras.

Com a palavra André Luiz Vitral Costa, Diretor das Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE.

O SR. ANDRÉ LUIZ VITRAL COSTA – Primeiramente, bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Cícero Lucena, Presidente desta Mesa, parceiro histórica da União Nacional dos Estudantes. Quero pedir licença aos outros membros da Mesa para cumprimentar todos em nome da Professora Marlene porque, Senadora Ana Amélia, as mulheres no poder vêm demonstrando que têm uma capacidade e uma coragem que se agigantam nos momentos de crise. Acho que o Brasil, a exemplo da Professora Marlene, dá uma grande demonstração dessa força neste momento. Queria que o Brasil tivesse mais mulheres no poder para que essa coragem estivesse a serviço do nosso projeto.

Quero dizer, Srs. e Sr^{as}, que para nós o tema da autonomia universitária é muito caro porque trata de um problema que está na raiz dos problemas atravessados pelas universidades brasileiras na contemporaneidade. Antes de entrar nele em específico, gostaria de fazer um resgate histórico sobre de aonde vem esse princípio de autonomia universitária tão defendida pelos atores sociais envolvidos no âmbito das universidades brasileiras. Farei um breve resgate histórico.

A origem da universidade como instituição, lá em Bolonha, em 1088, já nasce sob esse viés de espaço autônomo de pensamento, de elaboração crítica, de debate consciente e crítico da realidade. A premissa da autonomia perpassa a história da universidade no mundo até a concepção de universidade moderna que nós temos hoje. Queria até, se tiver oportunidade, ler um trecho sobre o primeiro levante estudantil da América Latina, que foi o levante de Córdoba, em 1918. O segundo parágrafo do seu manifesto diz o seguinte:

A rebeldia estala agora em Córdoba. E é violenta porque aqui os tiranos tinham muita soberba e era necessário apagar para sempre a lembrança dos contra-revolucionários de maio. As universidades foram até aqui o refúgio secular dos medíocres, a renda dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e – o que é ainda pior – o lugar onde todas as formas de tyrannizar e de insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse.

Nosso regime universitário – mesmo o mais recente – é anacrônico. Está fundado sobre uma espécie de direito divino; o direito divino da estrutura e da manutenção do status quo do professorado universitário. Acredita em si mesmo. Nele nasce e nele morre. Mantém uma distância olímpica da realidade das ruas.

Ou seja, a luta pela democracia e pela autonomia das universidades no mundo e na América Latina é muito antiga. Vem sendo pauta da raiz de toda a discussão de um outro tipo de universidade que todos nós defendemos.

Agora, é preciso perguntar, Srs.: para que serve a autonomia universitária? A autonomia universitária serve, fundamentalmente, para garantir a independência das instituições das estruturas de poder vigentes que, constantemente, buscam domesticar a construção do conhecimento. Quais estruturas de poder? Notadamente, o Estado, a Igreja e o mercado. A produção do conhecimento na contemporaneidade, como na história da humanidade, sempre esteve sob ataque, sob influência, sob a tentativa de domesticação, de colonização, desses três poderosos agentes sociais em diversos estágios no mundo. Portanto, a relação autonomia e reflexão crítica na elaboração e na construção de uma universidade é fundamental, é indissociável. Não é possível se construir uma reflexão crítica, um pensamento crítico, sem o exercício da plena autonomia universitária.

Ainda, até para tratar um pouco da face institucional, é preciso também reconhecer que é um direito reconhecido por diversas instâncias que as universidades são instituições que pré-existem aos estados e são por ele mantidas por força do constituinte originário e não por vontade do último, ou seja, não é possível,

na nossa percepção, que um governante de ocasião casse o direito de autonomia universitária que é amplamente reconhecido por diversas instâncias estatais.

Faço todo esse resgate para iniciar aqui uma reflexão sobre qual é a situação da autonomia nas universidades brasileira, e aqui mais especificamente, nas universidades estaduais.

O ambiente de precarização que as universidades vivem e viveram, ao longo dos últimos 30 anos, impõe um desafio muito grande no âmbito da autonomia universitária. É recorrente – e aqui ficou presente na fala do professor João Carlos – que o tema inclusive da restrição orçamentária impõe uma situação muito perversa às nossas universidades. Quem vive aqui em Brasília percebe que é recorrente encontrar no aeroporto reitores vindo a Brasília de pires na mão para buscar recursos complementares ao orçamento das suas universidades, porque não tem a garantia do orçamento necessário para as universidades possam desempenhar, de maneira plena, as suas tarefas.

Portanto, isso na nossa opinião, na opinião da UNE é um grave ataque ao direito da autonomia das universidades, ou seja, o subfinanciamento, que ataca obviamente todo o conjunto de políticas públicas, da educação, da saúde, e recentemente esta Casa discutiu a Emenda 29 e o tema do subfinanciamento da saúde esteve presente, vai discutir num curto espaço de tempo o Plano Nacional de Educação e o tema do subfinanciamento vai estar presente. Então, o subfinanciamento é hoje, na nossa opinião, o principal instrumento de ataque da autonomia das universidades.

Alguns Estados, algumas constituições estaduais possuem dispositivos constitucionais que garantem um percentual orçamentário para suas universidades estaduais e outros não, algumas instituições tem uma política pujante de investimento em inovação tecnológica, em pesquisa, notadamente a Fapesp, em São Paulo e outras não.

Então, esse conjunto complexo de fatores nos dá um trágico cenário de dependência das nossas universidades, em especial as nossas universidades estaduais com as suas restrições orçamentárias.

É preciso citar aqui dois casos específicos: esse gravíssimo, que é o caso da UEPB, que teve o seu orçamento, nos últimos dois anos, atacado, restrições orçamentárias gravíssimas que, na nossa opinião, está claro que é um sentido e uma orientação de precarização que visa criar um ambiente muito discutido nos altos círculos de poder no nosso País, que é o modelo de universidades públicas que cobram mensalidades, ou seja autarquia, a precarização visa criar uma tese de incapacidade do financiamento do Estado de financiar a universidade para que se crie solo fértil

para volta da cobrança de mensalidades, o fantasma aqui já assombrou muito a história da universidade no passado e que volta e outra é recorrido e é também um enredo antigo conhecido por nós, pela União Nacional dos Estudantes, em diversas universidades do País. Também outros casos importantes como, por exemplo, Senadora Ana Amélia, no seu Estado do Rio Grande do Sul a Uergs que passa por restrições orçamentárias graves, com discussão de fechamento de vagas na graduação, limitação da capacidade de pesquisa.

É preciso também registrar outro tipo de ataque que são os ataques dos atores internos. A Universidade do Estado de Santa Catarina, no meu Estado, por exemplo, professor, passou, no último período, por uma tentativa de reforma estatutária que tentou cassar a capacidade e a proporcionalidade da representação estudantil nas suas esferas de direção. O movimento estudantil se mobilizou, se organizou e garantiu a sua representação, arquivando a reforma estatutária, que é outra tentativa de ataque à autonomia universitária empreendida por entes internos às universidades.

Também é preciso dizer e muitos reitores têm dificuldade de reconhecer que a autonomia universitária só pode ser exercida plenamente num ambiente de ampla participação de todos os três seguimentos: professores, estudantes, servidores técnicos administrativos, no âmbito das universidades e temos diversas universidades no Brasil que não têm essa premissa garantida.

Portanto, Sr^{as} e Srs., na nossa avaliação, o tema do subfinanciamento das universidades estaduais é um tema importantíssimo, que deve ser tratado por esta Casa, que vai ter oportunidade de fazê-lo no âmbito da discussão do Plano Nacional de Educação, na medida em que estabeleça uma política e uma diretiva estratégica fundamental que responsabilize não só os Estados mas a União no investimento, no financiamento e no custeio das nossas universidades estaduais pelo importante papel aí já apresentado.

Além disso, obviamente essa garantia precisa vir associada a uma exigência que as nossas universidades avancem na sua premissa de democracia interna, porque só assim, na opinião da União Nacional dos Estudantes, teremos a oportunidade de exercer uma autonomia universitária plena que defenda e que garanta estabilidade nas nossas instituições, no médio e no longo prazo.

Então, do ponto de vista da UNE essa é a nossa contribuição e obviamente nos associamos aqui à defesa plena dos direitos orçamentários da Universidade Estadual da Paraíba, não só pelo que representa, mas pela nobre e mobilizada luta que a comunidade univer-

sitária vem travando contra os criminosos ataques que essa universidade vem sofrendo nos últimos dois anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado André Luiz Vitral, Diretor de Relação Institucional da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Com a palavra o Secretário de Educação do Estado da Paraíba, Dr. Harisson Alexandre Targino.

Antes, permita-me, secretário, enaltecer a presença do Deputado Benjamin Maranhão, Deputado Federal pelo PMDB da Paraíba.

O SR. HARISSON ALEXANDRE TARGINO – Senador Cícero Lucena que preside esta reunião, permita-me saudar também as presenças do Senador Cássio Cunha Lima, da nossa Paraíba; Senador Vital do Rêgo Filho, também a bancada paraibana presente nesta manhã para discutir um tema tão importante, ao tempo que também louvo as colocações feitas pelo professor João Carlos, que preside a Associação Brasileira e deu importante contribuição para reflexão nesta Casa sobre as questões das universidades estaduais; da minha reitora, Magnífica Professora Marlene Alves, companheira de luta, com quem ingressei na universidade, com quem participei movimento docente, companheira de conselho universitário durante muitos e muitos anos, no sindicato que ela hoje preside e do qual já fui vice-presidente, conhecemos bem a luta dessa universidade. A colocação da Professora Marlene expressa esse conhecimento, as reivindicações próprias da universidade, quero agradecer também a contribuição do Daniel, que representa a União Nacional dos Estudantes nesta Mesa, saudando a presença do Deputado Benjamin Maranhão, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, magníficos reitores e membros de universidades da mesma forma presentes.

Partiria de um consenso que parece expressar a fala de todos que me antecedem e devo dizer também que é a expressão do que pensa o Estado da Paraíba em relação ao que já foi cognominado o maior patrimônio que o Estado tem, o maior patrimônio de Campina Grande, o maior patrimônio do Estado que é a nossa Universidade Estadual da Paraíba.

Em relação à experiência de trato para com as universidades estaduais, talvez a Paraíba deva ser posta como exemplo, porque não há, na federação ampla que o Brasil tem, um imenso continente que é a nossa Federação, nenhum Estado que tenha dedicado um esforço maior de investimento no ensino superior, com recursos próprios, do que o Estado da Paraíba em sua trajetória após a estadualização, após a autonomia sobretudo que foi realizada.

A Professora Marlene Alves inclusive expressou bem os números. Só gostaria de afirmar logo de início que concordamos, sobretudo, com o reforço que há de ser dado na autonomia da universidade. Não se faz universidade sem autonomia, com livre pensar, livre pesquisar, livre saber e livre administrar-se, com as responsabilidades próprias do administrar, os orçamentos que são postos, num ambiente democrático que convoque sempre a comunidade universitária com transparência para conhecer seus dados e poder opinar nos projetos de investimentos e sociais da própria universidade.

Não temos divergência quanto ao fato divergência alguma, a autonomia existe, não só como mandamento constitucional, inscrito no art. 207, mas, para a realidade paraibana, ela existe na Constituição Estadual prevista e existe em leis próprias, uma trajetória que sempre foi de crescimento da hoje Universidade Estadual da Paraíba. Nem tampouco se vislumbra, e é preciso só que se pontue bem, nenhuma tentativa de quem quer que seja no Estado de afetar a autonomia. Esse é um consenso que devemos construir conjuntamente.

A experiência da URNe, que começa em 1966, em 15 de março de 1963, lá em Campina Grande, com a criação de uma universidade municipal mista, subsidiada por mensalidades, companheiro da URNe, não haverá de voltar à realidade da Paraíba. São para nós, saiba, tempos muito passados. Nós não vamos passar os constrangimentos que tivemos que passar, naquela trajetória. A Marlene lembra, e eu me lembro aqui, Senador Cássio, que o seu pai, Prefeito de Campina Grande, o Senador Ronaldo Cunha Lima, teve que avaliar, com recursos próprios e seu patrimônio, pessoalmente, os recursos para pagar a folha de professores e servidores da antiga Universidade Regional do Nordeste.

Isso, para toda a Paraíba, já é de há muito passado, porque o processo da URNe, que foi dirigida também, Senador Vital do Rêgo, pelo seu pai, o saudoso, o meu mestre, Antônio Vital do Rêgo, o processo de uma URNe e de algo de mensalidade na Paraíba, todos sabem, não existe como ter presença, mesmo porque, a Professora Marlene já fez o percurso histórico e eu o faço só por questão de metodologia, desde 1987, foi estadualizada pela Lei nº 4.977. E nem mesmo a estadualização possibilitou transpor as suas crises, porque me lembro, a Marlene estava comigo, nas ruas, atribuladamente resistindo a seis meses de atraso, que a estadualização, que mesmo estadualizada a universidade enfrentou.

Eu me lembro até de fatos pitorescos. Eu terminei presidindo um auditório popular, em plena praça pública, para julgar o então Governador, e eu fui designado

como Presidente do auditório, e tivemos que condenar o ex e então Governador. E ele dizia que por aquele fato não mais pagava UEPB. Foi só efetivamente com o reconhecimento, mas, sobretudo, com a autonomia, com a Lei nº 7.643, quando o Governador era o hoje Senador Cássio Cunha Lima, que a universidade pôde começar a dar o pulo de qualidade que vem tendo e vem sendo dado na gestão da universidade, no trato das questões públicas e na relação com os próprios Governos, que passam nas relações do próprio Estado.

Essa autonomia, Senador Cássio, faço questão de ressaltar, só poderia vir de algum visionário, alguém que tivesse a coragem, como V. Ex^a teve, de, como Governador, e tantos não tiveram, de garantir à Universidade um percentual específico da receita, colocar esse percentual fincado em um ato normativo de lei, submetido à Assembléia, para poder reger as relações sempre tensas entre as necessidades imensas e naturais de uma universidade e os recursos sempre limitados de um Estado tão carente como é o Estado da Paraíba.

E foi esse instrumento normativo, que vem regendo essa relação, e foi essa coragem, Senador Cássio, que fez com que a universidade se tornasse grande, que permitiu, a Professora Marlene já bem expressou, que, de 2004 a 2011 ela tivesse crescido, a Marlene haverá de me corrigir, porque a base, Marlene, eu peguei do próprio... 3.860%, creio, em investimentos, saindo de R\$48 mil para R\$28 milhões por ano em investimentos da universidade, que já investiu, nos últimos anos, R\$80 milhões na estruturação de uma universidade pública, num Estado extremamente sofrido de carências, que é o Estado da Paraíba.

De 2005, basicamente, a 2011, e esses são os dados, nós tivemos, e me desculpe o erro, 30.852% de aumento em investimentos, o que significou 26,8 milhões. E devo dizer que nos anos recentes os investimentos não pararam. Não pararam porque não houve redução nominal de repasses à universidade e os repasses continuaram sendo baseados na mesma lei que rege a relação.

Essa pretensão de continuar com essa relação de parceria para o desenvolvimento do Estado, eu devo aqui expressar e falo aqui não só em meu nome, como Professor da Casa, amante da Casa, mas falo na circunstância do cargo que ocupo, transitório como tantos deles, de Secretário de Estado da Educação e, portanto, expresso a fala do Governador Ricardo Coutinho, que haverá de ser permanência nesta relação que há de ser construída nos naturais embates de construções de Orçamentos e repasses financeiros, garantindo evidentemente o crescimento da universidade e uma norma que possa reger melhor essas relações.

E devo dizer que essa pretensão de buscar convergências, é muito maior do que as eventuais divergências focadas neste instante, porque se estamos hoje a enfrentar o impasse relativo, sobretudo, à interpretação das leis e dos números, é preciso que o Brasil saiba que a Paraíba investe na UEPB, e a previsão para este ano é de R\$218,321 bilhões, R\$239 bilhões com recursos próprios, o que corresponde ao ICMS líquido de 11,86%.

A grande experiência brasileira de autonomia estadual está fincada na história, em São Paulo. E todos sabem que o percentual que São Paulo aplica de ICMS é 9,57% distribuído entre as três grandes universidades públicas estaduais de São Paulo, que honram, como todas as estaduais, honram todo o Brasil. E a Paraíba aplica, ano a ano, mais do que esse percentual, comparativamente com o ICMS, o que por óbvio, Professor João, não parece pouco, para o universo das demandas que o Estado tem.

O Amapá, e posso aí estar equivocado, tem um percentual relativo a 2% do mesmo ICMS. Na Paraíba, vou-me repetir, é de 11,86%. Santa Catarina, parece-me que está aí, se o número estiver equivocado corrija-se, em 2,10% da receita líquida disponível.

A Paraíba, Senador Vital do Rêgo, no ano próximo passado, de 2011, teve o comprometimento de 4,52% da receita financeira do Estado ou ordinária do Estado, o que corresponde àquele número que falei, de 11,86% do ICMS. É certo que há muito ainda a ser feito, mas é preciso que se saiba, para ficar claro, que nesses últimos dez anos, enquanto a receita base do Estado da Paraíba cresceu 135,27%, o investimento na universidade cresceu em 265,98%, com os recursos públicos do Estado.

Claro está, portanto, que é preciso que nós posamos construir uma relação de sustentabilidade, que possibilite a esses índices serem evidentemente mantidos ou acrescidos dentro de um clima de cordialidade e de diálogo que se pretende, sim, ter sempre com a universidade. Não falo nem em torno de mim, que da Casa sou, mas em Governos, sejam quais forem suas cores partidárias e as circunstâncias que ocupam, dentro de uma perspectiva de manter, sobretudo, a sustentabilidade de um modelo que tem sido exemplar para o Brasil, que é o modelo adotado na Paraíba.

Nesse sentido é preciso, só para esclarecer, que, mantida a proporção que é feita hoje de repasse de recursos, e esses dados são dados aportados pela equipe técnica de Governo, apontam que a receita base realizada, se tomado um parâmetro do realizado e a perspectiva em dez anos, a Paraíba terá aumentado a receita em 314,88%, o Orçamento da Universidade

em 673% e os recursos investidos na Universidade em 519,44%.

Se nós não conseguirmos construir, de forma clara, de forma dialogada, uma relação que permita perceber a necessidade de repactuarmos, sim, as relações dentro de um clima de avanço, nós não teremos como imaginar a possibilidade de não vivermos, ano a ano, em impasses, que a ninguém interessa, muito menos aos servidores técnicos administrativos que estiveram conosco, muito menos também aos professores universitários de nossa universidade.

Tenho a firme convicção de que, mais do que os números que aqui expresso e os apresento para deixar claro que ano a ano os recursos têm aumentado e percebe-se, em 2010, 180 milhões, em 2011, 196, em 2012, 218 milhões. Não houve, como pode parecer ao mais desavisado, que olhe sem atenção aos dados, decréscimo de repasse, muito pelo contrário, entre o ano realizado no ano de 2011 e previsto 2012, Senador Cícero, e peço...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Serei generoso.

O SR. HARRISON ALEXANDRE TARGINO - ...a generosidade de V. Ex^a já demonstrada nesta sessão, teremos um acréscimo de 11.34% dos repasses ofertados à própria universidade. E se, e se... Tem mais algum? Se as divergências permanecem em relação aos dados, as interpretações dos dados e a interpretação da lei, devo dizer a todos e, sobretudo a esta Casa, que há firme convicção do Governo do Estado da Paraíba para dialogar e construir alternativa de convergência, coisa que claramente também percebemos na Professora Marlene. Já tive, inclusive, oportunidade de sentar com a Professora Marlene em uma audiência que tivemos eu e ela tratando do tema, buscando encontrar convergências, para que possamos suplantar o impasse e, sobretudo, continuar a louvar a melhor e maior experiência de autonomia de universidade pública estadual que o Brasil tem, desculpem-me os companheiros de outros Estados, que é o do Estado da Paraíba, pelo investimento e comprometimento que o Estado tem mantido com a Universidade, sobretudo, e encaminho-me, Senador Cícero, para o final, pela percepção que temos de que a universidade é uma grande parceira no desenvolvimento público e institucional do Estado. Não há projeto algum desenvolvido que não tenha como premissa convidar, chamar a universidade para parceria.

No âmbito da Secretaria de Estado da Educação ou no âmbito da educação do Estado, os dois grandes projetos, maiores projetos que o Estado tem dizem com formação continuada e dizem com processo de alfabetização. E, nesses dois grandes programas de educação,

a presença da universidade tem sido fundamental e essencial. Com recursos de Estado repassados para a ação, inclusive com recursos repassados para a ação, que tem propiciado à universidade poder pagar seus instrutores, poder pagar seus professores, poder investir, por óbvio, dentro de uma parceria que é de sempre mão dupla. E o Estado da Paraíba não fez opção por buscar outra universidade, existem tantas e capazes, a nossa gloriosa Universidade Federal da Paraíba, a nossa querida Universidade Federal de Campina Grande, o Estado fez a opção de fortalecer a Universidade Estadual da Paraíba como parceira neste processo e tem pretensões de, cada vez mais, aprofundar essa parceria, porque aí, devo terminar dando um testemunho, temos tido na Universidade uma exemplar dedicação à causa pública, as parcerias que temos mantido e, aí sim, Senador Cícero, se me permite só para registrar, e eu estava agora há pouco em outra Secretaria, que era Administração Penitenciária, e lá também estava a UEPB sendo parceira numa ação como está com a educação, como está com a saúde. Portanto, a Universidade é inegavelmente fundamental para o desenvolvimento do Estado, e concordamos todos que ela é maior do que as circunstâncias de eventual impasse, que ela é maior do que os gestores temporários que todos somos, porque ela é inegavelmente o maior patrimônio que o Estado da Paraíba tem.

Essas são as palavras para reiterar o compromisso de manter vivo um diálogo, buscar solucionar eventuais impasses e, sobretudo, poder, nesta Casa, conclamar a provocação que foi feita pelo Presidente da Associação Brasileira de Universidades Públicas, conclamar o Governo Federal a, em conjunto e em sistema de cooperação previsto na própria Carta Magna, a ajudar, Senador Vital, nessa articulação com os sistemas estaduais, de modo a permitir que eles possam cada vez mais crescer, aportando recursos também para a manutenção, ajudando tantas universidades e tantos Estados, inclusive a nossa, a fazer com que ela se torne o sonho que temos e o sonho que queremos.

Por fim e por último, lembrar Paulo Freire, o sonho, evidentemente, é maior do que a dimensão de nossas pernas, mas, como dizia o grande educador, é o sonho possível que intermedeia as condições históricas e as condições concretas com os sonhos que temos em relação à construção da própria universidade.

Senador Cássio, guarde a certeza e me dirijo a V. Ex^a porque foi diretamente responsável por essa autonomia, que a contribuição que V. Ex^a deu ao movimento de todos os professores, alunos e funcionários para a consolidação dessa universidade continua viva e continua como compromisso de Governo, e a Professora Marlene sabe bem que vamos sim, com

muito boa vontade, sair desse circunstancial impasse porque reconhecemos a importância da Universidade Estadual para o desenvolvimento da Paraíba.

Muito grato, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Dr. Harrison.

E fechando esse ciclo onde todos os palestrantes já expuseram, vamos abrir, então, agora, para os Senadores.

Eu, como autor do requerimento inicial, teria o direito de começar fazendo as perguntas, mas cedo aos demais Senadores para que possamos abrilhantar este debate tão importante que também teve a participação do Senador Cristovam Buarque que somou, expandindo a ideia inicial de se discutir o problema da UEPB para discutir o problema das universidades estaduais no País como um todo, com a felicidade aqui já demonstrada pelas exposições anteriormente apresentadas.

Então, pela ordem de inscrição, mas, sem antes deixar de registrar, minha alegria porque, quando da convocação desta audiência, vivíamos na Paraíba um estado de muita preocupação porque, espero que este debate também se aprofunde um pouco nisso, exatamente pela falta do diálogo por parte do Governo do Estado. E, agora, fico alegre porque mudou o Secretário, que, oriundo da UEPB, e pela sua formação e sua prática de vida sempre aberto ao diálogo, espero que contribua para mudar a postura do Governo do Estado de não ter diálogo com a UEPB.

Então, pela ordem dos inscritos, o Senador Vital tem alguma coisa de ordem?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não, não, eu só queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Não, V. Ex^a já estava inscrito.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Foi V. Ex^a que me inscreveu.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Fui eu não, então, foi a Secretaria aí.

Ah, porque V. Ex^a também é o autor do requerimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sou autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Então, V. Ex^a é o terceiro, está certo? V. Ex^a subscreveu junto comigo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É porque sempre V. Ex^a tem a minha procuração paraibana para, em assuntos da Paraíba, tomar como minha a assinatura para inscrever-me.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – V. Ex^a sempre generoso.

Então, V. Ex^a, como autor do requerimento, teria a palavra. Em seguida, eu queria só propor aos Senadores que fizéssemos uma participação em bloco de dois Senadores para que a Mesa pudesse responder a cada dois Senadores, então, passaríamos em seguida. Será o Senador Cássio, depois, a Senadora Ana Amélia.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senadores, eu queria cumprimentar a Mesa, o Dr. João Carlos, em boa hora, o Senador Cristovam ampliou este debate trazendo aqui a discussão sobre a autonomia da universidade pública brasileira estadual e municipal, e muito feliz da sua presença na Casa, cumprimento-o, cumprimento a minha queridíssima Reitora, esta brava mulher paraibana, Reitora Marlene Alves, cumprimento o André, excelente exposição em nome da UNE, cumprimento o Secretário de Educação, o meu colega, meu amigo, Professor meu queridíssimo Harrison Targino, muito feliz em tê-lo aqui e mais ainda sabedor de que a sua presença abre luzes para esse novo encontro da universidade com o seu melhor destino, que é garantir a sua autonomia.

Eu queria dividir a minha fala rápida, Cícero, Presidente, em dois espaços. O primeiro, o amplo, o macro, a questão da autonomia. Não podemos falar de liberdade de saber, de liberdade de pensar, usando a palavra de Harrison, de liberdade de administrar, sem ter orçamento, sem ter as condições mínimas de executar: o saber, o pensar e o administrar.

A universidade, a exemplo da Paraíba, vivia exatamente garroteada no saber, no pensar, como ela está hoje, segundo o que quer, o que pensa, o que determina o Governo totalitário que aí está. Mas, as universidades estão passando por essa crise de autonomia e, tanto a Constituição Federal, no seu art. 207, como a nossa Constituição e as Constituições do Brasil inteiro, aqui existem outros reitores, eu me apresentei agora ou fui apresentado por um catarinense de Sousa. E, quando encontrei, olhei duas, três vezes esse cidadão e pensei: esse cidadão tem de ser da Paraíba, pois é de Sousa. Ele está aqui atrás de mim. E ele disse: sou da cidade de Sousa, mas sou reitor, magnífico reitor, da Universidade de Santa Catarina. Fui há pouco tempo Presidente da Comissão Mista de Orçamento, e a primeira parte da minha fala vai exatamente ao encontro dessa questão da autonomia financeira das universidades, de como o Governo, Ana, trata as universidades estaduais neste país.

É ridículo o que o Governo dispõe para o orçamento das universidades estaduais no Brasil. Os Senhores sabem quanto tem para apoio às universidades estaduais no orçamento de 2012? Quinze milhões. Fui tentar ampliar e não encontrei base na LDO. Por quê?

Porque o Governo, na proposta de diretriz orçamentária, não mandou uma janela para que ampliássemos no Orçamento da União. O Senador Cyro Miranda, um Senador do PSDB, querido Senador, fez uma emenda à AGU, a gente ampliou um fato, vamos ajudar as universidades da Paraíba por uma tratativa direta com o Ministério da Educação. Por quê? Porque não encontramos nenhuma janela aberta na LDO para ajudar, por exemplo, a Universidade Estadual da Paraíba. Por quê? Porque o Ministério do Planejamento, e já conseguimos encontrar na proposta que está vindo este ano, para 2013, e por isso, João, preciso do seu apoio junto à Fazenda, na proposta que está vindo para 2013, para algo que possa melhorar o orçamento das Universidades, porque o Governo Federal não tem um olhar, um foco específico para as universidades estaduais e municipais. Então, não se pode ter essa liberdade de pensar, de agir, sem ter efetivamente os recursos. E o que aconteceu com Mato Grosso acontece efetivamente com a universidade estadual porque vocês vivem das emendas parlamentares, do pires na mão. Esse trabalho tem de ser feito e a gente está à disposição para construir junto com todas as universidades estaduais do Brasil. A Paraíba foi o foco.

O Presidente Cícero Lucena colocou um assunto que poderia ter sido resolvido. Não vou entrar, mesmo na condição de advogado, e, também por felicidade, a indicação do Secretário Harrison Targino foi muito feliz, e todos nós, independentemente da condição de aliados ou de adversários políticos do Senhor Governador de Estado, comemoramos a indicação do Senhor Secretário porque ele é um profissional com toda ciência jurídica. Ele foi aluno do meu pai, um brilhante aluno. Certamente ele sabe, como eu, que esse não é o foro de discutir os arts. 3º e 4º da Lei que foi extraordinariamente bem concebida pelo Governador Cássio Cunha Lima, hoje nosso Colega Senador, porque deu efetiva vida à universidade.

Os ganhos da universidade, a partir de 2009, foram aqui colocados pela reitora Marlene porque tudo que foi construído em termos de teses para a liberdade de execução acadêmica e a expansão do ensino da universidade foi construído através da autonomia financeira. A universidade hoje não nos pertence. Essa cessão foi feita porque ela é do Brasil, ela pertence ao Brasil, ela já não é aquilo que o meu pai concebeu como reitor – e sou filho de reitor – que também colocou a Fazenda Campo de Boi para empenhar, num empréstimo ao Banco Bamerindus, para servir de pagamento à folha de pessoal de sua reitoria, e minha mãe teve que, como mulher, avalizar aquele cheque que ele estava dando para penhorar o único bem patrimonial que tinha para fazer face às despesas daquele mês,

pois a Universidade Regional do Nordeste precisava pagar a folha da sua reitoria.

Nasci no âmago, no núcleo da universidade. Sou filho de reitor, formei-me como advogado na Universidade Estadual da Paraíba, fui professor concursado de Direito Eleitoral, implantei a cadeira de Direito Eleitoral na Universidade Estadual da Paraíba e me licenciiei pela Universidade Estadual da Paraíba. Então, tenho uma vida profundamente ligada a essa universidade, acompanhei todos os seus passos e imagino que aquilo que o meu pai tornou, e a célebre frase que Harrison agora expandiu para o Estado como o maior patrimônio e a maior esperança de Campina, hoje é o maior patrimônio e a maior esperança da Paraíba, ela já não mais nos pertence, ela é do Brasil, ela é hoje, sem dúvida alguma, a maior experiência em termos de universidade.

O que nos angustia neste momento e foi o motivo do encontro dos Senadores paraibanos nesta Casa, nesta Comissão, é que o Senado está socorrendo a Paraíba num assunto que cabe ao Senado, que cabe socorrer a um Ente Federado, é um assunto da responsabilidade do Senado. É por isso que estamos aqui ampliando para uma discussão entre todas as universidades, mas dizendo que o exemplo que a Paraíba deu ao país, valorizando a sua universidade, não pode morrer. Por isso que a presença do Secretário da Educação, dizendo que está pronto para dialogar, é muito feliz.

Harrison, eu gostaria de dizer claramente, dentro de uma perspectiva de negociação, que há uma perda de 67 milhões da Universidade, que tinha um cronograma de execução física e de expansão. Se o Governador, com a sua presença, e, repito, melhor não teria, se o Governador deseja negociar com a reitora, se o Governador deseja negociar com a comunidade acadêmica e não há crise financeira no Estado, os números, efetivamente, falam por si só, o Governo entrou com um discurso e agora teve de mudá-lo porque os números são outros, para justificar a balança nominal favorecendo a universidade. Graças a Deus, o caixa está bem abastecido. Então, nessas condições, nós poderíamos recompor os 67 milhões perdidos pela universidade, garantiríamos a sobrevivência dos projetos da reitoria ao longo deste ano, garantiríamos a execução. Você sabe quantos projetos foram, de forma planejada algum tempo feitos, elaborados para este ano. Nós manteríamos a execução desses projetos e, com a sua inteligência, repensaríamos um novo modelo sem nos afastarmos da grande conquista que foi a lei, porque cair na interpretação, na exegese da interpretação da lei cabe ao Judiciário, cabe a todas as

instâncias do Judiciário. E penso que a universidade e o próprio Estado já estão fazendo isso.

Então, eu proporia, como base inicial de um entendimento, a sua inteligência, saber e capacidade de dialogar e o seu fortalecimento, efetivamente o Governo está muito desgastado com todos esses assuntos. Este não é o primeiro. O senhor vai enfrentar escolas fechadas, 200 escolas fechadas. O senhor vai enfrentar problemas efetivamente muito grandes, mas nós acreditamos na sua capacidade de solucioná-las.

Mas, para a universidade, que talvez seja a matriz de todas essas questões, eu gostaria de lhe pedir um entendimento em cima do que foi, o que seria o orçamento da universidade, algo em torno de R\$285 milhões. Para R\$218 milhões, há uma queda de R\$67 milhões. R\$67 milhões, quase tudo aquilo que a universidade teve, João Carlos Gomes, nos R\$80 milhões de investimentos ao longo de todo o seu tempo. Vale como uma sugestão para o encaminhamento de um possível entendimento com a universidade.

Era o que eu gostaria de formular ao secretário e à reitora.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB –PB) – Agradeço ao Senador Vital.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima. Depois a Mesa irá responder.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senador Cícero Lucena, Presidente desta audiência pública e também autor do requerimento que a possibilitou; Senador Vital, Deputado Benjamin Maranhão, que nos honra com sua presença; Prof. Harrison Targino, Secretário da Educação do Estado da Paraíba; Sr. João Carlos Gomes, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais; minha diletta amiga Reitora Marlene Alves; Andre Luiz, que fez uma exposição brilhante, eloquente; Senadora Amélia; para que eu não deixe de saudar a presença do Senador Mozarildo também; enfim, os demais reitores, funcionários, professores, todos que acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, esta audiência pública que traz um tema extremamente importante. Daí por que quero, nas minhas primeiras palavras, louvar a iniciativa do Senador Cícero, secundada pelos Senadores Vital e Cristovam, que possibilitou a realização deste encontro, que ganhou cores paraibanas mais fortes por razões muito nítidas a partir da gênese, da autoria da própria audiência – e é natural que assim o seja –, mas que cria a oportunidade de que possamos desfocar do problema específico vivido hoje na Paraíba, que será – não há a menor dúvida – superado. A universidade superou dificuldades infinitamente maiores do que essa. A UEPB conseguiu superar um período

em que ficou seis meses sem receber um único centavo por parte do Governo do Estado.

E vamos deixar a Paraíba neste instante um pouco de lado, para que depois eu volte a ela, porque a Paraíba será, para muitos aqui, o ponto de partida e o ponto de chegada. Mas precisamos ter uma visão mais holística daquilo que é o desafio da autonomia universitária preconizada no art. 207 da nossa Constituição.

A vida foi muita generosa comigo no que diz respeito às minhas conquistas pessoais, à família que constituí, aos espaços públicos que pude exercer. Eu tive a chance, graças à generosidade do povo da Paraíba, de testemunhar capítulos importantes da trajetória educacional do nosso País e já disse em outros momentos nesta comissão a respeito disso. Uma trajetória que começou exatamente na elaboração desta Constituição que estamos citando, em seu art. 207, e, a partir de lá, a Paraíba, sem dúvida, viveu momentos de dificuldades e de avanços, de conquistas e de recuos – isso é menos importante neste instante, porque o tema aqui principal é aquilo que foi trazido por João Carlos, pelo Reitor da Universidade do Mato Grosso, que teve que se ausentar por outro compromisso, agora reforçado pelo Senador Vital, no que diz respeito à necessidade da participação do Governo Federal no esforço que os Estados desenvolvem para a oferta da educação superior no nosso País.

A rigor, temos distorções que provocam limites de investimentos, sobretudo os Estados do Norte e Nordeste, que precisam ser revisados como um todo. Não é de hoje a crítica que se faz aos critérios de repartição do Fundeb. Eu venho repetindo esta análise, esta constatação, que não faz sentido que, num país como o nosso, um Estado como a Paraíba, para manter o exemplo telúrico, aporte mais recursos no Fundeb do que o próprio Governo Federal e, no momento em que o Governo do Estado da Paraíba aporta mais recursos do que o próprio Governo Federal no Fundeb destinados àquele Estado, significa dizer que, na prática, é o Governo Estadual que financia parte expressiva da educação nos municípios e que consequentemente deixa de ter recursos disponíveis para o investimento não apenas naquilo que é responsabilidade precípua do próprio Estado, principalmente o ensino médio, e também o ensino superior.

Então, nós precisamos compreender as discussões que terminam sendo sempre canalizadas para os aspectos financeiros e orçamentários, a partir do modelo. Se não olharmos o modelo de forma completa, nós vamos ficar discutindo de maneira sempre parcial. A discussão nunca será plena, porque você não vê o todo, enxerga o problema em parte e, consequentemente, não vai gerar solução.

Tenho dito – e vou repetir mais uma vez, por mais enfadonha que seja minha fala – que não é possível que este país seja governado por um conjunto de incompetentes, de incapazes. No campo da educação, os avanços quantitativos são inegáveis, mas as melhoras qualitativas são – desculpe a expressão – medíocres. Não é porque somos governados por um conjunto de incompetentes, é porque o modelo do pacto federativo está errado. E, enquanto não revisarmos o pacto federativo, faremos discussões pontuais como esta, que são válidas, importantes, relevantes, mas serão sempre paliativas.

Há algo errado no Brasil. Há algo que precisa ser corrigido na sua base, na sua estrutura, porque, se não hoje, depois de amanhã, outra universidade em crise estará aqui, como já tivemos várias outras crises em vários outros espaços universitários.

Portanto, precisamos fazer uma discussão mais ampla, e não apenas parcial, do desafio educacional brasileiro. E isso começa a partir de agora, com a chegada, Senador Vital, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a nossa responsabilidade. O Senador Vital fez um excelente trabalho como Presidente da comissão, eu fui honrado agora porque é o que cabe à oposição. O Governo tem aqui uma maioria muito significativa e ocupa os espaços mais privilegiados. Eu, como modesto Senador da oposição, fui, pela confiança dos meus pares, eleito Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e vou tentar dar sequência a esse trabalho que foi iniciado, para que, já na LDO – e aí firmo este compromisso; já existe a mudança; tenho conhecimento –, mas precisamos avançar sempre mais, para que a própria Comissão de Educação possa apresentar suas propostas como comissão, a fim de que definitivamente nós possamos ter a possibilidade, não apenas no campo da pesquisa, dos investimentos, mas também do custeio, porque é desse ponto fundamental que João Carlos falava há poucos instantes, como reforço do Governo Federal, e o ambiente próprio para este debate é indiscutivelmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias para que, a partir da condução da LDO, nós possamos, no orçamento, aportar os recursos para que possam ser partilhados às universidades estaduais. Este é o primeiro embate, a primeira luta, para que o Governo Federal seja corresponsável também por esse desafio de oferta de ensino superior.

O Governo Federal que, em boa hora – os números apresentados na exposição do João Carlos apontam isso de forma muito clara –, cresceu, de forma significativa, o volume de recursos aportados no ensino superior. Nada mais lógico, em um Estado, em um País federado como o nosso, que se firme pactuação federativa, de fato, com estruturas já existentes. Talvez

seja muito mais racional, muito mais lógico, muito mais econômico, expandir as universidades estaduais existentes que ficar criando novas universidades federais em um País que é unitário em determinados aspectos e tenta ser federativo, em outro. É exatamente esse modelo que não nos permite conquistas e mudanças significativas, não apenas na educação, não, mas na saúde, na segurança pública, porque, de fato, esse pacto federativo não permite que o Brasil avance na solução de seus problemas.

Para concluir, Presidente Cícero, aquilo que está dito, garantido, assegurado na Constituição quanto à autonomia didático-científica, administrava, de gestão financeira e patrimonial, à exceção do regime jurídico – este é um desafio ainda maior, porque não vamos conseguir pesquisa... Eu tive a honra de conversar com a Marlene, pela manhã, no café da manhã e ela disse: “Cássio, não há como se desenvolver pesquisa com a universidade submetida à legislação que rege, por exemplo, a licitação. É preciso criar um regime jurídico específico para que a pesquisa brasileira se desenvolva. Não há como pesquisar se faltam insumos, os elementos básicos que possam garantir o progresso da ciência amarrado pela burocracia da Lei de Licitações. Não se está querendo farra com o dinheiro público. Longe disso! Queremos controle, fiscalização, acompanhando, mas também agilidade, a rapidez necessária que o tema exige, para que o País possa avançar.

Pois bem, eu acredito que, a despeito de todos os problemas que estão sendo vividos na Paraíba, nós avançamos e não há mais como recuar dessa autonomia da qual me orgulho profundamente.

Quero agradecer ao Secretário Harrison a generosidade das referências feitas à autonomia.

Digo – e às vezes sou mal interpretado – que até um cachorro sarnento gosta de um carinho. Quem não gosta de ser reconhecido pelo seu trabalho? Quem não gosta de ser reconhecido pelo seu esforço? Digo que lutei – e lutei muito – para que a universidade chegasse ao ponto que chegou. Dediquei-me e dediquei-me com força, com garra, com emoção, com o melhor da minha energia, para que nós pudéssemos ter a universidade que conquistamos hoje, que, ao contrário do passado, não briga mais por repasses não realizados, mas por incremento de orçamento. Em uma discussão que diz respeito a R\$40, R\$50, R\$60 milhões – não vou entrar no detalhe numérico –, mas que, por si só, revela, denota a transformação completa que, graças a Deus, com a participação da comunidade universitária e na condição de Governador da Paraíba, tive os meios de conduzir essa verdadeira revolução. Revolução que começa com um orçamento, em 2002, quando eu não estava ainda à frente do Governo do Estado, de R\$38

milhões. Em 2002, não faz muito tempo. Estamos falando de uma década, portanto, o orçamento da universidade era de apenas R\$38 milhões.

Hoje, estamos falando de um orçamento, de uma execução financeira prevista de R\$218 milhões. Já no meu primeiro ano de mandato no Governo, saímos de R\$38 para R\$42 milhões. Portanto, há uma transformação real, efetiva. Eu posso dizer que há uma revolução na Universidade Estadual da Paraíba, promovida por seus funcionários, por seus professores, pelos estudantes, também, e com o comando – pena que ela se ausentou, porque seria a hora exatamente de elogiar o trabalho de Marlene, porque Ariano Suassuna diz que dos amigos você só fala mal pelas costas. É muito feio falar mal de um amigo pela frente. De frente de Marlene estará registrado o elogio ao trabalho dela, à dedicação, à luta, ao reconhecimento, desde a época da greve de fome. Foi preciso fazer greve de fome para defender essa universidade no passado e tenho certeza de que, com a chegada do Professor Harrison Targino na Secretaria de Educação do Estado e com a orientação do Governador Ricardo Coutinho, nós chegaremos a um ponto de entendimento para que a interpretação da lei, que é uma conquista irrevogável, que não há recuo em relação a isso, porque todos os aspectos essenciais da autonomia estão sendo observados. A UEPB é autônoma no aspecto didático-científico, não há interferência indevida do governo de Estado nesse aspecto, é autônoma no aspecto administrativo, na gestão financeira e patrimonial.

Há, resumindo o que estamos debatendo especificamente à UEPB, uma discussão sobre o tamanho da universidade que não é um debate exclusivo da universidade. O Tribunal de Justiça realiza esse debate, o Tribunal de Contas realiza esse debate, a Assembleia Legislativa realiza esse debate, todos os órgãos e não apenas na Paraíba, mas no Brasil também. Quando vamos formular o Orçamento da União são os tribunais superiores que vêm aqui para o Congresso Nacional discutir os seus orçamentos e assim sucessivamente.

A luta histórica – e aqui concluo a minha palavra, Presidente Cícero, diante de tamanha generosidade de V. Ex^a – para que um dia possamos ter um orçamento impositivo. No caso da Paraíba, talvez possamos negociar que uma primeira experiência de orçamento impositivo comece pela própria universidade.

Citava, na sua ausência, Ariano Suassuna. Ariano costumava dizer que não se fala mal de um amigo pela frente, só se fala pelas costas. É falta de educação, uma coisa horrorosa.

Queria falar bem na sua frente. Guarde no seu coração o reconhecimento que trago pela sua luta, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela sua gana, pela

sua força, pela sua coragem, pela sua fibra de conduzir os destinos dessa universidade. O seu reitorado está concluindo e ficará um legado de trabalho e de amor à UEPB que transpassa a nossa própria existência.

Tenha certeza de que enquanto Senador for, não, enquanto gente eu for terei compromisso com a universidade que ajudei a transformar com a lei da autonomia e com a minha dedicação como Governador de Estado.

Secretário Harrison, sucesso na tarefa recém iniciada. O Secretário Harrison assumiu a Pasta há pouco mais de 15 dias. Com o seu brilhantismo, sua tolerância, sua capacidade de negociação, essa discussão que se resume a números orçamentários e financeiros e não especificamente ao eixo da autonomia haverá de encontrar uma solução pacificadora para que a Universidade continue a crescer e avançar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado Senador Cássio.

Gostaria de propor que ouvíssemos a Senadora Ana Amélia e depois passássemos a palavra para os membros da Mesa. Com a palavra a Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Cícero Lucena, todos expositores, como não tenho o dom dessa oratória tão contundente e tão bonita da Paraíba dos oradores que me antecederam, vou modestamente, como uma jornalista aqui, fazer o resumo do que entendi aqui como quarta representante da Paraíba nesta Casa.

Queria cumprimentar V. Ex^a e os Senadores que subscreveram essa audiência que, claro, como se viu aqui, não é um problema exclusivo da Paraíba. Todos os Estados, com exceção do rico São Paulo, estariam trazendo o mesmo problema da insuficiência financeira para o custeio, manutenção e os investimentos para ampliar a rede estadual ou municipal de ensino superior, seja na graduação ou na pós-graduação.

Faço questão aqui, como representante do Rio Grande do Sul, de saudar a presença do Reitor da UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul –, Fernando Guaragna Martins e em nome dele saudar todos os funcionários, professores e alunos dessa universidade do meu Estado, que diria é a prima mais pobre de todas as federações em matéria financeira. Se falávamos aqui em 9% da arrecadação do ICMS em São Paulo, com as suas universidades estaduais e municipais, e falávamos, como o Secretário Harrison falou, de Santa Catarina ou do Amapá, com 2,1%, no meu Estado são 0,2%. Então, é realmente uma situação.

Falo com tranquilidade, porque sou uma Senadora cujo partido fazia oposição ao criador da UERGS, que foi ex-Governador Olívio Dutra e agora é o Governador

Tarso Genro, do mesmo Partido dos Trabalhadores. Mas não está em causa uma disputa ideológica ou uma disputa partidária de oposição e governo. Trata-se de uma questão maior, coletiva e institucional. Queria apenas ressaltar que estou participando desse processo. Queria oferecer o meu apoio.

Ontem, tivemos uma calorosa discussão no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos com a Resolução nº 72. O que era isso? Uma disputa entre Estados. E agora a gente não pode abrir mão de enfatizar, urgenciar, se existe esse verbo, o debate sobre a questão federativa para assegurar que a União possa cumprir as metas de inclusão da juventude no ensino superior ou de todos os brasileiros que queiram, André Luiz, isso. Assegurar os recursos carimbados para a educação no ensino superior, que é um funil. Entram muitos jovens, muita criança e depois, quando chega ao ensino superior, o número é muito pequeno. Por quê? Porque falta a chance e a oportunidade de uma vaga aberta no ensino público e gratuito para os estudantes. Então, penso que seja dessa forma.

A minha contribuição já foi dada também no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, onde encaminhei um projeto de emenda constitucional tornando o orçamento não autorizativo, porque isso é ficção apenas. Autorizativo é ficção. Ele tem que ser impositivo. E fiz isso em homenagem à memória do ex-Senador José Alencar, que a única iniciativa parlamentar que havia dado no seu mandato foi exatamente essa. Então, rerepresentei essa emenda, tornando o orçamento impositivo.

Queria agradecer, André Luiz, as suas palavras. Estou aqui, como a nossa Reitora Marlene, com o mesmo objetivo. A condição de mulher talvez nos dê mais sensibilidade para o entendimento dos dramas sociais, especialmente quando você olha que crianças de 7 a 16 anos estão, num total de 3,4 milhões de brasileiros, fora da escola. Isso é, realmente, uma péssima realidade. Isso equivale a toda população, praticamente, do nosso vizinho Uruguai. Não podemos aceitar, pacífica ou passivamente, esses números. Como não podemos aceitar passivamente a situação financeira das universidades estaduais e municipais.

Queria também aqui renovar a necessidade de que isso traz de novo a necessidade urgente de discutir a questão federativa, porque ela é inadiável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigada, Senadora.

Vou também já fazer a minha participação, porque os palestrantes, ao responderem – e até foram feitas poucas indagações... E gostaria de fazer de uma forma

bastante clara, rápida e objetiva, fruto de tudo aquilo que já ouvi aqui nesta Comissão.

Primeiro, senti, por parte dos Senadores, uma disposição clara e firme no sentido de participarmos da questão da participação do Governo Federal no financiamento das universidades estaduais. A disposição do Senador Vital, do Senador Cássio, de uma forma clara, na Comissão de Orçamento, com a proposta, inclusive, que aqui eu complemento, no sentido de que, naquelas emendas de comissão que nós aqui no Senado temos direito, podermos subscrever uma emenda conjunta no sentido do financiamento para as universidades estaduais. É a proposta que vou fazer e oportunamente pedir a todos os Senadores, até por sugestão que foi feita, subscrevermos uma emenda de comissão já para esse sentido.

Segundo ponto também que acho muito interessante nesse processo é que devemos discutir mais – até levantado pelo Senador Cássio – a questão de estímulo de incentivo às pesquisas por parte dessas universidades. O financiamento do custeio com essa visão de fazer uma pesquisa, até porque, por serem estaduais, têm que ter uma capacidade, como foi desenvolvido na Paraíba, e aqui também reconheço o trabalho do Senador Cássio Cunha Lima no sentido da interiorização da UEPB, até fazendo o papel de complementar geograficamente o trabalho que vinha sendo feito pelas duas universidades federais que, no caso, a Paraíba tem. Então, isso é fundamental.

Agora, voltando para o nosso Estado – e tendo a felicidade de ter ganhado a quarta Senadora, Ana Amélia –, a Paraíba, gostaria de fazer uma pequena colocação.

O Secretário Harrison, com a sua inteligência e a sua capacidade, quis fazer a comparação percentual da receita da Universidade da Paraíba com a do Estado de São Paulo, quando todos sabemos, de forma clara e objetiva, Secretário, que, na base total da receita de São Paulo, a presença do ICMS é muitas vezes maior do que o ICMS da Paraíba. Muitas e muitas vezes maior! Porque, por exemplo, em São Paulo, é quase zero o Fundo de Participação, o IPI. Então, sabemos que são receitas bem diferentes de São Paulo. O percentual de São Paulo representa, sem dúvida alguma, um investimento muito claro na Paraíba.

Antes de passar a palavra, gostaria de ouvir uma proposta concreta. Qual é a proposta concreta que devemos levar para a Paraíba e defender? É a minha posição, claro!

Seria manter os índices que tem direito a UEPB, para que V. Ex^a consiga convencer o Governador da Paraíba, com os seus argumentos e com a sua capacidade, manter para este ano a proposta que existe da

feliz lei criada pelo, hoje, Senador Cássio Cunha Lima, e, se a lei tem alguma dúvida, vamos sentar à mesa e discutir, porque o fórum é a Assembleia Legislativa. Então, a partir do próximo ano, que seja discutido...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cícero, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Essa é a minha proposta, pelo que entendi. Exatamente esta: mantém-se o quadro atual...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Hoje.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E, no fórum, que é a Assembleia Legislativa, se houver alguma dúvida, durante o curso dessa discussão, a Justiça vai discutir a dúvida jurídica que possa, por ventura, ser criada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Ou algum aprimoramento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Mas isso em relação a qualquer mudança que seja feita junto à Assembleia Legislativa. Caso contrário, mantém-se o *status* atual da lei, que está absolutamente perfeita, sob o ponto de vista...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Seria, então, uma sugestão, uma proposta que estaríamos pedindo ao Secretário Harrison Targino, mais uma vez, com o reconhecimento de todos nós, para que possa convencer o governador, pois capacidade não lhe falta, ao secretário. E, então, podemos propor o debate na Assembleia Legislativa.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria só de pedir licença, pela ordem, para cumprimentá-lo, porque considere absolutamente valiosa essa sugestão que interessa à Paraíba.

Agora, como quarta Senadora, posso opinar sobre a Paraíba. (*Risos.*)

Parabéns pelo entendimento.

E gostaria apenas de fazer um registro, por uma questão até de justiça: como se falou das emendas do orçamento que a bancada faz, o Senador Paulo Paim concentrou toda a emenda que tem direito, toda a emenda dele, para a UERGS, que é a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, enquanto concentrei a minha, no Ministério da Agricultura, para pequenos Municípios do meu Estado.

Então, é uma questão de registro e homenagem ao trabalho que ele fez em relação à emenda parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Então, de concreto, seria essa proposta.

Passando a palavra aos expositores, devido ao avançado da hora, concederei cinco minutos a cada um, para quem quiser responder e também se despedir.

Antes, porém, gostaria de registrar que o Senador Cristovam Buarque, também coautor, não se encontra presente porque está numa missão no exterior, e a agenda não pôde ser conciliada. Mas o nosso reconhecimento a ele, que vive lutando por uma grande revolução na educação deste País.

Então, com a palavra, agora, invertendo, permita-me, Dr. João Carlos, começando pelo último, que passa a ser o primeiro agora, o Secretário Harrison Alexandre Targino.

O SR. HARRISON ALEXANDRE TARGINO – Senador Cícero, V. Ex^a sabe que me lembrei do movimento estudantil, não sei por que, neste instante, com a necessidade da efervescência da universidade.

Primeiro, gostaria de agradecer. As sugestões são todas devidamente anotadas, no sentido da Bancada da Paraíba, que vem engrandecida pela Senadora Ana Amélia, por sua competência, sua participação, sua beleza, que é muito distante, se me permite, Senadora, a franqueza, dos originários membros de nossa bancada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pode incluir o Secretário também.

O SR. HARRISON ALEXANDRE TARGINO – Salvo a Reitora.

Mas, Senadores, Senador Cícero, Senador Cássio, Senador Vital do Rêgo, Senadora Ana Amélia, a participação do Estado, neste instante, e a minha vinda devidamente autorizada pelo Governador Ricardo, foi no sentido de sinalizar claramente a importância que a universidade tem; sinalizar também claramente que o diálogo interinstitucional entre o Estado e a universidade não pode estar fechado, muito pelo contrário, os canais devem estar sempre abertos. Há claras – e colocamos as divergências com muita transparência, não é, Professora Marlene, para não parecer que temos... – divergências interpretativas de números e sobre a lei, que são menores do que as convergências que temos e que são muitas. E há toda uma vereda de construção de convergências em torno do que é mais importante, que é a manutenção da autonomia e a preservação do crescimento da universidade e do desenvolvimento do Estado da Paraíba, que é o propósito final que nos une.

Nesse sentido, as sugestões postas foram todas devidamente registradas, e a pretensão nossa é de que possamos manter a Paraíba como um exemplo de autonomia para os Estados, um exemplo de esforço que um Estado extremamente sofrido, com tão pouca participação de recursos federais em seu desenvol-

vimento, tem enfrentado para alavancar o desenvolvimento numa região tão sofrida como o Nordeste, colaborando, como demonstra e lembra o Senador Cássio, mais, por exemplo, do que o próprio Governo Federal na educação suplementar via Fundeb, colaborando com a universidade e atuando junto com ela, na suplantação dos dilemas, Professor João, que temos, e são muitos, num Estado como o nosso.

A expectativa é de que esta reunião, com a colaboração da mais alta Casa Legislativa do Brasil, que é o Senado Federal, possa significar efetivamente o que já me parece ter repercutido, Professora Marlene, de forma extremamente alvissareira, numa preocupação sobre a necessidade de trazermos a União para um efetivo pacto federativo que colabore com as universidades, com a manutenção das universidades estaduais hoje existentes e a construção de um programa de complementaridade, previsto na Carta Magna e também nas leis de regência do ensino.

Esse debate, tendo o privilégio de se dar no Senado Federal, teve a capacidade, presidente João, de não só abordar a universidade, mas, mais do que tudo, de ver o Brasil e de deixar clara a premência de que tragamos outros atores para este espaço para que possamos cada vez mais crescer.

E a Paraíba continuará se orgulhando da UEPB. Orgulhando-se, Senador Cícero, até do percentual, porque, se o percentual de ICMS é menor, o de IPI, do Governo, que é repasse também, também é maior em São Paulo. Tudo são proporções. São todas proporções baseadas nas suas realidades locais. Ninguém vai estar aqui julgando o Amapá por ter 2; o Rio Grande do Sul, por ter 0.2; julgando Santa Catarina, por ter 2.1. Não se trata disso. A questão é construir uma saída, e, para construir essa saída republicana, precisamos unir esforços, unir corações, unir mentes, de forma tranquila, desarmada, pensando como aqui se pensou e claramente está posto, sem pretensões menores, mas, sobretudo, buscando o bem de todos, que é o que tenho, e volto a insistir em dizer, percebido no diálogo que tenho tido com a Universidade Estadual da Paraíba.

Devo fazer o registro, em nome da Justiça, porque os contatos que tenho tido com a professora Marlene, não de agora, de antes, é esse o propósito. E devo dizer em nome do Estado, em nome do Governador Ricardo Coutinho, que o sentido é o mesmo, buscar convergências, respeitando as divergências, e, as eventuais divergências, em fórum próprio, buscarmos resolver.

Finalizo dizendo, como iniciei, a Universidade – e a professora Marlene assim se expressou – é muito maior do que as circunstâncias de nossas presenças e ela haverá de ser sempre uma permanência importante

no projeto de desenvolvimento do Estado da Paraíba. No que depender do Governo do Estado, a Universidade Estadual estará cada vez mais presente como parceira nesse esforço de alavancagem da situação social tão difícil que enfrenta o Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Secretário Harrison Targino.

Números são exatos, permita-me dizer, apresentado pela Abrum, está aqui um quadro que diz que o Estado de São Paulo contribui para as universidades estaduais do Estado de São Paulo com 3,76% do seu orçamento. A Paraíba contribui com 2,09% do orçamento. Aqui está todo o percentual de Ciência e Tecnologia. Então, o Orçamento em São Paulo do ICMS é diferente da participação da receita do que é na Paraíba.

Quero só mostrar os números apresentados aqui. Com a palavra o André.

O SR. ANDRÉ LUIZ VITRAL COSTA – Serei breve para dar a palavra a quem de direito. A professora Marlene que está ansiosa para participar do debate sobre essa questão.

Fundamentalmente, do ponto de vista do panorama geral, a percepção da UNE é essa, o principal instrumento de ataque à autonomia das universidades brasileiras se dá através da restrição orçamentária. O Senador Vital apontou bem, porque é ali que se materializa o conjunto de ações da criatividade, das ideias, o planejamento de todo o nosso corpo docente, dos nossos servidores técnicos administrativos e estudantes.

Então, no caso da Paraíba – e posso listar aqui “n” outros casos que a UNE já presenciou –, não é nenhuma novidade, ou seja, os instrumentos são os mesmos.

Em Santa Catarina, por exemplo, para dar exemplo de um outro Estado – o professor está aqui – utilizou-se e se utiliza há muito tempo a conta dos aposentados, dos inativos, para dizer que se cumpre o dispositivo constitucional de aplicação dos recursos à educação.

Conta-se os recursos da Epagre, que é a empresa Pública de Pesquisa Agropecuária, para se dizer que cumpre o dispositivo constitucional de investimento em Ciência e Tecnologia, diminuindo assim os recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa da Fapesc. Ou seja, não há nenhuma novidade nos instrumentos, aqui nos cálculos e números apresentados. Utilizar-se do patamar do ICMS, na nossa avaliação, é querer maquiar uma realidade perversa, que é o criminoso não cumprimento do dispositivo da Constituição Estadual, que estabelece o patamar de investimento da Universidade Estadual da Paraíba. Ou seja, é tentar trugar, através dos dados, uma reorientação estratégica do Estado que já vinha sendo cumprida. O fato mais grave que destaca a Paraíba é que nem o argumento da incapacidade orçamentária o Governo pode utilizar.

Por quê? Porque o Governo já vinha cumprindo o dispositivo constitucional e, em determinado momento, a decisão política muda e para de cumprir.

Então, do nosso ponto de vista, do Movimento Estudantil – e os estudantes lá estão mobilizados e vão garantir, nas ruas é o local apropriado para garantir essa conquista – é preciso lembrar de que a autonomia financeira da UEPB e a própria criação da UEPB de fato, Senador, é preciso reconhecer sua liderança nesse processo, mas também foi conquistada com muita mobilização social, muito estudante, muito professor, muito servidor foi à rua para garantir que a UEPB conseguisse conquistar não só o seu dispositivo orçamentário, mas o patamar de relevância social que ela consegue atingir hoje no Estado da Paraíba.

Portanto, senhores, eu acho que a síntese, eu acho que a sugestão do Senador Cícero Lucena é fundamental, ou seja, num Estado, num País como o Brasil, em que apenas 14% dos seus estudantes em idade escolar estão dentro da universidade, desses 14% somente 4% estão dentro da universidade pública, é de se espantar que nos deparemos com uma situação de restrição orçamentária das nossas universidades, e não podemos admitir isso.

Então, para se retomar, e aí tem uma frase de um outro reitor da Universidade Federal do Pará, do Professor Maneschy, que diz que o departamento de boa vontade, de ideias e diálogos está cheio, o problema é que o departamento de resolução, de solução dos impasses está vazio. O problema nunca foi diálogo, o problema nunca foi capacidade de interlocução da reitoria, das representações com o Governo do Estado. O problema é a falta de vontade política de se garantir dispositivo orçamentário que a UEPB precisa. É preciso cumprir a lei, repor os 67 milhões e, se a partir daí o Governo quiser discutir, temos total disposição de rediscutir a previsão orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Eu que agradeço.

Queria registrar também a presença do Deputado Federal pela Paraíba Ruy Carneiro.

Com a palavra a Reitora Marlene Alves de Souza Luna.

A SR^a MARLENE ALVES SOUSA LUNA – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de começar voltando a agosto de 2004, quando o Estado da Paraíba conquistou a sua Lei de Autonomia. Naquele momento a gente dizia que era um ato, de fato, corajoso do Governador, por uma questão: foi através, sim, da luta, evidentemente, mas, naquele momento, se no Brasil não tínhamos nenhuma universidade com uma Lei de Autonomia,

significava, evidentemente, que a lei passava a ter uma relevância maior.

As três Universidades de São Paulo têm um decreto, esse decreto sabemos que é um instrumento mais frágil, mesmo que a cultura hoje não permita absolutamente nenhum Governador, nenhum, seja de que partido for, colocar em xeque a autonomia das universidades de São Paulo, mas a Lei de Autonomia da UEPB vinha com essa relevância porque era um instrumento mandado pelo Executivo, no Governo Cássio Cunha Lima, e aprovado.

Naquele momento a universidade tinha uma compreensão de que era bandeira de luta da universidade brasileira a sua autonomia. Ou o cumprimento do art. 207 da Constituição Federal e a gente dizia: nosso cuidado, nosso zelo e nosso trabalho tem que ser tanto, porque estamos representando aquilo que a universidade brasileira deseja, que é ver cumprido, na sua plenitude, o art. 207 da Constituição, que está completando 25 anos e não é cumprido.

Então, a Universidade Estadual da Paraíba, já que era a primeira que tinha uma lei, teria que dizer ao Brasil que deu certo, que ela era uma universidade que vivia de pires na mão, que vivia com salário inicial de professor de R\$270, que não tinha nenhum curso de pós-graduação, que não tinha nenhum laboratório de pesquisa, que não tinha nenhum doutorado, que não era permitido a um docente, com investimento da universidade, sair de Campina Grande ou a qualquer parte da Paraíba para ir ao Estado vizinho, se não fosse com seus recursos.

Essa lei traz essa dimensão à nossa universidade, ao Estado da Paraíba, a lei que representa o Brasil.

Por isso, Senador Cássio, quanto de importância ela tem para todos os nossos colegas reitores, que, de certa forma, passaram a ter referência e dizer: “Não queremos mais o modelo da São Paulo, queremos o modelo da Paraíba.”

Então, é nesse sentido que nós estamos lutando, muito mais do que por dinheiro. Muito mais. Evidentemente, o financiamento é importantíssimo; os recursos são necessários, como fim, como meio para a realização das verdadeiras autonomias, mas essa questão aqui vem um pouco além.

E eu gostaria de fazer – eu brinco, brinco, mas é claro que é sério –, quando se trata de o Governo... E me permita, Secretário, porque, infelizmente, esse tema foi trazido pelo senhor, que São Paulo tem três vírgula... Para cada universidade, não tem, a USP tem 5,74 do ICMS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – São 9,57, não?

A SR^a MARLENE ALVES SOUSA LUNA – Não; 9,57 para as três. E, divididos, separados, só a USP tem 5,74; a Unicamp, dois vírgula pouco; e a Unesp, um pouco menos.

E a Paraíba, quando você coloca que nós temos 11% do ICMS, não é o forte da Paraíba o ICMS. Nós sabemos. E, para falar em uma linguagem bem nordestina – e esse dado foi muito trabalhado na Paraíba, ao ponto de se impregnar que nós queríamos mais dinheiro do que a USP –, eu dizia o seguinte: o ICMS de São Paulo, só para as universidades, é uma baleia, uma grande baleia, recheada, maior do que você pensar; e todo o ICMS da Paraíba é uma piaba, assim, uma piabinha. E, aí, eu dizia: então, nós trocamos todo... nós queremos 1% da baleia e entregamos 100% da piaba.

Essa é uma questão que não está em jogo. O que nós queremos, de fato... Aí, acho que a sugestão é essa. A lei é clara, mas, no próprio Governo Cássio, a gente, no primeiro ano da autonomia do Senador Cássio, no primeiro ano, a gente já percebia que ela poderia melhorar, e a gente já tinha feito uma proposta. Nós estamos, sim, dispostos a sentar à mesa, a discutir. Agora, nós queremos que a lei... Porque, aqui, o que está em discussão é que nós temos uma lei, e a lei precisa, ela não pode ser deixada e acordada de ser descumprida. Então, a gente cumpre a lei. E, paralelamente, a universidade está disposta, sim, a sentar, a discutir e a encontrar, é claro, o que for melhor para a Paraíba.

A outra questão é que os valores... Nós temos um índice percentual. Índice percentual, se você está em um Estado que está bem, com a economia bem, 5% podem ser “xis”; agora, 5%, se o Estado estiver mal, vai ser um pouco menor. Mas o índice não muda. O índice é fixo; só pode ser alterado por uma determinação governamental. Agora, a lei não permite que ele diminua. A lei diz que não pode, em um ano executado, não pode ser menor. Então, hoje, nós temos, em 2009, um índice executado de 5,52. Isso em 2009. Chegamos a 2010 com 5,77. Então, não pode ser uma... E nem pode ser fixo. Não pode haver redução.

Era só nesse sentido que eu gostaria... E concordo, plenamente, com a proposta de que a gente discuta, porque a Abruem faz, com muita ênfase, essa discussão das universidades estaduais. E também dizer que nós não podemos trabalhar com a questão nominal. É óbvio. A UEPB tem o aumento da receita. Então, a receita de um ano aumenta. Nós estamos discutindo o índice. E essa lei é uma das maiores conquistas da Universidade Estadual da Paraíba. Foi o que permitiu... E nós queremos mostrar ao Brasil, sim, que o art. 207 precisa... E o Senado brasileiro, se quisermos pen-

sar em um país, temos que olhar que não pode tratar essa organização social como se fosse uma repartição pública; é a ciência brasileira quem está em jogo e quem está discutindo. Temos 2,5 de impacto, talvez, na ciência mundial. Se não tivéssemos amarras, teríamos, talvez, 10, porque 95% das pesquisas brasileiras são realizadas nas universidades públicas brasileiras.

Essa é a intervenção, e acho que seria a melhor solução. Vamos cumprir a lei e vamos modificá-la, é claro, e discutir conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, reitora Marlene.

Com a palavra, agora, João Carlos Gomes, presidente da Abruem.

O SR. JOÃO CARLOS GOMES – Em primeiro lugar, até por questão de justiça, em nome da Abruem, eu queria fazer dois agradecimentos, além do que já fiz na presença de todos senhores: ao Senador Cristovam, que não está presente, que foi autor do requerimento que permitiu que a Abruem estivesse presente nesta reunião, nesta audiência pública; e, é claro, ao Senador Lucena e ao Senador Vital, que eram os proponentes iniciais, que permitiram que pegássemos uma carona nessa discussão da Paraíba.

Eu gostaria aqui, até para ser breve, pelo adiantado da hora, de dizer algumas coisas muito importantes.

Quero agradecer a presença dos reitores, reitoras, vice-reitores, vice-reitoras, professores aqui presentes.

Quando chegamos aqui, em uma conversa informal com o Senador Cássio, eu disse a ele, Senador Lucena, Sr^{as} e Srs. Senadores, que entendíamos que esta era a Casa mais importante para discutirmos esse assunto, em termos do sistema federativo, seja do sistema federal ou estadual, do ensino superior, por ser o Senado formado por pessoas que têm uma visão, não diferenciada, mas uma visão muito ampla das situações em seus Estados. E eu saí daqui convencido de que talvez tenha sido – e meus colegas reitores e reitoras, com certeza, pensam – um dos momentos mais importantes para a Abruem, por quê? Porque as manifestações que me antecederam, do Senador Cássio, do Senador Vital, da Senadora Ana, do Senador Lucena, enfim, de todos os senhores, foram, de fato, muito importantes para mostrar a preocupação e a disposição em participar, como diz o Senador Cássio, de uma discussão mais ampla.

Quanto aos problemas locais, individuais, como diz a Senadora Ana, nós não estamos aqui, Senadora, discutindo o quanto um Estado investe; se é um, se são dois, se são cinco, se são dez. Cada um tem as suas realidades, cada um tem o seu momento. Mas nós estamos aqui discutindo algo que venha a trazer um resultado permanente.

Vou dar um exemplo, que foi citado aqui, de emenda. Por exemplo, Senadora Ana, as emendas... Nós temos um problema nas emendas, e o que eu vou dizer aqui não tem nada a ver com o atual Governo. Desculpem-me os Srs. Senadores e Deputados presentes. Isto é histórico em nosso País: colocar emenda no Orçamento é muito fácil; o difícil é liberar a emenda.

Então, nós, por exemplo, nas universidades estaduais brasileiras, temos tido, todo ano, emendas colocadas, mas a liberação tem sido, eu não diria ruim, péssima. Vou dar um exemplo do ano passado, no meu Estado. Nós conseguimos colocar, com o apoio dos Srs. Deputados, duas emendas para o ensino superior do Paraná: uma de 15 milhões para o sistema federal; e uma de 15 milhões para o sistema estadual. Foram liberados os 15 milhões para o sistema federal e zero para o sistema estadual. Isso tem sido comum. E volto a repetir: não vamos fazer aqui briga por posições partidárias; queremos aqui o apoio de todos. Isso tem sido comum no País. Fui reitor na década de 90 e voltei agora. E, historicamente, nós temos os mesmos problemas.

Então, o que precisamos, mesmo, é do apoio dos Srs. Senadores, para que trabalhemos na questão da lei orçamentária. Por exemplo, talvez vocês não saibam: até 2012 – pasmem os senhores – demoramos cinco anos, Srs. Deputados e Senadores presentes, para conseguir tirar da lei de Orçamento que um repasse de uma emenda parlamentar ou de uma transferência voluntária, conforme a região do País, exigia uma contrapartida, Senador Cássio, de 10 a 20% das universidades. Muitas vezes, recebíamos uma emenda, e não queríamos nem receber, porque não tínhamos a contrapartida. O Governo Federal exigia das universidades contrapartida para investimento na educação, enquanto que as Fapes estaduais nunca exigiram e não exigem contrapartida do sistema federal quando liberam projetos.

No ano passado, graças a um apoio de Deputados e Senadores de vários Estados, através da Lei nº 12.465, lá no art. 36, nós conseguimos transformar de até 20 para 1%. Então, isso era uma briga.

Então, o que nós queremos, na realidade, é contar com o apoio do Senado, Senador Lucena, e fazer uma... não sei se o termo é sugestão, ou um pedido, em nome da Abruem.

E aproveitando manifestação de todos os Srs. Senadores e da Senadora Ana, talvez – aproveitando esse momento, já tivemos aqui a manifestação do Senador Vital, Senador Cássio, que fazem parte também da Comissão de Orçamento – solicitar uma nova audiência pública no Senado, para discutir exatamente o repasse do Governo Federal para as universidades

estaduais e municipais, públicas, através de recursos para o custeio das instituições, porque, independente do valor – e volto aqui, não quero destacar o Estado que mais ou menos investe – os Estados têm feito – e eu reconheço aqui publicamente – um esforço muito grande para investir nas universidades estaduais e municipais. E somos responsáveis, hoje, por quase 50% das vagas, como foi dita aqui pelo André, que não são muitas, são poucas, insuficientes, e muitas vezes o Governo Federal coloca uma universidade, um campus, lá onde já existe um campus de uma universidade estadual. Muito mais coerente seria melhorar e investir para a própria universidade estadual.

Então, para finalizar o pedido ao Presidente desta Comissão, nesse momento, Senador Lucena, que, se possível, fosse marcada uma audiência pública para que discutíssemos junto com o Senado, exatamente, Senador Cássio, Senador Vital, Senadora Ana, o apoio financeiro do Governo Federal no custeio das universidades estaduais e municipais públicas.

Um exemplo rapidamente seria um valor referente a números e alunos matriculados. Quanto custa um aluno na Universidade Federal e nós teríamos um apoio

Não tenha dúvida de que quando nós falamos em alguns poucos milhões de reais, de custeio em uma instituição – está aí o André que representa os alunos – isso vai gerar bolsas, vai gerar pesquisas, vai gerar investimentos no dia a dia das universidades.

Então, fica aqui o agradecimento em nome de todos os reitores, reitores aqui presentes, aos Srs. Senadores, saímos daqui com uma nova convicção de que talvez tenha sido para nós da Abruem um dos movimentos mais importantes da nossa instituição. E fica o pedido uma audiência para que possa de fato, através do Senado, fazer com que essa ideia tome corpo, porque nós queremos, sim, um apoio de todos os Srs. Senadores e com certeza todos os Deputados que representam os Estados da nossa Federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Dr. João Carlos.

Antes de encerrar a reunião, eu pediria que os Senadores ficassem, pois vamos abrir uma extraordinária para aprovar dois requerimentos, mas seremos bastante rápido.

Pois não, Marlene.

A SRª MARLENE ALVES SOUSA LUNA – Essa reunião é gravada e o Senador Vital falou “liberdade de administrar”, mas houve também transparência em administrar.

Eu gostaria de dizer que no *site* da UEPB, independente de todos os órgãos, como o Tribunal de Contas, Controladoria Geral do Estado, que a uni-

versidade, de um lápis a um avião, tudo é registrado nesses órgãos, mas nós temos na página da UEPB, numa página, a transparência UEPB. Qualquer Senador, qualquer cidadão brasileiro pode encontrar. E nós temos absolutamente todos os dados, folha, como usamos os recursos. Então, nós administramos com transparência e com a autorização da lei através do Conselho Universitário, dizendo onde poderemos gastar o dinheiro.

Essa é a página que traz o espelho da folha, balanço geral, então, é tudo que podemos em relação a todos os documentos, fora, claro, do Tribunal de Contas, Sagres e CGE.

Obrigada, Senador Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cyro, pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos convidados, eu quero, em primeiro lugar, agradecer as palavras, eu não estava presente, do Senador Vital do Rego, e dizer da minha frustração e, como então Senador da República e responsável pelo orçamento da educação, o empenho junto com o Senador Vital do Rego, que nasceu aqui nesta Comissão e nós prestigiarmos as universidades estaduais.

Sei da realidade do meu Estado, o Estado de Goiás, a UEG, que passa por uma situação muito difícil, mas infelizmente nós tínhamos colocado R\$100 milhões para as unidades estaduais e, quando fomos ver, a rubrica era de R\$ 15milhões e já estava toda tomada. Então, nós pudemos, em uma manobra, passar esse dinheiro para o ensino fundamental, que também tem necessidade, todos eles têm.

Mas o que ficamos muito frustrados é com a pouca preocupação, ainda, com a educação dos nossos governantes. Eu acho que isso tem que mudar. Ninguém muda um país por meio de decreto e de leis, e sim com investimentos na educação.

Eu agradeço aos senhores, fica aqui essa frustração, mas a luta continua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço, Senador, e quero dizer que a solicitação do Dr. João Carlos, na próxima reunião na Comissão de Educação nós iremos apresentar um requerimento, obviamente com a subscrição dos Senadores que desejarem.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Só como adendo a esse requerimento, nessa convocação trazer a SOF, Secretaria de Orçamento Financeiro. Ela

é que elaborou o orçamento. Esse orçamento tem que vir de lá já com a rubrica própria para as universidades estaduais, aumentar um pouco os R\$15 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Quero encerrar esta reunião agradecendo a presença de todos os convidados para a Mesa, bem como a plateia que aqui nos prestigiou, reitores, funcionários e todas as universidades. E quero agradecer a todos.

Então, encerrada por um minuto e, em seguida, reabriremos 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 12 de abril de 2012, quinta-feira, às 8h30, na ata Senador Nilo Coelho, Sala Nº 6.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia doze de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **PEDRO TAQUES**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, PEDRO TAQUES, IVO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ÁLVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO, VICENTINHO ALVES e RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater o Programa de Proteção ao Depoente Especial - resultados e implementação. Tema que integra um conjunto de audiências públicas aprovadas no Requerimento nº 131, de 2011-CMA, para tratar do controle e avaliação das políticas públicas brasileiras, com os seguintes convidados: Sr. Gustavo Pessanha Velloso -Procurador da República do Ministério Público Federal; Sr. Frederico Castelo Branco Teixeira - Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - USP; Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas - Secre-

tário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog) do Tribunal de Contas da União; e a Sra. Juliana Carleial M. Cavaleiro - Chefa do Serviço de Proteção ao Depoente Especial do Departamento de Polícia Federal. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhor Senador PEDRO TAQUES. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 12/04/2012

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Levando-se em conta o que diz o Regimento Interno, esta é uma audiência pública para debater temas relevantes para a sociedade brasileira. De acordo com o Regimento, há aqui o quórum próprio de nove Senadores.

Esta audiência pública tem o objetivo de debater o Programa de Proteção ao Depoente Especial – resultados e implementação, tema que integra um conjunto de audiências públicas aprovadas no Requerimento nº 131, de 2011 – CMA, para tratar do controle e avaliação das políticas públicas brasileiras.

Para esta audiência pública, convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa: Dr. Gustavo Pessanha Velloso, Procurador da República do Ministério Público Federal; Sr. Frederico Castelo Branco Teixeira, Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog) do Tribunal de Contas da União; Sr^a Juliana Carleial M. Cavaleiro,

Chefe do Serviço de Proteção ao Depoente Especial do Departamento de Polícia Federal.

Comunico que a convidada Luciana Silva Garcia, Coordenadora Geral de Proteção a Testemunhas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República justificou sua ausência a esta reunião. Na data de hoje, ela se encontra em viagem de emergência ao Rio Grande do Sul para tratar de questões relativas ao Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas daquele Estado.

Bom dia a todos!

Cumprimento os presentes, os convidados, o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira que nos acompanham pela TV Senado e também pela Rádio Senado.

Quero dizer que esse conjunto de audiências se apresenta como muito significativo para esta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle. Nós, nesse conjunto de audiências, estamos exercendo o papel desta Comissão, do Senado da República e do Congresso Nacional no exercício de sua função de fiscalização.

O primeiro tema trata do Programa de Proteção à Testemunha.

Antes de ser Senador da República, fui Procurador da República por 15 anos e acompanhei algumas falhas desse Programa, o que debateremos também no decorrer desta audiência pública.

Assim, sem maiores delongas, passo a palavra ao Professor Frederico Castelo Branco Teixeira.

V. S^a tem de 15 minutos a 20 minutos para fazer seu pronunciamento, sem prejuízo de mais cinco minutos, se assim V. S^a entender.

O SR. FREDERICO CASTELO BRANCO TEIXEIRA – Bom dia, Senador! Bom dia, autoridades componentes da Mesa e todos os presentes nesta audiência!

Antes de tudo, eu gostaria de lhes agradecer, em nome da Coordenação do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, especificamente em nome dos Professores Sérgio Adorno e Nancy Cardia, o convite para participar desta audiência muito importante para a discussão deste serviço de proteção à testemunha, no combate à impunidade, que é um grave problema hoje no nosso País.

Vou fazer algumas considerações gerais, até porque não sou *expert* em Programa de Proteção à Testemunha.

Eu gostaria de começar ressaltando que houve muitas mudanças. Muitos estudiosos apontam muitas mudanças na sociedade que tiveram impacto nos padrões convencionais de delinquência e de violência no País. Essas mudanças são das mais variadas ordens, são mudanças na forma de acumulação de capital, na indústria, na tecnologia, no processo de produção, que

teve impacto nas relações de trabalho e nas formas de associação. Há também a questão da globalização, caracterizada pelo transbordamento das fronteiras do Estado, que promove deslocamento nas relações entre indivíduos, entre indivíduos e Estado e entre Estados. Tudo isso repercutiu na natureza dos conflitos sociais e políticos e nas formas de resolução desses conflitos. Como não poderia deixar de ser, isso também teve repercussão nos domínios do crime e da violência e nos direitos humanos.

O aumento dos crimes contra o patrimônio e contra a vida é um dos problemas que temos encontrado nos últimos anos no Brasil, principalmente nas últimas quatro décadas. Em especial, houve o aumento do crime organizado, com sua nova configuração, com organização empresarial, com negócios cada vez mais transnacionais. Eles conectam diferentes formas de criminalidade, crimes contra o patrimônio, contra o sistema financeiro e contra a economia popular. Isso também envolve, muitas vezes, a corrupção de agentes do Poder Público.

Estou falando dessas coisas para tentar contextualizar um pouco a importância do Programa de Proteção à Testemunha. Acho que é nesse contexto que esse Programa se insere no Brasil, principalmente nos últimos dez anos, se não me engano, de existência desses programas aqui. Ressalto a importância deles como ferramenta indispensável para lidar com a violência e com o crime em geral, especificamente com o fenômeno do crime organizado.

Com essa questão do crime organizado, eu sempre me lembro do famoso programa italiano nação antimáfia. Não conheço muito o caso, mas grosseiramente...

Como não sou *expert* em programas de proteção à testemunha – talvez, muitos dos presentes conheçam mais detalhes e dilemas da dinâmica desses serviços –, vou fazer só mais dois comentários gerais que acho interessantes, com base em algumas coisas que a gente fez no Núcleo de Estudos da Violência (NEV).

Se me permitirem, grosso modo, fazer uma distinção, podemos pensar no Programa de Proteção à Testemunha e nos serviços de proteção ao depoente especial quanto à sua finalidade. Há uma finalidade mais geral e uma finalidade mais específica. Quanto à finalidade mais geral, penso no sentimento de impunidade e no impacto que isso tem no desenvolvimento da democracia, na consolidação da democracia, na crença do cidadão. Pelo menos, essa é uma pesquisa. Hoje, esta é uma hipótese que a gente discute bastante no NEV: o quanto a impunidade parece comprometer a crença dos cidadãos nas instituições encarregadas de aplicar a lei.

Entre 1999 e 2010, o NEV conduziu uma pesquisa nacional sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e aos direitos humanos, uma grande pesquisa de opinião, um *survey*, como é conhecida. Em 2011, se não me engano, a mostra foi de quatro mil pessoas, e a pesquisa foi aplicada em 11 capitais.

Destaquei três dados, três perguntas que achei interessantes, para ilustrar um pouco essa questão que a gente está discutindo aqui com relação à confiança do cidadão nas instituições encarregadas de aplicar a lei.

Quanto à afirmação “é difícil você sentir que as leis o protegem”, em 1999, concordaram totalmente com essa afirmação 60,3% das pessoas que responderam o *survey*; em parte, concordaram 20,3%. Se somarmos aqueles que não se consideram protegidos pela lei, estes são quase 80% das pessoas que responderam. Em 2010, o número total dessa somatória não muda muito: concordaram totalmente 38,7% dos entrevistados, caindo um pouco; concordaram em parte 36,3% dos entrevistados. Mas a somatória dos que concordam com isso ainda continua um dado muito alto.

Outra questão dizia respeito a uma afirmação que, penso, todos já ouviram. Perguntavam se as pessoas concordavam que um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas na lei. Concordaram totalmente com essa afirmação 53,7% dos entrevistados; concordaram em parte 26,9% dos entrevistados. Então, a maioria absoluta concorda com essa afirmação.

Quanto à afirmação de que o Judiciário se preocupa demais com o direito dos acusados, 31,7% concordaram totalmente, e 33,2% concordaram em parte.

O que quero dizer com esses dados? Ainda que parcialmente, esses dados retratam que existe uma insatisfação com as leis, com a execução das leis. Esse ainda é um sentimento presente, e me parece muito relevante refletir um pouco sobre por que, mais de duas décadas depois da volta ao regime democrático, a gente tem dificuldade ainda de consolidar uma democracia de qualidade. As pessoas não confiam nas leis, desconfiam delas. E, sem a confiança, sem a adesão, sem a colaboração dos cidadãos, o sistema de segurança pública, a Justiça criminal tem dificuldades para ser efetiva no que se propõe a fazer.

Mais especificamente sobre o Programa de Proteção à Testemunha, sem demérito ao Programa, penso que ele não atua na raiz do problema. É um Programa muito importante, mas se chega a ele depois que outras iniciativas não foram capazes de dar conta do problema. As pessoas, quando chegam a esse Programa, estão num estado de muita vulnerabilidade e de desamparo.

Por isso, é importante para a proteção dos indivíduos que haja um bom estado psicossocial desses

protegidos, o que, conseqüentemente, vai dar meios a ele de dar um testemunho de qualidade, o que é importante. Essa é uma finalidade específica do Programa.

O último ponto que quero destacar aqui é que a articulação entre políticas é necessária, a meu ver, para o bom funcionamento do Programa. O que quero dizer com isso é que, para que haja o pleno funcionamento do Programa, dada sua natureza particular, o protegido precisa de “tratamento especial”.

O que quero dizer com isso, na verdade? Os serviços de educação, de saúde e de trabalho precisam estar mais bem articulados dentro do Programa. Já ouvi falar, por pessoas que conheço, de casos clássicos, como o da pessoa que está protegida e que se está reinserindo, de forma muito boa, em outro contexto. Essa pessoa deseja trabalhar e caminhar com suas próprias pernas, mas, se surge uma oportunidade de emprego, ela tem dificuldades de tirar a carteira de trabalho, porque ela vai ser identificada. Esse trabalho de sigilo ainda é uma coisa em que a gente precisa pensar muito. Talvez, fosse o caso de se pensar numa legislação específica que articulasse essas políticas.

Acontece a mesma coisa na saúde. O trabalho das equipes, até onde sei, é quase artesanal. Se uma família protegida vai matricular o filho na escola, no ensino público, como se faz com o nome? É preciso pensar não somente na mudança de nome, mas também na mudança de identidade. Agora, fuge-me alguma experiência na saúde, mas acho que é um núcleo do Programa de Proteção à Testemunha a mudança de identidade que leve em conta também o passado do indivíduo, que propicie que ele caminhe com as próprias pernas.

Então, acho que, talvez, fosse o momento de a gente pensar em uma legislação específica de articulação dessas políticas que propiciasse essa mudança de identidade.

Bom, era isso que eu queria falar. Agradeço a atenção a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Em nome do Senado, eu agradeço ao Professor Frederico Castelo Branco Teixeira, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

Muito obrigado pelas suas valiosas contribuições.

Antes de passar a palavra ao próximo painelistas, registro, com muita satisfação, a presença do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta Comissão.

Aqui, já passou o Senador Ivo Cassol, de Rondônia.

Sejam bem-vindos!

Nós todos sabemos que o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas foi criado, em 1999, pela Lei nº 9.807, que tem como objetivo proteger pessoas que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaborarem com investigação ou processo criminal. Trata-se de tentativa de manter um instrumento de combate à impunidade e de enfrentamento do problema da criminalidade.

Algumas pessoas entendem, Senador Rodrigo Rollemberg, que criminalidade organizada e crimes transnacionais só existem em filme americano. Um dia desses, eu estava conversando com uma alta autoridade em Brasília e dizia a ela alguns casos. E ela me perguntou: “Mas isso existe no Brasil?”. Ela só havia visto a criminalidade organizada e o Programa de Proteção à Testemunha em filmes americanos de péssima qualidade, diga-se de passagem.

Tendo em conta esse fato, a nossa legislação de 1999 já estabelece algumas regras. O Tribunal de Contas da União fez um levantamento em um acórdão e constatou algumas falhas nesse Programa, na execução orçamentária, e fez algumas recomendações, algumas cumpridas, outras ainda não atendidas.

A título de conhecimento, cito aqui alguns casos de que participei com testemunhas ameaçadas. Por óbvio ululante, não vou citar os casos nem os Estados desses casos, até por proteção da testemunha.

Um dia, neste Senado da República, no ano passado, uma dessas testemunhas estava transitando por aqui, perambulando pelo Senado da República. Eu a encontrei no Túnel do Tempo e perguntei: “Você não está no Programa de Proteção à Testemunha?”. “Sim, estou, mas saí de lá e estou por aqui.” Eu até liguei para o Ministério da Justiça para saber a razão. Um mês depois, essa testemunha protegida – coloco entre aspas essa proteção – esteve no Senado, dizendo que não aguentava mais o Programa, que o Programa não estava satisfazendo às suas necessidades individuais em vários aspectos. Esse é um caso.

Nós temos de pensar no Brasil que o Programa de Proteção à Testemunha não pode ser igual ao de filmes estrangeiros. Tem de ser levada em conta a nossa realidade. Nós temos de debater a possibilidade de troca de identidade, e isso já está previsto. Como vamos operacionalizar e concretizar esse direito dessa testemunha protegida? Como vamos inseri-la no mercado de trabalho? Ela não vai ficar o resto da vida sendo sustentada e bancada pela União. Esse é um tema que precisa ser debatido.

Precisamos debater também, Senador Rodrigo Rollemberg, que, na maioria dos casos, as testemunhas são cidadãos de bem e que o valor que eles recebem

por mês é suficiente para sustentar suas necessidades básicas e fundamentais.

Mas imaginem se um grande banqueiro do jogo do bicho entender de fazer uma delação premiada ou se um banqueiro do sistema financeiro for uma testemunha ameaçada em lavagem de dinheiro, por exemplo. Como vamos resolver essa questão?

Esses sistemas têm de ser tratados. Daí a importância e o significado desta audiência. Alguns dizem que seria necessário que criássemos alterações na legislação processual penal, no Código de Processo Penal, que permitissem que processos e ações penais envolvendo testemunhas e vítimas ameaçadas tivessem preferência no julgamento. Mas, no Brasil, essas preferências, essas prioridades estão se tornando regra, em razão das exceções. Todos os processos, daqui a pouco, deverão ter julgamento, de forma preferencial, pelo magistrado. Por exemplo, quanto a réus presos, a mandado de segurança, a *habeas corpus*, a ações eleitorais, existe uma regra legislativa sobre isso. Daqui a pouco, a exceção vai virar regra.

Esses temas são muito significativos na atual quadra em que vivemos, em razão da chamada macrocriminalidade e da transnacionalidade, em razão de tratados internacionais assinados pela República Federativa do Brasil, como o Tratado de Palermo, como todos sabemos, que é a Convenção das Nações Unidas contra a macrocriminalidade.

Assim, feita essa pequena preleção, passo, com muito gosto e muita alegria, a palavra ao representante do Tribunal de Contas da União, o Sr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas, da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União.

O senhor tem o tempo regimental de 15 minutos, com a possibilidade de prorrogação por mais cinco minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Bom dia a todos os Srs. Senadores presentes e a todos que nos assistem!

É sempre uma honra e um prazer representar aqui o Tribunal, com a oportunidade de prestar uma contribuição do Tribunal não só para a formulação, como também para a melhoria das políticas públicas do País.

Vou falar sobre uma auditoria operacional que o Tribunal realizou em 2010 quanto ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial, que é um programa a cargo da Polícia Federal.

É bom que se esclareça que há dois programas federais que tratam desse assunto: este programa, a cargo da Polícia Federal, e o Provita, que é o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas,

operacionalizado nos Estados, principalmente por intermédio de organizações não governamentais.

O meu foco será, então, no programa a cargo da Polícia Federal, para a proteção do depoente especial.

É importante que se esclareça também que o Tribunal faz esse tipo de auditoria operacional. Ele não está preocupado com irregularidades e com fraudes nesse tipo de trabalho. O foco dele nesse tipo de trabalho são os resultados da ação governamental, justamente procurando contribuir para a melhoria desses resultados, na eficácia, na eficiência, na efetividade e na qualidade desses programas.

Fizemos também uma auditoria especial, em 2004/2005, no Provita. Naquela época, o Ministério Público Federal já havia demonstrado uma preocupação quanto a algumas denúncias de que pessoas, nesse Serviço de Proteção ao Depoente da Polícia Federal, recebiam maus tratos, não eram bem tratadas, viviam em condições insalubres. Havia diversos problemas na época. Então, o Tribunal realizou essa auditoria em 2010, justamente com o foco de avaliar o funcionamento desse Programa.

Fico muito feliz quando, numa auditoria, há achados. A auditoria não encontra somente coisas ruins, mas encontra coisas positivas também. Então, nesse caso, houve significativa melhora na questão do tratamento das pessoas. As denúncias cessaram. Elas diminuíram significativamente, porque várias ações foram implementadas pela Polícia Federal e minimizaram essa situação.

Em especial, registrou-se um significativo aumento nos treinamentos e na capacitação dos policiais federais encarregados desse trabalho. O policial federal precisa ser treinado. Ele é treinado para prender. Quando o policial federal passa a desempenhar um papel nesse Programa de Proteção à Testemunha, o seu papel muda, que é o de proteger essas pessoas com uma condição psicossocial diferente, que sofrem uma pressão grande. Então, ele tem de saber lidar com essas situações de crise.

Registramos, inclusive, treinamento junto ao *U.S. Marshals Service*, a agência americana encarregada desse tipo de serviço nos Estados Unidos. Então, esse e outros fatores contribuíram significativamente para essa melhora.

Destaco aí uma lacuna que, então, verificamos, ou seja, uma oportunidade de melhoria significativa, que é a não proteção à época do réu colaborador preso. O que acontece? Esse Programa da Polícia Federal funciona acolhendo pessoas que, provisoriamente, não estão no Provita. Há um processo decisório para inclusão dessas pessoas com um tempo necessário. Então, você precisa proteger, mesmo provisoriamente,

essa pessoa. Assim, o Programa a cargo da Polícia Federal funciona nesse sentido.

Esse Programa também deveria funcionar, protegendo o réu colaborador, não só uma testemunha ou uma vítima, mas, sim, um réu colaborador que quer, por exemplo, ser beneficiado pela delação premiada. Mas ele só vai se sentir inclinado ou apto a ter uma redução de pena com essa delação premiada, se ele souber que, quando ele for para a prisão, ele vai continuar vivo, para desfrutar dessa redução de pena. Do contrário, ele não se sente estimulado a isso.

Nesses processos em que há colaboração do réu, da pessoa que participa do esquema, do crime, segundo estatísticas dos Estados Unidos, do mesmo *U. S. Marshals*, há uma taxa de 90% de sucesso, de condenação, nesses casos, muito superior aos demais.

Então, havia à época essa lacuna. A Polícia Federal estava em tratativas com o Departamento Penitenciário, à época, para tentar conseguir vagas nas penitenciárias federais, aquelas vagas não ocupadas ou ociosas, para tentar em uma ala específica garantir esse serviço.

Não sabemos da situação atual, porque ainda não monitoramos esse processo. As melhorias foram tão significativas, que, numa escala de risco, ele decresce. Então, os de maior risco, vamos dizer assim, passam à frente. Então, essa é uma oportunidade de melhoria significativa para o Programa.

Outra oportunidade de melhoria que detectamos à época foi a utilização de indicadores de desempenho, como, por exemplo, os casos de sucesso, para que se meçam os resultados dessa ação. Em geral, na Administração Pública, essa questão de indicadores de desempenho ainda é um pouco explorada. É um campo muito vasto. Não é privilégio desse Programa não trabalhar muito com indicadores de desempenho. É um esforço que o Tribunal vem fazendo, no sentido de estimular os órgãos da Administração Pública a adotar indicadores de desempenho para aferir seus resultados.

Outra coisa que dificulta o andamento do Programa da Polícia Federal, embora não esteja a seu cargo, é a constatação de que não há serviços formais de proteção provisória, pouso provisório nos Estados. As Polícias Cíveis, os Estados não têm esse tipo de serviço. Quando há necessidade de proteção, até que a vítima seja incluída no Provisa, isso não existe. Há dependência de arranjos informais não institucionalizados. Isso gera ônus, gera encargos, inclusive, para o programa federal. Esse é um fator que dificulta a atuação do programa federal.

Em geral, os programas de proteção ao depoente padecem do problema do longo tempo que as ações demoram na Justiça. Então, as pessoas têm de ficar

nesses programas durante um tempo demasiadamente longo. Vamos lembrar que a pessoa fica isolada do convívio. Às vezes, ela sai, uma vez por semana, para fazer compras rapidamente; ela sai uma vez por mês, para conseguir ter algum lazer. É uma situação de tensão constante. Então, ela quer ver seu caso resolvido rapidamente. Se isso não ocorre, ela abandona o programa, porque ela prefere arriscar a ter a sua liberdade cerceada. Então, ela acaba sendo a presa, no caso, mesmo que ela não seja o criminoso. Então, há um abandono desses programas, em geral, de 70%, o que é uma taxa muito alta.

Uma última constatação é que esses programas de proteção são desconhecidos da sociedade. Pensa-se que é coisa de filmes. Os próprios magistrados, às vezes, desconhecem isso. Isso tem implicações. Às vezes, as pessoas criam a expectativa de que não vão ser protegidas de nenhuma forma ou de que haverá uma proteção excessiva. Isso é ruim nos dois casos. Às vezes, a autoridade delibera alguma coisa que o programa não tem capacidade de atender. Isso também não é bom.

Em relação a essas constatações, o Tribunal fez algumas recomendações. A principal delas é a cooperação com o Departamento Penitenciário Nacional para viabilizar a proteção ao réu colaborador preso, que está prevista no decreto que institucionalizou o programa. Há uma recomendação à Secretaria Especial de Direitos Humanos para estimulação da criação de serviço de proteção provisória nos Estados, com apoio institucional e financeiro e com orientação para que esses programas existam.

Também há uma recomendação no sentido de uma articulação com a Comissão de Constituição e Justiça para o andamento do Projeto de Lei nº 86, de 2007, para dar um tratamento prioritário a essa questão, o que, nem sempre, é garantido. Como o Senador Pedro Taques muito bem mencionou, quando há dez prioridades, não há nenhuma prioridade.

Talvez, uma alteração mais significativa seja a orientação para a produção da prova testemunhal antecipada, ou seja, seria uma possibilidade de o depoente, a vítima produzir a prova e, então, não ficar mais à disposição da Justiça sempre para as audiências, o que põe a pessoa em risco. Seria uma oportunidade de ela seguir com a vida, num ambiente muito menos controlado, sem que sua liberdade fosse cerceada.

Especificamente ao Departamento de Polícia Federal, recomendam-se ações de disseminação de conhecimento, para que o Programa passe a ser conhecido junto a juízes, delegados, promotores, procuradores e autoridades policiais, para que haja o funcionamento do programa. É preciso dar continuidade

ao bom trabalho que se está fazendo de treinamento e capacitação dos policiais federais e dos policiais dos Estados que atuam nesse serviço de proteção, com intercâmbio com outros países.

Por último, eu gostaria de registrar que o Tribunal volta, pois não faz a auditoria e abandona o caso. O Tribunal retorna. Retornarmos e faremos um monitoramento. Há uma previsão de fazermos monitoramentos, acompanhando esses processos de mudança, esperando que as mudanças sejam tão positivas quanto as que constatamos de 2005 a 2010, que possibilitaram esse achado positivo.

Muito obrigado a todos. Em nome do Tribunal de Contas da União, eu lhes agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sr. Carlos Alberto, representante do Tribunal de Contas da União, em nome do Senado, nós lhe agradecemos a colaboração valiosa trazida por V. S^a e pela instituição Tribunal de Contas.

Registro a presença da Senadora Vanessa aqui. Seja bem-vinda!

O senhor tocou em pontos muito relevantes. Nós também temos de debater – e isso poderia ser aqui feito neste momento – que, no Programa de Proteção à Testemunha, a proteção a testemunhas, a vítimas e a réus colaboradores não pode se dar apenas durante a tramitação do processo. Nós sabemos que, em média, no Brasil, um processo demora 12 anos, mas as consequências do depoimento prestado por essa testemunha podem se dar por mais de 12 anos. Muitas vezes, alguém sofreu prejuízos em razão daquele depoimento – podem ser prejuízos processuais e prejuízos fora do processo, como, por exemplo, prejuízos ao seu comércio, à sua organização, à sua empresa, para a prática do crime –, e isso demora muito tempo. E é aí que começam as consequências em desfavor das testemunhas, das vítimas e dos réus colaboradores. Esse ponto tem de ser também debatido, e é preciso fazer um levantamento orçamentário a respeito dele.

Outro ponto – penso que a Delegada de Polícia Federal aqui deve tratar disto – é a chamada indústria das testemunhas. Isso é um fenômeno que ocorre na criminalidade italiana, em que as testemunhas, muitas vezes, ficam numa casa. Segundo a lenda, no Brasil, numa casa de proteção à testemunha no Rio de Janeiro, havia cartazes e um letreiro na porta com os dizeres “casa de proteção à testemunha”, Senador Rodrigo. Na Itália, nessa chamada indústria de testemunhas, as testemunhas ficavam juntas e trocavam detalhes sobre vários casos, uma testemunhava para a outra, porque se criava ali uma intimidade entre as testemunhas.

Participei de um caso, Senadora Vanessa, em que a testemunha falava tudo, inclusive que o Papa teria comparecido ao local em que uma organização criminosa se reunia.

Essa indústria de testemunhas também tem de ser levada em conta, assim como o tempo processual, que não é o tempo da vingança, não é o tempo em que a testemunha e seus familiares podem sofrer prejuízos à sua integridade física. Temos de pensar não só na testemunha, na vítima e nos réus colaboradores, que estão sob proteção, mas também nos familiares, que precisam de uma inserção naquele momento difícil de suas vidas.

Assim, com muita honra para o Senado da República, passo a palavra ao Dr. Gustavo Pessanha Velloso, Procurador da República, membro do Ministério Público Federal.

V. Ex^a tem 15 minutos, com a possibilidade de prorrogação por mais cinco minutos.

O SR. GUSTAVO PESSANHA VELLOSO – Cumprimento o Senador Pedro Taques, meu ex-colega, meu amigo.

Cumprimento também a Dr^a Juliana Carleial, o Dr. Carlos Alberto, o Professor Frederico Castelo Branco, a Senadora Vanessa e o Senador Rodrigo Rollemberg.

É um prazer estar nesta Casa. Agradeço-lhes o convite, em nome do Ministério Público Federal, para falar de tão importante tema.

Para começar a falar sobre esse tema, devemos pensar que o depoimento de um réu colaborador ou de uma testemunha se presta a processo judicial. Pensamos, primeiro, no melhor para a sociedade, que é o depoimento ser útil e levar à condenação o membro da organização criminosa, principalmente o autor do fato grave que leva essa pessoa a estar incluída num programa, para cumprir uma pena privativa de liberdade em regime fechado, em reclusão. Quando pensamos em Programa de Proteção à Testemunha, pensamos nisso.

Mas, infelizmente, na realidade, não é sempre isso que acontece. Não vou falar de estatísticas, mas o processo judicial pode acabar em uma absolvição, ou mesmo a investigação pode não chegar sequer a uma ação penal. Por isso, acho que o mais importante nos programas é pensar no tratamento que deve ser dado ao depoente e fazer com que o programa se torne eficiente, atendendo às necessidades do depoente, mas sem que o depoente se torne dependente do programa para continuar a viver. Eu vou explicar o que quero dizer com isso.

O Senador Pedro Taques falou, com muita propriedade, há pouco: “E, se um banqueiro do jogo do bicho resolver partir para a delação premiada, como

vai funcionar isso?”. Pensemos na seguinte situação: ele vai para o Provita? Ele vai mudar de identidade e mudar de Estado? Qual vai ser a atividade econômica que ele vai passar a desempenhar a partir disso? Pensem na vida da testemunha e do depoente.

Hoje em dia, a clientela do Programa – a Dr^a Juliana pode confirmar isto para mim – são pessoas de baixa renda. Isso significa que, se um determinado processo ou uma determinada investigação necessitar de uma testemunha, digamos, de classe média, a probabilidade de ela se inserir no Programa é mínima. Por quê? Porque o Programa, hoje, não dispõe de mecanismos para oferecer, em troca do depoimento dessa pessoa, uma ajuda para que ela possa iniciar uma vida razoável em outro local.

Vejam bem, senhoras e senhores, que, a partir do momento em que o depoente revela aquele fato que o coloca em risco, que coloca sua integridade física e sua vida em risco, esse estado de risco passa a ser permanente por tempo indefinido. Então, a primeira coisa que é necessária, na minha opinião, é exatamente o que o Senador falou: a mudança de identidade. Para começar, a pessoa precisa se esconder, não pode viver uma vida pública, passear pelo Túnel do Tempo do Senado e da Câmara, porque ela será reconhecida. Isso precisa ser levado a sério. Ou essa testemunha não está ameaçada, ou ela não tem seu juízo perfeito e não entendeu direito como é o Programa.

Basicamente, vou separar aqui os programas. Há o Provita, em que a pessoa não fica sob vigilância, vai para outro Estado e tem alguma assistência. E há o SPDE, para casos mais agudos, em que a testemunha, o depoente precisa de vigilância 24 horas por dia, tamanho o seu grau de exposição e de risco.

Tive vários contatos com o SPDE e o que pude notar, tanto nele quanto no Provita, que o que falta é essa infraestrutura. Talvez, o mais importante seja a questão de o depoente, quando se inserir no programa, ser conscientizado de que é uma situação transitória, de que aquela bolsa que ele recebe vai ser transitória. O Programa precisa oferecer opções para ele ser reinserido no mercado do trabalho e não ficar, todo mês, pedindo aumento da bolsa: “Olha, eu quero estudar, eu quero fazer isso...”.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Qual é o valor da bolsa?

O SR. GUSTAVO PESSANHA VELLOSO – Eu não sei. Dr^a Juliana...

Não sei, mas o valor não é muito. No caso em que trabalhamos, aquele mais alto era um terror. Só dou um exemplo. Esse tipo de situação precisa ser evitado.

No caso do SPDE, qual o maior problema que vejo? Aqui, vou fazer, ao contrário do que possam ima-

ginar, uma defesa do Departamento de Polícia Federal, porque, a rigor, o SPDE foi criado por um decreto presidencial; nem sequer por lei ele foi criado. Acho que a Polícia Federal foi meio forçada a descascar um abacaxi muito complicado. Qual é a situação que vejo? Vejam só como é complicado: o depoente, às vezes com sua família, é inserido numa unidade de proteção com vigilância 24 horas, sem poder sair de casa. Em pouco tempo, o estado emocional da família entra em colapso, o que é absolutamente natural. Imaginem-se, senhores, nessa situação.

Quem é que faz essa vigilância? São agentes que, às vezes, saem de um serviço de interceptação telefônica, de um trabalho numa delegacia fazendária com processos de crime contra ordem tributária, enfim, atividades nas quais eles deveriam continuar trabalhando como agentes, porque, quando eles saem de lá, o prejuízo é gerado nos inquéritos policiais, nas investigações. Então, eles vão exercer um trabalho, que é o de vigilância de testemunha, no qual eles têm de lidar com a família do depoente. E é um trabalho para o qual eles não têm treinamento. Algumas pessoas entre nós têm dom para lidar com as outras; outras, não. É questão de paciência, de tolerância. Todos nós sabemos disso. Daí, em alguns casos, são gerados conflitos que vão desaguar no Ministério Público Federal, no controle externo.

Há abuso de autoridade, desacato, desobediência, tortura. E noto que, no SPDE, às vezes, determinadas situações estão se prolongando no tempo desnecessariamente, exatamente, creio, pela falta desse programa, de uma melhor estratégia para fazer com que o depoente possa sair dessa situação. Enfim, o SPDE precisa ser transitório.

Basicamente, o que acho é que o Programa... A gente não pode pensar em Hollywood, como muito bem diz o Senador, como também não podemos estar em um estado precário, como o que existe hoje. Precisamos de um meio-termo, para que outras pessoas possam se sentir estimuladas a contribuir, com dever até cívico de depor à Justiça, e para que, assim, possa o programa ter maior efetividade, para que aquele sonho, aquele ideal para o qual foi concebido possa ser concretizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr. Gustavo Velloso, por suas contribuições.

Passo a palavra à representante da Polícia Federal, Dr^a Juliana, que é Chefe do Serviço de Proteção ao Depoente Especial do Departamento de Polícia Federal. O nome da chefia é bem significativo, pois se trata de proteção ao depoente. Penso que o depoente,

aqui, tenha sido utilizado como gênero, pois existem várias espécies de depoentes.

É interessante, Dr^a Juliana, se a senhora me permite, aquilo a que o Dr. Gustavo Veloso fez referência: a relação entre aquele que protege e quem é protegido cria quase uma Síndrome de Estocolmo entre os dois.

Senador Rodrigo Rollemberg, por seis anos, fiquei com escolta policial notadamente da Polícia Federal, eu e minha família. Quero render homenagens à Polícia Federal, que, durante esse tempo, fez um trabalho muito bem feito. Mas, algumas falhas existem, e isso é da natureza humana. A Polícia Federal sempre atende da melhor forma possível, e isso precisa ser registrado aqui.

Assim, passo a palavra à Dr^a Juliana.

A SR^a JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO –

Obrigada, Senador. Agradeço ao senhor e ao Senador Rodrigo Rollemberg por terem aberto esta oportunidade de esclarecer o funcionamento do Serviço de Proteção ao Depoente Especial. Tenho de concordar com todos os membros da Mesa quando dizem que ele é pouco conhecido. Não só é pouco conhecido o Serviço de Proteção ao Depoente Especial, mas também o Sistema Nacional de Proteção.

Nossa função, antes de tudo, antes de qualquer coisa, é atender dentro de uma linha que inclua outros serviços e outros programas, e ela tem de ser contínua, ela tem de ser fluida. Se o Serviço de Proteção ao Depoente Especial é o único demandado – e, às vezes, é o demandado diretamente dentro de uma rede –, ele, talvez, não vá prestar o serviço que o usuário quer. Então, é preciso esclarecer onde estamos nessa rede, nesse sistema de proteção.

Então, agradeço-lhe muito mesmo esta oportunidade.

Vou começar – trouxe aqui um PowerPoint –, pontuando somente o que é o Sistema Nacional de Proteção. Hoje, no Ministério da Justiça, esse Sistema funciona com três programas: o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e o Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte.

Onde está a Polícia Federal dentro desse Sistema?

Vou fazer uma pequena correção no que disse o Dr. Carlos Alberto e o Dr. Gustavo no seguinte sentido: o SPDE não é um programa, mas está inserido dentro do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Onde nós estamos dentro da Polícia Federal? Só para esclarecer mais um pouquinho, devo dizer que o Serviço de Proteção, hoje, funciona dentro da Divisão

de Segurança de Dignitários e Proteção ao Depoente Especial, ou seja, é uma área técnica dentro da Direção Executiva do Departamento de Polícia Federal. Ou seja, a linha até o Diretor-Geral é direta, e é um serviço técnico. Então, esse é um esclarecimento importante para nós.

Quando o SPDE atua? O que é o SPDE? O SPDE é o braço do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Ministério da Justiça. Ele não é autônomo. Ele funciona dentro de um momento específico da inclusão da testemunha dentro do Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Acho que pulei um *slide*. Sim, este aqui é muito importante.

O que existe no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas hoje no Brasil? São duas formas de proteger: os programas estaduais, que são os Provitas, e o Programa Federal, que são os casos excepcionais.

A lei, a construção do decreto – muito mais podem dizer sobre isso os Procuradores, os Senadores aqui presentes e o Dr. Gustavo – tem uma ideia central, que é a de garantir a proteção imediata, rápida e eficiente dentro da rede de capilaridade da Segurança Pública no Brasil. Qual é a ideia principal? É a criação de programas estaduais, porque eles estarão mais próximos da situação de risco, e a existência de um programa federal, que tinha de ser criado, sim, quando a lei foi concebida, porque não existia com eficiência o controle dos programas estaduais. Então, o Programa Federal é o amparo, o controle e o atendimento subsidiário dos programas estaduais hoje.

O Provita funciona nos Estados da mesma forma que o Programa Federal. Por quê? Porque nele há um conselho de admissão, do qual fazem parte policiais civis, membros da Secretaria de Segurança Pública, membros do Ministério Público Estadual, juízes e membros do Programa estadual, que, na verdade, normalmente, funciona por organizações não governamentais.

No Programa Federal, como funcionamos? Da mesma forma: um conselho federal, um coletivo, um colegiado que admite ou não as testemunhas dentro do Programa Federal, que tem representantes do Ministério Público, do Judiciário, da Polícia Federal e do órgão administrador, que é a Secretaria de Direitos Humanos na Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas.

Qual é o objetivo da lei? O objetivo da criação desses dois programas é a reinserção, é a retirada dessa pessoa da situação de risco. Exatamente como falou o Dr. Gustavo Velloso, o objetivo é garantir a reinserção. Essa é a maior garantia que esse programa tem de dar eficácia na medida interventiva. Se você não conse-

guir garantir a reinserção de uma pessoa que está em uma situação de risco numa certa normalidade, esse Programa não funcionará. Não é esse o seu objetivo.

Então, vamos voltar ao que é o SPDE. O SPDE é o braço do Programa Federal. Como o SPDE funciona? Funciona da seguinte forma: o Programa Federal atua, subsidiariamente, em sete Estados em que hoje não existe Provita. Não vou citá-los, porque não me lembro de todos de cor. Mas vejamos: são os Estados do Amapá, de Roraima, de Rondônia, de Mato Grosso, de Goiás. E há os Estados em que o Provita não está sendo bem avaliado. Quando ele é mal avaliado, ele é destituído da sua condição de Provita, ou seja, de Programa Estadual de Proteção, e esse Estado volta a contar com a supervisão e intervenção do Programa Federal.

Nesse caso, quando atua o SPDE? O Programa Federal não está no Estado, não está na situação. No momento em que se verifica que uma pessoa em determinado Estado está ameaçada e tem as características para o ingresso nesse Programa, o Programa Federal nos chama, o SPDE, e diz: “SPDE, por favor, resgate essa pessoa, retire-a desse Estado em que não há Provita, em que não há atendimento imediato, e a traga para cá, enquanto tramita o procedimento de ingresso dela na rede de proteção”. A rede de proteção é o Programa Federal e os Provitas, o Sistema de Proteção.

Então, nesse momento, o SPDE entra em contato com a Polícia Federal do local, resgata essa pessoa e a retira do local de risco. Por que é tomada essa medida? Tanto o U.S. Marshals, como bem citou o membro do Tribunal de Contas da União, como qualquer outro programa de proteção a testemunhas... Digo que isso não é universal, porque há países que não possuem programas semelhantes. Mas os que possuem esses programas atuam com esta preliminar: a retirada da pessoa da situação de risco é a única forma, é a forma mais eficaz de garantir a sua segurança. Existem outras formas de suplantar uma ameaça, de minimizar uma ameaça? Sim, é claro, existem, mas a mais eficaz é a retirada da pessoa do local de risco. Essa é a primeira medida que o SPDE proporciona. A testemunha é retirada imediatamente do local de risco e é trazida para Brasília. O local é secreto, e tenho orgulho de dizer que, hoje, ele funciona em um padrão muito bom.

Durante muito tempo, a Polícia Federal alugava casas esporadicamente, dependendo da necessidade do Programa. A testemunha chegava, alugávamos uma casa e criávamos um plantão, uma unidade específica, um grupo de proteção para aquele imóvel e um grupo de proteção que praticamente coabitava com a testemunha. Em todos os procedimentos que

o Ministério Público Federal identificou em que o trabalho do policial se dava junto a essas testemunhas, nessas condições, houve problemas, houve 100% de problema. O que isso nos revela? Revela-nos que a convivência íntima entre a testemunha e o policial é errada, primeiro porque o policial entra na intimidade da testemunha. Naturalmente, o policial compartilha de momentos que não deveria compartilhar, e, por outro lado, a testemunha também se revolta com a presença do policial dentro de sua casa. Isso prejudica a execução do serviço pelo policial, que deixa de ser capaz de proteger, porque nem ele nem a testemunha aceitam essa condição. Então, isso foi eliminado.

Em 2010, o TCU, quando acompanhou o Serviço de Proteção ao Depoente, percebeu que não existia mais unidade de proteção em que a vítima ou testemunha e o policial compartilhassem do mesmo teto. Isso não existe mais.

O que existe hoje? Hoje, existe uma unidade de proteção com quatro casas vizinhas, próximas o suficiente para que se crie um plantão, onde ficam os policiais federais. Essas casas são permanentemente alugadas, porque não podemos abrir mão da condição, da possibilidade de pronta intervenção. Elas funcionam como casas isoladas, próximas, mas com um limite de espaço suficiente que garanta a intimidade de cada núcleo familiar que recebemos e, ao mesmo tempo, com proximidade do plantão. Existe interfone direto entre o plantão e as casas e um sistema de vigilância com câmeras, e o plantão é permanente. Nessas condições, conseguimos proteger, esconder e, ao mesmo tempo, garantir a intimidade a essas testemunhas. Para mim, isso é uma evolução, o divisor de águas no Programa de Proteção a Testemunhas, especialmente na atuação do serviço da Polícia Federal, que, como eu disse, é temporário.

Quando o SPDE recebe? Quando ele atua? Como falei, ele atua quando o Programa Federal é demandado, ou seja, quando não existe o Provita. O Provita pode garantir o pronto emprego? Pode. O que ele não pode garantir é a proteção policial, porque ele não é um órgão policial. Então, o que acontece? O SPDE é um órgão policial. Isso, é claro, dá mais garantia à testemunha de que ela está sendo protegida. Mas há a presença da Polícia. O que o Provita pode garantir é a retirada imediata dessa pessoa de sua casa. Por exemplo, em um Estado em que a atuação direta não seja feita pelo Programa Federal e, portanto, pelo Serviço de Proteção da Polícia Federal, ele pode garantir a retirada imediata dessa pessoa de sua casa e escondê-la, mas haverá o limite de escondê-la no Estado, sem a intervenção da Polícia, se não existir o SPDE local no Estado.

Então, é essa segurança, é a presença de um órgão policial dentro desse Programa que nos faz ser tão demandados. Isso é normal. Naturalmente, é assim mesmo. A confiança que se deposita na Polícia Federal – e o discurso de todos os membros da Mesa me revelou isso – é o que faz com que o SPDE seja, às vezes, mais demandado do que quando ele deveria ser demandado. Isso é normal. Isso, na verdade, é um elogio da parte de quem demanda, porque nos mostra que a Polícia tem credibilidade suficiente para garantir, mesmo que, às vezes, não seja na sua área de atuação, a proteção que se busca. O que se quer com isso, na verdade, quando se demanda o SPDE fora de sua competência, é que a proteção se dê no nível do trabalho do SPDE ou no nível da Polícia Federal. Na verdade, é essa a pergunta que se faz.

Então, o SPDE atua subsidiariamente quando não existe o Provita, que tem de garantir a pronta intervenção, mas, infelizmente, não existe, em muitos Estados, o serviço local de proteção policial que garanta essa mão rápida e essa proteção policial imediata. Mas, enfim, o SPDE atua quando há situação de colaboração com a Justiça. Esse é o requisito do Programa de Proteção a Testemunhas e Vítimas. Há outros programas específicos para situações diversas. O SPDE existe para a proteção a testemunhas, a vítimas e a réus colaboradores, ou seja, a colaboração com a Justiça é requisito de entrada no Programa.

E é preciso haver ameaça e risco. Não é qualquer testemunha, qualquer vítima ou qualquer réu colaborador, mas é aquele que está ameaçado. Isso é atestado pelo juiz, pelo Ministério Público, pelo delegado ou pela própria pessoa. É óbvio que é feita uma constatação preliminar, mas esse também é um requisito.

No caso do SPDE, a atuação em unidades de proteção, em serviço de unidades de proteção, exige outro requisito: a liberdade. Essa pessoa não pode ser um réu colaborador na unidade de proteção, porque não se vai retirá-lo do presídio ou de onde ele esteja para protegê-lo em unidade de proteção. Então, outro requisito é a liberdade.

Outro requisito é a voluntariedade. Não se protege uma pessoa sem que ela queira ser protegida, porque esse Programa é limitador da liberdade. A pessoa é retirada do local que conhece, é depositada em um local onde será submetida a circunstâncias que terão de ser aceitas voluntariamente, porque, senão, o Programa também não funciona.

Então, quando o acolhimento se dá, como atua? Nossos 16 agentes de Polícia Federal, hoje, funcionam em regime de plantão de 24 horas por 72 horas. Existe a chefia do serviço, que sou eu. Faço os procedimentos formais de ingresso e promovo a gestão

administrativa e financeira do serviço. Há um supervisor, o chefe do núcleo dos agentes, que garante a execução homogênea por todos do mesmo serviço, atuando da mesma forma.

Nós acolhemos, provisoriamente, os réus, as testemunhas, as vítimas e seu núcleo familiar completo em unidades de proteção e garantimos a escolta para qualquer necessidade, seja ela médica, de lazer, de compras. Enfim, garantimos a escolta quando ela tenha qualquer necessidade, como a de comprar mantimentos. Isso também é importante. Essa pessoa foi retirada do seu local de habitação e precisa manter o mínimo de contato com a vida normal, para que ela possa ser reinserida, depois, com eficácia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO –

Posso usar meus cinco minutos regulamentares?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Sim. São regimentais.

A SR^a JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO – O réu colaborador, como ele é dentro do SPDE? Hoje, orgulho-me de dizer que existe um acordo de cooperação – que eu trouxe – com Depen. Hoje, há dois réus colaboradores. Isso significa que só há duas pessoas protegidas? Não. Há 10 familiares protegidos pelo Programa de Proteção a Testemunhas, que, agora, é ligado ao programa do réu colaborador.

O réu que é considerado colaborador vai para um presídio, para uma penitenciária federal. Mas temos de trabalhar muitas coisas nesse programa do réu colaborador, e a principal é a vantagem de ser réu colaborador, porque hoje isso é muito limitado. A vantagem é ser protegido, mas ele não tem, dentro do presídio federal, qualquer benefício em termos de capacitação, de liberdade diferente. Isso tem de ser planejado, mas existem limitações, é claro, por causa da segurança dentro de um presídio federal. Neste momento, estamos trabalhando com isso.

E também há um curso no SPDE. A nossa capacitação, a primeira deste ano, que começou no dia 26 de março e que terminou na semana passada, no dia 5, contou com membros do Depen. Houve uma capacitação conjunta de servidores da Polícia Federal e do Depen, para produzir, dentro do que trabalhamos, um curso específico para o Depen, para capacitar os agentes penitenciários federais. Isso já está em andamento. Essa é uma medida positiva com relação à sugestão do TCU.

Vou deixar os nossos números para o final, porque tenho uma tabela.

Vou falar dos nossos projetos. O principal projeto para este ano se refere à Unidade de Proteção ao Depoente Especial, que tem de ser móvel, que tem de

garantir o sigilo. Então, temos dificuldade de encontrar locais que proporcionem a mesma estabilidade de quatro casas próximas. E tem de ser assim. Não se pode regredir, voltando ao momento em que dividíamos o mesmo teto com o depoente e em que a individualidade dele era atingida por essa medida. A nossa função é evoluir, é procurar o melhor.

Neste momento, vou tentar atender um pouco mais a demanda do Senador Pedro Taques no seguinte sentido: temos de melhorar as Unidades de Proteção. Hoje, existe, vamos dizer, a classe média baixa – não sei se existe ainda essa classificação. A Unidade de Proteção é simples, mas é digna e é igual para todos. As Unidades de Proteção, hoje, funcionam com equipamentos, com utensílios domésticos de bom nível. A pessoa não tem a sensação de que está sendo cuidada com equipamentos ruins ou com uma instalação ruim. A casa é simples, mas é digna, com dois quartos. Então, é uma Unidade correta, mas a nossa intenção é melhorá-la, é transformá-la em um ambiente agradável, onde qualquer pessoa, mesmo aquelas com mais pertences que precisam de uma retirada rápida do local de risco – é o que o SPDE faz –, possa ser sentir bem tratada, possa ser recebida de forma correta e agradável, sobretudo agradável. Temos de compensar a ausência do conforto familiar, do local em que a pessoa vivia.

Falo agora dos nossos números. No ano passado, protegemos 37 pessoas. Quinze testemunhas foram recebidas no SPDE. Foram atendidos vinte familiares e dois réus colaboradores. O total de pessoas atendidas em 2007 foi 37. Qual é o total de testemunhas atendidas pelo SPDE já neste ano? Nove pessoas, três familiares e seis testemunhas foram atendidos pelo SPDE. Senador, isso é exceção, porque o Provita atende muito mais.

O que o SPDE pode ensinar ao Programa Federal? Acho que isso é importante. O nível do atendimento melhorou significativamente. As casas que os depoentes compartilham enquanto estão submetidos à proteção provisória policial têm um nível muito melhor do que o das casas que muitos Estados garantem com seus Provitas. Isso não pode existir.

O depoente especial é a testemunha e a vítima ameaçada e o réu colaborador. Todos são depoentes especiais, segundo a lei. Mas nós protegemos em Unidades de Proteção as testemunhas e as vítimas, e o réu colaborador é protegido no presídio federal.

Quando sai da nossa Unidade de Proteção, a testemunha ou a vítima não pode sentir que houve um decréscimo em sua qualidade de vida. Então, esse padrão do SPDE tem de ser multiplicado. Os Provitas têm de respeitá-lo.

Ao terminar, quero deixar o seguinte recado: hoje, o nosso Programa tem plena capacidade de passar o *know-how* às Polícias e às Secretarias de Segurança Pública Estaduais de como executar um serviço de proteção policial temporário. Temos plena capacidade de treinar policiais em conjunto, para multiplicar essa instituição nos Estados. Temos de garantir que esse padrão não seja diminuído.

Com isso, digo que a intervenção tem de ser pontual, nos casos em que há necessidade. A intervenção é temporária, porque se inicia quando da entrada no Programa e quando da saída em momentos de risco. O tempo de permanência do SPDE hoje é de 34 dias, antes do ingresso no Programa, o que é um recorde. Esse é o prazo máximo de permanência da testemunha sob proteção policial, antes de ela entrar no Programa Federal, que garante a reinserção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Dr^a Juliana. Tenho algumas indagações a fazer à senhora, ao representante do Tribunal de Contas e aos demais convidados.

A primeira pergunta é a seguinte: existe algum dado quanto ao custo médio da proteção por testemunha? Essa é a primeira indagação dirigida à senhora e ao representante do Tribunal de Contas.

No tocante à mudança de identidade civil, a Lei nº 6.015, de 1976, a Lei de Registros Públicos, estabelece a mudança de nomes. Isso tem sido feito? Eu gostaria que a senhora me dissesse se os juízes que fazem o controle dos registros públicos – os juízes estaduais, não os juízes federais – têm acompanhado isso. Como se dá, na prática, essa modificação? A senhora entende que seria necessária a mudança legislativa nesse ponto?

Se não é atribuição da Polícia Federal fazer o pedido ao cartório de mudança de nome, o cartório vai suscitar a dúvida que está na Lei nº 6.015, de 1976. Como isso tem sido feito na prática?

O número revelado aqui de cidadãos protegidos pode nos trazer uma distorção. Muitas vezes, muitas testemunhas, muitos réus colaboradores não querem participar do Programa, porque o Programa não é bom e não atende às suas necessidades primárias.

Como estamos falando de um Estado nacional que, há muito tempo, caminha para uma macrocriminalidade, eu gostaria de saber do Dr. Gustavo Velloso se, hoje, no entender dele, o Programa de Proteção teria condições de proteger réus colaboradores envolvidos na prática de crimes contra o sistema financeiro nacional, que, em regra, são da classe mais abastada, porque são donos de instituições financeiras. Isso, no entender de V. Ex^a, seria possível diante do atual quadro que se revela no Programa de Proteção à Testemunha?

No tocante às indústrias de testemunhas, a senhora tem notado a existência disso?

Faço uma última indagação. Agora, sim, termino minhas indagações. Nessas casas a que a senhora fez referência, as testemunhas e as vítimas que colaboram com o Poder Judiciário e com a própria sociedade brasileira ficam ali reclusas. Qual é a possibilidade de elas saírem? O lazer é um direito fundamental também, é um direito social. Como se faz isso? Como se faz a visita com a família?

A SR^a JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO

– Vou começar com algumas respostas ao Senador.

Senador, vou começar de trás para frente, falando da indústria de testemunhas. Depois que criamos esse sistema de Unidades de Proteção com quatro casas próximas, mas, ainda assim, um pouco separadas, de forma que se garanta a intimidade, passamos a recomendar às testemunhas que não conversem. Elas são proibidas de fazer isso. É assinado um termo de compromisso na entrada do serviço de proteção. Isso se propaga também depois que elas entram no Programa Federal de Proteção. Elas não devem conversar sobre os motivos que as levaram até a Unidade de Proteção e até o Serviço de Proteção ao Depoente Especial. Isso é respeitado, porque os agentes de polícia se tornam os intermediários entre as testemunhas e nós, a coordenação, ou o mundo externo, a Unidade de Proteção. Então, se os agentes notam que as testemunhas podem entrar em contato e podem conversar, é marcada uma visita comigo, que sou a chefe do serviço, e vou novamente explicar o risco das conversas entre as testemunhas nessa Unidade de Proteção.

Por quê? Senador, nos últimos anos, mesmo no período mais drástico, em que o serviço não era prestado com o padrão que é prestado hoje, houve um caso único em que as testemunhas conversaram de tal maneira sobre a situação que as levou até a Unidade de Proteção, que uma delas pediu desligamento do Programa, voltou ao Estado em que a outra testemunha tinha prestado informações à Justiça e ofereceu a cabeça dessa testemunha ao criminoso que a procurava. Isso foi detectado pela investigação que ainda continuava no local. Não se chegou a entrar em medidas preparatórias de um crime, porque, de fato, o problema foi eliminado logo no nascimento.

Mas isso nos revelou que o senhor está certíssimo. Nós temos de intervir, sim, e temos de garantir esse distanciamento. Por isso, as Unidades de Proteção têm de ter recursos. Hoje, há uma videoteca, uma pequena biblioteca, com revistas. Então, procuramos deixar a pessoa um pouco mais enclausurada. O senhor tem razão.

E o que existe para compensar isso? Há o atendimento psicológico, que é marcado na rede pública. Há, sim, é claro, uma preferência ao atendimento à testemunha, porque ela fica pouco tempo conosco. O atendimento psicológico é semanal. Ela sai para telefonar para a família da sede do Serviço de Proteção ao Depoente Especial uma ou duas vezes por semana. E ela tem direito ao lazer. Marcamos duas saídas por semana, em média, para lazer. É isso que fazemos hoje.

Com relação aos valores, Senador, há a seguinte situação: os valores gastos pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial são gastos em verba secreta, porque a natureza do serviço não permite que ele seja de todo revelado. Mas posso adiantar alguns números. Hoje, nós não...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Permita-me interrompê-la?

A SR^a JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Nos Estados Unidos, as agências de segurança são coordenadas por uma única agência. O U.S. Marshals, por exemplo, tem um orçamento sigiloso, e existe uma Comissão do Senado que faz esse controle. No Brasil, estamos trabalhando alguma coisa nesse sentido.

A SR^a JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO – Perfeito! Mas o fato de ele ser sigiloso não significa que ele não seja totalmente documentado e guardado em formato que o TCU, por exemplo, possa consultar com a maior liberdade, em qualquer momento que queira, em qualquer visita que seja necessária. Os documentos estarão lá para ser comprovada a boa aplicação desses valores.

Hoje, o que posso dizer? Há uma situação extraordinária em medidas isoladas de proteção que eleva muito os gastos do Serviço de Proteção ao Depoente Especial hoje. Então, vou falar mais do SPDE tradicional, que é o núcleo que executa a atividade que nós, da Polícia Federal, entendemos que é a melhor, que é a retirada do local de risco.

No núcleo que executa dessa forma o serviço, se não depender de recrutamento de policiais externos, a testemunha custa, por dia, R\$156,69 ao Estado. Se tivermos de recrutar policiais, como hoje acontece – nosso número de policiais não é suficiente para dar atendimento à Unidade de Proteção em medida isolada –, precisamos compensar com alguns recrutamentos mensais. Com recrutamento, o serviço passa a custar R\$505,22 por dia por testemunha.

É claro que foi a Polícia Federal mesmo que nos demandou esse tipo de pesquisa, para estabelecer políticas de remoção interna. Então, é óbvio que, com

esses valores, justifica-se a remoção para o Serviço, para que, pelo menos, em Unidades de Proteção, sejamos autônomos. Em Unidades de Proteção, os policiais têm de ser lotados em Brasília, para que o serviço custe R\$156,69 por dia por testemunha.

Então, essa é a nossa meta. Esse é o custo por pessoa protegida. O custo por dia do serviço sem recrutamento é de R\$477,00; com recrutamento, é de R\$1.539,00. É um serviço caro. É por isso que é uma atividade extraordinária e excepcional. Digo que ela é extraordinária, Senador, porque também não é sempre que é preciso intervir com a Polícia para resgatar uma testemunha em um local de risco. Às vezes, a remoção para outro Estado já funciona. Tudo depende do grau de risco. Então, a Polícia Federal, como bem explicou o Dr. Gustavo, intervém nos casos mais graves, é extraordinária, porque é cara. E ela tem de usar nesse sentido mesmo.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – A senhora poderia repetir os valores, por gentileza?

A SRª JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO – É claro! O custo por pessoa protegida, por dia, no SPDE, sem recrutamento, é de R\$156,69; com recrutamento, é de R\$505,00. Esses são os dados que levantamos no final de 2011. O custo por dia do serviço – aqui, entram o aluguel e outros custos agregados – é de R\$477,00, sem os recrutamentos; com os recrutamentos, que hoje precisamos fazer, o custo do serviço é de R\$1.539,00.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Drª Juliana, por gentileza, no tocante à identidade...

A SRª JULIANA CARLEIAL M. CAVALEIRO – Ah, sim, no tocante à identidade, isso foge um pouco da atividade do Serviço de Proteção da Polícia Federal, mas, como sou membro do Conselho Federal do Programa Federal de Proteção à Testemunha, posso também adiantar alguma coisa com relação a essa dúvida.

Hoje, a maior dificuldade – e é a nossa agenda permanente do Conselho Federal do Programa de Proteção a Testemunhas – é a mudança de identidade. Qual é a boa notícia com relação à possibilidade de resolver esse problema? Hoje em dia, há o projeto, que já está quase em execução, da identidade única, que é encabeçado também pelo Instituto de Identificação da Polícia Federal. Então, a presença da Polícia Federal nesse projeto pode facilitar uma mudança de identidade, pelo menos em termos de rapidez, quase imediata. Mas, por outro lado, esbarramos na questão da Justiça. Esse procedimento dura, em média, pelo que foi levantado pelo Conselho, de quatro a seis me-

ses. E ele só é aceito em casos extremos. Então, as provas à Justiça têm de ser muito bem elaboradas.

Por vezes, como disse o Dr. Gustavo, não seria preciso chegar ao extremo. Essa medida pode ser encarada com certa naturalidade dentro do Programa. Essa é uma necessidade, porque a pessoa precisa estabelecer uma vida posterior. Não precisa haver o caso extremo ou a gravidade mais extraordinária para se proporcionar uma mudança de identidade. Nos Estados Unidos, isso é tão simples, que nos chocamos com o fato de isso ser extremamente difícil no Brasil.

A boa notícia é que precisamos relativizar isso. Isso é verdade. Relativizando a dificuldade de se encarar uma mudança de nome, vamos ter de combinar isso, porque existe a possibilidade, com a identidade, de fazê-la rapidamente. Mas, se a Justiça relativizar a compreensão que tem dos casos extraordinários, vamos precisar ainda resolver uma terceira coisa, que é a vida passada dessa pessoa. Como integrar o que ela tinha com as dívidas? Até que nós administramos dentro do Conselho o pagamento. Não se pagam as dívidas da pessoa, mas isso é administrado, para que ela possa pagá-las quando começar a trabalhar, mesmo que em proteção. É um intermediário o Programa nesse sentido.

E a previdência social? Como fazer isso? Há o caso de herança, de cursos. Como podemos emitir diplomas universitários em nome dessa nova pessoa que surgiu? O MEC tem de estar envolvido nesse processo, bem como o SUS, porque se vai ter de emitir um novo cartão de saúde. A Receita Federal tem de estar envolvida. Então, é necessária muita coordenação para esse projeto ser implantado. Essa é a nossa maior dificuldade. Não é algo em que não se pensa, mas entendemos a dimensão que isso toma.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Quem sabe o ideal, Drª Juliana, já lhe agradecendo a participação, seria a criação de uma autoridade central para coordenar as várias relações?

Muito obrigado pela sua participação.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto, representante do Tribunal de Contas. Logo após, falará o Dr. Gustavo.

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Obrigado, Senador. Vou me restringir à questão dos indicadores de desempenho. Reforço a importância dos indicadores, até pelos exemplos oferecidos pela Drª Juliana.

Muito embora o Programa tenha verbas reservadas, sigilosas, existe a possibilidade de produção de indicadores de forma agregada. Por exemplo, não se

vai detalhar o aluguel da casa, porque, dessa forma, localiza-se a casa. Mas esses números, esses indicadores são excelentes para uma tomada de decisão. É um exemplo para a tomada de decisão: justifica-se que os agentes sejam lotados em Brasília, senão o serviço vai às alturas. Então, essa é a finalidade dos indicadores de desempenho.

Destaco que os indicadores de desempenho servem não somente para tomada de decisão interna, mas também para justificação externa. Por exemplo, o maior problema no custo global em um programa como esse, não só o serviço do SPDE, mas o Provita como um todo, é que, quanto mais tempo a pessoa ficar em um programa de proteção e não for reinserida na sociedade, mais ela vai custar. Então, quanto custa isso para a sociedade? Falamos isso não só em termos financeiros, mas também em termos de desistência e, conseqüentemente, de abandono dessas ações, com a não condenação das pessoas que deveriam ser condenadas, com prejuízos significativos para a sociedade.

Então, os indicadores de desempenho servem para demonstrar não só os custos, mas também os resultados, auxiliando, assim, na tomada de decisão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Carlos Alberto, que fez referência à questão da eficiência e à economicidade desse Programa.

Dr. Gustavo, o senhor tem a palavra, por favor.

O SR. GUSTAVO PESSANHA VELLOSO – Senador, muito obrigado.

Eficiência, essa palavra diz tudo. Eu estava comentando aqui com V. Ex^a a importância dessa questão da identidade. Essas informações que a Dr^a Juliana acaba de fornecer espelham o quanto o nosso Programa, como um todo – inclui todas as etapas –, ainda está engatinhando.

Então, quanto à sua pergunta referente ao crime organizado, veja: se para um depoente “simples” já é difícil trocar sua identidade para mudar de Estado e não ser reconhecido, calcule o que isso significa para um depoente “complexo”, como um banqueiro de jogo de bicho ou uma pessoa de *status* econômico maior!

O SPDE, como a Dr^a Juliana muito bem disse – e tem de ser assim –, deverá ser temporário, se for o caso e, provavelmente, será.

E é preciso eficiência, é preciso uma estrutura para reinserir esse depoente na sociedade de forma oculta, sigilosa, para que ele não se torne dependente do Estado. Uma pessoa que esteja nessa condição,

com um pouco mais de recursos financeiros, não pode sentir-se desestimulada. A verdade é que, hoje, ela só tem a perder e terá de bancar sua própria segurança. Ela é que terá de se preocupar com isso.

Vejam todas essas questões que a Dr^a Juliana apontou: SUS, previdência, inventário, herança. Como fazer com a vida passada? Como fazer para que essa pessoa tenha um curso técnico, um diploma, uma pós-graduação, um mestrado? Enfim, como fazer tudo isso? A pessoa, às vezes, tem uma pensão alimentícia. Enfim, o que fazer com tudo isso?

Essas não são questões banais. A Dr^a Juliana e V. Ex^a sabem bem que isso esbarra na nossa mesa. O depoente liga, quando não aparece no Ministério Público, e diz: “Olha, estou aqui. A situação é essa. Estou indo aí”. E o que tenho de fazer?

Aí, começam as soluções de improviso, os requerimentos ao juiz. Então, há juiz que é sensível, até sensível demais, e defere mais do que deveria. As testemunhas, quando começa a Síndrome de Estocolmo, a que o Senador Pedro Taques se referiu, tendem a pedir do Programa o que não têm direito. E, quando essa relação de dependência se aprofunda, fica pior ainda, porque o depoente começa a entrar em desespero ao saber que vai sair do Programa e que não terá onde morar, não terá um emprego, não terá como sustentar sua família.

Estou usando um termo, talvez, não muito preciso: infraestrutura. Eu englobo tudo isso de que estamos falando. Isso é muito importante. Temos de sair do plano teórico e pensar no prático, sob pena de o Programa não funcionar.

Então, respondendo à sua pergunta, não vejo, hoje, condições de uma pessoa aceitar isso, a não ser que a possibilidade de cumprir uma pena privativa de liberdade em regime fechado seja tão iminente, que ela aceite a redução da pena ou o perdão judicial. Mas, a partir daí, não seria o Programa; seria o dispositivo legal que permite judicialmente essa redução, e garanto que, depois, ele vai cuidar de si próprio. Não vai ser o programa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques/PDT – MT) – Em nome do Senado e desta Comissão, agradeço à Dr^a Juliana, ao Dr. Carlos, ao Dr. Gustavo e ao Professor Dr. Frederico pelas contribuições valiosas que trouxeram a esta Casa. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 08 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 17 de abril de 2012, terça-feira, às 8h30, na Ata Senador Nilo Coelho, Sala nº 6.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia dezesete de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, IVO CASSOL, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES**. O Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE** justificou sua ausência. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA** para discorrer sobre o Plano Nacional de Contingência (PNC), em atendimento ao Requerimento nº 117/2011-CMA, com a presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão. Após a exposição do Senhor Ministro, usam da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Eduardo Suplicy, Ivo Cassol, Jorge Viana e Anibal Diniz. O convidado responde as perguntas feitas e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 17/04/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a audiência pública com o objetivo de discorrer sobre o Plano Nacional de Contingência.

Solicito ao Senador Blairo Maggi que acompanhe o Ministro Edison Lobão a esta sala. (*Pausa.*)

Convido para compor a mesa, por solicitação do Ministro Lobão, o Sr. Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.

Prezado Ministro Edison Lobão, prezados Senadores, Senador Waldemir Moka, Senador Blairo Maggi, Senador Vicentinho Alves, é um honra recebê-lo, Ministro, em nossa Comissão.

A Comissão de Meio Ambiente vem discutindo vários temas de interesse nacional. Entre eles, realizamos algumas audiências públicas, especialmente quando do acidente da *Chevron*. Já naquela ocasião, discutíamos a necessidade de conhecer, de compartilhar os esforços que vêm sendo feitos pelo Governo brasileiro, no sentido de construir um plano nacional de contingência, especialmente neste momento, quando o Brasil se transforma em uma grande potência, com um grande potencial para a exploração do petróleo, especialmente na camada do pré-sal.

Entendemos que essa será uma grande oportunidade para que o Brasil alavanque o seu desenvolvimento, se utilizar adequadamente os recursos para uma revolução na qualidade da educação, para investimentos em inovação tecnológica, mas há o entendimento, também, de que o Brasil precisa investir o que for necessário em segurança não apenas para a exploração no pós-sal e na camada do pré-sal, mas também para estar preparado para qualquer tipo de emergência por meio de um plano nacional de contingência.

Esse foi o motivo que originou o convite a V. Ex^a para comparecer a esta Comissão. Estamos muito honrados com a presença de V. Ex^a nesta Comissão.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Exm^o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sempre uma honra comparecer a esta Casa, de onde estou temporariamente licenciado, para servir ao meu País como Ministro de Estado de Minas e Energia, mas na qual permaneço indissoluvelmente ligado, por força do mandato popular que me foi outorgado pelo povo do meu querido Estado do Maranhão.

Prontamente atendi ao convite desta Comissão, como tenho atendido a todos os convites da Casa a que pertenço, para debater os grandes temas de interesse nacional.

Motivada pela ampla repercussão dos recentes incidentes em áreas de exploração de petróleo em alto mar, esta Comissão convida-me a falar sobre o Plano Nacional de Contingência para incidentes de poluição por óleo em água sob jurisdição nacional, que está sendo elaborado pelo Governo. Embora não tenha relação direta com esses incidentes, como ficará demonstrado ao longo desta audiência, é importante que todos saibam o empenho do Governo em dispor de um plano dessa envergadura, tendo em vista o desafio de explorar as riquezas recentemente descobertas em águas marítimas ou águas profundas.

O Brasil prepara-se para ser, muito em breve, um grande produtor e exportador de petróleo na forma de produtos acabados. Na condição de grande produtor mundial de petróleo, o País necessita efetivamente de um Plano Nacional de Contingência como o que já está em elaboração há, pelo menos, dois anos.

Inicialmente, convém esclarecer que no Brasil estão previstos três tipos de planos de combate à poluição por lançamento de óleo em águas brasileiras, os quais são acionados de forma complementar a depender da relevância do vazamento ocorrido.

Primeiro tipo: os planos de emergência individuais que atendem a pequenos incidentes proporcionam respostas à grande maioria dos acidentes ocorridos em nossas águas. Esses planos são obrigatórios e integram o processo de licenciamento ambiental de cada uma das instalações, tais como plataformas, sonda de perfuração, refinarias, terminais, etc. A resposta a esses acidentes é feita com equipamentos e embarcações que obrigatoriamente estão disponíveis nas proximidades das instalações que operam com petróleo.

O segundo tipo de plano previsto em nossa legislação é o plano de área que tem por objetivo atender a incidentes de porte um pouco maior e que, por tal razão, não conseguem ser controlados apenas com plano de emergência individual. Os planos de área se constituem na consolidação dos planos de emergência individual de todas as empresas que atuam em determinada área geográfica. Essa consolidação é efetuada pelas empresas e aprovada pelo órgão responsável pelo licenciamento ambiental da atividade. A regulamentação dos planos de área está contida no Decreto nº 4.871, de 2003.

Tipo três: naqueles acidentes de maiores proporções, onde a ação exclusiva das empresas se mostra insuficiente para seu controle ou em situações em que o vazamento possa atingir áreas sensíveis, corpos

d'água ou outros recursos naturais importantes, país vizinho, deverá ser acionado o plano nacional de contingência e somente nessas circunstâncias.

Esses três tipos de planos para mitigação dos impactos de acidentes têm suporte na Lei nº 9.966, de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por vazamento de óleo em água sob jurisdição nacional. O Plano Nacional de Contingência que está sendo proposto, por sua vez, está assim estruturado:

1 – uma autoridade nacional, que é exercida pelo Ministério do Meio Ambiente e coordena todas as atividades do plano;

2 – um comitê executivo, composto pelo Ministério de Minas e Energia, pela Agência Nacional do Petróleo, pela Marinha do Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ibama, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério dos Transportes com a finalidade de propor as diretrizes para a implementação do plano, assim como os procedimentos operacionais necessários;

3 – um grupo de acompanhamento e avaliação composto pela Marinha do Brasil, pela Agência Nacional do Petróleo e pelo Ibama, que efetuará o acompanhamento de todos os acidentes ocorridos, independentemente de seu porte, devendo esse grupo propor o acionamento do Plano Nacional de Contingência nas situações previstas e cabíveis;

4 – um coordenador operacional a ser designado dentre os integrantes do grupo de acompanhamento e avaliação, a depender do tipo de acidente, com a função de coordenar todas as ações do grupo;

5 – um comitê de suporte composto por dezesseis ministérios, acrescido de alguns órgãos vinculados com o objetivo de dar apoio à atuação dos agentes em situações onde o Plano Nacional de Contingência tenha sido devidamente acionado.

O plano proposto prevê ainda que sempre que se identificar o risco de toque de óleo na costa brasileira um representante de cada um dos Estados a serem afetados passe a integrar o comitê de suporte.

De maneira análoga, se o acidente envolveu uma instalação portuária, a autoridade portuária deverá integrar também o comitê de suporte.

Convém ressaltar que o plano proposto recomenda qual dos órgãos de Governo integrantes do grupo de acompanhamento e avaliação deverá preferencialmente assumir o papel de coordenador operacional, em função da maior capacitação de cada um e do tipo de acidente a ser acompanhado. Assim, um problema ocorrido em águas abertas ou em águas interiores entre a costa e a linha de base, reta a partir da qual se mede o mar territorial, será coordenado pela Marinha. Se o

problema ocorrer em águas interiores, excetuando-se as localidades já mencionadas, a coordenação se dará pelo Ibama. Por outro lado, se estivermos enfrentando um problema de vazamentos a partir de estruturas submarinas de perfuração ou produção de petróleo, a agência é quem coordena as ações.

Srs. Senadores, volto a ressaltar que o Plano Nacional de Contingência somente será acionado para o atendimento de incidentes de significação extrema, cabendo ao grupo de acompanhamento e avaliação propor seu acionamento sempre que entender estarem presentes os requisitos necessários.

Com esse objetivo, o plano define parâmetros para a caracterização da significância nacional entre os quais se destacam:

- 1 – os volumes envolvidos no vazamento;
- 2 – os impactos potenciais, especialmente em corpos d'água, recursos naturais, a saúde pública, a economia e a prosperidade;
- 3 – acessibilidade ambiental da área que pode ser afetada;
- 4 – a eficiência das respostas dos planos de emergência individuais e dos planos de área;
- 5 – a possibilidade de um vazamento alcançar países vizinhos.

O acionamento do Plano Nacional de Contingência se inicia com a identificação, pelo agente responsável ou por terceiros, de um vazamento e sua imediata comunicação ao Ibama, à Agência Nacional do Petróleo e à Marinha de Guerra. Em consequência, um dos três órgãos comunicados aciona a reunião do grupo de acompanhamento e avaliação para o monitoramento do incidente que designa o seu coordenador.

Na hipótese de o grupo de acompanhamento e avaliação caracterizar o incidente como de significância nacional, o grupo acionará o Plano Nacional de Contingência. Acionado o plano, as ações passam a ser conduzidas por um comando unificado de operações coordenado pelo coordenador operacional que reunirá os representantes das organizações com responsabilidade sobre as ações de respostas. Esse comando deverá estabelecer os objetivos e as prioridades.

Compete ainda ao coordenador operacional:

- 1 – estabelecer o centro de operações;
- 2 – estabelecer prioridades de atuação;
- 3 – solicitar o apoio ao comitê de suporte por meio da autoridade nacional;
- 4 – estabelecer a adequada comunicação com a imprensa, órgãos públicos e com a sociedade em geral;
- 5 – exigir a mitigação dos impactos da poluição sobre a população, a fauna, a flora e os recursos naturais com a coleta e o adequado descarte do óleo vazado.

As despesas para preparação do pessoal dos diversos órgãos de Governo para a implantação e manutenção das ferramentas previstas no plano, assim como para o monitoramento das águas brasileiras correrão por conta de dotações orçamentárias de cada um dos diversos órgãos envolvidos na operação.

Por outro lado, todas as despesas decorrentes de respostas aos incidentes de poluição serão repassadas e ressarcidas pelo órgão responsável pela poluição.

Uma informação agravante deve ser considerada: desde a publicação da Lei nº 9.966, de 2000, apenas o acidente ocorrido no Paraná, em junho daquele ano, ou seja, em 2000, apresentou as ocorrências características para a aplicação do Plano Nacional de Contingência. Nenhum outro episódio ocorreu, ao longo desses dez anos, que justificasse a aplicação do plano.

Naquela ocasião, aproximadamente quatro milhões de litros de óleo vazaram de um duto que a Refinaria de Araucária e parte desse volume alcançou os rios Barigui e Iguaçu. Os outros acidentes ocorridos no País desde então não apresentaram significância definida no Plano Nacional de Contingência, inclusive os recentes acidentes ocorridos no Campo de Frade, operado pela *Chevron*, e na área do pré-sal denominada Carioca Nordeste, operada pela Petrobras. Esses incidentes não seriam enquadrados no Plano Nacional de Contingência.

A título de cooperação e também de comparação, no acidente de Frade vazaram aproximadamente 2,4 mil barris de petróleo, ou seja, cerca de 380 mil litros, ao longo de dez dias, em águas ultraprofundas, sem qualquer ferimento aos operários da sonda e sem toque de óleo na costa brasileira ou em áreas sensíveis.

Na ocasião do acidente, no Campo de Macondo, no Golfo do México, operado pela British Petroleum, na verdade, houve uma catástrofe. Onze operários perderam a vida e aproximadamente 4,9 milhões barris de petróleo vazaram ao longo de 87 dias, afetando inúmeras praias e ecossistemas sensíveis, ao longo de 1,2 mil quilômetros da costa norte-americana, proporcionando, ainda, 145 mil pedidos de indenizações.

A elaboração do Plano Nacional de Contingência, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é matéria complexa e requer apreciação por diversas áreas de conhecimento.

O acidente de Frade levou o grupo que coordenava a discussão do plano a reavaliar completamente o seu texto inicialmente elaborado. A partir de encontros realizados com a participação da Marinha, do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, para revisão e adequação do texto, foram incorporados procedimentos até então não previstos, especialmente no tocante

ao acompanhamento de incidentes onde o plano não seria acionado.

Atualmente, a proposta encontra-se em avaliação final pelos 14 Ministérios afetados de alguma forma pelo plano, para o seu encaminhamento, subsequente, à Presidência da República.

No próximo dia 20, ou seja, dentro de três ou quatro dias, está marcada uma reunião com todos os Ministérios, para a rodada de fechamento do texto final.

É importante ressaltar que a ausência do plano publicado não impediu que o Governo atuasse de maneira integrada, exatamente como prevista no texto do próprio plano.

No segundo vazamento ocorrido na área de Frade, o Ibama, a Marinha e a Agência Nacional do Petróleo já atuaram da mesma forma proposta no plano, por meio de um grupo de acompanhamento e de avaliação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, finalizando, devo dizer que a atuação integrada e coordenada do Governo Federal, por meio de suas entidades competentes, em todas as ocasiões em que essa ação foi demandada, demonstra a nossa capacidade para enfrentar situações adversas que porventura sejam necessárias.

Embora a elaboração de um plano seja um processo eminentemente técnico, está aberto para as contribuições que esta Casa possa fazer para o seu aperfeiçoamento.

Essas são as informações preliminares que julguei por bem transmitir aos Srs. Senadores nesta reunião de audiência pública que se realiza em torno de matéria de tão grande importância para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Lobão, pelas informações que traz a esta Casa sobre a elaboração do Plano Nacional de Contingência.

Passo, neste momento, a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Ministro, o Presidente desta Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, tem dificuldade com os ambientalistas. Aqui só estão os leiteiros. Esse pessoal do meio ambiente não tem o costume de acordar cedo não, Ministro. *(Risos.)*

Ao momento em que o saúdo, eu gostaria de dizer da alegria que temos de recebê-lo. V. Ex^a, que é Senador, experiente, aqui tem muitos amigos.

Na verdade, aqui já ouvimos o pessoal da *Chevron*. Esta deve ser a quarta ou a quinta audiência, e é importante que a Comissão de Meio Ambiente realize essas audiências públicas.

V. Ex^a nos dá a tranquilidade de que, de tudo que ocorreu até aqui, em nenhum momento, pelo menos,

não houve a necessidade de colocar em prática esse plano. Embora seja ruim – já verificamos –, não existiu ainda nada que justificasse sua utilização. Mesmo que não haja, o Governo, prontamente, operou no sentido de impedir. Mas é claro, agora estamos tendo a experiência do pré-sal e imagino que a prevenção, a cautela, o cuidado devam ser muito maiores.

A minha indagação a V. Ex^a é no sentido de que, com o pré-sal, com essa nova mentalidade – sei que a Petrobras está preparada –, o Ministério realmente tem... A nossa angústia é quanto à ocorrência de um acidente. É claro que quem esta de fora quer aquilo seja rapidamente contido, mas, muitas vezes, não ocorre bem assim. Portanto, pergunto a V. Ex^a: Estamos preparados? Já estamos tomando medidas preventivas no sentido de evitar um desastre que possa comprometer o meio ambiente em nosso País?

O SR. EDISON LOBÃO – Senador Moka, a Petrobras é uma empresa de grande competência técnica. Hoje, ela é a maior operadora de petróleo em água profunda do mundo. Nenhuma outra empresa se iguala à Petrobras.

Ainda ontem, eu recebi a visita do Ministro do Petróleo dos Estados Unidos, de onde importamos muitos equipamentos de excelente qualidade – também importamos de outros países, inclusive da Europa, do Japão –, que nos disse do prestígio da Petrobras no exterior e dos avanços tecnológicos que ela também empreende.

A Petrobras possui um centro de pesquisa no Rio de Janeiro que é considerado um dos melhores do mundo, em matéria de ajustes de equipes, de concepção de novos equipamentos, de avanço na tecnologia da exploração de petróleo e assim por diante.

A Petrobras explora hoje, no Golfo do México, um campo que está em águas das mais profundas do mundo, com cerca de 10 mil e 500 metros de profundidade. Não há nenhum outro campo semelhante a este da Petrobras, que se situa no Golfo do México.

Quero, com isso, dizer que a nossa empresa está preparada, definitivamente preparada, para enfrentar todas as vicissitudes – não desejamos que ocorram – que possa ocorrer na exploração do pré-sal ou de qualquer outro campo exploratório. Nós estamos tomando todas as medidas preventivas para que não haja incidentes, sobretudo os incidentes maiores durante a exploração do pré-sal daqui a cinco, seis ou sete anos. Nós estamos aguardando a votação da lei dos *royalties* para que, juntando-se ela às duas outras já votadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pela Presidência da República, possamos promover as primeiras rodadas de licitação para exploração em águas profundas na região do pré-sal.

A Petrobras, antes mesmo da votação dessa lei em 2010, já havia preparado um Plano de Contingência interno da melhor qualidade. Todos os pequenos incidentes que ocorreram daí por diante ela própria pôde provê-los com extrema capacidade e a seu tempo. E digo mais: em alguns momentos, ela ajudou as grandes companhias internacionais. Ajudou agora, por exemplo, nesse episódio da *Chevron* no Campo de Frade. Foi ela, Petrobras, que descobriu o que estava ocorrendo ali na região e foi ela que socorreu a *Chevron* com seus equipamentos que estavam colocados na periferia ou nas proximidades do Campo de Frade. Isso para demonstrar o quanto a Petrobras está bem implementada para cumprir o seu papel.

E não foi por outra razão, Senador Moka e Senadores membros desta Comissão, que quando nós, a então Ministra Dilma, eu e os demais Ministros que compuseram a comissão encarregada de elaborar a legislação do pré-sal, nós definimos que a Petrobras deveria ser a operadora única de todos os campos, exatamente porque nós confiamos na sua capacidade técnica e também porque desejávamos que ela, como exploradora única, ao explorar o petróleo que haverá de pertencer ao Brasil e às demais empresas internacionais que ganharem as licitações, ela também consiga apreender melhor o subsolo marítimo brasileiro e internacional e possa se equipar, cada vez mais e melhor, para exploração de petróleo em águas profundas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Edison Lobão.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Apenas, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários, Srs. e Srs. Senadores, para parabenizar o trabalho do Ministro Edison Lobão. O Brasil é gigante e o Ministério de Minas e Energia não é diferente. Eu ainda não havia visto, na história do País, o que está acontecendo hoje na área do Ministério de Minas e Energia. Não tivemos, já há mais de cinco anos, nem estamos tendo riscos de apagão. Os apagões, no passado, aconteciam com certa frequência, mas o Ministro Edison Lobão tem tido muita competência e muita sorte, como eu digo, porque as chuvas têm vindo em abundância em todas as regiões do Brasil. Mas o fato é que nós temos, hoje, uma geração de energia em abundância, aliada à construção das novas usinas de Santo Antônio, Jirau, Belo Monte e tantas outras de porte menor que estão sendo construídas em todo o Brasil.

Eu não vou fazer nenhuma pergunta, ainda porque cheguei atrasado. Não sou madrugador como o Senador Moka, que acorda cedo para tirar leite... (*Risos.*) Eu e o Senador Eduardo Suplicy levantamos um pouquinho mais tarde. Mas eu gostaria de, mais

uma vez, parabenizar o Ministro pelo trabalho que vem fazendo e ressaltar que o Brasil, diferentemente da Venezuela, da Argentina, que estão expropriando as empresas estrangeiras, apenas multa e exige que elas façam o dever de casa, que elas façam a coisa correta. O Brasil é uma economia de mercado; logo, tem que dar exemplo para os outros países da sua competência e da sua potencialidade.

Parabéns, mais uma vez, ao Ministro Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

V. Ex^a ouviu, Senador Moka, o que o Senador Blairo Maggi disse: que você e ele são tiradores de leite, mas eu vou buscar as vacas do pasto. (*Risos.*)

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, Prezado Ministro Edison Lobão, nosso colega de Senado há muitos anos, prezado Secretário Marco Antônio Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, relativamente ao Plano de Contingência, agradeço se puder nos informar: Com respeito às empresas tais como *Chevron*, que acabou registrando acidentes que foram acompanhados, inclusive melhor detectados, pela própria Petrobras e, tendo em conta que, quando uma empresa está realizando perfurações, os riscos de vazamento obviamente acontecem, qual é exatamente o tipo de procedimento? É possível que V. Ex^a já tenha explicado. Para ilustrar com o exemplo da *Chevron*, houve algumas sanções, algumas orientações, mas em que medida a *Chevron* continua a operar e quais são aquelas circunstâncias para evitar que ocorra, no futuro, acidente daquela gravidade? Cito esse exemplo que foi muito destacado na imprensa, mas, e se houver, por exemplo, com outras empresas ou eventualmente com a Petrobras? No caso da Petrobras, que diferença existe se porventura ocorrer um acidente daquela natureza?

Eu gostaria também de aproveitar a presença de V. Ex^a, tendo em conta a notícia de ontem, de grande repercussão internacional, mediante a qual a Presidente Cristina Kirchner, da Argentina, resolveu nacionalizar a YPF, a empresa que tem o controle acionário – tinha até ontem – majoritário por parte da *Repsol*, empresa espanhola, fato que vem causando certa tensão na relação entre o governo espanhol e o argentino.

A Petrobras também tem investimentos na Argentina. Respeitando, é claro, a decisão de autodeterminação do governo argentino, avalio que será importante ouvir V. Ex^a porque certamente tem conhecimento muito mais aprofundado do que nós sobre o que ocorre em um país vizinho e amigo nosso, pois essa decisão

parece estar tendo implicações muito importantes de natureza política, seja no relacionamento Argentina-Espanha, mas também da América Latina com a União Europeia. Há uma notícia – leio no jornal – que, com respeito à Petrobras, o governo argentino parece não ter a intenção de tomar uma decisão de natureza semelhante, mas agradeço se V. Ex^a puder nos dar uma informação a respeito.

Em terceiro lugar, como é que, tendo em conta que a Câmara dos Deputados está por tomar uma decisão relativamente à questão dos *royalties* e essa decisão ficou para ser realizada proximamente. Como o Ministério de Minas e Energia está acompanhando a decisão e que recomendação tem a nós, congressistas, sobre o melhor diálogo e entendimento relativamente à destinação e utilização dos recursos advindos da exploração, sobretudo, do petróleo?

V. Ex^a sabe que, em 2008, fiz uma visita ao Iraque, para ali propor que eles pudessem utilizar suas enormes reservas petrolíferas e os resultados da exploração desse enorme contingente de reservas, seguindo o exemplo do Alasca, e proporcionar aos seus habitantes – ali são 30 milhões de iraquianos... Eu queria dizer que recentemente o Embaixador do Iraque me informou que o Iraque tomou uma decisão próxima daquilo. Inclusive encaminhou-me a lei que está para ser sancionada neste mês de abril pelo Presidente do Iraque, onde está explicitado que o óleo e o gás do Iraque pertencem ao povo do Iraque, às suas províncias e regiões. Eu até acho que, talvez, seria interessante para que o Governo brasileiro tome conhecimento da nova lei do gás e do petróleo no Iraque.

Eu também quero sugerir ao Governo brasileiro, ao Ministério de Minas e Energia, no que diz respeito à questão da melhor destinação de recursos, que possa estudar a lei recente do Irã. Acho que o Irã, neste último ano e meio, aprovou uma nova lei para extinguir os subsídios, que eram muito altos, para o gás, o petróleo, os combustíveis. Com isso, elevou-se o preço dos combustíveis para toda a população. Para compensar isso, o Governo do Irã resolveu proporcionar aos seus cerca de 70 milhões de habitantes o pagamento mensal de uma renda igual para todos. Primeiro, acho que foi de US\$80,00 a cada dois meses; recentemente, foi aumentada para US\$115,00 para toda a população. Ao mesmo tempo, mais recentemente, não sei exatamente os detalhes, para aquelas pessoas das camadas de renda mais alta, sugeriu-se que abrissem mão desse benefício.

Eu quero sugerir a V. Ex^a – vou inclusive conhecer melhor – que conheça essas iniciativas. Tenho tido conhecimento de alguns dos estudos, de artigos rela-

cionados, mas quero sugerir ao Ministério de Minas e Energia que também estude isso.

Para completar, parece-me que V. Ex^a visitou ontem o Presidente José Sarney, para nos dar a notícia aqui de como está a sua saúde, porque é do interesse nosso, dos Senadores...

(Falha na gravação.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Passo, então, a palavra ao Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Devo começar pela última propositura de V. Ex^a, que é transmitir a esta Comissão uma palavra sobre a saúde do nosso Presidente Sarney.

Em verdade, S. Ex^a teve esse problema de saúde de que todos conhecem, mas está passando muito bem, já não se encontra mais na UTI. Conversei com ele anteontem ao telefone, falei ontem outra vez; está muito bem, reagindo muito bem. Os conhecimentos médicos que ele se orgulha de ter seguramente o ajudaram muito na prevenção desse incidente de saúde.

Mas quero, inicialmente, agradecer ao Senador Valdir Raupp as palavras generosas com que se dirigiu a mim, notadamente no que diz respeito à segurança com que o sistema de energia elétrica do Brasil hoje funciona em benefício de todos.

Nós não temos tido, realmente, problemas de nenhuma natureza, e as chuvas têm nos ajudado. Sou amigo de São Pedro, vivo a proclamar o nome dele em todos os recantos deste País e no mundo, e ele também só tem razões, portanto, para gostar de mim e nos ajudar, aqui no Brasil, com as chuvas que são necessárias à manutenção da segurança do sistema elétrico brasileiro.

Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Senador Suplicy, V. Ex^a não havia chegado ainda e eu dissertava sobre o Plano Nacional de Contingência e dizia que ele se divide em três patamares. O primeiro é o Plano de Emergência Individual, aquele que todas as empresas, ao obter uma autorização da Agência Nacional do Petróleo para explorar petróleo em determinada área, é obrigada a elaborar e apresentar ao Ibama. O Ibama concede a licença para exploração daquela área, levando em conta também o Plano de Emergência Individual elaborado pela empresa ganhadora daquele certame.

O segundo **Item** do plano é o Plano de Área, que contempla a presença de várias empresas na periferia do mesmo bloco para o caso de acidente. Todas se juntarão para acudir aquela empresa que eventualmente esteja em dificuldades na execução do seu plano.

O terceiro ponto do plano é realmente o Plano Nacional de Contingência, que já envolve vários ministérios, governos estaduais, a Marinha, o Ibama, a Agência, enfim, várias instituições. Passa a ser realmente um plano nacional de contingência, elaborado dentro dos parâmetros tais e tais que expliquei aqui.

Então, essa é a questão da contingência.

V. Ex^a se refere também à questão dos *royalties*. Como está a Câmara examinando neste momento o terceiro projeto de lei – os dois primeiros já foram aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pela Presidente da República – estamos aguardando que a Câmara cumpra seu relevante papel de votar essa lei. Sem ela, não poderemos promover as rodadas que desejamos para exploração do petróleo do pré-sal dentro do regime de partilha, que é o novo regime.

Mas estou no convencimento de que os Srs. Deputados estão realmente interessados em acelerar agora essa votação, depois de diversas negociações, entendimentos com os governos estaduais, procurando encontrar uma solução que seja consensual entre os Estados brasileiros e até os Municípios e o Governo Federal.

V. Ex^a mencionou também o problema da lei recente do Irã. Essa lei, de fato, procura fazer uma distribuição da riqueza nacional com os seus nacionais.

Ouvi, permanentemente, de economistas no Brasil – e V. Ex^a é um dos mais renomados economistas, professor universitário brasileiro – que era preciso, no caso brasileiro, primeiro formar um grande bolo na economia, para depois promover a distribuição disso, dessa riqueza nacional.

O Presidente Lula quebrou esse princípio da economia brasileira e resolveu fazer a distribuição logo. Criou os Programas Luz para Todos e o Bolsa Família, com excelentes resultados.

Bem, o que faz o Irã, na verdade, é antecipar a distribuição da riqueza nacional, mas, de algum modo, também faz isso a Venezuela, na medida em que o combustível lá é praticamente distribuído de graça aos venezuelanos. A Venezuela lucra com a venda externa do seu petróleo, mas enche-se, completa-se um tanque de combustível naquele país com R\$2,00. E R\$2,00 paga apenas o transporte entre a refinaria e o posto de combustível.

A Arábia Saudita faz também uma distribuição de recursos. O rei recentemente distribuiu US\$5 bilhões a todos os sauditas. São riquezas nacionais aproveitadas em benefício de todos. E outros países procedem do mesmo modo.

O Brasil tem os seus procedimentos, que são estes que acabo de mencionar. E com a exploração do petróleo, nós estamos prevendo a formação do fundo

social que depois se reverterá em benefícios sociais para todos os brasileiros.

Pergunta o Senador Suplicy sobre a *Chevron*, sobre o acidente de *Chevron* e que punições ela sofreu. Bom, a *Chevron*, após o acidente, foi fortemente fiscalizada pela Agência Nacional do Petróleo, e já o era antes, como todas o são. A Agência Nacional do Petróleo elaborou um relatório longo sobre o que aconteceu ali no poço explorado pela empresa americana e encaminhou, de acordo com a lei, ao exame dela, empresa, para que conteste ou não as afirmações que estão contidas naquele relatório e, em seguida, aplicará as sanções devidas. Além disso, o Ibama também fiscalizou e também está aplicando sanções. Nós sabemos que a Polícia Federal e o Ministério Público, por igual, se envolveram no episódio e nós agora estamos aguardando os procedimentos regulamentares.

Quero dizer que o Brasil atua sempre rigorosamente dentro da lei. Fora da lei não há salvação. Por isso esse período de elaboração do relatório e de envio dele ao exame da própria empresa para que o conteste. Eventualmente pode ser que a empresa tenha razão em algum ponto contestado ou não. A partir daí é que as sanções serão todas elas aplicadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado...

O SR. EDSON LOBÃO – Sobre a Argentina...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E a reflexão sobre Argentina e Espanha?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A pergunta mais espinhosa, Ministro?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se quiser falar sobre a Petrobras na Argentina... (Risos.)

O SR. EDSON LOBÃO – O Brasil está presente. A Argentina é um país amigo. Nós temos reuniões frequentes com o Ministro da Argentina. Agora mesmo está vindo o Ministro Julio De Vido, que é o cuida da energia na Argentina, Ministro do Planejamento. Virá sexta-feira conversar com o ministro brasileiro. Nós trataremos da Petrobras, das nossas relações com a Argentina que são muito boas, excelentes.

A Petrobras atua ali, tem uma rede de postos de combustível, cerca de 79 postos na Argentina. Lá nós exploramos petróleo e temos um bom relacionamento com aquele país amigo. Recentemente houve um problema que não estava afeto ao governo central da Argentina, e, sim, a um governo que vamos chamar de estadual e foi resolvido. Essa questão da *Repsol* eu não desejo sobre ela me manifestar, porque é uma questão interna da Argentina.

Nós tivemos, no Governo Lula, um episódio com a Bolívia. A Bolívia nacionalizou a refinaria de petróleo da Petrobras, e o Governo brasileiro entendeu que

aquilo era uma atitude da autonomia e da soberania da Bolívia.

Aqui, no Brasil, Senador Suplicy, no Governo João Goulart, fizemos também uma nacionalização de um grupo de empresas de energia elétrica, que foi a Amforp. V. Exª estará recordado disso. Pelo que me lembro, foi o único caso. Era um grupo de hidrelétricas e termelétricas que pertenceu a este grupo americano, na verdade, uma grande corporação americana, e o Governo Goulart encampou, nacionalizou. Depois, viemos a saber que foi a pedido do Presidente Kennedy. O Presidente Kennedy recebia solicitações de acionistas da empresa americana no sentido de que desse uma solução para essas empresas lá no Brasil, que eram deficitárias. O Presidente Kennedy, então, solicitou ao Presidente João Goulart, em uma reunião que tiveram em Roma, e emprestou dinheiro ao Brasil, naquela ocasião, para que fizesse essa compra das empresas americanas. Foi o único caso. Mas cada país tem a sua soberania e o direito de tomar suas decisões, seguramente dentro da legislação nacional interna.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Edison Lobão.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. É uma alegria cumprimentar o Ministro das Minas e Energia, Senador desta Casa, licenciado, que tem a missão de reforçar e ampliar a oferta de energia no nosso País. Isso vem de encontro, Sr. Presidente, à questão dos vazamentos. É importante que nossos órgãos fiscalizadores acompanhem, passo a passo, todos esses empreendimentos porque, muitas vezes, o que acaba acontecendo? Os próprios órgãos fiscalizadores deixam para fiscalizar depois, e muitas precauções que as empresas têm que ter com o empreendimento acabam, na verdade, acontecendo só após o vazamento. E todo mundo sabe que esses vazamentos, se atingirem nossas praias, nosso litoral, acabam por atrapalhar, inviabilizar boa parte desse potencial turístico que temos no Brasil.

Mas, além desse vazamento, peço a permissão de V. Exª para abordar e colocar em pauta aqui um assunto muito importante: todo mundo sabe que a meta de crescimento no Brasil é, no mínimo, 4,5%. Todo mundo acompanha que a energia necessária para demandar esse crescimento precisa ser colocada em prática. E temos vários empreendimentos que estão a pleno vapor: início das obras de Belo Monte, início das obras da Teles Pires outros empreendimentos menores, além dos dois empreendimentos no nosso

Estado de Rondônia, que são as obras da Usina de Santo Antônio de Jirau, no rio Madeira.

Mas vínhamos enfrentando já uma situação gravíssima, que é a bandalheira. Dentro daquela estrutura da obra, temos lá em torno de quinze, vinte, vinte e cinco mil servidores. É uma cidade. Nessa cidade, muitas vezes, quando se demora um pouco a se tomar uma decisão para dar reforço, percebemos que a segurança que há dentro dela é praticamente nada. Mas a segurança, em um todo por fora, é extraordinária quanto ao projeto, à execução e a toda essa situação. Mas estou falando da segurança do empreendimento, porque é uma obra de interesse nacional.

Um exemplo foi o que acabou de acontecer na Usina de Jirau há poucos dias, mas infelizmente atingiu também o empreendimento Santo Antônio, que paralisou com medo de que viesse o reflexo de lá. Com isso – o Senador Raupp, que está aqui presente, é testemunha – as obras foram atrasadas em quinze ou vinte dias. É como andar em um carro que vem com certa aceleração. Até você parar e voltar a acelerar de novo. Nem todo carro é uma Ferrari, que, em três segundos, você já está em cento e pouco por hora.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Já vai para mais de um ano a obra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mais de um ano a obra. E o que acaba acontecendo? Infelizmente, dentro desses empreendimentos, mexe-se com muitos interesses, e um dos grandes interesses que tem e que foi aprovado por esta Casa é a nossa democracia que vivemos neste País e que deu muita liberdade, foi dada muita liberdade para os sindicatos. E alguém vai dizer: mas o Cassol é louco, falar dos sindicatos. Mas, infelizmente, é jogo de interesse, tem dinheiro por trás e onde tem dinheiro por trás tem briga. Já tenho em minhas mãos documento que prova grandes rolos no Estado de Rondônia dos sindicatos, desvio de dinheiro, acerto, acordo. Então, acaba entrando uma série de interesses individuais particulares no empreendimento. E, aí, vem a necessidade de termos dentro de cada estrutura, de cada empreendimento a polícia nacional, ou a polícia nacional em conjunto com o Estado, de uma parte ter alguns policiais federais, a polícia local.

Em cada estrutura, a exemplo de Belo Monte, precisa, estive lá dentro, sou da Vice-Presidente da Subcomissão do Meio Ambiente, estivemos lá no Pará e percebemos em todos três locais que estão fazendo infraestrutura para a obra aparentemente, não precisa segurança, mas ela já tem que estar presente para inviabilizar alguma má conduta que tenha no empreendimento, porque, quando se precisa de muitos servidores, de muitos funcionários, acaba-se importando muitas vezes qualquer porcaria no meio, e,

aí, quando paralisa, o prejuízo, essas empresas vão querer colocar nas costas do consumidor. Alguém vai dizer: mas o que tem a ver o consumidor com o que aconteceu na usina de Jirau? Ele vai fazer a fatura e vai dizer: olha, atrasei tanto tempo, tive tanto de prejuízo, agora, quero diferença na tarifa, na tarifa. Então, do momento em que começou a crise até o momento em que a polícia esteve dentro, esse tempo que perdeu foi muito grande, muito precioso, muito precioso. E, se temos dentro de cada empreendimento desse aí uma polícia, não para dar segurança ao empreendedor, mas é uma cidade que está lá dentro, são 20 mil pessoas, direta ou indiretamente, tem até 30, 40 mil pessoas envolvidas. Então, precisa ter uma estrutura que aja rapidamente, que tome decisão imediatamente, que coíba qualquer exagero, para que não venham depredar igual depredaram.

Essa é um das sugestões que eu daria para esse setor que o senhor, professor pós-graduado, doutorado em tudo e mais um pouco, mas, como vivi como Governador do Estado de Rondônia, isso já aconteceu no nosso Estado por duas vezes consecutivas, e pode voltar a acontecer a qualquer momento, porque o jogo de interesse é muito grande. Aí se coíbe, por exemplo, teve uma determinação da justiça do trabalho que considerou a greve ilegal e, mesmo assim, o pessoal virou tudo de ponta cabeça. Se houvesse polícia presente, com certeza, evitar-se-ia esse prejuízo, esse transtorno e o atraso das obras que vem, de repente, atrapalhar o futuro, dada a necessidade de energia para o Brasil.

Então, eu só queria reforçar nessa ideia para que possa o Ministério de Minas e Energia adotar, junto com os Governos de Estado e o Governo Federal, essa medida de segurança. No restante, parabenizar pelo trabalho e desejar sucesso porque o Brasil que cresce precisa de energia. Por mais que algum ambientalista reclame, não deixa de tomar sua cervejinha gelada. Por mais que algum ambientalista reclame, não deixa de subir, quando vai ao Rio de Janeiro, Brasília ou São Paulo, de elevador; ele não vai de escada. Então, fica metendo a boca, criticando, mas que gosta de um conforto, gosta. Por isso, temos que continuar dando condições para produzir a energia de que o Brasil precisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Senador Ivo Cassol, voltando ao problema das plataformas de petróleo que V. Ex^a aborda no início de sua indagação, posso dizer que são permanentemente fiscalizadas pela Agência Nacional do Petróleo, as da Petrobras e as plataformas também das empresas estrangeiras que operam no Brasil; todas elas. E, frequentemente, a Agência aplica

nas empresas responsáveis algumas punições, menores ou maiores, em geral pequenas, pelo fato de que as falhas são também consideradas pequenas. São, muitas vezes, parafusos, válvulas que estão defeituosos, o que a Agência, na sua fiscalização, detecta e toma as atitudes devidas para que as empresas estejam permanentemente em estado de alerta quanto à excelência dos equipamentos que devem ser aplicados ali na exploração de petróleo.

No que diz respeito às hidrelétricas, o Senador Ivo Cassol tem toda razão. O Brasil cresce realmente a índices elevados. Para que se tenha uma ideia do que tem sido o avanço no setor da produção de energia no Brasil, eu posso dizer que, ao longo dos últimos 140 anos, o Brasil acumulou um estoque de energia da ordem de 112 mil mW. Pois bem, nos próximos 12 anos, nós temos que dobrar esse estoque de energia elétrica para manter o País crescendo, manter o desenvolvimento nacional e o bem-estar social do povo brasileiro. Para isso, nós temos que construir as hidrelétricas, e uma das alternativas que nós temos às hidrelétricas, seguramente, não será a energia eólica, em curto prazo – não, nunca, nem aqui, nem alhures. Nós temos que perseverar na construção de hidrelétricas, que constituem uma fonte de energia barata, limpa e renovável; É uma ilusão supor que a energia hídrica não seja de muito boa qualidade, porque ela o é e atende perfeitamente às condições ambientais.

Nós estamos construindo, no momento, Belo Monte, Teles Pires, Jirau, Santo Antônio, Estreito. Essas usinas são construídas todas dentro dos maiores e melhores cuidados conhecidos no mundo em matéria de construção de hidrelétricas. Provavelmente não haja, no mundo, nenhuma hidrelétrica com tantos cuidados ambientais como aqueles que se têm tomado em Belo Monte. Todavia, há uma atoarda, nacional e internacional, em torno da construção de Belo Monte.

Os operários de Jirau e Santo Antônio são muito bem tratados, por orientação do Governo Federal, pelas empresas. Eles são transportados em ônibus com ar condicionado; eles são muito bem alojados em alojamentos com ar condicionado; os refeitórios de igual modo têm ar condicionado; os alimentos servidos aos operários são verificados e examinados em laboratórios todos os dias antes de irem para a cozinha para serem elaborados; os operários de Jirau e Belo Monte são mandados de avião, três vezes por ano, às suas cidades de origem para visitarem as suas famílias. Isso não existe em nenhum lugar do mundo a não ser no Brasil. Só o Brasil adota esses cuidados especiais com os seus operários. Todavia, tem havido aquilo que o Senador Ivo Cassol levanta aqui, ou seja, alguns atos de vandalismo, de desordem nos acampamen-

tos dessas hidrelétricas. E por que razão? O último acontecimento, por exemplo, havido em Jirau, não se tratava sequer de reivindicação; houve apenas um ato de vandalismo, não de parte dos operários todos nem da metade deles, nem de quantidade substancial, mas apenas um pequeno grupo que, a nosso ver, não se compunha de operários e, sim, de pessoas infiltradas que pretendiam exclusivamente agitar o meio do trabalho naquela hidrelétrica.

A Força Nacional de Segurança está atenta e com ordem do Governo para interferir nesses episódios. O Governo tem contemporizado o mais que pode para não ser inquinado de truculento, mas tudo tem o seu limite. Nós não podemos permitir que desordeiros atrapalhem o desenvolvimento nacional, o interesse nacional, que tornem mais cara a conta de luz, a tarifa de luz, por conta da desordem que grupelhos de desordeiros praticam nessas frentes de obra.

O Brasil é um grande canteiro de obras hoje. Nós temos de ter segurança para nossos operários, e é isso que a Força Nacional vai fazer a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Edison Lobão.

Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, eu gostaria também, Ministro, de fazer algumas colocações e algumas perguntas.

Em primeiro lugar, em relação ao Plano Nacional de Contingência, nós realizamos alguns debates, em função do acidente da *Chevron*. Precisamos estar preparados para a eventualidade de um desastre, mas o que todos queremos é ter um Plano Nacional de Contingência que não precise jamais ser utilizado. Esse é o melhor dos cenários.

Nesse sentido, nós entendemos que o pré-sal pode ser uma grande oportunidade para promover o desenvolvimento nacional, especialmente se soubermos utilizar bem os recursos auferidos da partilha através do fundo social. E, aqui, alguns palestrantes convidados defenderam que o Brasil deveria buscar uma legislação mais rigorosa no licenciamento e autorização para exploração do petróleo do pré-sal, inclusive citando alguns países, como a Noruega, por exemplo, produtora de petróleo, que seriam mais rigorosos que o Brasil.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a sobre se, em comparação com a legislação de outros países, o Brasil precisa fazer alguma coisa do ponto de vista da sua legislação no sentido de tornar mais rigorosa a autorização para exploração do petróleo. Essa é a primeira questão.

V. Ex^a disse que haverá uma reunião, dia 20 de abril, dos diversos ministérios, para tratar do Plano Nacional de Contingência. A outra questão é se há

uma previsão de quando esse plano será anunciado definitivamente como proposta do Governo.

Aproveitando a presença de V. Ex^a aqui, Ministro, eu gostaria de também tratar de temas não referentes exatamente ao Plano Nacional de Contingência, mas temas da área que V. Ex^a vem administrando muito bem no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

O primeiro se refere à questão da eficiência energética. O Brasil é um País privilegiado, tem uma matriz energética diversificada. No meu entendimento, deve utilizar todas as alternativas que estão colocadas, mas é claro que, se investirmos em eficiência energética, quanto mais economizarmos e evitarmos o desperdício de energia, menos investimentos nós teremos que fazer para produção de energia. Nesse sentido, eu gostaria de saber de V. Ex^a o que o Ministério vem fazendo quanto a programas que garantam eficiência energética.

Por outro lado, embora saibamos que a energia eólica, a energia solar e a energia fotovoltaica, neste momento, não podem substituir, não podem garantir toda a quantidade de energia de que o Brasil precisa para sustentar o crescimento, que é importante para reduzir a pobreza, reduzir as diferenças sociais no nosso País, é claro que devemos também, como registrei há pouco, explorar todas as nossas alternativas de geração de energia.

Nesse sentido, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se há previsão de novos leilões de energia especialmente para energia eólica e para energia solar e quais são as metas que o Brasil tem de desenvolvimento dessas alternativas energéticas.

Finalmente, tivemos uma comissão, na qual o Senador Jorge Viana foi um dos representantes, também o Senador Aloysio Nunes, o Senador Sérgio Souza e eu, que estive no Fórum Mundial da Água, em Marselha. Uma das discussões que a gente vem fazendo sobre a questão hídrica no Distrito Federal, uma discussão importante que também apareceu no Código Florestal, é a respeito da necessidade de o Brasil ter um programa de pagamento por serviços ambientais. Quando se fala em programa de pagamento por serviços ambientais, a primeira pergunta que se faz é de onde viriam os recursos?

Nesses debates surgiu uma questão, levantada por autoridades da área hídrica até reconhecida pela Agência Nacional de Águas, que nós teremos no final de 2014 o fim da concessão de diversos empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Na composição da tarifa de energia elétrica de nosso País, há uma parte referente à amortização dos investimentos realizados na construção das usinas, nas linhas de transmissão, o que permitirá ao Brasil,

ao final dessas concessões, promover a redução da tarifa, o que é extremamente importante para o país, tanto para a população, como para o setor produtivo.

A pergunta que se coloca é a seguinte: o Governo estuda a possibilidade, admite a possibilidade de que uma parte, ainda que pequena, dessa redução de tarifa poderia ser destinada a um fundo de pagamento por serviços ambientais, um fundo que financiaria, por exemplo, recuperação de áreas de preservação permanente, especialmente as ripárias, no nosso entendimento, importante inclusive para garantir a sustentabilidade dos nossos mananciais fundamentais para garantir a matéria-prima fundamental para geração de energia elétrica, que é a água?

Eu gostaria que V. Ex^a comentasse essas questões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para facilitar e com muito respeito ao Ministro Lobão, que muito nos honra – é nosso colega e conduz hoje uma das áreas mais importantes do País –, eu queria pedir a autorização de V. Ex^a para fazer meus comentários agora e que o Ministro pudesse... Alguns aspectos V. Ex^a já apresentou. Eu queria reforçar isso. Assim, ganharíamos um pouco de tempo, porque o Ministro poderia responder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não. Fique à vontade, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Ministro, é muito importante a vinda de V. Ex^a aqui.

Sendo V. Ex^a detentor do mandato de Senador e ocupando a função de Ministro de Estado, não tem se furtado em nenhum momento quando convidado a vir aqui para trazer os devidos esclarecimentos. Eu penso que o tema principal que foi objeto de requerimento do Senador Aloysio Nunes, aprovado nesta Comissão, que expressa, de certa forma, a preocupação de todos nós e do país inteiro com o vazamento ocorrido envolvendo a empresa *Chevron*, V. Ex^a já colocou as posições do Governo. Agora cabe a nós aqui, de certa forma, levantar alguns aspectos que entendemos serem importantes em relação a esse tema. Estamos na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Federal. Nossa responsabilidade é enorme. Estamos diante de um tema estratégico para o País, que é a exploração do pré-sal. É algo que muda a posição do País no mundo inteiro, pela inovação tecnológica que está envolvida, pela ousadia do País, mas é também um enorme desafio tendo em vista essa relação

atividade humana/natureza. Nunca se estabeleceu em nenhuma região do planeta uma busca para fazer uma exploração de petróleo como o Brasil está trabalhando no pré-sal.

Obviamente, nós tivemos um debate enorme ao longo desse período sobre os benefícios que podem advir desse eldorado, como o Governo e muitos têm dito. O Presidente Lula e, depois, a Presidente Dilma colocaram as possibilidades desse bilhete premiado que o País tem. Aqui, no Congresso, temos debatido como podemos fazer o mais adequado uso de parte desses recursos para consolidada uma posição para o Brasil, com novos indicadores socioambientais e até culturais.

Então, sou um dos otimistas com a possibilidade de que se abre a partir do pré-sal. Os Estados podem mudar seu patamar de recursos, a educação brasileira pode ser outra, os investimentos em áreas estratégicas e carentes de recursos podem ser garantidos, mas isso tudo é um projeto; é o nosso objetivo.

Temos ainda um desafio enorme, e estamos vendo que agora se inicia a exploração do pré-sal. E nos deparamos com situações que encheram o Brasil de perguntas. Acho que a ideia do Plano de Contingência é um passo muito importante, e V. Ex^a deixou claro que não é em decorrência do vazamento. O Governo brasileiro já estava trabalhando nesse propósito, mas obviamente isso estabeleceu novo calendário para o Plano de Contingência. Penso que, de fato, tem de ser um trabalho compartilhado, porque onde não há a boa política, política firme, com regras claras, entra-se com uma outra política que foge um pouco ao controle.

Nesse caso da *Chevron*, uma coisa me preocupa muito, até porque, se o pré-sal é estratégico para o Brasil, vai dobrar a produção de petróleo e vai nos colocar numa posição de liderança de produção de petróleo no mundo, e o volume de recursos envolvidos gera um debate acalorado aqui dentro do Congresso, o que está acontecendo hoje? O que está acontecendo é que esse assunto está na esfera que foge à governabilidade do próprio Governo. Tem-se uma ação do Ministério Público Federal; tem-se uma ação do Judiciário, de juízes, não acatando uma ação do próprio Ministério Público Federal; tem-se uma atitude unilateral do Ministério Público Federal, apresentando multa de R\$20 bilhões, de R\$40 bilhões, e todos sabemos que o mundo hoje vive *on line*. O mercado é uma área muito sensível.

Eu particularmente queria deixar bem claro que sou defensor de usar o bolso ou o cofre como instrumento de fazer valer a lei; ou seja, às vezes, a lei só pega ou só vale quando o interesse econômico é atingido. Entre nós, todo aparato de multas aplicadas pelo

Ministério do Meio Ambiente no Brasil somam perto de R\$50 bilhões. Há um vazamento numa empresa, com a qual não tenho nenhum tipo de contato – é bom que se esclareça isso – e aí tem multa de R\$40 bilhões. Para mim, é o seguinte: onde não há uma política bem clara, vale quase tudo.

Acho que, nesse aspecto, se nós discutimos tanto as possibilidades que o pré-sal traz para o Brasil, se nós estamos num intenso debate sobre como fazer uso dos *royalties* do pré-sal, dos recursos oriundos do pré-sal, como vamos dar a governança da exploração petrolífera no Brasil, como temos feito? Acho que temos de aprofundar um debate – e aqui talvez seja a comissão adequada, Senador Rodrigo Rollemberg – sobre os cuidados com o meio ambiente. Nessa relação atividade produtiva, num lugar difícil, delicado, em que nós praticamente não conhecemos nada, principalmente o senso comum não tem conhecimento.

Então, para mim, uma base importante desse Plano de Contingência é a transparência, Ministro; por isso eu gostaria que V. Ex^a pudesse obviamente, no seu comentário, falar um pouco sobre ela. É o tipo de situação em que, se não houver transparência, não vai ter segurança, e não adianta estabelecer as mais pesadas multas depois do fato ocorrido, porque isso não traz de volta...

Vimos o problema no Golfo do México, um problema gravíssimo: empresas que têm tradição secular de exploração, e o desastre. Então, a prevenção nesse caso é o melhor remédio, a transparência é o melhor remédio para que o Brasil possa cumprir outra etapa dessa luta pelo pré-sal. Eu acho que falta isso, e, nesta audiência, pelo menos do ponto de vista da opinião pública, não temos essa segurança, porque o pré-sal é novo. O pré-sal é um desafio a ser vencido.

Para mim, a ANP e o Ministério de Minas e Energia deveriam trabalhar junto com o próprio Congresso, quem sabe aqui na nossa comissão, periodicamente, para termos o máximo de transparência, e não criarmos um ambiente de tensionamento, que às vezes não é o adequado para o País, porque acontece um acidente, há ameaça de prisão para todo o mundo, multas que sabemos não serão pagas. Então, isso é jogar para a plateia! Desses R\$50 bilhões em multas que o Ibama aplicou nos últimos anos, 0,5% são pagos. Então, ao mesmo tempo em que sou favorável ao uso rigoroso da legislação e afetar o cofre e o bolso, sinceramente, jogar para a plateia não vale. O que vale é ir direto, para evitar os danos ambientais, evitar que se desconsiderem os riscos da população e do meio ambiente na hora de fazer uma atividade econômica. Esse é um aspecto central. Gostaria só de reforçar os argumentos.

Concluindo, somando-me ao último comentário do Senador Rodrigo Rollemberg, eu gostaria de dizer a Ex^a que, no caso nosso do Acre, nós temos um problema sério. Eu era governador e o sistema Telebrás esteve comigo em várias ocasiões. Tínhamos uma geração a termodiesel no Acre. Foram me pedir, por tudo, tendo em vista que, ainda em decorrência de contratos firmados no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil pagava por geração que não estava tendo em Rondônia. Havia um pagamento mínimo que era um valor maior do que o que estava tendo de geração e que, tendo geração a diesel em Rondônia e no Acre, o Governo brasileiro tinha prejuízo. Então, trabalhou-se a ideia do linhão, para ampliar a geração de energia a diesel em Rondônia, para abastecer Rio Branco e alguns Municípios no entorno de Rio Branco. O prejuízo para o Governo do Acre, na época, foi perto de R\$30 milhões de ICMS ao ano. Cheguei a conversar, inclusive, com meu colega Cassol.

O Governo Federal nos colocava uma condição que, para o País, era melhor, para o Estado era pior. Mas nós colocamos as condicionantes: “Olha, vai ter geração de energia limpa?”. “Vai, com as hidrelétricas.” Ajudei no que pude para que esse processo andasse, e o Presidente Lula sabe disso.

Agora, o que sobrou disso para o Acre, Ministro? Uma energia de péssima qualidade, cara e ruim. É uma linha de transmissão que não dá conta da ampliação da rede. A energia do Acre, seguramente, é a mais cara do País, e nós ficamos numa situação de absoluta fragilidade. Cedemos uma geração. Tanto é que o Presidente Lula, em 2010, exigiu que se colocasse em Rio Branco um novo parque a diesel, como segurança, de 40 mW, sob pena de ter apagão, como estávamos vivendo. Passavam-se horas sem energia, por conta da linha de transmissão de mais de quinhentos quilômetros, de Porto Velho até Rio Branco.

Agora, estão entrando em operação as usinas do Madeira. Eu acho que é uma notícia alvissareira. É uma nova etapa que o Brasil está começando. V. Ex^a é parte desse trabalho, como também os dirigentes da Eletro-norte, os dirigentes da Eletrobrás. É uma decisão que o Presidente se dedicou tanto para que acontecesse, com respeito ao meio ambiente. Há muitos problemas? Há, mas estamos avançando nesse aspecto.

E aí eu me somo ao Senador Rollemberg. Nós temos um problema. Estamos chegando ao fim das concessões de linha de transmissão, de geração. O recurso é enorme e nós, no Acre, temos uma situação de absoluta precariedade. Há Municípios no Acre em que o mW/hora chega a R\$1.500,00. Agora, nós sabemos que, no leilão, esse mesmo mW/hora foi vendido a R\$78,00, a R\$82,00.

Então eu gostaria que V. Ex^a comentasse qual é a expectativa da população do Acre. Sei que agora nós vamos ter uma energia limpa, não mais a diesel. O que os companheiros defensores da boa causa esquecem, às vezes, quando se colocam, já de pronto, contra a hidrelétrica, é o que estamos fazendo na Amazônia, trocando uma energia suja por energia limpa. Isso não diminui a preocupação com o meio ambiente, mas é um ganho muito importante.

Nós, do Acre, estamos tirando a geração a diesel, tirando uma dependência de uma usina em Rondônia por uma usina num rio em que nós temos afluentes dele também, que é o rio Madeira. Então, é energia nossa também.

Ministro, eu gostaria de saber se, tendo em vista o fim das concessões e a nova geração de energia limpa e numa quantidade bastante razoável, nós vamos ter, no Acre, energia de melhor qualidade e mais barata para a população.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Passo a palavra ao Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Entendo que as colocações dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Jorge Viana são absolutamente oportunas e penetrantes.

V. Ex^a, Senador Jorge Viana, tem toda razão quando diz que precisamos cuidar para que as fiscalizações e as punições às empresas exploradoras de petróleo não apenas pareçam, mas que sejam, e de fato têm, de algum modo, acontecido isso.

Eu tenho tido relações permanentes com a Agência Nacional do Petróleo, no que diz respeito a essa questão, e verifico que a agência tem tido cuidados a esse respeito. Nesse episódio recente da *Chevron*, houve de fato envolvimento de muitos entes da República. Houve a presença indispensável, legítima, da agência, do Ibama e, em seguida, também o Ministério Público entendeu que deveria participar e a Polícia Federal, a seu turno. A agência está limitada na aplicação de multas, de punições. Poucas pessoas sabem que ela não pode aplicar uma multa superior a R\$5 milhões. É pequena a multa. Estamos cuidando inclusive de promover e pedir a alteração da lei, porque, de outro modo, não podemos ir além do que se está indo. Fora da lei significa que a empresa eventualmente punida irá à Justiça e vai ganhar, e fica desmoralizada a Agência Nacional do Petróleo se aplicar uma lei além de sua capacidade, além de seu horizonte legal.

Nós, do Ministério de Minas e Energia, não podemos emitir opiniões sobre outras instituições federais que se envolvem nesse processo. Mas entendo que o órgão encarregado de fiscalizar e realmente punir é, em primeiro lugar, a Agência Nacional do Petróleo;

em segundo lugar, o Ibama, com seus interesses específicos.

Esse problema de exploração de petróleo em águas profundas, com uma legislação apropriada, vem ainda da época do Mar do Norte, há cerca de 50 anos. Desde aquele momento até esta parte, os países que exploram petróleo nessas condições têm tido cuidado em elaborar uma legislação apropriada a tais circunstâncias. Foi o caso do Reino Unido e é o caso da Noruega.

Na elaboração da nossa lei de exploração do pré-sal, tomamos por base a lei da Noruega, e posso dizer a V. Ex^{as} que a nossa lei, até por ter examinado as demais legislações, é uma das melhores do mundo e está sendo assim considerada. Ela não entrou em vigor ainda porque não estamos explorando o petróleo do pré-sal, mas desde logo o mundo já debate aquilo que V. Ex^{as} votaram e o Presidente da República sancionou que são as duas leis anteriores, e agora estamos a caminho da terceira, a dos *royalties*. O fato é que ela tem sido homenageada e comemorada no mundo inteiro como sendo uma evolução em relação àquilo que já havia tanto na Noruega, quanto no Reino Unido, nos Estados Unidos e nos demais países que exploram petróleo. Tivemos esse cuidado e, por isso mesmo, uma legislação que nós do Governo imaginávamos que poderíamos elaborar em quatro, cinco, seis meses, levamos dois anos, quase três, para completar o nosso trabalho, e trabalhávamos com afinco. Trabalhávamos todas as semanas. Havia um grupo constituído no meu Ministério, junto com a Ministra Dilma, então no Gabinete Civil, e esse grupo se dedicava exclusivamente à elaboração da lei.

Mas por que demoramos tanto? Demoramos tanto porque desejávamos exatamente desembarcar numa solução que fosse a melhor para o Brasil. E nós conseguimos isso, tenho a impressão, tenho a convicção. E essa convicção decorre daquilo que nós próprios fizemos e decorre dos elogios que estamos recebendo dos demais países que lidam com a produção e exploração de petróleo.

O Senador Rodrigo Rollemberg nos indaga quando o nosso Plano Nacional de Contingência estará concluído. Eu diria que está concluído. Nós vamos apenas ter essa reunião dentro de três dias, com os diversos ministérios envolvidos, e, em seguida, encaminharemos o documento à Presidenta da República, que fará um decreto, estabelecendo o novo plano com base na lei votada em 2000, ou seja, há 12 anos que a lei foi votada, e agora está sendo definitivamente regulamentada por esse decreto.

No tocante à eficiência energética, houve aquele episódio de 2001 e 2002, em governos anteriores, em

que houve no Brasil, por 11 meses, um racionamento de energia elétrica intenso e pelo qual todos nós fomos praticamente obrigados a racionar, a economizar, a reduzir o nosso consumo em 20%. Aquele momento foi um momento de certa angústia, porque afetou as residências, mas afetou, basicamente, as indústrias e afetou o comércio. Todavia, surgiu daí um benefício: as pessoas aprenderam em casa, no comércio e nas indústrias a economizar sua energia. Ainda hoje, os brasileiros, voluntariamente, economizam a sua energia, desligando a luz da sala quando não a estão utilizando, desligando a televisão quando não a estão assistindo, e assim por diante. Foi um bem, de certa forma, ter acontecido aquele episódio.

Mas nós trabalhamos permanentemente na busca da eficiência do consumo de energia. O Reluz, que é um programa da Eletrobrás, tem por objetivo exatamente fazer a racionalização do consumo de energia. Nós temos o Cepel, que é o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobrás. É um centro que abriga mais de 200 cientistas que, permanentemente, estudam meios e modos de economizar o consumo de energia elétrica no Brasil.

Então, este é um cuidado que estamos tendo no âmbito do Ministério de Minas e Energia permanentemente.

Nós estamos examinando um projeto que seja capaz de levar para todos os Municípios uma iluminação pública de melhor qualidade, e que seja capaz de economizar para as prefeituras municipais.

Ou seja, essas preocupações estão permanentemente na cabeça dos dirigentes do Ministério de Minas e Energia.

No tocante à energia eólica, poucos países estão avançando tanto quanto o Brasil na aplicação dela proporcionalmente. Temos ainda pouca energia eólica no Brasil, mas nós estamos tendo crescimento, de um ano para outro, de mais de 30% a 40%. Na minha administração, nós realizamos um leilão específico para energia eólica. Pareceu, naquele momento, um gesto de extrema ousadia, mas nós o fizemos, exatamente para atender às expectativas da população brasileira em relação à energia eólica. Ela foi muito cara, chegou a ser R\$330 o mW, e hoje está por cerca de R\$100 o mW. Caiu muito o preço da energia eólica. Todavia, ela é uma energia fraca, só funciona quando há ventos, e ela produz 30%, 35% a 26% de energia média, no geral. Portanto, é uma energia complementar, adicional. Não é uma energia com a qual nós possamos contar permanentemente.

Eu entendo que um país com os recursos hídricos como os que o Brasil tem não pode jamais abdicar do seu potencial de hidroeletricidade. Esse é o nosso

caminho. Esse é o nosso rumo. Fora daí, nós temos de caminhar para a energia térmica – térmica nuclear, térmica a diesel, térmica a carvão –, e as usinas térmicas são poluentes, menos as nucleares. Eu entendo que a energia nuclear é uma energia limpa e firme e de muito boa qualidade. Não tem havido problemas significativos no mundo com a energia nuclear, a não ser esse recente do Japão, que não decorreu da usina, mas decorreu do *tsunami* e de um terremoto ali havidos. O que aconteceu em *Chernobyl*, por exemplo, foi um acidente que ocorre em qualquer atividade humana. Era uma usina antiga, uma das mais antigas do mundo, que não passava por revisões permanentes, como passam as usinas atuais, muito melhores, de tecnologia muito mais avançada. São esses os dois casos conhecidos e nada mais. Portanto, é também uma alternativa.

Mas acho que devemos perseverar na energia hídrica, porque é a de melhor qualidade, limpa e mais barata que temos em nosso País.

Em relação à energia solar, estamos fazendo as primeiras tentativas. Recentemente, inauguramos uma planta dessa natureza no Ceará. É uma energia ainda muito cara e de tecnologia pouco conhecida. Vamos avançando. Alguns países estão usando a energia residencial, como o Japão, a Coreia e ainda outros, e estamos fazendo aqui, internamente, as primeiras tentativas.

No Luz para Todos, programa criado pelo Presidente Lula e implantado pela Ministra Dilma, quando foi Ministra de Minas e Energia, e hoje executado por mim no Ministério, estamos usando, em algumas ilhas, em alguns lugares, energia solar até com bom resultado, num misto de energia eólica e *diesel*. Ainda não podemos disseminar por todo o Brasil esse tipo de energia, mas estamos caminhando nessa direção.

Quanto às concessões de energia elétrica no campo da geração, da distribuição e da transmissão, estamos concluindo os nossos estudos para saber se vamos manter a lei atual, que manda reverter ao patrimônio nacional todas essas concessões após trinta anos e mais vinte de prorrogação, ou se vamos promover uma nova prorrogação dentro do sistema de modicidade tarifária. Essas concessões foram amortizadas, sim, e por isso mesmo devem ter consequência em benefício do consumidor brasileiro, ou seja, do povo brasileiro. Nós estamos fazendo isso, o que vai repercutir na tarifa.

No que diz respeito à preservação ambiental, acho que o Brasil, que teve pouco cuidado com a preservação ambiental lá atrás, hoje tem um extremo cuidado. Poucos países possuem uma legislação tão rigorosa quanto a legislação brasileira no que diz respeito aos

cuidados com o meio ambiente. Poucas nações possuem uma legislação tão rigorosa, eu repito!

E nós estamos aplicando essa legislação em todos os campos da atividade econômica brasileira, seja na construção de hidrelétrica, seja na concessão de blocos exploratórios de petróleo. Por exemplo, nós temos agora um bloco em águas rasas, na Bahia, concedido lá atrás pela Agência Nacional de Petróleo, cujo proprietário, que, a meu ver, não tem nenhuma culpa disso, não consegue tocar o negócio que pagou, porque o meio ambiente não permite em razão de uma legislação que, nesse caso, é conflitante pelos rigores que estamos aplicando nesse particular.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Peço perdão a V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Por favor.

O SR. EDISON LOBÃO – Eu deixei de responder a um questionamento do Senador Jorge Viana no tocante às dificuldades do Acre, de Rondônia, do Amapá, de Roraima e do Estado do Amazonas.

São sistemas isolados que têm dado ao Ministério de Minas e Energia, ao Governo brasileiro muito trabalho, mas as deficiências mencionadas pelo Senador Jorge Viana são reais, existem, mas foram mais intensas no passado. Do Governo Lula a esta parte, estamos trabalhando intensamente para vencer esse grave obstáculo que infelicitava o povo do Norte brasileiro e dificulta até o seu crescimento. Apesar dos custos financeiros elevadíssimos para o Governo Federal – vale dizer isso para toda a população brasileira –, estamos conseguindo equacionar esses graves problemas, resolvendo-os um a um.

Vou mencionar um caso que não foi abordado pelo Senador Jorge Viana que é o do Amapá. No Amapá, a companhia não paga, por exemplo, a Eletronorte, não paga há vários anos. Estamos diante de um problema grave para resolver. Vamos resolver. O fato é que essas dificuldades surgem como desafios à inteligência dos governantes brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Edison Lobão, muito grato pelas suas respostas às minhas indagações.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu queria aproveitar, nesta oportunidade, Sr. Ministro, para levantar dois pontos acerca de duas áreas: a primeira em relação a essa que V. Ex^a acabou de frisar agora, a questão dos Estados. Eu citaria até que o Senador Jorge Viana – ouviu, Senador? –, com quem conversava há pouco, fez uma pergunta sobre a deficiência

nesses Estados que o senhor colocou. Quero tomar o Estado de Rondônia: a Eletrobrás, nos últimos cinco anos, investiu no Estado de Rondônia, do seu orçamento, 37%, e o Estado de Rondônia está no escuro. O Estado de Rondônia, Sr. Ministro, vai fornecer a energia de que o Brasil está precisando, mas não tem energia para o seu próprio consumo. O senhor vai dizer: “mas, como?” Eu falo com dados e com conhecimento na área. Temos, por exemplo, a cidade de Ouro Preto do Oeste, do Deputado Carlos Magno, que vive todo final de semana com apagões.

Temos o Município de Itapoã e, quando foi feita a linha de transmissão para a cidade de Ji-Paraná, foi aproveitado o cabo para-raios, e hoje a cidade também está no escuro. Temos a cidade de Ariquemes, onde não há condições de ligar nem 100 kva, nem para ampliar, porque não foram feitos investimentos. A cidade de Ji-Paraná também não é diferente. Temos os recursos da CCC para a linha de transmissão, mas faz dois anos agora em março e a Eletrobrás não fez, até agora, nem sequer o projeto para construir essas obras, quando a Eletrobrás e, na verdade, o povo brasileiro, pelo seu Fundo CCC, devolve 110% para a concessionária fazer a linha de transmissão.

O que o Senador Jorge Viana falava agora é de que está vivendo o Estado do Amazonas: apagões constantes. Tenho a posição de gestão de resultados, igual à que funciona no Banco do Brasil, na Caixa Econômica. Temos, hoje, na Eletrobrás, superdiretores, superpresidente, e, hoje, eles despacham via aérea, eles estão mais dentro de aviões do que dentro dos seus Estados. Por mais boa vontade que tenha o presidente dessas seis empresas deficitárias, ele não consegue dar conta, não consegue resolver os seis problemas ao mesmo tempo.

Além disso, Sr. Ministro, temos em cada Estado diretorias conjuntas, mas que trabalham separadamente, e cada diretor se dirige ao seu diretor. De que precisávamos nesses Estados: Rondônia, Acre, Amazonas? De que precisávamos? De uma gestão de resultados no Estado. De que maneira? Não quero aqui tirar a hierarquia da Petrobras, não quero aqui tirar a programação que é traçada pelo senhor e pela Eletrobrás, mas a maneira que está lá hoje, no meu Estado de Rondônia, é triste. É triste não porque não haja dinheiro. Há. É triste por que não tem energia? Não! É triste porque não acontece na ponta, porque, por mais que os diretores tenham boa vontade, não acontece.

Sou empresário bem-sucedido, fui Governador, e Rondônia foi o Estado que mais aumentou a arrecadação em termos de ICMS em nível nacional. Enquanto o Brasil crescia 5% ou 6%, o Estado de Rondônia crescia

18% ao ano, mas não há ser humano que consiga cuidar, ao mesmo tempo, de seis empresas e estar no ar.

Então, esse é o efeito, é o problema que há. É por isso que temos várias dificuldades na região amazônica e que quando chegamos aqui para gritar, muitas vezes, já chegamos tarde. Como eu disse para V. Ex^a, sou Senador do Brasil e gostaria de resolver o problema de todos os outros Estados, mas tenho que primeiro cuidar do meu, por mais que façamos leis para o Brasil todo. Isso é um passo.

Agora, o presidente que responde pelas seis empresas, Marcos Madureira, está com boa vontade, está com boa garra, mas ao mesmo tempo nós precisamos que eles deleguem mais poderes e cobrem mais resultados, independente de quem estiver na área. E quem não der no couro tem que botar para andar, sob pena de a sociedade ficar no escuro.

Outro fato, só para concluir e encerrar, é que vimos já vários leilões de energia. O senhor falou de energia eólica, falou de energia nuclear, sua ampliação, falou da energia hídrica, que temos que aproveitar os potenciais; temos o grande empreendimento, com custo menor por mW/h, e tem o da PCH (Pequena Central Hidrelétrica), que é a área que eu mais domino. O custo por mW/h da PCH é o dobro do de uma grande usina.

Então, precisávamos ter um leilão ou algo parecido. Porque o que eu percebi que hoje está acontecendo com os produtores de PCH? Eles começaram a diminuir as suas ações. Temos muitos projetos de PCH prontos e está todo mundo recuando, porque o valor da obra, com o financiamento não se paga metade da prestação. Se tiver um empreendimento que custar 100 milhões, a pessoa vai financiar 80 milhões e o que a PCH fatura não paga sequer a prestação do empréstimo; paga, no máximo, a metade. Pego isso como exemplo já vivido. Por isso, uma sugestão que eu daria era que não parássemos com as PCH, que houvesse algum leilão à parte para que esses empreendimentos pudessem ser aproveitados, uma vez que tem o Paraná com potencial extraordinário e que ficou adormecido por muitos anos. Vários Estados da federação ficaram. Muitas PCH estão sendo feitas – concordo com o senhor –, mas muitas estão sendo repensadas devido a essa diferença, ao custo maior.

Um empreendimento para se fazer uma usina de cinco mW ou de 20 mW, a diferença é pequena de valor, mas muitas vezes não se consegue porque não tem água ou não tem queda.

Era isso que eu gostaria de deixar para o senhor, para fortalecer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol. Passo a palavra ao Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBAO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho tratado desse assunto com o Senador Ivo Cassol na intimidade do gabinete ministerial, com S. Ex^a e com o Senador Valdir Raupp, sobre a questão de fornecimento de energia elétrica e sua distribuição no Estado de Rondônia. Mas, agora, o assunto é tratado publicamente, não constitui nenhum segredo.

Mas, as colocações do Senador Ivo Cassol conduzem-me a fazer um ligeiro histórico do que tem acontecido não apenas em Rondônia, mas em outros Estados, das chamadas empresas federalizadas.

Como se sabe, o modelo brasileiro de energia elétrica contempla a realização de leilões para concessões e o Estado de Rondônia, lá atrás, tornou-se, como outros, concessionários da distribuição de energia elétrica, o Governo do Estado.

O que aconteceu com a Companhia do Estado de Rondônia, e que não foi apenas lá, foi em outros Estados também? As companhias foram definhando e se desviando e chegaram a um ponto caótico do fornecimento de energia. Chegaram a tal ponto que o Governo Federal teve que intervir nessas companhias e passar a geri-las. A situação era de tal natureza que por mais que o Governo Federal tivesse feito, e fez, não conseguiu resolver a situação de todas e colocá-las numa posição de excelência, como existe em alguns outros Estados.

Criou-se uma diretoria na Eletrobrás, à qual se refere o Senador Ivo Cassol, que cuida dessas federalizadas.

Alguns procedimentos são contestados por Senadores e até por Deputados dos diversos Estados – são seis Estados – onde operam essas chamadas federalizadas, entendendo líderes políticos que a gestão deveria estar circunscrita ao Estado, e não uma gestão centralizada, como existe hoje no Rio de Janeiro, na Eletrobrás.

Se nós compararmos a situação de hoje dessas empresas com a situação de ontem, verificaremos com facilidade que a situação de hoje, embora não sendo a ideal, é infinitamente melhor do que era no passado, e nós estamos caminhando celeremente para resolver essa questão, ampliando a gestão estadual, que teve de ser adstrita à centralização do Rio de Janeiro para que a administração tivesse que ser colocada em ordem, porque ela se encontrava em desordem. Estamos caminhando a passos largos para resolver todo o problema.

Quando o Senador se refere à capacidade do Estado de Rondônia de produzir energia, ele tem toda a razão. Nós estamos com o rio Madeira, duas grandes hidrelétricas em fase de conclusão e que vão despejar energia farta e de boa qualidade no próprio Esta-

do de Rondônia daqui a pouco, ainda este ano ou no começo do próximo ano. Portanto, aqueles problemas que havia – e, de fato, havia – no Estado de Rondônia desaparecerão celeremente com a presença seja da energia farta, forte e firme, seja com uma administração que, ao longo do tempo, vai melhorando e que era caótica no passado.

Então, no Estado do Amazonas, que S. Ex^a mencionou, embora sendo de Rondônia, somente no ano passado nós instalamos, em Manaus, nove subestações de custo elevadíssimo, ampliamos mais três, e o Governo Federal está investindo, este ano, mais R\$1,2 bilhão no Estado do Amazonas para procurar também resolver uma situação que era e ainda é difícil naquele Estado.

O que eu quero com isso dizer é que o Governo Federal está permanentemente atento a suas responsabilidades e, com elas, tocará essas federalizadas ao ponto de resolver as situações críticas, que, no passado, havia mais intensamente e que agora estão sendo resolvidas paulatinamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Edison Lobão.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, eu quero agradecer ao Ministro pela presença nesta Casa, a atenção de V. Ex^a com a Comissão de Meio Ambiente. Não poderia ser diferente, como Senador que é V. Ex^a, que tem o respeito e um apreço muito grande desta Casa.

Agradeço pelas informações trazidas a esta Comissão. Há um interesse muito grande desta Comissão em acompanhar o Plano Nacional de Contingência para garantir que a exploração do petróleo do pré-sal possa se dar com o máximo de segurança. Temos convicção de que essa é a decisão, é a determinação do Governo Federal.

Mais uma vez, agradeço a presença de V. Ex^a.
Declaro encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 08 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 09 de abril de 2012, segunda-feira, às 18 horas, na ata Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07.

Às dezoito horas do dia nove de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**,

reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes a Senhora Senadora **Ana Amélia** e os Senhores Senadores **Cristovam Buarque** e **Aloysio Nunes Ferreira**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Bo Stenfeldt Mathiasen**, Representante Regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC; o General-de-Divisão **José Carlos dos Santos**, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército – CDCiber; o Professor **Márcio Paulo Buzanelli**, Ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo – CPCT, Ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas, e Ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF; e o Professor **Jorge Henrique Cabral Fernandes**, Professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília – UnB. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e o Senador **Cristovam Buarque**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e duas horas e um minuto, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicados.

Relato do sexto painel do 4º ciclo de audiências.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu sequência, no último dia 26 de março, ao 4º ciclo da série de audiências públicas sobre os rumos da política externa brasileira.

O sexto e último painel dessa série dedicada aos temas da agenda internacional discutiu o Mundo Árabe II, Egito e Líbia, Eleições no Egito, Irmandade Muçulmana e Lideranças Políticas e Repercussão na Estabilidade Política do Oriente Médio; Líbia, Exemplo Negativo de Intervenção Militar em face da Ausência de Liderança e os Embates Armados entre as Diversas Facções.

Para os debates foram convidados especialistas no tema. O primeiro expositor foi o Dr. Hussein Ali Kalout, professor de Relações Internacionais do Centro Universitário IESB, de Brasília, e diretor de Assuntos Internacionais do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O analista afirmou que na Líbia o processo ocorreu de fora para dentro, e atribuiu a queda de Muamar Kadafi a um projeto concebido pela França e pelo Reino Unido, calculado com precisão para a derrubada do regime.

Segundo ele, os pretextos utilizados para proteção da população civil e o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea foram a forma utilizada para dar legalidade e legitimidade a uma ação armada mais ampla. Ele crê que, no fundo, o objetivo da França, do Reino Unido e das potências que aprovaram o plano de intervenção pautou-se na expansão de seu poderio comercial no país.

Na análise do professor, a ação armada foi levada a cabo porque a Líbia não representava um risco à estabilidade regional, pois o País não tem a mesma importância geopolítica que Síria, Irã ou Egito, e todos sabiam que o conflito ficaria contido nas fronteiras líbias. Recordou que a Alemanha votou contra a resolução, demonstrando que não havia consenso nem mesmo no concerto europeu. Na sua opinião, a ação desenvolvida pela Otan foi desprovida de qualquer base legal diante do Direito Internacional Público.

Destacou o analista que até hoje não há um plano abrangente de governabilidade na Líbia, e que o Conselho Nacional de Transição está enfraquecido e dividido, situação que se agrava com a criação de um conselho administrativo autônomo na região de Benghazi.

Hoje, verifica-se no país o embate entre o equilíbrio tribal pelo controle das riquezas do país, e os grandes desafios que são o desarmamento das milícias, a necessidade de se impedir a divisão da Líbia e o julgamento dos presos políticos, entre eles o filho de Kadafi, por um processo legal.

Para ele, essas são questões ainda sem respostas se não houver um engajamento efetivo da comunidade internacional para resolvê-las. Caso isso não aconteça, a Líbia caminhará para um modelo federalista ou confederalista, um cenário que ele vê com muita preocupação.

Para o professor, a rápida queda de um regime tão forte como o de Mubarak, no país mais estratégico do mundo árabe (aí ele já entra no tema Egito), foi motivo de surpresa, porém o descontentamento da grande massa com o seu governo estava presente, devido às assimetrias sociais, à marginalização, à exclusão, à pobreza e à falta de oportunidades econômicas, frente a um regime já demasiadamente desgastado e sem um projeto de renovação.

Ele atribui a expressiva maioria de votos obtidos pela Irmandade Muçulmana nas recentes eleições parlamentares à ação social desenvolvida há décadas pela agremiação. O analista não acredita que haja no Egito espaço para a construção de um estado teocrático.

Concluindo, afirmou o professor que apenas o ex-presidente Mubarak saiu de cena. Crê que o regime não caiu e que a junta militar que governa o país ainda exercerá uma influência preponderante sobre o processo de transição e a redação da nova constituição do país.

A influência norte-americana e europeia ainda é muito forte sobre a junta militar, e as grandes potências sabem que o controle sobre as forças armadas egípcias garante a estabilidade regional e evita a possibilidade de guerra contra Israel.

Ele entende que o processo egípcio será lento e que a junta militar preservará o poder por um determinado período, até que o poder civil possa caminhar por suas próprias pernas.

O segundo palestrante foi o Dr. Salem Nasser, professor de Direito Internacional da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Ele afirmou que ao longo do século XX os povos árabes tentaram várias vezes se revoltar, e em todas foram contidos. A cada revolução correspondeu um movimento de contra revolução.

No caso do Egito isso ficou evidente desde o início das manifestações, quando se tentou a todo custo manter Mubarak no poder. Indagou o professor se a revolta egípcia trouxe alguma mudança ou apenas uma

nova figura, levando adiante o mesmo projeto político interna e externamente. Foi essa a indagação dele.

Já o que se viu na Líbia, segundo o professor, foi uma reversão rápida de curso após o início da revolta popular no país. Apesar de seu recente realinhamento com as potências ocidentais, Kadafi não era um líder tão importante, mas seu país proporcionava grandes oportunidades de negócios. Então resolveu-se derrubá-lo. O levante na Líbia não chegou a surpreender, como no caso das revoltas na Tunísia e no Egito, houve tempo para o planejamento de passos diferentes para os novos casos de revoltas árabes, como a derubada do líder.

Para ele, a guerra de informações dificulta a percepção do que está acontecendo de fato nos países árabes e de que fontes obter as informações necessárias. No caso da Líbia, o professor teve acesso às narrativas segundo as quais todos os motivos utilizados para justificar a ação da Otan eram falsos. Da mesma forma, segundo ele, há hoje na Síria informações de que tudo o que vemos e ouvimos sobre o que está ocorrendo no país, inclusive o chamado a uma eventual intervenção, é totalmente ou em grande parte falso, segundo o professor.

Ele destacou também a importância de se compreender e interpretar os acontecimentos levando em consideração os jogos de poder, na região e no mundo, envolvidos nessas revoltas. Mas em que medida esse processo de mudança deve ser doméstico e em que medida cabe intervenção estrangeira, indaga ele. Seria a democracia aquela imposta pela força, produto de um tutor sobre o tutelado?

Na sua opinião, quando se intervém num país, isso nunca é feito pelos direitos humanos ou pela democracia, mas pela competição, pelo poder na região. Muito mais do que direitos humanos e democracia, o que vem ocorrendo nos países árabes é percebido como possíveis alteradores do jogo pelo petróleo, pelo gás, pela influência da região no mundo e pelo jogo relacionado à questão palestina, especificamente o braço de ferro que opõe Estados Unidos e Israel, de um lado, e Irã e Síria do outro.

Na sua opinião, o Brasil está certo em adotar a agenda dos direitos humanos e da democracia, optando pelo diálogo com aqueles países, sendo extremamente conservador com relação à intervenção. O país também percebe o jogo de poder e sua relevância preocupando-se em não permitir que algumas potências ganhem carta branca para intervir onde quiserem, usando ou não a agenda dos direitos humanos para a mudança forçada de regime, onde quer que seja.

Concluindo, afirmou que o Brasil também busca incrementar seu poder relativo, e as opções que tem

feito nesses casos são aquelas que o ajudam a realizar esse objetivo.

O terceiro palestrante do painel foi o Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, coordenador de Pós-Graduação em Antropologia e do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da Universidade Federal Fluminense.

De acordo com sua análise, os movimentos islâmicos, os grandes atores das revoltas ocorridas no mundo árabe são os grandes ganhadores nesses novos processos políticos, mas tendem a ser analisados erradamente, como se fossem grupos homogêneos, com agenda única, cujo objetivo seria a criação de um estado islâmico, teocrático, quando a realidade, segundo ele, é muito mais complexa.

No Egito, a Irmandade Muçulmana é o grande ícone do islã político, uma vez que seu fundador, Hassan Al-Banna, foi o primeiro a propor, nos anos 20, a codificação da política com conceitos islâmicos, através da criação de um Estado islâmico, isto é, aquele que aplica a Sharia, o conjunto de leis religiosas que rege a vida dos muçulmanos.

Num primeiro momento, a Irmandade tenta alianças com as forças políticas existentes. Primeiro, com a monarquia egípcia, e, mais tarde, após o golpe dos jovens oficiais, com o ex-presidente Nasser, tendo sido brutalmente reprimida em ambos os casos. Seu principal alçó foi o ex-presidente Nasser.

Isso levou à radicalização de alguns dos irmãos muçulmanos, que tiveram na figura de Sayyid Qutb, o ideólogo da Jihad, a guerra santa ou a islamização da sociedade através da conquista violenta do Estado.

As ideias de Sayyid Qutb influenciaram muito mais os movimentos radicais do que a própria Irmandade, com quem acabaram por romper. A revolução no Irã, em 1979, criou expectativas de que poderia ser reproduzida nos outros países do mundo muçulmano e esses grupos intensificam as lutas e as tentativas de conquista revolucionária do Estado.

Porém, afirmou o professor, no início da década de 90 ficou claro que esse projeto político radical fracassou. Em nenhum país da região houve revolução islâmica ou a conquista do Estado. Em parte, segundo ele, o fracasso deveu-se à estreita base política desses grupos, formada por profissionais liberais e funcionários públicos da classe média. Os militantes se dispersaram então entre as camadas mais pobres da sociedade e mudou-se o foco de islamização da sociedade. Isso resulta, no início deste século, num sucesso absoluto do processo de islamização dessa mesma sociedade, mas que apresenta centenas de projetos e de formas diferentes de aplicação do Islã na ordem pública. Não só no Egito, mas nos outros países muçulmanos do Oriente Médio em geral, inclusive na Turquia.

Essa massa com identidade religiosa passa a ser mobilizada para um partido político, incorporando as demandas da sociedade. Para entender o Islã político, há que se olhar para as bases e não os líderes. Daí a grande votação obtida pela Irmandade Muçulmana nas eleições parlamentares no Egito, que apesar de obter 70% das cadeiras no parlamento tem uma base frágil, em virtude de seus múltiplos projetos de Islã. Ele acredita que com o correr do tempo haverá provavelmente uma proliferação de partidos islâmicos no Egito.

O professor explicou que na Líbia o fator islâmico é muito antigo, pois o próprio Estado surge a partir de uma ordem Sufi, ou Sanussia, que lutou contra o colonialismo italiano especialmente na província oriental da Cirenaica. Após a independência, o rei passa a ser o chefe dessa confraria religiosa, mas com o golpe, Kadafi impõe violenta repressão à ordem.

Não por acaso, argumenta o professor, a revolta contra Kadafi se inicia na Cirenaica, assim como as deserções do exército líbio. Recordou a existência de um forte sentimento regionalista na província, com origens na Sanussia, mas sem caráter religioso, que se opõe à construção homogênea do estado líbio.

A Irmandade Muçulmana não possui bases sociais na Líbia. Como na Líbia, não há na Síria um movimento islâmico organizado, apesar de haver nos protestos o uso do Islã como um vocabulário cultural. Mas esse foi criado pelo próprio regime baathista sírio, que, a partir de 2005, passou a islamizar o seu discurso e ele agora está sendo utilizado nos protestos, devolvendo ao Estado a islamização do conceito de nação síria.

Lá, a revolta ocorre em áreas rurais e cidades industriais, que representam a geografia dos salafistas, grupos não politizados nem com organização política, não se podendo dizer que a oposição na Síria seja islâmica, pois a situação é muito mais complexa, segundo ele.

O Dr. Mohamed Habib, Professor Titular da Universidade de Campinas (Unicamp) e Vice-Presidente do Instituto de Cultura Árabe, concluiu as apresentações afirmando que o Brasil agiu corretamente ao não apoiar a ação militar na Líbia no ano passado, pois ficou comprovado que as intervenções da Otan naquele país e dos Estados Unidos no Iraque foram indevidas e não deram para o mundo os resultados esperados.

No seu entender, no mundo globalizado, com potências interessadas em se manter no poder, o Oriente Médio tem um grande significado estratégico, tanto do ponto de vista energético quanto do político. Para o especialista, a crise remonta à época da Guerra Fria, quando as duas potências disputavam o controle da região e a então União Soviética tinha quatro ou cinco

bases de apoio político na região. Atualmente, Rússia e China têm apenas a Síria como aliada, o que explica uma não intervenção naquele país até o momento.

Os maiores consumidores do petróleo e gás natural da Líbia são os países europeus, o que justifica em grande parte a repetição do projeto norte-americano no Iraque e agora o da Otan na Líbia. Para o professor, não é do interesse das grandes potências que o mundo árabe, rico em petróleo, se desenvolva. Ele deve continuar no atraso para que sobre recursos energéticos para as grandes potências. Foram as grandes potências que apoiaram os regimes autoritários e antidemocráticos da região e deles se beneficiavam.

Segundo o professor, o Egito, que tem petróleo, indústria, agricultura e o Canal de Suez, é hoje um país pobre. O legado do ex-Presidente Hosni Mubarak registra 42% da população abaixo da linha de pobreza, os maiores índices de desemprego desde 1952, altos índices de corrupção e nepotismo e acúmulo indevido de riquezas.

Quando Mubarak deixou o poder, o Egito tinha uma dívida externa de US\$35 bilhões, enquanto o ex-presidente e sua família tinham mais de US\$70 bilhões depositados apenas em bancos europeus.

Apesar da maioria obtida pela Irmandade Muçulmana no parlamento, o Prof. Habib avalia que a força política dos movimentos islâmicos é extremamente reduzida. Isso porque as pesquisas de opinião têm registrado o favoritismo de candidatos ligados ao regime deposto nas eleições presidenciais previstas para maio próximo.

As forças armadas continuam dando as cartas do jogo. E, segundo as pesquisas, o mais cotado é o Sr. Amr Moussa, ex-Secretário da Liga Árabe e ex-Ministro do Exterior de Mubarak durante 10 anos.

O segundo colocado Ahmed Shafiq foi o último Primeiro-Ministro de Mubarak. E o terceiro colocado nas pesquisas, Omar Suleiman, foi Vice-Presidente de Mubarak por 24 horas, quando o ex-presidente deixou o poder. Outros três candidatos são muçulmanos, mas não pertencem à irmandade e não têm chances, segundo as pesquisas. Há um candidato apoiado pelos grupos fundamentalistas, mas com reduzida intenção de votos.

Para o Prof. Habib, o Egito nunca foi e jamais será um Estado teocrático. Ele é de opinião que não houve mudanças no Egito após a queda de Mubarak. Os mesmos personagens do antigo regime continuam e os militares estão no poder desde 1952. Ele não acredita que as próximas eleições trarão mudanças ao país, pois, segundo avalia, o Egito está optando por um processo muito lento de mudanças que, certamente, se ocorrerem não serão radicais.

A Irmandade Mulçumana, que ele chama de mulçumanos moderados, nunca quis o poder e decidiu, no ano passado, que não lançaria candidato às eleições presidenciais.

Em face dessas últimas notícias que tomamos conhecimento pelos jornais e pela imprensa internacional em que a Irmandade Mulçumana teria indicado um candidato próprio à presidência do Egito, o que contraria o exposto no sexto painel – exatamente este que estou acabando de ler – pelo Prof. Mohamed Habib, da Unicamp, esclareço às Sr^{as} e Srs. Senadores que o palestrante foi contactado hoje, no início da tarde, e ele confirmou a não indicação de candidato à presidência do Egito pela Irmandade Mulçumana.

Entende o Prof. Habib que esse tipo de notícia deve-se a especulações de alguns órgãos da imprensa internacional ou mesmo de pessoas ligadas a esta ou aquela facção, que procuram ter maior ou menor grau de influência na política interna daquele país.

Reafirma o Prof. Dr. Habib que até a presente data – hoje 9 de abril, ou seja, pelo visto isso pode mudar, não é? –, não existe a indicação institucional por parte da Irmandade Mulçumana de um candidato próprio, embora seja possível especular sobre apoios da entidade a um ou mais candidatos não pertencentes aos quadros da Irmandade Mulçumana.

Continuando, então, o relato da palestra do Prof. Habib, ele diz que o jogo está definido e os Estados Unidos já sabem quem será eleito. Amr Moussa será o próximo Presidente do Egito, afirmou taxativamente o Prof. Habib.

Quanto à Líbia, o professor enfatizou a total ausência de democracia e indagou se o país está passando por uma revolução ou uma guerra civil oriunda de movimento popular, como na Tunísia e Egito, ou se há uma intervenção externa.

A Líbia, de Kadafi, segundo destacou, era autoritária e não democrática, equivalente ao Iraque em 1991, mas não tinha os problemas sociais verificados no Egito e Tunísia. O povo líbio tinha melhores condições de vida.

Para ele, o interesse europeu pelo gás natural e o petróleo líbios levaram à intervenção militar naquele país e não no Iêmen e na Tunísia. Ele entende que Kadafi deveria ser processado e julgado para pagar seus crimes contra os direitos humanos, mas classificou como selvageria a execução de Kadafi, acusando a Otan de não ter encontrado os rebeldes, permitindo que o ex-líder e sua família fossem mortos e não julgados em um tribunal.

A Líbia viveu uma das revoltas mais sangrentas do mundo árabe e agora vive um caos total. Para ele,

não era necessário destruir a Líbia, assim como foi feito no Iraque, para derrubar um ditador.

Afirmou que o Conselho Nacional de Transição instalado na Líbia não tem credibilidade para tomar decisões, que as milícias estão totalmente fora de controle e que com as tribos do leste reivindicando autonomia, o Conselho Nacional de Transição não tem condições de enfrentar a situação, concluiu o Prof. Habib.

A presente reunião da noite de hoje destina-se à realização do nosso 7º painel, em que vamos tratar de Terrorismo, Ilícitos Transnacionais e a Defesa Cibernética, Principais Ameaças Terroristas, Tráfico de Pessoas, Armas e Drogas. Integrando o 4º ciclo: temas da agenda internacional da série de audiências públicas, rumos da política externa brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito para convidar a tomar assento à Mesa, ao mesmo tempo em que lhes dou, em nome de todos integrantes desta Comissão, as nossas melhores boas-vindas: Sr. Bo Stenfeldt Mathiasen, representante regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes; o General de Divisão José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética; o Prof. Márcio Paulo Buzanelli; ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CPCT), ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas (Conad) e ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); e também o Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes, Professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB).

Convido, portanto, mais uma vez, todos os senhores palestrantes para que tomem seus assentos à Mesa.

Antes de passarmos a palavra aos nossos palestrantes, gostaria de fazer a leitura de um material divulgado por um dos meios existentes no País, de autoria do Sr. Antônio Werneck, que fala: “Rio+20: ações contra terror e *hackers*. Na era das UPPs, esquema de segurança da conferência terá como foco o combate a crimes cibernéticos e ao terrorismo.”

Diz o artigo:

Preocupação com a Rocinha existe, mas o Exército, que vai cuidar este ano da segurança da Rio+20, conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, já não encara o tráfico de drogas como seu inimigo número um, como era há duas décadas, durante a Rio 92, quando a cidade vivia uma onda de violência. Com a pacificação das principais favelas cariocas, resultado da expansão das Unidades

de Polícia Pacificadora (UPPs), o medo, agora, é de ações terroristas e crimes cibernéticos, como os recentes ataques de hackers a páginas eletrônicas do governo brasileiro e de bancos do País.

O Exército prevê segurança máxima no ar, no mar e em terra. Haverá bloqueios perto dos locais de eventos, com proibição do uso do espaço aéreo; vigilância nos aeroportos do Rio e de São Paulo; pente-fino nas estradas federais e estaduais e monitoramento de embarcações próximo à costa. Instalações estratégicas, como a usina nuclear de Angra dos Reis, a Reduc e complexos de abastecimento de água, luz e gás, serão vigiadas. As lagoas de Jacarepaguá - nas imediações do Riocentro - serão tomadas pelas forças de segurança. Além disso, mergulhadores da Marinha já estão prontos para inspecionar até cascos de embarcações na Baía de Guanabara.

[...]

O controle de toda a segurança da Rio+20 será feito de um salão no Comando Militar do Leste (CML), no centro [da cidade do Rio de Janeiro]. À frente das operações estará o General Adriano Pereira Júnior, oficial que participou do processo de pacificação dos complexos da Penha e do Alemão. A partir de 4 de junho, funcionará no CML o Centro de Coordenação de Operações de Segurança, com a presença de representantes das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e de todos os setores de segurança do Estado e do Município.

Em comparação com outros grandes eventos na cidade, a novidade será a instalação de um Centro de Monitoramento Cibernético, que terá agentes especializados em acompanhar movimentações suspeitas na Internet e rastrear seus autores. O grupo também vai proteger informações trocadas por chefes de estado.

Os detalhes do esquema de segurança ainda estão sendo traçados, mas é certo que a mobilização de soldados terá descrição bem maior que há 20 anos. As Forças Armadas planejam um aparato mais “limpo”, como explicou o coronel Saulo Chaves dos Santos, chefe de Comunicação Social do CML:

‘Blindados serão usados e vamos empregar [palavras dele] aeronaves e mais de dez mil homens e mulheres. Teremos atiradores de elite, forças especiais, grupos antiterror e

helicópteros. Mas, se população vai ver isso tudo, é outra história. A ideia é usar a máxima segurança sem atrapalhar a rotina da cidade’.

O efetivo terá aumento de 33% em relação à Rio 92.

Apenas o Exército deve mobilizar dez mil homens e mulheres. Outros 2 mil virão da Marinha e cerca de 800 da Força Aérea, além de agentes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Polícias Civil e Militar do Rio. Contando com guardas municipais e soldados do Corpo de Bombeiros, o efetivo total poderá chegar, em alguns dias, a 20 mil homens, um aumento, como já foi dito, de 33% em comparação com o aparato militar utilizado durante a realização da Conferência Rio 92.

Não temos históricos de ações terroristas no País [diz o Coronel], mas quando assumimos o compromisso de sediar um evento dessa magnitude, importamos preocupações, cada delegação estrangeira apresenta uma particularidade.

A Rio+20, que será realizada de 13 a 22 de junho, marcará os 20 anos da realização da Rio 92. São esperados 120 Chefes de Estado. O Riocentro sediará uma reunião de cúpula. A segurança do evento será estendida à arena do HSBC da Barra, à Quinta da Boa Vista, ao Pier Mauá e ao Aterro do Flamengo.

A organização estima que cerca de 50 mil pessoas serão credenciadas pelas Nações Unidas. Os gastos com o aparato, segundo o Ministério da Defesa e o Comando Militar do Leste, deverão chegar a R\$150 milhões. Estarão mobilizados 300 especialistas das unidades antiterror do Exército e da Marinha. A sede do Comando de Operações Táticas deverá ser transferida de Brasília para o Rio. Homens treinados para a defesa de ataques químicos e bacteriológicos ficarão em estações de descontaminação.

Para escapar do trânsito do Rio, Chefes de Estado terão a opção de se locomover pelo ar. No Riocentro serão instalados três helipontos. Existe planejamento até para um colapso na segurança pública do Estado, como a paralisação geral das Polícias Civil e Militar.

Segundo uma nota do Ministério da Defesa, a força de contingência prevê o emprego das tropas numa eventual necessidade de reforçar a segurança pública. O Comando Mili-

tar do Leste tem capacidade de mobilizar, em caráter de urgência, 14 mil homens.”

Eu gostaria de registrar e agradecer a presença, na audiência pública da noite de hoje, dos senhores membros do corpo diplomático: S. Ex^a o Sr. Embaixador Baker Fattah Hussien, Embaixador do Iraque; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada da Espanha; Sr. Abolghasem Shahrzad, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã; Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba; e Sr. Igor Kremnev, Primeiro Secretário da Embaixada da Federação Russa.

Muito obrigado a V. Ex^{as} pela honrosa presença.

Iniciando a audiência pública da noite de hoje, passo a palavra ao General de Divisão José Carlos dos Santos, do Centro de Defesa Cibernética, do Exército brasileiro.

Todos os senhores palestrantes terão 15 minutos para fazer as suas exposições. O tempo será marcado naquele relógio ali, na frente dos senhores, de modo a que possam acompanhar o andamento do tempo que vem sendo utilizado.

Tem o Sr. General de Divisão José Carlos dos Santos a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Exm^o Sr. Presidente Fernando Collor, em nome de quem cumprimento toda as autoridades aqui presentes e os companheiros da Mesa.

Vou me servir de alguns eslaides para ser bastante objetivo e fazer a minha apresentação dentro do tempo.

Ali os senhores podem verificar alguns dos temas que eu vou abordar.

Próximo, por favor.

A primeira pergunta que talvez venha à mente de todos os senhores: é correto se falar em guerra cibernética? Talvez o autor mais conhecido hoje sobre o assunto seja o americano Richard Clarke, que foi assessor do setor cibernético de quatro presidentes norte-americanos. No seu livro *Guerra Cibernética*, ele passa o seu pensamento de que essa guerra já se iniciou.

Eu citaria apenas, também pelos eslaides, alguns casos já clássicos nessa área de defesa e guerra cibernética.

Então, um dos mais conhecidos foi a paralisação de um país, que foi a Estônia, em 2007, por uma questão que envolveu interesses logicamente da República, que, após o final da União Soviética, reconquistava seus valores nacionais, se contrapondo aos interesses da então União Soviética, o maior herdeiro

a atual Federação Russa. Richard Clarke, então, atribui o ataque a *hackers* principalmente da Federação.

Um outro exemplo, por favor, é uma ação do exército israelense contra instalações supostamente nucleares na Síria, em 2007, onde, precedendo um ataque aéreo, o sistema de defesa antiaérea foi completamente cegado. Esse ataque atingiu seus objetivos com o cegamento da defesa antiaérea Síria.

Um outro exemplo na Geórgia, em 2008, também por questões locais, houve uma ação militar da Federação Russa naquele país, precedida de um total silenciamento da Internet naquele país, com objetivo de que não houvesse muitas repercussões a respeito da ação militar. Esse caso especialmente interessa muito aos militares, porque ele incluiu todas as fases de uma operação militar convencional, reconhecimento das redes que seriam atacadas, exploração das armas cibernéticas como negação de serviços, obtenção de dados, *defacement* – que é uma pichação de páginas –, tudo de acordo como uma operação militar convencional.

Tanto que o espaço cibernético é considerado em muitos países um campo de batalha, assim como é o ar, a terra, o mar.

O caso mais emblemático é o vírus conhecido como “stuxnet”, responsável por, no mínimo, o atraso de um programa nuclear no Irã, em que foram implantadas nas ultracentrífugas um código malicioso que danificou aquelas centrífugas, atrasando pelo menos o programa nuclear iraniano.

Devido à complexidade desse *malware*, há suspeita de que organizações de porte nacional tenham se envolvido no desenvolvimento dessa arma cibernética.

Por uma série de exemplos, esse autor advoga que essa guerra já começou e diversos países têm montado a sua estrutura de defesa cibernética.

Próximo, por favor.

O emprego da arma cibernética foi extensamente discutido nos Estados Unidos na ação militar contra a Líbia, no ano passado. A própria imprensa americana, *New York Times*, referiu-se a essa discussão e a defesa americana, as autoridades militares americanas acharam por bem não empregar de forma clara essa arma cibernética, à semelhança daquele caso já citado na Síria em 2008.

Próxima, por favor.

Desde que a estratégia nacional de defesa colocou o setor cibernético no mesmo patamar de importância dos setores espacial e nuclear, o Exército começou a dar atenção ao setor, começou a se preparar e – o que eu costumo dizer – fazendo o seu dever de casa, criou, em 2010, o seu Centro Cibernético, ainda não

ativado. Dependemos ainda da assinatura presidencial de um decreto que altera a estrutura regimental da força.

A estratégia nacional de defesa foi, posteriormente, discutida e coube ao Exército coordenar as ações de integração do setor cibernético, como a Marinha coordena o nuclear e a Força Aérea de Defesa, o espacial.

Alguns aspectos importantes é que esse setor cibernético é transversal, envolve toda a sociedade, não apenas o setor de defesa, mas as instituições acadêmicas nacionais, empresas.

O objetivo, ao se criar esse Centro de Defesa Cibernética, foi possibilitar o desenvolvimento das capacidades defensivas do País dentro de um complexo militar, universitário, empresarial. Nós vamos verificar à frente que os objetivos estão sendo atingidos, sempre buscando a dualidade dos nossos produtos, uma vez que o setor é completamente transversal, interessa a todas as instituições, as empresas, a sociedade como um todo.

Por favor, o próximo.

Por que o Exército foi escolhido? É, das três Forças, a que tem maior capilaridade. Isso é apenas de uma demonstração de órgãos voltados às redes corporativas do Exército, que abrangem todo o País. É a Força de maior capilaridade.

Próximo, por favor.

A implantação do setor está sendo feita pelo desenvolvimento de oito programas. É um plano bastante ambicioso, mas acredito que ele deva ser dessa forma. Começamos, por exemplo, investindo na nossa segurança, inicialmente. O Exército destinou, nos anos de 2010 e 2011, cerca de R\$ 30 milhões do seu orçamento para aumentar a segurança das suas redes corporativas; ao mesmo tempo, começou a capacitação de pessoal, por meio de projetos de capacitação para emprego operacional, apoio tecnológico. O Exército já tem um centro de desenvolvimento de sistemas; temos a própria organização do Centro, como órgão, com estrutura definida, que deverá estar pronto em meados do corrente ano, no próprio QG do Exército. Temos o setor que envolve a inteligência cibernética, inclusive um dos vetores é o Centro de Inteligência do Exército, como aqui é o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. A própria gestão de pessoal, estamos simultaneamente desenvolvendo doutrina e regulamentos do setor. E a pesquisa envolvendo as academias, no meio militar, principalmente o Instituto Militar de Engenharia. A Renasic, que é uma rede nacional de segurança da informação e criptografia, que o GSI passou ao nosso controle, é a nossa ponte de ligação com o meio de pesquisa nas universidades e outros institutos, como o Instituto C.E.S.A.R, no Recife;

Von Braun, em Campinas, e demais instituto no País; LNCC, no Rio de Janeiro.

Próximo, por favor.

A ciência e tecnologia no Brasil carece de maiores investimentos – aí podemos verificar o número das melhores universidades basicamente, na América do Norte e Europa. O Brasil merece um maior volume de investimentos nesse setor.

Temos um caso emblemático no mundo que é o da Índia. A Índia, no início do século XXI, elegeu o setor de tecnologia da informação como uma alavanca para o seu desenvolvimento econômico como um todo e os resultados têm sido muito promissores. A Índia hoje é um dos países mais evoluídos em termos de prestação de serviços na área de informática para o mundo todo. É um caso bastante clássico de como pequenos investimentos, relativamente pequenos investimentos, podem ser fator multiplicador para o desenvolvimento do País como um todo.

Próximo, por favor.

Por que nós temos ou pelo menos recomendamos nossos programas que o mesmo deva ser feito no Brasil? Pelo seu potencial de desenvolvimento, de modo a reduzir os óbices bem conhecimentos no setor científico brasileiro e em função das ameaças que temos acompanhado ultimamente em toda a imprensa no setor de tecnologia da informação.

A nossa sugestão tem sido no sentido de focar na tecnologia da informação e telecomunicações.

Próximo, por favor.

Onde o investimento é muito menor e a resultante é muito promissora.

Próximo, por favor.

Por sugestão do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação foram realizadas, no ano passado, duas jornadas de trabalho coordenadas pelo Exército Brasileiro e a Secretaria de Política de Informática do MCTI. Essas duas jornadas de trabalho definiram quatro programas e 19 projetos de interesse de toda a sociedade, com produtos de uso dual, envolvendo a indústria nacional, indústria principalmente na área de tecnologia da informação. E houve uma participação muito maior do que aquela que esperávamos inicialmente.

O próximo quadro, logicamente não é possível se ler inteiramente, mas só para mostrar aos senhores o número de instituições que participaram dessas duas jornadas, de todos os setores – governamental, setor acadêmico, as universidades, institutos de pesquisa, indústrias e, logicamente, as Forças Armadas –, apenas para que os senhores tenham uma ideia do interesse que essa jornada despertou nas instituições.

Próximo, por favor.

Desde o início, seguindo a orientação da Sepin, nós procuramos contemplar então a multidisciplinariedade e a dualidade das aplicações; fomentar a indústria nacional de defesa; induzir a indústria nacional a produzir sistemas inovadores; e produzir componentes críticos nacionalmente. Nós temos, inclusive, duas licitações já feitas recentemente pelo Exército para o desenvolvimento de um simulador de defesa cibernética nacional e um antivírus também nacional.

Próximo, por favor.

Os quatro programas, como eu disse, desenvolvidos em 19 diferentes projetos, foram estimados em cerca de 85 milhões, que estão sendo fomentados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Com os cortes feitos no Orçamento de 2012, estão se buscando outras fontes para esses programas, que basicamente destaco aqui quatro: a criação de uma Escola Nacional de Defesa Cibernética, em que a Universidade de Brasília tem tido uma participação muito importante, sugerindo ementas, sugerindo formas para que essa escola se torne uma realidade, que a exemplo da ENAP, atenderia não só ao setor da defesa, mas outras instituições de Governo. Refiro-me à Escola Nacional de Administração Pública, seria algo semelhante.

Um programa para desenvolver o setor da supercomputação no País, essencial para a defesa cibernética. O LNCC tem sido um dos nossos parceiros nesse empreendimento. E outros programas voltados para uma defesa de qualquer ambiente de redes.

Próximo, por favor.

A nossa participação efetiva já começa na Rio+20, para a qual estamos trabalhando em conjunto com uma série de instituições nacionais, coordenados pelo MRE, responsável pelo evento. E prosseguirá na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, de 2016.

Próximo, por favor.

Esse é um esquema da nossa atuação na Rio+20, baseado no modelo canadense dos jogos de Vancouver, que será a primeira experiência operacional do Centro de Defesa Cibernética, em conjunto com a Polícia Federal, autoridades estaduais, municipais e outras instituições envolvidas diretamente na Rio+20 e que está sendo coordenada pelo MRE.

Temos uma série de eventos planejados na parte de capacitação, já teremos no corrente ano curso de guerra cibernética, operacional, voltado a aplicações militares, esse custo de gestão de redes também, mas têm cursos que atenderão a toda a sociedade, por exemplo, curso de gestão de segurança, informação e comunicações.

Anualmente tem sido feito um seminário de defesa cibernética, deveremos conduzir o terceiro em novembro deste ano. Já estamos coordenando a defesa

cibernética na Rio+20, participaremos em operações do Ministério da Defesa e em outros eventos nacionais e internacionais.

Na parte de doutrina, os trabalhos estão sendo feitos em conjunto com a Marinha e a Força Aérea Brasileira. Futuramente, em cerca de dois meses, já teremos a nossa sede no QG do Exército.

Por favor.

Aí é uma foto do nosso Centro de Consciência Situacional, que já deverá ser empregado durante a Rio+20. Aqui em Brasília poderemos monitorar o que se passará no Riocentro.

Por favor.

Agradeço a atenção dos senhores e me coloco à disposição para esclarecimentos ao final desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao General de Divisão José Carlos dos Santos, chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro.

Passo agora a palavra ao Sr. Bo Stenfeldt Mathiasen, representante regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

O SR. BO STENFELDT MATHIASSEN – Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa. Também cumprimento os demais integrantes da Mesa, Senadoras e Senadores, representantes do corpo diplomático, senhoras e senhores.

Vou fazer um relato enfocando minha apresentação na questão do narcotráfico na região, aqui na América do Sul.

Só para rapidamente mencionar, é claro que os mercados aqui no Cone Sul e no Brasil também têm sido cada vez mais atraentes, ao longo da última década. Nós podemos registrar uma evolução no poder de compra, o poder aquisitivo entre os brasileiros, que aumentou bastante ao longo da última década. Assim, maior acesso a serviços e também uma grande inclusão social e econômica, através das transferências financeiras condicionadas no País, tais como o Bolsa Família, Bolsa Escola e outros subsídios, que facilitam e aumentaram o poder aquisitivo entre os brasileiros.

Próximo, por favor.

O tráfico de drogas se situa muito na questão da cocaína. Os três principais produtores de cocaína na região são Colômbia, Peru e Bolívia, com essas áreas cultivadas, podemos dizer que a Colômbia e o Peru têm uma área mais ou menos igual sobre o cultivo e a Bolívia, menos, mais ou menos com 31 mil hectares cultivados da com a folha de coca.

O maior produtor de maconha ou *canabis* na região é o Paraguai, cuja área plantada é de mais ou menos seis mil hectares. Nós estimamos que mais ou

menos 80% da produção de maconha do Paraguai são destinadas ao mercado brasileiro.

Próximo, por favor.

As apreensões de cocaína na América do Sul são muito concentradas, principalmente na Colômbia, num esforço muito grande da polícia colombiana, mas também outros países têm feito grandes apreensões, como vocês podem verificar aqui. Equador em segundo lugar, cada vez mais utilizado tanto para o tráfico da cocaína colombiana quanto à cocaína peruana para o envio.

Próximo, por favor.

Houve uma mudança importante, ao longo da última década. Como podemos verificar, na parte de cima, podemos ver que, em 1998, o principal mercado de cocaína eram os Estados Unidos e a maior parte, o tráfico mais intenso era o tráfico indo para os Estados Unidos.

Próximo, por favor.

Dez anos depois, podemos observar como houve um deslocamento do mercado, menos consumo de cocaína nos Estados Unidos e cada vez mais na Europa, mas também outros mercados começaram a ter um consumo maior. Esse deslocamento do mercado tinha muito a ver com uma demanda menor nos Estados Unidos por cocaína, mais demanda por anfetaminas e, ao mesmo tempo, uma mudança de hábitos de consumo de drogas na Europa e em outros países.

Próximo, por favor.

Assim podemos verificar que as apreensões de cocaína no Brasil, ao longo da última década, aumentaram mais ou menos em três vezes, mais ou menos 8 toneladas em 2001 para algo entre 24 e 27 toneladas ao ano. Essas apreensões são oficiais pela Polícia Federal brasileira.

Próximo, por favor.

As apreensões nos países do Cone Sul também aumentaram bastante. Nós podemos verificar, por exemplo, que as apreensões na Argentina e também no Chile foram expressivas.

Próximo, por favor.

Aqui é um acumulado entre esses países que vocês viram antes: passaram de 6,5 toneladas mais em menos em 2000 para 47,5 toneladas em 2010.

Devo dizer aqui também que é importante que esses números são considerados parciais, porque todos os esforços das polícias em vários desses países não são incluídos. Isso é dizer que, por exemplo, os dados oficiais brasileiros são dados da Polícia Federal, mas não incluem os dados das apreensões das polícias estaduais e isso também é o caso da Argentina, do Paraguai e outros dados que nós refletimos aqui.

Nós utilizamos apenas os dados oficiais que são repassados às Nações Unidas.

Próximo, por favor.

Usando os números que demonstrei antes, podemos verificar que já um tráfico cada vez mais intenso, mais importante para esses países. As apreensões podem refletir tanto um destino doméstico, para o consumo nacional ou para um trânsito, que ia passar pelo território brasileiro ou argentino, indo para outros mercados, sendo o mercado europeu, africano ou mesmo agora para os países da Oceania, como a Austrália e a Nova Zelândia.

Próximo, por favor.

As apreensões de maconha têm sido mais ou menos estáveis ao longo da época. Flutua entre algo como 130 toneladas e 190, quase 200 toneladas por ano. Mas são apreensões expressivas e isso também representa um esforço muito grande pelas forças policiais.

Próximo, por favor.

Os lucros. Esse é o grande motivo. Nós podemos verificar, nós temos os dados: os lucros brutos da cocaína alcançam algo em torno de 85 bilhões em 2009. O mercado da América do Norte representava mais ou menos 35 bilhões; Europa, 26; América do Sul, Caribe e América Central, 3,5 bilhões.

Mas podemos ver aqui que a venda junto com o trânsito alcançaram algo em torno de 18 bilhões na América do Sul. O lucro, então, chegava, estimamos, a algo como 16 bilhões na América do Sul.

Desses 16 bilhões, nós estimamos que mais ou menos 13 bilhões foram lavados. Era necessário lavar esse dinheiro para ocultar a origem. E estimamos que, desses, mais ou menos 7,4 bilhões foram deixados em outras jurisdições fora da América do Sul, mas algo como 5,6 bilhões foram lavados mesmo aqui na América do Sul.

Próximo, por favor.

Os fluxos financeiros relacionados ao narcotráfico em geral, como crime organizado, somou algo em torno de 650 bilhões no ano de 2009.

Então, realmente, ao longo dessa primeira década do milênio, nós podemos registrar um enorme volume de recursos que são envolvidos nesse tipo de crime.

Os desafios. Em primeiro lugar, tem os desafios da corrupção e da lavagem de dinheiro. Sem dúvida alguma, um risco, um desafio para uma sociedade de evitar a infiltração nos mecanismos políticos do dinheiro oriundo do narcotráfico, tais como no financiamento de campanhas políticas, na interferência na criação de normas e procedimentos de investigações.

É um desafio evitar que o dinheiro se infiltre nos setores produtivos e econômicos, tais como o setor financeiro, no setor turístico, imobiliário e, claro, a corrupção nos Poderes Executivo, Legislativo e Judi-

ciário, porque isso também seria um enfraquecimento do Estado de direito, gerando possível impunidade e convivência com os líderes do crime organizado.

Isso é um risco, é um desafio para os países em geral no mundo de tentar evitar esse tipo de risco.

Próximo, por favor.

Tem os desafios com o controle de fronteira. O Brasil, por exemplo, faz fronteira com dez países, entre eles esses quatro que eu mencionei, os três principais produtores de coca e um grande produtor de maconha, ou de *canabis*, que é o Paraguai. Isso cria, então, um desafio bastante grande para os potenciais mercados de consumo como a Argentina e o também o próprio Brasil.

Também é um desafio tratar com esse tráfico, que, cada vez mais, se orienta para países como, por exemplo, a região da África, onde organizações utilizam ou envolvem pessoas no Brasil, na Colômbia, na Venezuela. Na Nigéria, por exemplo, nesse tráfico via África, indo em direção principalmente da Europa.

Algumas reflexões sobre isso, considerando que a fronteira terrestre brasileira é muito grande, é muito longa, é claro que também é uma reflexão importante considerar, por exemplo, que a fronteira com a Bolívia é algo mais ou menos de 3.400 km – mais longa que a fronteira que os Estados Unidos têm com o México, que é de 3.140 km. Nós sabemos o enorme esforço e investimentos que os norte-americanos têm feito para tentar controlar essa fronteira.

Então, é uma reflexão considerar o custo-benefício na instalação de investimentos para melhorar o controle de fronteira no País.

Também é importante considerar talvez como se pode maximizar os recursos nesses investimentos. Por exemplo, considerando a importância da inteligência, infiltração em organizações criminosas, principalmente a cooperação internacional entre os países.

É muito importante que se desenvolva um sentido de responsabilidade compartilhada entre os países, entendendo que há consumidores e produtores, mas que, para reduzir a demanda e a oferta, há necessidade também de uma cooperação estreita entre esses países.

Próximo, por favor.

Na área de segurança pública, uma das questões que são importantes é a questão dos homicídios, a violência que pode ser gerada muito principalmente nas áreas de fronteira; as mudanças de rotas de narcotráfico também podem aumentar os índices de violência e de homicídios; a disputa pelos territórios entre os narcotraficantes pode marcadamente também aumentar a violência em certas regiões.

E nós sabemos que esses grupos criminosos muitas vezes têm recursos muito abundantes. Então, eles também operam com um grau de sofisticação muito elevado. E isso é um desafio muito grande para o poder público. Então, tratar e lidar com essas organizações.

Finalmente, é importante também considerar a questão dos territórios urbanos, onde o tráfico de drogas tem se instalado e tem dominado certas regiões urbanas. É importante que o poder público se instale nessas regiões para retomar esse espaço que está fora do controle do Estado de direito.

Próximo, por favor.

Estima-se mais ou menos que 25% dos homicídios na América Latina são relacionados ao crime organizado transnacional. Em grande parte, esse é o narcotráfico. Nós também estimamos que algo – nós temos esses números no segundo patamar – como três dos doze países na América do Sul que têm a taxa de homicídio mais elevado são a Venezuela, em primeiro lugar, e a Colômbia. Mas também o Brasil tem uma taxa bastante elevada.

Próximo, por favor.

O desafio na área de saúde é que houve um barateamento da cocaína, principalmente com a introdução da cocaína na versão mais barata, que é o *crack*. Na verdade, é uma maneira muito barata de vender praticamente a pasta base misturada com solventes e aí é fumada. Vende-se na rua e com preços tão baixos, algo entre R\$3 e R\$7, a pedra. Então, não há uma dificuldade de qualquer pessoa conseguir esse valor.

Então, isso aumentou muito a oferta e é um desafio muito grande para o setor de saúde.

Próximo, por favor.

Outro desafio é dimensionar o problema, saber realmente quantos usuários realmente existem, quantos precisam de apoio. O índice de prevalência que temos, dados oficiais, é de 2005. Há uma pesquisa domiciliar que indicava que existiam, mais ou menos, 900 mil usuários de cocaína no Brasil, em 2005. Mas nós registramos a importância do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, que foi lançado no ano passado e que também foi dimensionado com recursos muito significativos – R\$ 4 bilhões. E isso certamente vai poder fazer um grande impacto e fazer uma grande diferença.

Próximo, por favor.

Os jovens são as principais vítimas. Estudos consistentes, no mundo todo, demonstram que jovens entre 15 e 25 anos são os mais vulneráveis. Se um jovem, nessa faixa etária, não consome droga, provavelmente não vai consumir droga na sua vida. Então, a importância é fazer programas de prevenção muito focados nessa juventude, nos jovens.

Eu só gostaria, por fim, de mencionar que temos um grande prazer e orgulho em ter feito uma parceria muito importante, recentemente, no mês passado. O Ministro da Justiça viajou à sede do UNODC, que represento aqui, para criar uma aliança mais estratégica junto à UNODC e o Governo brasileiro, para enfrentar as questões no nível regional, e juntos desenvolvermos uma plataforma mais forte na área de combate ao crime organizado, narcotráfico, e também apoio para estratégias que possam solucionar esse problema.

Com isso, encerro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Bo Stenfeldt Mathiasen, representante regional para o Brasil e o Cone Sul, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Passo agora a palavra ao Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes, Professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília.

O SR. JORGE HENRIQUE CABRAL FERNANDES – Boa noite, Exmº Sr. Senador Fernando Collor, em nome de quem cumprimento os demais Senadores e autoridades presentes.

Vou fazer uma apresentação.

Sou professor do Departamento de Ciência da Computação e também da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília e vou abordar alguns aspectos conceituais e práticos acerca da questão da defesa cibernética, considerando a situação internacional e do Brasil.

Por favor.

Então, vou falar sobre o que a gente está passando, quando transaciona de uma sociedade analógica, baseada em coisas sobre as quais a gente tinha um nível razoável de controle, para uma sociedade digital interconectada, onde os compromissos são bem mais profundos, como a gente vai ver adiante.

Aí, então, veremos como a infraestrutura da sociedade da informação é composta pelos componentes *softwares* e de redes de computadores e como esse processo como um todo afeta a questão da segurança.

Sobre a questão da defesa cibernética, nós temos o problema da segurança e da defesa dos próprios sistemas de defesa, que é sério para quem já tem uma infraestrutura muito grande montada dos sistemas de defesa. E aí os temas de desenvolvimento de segurança e defesa cibernética na Nação brasileira.

Por favor, pode passar adiante.

Então, dessa transição da sociedade analógica para a digital, todos esses serviços de comércio, finanças, transporte, saúde, energia, água, telecomunicações, radiodifusões, e os demais saem de um conjunto

de sistemas de equipamentos que foram desenvolvidos da indústria pós-revolução industrial, para que, então, em 1995, se intensificasse o uso de equipamentos digitais computadorizados em toda essa infraestrutura, com todo o seu benefício de flexibilização, interconectividade, convergência de mercado, inovação e competitividade.

Por favor, adiante.

Então, esse conjunto de transformações dependem do uso de computadores e de *software* como um componente importante dentro dele, transformando o real no virtual. Na verdade, não se perde o real, mas se cria uma nova virtualidade. Esse é o problema, então, decorrente.

Por favor, adiante.

Então, a calculadora que a gente utilizava no real, passamos a utilizar no *software* virtual. E aí a questão é saber se ela vai sempre somar corretamente.

Pode passar adiante.

Máquinas: a gente substitui a prancheta por *softwares*.

Passe adiante, por favor.

Aí, então, a gente vê problemas um pouco mais sérios. Malhas de distribuição de energia são hoje controladas por painéis digitalizados, apoiados por *softwares* com elevadíssimo grau de integração e complexidade, como vou explorar adiante.

Pode passar à frente.

Os nossos sistemas de transporte são controlados hoje dentro de salas de controle como esta.

Adiante, por favor.

A complexidade real, por exemplo, de uma cadeia de *broadcast*, de radiodifusão, tentando representar aqui fisicamente, é sistematizada e organizada por meio de painéis de controle, onde você aperta botões. Mas, por trás, na verdade, tem toda uma complexidade que está empacotada.

Por favor, adiante.

Com telecomunicações ocorre a mesma questão. A sala de controle da AT&T, nos Estados Unidos, por exemplo, com painéis diversos, resumizando milhares de redes, de enlaces de torres e de equipamentos diversos. São milhões de equipamentos, na verdade.

Por favor.

E aí a gente entra no que, mais cedo ou mais tarde, vai acontecer. Todos os nossos sistemas críticos da nossa sociedade vão depender de sistemas de *software* que vão controlar e monitorar todo esse conjunto de parâmetros.

Adiante, por favor.

A gente desenvolve, com isso, uma dependência crítica de *software* e de redes de computadores que interligam todas essas infraestruturas. E aí então qual

é a situação em que a gente se encontra nessa nossa infraestrutura? Vou destacar dois elementos.

Adiante, por favor.

Não é a questão do *software*. Então, o *software*, é importante a gente entender. O que é *software*? É um monte de texto que programadores escrevem. Não é um trabalho isolado; é um trabalho colaborativo. E ele é construído ao longo de vários anos. Quando um *software* desse é carregado dentro de um computador para criar uma aplicação computacional que controla um determinado tipo de dispositivo, sistema ou painel, na verdade, o que a gente está vendo é que, embaixo dele, há bancos de dados, plataforma de linguagens, conexão à Internet, sistema operacional, controladores de dispositivos, tudo isso criado por outros *softwares*, criados por outras pessoas ao longo de dezenas de anos.

Então, quando a gente vê um computador funcionando com uma determinada aplicação, a gente está vendo, na verdade, um compromisso histórico de dezenas e centenas de pessoas que construíram artefatos complexos, que ninguém entende na verdade o que tem por detrás deles, ou digamos, do ponto de vista de abstração, ninguém vai se arvorar a entender todo o processo. A cadeia é complexa, de valor agregado, construída ao longo de dezenas de anos por milhares de pessoas espalhadas pelo mundo inteiro.

Por favor, adiante.

Então, qualquer *software* hoje ou o que decorre dele, dessas várias camadas, é construído por centenas ou milhares de pessoas ao longo de vários anos e versões, com vários *bugs*, porque os *bugs* existem independentemente, porque, na questão da construção do *software* – eu sou engenheiro de *software* de formação, na verdade biólogo uma vez também –, a gente vê que o *software* é um ser que a gente vai amadurecendo em coletividade.

E a gente tem compromisso de entregar as coisas no prazo e é obrigado a deixar furos dentro desse sistema, queiramos ou não queiramos, inclusive em função da própria cadeia de valor estabelecida.

Então, qualquer sistema de computador, independentemente – e a gente vai ver o problema de por que ele não pode ser seguro completamente –, possui vulnerabilidades latentes e presentes que qualquer grupo suficientemente motivado vai ser capaz de explorar por um processo sistemático de análise. Então, eles são sistemas vulneráveis a ataques, sempre que há motivações suficientes e recursos suficientes.

Adiante, por favor.

Agora esse *software* é o “cimento” que constitui parte da infraestrutura onde a nossa sociedade repousa. Estou fazendo aqui algumas analogias. Es-

ses *softwares* estão presentes também na Internet. Quando a gente vê essas manchas aí, são as redes de computador que interconectam bilhões de pessoas no mundo inteiro. Essas redes também são movidas por dispositivos computacionais, todos eles programados, com suas vulnerabilidades construídas ao longo de dezenas de anos também.

Então essa infraestrutura é bastante vulnerável e suscetível de explorações; no entanto, nós estamos todos aqui vivendo. Então é paradoxal, mas é assim que se constitui a sociedade.

Adiante, por favor.

Agora se a gente pega essa estrutura de redes, onde o controle é bem menor do que sobre os sistemas, percebe-se que a sociedade da informação está numa infraestrutura, do ponto de vista funcional, que entrega serviços, agrega valor e faz crescer a sociedade, mas ela tem todo um conjunto de fragilidades que precisam ser protegidas. E a infra-estrutura está dentro disso aqui e a nossa sociedade tende a depender cada vez mais criticamente disso que forma a sociedade da informação.

Adiante, por favor.

Então esse “aço” da rede com o “cimento” do *software* dá essa nossa sociedade...

Adiante por favor.

Mas, no final das contas, em todos esses sistemas e redes, tudo, o que interessa, fora a questão de controlarem dispositivos físicos, como barragens e distribuição de energia elétrica, têm também um componente muito forte que é a informação que é entregue por esses vários sistemas aos seus usuários.

Então, um componente importante dentro desse processo é que, no final das contas, esses sistemas são sistemas de informação e são usados por pessoas que estão dentro de organizações; portanto, o fator humano não pode ser sobrepujado dentro desse processo.

Nós precisamos entender, a sociedade precisa entender o que está por trás de todos esses sistemas e precisa saber usar a informação de maneira mais inteligente.

Então, fechando um pouco essa exploração, de modo metafórico, no passado a gente tinha um portão que para ser aberto, eu basicamente contava com a minha força, ou pedia ajuda a alguém. Depois a gente começa a automatizar esse portão. Compra um dispositivo cuja única função é abrir e fechar esse portão. Tudo bem, a gente automatiza esse processo. Mas depois a gente pega esse processo e põe dentro de um *iPad* por exemplo, e coloca isso dentro na Internet.

Nesse momento tudo isso aqui, que era razoavelmente um compromisso local ou um compromisso com o fabricante, passa a ser um compromisso social.

Nós estamos dentro do espaço onde qualquer pessoa, com determinada motivação vai poder abrir o portão da minha casa. Então, isso foi feito por sistemas construídos ao longo de vários anos por milhares de pessoas. Então, o compromisso social com a tecnologia é muito grande e daí decorre essa vulnerabilidade, digamos assim, em que nos encontramos dentro da sociedade da informação.

Adiante por favor.

O nosso modo de vida depende cada vez mais de informação de qualidade e controle, que mantém essa infraestrutura da sociedade viva, presente e rica, e gerando riqueza econômica. Essa informação de qualidade depende do uso inteligente dos sistemas de *softwares*, interligados através da Internet e inevitavelmente sujeitos a falhas, decorrentes do modo de produção que a gente não pode simplesmente interromper, porque não é simples o processo, causadas por programadores, por designers, por pessoas diversas, dentro das organizações, dentro das empresas, ou então atacantes, suficientemente interessados em causar danos, podem obter benefícios financeiros, políticos, podem explorar esses espaços, e aí a gente tem essa dependência crítica da infraestrutura da sociedade e da tecnologia da informação e comunicação.

Essa é a situação. Agora, indo para a questão da defesa cibernética, os sistemas militares também padecem dos mesmos tipos de problemas.

E, quanto mais avançada a sua infraestrutura de defesa se desenvolve, mais aparentes essas vulnerabilidades, que não eram consideradas no passado, por conta da falta de interconectividade entre os sistemas, ficam aparentes. Então, quem tem um compromisso histórico com sistemas de defesa altamente complexos e desenvolvidos tem um problema muito mais sério do que, digamos, uma instituição ou uma Nação que não tem o sistema de defesa amplamente desenvolvido.

Podemos passar adiante.

A segurança e a defesa dos sistemas de defesa. Na verdade, os sistemas de defesa estão frágeis ao dependerem de tecnologias. Vamos ver um pouco disso aí. O General José Carlos já falou sobre os conflitos cibernéticos e eu não vou entrar nesse mérito.

Por favor, passe adiante.

As consequências desses ataques são a negação dos serviços — mantém o sistema fora do ar —, o vazamento de informações sigilosas ou proprietárias, adulteração de informação, roubos de bens, mas esses ataques cibernéticos provocam também danos materiais e danos humanos e também são usados como instrumentos de controle de armas.

Por favor.

Aí a pergunta é: existem soluções para esse problema da segurança computacional e das redes?

Alguns trabalhos foram desenvolvidos, como, por exemplo, Trusted Computing Base, em que se entra na tecnologia, coloca-se uma série de barreiras dentro do computador e diz: “Ele é seguro e impenetrável, portanto eu vou usá-lo”. Não funciona, porque não tem capacidade de penetração no mercado. É tão complexo e difícil de utilizar, limita tanto a ação do usuário e a flexibilidade que é preciso — esse é um conceito desenvolvido pelo americano — nem tampouco essa Trusted Platform Module, que está em uso também no exército norte-americano, mas existem vários problemas, como perda de anonimidade, perda de direitos de usuários e perda de praticidade.

Então, na prática, essa segunda opção ainda está em desenvolvimento, mas o mercado demanda, em última instância, que as soluções não sejam suficientemente seguras por uma questão de economia de escala.

E como os sistemas de defesa dependem de sistemas abertos, no final você tem um estágio completo de insegurança que precisa ser trabalhado adequadamente. E ainda sem considerar a questão das mídias sociais que acrescentam dentro de toda essa plataforma a suscetibilidade que as pessoas têm à exploração de certos truques psicológicos, onde você rouba a senha das pessoas, por mais seguro que seja o sistema, se ela entregar a senha ou o cartão acaba que você penetra no sistema do mesmo jeito, às vezes até de forma mais facilitada.

Passe adiante, por favor.

Então, por exemplo, recentemente, no Congresso dos Estados Unidos, no Senado, no dia 26 de março de 2012, reuniu-se o Chefe de Pesquisa da Agência DARPA dos Estados Unidos, o Diretor da NSA, e eles fizeram alguns relatos interessantes.

Próximo eslaide, por favor.

Algumas frases. Do Dr. James Perry, responsável pelo desenho do sistema de controle de artefatos nucleares e também de alguns sistemas de defesa cibernética: “Deve-se reconhecer que o adversário, os espões estrangeiros, estão presentes em todas as redes do departamento de defesa norte-americano”. Então, eles estão trabalhando com essa hipótese hoje, porque praticamente com todas as redes — 15 mil redes de computadores, 7 milhões de dispositivos, com dezenas de fabricantes diferentes interconectados —, não há como garantir que essa rede, pelo contrário, tenho certeza de que ela foi penetrada e que existe observação do que se passa lá dentro.

Então, os esforços de segurança cibernética do Departamento de Defesa Norte-Americano produzem

o mesmo efeito de ficarem boiando no meio do oceano. Essas foram as frases do Dr. Kaigham Gabriel, onde ele diz o seguinte: “Não estamos evoluindo na questão”.

Bem, com US\$18 mil por exemplo, eles penetraram no sistema de intruso, que gastaram milhões de dólares para fazer. Cinquenta e três mil senhas foram entregues e, em 48 horas, os *hackers* quebraram 38 mil delas. Dois terços da cadeia de suprimentos da mais importante caça de combate dos Estados Unidos são feitas por equipamentos fora do país, e os gastos com o *cyber security* incrementam um pouco a segurança. Isso nas palavras da DARPA, mesmo assim a quantidade de intrusões aumentou.

Então, acrescido a essa questão, temos os problemas com a perda de talentos da área de defesa para a iniciativa privada, que paga muito mais. Aí há, por exemplo, 10% de perda de pessoal hoje na NSA.

Os caminhos da defesa cibernética nos Estados Unidos – estou citando os Estados Unidos, porque é a nação com a maior infraestrutura; portanto, com os maiores problemas também, no meu entendimento, pelo menos – acreditam que o Departamento de Defesa deva ser capaz de conduzir operações ofensivas na área de defesa cibernética, com o desenvolvimento de ferramentas, porque uma visão passiva de segurança e de conformidade com controles, por exemplo, baseado em auditoria, não é suficiente para garantir.

Então, as ferramentas devem ser desenvolvidas, integrando a guerra cibernética com a guerra eletrônica, em níveis sem precedentes. Essa é a situação recente, segundo testemunho desses grupos dos Estados Unidos.

Adiante, por favor.

No plano doutrinário, se formos conceber o que há de legislação, a regulamentação internacional é muito frágil. Há o Tratado de Budapeste, com crimes, mas não há regras de conflito armado, ou regras, por exemplo, de resposta a ataques cibernéticos. Não há clareza quanto à finalidade: para que isso; quando ele for para a infraestrutura da sociedade, é militar, ou seja, qual é o tipo de situação.

Vou explorar um pouco mais isso, mas o meu tempo já se esgotou, não é Senador? Posso continuar, Senador?

Bem, a atuação passiva não é suficiente. Essa é uma das conclusões dele. Aí há vários princípios: o princípio do direito de autodefesa, que é uma forma de se defender dos ataques, mas aí há o problema de a quem se vai atribuir o ataque, porque, como ele é feito dentro da rede, é difícil identificar-se de onde partiu. Esse é um dos grandes problemas.

Os ataques feitos por não Estados. Será que somos capazes de revidar um não Estado, ou um grupo

terrorista, dentro do seu Estado, atacando alguém de fora. Você ataca outro país ou ataca o grupo? Como é que você separa uma coisa da outra.

Então, as regras de engajamento são colocadas como complexas e ainda não em desenvolvimento pelo autor Geoffrey Carr, inclusive em vários países. Os Estados Unidos não têm uma doutrina claramente definida nesses princípios. Existem alguns elementos. Outros países, como China e Rússia, têm os seus modelos desenvolvidos, que são distintos dos norte-americanos.

Por favor.

Aí sobre o sistema de desenvolvimento da segurança de defesa cibernética da Nação brasileira, vou colocar só um conjunto de perguntas aqui. Qual a finalidade da defesa cibernética? É a proteção da Internet dentro do País, que constitui a infraestrutura? Ou ela é a proteção das infraestruturas de finanças e transportes, considerando a dependência da Internet? Ou é basicamente proteger o sistema de informação do Estado brasileiro, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário? Ou é a proteção da infraestrutura militar? Ou é o emprego de sistemas computacionais dentro de um teatro de combate real, infringindo danos lógicos e físicos ao adversário e negando-lhe a capacidade do uso da Internet e do espectro eletromagnético?

Essas são as diversas finalidades que podem ser descritas para a questão da defesa cibernética. Temos de indicar quais os caminhos que devemos discutir, mas todos eles são possíveis.

Então, há mais alguns temas adiante. São mais dois eslaides. Rapidamente aqui. Um é a questão do aprimoramento de uso da informação e da comunicação pelo Estado brasileiro.

O Estado brasileiro tem muita dificuldade com o uso de informação. Não temos serviços de informação desenvolvidos no setor privado em nível suficiente. A Lei de Acesso, agora, vai colocar uma quantidade muito grande de informação à disposição da sociedade. Como essa informação vai ser trabalhada? Que tipo de riscos corremos de oportunidades para a melhoria do Estado?

Então, há uma série de questão que toca na questão da segurança e na defesa do País também. Assim, o desenvolvimento de uma inteligência cibernética é outro aspecto, provavelmente, dentro dos órgãos de inteligência do País.

Cooperação no combate do crime organização cibernético é uma das formas também de aprimorar essa capacidade do País de resiliência, mas ela envolve não só a cooperação internacional, mas a cooperação dentro do País, com sistemas de investigação policial, com os vários municípios e Estados que têm os seus sistemas de informação fragilizados, alguns

deles inclusive com grande parte dos seus dados fora do território brasileiro, por não terem capacidade de gerenciar as plataformas tecnológicas.

O último eslaide, por favor.

Aprimoramento da infraestrutura crítica do Estado: as plataformas militares, mas também as plataformas civis, envolvendo, mais uma vez, a questão de sistemas de inteligência e soluções técnicas diversas e – é claro – pesquisa e desenvolvimento em sistemas e armas de defesa e ataque cibernético, integrando setores militar e civil brasileiros.

Era isso o que tinha a colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes, professor do Departamento da Ciência da Computação da Universidade de Brasília.

Agora, passo a palavra ao último palestrante da noite, Prof. Márcio Paulo Buzanelli, ex-Diretor Geral da Agência Brasileira da Inteligência, ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo, ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas e ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Exmº Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, membros do Corpo Diplomático aqui presentes, senhoras e senhores, a questão do terrorismo no Brasil é bastante importante, mas, de certa maneira, é até um desafio comentá-lo.

Por não termos sido, até hoje, atingidos por ações próprias do terrorismo, ou seja, a falta de antecedentes históricos, essa questão do terrorismo não é considerada uma ameaça real.

Normalmente, tomamos conhecimento do terrorismo por intermédio de noticiários internacionais. E vai daí a percepção de que o terrorismo ocorre somente em países flagelados por esse tipo de ameaça, somente em países conflagrados, ou seja, é uma ameaça distante.

Essa percepção de ser uma ameaça distante é fortalecida por outro falso axioma de que o terrorismo, de certa maneira, não atinge o Brasil é um país que não tem inimigos. Estamos, há algum tempo, longe dos cenários terroristas e, também por uma questão de integração e de tolerância religiosa, somos indenes ao terrorismo. Então, há essa percepção de que o terrorismo é algo que afeta somente países conflagrados por conflitos ou países centrais que optam, por questão de protagonismo internacional, por aceitar essa forma de risco.

De certa maneira, esses são fatores que contribuem para que essa percepção do terrorismo não seja

considerada uma ameaça real ao País. É interessante observar, entretanto, que, hoje, com a integração de mercados, com a globalização, com o multiculturalismo, com o baixo preço das passagens aéreas, parafraseando Richard Bach, “longe é um lugar que não existe”. Os oceanos encolheram. Hoje, somos todos vizinhos do Paquistão, de certa forma. Então, essa ameaça de terrorismo é algo próximo ao nosso País, de certa forma.

Outro aspecto com relação à situação de o Brasil não ser vulnerável é que o terrorismo não se move por essa lógica de não atingir países que não tenham essa tradição. A lógica do terrorismo é outra hoje em dia.

Uma questão bastante importante – tenho ouvido isto com muita frequência – é que o terrorismo é algo absolutamente improvável, altamente improvável de acontecer no País.

Eu me lembro de um trabalho publicado recentemente nos Estados Unidos, a propósito de um exercício aeronaval acontecido em 1932. Uma figuração inimiga composta por um esquadrão de porta-aviões da Marinha dos Estados Unidos fez um exercício de ataque à base de Pearl Harbor num dia 7, num domingo, às 7 horas da manhã, coincidentemente, mas isso não se deu em 1941, mas em 1932. A análise, após essa ação, ou seja, o *briefing*, depois de feita a ação, concluiu que, embora o ataque tivesse sido muito bem-sucedido, seria altamente improvável uma ação dessa natureza, de vez que os potenciais inimigos não tinham aviões que atingissem aquele raio de ação e que, se fossem movimentados com base em porta-aviões, esses seriam facilmente detectados. Mas, quase dez anos depois, o fato aconteceu.

Altamente improvável também é a tese de um escritor que se tornou bastante conhecido, Nassim Taleb, um operador da Bolsa de Valores dos Estados Unidos. Em sua tese, ele trata do impacto do cisne negro, do impacto do altamente improvável. Ele usou a metáfora do cisne negro, porque, até a descoberta da Austrália, não se acreditava – não se conheciam ornitólogos e outros interessados na plumagem dos pássaros – que existissem cisnes negros. Então, havia uma verdade aparente: todos os cisnes eram brancos. A descoberta da Austrália revelou a existência de espécimes animais como o ornitorrinco e outros, revelou que havia cisnes negros.

Os fazedores de cenário, os analistas de mercado, os operadores da Bolsa, os oficiais de inteligência, esses que se dedicam ao ofício moderno da pitonisa, costumam não colocar nos seus cenários o que é altamente improvável de acontecer. Exemplos disso há alguns muito próximos no tempo, como o impacto da gripe H1N1, a gripe suína, que praticamente acabou

com a segunda fonte de receita do México, que é a indústria do turismo, durante dois anos. O impacto também da erupção de cinzas do vulcão islandês de nome impronunciável, que manteve no solo durante três semanas a viação, o transporte aéreo na Europa ocidental, com impacto de US\$250 milhões por dia, quer dizer, essas questões, o altamente improvável, nunca aparecem na montagem de cenários, mas o terrorismo, por suas características, é um fator impactante. Ele pode, sim, acontecer em países que nunca sofreram esse tipo de ação. Exemplos disso: a Argentina, em duas ocasiões, em 1992 e em 1994. Também a Tanzânia, o Quênia, onde nunca aconteceu; em 1999, isso ocorreu; em Bali, um país islâmico, na Indonésia também aconteceu. Quer dizer, existe a possibilidade, e aqueles operadores da segurança no Estado brasileiro têm que levar em consideração isso, embora nunca tenha acontecido.

De que terrorismo estamos falando? Sabemos todos que existem uma série de definições, mas falta consenso em relação a elas. Um conceito básico é aquele que afirma que o terrorismo é a violência premeditada politicamente motivada contra alvos não combatentes e destinada a mobilizar uma audiência, ou seja, tem um impacto psicológico importante. Esse efeito de demonstração da visibilidade é que é o importante no terrorismo e tem que ser levada em consideração. Naquelas popularizadas ilhas Diomedes, que é objeto de um livro do escritor Umberto Eco, *As Ilhas do Dia Anterior*, certamente o atentado terrorista não iria acontecer, porque não há visibilidade, não há imprensa, portanto, não se irradia. Hoje, em tempos de Internet e outros meios, a mensagem do terrorismo continua, subsiste, e esse é um aspecto importante do terrorismo.

Mas seria interessante observar igualmente que o terrorismo tem várias manifestações. Uma delas é aquela em sua linguagem moderna, a que galvanizou meados do século XIX começo do século XX, organizações inspiradas na primeira internacional anarquista; outras organizações nacionalistas que usaram o terrorismo como instrumento de pressão, de coerção; organizações inspiradas por modelos ideológicos; e mais recentemente, essa, sim, objeto da nossa preocupação, aqueles grupos, indivíduos e organizações inspiradas por um pensamento religioso radical, seja aqueles ultraneoeservadores, dos quais um dos principais exemplos é o caso de Oslo, o caso recente do Anders Breivik, que agiu isoladamente, não neonazista, não podemos confundir. Faz parte de um movimento que hoje surge na Europa com muita força, com base em obras, como *Eurabia*, aliás obras equivocadas, porque a maior parte dos imigrantes islâmicos na Europa

não são árabes, são paquistaneses, são curdos, são turcos, então não propriamente essa ideia de eurábia, de cruzado. Enfim, a luta contra a presença islâmica lá tem uma denominação equivocada.

E também, e esta que nos interessa mais propriamente, das organizações e dos indivíduos inspirados em modelos islâmicos radicais. É importante observar sempre que o islã é religião que mais cresce no mundo. Hoje nós temos algo em torno de 1,5 bilhão de adeptos e o profeta, seja no Alcorão ou nos Raditz, que são os ditos do profeta, em nenhum momento concitou a violência. A própria conversão nunca foi imposta. Um exemplo bastante claro na história é o de Andaluzia. Em Al-Andaluz, durante oito séculos o Irã imperou, e conviviam ali de forma integradas as três grandes religiões do livro, assim chamadas. É bem verdade que os infiéis pagavam imposto, os moçárabes, que eram os cristãos, e os serfaditas ali vivendo pagam imposto, mas conviviam e não era obrigados à conversão. Então, esta é uma questão importante: não confundir o Islã com essa minoria que têm uma interpretação radical.

Essas organizações radicais inspiradas na *jihad*... *Jihad* a que se compreende, é um termo usado pelo crente islâmico que significa esforço pessoal. É fácil se tornar um islâmico, mas é muito difícil se manter. As obrigações são grandes, são cinco orações diárias, tem que fazer a peregrinação uma vez na vida à cidade sagrada de Meca, tem que contribuir regularmente com imposto caritativo, um tributo caritativo. Enfim, de certa maneira, a *jihad* é isto: a proteção individual contra as ameaças, a tentação, o pecado. E essa visão de *jihad*, no sentido lato, é a visão da defesa da religião, que esses grupos, uma miríade de grupos, entre os quais a Al-Qaeda desponta com uma certa predominância, entendem que o Islã está sobre o ataque do ocidente. Existe uma nova cruzada e que é obrigação individual dos crentes, então, executar ações em proveito da defesa do Islã. Essas organizações se dizem salafistas, Salaf, ou seja, aqueles que se inspiram nos primitivos seguidores, aqueles que, primeiro, conduziram a bandeira verde da religião aos tempos do profeta. Então se dizem salafistas e, com isso, pretendem galvanizar a comunidade dos crentes islâmicos.

Esse apelo tem sido, de certa maneira, bem-sucedido. O objetivo finalístico dessas organizações é a implantação de um novo califado. Quando Kemal Atatürk assumiu o poder e modernizou a Turquia, ele aboliu o califado. O último califa, Abdulmajid II, foi deposto. Então essa coletividade islâmica deixou de ter um guia único. Essas organizações hoje extremamente radicais, que empregam o terrorismo como instrumento, em sua maioria são organizações conectas, elas procuram, como objetivo, reimplantar o califado. Com

isso, elas querem voltar ao tempos do século VII d.C., ano 630, mais ou menos, e reimplantar aquilo que havia nos tempos que o Irã conquistou o Oriente e Ocidente. Implantar a *sharia*, lei islâmica. Esse é o objetivo.

Para executar o objetivo, sua estratégia é, no Oriente, dar ao Islã, ou seja, nas terras, na casa do Irã, atrair os Estados Unidos e seus principais aliados para uma guerra de atrito prolongado; engajá-los ali de tal maneira que eles, enfim, se sintam presos, não consigam sair. Esse objetivo tem sido alcançado tanto na infeliz intervenção no Iraque, na injustificada intervenção no Iraque, quanto, particularmente, no Afeganistão, em dez anos de guerra no Afeganistão. Possivelmente, no futuro, no Iêmen, talvez no Paquistão. E, no Ocidente, Dar al-Harb. No Ocidente é executar ações visando desmoralizar, produzir danos aos países-alvos e os seus principais aliados. De certa maneira nós podemos dizer que têm conseguido. Para realidade da Al-Qaeda, esta é uma guerra basicamente econômica.

Nesses mencionados atentados na África Oriental, logo em seguida, o Departamento de Estado Americano anunciou uma verba de US\$21 bilhões para a proteção dos estabelecimentos, dos edifícios diplomáticos, consulares e outros, dos Estados Unidos no mundo inteiro: US\$21 bilhões!

Em seguida, a Al-Qaeda, por um vídeo transmitido, então a Al Jazeera transmitira, anunciou que a operação dos atentados nesses dois locais, em Dar es Salaam e Nairóbi, tinha custado não mais do que US\$80 mil.

Então, essa é uma realidade que bem demonstra o desequilíbrio. A estratégia da Al-Qaeda hoje e grupos afins é a estratégia dos mil cortes: não mais um atentado aos moldes praticados em 11 de setembro, em larga escala, mas muitos e frequentes pequenos atentados, muitas e frequentes ações.

Essas ações do terrorismo – o terrorismo organiza a propaganda pela ação, é uma forma, é mobilizar a comunidade islâmica pelo exemplo –, que vêm sendo realizadas no Ocidente bem demonstram a nova tática das organizações terroristas.

Basicamente, os grupos, hoje, não são mais aquelas grandes organizações. A Al-Qaeda, nós podemos dizer, e grupos associados, franquias, como se chamam, Al-Qaeda no Magrebe Islâmico; Al-Qaeda no país dos Dois Rios, no caso do Iraque; Al-Qaeda na Península Arábica, Al Shabab e outras, são grupos que têm uma ligação remota com aqueles que estão lá nas áreas tribais do Paquistão e em determinadas montanhas do Afeganistão, indenes ainda, embora a perda de um líder importante como Bin Laden. Hoje, nós podemos dizer que essa arquitetura organizacional desses grupos terroristas é totalmente diferente

daquele convencional. São grupos que se organizam em células de amigos. O perfil desses combatentes da *jihad* no Ocidente é basicamente de jovens.

Esses dias, o procurador geral da Austrália divulgou que, dos 53 indiciados em conspiração terrorista naquele país, 52 são nascidos na Austrália descendentes de imigrantes do Paquistão e outros países.

Em agosto de 2006, os serviços de inteligência britânicos plotaram e neutralizaram o que seria o maior atentado terrorista da história em aviões. Dez aviões seriam objeto de destruição, em um voo intercontinental entre Londres e os Estados Unidos. No dia anterior a esse episódio, o plano foi enfim revelado, e dos 23 jovens que iam participar, 22 deles eram descendentes de paquistaneses e mais um, que era um britânico convertido ao islã, foram presos.

Por isso é que nós, hoje, não podemos embarcar com recipientes líquidos na bagagem de mão, porque esse atentado seria realizado com um tipo de explosivo conseguido facilmente, produtos existentes em farmácias e a fórmula, a composição, disponível na Internet: peróxido de hidrogênio disfarçado em garrafas de um energético muito comum no Reino Unido, o Oasis. Inclusive foi retirada a parte inferior desse invólucro de tal maneira que, se a segurança determinasse que aqueles que portavam essas garrafas ingerissem o líquido, eles poderiam fazê-lo, de tão engenhosa que foi essa tentativa. Então, o que nós estamos vendo como o malogrado atentado em Times Square também um jovem residente nos Estados Unidos sem nenhuma ligação, nenhum vínculo com a Al-Qaeda ou qualquer outra organização radical que foi o que produziu aquilo.

O malogrado atentado na véspera de Natal sobre Detroit, um avião da Northwest Airlines também de um jovem de origem nigeriana, mas com cidadania britânica. Então, esses indivíduos é que estão sendo trazidos para a atividade terrorista. Essa é uma preocupação grande.

Então, a medida de segurança como o reforço nos pontos de entrada, de controle de estrangeiros não surtem efeito sobre essa classe nova de agentes do terrorismo, porque eles estão entre nós. São jovens que são radicalizados por clérigos radicais, nas suas mesquitas; não tem nenhum tipo de... não demonstram que são radicais; costumam frequentar *sites* islâmicos radicais na Internet, fóruns de discussão. É ali que eles tomam contato com a mensagem. Não existe um trabalho de agitação e propaganda como havia nas organizações militantes tradicionais. Isso é feito basicamente pela Internet, redes sociais. Então, essa é a nova ameaça que nós enfrentamos.

Se observarmos todos os casos registrados, nos últimos anos, no Ocidente, vamos ver que são produzi-

dos por jovens animados por esses princípios radicais. Como são amadores, muitas vezes, os atentados são malogrados. Mas o que é interessante observar é que esses jovens todos mantêm, conformam uma situação que mantém a ameaça. Há uma tendência clara no sentido da manutenção dessa ameaça. Por quê? Primeiro porque faz sentido, ou seja, o histórico das ações realizadas, nos últimos anos, demonstra que o terrorismo tem dado certo.

O terrorismo é uma forma de ação não militar na guerra assimétrica. A guerra assimétrica, quando há assimetria de poder, é aquela em que as organizações terroristas, que tem recursos limitados, podem empregá-los de forma ilimitada contra o Estado, que, por sua vez, tem recursos ilimitados, só podem empregá-los de forma limitada, porque constrangidos por questões morais ou legais. Então, faz sentido, na guerra assimétrica, o instrumento do terrorismo como a guerra cibernética, a guerra econômica, a sabotagem, a propaganda, a desinformação são recursos do fraco contra o forte. Não faltam voluntários para isso, porque as causas políticas, as causas sociais subsistem. Há uma percepção clara de desamparo palestino.

Vamos fazer 45 anos, em junho agora, da Guerra dos Seis Dias e a situação palestina não foi resolvida. Cada vez mais o governo israelense proporciona um aumento da construção de instalações e áreas ocupadas por colonos na Cisjordânia. Os refugiados palestinos que estão nos campos na Jordânia e, principalmente, no Líbano, vivendo em situações precárias não têm nenhum horizonte, nenhuma esperança de voltar, ou seja, as causas políticas subsistem. A invasão do Afeganistão, a desconstrução do Iraque com uma possibilidade de secessão entre as regiões daquele país subsistem.

Os danos colaterais produzidos por VANTs e drones americanos e aliados no Paquistão e no Afeganistão produzem cada vez mais voluntários para essa *jihad*. Então, essa situação subsiste.

Então, que tendências nós temos para o terrorismo nos próximos anos? A primeira tendência é basicamente a tendência de manutenção. É uma ameaça difusa que tende a se manter. Não vemos no horizonte próximo nenhuma possibilidade de supressão das causas políticas e culturais, como a islamofobia, o preconceito irracional a fazer com que o terrorismo deixe de se apresentar como uma ameaça.

Uma outra tendência clara que pode ser observada é a manutenção; o terrorismo tende a manter consigo a iniciativa estratégica. As organizações terroristas escolhem onde, quando e como atacar, o terreno onde vão atuar. A manutenção dessa iniciativa estratégica também é uma das tendências do terro-

rismo. Uma outra tendência é que hoje não existe um teatro de operações principal. O mundo inteiro é teatro de operações para o terrorismo, ou seja, um país como o Brasil, que poderia se considerar um teatro de operações secundário, não; é um teatro de operações. Ou seja, como aconteceu em Bali, como aconteceu na África Oriental, como aconteceu na Argentina, nada impede, pelos motivos já mencionados, que isso possa acontecer aqui também. Então, há uma tendência de persistência dessa ameaça nos próximos anos.

E o Brasil, como fica? Só para completar. Existe essa ameaça, é factível essa ameaça, deve ser considerada no caso brasileiro? Em caso positivo, estamos preparados para identificar os agentes dessa ameaça? Estamos preparados para enfrentar essa ameaça? Várias situações podem acontecer. Na leitura que o Presidente fez, inicialmente, vimos alguns dos cenários possíveis. O Brasil ou brasileiros foram vítimas de ações terroristas praticadas de forma indiscriminada por serem participantes ou estarem presentes circunstancialmente em locais onde aconteceram ações terroristas. É o caso do próprio World Trade Center. Havia brasileiros nos trens de Madri. Um sargento brasileiro, a serviço da ONU, foi vítima em Bali. Um engenheiro brasileiro foi vítima em Beiji, no Iraque e outros casos.

Outra situação é a de cidadãos brasileiros serem atingidos por serem brasileiros, ou seja, com disposição de atingir esses cidadãos. É um caso que pode acontecer particularmente na África Ocidental, onde há interesses brasileiros ali por empreiteiras, a própria Petrobrás, trabalhando ali no Magrebe.

O caso mais específico, que esse efetivamente pode acontecer, é o Brasil ser palco de uma ação terrorista contra alvos tradicionais do terrorismo, como sinagogas, escolas judaicas, representações diplomáticas. Essa é uma possibilidade? É uma possibilidade também acontecer isso, como foi mencionado, por ocasião de megaeventos esportivos, onde há visibilidade, vulnerabilidade. A presumível vulnerabilidade e a visibilidade, porque são eventos cobertos pela imprensa, vão atrair a atenção do terrorismo. É o caso da Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas, a próxima visita do Papa, no ano que vem. Ou seja, também um outro cenário, chefes de Estado e governos de países estrangeiros em visita ao Brasil. O Primeiro-Ministro da Índia, por exemplo, é um alvo por excelência de terroristas vindos da Caxemira, do Punjab. Então, esses cenários têm que ser compreendidos.

Outros cenários, também, podem envolver ações do terrorismo contra infraestruturas estratégicas, recursos essenciais; ações terroristas contra locais de turismo no Brasil, onde há concentração de pessoas, também, mais remotamente. Uma outra realidade é

o trânsito, homizio, a utilização do território brasileiro para trânsito, homizio, recrutamento, financiamento de ações terroristas. Então, aqueles operadores de segurança no Brasil têm que levar isso consideração.

Outro caso, também, para finalizar, é o do magnicídio. Além da inspiração oposicionista, também existe aquela inspiração da notoriedade súbita. Quem seria John Wilkes Booth se não tivesse atirado em Lincoln? Seria um ator de segunda categoria no teatro Ford. Mehmet Ali Agca atirou no Papa, ou seja, a busca da notoriedade súbita, também, produzindo um ato de magnicídio é um dos cenários que temos que considerar.

Como o Brasil se prepara para isso? Basicamente um dos fatores de sucesso... é bem difícil dizer que isso é sucesso, porque o terrorismo, tendo a possibilidade de escolher quando, onde e como atuar, é difícil de prever. Os Estados Unidos, com a sua estrutura de segurança e inteligência, não preveniu, embora no próprio World Trade Center, oito anos antes, tivesse acontecido um atentado. Uma recente ação em Toulouse, na França, com todo o aparato de segurança francês, não foi prevenido.

Particularmente, desses terroristas que nascem, que são radicados aqui no próprio território do país em que eles atuam é difícil de prevenir. O que é necessário, talvez, seja abreviar o tempo de resposta, proporcionar uma resposta mais efetiva do Estado à medida que uma situação ocorra. Importante é fortalecer a atividade de Inteligência, importante é a integração das informações entre os vários órgãos da Inteligência, importante é o aprestamento de forças contra terroristas. Nesse sentido, nós estamos bem nesses aspectos mencionados, tanto no âmbito das Forças Armadas – tem uma brigada de operações especiais do Exército com destacamento contraterrorista, uma companhia de defesa química, biológica e nuclear também; a Marinha e a Aeronáutica têm elementos especializados nisso – assim como na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Seria o contraterrorismo, né?

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Seria o contraterrorismo; exatamente, Sr. Presidente. Esses são elementos que se dedicam ao contraterrorismo. A Inteligência, a segurança, a polícia, no sentido de controle de pontos de acesso, fazem o antiterrorismo, ou seja, a prevenção ao terrorismo; o contraterrorismo é aquela resposta militar ou policial a uma ação terrorista.

O Estado brasileiro, nós podemos dizer, está bem nesse ponto. O que falta é a interoperabilidade, o que falta é a transversalidade, o que falta é a integração. O Governo, no âmbito do GSI, criou, em 9 de junho de 2009, um Centro de Coordenação das Ações de

Prevenção e Combate ao Terrorismo. Foi a primeira vez em que elementos com uma boa qualificação setorial se integraram para produzir uma resposta. Não que isso fosse uma iniciativa do Governo brasileiro ou da área de segurança, algo original, não. Isso foi com base nos exemplos internacionais bem-sucedidos ou não tão bem-sucedidos.

No caso da Argentina, dois anos depois do atentado contra a embaixada, em 1992, igualmente tomou o governo argentino de surpresa. Foram surpreendidos. No dia 17 de julho, dia seguinte ao dia em que o Brasil venceu a Copa dos Estados Unidos, ocorreu o atentado contra a Amia e somente três dias depois, no 20 de julho, o governo Menem tomou uma ação efetiva criando a Secretaria Especial de Segurança, colocando lá o muito competente Brigadeiro Antonietti, e conseguiu, de certa maneira, integrar os vários setores da segurança argentina.

Numa situação de crise, nós sabemos que alguns comportamentos podem acontecer. O primeiro deles é o choque, a paralisia, e o Estado tem que ser ativo, o Estado tem que responder de imediato. Uma segunda situação pode ser a descoordenação: todos os setores querem resolver a situação a sua maneira. E a coordenação evita isso. Não evita o atentado terrorista, porque, como foi dito, a possibilidade de ação de surpresa é grande. E não consegue evitar, mas facilita e reforça a resposta e a torna mais breve.

Um último aspecto é o da legislação. Embora a Constituição brasileira – somente para terminar, Sr. Presidente –, embora a legislação brasileira, com base em princípio constitucional, mostre claramente, no seu art. 5º, inciso XLIII, que o terrorismo é um crime inafiançável, insuscetível de fiança, graças à anistia, nós não temos ainda tipificado, no nosso ordenamento jurídico, esse tipo criminal. Não temos tipificado. A Lei de Segurança Nacional, Lei nº 7.170, de 1983, precede em cinco anos à Constituição, então ela não conserva, não tem a consonância com essa nossa Constituição cidadã; pertence a um período autoritário, e a maior parte dos magistrados não quer utilizar.

Nós temos um grupo de trabalho que foi constituído pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, em 14 de julho de 2008, tratando de produzir uma proposta, no âmbito do Executivo, de lei de defesa da soberania e Estado democrático de direito, que ainda não saiu do papel. Então, o Brasil, infelizmente, ainda está carente de um avanço nesse sentido.

Resumindo: uma ameaça terrorista no Brasil é algo possível. O Estado brasileiro está preparado? Acho que o Estado brasileiro poderia estar mais bem

preparado. Setorialmente está sim, mas falta integração, interoperabilidade e falta uma legislação adequada.

Resumidamente, era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Márcio Paulo Buzanelli, ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência; ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo; ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas e ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia e a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, eu faria apenas dois breves comentários. Um em relação a esses megaeventos que o Brasil vai sediar. Temos agora, neste ano, em junho, a Rio+20, onde está sendo aguardada a presença de mais de 100 chefes de Estado e de governo; em 2013, teremos a Jornada da Juventude, com a presença de Sua Santidade o Papa Bento XVI; em 2013, temos também a Copa das Confederações, que será realizada em seis cidades; em 2014, teremos a Copa do Mundo, com doze cidades fora as subsedes; e, enfim, em 2016, as Olimpíadas. Então, realmente, o Brasil não é alvo preferencial de ataques terroristas, mas o Brasil vai receber países que são alvo e, então, está vulnerável. E a questão de como evitarmos um eventual ataque terrorista, num desses megaeventos que aqui serão realizados é também muito difícil de nós podermos dizer que sim, nós temos condições de preveni-los, prevenindo-os e, dessa forma, prevenindo-os. Não acredito que nós estejamos, hoje, capacitados para tanto.

Em relação à questão da legislação – realmente não há uma legislação específica no que tange os crimes de terrorismo –, os Estados Unidos da América já fizeram votar uma emenda considerando ataque cibernético como crime de guerra, mas, ao mesmo tempo, agora, recentemente, os Estados Unidos novamente apresentaram emenda para uma lei que trata da questão do terrorismo, mas que está sendo muito criticada pela sociedade americana, porque é uma lei que, em última análise, cerceia a liberdade da pessoa humana. Então, um princípio basilar da sociedade americana que é o *freedom*, a liberdade de falar, de se expressar, de ir e vir, estará sendo afetada duramente por essa lei que já passou no Congresso americano, como uma forma de tentar coibir o terrorismo.

Ou seja, uma certeza nós teremos: qualquer que venha ser a legislação elaborada pelo Brasil para tipificar crimes como o terrorismo, assim e assado, para tentar evitar isso, as liberdades individuais de nós brasileiros serão, de alguma forma, cerceadas. E eu

não vejo qual saída nós teríamos para que o Brasil se tornasse imune a esse tipo de ataque.

O Brasil, que é um país que há mais de século vem demonstrando ser vocacionado para a paz, mas não podemos nos esquecer também que é um País que tem 16 mil quilômetros de fronteiras. Não podemos nos esquecer que as nossas fronteiras, apesar de agora ter sido apresentado pela Senhora Presidenta da República um programa muito bom, muito eficiente ao que nos pareceu, na apresentação que nos foi feita ainda pelo ex-Ministro Jobim, é preciso de tempo para que ele se prontifique e torne-se operacional.

Mas, enfim, gostaria de agradecer, mais uma vez, as palavras de todos palestrantes e passarei a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia e, logo em seguida, a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor. Queria cumprimentar todos os expositores pela excelência da abordagem. A gente sempre aprende muito aqui, porque na verdade somos generalistas, pelo menos no meu caso.

Esse é um tema muito sério. Vou começar perguntando ao Prof. Márcio Buzanelli, que deu uma aula de história também, sobre as religiões e o mundo. Uma pergunta que o senhor já respondeu até. O senhor perguntou e já respondeu também, falando se poderia o Brasil estar mais bem preparado para esse enfrentamento em relação ao terrorismo. Em que medida o Governo brasileiro se ocupa de ações preventivas nessa área e se já houve casos concretos que justifiquem uma maior atenção das autoridades brasileiras para essa questão?

Eu já coloco dois pontos, o primeiro sobre a Tríplice Fronteira. Falou-se muito da formação de uma célula terrorista nessa região, Paraguai, Argentina, Brasil, ali naquele canto, nesse enclave. E eu queria saber se isso é apenas uma ficção, ou se isso existe mesmo.

Esses recentes atos cuja imagem nós vimos nas grandes obras das hidrelétricas na região Norte do País, se isso é apenas uma questão social, negócio de trabalho ou se tem alguma outra inspiração do tipo ação terrorista e por que razão isso estaria acontecendo?

O senhor também mencionou a questão da necessidade de uma interação entre os órgãos, porque atualmente as questões referentes à segurança, a cibernética tem recebido atenção prioritária do Gabinete de Segurança Institucional. Eu pergunto: há algum intercâmbio dessa matéria com o Exército brasileiro, que é o responsável pelo Centro de Defesa Cibernética?

O senhor, que já foi da Abin, que avaliação faz da qualidade das informações que existem no setor a respeito nessa área, nesse campo?

E apenas ampliando a pergunta do Presidente Fernando Collor, que fez uma observação, mas estava aqui a minha pergunta: se a Copa do Mundo deveria ter preocupação com a questão da questão do terrorismo? Eu lembro até o episódio das Olimpíadas em Munique, em 1973, aquele ataque que matou onze atletas e policiais na Alemanha, e que ficou muito conhecido, mas parece que o mundo, até por causa dos Estados Unidos, do 11 de setembro, tem uma visão diferente dessa questão.

Por fim, no caso brasileiro, não há uma abordagem mais ideológica no trato dessa matéria, em vez de tratar tecnicamente disso? “Não, não vamos fazer porque somos amigos de tal país, desse, ou daquele” e não enfrentar uma questão tão séria como essa.

A espionagem internacional perdeu o chame e romantismo, a Mata Hari se foi com a espionagem cibernética! O senhor falou e eu queria saber como é que a Academia brasileira – no caso o senhor é de uma universidade, a UnB –, como a comunidade acadêmica brasileira poderia contribuir nesse campo, especialmente as instituições públicas estão preparadas?

Fiquei preocupada com uma das afirmações que o senhor fez de que nenhum sistema é seguro, nenhum sistema é totalmente invulnerável, insuscetível de violação. E eu pergunto, então: nós temos no Brasil um sistema de eleições com urna eletrônica, e quero saber do senhor, como especialista, se esta urna eletrônica é totalmente segura e podemos confiar sempre nela?

Já o considero muito colaborador desta Comissão, estivemos juntos sobre a questão da droga e do crack. Na sua avaliação sobre o cumprimento do 1º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborado por grupo de trabalho interministerial, que avaliação o senhor faz? Ele permitiu avanços efetivos no combate a essa prática criminosa? Quais deveriam ser as prioridades para o Estado brasileiro em matéria de cooperação internacional voltada para o combate a crimes transnacionais de tráfico de armas, drogas e pessoas?

O senhor mencionou também aqui o fato de que a fronteira brasileira, são onze países, é muito maior que a fronteira México/ Estados Unidos, que já é grande. Eu comparo a um queijo suíço, cheio de buracos e furos e muito frágil. Quando debatemos a questão do crack, a própria Polícia Federal reconheceu que, se tivesse um efetivo maior e mais recursos, ela poderia dobrar, ou triplicar a apreensão de cocaína na região da fronteira.

Eu queria saber se o organismo que o senhor representa detém diagnósticos sobre as alterações legislativas necessárias e as proposições já feitas para

que sejam prevenidos e reprimidos de maneira eficiente os atos de terrorismo e os ilícitos transnacionais?

Quando o senhor esteve aqui para falar sobre isso, o senhor mostrou aqui o mapa de uma alteração muito expressiva em valores e tonelagem sobre a transferência da droga, a cocaína, que era concentrada nos Estados Unidos, o grande mercado de consumidor – a zona de produção está na América do Sul – e o consumo nos Estados Unidos. E agora a Europa passou a ser uma alternativa.

Primeiro, pergunto se essa situação se deveu a um enfrentamento mais duro dos Estados Unidos em relação ao combate ao tráfico e se a Europa está mais vulnerável a essa abertura das suas portas ao mercado internacional do tráfico de drogas?

General José Carlos, na estratégia de defesa nacional, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 2008, como poderia ser classificada a vulnerabilidade do Estado brasileiro nesse setor e, em especial, no que diz respeito a eventuais ações terroristas?

O raio de ação do Centro de Defesa Cibernética limita-se ao âmbito militar? Caso não abranja o controle cibernético em âmbito civil, há ou haverá alguma forma de comunicação ou intercâmbio entre o Centro de Defesa Cibernética e eventual órgão responsável pela segurança cibernética na área civil?

O Centro de Defesa Cibernética tem a sua disposição recursos humanos adequados em termos de qualificação em número suficiente?

E também queria saber do senhor se confirma uma manifestação sua sobre a possibilidade de contratação de *hackers* pelo Centro de Defesa Cibernética. Como se daria, se é que isso vai acontecer, essa contratação, pois se não se pode vencer o inimigo, vamos nos unir a ele para fazer o enfrentamento? Parece que isso é uma tática guerra.

Só para terminar, e estou falando como gaúcha, no quadro de informações que o senhor fez sobre o *workshop* que foi realizado pelo Centro, houve um grupo grande... O senhor até sublinhou o fato de muito interesse de instituições... Eu percorri buscando os gaúchos do meu Estado, mas só vi a Universidade Federal de Santa Maria, porque lá há uma unidade militar forte, a Força Aérea está lá, tem um distrito da Força Aérea Brasileira. Qual é o motivo, no caso das universidades do Rio Grande do Sul, um Estado que é fronteiro, portanto, um Estado que teria que ter, do ponto de vista estratégico, uma atenção maior? O que está acontecendo?

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

E passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque para as suas indagações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Do ponto de vista de perguntas, creio que estou mais do que contemplado pelas perguntas da Senadora Ana Amélia, mas queria fazer alguns comentários e daí podem surgir perguntas que os próprios palestrantes formularão a partir das minhas considerações.

Em primeiro lugar, sobre o General José Carlos. Creio que ele mostrou com clareza, citando exemplos, de guerras vencidas pela tecnologia. Alguém pode dizer que sempre foi assim: a tecnologia do fuzil ganhou a guerra contra as espadas. Mas, naquela época, entre pensar a tecnologia e usar o produto havia uma indústria no meio: a indústria do tanque, a indústria do submarino, a indústria do caça, a indústria da bomba, a indústria do fuzil. Agora, a invenção já é a arma, no ataque ou na defesa. É tudo na base do *software*, usando *hardware* que estão à disposição praticamente de todos.

Então, estamos vivendo uma situação que permitiria dizer, Senador Collor, que esta Mesa aqui poderia ter um título: vulnerabilidade! Esta é uma noite de vulnerabilidade como ela se apresenta diante de nós. Tenho impressão que não há dúvida de que a saída está na ciência e na tecnologia. O soldado do futuro não é mais aquele que puxa o gatilho, mas o que conversa com armas inteligentes, que formula armas inteligentes. O soldado é um tecnólogo capaz de saber usar, falando com as armas inteligentes.

E aí pode parecer mania minha, mas não tem saída para a defesa nacional, para reduzir vulnerabilidade a não ser educação de base, que leva ao ensino superior, que leva à ciência e tecnologia. Creio que nós não estamos fazendo o dever de casa.

Permitam-me contar uma pequena história com base em um dos exemplos que deu o general.

O general mostrou no mapa a situação da Geórgia, que foi desarmada, calada – ele usou o verbo que achei muito interessante –; foi calada e depois as tropas russas entraram. Eu estive na Geórgia. E passei uma experiência, Senador Collor, que talvez V. Ex^a ache engraçada, mas é trágica. Tive um encontro, Senadora Ana Amélia, com o Ministro da Educação e levei um presente que eu considerava fascinante para ele. Levei um artesanato indígena e dei para ele dizendo que era um artesanato vindo da Amazônia. Conversamos, conversamos e ele colocou a mão de lado e disse: “Eu também tenho um presente para o senhor. Este é o computador que cada criança da Geórgia tem na escola e leva para casa.” Eu dei um artesanato indígena e ele me deu um computador. Ele me deu, eu trouxe.

Tenho impressão que eles aprenderam a lição. Perderam uma guerra por falta de tecnologia. Eles não vão ganhar da Rússia, mas pelo menos estão tentando se preparar para não serem surpreendidos. A gente não está da maneira enfática.

Por exemplo, agora mesmo o Governo cria um fundo para aposentadoria de servidores – um fundo que era necessário para continuar com aquilo. Mas, ao mesmo tempo, faz um decreto para não contratar pessoal concursado. Que não contrate em diversas áreas, tudo bem, mas tratar igual a contratação de um professor do ITA e de outras categorias, e não vou citar nenhuma para não parecer que estou menosprezando, é jogar contra a segurança, é jogar na vulnerabilização do País. Tinha que fazer uma diferenciação entre contratar pessoas para o sistema de tecnologia do Exército, para as universidades, e contratar para os setores-meios que não estão ligados a isso.

Não estamos fazendo o dever de casa por falta de uma visão mais sistêmica do problema que enfrentamos. E aí cometemos erros no passado. Um país é fruto das escolhas que fez no passado. Nós fizemos a escolha, pelos idos dos anos 80, de proteger *hardware*, e começamos a imitar os *hardwares* do exterior. Imitação pura. Não investimos no *software*, que foi o que a Índia fez. O General falou sobre a Índia. Nós não investimos. Aliás, creio que o Presidente Collor foi quem deu um basta naquilo da Lei de Informática que nos amarrava do ponto de vista do *hardware* e não nos libertava do ponto de vista do *software*.

O *hardware* você imita; o *software* você baixa, ou inventa. E nós temos a tendência de gostar de imitar. Nós não gostamos do desafio de inventar coisas novas. E isso pode nos levar a um excesso de vulnerabilidade.

Quanto ao Dr. Mathiasen – creio que é assim que se pronuncia –, ele falou da outra vulnerabilidade, que é a vulnerabilidade das drogas, que é uma vulnerabilidade que não provoca mortes, explodindo pessoas como a bomba do terrorismo, mas explode dentro da cabeça das pessoas. Uma geração inteira! O senhor mostrou que são jovens sobretudo. Estão sendo destruídos US\$85 bilhões. É mais do que o PIB de muitos países. Não consegui ver quantos países têm PIB inferior... Mais da metade do mundo.

Então, temos que enfrentar. E mais uma vez a gente cai na velha história: um processo educacional é o caminho para reduzir, não para conseguir parar o problema da droga. Não tem que estar só na escola, mas tem que ser orientado para criar mecanismos a fim de que perceba que a maneira de se realizar existencialmente não é pela droga.

Quanto ao Prof. Jorge Henrique, fico muito satisfeito de tê-lo aqui, fui o Reitor que criou o seu depar-

tamento e lembro como foi difícil, porque tivemos que ir buscar professores da Estatística, da Matemática e da Engenharia Elétrica. E a maioria não queria sair da Matemática, da Estatística nem da Engenharia Elétrica. E juntamos e deu certo. Tanto que está aqui a sua bela apresentação.

Mas o senhor usou uma coisa que é muito importante: muitas plataformas estão no exterior, por falta de capacidade nossa de tê-las aqui. É como se tivéssemos os aeroportos lá fora e quiséssemos ganhar a guerra contra o país que é dono do aeroporto, de onde saem os vírus que poderão tomar conta de nossos sistemas.

Finalmente, ao Dr. Márcio eu quero dizer, primeiro, que foi uma bela aula de história, que fico muito feliz de ter escutado; segundo, deu-me um arrepio pensando que, quando, além dos fanáticos, tivermos psicopatas usando essas armas – não vou falar de destruição – de desarticulação em massa? Quanto aos fanáticos, pelo menos a gente identifica a tribo deles e fica de olho naquela tribo, mas psicopata não tem tribo e age sozinho. E um desses pode ter poder não só, como temos visto aí, de matar 5, 6, 7, 12 pessoas numa escola, mas de desarticular a vida de milhões ou bilhões de pessoas.

Apesar do avançado da hora, quero citar mais uma coisa. Nesses dias, eu vi o filme “Planeta dos Macacos: a origem”. O primeiro filme era a história dos macacos que eram inteligentes e não existiam seres humanos; de repente, chegam alguns numa nave espacial que tinha saído centenas de milhares de anos antes. Ninguém sabia o que tinha acontecido com os seres humanos e esse novo filme mostra. O que aconteceu é que fizeram pesquisas que começaram a desenvolver a inteligência dos macacos. Mas não se respondia como é que sumiram os seres humanos. Esse último mostra. A última cena do filme são grupos de passageiros de aviação chegando ao aeroporto de São Francisco, e o painel que mostra os voos começando a enlouquecer. Eu achei fantástico. O que queria dizer? Foi algum problema tecnológico que desarticulou a civilização, ou seja, começou desarticulando os painéis e, depois, desarticulou os sistemas de hospital todos – hospital não funciona sem computador. Sistema de distribuição de alimentos não funciona. Nada funciona hoje sem essa rede que o Prof. Jorge Henrique mostrou aqui.

Isso é um mundo de alta vulnerabilidade. A única maneira de enfrentar, que não é suficiente, mas é necessária, é uma revolução na educação, não só no Brasil, mas mundial. Do jeito que houve um Plano Marshall para industrializar, tínhamos de ter um Plano Marshall para colocar criança na escola, até porque é uma maneira de desfanatizar as pessoas – através de uma boa escola, porque uma escola ruim acaba

fanatizando mais. A gente pode criar uma consciência diferente, que respeite os antagonismos, mas sem fanatismos.

É isso, Sr. Presidente, que eu queria deixar aqui, lembrando a preocupação que o senhor levantou, junto com o Dr. Márcio, sobre os megaeventos. Esses megaeventos atraem para nós não a ira, mas a vontade daqueles que querem fazer atos que apareçam. Isso não pode justificar fugirmos dos megaeventos. Não! O Brasil vai crescendo em importância. Aliás, cada vez que venho aqui e vejo esse mapa, tenho a sensação de que o Brasil ficou maior. A sensação que eu tenho é que está ocupando cada vez um espaço maior, como a Índia, que é bem pequenininha e que a gente pensa que é grande, por causa da presença que estamos tendo cada vez mais.

Então, não podemos fugir de ter a visita do Papa, a Rio+20, Copa, Olimpíadas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Jornada da Juventude.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...Jornada da Juventude, ter uma posição no Conselho de Segurança. Isso vai atrair para nós também muita raiva, quando votarmos contra alguns fanáticos. Mas não podemos fugir disso. Qual é a saída, então? Desvulnerabilizar, na medida do possível, o País, tanto do ponto de vista das guerras cibernéticas, quanto também do das guerras contra as drogas.

Esta reunião de hoje, a meu ver, contribui bastante para despertar a população que está nos vendo ou que vai nos ver depois, para o fato de que é preciso estar alerta e é preciso ter um projeto de nação que permita ir além do circunstancial, do conjuntural, do momento e olhar o futuro, cuidando daquilo que é preciso para fazer deste País um país não só grande, mas também sem vulnerabilidade ou pelo menos com uma vulnerabilidade reduzida.

É isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, pelas formulações e indagações feitas.

Passo a palavra ao General de Divisão José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército brasileiro para responder às perguntas feitas por S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, e por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Para responder a todas as questões acho que precisaríamos de muito tempo.

A realidade é que é um conjunto de medidas que foram sendo abordadas aqui durante o nosso painel. São medidas que, sim, envolvem educação, envolvem integração, envolvem desenvolvimento tecnológico. É

uma série de fatores muito grande. Eu até, já participando de painéis internacionais, me mostrei um otimista. A dependência dos países, dos grupos sociais dessa tecnologia, dessa rede está se tornando tão grande que talvez possa tornar o setor cibernético um novo fator de dissuasão para todos.

Richard Clarke, no livro, por exemplo, cita que hoje a China tem capacidade técnica de paralisar os Estados Unidos. Os Estados Unidos são, efetivamente, um dos países mais dependentes de toda essa infraestrutura de tecnologia da informação e, por isso, um dos mais vulneráveis. No outro lado, temos a Coreia do Norte quase sem nenhuma vulnerabilidade. Por quê? Ela não tem redes. Então, as respostas a essas perguntas são muito complexas e envolvem uma série de fatores, mas, de maneira geral, eu acredito que essa dependência de toda a sociedade dessa rede seja, sim, um fator de dissuasão.

Eu citei, durante a minha apresentação, que a sociedade americana discutiu bastante o emprego de uma arma cibernética contra a Líbia. Os Estados Unidos consideraram que não se deveria criar um precedente internacional e não a utilizou; usou os meios convencionais. Para dissuadir, de outra forma, os Estados Unidos têm declarado ao mundo, nos pronunciamentos de autoridades do alto escalão, que qualquer ataque cibernético será respondido por ataques cinéticos, ou seja, proporcionais aos danos que aqueles ataques cibernéticos venham a provocar. É uma atitude.

Não há legislação no mundo, não há consensos, o assunto é complexo. Eu sou otimista no sentido de que a dependência, cada vez maior não de uma nação, mas de quase todas as nações que estão atingindo hoje um nível de desenvolvimento tecnológico considerável em relação a esses sistemas, fará com que se chegue a um acordo até de não utilização, de uma forma semelhante ao que aconteceu pós 2ª Guerra Mundial, em que, por medo ou por temor de uma retaliação, os países detentores dos artefatos nucleares nunca chegaram a utilizá-los. De qualquer maneira, muitos países têm montado uma estrutura de defesa cibernética.

Respondendo a algumas das perguntas, a intenção, sim, é, inicialmente, defensiva, até coerente com a postura do Brasil no mundo, defensor das soluções diplomáticas, sempre evitando, até o último instante, a solução armada. Isso não nos permite ficarmos inertes. Observando o que tem acontecido em vários países, temos, sim, nos preparado pelo menos para defender as nossas redes corporativas.

A Srª Senadora perguntou se o Centro de Defesa Cibernética destina-se à defesa das redes militares. Primordialmente, sim, mas reconhecemos que não basta.

Por isso, no modelo de defesa e segurança cibernética, temos procurado, desde o início, a integração com os demais órgãos da administração pública federal. Temos sido recebidos por instituições financeiras federais e por agências do Governo, para começarmos a conversar sobre essas vulnerabilidades que existem. E elas existem em todos os países dependentes das estruturas de rede. Em todos, não há exceção. Os que não são vulneráveis são os que não têm redes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – O Pentágono até foi vítima, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – É. Quase todas as instituições, o Pentágono, a CIA, o próprio NSA, discutem, como foi abordado aqui durante as apresentações, se vale a pena gastar bilhões e bilhões de dólares quando um ataque de um valor muito menor pode colocar toda essa defesa por água abaixo?

Então, isso tudo está sendo considerado. Os americanos têm uma estrutura militar própria para Internet. É uma Internet segregada, mas eles reconhecem que, hoje, por exemplo, o sistema logístico americano é vulnerável, porque muitas informações, muitos processos passam pela Internet, inclusive processos físicos, como é o controle de uma rede de distribuição de energia. Aquele vírus citado, o Stuxnet, foi uma arma muito bem elaborada contra um sistema de controle de distribuição de energia, de processos industriais. Então, com programa, consegue-se paralisar um sistema de distribuição de energia, de um gasoduto, de um controle de tráfego aéreo.

Mas todos os principais países teriam algo a perder se empregassem uma arma dessa natureza. Então, acredito que a maior garantia nossa ainda seja esse fator dissuasório da arma cibernética. Não existe nenhum tratado ainda de aceitação internacional. O Brasil não é signatário da Convenção de Budapeste, que fala basicamente de crimes na rede. O assunto ainda está muito aberto. A Alemanha criou seu centro, Israel já tem há muito tempo. Bangladesh vai criar sua escola de defesa cibernética, a Índia já tem – visitei recentemente, com o Ministro da Defesa. Enfim, os principais países estão preocupados, sim, com a educação dos seus técnicos, dos seus gerentes. Nós procuramos, nos nossos simpósios, estender essa preocupação aos demais agentes. Não adianta, como eu costumo dizer, fazer a nossa parte. Está tudo muito interligado.

Os Estados Unidos, inclusive, têm tido uma preocupação muito grande com a questão da educação, como o Senador Cristovam Buarque citou. As crianças, no que seria equivalente ao 9º ano do nosso ensino fundamental, já começam a se exercitar sobre a questão da segurança na rede mundial de computadores. Então, eles aprendem que não se deve abrir arquivos

suspeitos, de origem desconhecida etc. Eles estão procurando, pela educação, pelo menos diminuir um dos fatores que comprometem qualquer sistema por mais seguro que seja, que é o fator humano.

Wikileaks – a maior parte das informações chegou à rede mundial por meio de um militar norte-americano. Era um militar não comprometido com o sistema ou talvez por outras motivações. Então, não adianta ter um sistema tecnologicamente perfeito, o que não existe, como o Prof. Jorge já falou, se não houver comprometimento. E a segurança não é só *software* e *hardware*, é o conjunto de procedimentos, educação.

Foi citada aqui – estou tentando responder de uma forma genérica – a nossa urna eletrônica. De modo comprovado – e acho que os partidos são testemunhas disso – é um sucesso. Ela tem sido copiada ou tem sido estudada por outros países para adoção, porque não é só a questão de *hardware* e *software*, são procedimentos. Eu recebi a visita de um integrante do TSE e nos deixou relativamente tranquilos. Eles fazem o *pentest*, que é o teste de penetração, como fizeram há cerca de duas semanas. A UnB, inclusive, apontou algumas falhas de *hardware* e *software* que, isoladamente, representam uma vulnerabilidade, mas que podem ser corrigidas com procedimentos.

Também foi citado na apresentação que nenhum sistema é totalmente nacional hoje em dia. Componentes de qualquer circuito eletrônico vêm das mais diversas origens. É possível colocar armas lógicas nesse sistema? É. Por isso, temos que ter um trabalho de auditoria de produtos, de verificação. É isso que nós estamos procurando fazer, inicialmente, no âmbito das Forças Armadas, mas, ao mesmo tempo, procurar difundir uma mentalidade de segurança, porque, como já falei, não adianta fazer apenas a nossa parte. A sociedade, como um todo, tem que tomar medidas mínimas de proteção.

A maior prova disso é o sistema bancário brasileiro. Não sabemos exatamente quantos milhões o sistema bancário gasta, mas a motivação é evidente, porque é um negócio do banco. A maior parte das fraudes não vem a público, mas ocorrem, no uso de cartões, no uso de senhas, roubo de senhas, o famoso chupa-cabra, por exemplo, de que tanto ouvimos falar. O usuário tem que tomar algumas medidas básicas de segurança: não pode anotar a sua senha num papelzinho, não pode dizer para ninguém. Há uma série muito grande de medidas, todas entrelaçadas.

Temos, sim, procurado trocar informações com vários órgãos. O GSI é um deles.

Com relação ao Rio Grande do Sul, além da Universidade Federal de Santa Maria, também contamos com um representante do Governo do Estado do

Rio Grande do Sul nos nossos simpósios e empresas gaúchas também. Então, não foi só a Universidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Empresas privadas?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Empresas privadas. Mas a Universidade realmente se destacou, mandando, se não me engano, cinco representantes.

Quanto aos *hackers*, são pessoas que se desenvolvem no ofício de maneira empírica e conseguem, trocando informações entre eles, penetrar, às vezes, nos sistemas ditos impenetráveis. Existe até um movimento internacional voltado para o “*hackerativismo*” no sentido de que a Internet, a grande rede, deve permanecer fora de qualquer controle. Por outro lado, há necessidade de se tomarem algumas medidas legais para impedir que pessoas como nós sejam prejudicadas, instituições sejam prejudicadas. As discussões a respeito do assunto estão na Câmara e no Senado há mais de dez anos, como o marco civil da Internet, a proposta de lei do Senador Azeredo. Enfim, o assunto ainda merece ser muito estudado, muito discutido.

Enquanto isso, as Forças Armadas têm, sim, se preparado. E nós estamos tentando fazer com que isso aconteça de uma forma ordenada. Exército, Marinha e Aeronáutica têm discutido o assunto conjuntamente. Pensamos, sim, desde que haja a garantia de contratação de *hackers* no sentido de contratar especialistas. Muitos especialistas que hoje trabalham para o Departamento de Estado americano, para a NSA, já foram *hackers*, mas tem que existir um comprometimento. Isso é fundamental. As pessoas mais experientes têm capacidade de identificá-los, mas eles são, sim, um público que interessa.

A Renasic, que é a Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia, é o nosso melhor instrumento de ligação com a comunidade acadêmica. Nós já tivemos, no Centro de Defesa Cibernética, a participação de dois *hackers* do bem, fazendo uma apresentação para o nosso público interno – são até os organizadores de um evento anual que se chama *Hackers to Hackers Conference*. Então, nós temos conversado com todo mundo para tentar revelar talentos e conhecer talentos.

Em relação à questão do caso da Geórgia, o que foi bem típico de uma operação militar planejada, os Estados Unidos pensaram em utilizá-la na Líbia. Isso eles discutem abertamente na imprensa e, pelo que nós temos verificado na literatura, vários países já têm muita gente especializada em ataques. Falam em três mil militares na China, e, na própria Coreia do Norte, são seiscentos. Nós estamos muito abaixo desse número, mas estamos usando diversos vetores já existentes nas instituições. Por exemplo, eu citei que a

providência inicial foi aumentar a segurança das nossas redes internas por meio de investimentos no Citex (Centro Integrado de Telemática). Essas são medidas efetivas, mas custam dinheiro.

Por exemplo, como nós aumentamos a proteção das nossas redes? Comprando produtos que o mercado nos oferece. Há sistemas que identificam intrusões. Há sistemas que atraem intrusões em razão do que chamamos de potes de mel, que são redes paralelas, desviando ataques. Então, nós temos condições de monitorar e ajudar esses grandes eventos com um monitoramento cibernético.

Agora, se vamos ter capacidade de enfrentar todas as ameaças, só o tempo vai nos dizer, porque as armas lógicas não são divulgadas. Elas são preparadas em tempo de paz e podem ser até implantadas, como foram implantadas nas usinas iranianas, talvez por meio de um *pen drive*. A usina de Natanz não estava na grande rede. Como o vírus danificou as centrífugas? Provavelmente por meio de um agente. No caso da Síria, no sistema de defesa antiaéreo sírio, provavelmente houve uma sabotagem, pessoas fizeram isso.

De maneira geral, as medidas de defesa – são chamadas assim quando se fala de forças militares de segurança cibernética para o restante – têm que ser integradas, têm que ser coordenadas. E é no nascedouro do setor de defesa cibernética no Brasil – foi essa a iniciativa do Exército – que nós pensamos sempre em atuar com as outras instituições.

A presença do Prof. Jorge no nosso CDCiber é constante. Ele tem sido um parceiro nas discussões e até no modelo de integração, para se estabelecer, por exemplo, uma plataforma de *software* comum para as Forças. A discussão passou pelo Prof. Jorge. Nós temos buscado o auxílio, sim, da academia, das empresas. Hoje nós temos empresas nacionais de alcance internacional. A empresa que nos vai fornecer a ferramenta na Rio+20 está sediada no Rio de Janeiro e tem escritório nos Estados Unidos. É uma empresa de excelência, que tem ferramentas de gestão de rede. Evitam completamente os ataques? O Prof. Jorge já falou que não, mas podem mitigar os ataques e talvez possibilitar que esses ataques não causem danos maiores.

Finalizando a minha tentativa de resposta, sempre haverá o confronto entre o controle social e tecnológico e as liberdades individuais ou mesmo de grupos. Sempre haverá esse controle. Essa é a grande discussão nos Estados Unidos e em outros países democráticos. Sempre haverá esse conflito. A SOPA e a PIPA, que são dois projetos de lei americanos, não passaram ainda, não viraram lei, porque vão atingir liberdades individuais. Essa é a grande discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, General de Divisão José Carlos dos Santos, Diretor do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Bo Stenfeldt Mathiasen.

O SR. BO STENFELDT MATHIASSEN – Muito obrigado.

Senadora Ana Amélia, nós já nos encontramos em outro contexto, mas um contexto relacionado, que era especificamente sobre o tratamento do *crack*.

Vou responder a essa pergunta que você fez sobre a questão do 1º Plano Nacional contra o Tráfico de Pessoas, que, na verdade, não foi abordado na minha apresentação, mas que é muito relevante também.

Gostaria de lembrar a todos que a primeira convenção das Nações Unidas que realmente tratou desse assunto foi a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que também recebeu o nome de Convenção de Palermo, negociada no ano 2000. Então, o instrumento internacional para esse tipo de crime é muito novo. Na verdade, a Convenção só obteve força em 2003, e o Brasil era um país protagonista na negociação. Em seguida, o espírito da Convenção implementou-se aqui mesmo no País.

A Convenção trata de quatro pontos básicos: a prevenção, é preciso prevenir o tráfico; punir os traficantes de pessoas; proteger as vítimas; e fomentar e ajudar na cooperação internacional entre os países.

No primeiro plano nacional brasileiro, essas áreas todas foram trabalhadas. Existe legislação. Foram feitos e desenvolvidos projetos e atividades de prevenção, exatamente para aumentar o conhecimento e também a vulnerabilidade, principalmente de mulheres e jovens mulheres e, às vezes, de crianças nesse contexto. Já houve várias sentenças jurídicas, e várias pessoas foram punidas em instâncias jurídicas no Brasil. Então, existe já jurisprudência na área, o que é muito importante.

Na área de cooperação internacional, o Brasil também tem participado, de várias maneiras, de vários fóruns, exatamente para fortalecer as redes nos níveis governamentais e para combater o tráfico de pessoas.

Então, acredito que o primeiro plano foi um êxito. Sempre há mais a fazer, mas nós temos que lembrar também que estamos falando aqui de um espaço bastante curto, com poucos anos, e os avanços são significativos.

O segundo plano nacional já foi basicamente elaborado e está na sua fase inicial de implementação. Ele vai continuar a construção de um sistema cada vez mais eficiente para combater esse tipo de crime, que é um crime terrível. Nós sabemos que é uma coisa que

não afeta apenas as pessoas, mas também, de modo geral, a soberania nacional quando as pessoas de um país são vítimas desse tipo de crime.

Vocês também perguntaram sobre as alterações legislativas na área de terrorismo e de ilícitos nacionais e necessidades.

Na verdade, o Brasil é um país protagonista nessa área. Não acredito que seja uma questão de alterações. Acho que o Brasil já possui instrumentos adequados para tratar dessas áreas, porque o País é signatário dos instrumentos internacionais no âmbito das Nações Unidas.

Sempre é necessário pensar em como fazer mais esse protagonismo internacional na cooperação internacional, para facilitar essa cooperação, para criar um ambiente de pragmatismo, a fim de que esses crimes possam ser efetivamente combatidos. É importante, por exemplo, que sempre se pense em proteger os interesses públicos, respeitando os direitos individuais, como discutimos um pouco agora. É preciso proteger a soberania, respeitando também as características nacionais entre os países, sempre com o intuito de defender a democracia e o Estado de direito.

Por último, respondo à pergunta sobre o deslocamento do mercado da cocaína. Os Estados Unidos consomem, sim, menos cocaína, e os jovens americanos consomem, de modo geral, menos drogas. Há indicativos de que programas consistentes e contínuos de prevenção entre os jovens funcionam. E ao longo dos anos você vai colher os resultados desse tipo de intervenção, desse trabalho de prevenção e de informação entre os jovens.

Mas também houve uma mudança do perfil do uso de drogas nos Estados Unidos. Embora tenha havido uma diminuição do consumo de cocaína, ao mesmo tempo houve um aumento do consumo de metanfetaminas. Mas, de modo geral, há uma diminuição de uso de drogas entre os jovens e, ao mesmo tempo, um aumento na Europa.

A Europa é mais vulnerável, não necessariamente, mas houve também lá uma mudança no perfil de uso de drogas, substituindo algumas por outras. A Europa, hoje em dia, tem um grande uso de drogas sintéticas, que são muito populares principalmente entre os jovens na balada. E essa é uma das características bastante conhecidas em vários países da Europa. A preocupação, principalmente das autoridades de saúde pública, é como lidar com essa variedade grande de drogas sintéticas que existem e continuam a chegar ao mercado novas modificações dessas drogas sintéticas.

Senador Cristovam Buarque, creio que estamos de acordo que a prevenção é fundamental, assim como a educação dos jovens. Como o senhor mencionou, a

vulnerabilidade é realmente a questão. A vulnerabilidade é o desafio.

O Brasil tem muito a oferecer, na verdade, porque o protagonismo brasileiro é muito importante, não só nessa região, como em outros países. Como vivemos num espaço cada vez menor e interconectado, é importante que essas estratégias políticas e as experiências brasileiras sejam compartilhadas e estejam disponíveis para outros países.

Essas são as minhas colocações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Bo Stenfeldt Mathiasen, representante regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Passo a palavra ao Sr. Jorge Henrique Cabral Fernandes, Professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília.

O SR. JORGE HENRIQUE CABRAL FERNANDES – Respondendo às questões da Senadora Ana Amélia, posso dizer de um certo privilégio, porque trabalho com duas culturas distintas. Uma é o Departamento de Ciência da Computação, onde a minha formação de mestrado e doutorado foi desenvolvimento de *software* e linguagens de programação – então lido com certo tipo de pessoas, tenho um certo tipo de formação e uma percepção do mundo muito centrada na questão do computador como artefato em que se tem que construir programas, algoritmos, descrever determinados tipos de problemas, mas a dimensão social do uso do computador não é abordada entre pessoas que tenham formação em computação. A dimensão é essencialmente técnica e se manterá assim provavelmente por conta do sistema próprio de pontuação da Universidade, que exige que você se aprofunde dentro de um determinado domínio do conhecimento. Então é muito difícil.

E atuo também na Faculdade de Ciência da Informação, num programa de pós-graduação, onde trabalhamos, aí sim, com essa outra visão, que é o usuário e o que ele faz com os sistemas, com aquela informação. Então, é um outro mundo, é uma ciência social e não há um, digamos assim, dada a formação, a estrutura, bibliotecários, arquivistas que vêm de problemas cujo objetivo é a disseminação da informação ou a sua estruturação dentro das organizações, a informação orgânica dentro da arquivologia.

Esses dois mundos não se juntam, pela forma como a Universidade é construída dentro dos seus domínios de saber, mas há uma tendência, dentro do campo de sistemas de informação, de abordar essas questões.

E ainda tem outra questão: dentro da Ciência da Computação existe uma área chamada Engenharia de *Software*, cujo objetivo é fazer a organização do trabalho coletivo de dezenas ou centenas de pessoas que contribuem para resolver um determinado problema, construir um determinado produto ou sistema.

Dentro dessas culturas, há algumas que desenvolvem interesse maior ou menor pelas questões. Num Departamento de Ciência da Computação pode-se ver, por exemplo, problemas com algoritmo criptográfico mais robusto, arquiteturas de alto desempenho para promover ataques a sistemas, mas não vai ver as consequências sociais disso. De outro lado, há os bibliotecários, que se preocupam muito com a questão do acesso à informação universal e os arquivistas.

Então, a segurança apresenta oportunidades de transversalidade em torno dessa questão. E é o que realmente interessa.

Em termos de contribuições concretas, por exemplo, nós fazemos dentro da Universidade um trabalho com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, num programa de formação à distância em que trabalhamos, da última vez, com 180 servidores públicos, estudando problemas de segurança dentro das organizações: Abin, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Justiça, Exército brasileiro, Marinha, Aeronáutica.

Eles estudaram como os problemas se manifestam dentro dos ambientes. E temos realmente um conjunto grande de trabalhos que foram produzidos, cerca de 124, demonstrando e descrevendo as situações: por que o usuário não usa senha, quais são os aspectos ergonômicos de usabilidade. Quer dizer, ele tem que realizar o seu trabalho, então deixa de usar aquela chave e o faz de outra forma, porque tem que cumprir a tarefa.

Então boa parte da insegurança que existe é devida, como disse o General, a problemas de procedimentos decorrentes da forma inadequada como o trabalho é estruturado dentro das organizações. São estudos organizacionais que envolvem o componente tecnológico. Então, há contribuições na área da administração, da gestão, da ciência da informação.

Estamos trabalhando com o GSI, mais especificamente com o Departamento de Segurança da Informação, nesse trabalho de formação de servidores públicos, principalmente federais, com o Exército ajudando na constituição da Escola Nacional de Defesa Cibernética, que envolve a atuação articulada em rede na solução de problemas que existem dentro dos ambientes de defesa da sociedade da informação. Mas o usuário é um grande problema realmente dentro desse espaço.

Acerca da urna eletrônica, nas universidades federais, nós temos espaço, sim, para vários departamentos contribuírem com isso, mas eles ainda não estão adequadamente mobilizados. E hoje, dentro das universidades, existe uma certa limitação de ação em função de muitas regras e controles que cerceiam até mesmo a liberdade de se atuar em parceria, porque existe uma carga horária. Há um decreto presidencial que limita quantas horas podemos trabalhar em determinadas atividades relacionadas, por exemplo, à extensão, formação e cursos, etc. Então, há uma certa dificuldade.

Sobre a pergunta feita sobre as urnas, recentemente, nesse último trabalho em que o TSE abriu espaço para que pessoas pudessem identificar as vulnerabilidades da urna eletrônica, nós tivemos um time formado por um professor do nosso departamento e dois técnicos que atuam dentro da Universidade de Brasília. Dentro de condições bem limitadas que foram oferecidas para se estudar o problema, realmente se identificou uma vulnerabilidade bastante comprometida, em que é possível identificar a sequência de votação com dados que são publicamente disponíveis dentro dos sistemas.

Isso demonstra que é preciso que haja um conjunto de procedimentos agregados a essa questão e o envolvimento talvez maior de grupos que possam identificar essas questões e resguardar o interesse público do sistema de votação, que creio, por outro lado, são mais adequados do que a forma como se procedia anteriormente, embora exista um teatro, no sentido de que as pessoas ficam em casa, assistindo à TV e vendo a votação ocorrer e aquele envolvimento dentro do processo da cidadania fica um pouco comprometido, em função do mundo virtual que aí aparece.

Há inseguranças sérias que precisam ser identificadas e controladas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Foram identificadas?

O SR. JORGE HENRIQUE CABRAL FERNANDES – Foram. Aí existe dificuldade de entender exatamente qual é a versão. Porque é aquela coisa: são várias versões. Não, não é a versão atual, é outra versão.

Então, do que foi ofertado dentro das condições bem limitadas de *hacking* dentro dos sistemas, verificaram-se problemas relativos à identificação da sequência de votação, com dados que são publicamente transmitidos, pela inspeção dos códigos que foram feitos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Desculpe, Professor. Então, nós não podemos confiar nas urnas eletrônicas como um instrumento de transmissão da vontade do povo?

O SR. JORGE HENRIQUE CABRAL FERNANDES – Há problemas relacionados a esse sistema, sim, identificados. Por exemplo, se você consegue identificar a sequência em que houve a votação, e se você filmar as pessoas, então, estou construindo cenários possíveis de identificação. Na versão do sistema que foi colocado à disposição daquelas pessoas para identificação das vulnerabilidades, foram identificados, sim, problemas grandes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O sistema ergométrico digital aumenta, diminui, neutraliza essas vulnerabilidades?

O SR. JORGE HENRIQUE CABRAL FERNANDES – Também há controvérsias sobre isso. Pelo fato de que o sistema é probabilístico, você não pode garantir que o dedo, que é seu e você coloca, vai ser reconhecido em 100% dos casos. Há que se garantir que o votante tenha acesso. Então, se constroem *backdoors*, sistemas que contornam aquela imprecisão da tecnologia. Se não houver controle dos contornos em torno dos sistemas de votação, ele pode, sim, produzir ineficácia desse sistema biométrico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E para que isso aconteça, é necessário que haja um procedimento externo em relação àquelas urnas específicas, ou pode isso afetar todo o sistema em um determinado Estado?

O SR. JORGE HENRIQUE CABRAL FERNANDES – Vamos dizer assim: quando o controle é feito de forma automática, dentro de um sistema que é coordenado por um grupo, o problema deixa de ser distribuído e passa a ser centralizado. Estou identificando isso do ponto de vista conceitual da segurança. Você agora tem pontos únicos, menores pontos de falha, mas com impactos talvez maiores. Então, o controle que se tem de fazer em cima dele tem de ser, provavelmente, mais estrito do que da forma como ele é feito hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Professor.

O SR. JORGE HENRIQUE CABRAL FERNANDES – Acerca de armas em *software*, e a pessoa do outro lado sendo guerreiro cibernético, a guerra sempre tem sangue. E o sangue é um componente psicológico muito forte. Pelos poucos estudos que fiz com relação à questão de conflito, o conflito entre as pessoas e a violência organizada sempre vai produzir efeitos psicológicos muito fortes. Essa ideia de que a gente pode ter armas em *software* e uma guerra limpa não é, necessariamente, o que ocorre de fato, embora possa parecer isso para os vendedores de tecnologia.

Sem dúvida, um arsenal de *software* é necessário ser desenvolvido, com base, sobretudo, nos estudos das vulnerabilidades técnicas apresentadas pelos di-

versos tipos de *softwares* disponíveis na Internet, e a construção de armamentos de que, um dia, se pode lançar mão e aplicar. Se descobro certa vulnerabilidade dentro do iPad, eu guardo aquele material e aquilo vai fazendo parte do meu arsenal, até que um dia, se eu quero invadir o computador do Senador para fazer algum tipo de coisa, eu poderia gastar essa arma para fazer isso.

Nessa área, artefatos maliciosos são desenvolvidos por companhias de vírus e antivírus. Na verdade, é uma espécie de ecologia. Eu desenvolvo os vírus e os antivírus, e assim eu vou ganhando a vida. Existe isso.

As armas inteligentes, sim, mas a inteligência sempre vai repousar no uso criativo que o ser humano faz daquele artefato. Isso ocorre com os armamentos da guerra convencional e da guerra cibernética.

Acerca de educação, concordo que, em nosso País, a gente precisa repensar todo o sistema educacional, diante da inserção das nossas crianças dentro da sociedade da informação. A gente tem as formas de ensinar ciência, história, no ensino fundamental, porque elas precisam ser repensadas com o uso de tecnologia, uma transformação na maneira como a educação ocorre. Ela tem que ocorrer porque, mais importante do que o uso da tecnologia que forma o consumidor, a gente precisa ter o uso crítico da informação que ela gera, porque aí, sim, forma a cidadania e a gente tem a ética por trás desse processo e não o mercado.

Então, a gente precisa repensar a educação dos nossos jovens, frente a todo esse cenário da sociedade da informação, e os casos, certamente, de avanço do Brasil no cenário internacional e a exposição que a gente está sofrendo por estar se inserindo no mundo.

Acerca de plataformas tecnológicas, o *software* livre é uma forma interessante de a gente se apropriar muito da tecnologia. Hoje em dia, não posso dizer que uma linguagem de programação ou uma plataforma, porque é desenvolvida no exterior, eu não posso utilizar. Na verdade, o domínio tecnológico é feito pelas comunidades de *softwares* livres, que são muito ligadas aos *hackers*, que têm um papel muito importante na defesa cibernética, porque eles são aqueles caóticos que você não controla. Eles têm muito menos compromisso com a questão de manutenção do *status* de um determinado grupo do que um servidor público, por exemplo. Se há alguma pessoa que não tem nenhum comprometimento com nenhuma organização e eu peço a ele que me aponte as vulnerabilidades que eu tenho, ele vai ter muito menos comprometimento do que alguém que tem certa dependência do próprio Estado.

Basicamente, era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Jorge Henrique Cabral

Fernandes, professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB).

Sobre essa questão das plataformas, me veio aqui a lembrança de uma questão ocorrida na Alemanha, anos atrás, em que o salário que uma empresa alemã pagava a um programador de *software*, mensalmente – não lembro exatamente o número –, era algo parecido com US\$10 mil. Até que se descobriu que em Bangalore, na Índia, nesse hoje grande centro de tecnologia da informação e inovação, contratava-se um programador de *software* para realizar o mesmo trabalho por US\$ 2 mil ou US\$ 3 mil. Isso causou um grande desemprego de programadores de alta eficiência na Alemanha e criou empregos na Índia e programadores de *software*. Eu acho que ratifica isso que o Professor acaba de informar, de que, o fato de estar em outra localidade que não aquela onde originalmente será utilizado o *software*, possa trazer algum risco ou algum dano a quem está utilizando aquele *software*.

Para finalizar, passo a palavra ao Prof. Márcio Paulo Buzanelli, ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, ex-Diretor do Centro de Coordenação das atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo, ex-conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas e ex-conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, ao Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam pelas perguntas e as observações formuladas.

Tentando responder às perguntas da Senadora Ana Amélia sobre as ações realizadas em canteiros de obras de hidrelétricas, eu não vejo associação com o terrorismo. São basicamente ações que demonstram inconformismo por questões trabalhistas, por questões sociais, inclusive, que foram feitas de maneira organizada. Mas não há evidências de haver uma agenda política em torno delas nesses recentes episódios.

Com relação à Tríplice Fronteira e a células terroristas, eu gostaria de voltar um pouco no tempo a essas questões que hoje povoam, vez por outra retornam à primeira cena. Nós temos agora uma cineasta, Kathryn Bigelow, que recebeu o Oscar pelo filme *Guerre ao Terror*, filmando na Tríplice Fronteira – Tri-Border ou Triple Frontier. Enfim, a tendência com esse novo filme é, certamente, fazer rebrotar uma percepção internacional, que é, no meu entender e embasado, de toda equivocada.

Como surgiu essa percepção? Surgiu, basicamente, por ocasião do primeiro atentado na Argentina, no dia 12 de março de 1992. O Sr. Presidente Collor, enfim... O atentado ocorreu às 14h45. Às 16h, o Sr. Presidente havia recebido uma informação, já produ-

zida pelo serviço de inteligência – posso aqui, com a devida permissão, até porque a Lei de Acesso à Informação permite...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já está valendo...revelação.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Exatamente. Sobre a suposta autoria do evento. Na ocasião, o Presidente Menem chegou a afirmar que aquilo era obra de grupos ligados ao Coronel Aldo Rico, ao Coronel Seineldín. Mas, pelas características da ação, nós entendemos que aquilo lá era obra de grupos inspirados no radicalismo religioso islâmico, um tipo de atentado conduzido no Líbano por grupos que reivindicam essa inspiração.

Na oportunidade, o Ministro do Interior argentino, Carlos Corach, dias após, veio a público dizer que havia obtido indícios de que essa ação tinha se realizado ou teria sido planejada em áreas da Tríplice Fronteira. A nossa Tríplice Fronteira, Brasil, Argentina e Paraguai – temos pelos menos dez Tríplices Fronteiras –, em particular, recebeu um contingente de emigrados, provenientes do Líbano, de lá deslocados por ação da guerra civil libanesa, que ocorreu no período de 1975 a 1989, e que, em particular, atingiu populações residentes ao leste de Beirute, no chamado Vale do Bekaa, e no sul do Líbano. Essas populações são, majoritariamente, de confissão muçulmana xiita duodecimalista, uma das correntes dissidentes dentro do Islã. Essa diáspora, ao longo desses anos todos, os trouxe a essa região no Brasil, basicamente a região de Foz do Iguaçu, pelas oportunidades comerciais ali disponíveis. Trouxe também contingentes muçulmanos sunitas das mesmas regiões, como havia trazido, anteriormente, cristãos maronitas e ortodoxos, também provenientes do Líbano.

Essa concentração ali fez com que nascesse, fosse criado um vínculo permanente com o Líbano, ou seja, emigrados têm um vínculo com o país natal. Brasileiros, lá na Nova Inglaterra ou em Miami, nos Estados Unidos, mantêm o seu vínculo com o Brasil, há remessas financeiras frequentes. No caso dessas populações, é natural que se mantivesse também. Vão casar no Líbano, ou seja, a noiva vai buscar ali, a família vem. Há um relacionamento bastante ativo.

O Hezbollah, que é o Partido de Deus, no Líbano, é um partido legal hoje. Nas eleições de 2009, conseguiu, em coligação com outras agremiações políticas, como o Amal, também xiita, como a Corrente, que é um aglomerado de organizações políticas cristãs, concorreu e obteve 57 cadeiras no parlamento libanês, um parlamento de 128 integrantes. É um número bastante expressivo. Dois integrantes desse partido são ministros do governo. Então, é um partido legal no Líbano.

A relação entre o Líbano, o Partido de Deus e essa implantação de pessoas emigradas do Líbano é constante, frequente, assim como a remessa de dinheiro que, também, emigrados cubanos fazem para Cuba e brasileiros mandam aqui para Governador Valadares e outras regiões. Então, é natural que ocorresse.

Como essa é uma organização integrista, ou seja, teocrática, a mesquita é o centro da vida. O dinheiro passa pela mesquita. O muçulmano contribui anualmente – é um dos pilares do islã – com o *zakat*, uma contribuição para os pobres. Esse dinheiro é administrado pela mesquita, vai para a sede no Líbano e para projetos assistenciais, para fundações de auxílio a órfãos, a hospitais, para promover um partido, uma agremiação política legal, que é o Partido de Deus.

E as acusações de que esse dinheiro vai para financiar o terrorismo ocorrem, mas o partido Hezbollah tem uma estrutura militar, que é o Movimento de Resistência Islâmica, hoje até uma estrutura muito mais poderosa que o próprio exército libanês, que demonstrou uma capacidade militar efetiva no episódio de 2006, quando houve uma conflagração ali com forças israelenses.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Com a Síria também ajudando muito.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Com o apoio sírio, como bem lembra o Presidente Collor. Enfim, esse relacionamento é fluido. Indícios, que não se mostraram convincentes, apontaram para esta direção, no sentido de que essa ação teria sido planejada na Tríplice Fronteira, na ocasião. Foi até apontado um militante do Hezbollah, e a família desse militante até manifesta uma série de provas em contrário, de que teria sido ele o motorista, vamos dizer assim, mártir, ou suicida, no entender de outros, que provocou esse atentado, em 1992.

A atenção internacional para essa região foi produzida a partir daí. Em 2001, um dos subsecretários de defesa dos Estados Unidos apontou a Tríplice Fronteira como uma das áreas sem governo no mundo e que poderia até estar sujeita a uma intervenção. Os Estados Unidos foram colhidos de surpresa pelo atentado de 11 de setembro. Houve uma série de reações, até um discurso inesperado aconteceu nessa ocasião.

O que fazer? O governo tinha que adotar ações para responder àquele atentado. Então, declarações como esta, impensadas, aconteceram.

É verdade que essa comunidade é bastante ativa ali, que os laços com o Líbano, conforme mencionei, existem. Que os laços com essa organização, que, para países como Estados Unidos, Israel e outros, é uma organização terrorista, para o Brasil não é. O Bra-

sil não trabalha com lista de organizações terroristas. Como signatário de uma das convenções da ONU, admite tão somente a Al-Qaeda e o Talibã. E o Talibã, inclusive, vai sair, por força de acordos que permitirão aos Estados Unidos desengajarem do Afeganistão.

Então, o Brasil não admite o Hezbollah como uma organização terrorista. Em consequência, deputados do Hezbollah, políticos, pessoas a ele ligados, vêm, normalmente, visitar essas comunidades aqui, como viriam em outras circunstâncias.

Então, a questão da Tríplice Fronteira tem essa gênese – vamos chamar assim –, uma gênese histórica, como esse ponto do território nacional passou a ser, eu não diria satanizado, mas objeto da atenção internacional.

Os serviços de inteligência trabalham ativamente na monitoração, no acompanhamento de eventuais suspeitos. Nesse período todo, posso afirmar a V. Ex^a que ao assinalamos nenhuma evidência clara da existência de estruturas conspirando para o terrorismo aqui. Existem, naturalmente, simpatizantes da Amal, do Hezbollah, do movimento futuro entre as comunidades libanesas no Brasil.

Entre os sírios, existem simpatizantes do Presidente Assad e existem, possivelmente, simpatizantes da oposição. É natural que isso ocorra. Existem entre os cubanos, na Flórida, alguns simpatizantes, por incrível que pareça, do regime de Fidel Castro. Eles estão na Flórida por outros motivos. Embarcaram com os *marielitos*, mas não se engajam nas ações dos vários grupos contrarrevolucionários, que produzem, inclusive, ações terroristas em Cuba – Alpha 66 e outros.

Essa é a gênese. Eu diria que não há, efetivamente, embora esforços realizados, nenhuma evidência nesse sentido. Essa também não é uma resposta definitiva. Não significa que não possa haver, embora uma capacidade desenvolvida dos serviços de inteligência não podemos dizer taxativamente que não existem. A probabilidade é que não ocorra.

A qualidade das informações da Agência Brasileira de Inteligência e outros órgãos de Inteligência. A Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, criou, em primeiro lugar, o Sistema Brasileiro de Inteligência e, no seu art. 3º, criou a Agência Brasileira de Inteligência como um órgão central. A Abin é um órgão central de um sistema onde vários componentes interagem e repassam informações obtidas por suas capacidades setoriais; um centro de Inteligência do Exército, que tem uma grande capilaridade e passa essas informações. Há um intercâmbio grande.

O relatório do 11 de Setembro, da Câmara de Representantes e do Senado americano, apontou que um dos problemas que resultaram na surpresa estra-

técnica dos atentados foi a falta de integração entre os 17 órgãos de inteligência dos Estados Unidos.

A CIA, embora o órgão central, está no mesmo nível dos demais órgãos e compete com os mesmos pela primazia da informação, pela primazia de informar o usuário principal. Hoje, depois das reformas, principalmente a partir de 2004, quando foi criado o Departamento Nacional de Inteligência, com o controle do orçamento – isso é importante –, o Sr. Presidente Collor assume a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência cumulativamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, possibilitou aos Estados Unidos uma melhor integração, ou seja, superou alguns dos problemas que tinha então.

Nós temos aqui um sistema integrado, em que o órgão central está no mesmo nível daqueles. O órgão que coordena tudo, na verdade, é o Gabinete de Segurança Institucional. Eu diria que seria melhor uma integração mais efetiva.

Também, no âmbito da inteligência, por uma característica própria, há uma integração bastante grande no campo da defesa comum contra as novas ameaças – isso que discutimos hoje, as novas ameaças, entre essas, o terrorismo –, há uma cooperação bastante grande entre os serviços de inteligência.

O serviço de inteligência brasileiro tem relacionamento bastante ativo de troca de informações com dezenas de serviços congêneres, em especial serviços de países árabes, que são bastante vulnerados por esse tipo de ameaça.

Então, a qualidade das informações eu diria que é boa, muito boa. A qualidade do pessoal é excelente, ou seja, a prevenção ao terrorismo é uma das prioridades do serviço de inteligência. Os oficiais e agentes de inteligência são formados com muito esmero, ou seja, há um cuidado grande de evitar cair nas soluções simplistas, nas análises simplistas, de perceber o que está por trás, de entender a cultura, a religião, a história dos povos árabes islâmicos, para produzir boas análises para o usuário.

Então, a qualidade das informações que o usuário principal, que é o detentor do processo decisório nacional, o chefe de governo e de Estado, eu diria que, nesse campo, é boa, mas não é suficiente para eliminar a ameaça ainda; como disse, a ameaça subsiste. Os radicais assim produzidos, radicalizados pela Internet e por outras formas já mencionadas, são dificilmente detectáveis.

Precisaria, para evitar uma ação como essa de Toulouse, talvez, equipes com mais de 100 integrantes, para fazerem a vigilância, para se alternarem na vigilância, para fazerem levantamentos. Ou seja, é uma

operação bastante complicada. E os serviços de inteligência brasileira procuram atuar bastante nesse sentido.

Ações terroristas na Copa do Mundo. Muito bem lembrado por V. Ex^a, o Brasil não tem tradição de terrorismo, mas as Olimpíadas têm. V. Ex^a lembrou bastante bem o caso de Munique, em 1972. Foi uma ação não contra os anfitriões das Olimpíadas, mas uma ação contra uma delegação específica, no caso, a delegação israelense. E aquela atuação deu grande visibilidade para a organização que realizou, a mensagem de inconformismo do Movimento Nacional Palestino; enfraqueceram-se aquelas organizações palestinas que apostavam no diálogo, e fortaleceram-se aquelas que apostavam na continuação do enfrentamento por outros meios.

Então, esse exemplo subsiste. Esse exemplo frutifica. Esse exemplo pode vir a acontecer.

As organizações radicais islâmicas, como as mencionadas, atuam influenciadas pela propaganda, e a propaganda, pela ação.

Isso mobiliza, mostra que, enfim, o Islã, que se julga agredido, está reagindo. Então, não faltam voluntários. Essa é uma preocupação que nós temos, basicamente. Pode vir a acontecer aqui, mas contra delegações específicas – a americana, britânica ou aquelas que estão no Afeganistão, como a da Espanha, por exemplo, e de outros países presentes no Afeganistão. Então, é possível. A Noruega, parece-me, entre os países escandinavos, a Alemanha são alvos. São alvos de um tipo de retaliação que pode vir a acontecer.

A questão da formulação de instrumentos legais de prevenção ao terrorismo. Como anteriormente comentado, existe uma norma constitucional, mas o instrumento jurídico precisa ser aperfeiçoado. A argumentação de que o Código Penal é suficiente para isso não tem consistência. O Código Penal nosso foi aprovado em 1940; seu art. 288, que trata do crime de quadrilha ou bando, foi inspirado nos bandos de cangaceiro, lá no Nordeste brasileiro.

As quadrilhas eram de meliantes, o Meneghetti, em São Paulo. O mundo mudou. Vamos enquadrar possíveis terroristas no crime de quadrilha ou bando? Nós precisamos de uma tipificação efetiva do que venha a ser o terrorismo, claro que respeitando os direitos e garantias individuais que a Constituição zelosamente estabelece. Mas há também a preocupação de evitar criminalizar movimentos sociais.

Então, é uma questão bastante difícil, mas acho que ao Estado brasileiro interessa ser provido – ao Estado e à sociedade – de um instrumento efetivo, moderno, que substitua uma lei que pertence a um momento do passado, que hoje já não se aplica mais, como a Lei de Segurança Nacional.

A própria Lei nº 9.613, modificada pela Lei nº 10.201, que trata da lavagem de dinheiro, estabelece o terrorismo como um dos crimes antecedentes ao de lavagem de dinheiro. Mas não há uma tipificação. Então, quando se trata de terrorismo – e o Brasil é signatário da Convenção da ONU para Supressão do Financiamento do Terrorismo –, nós estamos em dívida ainda. Precisamos de um instrumento legal que, enfim, proteja a sociedade e o próprio Estado nesse sentido.

Por último – creio ter respondido ao questionamento de V. Ex^a –, é a observação do Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, relativa a psicopatas e radicais.

Essa é uma questão bastante importante. E também a questão da escolaridade. Veja que um terrorista driblou a vigilância, a repressão, num país com uma estrutura gigantesca de segurança como os Estados Unidos, durante quase 20 anos, o Unabomber: Theodore Kaczynski, que entrou em Harvard com 17 anos. Com 17 anos ele entrou em Harvard. Quer dizer, tinha de ter notas, na Middle School, na High School, bastante elevadas, para poder entrar nessa universidade tão conceituada. Aos 27 anos, ele era professor. Creio que em Berkeley. E depois resolveu deixar tudo, para voltar a um estado primitivo. Isolou-se em Montana, um estado rural, pouco acessível nos Estados Unidos, passou, a partir daí, a enviar, periodicamente, cartas-bomba para jornalistas, universidades, outros que se dedicavam à exploração de madeira e não foi, durante quase 20 anos, alcançado.

Um dia resolveu coagir o Estado americano, informando que suspenderia as ações terroristas, se um veículo de divulgação bastante importante divulgasse um manifesto dele, um manifesto pela defesa da ecologia, enfim. Pelo discurso dele, o irmão reconheceu traços do discurso e aí entendeu quem deveria ser e conduziu o FBI à sua captura. Então, um cidadão, um único cidadão manteve em xeque a sociedade americana por 20 anos.

O caso de Oslo também é um caso emblemático, um cidadão atuando isoladamente. Agora, esses dois são exemplos de que o terrorismo não pode ser associado à exclusão social ou à baixa escolaridade. Bin Laden era milionário. Há vários exemplos nesse sentido.

Um autor americano bastante importante Marc Sageman, fez um levantamento estatístico com 58 associados à Al-Qaeda que estão em Guantánamo e outros e revelou ali importantes observações. A maioria dessas pessoas tem nível universitário ou de pós-graduação, mestrado, inclusive. Nenhum deles pertence à camada mais baixa do extrato econômico-social. A maior parte deles vivia em países do Ocidente. Nenhum deles tinha problemas sociais, problemas com a família, desequilíbrios mentais, nada disso. Ou seja, eram

pessoas perfeitamente razoáveis, de posse de suas... enfim, com condições de discernir se estavam fazendo errado ou certo, mas se radicalizaram, se sujeitaram a uma mensagem radical. Quer dizer, então, não necessariamente são infensos a essa mensagem aqueles que têm mais escolaridade. Então, não podemos estabelecer uma associação nesse sentido. Não podemos estabelecer esse tipo de associação.

Também igualmente, para finalizar, acho bastante oportuna a observação que o senhor fez de que hoje nós estamos a analisar as novas ameaças. E como somos, como país, vulneráveis a essas novas ameaças! Estamos sempre, até reproduzindo um pensamento típico da história militar, nós estamos sempre nos preparando para a guerra que passou. Assim como a França se preparou para uma nova guerra de posições e de atrito em 1940 e não estava preparada para uma nova maneira de fazer a guerra, nós podemos estar sendo surpreendidos também. Essas novas ameaças são multidimensionais, são novas maneiras de produzir danos, e o Estado brasileiro tem que acompanhar essas novas ameaças e produzir formas de reação de defesa compatíveis.

No campo do terrorismo, estamos no caminho, mas ainda falta bastante. Não podemos dizer que temos uma segurança completa, principalmente por causa do aspecto da surpresa, da surpresa estratégica, da manutenção da iniciativa estratégica que os terroristas ainda têm.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, apesar da hora, eu acho importante fazer um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero ver se entendi bem a fala do Dr. Márcio no momento em que ele falou que poderia haver, em Miami, cubanos do regime cubano infiltrados lá dentro. Até aí tudo bem. Mas dá a impressão que com intenções terroristas. Pelo que eu me lembre, não há um único caso na história, em 60 anos, de envolvimento cubano com terrorismo, salvo um e contra o governo cubano, que explodiu um avião da companhia cubana, que assassinou dezenas de pessoas e que está solto em Miami. Esse, inclusive, não só ficou comprovado, como creio que é confesso como terrorista. E está solto em Miami. Eu queria saber se estou correto ou não, porque, pela sua fala, dava impressão de que poderia haver gestos terroristas a partir do governo cubano. E, pelo que eu lembre, não há. Pode ter outros defeitos o governo cubano. Mas não de envolvimento com terrorismo. E quero insistir: o terrorista que existiu foi contra

o governo cubano, explodiu um avião da companhia cubano, assassinou dezenas de pessoas, e – o que é vergonhoso – o país que mais defende a luta contra o terrorismo dá guarida a essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Eu gostaria de adicionar ao comentário de S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque um outro fato.

Eu entendi na hora em que o professor Márcio Buzanelli falava sobre a questão dos cubanos que vivem na Flórida, que há um grupo – foi assim que eu entendi – de cubanos que não faz parte daquele grande grupo que é majoritário e que é antirregime cubano.

Há um grupo pequeno, e eu cheguei a ter contato com eles quando, morando na Flórida, fui convidado por um dos pilotos que fazia parte de um programa que eles tinha à época chamado *Hermanos al Rescate*, que eram particulares que tinham aviões próprios e que sobrevoavam o Estreito da Flórida em busca de eventuais “balseiros”, como chamados na época, que estivessem indo para a costa americana. Então, eles avisavam à patrulha americana, e a patrulha americana os regatava e os colocava no acampamento, a fim de que eles tivessem os documentos regularizados e tomassem o seu rumo. Quem me conduziu numa dessas viagens foi um argentino, um argentino ideologicamente muito à direita. Ao final – ele sobrevoou comigo, mostrando o trabalho que ele fazia –, quando nós voltamos, ele disse para mim: “Olha, eu tenho que lhe dizer uma coisa. Todas as vezes em que eu via um balseiro e avisava à patrulha para resgatá-lo ou resgatar aquele barco, eu tinha curiosidade, quando voltava, quando aterrissava, de ir ao local onde eles estavam para me apresentar e dizer que fui eu que avisei que vocês estava assim, assado, etc”. E ele me disse: “Olha, em todas essas oportunidades, eu fazia o possível para que eles falassem mal do regime cubano. Eu dizia ‘aqui vocês podem falar, e tal, e o líder tal... O líder Fidel não vem tratando vocês mal, essa coisa toda?’. E esse argentino me disse: “Eu nunca ouvi uma palavra deles que dissesse isso assim do regime cubano nem da pessoa, à época, o Presidente Fidel Castro”.

Foi nesse sentido que eu entendi a colocação do Prof. Márcio. Portanto, assenti com a cabeça. Eu realmente tinha essa experiência própria. Mas, pelo que vi, o que ele quis dizer foi outra coisa. É o objeto da pergunta agora formulada pelo Senador Cristovam Buarque.

Eu passo a palavra ao professor Buzanelli.

O SR. MÁRCIO PAULO BUZANELLI – Obrigada, Presidente.

Senador Cristovam, por circunstâncias da carreira, eu tive oportunidade de servir, durante cerca de três anos, como oficial de ligação brasileira em Key

West. É um Centro de Operações Contra Drogas e o Terrorismo do Comando Sul ali situado.

Então, eu tive bastante contato com a comunidade cubana, com questões relacionadas a essa comunidade cubana e posso dizer ao senhor que o senhor está absolutamente certo. Em nenhum momento, eu quis dizer que essa comunidade... Ou seja, que Cuba atua de forma terrorista. Ao contrário. Muito ilustrativo é o livro do Fernando Meirelles chamado *Os Últimos Soldados da Guerra Fria*. Eu recomendo a leitura desse livro. O que eu disse foi que, na Flórida, existem grupos anticastristas ali reunidos na Calle Ocho, ali em Miami, que é um reduto cubano bastante importante, e pessoas que participaram da brigada que desembarcou na Baía dos Porcos, que apoiam o Grupo Alpha 66, outros grupos de resistência anticastristas que atuam de forma terrorista em Cuba. Não que Cuba atue de forma terrorista, não. Cuba, que tem um serviço de inteligência bastante bem dimensionado, atua na Flórida não contra os interesses americanos, mas para saber, para prevenir com antecipação a ação dos grupos que atuam como terroristas no território cubano, em especial contra a indústria do turismo.

Houve algumas ações. A Espanha foi pioneira na implantação de redes de hotéis modernos em Havana, Varadero e outros lugares. Houve ações terroristas contra o Hotel Meliá, por exemplo. Essas ações foram realizadas por cubanos contra o governo castrista na Flórida. O próprio Governo cubano passou para o governo americano, o próprio Comandante Fidel passou uma relação dos suspeitos de participarem nisso, levantados por obra bem conduzida dos serviços de inteligência cubana. Então, foi nesse sentido e não ao contrário.

Quem realiza não só ações terroristas, mas ações de propaganda, de contrapropaganda contra o governo cubano são esses grupos anticastristas, com não comprovado, mas declarado possível apoio de setores vamos chamar de conservadores nos Estados Unidos.

Uma realidade – é isso que eu mencionei – é que existem refugiados cubanos nos Estados Unidos que são refugiados econômicos, por força do bloqueio, enfim. Mas não são refugiados políticos. Não têm queixas, como disse o Sr. Presidente Collor, do governo cubano. Reconhecem que Cuba tem qualidades de excelência na área da educação, no ensino, na própria segurança, na saúde particularmente, mas saíram de Cuba por outros motivos.

Foi isso que eu mencionei. Então, a comunidade cubana lá tem – vamos dizer assim – gradações, variados grupos que são, de certa maneira, até antípodas, mas não cubanos realizando ações terroristas nos Estados Unidos. Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Satisfeito, Senador?

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos a presença, em especial aos nossos convidados: o Sr. General de Divisão José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; o Sr. Bo Stenfeldt Mathiasen, representante regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; ao Sr. Jorge Henrique Cabral Fernandes, do Departamento da Ciência da Computação da Universidade de Brasília; ao Prof. Márcio Paulo Buzanelli, ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo e ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas e ex-Conselheiro do Conselho do Controle de Atividades Financeiras.

Quero agradecer de forma muito especial a honrosa presença dos senhores membros do corpo diplomático, S. Ex^a o Embaixador do Iraque, Baker Fattah Hussen; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada Argélia; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada de Espanha; Sr. Abolghasem Shahrzad, Conselheiro da Embaixada da República Islâmica do Irã; Sr. Rafael Hidalgo Fernandes, Conselheiro da Embaixada de Cuba; Sr. Igor Kremnev, Primeiro Secretário da Embaixada da Federação Russa.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 12 de abril, quinta-feira, neste plenário, quando será realizada a audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que terá por finalidade debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, de autoria do Senador Roberto Requião.

Estão convidados para essa audiência pública o Magnífico Reitor João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Sr. Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; o Sr. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; e o Sr. Lucien André Muñoz, representante da Unesco no Brasil.

Ao agradecer mais uma vez a todos os senhores e senhoras presentes, especialmente aos Srs. e às Sr^{as} Senadoras, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 22 horas e 01 minuto.)

Ata da 14ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, Realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (16ª Reunião) e Pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (14ª Reunião), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 12 de abril de 2012, quinta-feira, às 10 horas, na Ata Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07.

Às dez horas e trinta minutos do dia doze de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Roberto Requião**, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras e Senhores Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Ana Rita, Angela Portela, Aníbal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Luiz Henrique, Marta Suplicy, Paulo Bauer, Pedro Taques, Randalfe Rodrigues, Sérgio Souza, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Também presente o Deputado Federal **Paulo Rubem Santiago**. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete ao Plenário a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 52, de 2011, e ao Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 21, de 2012, ambos de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovados, respectivamente, em 1º de dezembro de 2011 e em 03 de abril de 2012, destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011, de autoria do Senador **Roberto Requião**, que “*altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Amaro Henrique Pessoa Lins**, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; o Senhor **Vicente Celestino de França**, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; e a Senhora **Divina das Dores de Paula Cardoso**, Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de

Goiás. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras **Ana Amélia, Angela Portela, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy** e os Senhores Senadores **Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Cristovam Buarque**, além do Deputado Federal **Paulo Rubem Santiago**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a 14ª Reunião Conjunta, 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada, por absoluta unanimidade. *(Palmas.)*

A presente reunião conjunta destina-se a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, de autoria do Senador Roberto Requião – que, por acaso, preside esta reunião. *(Palmas.)*

Para debater o tema, hoje, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem, pelo roteiro, convido para sentar à mesa, onde eles já estão: Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; Divina das Dores de Paula Cardoso, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás.

Sejam bem-vindos.

O tempo destinado à apresentação inicial será de 15 ou 20 minutos, com tolerância de dois minutos,

que é a regra, mas nós não estabeleceremos um rigor muito grande, se o conteúdo das exposições for interessante. Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Sem mais delongas, abrimos a reunião, passando a palavra ao Sr. Amaro Henrique Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação do Brasil.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Bom dia a todos os presentes.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Roberto Requião, autor também do projeto que nós vamos debater esta manhã e cumprimento, na sua pessoa, os demais Senadores aqui presentes – o Senador Cristovam Buarque, contemporâneo da minha universidade, e a Senadora Ângela Portela, de Roraima –, o Deputado Paulo Rubens e os demais Parlamentares. *(Palmas.)*

Quero cumprimentar a Profª Divina, que representa aqui a nossa associação nacional das universidades federais, e o Prof. Vicente Celestino de França, que representa aqui a Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

Ao cumprimentar também todos os demais presentes a esta reunião, quero dizer, Senador Roberto Requião, da alegria de poder participar de um debate tão atual como este, a questão da revalidação de diplomas.

Eu gostaria de fazer uma menção muito breve a uma missão da qual eu tive oportunidade de participar agora, da Presidente Dilma. Fui acompanhando o Ministro Mercadante a Washington, onde foi discutido o programa Ciência Sem Fronteiras e as relações das universidades brasileiras com as universidades norte-americanas. Certamente, todos viram, pela mídia nacional – e algo semelhante aconteceu também nos Estados Unidos –, o grande interesse das instituições americanas em fazer cooperação com as nossas instituições brasileiras. E, claro, tudo isso se deve ao momento que o País está vivendo, em que há uma grande demanda dos diversos setores para dar suporte ao desenvolvimento nacional. E, com isso, nós percebermos não apenas os empresários americanos, mas a academia querendo estar mais próxima do nosso País.

É claro que todos nós sabemos... Eu sou ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco e pude, ao longo dos últimos anos – fui reitor por oito anos –, perceber a inserção da educação superior e a educação colocada como pilar do desenvolvimento.

Quem é de Pernambuco, tem dois pernambucanos aqui, e o Deputado Paulo Rubem está acom-

panhando bem, nós temos lá o projeto, por exemplo, do Distrito Industrial de Suape. Nós estamos com três estaleiros sendo implementados simultaneamente.

E o que está acontecendo? Nós precisamos contratar engenheiros navais que vêm do Japão, vêm da Coreia e vêm de outros lugares. Estamos instalando um pólo farmacoquímico. Nós precisamos também trazer pessoas para contribuir para o desenvolvimento nesses pólos industriais.

Bem, quero cumprimentar nossa Deputada Teresa Leitão, de Pernambuco, que foi Presidente da Comissão de Educação lá também.

Teresa, é um prazer vê-la aqui.

A mesma coisa acontece em todos os Estados. A construção civil... Quem, hoje, não é vítima da falta de profissionais na construção civil. Os empreendimentos imobiliários estão atrasando, os investimentos realizados, por exemplo, nas universidades federais com expansão não estão tendo as obras no seu devido tempo, principalmente por falta de profissionais qualificados para isso.

E nós precisamos, por exemplo, de mais professores no nosso País. É de 250 mil o déficit, hoje, de professores para dar suporte à formação na educação básica para as nossas crianças, nossos adolescentes e nossos jovens.

Então, tudo isso demonstra a atualidade da discussão que nós estamos fazendo aqui hoje.

De acordo com o art. 48 da LDB, os egressos de universidades estrangeiras, sejam brasileiros ou estrangeiros, precisam, tanto no nível da graduação quanto da pós-graduação, fazer a revalidação em instituições públicas que ofereçam cursos na mesma área de conhecimento e com uma qualificação comprovada no País. No caso da pós-graduação, isso é feito através da avaliação trienal da Capes. E as universidades já estão fazendo o seu papel, o esforço de revalidar esses diplomas.

Para todos entenderem, a revalidação de um diploma desse exige que a instituição faça uma análise detalhada dos conteúdos curriculares que foram cursados na instituição de origem, a equivalência desses conteúdos, que, na verdade, não é apenas o nome de tal conteúdo, mas verificar se, de fato, esses egressos dessas instituições tiveram uma formação que corresponde, uma formação que é oferecida nas universidades brasileiras.

Mas acontece que em algumas áreas essa demanda é muito maior, realmente, do que a capacidade que as instituições têm de atender. Por exemplo, é o caso da medicina. Para isso foi criado um novo instrumento que é o Revalida, que é muito novo ainda,

claro, e precisa passar por um aperfeiçoamento para atender a esse novo momento.

Então, nós temos acompanhado de perto essa questão e precisamos evoluir. Então, o projeto que é apresentado pelo Senador Roberto Requião tem essa importância de trazer para o debate um tema tão relevante para a nossa situação no Brasil hoje.

No MEC, eu diria o seguinte: nós não temos, hoje, essa discussão, dessa forma, não está colocada. O que nós precisamos é ouvir todos aqueles que estão participando do tema – hoje temos aqui a reitora que representa a Andifes e temos representantes dos graduados nas instituições estrangeiras.

E ouvir para que possamos criar uma base que sirva de instrumento para que esse processo possa evoluir. No MEC, temos um parecer mostrando a importância do projeto que está em discussão. E nós estamos aqui hoje exatamente querendo ouvir o que todos têm a dizer, para que possamos trabalhar na direção de melhorar e facilitar a vida daqueles que querem vir ao Brasil.

Eu diria que, no projeto Ciência sem Fronteiras, algo realmente inusitado aconteceu. Tínhamos cerca de 300 bolsas para pesquisadores importantes do mundo inteiro para virem ao Brasil e a demanda foi o dobro de pesquisadores – e eu diria que alguns do nível de Prêmio Nobel nas suas áreas de conhecimento. Muitos deles virão e é interesse do País que alguns deles permaneçam para desenvolverem, então, as suas atividades no País. É isso que esperamos.

Precisamos, então, saber o que vamos fazer com esses jovens talentos - porque também está aberto para se trazerem jovens talentos -, brasileiros ou não, para atuarem em nossas instituições, em projetos de pesquisa e na formação de graduados e pós-graduados.

Então, eu gostaria de, nesses minutos, fazer essas colocações. Estou à disposição para esse debate e para que possamos agilizar essa discussão no âmbito do MEC. Senador Roberto Requião, eu agradeço muito o convite para participar desta mesa e já me coloco à disposição da Comissão para dar continuidade a essa discussão no âmbito do MEC.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Passo a palavra ao Sr. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior. Com a palavra, Sr. Vicente.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Sr. Presidente da Comissão, Senador Requião, demais membros da mesa, ilustres Senadores, Deputados, convidados de diversos Estados, senhores e senhoras, revalidando aqui presentes de todos os Estados do

Brasil, temos aqui, nesta audiência, uma representação de todos os Estados do Brasil que aqui representam mais de 20 mil brasileiros que fizeram curso no exterior e que hoje não têm o seu direito respeitado! Não têm o seu direito respeitado! (*Palmas.*) Eu gostaria de, neste breve momento, apresentar um pouco da nossa caminhada de cinco anos de trabalho na ANP-GIEES, também em parceria com a Abpós Mercosul, cujo presidente, Carlos Estephano, eu cumprimento. Ele é um companheiro na luta e está conosco nessa batalha. (*Palmas.*)

Quero também dizer que tem sido uma luta muito grande para vencer as barreiras que são impostas a esses brasileiros que, com muito sacrifício, estão contribuindo com o Brasil. Eles estão investindo do seu próprio bolso para fazer um curso, seja de graduação, seja de pós-graduação e, quando concluem esses cursos, alguns estão esperando há mais de cinco anos para revalidar um diploma! Mais de cinco anos para revalidar um diploma.

Eu gostaria, neste breve momento, de fazer uma reflexão com esta Comissão, com os aqui presentes, com aqueles que nos escutam sobre o processo de revalidação no Brasil. Eu escolhi três pontos para essa breve reflexão. Primeiro, a realidade dos que buscam a revalidação. Quem são essas pessoas? Que público é esse? Depois, vamos refletir sobre o posicionamento das instituições brasileiras sobre a revalidação. O que dizem as instituições, o Congresso, as instituições federais a quem, por lei, compete a revalidação? Por último, nós queremos apresentar sugestões, o caminho para a solução do problema da revalidação.

Primeiro ponto. Qual é o posicionamento das instituições brasileiras sobre a revalidação do diploma? Primeiro, as políticas públicas e os tratados internacionais. Nós sabemos que o Brasil celebrou vários tratados de reciprocidade acadêmica com vários países e esses tratados não estão sendo respeitados no Brasil. Não estão sendo respeitados, de jeito nenhum! (*Palmas.*) É preciso que se façam valer os tratados e os acordos que o Brasil assinou de reciprocidade acadêmica e que as pessoas tenham o seu direito garantido por esses tratados. Nós assistimos ao êxito educacional na formação superior. São muitas pessoas, milhares de pessoas que hoje vão buscar lá fora aquilo que não têm em nosso País. Todos nós sabemos que o acesso ao ensino superior é restrito. As vagas são poucas: a maioria das universidades abre, em cada curso, por ano, no máximo, no máximo, 10, 15, 20 vagas. Às vezes, em Estados que hoje chegam a dar o diploma de graduação a mais de 3 mil profissionais por ano, em uma só área, abrem-se apenas 15 ou 10 vagas. Então, nós sabemos que as vagas são poucas. O reconhecimento

disso é o programa que a Presidente Dilma acaba de lançar, justamente tentando garantir 100 mil bolsas no exterior, porque isso é um avanço para o nosso País.

Qual seria a logística da revalidação? É preciso uma estruturação desse processo. Nesse sentido, os nossos Senadores Requião e Cristovam foram solidários e perceberam a deficiência da lei, que precisa regulamentar esse processo de revalidação de diplomas. Hoje, nós assistimos, em todas as universidades brasileiras – em todas! –, a um bloqueio à revalidação de diplomas. Nós acompanhamos esses processos. Só pela nossa associação, são mais de 1000 processos. Do ano passado para cá, desses 1000 processos, apenas 2 foram revalidados. Então, estamos vivendo uma situação de bloqueio. Isso não pode continuar, senhores. Isso não pode continuar. É um bloqueio nacional em todos os Estados. (*Palmas.*)

Por quê? O que está acontecendo em relação a esses bloqueios? Nós estamos diante de uma campanha que faz frente a essa questão da revalidação de diploma em que, em sua maioria, coloca os diplomas obtidos no exterior como diplomas de má qualidade. Esse discurso não procede. É bem verdade que, em todos os países, temos instituições sérias, instituições de qualidade, como também temos instituições que estão deixando a desejar. Isso não é só lá fora. Aqui, no Brasil, também, neste ano mesmo, o nosso Ministério já descredenciou várias universidades, porque detectaram a má qualidade. Não queremos aqui defender uma revalidação sem qualidade. (*Palmas.*) Nós temos o compromisso com o Congresso, com o Ministério, com a Presidente Dilma de garantir a qualidade no processo de revalidação. Não vamos aceitar que nenhum brasileiro faça um curso no exterior de má qualidade ou que seja vítima da pirataria do diploma existente em todo o mundo. Nós temos situações no Brasil de pessoas que fizeram cursos, turmas inteiras – eu mesmo acompanho uma turma do Estado do Sergipe, uma turma do Estado de Pernambuco, uma turma do Estado da Paraíba e uma turma do Estado do Rio Grande do Norte e daqui, de Brasília –, em que esses profissionais investiram mais de R\$20 mil para fazer um curso no exterior e hoje seus diplomas não valem nada porque fizeram curso numa instituição de má qualidade e a instituição sequer existia ou estava autorizada em seu país de origem. Então, não somos a favor dessa questão da revalidação indiscriminada sem qualidade. Revalidação, sim; revalidação já, mas com qualidade. (*Palmas.*)

Assim, quero daqui mostrar a situação. Selecionei ali uma foto que saiu na semana passada, daqui da UnB, de Brasília, para mostrar a vocês a situação de desespero dos pesquisadores. Contemplem! Isso

não pode existir num país sério. Pesquisador ter que dormir numa fila, como dormiram aqui na UnB na semana retrasada. Isso não pode continuar. Dormiram numa fila para poder a Universidade, num universo, uma população de Brasília de mais de dois milhões de habitantes. Com certeza, aqui em Brasília, há mais de cinco mil pessoas que querem fazer revalidação e tiveram que se sujeitar a uma fila porque a Universidade só ofereceu seis vagas para analisar processo. Isso é um absurdo. Seis vagas numa cidade como Brasília. *(Palmas.)*

Por outro lado... Eu não vim só fazer reclamações, mas também mostrar o que tem sido feito de positivo. E quero aqui, como pernambucano, acolher o Prof. Amaro, que agora chegou e assumiu essa nova pasta no Sesu, e dizer ao senhor que, no ano passado, junto com o Deputado Paulo Rubem, tivemos uma audiência, já fiz uma cena da audiência da Câmara 07. Tivemos essa audiência, na qual conseguimos, junto com a Comissão de Educação da Câmara, Dr. Amaro, abrir uma negociação com o Sesu. As instituições sequer se abriam ao diálogo. Não havia diálogo social. Isso é outro absurdo. A gente não podia nem chegar na porta, sequer para dialogar. Então, a Comissão de Educação conseguiu abrir o diálogo e nós formamos, Dr. Amaro, uma comissão muito simples, que vai acompanhar esse processo de revalidação. Nós já tivemos, ainda no seu antecessor, Dr. Luiz Cláudio, três reuniões no Sesu e já marcamos uma para o final do mês de maio. Inclusive teve uma assim que o senhor chegou, foi logo na semana de sua chegada, não deu para o senhor participar. Porém, essa comissão acompanhou as promessas feitas pelo Dr. Luiz Cláudio. Vocês se lembram: ele prometeu até dezembro de 2011 fazer um estudo com todas as universidades, verificar o passivo, quantos diplomas têm nas universidades para serem revalidados e, até hoje, esse trabalho não foi feito.

A gente precisa, Dr. Amaro, e aí evocamos o seu caráter pernambucano cabra da peste, que o senhor possa nos ajudar, porque não os temos como pessoas antagônicas, temos vocês como parceiros, porque, assim como nós, vocês também querem ajudar a contribuir para que os brasileiros tenham seus direitos reconhecidos.

Então, essas ações afirmativas, foi criada essa comissão, queremos contribuir. Assim como o Sesu está aberto, denunciamos o fechamento da Capes, que não tem diálogo social, que não abre suas portas para receber uma comissão e sequer sentar à mesa, porque já convidamos para várias audiências e eles nunca se dispuseram a debater, a ter um diálogo social conosco. *(Palmas.)*

Último ponto. Peço perdão, já está no meu limite, peço, por gentileza, só dois minutinhos para que eu possa concluir.

O último ponto que eu gostaria de apresentar é o caminho para uma solução à problemática da revalidação. Primeiro, nós começamos aqui nesta Casa Legislativa, a quem queremos agradecer pela sua função social, porque este problema da revalidação só pode ser resolvido pelo meio político, pela Casa Legislativa.

Primeiro, nós começamos aqui no Congresso. Eu já mostrei as fotos.

Por gentileza, a foto da primeira audiência, em 2009.

Nós realizamos, em 2009, aqui nesta Casa, a primeira audiência para tratar dessa questão. Depois, nós realizamos a segunda audiência e já fizemos duas audiências na Câmara dos Deputados. Em seguida, nós começamos um trabalho nos Estados. Estamos levando o assunto para todos os Estados para que reconheçam, no âmbito estadual, os tratados internacionais. Não há o que fazer. Chega a ser uma duplicidade, porque já é lei, mas, nos Estados, os princípios não são respeitados. E nós recebemos, em todo o Brasil, uma manifestação muito bonita dos nossos Deputados.

Então, quero apresentar a vocês rapidamente.

Nós começamos a discussão em Salvador. O Deputado Deraldo está aqui presente. *(Palmas.)*

A outra por gentileza.

Esta audiência ocorreu no Distrito Federal. O Deputado Wasny está aqui. *(Palmas.)*

Nós realizamos uma audiência também em Goiás. O nosso Deputado Valcenor está presente. *(Palmas.)*

Nós fizemos – por gentileza – uma audiência internacional em Londres. Inclusive o pessoal da Capes participou dessa audiência no ano passado para discutir o problema de revalidação no Brasil.

Por gentileza.

Nós realizamos também uma audiência em Recife, Pernambuco. A Deputada Teresa Leitão e o Deputado Paulo Rubem participaram também dessa audiência. *(Palmas.)*

Nós fizemos – por gentileza – outra no Rio Grande do Norte. O Deputado não pôde vir, porque já tinha compromisso, mas nós discutimos o assunto naquele Estado. E em todos esses Estados o projeto está tramitando.

Por gentileza, outro.

Houve uma audiência também em Sergipe. Nós tivemos o apoio da Deputada Maria Mendonça, que aqui se encontra representando a sua companheira Ana Lúcia. *(Palmas.)*

Contamos com a presença da Deputada Teresa Leitão, que nos deu total apoio em Recife, Pernambuco.

E já estamos também programando uma audiência no Estado de Mato Grosso. No próximo dia 24, teremos audiência no Estado do Ceará, em Fortaleza; e em São Luís e já estamos programando as audiências em Belém, no Amapá e também em Santa Catarina, Maceió, Alagoas e no Rio de Janeiro. Até o mês de junho, vamos tentar cobrir o Brasil inteiro, todos os Estados da Federação.

Então, este é o nosso objetivo: queremos construir uma proposta de diálogo. O Senador Requião e o Senador Cristovam apresentaram nesta Casa o Projeto 399. Vamos apresentar aos Srs. Senadores uma proposta de mudança desse projeto, que já foi um grande passo, pois nós lutamos, por quatro anos, para conseguir um projeto nesta Casa e só agora conseguimos. Peço um aplauso a esses Senadores, sem nenhum demérito para os demais. *(Palmas.)* E nós apresentamos ao Sr. Relator, o Senador Cristovam Buarque, uma proposta de alteração desse projeto. Essa proposta vai ser fruto da negociação na comissão da qual estamos participando junto com a Sesu. Trata-se justamente daquela questão do verbo que diz que “poderão ter revalidação de diploma”.

Outra questão crucial para nós é a definição da qualidade acadêmica das instituições estrangeiras. No nosso entendimento, quem deve definir a instituição que está devidamente legalizada e que tem qualidade deve ser o país de origem, seja no Mercosul, seja na Europa, seja na América do Norte. *(Palmas.)*

A utilização de um *ranking* poderá ser injusta. Vou dar só um exemplo. Se fosse aplicado aqui no Brasil o último *ranking*, apenas uma universidade teria qualidade para ter seus diplomas revalidados. Em relação aos outros países, quase nenhuma.

Nesse sentido, precisamos pensar melhor na redação do texto. Como vamos estabelecer o critério de escolha da instituição de qualidade? Defendemos que essa instituição deverá ser uma instituição de qualidade, mas também defendemos a soberania de cada país que deve, com bom senso, indicar quais são as universidades que têm competência para oferecer bons cursos.

Se o Brasil quiser fazer esse trabalho em colaboração com os outros países, devemos iniciar um diálogo com esses países para fazer essa lista, como era a proposta do nosso Senador. Porém, entendemos que essa lista jamais poderá ser feita por nós, porque há alguns elementos que precisam ser respeitados.

Há diplomas que estão sendo negados. Sei de um caso específico em Aracaju e em Salvador. Eles devolveram o processo do aluno com a seguinte frase: “um diploma do Paraguai não merece sequer ser analisado”. Isso é um absurdo. Isso não pode continuar,

porque muitas pessoas confundem o Paraguai com aquela atividade muitas vezes ilegal das fronteiras. O Paraguai é um país soberano, que tem instituições de qualidade e também instituições que têm seus limites. No entanto, nós não podemos tirar a parte pelo todo. *(Palmas.)*

Queremos agradecer a iniciativa, queremos agradecer a esta Casa Legislativa a possibilidade da realização desta audiência e queremos pedir um caráter de urgência a esse projeto em votação nestas Comissões.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Depois de ser examinada pela Comissão de Relações Exteriores, esta matéria vai à Comissão de Educação em caráter terminativo. *(Palmas.)* O que significa isso? Aprovada pela Comissão de Educação, ela não passará mais pelo plenário do Senado. Ela irá diretamente para a Câmara Federal. *(Palmas.)*

Eu quero fazer um apelo ao ilustre Plenário. Isto aqui é o Senado a República, e essas manifestações destemperadas não serão admitidas mais aqui. Um pouco de educação e contensão nas manifestações será muito interessante para o prosseguimento da reunião, senão serei obrigado a evacuar a sala e deixar só os Srs. Senadores presentes. É o último aviso!

Com a palavra a Sr^a Divina das Dores de Paula Cardoso.

A SR^a DIVINA DAS DORES DE PAULA CARDOSO – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Roberto Requião. Cumprimento os Senadores e os Deputados presentes, as autoridades e todas as pessoas que aqui estão com interesse direto no reconhecimento dos seus títulos obtidos no exterior.

Queria cumprimentar, separadamente, o Sr. Vicente Celestino de França, que é Presidente de uma associação nacional de pós-graduados em instituições que fazem suas pós-graduações no exterior.

Sou Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás e represento aqui a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Na Andifes, nós temos o Colégio de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, e aqui estou representando os pró-reitores das Instituições Federais de Ensino Superior vinculados à Andifes.

Eu gostaria de dizer, Sr. Vicente Celestino, que os pró-reitores das Ifes têm o maior respeito pela associação nacional de pós-graduandos do Brasil e também do exterior ou Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior. E quero dizer, falando em nome dos pró-reitores das Ifes, mas

também considero que posso falar em nome da grande maioria dos pró-reitores que compõem o Fórum Nacional de Pró-Reitores deste País, que a preocupação com a revalidação de títulos de pós-graduação emitidos no exterior é absolutamente geral. Temos uma grande preocupação.

Concordo com muitas das suas palavras, quando você diz – e também o Professor Amaro, nosso Reitor, o disse – que muitos títulos realmente não podem ser reconhecidos.

E quando me deparo com a proposta do Senador Requião – quero parabenizá-lo, Senador, pela iniciativa, porque é uma preocupação nossa que realmente ficava ainda à espera de alguma ação e sua proposta pode ser essa ação, então, acho que merece parabéns por ter iniciado o processo –, ao analisar o § 4º e o § 5º da Lei de Diretrizes e Bases, como educadora, como Pró-Reitora de uma instituição federal de ensino superior e representante do colégio de pró-reitores, algumas considerações nós achamos importante que sejam trazidas.

O § 4º nos diz de um reconhecimento automático.

O § 5º complementa dizendo: “Desde que a instituição seja de reconhecida excelência acadêmica”.

Com bem disse o Sr. Vicente Celestino, não é fácil a admissão de instituição estrangeira de nível superior. Os sistemas de ranqueamento existentes não são muitos e são absolutamente contraditórios – e ele cita o THE – Times of Higher Education, que é, vamos dizer, o chefe dos ranqueamentos mundiais, que coloca apenas um número muito diminuto de instituições no Top 50. Portanto, há uma enormidade de instituições que não se encaixam nesse Top – e você bem disse, o Brasil entraria com a USP. Agora, existem outras maneiras de se reconhecer para além de um ranqueamento – e esse para além de um ranqueamento passa pela reconhecida produção intelectual e de formação de uma instituição estrangeira.

Quando, no § 5º, se coloca que o Poder Público fará periodicamente uma listagem das instituições que podem ser reconhecidas, esse é um processo absolutamente difícil, muito difícil. Portanto, as universidades brasileiras ficarão à mercê dessa lista que será revista periodicamente.

Nós temos um sistema brasileiro que eu considero ímpar. Nós temos um MEC que avalia as instituições, avalia os cursos e pune aqueles cursos e aquelas instituições que não condizem com a qualidade necessária à educação brasileira. E nós temos um sistema nacional de avaliação de pós-graduação que é único no mundo, porque fomenta e avalia. E esse sistema nacional de pós-graduação, e eu só vou falar em ter-

mos da pós-graduação, é reconhecido mundialmente e isso é comprovado coletivamente e individualmente.

O fato é que a pós-graduação brasileira levou o Brasil ao 13º lugar na produção intelectual mundial. A pesquisa, a produção do conhecimento, a geração da inovação se dá, neste País, prioritariamente muito perto dos 100% nas instituições brasileiras de ensino superior e, diria, particularmente nas públicas. E compete a estas fazer o reconhecimento de títulos.

Naturalmente nós não chegamos a esse patamar e com todos os entraves que nos são reservados até alcançá-lo facilmente. Basta ver qual é o PIB disponibilizado em outros países para que se chegue a uma posição importante na produção científica. O Brasil está muito longe de alcançar outros países. Então é preciso um esforço descomunal não só do docente pesquisador, mas das poucas agências de fomento que nós temos neste País para nos auxiliar no processo da produção científica e intelectual.

Esse 13º lugar, então, chegou a partir de recursos humanos alocados nas instituições principalmente públicas. Claro que temos belíssimas exceções: formados, titulados com a excelência necessária e que têm a função de formar outros recursos humanos com a igual competência. Nesse sentido, há uma preocupação muito grande em adentrarmos ao nosso País os nossos queridos brasileiros que recebem seus títulos no exterior, mas não com a formação necessária. Esse é simplesmente o ponto.

O Sr. Vicente nos disse que mais de mil processos encontram-se parados. Felizmente, na minha instituição, eu não tenho um. Mas eu diria, tomando por base a minha instituição e isso pode ser extrapolado para as outras instituições brasileiras com certeza, tenho provas disso, que a grande maioria dos diplomas que chegam para serem reconhecidos provêm não das grandes instituições que nós sabemos serem de excelência mundial, mas de instituições muitas e muitas vezes completamente desconhecidas.

A LDB nos diz que nós devemos analisar aquele processo, que ele deve ser analisado por uma comissão de especialistas, naturalmente ligados a programas de pós-graduação. E aí eu digo, também com a experiência da minha instituição, mas falando pelos pró-reitores, que aqueles diplomas, pouquíssimos, pouquíssimos – e talvez, com essa ação da Presidente Dilma, isso possa aumentar um pouco –, repito: aqueles diplomas pouquíssimos que nos chegam das instituições consideradas de excelência mundialmente não são reprovados. Não o são porque têm a condição metodológica, didática e científica suficiente para se comparar à pós-graduação brasileira.

Por outro lado, e deve-se estruturar o seu... (*inaudível*), quase que a totalidade... Não, totalidade, não. Vou retirar um pouco pensando no número que eu tenho. Mais de 50% dos títulos que chegam de outras instituições que não as consideradas de vanguarda não podem ser reconhecidos, o que gera uma situação extremamente grave para o estudante, para a instituição que não pode reconhecer e para o Brasil.

Eu dizia ao Professor Amaro que nós, em agosto de 2011, formulamos uma série de sugestões a partir do Colégio de Pró-reitores das Ifes, sugestões essas que visam dar as condições mínimas e coletivas para todas as IES – e não existe isso na nossa LDB – para que as instituições tenham oportunidade de realizar a sua função de reconhecimento de títulos com uma base uniforme. E mais, que seja dada ao estudante que vai para o exterior a condição de reconhecer em que instituição ele vai fazer a sua pós-graduação, porque a grande maioria dos nossos brasileiros não sabe em que se mete. Portanto chegam aqui sem saber e querendo o seu reconhecimento.

Esse documento foi entregue à Andifes e creio que à Capes e ao MEC. A proposta, entre outras, é a de criação de um sistema nacional de revalidação de títulos de pós-graduação emitidos no exterior com o trâmite *on line*, de forma que todas as instituições saibam o que está acontecendo, assim como todos os interessados.

Então eu gostaria de finalizar, pedindo desculpas pelo tempo, de mais uma vez parabenizar, mas de dizer que além de simplesmente pela força da lei reconhecermos automaticamente, com todas as dificuldades que se inserem no reconhecimento de instituições de excelência, a lei seja a força da lei, que ela seja direcionada no sentido de estabelecer regras coletivas, universais que possam nos nortear.

Obrigada e desculpe pelo excesso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa quer fazer referência a uma série de pessoas e de entidades presentes na nossa reunião, como o Deputado Federal Rubens Santiago, que terá inclusive acesso à palavra na Comissão, se assim o desejar, a Deputada Tereza Leitão, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Deputado Valcenor Braz, da Assembleia Legislativa de Goiás, a Deputada Maria Mendonça, da Assembleia Legislativa de Sergipe, o Deputado Fábio Novo, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, o Deputado Gilberto Palmares, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Deputado Federal Wasny de Roure, a Sr^a Helena Felipe Salazar, Ministra da Embaixada da República do Paraguai, a Sr^a Adelia Campos Amarília, Primeira

Secretária da Embaixada da República do Paraguai, Sr. Gonzalo Entenza, Primeiro Secretário da Embaixada da República Argentina, e Dr. Luiz Morales, da Universidade Tecnológica Intercontinental do Paraguai.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores – temos dois inscritos: Senador Cristovam e Senadora Ana Amélia –, eu gostaria de dizer o que me mobilizou para apresentar esse projeto de lei. Foram dois fatos da minha vida acadêmica e da minha vida pessoal que me levaram a me interessar por esse problema.

Primeiro deles, eu sou advogado formado pela Universidade Federal do Paraná. Em certo momento, a nossa universidade federal teve a possibilidade de ter como professor um extraordinário jurista uruguaio, famoso Couture, e a nossa universidade não o aceitou porque era uruguaio e não tinha o seu diploma reconhecido no Brasil.

O Couture é, sem sombra de dúvida, um dos melhores juristas que já passaram pela América.

E, posteriormente, na minha família, um tio, o irmão mais velho do meu pai, formou-se em medicina em Lausanne, na Suíça. Depois de formado em medicina, em Lausanne, na Suíça, ele passou a ser catedrático de Sorbonne, em Paris. Quando voltou ao Brasil, ele não conseguiu clinicar, porque simplesmente as corporações não o aceitavam como médico.

Então um cidadão que, num determinado momento, era o mais importante professor da Universidade de Sorbonne e graduado de forma extraordinária na melhor universidade suíça, a Universidade de Lausanne, não tinha condições de trabalhar no Brasil.

Nós vamos ter um debate interessante que tem dois vãos, duas tendências: uma é a tendência corporativa, da liberação geral de qualquer curso.

Por exemplo: a proposta do nosso companheiro Amaro, de reconhecer a soberania de países, é absolutamente inaceitável para mim, como autor da lei. Por quê? Porque não podemos aceitar, em determinadas circunstâncias, nem a validade das universidades brasileiras, estaduais ou não. Nós temos o exame da Ordem para os advogados do País porque não há outra maneira. A qualidade de algumas universidades, embora registradas, reconhecidas nesse processo de privatização ou não – estaduais também as temos muito ruins em alguns casos –, não pode permitir que essas pessoas entrem no mercado de trabalho comprometendo a segurança da sociedade.

Então é evidente que essa visão de soberania é muito estranha e inaceitável, do meu ponto de vista como autor do projeto. O Relator é o Senador Cristovam, que vai conversar sobre isso depois.

Outro aspecto é o vezo corporativo. Eu esperava a resistência das universidades públicas: é um múnus nosso, nós temos que fazer.

A visão que iluminou a redação dessa lei é outra. O MEC tem que se aparelhar para fazer o reconhecimento automático e periódico de cursos de universidades do exterior.

Nas minhas mãos, alguns anos atrás, quando eu era Senador no meu primeiro mandato e Presidente da Comissão de Educação, caiu um estudo sobre as universidades norte-americanas.

Existem universidades de péssima qualidade nos Estados Unidos. Eles partiram para aquele conceito de excelência de universidade, algumas fantásticas. Em outras o sujeito se forma porque sabe jogar basquete ou é um bom jogador de futebol. E esse relatório do Senado dos Estados Unidos me informava que alunos saíam de universidades americanas sem saber escrever ou falar inglês.

Então nós não podemos fazer tabula rasa da possibilidade de um exame e de uma classificação. O objetivo aqui, a meu ver, é enfrentar essa visão libertária que libera geral e não contribui para o País, mas enfrentar também o vezo corporativo das instituições, não é, Dr^a Divina das Dores de Paula Cardoso?

Nós precisamos facilitar isso, racionalizar, porque países como a China, por exemplo, viabilizaram o seu avanço tecnológico mandando milhares de alunos para estudar nas melhores universidades do mundo. E nós não vamos complicar isso com a visão corporativa de universidades públicas brasileiras. A meu ver, tem que ficar na mão do Ministério da Educação e a classificação dessas universidades ser uma coisa muito séria. E não é da universidade.

Eu imagino a classificação dos cursos que serão automatizados no seu reconhecimento. E essa reavaliação deve ser periódica também. Ela não pode ser perene. Uma avaliação num determinado momento pode não valer para quatro, cinco, seis anos. É uma questão que nós temos que discutir. Acredito que isso nem deve ser abordado pela lei, mas deve ser regulamentado pelo Ministério, para ter a devida flexibilidade. Pela lei, cada vez que tivermos que mexer em um critério nós teremos uma jornada de anos no Congresso Nacional.

Com a palavra...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O Senador Cristovam tem a preferência na inscrição. Eu sou a segunda. Mas, como V. Ex^a já registrou um número de convidados nessa audiência, eu queria também fazer o registro de outros convidados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Como não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como a do Reitor do Centro Universitário IPA, de Porto Alegre, Roberto Pontes da Fonseca, a Reitora da Unicruz, da Universidade de Cruz Alta, Dr^a Elizabeth Fontoura Dorneles, o Pró-Reitor de Desenvolvimento da Unilasalles Canoas, Professor Luis Carlos Danesi, a Reitora Lia Quintana da Urcamp de Bagé e o Procurador Jurídico-Geral da Urcamp Dr. Jorge Framil Fernandes, que estão assistindo a esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – São bem-vindos.

O Senador Cristovam Buarque tem preferência na inscrição porque é autor do requerimento. Se fosse pela vontade da Mesa, eu daria preferência à nossa Senadora Ana Amélia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu sou autor do requerimento, mas também sou relator e, como relator, quero ouvir os outros antes de falar. Por isso, cedo não apenas à Senadora Ana Amélia, como a todos os outros que queiram me dar suas opiniões, lembrando apenas que tenho um compromisso às 12 horas e 30 minutos e que, sendo todos breves, terminaremos a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Se não for possível, revogamos os compromissos e permanecemos na Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Até pode ser possível. Mas eu gostaria de escutar os outros antes de falar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Roberto Requião, senhores expositores, lamento não ter assistido a todas as exposições, porque o Senado é uma Casa onde transitamos por vários assuntos.

Eu estava tratando do tema agricultura familiar, e, agora, nós trataremos do reconhecimento de diplomas universitários.

Queria cumprimentá-lo, Senador Roberto Requião. V. Ex^a enfrentou realmente um embate e isso precisa ser encarado de forma absoluta moderada, madura, para atender às necessidades do País, mas dentro de uma lógica de qualificação. Porque não adianta entrarmos em um processo que irá desqualificar. Também devemos cuidar da ponta, do “cliente” que será submetido ao trabalho do profissional seja da medicina, da odontologia ou de qualquer outra área, ou mesmo de um advogado. Então, é preciso ter essa qualidade para garantir ao usuário desse serviço a excelência no atendimento.

As minhas perguntas poderão ser respondidas por qualquer um dos componentes da Mesa. Embora digam que ocorrerá um reconhecimento automático, qual o critério? Quando o diploma chega aqui, ele já está valendo? Quais são as exigências para esse reconhecimento automático? Qual critério será adotado? Será levada em conta a similaridade das grades curriculares, por exemplo? Qual será o procedimento adotado quanto às instituições que não constem da lista de reconhecida excelência acadêmica? Na lista dos cursos de excelência, será seguido algum *ranking* de universidade existente hoje no meio acadêmico, como os citados pela Professora Divina? Nesse caso, qual será? Haverá reciprocidade com os estudantes brasileiros, inclusive, no método de avaliação?

Na justificativa do Projeto nº 399, o Senador Roberto Requião faz referência aos estudantes de medicina que têm se dirigido às universidades estrangeiras, motivados pelas dificuldades de acesso aos cursos aqui no Brasil.

De acordo com o Secretário-Geral do Colégio Médico de Cochabamba, na Bolívia, Aníbal Cruz Senzano, existem, aproximadamente, 25 mil brasileiros estudando medicina na Bolívia, sendo que, em algumas escolas, mais de 80% são estudantes brasileiros.

Aí faço a seguinte pergunta: se os alunos que estudam medicina no exterior não precisam fazer prova de reconhecimento para revalidar seus diplomas, os estudantes que estudam direito também não precisarão fazer, no Brasil, o exame da Ordem? A prova da OAB será abolida, nesse caso? Isso criaria uma dificuldade, porque o direito à Ordem é para todos os advogados formados no Brasil. Então, a dúvida é essa.

Nos Estados Unidos, por exemplo, quem é formado em odontologia ou medicina deverá fazer residência nos Estados Unidos e, após a conclusão da residência, basta fazer uma prova e obter a credencial para atuar como médico ou dentista.

A pergunta que eu faço: os senhores entendem que cursos como Medicina, Direito, Engenharia Literatura podem ser tratados da mesma maneira?

No caso do Direito, por exemplo, a legislação é diferente em cada país. A pergunta: será que esses alunos que cursam Medicina em instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica conhecem o Sistema Único de Saúde? Conhecem as necessidades e a realidade do Brasil?

Em 2010, dos 628 médicos inscritos para validar seu diploma no Brasil, apenas dois foram aprovados. Em 2011, foram 677 inscrições e 65 aprovados. Esses números mostram que a revalidação automática de diplomas pode ser, de alguma maneira, um risco, permitindo que profissionais que cursaram Medicina

em outros países entrem no Brasil sem os conhecimentos necessários para a prática dessa importantíssima profissão.

Pergunta para os membros da Mesa: nesses casos, continuará sendo aplicado o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida, do MEC?

Outra questão: os estudantes que recebem bolsa do Governo para estudar fora também estão tendo as mesmas dificuldades para revalidar seus diplomas? Atualmente, quanto tempo se leva – e isso foi mencionado aqui – para revalidar um diploma? A nossa reitora falou que, lá em Goiás, não tem nenhuma esperando. Quanto tempo demora? Isso foi levantado pelo Vicente Celestino. Não seria o caso de apenas simplificar e unificar esse procedimento, em vez de reconhecer automaticamente, mesmo em se tratando de instituições de reconhecida excelência acadêmica?

Então, essas são as minhas questões. Peço licença ao Presidente e aproveito a presença do Secretário de Educação Superior do MEC para fazer uma pergunta fora desse tema, considerando que é de interesse das instituições comunitárias de ensino superior e penso que o senhor não se furtará a responder. Qual é a sua posição sobre a possibilidade de converter as dívidas, no setor público, das instituições comunitárias de ensino superior – e, no meu Estado, são muitas e muito eficientes, conheço-as na sua maior parte – para converter essas dívidas em bolsas de estudos para os estudantes? Até porque o caro Secretário Amaro deve entender que há alguns momentos cíclicos, com crises econômicas. Por exemplo, agora há uma seca e, nas zonas de área rural, os pais dos alunos ficam com dificuldades financeiras de pagar. Criam uma inadimplência na universidade e a situação financeira fica um pouco complicada. Esse é apenas um dos problemas que existem.

Eu, então, queria saber dessa possibilidade, sobre a qual o Congresso está trabalhando, e como o MEC e a Secretaria de Ensino Superior encaram essa proposta de solução para um problema que dá um acesso maior aos estudantes do ensino superior.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB) – (*falha na gravação*) ...de indagações da nossa Senadora Ana Amélia.

Eu só gostaria de adiantar uma resposta. No caso, por exemplo, do advogado, o jurista não é advogado. Para advogar no Brasil, tem que fazer Exame de Ordem, sim. Mas isso não implica que um jurista não possa ser um professor de teoria do Direito, que é uma questão universal. Mas deixaremos, depois, para os nossos palestrantes.

Passarei a palavra, acumulando as perguntas, a nossa segunda Senadora inscrita, Senadora Angela Portela. Por favor, Senadora.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente da Comissão de Educação, Senador Roberto Requião, autor do projeto de lei que torna o processo de reconhecimento de diplomas e títulos expedidos pelas instituições de ensino superior estrangeiras. Quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa, parabenizar também o Senador Cristovam Buarque, por estar preocupado, sinalizando um parecer favorável ao projeto de V. Ex^a.

Nós já observamos que existe uma série de iniciativas, inclusive do Conselho Nacional de Educação, de protocolos internacionais, no âmbito do Mercosul, que sinalizam para uma facilitação no processo de revalidação de reconhecimento dos diplomas de instituições estrangeiras e, agora, o projeto do Senador Roberto Requião aqui, no Congresso Nacional.

Eu quero lhe dizer, Senador, que apoio o seu projeto integralmente. E espero a compreensão. Como o Senador Cristovam Buarque é um Senador extremamente comprometido com a educação do nosso País, certamente ele vai dar uma enorme contribuição para o aprimoramento do projeto de V. Ex^a.

Eu queria dizer que, no meu Estado de Roraima, nós temos um número muito elevado de profissionais, de estudantes que fazem cursos no exterior, fazem curso no Paraguai, na Argentina. São profissionais que já atuam no mercado ou que estão se preparando para atuar no mercado de trabalho no âmbito da educação de uma forma mais qualificada. E a gente quer defender esses profissionais também, obviamente sem desvalorizar, sem desqualificar a autonomia das universidades federais em fazer a revalidação e o reconhecimento desses diplomas, com muita cautela, com muito cuidado, analisando bem o conteúdo, a grade curricular desses cursos e a equivalência aqui em nosso País. E eu reconheço que a grande preocupação das nossas universidades é procedente. Eles não querem reconhecer cursos que não têm a qualidade necessária para esses profissionais atuarem bem no nosso mercado de trabalho. Obviamente, cursos de qualidade inferior, de qualidade precária não é uma característica, não é uma primazia das universidades estrangeiras. No nosso País, existem muitas instituições de ensino superior que também não primam pela qualidade. E o MEC está atento a isso e tem feito um acompanhamento, tem feito avaliação dessas instituições, obviamente, para estar inclusive num programa que o MEC lançou, que o Ministério da Educação lançou, se eu não me engano em 2003 e 2004, que avalia as instituições de ensino superior do nosso País e coloca notas, *ranking*. Isso

demonstra a preocupação do MEC em estar também oferecendo cursos de ensino superior de qualidade para a nossa população.

O programa Ciência sem Fronteira, que é a menina de olhos atualmente da Presidenta Dilma Rousseff, que, inclusive, na viagem recente que fez aos Estados Unidos, destacou muito esse programa, visitando as principais universidades dos Estados Unidos... Aí eu pergunto: o programa Ciência sem Fronteira está enviando 75 mil estudantes universitários para universidades estrangeiras. Eles também vão se submeter, quando voltarem ao País, a essas normas rigorosas de revalidação e de reconhecimento dos diplomas?

Outra questão: nós observamos que, no Governo do Presidente Lula e, agora, no Governo da Presidenta Dilma, ela tem dado continuidade a essa política externa de priorizar a integração regional, a integração do Brasil com os países da América Latina, da América do Sul, na valorização do Mercosul, da Unasul. É uma política do Governo brasileiro buscar essa integração. E essa integração deve envolver também os acordos educacionais com ciência e tecnologia. Isso é uma pauta muito presente hoje no discurso inclusive, na fala do nosso Ministro da Educação Aloizio Mercadante.

Então, eu queria destacar aqui a importância deste debate na Comissão. Sem dúvida nenhuma, um debate de extrema importância e no momento oportuno. Mas eu queria deixar claro aqui a nossa posição favorável ao projeto do nosso Senador Roberto Requião para facilitar o processo de revalidação, desburocratizar o processo de reconhecimento dos diplomas expedidos pelas instituições de ensino superior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quero registrar a presença no plenário também do Sr. Pablo Gorosito Pereira, Secretário da Embaixada do Uruguai.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Requião, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, eu quero pedir desculpas. O Senador Região é testemunha. Eu estive muito cedo aqui, mas participei agora de outra solenidade tão importante quanto este debate aqui, com o Presidente José Sarney, que instalou uma comissão de técnicos especialistas para tratar de uma proposta de um novo pacto federativo para o Brasil.

Mas eu cumprimento o Senador Cristovam, que relata o projeto de lei do Senador Requião, nosso Presidente da Comissão de Educação, que trata da validação dos diplomas.

Eu dizia há alguns dias: Senador Requião, nós dois temos sido alvo de muitas críticas lá no meu Es-

tado do Amazonas. Ele menos, porque não é de lá. Eu mais, porque sou de lá. O Senador tem um projeto, que é o Projeto de Lei nº 399, de 2011, que trata de forma genérica da possibilidade de revalidação dos diplomas expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, reconhecidas. O meu Projeto é o de nº 15, de 2012, que trata especificamente da que questão da área médica, da validação dos diplomas na área médica. Não estabeleço critérios aqui. O projeto encaminha para o Poder executivo estabelecer critérios, inclusive regionais.

A imprensa, nos últimos dias, tem divulgado muito dados fruto de uma pesquisa desenvolvida pelo Ministério da Saúde do Brasil, que mostram a dificuldade da assistência médica. E o Brasil, na área da assistência médica, da presença dos profissionais médicos, se transforma num mapa muito parecido com o mapa econômico, que tem o seu PIB concentrado numa única região, enquanto a população está espalhada em toda, ou seja, penalizando uma parcela importante da nossa população com a falta desses profissionais.

Então, é um tema que nós temos que enfrentar. Por isso, cumprimento o Senador Requião, os Senadores que aqui estão, porque estamos, de fato, enfrentando, assim como o Governo está enfrentando.

Nessa área específica da Medicina, há um grupo do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde estudando as possibilidades, visto que todos os programas lançados até agora não têm sido suficientes para o enfrentamento do problema. Então, virão novas propostas no sentido de resolver esse problema.

Aí, eu gostaria de perguntar para os senhores e eu falava das críticas... Por que as críticas? Infelizmente, eu sou uma profissional, antes de ser Senadora, eu sou farmacêutica. E, como todas as profissões, nós temos as nossas corporações, nós defendemos os nossos interesses. Eu não quero jogar para ninguém essa crítica. Eu mesmo quero receber essa crítica. Como todas as categorias no Brasil, nós, infelizmente, temos esse hábito de defendermos as nossas corporações. E temos que entender que, primeiro, precisamos olhar o interesse da coletividade e, depois, olharmos para as corporações. Então, não é uma crítica para ninguém, mas faço aqui uma autocrítica. Essa é a característica das categorias infelizmente no Brasil ainda.

Somos criticados, eu no caso pelos médicos, e o Senador Requião também, que não admitem, acham que, fora da qualidade daqui, não há outro lugar do mundo que possa ter qualidade também, o que não é verdade. E utilizam como exemplo, infelizmente, um prova chamada Revalida, programa nacional, porque, de 600 e pouco, Senadora Ana Amélia, apenas 65 mais ou menos passaram. Vamos fazer um desafio:

Vamos aplicar o revalida nas mesmas condições para as universidades brasileiras privadas e públicas, para a gente ver o nível de aprovação. (Palmas.)

Enfim, é uma questão que precisamos enfrentar. E aí eu pergunto aos senhores: hoje, com a autonomia das universidades brasileiras, não é Senador Cristovam, cada qual pode definir a sua política de validação de diplomas... Então, eu pergunto aos senhores: qual é a estrutura existente hoje nas universidades brasileiras para análise, porque o diploma não é validado automaticamente. Ele passa por toda uma análise profunda para testar a qualidade da formação daquele determinado profissional.

Então, gostaria que o senhor dissesse se considera suficiente a estrutura de que dispõem as universidades hoje e se não seria o caso de ser elaborado um programa nacional de apoio às universidades públicas brasileiras para que avancem nesta questão.

Recebi do Professor Candotti uma pauta, que ele apresentou ao Ministro da Tecnologia, em que consta captar do exterior em torno de 10 mil pesquisadores para a Amazônia. É um pesquisador, ex-Presidente da SBPC, que entende como necessário para este momento agora, até para aqui formar doutores, aqui formar profissionais. Então esse é um questionamento.

Outro questionamento, Senador Requião, V. Ex^a, além de brilhante Senador, Governador de um Estado importante deste País está no Mercosul representando o Brasil. Não seria um fórum extremamente importante o Mercosul? Mercosul. Por que moeda única? Comércio unificado, todas as mercadorias tipificadas igualmente em todo o Mercosul. E a educação? Quando vamos avançar? Qual é a expectativa dos senhores em avançar no sentido de que uma universidade da Argentina, uma universidade brasileira possam se juntar e ambas reconhecerem uma à outra? Como estão esses debates no âmbito do Mercosul? Era isso, obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por isso, Senadora Vanessa, é importante que esse debate seja feito no Congresso Nacional. Ele não pode ser feito pelas corporações. O corporativismo é a manifestação coletiva do individualismo. E as corporações sempre vão se prender aos seus próprios interesses.

V. Ex^a cita o caso dos médicos, e eu tenho insisto numa informação: 80% dos médicos brasileiros não fazem residência. Então, se fôssemos submeter o revalida aos médicos formados pelas nossas inúmeras faculdades que existem pelo País, ninguém passaria. Agora, isso não significa também que não sejam úteis no atendimento primário, no atendimento básico. E a gente vai – e aí já respondo como Senador do Paraná por três vezes – montando os centros de referência.

Se há atendimento ambulatorial, as questões mais sofisticadas vão para os centros de referência regionais. Então, a gente vai resolvendo as coisas conforme as possibilidades que a gente tem porque o mercado que oferece médicos é abundante, mas eles são extremamente mal formados hoje. E os bem formados não querem ir para o interior em hipótese alguma.

O último Senador inscrito, e nós vamos ouvir todos antes de passar a palavra para a Mesa, é o Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras Senadoras, senhores Senadores, eu quero cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa do projeto. Estou aqui pela Comissão de Relações Exteriores, numa atividade conjunta nesta manhã.

Gostaria de dizer a V. Ex^a e a todos que participam que a linha que eu pretendo seguir nesta discussão é exatamente a linha que a Senadora Vanessa colocou agora. Se nós queremos ter um continente muito próximo, parecido, unido, nós precisamos também pensar na educação. E não consigo ver que os cursos dados na Argentina, no Paraguai ou na Bolívia em qualquer lugar não possam ser reconhecidos aqui. Acredito que devam ser. E eu gostaria de colocar uma preocupação que tenho com relação ao projeto que diz que as instituições de educação superior estrangeiras poderão ter revalidação.

Eu quero perguntar ao Senador Cristovam, que é o relator da matéria, se este poderão aqui não fica muito autorizativo só. Quer dizer, em que condições, quem fará, quem dará a última palavra. Se nós não poderíamos trocar o poderão pelo deverão, quer dizer, quase uma condição primeira: você tem direito a fazer o reconhecimento; depois você coloca as regras para baixo e vai fazendo os filtros. Sei que esse não é um assunto novo; desde criança ouço dizer que médicos vieram de outros países e não conseguem trabalhar no Brasil, professores, etc. Então, quero crer que este poderão que está aqui... A lei até já deve estar escrita desse jeito hoje. Então quero perguntar ao caríssimo relator se não podemos ser mais incisivos nessa colocação.

Então, mais uma vez cumprimento V. Ex^a pela preocupação. A matéria é importante e acho que nós que queremos o Mercosul unido bem próximo devemos ter essa preocupação com nossos estudantes tanto daqui do Brasil quanto os que estão fora e fazem faculdade aqui também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos mais quatro Parlamentares inscritos. Então vou abrir...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente, apenas uma dúvida que me ocorreu aqui agora. Nós vamos revalidar. E os brasileiros que forem, no caso, como levantou bem o Senador Blairo Maggi e Senadora Vanessa, dos países do Mercosul, o nosso diploma terá também? Haverá reciprocidade?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Esse é um problema deles. Nós não estamos legislando para a América do Sul.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sei, Senador, mas é uma questão de igualdade de tratamento. O Vicente Celestino poderia só esclarecer porque eu não sou dona da verdade, apenas estou querendo uma informação, Senador. Apenas isso.

O SR. – Acho que a reciprocidade tem que ser...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós temos ainda inscritos o Deputado Rubens Santiago, o Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Marta Suplicy.

Vamos passar a palavra da esquerda para a direita para a Mesa para responder as indagações feitas até agora.

Com a palavra, o Sr. Amaro Henrique Pessoa Lins.

É na minha esquerda, da esquerda para a direita, o Vicente Celestino de França.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Eu gostaria brevemente de reconhecer duas palavras questionadas pelos nossos Senadores e Senadoras, a questão da revalidação automática. Nós entendemos que há um acordo quase unânime não só no Brasil, mas em outros países, de que este critério de revalidação automática não seja aceito; de que qualquer processo de reconhecimento de diploma passe justamente por uma avaliação, porque na medida em que se torna automático, nesse sentido, passa tudo. Então a gente não defende esta questão de ser automático; a gente defende que haja um processo simplificado. Acho melhor o simplificado do que o automático. Desburocratizado, minha amiga aqui me ajudou. Porque isso pode facilitar. Como a senhora perguntou, como é lá fora? Eu acompanhei em Portugal, acompanhei no Paraguai, no Uruguai e na Argentina. Um brasileiro revalida um diploma nesses países com 30 dias. Trinta dias. Aqui tem gente esperando há cinco anos. Isso não pode continuar.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, no caso dos dentistas brasileiros, uma guerra durante muito tempo em Portugal, o que aconteceu?

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Lá foi resolvida a questão, primeiro com o diálogo. Aí, tem

que haver. Essa proposta que o Senador colocou que deve haver no âmbito do Mercosul um entendimento, como já existe em tantas outras áreas, por que não... Inclusive já estão discutindo isso. A Comissão de Educação do Parlasul já está se debruçando sobre essa questão que já é um tema recorrente e cujo debate precisa ser concluído. E nós não avançamos nessa área.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em Portugal, para os diplomas no âmbito do mercado europeu.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Justamente, justamente.

Então isso é claro. Trinta dias. Então nós propomos... Inclusive, quando a gente discutiu no ano passado com o pessoal da Sesu, era esta proposta, que esse processo fosse simplificado. Dado o reconhecimento da qualidade da instituição, ele teria um processo de verificação simplificado, verificação de legalidade, que tem que haver, porque não se vai aprovar um diploma que não esteja legal. Então, seria um processo simplificado. Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Se me permite o Presidente, nesse sentido, eu achei amplamente pertinente o questionamento feito pela Senadora Ana Amélia. Eu não sei se o Ministério da Educação ou alguém da Mesa poderia nos dar um quadro de como ocorre nos países... Parece-me que estamos tratando principalmente de jovens brasileiros que se deslocam para a Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile, Cuba, Uruguai, enfim, nesses... Não sei se o Ministério da Educação tem um mapa com a informação de como esses países tratam reciprocamente cursos brasileiros.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – A avaliação, como eu já tinha dito, Senador, nós a fizemos pela nossa associação. Nós fomos aos Ministérios desses países, questionamos como está o processo de revalidação de diploma nesses países e verificamos que, em média, são trinta dias. Evidentemente cada caso é um caso. Há situações em que se necessita um prazo maior para revalidar o diploma. De modo geral, em alguns casos, a solução tem ocorrido em trinta dias, salvo alguns casos específicos que necessitam análise mais demorada; o máximo, trinta dias.

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Estou inscrita para falar, mas, tendo em vista o que a Senadora Ana Amélia e o Senador Randolfe colocaram...

Eu não acredito na importância da reciprocidade nessa questão. Não. Acho que temos necessidades de jovens bem formados, qualificados e, se formos entrar na batalha para exigir reciprocidade, vai acontecer o mesmo que aconteceu com a batalha do espaço aéreo,

que durou anos e nos prejudicou enormemente, principalmente o nordeste em relação aos Estados Unidos.

Se acharmos que para conseguir dar um passo adiante vamos necessitar que os Estados Unidos acelerem as universidades brasileiras... Aliás, eles aceitam, porque eu fui estudante lá e, a partir da escola que eu frequentava, eles me deram a possibilidade. Tinha um grau; lembro que uma UFE valia tanto, uma PUC valia tanto. Eu achei muito bom porque eram as universidades de que eles tinham referência.

Esse é o caminho também para cá. Senão, vamos criar mais empecilhos para algo que já é bastante difícil.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então nós não podíamos ter feito o que fizemos com a Espanha em relação à reciprocidade, tendo em vista os brasileiros que vão lá, são barrados e são obrigados a retornar ao Brasil.

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não tem nada a ver. Não tem nada a ver uma situação com a outra.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tem. É reciprocidade.

A SRA. MARTA SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Não tem. A reciprocidade nesse sentido...

O Brasil ganha com gente qualificada. É totalmente diferente você ter alunos que investem, são formados fora e vêm aqui para contribuir...

Além disso, nós temos que pensar nas 100 mil bolsas que a Presidenta anunciou esta semana. Vai haver alunos brasileiros estudando no MIT e em Harvard e vão ter de ter o reconhecimento, senão vão passar lá um tempão se esforçando e quando chegarem aqui vão ficar sem poder exercer seus cargos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos organizar: daqui para frente, fala a Mesa até que os três palestristas tenham respondido às perguntas.

O indisciplinado Senador Randolfe Rodrigues anarquizou todo o processo. Vamos pôr ordem na Casa.

Por favor, rápida conclusão.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Rápida conclusão para que meus companheiros também possam se manifestar.

O outro aspecto que foi colocado aqui e que nós queremos reconhecer é que esse processo de revalidação foi como que jogado. Em 2005 esse processo estava concentrado na Capes. Do dia para a noite a Capes teve de pegar 12 mil processos e jogar em cima das universidades. Isso não deu estrutura, porque revalidar demanda tempo, demanda pessoas, porque são três professores para cada diploma a ser analisado e, muitas vezes...

A gente tem de reconhecer esse limite. Então, quando o projeto tenta criar uma comissão nacional que possa gerenciar, administrar, esse processo que foi simplesmente jogado em cima das universidades: vai que é teu, tu resolves o problema. A gente tem aí situações de universidades... No caso de Pernambuco, tiveram de fazer uma portaria dizendo que não podem mais receber processos de revalidação em alguns departamentos...

Vou dar só um exemplo: o Departamento de Educação está com 300 processos e ele só tem 20 professores. Quando vão dar conta disso?

Então, tem de haver um processo em relação a isso. Nós reconhecemos esse limite.

Acredito que só com o diálogo, que nós tentando construir a partir dessa Comissão da Câmara, é que vamos poder avançar.. A gente tem que sentar para poder avançar nessa questão.

Por gentileza...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Pró-Reitora de Pesquisa do Estado de Goiás.

A SR^a DIVINA DAS DORESS DE PAULA CARDOSO – Bom, coloquei três pontos aqui, que eu acho que são mais da minha alçada, para eu responder.

Primeiro, a indagação da Senadora do Rio Grande do Sul.

Eu acho que tem de existir critérios. Tanto é que há essa preocupação, torno a dizer. Nós, pró-reitores, considerando toda a problemática envolvida e olhando a justificativa que acompanha essa solicitação de alteração da lei, nós estamos propondo, desde o ano passado, que o nosso Poder Público, como é dito no § 4, no § 5º, que para nós é o MEC, é a Capes, é o Conselho Nacional de Educação, que defina, que trace um instrumento legal que defina os requisitos mínimos a serem exigidos para solicitação da revalidação. Esse instrumento legal deve também uniformizar os procedimentos a serem adotados na revalidação dos títulos, de forma a permitir que as análises das solicitações sejam feitas dentro de parâmetros mínimos de exigência de qualidade e com a agilidade necessária.

Por isso, nós estamos propondo... Nós temos um elenco de requisitos mínimos e a metodologia de atuação. Vamos lembrar – aí vamos pensar no Mercosul – que nós somos referência para o Mercosul. Somos. Temos que ser. Eu, particularmente, tenho andado muito pelo Mercosul, vou na próxima semana para o Paraguai, representando a minha instituição, temos o maior interesse em estabelecer parcerias com os países vizinhos. Isso é importante para o Brasil, para

a população da América do Sul, mas, na medida em que nós...

Temos vários convênios. Existem convênios feitos por diferentes universidades brasileiras com diferentes universidades e no conjunto – nós fazemos em bloco esses convênios –, mas nós temos todo o cuidado de na hora do compartilhamento entre nossos docentes, nossos pesquisadores e nossos estudantes, na hora de fazer a escolha da universidade para onde vamos mandar nossos estudantes. Nós temos isso. Isso é responsabilidade nas Ifis não só das Coordenações de Assuntos Internacionais, mas também do ponto de vista da pós-graduação, das pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das instituições.

Aí, já respondendo, Senadora do Amazonas, as instituições, sim, têm estrutura para isso, para o reconhecimento, embora os 12 mil títulos tenham sido jogado em nossas costas, nós consideramos como nossa responsabilidade, sim. São em nossas instituições que temos a competência, a expertise, para fazer isso, e existe todo um “enxoval” que, naturalmente – aí é de cada instituição.

Naturalmente um processo uniformizado é absolutamente importante. Então, dizendo, ainda, pouquíssimos países – eu diria basicamente a Argentina – tem sistema de acreditação de seus programas de pós-graduação, pouquíssimos. Nós temos no Brasil não só a acreditação, mas também a avaliação. Então, por isso, nós temos, realmente, que nos orgulhar da nossa pós-graduação.

Com relação aos estudantes de graduação, eles não terão que reconhecer seus títulos porque eles não vão para lá para fazer a graduação; eles vão para lá para passar um tempo, estagiar ali e conhecer outro universo que vai lhes propiciar condições maiores, intelectuais, para ser o cidadão brasileiro de que precisamos para as nossas defesas, para sair de país emergente para ser país de ponta. As graduações. Os nossos estudantes de pós-graduação, sim...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pós-graduação. Quero corrigir: pós-graduação.

A SR^a DIVINA DAS DORESS DE PAULA CARDOSO – Ah, está bom! O.k.!

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Mestrado e doutorado.

A SR^a DIVINA DAS DORESS DE PAULA CARDOSO – Isso. Terão, sim. Terão, não... Quer dizer, nós pensamos que terão, sim.

Irão para lá, mesmo dentro do Ciência Sem Fronteiras, mesmo com bolsa Capes e CNPq, na modalidade em que é hoje. Serão...

A proposta nossa é que, num contexto em que as nossas agências de fomento reconheçam onde eles

estão fazendo os seus doutorados como instituições de ponta, haja uma simplificação do processo, porque eles já recebem do Governo brasileiro o aval anterior de que aquela é uma instituição de ponta. Ninguém recebe uma bolsa da Capes ou do CNPq para fazer uma pós-graduação, um doutorado, no exterior sem ter avaliação anterior, de mérito absoluto, feita pela Capes ou pelo CNPq. Então, isso já é um seguro, está certo?

Agora, com relação... Temos uma outra situação no Ciência Sem Fronteiras que são os nossos estudantes de doutorado que fazem doutorado sanduíche no exterior. Que é de absoluto rigor quando um... E aí está a responsabilidade do orientador: o orientador só vai mandar o seu estudante para o melhor local, em que aquele estudante vá, sim, complementar muito mais a sua formação, de maneira a que aquilo que não pode ser feito ainda no Brasil seja feito no exterior.

Então, essa preocupação nós temos que ter.

Acho que era isso que eu queria colocar. Obrigada. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nada.

Com a palavra, o nosso Secretário de Educação Superior do MEC, Amaro Henrique Pessoa Lins.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Bem, toda esta discussão que estamos fazendo aqui agora se torna ainda mais importante no momento em que estamos vivendo. Um exemplo que eu gostaria de dar é que, nas nossas universidades, nós fazíamos concurso para professor e, em muitas áreas, às vezes nós não tínhamos candidato. E, nos últimos concursos, algo interessante tem acontecido: é que ex-alunos nossos que fizeram doutorado no exterior, e alguns eram professores universitários no exterior, estão querendo voltar ao Brasil.

Na área de informática, Senador Cristovam, lá em Pernambuco, num concurso para selecionar três professores, vários vieram da Inglaterra e dos Estados Unidos para fazer concurso lá. Passaram e retornaram ao País.

Do mesmo modo, entendemos que, para esse avanço espetacular que estamos tendo, nós vamos precisar de muita gente para trabalhar no País, gente qualificada. Por isso, estamos discutindo isso.

E o ponto comum que une todas as colocações que foram feitas pelas Sras e pelos Srs. Senadores é que a qualidade tem de ser um elemento central. A qualidade, exatamente. Não importa onde, a qualidade é o elemento central. E, quando foi colocada a questão se vai ser automático, ou não, a palavra que vai ficar, o importante é que nós tenhamos em mente que queremos atrair bons profissionais, das melhores

universidades. Isso nós queremos fazer, e isso é urgente, nas diversas áreas de conhecimento.

O caso mais claro que está se colocando é a questão dos médicos. O Brasil precisa urgentemente oferecer uma qualidade de atendimento a todos os cidadãos, independente de onde ele esteja. Esse é o foco principal.

Então, algumas questões, Senadora Ana Amélia, que a senhora colocou é que a revalidação é necessária, mas não é suficiente para o exercício profissional. Há a questão no Direito, na Medicina... No Direito, principalmente, há o exame da OAB; na Engenharia, o Conselho Federal é que dá a autorização para o exercício profissional.

Nós estamos falando, como preconiza a LDB, da revalidação de diplomas e o registro que tem de ser feito nas instituições públicas.

Uma questão interessante foi colocada, o Revalida. Acho que o Revalida precisa ser testado nos estudantes brasileiros. É verdade, precisamos fazer isso. *(Intervenção fora do microfone.)*

É verdade, precisamos fazer isso, porque, claro, ele está na sua segunda edição, e nós precisamos, então, calibrar o exame, em função de que nós mesmos fazemos aqui no Brasil.

Quanto à revalidação do Ciência sem Fronteiras, é o seguinte: as universidades que mandarem alunos que irão passar seis meses ou um ano lá fora, automaticamente, já aceitarão os créditos que eles fizerem lá. Isso já está reconhecido; eles farão algumas disciplinas e, ao voltar à universidade, automaticamente vão receber esses créditos como se fossem da própria instituição.

A mesma coisa acontece com a pós-graduação; não vai ser autorizado nenhum aluno ir para uma pós-graduação no exterior se não tiver a obrigatoriedade da qualidade desses cursos já reconhecidos pela Capes. Então, nós não teremos nenhuma dificuldade nesse processo com esses alunos.

À Senadora Ana Amélia eu gostaria de dizer o seguinte: a questão de conversão de dívidas em bolsa é um assunto para tratar com o Ministro, está certo? Claro que esse assunto é importante e, na última reunião do Ministro com o setor comunitário, esse ponto foi colocado. Quero dizer que isso é algo semelhante ao Prouni, um programa que mudou a face da educação no Brasil, com as oportunidades que foram oferecidas. E as instituições, por outro lado, beneficiaram-se muito disso. Hoje o setor privado como um todo está oferecendo essas vagas, e nós estamos acompanhando essa oferta de vagas. Então, eu vou falar para o Ministro, mas isso é um assunto para ser tratado diretamente com o Ministro da Educação.

Universidades ruins existem em todo canto – realmente boas e ruins existem em todo canto, não é por ser americana ou britânica que a universidade é boa. A mesma coisa no Brasil; temos universidades excelentes em todos os seguimentos e temos universidades também muito ruins, e nós reconhecemos e verificamos isso no dia a dia.

O projeto de revalidação, Senadora Vanessa, na Medicina é uma questão que a gente precisa realmente agilizar. Eu acho que essa discussão que estamos fazendo aqui hoje é muito positiva para que nós possamos agora, rapidamente, verificar quais são os pontos de estrangulamento nesse sistema de revalidação e agilizar esse processo. Todos nós reconhecemos que temos um problema, não é possível manter o sistema como está, e nós vamos avançar.

Eu queria, Senador Requião, já colocar o MEC e, no caso, a Sesu à disposição para que nós possamos sentar e analisar detalhadamente cada um desses pontos e ver o que nós poderemos fazer. A criação, por exemplo, de um programa nacional para fortalecer as universidades, para agilizar essa revalidação é uma ideia muito interessante, que poderíamos fazer.

Eu creio que as universidades terão todo o interesse em agilizar esse processo, e nós podemos criar vários instrumentos, porque este País é enorme, e a demanda realmente é muito grande. Que nós possamos, então, associar todos esses mecanismos.

No âmbito do Mercosul, nós temos um instrumento que é o Arco Sul, inclusive o Inep está agora tratando das comissões que farão visitas a diversas instituições para os diversos cursos que já estão participando desse processo

Quero dizer, Senador, que o MEC está totalmente à disposição; as sugestões que foram aqui apresentadas nós devemos tomá-las como base e criar procedimento que possam agilizar todo esse processo.

Era o que eu gostaria de colocar. De imediato, gostaria de reunir os diversos interessados para que nós possamos agilizar o assunto – no âmbito legislativo, o Senado está tratando disso e, no Executivo, vamos tratar desse assunto tanto no âmbito das universidades quanto no âmbito das demandas que já estão sendo colocadas em todo o País. Quero dizer que estão faltando muitos engenheiros no nosso mercado de trabalho; as universidades vão expandir essas vagas no curso de engenharia. Percebemos que turmas que antes possuíam dez alunos na engenharia, hoje, possuem cem alunos. Isso está acontecendo nas universidades como um todo.

Então, o assunto é muito pertinente, e estamos às ordens para discutir e aprofundar esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/ PMDB – PR) – Será tão mais produtiva a nossa reunião, quanto maior for a presença do nosso Relator Cristovam Buarque nos debates.

O relator tem uma premência de tempo. Eu tenho três Parlamentares inscritos: Senador Randolfe, Senadora Marta e o Deputado Federal Paulo Rubens Santiago.

Eu pediria um esforço de concisão para a gente conseguir encerrar a reunião com a presença do relator.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu o obedecerei, Presidente.

Inicialmente, a situação beira o absurdo.

Vejamos, nós temos no interior do Brasil necessidade de médicos. Via de regra, quando há concurso público ou se precisa dos médicos que para lá são chamados, não tem ninguém habilitado que se disponha a ir.

E nós temos uma centena de médicos formados em instituições, que vou tratá-las como congêneres. Nós não podemos falar da integração sul-americana ou da integração latino-americana só como falácia, se sequer nos dispomos a reconhecer as instituições de educação com a qualidade que tem os países vizinhos.

Então, nós não podemos manter essa condição que me parece anacrônica, de necessitarmos de profissionais aqui. Temos carência de profissionais. Sou de um Estado que tem uma dificuldade enorme para alguém ir medicar, ir atuar. Para um médico ir, por exemplo, para o arquipélago do Bailique, via de regra os médicos se concentram na capital e não se dispõem a ir para lá, é preciso o Estado fazer um esforço remuneratório de todas as formas para conseguir alguém.

E, aí, nós temos um exército de jovens disponibilizados aqui, formados nos nossos países vizinhos, formados na América Latina, e acabamos colocando dificuldades para que eles possam exercer um ofício de que o Brasil tem necessidade.

Lógico, Dr. Amaro, temos que ter os cuidados necessários aqui com a qualidade, mas enfim, parece-me que é de reconhecida qualidade por exemplo a formação de profissionais, e vou insistir, só para citar a área da Medicina, em muitos países da América Latina.

Então, eu queria somente, não é um questionamento que tenho a fazer, queria cumprimentar, saudar, o Senador Requião pela iniciativa. E tenho certeza que não poderia estar em mãos melhores a relatoria do querido Senador Cristovam Buarque. Espero que o quanto antes nós apreciemos essa matéria aqui nesta Comissão de Relações Exteriores para seguir para a Comissão de Educação, aí já em caráter ter-

minativo, e encaminhamos o projeto para a Câmara dos Deputados.

Quero só insistir na sugestão do Senador Blairo Maggi, de fato, sobre o § 4º, do art. 48, porque acredito que seria de melhor tom que o termo “poderão” ficasse no afirmativo, no impositivo, “deverão”, conforme foi sugerido pelo Senador.

Mas quero cumprimentar. Espero que nós andemos rápido. Tenho certeza que o Senador Cristovam, após esta audiência, proferirá o seu relatório e nós apreciaremos aqui na CRE.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, quero dizer que apreciei bastante as falas que pude escutar, especialmente a da Drª Divina Paula Cardoso. Senti-me bastante contemplada pelas considerações.

Primeiro, acredito que não deve ser automático, de forma alguma. Depois, devemos ter critérios e o País deve indicar quais as instituições são de excelência. Isso eu acho que nos ajudaria.

Depois nós deveríamos também ser pró-ativos, porque muitas vezes o País pode não nos procurar, mas nós temos estudantes que estão lá e acredito que o MEC deve ter... Os estudantes estão fazendo estudos no exterior e nós deveríamos então fazer frente a essa questão.

Lembro-me de que quando fui Ministra do Turismo tive a oportunidade de viajar para a Áustria, quando a faculdade mais antiga de hotelaria fazia cem anos. É a mais antiga da Europa em hotelaria. E na conversa conseguimos uma bolsa plena de três anos para estudantes brasileiros.

Chegando aqui, fizemos uma seleção – não lembro como é que foi – e foram três os selecionados, que eram de várias partes do Brasil. E, na volta, eles não conseguem revalidar o diploma da melhor faculdade europeia de hotelaria do mundo. Então, isso me chocou muito. Por isso, fiz questão de estar hoje, neste debate. Nós temos de dar uma resposta para questões desse tipo.

Outra coisa que eu gostaria de colocar é sobre a agilidade. O senhor mencionou pessoas esperando até cinco anos. Depois de cinco anos, já desistiram ou estão trabalhando ilegalmente. Então, os dois casos são péssimos para nós. É um investimento brutal que ou faz a União ou faz a família, e é perdido.

Se entendi bem, o Dr. Lins colocou que já está acontecendo, ou vai acontecer, um grupo para pensar essa questão de revalidação. É isso, não é? Se for isso, acho muito bom.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Como coloquei no início, nós não temos ainda.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas tem de ser para ontem.

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – (Intervenção fora do microfone)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É, é. (Palmas.)

Mas isso eu vou falar até com o Ministro da Educação, porque depois de a Presidenta ir lá assinar um convênio para cem mil alunos, não dá para ficar... Esse grupo tem de ser feito não só para esses cem mil, mas para os outros todos. E, por último...

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Senadora, se a senhora me permite, no caso do Ciência sem Fronteiras, já está havendo acordo interno entre as instituições.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, porque eles estão sendo beneficiados por algo muito grande do governo, em instituições de ponta, como é o MIT e Harvard; e os que vão para outras que não são de ponta, são excelentes. Bom, mas em todo caso, vou ter essa preocupação.

Por último, o que vou colocar é um pouco polêmico, mas eu gostaria, pois temos de pensar na nossa realidade. Acho que o Senador Randolfe colocou muito bem a realidade do Acre... Desculpe, do Amapá, que não é diferente do Acre, não é diferente do Pará, não é diferente do Amazonas, mas também não é diferente de São Paulo.

Eu posso dizer isto com a experiência de ter sido Prefeita de São Paulo e não conseguir médicos para a periferia de São Paulo. Era um transtorno. Você tem o concurso com 100 vagas; inscrevem-se 20 e, depois, aprovados, vão 2, porque no meio tempo já arrumaram outro lugar para ir, pois paga melhor e não tem transtorno de condução.

Então, vou dar uma sugestão que possa ser debatida no MEC, se acharem correto. Que, nos lugares onde fizermos concurso público, e não conseguirmos candidatos para preencherem as vagas, que tivéssemos outra postura: a de permitir pessoas com formação – e não estou falando só de médicos; estou falando de várias áreas – em universidades, que possam exercê-la. É meio polêmico, porque, primeiro, eu pensei, que eles podem falar: bom, então são pessoas de segunda categoria que vão? Não sei. Algumas podem ser; outras não. Mas, de qualquer forma, não seria alguma coisa para sempre, seria enquanto nós não criarmos condições para pessoas quererem trabalhar no Pará, no Amapá, na periferia de São Paulo, ou em lugares em que, por alguma circunstância, o salário não compensa ou, no caso da minha cidade, a violência não

compensa. Eles diziam: vou andar duas horas e meia de automóvel; vou poder correr o risco de ser assaltado para ganhar salário tão baixo que tenho de trabalhar também em outro hospital? Então, não dá. Não vou.

Então, eu gostaria que também refletissem sobre algo que é uma realidade que nós temos. Esta discussão, nesta comissão, hoje é muito importante, porque podemos avançar, tanto na excelência quanto num problema real, que hoje o país vive.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Taques e, finalmente, o Deputado Paulo Rubem.

Por favor, Senador. V. Ex^a está com a palavra. *(Pausa.)*

Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se me permite, eu me inscrevi depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas o Regimento coloca V. Ex^a à frente, Senador, do Deputado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, está bom. Desculpe. Peço desculpas. A minha educação está acima do Regimento. Mas, tudo bem.

Gostaria de cumprimentar V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, os demais Senadores que aqui se encontram, e dizer, Senador Requião, que este tema, no Estado de Mato Grosso, é palpitante, tanto que os três Senadores já receberam vários cidadãos do nosso Estado que não vão para Harvard, Cambridge, Oxford, Duke, Auckland, Columbia, mas vão para universidades do Mercosul, notadamente para as do Paraguai e da Bolívia.

Então, a situação é diversa. Quando os casos são diversos, o direito a ser aplicado tem de ser diverso. Isso é um princípio de direito. Muito bem. Isso não significa que tenhamos de relativizar a qualidade. Logicamente, todos nós estamos primando pela qualidade.

O nosso País, Senador Requião, não é insulado. Ele faz parte de um contexto maior, que recebe o nome de um Estado cooperativo. Nós todos estamos cooperando com outros Estados; e eles, conosco. Isso, em todas as áreas, inclusive na área educacional.

Muito bem. O Projeto aqui – tenho certeza –, muito bem relatado pelo Senador Cristovam Buarque, estabelece para o futuro. Como vamos ficar com aquelas situações já quase consolidadas com o tempo? Vejo que teremos de estabelecer uma transição aqui no Projeto, sem prejudicar a qualidade. Isso é o que nós todos desejamos. Agora, aqueles que foram estudar, independente do Ministério da Educação, através de bolsa de estudos, não têm a responsabilidade pela falta de uma norma que regre essa situação. Eles não

têm essa responsabilidade. O Estado Nacional, através da União, e o Legislativo, através do Congresso, têm a responsabilidade de reger isso, e não o fez, a não ser em 2011, no tocante ao Mercosul, como nós sabemos.

Mas o Tratado de Assunção é de 1995. Os protocolos outros são de depois 1995, e nós demoramos. Então, de uma forma objetiva, já encerrando, para que todos nós possamos ouvir S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, falta a regra, mas aqui penso, a título de sugestão, uma regra de transição, porque os estudantes desejam – e eu falando àqueles que vão à Bolívia, ao Paraguai, notadamente da nossa região – ser tratados sem preconceito, porque temos um preconceito cultural com os países latino americanos. Temos um preconceito cultural. *(Palmas.)*

Nós todos os tratamos como piores que nós. Isso não é verdade. Lá como cá, existem faculdades, universidades, de péssima qualidade e existem aquelas de excelência.

Há a falta de regras e a falta de segurança jurídica, porque temos aqui uma total intranquilidade.

Senador Requião, muito obrigado por me permitir a inscrição depois do tempo. Não pude assistir à fala de todos, porque estava no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Tenho certeza de que os três Senadores do Estado de Mato Grosso estão atuando de forma conjunta neste caso. Quero parabenizar o Senador Blairo Maggi, que faz parte destas comissões – eu não faço –, mas nós estamos preocupados disso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Depois do Senador Pedro Taques, a voz candente da Câmara Federal, na pessoa do Deputado Federal Paulo Rubem Santiago, para encerrar a participação do plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – De Pernambuco também? Então é mais importante do que eu imaginava. Finalmente, depois da Mesa, daremos a palavra ao Senador Relator.

Com a palavra o Deputado.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – Prezados Senador Roberto Requião, obrigado pela consideração. Quero cumprimentá-lo, cumprimentando todos os demais Senadores, também na pessoa do Senador Cristovam Buarque, também Relator desta matéria. Quero cumprimentar e trazer o meu abraço ao Professor Amaro Lins, reitor da minha universidade, Universidade Federal de Pernambuco, da qual sou professor licenciado. Quero cumprimentar a nossa professora Divina de Paula Cardoso, também o professor Vicente Celestino e lembrar aqui, Senador, uma ponderação que nos foi deixada, há treze anos, pelo

grande paraibano nordestino, Celso Furtado, quando nos dizia que, se quisermos apenas o crescimento da economia, certamente poderemos vê-la pela ótica do mercado e dos agentes privados.

Mas, queremos olhar, além do crescimento e, sim, do desenvolvimento, vamos ter que olhar a responsabilidade do Estado.

Na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, nas duas audiências que coordenamos, ficou evidente que o “abacaxi” que temos de descascar foi plantado exatamente por um distanciamento do Estado brasileiro com as suas funções referentes ao investimento em educação, educação superior e pós-graduação.

Não é por acaso que a maior parte dos brasileiros que procuram graduação e pós-graduação no exterior é oriunda do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, as regiões com menor percentual da população de jovens, comparativamente às demais regiões do País, com acesso ao ensino superior.

Quero aqui trazer, em nome da Câmara, a contribuição que nos foi apresentada pelo professor Márcio Pochmann, numa das audiências que realizamos, no mesmo ambiente em que discutimos o Plano Nacional de Educação 2001/2010 e 2011/ 2020.

O que nos revelou o professor Pochmann? Que nós praticamente estagnamos. Isso praticamente pode ser confirmado agora cessão do Comunicado nº 124 do Ipea, de novembro do ano passado. Passamos, de 1995 a 2005, estagnados quanto aos investimentos em educação como percentual do PIB. Mesmo com a retomada desses investimentos, com a construção de novas universidades, com a interiorização de algumas das nossas instituições, a nossa evolução foi de 4.01% do PIB para 4.98%. Ou seja, não saímos da estaca zero, embora tenhamos recuperado a capacidade do Estado em investir na formação de profissionais.

Olhando a divisão dessas atribuições, o que nos chama a atenção é que a participação da União Federal caiu, do gasto total em educação, que saiu de R\$73 bilhões para R\$161 bilhões em quinze anos, a participação total da União caiu, e assistimos aos Estados, assumindo o maior gasto público em educação como percentual do PIB e montante monetário deste investimento.

Então, esse “abacaxi” começou lá atrás, com o cancelamento do investimento público em educação, com a expansão das vagas no ensino superior por meio da iniciativa privada, o que só começamos a corrigir a partir de 2006.

Esse foi o magistral relatório apresentado pelo professor Márcio Pochmann na audiência pública.

Então, o nosso desafio, agora, é muito similar àquelas publicidades de final de ano, impressas nos

jornais, dos grandes grupos comerciais: prazo e qualidade. Não podemos aceitar, depois das audiências que realizamos no MEC, com o professor Luiz Cláudio, em abril de 2012, que não tenhamos ainda deflagrado o processo, que para nós representaria um pente fino, em todos os procedimentos que estão parados nas universidades, e a uniformização do critério da qualidade.

Para nós, na Comissão de Educação da Câmara, não há mais o que discutir se queremos ou não qualidade, se vamos ou não revalidar automaticamente. Estas são questões vencidas na opinião da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, que hoje é presidida pelo Deputado Nilton Lima, de São Paulo, ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos, ex-Presidente da Andifes.

Então, o nosso desafio tem prazo. Não podemos permitir que os nossos educandos saiam do País, porque não têm ainda a oportunidade de serem atingidos pela expansão das vagas no ensino superior – e nós reconhecemos como um crédito dos últimos anos esse compromisso – ao voltarmos ao País, teremos essa dificuldade.

Comentava aqui com o Senador Cristovam Buarque. Os senhores já imaginaram a dor de cabeça do grande Celso Furtado, voltando do seu doutorado na França, nos idos de 40 e 50, ter de passar cinco, seis, sete anos para revalidar o seu diploma, caso quisesse lecionar numa universidade pública, se conseguisse?

Então, a nossa questão é de agilidade; em segundo lugar, de chamamento às universidades, respeitando a sua autonomia e o papel que elas têm de desenvolver. Não nos podemos eximir, em nome do art. 207 da Constituição, que reza a autonomia das Universidades, no mínimo, de deflagrar um processo, coordenado pelo Ministério da Educação, com o apoio da Capes.

O que ouvimos, Sr. Presidente, Sr. Relator, é de chorar. Pessoas que dedicaram o tempo da sua família, a renda da sua família, o afastamento dos seus filhos, o comprometimento da sua estabilidade emocional e, quando voltaram, passaram anos e anos ... *(Palmas.)*

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE) – sendo tratados como pessoas de quinta categoria.

Recolhemos casos de universidades federais e até de universidades estaduais que mal despacharam os documentos entregues para a análise.

Ora, se uma universidade estadual ou federal, ou mesmo uma universidade de outra natureza jurídica, tem uma posição enquanto instituição, primeiro é meritório que ela assuma ter uma posição sobre revalidação ou não.

O que nós vimos foi que a diáspora que nos levou para o exterior e o retorno esperançoso se transfor-

mou, em muitos casos, em frustração, em angústia, em desapontamento.

Evidentemente, reconhecemos, para concluir, que há universidades e “universidades”. Inclusive, com algumas, de países mais desenvolvidos do que o Brasil, teria certas cautelas. Quem assistiu ao documentário *Inside Jobs*, “Trabalhos Internos”, que relata o conluio do sistema financeiro com as corporações e com algumas academias do mundo, viu que algumas universidades podem ser consideradas academicamente muito efetivas, mas, do ponto de vista do que representa o desenvolvimento para o mundo, elas estão profundamente com a sua imagem manchada pelo conluio de alguns de seus grandes acadêmicos com os interesses das corporações financeiras internacionais.

Então, precisamos ter um projeto de desenvolvimento. Neste, cabe um papel essencial ao Estado. Por isso, estamos na Comissão Especial do PNE, discutindo a meta de 10% do PIB para a educação, a duplicação do acesso ao ensino superior e à pós-graduação pela via das instituições públicas com a matrícula presencial.

Louvo aqui essa iniciativa, ou seja, o requerimento do Senador Cristovam. Quero crer que, com o professor Amaro, vamos puder avançar muito mais. O diálogo entre pernambucanos é muito mais cultural, é muito mais fraterno, do que frente à burocracia das instituições da República. Quero aqui defender, apoiar e aplaudir a resistência, a persistência e a tenacidade da Associação Nacional na pessoa do professor Vicente, que conta conosco, na Câmara dos Deputados com essa compreensão.

Qualidade não se discute. O que importa agora é acelerarmos os procedimentos e oferecermos aos brasileiros uma alternativa, para que eles não continuem tendo que sair do seu País, da sua família, do seu local de trabalho, da sua terra, para conseguir uma graduação e pós-graduação. Que isso seja uma opção, mas que não seja a única alternativa.

Por isso, vamos trabalhar para aprovar os 10% do PIB para a educação no PNE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Os palestrantes da Mesa já expuseram as suas opiniões. As últimas intervenções não consistiram exatamente em perguntas à Mesa, mas em imposições colocadas para consideração do Senador Relator.

Eu só pediria ao Deputado Santiago que fosse um agente desse projeto na Câmara Federal, que ele não sofresse lá o inevitável embargo de gaveta e dormisse por alguns anos até ser aprovado. (*Palmas.*)

Tenho certeza de que o projeto será enriquecido e racionalizado com a contribuição desta audiência

pública, com o preparo e a inteligência do nosso ex-Ministro da Educação Senador Cristovam Buarque, para o qual passo a palavra para as suas considerações no encerramento da reunião.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT – PE)

– Senador Roberto Requião, só queria dizer a V. Ex^a que nós vamos fazer com que esse Projeto e o seu Relator sofram da mais inaceitável insônia da história da tramitação de um Projeto. Ele não vai dormir nas gavetas de nenhuma relatoria da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, para mim é uma grande honra poder ser o Relator deste Projeto, primeiro, pela qualidade que ele traz. Inclusive uma: a capacidade de síntese com que foi feito – mais do que Lei Áurea, que tinha um artigo. O de V. Ex^a só tinha um parágrafo e, depois, mais duas explicações. Porém, reconheço as dificuldades.

Quero começar falando sobre o porquê de eu ter tanto interesse nisso. O Senador Requião deu as suas razões. As minhas são mais ou menos parecidas. Eu coloco três e mais uma que se faz necessária. A primeira é uma questão de direitos humanos. O Senador Pedro Taques tocou no assunto. São dezenas de milhares de jovens que hoje estão praticamente exilados acadêmicos. Eles podem entrar no País, mas não podem entrar no consultório, não podem entrar no escritório de engenharia. Temos de enfrentar esse desafio de cumprir os direitos humanos para eles.

O segundo é...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, permita-me a intempestividade de um acréscimo.

Engenheiros portugueses do Mercado Comum Europeu, que, às vezes, vêm ao Brasil, estão sendo subcontratados a salários aviltantes por empresas de engenharias e empreiteiros brasileiros para trabalharem como engenheiros sem assinarem projetos, porque também não reconhecemos os diplomas deles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade.

Segundo, é uma questão que tem a ver com isso: escassez de profissionais. Estamos carentes, de tal forma que o Governo Federal fez um programa “Ciência sem Fronteiras” e vai mandar 75 mil, não é isso, professor Amaro?

O SR. AMARO HENRIQUE PESSOA LINS – Ao todo 100 mil, mais 25 mil (*Inaudível*).

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Cem mil! Caramba! Então, precisamos de profissionais. Desperdiçamos os bons que estejam aqui dentro, porque o diploma é estrangeiro. É um contrasenso completo! Dá até vontade de dizer: “Ciência sem

Fronteiras” só deveria começar depois de resolvermos o problema do potencial que já temos aqui dentro. Aí sim iremos buscar outros. *(Palmas.)*

Ao mesmo tempo, é uma estupidez gastarmos dinheiro para formar pessoas que já estariam – coloquei no condicional – formadas aqui dentro. Essas são as razões, mas há uma que pesa, porque, se fossem somente essas, estava tudo resolvido. Não há credibilidade no diploma vindo de muitos centros de ensino. Temos de enfrentar esse problema. Inclusive, há universidades brasileiras que não têm credibilidade. Só que, no caso das universidades brasileiras, fechamos os olhos para a falta de credibilidade e aceita todo o diploma publicado aqui, salvo os de direito, que a OAB intervém.

Então, precisamos trazer direitos humanos, trazer para o mercado os profissionais formados, acabar com esse exílio acadêmico e ampliar o potencial do conhecimento, graças a esses que estão proibidos de exercer. Temos de resolver o problema da credibilidade.

O Projeto do Senador Requião enfrenta isso, quando, num parágrafo abaixo, ele diz que “o Poder Público divulgará periodicamente a lista dos cursos e instituições de que trata o parágrafo anterior”. É aquele que diz que os diplomas poderão ser revalidados, cuja posição do Senador entendi perfeitamente, quando diz que, no lugar de “poderão”, deveria ser “deverão”.

Isso resolve daqui para frente. E o Senador Pedro Taques trouxe o problema: e o estoque que temos para trás? Creio que podemos trabalhar daqui para frente bem próximo ao que Senador Requião propõe, e vou acrescentar, se o Senador Requião autorizar, o Projeto da Senadora Vanessa Grazziotin – ela mesma pediu isso –, que trata especificamente da medicina – se pudermos juntar, depois conversaremos.

Agora, vamos ter de discutir os do passado. Não podemos carimbar todos os diplomas do Brasil, mas não podemos rasgar todos esses diplomas. Acredito até que a grande maioria dos diplomas que vem de fora são merecedores do reconhecimento por uma razão muito simples. Esses jovens não iam para uma universidade, para uma faculdade, de cursos que realmente não servissem para nada. Eles não iriam gastar o dinheiro deles, de suas famílias, sabendo que o curso era tão ruim que não merecia o gasto. Alguns podem ter feito isso, como o fazem hoje em faculdades dentro do Brasil.

Depois de formados, o mercado de trabalho não os aceita. Legalmente, eles estão dentro. Eles não são exilados, não são refugiados acadêmicos, mas estão fora do mercado.

Em primeiro lugar, queria transmitir através do nosso querido professor Amaro, um apelo à Capes

para que receba o Presidente da Associação Nacional, porque ele disse que não tem conseguido ser recebido. Isso ajudaria muito. Quero dizer que eu gostaria de ir com vocês, *(Palmas.)* até para ouvir os argumentos que a Capes possa ter.

Segundo, me dedicar como relator junto com o Senador Requião, junto com a Senadora Vanessa para tentar construir uma proposta que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Permita só uma observação Senador. Se nós anexarmos o projeto da Senadora Vanessa ele volta para Mesa do Senado e a tramitação vai passar pela Casa, vai durar pelo menos mais um ano de tramitação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito.

Então está bem explicado e eu comunicarei isso à Senadora. Foi uma intenção dela.

Então, trabalhar com o Senador Requião, trabalhar com outras pessoas, trabalhar com vocês, o Vicente, qualquer outro para chegarmos a um projeto que possa garantir o direito humano, acabar com o refugiado acadêmico, incorporar esse potencial que está sendo desperdiçado, trazer a idéia do Senador Blairo de que deverão, em vez de apenas poderão, e resolver o problema da distinção entre diplomas. Eu não falo entre universidades, porque até universidade ruim tem curso bom, e até as melhores universidades têm cursos especificamente ruins.

Como é que a gente resolve o problema da legitimação? Porque uma coisa é a legalidade a outra é a legitimação dos diplomas que vieram do exterior.

Eu me comprometo não só fazer isso, mas fazer isso num prazo muito curto, Senador Requião. O senhor marca a data, o senhor que faz a pauta, coloque na pauta que o senhor vai ter o parecer.

Era isso que tinha para colocar.

Agradeço muito esta sessão. Foi uma audiência que vai me ajudar muito para que eu faça o meu trabalho num projeto que eu considero dos mais importantes, não do ponto de vista acadêmico tanto, mas do ponto de vista humano, do ponto de vista social e também do ponto de vista científico e tecnológico do aproveitamento dessa população.

Só para concluir, eu creio que essa semana a Presidenta Dilma iniciou um processo que vai permitir a importação de médicos, nós vamos poder trazer médicos de fora, para lugares escolhidos pelo Governo Federal, porque os brasileiros não estão querendo ir para esses lugares. Se a gente vai importar, importemos os próprios brasileiros que estão aqui dentro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –Quero registrar a presença do nosso

atual Presidente da Comissão de Ética do Senado, o famoso e notável Senador ACV – Antonio Carlos Valadares – que abrilhanta a nossa reunião.

Uma salva de palmas para o Senador Valadares. (Palmas.)

Fora do Regimento da comissão que não admite aplausos.

O Senador Valadares pede a palavra por um minuto depois eu passarei aos palestrantes, para se tiverem o desejo poderem fazer algumas considerações finais.

Senador Valadares, por 30 segundos, V. Ex^a pode se manifestar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, agradeço a sua cordialidade, eu não compareci logo no início desse debate, tão importante para centenas e centenas de profissionais que precisam do reconhecimento do seu diploma, porque eu estava no Conselho de Ética, inclusive participando de muitas decisões daquele Conselho. Fui liberado agora. Chegando aqui encontrei sergipanos, como a Deputada Maria Mendonça, que me ligou no dia de ontem me advertindo que eu tinha que comparecer a esta reunião – vocês sabem: quem manda neste País são as mulheres – e depois ela sendo uma pessoa muito querida do nosso partido, não poderia deixar de atender essa advertência.

Quero dizer que V. Ex^a acertou em cheio, porque várias tentativas já foram feitas anteriormente, inclusive para reconhecimento do diploma dos médicos cubanos, isso ainda não aconteceu, mas como o projeto de V. Ex^a, a relatoria do nosso Cristovam Buarque, que é uma pessoa dedicada e acima de tudo conhecedora desse problema, haveremos de encontrar a solução que a sociedade espera.

Parabéns a V. Ex^a e a todos aqueles que participam desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valadares, alguma notícia do nosso Senador Demóstenes, na Comissão de Ética?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ele esteve presente à reunião do Conselho e falou na reunião no Conselho, e tive de contestá-lo por algumas afirmações que ele fez sobre a legalidade dos procedimentos. Nós agimos de acordo com o Regimento, o regulamento ou a resolução do Senado Federal na admissibilidade do processo disciplinar que lhe move o PSOL. Dei todas as explicações legais, regimentais, constitucionais e ele se retirou logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E que se garanta ao Senador o contraditório e o direito de defesa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Está na Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E o rigor do Regimento Interno no tratamento da Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Todos os dispositivos serão respeitados, mesmo porque o Conselho de Ética terá a incumbência, não só através do seu Relator como também de seus membros, de observar a nossa Carta Magna, no sentido de que ninguém pode ser condenado sem ter o seu direito de defesa assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Foi escolhido o Relator?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Relator foi o Senador Humberto Costa, de Pernambuco. Foi escolhido por sorteio. Mas cinco Senadores recusaram a indicação antes do sorteio de Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa, agora, tem a palavra, da direita para a esquerda, começando com o nosso representante do MEC.

O SR. AMARO LINS – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, quero, em meu nome e em nome do MEC, agradecer o convite para participar dessa audiência e dizer que estamos de acordo sobre o fato de que o assunto merece ser tratado em caráter de urgência e que precisamos, rapidamente, encontrar uma solução que possa abreviar a questão sob o ponto de vista do indivíduo que obteve o seu diploma no exterior, mas atender à necessidade do País.

Senadora Marta, concorda com a V. Ex^a. V. Ex^a vai levar diretamente ao Ministro Mercadante. Vou, também, falar ao Ministro Mercadante que precisamos nos engajar nesse processo e rapidamente encontrar uma solução, quer seja articulando com as universidades públicas federais, estaduais e municipais, quer seja apoiando outras propostas como a que está sendo apresentada agora. Que possamos contribuir e definir os procedimentos que possam garantir qualidade e agilidade nesse processo.

Então, agradeço as diversas contribuições. Vamos levar e formar um grupo de trabalho para agilizar a discussão desse assunto. O MEC está completamente à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares para esses e quaisquer outros assuntos.

Então, mais uma vez, muito obrigado, Senador Requião, pelo convite para esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A nossa Professora Divina das Dores de Paula Cardoso.

A SR^a DIVINA DAS DORES DE PAULA CARDOSO – Assim como o Professor Amaro, quero agradecer a oportunidade de aqui está, em nome da Andifes, em meu nome, em nome da minha universidade.

Quero dizer que os pró-reitores das universidades federais estão, junto à Associação Nacional de Pós-Graduandos e estudantes do exterior, sempre procurando achar uma solução. Estaremos juntos e estamos à disposição para acharmos uma solução melhor para o passado e para o futuro com o objetivo de que os cidadãos brasileiros tenham o reconhecimento de seu mérito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Finalmente, o nosso Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

O SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA – Quero, primeiramente, agradecer às representações dos Estados. Pediria que ficassem de pé, por gentileza. Peço a todos que aplaudam esses nossos convalidandos, revalidandos, que vieram de vários Estados do Brasil. Muito obrigado. *(Palmas.)*

Fizeram um sacrifício, tenho certeza. Outros estão na outra sala – a gente tem uma sala anexa. Essas pessoas, podem crer, Srs. Senadores, vieram com muito sacrifício. Alguns fizeram até rifa para aqui chegar. Chegaram com aquela esperança de que esta Casa vai responder a este anseio nacional. Quero, também, expressar a minha gratidão aos Senadores Requião e Cristovam pelo trabalho que está sendo feito de nos ajudar e de ajudar o Brasil a avançar nessa questão da revalidação de diplomas com a inclusão desse projeto.

Quero também agradecer a presença de alguns Deputados Estaduais que aqui se fizeram presentes, que fizeram em seus Estados audiências públicas para discutir essa temática, podemos assim dizer, em comunhão com esta Casa Legislativa. Infelizmente, não os poderemos ouvir em função do rito da Casa, mas gostaria de ressaltar a presença desses Deputados e de seu trabalho em favor da educação em seus Estados.

Concluída a audiência, gostaria de convidar os Srs. Deputados para virem à frente receber uma condecoração de nossas associações (ANPGI e ABPOS Mercosul). Vamos conferir aos senhores, merecidamente, o título de educadores com a Medalha Educador Paulo Freire. Logo após o encerramento, vamos entregar as medalhas.

Vamos pedir aos Senadores que puderem que, gentilmente, participem dessa condecoração. São apenas seis Deputados. Que nos ajudem fazendo a

entrega. Isso após o encerramento, não constará desta audiência.

Agradeço a todos pela boa vontade de virem a esta audiência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Cristovam Buarque já havia declarado, anteriormente, que queria participar do custo dessas medalhas com o salário maravilhoso que ganha no Senado.

Está encerrada a reunião mista das três Comissões.

(Iniciada às 10 horas e trinta minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.)

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 12 de abril de 2012, quinta-feira, às 14 horas, na Ata Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia doze de abril de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente, Senador **Eduardo Suplicy**, declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 17, de 2012 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 29 de março de 2012, que, “*nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira seja realizada, por esta Comissão, audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, com a participação do ex-ministro da Justiça de Israel, Sr. Yossi Beilin, e do ex-ministro da Cultura da Autoridade Palestina, Yasser Abbed Rabbo, com o objetivo de resgatar e homenagear a Iniciativa de Genebra, modelo para um acordo de paz e de criação do Estado Palestino*”. Atendendo ao Requerimento nº 120, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, a reunião é realizada com a participação dessa Comissão. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Yossi Beilin**, Ex-Ministro da Justiça de Israel; o Senhor **Yasser Abbed Rabbo**, Ex-Ministro da Cultura da Autoridade Palestina; a Deputada Federal **Perpétua Almeida**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacio-

nal da Câmara dos Deputados; e o Deputado Federal **Alfredo Sirkis**. O Senador **Cristovam Buarque**, Vice-Presidente da Comissão, assume a Presidência da reunião. Fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque** e **Eduardo Suplicy**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e quarenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, com a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por objetivo resgatar e homenagear a Iniciativa de Genebra, modelo para um acordo de paz e da criação do Estado da Palestina.

Convido a Deputada Perpétua Almeida, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e o Deputado Alfredo Sirkis, para comporem a Mesa. Aliás, eles já estão aqui, o que, para nós, é motivo de alegria a presença de ambos.

Foram convidados para esta reunião o Sr. Yossi Beilin, ex-Ministro da Justiça de Israel e o Sr. Yasser Abed Rabbo, ex-Ministro da Cultura da Autoridade Palestina; pelo que percebi ambos estão acompanhados de suas respectivas esposas, e as esposas de ambas estão aqui, são muito bem-vindas. Por gentileza, podiam se sentar na primeira fila.

Informo aos nossos convidados que o tempo destinado para apresentação inicial será de 15 a 20 minutos, com a tolerância de dois minutos.

Também quero dar boas-vindas e convidar o Embaixador Cesário Melo Antonio Neto para que também ocupe aqui a primeira fila, por favor.

Após a exposição concederemos a palavra a Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, para os esclarecimentos que S. Ex^{as} acharem necessários.

Sr^a Deputada Perpétua Almeida, tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Boa tarde aos colegas, boa tarde aos nossos convidados especiais, aqui. Para nós da Comissão de Relações

Exteriores da Câmara é um prazer estar nesta parceria com a Comissão de Relações Exteriores do Senado. Saudar o nosso Deputado Sirkis, que organizou este evento aqui. É importante que o Brasil discuta a necessidade de termos aqui os nossos parceiros e a luta dos povos por soberania, por uma pátria livre.

Queríamos agradecer a presença dos nossos convidados, aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado à Deputada Perpétua Almeida.

Queria informar que esta audiência pública é de iniciativa do Deputado Alfredo Sirkis, a quem cumprimento, e acho-a muito importante.

Mas eu gostaria de dizer que, há algum tempo atrás, ainda como Presidente, Luiz Inácio da Silva sugeriu que pudesse haver um jogo de futebol entre a Seleção do Brasil e a seleção mista da Palestina e de Israel. Eu quero dizer que sou muito entusiasta dessa proposta e gostaria que, em breve, ela pudesse ser realizada, quem sabe um jogo na Palestina, outro jogo em Israel; pensou-se, eventualmente, fazer em Londres. Mas onde os dois concordarem que isso seja um passo na direção do melhor entendimento. E sou, como todos nós brasileiros, testemunha de como, na cidade onde eu moro, por exemplo, mas em todos os lugares do Brasil, seja nas universidades, na própria Fundação Getúlio Vargas, onde eu sou professor, nas indústrias, no comércio, nas ruas de São Paulo, em todos os lugares, nos ambientes culturais, na música, os descendentes de judeus, de pessoas nascidas em Israel, assim como os descendentes de árabes e dos palestinos trabalham juntos, são capazes de realizar ações, inclusive tanto no Hospital Sírio Libanês, quanto no Hospital Albert Einstein, o próprio Presidente Lula costumava dizer: “Eu às vezes vou ao Hospital Albert Einstein e vejo ali os melhores médicos de ascendência árabe trabalhando junto com os que são descendentes, ou que são judeus, ou de Israel”. E quando ele vai ao Sírio Libanês também vê os dois colaborando. Então, que possa o Brasil, com este espírito, colaborar para que haja o bom entendimento entre todos os povos, inclusive de Israel e da Palestina.

Também está presente, e seja muito bem-vindo, o Sr. Daniel Grünenfelder, Conselheiro da Embaixada da Suíça.

Deputado Alfredo Sirkis, tem a palavra, primeiramente.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Boa tarde a todos. Esta foi uma iniciativa que aproveita a estadia no Brasil do Secretário-Geral da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Abed Rabbo e do ex-Ministro da Justiça de Israel, Yossi Beilin, que foram convidados para um evento sobre clima, o Rio Clima

– *The Real Climate Challenge* –, que tem uma reunião preparatória em Recife, neste final de semana.

O *Real Climate Challenge* é uma simulação do que seria um acordo do clima bem-sucedido. E a inspiração para essa iniciativa – e saúdo aqui a presença do Deputado Eduardo Azeredo – me veio pensando justamente numa coisa que foi protagonizada por esse israelense, por esse palestino, em 2013, que foi a Iniciativa de Genebra.

A Iniciativa de Genebra foi uma negociação conduzida por essas duas lideranças, com grupos de especialistas dos dois lados, todos eles com uma grande experiência nos processos de negociação anteriores, os processos de negociação que levaram ao Acordo de Oslo e a uma série de acordos complementares, e se baseou num ponto em que as negociações oficiais se interromperam bruscamente com a mudança política em Israel.

Naquele momento, sobretudo na Reunião de Taba, ficou claramente vislumbrada a possibilidade de se chegar a um acordo de paz definitivo entre Israel e os palestinos. No entanto, a provocação de Ariel Sharon e depois o início da segunda Intifada, da intifada armada e toda uma tragédia de erros de parte a parte, que ocorreu naquele período, mudou completamente o eixo de gravidade da política tanto de Israel quanto dos territórios palestinos, no sentido adverso. Em Israel venceram as eleições o governo de direita, chefiado por Ariel Sharon, que passou a reprimir de uma forma cada vez mais violenta a sublevação Palestina; e do lado palestino se reforçou o ramas, que não admite, a princípio, a existência de Israel nem mesmo após um tratado de paz justo.

Nesse momento tão difícil, essas duas lideranças haviam participado do processo de negociação, e, juntas com outros negociadores e equipes de especialistas que assessoravam o processo de negociação, decidiram por conta própria continuar no processo de negociação. E, em 2003, chegaram num Acordo de Genebra, que é aquele que até hoje é o documento mais consistente, a proposta mais completa para uma paz justa e duradoura entre Israel e os palestinos, no sentido que resolve todos os problemas relativos a fronteiras, com a base nas fronteiras de 1967 e trocas territoriais de um para um; reconhece Jerusalém Leste como a capital da Palestina e Jerusalém Oeste como a capital de Israel; oferece garantias de segurança para o Estado de Israel; e resolve de forma equilibrada a questão dos refugiados, reconhecendo o seu drama histórico e a justiça do seu pleito sem, no entanto, alterar o equilíbrio demográfico no Estado de Israel.

Esse documento, o Acordo de Genebra, continua sendo até hoje a referência de todos aqueles que

acreditam que é possível uma paz entre Israel e os palestinos, dentro de fórmula de dois Estados.

Atualmente é mais do que oportuno se lembrar o Acordo de Genebra porque nesse momento as atenções do mundo se voltam para os riscos de guerra com o Irã, para os riscos de um ataque aéreo de Israel às instalações nucleares do Irã, e também a terrível guerra civil, o terrível massacre da população civil Síria por parte do regime fascista de Bashar al-Assad.

A paz na Palestina e em Israel se encontra praticamente escanteada, como nós diríamos em linguagem futebolística – para seguir aqui na linha do Senador Suplicy –, foi jogada a escanteio, a questão palestina relegada para as calendas gregas. No entanto, nós sabemos que o nó górdio dos problemas do Oriente Médio é a paz entre Israel e Palestina, uma paz justa.

Isso parece ser uma utopia quando nós temos um Governo de Israel, que é uma coligação da direita com a extrema direita e que, incessantemente, desafia a comunidade internacional com o prosseguimento e a intensificação da ampliação dos assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Leste, e dá corda à ação de fanáticos, que invadem terras dos palestinos, suas propriedades, promovendo, inclusive, destruições de natureza ambiental: cortam árvores, incendeiam locais de culto; ou seja, procuram a cada momento insuflar o ódio entre essas duas comunidades que precisam basicamente de paz.

Então, nesse momento, quando rufam os tambores de guerra no Oriente Médio novamente, risco de uma guerra contra o Irã, aliás, não mais o risco, mas a realidade de uma guerra civil na vizinha Síria, quando a situação se torna mais tensa, é importante que o Brasil, que tem uma tradição profunda de ser um parceiro de paz no Oriente Médio, de ser um País mediador de conflitos, de ser um País que procura aproximar essas duas comunidades, essas duas sociedades em conflito; de um País que mostra seu exemplo, como aqui se referiu o Senador Eduardo Suplicy, nós somos o *melting pot* em que judeus e muçulmanos, em que descendentes de judeus e descendentes de árabes coexistem pacificamente na Rua da Alfândega e em uma série de outras áreas em cidades brasileiras, nunca tivemos conflito entre essas duas comunidades, pelo contrário, são comunidades entre as quais reina a amizade.

É extremamente oportuno que, neste momento, o Congresso brasileiro, através das suas Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, se posicione, lembrando que existe um caminho para a paz, e que esse caminho para a paz está expresso em detalhes, quase um mapa físico das ruas de Jerusalém de como seria essa divisão, de forma detalhada, na

Iniciativa de Genebra que nós temos, inclusive aqui, cópias para serem distribuídas.

Eu gostaria, agora, que nós ouvíssemos, com muita atenção, essas duas figuras extraordinárias que é Yossi Beilin e Yasser Abed Rabbo, que vão nos narrar as suas experiências e falar das suas esperanças e expectativas nessa hora tão difícil, para aquela região.

Nós, infelizmente, teremos que sair, aproximadamente, às 15h45min, para sermos recebidos pelo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, que faz questão de receber, no Itamaraty, esses dois autênticos representantes dos seus povos. Então nós teremos, evidentemente, a oportunidade de que sejam feitas as perguntas aos nossos ilustres convidados, mas terão que ser o mais breve possível.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/ PT – SP. Fora do microfone.) – Obrigado, Deputado Alfredo Sirkis, pela sua iniciativa e considerações de tão boa vontade com respeito à possibilidade da paz no Oriente Médio.

Passamos, agora, primeiramente, a palavra ao Sr. Yossi Beilin, ex-Ministro da Justiça de Israel, pelo prazo de 15 a 20 minutos.

O SR. YOSSIE BEILIN (*Tradução Simultânea.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Sirkis pela iniciativa de nos trazerem aqui.

A nossa história tem seu início no ano de 1967. Podemos, é claro, traçar a história num período anterior, mas o ano de 1967 foi realmente o marco da fundação do Estado de Israel, em que nos encontramos ocupando um território três vezes maior do que o original, depois de sermos atacados por alguns países árabes, incluindo a Jordânia. Não estávamos prontos para essa ocupação e não preparamos essa ocupação, não sabemos o que fazer com esse território, como acontece em muitos outros lugares do mundo. Não havia solução. A ideia original eu lembro, porque nessa época eu era um soldado, lutei nessa guerra, o que sabíamos é que as Nações Unidas viriam e diriam: - Vocês ocuparam o território e agora voltem as suas linhas originais. Está tudo terminado. Isso vai voltar ao normal como era nos anos 50, quando ocuparam a península. Isso não aconteceu. O que aconteceu foi que as Nações Unidas disseram: - Nós precisamos de uma solução de acordo com a qual vocês retornarão ao seu espaço original, mas deverão ter um acordo de segurança, incluindo todos os Estados. O que significa que, pela primeira vez, a retirada após a guerra foi condicionada a um acordo e, de certa forma, isso manteve o *status quo* por muitos anos.

O que aconteceu como resultado foi a divisão política do Estado de Israel, foi a classificação da es-

querda. Nós dissemos: “Bem, nós ocuparemos esse território, mas não vamos manter essa ocupação para sempre. Nós precisamos encontrar uma forma de acordo que signifique que, talvez, nós tenhamos de abrir mão da maior parte do território, mas nós precisamos de segurança”. O partido da direita e partidos ligados a esse partido disseram que não, que esta era a sua terra sagrada e que “não tínhamos começado esta guerra, mas, uma vez que ela nos foi imposta, nós temos de manter o território para sempre”.

O partido de centro-esquerda estava no poder na época e procurou parceiros; o parceiro, obviamente, foi Hussein da Jordânia, porque o Rei Hussein e a Jordânia, entre 1948 e 1957, era o Estado que mais favorecia o Estado de Israel. Então, o Rei Hussein disse: “Devolvam o território, mas nos deem algo”, que era em torno de 30%. O Rei Hussein disse: “Como isso é o que a Rússia tirou da Finlândia, bem, se quiserem me dar de volta esse território, está tudo bem. Senão, não serei mais parceiro de vocês”.

As discussões com o Rei Hussein continuaram durante os próximos dez anos, até 1977, quando a direita ganhou as eleições e Ehud Barak se tornou o Primeiro-Ministro. Então, não havia dilemas. Ele não tentou conversar com ninguém, não tentou achar parceiros, estava satisfeito, e a insatisfação local cresceu. Em 1984, mais uma vez, Shimon Peres se tornou o Primeiro-Ministro e tentou conversar com o Rei Hussein mais uma vez. Ele tinha em mente criar um Estado palestino, juntando a Jordânia à Palestina. O que aconteceu foi o fim dos esforços dos acordos com o Rei Hussein, em julho de 1988, quando o Rei Hussein disse ao mundo em uma conferência global: “Não preciso mais da costa oeste.” Então, Israel se viu apenas com a opção da Palestina.

A questão é: Israel deveria ter conversado com a Palestina? Sim, havia uma questão que deveria ter sido discutida entre a OLP e o Estado de Israel. Eles não queriam legitimar o Estado de Israel. Israel, por um lado, disse que a OLP era uma organização terrorista. Em aeroportos e em todos os lugares do mundo, eles espalharam a notícia de que havia esses atentados e que era impossível conversar com essa organização.

Em 1991, houve a Conferência de Madri e, nessa conferência, pela primeira vez, houve a criação de um partido palestino, de uma forma bastante artificial, sob as asas da Jordânia. Havia uma delegação da Jordânia e outra da Palestina e com as duas o Estado de Israel negociou, sob a liderança de um primeiro-ministro que, politicamente, era bastante à direita. Imediatamente essa organização, esse acordo, explodiu. Não havia meio termo possível.

Então, começou o processo de Oslo. Ele começou informalmente, entre os noruegueses e eu, na tentativa de resolver o problema da parceria. O que fizemos em Oslo foi algo bem distante de uma evolução no termo de conteúdo, mas foi uma revolução na forma de se apresentar o acordo, porque, pela primeira vez, em Oslo, os israelenses reconheceram a OLP e estavam prontos a negociar com ela, sem nenhuma conexão, sem nada a ver com a Jordânia.

Eventualmente, em setembro de 1993, a cerimônia em que foi assinado o acordo foi entre a liderança da OLP, Arafat, e as lideranças de Israel, incluindo Rabin e Peres. Os que assinaram o acordo, Abu Mazen, Mahmoud Abbas, que, hoje, é o Presidente da Autoridade Palestina, e, também, o atual presidente simbólico de Israel.

O Tratado de Oslo disse que havia uma solução interna, que duraria cinco ou seis anos, que resolveria as maiores questões, como os assentamentos, os refugiados, as questões de segurança e questões relacionadas à água, sem se referir ao que seria feito com relação a essas questões.

Então, os extremistas do lado palestino, o Hamas, estavam, é claro, opostos a esse acordo, contrários a esse acordo, não pelo conteúdo, porque o conteúdo estava lá, mas porque não havia um acordo sobre como conversar. Eles perguntaram como se podia conversar com a OLP: “Vocês estão conversando com esses terroristas?”

Isso nos levou mais de cinco anos, seis anos. Esses seis anos deveriam terminar em 99. Quatro de maio de 99 era a data até a qual deveríamos ter uma solução permanente, mas isso não aconteceu.

E se não houvesse um acordo permanente, alguém seria punido? Claro que não.

Então, o que aconteceu foi que após esses poucos anos durante os quais havia um primeiro-ministro em Israel que estava disposto a entrar em acordo e pagar o preço, e também Yasser Arafat, um líder palestino que estava disposto a mudar de ideia e tentar construir um acordo em nome do povo palestino, inclusive os extremistas – os extremistas respeitavam muito bem esse senhor, ele era um símbolo da revolução –, enquanto, teoricamente, e também na prática, era possível encontrar uma solução, nós, do lado de Israel, elegemos Ariel, que era o líder da oposição em 97 e se tornou o primeiro-ministro. Ele, em sua campanha, disse que se se tornasse primeiro-ministro, ele cancelaria o acordo. Então, como resultado, o que aconteceu, quando ele se tornou primeiro-ministro, foi que ele cruzou os braços e não estava disposto a encontrar uma solução. Ele continuou com os acampamentos, com os assentamentos.

Os palestinos pensaram que deveriam, talvez, colocar um basta nisso, mas o mundo e nós dissemos a eles que aguardassem pelas próximas eleições: “Nas próximas eleições, talvez a esquerda seja eleita novamente e nós, então, faremos todo o possível para conseguirmos alcançar um acordo permanente com vocês”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Yossi Beilin, permita-me interromper para convidar o Senador Cristovam Buarque para presidir o nosso encontro, porque ele é o Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e eu sou apenas um membro.

Por favor.

Bem, não desejo interrompê-lo, mas ele está me orientando a aguardar pela conclusão da sua fala. Por favor, continue.

O SR. YOSSI BEILIN – Muito obrigado.

Bem, então, o que aconteceu foi que isso se concretizou. Ehud Barak, a liderança do Partido dos Trabalhadores, se tornou primeiro-ministro de Israel e as esperanças se acenderam. Nós tínhamos esperança de que haveria um acordo permanente e de que o acordo seria, finalmente, concluído.

Ele tentou, da sua forma com a Síria, com a Palestina, e falhou. O mais importante foi o encontro, em julho de 2000, quando a proposta era: em cerca de duas semanas, os dois líderes se encontrarem e lidarem com todas as questões, concluir um acordo e entregá-lo aos advogados. Por vários motivos, isso não aconteceu.

Por definição, claro, cada um dos lados está culpando o outro e ambos estão culpando os americanos por essa falha.

Então, aconteceu outra tentativa de estabelecermos as discussões no Egito, em Taba, mas nós não tivemos tempo suficiente para isso. A noção geral foi que, talvez, mesmo que os moderados estejam discutindo e negociando, as lacunas sejam muito grandes para ser preenchidas, que talvez seja impossível resolver as nossas questões. Isto se tornou uma ideia em que ambos os lados começaram a acreditar: talvez não tenhamos parcerias, seja impossível obter uma parceria, mas como resolvermos as questões de Jerusalém? E assim por diante.

Por isso, nós, o Sr. Abbed e eu, somos partes das negociações por muitos anos e acreditamos que é possível solucionar esse problema. Esse é um problema humano e não está além do nosso alcance resolvê-lo. Isso não é mais grave que o problema da Caxemira, por exemplo. Vamos tentar informalmente negociar todas as questões, chegar aos detalhes dessas questões.

O Deputado disse que, nas ruas, nas casas de Jerusalém, existe um número grande de pessoas que

acreditam na paz e nas soluções. Quando conversarmos juntos, talvez isso seja um pouco difícil para nós, mas temos trabalhado. Trabalhamos nisso por dois anos e meio. Era muito difícil para nós nos encontrarmos, era difícil obter os vistos para nos encontrarmos. A história das nossas reuniões é uma história bastante longa. Eventualmente, construímos coalizões com outros partidos, tanto do lado de Israel como da Palestina, incluindo pessoas que são muito diferentes de nós ideologicamente. Ainda assim, nós queremos concluir a elaboração do acordo até dezembro de 2020. E queremos provar que isso é possível, e também mostrar que esse acordo pode ser reconhecido, porque as pessoas são atraídas por esse acordo, apesar de Ariel Sharon, o Primeiro-Ministro que foi fortemente contrário a esse acordo, ter se oposto ao fato de pessoas estarem negociando informalmente. Ele chamou isso de traição. Eu acredito que, na verdade, ele foi o nosso maior promotor, o nosso maior divulgador.

Nós encontramos muitos líderes em todo o mundo e apresentamos a eles a Iniciativa de Genebra. Eu não vou entrar nos detalhes dessa iniciativa. Vocês já devem ter essa informação. É bastante chata – e eu já estou avisando a vocês que é chata. No fundo, o que eu quero dizer é como nós estamos solucionando. Preparamos 500 páginas, mais chatas ainda, sobre esse acordo e sobre as soluções que estamos pretendendo. Nós temos dois governos e, quando tivermos dois governos que estejam prontos a estabelecer a paz, peguem essas 500 páginas e façam a paz. É muito mais simples. Temos questões técnicas aí que são maiores que as questões políticas. Mas algo aconteceu, então. A questão hoje, do meu ponto de vista, não é se é ou não possível solucionar o problema. Eu acredito que o mundo sabe hoje quais são as soluções. Temos os parâmetros de Clinton e o nosso documento, que não compete com o mercado, pois não existe mais ninguém tentando fazer isso em Israel e na Palestina. Não temos outras opções. É o único acordo em que ambas as partes estão de acordo, mas não é um documento oficial.

O problema hoje, no entanto, não é mais de cobrir as lacunas. Mais uma vez, o problema é: do lado de Israel, temos um Primeiro-Ministro que acredito quer paz, mas que não está pronto a pagar o preço pela paz e, se não estiver disposto a pagar o preço por algo, é porque você não deseja esse algo; do lado da Palestina, existe um líder que, em minha opinião, está disposto a estabelecer a paz, está lutando pela paz, mas é muito difícil para ele falar em nome de Gaza, depois da nossa retirada e, depois, quando da vitória de Hamas em Gaza.

Do lado palestino, existe uma dificuldade de conseguir a paz. Do lado de Israel, existe uma dificuldade de disposição em fazer a paz.

Vocês vêm de outros países e têm outras questões em suas agendas. Se não acontecer nada urgentemente na Palestina, vocês não terão essa questão entre Israel e Palestina como prioridade em suas agendas.

Nós estamos só apagando incêndios. Quando ocorre um incêndio, todos vêm e ajudam a apagá-lo. Mas se não há fogo? Nós somos bombeiros.

O ponto aqui é que o mundo se refere ao nosso problema, hoje, como se estivéssemos nos anos 90, como se o primeiro-ministro estivesse a ponto de ser assassinado. Seria esse o preço para estabelecer a paz do lado palestino? Como se alguém estivesse pronto a entregar seus bens, a entregar o ouro?

Essa não é a situação atual. Por isso, a questão principal hoje é o que vamos fazer, quando a situação atual se configura como a de espera. Estamos esperando por uma liderança israelense que se proponha a estabelecer a paz? Ou por uma autoridade palestina que se disponha a entregar o ouro? O que estamos esperando?

Enquanto isso nós temos algo melhor do que o *status quo*. O *status quo* é muito frágil. Hoje, há silêncio. Amanhã, sabe Deus o que vai acontecer como resultado da frustração, quanto ao fato de nada estar acontecendo em direção às soluções.

E isso não tem nada a ver com a Iniciativa de Genebra. A Iniciativa de Genebra permanece como um ponto de referência para o momento em que os partidos estiverem prontos. Então, quando estiverem prontos, nós teremos paz. Por enquanto, nós temos que encontrar soluções temporárias, acordos temporários. Talvez não sejam acordos completos, mas acordos possíveis para ambos os lados.

Isso significa que o Estado Palestino talvez tenha que se contentar com fronteiras provisórias e talvez isso se torne a solução permanente ou, talvez, essas fronteiras não se tornem permanentes.

Israel não está satisfeito, porque precisa de legitimidade das fronteiras, e isso não será obtido se essas soluções forem provisórias. No entanto, apesar de não gostar da ideia de soluções provisórias, acredito que, no momento, elas são bem-vindas.

A questão é: nós estamos esperando ou estamos fazendo algo? Estamos com propostas provisórias que talvez não sejam as propostas adequadas para algo permanente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Yossi Beilin, ex-Ministro da Justiça de Israel, muito obrigado por sua apresentação.

Vejo que estamos no caminho para alcançar a paz em Israel e na Palestina. Eu posso dar um exemplo aqui: a Sr^a Daniela Beilin e a Sr^a Liana Abbed Rabbo estão sentadas juntas, para tirar as melhores fotos de vocês dois. Isso é uma demonstração de... Cada uma está tirando fotos para seus esposos? Não. Mas eu vejo que estão colaborando uma com a outra, para ver qual o melhor ângulo, enfim, a melhor forma de registrar este importante encontro, para que cheguem à paz entre Israel e a Palestina.

Antes de passar a palavra ao senhor, eu gostaria de convidar o Senador Cristovam Buarque a, por favor, assumir a Presidência da Mesa.

Eu estou muito honrado em substituí-lo desde o início desta reunião, mas agora é sua vez de presidir este encontro. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa tarde. É com muito prazer que passo a palavra ao ex-Ministro da Cultura da Autoridade Palestina, o Sr. Yasser Abbed Rabbo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Vice-Presidente da OLP. Secretário-Geral da OLP, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sim, e mais que tudo isso, um dos líderes da Iniciativa de Genebra.

O SR. YASSER ABBED RABBO – Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr^a Deputada, eu gostaria de agradecer, de início, a todos os que participaram e materializaram a possibilidade desta visita ao Brasil, do meu amigo Yossi Beilin e também minha.

Eu gostaria de agradecer ao Sr. Alfredo Sirkis pelos seus esforços para nos ajudar a ter este encontro hoje e conseguir a agenda dos encontros que vão ocorrer durante a nossa estada.

Também eu gostaria de agradecer ao País que está entre nós – digamos –, a Suíça, por trabalhar conosco, por um longo tempo, para assegurar esse avanço que chamamos de Iniciativa de Genebra – uma possibilidade – e por serem pacientes, também, uma vez que podem ter recebido críticas extremistas de ambos os lados, daqueles que não querem ver esse tipo de reconciliação ou que não querem ver esse tipo de compromisso histórico.

Por meio desse compromisso histórico, talvez não consigamos preenchê-lo, porém somos capazes de dizer à opinião pública de ambos os países, Palestina e Israel, que a paz é possível, que a paz é alcançável e há um modelo para que ela seja implementada. Não se trata de um modelo virtual, algo abstrato. Não é um modelo genérico, mas um modelo muito detalhado e realista, apresentado pela Iniciativa de Genebra.

Sei que vocês não precisam ler o documento por completo, com todos os anexos e centenas de páginas.

A propósito, há 10 anos preparamos esse documento, e eu mesmo não consegui lê-lo todo de novo. Mas o que aprendemos disso é o seguinte: há fatos básicos na região que devem ser levados em consideração.

Talvez o meu amigo Yossi tenha explicado uma parte dos antecedentes históricos desse conflito – o que é necessário –, mas hoje há certos fatos básicos que deveríamos enfrentar, ver como eles são e tentar resolvê-los, tentar encontrar uma solução possível para eles.

O fato é que há dois povos na histórica região da Palestina. Israel criou o seu próprio Estado, e o povo palestino foi privado durante décadas de ter o seu direito à autodeterminação e de estabelecer o seu próprio Estado independente. Esse é o número um, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, Israel está ocupando territórios. De acordo com a lei internacional, com a legitimidade internacional, os fatos hoje mostram que há um futuro para o Estado palestino independente, cujos territórios estão sendo ocupados por Israel. Enquanto não for colocado um fim a esta ocupação, o conflito vai continuar na região. Bem, nós tivemos guerras anteriores e poderemos ter diferentes tipos de explosão de conflitos que podem assumir diferentes formas, mas não há alternativa senão a de colocar um fim à ocupação para permitir ter o que nós chamamos de solução de dois Estados: Israel e Palestina como dois países vizinhos. A continuação da ocupação é a causa principal do conflito.

O terceiro fato, ou em terceiro lugar, não é apenas a ocupação que está complicando a situação; é a ocupação acompanhada de assentamentos e edificações por parte de Israel, trazendo comunidades para esses assentamentos, que agora excedem as centenas de milhares sobre o território palestino ocupado por Israel. Esses assentamentos e sua expansão vão fazer com que a solução se torne cada vez mais complicada, porque, quanto maior o número de assentados, maiores serão as condições complicadoras e dificultadoras para uma solução, e maior a possibilidade de haver uma dificuldade para a solução dos dois Estados, de haver um compromisso mútuo de reconhecimento por parte das duas nações em relação aos seus direitos alternativos. Isso vai se tornar cada vez mais difícil. Essa é uma receita para dificuldades futuras, confrontações e, talvez, até a erupção de violências, o que nós não queremos que ocorra.

Bom, esse é um fato.

Agora, viria, talvez, um quarto fator, que todos deveríamos reconhecer e que não deveríamos abandonar e que é: o mundo árabe ao nosso redor e ao redor de Israel está mudando. A evolução, as revoluções

que têm ocorrido nos países árabes, em tantos países, para promover a modificação de certa estagnação, que durou várias décadas, estagnação causada pelas ditaduras, por regimes que são controlados – como você chama? – por corjas de corruptos, enfim, como dinastias familiares governando e passando o poder de pais para filhos, incluindo o uso, por parte desses ditadores, do conflito Palestina/Israel para prolongar as suas existências como ditaduras. O *slogan* habitual no mundo árabe é “nós estamos juntos contra Israel, nós estamos apoiando os palestinos”. Então, toda gente deveria silenciar porque não deveria haver uma voz acima da voz da batalha. Até nós, palestinos, dizemos: “Nós não queremos esse tipo de amor, nós não queremos essas demonstrações de apreço. Se vocês não respeitam o direito do seu próprio povo, como vocês vão respeitar o nosso direito à liberdade e à autodeterminação?” Se o povo egípcio, o povo sírio, o povo líbio, o povo do Iêmen, todas as nações da região não têm seus direitos básicos assegurados, o direito à cidadania – e vocês sabem: todas essas revoluções estão se debatendo por um direito básico que já existia há centenas de anos.

Não sei como foi na América Latina a experiência com as ditaduras, mas vocês obtiveram certamente o reconhecimento dos direitos básicos algumas décadas antes.

As pessoas têm que ter direitos iguais como cidadãos, num mesmo país, num mesmo Estado. Um Estado para todos os cidadãos, um Estado que tenha um regime democrático que possa ser modificado por eleições e não por golpes de Estado; um Estado que seja controlado pelas suas próprias instituições, eleitas pelo povo, e não controlado por militares ou por forças de segurança ou por corruptos. Essa união perversa entre a comunidade de empresários e os militares, isso é o que o mundo árabe está enfrentando hoje. E as novas gerações no mundo árabe não querem viver como seus pais e seus avós viveram ou estão vivendo. Por isso, você vê a coragem dos jovens da Síria, que estão sacrificando as suas próprias vidas, estão enfrentando um regime duro, que está usando tanques, artilharia, aviões, todos os métodos militares para matar gente inocente que está protestando nas ruas. E o regime cria as chamadas gangues militares, que ninguém compreende de onde surgiram nesse país. Com 70 organizações secretas na Síria, com exército, e tudo isso, não se pode andar na Síria sem um registro no serviço secreto. E subitamente eles falam que surgem gangues armadas, espalhadas por todo o país.

Como isso é possível? Como isso aconteceu? De onde surgiram? De onde vieram?

Isso é uma invencionice para justificar a matança do povo, e as pessoas, que se movimentam atrás de ondas de protestos e estão morrendo nas ruas, ainda estão sendo mortas até hoje. O regime foi obrigado a declarar um cessar-fogo. Imaginem o regime que declara um cessar-fogo contra quem? Contra o seu próprio povo, contra os cidadãos do seu país. Isso é o que está acontecendo no mundo árabe.

Uma nova geração. Não estão ainda prontos.

Graças à tecnologia atual, não se permite aos ditadores exercer o seu poder ditatorial como antigamente. Há 20, 30, 40 anos, eles poderiam massacrar o seu próprio povo, e ninguém saberia a respeito. Hoje, com essa coisa aqui, há milhões de correspondentes amadores, jovens, que estão registrando cada violação e disseminando por todo o mundo essa informação.

Então, o mundo está mudando, no mundo árabe. Cabe também a Israel compreender que o mundo árabe está mudando. Israel sempre reclamou de que é o oásis da democracia no pobre Oriente Médio. Agora, o deserto do Oriente Médio está florescendo, e as pessoas estão lutando pela democracia. Eles deveriam olhar para este fato, deveriam olhar para o fato de que não estão lidando com ditadores no futuro, senão hoje, amanhã; senão amanhã, daqui a cinco a dez anos. Eles estarão lidando com governos que vão ser cobrados, controlados e responsabilizados pelos seus próprios cidadãos e, por isso, eles deveriam ser também cobrados pelo reconhecimento dos direitos do povo palestino.

Nós não queremos a continuação desse conflito em formas diversas. Nós não queremos isso. Nós queremos uma mudança básica nas condições do terreno.

O Governo de Israel de hoje, de Netanyahu, diz, de uma forma ousada, que eles querem ter negociações conosco, mas sem quaisquer pré-condições. Quais seriam as pré-condições? Nós estamos dizendo a eles que, se nós queremos ter uma negociação justa, negociações em que todos possam confiar, nós deveríamos parar com essa atividade de assentamento nos territórios, porque é como eu e você sentarmos aqui, por exemplo, a uma mesa de *pizzaria* e quisermos negociar como dividir a *pizza* entre nós, como formar, estabelecer limites. Aí você diz “sim, sim, vamos fazer isso, vamos conversar a respeito, vamos negociar”. E você está comendo a *pizza* ao mesmo tempo em que estamos negociando isso. Você está me dizendo: “vamos negociar sem pré-condições” e come a *pizza*. Antes de terminarmos a negociação não haverá *pizza* para dividir. É por isso que é necessário parar toda essa atividade em relação aos assentamentos já.

Há um governo em Israel que representa a facção de extrema direita, que tenta colocar as questões ideo-

lógicas antes das questões políticas e pragmáticas. No Oriente Médio, se você lida com a questão de religião e ideologia, você está incendiando a questão. Vamos colocar a ideologia de lado. Vamos colocar a questão religiosa de lado. Aí cada um pode praticar a sua religião de acordo com as suas convicções. Mas se nós tornamos a ideologia e a religião um documento político, nós estamos criando uma situação explosiva para as condições na região. E nós não queremos misturar ideologia e religião com as questões da vida prática.

Então, o Acordo de Genebra foi e continua sendo um exemplo de como essa resolução, aliás, esse conflito poderia ser resolvido. E permanecerá, talvez, não em todos os detalhes – isso não é um documento sagrado, não é uma bíblia, mas é um modelo, um modelo prático –, talvez mude aqui e ali, mas o conceito em si, a abordagem em si, as linhas básicas serão mantidas se nós quisermos e se nós procurarmos uma solução baseada em dois Estados, com reconhecimento mútuo entre ambos os países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero agradecer a sua palavra, Dr. Yasser Rabbo.

Passo a palavra ao Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, visto o adiantado da hora e antes de passarmos à parte de perguntas e respostas, umas cinco perguntas, no máximo, eu queria sugerir aos meus colegas Senadores e Deputados, que a gente aprovasse aqui uma moção para assinalar o posicionamento nosso e do Congresso brasileiro.

A moção que eu proponho é a seguinte:

O Apelo de Brasília.

O Congresso brasileiro, através das suas Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, profundamente preocupado com a persistente estagnação do processo de paz entre Israel e os palestinos, peça-chave para uma futura evolução pacífica em toda a região e apoiando as soluções propostas pelo Acordo de Genebra, de 2003, apela ao Governo de Israel e às forças políticas palestinas:

1 – O Governo de Israel deve cessar imediatamente a expansão de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Leste; dismantelar as ocupações de terras ilegais e garantir a segurança e a integridade do povo palestino, de suas propriedades e de seu meio ambiente;

2 – O Governo de Israel deve libertar o dirigente do Fatah Marwan Barghuti como um gesto de boa vontade e de construção de confiança;

3 – Todas as forças políticas palestinas devem manter sua resistência à ocupação restrita a formas

de luta não violentas e afirmar inequivocamente a disposição de aceitar a existência de Israel no contexto de acordo definitivo bem como admitir as disposições necessárias à segurança de sua população contra qualquer tipo de ameaça;

4 – Ambos os lados devem reabrir negociações para uma solução definitiva e proceder a medidas de restabelecimento da confiança e um eventual arranjo provisório de natureza a mudar a dinâmica da atual situação de frustrante e perigosa estagnação.

É isso o que as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara propõem. (Palmas.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero, agora, passar a palavra aos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas presentes que queiram fazer uso dela.

Senador Suplicy, eu gostaria de dar-lhe a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria também registrar a presença do Embaixador Paulo Roberto França, que foi designado para representar o Brasil como Embaixador junto à Autoridade Nacional Palestina. Ele está também presente entre nós.

Sr. Presidente, a contribuição do ex-Ministro de Justiça de Israel, Sr. Yossi Beilin e do Secretário-Geral da OLP, Yasser Abbed Rabbo, nos deu esperanças de caminhos extremamente positivos.

Eu quero aqui cumprimentar o Deputado Alfredo Sirkis por esta iniciativa, e a Deputada Perpétua Socorro, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara pelo...

A SR^a PERPÉTUA ALMEIDA – Colega Suplicy, sem o “Socorro”. O socorro eu já prestei ao povo. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, é Almeida. Perdão. É Deputada Perpétua Almeida.

Cumprimento o Deputado Alfredo Sirkis e a Deputada Perpétua Almeida pela boa iniciativa, porque nós aqui podemos aprender muito com a história desses dois homens que contribuíram já para os passos tão significativos de avanços, em que pesem todas as dificuldades que ambos nos relataram. Porque mostraram que, em que pesem os esforços havidos nos inúmeros eventos do Acordo de Oslo, de 1995; na Iniciativa Árabe de Paz de Beirute, de 2002; no “Mapa do Caminho Para a Paz”, de 2003; na “Iniciativa de Genebra”, também de 2003; na Conferência de Annapolis, havida nos Estados Unidos, em 2007, onde a delegação brasileira defendeu o envolvimento cada vez mais abrangente da comunidade internacional na resolução do conflito israelo-palestino, cujos efeitos transcendem o Oriente

Médio e afetam o equilíbrio geopolítico do mundo... E, ainda, diversos outros passos que foram dados. É muito importante para nós brasileiros, que temos uma vocação para estimular o entendimento entre esses povos.

Eu tive oportunidade de visitar tanto Israel quanto a Palestina. E da mesma maneira como aqui mencionei, Presidente Cristovam Buarque, acho muito positivo que possa ser realizado um jogo de futebol entre a Seleção do Brasil e a seleção mista de Israel e da Palestina, conforme o Presidente Lula propôs, como um passo em direção ao bom entendimento, como estamos aqui testemunhando.

Mas cheguei a propor, nas minhas visitas a Israel e à Palestina, que ambos os países possam, como um meio de criar um sistema de solidariedade e realização de justiça, instituir uma renda básica de cidadania. Ambos os senhores sabem que, há alguns anos, filósofos e economistas, no mais largo espectro, inclusive em Israel e na Palestina, têm abraçado a proposição de se instituir, em cada comunidade, em cada nação, o direito de toda e qualquer pessoa de participar da riqueza da nação através de uma renda que, na medida do possível, seja suficiente para atender às necessidades vitais de cada um. De qualquer fonte de riqueza gerada em uma comunidade, em um país, pode-se sempre separar uma parcela para instituir um fundo que pertencerá a todos.

É fato que Israel tem uma renda *per capita* maior do que a Palestina, mas a potencialidade de desenvolvimento econômico da Palestina, ainda mais no dia em que houver a efetiva paz, é também muito grande, principalmente quando os dois países tiverem uma interação muito maior. Por exemplo, a própria receita de turismo que acontece com as visitas a Jerusalém, a Belém, com turistas de todo o mundo que ali querem saber as origens da história de Israel e da história do cristianismo, isso representa um potencial de riqueza extraordinário. Então, seria perfeitamente possível, por exemplo, separar uma parcela da receita de turismo de ambos os lugares para se constituir um fundo que, um dia, possibilitaria a proposta da realização de uma renda básica como um dos instrumentos possíveis de obtenção da paz.

Então, deixo aqui essa sugestão e pergunto a ambos se consideram que isso poderia contribuir para o bom entendimento, quando superadas as dificuldades que ambos mencionaram em suas palestras?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Suplicy.

Quero dizer que, enquanto assistia a esta reunião, lembrava de dois grandes personagens que, a meu ver, de certa maneira, fizeram isso de modo menos formal:

Amós Oz, que continua em atividade, e Edward Said. Creio que os dois se parecem, na intenção, com os nossos dois convidados.

Quero dizer do otimismo que precisamos ter, porque não há outra saída naquela região a não ser o entendimento entre Israel e o povo palestino. A alternativa de destruir Israel não faz o menor sentido. A hipótese de ignorar o povo palestino não faz nenhum sentido. O que faz sentido é o que vocês estão fazendo.

Quero que considerem esta reunião como um grãozinho de areia no deserto, como uma gota d'água no oceano, mas, de qualquer maneira, como uma contribuição que nós fazemos, o Congresso brasileiro, graças à Deputada Perpétua, graças ao Deputado Sirkis, graças ao Presidente Collor, que não pôde estar aqui, presidindo esta sessão, graças a cada um de nós, Senadores e Deputados.

Eu quero fazer uma sugestão antes de passar a palavra para as conclusões finais.

O Senador Suplicy insiste, sempre, nessa ideia, correta, de usar o esporte como um elemento de intercâmbio. Acho que é uma ideia formidável, mas que depende de muitos outros fatores.

Eu gostaria de propor, se os dois convidados aceitarem, de fazermos uma reunião com um grupo de personalidades, na fronteira, em um ponto da fronteira entre o Estado de Israel e a Palestina, para que nós pudéssemos discutir o esforço dessa Iniciativa de Genebra.

Se conseguíssemos juntar, ali, 10, 15 pessoas do nível do Amós Oz e do Edward Said, que não vai mais poder estar presente – mas temos outros grandes intelectuais –, se pudéssemos levar um Edgar Morin, que é, além disso, de origem judaica, como ele gosta de insistir, mas com uma formação não religiosa; se pudéssemos levar o Stéphane Hessel, que, hoje, é um dos líderes da juventude, apesar de seus 95 anos, como líder dos indignados, que também é judeu de origem; se pudéssemos levar um grupo de pessoas palestinas, obviamente, árabes não palestinos, brasileiros que nem sejam palestinos, nem judeus também, nós poderíamos tomar esse apelo de Brasília e fazê-lo um apelo desde lá, e não apenas daqui do Brasil.

Até lá, essa é a contribuição que nós demos.

Antes de encerrar, eu vejo que... Eu passo a palavra ao Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO BATISTA – Boa tarde. Desculpem-me a ousadia. Eu não sou Parlamentar, mas eu venho aqui com uma delegação e eu gostaria de fazer um convite a todos e, em particular, às duas Casas.

Primeiro, quero falar da minha emoção de estar aqui e ver dois representantes de dois povos que têm uma visão de paz.

Por isso eu parabeno a iniciativa do Senado e da Câmara, da Deputada Perpétua, do Deputado Sirkis, para esta brilhante atividade.

Eu estive na Palestina e lá trabalho com a organização chamada *Alternatives International*, que é uma federação de entidades da sociedade civil. Nós temos uma organização judaica, na federação, e uma organização palestina, que trabalham juntas pela paz na região.

Então, o que eu pude ver, tanto visitando Ramallah, visitando a Palestina, como também visitando Tel Aviv, visitando Jerusalém, é que, diferentemente da vontade dos governantes que estão lá hoje, o povo palestino e o povo judeu querem uma solução de paz.

O povo palestino e o povo judeu trabalham, podem e devem ser estimulados e apoiados num trabalho comum. Esse trabalho comum está originando, por isso pedi para falar, um fórum mundial em solidariedade à Palestina, que será realizado no Brasil, de 28 de novembro a 07 de dezembro. Esse fórum já tem um comitê internacional com mais de cem organizações e um comitê brasileiro com 70 organizações.

Da minha organização, somos aqui três pessoas participando desse comitê. Esse comitê tem todo o apoio do Governo do Rio Grande do Sul, na figura do Governador Tasso, e da Prefeitura de Porto Alegre. Vai ser um fórum modesto, simples, mas um fórum importante. Já há um comitê organizado na Palestina e um comitê organizado em Israel, com judeus e palestinos trabalhando de forma mútua.

Quero informar isso aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores e dizer que vamos fazer um convite oficial para as duas Casas se engajarem nesse comitê. Esse comitê tem como coordenação executiva a Central Única dos Trabalhadores, que assumiu a tarefa executiva desse trabalho.

E esse apelo tão importante, tão fundamental e esse esforço de rediscussão do Acordo de Genebra pode ser uma das agendas dessa reunião, que é uma reunião aberta, uma reunião plural, para onde podemos levar esse esforço daqui para lá. Quero dizer que não estamos fazendo esse evento para semear ódios, mas para reconhecer um elemento fundamental: existe uma ocupação, existe um povo que está sendo ocupado por um Estado. Essa é uma premissa básica que todos aqui reconhecem. Temos de lutar pela paz, mas levando em consideração que não poderá haver paz se não houver a desocupação dos territórios palestinos, que foi feita de forma ilegal e contra todas as leis internacionais.

Obrigado pela cessão da palavra a mim.

Deixo aqui o convite à participação de todos os senhores e senhoras nesse evento que vai acontecer no Brasil, no final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço, Sr. Pedro Ivo.

Quero dizer que o senhor trouxe aqui algo fundamental: a expressão “estimular o povo”, porque durante as palestras foi dito que o Governo de Israel não quer a paz, que não pode pagar o preço da paz, e que a Autoridade Palestina e os demais representantes não conseguem pagar pela paz, por razões políticas ou o que seja. Isso quer dizer que nós precisamos ganhar o povo palestino e o povo de Israel, porque o governo, queiramos ou não, gostemos ou não, foi eleito pelo povo. Podemos dizer que foram manipulados, enganados, mas o que a gente tem que falar é que precisamos estimular o povo. Eu gostei muito dessa expressão. A ideia do futebol estimula, mas algumas reuniões, algumas insistências nossas, olhando para o povo, estimulam também o povo.

Muito obrigado.

Passo a palavra à Deputada Perpétua.

A SRª PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB – AC) – Colega Senador Cristovam, colegas presentes, convidados, posso cometer um equívoco, mas não lembro em que outro momento, Senador Suplicy, Deputado Sirkis, o Congresso, seja separadamente – Câmara e Senado –, tenha realizado um evento como este em que a gente tenha colocado na mesma mesa Israel e Palestina falando a mesma língua, a linguagem da paz. Acho que isso é simbólico neste momento para o Congresso Nacional. Acho que é a sementinha que o Senador Cristovam colocava aqui há pouco.

Enquanto os dois falavam, eu fiquei pensando: qual é o sentido da vida para o ser humano que não consegue ter paz consigo mesmo e o que não consegue estar em paz entre os seus? Qual é o sentido da vida, hoje, para o povo palestino e, por que não dizer também, para o povo de Israel, se eles não conseguem ter paz entre eles? Se os palestinos não conseguem abrir os braços, erguer sua voz para dizer “eu tenho a pátria livre”, ou “eu tenho pátria”, pelo menos? Então, acho isso uma necessidade. O Congresso pode, sim, contribuir com isso, para que possamos, no dia a dia, no cotidiano das nossas vidas, incentivar outros Parlamentos no mundo, no Planeta para que cobrem e exijam a paz entre esses dois países.

Lá no Acre, Senador Cristovam, Senador Suplicy, colegas e convidados, há um militante da esquerda chamado Lhé, o Ibrahim Farah, e é quase impossível qualquer personalidade da política do Acre acordar

de manhã e não ter uma mensagem no nosso celular, com o Lhé cobrando compromissos nossos com a paz entre Israel e Palestina. Então, é esse sentimento que move o Lhé, todos os dias, para acordar qualquer um de nós, da política acriana, com uma mensagem pedindo que façamos alguma coisa, que temos de fazer com que dobre o mundo, curve o mundo em torno da paz entre Israel e Palestina.

O Congresso tem um time de futebol que, anos e anos, funciona e que, às vezes, vai a alguns Estados fazer eventos sobre solidariedade. Nós podíamos aproveitar que agora, nesse time, temos também os famosos do Congresso e organizar esse momento, de preferência na Faixa de Gaza, para que possamos convidar os dois países, criando um time entre os dois países – e o futebol chama, não tem jeito –, e quem sabe o time do Congresso também, para fazermos a nossa parte e organizar. As nossas duas Comissões de Relações Exteriores, da Câmara e do Senado, poderiam organizar e proporcionar esse momento. Se conseguirmos alguma vitória para que, em algum pedacinho do Planeta e mesmo no coração das pessoas, consigamos esse momento de paz, acho que já estamos fazendo muita coisa.

Quem sabe a gente possa irradiar esse momento em outros Parlamentos do Planeta também.

Eu queria agradecer, então, a presença dos nossos convidados e reafirmar a simbologia deste momento: Israel e Palestina, numa mesma mesa, com uma mesma linguagem, falando de paz. O Deputado Sirkis é responsável por um momento importante como este no Parlamento brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós que agradecemos.

Agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Sr. Yossi Beilin, ex-Ministro da Justiça de Israel, e o Sr. Yasser Abed Rabbo, ex-Ministro da Cultura da Autoridade Nacional da Palestina, pela nobreza, competência e generosidade das manifestações com que fomos brindados.

Convoco próxima reunião a ser realizada na segunda-feira, no dia 16 de abril, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas sob o título “Rumos da Política Externa Brasileira 2011-2012”, com a apresentação de um painel “2012 – Um ano de crise no mundo”.

Eu agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 10 de maio de 2012, quinta-feira, às 9 horas, no plenário 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dez de maio de dois mil e doze, no plenário treze da ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Delcídio do Amaral**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Cyro Miranda, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Clésio Andrade, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 45/2012, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson José Hübner Moreira, com arquivo em meio magnético do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual 2011 da ANEEL. Comunica, também, o recebimento de convite da Diretora Executiva da Revista VOTO, Karim Miskulin, para participar do Seminário “Os Desafios do Setor Aeroportuário no Brasil”, no dia 15 de maio, das 13h30 às 19h30, no salão de eventos do Complexo Brasil 21, em Brasília-DF. Comunica, ainda, a realização da Oficina Internacional: Governança no Setor de Transportes, numa iniciativa do Ministério dos Transportes em colaboração com o Banco Mundial e o Movimento Brasil Competitivo – MBC. O evento ocorre nos dias 8, 9 e 10 de maio, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília-DF. O Presidente, nos termos do artigo 89, inciso IV, informa designação, como membros da Subcomissão Permanente para Acompanhamento das Atividades da Eletrobras Distribuição, criada pelo Requerimento nº 8, de 2012 – CI, dos seguintes Senadores: do Bloco de Apoio ao Governo, Titulares – Senador Jorge Viana e Senadora Vanessa Grazziotin, Suplente – Senador Wellington Dias; do Bloco Parlamentar da Maioria, Titular – Senadores Ivo Cassol, Suplentes – Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp; e do Bloco Parlamentar Minoria, Titular – Senador Jayme Campos. Às nove horas e vinte e oito minutos, assumiu a presidência da reunião a Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão. Passa-se à **PAUTA – PRIMEIRA PARTE**: o

Senhor Senador Vicentinho Alves, Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, apresenta Relatório parcial sobre as atividades realizadas por essa Subcomissão. Usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral, Jayme Campos e Flexa Ribeiro. A Presindete da Comissão solicita um levantamento acerca dos projetos que tramitam no Senado Federal e que tratem de Aviação Civil. Determina também a elaboração de um estudo contendo análise dos reais problemas relativos à aviação civil, bem como resumo dos gargalos, desse setor e suas subdivisões, citados nas audiências públicas realizadas pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC. **SEGUNDA PARTE: ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2010**, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte público coletivo de passageiros.” Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2012**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em todas obras, serviços ou compras.” Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srsª Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da última reunião da Comissão de Infraestrutura.

Comunico o recebimento do Ofício nº 45, de 2012, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson José Hubner Moreira, com arquivo, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinária Anual de 2011, meu caro Senador Jayme Campos, da Aneel.

O referido documento encontra-se à disposição na secretaria desta Comissão.

Comunico também o recebimento de convite da Diretora-Executiva da revista *Voto*, Karen Miskulin, para participar do seminário Os Desafios do Setor Aeroportuário no Brasil, Senador Vicentinho, no dia 15 de maio, das 13:30 horas às 19:30 horas, no salão de eventos do Complexo Brasil 21, em Brasília, no Distrito Federal.

Comunico, ainda, a realização da oficina internacional Governança no Setor de Transportes, uma iniciativa do Ministério dos Transportes, em colaboração com o Banco Mundial e o Movimento Brasil Competitivo (MBC). O evento ocorreu nos dias 8 e 9 e encerra-se hoje, no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília, Distrito Federal.

Comunicado, nos termos do art. 89, IV:

Designo como membros da Subcomissão Permanente para Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição, {Senador Jayme Campos e Senador Vicentinho} criada pelo Requerimento nº 8, de 2012, da Comissão de Infraestrutura, os seguintes Senadores:

Titulares: Senadores Jorge Viana e Vanessa Graziotin; suplentes: Senador Wellington Dias, pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Bloco Parlamentar da Maioria: titular, Senador Ivo Cassol; suplente: Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp.

Bloco Parlamentar da Minoria: Senador Jayme Campos; o cargo de suplente ainda está vago. Será definido agora pelo Bloco Parlamentar da Minoria.

Será feita a comunicação, ao Presidente do Senado Federal, da designação dos membros da referida subcomissão.

Assunto finalidade.

Vou passar para nossa Presidenta, a Senadora Lúcia Vânia.

O Sr. Senador Vicentinho Alves, Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, fará uma explanação relatando as atividades já realizadas por esta subcomissão na área de aviação civil.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente em exercício, Senador Delcídio do Amaral, Srª Presidente, Senador Lúcia Vânia, Sr. Senador Jayme Campos, demais Senadores e Senadoras, a criação...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Vicentinho, venha para a mesa. Acho que seria melhor para o pessoal visualizar.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – É rápido.

Obrigado, Presidente.

Srª Presidente, Srs. Senadores, demais presentes, a criação da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil tem-se mostrado, na nossa avaliação, uma das mais oportunas e relevantes iniciativas da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, presidida por V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

O vertiginoso crescimento da aviação civil no Brasil na última década, por si só, já justificaria a criação da subcomissão, cuja concepção surgiu da necessidade de se criar um fórum apropriado para ouvir todos os atores na atividade aérea e seus diversos segmentos, incluindo desde a recém criada Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, a Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, que é o Decea, e o Centro Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, o Cenipa, as empresas, também, de linhas aéreas regulares, táxis aéreos, aviação geral, aviação experimental, centro de formação, oficina de manutenção, sindicatos, associações, organizações internacionais, entre tantos outros responsáveis por fazer da aviação do Brasil uma das maiores e mais seguras do mundo.

O que nos moveu a apresentar o requerimento propondo a criação da subcomissão, Srª Presidente, Srs. Senadores, foi o desejo manifestado por mais de uma dezena de representantes de empresas e associações que atuam na aviação civil, que nos procuraram e apresentaram suas demandas e pendências perante os órgãos reguladores da atividade aérea no Brasil, além da minha ligação direta como aviador de profissão.

Parte das reivindicações girava em torno da dificuldade dos membros da comunidade aeronáutica em lidar com uma atividade econômica extremamente moderna e dinâmica, mas que conta com um marco regulatório anacrônico. O Código Brasileiro de Aeronáutica, por exemplo, é de 1986, bem antes da Constituinte, em vigor há mais de 25 anos. De lá para cá, houve uma verdadeira transformação no setor da aviação civil.

Sem uma política pública que assegure o desenvolvimento da aviação civil para as próximas décadas, já que o último grande fomento ao setor se deu no final dos anos 1960 – foi o último planejamento para a aviação do nosso País –, o Brasil não estará preparado para os grandes desafios que se apresentam para o seu crescimento econômico.

Outras reclamações apresentadas dizem respeito às dificuldades de se estabelecer uma interlocução eficiente junto aos órgãos reguladores e planejadores da aviação no nosso País.

Estava claro que algo precisava ser feito, pois facilmente identificamos que os problemas que afetam as empresas e os profissionais da aviação civil são, em boa parte, comuns aos órgãos que administram essa

importante atividade econômica, que hoje atende, por ano, mais de 180 milhões de brasileiros e gera milhões de empregos diretos e indiretos.

A aviação civil movimenta uma fatia considerável do nosso Produto Interno Bruto, sem contar o seu relevante papel como fator de integração do nosso imenso território.

Assim, instalada a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, em 09 de fevereiro de 2012, aprovamos um roteiro de 20 audiências públicas, com a previsão de realizarmos seis audiências públicas regionais, abrangendo as cinco regiões geográficas do País.

Das 20 audiências públicas programadas, oito já foram realizadas. Dessas oito, Srª Presidente, Srs. Senadores, nós só pudemos, até agora, receber da Taquigrafia cinco, em razão, eu acho, do acúmulo de CPMI e comissões. Então, aqui, nós já temos o resultado de cinco e em breve, com o auxílio dos nossos servidores dessa Secretaria, nós iremos complementar as oito, fazer a juntada das quatro... São oito, não é? Das três, das três audiências. Portanto, acredito eu que, até a próxima semana, estará completa, até a última audiência pública.

Assim, das 20 audiências programadas, oito já foram realizadas, sendo que em todas elas tivemos a participação de dirigentes da SAC, Secretaria de Aviação Civil, da ANAC, da Infraero, do Cenipa, de acadêmicos e professores de entidades como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o ITA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, de 11 associações e sindicatos voltados à aviação civil, de profissionais altamente qualificados, com larga experiência e atuação dentro da aviação.

Os debates têm-se mostrado altamente qualificados, abordando com profundidade os problemas da aviação civil no País, com a elaboração de diagnóstico e o encaminhamento final de proposta de soluções que contemplem a atualização e o aprimoramento da legislação brasileira para o setor.

Ainda há muito por fazer e muitos segmentos serão ouvidos, mas um importante feito já alcançamos: pela primeira vez as associações voltadas à aviação experimental, táxis aéreos e da aviação geral estabeleceram interlocução com a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, o que representa a formação de um *link* importantíssimo para integrar definitivamente as mais diversas categorias de nossa aviação com as autoridades que a administram, o que permitirá a formulação de uma política pública efetivamente inclusiva e que represente o desejo de todo o setor da aviação civil.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao entregar o Relatório Parcial das Atividades da Subcomis-

são Temporária sobre a Aviação Civil à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, acreditamos estar cumprindo fielmente o propósito para o qual ela foi criada, oportunidade que aproveitamos para, em nome de todos os Integrantes da Subcomissão, agradecer a confiança em nós depositada e reafirmar o nosso compromisso de levar a bom termo os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradecendo ao Senador Vicentinho Alves, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente, Senador Vicentinho Alves, Senador Jayme Campos, quero só registrar a importância da iniciativa dessa Subcomissão que vai olhar a questão da aviação civil brasileira.

Como disse muito bem o Senador Vicentinho Alves, o nosso Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986, portanto, exige mais do que nunca uma reflexão e um aperfeiçoamento, até porque, como disse o Senador Vicentinho, a aviação brasileira cresce muito – acho que mais de 20%, acho que 18% ao ano –, é uma aviação que o mundo inteiro acompanha de perto, pois é extremamente atrativa. Assim, exige da Comissão de Infraestrutura um acompanhamento muito profundo sob responsabilidade da Subcomissão tão bem presidida pelo Senador Vicentinho Alves.

Também queria registrar a minha preocupação não só com o Código Brasileiro de Aeronáutica, essa revisão, esse aperfeiçoamento, e as audiências públicas que vêm sendo realizadas com autoridades militares, com pessoas da aviação civil, com pessoas do próprio ITA, e o Senador Vicentinho, que é aviador, conhece o setor como poucos, mas também com a importância de discutirmos esses temas. E vou um pouco mais além. Há algum tempo discutíamos a questão dos aeroportos. A Presidenta Dilma acertou nesse leilão que foi realizado. Houve questionamentos, mas foi um leilão legítimo. Não tenho dúvida de que para os próximos aeroportos – e espero que, logo, logo, tenhamos esses leilões –, que é o caso do Galeão no Rio, de Confins em Minas Gerais... Claro que foi uma primeira etapa estes três aeroportos: Viracopos, Cumbica e Brasília. Mas fruto dessa experiência, os próximos editais vão ser mais bem elaborados ou vão refletir a experiência vivenciada nesses três primeiros.

Queria registrar também um ponto importante. Existem projetos que estão tramitando aqui relativos à jornada de trabalho de aeronautas, pilotos, co-pilotos, comissários, comissárias de bordo. É um tema que também vamos estudar. Tenho conversado com muitos pilotos e pessoas que trabalham para várias companhias aéreas e que manifestaram uma preocupação

muito grande com relação a alguns projetos que estão tramitando aqui.

Precisamos olhar isso aí com muito cuidado também, até porque a aviação é uma indústria séria, é uma atividade que exige qualificação, que exige o descanso necessário para o bom desempenho dessas atividades.

Portanto, eu queria só parabenizar o Senador Vicentinho e dizer que temos aí, pela Comissão de Infraestrutura, um grande debate sobre a aviação civil brasileira. Isso sem falar em abertura de capital, aumento de participação estrangeira e outras coisas mais. Sem dúvida alguma, esses temas vão vir à baila, vão vir à tona, e acho que o foro adequado é a Comissão de Infraestrutura, através da Subcomissão de Aviação Civil. Quero parabenizar o Senador Vicentinho Alves pelo trabalho e, sem dúvida, acho que vamos produzir um material muito competente para que o Congresso e o Senado Federal, mais especificamente, se somem a esse esforço de tornar a aviação civil brasileira competente: que tenha condição de concorrer, com eficiência, com tarifas adequadas, e ao mesmo tempo também prestando um bom serviço e ajudando o nosso Brasil a se desenvolver.

Eu só queria fazer um registro rápido, Senador Vicentinho, sobre as tarifas aeroportuárias. É interessante: no meu Estado, que é colado com a Bolívia e colado com o Paraguai – basta olhar o mapa e a gente vê nitidamente isso –, as tarifas aeroportuárias cobradas em Mato Grosso do Sul são quase o preço da passagem. Então, tem alguma coisa errada aí.

Esses são alguns dos pontos que, sem dúvida alguma, eu sei que vão ser abordados aqui e que são fundamentais não apenas para trazer essas tarifas a pisos civilizados. Outra coisa também é o incentivo à aviação regional, ou seja, criação de polos, mas criarmos mecanismos necessários, que desapareceram ao longo do tempo por causa de ações judiciais, para incentivar a aviação regional, que é muito importante para o Brasil.

Muito obrigado, e parabéns ao Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Srª Presidente, na linha de raciocínio do Senador Delcídio, que tem um conhecimento excelente sobre aviação, ele tocou em alguns assuntos que já temos no material das audiências públicas. Por exemplo, aviação regional. O que as empresas, no contraponto – sempre nos debates, altamente qualificados –, colocaram?

Como incentivo para se avançar na aviação regional: infraestrutura de aeroportos; tarifas aeroportuárias, com valores mais adequados, e o combustível. Hoje o combustível cresceu tanto no custo operacional de uma empresa que chegou a 40%. Quer dizer, podere-

mos ter um entendimento nos Estados para avançarmos com a aviação regional, no sentido de incentivos com relação a ICMs. Aí, teremos um combustível mais baixo. As empresas, para minha surpresa, não querem incentivos; os acionistas não os desejam. Eles querem infraestrutura, taxas aeroportuárias mais baixas e combustível mais barato. Apenas isso.

Tivemos ontem a visita ao nosso gabinete do vice-presidente da Embraer, inclusive pedindo para participar de uma audiência pública, a Embraer, que deverá ser no dia 12 de junho, e também, Sr^a Presidente, ele se colocou à disposição para que, membros da Comissão de Infraestrutura e da Subcomissão de Aviação, visitemos a Embraer no momento que V. Ex^a entender adequado. A Embraer fez esse convite para que nós possamos conhecer melhor as atividades dessa empresa superconceituada e que nos representa pelo mundo afora de forma altamente positiva.

Com relação à carga horária de trabalho, hoje nós temos, Senador Jayme Campos, uma legislação única... O Vice-Presidente da Comissão está chegando, Senador Flexa.

Então nós temos, Senador Delcídio, apenas uma legislação trabalhista para todos os profissionais. E não dá para ter uma carga horária de companhia aérea, um profissional de companhia aérea sendo regido pelo mesmo sistema de um táxi aéreo, de helicóptero, de aviação em geral.

Então nós deveremos, ao final do nosso planejamento, apresentar algumas legislações setoriais. Por exemplo: na área trabalhista, qual é a carga horária para o profissional de companhia aérea, qual é a carga horária para o de táxi aéreo e de aviação em geral.

O Senador Jayme Campos tem, por exemplo, aeronave, como outros Senadores, e o seu profissional está sendo regido apenas por uma legislação. Não pode. Tem que ser bastante diferenciado, até porque nós temos hoje a aviação de helicópteros no Rio de Janeiro com vistas à Bacia de Campos, ao pré-sal. É uma aviação superavançada, com profissionais altamente qualificados, porque a operação é muito técnica, exige muito dos profissionais, e não é possível que aqueles pilotos de helicóptero sejam sujeitos à mesma legislação, à mesma carga trabalhista de um aviador de companhia ou de táxi aéreo.

Com relação... E isso tudo nós temos aqui...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senador Vicentinho, peço um aparte aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero cumprimentar, antes de mais nada, a nossa Presidenta, Senadora Lúcia Vânia.

O Senador Delcídio do Amaral foi feliz nas suas observações, principalmente com relação à aviação regional. É fundamental que nós tenhamos até a participação de órgãos do Governo Federal, principalmente a Infraero, e de determinados aeroportos do Brasil que ainda estão muito distantes.

O Delcídio conhece o Mato Grosso também. Por exemplo: Alta Floresta hoje já tem três voos de linhas aéreas regulares com jatos, que fazem Alta Floresta, Brasília, São Paulo e percorrem também o interior do Brasil.

V. Ex^a foi feliz em todas as suas colocações, entretanto há um assunto que temos que procurar, proveniente de uma observação sua, dizendo: olha, o querosene ou a gasolina, há uma diferenciação entre companhias. E você é mestre no assunto.

Por que uma RD vende, por exemplo, o querosene por três reais – vamos imaginar o preço – e a Petrobras, que V. Ex^a conhece muito bem, cobra do usuário quatro, quatro e cinquenta, dependendo da região, ou até cinco ponto cinco em Alta Floresta? É um absurdo.

Essa é uma matéria interessante para ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Uma legislação nova, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É claro, natural que a questão do ICMS é grave.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – E acrescentando nessa linha, por exemplo, a empresa aérea que faz um voo internacional tem no Brasil um combustível mais barato do que a empresa que faz a rota nacional. É a mesma aeronave, é o mesmo combustível.

Nós precisamos apresentar, através desta Subcomissão e da Comissão, uma legislação no sentido de avançar para igualarmos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu queria sugerir a V. Ex^a, que preside esta Subcomissão, por que não, se for o caso, uma audiência pública com as companhias que distribuem petróleo no Brasil? Por que a Petrobras, que detém o monopólio no Brasil, cobra mais caro do que outras? Alguma coisa está havendo através de subterfúgios, sei lá, correndo por baixo de tapetes. Não deu para entender até agora.

É apenas uma sugestão que ofereço a V. Ex^a, como Presidente desta Comissão: dentro da discussão da aviação civil do Brasil, inserirmos no contexto por que essa disparidade de preços.

Vou citar um dado para a senhora, Senadora Lúcia Vânia. Se a senhora comprar hoje, lá no Mato Grosso, o querosene para abastecer a sua aeronave, ele vai custar R\$3,00. Se a senhora for a São Paulo, vai pagar R\$4,80. Eu não estou entendendo. Em Alta

Floresta, paga R\$5,40. Então, é um descompasso enorme de 15%, 20%. Eu quero saber qual o motivo, qual a explicação plausível. Temos de ter um preço regular. É natural o combustível, por exemplo, em Paulínia ou no Estado de São Paulo, ser bem mais barato que em Alta Floresta. No entanto, muitas vezes, ele é mais caro em São Paulo que em Cuiabá. Eu não sei o que está acontecendo.

Em relação à discussão do ICMS, temos de buscar, se for o caso, isonomia, tendo em vista atender ao transporte aéreo regional. É fundamental. Hoje, o transporte aéreo está se ampliando, mas sem nenhum incentivo para competir no mercado. Há um descompasso enorme lá. Isso tem inviabilizado, muitas vezes, o transporte regional.

É essa a observação. Cumprimento e espero que possa levar em consideração essa minha sugestão para que V. Ex^a possa, com certeza, ainda melhor fazer essa parte do relatório que está apresentando e que ela possa ser útil também a esse trabalho que V. Ex^a vem realizando.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Senador Jayme Campos, acataremos a sugestão de V. Ex^a.

Eu vou ler rapidamente o que tem programado pela frente, porque estamos ouvindo todos os segmentos e combustível realmente é um dos segmentos importantes, Presidente. Na próxima audiência pública, vamos tratar sobre aviação internacional. Vamos ter a lata – Associação Internacional de Transportes Aéreos falando aqui, porque, ao mesmo tempo em que nós temos de tratar do planejamento nacional, isso tem de estar em sintonia com a aviação mundial, porque temos os voos internacionais etc. Temos de estar em sintonia.

Os convidados serão o Major-Brigadeiro do Ar e ex-Secretário da Organização Internacional de Aviação Civil Renato Cláudio; também Antonio Rodriguez Fritz, Secretário Regional da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes; Carlos Ebner, Diretor da Associação Internacional de Transporte Aéreo. Será a próxima audiência.

As outras serão: uma exclusivamente sobre aviação regional; em seguida, Senador Delcídio, uma com o Sindicato Nacional dos Aeronautas - essa aí vai ser exclusivamente com eles, para aprofundar e ouvi-los na questão dos seus direitos etc.; depois, uma sobre manutenção de aeronaves, para ouvir toda a área de manutenção de aeronaves, importantíssima; também uma sobre a formação de recursos humanos, de profissionais – precisamos tratar desse assunto, porque, hoje, fala-se muito no Brasil de importar mão de obra e eu sempre digo que, no Brasil, se têm dois setores em que somos craques, são o futebol e a aviação e, então,

precisamos incentivar os nossos jovens na formação de pilotos para esse mercado aquecido; também uma audiência com a Embraer; outra sobre a concessão de aeroportos – nós vamos tratar desse assunto, Senador Flexa; também, depois, mais uma, que é sobre combustíveis, que estamos incluindo; depois, as regionais, para acabarmos de ouvir todos os setores da aviação pelas regiões do País. Será uma por semana.

De modo que uma preocupação também das companhias aéreas que estiveram aqui e que está no material, Presidente Lúcia Vânia, é com relação aos prejuízos das companhias, muito embora com um volume grande de prestação de serviços, de recursos etc. Nós observamos, pela imprensa e pela fala dos representantes dos setores, que as companhias aéreas hoje estão tendo prejuízos. Então, no Brasil, está ocorrendo muito que as companhias cresçam e depois fechem. Agora, ultimamente, o recurso vindo do exterior pode ser 20%. Da forma que vai se levando, as companhias vão terminar querendo ampliar isso para 40%, para 49%. Eu acho que não é um bom caminho. O melhor caminho é o de que Governo Federal reveja a questão do custo e também as companhias, a questão do gerenciamento, para que elas se tornem lucrativas, o que é importante para o nosso País, porque gera emprego, renda, etc.

Então, essa é a preocupação das companhias aéreas, como a dos táxis-aéreos é quanto aos tributos. Hoje, a taxa aeroportuária para um táxi-aéreo de Belém está custando – inclusive, tivemos aqui um representante de uma empresa de táxi-aéreo do Estado do Senador Flexa -, por exemplo, com 9% de custo de impostos 9% e, de taxas, 12%. As taxas estão dando mais do que o custo fiscal de uma empresa de táxi-aéreo.

A SAC, a Anac, o nosso Governo estão muito presentes. Essa presença é importante, porque passou a haver um bom diálogo. Havia o problema, por exemplo, de um proprietário de táxi-aéreo de Santarém ter de cuidar de suas atividades no Rio de Janeiro. Para quem está em Marabá ter de ir para São Paulo, ao lado de Marabá, vai para Recife. Então, eles estão se ajustando. Quem estiver na região Norte, tem Belém; quem estiver no Nordeste, Recife. Assim por diante.

De modo que, com essas audiências públicas, muitas coisas já estão avançando junto à SAC, à Anac ao Dieese e os segmentos de cada setor da aviação.

Portanto, o estudo está por aqui. Os Senadores deram acesso, de modo que, ao final desta Subcomissão, esforçar-nos-emos para apresentar ao Senado Federal, à Presidenta Dilma, à sua equipe, como também ao nosso País, um bom planejamento e boas

legislações, para que a nossa aviação seja atualizada no País.

Na quarta-feira, Presidente – estou concluindo -, teremos uma audiência com o Ministro Bittencourt, para lhe entregar o relatório parcial, colaborando, avançando e também para agradecer, porque, como eu disse, tanto a Secretaria de Aviação Civil, a Anac e todos os órgãos do Governo estiveram presentes, sem faltar em nada com a Subcomissão. Essa presença tem sido de suma importância.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Antes de me referir ao trabalho do Senador Vicentinho, gostaria de comunicar que temos a presença, na secretaria da Subcomissão, do Vice-Presidente do BNDES, que veio participar de uma audiência pública sob a presidência do Senador Wellington. Como a audiência pública não acontecerá, em função da mudança de horário da CPMI e do Conselho de Ética – tenho a impressão de que houve um desencontro -, solicito ao Senador Delcídio vá à secretária e busque um entendimento, encontre o que possa ser feito aqui.

Senador Flexa, V. Exª tem alguma observação a fazer? O nosso Vice-Presidente da Subcomissão de Aviação Civil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, quero apenas parabenizar o Senador Vicentinho Alves, que preside a Subcomissão de Aviação Civil, pelo trabalho hercúleo que vem realizando, inicialmente às segundas e, agora, às terças-feiras, audiências públicas, que têm feito um diagnóstico bastante profundo da aviação geral em nosso País. Prova disso é esse primeiro relatório que apresenta à Comissão de Infraestrutura e que, ao final, como bem disse nessa exposição que fez ao Plenário da Comissão de Infraestrutura, poderá trazer para o conhecimento da Nação brasileira um panorama da situação da aviação geral em nosso País.

Nós, na Amazônia, que o Senador Vicentinho tão bem conhece, que aqui representa tão bem o Estado do Tocantins, sabemos da necessidade e da importância que tem a aviação no contexto da nossa região.

A cada dia, somos aqui surpreendidos e alertados pela dificuldade que temos na questão do cidadão brasileiro em ter acesso ao serviço da aviação em nosso País. Ainda agora, na última terça-feira, na última audiência que tivemos aqui, foi dito por um dos convidados – é até um contrassenso, porque é representante, parece-me, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – que as empresas brasileiras não têm capacidade de competir e que, se o Brasil abrisse para as empresas internacionais, não teria condições de competir em relação às tarifas. Mas, mesmo assim,

apresentou um gráfico mostrando que, de forma cíclica, têm períodos de prejuízo; estão numa fase dessa. Em compensação, as tarifas da aviação no Brasil são das mais caras do mundo.

Outro dia, na Comissão de Meio Ambiente, o Senador Viana disse que, pelo trecho Brasília/ Acre, para Rio Branco, ele pagou mais de seis mil reais em passagem de ida e volta. Então, se não fizer com antecedência o trecho Belém/Brasília/Belém, vai-se pagar quase R\$3 mil, mais caro que uma passagem para a Europa, de Belém para a Europa, de Brasília para a Europa ou para os Estados Unidos.

Por isso, em boa hora, o Senador Vicentinho propôs essa subcomissão, em que estamos aprofundando para ver qual é a crise. É a carga tributária? Há alguma coisa. É preciso que se estude e se verifique o que se está fazendo.

Na questão da Amazônia, temos discutido com os profissionais da área, os aeroviários, os aeronautas e dos táxis aéreos, porque são fundamentais, inclusive para salvar vidas, porque lá não temos estradas, as estradas são os rios. Ou vamos de barcos ou estamos tendo de ir de avião e não temos aeródromos. Essa é outra questão que já discutimos aqui em audiência.

Então, quero parabenizar o Senador Vicentinho. Temos ainda muito trabalho a fazer. Vamos continuar, vamos fazer audiências em vários locais pelo Brasil e, ao final, vamos entregar o relatório à Comissão de Infraestrutura, através do nosso relator, que agora está atarefado como Presidente da CPMI. Mas ele vai dar conta das duas tarefas pela competência que é reconhecida por todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, é só para fazer justiça à Anac e à SAC. Eu falei dos outros setores, também já reconheci a importância da presença de todos os órgãos do Governo Federal, mas eu quero fazer uma defesa dessas instituições.

Hoje faltam nessas instituições profissionais. O Governo Federal precisa promover concurso público para dotar a Anac, a SAC, enfim, todos esses órgãos de pessoas para prestarem um bom serviço. Hoje nós um problema seriíssimo que foi detectado nas audiências públicas, onde a gente observa o que vai bem, aponta os problemas, aponta soluções. Essa é a função da subcomissão. É uma subcomissão bastante técnica, com debates de alto nível. Os discursos são poucos; mais é trabalho mesmo.

Então, nós vamos apontar a necessidade de concurso público para a Anac. A Anac está sem pessoal para fazer o trabalho de vistoria, enfim, para levar...

Porque a Anac tem bons profissionais, bons dirigentes, mas faltam funcionários, como também a Secretaria de Aviação Civil, todos imbuídos da melhor proposta, da melhor forma de servir, mas nós precisamos apontar isso, vamos apontar no relatório a necessidade de concurso público, para que eles melhorem a qualidade, ainda mais, do atendimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom, eu quero agradecer ao Senador Vicentinho, ao Senador Flexa, Vice-Presidente da Subcomissão de Aviação Civil – o Senador Vicentinho é o Presidente –, quero dizer, Senador Vicentinho, da nossa satisfação em ver, em sentir a importância dessa Subcomissão e transmiti-la a todos aqueles que nos veem neste momento.

Vamos preparar esse material e distribuir para todos os Senadores e é importante a gente sentir que a Subcomissão tem tratado de um tema extremamente complexo e importante para a sociedade brasileira e que, sem dúvida nenhuma, isso vai resultar numa nova legislação, vai resultar em coisas efetivas para o setor.

Eu vejo que, pela seriedade com que a Subcomissão está conduzindo o assunto, ela será de grande valia e será um marco para a Comissão de Infraestrutura.

Eu gostaria de pedir à Secretaria que, primeiro, levantasse os projetos todos que estão em tramitação relativos à aviação civil e encaminhasse à Subcomissão para que a Subcomissão possa analisar esses projetos e dar um parecer inicial, juntar ao planejamento, apontar os gargalos que os projetos teriam, porque acredito que a Subcomissão já tem levantado... Achei muito interessante, Senador Vicentinho, a questão da aviação regional porque nós, como Parlamentares, somos muito cobrados em relação à aviação regional, e V. Exª conseguiu apontar três pontos que são fundamentais para que isso realmente se efetive. E eu acho que é uma resposta que podemos dar.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Só para contribuir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Dentro da questão da infraestrutura, tarifas e combustível, por exemplo, para se ter um aeroporto, para operar uma aviação regional, tem que ter o carro de bombeiro. O carro de bombeiro é específico na fábrica e, então, demora certo tempo. Então, é preciso ter um planejamento para que isso ocorra rápido e que também, nos Estados Unidos, não há necessidade, em aeroportos, que o carro de bombeiros seja operado por um policial bombeiro. Não, pode ser um cidadão da comunidade treinado, com certificado para aquilo.

Então, isso tudo nós podemos nos adequar de forma ágil, porque, se nós formos pensar em colocar policial bombeiro em cada aeroporto, talvez se torne inviável, mas, se pegar um cidadão da comunidade e treiná-lo, capacitá-lo, ele pode servir com eficiência ali para os pousos e decolagens da aviação regional.

Então, isso também são itens em que precisamos avançar, porque, com certeza, tendo uma boa infraestrutura aeroportuária, tarifas adequadas e combustível adequado, a aviação regional deslança. É do que necessita o País para que a aviação regional possa ser implantada em todos os Estados brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu solicitaria à Secretaria da Comissão que elaborasse esse material no sentido de apontar todos os gargalos que foram apresentados pelas audiências públicas em cada setor, para que a gente possa fazer uma síntese disso para que os Senadores todos tomem conhecimento. Além de fazer toda a coletânea, eu gostaria que fizesse um resumo que apresentasse, de cada audiência pública, os gargalos relativos àquele assunto que foi levantado.

Portanto, só me resta agora agradecer e dizer que foi em boa hora que nós criamos a Subcomissão de Aviação Civil. Ela está produzindo resultados efetivos e eu tenho certeza de que vamos continuar assim até o final da sua permanência.

No mais, gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que, como os Senadores não estão presentes hoje e temos dois itens na pauta, vamos adiá-los para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Ata da 4ª Reunião da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 12 de março de 2012, segunda-feira, às 17 horas, no plenário nº 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às dezessete horas e treze minutos do dia doze de março de dois mil e doze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos **Senadores Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença o Sena-

dor, não-membro desta Subcomissão, **Blairo Maggi**. O Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 3ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os Senhores expositores: **Cláudio Passos Simão**, Diretor de Aeronavegabilidade de Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, **George William Cesar de Araripe Sucupira**, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice-Presidente do International Council of Aircraft Owner and Pilot Associations. O Presidente comunica que a presente Reunião destina-se a debater políticas públicas para a aviação civil brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 1/2012–CISTAC. O Presidente registra a presença do Senhor Georges Ferreira, representante da Associação Brasileira de Taxis Aéreos – ABITAER, da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves – APA, e da Associação Brasileira de Aeronaves Experimentais – ABITAEX. O Presidente concede a palavra ao expositor Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade de Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. O Presidente concede a palavra ao expositor George William Cesar de Araripe Sucupira, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice-Presidente do International Council of Aircraft Owner and Pilot Associations. Usa a palavra, para fazer questionamentos, o Senador Vicentinho Alves. O expositor Cláudio Passos Simão responde questionamentos. O expositor George William Cesar de Araripe Sucupira responde questionamentos. O Presidente registra as seguintes presenças: Tenente-Coronel Maruci, Assessor Parlamentar da Aeronáutica; Major Márcio Mattos, Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos; Piloto Dag Diniz e Piloto Paulo Rogério, ambos da ABRAPAC; Guilherme Aberle, TRIP Linhas Aéreas; Cmte Olimar José Costa, Representante Regional da Associação Nacional dos Aeronautas e Piloto da CODEVASF; Prof. George Ferreira, Prof. de Direito Aeronáutico; Coronel Saraiva, Assessor Parlamentar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Senhor Iwararu Karajá, Cacique da Aldeia Watau; Senhor Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas da Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins e Dra. Ilma, Assessora Parlamentar da ANAC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Boa tarde a todos. Havendo número legal, regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovarem permanecerem sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e convido o Sr. George William César de Araripe Sucupira, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Proprietários de Aeronaves e de Associações de Pilotos.

Cumprimento também a todos que se encontram aqui presentes e, de forma muito especial, convido para que venham para mais perto o Tenente Coronel Maruci, da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; o Major Márcio Matos, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos; o Comandante Dag Diniz, da Abrapac – Associação Brasileira dos Pilotos da Aviação Civil; e o Comandante Paulo Rogério, também da Abrapac. Desde já, agradeço a acolhida no seminário que tivemos em São Paulo na semana passada. Muito obrigado pela forma generosa com que todos nos receberam. Estavam lá mais de 400 pilotos e foi muito prazeroso aquele encontro.

Cumprimento o Guilherme Aberle, da Trip Linhas Aéreas, a quem convido para vir à frente; o Comandante Olimar José Costa, representante regional da Associação Nacional dos Aeronautas e piloto da Codevasf. Sejam todos bem-vindos.

Também registro a presença do Prof. Jorge Ferreira, nosso amigo e companheiro, Professor de Direito Aeronáutico Nacional e Internacional pela PUC, e a presença dos nossos consultores e assessores. Também presente o Senador Blairo Maggi, um Senador muito dedicado dentre tantas outras atividades e a esta também. Aqui esteve presente o Senador Valdir Raupp, Presidente Nacional do PMDB e que também tem uma ligação muito forte com os assuntos da aviação.

Vou fazer uma pequena fala e serei o último a fazer os questionamentos. Assim, nesta minha fala inicial, quero registrar que no último trabalho da Subcomissão percebeu-se a necessidade de ampliar o diálogo entre o Poder Legislativo e os órgãos que regulamentam e coordenam a aviação civil em nosso País.

O Comandante Passos, agora há pouco, acabou de me citar exatamente isso, e nós percebemos isso na audiência pública passada com a Secretaria de Aviação Civil.

Portanto, estamos diante de uma oportunidade de estabelecer um novo marco regulatório para o setor, o que compreenderá a formulação de uma política pública de longo alcance para a nossa aviação. Assim, é importante destacar que a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) tem como atribuições regular e fiscalizar as atividades da aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária.

Para tal, deve observar e implementar as orientações, diretrizes e políticas estabelecidas pelo Governo Federal, adotando as medidas necessárias ao atendimento do interesse público e ao desenvolvimento da aviação. Igualmente, é importante aproximarmos outros órgãos do Poder Público que possam se ver envolvidos com aviação, como turismo, transporte, cidades, planejamento, entre outros, sendo que, para tanto, será importantíssimo esclarecer quais são as funções inerentes a cada órgão, como Secretaria de Aviação Civil; Conaero, que é a Comissão Nacional de Aeroportos; ANAC; Infraero; Comaer; etc., e descobriremos suas atribuições efetivas, bem como as possíveis sobreposições de funções que possa haver e que percebemos que há. Para se ter uma idéia, a Conaero, a Infraero e, como se não bastasse, ainda têm os leilões, portanto, precisamos encontrar uma solução para tudo isso.

A importância da existência desta subcomissão se dá pela oportunidade da exposição do sistema legal que envolve a aviação, seus problemas e soluções, para a propositura de uma nova roupagem legislativa que atenderá às necessidades do sistema pelos próximos anos, sendo indispensável que todos os envolvidos na aviação e demais interessados também contribuam com ideias e propostas, tudo para que seja apresentado um relatório pormenorizado da situação atual e as propostas de mudanças para nossa Presidenta Dilma e para o nosso País.

Assim, com nossa modesta e rápida introdução, passo a palavra ao nosso amigo Cláudio Passos, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação, para que possa apresentar a proposta de novo marco regulatório para aviação, explicando, assim, qual o seu papel e a formação de atuação junto à SAC e demais órgãos do sistema na preparação do futuro de nossa aviação.

Com a palavra o Comandante Cláudio Passos, informando que os Senadores têm acesso a qualquer momento desse debate, nesta audiência pública da Subcomissão de Aviação.

Por se tratar de uma subcomissão bastante técnica, nós procuramos deixar o tempo, é claro que com algum parâmetro, mas, vamos dizer, em aberto, para que não cortemos a fala técnica, por exemplo, do membro da ANAC, porque a fala do comandante Passos servirá muito como norte para o relatório final desta subcomissão.

Portanto, V. S. tem o tempo necessário para sua exposição.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Senador Vicentinho Alves, Senador Blairo, Comandante Sucupira, senhoras e senhores, boa tarde. É com imenso prazer que volto a esta Casa – há cerca de um ano fui aqui sabatinado –, para falar, mais uma vez, sobre a aviação civil brasileira.

O assunto nos motiva a todos, nos emociona e é aquele vírus que existe com quem trabalha com aviação, gosta e se interessa pela aviação civil no Brasil, que nos orgulha muito. Hoje, somos a sexta economia do mundo e temos uma das maiores aviações civis do mundo.

A ANAC vem trabalhando muito com autoridades estrangeiras e é muito interessante o reconhecimento que existe das autoridades estrangeiras, da pujança da aviação civil brasileira, o que torna o trabalho da ANAC um desafio bem maior do que parece.

Nesta apresentação de hoje vou abordar aspectos institucionais do sistema e como a Agência se insere dentro desse contexto. Vou evitar estruturas administrativas mais em detalhes, vou focar em termos de situações, desafios e o cenário da Agência como um todo, abordando alguns aspectos interessantes que julgo importante, para que a sociedade brasileira e o Governo brasileiro tenham o claro conhecimento dos desafios da Agência reguladora.

Esse arranjo institucional foi colocado na última audiência com a Secretária de Aviação Civil, em que situa a ANAC como uma agência independente, responsável pela regulação técnica, econômica e fiscalização. Vamos tentar entender claramente qual é o escopo e a amplitude dessa regulação técnica, regulação econômica e fiscalização.

Ambas as partes de regulação e fiscalização têm um viés técnico e um viés econômico, talvez uma das coisas que na lei não era muito claro. E, às vezes, no nosso entendimento, não é muito claro qual o sentido de fiscalização na Agência reguladora. Temos claramente que a visão da sociedade é a fiscalização dos serviços que são prestados pela Agência. Por outro lado, a atividade principal da Agência é a segurança de voo, é a segurança da aviação civil. É o esteio de qualquer transporte: sem segurança, não tem transporte aéreo. Sem transporte aéreo, não há razão de

existir uma agência reguladora ou todo um sistema de transporte. E esse aspecto de segurança dentro do contexto é compulsório.

Na verdade, quando estamos falando de regulação técnica de uma atividade compulsória surge um terceiro termo que temos de deixar bem claro, que é a certificação. O que chamamos de certificação? É a aprovação compulsória dos aspectos relativos à segurança. E ela permeia tanto a regulação técnica, que é a parte de fazer os requisitos técnicos, quanto à fiscalização dos aspectos técnicos.

Só que a fiscalização dos aspectos técnicos tem uma conotação, tem uma nuance. Quando falamos de segurança, temos de ter um processo interativo. A aviação civil existe há mais de cem anos, porque é um transporte seguro. Foi sempre um transporte seguro, desde os primórdios da aviação? Não. Tanto que, no início do século passado, ela explodiu de uma forma monumental e os acidentes começaram a acontecer. O que os visionários, o que as pessoas interessadas principalmente no transporte aéreo viram? Altos índices de acidentes significam que o transporte aéreo deixará de ser um meio de transporte confiável.

Então, é fundamental proteger o sistema e criar um marco para que a aviação civil seja segura. Quando o motor de um carro para, ele para simplesmente. Quando o motor de um avião para, se ele não tiver onde pousar, ficará muito difícil, dependendo do local onde ele estiver. Então, realmente, é um processo compulsório.

E podemos separar a certificação em diversos níveis. Primeiro, a certificação de aeronaves, que envolve aprovação de projetos e de empresas fabricantes, requisitos de aeronavegabilidade e de ruído e poluição ambiental.

O Brasil é hoje um dos grandes fabricantes de aviões do mundo. Nós temos milhares de aeronaves produzidas no Brasil voando no mundo inteiro. A responsabilidade primária pela aeronavegabilidade dessas aeronaves é do Governo brasileiro, é da Nação brasileira, é da autoridade brasileira tecnicamente. Então, hoje, é a autoridade brasileira que dá suporte a aeronaves que voam nos cinco continentes e em empresas aéreas de todo o mundo.

Nós temos a parte do registro aeronáutico, nós temos a parte de aprovações de aeronavegabilidade, que são os requisitos operacionais, a aprovação da aeronave em si para o início da operação, emissão do certificado de aeronavegabilidade, e nós temos a aprovação de empresas de manutenção.

Nós temos a atividade de certificação da infraestrutura aeroportuária. Ela envolve aprovações de projeto da infraestrutura e aprovação da operação dessa

infraestrutura, que envolve respostas a emergências aeroportuárias, aprovação da parte de segurança, contratos de interferência ilícita, e relações urbanas e de meio ambiente. Estamos falando aí de ruído, estamos falando de colocação do ambiente, do entorno dos aeroportos, ou seja, a interface entre o aeroporto e uma cidade e a sociedade que a cerca em termos de solo, a parte do solo, e as proximidades do aeroporto.

A próxima área de certificação: nós temos a área de operações, que eu costumo denominar coroa do processo. E por que é a coroa do processo? Um transporte existe para pegar uma pessoa e transportá-la daqui para lá. Toda a base que existe tem esse objetivo e é a parte mais sensível do processo, porque, se durante a infraestrutura ou durante o projeto da aeronave eu tenho tempo de pensar no que estou fazendo, no que estou calculando, no que estou projetando, construindo, quando chega na operação, os senhores, que são pilotos, têm frações de segundos às vezes para decidir, o que é um ambiente extremamente crítico. Então, a parte da operação também é regulada, e nós temos as aprovações operacionais de empresas aéreas nos seus diversos segmentos, no transporte aéreo regular e não regular, transporte aéreo sob demanda, táxi-aéreo, serviços aéreos especializados. Temos a aprovação de pessoal, pilotos, mecânicos, despachantes operacionais, comissários, e temos a aprovação de escolas – a parte de formação é fundamental dentro desse processo.

Quanto à área da regulação econômica, nós vamos para outro mundo. É importante que nós tenhamos uma clara ideia desses dois mundos, o que é a regulação da segurança, que ela compulsoriamente obedece a requisitos internacionais estabelecidos através da Convenção de Chicago, onde nós temos diversos anexos a essa convenção, conhecidos como anexos da ICAO, os quais temos que cumprir em termos de segurança. E na parte de regulação econômica entra o mundo específico do país, ou seja, qual é o universo das relações econômicas, das assimetrias de mercado que existem e que têm de ser reguladas pelo governo. Temos aí as concessões e autorizações dos diversos serviços aéreos em todos os seus níveis, sejam das empresas de transporte regular, sejam do táxi-aéreo, sejam dos serviços especializados que fornecem seus serviços.

Nós temos agora o novo mundo da concessão dos aeroportos públicos, que traz consigo um novo viés, um novo mundo a ser regulado e fiscalizado pela ANAC. Temos as obrigações das concessionárias e autorizatárias. A partir do momento em que o Governo estabelece concessões e autorizações no processo, existem obrigações a serem cumpridas que envolvem

também a parte dos padrões de qualidade de serviços prestados por essas diversas concessionárias e autorizatárias.

E temos também a questão relativa ao aumento da concorrência, que tem sido fortemente atacada pela Agência desde que ela foi criada, daí o aumento estrondoso da aviação civil brasileira. Esse é um dos assuntos que vamos colocar no final entre os desafios que esse aumento causa à instituição.

Resumindo basicamente: é uma Agência que regula, certifica e fiscaliza, só que ela regula, certifica e fiscaliza dois mundos. Há o mundo da segurança operacional, em que, para se construir uma cultura de segurança, nós precisamos que este mundo regulado também seja nosso parceiro na construção da segurança de voo. Quando a gente...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Só um aparte, Comandante Passos...

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Acaba de chegar o Vice-Presidente, o Senador Vital do Rêgo, e queremos registrar isso. Também acaba de chegar nosso relator, o eminente Senador Eduardo Braga. Estão aqui, portanto, dois ex-Governadores: de Mato Grosso, o Senador Blairo Maggi, e o Senador Eduardo Braga, do Amazonas.

Devolvo-lhe a palavra.

Eu consulto o nobre relator e o nosso grande Vice-Presidente Vitalzinho, querido amigo, se os senhores querem que retorne para o início da fala ou se o Comandante... Ele se colocou à disposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Pode continuar, não é? Pois não.

O SR. CLAUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Excelência.

Retornando, então, ao aspecto principal: o que são esses dois mundos do regular, certificar e fiscalizar em relação à segurança e em relação à regulação econômica?

A questão de segurança pressupõe uma parceria entre a autoridade e o regulado para se construir um sistema que seja seguro, um sistema que esteja sempre sendo avaliado para que situações que fujam do nosso controle possam ser devidamente cuidadas em termos de segurança. Então, a segurança de voo exige essa parceria, exige que nós partilhemos informações, que nós saibamos o que está acontecendo para evitar que aquilo ocorra de novo.

Toda atividade de segurança da aviação civil, segurança de voo especificamente, é basicamente preventiva. Quando se cria um requisito no projeto de um avião, não houve absolutamente nada, ele é um

requisito que visa à segurança daquilo que voa. Como a gente idealiza a segurança? Basicamente com requisitos daquilo que nós conhecemos, daquilo que o estado da arte nos dá capacidade de gerar. Agora, nós sabemos que vivemos num mundo complexo, numa estrutura... E os aviadores sabem muito bem que a interface aérea é extremamente complexa, com seus diversos fatores, não só da questão do tempo em si, das características atmosféricas, das diversidades, mas também das características operacionais. Isso significa que, com o tempo, tudo evolui, nós temos de alterar requisitos, nós temos de estudar as situações que acontecem para evitar que elas possam acontecer novamente.

Então essa regulação fiscalização técnica tem uma dualidade. O primeiro aspecto é que, basicamente, fundamentalmente, para quem trabalha de boa-fé ela tem que ser construtiva, ela tem que ser interativa e não punitiva, senão nós não vamos conseguir atingir o nível de segurança. É fundamental. Não tem como ser de outro jeito. Agora, por outro lado, a realidade nos mostra que o mundo não é feito só de pessoas de boa-fé. Então, aonde vai a interface da agência na regulação técnica em termos do preventivo e do punitivo, das questões de sanções é, talvez, um dos grandes desafios da agência, em saber até que ponto um processo deve ser tratado com o viés da prevenção ou com o viés da correção. Isso precisa ser encarado, e está sendo naturalmente desenvolvido, serenamente desenvolvido, mas é um dilema da agência.

Cenário atual e principais desafios. Eu fiz questão de reiterar para os senhores esse contexto, o contexto da regulação técnica e da regulação econômica. Na regulação econômica, nós temos certo caráter preventivo? Sim. Um processo de fiscalização em que ele vai a campo para verificar se aquilo que é regulado está sendo implantado é um processo de coerção, de verificação, de acompanhamento, só que ele não é ligado especificamente ao processo de certificação, a um processo de segurança. Então, ele é muito mais um processo de amostragem e um processo de controle macro de situações e tem diversas conotações. Ele tem as ações de rotina, ele tem as grandes ações, ele tem as ações, também, de inteligência para desvendar situações.

Dentro desse contexto e do contexto do País, como entra a atuação da Agência com relação ao País? Semana que vem, a Agência faz seis anos. Nós ainda temos um marco regulatório em atualização. A Agência ainda não teve fôlego para atualizar todo o marco regulatório. Existe uma série de razões que levaram a isso. No aspecto técnico, nós tivemos que reestudar. Quando a Agência assumiu o processo, nós tínhamos

uma defasagem na atualização dos regulamentos. Então, ao estudar essa defasagem e ao estudar a situação dos aspectos técnicos como um todo, a Agência sentiu necessidade de entender como eram construídos esses regulamentos no exterior para que pudesse adaptá-los a nossa realidade.

O que se percebeu inicialmente é que nossa legislação era extremamente segmentada e era segmentada em duas estruturas, uma estrutura oriunda do período antes do código de 1986 e uma estrutura legislativa pós 1986. E esses dois marcos eram, muitas vezes, conflitantes ou regulavam sob situações semelhantes e redundantes. Então, a Agência precisou reestudar todo esse material e entender claramente o que era cada uma das coisas. E, principalmente, nós também tivemos muita dificuldade em esclarecer por que uma série de requisitos de segurança que eram previstos nos anexos não eram atendidos anteriormente. Nós sabíamos qual o diagnóstico basicamente: longo período de não atualização, a transição do período do DCE para ANAC... Uma série de fatores levaram a isso, um entendimento, uma política técnica, que significa como a gente implementa o marco regulatório técnico; uma política técnica que tinha duas bases independentes, que não eram muito bem coordenadas. Nós tivemos que rever isso tudo. Então, esse marco continua em processo de atualização à medida que a agência tem fôlego, dentro de uma escala de prioridades - e na prioridade entra o fator risco em termos de segurança, entra o fator necessidade do Governo ou do mercado, nos outros aspectos, é isso que tem ditado as prioridades e, naturalmente, a capacidade da agência de gerar esses novos requisitos.

Esse é um dos maiores desafios que nós temos hoje. O crescimento acelerado da aviação civil realmente nos pegou no contrapasso do processo de implantação da agência. Quando a Agência foi criada, em 2006, o sistema de aviação civil como um todo contava com mais de 2.000 pessoas. Hoje, a Agência tem pouco mais de 1.420. Então, nós descemos de 2.200, de um efetivo de 2.000 e pouco para pouco mais de 1.400. Isso ao longo do tempo. Nós tivemos um crescimento fenomenal da aviação civil, seja em termos de passageiros, de frota nacional. A frota nacional, nos últimos doze meses, crescia à ordem de 20, 30 aeronaves por ano. Não significa que só entram 20, 30 aeronaves. Saem aeronaves, entram aeronaves; aeronaves velhas são exportadas, novas são importadas. Tem uma troca muito grande. Nós matriculamos muitos aviões por ano, mas existia uma troca. Então, a gente tinha em torno de 20, 30, 40, 60, 80, 100, variava dependendo do ano, mas era nessa média de 100. No último ano, nós tivemos quase 1.000 aere-

ves entrando. Nós tivemos um crescimento da ordem de 800, 900 aeronaves. Isso significa o quê? Que tem que ter piloto. Nós temos que ter capacidade de vistoriar, tem que ter manutenção, tem que ter toda a parte de infraestrutura relativamente a isso. Então, o crescimento da frota nacional leva ao problema de pessoal, leva à questão de aumentar o número de escolas. De 2009 até agora, nós já aumentamos mais de 100% o número de escolas de ensino, e a demanda continua crescendo, continua crescendo a necessidade. Então, esse contrafluxo existiu.

Próximo, por favor.

Consequência do crescimento acelerado da aviação civil nós temos o crescimento da demanda dos serviços da agência em todos os setores, seja na parte de certificação de produto, seja na parte de infraestrutura, seja na parte de operações, seja na parte de licenças de pessoal, em todas as áreas houve o crescimento. Algumas áreas conseguiram rapidamente se adaptar, outras foram se adaptando ao longo do tempo e algumas ainda estão se adaptando a essa demanda.

Próximo, por favor.

Para fazer frente a esse processo, a Agência teve que inovar e, dentro da filosofia que nos é apresentada, de tornar o mais eficiente possível o processo, principalmente em lidar com um País continental, em que nós temos milhares de cidades. A única opção que sobrou para a Agência foi reestruturar processos, centralizar os processos para poder ter homogeneidade, capacidade, unidade, padronização entre os diversos setores. Pela dificuldade ao enxugar um processo e, nesse processo de enxugamento, ter que treinar novas pessoas, nós recebemos 1.300 servidores através de concurso público, e, por sinal, já perdemos mais de 170, 180 para outros concursos. Ou seja, para poder fazer frente a esse processo de reestruturação, centralização, nós fizemos a reestruturação, centralização e automação dos processos.

Qual é o objetivo da Agência? É prestar o melhor serviço possível a cada um dos usuários brasileiros sem que eles saiam de suas cidades, sem que eles saiam, se possível, de suas casas. E, para fazer isso, tivemos que mudar um pouco a cabeça da Agência. Nós estamos tentando mudar a cabeça das pessoas que trabalham na Agência, porque todos os nossos processos sempre foram feitos partindo do princípio de que as pessoas que querem nos submeter coisas possam não estar enviando dados corretos. Então, qual seria a nossa tendência? Tudo tem que ser conferido, tem que ser olhado, ou seja, eu parto do princípio de que os senhores estão me fornecendo a informação errada e o senhor tem que provar que aquela informação está correta.

Hoje, a Agência parte do princípio da boa-fé, que, em princípio, aquilo que é submetido pelos senhores, aquele processo é o correto, e nós criamos estruturas para controlar e cruzar informações com Receita Federal, com Polícia Federal, ou seja, todas as informações são checadas e a procuramos cruzar e usar esse princípio da boa-fé. Com isso nós estamos usando o máximo possível os sistemas automatizados, provendo esse serviço da melhor forma possível para todos os senhores que estejam nas suas casas, em suas residências, em suas cidades natais.

Por favor, o próximo.

Com isso, nós temos o uso intensivo de sistemas mecanizados e acessos a serviços via Internet.

Mais um desafio grande. Da mesma forma que nós temos a regulação econômica e a regulação técnica, dentro da regulação técnica nós temos universos totalmente diferentes. As demandas, as necessidades, as realidades são totalmente diferentes. Então nós temos características... Primeiro a aviação esportiva. O primeiro *bullet* é aviação esportiva. Aviação esportiva é o primeiro... Geral, esportiva... Tinha mais um, esportiva, agrícola... Empresa de táxi-aéreo. Então, está correto. Tira o primeiro geral, vamos começar pela esportiva. Mentalizei que tenho que começar pela esportiva. Então, eu tenho que começar pela esportiva, ou então tem algo de errado.

Os mundos são totalmente diferentes. Começa pela aviação esportiva. A aviação geral é a base, é por onde começa o transporte aéreo. Eu creio que todos os pilotos de linha aérea começam pela aviação geral. Não tem outro jeito. Começam com treinamento básico. É a porta de entrada da aviação civil como um todo e é um segmento extremamente importante e se divide em diversos segmentos, começando pela aviação esportiva.

A aviação esportiva, da forma como recebemos, tinha uma série de problemas. O primeiro problema é que a forma como eu certifico os aviões não bate com a forma como opero os aviões. Então, estabeleço um requisito de certificação com certo nível, e pego na operação e jogo outro nível. Mas esses níveis de certificação são incompatíveis. A gente não consegue compatibilizar todos. Então, isso é fundamental.

A aviação agrícola é outro universo totalmente diferente, extremamente especializado, extremamente importante e envolve uma atividade de risco. A aviação agrícola é uma atividade de risco. Tanto que, quando a gente aprova os aviões agrícolas, eles têm uma série de requisitos diferentes do processo, exatamente porque a aviação agrícola é uma atividade que exige voo a baixa altura, grande manobrabilidade em situações e em terrenos, muitas vezes em aeródromos não pre-

parados, em áreas não conhecidas especificamente, ou seja, é uma atividade de muito risco.

As empresas de táxi-aéreo também têm um mundo totalmente diferente daquilo que é o transporte aéreo. A Agência tem se preocupado com isso e tem estudado esses assuntos progressivamente com os segmentos. Na parte de aviação esportiva, a Agência levou três anos discutindo com as associações sobre como unificarmos a nossa estrutura regulatória, que misturava requisitos americanos com requisitos europeus. Pegava as facilidades de ambos e juntava dentro de um processo. Só que existem coisas ali que são incompatíveis. Então, o que é que acontecia? Nós temos aviões cujo requisito de projeto determina que ele seja certificado e, na operação, era aceito como uma aeronave experimental, num peso acima daquilo que era preconizado pela certificação. Então, levamos três anos para fazer um processo de transição, estabelecer esse processo de transição, acordar com a indústria, controlando a questão de segurança, para chegarmos a um ponto comum.

A mesma coisa a aviação agrícola. Nós passamos quase três anos discutindo com o Cindag o novo RBAC 137. Esse RBAC já está para ser efetivado, já foi colocado em consulta pública. Houve uma série de comentários e ele está em fase final de editoração para ser colocado em reunião deliberativa da Agência e ser aprovado.

Quanto à parte de empresas de táxis-aéreos, temos discutido uma série de fatores e vamos continuar discutindo. Sabemos das demandas, necessidades, dificuldades do setor. E a ANAC vai continuar aberta, discutindo, mas é importante que a gente entenda que, dentro do processo de reestruturação e de reinterpretação dos requisitos, nós descobrimos muitas falhas no nosso processo. E também, no estudo feito – e a ANAC faz um acompanhamento das dificuldades, dos problemas, dos acidentes que ocorrem, bem como de todos os dados –, tem-se demonstrado que algumas nuances, em termos de treinamento de pilotos, nós percebemos que a interpretação que era dada na parte de treinamento do 135 precisava de alguns melhoramentos, uma melhor interpretação e padronização em cima disso. Então, essa releitura técnica foi analisada e foi discutida com outros órgãos, com outras autoridades para se ter um claro entendimento sobre se aquilo fazia sentido tecnicamente. Então, esse processo continua se desenvolvendo.

Próximo, por favor.

Outra questão crítica em termos de principais desafios é a aprovação de aeródromos públicos. Nós somos um país continental e, nessa condição, nós te-

mos 3.500 aeródromos neste País, dos quais algumas centenas são públicos – cerca de 700 a 800.

O que é crítico? Qual é o problema do aeródromo? O que eu chamo de desafio da Agência em termos de aeródromo? A Agência não quer aeródromo fechado; ele vai contra tudo aquilo que nós regulamos. A Agência quer aeródromos abertos. Porém, existem algumas questões que são fundamentais no que diz respeito à segurança operacional dos aeródromos, principalmente quando estamos falando da operação regular de grandes aeronaves de transporte, sejam elas turboélice, sejam elas a jato.

Todos os requisitos de segurança de operação daquelas aeronaves, todos os manuais de voo que os pilotos usam são pautados em certas bases técnicas, que envolvem as características de uma determinada pista. Uma das maiores dificuldades que nós temos é, exatamente, o entendimento das administrações aeroportuárias da característica daquela pista. Não se trata de uma pista simplesmente, que pode ser feita de qualquer jeito, apenas com a pavimentação asfáltica, e, assim, pensarmos que ela está pronta porque o asfalto está lisinho. Não tem jeito! Existem características: primeiro, de atrito. Quando a gente faz a redução de dados de desempenho de um avião garantindo que ele para em condições de chuva ou não, a pista tem um índice de atrito específico que precisa ser observado. Então, essa é uma questão fundamental na qualidade do asfalto, no tipo de asfalto que é colocado. Agora, por outro lado, esse asfalto... O avião é muito sensível à aquaplanagem, quanto maior o peso, etc. Aí entra o outro aspecto da macrotextura dessa pista: a capacidade de drenagem da pista.

Então, são dois fatores que passam despercebidos muitas vezes quando da construção do aeroporto. E sempre existe aquela ideia de que “Ah, mas o aeroporto está pronto! Está bonito!” Contudo, as questões de segurança são fundamentais.

A questão de resposta a emergências também é fundamental. A ANAC, quando recebeu o marco regulatório de contraincêndio, constatou que ele era um marco extremamente rígido. A ANAC já flexibilizou, com estudos técnicos; não foi nenhuma liberação. Ela fez estudos técnicos e viu que havia possibilidade de reduzir um pouco esses requisitos mantendo o mesmo nível de segurança. Então, isso já foi feito.

Existem novas demandas em termos de operação no País? Existem. Essas novas demandas estão sendo estudadas, sim. A ANAC continua iterativamente. A Resolução nº 115 está agora, de novo, para consulta pública; está sendo revisada; novas ideias estão surgindo, ou seja, a ANAC está tentando adaptar. Porém, no serviço, existe um mínimo que a gente precisa para

resguardar aquela segurança. E outra questão também específica da administração aeroportuária é entender que pistas com animais cruzando, com pessoas cruzando, é crítico. Então, são pequenas coisas para o entendimento de que a administração do setor aéreo, da parte aérea, a área da aviação é extremamente regulada. Então, são essas questões que surgem e, às vezes, falta um pouco do entendimento dessas administrações sobre essas necessidades. E a gente coloca como um dos principais desafios esse descompasso que existe entre a Agência e o regulado, especificamente, em virtude desse claro entendimento.

Próximo, por favor.

A certificação de empresas de táxi-aéreo também. Existe uma percepção nossa de que muitas empresas não têm entendido essa releitura do processo, dos requisitos aplicáveis, principalmente a parte de treinamento e alguma coisa de certificação. O desafio da Agência é estar sempre aberta a rediscutir, explicar, ir a detalhes e inclusive analisar as especificidades de certos locais, de certas empresas e de certas operações. Agora, tudo isso feito com transparência, com igualdade, com isonomia, ou seja, para que seja aplicável a todos. E, se houver possibilidade, necessidade e viabilidade de se atender a isso e que seja aplicável a todos, a Agência está sempre estudando, faz parte do processo iterativo da Agência de estudar.

Próximo, por favor.

Acessibilidades aos serviços aéreos. Aí nós estamos entrando na questão da regulação econômica. Um dos grandes desafios é aumentar, cada vez mais, o acesso do povo brasileiro à aviação civil. Nós ainda somos um país, comparado com o mundo, cujo percentual da população que voa é muito baixo. Muito baixo. Ou seja, existe um potencial enorme de crescimento da aviação civil brasileira, e nós temos os nossos desafios, e temos os nossos cenários.

Próximo, por favor.

Saturação das expectativas e demandas dos consumidores. Aí entra outro dilema da Agência, quando a gente estava falando de segurança. Exige? Exige. Mas, naturalmente como País, como consumidores, como passageiros, nós temos nossas demandas, nós temos nossas necessidades, e o nosso País está crescendo, está evoluindo. Então, existe um aumento dessas expectativas, das cobranças, das necessidades dos consumidores. E esse é um desafio para a Agência.

Próximo, por favor.

Fiscalização. A ótica da fiscalização principal eu já abordei no início. Nós temos uma grande demanda dessa fiscalização, que nós chamamos de vigilância continuada, que nós estamos tentando convencionar, dentro da Agência, que a gente não chama de fiscali-

zação. Ela é uma fiscalização. Estou verificando segurança e tudo. Só que ela é uma fiscalização preventiva. Ela tem que ser colaborativa. E ela é parte do processo de certificação. Quando se certifica uma coisa com segurança, eu tenho que certificar e manter aquilo. Então, a Agência olha esse processo de fiscalização da segurança como um processo de certificação, em que eu realizo uma atividade e mantenho aquela atividade de vigilância continuada.

Agora, existem os outros dois aspectos de fiscalização da Agência, que são aquela fiscalização *latu sensu* ou como existe o entendimento do poder público de estar acompanhando processos, vendo processos, para que não existam desvios, para que as pessoas não cometam ilícitos, ou seja, todo mundo saber que está sendo devidamente fiscalizado e que ele pode ser alvo de uma sanção, de uma multa ou algo desse tipo.

Mas existe algo um pouco além disso, e esse talvez seja um dos pontos que seja um dos principais desafios da Agência: é o que chamamos de ação fiscal dentro da fiscalização. É outra terminologia, que é como lidar com quem quer, intencional e deliberadamente, ludibriar o sistema. E aí entra um aspecto mais sensível, porque a nossa estrutura técnica está voltada para trabalhar construtivamente para a segurança. Agora, quando eu tenho alguém que quer, deliberadamente, ostensivamente, burlar um sistema técnico, aí a gente começa a ter que agir de outra forma. Então, quando termina um e começa outro, e como se faz esse processo, esse processo em que uma coisa é eu coletar dados para construir um marco regulatório, outra coisa é eu produzir provas para que o meu efeito de sanção seja realmente efetivo. E as duas coisas estão ligadas? Estão. Elas fazem parte de um processo. Só que, nessa parte de ações fiscais, a Agência reconhece que precisa melhorar muito. E, por isso, a Agência está desenvolvendo agora um processo em que ele é fortemente baseado em inteligência, e, para isso, já fechamos acordos com a Polícia Federal, com a Receita Federal e com todos os órgãos. A Agência está se preparando para começar a lidar com ações fiscais. Alguma coisa disso já vem acontecendo, fruto dos processos de autorização de sobrevoos do País. Esses processos hoje são todos centralizados, e eles são integrados ao processo da Receita Federal. E, com isso, nós estamos descobrindo uma série de ilícitos, uma série de situações que mostraram a necessidade de melhor estruturar essa área. Por quê? Porque nós não estávamos preparados para lidar com quem quer, deliberadamente, burlar o sistema de segurança. Nós estávamos preparados para lidar com a análise do sistema e saber se o sistema como um todo é seguro ou não. Isso na área técnica.

Próximo, por favor.

Caminhando para o final da minha exposição dos nossos principais desafios, a prioridade da Agência é a segurança operacional, ou a segurança de voo. Sem isso, não há transporte aéreo, não existe transporte aéreo! E todos nós que trabalhamos com segurança sabemos que isso é uma cultura. Cultura de segurança. Todos os senhores que vivem com isso, que trabalham com isso sabem o que é cultura de segurança. E ela tem de permear todos os setores. Ela faz parte desse processo. E essa cultura de segurança tem que se sobrepor naquilo que nós estávamos lidando, para que ela seja efetiva, e para que a gente seja capaz de lidar com as situações de desafio. E que elas possam nos dar elementos para analisar e sempre melhorar o sistema, e não de um ficar desconfiado do outro.

Então, a segurança operacional parte desse princípio e dessa cultura. Só que nós temos, nós herdamos uma cultura de uma legislação extremamente detalhada, extremamente descritiva, que dizia, detalhe por detalhe, o que eu podia e o que eu não podia fazer. E, muitas vezes, não da melhor forma. Ou seja, nós engessamos, e muito. Então, chegou uma hora em que a Agência teve que eliminar uma série de requisitos, porque esses requisitos não fazem sentido. Só que a cultura dominante por aqueles requisitos era totalmente diferente. A Agência tentou facilitar a questão de manutenção de aeronaves, dando uma interpretação correta da engenharia de manutenção de motores, e houve uma reação de que a Agência estava deixando de fiscalizar, de regular e tudo o mais. Aí, houve todo um debate, toda uma explicação, toda uma exposição, todo um entendimento, e é uma questão de lógica técnica. Então, essa cultura é fundamental. E essa cultura não é só da Agência. É do setor também. É do regulado e do regulador. Estamos vivendo um processo de mudança de cultura, de mudança de processos. Então, é importante que nós todos tenhamos esse claro entendimento, porque muitas das nossas divergências ou dos problemas que ocorrem, alguns deles são fruto dessa visão, desse processo que está modificando, e muitas vezes não existe um claro entendimento. Talvez porque a ANAC não esteja conseguindo realmente demonstrar, explicar claramente o que está sendo implementado.

Basicamente, esse é o cenário, Senador. Eu procurei fazer para os senhores um retrato. E, nesse retrato, o senhor vai achar a situação, as necessidades, os problemas, os pontos críticos. O senhor consegue visualizar nessa parte do que é a estrutura, para que a Agência existe, e quais são os nossos desafios, dilemas e tudo o mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Parabenizamos a fala do Comandante Cláudio Passos, Diretor de Aeronavegabilidade.

Antes de passar a palavra ao Comandante Sucupira, eu quero registrar a presença aqui conosco do Coronel Saraiva, assessor parlamentar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; do líder indígena Karajá Iwararu Karajá; de Kohalue Karajá, Coordenador de Assuntos Indígenas na Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, o meu Estado. Eles vieram hoje para uma audiência pública pela manhã, requerida por nós, para tratarmos da morte de jovens indígenas por suicídio, quer dizer, um problema seriíssimo. Já são 16 mortes entre o final do ano e o início deste ano. Portanto, tivemos uma audiência pública que durou quatro horas, tratando desse assunto, e espero que nós e os órgãos ligados – Funai, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Presidência da República, governos do Estado, Congresso Nacional –, encontremos uma solução rápida para esse problema, que não é nada normal. São pessoas como nós, e precisamos cuidar muito delas. Portanto, registro, com muito prazer, a presença dos nossos líderes Karajás que aqui se encontram, assim como também a presença da Dr^a Ilma, nossa amiga, assessora parlamentar da ANAC, que aqui se encontra.

Em todas as audiências públicas, nós haveremos de ter sempre a explanação do órgão – no caso, o Dr. Cláudio Passos colocou muito bem – e um contraponto. O contraponto é mais para o questionamento, fazermos o debate em alto nível, para esmiuçarmos efetivamente os problemas e, no planejamento geral, se houver necessidade de legislações, nós vamos, com legislações específicas, tentar contribuir com o planejamento global da aviação no País.

É importante ressaltar, para quem ainda não tem conhecimento, que esta é a segunda audiência pública, e nós teremos 20 audiências públicas, ou seja, uma por semana. Ainda faltam 18.

Na próxima, nós teremos o Decea, inclusive com contraponto, nós a teremos a Infraero, teremos o Ceni-pa, aviação geral, táxi-aéreo, aviação comercial, indústria de linhas aéreas com visão internacional, a lata, aviação regional, Sindicato Nacional dos Aeronautas, Abrapac, associações. Em seguida, manutenção de aeronaves, formação de recursos humanos, concessão de aeroportos. Depois, mais para o final, vamos fazer algumas audiências públicas pelo País, para terminarmos de ouvir o Brasil como um todo. A ideia é essa. Ocorrerão em Manaus, depois em Belém, em Recife, em Goiânia, em São Paulo e em Porto Alegre.

Portanto, depois dessa fala no sentido da ordem das audiências públicas, concedo a palavra ao Coman-

dante Sucupira, que vai nos dar uma contribuição no contraponto desta audiência pública.

O SR. GEORGE WILLIAM CÉSAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Senador Vicentinho Alves, parabeno o senhor pela iniciativa desta audiência nesta Subcomissão parlamentar, porque realmente a situação da aviação civil brasileira é caótica.

Para justificar o que estou falando, nós somos, hoje, no mundo, 1 milhão e 395 mil pilotos da aviação geral e temos 405 mil aeronaves voando no mundo todo. No ano de 2011, para que os senhores tenham uma ideia, foram voadas 31 milhões e 300 mil horas pela aviação geral. Nós estamos presentes, com associações iguais a nossa, em 70 países do mundo todo – acabamos de ter Abu Dabhi, agora, que completou o 70º País – e funcionamos com seminários a cada dois anos, reunindo todos os associados para discutir os problemas de aviação geral no mundo inteiro.

A Appa foi fundada no Brasil em 1972, e este que vos fala – já quase jurássico – entrou na Força Aérea no dia 7 de março de 1957 e, na semana passada, fizemos 55 anos de aviação, com 8.800 horas de voo. Nesse período todo, apesar da atividade profissional, que me permite estar aqui, a aviação é paixão nossa, e nos dedicamos à aviação sem qualquer interesse remuneratório. O nosso ideal, ainda, é que este País tenha uma aviação civil à altura da sua necessidade. Talvez seja meio piegas, mas ainda é patriotismo da nossa parte. Tenho 71 anos, não sei quantos anos mais terei pela frente, mas eu gostaria de deixar para os meus filhos e para os meus netos um país com aviação mais coordenada, que foi o meu sonho a vida toda. Sou um brasileiro que ainda me arrepio quando escuto o Hino Nacional, jamais enxuguei o meu suor na bandeira brasileira e luto para que a aviação seja de primeiro mundo.

Antes de comentar as palavras do Diretor Passos – é uma pessoa que tem lutado muito, a gente é testemunha disso, abriu as portas da ANAC, e nós temos tentado conseguir solucionar as coisas –, eu gostaria de colocar aos senhores o seguinte: nós não temos uma política de aviação civil brasileira. Quando foi criada a Agência Nacional de Aviação Civil, nós participamos da primeira reunião, lá em São Paulo, no hangar da TAM, no auditório da TAM, com o Sr. Rosiêri e com o Romera, para começar a discutir a instalação da Agência. Naquela ocasião, nós já criticamos o fato de a Agência ser criada sob a égide de um CBA, de um código brasileiro, desatualizado, em que há um conflito, até mesmo, de autoridades.

Mas, como a ANAC foi criada numa imposição do comércio internacional para poder comprar os aviões da Embraer – porque há países que não compram

aviões cujo órgão certificador do país seja militar –, ela foi criada no papel para ser implantada no governo seguinte. E foi implantada – isso eu digo por testemunhar – do jeito que foi possível. Vários documentos que temos hoje para funcionar a Agência – e a gente tem discutido isso no conselho da ANAC – estão imperfeitos, precisam ser corrigidos e dependem de uma nova legislação.

Criou-se um novo marco da aviação, começando com o Conac, que era o Conselho de Aviação Civil, que deveria estabelecer a política civil da aviação. Esse conselho se reuniu na sua fundação e deveria se reunir a cada seis meses para atualizar as metas, e só se reuniu quatro anos depois no acidente da TAM. Isso mostra o descaso que o Governo Federal com a aviação civil neste País, achando que a aviação vai-se arrumando sozinha.

No mundo inteiro, nós assistimos à preocupação de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde a gente está frequentemente acompanhando e cujo tráfego é muito maior do que o nosso. Eles se preocupam a cada dia. Em 1999, começaram a preparar os Estados Unidos para 2025, para que os senhores tenham uma ideia. Nós participamos daquela reunião e trouxemos essas informações para cá esse tempo todo.

O Conac não funcionou, o Conac era secretariado pela SAC, Secretaria de Aviação Civil, que era outra SAC, não esta. Essa outra SAC começou a secretariar aquilo que eles faziam; como não faziam nada, não secretariou nada. Aí, criou-se outra SAC, cujo diretor tem o cargo de Ministro. Fica difícil para a gente entender a estrutura política desta SAC porque ela vai fazer o quê? A primeira informação é a de que ela iria coordenar a ANAC e a Infraero. A ANAC não pode ser coordenada porque é uma agência e tem de ser independente para poder ser uma agência; e a Infraero é uma empresa que também não pode ser. Ela pode ser, no máximo, orientada, discutida e pedir as coisas. Criaram o Conaero, Conselho Nacional de Autoridades Aeroportuárias, há a Infraero também e o Conac, que já não funciona. Então, meus amigos, por falta de política, vários órgãos desses têm de ser extintos, para que os que ficarem possam trabalhar.

A ANAC tem procurado fazer as coisas. Os senhores viram que ela tem tido uma fuga de funcionários concursados para a iniciativa privada, porque paga salários baixos, e eles têm muita dificuldade para trabalhar. E tudo isso se deve a quê? À falta de política para a aviação civil. A aviação civil tem voado hoje com baixo número de acidentes porque os profissionais da aviação são pessoas extremamente preocupadas com a segurança. Todo comandante de avião cumpre todo o regulamento que tem de cumprir para manter

o avião voando com segurança. Se dependesse do Estado brasileiro, cairia avião todo dia.

Tivemos um apagão aéreo depois do acidente da GOL e nunca houve apagão neste País. O que houve foi um Ministro despreparado que foi conversar com os controladores de voo, que eram sargentos, e criou uma insubmissão dentro da Força Aérea; houve um comício lá e fizeram greve. Foi por isso que parou a aviação civil. O que foi feito de lá para cá? Nada. E continua a voar bem. Estamos voando normalmente, com aquela mesma estrutura que não funcionava e que, agora, funciona.

Volto a falar: falta política de aviação civil. É preciso dar nome aos bois, é preciso que se tome uma atitude hoje! Isso somente pode ser feito por intermédio deste Senado, que é uma Casa de representação, é uma Casa representativa dos Estados brasileiros.

Agradeço profundamente o estabelecimento desta Subcomissão, que, acredito, é uma das últimas esperanças que eu tenho de que se possa mostrar ao Governo Federal o despropósito que é abandonar a aviação civil desse jeito.

A SAC teve uma função fundamental: ela engessou tudo, engessou a ANAC, engessou a Infraero e não resolve nada. A ANAC faz o que ela pode, dentro do limite que ela tem, mas esse limite é cerceado pela SAC. Quem tem de vir aqui explicar para a gente, direitinho, é a SAC, o que ele pretende fazer da vida. São pessoas que não sabem sequer o que vão fazer.

Eu lhes digo isso porque eu não tenho compromisso com ninguém, a não ser com a verdade e com a aviação. Não sou filiado a partido nenhum, não tenho aspiração política, não ganho nada para estar aqui. Estou aqui voluntariamente. A minha esposa quer me interditar porque eu pago para estar aqui e tiro dinheiro dela para vir para cá. Isso é um absurdo, mas é o idealismo que nós temos. E precisamos de gente assim neste País. Apesar da idade, a gente está aqui fazendo isso.

Eu gostaria que os senhores tivessem a consciência da importância de esta Subcomissão prosperar para pedir à Presidência da República, aos órgãos executivos federais um posicionamento com relação à aviação civil. O que se faz com os aeroportos é brincadeira. Não tem um aeroporto brasileiro em condições, hoje, de atender à demanda.

Eu assisti a uma palestra, há três meses, aqui em Brasília: TI nos aeroportos. Quando acabou a palestra, todo mundo falou; na hora de eu falar, eu falei: “Olha, infelizmente, no Brasil, não tem um aeroporto em que se pode fazer isso, porque, se implantar essa técnica de informatização nos aeroportos, o passageiro vai ficar três dias para poder embarcar, porque tudo é tão

rápido, mas o embarque não é. Não tem *finger*, não tem posição no pátio, não tem quem descarregue a mala.” Por quê? Falta de infraestrutura aeroportuária. Isso era previsto? Era previsto. O que se fez? Na hora, dá-se um jeito.

A Infraero, nessa reunião, disse-me o seguinte: “O senhor não se preocupe, porque, em 2006, tivemos o Pan-Americano e nós resolvemos.” Só que tem um detalhe, de 2006 para cá, houve um aumento da demanda de 148%, e os aeroportos continuaram na mesma. Eu quero ver, agora, embutir os 148% na Copa. A Copa não é nada. A Copa do Mundo é um evento pontual, como o é o fim de ano, como o é o Carnaval, como o é a Semana Santa, quando a gente não consegue andar de avião. Durante a semana, os aviões têm 80% dos passageiros executivos trabalhando e de 15% a 18% de turistas, e não é nada. Vai funcionar na Copa? Vai, do jeito brasileiro. Vai ser feriado, não vai poder voar avião da aviação geral, não vai poder dar *slot* para executiva. Assim, vamos remendando. Vamos tocar o barco, e vamos que vamos.

Basta! Vamos parar com isso! Vamos botar a mão na cabeça, gente! Nós ouvimos coisas aqui hoje que, se você filtrar o que foi dito, vê o absurdo. A ANAC fez um concurso, preencheu vagas, e o pessoal está fugindo de lá, porque não ganha. Não tem como! Existem, como falou o Diretor Passos, óbices internos e pessoas, da antiga, que ainda criticam e não permitem que as coisas evoluam. Eu sou testemunha porque eu vejo. Como as portas da ANAC estão abertas a todas as associações que tenham escopo real de colaborar com a aviação, temos assistido à luta de alguns funcionários para poder fazer a coisa andar. Mas a SAC engessa tudo.

Então, meus amigos, é preciso que a gente comece a se mexer, é preciso que este Senado comece a virar o fio da coisa. Nós precisamos começar a nos preocupar com o Brasil. Hoje, nós não temos outro meio de transporte moderno a não ser o avião. Na Amazônia, há lugar em que se vai de avião em uma hora e quarenta minutos, duas horas e, de barco, em três dias; e não dá para fazer estrada, porque acaba com a Amazônia.

Nós estamos perdendo uma coisa fundamental, que é o turismo aéreo. O americano sustenta o Caribe com os aviões de turismo; a Amazônia seria sustentada só com esses aviões, que são aviões diferentes do *kit Boeing*. Esses *boeings* que vêm com passageiros que compram a prazo, descem no Rio e compram aquela borboletinha “Estive no Rio e me lembrei de você” e gastam ali US\$ 300.00 e olha lá. Quando um avião da aviação executiva pousa em algum lugar, os passageiros fretam um barco, alugam dois andares de um

hotel, como fazem no Caribe, e vão fazer pescarias, caçadas, mantendo a região autossustentável. Qual é o incentivo que a aviação turismo aéreo brasileiro tem? Nenhum. Nós fazemos feiras aqui no Brasil. Agora, em maio, vai ter a feira lá no Broa e nós estamos tentando conseguir alguma facilitação para as pessoas que vêm participar da feira. São empresários donos de avião de valor significativo que vão fazer uma viagem de turismo pelo Brasil. Os senhores não imaginam as dificuldades que a Appa está encontrando para poder facilitar alguma coisa para eles. As taxas são exorbitantes. O sujeito vai ter de pagar em dinheiro vivo, terá de levar uma mala de dinheiro para poder pagar as coisas aqui; senão, não consegue liberar um avião. Há coisas absurdas que estamos tentando contornar.

Então, eu vejo o seguinte: hoje, a segurança que nós vivemos aqui, como sexta economia do mundo, como bem colocou o Passos, deve ser a pujança dos pilotos que têm suas famílias e que voam dentro dos critérios e de padrões de segurança. Diante de tudo que nós temos, os senhores veem que o Brasil é um país seguro. Os dois grandes acidentes que nós tivemos foram coisas isoladas. O acidente da GOL foi causado por um maluco americano que desligou o *transponder*, de forma que o avião entrou na contramão e derrubou o *boeing* da GOL; e o da TAM, infelizmente, foi um problema da tripulação. Errar é humano e, no momento, cometeram um erro fatídico, que foi não operar o avião dentro da tecnologia de que o avião necessitava. Cada avião tem uma lógica de controle, à qual é preciso que a tripulação esteja adequada. Ali, foi exatamente isso que aconteceu. Se eu for entrar em detalhes, a gente vai ficar aqui por duas horas e eu não vou parar de falar; vai ser preciso me abater a tiros.

Então, vejam: com o resto não acontece nada. Por quê? Porque a aviação é segura. Não tem insegurança. Não há *grooving* em Congonhas, não tem chuva, não tem. O sujeito pousa, se vira, para de qualquer jeito, porque são pessoas extremamente bem treinadas. Agora, se houvesse uma ajuda do Governo Federal em preparar o País para ter uma condição aeroportuária mais digna – porque o aeroporto não é só a pista, tem-se de ter a logística, tem de ter onde estacionar o carro, tem de ter o transporte para a cidade, tem de ter uma série de coisas que se veem lá fora e com o que, aqui, não se preocupam.

Em Miami, que é o maior aeroporto americano, tiraram as locadoras do aeroporto e colocaram em um prédio à parte, porque não comportava mais e botaram um metrô ali, de uma estação para outra. Então, você desce, pega o metrô, desce na outra, pega o carro e vai embora. Isso é logística, isso é o que precisa começar a ser observado. Quando Guarulhos foi feito, havia a

previsão de uma segunda pista, mas deixaram ocupar a pista com barraco, etc. Agora, está difícil de fazer. E como se faz? Em São Paulo, não há mais onde pousar. O que é isso? Falta de uma política para aviação civil séria e que seja perseguida.

O Governo Federal tratou a aviação civil, até, como algo mais, como uma motocicleta na rua, como uma coisa qualquer, enquanto outros países... Vamos agora para um congresso na África, no dia 14 de abril, onde se vai discutir isso no mundo inteiro e que aqui sequer se comenta.

Na hora do jogo, vai ter problemas, mas, depois que passar o jogo, acabou. É aquela história do macaco: quando chove, “Nós precisamos fazer uma casa amanhã.” Sai o sol, “Hoje, não. Fazemos amanhã.”. Chove outra vez, “Vou fazer a casa amanhã.” É assim que nós estamos hoje. Na hora dos problemas, juram-se mil coisas. Passados os problemas, vai que dá. E chegamos a um limite em que não dá mais. Nós estamos à beira de um caos na aviação civil. Não é um caos de acidente, não. Um caos de possibilidade de voar, um caos de preciosismo, e vamos complicar a liberação dos aviões para não ter problema. É isso que tem aborrecido quem vive da aviação.

Eu bati em todas as portas que os senhores podem imaginar e cheguei à conclusão, hoje, de que a última esperança nossa é a de que este Congresso leve a peito, conclua e leve as sugestões que serão apresentadas aqui para que a gente possa ajudar a ANAC, para que a gente possa ajudar a Infraero. Os senhores imaginem o seguinte: esse Governo, que está aí nunca foi a favor de privatização nenhuma. Pelo contrário, para chegar ao ponto de privatizar, é porque não sabe o que vai fazer mais. Ou não? Com todas as críticas que os partidários mais ferrenhos têm, estão privatizando porque não tem mais jeito.

A aviação geral está fazendo o seguinte: nós estamos começando a cuidar dos aeroportos por nossa conta, com o nosso dinheiro, porque, senão, não tem aeroporto. Parati já está assim. Uma comissão fez o aeroporto, e a quem pousa lá a gente pede para ajudar a manter lá fora, papel higiênico, para poderem voar os aviões. São Joaquim da Barra está assim, e estamos começando a mexer com Atibaia às nossas expensas.

A Appa tem ido para frente hoje graças a instituições e também a pessoas entusiasmadas que nos têm ajudado muito. O Instituto Arruda Botelho tem facilitado as coisas para a gente, incentivado e vai nos levar para a África agora, a troco de quê? Do prazer de ver a aviação funcionar, acreditando no trabalho que nós temos desenvolvido nesse tempo todo, um trabalho, para quem acompanha e sabe, solitário, porque o brasileiro não tem espírito associativo. O brasileiro tem a

maldita lei de Gerson e quer levar vantagem em tudo. Então, o que a Appa consegue, todos os pilotos privados usam, mas sequer querem pagar. Realmente, é muito dinheiro! A Appa cobra do associado R\$240,00 por ano. Então, graças a esses que eu citei, à Copa, junto com o Denis, é que têm fomentado, e as pessoas têm se conscientizado de que nós precisamos nos unir para sermos fortes.

A Aopa, americana, tem 430 mil associados. Eles têm um *lobby* no Congresso. Eles elegem dois Senadores e quatro Deputados Federais em cada eleição, para terem o apoio para a aviação geral. Aqui, a gente está lutando agora, graças ao Senador Vicentinho, que foi piloto também e sabe o que é a luta que nós temos tido.

Quanto ao trabalho da ANAC, como nós vimos, ela faz a lição de casa dela, mas ela não tem uma política para seguir. Os senhores viram o que a SAC colocou aqui. Falou-se de uma série de coisas, mas qual é a política, qual é o nosso objetivo, aonde vamos chegar? É esse trabalho principal que nós temos de colocar para frente para poder fazer tudo funcionar, até mesmo a ANAC.

Eu gostaria que cada um dos senhores e os Senadores que, infelizmente, estão ausentes, mas vão tomar conhecimento disso, se conscientizassem da importância e da gravidade do momento que nós atravessamos agora. A aviação civil é meio de recurso, fonte de faturamento, desenvolvimento do País.

Para que os senhores tenham uma ideia, a empresa do consórcio de Belo Monte paga duas mil passagens por mês para o pessoal poder ir para casa. Eles têm quatro mil funcionários; em um mês viajam dois mil e no outro, os outros dois mil. Isso para se ter uma ideia da dimensão deste País e do que nós estamos falando. Então, só em uma usina que está sendo feita em um canto do Brasil, só para os funcionários, são duas mil passagens por mês que a empresa paga. Senão, não há jeito de ver a família, porque este País é um continente.

Nós não podemos deixar a aviação restrita ao eixo São Paulo-Rio e ao eixo São Paulo-Brasília. Nós temos de estender a aviação em todos os setores. Então, nós temos a rede regular de aviões, cuja intensidade de voos, se comparada à aviação geral não é nada; nós temos a aviação regional; nós temos a rede de táxis-aéreos, que supre a falta da aviação regional; e, finalmente, a aviação geral, que cuida do transporte daqueles que não podem esperar um avião regular porque os afazeres não permitem.

O nosso universo é grande demais. Ninguém tem a dimensão disso. Fui à mídia várias vezes levantar os problemas, mostrar a gravidade da coisa. A mídia não

se interessa. Agora, quando cai um avião; o meu telefone não para. Todo mundo quer que eu diga por que o avião caiu, a culpa de quem é, se é da ANAC, se é da Infraero... Não é esse o caminho. É preciso que a gente tome conhecimento antes. Tudo na aviação é preventivo. Nada é corretivo. Qualquer aviãozinho que você voando aí – para quem não conhece – tem um segue vôo. Cada peça do avião tem uma durabilidade limitada pelo fabricante e a oficina que faz manutenção troca sem consultar ninguém. Se você não quiser fazer, não dá a IAM, o avião não voa mais. Então, os mecanismos para a aviação ser segura existem e funcionam, até hoje funcionaram. “Ah, mas a oficina tal não presta.” Fecha. Seja severo com o infrator, mas não penalize quem está certo, com excesso de regras, com excesso de taxas, com excesso de exigências. Porque quem está certo, está certo.

Tudo isso são detalhes que a gente vai observando nesses anos de vida da aviação e eu fico muito feliz de poder tentar mais uma vez motivar a opinião pública do País por intermédio do Senado Federal, a Casa máxima da democracia, junto com a Câmara dos Deputados – que é o Congresso –, é a representatividade mais legítima que nós temos; todos aqui são eleitos pelo povo. O Senado, representando os Estados, tem um dever efetivo, porque todos nós estamos interligados nessa necessidade da aviação. Não é paixão minha, não é fanatismo. Não, eu quero que alguém aqui me diga como é possível, hoje, nós vivermos sem o transporte aéreo. Não tem como; e isso está abandonado pelo Governo Federal. Nós não temos uma política e sequer temos uma importância, e criar esses organismos – SAC, Conaero, Conac –, acaba com isso. O tempo do DAC era ruim? Era ruim, mas o DAC era uma coisa só. O dia que o Ministro da Aeronáutica falava: “é isso”; o último soldado lá sabia, na leitura do boletim, o que tinha que fazer. Logicamente ficou pequeno para o Brasil, mas é isso que tem que ter na aviação civil hoje: uma política com uma estrutura e uma hierarquia definida. Para que se possa cobrar de quem?

Nós tivemos, há pouco tempo aqui, e o Diretor Passos... Na última reunião do Conselho da ANAC, um membro do conselho questionou sobre um problema de tráfego aéreo ao representante do Decea, que disse que era para a ANAC resolver. A ANAC disse que era para ele resolver – isso no plenário. O Diretor Passos estava presidindo isso aí.

Isso é para vocês verem como há um desentendimento até. O que torna quase impossível. A aviação está funcionando? Está. Graças a quem? Graças aos profissionais de aviação.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Muito bem. É importante ressaltar que as notas taquigráficas de cada audiência pública são disponibilizadas depois de uns três dias, quatro dias, aproximadamente, na página da Subcomissão e, naturalmente, essas notas taquigráficas irão para os Senadores membros desta Subcomissão, para o Vice-Presidente, para os relatores e demais membros. Portanto, é importante que todos os Senadores tenham conhecimento. E o relator, muito imbuído e dedicado, Senador Eduardo Braga, com certeza apresentará um bom relatório com a contribuição de todos nós.

Quero aqui, agora, Comandante Passos, fazer algumas perguntas, alguns questionamentos bastante técnicos. Caso V. S. não tenha condição imediata, não tem nenhum problema, depois o senhor faça por escrito à Subcomissão. Não se sinta – como se diz – constrangido, ou coisa parecida, porque às vezes não é bem da área da diretoria a qual o senhor está à frente. Poderá ser de outra área, mas dentro da ANAC.

A primeira pergunta: quais são as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal que orientam as políticas adotadas pela ANAC?

A segunda pergunta – se o senhor quiser anotar, fique à vontade, porque essas perguntas vão servir para o nosso relatório futuro, lá na frente. Segunda: a ANAC foi instituída antes da Secretaria de Aviação Civil, que foi reformulada há pouco tempo, sendo transformada em uma secretaria com *status* de Ministério – a SAC. Nesse período de transição, quais são as atribuições da SAC e da ANAC no planejamento de uma nova política pública para a aviação brasileira?

Terceira pergunta: como a ANAC está acompanhando o PL nº 6961/2010, que diz respeito à reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica? Que é um dos temas que vamos tratando aqui também na Subcomissão. Sabemos nós que o Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986, se não me falha a memória. Não. É de 1984. 1986, isso. Portanto, qual é a posição da ANAC em relação a esse PL nº 6961/2010?

Quarta pergunta: no ano passado, a ANAC, em diversas ocasiões, comunicou à comunidade aeronáutica que reabriria os escritórios de atendimento que funcionavam em vários aeroportos, as chamadas SAC – Sessões de Aviação Civil –, bem como avaliaria a reabertura das chamadas regionais em locais onde antes havia o Serac – Serviço Regional de Aviação Civil. Pergunto como anda esse processo? Porque continua dificultando a forma que estão os profissionais na área de aviação. Já até falamos sobre isso.

Quinta pergunta: como está o trabalho de integração entre a ANAC, a SAC e outros órgãos congêneres aos Ministérios do Turismo, Transporte, Cidades e In-

tegração para estabelecer um trabalho conjunto sobre as questões de mobilidade urbana, que afeta os aeroportos brasileiros? Como disse aqui o Comandante Sucupira, esse conjunto, esse contexto todo. O que a ANAC tem a nos dizer?

Sexto: quais são os planos da ANAC para o desenvolvimento dos táxis-aéreos e aviação geral? Porque a gente observa a prioridade quando a gente fala em aviação com os órgãos, é mais para aeroportos importantes do País – não são todos –, Rio, Brasília, São Paulo, e também para a aviação de companhia aérea. Então, a gente não vê um planejamento que venha a contemplar esses outros segmentos, colocados aqui, inclusive, pelo debatedor, Comandante Sucupira. Então, quais os incentivos para essas categorias de base da aviação?

Sétima: como a ANAC lida com a questão de taxas aeroportuárias? A mesma é responsável por estipular os seus valores ou correções? Como se dá essa atribuição junto à Secretaria de Aviação Civil?

Porque tivemos um encontro, há alguns dias, lá na ANAC – inclusive com a presença do Diretor Passos e do Diretor Peregrino –, onde foi colocado que, de taxas aeroportuárias, os táxis-aéreos estavam pagando em torno de 12%, e, de contribuição fiscal, 9%, ou seja, as taxas maiores do que os impostos, e os táxis-aéreos se inviabilizando.

E foi colocado – não pelo Diretor Passos, mas pelo Diretor Peregrino – que essas taxas não eram direcionadas exclusivamente à ANAC, que tinha Infraero e outras instituições. E a ANAC, como um órgão regulador, imagino que tenha que tomar providências nesse sentido, porque os próprios empresários de táxis-aéreos e de outras empresas não estão conseguindo cumprir com os compromissos de taxas, que são altíssimas e diversas. E eles não sabem nem onde tratar esse assunto, efetivamente. Às vezes, vai à ANAC e a ANAC diz: “Olha, dessas taxas, tantos por cento é aqui, tantos por cento é na Infraero...” E termina eles se perdendo no contato. Nós precisávamos definir claramente essa política.

Oitava e última pergunta: em 2010, Diretor Passos, a ANAC estabeleceu uma série de objetivos estratégicos que foram publicados. Entre os itens estava prevista a redução do nível de acidentes, a ampliação das rotas e frequências internacionais, implantação de controles informatizados de todos os processos e informações da Agência. Contudo, com o fechamento das regionais e o reduzido número de funcionários, a fiscalização *in loco* deixou de ser feita no tocante à aviação geral e à aviação de linha aérea, enquanto que os táxis-aéreos têm sido objeto de uma ostensiva fiscalização. Como pretende a ANAC estipular metas

estratégicas, sendo que, em cinco anos de existência, ainda não conseguiu se estruturar organicamente?

Portanto, esses são os nossos questionamentos e, com certeza, as respostas irão contribuir muito para esta Subcomissão.

Concedo a palavra ao Diretor Dr. Cláudio Passos, para as considerações finais e, se possível, nos responder esses questionamentos, inclusive com relação ao debatedor.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigada, Senador Vicentinho.

Para contextualizar as minhas respostas, como uma autarquia, a ANAC é um braço técnico da Secretaria de Aviação Civil na implementação das políticas públicas e das atividades de regulação e fiscalização da aviação civil. Então, a ANAC, no debate de políticas públicas, apenas prepara estudos que são solicitados àquilo que é demandado pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

A política nacional de aviação civil hoje adotada, o que a ANAC segue – e isso tem sido base – é, atualmente, a política nacional de aviação civil aprovada pelo Governo. Ela foi elaborada, implantada e essa é a política que nós seguimos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Mas eu acho, Comandante Passos, pela ordem, o seguinte: uma agência reguladora, por exemplo, não pode ser tão subserviente assim, tem que também formular políticas públicas, contribuir nesse sentido. Eu cito, por exemplo, a ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre. Eles são ligados ao Ministério de Transporte, mas eles têm lá autonomia, sugestões, eles vão à frente. Então, com relação à regulamentação do transporte terrestre no País, não se faz nada sem ouvir a ANTT. Eles não são subordinados, subservientes não, eles criam as políticas públicas. Olha o Trem Bala, olha a Ferrovia Norte-Sul, olha Lesto-Oeste, tudo está ali, Valec, Vale do Rio Doce. Tudo se discute com eles. Então, acho que é importante, uma sugestão, que a nossa ANAC seja mais firme com relação às políticas públicas, porque os senhores têm muito a contribuir nesse sentido.

Falo assim porque, na última audiência pública com a SAC, eles só falaram de aeroportos e disseram que não vieram preparados – com todo o respeito pela ausência –, mas é o que está registrado. E, no convite, estava para discutir políticas públicas. A SAC não apresentou políticas públicas, falou de leilões de aeroportos aqui. E vem a ANAC e também diz que não, aí, daqui a uns dias, virá a Infraero dizer a mesma, e vamos chegar à conclusão de que não existe política pública. Então, acho importante a gente avançar um pouco mais nesse sentido. E a ANAC tem um quadro

técnico, inclusive, à altura de dar sugestões para a equipe da Presidenta Dilma. Estou aqui, sou um Senador da base, apoiei, votei na Presidente com muito prazer e a apoio aqui no Senado Federal. Mas eu quero contribuir com o meu País, eu quero dizer que aquilo que eu observar que não vai bem, eu quero dar a minha contribuição, a minha sugestão. Eu acho que a ANAC deveria também ir nessa linha, porque os senhores têm um conhecimento técnico preparadíssimo para essas políticas públicas.

Era isso que gostaria de dizer.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado, Senador.

Só ressaltando, nesse aspecto, a ANAC contribuiu muito na política técnica para as discussões da Secretaria, porque é em cima de uma política técnica que se fazem todas as políticas públicas. Então, na parte da política técnica – e isso a ANAC tem procurado fazer, inclusive no conselho consultivo, nós temos câmaras técnicas nos conselhos consultivos, com diversos segmentos da aviação civil, conforme previsto no decreto, e a temos procurado abrir câmaras técnicas exatamente para debater o que é bom para diversos setores, para os setores específicos. Então, nesse sentido, a ANAC tem atuado.

Já entrando um pouco na segunda pergunta que o senhor fez sobre ANAC e Secretaria de Aviação Civil, a ANAC tem trabalhado fortemente no estabelecimento dessa política técnica, na sua estrutura e contribuído para as discussões do Governo juntamente com a Secretaria. Então, a ANAC está sempre em reuniões junto à Secretaria de Aviação Civil. Agora, as reuniões são inúmeras, existem diversos setores, diversas áreas e discussões.

Agora, realmente, a ANAC, como autarquia – e aí eu, pessoalmente, como ex-militar, cumpro o que está previsto, obedeço rigidamente o que a lei me imputa e estabelece. Então, dentro das limitações, nós temos debatido, conversado. Não somos todos iguais, as posições, mas há sempre convergência e procura-se trabalhar. Agora, na minha visão, há muito o que fazer. Há muito o que fazer no País, a Agência tem muito o que fazer. Acredito que os desafios que nós colocamos aí para os senhores mostram um leque enorme, os diversos segmentos que existem, as necessidades, especificidades, regionalismos. Não tenho dúvida de que tem muito para fazer.

Nós temos contribuído, temos focado muito da nossa força de trabalho realmente nessa estruturação da ANAC. A ANAC, para entrar em condições normais, ou seja, em voo de cruzeiro, ainda vai certo tempo. E voo de cruzeiro significa atualizar o marco regulatório, significa racionalizar todos os processos e tudo mais.

Então, essa política técnica é a parte em que a ANAC realmente está se aprofundando e focando, porque sem ela, muitas vezes, é difícil fazer a própria política pública ou a ANAC sugerir ou propor alguma coisa.

Agora, continuamos debatendo, continuamos desenvolvendo, e é um processo natural das reuniões junto à administração direta.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – A preocupação nossa é com o que estamos observando. Não há um planejamento estratégico na aviação. Não nos chega aqui, até agora, pela SAC, pela ANAC, um planejamento estratégico para o futuro.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – É um desafio. Eu digo ao senhor que é um desafio de todos nós.

Quanto ao PL de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, existe um grupo de trabalho, sim. A ANAC está acompanhando o grupo de trabalho, sim. Onde está a Dr^a Ilma? A Dr^a Ilma acompanha esse processo e nos mantém informados, e a ANAC participa desse processo junto à Secretaria. Nós estamos acompanhando, sim.

Agora, é um processo interessante. É aquele ponto em que se corrigem uns pedaços. A estrutura toda do Código é baseada numa estrutura como era a aviação civil em 1980. A aviação civil evoluiu, mudou. A estrutura da aviação civil mudou. Então, essa alteração do Código é bem delicada em termos de amplitude; saber até que ponto é essa amplitude.

Há questões essenciais que já estão sendo debatidas. Há diversos projetos que foram reunidos nesse. A ANAC tem acompanhado, sim, e existem algumas propostas inclusive que vêm de trabalhos internos da ANAC relativamente a aspectos técnicos do Código que não se aplicam mais e que precisam ser atualizados. Então existe isso, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Inclusive a nossa ideia é apresentarmos ao Senado o trabalho que vamos finalizar, porque é um dever da Subcomissão apresentá-lo ao Senado. Mas, mais do que isso, é apresentarmos à Presidente Dilma, para que ela, através de uma medida provisória ou de um projeto de lei com prioridade, o apresente. Exatamente a minha resistência em apresentarmos um projeto de lei é porque ele pode demorar muito e, ao chegar lá, todo esse trabalho, que vamos ter o cuidado de fazer de forma bastante técnica, com bastante zelo... Pelo menos vamos usar o limite das nossas condições para fazer o melhor. Se o fizermos através de projeto de lei, ele pode, lá na Câmara, ser totalmente distorcido. É um trabalho que vai para quase um ano.

Portanto, nós sugeriremos à Presidente Dilma e à sua equipe: Olha, Presidente, aqui é a sugestão

que temos para a regulamentação e o planejamento da aviação no País. E vamos sugerir as legislações.

A área trabalhista é um exemplo que quero dar aqui. A legislação sobre carga horária é uma só para aviação de companhia, para aviação de taxi-aéreo. Não podemos ter esse modelo. Nós temos que ter uma legislação para companhia, para helicóptero, para taxi-aéreo, para aviação geral. Então, para cada **Item** desses, eu penso que haverá uma sugestão. Estou dando só um pequeno e rápido exemplo. Mas, quando se fala em aviação, a coisa é envolvente.

Nós precisamos dar sugestões legislativas em cada área. No setor tributário, por exemplo, é outra legislação. Nós não temos condições de fazer um planejamento com uma só medida, mas sim com várias legislações internas no planejamento.

Chega-nos a informação – nós vamos ao final desta Subcomissão, porque vamos colher essa informação mais lá adiante – de que a tributação para voos domésticos... O combustível é mais caro do que para o voo internacional. Então não tem sentido mais uma legislação tributária nesse sentido. Quer dizer que os voos domésticos para os brasileiros têm maior custo e isso reflete na passagem, naturalmente.

Portanto, nós vamos tratar também de uma legislação nesse sentido. Vamos ouvir ainda, mais adiante, esse segmento e vamos sugerir também uma legislação para corrigirmos isso.

Portanto, continue. Eram só essas considerações.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Obrigado.

Relativamente aos escritórios e seções de aviação civil nos aeroportos, o senhor se recorda de que nós éramos 2.200 e poucos. Eu posso dizer mais precisamente ao senhor. Vamos aos números redondos. Em 2006, quando a Anac foi criada, eram 2.240; este era o efetivo. No final de 2011, nós éramos 1.405. Este é o nosso efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Olha aí. Então a gente chega à conclusão... Eu fiz uma pergunta aqui sobre leilões de aeroportos, ainda numa audiência pública não da Subcomissão, mas da Comissão de Infraestrutura. Eu perguntei ao Presidente Guarany, porque me parece que os senhores vão fiscalizar também esses leilões de aeroportos, não é?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – A qualidade dos serviços precisa ser regulada e fiscalizada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Aí eu perguntei: Como? E os funcionários? Haverá concurso público? Serão terceirizados? Eu fiz várias perguntas e não foi possível me responderem. Então nós percebemos isso.

E também, Comandante Passos, há um problema seriíssimo, que eu já coloquei lá e coloquei para o

senhor várias vezes: nós precisamos voltar ao modelo do DAC no atendimento às regiões. Não é possível que um proprietário de taxi-aéreo lá de Santarém vá tratar dos seus assuntos no Rio de Janeiro, e o de Marabá, em São Paulo. E que, ao lado de Marabá, o de Imperatriz vá tratar no Recife.

Ora, se nós tínhamos a região Norte – eu estou batendo nisso aqui direto –, Belém; na região Nordeste, Recife; na região Centro-Oeste, Brasília; na região Sudeste, São Paulo; na região Sul, Porto Alegre. Quer dizer, é tão simples isso. Eu não vejo... Pode ser que haja um **Item** aí que eu não consegui ainda entender. Isso dificulta a fiscalização, a prestação de serviços, dificulta tudo. Olha o tanto de acidentes na Amazônia. Falta a presença ali de rampa, como os senhores chamam, a presença de fiscalização ali, in loco.

Vamos fazer isso rápido. Vamos voltar a esse modelo que sempre deu certo. Por que modificar o que deu certo para complicar? Eu acho que o senhor que tem uma visão muito boa pode nos ajudar a resolver esse problema, para a aviação geral – de taxi-aéreo, etc. – ter mais facilidade de tratar dos seus assuntos. Inclusive vai ser mais fácil para a ANAC também administrar tudo isso dessa forma.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Bem, Senador, como eu ia dizendo, nós concentramos realmente toda a nossa atividade técnica para fazer frente a produzir os serviços necessários no País inteiro. O máximo de seções de aviação civil que a ANAC (o antigo DAC) teve foram 47. E, naquela época, estamos falando de mais de duzentos aeródromos públicos. Então nunca houve presença em todos. Estamos falando de sete regionais em 22 Estados. Então nunca houve presença de serviços realmente em todos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Em todos os Estados?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Em todos – representação de serviços. Uma coisa é a seção de aviação civil no aeroporto e outra coisa são serviços prestados em regionais, em termos de licenças, aeronavegabilidade e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pois é. Mas na região Norte nós tínhamos Belém, não é?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Era Belém e Manaus. Exatamente, existiam duas.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Tiraram.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Na verdade não é que tiraram, elas morreram.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Como é tirar e morrer?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – É porque, na verdade, o nosso efetivo foi...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – A minha intenção é definir o que é tirar e o que é morrer.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – O que aconteceu é que, no processo de otimização nosso, nós não tínhamos como alocar...

A questão de alocação de recursos humanos envolve treinamento, padronização e processos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Aí, em vez de fazer treinamento, padronização e processos, mata-se ali a coisa e vai atender lá.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Não, foi feito treinamento, padronização e processos e concentração de esforços, para que se pudesse produzir centralizado isto.

Então, vamos lá. Registro aeronáutico – hoje, ninguém precisa sair de sua casa para fazer nada de registro aeronáutico. Pedidos de vistoria – ninguém precisa sair de lugar nenhum para fazer vistoria. Processos de licença – hoje, ninguém precisa entrar com nenhum documento mais.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – É tudo informatizado.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – É tudo informatizado, ou seja, faz-se de sua própria casa.

Não existe nenhuma decisão da ANAC em termos do que vai ser no futuro. Existe hoje uma condição de contorno. A ANAC tem um efetivo limitado. Treinamento de pessoas da aviação civil não se faz de um dia para o outro, leva certo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Mas, só em cima desta pergunta, eu quero entender melhor. Nós tivemos um encontro lá com aproximadamente trinta táxis-aéreos do Brasil, e muitos meus amigos, da época em que eu voava – o Junqueira, por exemplo, de Marabá, o Pedro Heringer, de Imperatriz –, e eles não falam dessa facilidade de Internet. Volta a meia eu os vejo reclamando: “Ó, estou já indo para São Paulo”, “Ó, tenho que ir a Recife” Eles me ligam e acham aquilo altamente complicado para eles. E eu me esqueci de outro amigo lá de Santarém, que passou por aqui na semana passada: “Ó, estou indo agora para o Rio de Janeiro”. Então, não é bem assim nessa Internet, com essa facilidade. É por isso que estou insistindo nisso. É bom o senhor detectar esse problema.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Na verdade, Senador, nós temos diversos segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – E olha que eu não sou defensor de táxi-aéreo. Não estou aqui para defender exclusivamente táxi-aéreo. É que são amigos meus, que voaram comigo, são pro-

prietários: o Junqueira; o Pedro Heringer; o Milton, de Goiânia, que o senhor conhece. Eu fico ouvindo e eles dizem que é complicado. Inclusive, quando eles entram nessa tal de Internet, pense na dificuldade do tempo.

Para o senhor ter uma ideia, para registrar uma aeronave, não é tão rápido na Internet. Eu cheguei até a recorrer ao senhor outro dia, quando um amigo queria o registro da aeronave dele já havia bastante tempo. Não porque eu fiz o pleito, mas não resta a menor dúvida de que adiantou. Mas, se ficasse pela Internet...

A Internet é boa, mas não resolve tudo. Eu acho que nós temos que ter as regionais como sempre tivemos, mesmo que seja pela Internet. Nós temos cinco regiões no País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Vamos deixar assim: mesmo que eles tratem pela Internet, mas lá, quem estiver na região Norte, para lá, porque qualquer falha eles estão próximos para ir lá como era antes. Se há um problema ou se pela Internet não deu certo, tem que ir a Recife, tem que ir a São Paulo, tem que ir ao Rio. Eu acho que, se pensar em facilitar, vai ser melhor.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Hoje a ANAC não tem como se estruturar de outra forma. Hoje a ANAC, em função da situação atual de efetivo, desenvolveu sistemas, desenvolveu processos. Ela tenta prestar o serviço da melhor forma possível. Alguns estão desenvolvidos, outros ainda não. Precisa melhorar a interface, precisa melhorar o entendimento do regulado. A ANAC entende que sim, e isso é um processo.

Então, hoje, a ANAC tem feito o que pode. O que seremos no futuro, numa agência nacional, aí vai depender realmente de quê? De sentar com os segmentos, como estamos sentando agora com o segmento de táxi-aéreo, exatamente para analisar as dificuldades do táxi-aéreo.

Nós queremos entender claramente, porque a nossa percepção é que existe uma série de maus entendimentos dos processos. E estamos entendendo também que a ANAC precisa adaptar processos e adequá-los a esses segmentos. E se há necessidade de descentralização, onde e quando esse mapa é um mapa que também é uma função da distribuição de serviços, da distribuição de demanda. Ou seja, existe toda uma relação em termos de planejamento estratégico, de custo-benefício, para poder se programar para isso.

Então a ANAC não tem absolutamente nada decidido com relação ao futuro, mas hoje essa é uma condição de contorno da ANAC. E como nós temos que continuar prestando os serviços de certificação dos quais dependem as demandas (interrupção do som), para nós é fundamental esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Como diz o Faustão, “está se virando nos trinta”, fazendo o que pode.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Estamos brigando e fazendo o melhor possível e investindo fortemente nos sistemas automatizados realmente. Esta é a atual política administrativa da agência que a gente consegue implantar, Senador.

Relativamente à quinta pergunta, o senhor falou em mobilidade ou acessibilidade?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Não, é como está o trabalho de integração entre ANAC, SAC e outros órgãos do Governo Federal com relação à mobilidade.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – A questão é de mobilidade urbana, ou seja, a questão da inserção dos aeroportos dentro da malha urbana e planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Embora seja uma pergunta que será mais específica, lá na frente, à Infraero. Mas a ANAC tem a ver também, de alguma forma, como o senhor colocou.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – A ANAC entra nas questões relativamente às relações com o meio ambiente e à parte de ruído, de mapeamento e tudo. O Decea entra nas questões de rampas, do espaço aéreo em torno disso. Agora, as questões de mobilidade urbana, que envolvem governo estadual, governo municipal, elas transcendem e não estão no rol de competências da ANAC. Elas não estão realmente. Elas não fazem parte do processo da ANAC. Nós não temos nenhum envolvimento nessa parte de mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – A sexta é sobre...

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Aviação geral.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – É.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – E todos os segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Se tem algum incentivo.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Como eu tentei focar bem na apresentação, a aviação geral, para nós, tecnicamente, tem muitas faces. E são faces bem diferentes. Elas têm características diferentes e tudo. Então o que a ANAC tem? Tem grupos técnicos que tratam com cada um desses setores os assuntos que nós podemos desenvolver e que precisamos desenvolver dentro de uma escala de prioridades e da nossa capacidade de desenvolver.

Então nós temos a área de aviação experimental. A área de aviação experimental foi uma que quando

a ANAC assumiu ela estava colapsando. Um processo de aeronave experimental demorava meses ou às vezes anos para ser aprovado, e a ANAC trabalhou conjuntamente, fazendo uma sinergia com a área de manutenção, onde cuidava disso com a área de certificação. Juntamos as duas coisas e hoje os nossos indicadores mostram que os processos levam dias. Então, essa parte foi conciliada, adequada. O que levou mais tempo de estudo foi essa interface de aeronave experimental com aeronave leve e com aeronave que nem experimental é, porque ela não é regulada.

Então, estabelecer o que é regulado, o que não é regulado, que tipo de regulação, o que se pode fazer, qual o estado da arte, como se faz o mundo, isso levou mais tempo para separar. Inclusive, antes de nós adotarmos a aeronave leve esportiva, foram feitas muitas discussões com os diversos segmentos, para poder encaixar o que era cada um dos setores. Então, o que está saindo da legislação agora, que vai envolver o RBAC 103, 104, vai influenciar no 91, é exatamente o remodelamento de todo esse setor, com uma visão do que são os segmentos não regulamentados, o que é avião experimental, o que é avião leve e o que é avião com certificação de projeto, de acordo com o RBAC 21. Existe essa visão.

Existe o segmento de aviação agrícola que, apesar de ser um serviço especializado, é outro mundo, e a aviação agrícola tem características que, em determinadas condições, quando o senhor está fazendo uma atividade, em rincões remotos deste País, o senhor precisa daquilo naquele momento, naquela hora; depois não adianta mais.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Até por questões climáticas.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Até por questões climáticas, de momento e tudo. Então, é uma atividade que tem especificidades. A ANAC entendeu esse problema e o novo RBAC 137 vai permitir, vai fazer uma série de permissões, ou seja, uma série de flexibilizações que absolutamente não reduzem a segurança de operação, mas fazem algumas flexibilizações compatíveis com o nível de risco da atividade. E o próximo passo de implantação, depois do RBAC 137, vai ser lidar com as questões características operacionais da operação agrícola, que, por ser uma operação de risco, tem envolvido e pelo crescimento também no Brasil, ela cresceu absurdamente... O Brasil hoje é considerado o maior mercado mundial de aeronaves agrícolas, maior que os Estados Unidos hoje; ou seja, virou a menina dos olhos dessas empresas internacionais que estão todas se instalando aqui por causa da venda. E nós percebemos também o quê? Um incremento de incidentes, de eventos nessa área

e nesse setor. Então, a política tem que ser específica para essa atividade. Por quê? Porque um processo de fiscalização, por exemplo, numa aviação agrícola, em que o senhor voa em milhares de fazendas, em milhares de locais, tem certas limitações. Ele tem que ser um processo integrado de fiscalização, conscientização, mapeamento, minimizar riscos, para que na atividade venha realmente ter efeito qualquer ação. Uma ação fiscalizatória generalizada, por exemplo, não surtiria efeito nesse segmento. Então, cada segmento tem a sua especificidade.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Por exemplo, sobre helicópteros, o que a ANAC... A movimentação de helicópteros no País, principalmente ali com relação ao pré-sal, Rio... O que a ANAC... Esses dias eu estive em São Paulo e lá fui cobrado sobre helicópteros, porque a gente fala muito em aviação, aviões, aviões, e de asa rotativa, como a ANAC, assim como o senhor explanou sobre avião agrícola, o senhor pode nos falar um pouco?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – A parte de asas rotativas também tem sido objeto de um estudo. A ANAC está finalizando um estudo específico de asas rotativas sobre situação, mapeamento, riscos, incidentes, eventos, tipos de aeronaves, tipos de eventos, o que ocorre, qual foi o foco. Ou seja, a ANAC tem acompanhado esse processo, tem analisado e vai publicar um estudo específico que vai orientar as ações internas da ANAC em relação à operação desse tipo de segmento, que envolve todos os setores em termos de aeronavegabilidade, de operações, inclusive infraestrutura. Um dos aspectos mais sensíveis de infraestrutura da operação de helicópteros é a operação sobre São Paulo e Rio de Janeiro, seja por questões de operação em helipontos no centro cidade, questões de ruídos, questão de autorização, questão de densidade de tráfego. Essas são questões extremamente sensíveis. Então a ANAC está elaborando um estudo específico para a parte de helicópteros, para que possa orientar nesse sentido.

A ANAC também sabe que um dos grandes vetores para o crescimento desse setor é a indústria petrolífera. A ANAC está fechando com a Petrobras e a ANP estudos com relação a incentivos e possivelmente utilização de recursos do Prominp para treinamento de pessoal especializado para essa área, canalização de recursos para isso. Então, houve uma orientação da Secretaria de Aviação Civil com relação a isso. Existe um trabalho e a ANAC está fazendo a parte dela, que é exatamente viabilizar o processo de formação, que podem ser bolsas, podem ser incentivos de formação de escolas, perfil de formação de escolas, aprovação

de escolas, nas quais o Prominp possa investir no segmento.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – A ANAC está preparando o pessoal para essa área, para fiscalizar, acompanhar, como é? Isso porque o volume é muito grande. Eu, já faz um bom tempo, fui a uma plataforma da Petrobras – se não me engano a P-27, P-28 – e pude perceber que o volume, já naquela época, dois anos atrás, era muito grande e aumentou mais ainda com o pré-sal, com isso, com aquilo. Então, a ANAC tem que estar muito atenta, com o pessoal em cima para acompanhar toda essa evolução, para que não se tenha acidentes nesse sentido.

O que me preocupa muito, Comandante Passos, eu sei do esforço, da seriedade, da determinação com a segurança – sobre isso a dúvida é zero –, o caráter dos membros da ANAC, mas me preocupa muito a falta de pessoal. A coisa está se avolumando e a ANAC está sem pessoal para acompanhar esse ritmo. Eu não sei aonde nós vamos chegar. Então, está na hora de a ANAC apresentar ao Ministério... Bom, no caso da ANAC, apresenta à SAC, mas a SAC é o planejamento. Precisamos e todo o povo... Olha que eu não sou um político de inchar a máquina; não é isso, não é essa a minha fala. A minha fala é no sentido de ter uma quantidade de pessoas para acompanhar esse volume. E se nós, o planejamento, o Governo Federal, não tomarmos providências nesse sentido, daqui a alguns dias ficaremos só na boa vontade da ANAC. Então, precisamos ter essa atenção. Nós vamos apresentar essa contribuição à ANAC, para que o Governo Federal amplie, não só em relação à ANAC, mas também com relação à Infraero... Como é que a Infraero vai fiscalizar esses leilões dessa forma? Como é que vão participar os seus atuais funcionários, se vão trabalhar no consórcio, se vão tirá-los para a fiscalização? Já são poucos, já são poucos, porque a maioria vai se aposentando e não se estão providenciando concursos públicos. Nós precisamos... O Brasil cresceu, principalmente nessa área da aviação. Então nós vamos contribuir nesse sentido.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – A ANAC está se preparando para esse processo. A percepção e a experiência mostram que o processo de fiscalização é importante. Agora, mais importante ainda é o processo de certificação. Esse é o mais crítico. Um processo de certificação bem feito e bem vigiado, com vigilância continuada, é muito efetivo, e quando entra com o processo de fiscalização.

Então, a ANAC tem focado fortemente nisso e aí envolve aquela questão da cultura, da cultura justa e da cultura dos novos processos. Para que haja processos robustos, tem que haver mudança de cultura e de inves-

timento e, muitas vezes, existe um descompasso entre a regulação da ANAC, entre a certificação da ANAC e as práticas do mercado oriundas de um período em que se tinha um padrão de operação, um volume de operação, uma pressão de operação totalmente diferente, em que sistemas certificados eram diferentes. Então, são as duas coisas conjuntamente, sem dúvida alguma, que levam a um sistema de certificação.

Com relação às taxas aeroportuárias, nós temos a questão das taxas dos aeroportos e as taxas do tráfego aéreo. Taxas do tráfego aéreo são do Decea, não passam absolutamente pela ANAC, não são restabelecidas pela ANAC, nem nada. As taxas da infraestrutura aeroportuárias que são compradas...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Penso que a ANAC, como um órgão regulador, tinha que chamar para si, porque as taxas estão altas e aí os proprietários, por exemplo, de táxi-aéreo não estão sabendo como resolver, deve avocar porque é um órgão regulador, normatizador. A idéia é essa.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Senador, mas o Decea também é regulador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Sim, eu acho que o modelo é que está sobrepondo funções, porque, na ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre –, eles avocam para si essa normatização. É com eles, não é nem lá no Ministério dos Transportes. É lá. Então, lá não há sobreposição. Nós vamos ter esse cuidado para definir direitinho, sugerir, para fortalecer a ANAC como agência. A finalidade da Agência é esta: exatamente regular o setor.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Especificamente nesse caso do táxi-aéreo, foi um daqueles assuntos levados para a reunião e nós já temos uma reunião agendada com a Beta Aerus especificamente para entender exatamente o que está acontecendo. O que a ANAC precisa é entender o detalhamento de qual é a necessidade, qual é o problema específico. Isso que foi abordado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – É fácil: cada instituição cobra uma taxa. Bom, eu cobro tanto, outro cobra tanto, o outro cobra tanto e mata o empresário de táxi-aéreo. Para ter uma ideia, como eles nos disseram, as taxas são maiores do que os impostos. Quer dizer, não está certo. A reivindicação deles é justa. Então, olhe com atenção isso também.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Estamos aguardando a apresentação, essa discussão. E pode ser encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Parece até que sou proprietário de táxi-aéreo. Não. É porque a gente vê esses problemas e aqui que nós

vamos procurar trazer para esse fórum para encontrarmos a solução.

O SR. GEORGE WILLIAM CÉSAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Posso dar uma informação sobre a taxa? O problema das taxas é uma coisa bastante discutível e muito séria. Quando o Decea assumiu a cobrança das taxas, nós tivemos uma série de reuniões no Decea. E o Decea, para atender a aviação geral, porque há uma distorção muito grande... Um avião ultraleve, para sair de Jacareguapá e pousar no Clube Céu, ali do lado, ele paga um translado de um avião normal, o que torna inviável. Esse é o berço da aviação civil.

Com relação ao Decea, ficamos lá três meses, comparecendo, e elaboramos uma tabela de taxas para os aviões: de 1.001 até 2.000 quilos, uma coisa mais acessível. Reunimos os segmentos em São Paulo; discutimos; foi debatido, e chegamos a um ponto comum. Quando estava pronta para ser aplicada essa nova tabela de taxas que tornaria os aviões mais leves, inclusive os aviões de táxi-aéreo, com uma taxa bem proporcional à capacidade do avião, a Receita Federal negou, dizendo que era renúncia fiscal e que o Decea não tinha competência jurídica para isso. Então, esse trabalho de três meses foi jogado para o espaço. Um detalhe mais sério, toda a ANAC, o Decea, a Infraero quem paga é o contribuinte. Nós pagamos a taxa aeronáutica, a taxa aeroviária e a taxa aero para manter esses órgãos gestores em funcionamento. Só que esse dinheiro não vai para o bolo da Receita. Esse dinheiro vai para o Tesouro nacional, porque eles não têm conta bancária e eles são repassados para uns destinatários que o contribuinte pagou – não é que foi dado, não é verba -, o contribuinte pagou para ter esse serviço. Quando eles pedem o serviço, o Tesouro repassa – como eu mostrei na reunião que tive na Câmara Federal – o que é possível passar. Então um exemplo, só para vocês terem uma ideia, no tempo do acidente da Gol, eu trouxe do Tribunal de Contas o gráfico de seis anos. É mais ou menos um igual ao outro. Mas era assim: o Decea pedia R\$70 mil para poder arrumar radar, VOR que estava desativado, etc. O Tesouro liberava R\$35 mil, R\$30 mil e não repassava mais nada. Chegava ao fim do ano tinha arrecadado R\$1,100 bilhão. Aí o Governo Federal, passava o 31 de dezembro, compunha o superávit primário, e esse dinheiro ia para essa conta do Governo e zerava a conta do Decea, da ANAC e da Infraero.

Esse contingenciamento para mim tem outro nome: é roubo. Isso porque esse dinheiro não era do Tesouro. Era do contribuinte, para uso do contribuinte. Isso o Tribunal de Contas demonstrou claramente. Levamos esses gráficos para a Câmara avaliar e não aconteceu nada, continua sendo isso. O primeiro cor-

te que o Governo Federal fez no orçamento, um dos primeiros foi o da ANAC. Vários *softwares* que a gente estava acompanhando, que estavam para serem instalados não puderam ser comprados pelo corte de orçamento; daí essa demanda.

Então, existem coisas que nós não podemos esperar serem desenvolvidas. A aviação é dinâmica. Nós não podemos parar; a aviação geral não pode parar; táxi-aéreo não pode parar. Tem que haver uma solução que atenda as necessidades momentâneas. Nós estamos parando tudo. Se a gente for esperar regulamentar tudo, não vamos chegar nunca a nada. Quanto ao Código Brasileiro de Aeronáutica, nós ficamos dois anos fazendo um trabalho de atualização dele. Um calhamaço assim! Foi um grupo de juristas que fez isso, convocado pela Câmara. Repentinamente, apareceu uma emenda que era para o estrangeiro poder trabalhar no Brasil. Quer dizer, tudo aquilo que foi feito foi jogado fora.

Então, vejam, são coisas que nós precisamos urgentemente viabilizar de uma forma mais rápida, porque a aviação é dinâmica. Ela não pode estar esperando. Se demorar muito, quando regulamentar, já é outra coisa, os aviões são outros, as exigências do piloto são outras, o avião tem outra exigência, é tudo diferente.

Qual é o critério, Passos, que a ANAC tem para distribuir as linhas regionais? Tem algum critério ou não? Se eu quero montar uma linha aérea regional para atender lá no Maranhão, qual é o critério que a ANAC tem para me autorizar ou não?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – O critério é somente técnico.

O SR. GEORGE WILLIAM CÉSAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Só técnico?

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Não tem nenhum outro critério. A liberdade é total de operação. É isso que a lei prevê. Não existe nenhuma outra avaliação, exceto a técnica.

O SR. GEORGE WILLIAM CÉSAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Nós observamos que a ANAC está engessada pela SAC. Evidentemente que o Diretor Passos não pode declarar isso aqui. Ele trabalha com o que ele tem na mão. Ele e outros órgãos. E não é nada. Eles estão fazendo hoje das tripas coração para atender e não conseguem. A extinção dos escritórios regionais, Senador, tem um ponto positivo, porque havia uma venda de facilidade no tempo do Serac, inclusive. Então, era comum um piloto falar: “vou fazer no Serac três, porque no Serac quatro é difícil.” E isso não pode. Tem que ser uma coisa padronizada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Mas essa cultura acabou. O Brasil hoje é comple-

tamente transparente. Para os senhores terem uma ideia, eu estou aqui como Senador da República, e se eu, porventura, cometer um deslize, eu fico sete anos para terminar o mandato e mais oito. Eu fico inelegível por quinze anos. Então, o Brasil é outro. Essa cultura acabou, por isso não é motivo. Hoje o Brasil é transparente. Cada ato que nós assinarmos aqui, de gabinete, é completamente transparente. E nós podemos ter isso nas regionais. Isso não existe mais no Brasil.

O SR. GEORGE WILLIAM CÉSAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Acho que o importante é que a atual aviação não é a aviação antiga. Os mecanismos de que dispomos hoje têm que ser muito mais... Não precisa inventar. É olhar como faz um grande país, que tem grandes problemas de tráfego.

Só que tem um detalhe, a FAA tem uma autonomia total. Ela não é submissa a nada, a não ser ao Governo Federal americano. Então não tem secretaria, não tem nada, a FAA é a agência reguladora e fiscalizadora. Ponto e basta.

É por isso que eu digo que tudo isso se resume ao que falei até agora: falta uma política nacional para a aviação civil brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Para concluir, só a última pergunta sobre a ANAC. É importante ressaltar, e quero deixar registrado aqui nas notas taquigráficas, para o nosso relator, o Senador Eduardo Braga, a necessidade de uma legislação no sentido de que nós possamos avançar com relação a certa independência, interligada naturalmente com a SAC. Não queremos isso, deixar de ficar interligada, mas sugiro ao relator que ele fortaleça mais a ANAC com as suas atividades, como o FAA americano, que acabou de ser dito aqui, precisamos fortalecer bastante a ANAC. A ANAC tem um papel importantíssimo na segurança da aviação no País, e ela tem que não ficar como está atualmente, na base do remendo, fazendo o que pode. Esse não é o nosso país, onde crescemos economicamente, somos a sexta economia do mundo. Temos que ter um planejamento no mínimo para 25 anos pela frente, e nos preparando para tal.

Portanto, deixo registrado ao relator, como sugestão, que elabore projeto legislativo no sentido de fortalecer a ANAC. Esse é um papel fundamental que a Agência exerce na questão da segurança de voo. Portanto, conte conosco, comandante Passos.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Senador Vicentinho, relativamente aos objetivos estratégicos da ANAC, à redução nos níveis de acidentes, mundialmente o que temos de indicadores de acidentes são do transporte aéreo. É relativamente ao transporte regular de passageiros. E nós viemos de um processo em que, em função dos acidentes no Brasil, tivemos um

aumento enorme dos nossos indicadores. Então, esse foi o indicador utilizado pela ANAC. E por que esse foi o indicador? Porque esse foi o setor prioritário considerado na ANAC, quando a gestão, em 2008, assumiu a diretoria, em termos no momento em que ocorria uma série de eventos. Então, foi esse o colocado.

E esse indicador foi atingido e continua baixando. Ou seja, estamos abaixo da média mundial. Estamos perseguindo uma média, para este ano, mais baixa ainda do transporte aéreo regular. Esse é do transporte aéreo regular.

Então, não é um indicador como um todo, porque não existem indicadores mundiais de aviação geral. O senhor não consegue, inclusive, nem em indicadores, por exemplo, de acidentes em certos países de anos anteriores e tudo. Não são coisas publicadas. Talvez o Brasil seja um dos únicos que publique da forma que fazemos.

Agora, o que a ANAC faz com os outros elementos? Claramente, para o transporte aéreo regular, estabelecemos processos, os regulamentos, estabelecemos tudo. E temos aí em processo, claramente, os indicadores se mexendo.

Na parte dos demais segmentos, o que estamos fazendo? Estamos estudando cada um dos segmentos. Então, o que hoje está evidente para nós? Táxi-aéreo especificamente. Os indicadores, no caso do táxi-aéreo, continuam estáveis. Agora, temos um crescimento na parte de instrução e temos um crescimento na parte de aviação geral privada, em geral, e na parte do uso agrícola. Isso está evidente para nós.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves PR – TO) – Inclusive hoje, parece que foi em São Paulo, teve mais um acidente com avião de aeroclube, escola. Vi pela imprensa, agora à tarde.

Quase coincide que, sempre quando temos uma audiência pública aqui, tem um acidente aéreo. É incrível, que nós não desejaríamos.

Faleceram os dois pilotos hoje. Nós queremos aqui, inclusive, registrar a nossa solidariedade aos familiares desses aviadores.

O SR. CLÁUDIO PASSOS SIMÃO – Então, nesse sentido, esse que era o indicador.

A política da ANAC em relação à segurança é: diagnóstico. Temos que ter um diagnóstico claro da situação de cada segmento para poder endereçar. Não tem como, na aviação geral, com esses diversos segmentos, ter uma única política que abranja todos esses setores, política técnica, em termos de segurança.

Então, a ANAC está avaliando, está acompanhando. E todas as ações internas estão focadas nessas diversas reuniões setoriais que a ANAC está promovendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Antes de encerrar esta presente reunião, agradeço a presença de todos que até a esta hora estão conosco.

Comandante Sucupira, o senhor ainda deseja fazer alguma consideração final?

O SR. GEORGE WILLIAM CÉSAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Acredito que o ponto marcante que chegamos à conclusão é que, embora exista uma série de pessoas empenhadas em devolver a este País uma condição de ter uma legislação atualizada, dinâmica, é exatamente o descaso que existe com relação a essa política nacional.

Os elementos todos estão à mesa. Temos a arrecadação. Temos o passageiro pagando, o dono do avião pagando, as companhias aéreas pagando as suas taxas, mas isso fica ao “Deus dará”.

Trabalhamos na Appa durante muito tempo para reduzir o custo da gasolina de aviação, equiparando à Cide da gasolina, à Cide do querosene de aviação, porque o Senador que fez o projeto de lei me confessou que esqueceu tinha avião à gasolina. Mas que não podia mudar sem que houvesse um projeto de lei.

Foi feito um projeto de lei. Vários companheiros de outras associações participaram, porque havia interesse da aviação agrícola, de uma série de pessoas, para que a gasolina fosse equiparada, o que significaria uma redução do custo do combustível de R\$1,10 no litro da gasolina de aviação. Depois de passar por todas as comissões do Senado, foi ao nosso Presidente e ele vetou a lei, porque disse que iriam colocar gasolina no automóvel.

Então, voltou ao Senado e temos que votar em pauta novamente, porque isso é um auxílio à aviação geral, à aviação agrícola, aos táxis-aéreos, que vai possibilitar um custo menor da hora de voo e até mesmo às escolas de aviação.

Quem voa com aviação com gasolina hoje, quem são? São aeroclubes, aviação agrícola, os táxis-aéreos que não têm ainda avião a turboélice. Então, é preciso que isso volte.

O consumo de combustível, de gasolina de aviação no Brasil é ridículo. É uma proporção de cinco milhões de litros para 15 bilhões de litros de querosene. Quer dizer, não arrecada nada. E até reduzir, zerar a Cide não seria nada para a arrecadação. Mas nós não pedimos nem isso. Pedimos apenas a equiparação da Cide ao querosene, porque quando foi feita a lei foi assim. Querosene de aviação: x. Querosene: outro preço. Gasolina: todas elas um preço só.

Então, o que acontece? Hoje, você paga na gasolina de aviação a mesma Cide que paga para um automóvel. Isso criou um aumento de custo que dificulta a vida dos aeroclubes. Fecharam aeroclubes. Dificul-

ta o táxi-aéreo; dificulta a aviação agrícola; dificulta a aviação, de um modo geral.

É preciso, voltando agora para o Senado, que isso seja aprovado, porque passou em todas as comissões do Senado e apenas o apedeuta vetou isso aí, por uma questão de falta de informação, falta de assessoria, não sei o quê. E nós continuamos com a gasolina no preço que está. É preciso que isso seja colocado, porque é importante que o Senado volte a estudar esse veto e levante esse veto da gasolina universal.

Quero fazer desta Subcomissão um trampolim para que a aviação brasileira possa ter um meio de comunicação com o Congresso Nacional, que hoje é a única esperança que temos da solução política da aviação no Brasil.

Era só isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)
– Obrigado, Comandante Sucupira.

Acaba de chegar notícia de que a Presidenta Dilma – já está nos sites – está substituindo o Líder do Governo. E, coincidentemente, deverá ser o Senador Eduardo Braga, que acabou de sair daqui – o motivo da ausência, talvez. Não sei se, de agora em diante, ele vai acumular as duas funções: Líder do Governo e Relator desta Subcomissão.

Portanto, a Subcomissão se sente feliz, este Presidente, com a ascensão do Senador Eduardo Braga. Porém, não deixando de reconhecer o trabalho exitoso que foi o do Senador Romero Jucá.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, a realizar-se no dia 19 de março, segunda-feira, neste plenário, às 17 horas, com os convidados.

Teremos audiência pública com o Decea. Então, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Já ouvimos hoje a ANAC. Desnecessário ouvir membros da ANAC nessa audiência, muito embora aqui sugerido.

Convidamos o Coordenador do Curso de Ciências Aeronáuticas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Professor Wolmir Therezio Amado, que fará o contraponto da próxima reunião.

No mais, agradeço ao Comandante Passos, ao Comandante Sucupira, a todos os assessores, consultores, a todos que nos deram o prazer de estarem presentes aqui nesta reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 56 minutos.)

Ata da 5ª Reunião Da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 26 de março de 2012, segunda-feira, às 17 horas, no plenário nº 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e doze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Vicentinho Alves, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e comunica a renúncia do Relator, Senador Eduardo Braga, e do Vice-Presidente, Senador Vital do Rêgo. O Presidente informa que o Senador Eduardo Braga se candidata a Vice-Presidência da Subcomissão, e designa o Senador Vital do Rêgo para ser Relator desta Subcomissão. O Presidente informa que foi encaminhada aos Senhores Senadores e a todos cadastrados no correio eletrônico da Subcomissão, pesquisa sobre a aviação civil, em formato digital, dos artigos das revistas semanais (Veja, Época, Isto é, Isto é Dinheiro e Carta Capital), dos jornais e notícias de sites da internet, compreendida no período de janeiro /2011 a março 2012. No mesmo sentido, informa que no dia 22/03/2012, foi encaminhada Pesquisa das Audiências Públicas de Comissões realizadas no Senado Federal que abordam o tema Aviação Civil. O Presidente registra a presença do Cmte Paulo Rogério Licati da Associação Brasileira de Pilotos de Aviação Civil – ABRAPAC; Cmte Guilherme Aberle, TRIP Linhas Aéreas; Cmte Victor Celestino, TRIP Linhas Aéreas e da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Aéreo Regional; Major Márcio Vieira Mattos, Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA; Tenente Paulo Roberto Lima, Assessores Parlamentar da Aeronáutica; Sr. Leobino Araújo, Assessor Executivo da Consultoria Umbelino Lobo; Sr. Georges Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Sr. Solimar José, Assessor Especial da Presidência da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO. Comunica também o recebimento de duas mensagens do Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves - APPA, George William Cesar de Araripe Sucupira, informando que no próximo dia 28 de março a APPA completa 40 anos de existência e que o Brasil acaba de ser eleito a sede do Campeonato Mundial de Balonismo, eleição esta realizada ontem na Lituânia. O campeonato será em São Carlos, em julho de 2014. O Presidente informa que esta subcomissão enviará ofícios para todos os

estados brasileiros no sentido de colher dos governadores e suas equipes de secretários o Plano Aeroviário de cada estado. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os Senhores expositores: Fábio Faizi Rahnemay Rabbani, Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Luiz Kavumi Miyada, Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; Cláudio Jorge Pinto Alves, Professor Titular do Departamento de Transporte Aéreo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA; Rui Thomaz de Aquino, Membro do Conselho Internacional de Aviação Executiva – IBAC; e José Henrique Gracioso Moraes, Empresário e Piloto Comercial Sênior. O Presidente concede a palavra ao Senador Vital do Rêgo. O Presidente comunica que a presente Reunião destina-se a debater o Plano Estratégico para a malha e sítios aeroviários federais, em atendimento ao Requerimento nº 1/2012–CISTAC. A seguir, concede a palavra aos expositores. Às dezoito horas e cinquenta e um minutos, assume a Presidência o Senador Vital do Rêgo, sendo reassumida pelo Senador Vicentinho Alves às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos. O Presidente faz questionamento aos expositores. Os participantes respondem às perguntas e fazem as considerações finais. O Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da 4ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convoca os Senhores Senadores para a próxima Reunião desta Subcomissão, a realizar-se no dia nove de abril, segunda-feira, neste Plenário, às dezessete horas, com os convidados: Representante do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA; Sr. David Da Costa Faria Neto, Superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Sr. Ronaldo Jenkins de Lemos, Diretor Técnico do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias; Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Sr. Álvaro Luiz Miranda Costa, Superintendente de Segurança Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)
– Boa tarde a todos e a todas que aqui se encontram, na nossa Subcomissão de Aviação. E, particularmente,

a nossa saudação aos profissionais da imprensa que cobrem esta subcomissão.

Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Temos aqui alguns comunicados que passarei a ler antes de chamarmos os nossos ilustres convidados.

Conforme decisão desta Presidência ocorrida na 3ª Reunião, informo que no dia 13/03/2012, presente o Senador Vital do Rêgo, este, por acordo com o Senador Eduardo Braga, passa a ser o relator e o Senador Eduardo Braga passa a ser o nosso Vice-Presidente. Isso feito de comum acordo.

Portanto, meu caro relator, conforme decisão desta Presidência, ocorrida na 3ª Reunião, informo que no dia 13/03/2012 foi encaminhada aos Srs. Senadores e a todos os cadastrados no correio eletrônico da subcomissão, pesquisa sobre aviação civil, em formato digital, dos artigos das revistas semanais *Veja*, *Época*, *IstoÉ*, *IstoÉ Dinheiro* e *Carta Capital*; e dos jornais e notícias de sites da Internet, compreendida no período de janeiro de 2011 a março de 2012. No mesmo sentido, informo que no dia 22/03/2002 foi encaminhada pesquisa das audiências públicas de comissões realizadas no Senado Federal que abordam o tema “Aviação Civil”.

Comunico também o recebimento de duas mensagens do Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves – APPA, George William César de Araripe Sucupira, informando que no próximo dia 28 de março a referida entidade completa 40 anos de existência e que o Brasil acaba de ser eleito como sede do Campeonato Mundial de Balonismo, em eleição realizada ontem na Lituânia. O campeonato será em São Carlos, em julho de 2014.

Informamos também que esta subcomissão enviará ofícios para todos os estados brasileiros no sentido de colher dos governadores e suas equipes de secretários o Plano Aeroviário de cada estado, para que os tenhamos também aqui na nossa subcomissão e possam ir às mãos do nobre relator, Senador Vital. E, naturalmente, farão parte do relatório de planejamento da aviação para o País.

Antes de iniciarmos a pauta de hoje, convido para tomar assento à mesa os seguintes senhores: Sr. Fábio Faizi Rahnemay Rabbani, Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, representando o Diretor-Presidente da Anac, Marcelo Pacheco dos Guaranys.

Convido também o Sr. Luiz Kavumi Miyada, Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, Infraero, repre-

sentando o Presidente da Infraero, Antonio Gustavo Matos do Vale. Seja bem-vindo.

Convido o Sr. Cláudio Jorge Pinto Alves, Professor Titular do Departamento de Transporte Aéreo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA. Seja bem-vindo.

Convido também o Sr. Rui Thomaz de Aquino, Membro do Conselho Internacional de Aviação Executiva, Ibac.

Convido o Comandante José Henrique Gracioso Moraes, Empresário da Aviação Civil e Piloto Comercial Sênior.

Eu quero registrar as presenças...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Somente para registrar as presenças, caro Senador Vital.

Eu quero registrar a presença do Comandante Paulo Rogério Licati, da Abrapac.

Podem se sentar aqui, mais próximo, caso desejem, para participar mais de perto.

Eu cumprimento Guilherme Aberle, da Trip Linhas Aéreas.

Todos os que eu for cumprimentando sintam-se à vontade caso queiram se sentar mais próximo.

Eu cumprimento também o Victor Celestino, da Trip Linhas Aéreas e da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional.

Eu cumprimento Márcio Vieira de Mattos, do Cenipa, Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

Eu cumprimento o Tenente Paulo Roberto Lima, Assessor Parlamentar da Aeronáutica.

Eu cumprimento Araújo, Assessor-Executivo da Umbelino Lobo – Assessoria e Consultoria.

Eu cumprimento Georges Ferreira, professor Georges, um grande conhecedor da área, professor de Direito Aeronáutico, da PUC de Goiás.

Eu cumprimento Solimar José, Assessor Especial da Presidência da Infraero.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, relator desta subcomissão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados para esta reunião, inicialmente gostaria de transmitir o meu orgulho e a minha satisfação em fazer parte desta subcomissão mais uma vez, agora na condição de relator dos seus trabalhos. Esta decisão partiu da impossibilidade do nosso relator escolhido, Senador Eduardo Braga, tendo em vista as suas múltiplas atividades na condição de Líder do Governo no Senado, de fazer face às iniciativas que esta subcomissão terá de tomar, como vem fazendo em diversas reuniões havidas. E V.

Ex^a tem se esmerado em convidar ilustres autoridades, como essas que hoje compõem o quadro desta reunião, exatamente por força da importância do trabalho e dos fins que objetiva a subcomissão.

O Senador Eduardo Braga me procurou para fazer uma alternância de escala nesse voo. Eu deixo de pilotar com V. Ex^a na condição de seu vice ou seu copiloto, posição óbvia que vinha ocupando, e passo a relatar, ser mais ou menos um engenheiro de voo, que terá de fazer planilha de todos os dados e defender o que aqui a subcomissão deverá, de forma democrática, votar.

Para mim, Senador Vicentinho, em qualquer missão entre as quatro, de ser piloto, engenheiro de voo, copiloto ou passageiro, eu estaria muito bem arrumado, porque a causa é bastante nobre e haveria de me dedicar de igual monta.

Hoje, por força regimental e para facilitar, legalizando a indicação do Senador Eduardo Braga, eu tenho de declinar oficialmente da 1^a Vice-Presidência, ou da Vice-Presidência da Subcomissão, o que faço agora, para que V. Ex^a tome efetivamente os necessários procedimentos. A partir desta proclamação, V. Ex^a convoca uma reunião para tratar especificamente da escolha do Vice-Presidente, que por indicação comum tornar-se-á o Senador Eduardo Braga.

Prometo, com o apoio indispensável da consultoria e da nossa assessoria, continuar o serviço, não sei se com o brilho que Eduardo faria, mas com o mesmo esforço, certamente. Vamos, aqui, dentro daquele calendário que já foi votado, idealizado por V. Ex^a, oferecer tanto um relatório preliminar quanto um relatório definitivo, para que possamos efetivamente ter um modelo novo de aviação no Brasil que não alcance apenas ou tão somente a aviação comercial, mas se estenda a outros tipos de aviação que estão muito esquecidos das nossas preocupações governamentais.

Por isso, faço essa preliminar declaração, como relator, dizendo da minha satisfação e alegria agora sendo seu engenheiro de voo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem, meu caro Senador Vital. Muito embora estivéssemos bem representados na relatoria pelo Senador Eduardo Braga, agora pesa sobre ele mais tarefas na condição de Líder do Governo da Presidenta Dilma aqui na Casa. Ele prontamente, entendendo a dificuldade de estar presente de forma permanente em nossa Subcomissão, abriu mão para V. Ex^a na condição de relator.

Muito bem, nós acatamos a renúncia da vice-presidência, e já designo V. Ex^a como relator. E, caso haja quórum, ainda hoje, vamos proceder à eleição do novo vice-presidente.

Conheço muito a forma de V. Ex^a trabalhar porque fomos colegas da Câmara e, coincidentemente, V. Ex^a foi presidente de uma CPI sobre morte de crianças indígenas por subnutrição, e eu fui seu relator. Graças a Deus, percorremos o Brasil e podemos apresentar um relatório e de uma forma quase que única na Câmara. Pela primeira vez em uma CPI é aprovado um relatório por unanimidade dos parlamentares. E a crítica, vamos dizer assim, da imprensa nacional foi de forma positiva. Portanto, temos a alegria de dizer que demos a contribuição ao País.

Esperamos ainda ver criada agora, na gestão da Presidenta Dilma, aquela nossa Secretaria dos Povos Indígenas ligada diretamente à Presidência da República, porque, aí sim, os povos indígenas terão uma atenção especialíssima, no mesmo nível da Secretaria Nacional da Mulher, do Negro, que tanto a gente tem lutado, e V. Ex^a contribuiu muito para isso.

Tenho convicção, portanto, que nós haveremos de, no final deste ano, aqui reafirmo, apresentar à Presidenta Dilma e ao País um planejamento para a aviação no Brasil. Esta subcomissão é estritamente técnica, vamos levar neste caminho, para que possamos efetivamente, e mais uma vez quero reafirmar, detectar os problemas e apontar as soluções em todas as esferas da aviação no País.

A presente reunião destina-se a debater o plano estratégico para malhas e sítios aeroviários federais em atendimento ao Requerimento nº 01/2012, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vamos conceder o tempo necessário naturalmente dentro da economicidade que for possível, mas não vamos inicialmente estabelecer um tempo. O que é importante é a gente ouvir cada palestrante. Portanto, composta a Mesa, concedo a palavra ao Sr. Fábio, Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional da Aviação Civil. Fábio já é nosso amigo, inclusive tivemos uma reunião, semana passada, na Anac, para resolvermos o problema da cidade de Araguaína.

Cumprimento também a Ilma, nossa Assessora Parlamentar, eficiente e competente, da Anac.

Portanto, V. S^a tem a palavra.

O SR. FÁBIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos.

Primeiramente, queria parabenizá-los pela iniciativa. Qualquer desenvolvimento de projetos, estudos, realmente tem que envolver e ouvir todos os segmentos. Entendo que esta Subcomissão está trabalhando neste

sentido. Então, parabeno também essa forma de trabalho, essa forma de ouvir e escutar todos os setores.

Obviamente, no trabalho e nas responsabilidades que a Anac tem, vou tentar ser bastante específico quanto às nossas atribuições e tentar focar mais nos aspectos de infraestrutura, que terminou sendo nosso *métier*, pelo menos na parte de infraestrutura na Anac.

Nessa apresentação vou tentar ser bem sucinto, mas a intenção é realmente tentar constituir nas considerações finais só uma ideia do que a gente poder vir a debater, independente de como a gente vier a tratar nesta reunião ou ao longo das próximas reuniões do ciclo, é interessante que a gente tenham em mente o que a gente for considerar no final.

Basicamente vou passar rapidamente por algumas coisas de que, até acredito, vocês já estejam cientes, já que esta não é a primeira reunião da Subcomissão, mas tratando do panorama geral, passando pelo papel da Anac, e como nós entendemos que atuamos nos trabalhos do setor de aviação, e entrando mais especificamente na questão de infraestrutura, tentando abordar o que nós, no papel de reguladores, identificamos como cruciais, aquilo que muitas vezes termina sendo o maior entrave dentro do desenvolvimento da malha.

Então, essa questão do panorama geral, por favor.

Na questão dos aeródromos brasileiros. A gente está num momento de transição, obviamente estamos passando pela concessão de alguns aeródromos. Esse panorama já prevê a concessão desses últimos três aeroportos, para não complicar a transição, explicando a transição. Essa é a ideia. Nós temos um segmento concentrado de aeródromos civis, que perpassam até 720 aeródromos de uso público, dos quais 87 estão sob administração da União e entre eles, dentro desses 87, nós temos cerca de 96% do tráfego regular.

Com essa transição, nós teremos 62 aeródromos sendo administrados pela Infraero, 21 pelo Comando e quatro sendo delegados à iniciativa privada. É importante também mencionar esse universo...

Perdão, só retornar, por favor.

Nós temos um universo de cerca de 630 aeródromos que estão sob a responsabilidade de Estados e Municípios, eles têm um universo muito menor de tráfego.

Por favor.

Acompanhando a evolução do transporte aéreo, nós estamos vendo um crescimento realmente vertiginoso do tráfego aéreo no País e que se destaca em relação a qualquer outro país do mundo. A média no Brasil está atingindo, nos últimos sete anos, oito anos, tem atingido taxas de quase 120% enquanto o mundo cresceu cerca de 40%. Nos últimos dois anos, nós observamos um crescimento de mais de 20% ao ano.

E, no tratamento das localidades atendidas, é importante entender este gráfico, a gente realmente está mantendo um atendimento de voos com regularidade, lembrando que não implica só em voos regulares, mas localidades que apresentam certa frequência de voos remunerados. E nesse caso, ainda o Brasil está se mantendo com a quantidade de cidades que entram e saem, há entradas e saídas de voos regulares, isso termina se mantendo estável. A gente está mantendo uma média de 130 municípios que estão sendo atendidos com certa frequência.

Os aspectos legais que tratam, que a Anac trata. Primeiro, a questão da missão da Anac, é importante mencionar, sempre importante enfatizar a responsabilidade deste órgão, desta entidade, é promover a segurança e a excelência do sistema de aviação civil de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem-estar da sociedade brasileira.

Nos aspectos de responsabilidade, aí a gente vai entrar e aí fica limitada a explanação que a gente vai fazer aqui, mas é importante também ter essa visão do regulador. A Anac, nesse papel regulador e fiscalizador, sempre tem que buscar a melhoria do atendimento e interesse do público.

Por favor.

Nos aspectos regulatórios, que nós tratamos, primordialmente a segurança tem que sempre estar no topo. E, obviamente, a segurança operacional, segurança que envolve também atos de interferência ilícita, as relações urbanas de meio ambiente, que dizer, a infraestrutura aeroportuária, como ela está inserida naquele contexto dos municípios, e como está no planejamento municipal, planejamento municipal. Outro aspecto importantíssimo é a capacitação do pessoal envolvido no sistema. E por fim, a qualidade do serviço que é prestado a todos usuários e clientes do setor.

Mais especificamente na questão da infraestrutura aeroportuária, obviamente, nós tratamos sempre com margem. O setor de aviação civil possui margens maiores do que aquelas com que a gente está familiarizado em outros setores: transporte terrestre, ferroviário, rodoviário, enfim, ele termina permeando algumas, tendo brechas, não, perdão, tendo fatores de proteção menores do que os da aviação. Então a gente é muito cuidadoso nesse aspecto. E algumas vezes nós somos muito criticados nesse aspecto também.

O que é importante mencionar? Como é que deve ser tratada, como é que deve ser considerada relação dos operadores, aí eu falo operadores aeroportuários, operadores aéreos na proteção ao sistema de aviação civil? Vamos pegar um exemplo na questão de segurança. Obviamente, o operador sempre é aquele que dispõe de mais recursos, é aquele que consegue, pelo

menos, acompanhar no dia a dia as operações. Ele sempre vai ser o primeiro nível de proteção, o primeiro nível de segurança do sistema. Isso é importantíssimo, isso é importante que sempre nós tenhamos que tentar enfatizar.

O Sr. Senador comentou, semana passada nós estávamos conversando com operador de Araguaína, e é uma situação clássica, a gente tentar explicar e deixar claro que o operador é o primeiro a entender que o aeroporto dele pode ou não, por exemplo, ter limitações, e que é importante que ele busque uma forma de mitigar qualquer risco que esteja associado as suas operações.

Obviamente, o regulador tem que estar lá, e o regulador não pode se omitir de qualquer forma em relação a qualquer coisa, mas é importante saber que o primeiro nível de proteção realmente é o operador e o regulador, obviamente, tem que estar lá, para garantir que aquilo esteja sendo cumprido. É por isso que nós temos requisitos, nós temos procedimentos de fiscalização, e o regulador termina agindo às vezes na falha, às vezes é falha de mercado, às vezes são falhas técnicas que terminam sendo associados a algum risco.

Mais especificamente quanto à questão de infraestrutura, primeiro, na relação da infraestrutura com a malha. Com o advento da Lei da Anac, em 2005, isso já havia mudado, quer dizer, existe uma liberdade para que os operadores aéreos busquem os mercados que sejam mais adequados para o seu planejamento. Obviamente, é necessário que a infraestrutura que está lá disponível seja adequada para comportar esse tipo de transporte. O art. 48 da Lei da ANAC já atestava isso.

Obviamente, quando você tem limitações de infraestrutura, esse não cumprimento termina acarretando, muitas vezes, as restrições operacionais. E o que nós, sob a ótica, de novo, do regulador, percebemos? Muitas vezes essa limitação, seja técnica, seja de recursos financeiros, às vezes, impede esse desenvolvimento da malha. Nós identificamos muitas vezes o problema, obviamente, como fiscalizadores, caso o operador não tome uma ação, o regulador termina sendo impelido a fazer, mas nós percebemos que essa limitação muitas vezes afeta, quer dizer, a intenção, a boa intenção do operador, no caso aeroportuário, ele muitas vezes fica na intenção. E é importante que isso comece a se desenvolver. Nós temos que buscar meios é importante pensar no planejamento estratégico, como tratar disso.

Outra coisa que também não permeia necessariamente o setor de aviação, que foge um pouco do aspecto de controle do regulador e até muitas vezes do próprio operador são as falhas na integração de um programa desenvolvimento urbano. Nós temos um professor que conhece muito bem isso. A integração

modal, como ela é tratada, como tem que ser desenvolvida, a relação do desenvolvimento aeroportuário com a relação do desenvolvimento urbano no seu entorno, isso é crucial para que você garanta que o transporte aéreo não seja um empecilho para o desenvolvimento de uma região e sim um fator multiplicador, um fator de crescimento.

Então, nós sempre temos tratado com questões de impacto ambiental, mas também nós temos que visualizar e vislumbrar esse programa de mobilidade, que garanta acessibilidade nos aeroportos brasileiros. Até hoje, salvo engano, acredito que Porto Alegre deve ser o único aeroporto de grande porte do País que tem um acesso ferroviário, mais ou menos, acho que tem quase um quilômetro, eu já peguei aquela passarela com frequência. Então a gente tem que pensar de forma integrada nesse sistema. Isso é importante, isso se for para trabalhar com diretrizes nesse momento em que se está elaborando um planejamento, é importante pensar nisso também.

Por favor.

E, aí, eu vou entrar mais especificamente no que a gente observa no dia a dia. Isso aqui são exemplos, mas são exemplos reais. Todos os dias nos deparamos com essas situações e são aspectos críticos com que a infraestrutura aeroportuária se depara. Vou fazer menção a alguns aspectos, vou só colocá-los como se estivessem listados, mas é importante que saibam que realmente isso representa a maioria dos problemas com que nos deparamos nas nossas ações de fiscalização.

Quanto à questão do pavimento da pista de pouso e decolagem, obviamente ela tem uma função crucial e, se não estiver adequada, vai ter sempre problema de controle direcional da aeronave ou até da própria capacidade de frenagem dela. Isso é crucial e é importante que se saiba que sempre estamos nos relacionando com aeronaves de 50, 60 toneladas, operando a 200 quilômetros por hora numa pista. Então, é absolutamente um aspecto muito sensível das operações e muitas vezes nós nos deparamos com limitações nesse aspecto.

Questão da cerca patrimonial. É interessante como muitos operadores não veem isso como uma responsabilidade crucial, mas, para quem é operador aéreo, especialmente empresas que operam em aeroportos menores, entendo que o risco que existe em uma operação, quando se tem acesso de pessoas e animais dentro da pista, é muito grande. Posso estar enganado, mas acredito que os senhores que trabalham com o segmento de táxi aéreo se deparam com isso com uma certa frequência. Então, é importante também e é algo com que nos deparamos muito. Vemos o quanto o operador não percebe que aquilo é uma

coisa crucial para as operações. A própria proteção do entorno envolve aspectos não só da própria Anac, mas do Decea – Departamento de Controle do Espaço Aéreo, que envolve as zonas de proteção, aquelas rampas de proteção, de aproximação e decolagem de aeronaves. Toda a ocupação no entorno, naturalmente um aeroporto atrai atividades econômicas, atrai desenvolvimento em seu entorno, mas isso tem que ser controlado em algum nível.

Percebemos que, ao longo do tempo, esse desenvolvimento muitas vezes não foi controlado, principalmente pelos órgãos municipais e estaduais. Hoje vemos situações que são muito complicadas de se reverter.

Outro aspecto que também é crucial. Recentemente, a resolução que trata de resposta a emergência teve seu prazo concluído e alguns aeroportos, acredito que de Minas, tiveram alguns problemas de que estão tratando agora, mas resposta a emergência é uma coisa crucial, não pode ser falha. Não podemos tratar disso como uma exceção. Quando ocorre algum incidente, a gente tem que ter um aeroporto pronto para receber e responder a alguma ocorrência. Essa é uma questão em que martelamos com frequência. Nós nos deparamos com problemas com frequência nesse sentido também.

Assuntos que envolvem a questão de controle de acesso. O Brasil ainda é um País com relações diplomáticas boas no mundo. Enfim, temos ainda uma condição positiva nesse sentido, mas não podemos relaxar porque, queira ou não, o transporte aéreo faz parte de um sistema mundial, e o interesse de todos os setores é garantir essa segurança, seja contra pessoas que possam fazer alguma coisa ou agir de alguma forma a penalizar o transporte em si – no caso, ter acesso a dispositivos que possam afetar as aeronaves durante a operação –, seja contra pessoas que tenham más intenções. Então, a gente tem essa questão de controle de acesso muito equiparada aos níveis internacionais, que tentamos manter, porque, queira ou não, a gente faz parte de uma malha mundial e não só brasileira.

Por fim, o aspecto que considero crucial, que é a capacitação em si dos operadores aeroportuários, os administradores. Vejo a equipe da Trip aqui e sei o quanto eles tentam trabalhar isso, especialmente quando se trabalha com uma malha que atender aeroportos menores, regionais. Eles têm com frequência e é importante tentar buscar um meio de capacitação, que é crucial para trabalhar no planejamento. Só o investimento em si não resolve; muitas vezes é necessário capacitar, fazer o operador se entender como responsável pela segurança das operações, ele é o primeiro nível. Novamente voltando ao primeiro desenho, ele é primeiro nível que garante a segurança, é ele que está

lá todo dia, é ele que consegue achar soluções para garantir as operações.

No nível técnico, notamos que há, muitas vezes, uma falha de entendimento dos administradores.

Nos aspectos da infraestrutura, a Anac tem uma série de ações de que já trata, que já são inerentes a sua atividade. Vou mencionar algumas mais recentes, algumas que já são corriqueiras, para dar uma ideia geral do que se está trabalhando.

Nos aspectos de fiscalização, a gente já faz alguns trabalhos de monitoramento, que envolvem as condições de atrito e macrotextura, as condições de infraestrutura das sessões de contra incêndio, de respostas à emergência e também o monitoramento das ocorrências de perigo aviário em conjunto com Cenipa.

Já nas atividades de inspeção *in loco*, a gente já trabalha com algumas que são programadas, aeroportos que já vêm sendo acompanhados no dia a dia e que já têm uma programação específica, porém, também nos tratamos desde boletins de ocorrência, que acusam algum problema que não havia sido identificado no acompanhamento por parte da Anac, e também com relatórios de prevenção, porque, muitas vezes, os operadores aéreos acusam algum problema de infraestrutura e vice-versa, operadores aeroportuários que podem acusar algum problema na operação de um operador aéreo.

É importante falar agora de algumas ações de regulação. Essas são as mais recentes que estão sendo trabalhadas na Anac na parte de infraestrutura. A Anac há algum tempo já trata muito especificamente das condições de infraestrutura portuária, quer dizer, fisicamente como está montado o aeroporto, como ele está sendo tratado, e agora a gente já está saindo com o regulamento novo que trata especificamente das operações aeroportuárias. Quer dizer, são requisitos que tratam de como o operador tem de tratar o seu dia a dia: o que ele tem de respeitar, o que ele deve observar. Isso já está consagrado internacionalmente, agora nós tratamos de regulamentar isso dentro do escopo nacional.

A questão da resposta à emergência já está sendo revisada. Quer dizer, a Anac vem, continuamente, tentando tratar desses pontos, buscando flexibilizar o máximo possível, garantindo a segurança. Isso não pode ser nunca omitido. Mas, obviamente, nós fazemos análise de risco, procuramos fazer estudos e fazer esse acompanhamento para buscar um meio de adequar os requisitos à nossa realidade. Mas estamos cientes das limitações que existem em diversos setores, em diversas regiões do País, mas nunca nos omitindo da segurança. Vimos trabalhando nessa questão de resposta à emergência.

O assunto específico também de Araguaína, a questão de controle e monitoramento de macrotextura, a Anac já vem trabalhando nesse regulamento. A gente está com um regulamento novo, inclusive o caso de Araguaína já é uma aplicabilidade desse regulamento que está saindo agora, em que a gente vem tratando de forma mais racional, até para onerar menos o operador, no caso de operações específicas. Ele termina englobando principalmente na operação de análise a jato, na reação turbojato, enfim.

Nós estamos com mais um regulamento, deve estar saindo em breve, que estabelece os critérios para o operador aeroportuário monitorar e controlar os riscos aviários. Esse regulamento virá associado a uma instrução, que trata justamente como o operador deve fazer sua análise de risco e tratar situações que acusem algum risco às operações.

Já na questão de fomento à capacitação, no ano passado, a Anac promoveu eventos de conscientização, que foram chamados de ação nacional, que, salvo engano, eles passaram por cerca de 12 Municípios. Isso são atividades muito mais de conscientização, que envolveram ex-operadores aéreos, operadores aeroportuários, prestadores de serviços auxiliares, no intuito de conscientizar, a gente não está fazendo treinamento específico, mas tentando fazê-los sentir parte de um sistema.

Recentemente nós tivemos mais um curso, que trata de gestão e segurança operacional, em que foram convidados diversos operadores aeroportuários, desde Infraero até não Infraero também de Estados e Municípios.

A Anac também vem trabalhando com equipes que tratam especificamente da questão de segurança contra atos de interferência ilícita. Hoje, a Anac certifica algumas instituições que fazem treinamento dessas pessoas. Mas agora nós estamos tomando um cuidado maior de fazer auditoria nesses centros de instrução, para garantir que a qualidade do treinamento seja adequada. Isso a gente já está com o planejamento (deixe-me pegar o último **Item**, que eu perdi).

Por fim, isso aqui é importante também, já está previsto na regulamentação nova que trata de resposta à emergência. Muitas vezes a Anac vem sendo questionada sobre as instituições que realizam treinamento de bombeiros que atuam em aeroportos. Hoje, basicamente, a diretoria de engenharia da Aeronáutica e a própria Infraero estão capacitados de fazer esse treinamento. Com essa nova regulamentação, nós estamos esperando certificarem uma série de instituições, organizações de ensino, para fazer esse treinamento. E aí a gente vai realmente tirar mais um pouco esse

gargalo que pode existir no treinamento, na capacitação de pessoas que tratam de resposta à emergência.

A consideração final é só um desenho para a gente pensar de forma bem simplificada. É importante que pensemos que planejamento não envolve só investimento. Investimento por si só não se sustenta. O trabalho tem que envolver a capacitação, tem que envolver o entendimento de todos os responsáveis pelas operações, pelo próprio órgão regulador, qual o seu papel nas atividades do sistema.

Isso tem que ser sustentável ao longo do prazo. Não adianta pensar: vamos fazer um investimento, não vamos ter um programa de manutenção, não vamos ter um programa de integração modal, de integração com o Município.

Então, essa consideração final é basicamente para deixar essa imagem na cabeça. Quando a gente começar a pensar nessa iniciativa bastante louvável é bom a gente pensar nisso. Não vamos pensar só em um programa de investimento, mas vamos pensar em um programa que perdure, que se sustente ao longo do tempo.

Então, era isso que eu queria transmitir, uma visão geral.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves PR – TO)
– Muito bem, Fábio.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Miyada, Assessor da Diretoria de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero.

S. S^a tem a palavra.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Sr. Presidente, obrigado.

É uma satisfação estar de volta à audiência, vamos ver se a gente consegue transmitir algumas preocupações, indicações, lógico, bastante focadas em cima da atuação da Infraero. Vou antecipar minhas escusas, talvez eu seja repetitivo com algumas coisas que o Fábio passou e, de repente, não seja tão abrangente como a assistência gostaria, mas vamos estar disponíveis.

Rapidamente, a montagem que a gente fez para os propósitos da subcomissão.

Por favor.

Passagem rápida na organização dessa apresentação.

Muito rápida em termos de contextualização. Aí, talvez, vá uma leitura bastante pessoal, mas válida, colocando a Infraero nesse contexto do sistema aeroportuário brasileiro e alguns comentários do que vem pela frente.

Por favor.

Aí, talvez os colegas Rui e João Henrique estejam focando mais a questão da aviação regular, mas talvez seja o viés razoável que se comente.

É tradicional, está certo? Preocupação muito presente nessa relação de consumo. No fundo, o serviço tem algumas peculiaridades. A percepção ao consumir a qualidade, você percebe quando vivencia o atendimento.

Na aviação, o fator crítico é tempo.

E a questão dos horários. Isso é alguma coisa que a gente sempre busca até para motivar os colegas, operadores de infraestrutura, a relevância da questão de horários. É o que a gente diz, além de característica de tal produto é uma promessa de entrega de tal produto, é o voo para São Paulo das 10 horas. E, se não se cumpre às 10 horas, é sempre uma perda de qualidade.

E também dessa operação que leva algumas consequências sobre a infraestrutura, a interdependência de malhas, interdependência de voos, malhas de serviços, que leva os tais *hubs* e picos de tráfego.

Como o Fábio estava colocando é uma indústria bastante regulada e padronizada em termos de *safety*, *security*. E também destacado pelo Fábio, continua se mantendo como referência de segurança em meio de transporte ou em atividade de serviço pelo mundo.

Só para gente pensar um pouco sobre o que os provedores de infraestrutura acabam tendo como orientadores.

A nossa rede de aeroportos, o Fábio também já colocou. Isso aí é a nossa geografia.

Um dos desafios...

O próximo, por favor.

Se a gente pega uma quadrícula, vamos chamar assim de algo em torno de 650 km por 1.300 focado mais ou menos em Manaus, é essa densidade de aeródromos públicos que se tem, tirado do mapa gerado pelo Decea.

Por favor, outro.

E por outro lado, no Sul, mais ou menos a mesma coisa, a densidade que se tem no Sudeste. Talvez este seja um dos grandes desafios não só para o setor de transportes de aeroportos, mas para o Brasil como um todo.

Espero que não tenha números muito diferentes, viu Fábio? É sempre um risco.

Aeródromos públicos 720, hoje a Infraero com 64 por atribuição do Governo Federal. O mais recente foi Juazeiro do Norte, coisa de semana passada. Nós tínhamos um convenio com o governo do Estado e com a prefeitura. Vínhamos operando. E, recentemente, ele foi transferido para a rede da Infraero.

Mas saindo daqui dos 64 para 66, o que temos diferente? Dois desses aqui operados por convênio. Eu vou dizer, nós fomos conveniados ou terceirizados de Estado ou Município. São eles: Criciúma ou Forquilha, que nós estamos numa situação de operador também, num convênio com Estado e Municípios da região. E o outro é de Paranaíba, no Piauí, em que estamos também nessa situação de operadores e com alguns compromissos de desenvolvimento da infraestrutura, inclusive com investimentos do PAC.

Então, é essa diferença que temos de quantitativos, porque, às vezes, aparece uma coisa, às vezes, aparece outra, mas efetivamente por delegação direta do Governo Federal são 64. E, como operadores, 66.

Isso aqui é o contingente de operadores, vamos dizer de aeródromos ou aeroportos tarifadores. Esse é um critério que já vem de algum tempo, em termos de classificação e que totaliza 186 na malha brasileira, vamos dizer, desses 720 públicos, e a distribuição de quem opera cada uma delas, a ESP do Rio Grande do Sul. Esse é baseado em Santa Maria, que tem uma utilização comercial também, no Rio Grande do Sul. Está aqui a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Só uma ressalva: a origem disso são os destinatários de tarifas arrecadadas pela Infraero, como operadora do chamado Sistema Unificado de Tarifação e Cobrança.

Sinart, na Bahia, Costa do Sol. Tem o de Cabo Frio. Alguns outros operadores. Ipatinga.

Nesse total de 15. E aí devem se somar as três operadoras agora em conjunto com a Infraero para Guarulhos, Campinas e Brasília.

Próximo, por favor.

Desenho do sistema. Tem o viés de quem olha a infraestrutura, o ou entendendo os órgãos, de quem é afetado diretamente ou indiretamente ou atua.

Conselho, Ministério da Defesa e Secretaria de Aviação Civil num nível Ministerial.

Dentro da Defesa, os Comandos Aéreos e o Decea.

A Anac como reguladora pelo lado da SAC.

Infraero como operadora.

E, no outro, todo o contingente de atividades que estão envolvidas nessa aviação.

É muito mais ilustrativo e com um viés de quem olha pela infraestrutura.

Próximo, por favor.

E, nesse latifúndio, o que cabe à Infraero por lei.

Na nossa Lei de 1972, complementada ou ratificada aqui em agosto do ano passado.

E basicamente com esse enunciado do art. 2º.

Então, continuamos com isso, com esse detalhe. A infraestrutura aeroportuária que nos é atribuída por algum órgão do Poder Executivo Federal, no caso agora a Secretaria de Aviação Civil, foi o Ministério da Aeronáutica, foi a Secretaria de Aviação Civil, enquanto MD, e com esse enunciado nos parágrafos, podendo participar, criar subsidiárias, para cumprir esse implantar, administrar, operar, explorar comercial, industrial, a infraestrutura aeroportuária.

Próximo.

Fruto disso, onde estamos? Um pouco de organização, um pouco da configuração geográfica. Estamos estruturados em nove superintendências regionais, são 66 aeroportos sob a nossa gestão: 64 por delegação direta, mais dois, 32 internacionais, muitos deles sem um tráfego internacional comercial, mas classificados como internacionais; 34 terminais de logísticas de carga; 80 estações de apoio à navegação aérea. Isso aí às vezes em aeroportos conveniados, às vezes em aeroportos da própria Infraero e às vezes em alguns pontos isolados, marcadores de rotas, um NDB, VOR ou algo por aí, que estão sob os cuidados da nossa área de navegação aérea e manutenção.

Os números recentes da nossa rede.

Estamos com crescimento pós apagão, vamos chamar assim, algo em torno de 75%. Nessa rede de 66 ou 67 aeroportos, chegando, ano passado, ao limiar de 180 milhões e com indicadores de que 2012, não vou dizer os nossos, mas essa rede deve cruzar os 200 milhões de passageiros em toda a rede.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Hoje são quantos?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Hoje chegamos a 179 milhões, fechando 2012.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – São 179 milhões?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – É, 180.

Aí, as questões de classificação dos aeroportos pela Lei o Código Brasileiro de Aeronáutica, que também tem uma discussão aberta a respeito disso, a classificação de aeroportos, civis e militares, públicos e privados, e aqui algumas possibilidades que foram estudadas, foram usadas em algumas situações, por isso estou chamando de outros documentos. São, vamos chamar assim, infralegais, mas tentando disciplinar historicamente o que foi, o que serão e o que são os aeródromos públicos, cuja discussão me parece essencial que se aprofunde.

Esse foi o último documento chamado de Plano de Desenvolvimento Sistema de Aviação Civil, que teve uma validade, se não me engano, até 2001, ainda na época do DAC. Então, os aeroportos eram aqueles que interesse do tráfego internacional, do nacional, do

regional, de integração e desenvolvimento e os novos sítios, que deveriam ser estudados, à época, uma década e meia atrás, vamos colocar assim.

O sistema de planejamento que se vê é o Plano Aeroviário Nacional como algo que veja sob a ótica do que são os aeroportos de interesse ao tráfego inter-regiões, os estaduais, os planos aeroviários de interesse de cada Estado.

Algo interessante também, que não chegou a ser muito explorado, seriam os planos aeroviários metropolitanos.

Uma outra classificação também praticada, talvez mais pela ótica técnica, é utilizada nos Planos Aeroviários estaduais, regionais, locais, turísticos e complementares ou de difícil acesso, que meio que coincidiria com integração e desenvolvimento.

Próximo.

A outra é a classificação por linhas, que às vezes por dedução a gente acaba utilizando. Esse ainda é um documento vigente, que disciplina o chamado Sistema de Transporte Aéreo Regular que fala sobre as linhas aéreas regulares.

Então, uma primeira classificação é: internacionais domésticas, dentro das internacionais as sub-regionais, que seria o acordo de Fortaleza, lá de 1996, que seria basicamente o incentivo, uma diferenciação para o transporte, vou chamar de interior para interior, dos países do Mercosul, basicamente.

Dentro dos internacionais regionais são as ligações para a América do Sul e América Central. E os intercontinentais, entrando México, Estados Unidos, Canadá, Europa e outros continentes.

Nas domésticas, estamos falando de ligações nacionais, esse é o *approach* que acabamos utilizando, ligações nacionais, ligações entre capitais de Estados e cidades ou conglomerados com mais de um milhão de habitantes. Esse é o critério da portaria.

Os regionais, as linhas regionais são as que ligam as demais cidades a essa malha, vamos dizer, mais pesada.

Ainda existe a definição das chamadas linhas aéreas especiais, que seriam ligação de aeroportos centrais, Congonhas, Santos Dumont, Pampulha e Brasília.

É interessante, porque se formos ver o banco de horários autorizados, às vezes a gente acha uma linha especial em Belém e, se for investigar, é voo que foi aprovado como especial, porque a continuação dele é Brasília/Rio de Janeiro ou Brasília/São Paulo.

Tentando buscar o que isso possa significar e, adotando um pouco dessa classificação, esse é um exercício de separação dos aeroportos da nossa rede, ou seja, NR para nós é noroeste, noroeste para nós é Amazonas, Acre e Roraima e Rondônia.

A gente tem todos os de capitais. Isso aqui eu acho que foi um pouco de maldade, é um jargão de quem é do setor. Eduardo Gomes, Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho e os três que não são de capitais e que estão envolvidos nessa área.

Fazendo essa divisão, dentro dessa distribuição e pegando os volumes não pela classificação das linhas, mas pelo fato de ser de capital ou não, dentro da rede Infraero esses 180 milhões tiveram distribuídos no ano passado mais ou menos nessa proporção. Na realidade são aeroportos que servem as capitais de Estados, ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – RPJ é o quê?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Palmas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Palmas está no Norte. Ali está errado.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Desculpa a nossa regionalização, a nossa regional administrativa, na verdade tem aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nós estamos na região Norte.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Sim, como região geográfica do País reconhecidamente é a região Norte.

Para a gente a chamada nossa regional Centro-Oeste é Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Vale observar que, em realidade, deixo Campinas ainda como São Paulo, como capital, entendendo que é mais o complexo metropolitano de São Paulo. Talvez a observação mais pertinente seria essa, mas dá mais ou menos 95% da movimentação da rede em aeroportos de capital, movimentação de passageiros e 5% nos aeroportos não de capital e que poderiam ser caracterizados como regionais.

E aí, vamos dizer regional a regional, qual foi a movimentação e a participação dos não de capitais? No Noroeste temos não capital Cruzeiro do Sul, Tabatinga, Tefé, que significou mais ou menos 5% do que foi a movimentação dessa regional.

Essa participação sem maiores surpresas, a não ser...

Próximo, por favor.

No Centro-Oeste temos Corumbá e Ponta Porã, demais todas de capital, 0,2% nessa proporção da regional.

O próximo vai ser São Paulo, que é até razoável de se pensar, pela atuação do próprio departamento aeroviário que acho que leva 37 ou 27 aeródromos do interior de São Paulo, para o aeroviário de São Paulo, o do DAESP.

O próximo.

A respeito um pouco da composição das tarifas, que também tem sido alvo de preocupação, tivemos aqui uma série de ajustes e mexidas na composição

original do que foi a tarifa lá embaixo, em 73; na distribuição do que é devido por quem – a tarifa de pouso e a tarifa de permanência é do operador; e agora a tarifa de conexão, nessas revisões, também estão sendo atribuídas ao transportador. As demais, das aeroportuárias, a tarifa de embarque é do passageiro, a de armazenagem e capatazia é relativa à carga e devida pelos agentes.

Houve uma atualização. Isso aí dá para ver o *share* e como está isso em cima da indústria de transporte regular. Numa das apresentações, o representante do Snea me assegurou que isso deve ter mudado os nossos 2% na participação do custo operacional da indústria de transporte regular, porque tivemos realmente alguns aumentos no início de 2011. Mas, infelizmente não é má fé no uso, não. É que o dado não está disponível ainda, de forma consolidada.

O próximo.

Bom, em termos de evoluções, em várias plenárias do Executivo e do Legislativo também, em comissões, tem sido bastante acompanhado o que a empresa vem fazendo para esse horizonte de 2014; algumas coisas ficando prontas parcialmente, principalmente os empreendimentos de terminais. Mas eu diria que esse tem sido o grande esforço na parte de expansões e em ganhos de capacidade. Não vou entrar em detalhes. Eventualmente, se necessário, a gente poderia imaginar uma abordagem específica.

O próximo.

E a outra trata de algumas coisas recentes, de 2011 para cá, que a gente entende que é um trabalho de coordenação que vem sendo absorvido bastante bem pela indústria, pelos colegas de operação, e que tem dado resultado.

É um grande desafio a questão do conselho de autoridades aeroportuárias, que vem sendo capitaneado pela SAC e que, basicamente, foca o Programa Nacional de Facilitação, mas que, fundamentalmente, para a gente, traz as questões da Vigiagro, da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal e da própria Anvisa, junto conosco, para achar os caminhos das melhorias em procedimentos e na parte de regulação.

Quanto às autoridades aeroportuárias – volta um pouco para mim, por favor –, basicamente o reatamento dessa comissão tem a coordenação da Infraero e envolve os órgãos locais de execução com o mesmo propósito. Estamos com esse contingente de doze aeroportos com elas já estabelecidas e trabalhando muito na instrumentação do que nós chamamos de Centro de Gestão Aeroportuária, que é uma forma de se ter uma visualização – vou chamar de prontidão – das instalações do aeroporto e das equipes em face dos requisitos e das necessidades que vão surgindo.

O próximo.

Então, esse aqui é o lado físico, vamos dizer assim, da convivência no aeroporto, carente de melhorias, mas que vem evoluindo. E alguns propósitos: quem participa, e adiciona-se aí a própria empresa aérea ou outros órgãos públicos, que certamente poderão se agregar, na medida em que o conceito vai evoluindo.

É um ambiente comum em termos de facilitar as decisões compartilhadas; e, numa futura evolução, permitindo inclusive aos órgãos mais centralizados, como a Ced, de se ter uma visão operacional, em tempo real, nos chamados centros de gerenciamento da rede de aeroportos.

O próximo.

E também algumas iniciativas, cujos frutos a gente começa a colher e a já perceber em alguns eventos dessa ação coordenada, já usufruindo alguns ambientes dos Cgas. O desafio que se tem trabalhado muito, tanto com a parte da Secretaria de Aviação Civil, também com a participação da Anac, são os eventos marcantes que a gente deve enfrentar.

Não entrou aqui ainda a própria Olimpíada, mas estes três já têm sido sintomaticamente conversados na Rio+20: a Jornada Mundial da Juventude, um evento da Igreja Católica, a Copa do Mundo, que a gente já ganhou, e os eventos normais do nosso dia a dia e que sempre significam picos.

Foi uma passada geral sobre a nossa atuação. E qualquer dúvida, se eu não conseguir, juro que anoto e nós vamos continuar conversando.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Ouvimos o Sr. Luiz Miyada, Assessor da Diretoria da Infraero e Aeroportos.

Agora, concedo a palavra ao eminente Professor titular do Departamento de Transporte Aéreo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o ITA, o Prof. Claudio Jorge Pinto Alves. V. S^a tem a palavra.

O SR. CLAUDIO JORGE PINTO ALVES – Agradeço o convite. É uma honra eu estar aqui. Vou tentar colaborar de alguma maneira. Vou fazer uma apresentação sucinta e depois ficarei à disposição dos senhores para as perguntas.

Bom, vou procurar fazer uma corrida da situação atual.

As projeções para 2030, pois a ideia, pelo que entendi, é sobre o futuro, como vão ficar as capacidades instaladas e a serem instaladas, os déficits que foram observados nos estudos mais recentes, a discussão entre ampliar os atuais aeroportos ou construir novos aeroportos.

E você, ao pensar em aeroportos, não pode ficar restrito à aviação comercial regular, à aviação de

grande nível, mas tem de pensar também na aviação regional e na executiva; a regional que alimenta a aviação comercial regular. Aliás, isso faz parte da aviação comercial regular, mas é a que alimenta. Então, você tem de pensar também nos aeroportos para os quais as aeronaves vão sair, pois as aeronaves vão sair dos grandes aeroportos para esses menores. Então, tem de pensar nisso; e na aviação executiva, a aviação geral, a aviação que forma os pilotos, na aviação que satisfaz ligações que vão trazer benefícios para a comunidade, etc, e que também não pode ser ignorada. Em alguns centros brasileiros – São Paulo, em particular – não há mais como pousar nos aeroportos próximos, pelo menos ali.

Algumas soluções. Bom, peço desculpas antecipadamente, pois esse é o único que está em inglês, mas também não é tão difícil. E vem naquela ideia de mostrar que, em termos de números, nós temos muitos aeroportos. Quer dizer, tirando os Estados Unidos que está disparado na frente, nós estamos em segundo lugar. Pelo menos, nós fomos para a final. Estamos com um contingente bastante grande em relação a todos os outros países do mundo. Isso não é muito do conhecimento geral; mas, em termos de número, nós temos bastantes pistas de aeroportos oficiais.

Por favor, o próximo.

Agora, aqui já está mais restrito. Mas, de novo, agora mostrando: lá nos Estados Unidos, são 5.143 – os números são mais ou menos –, e, no Brasil, estamos lá, são 720 aeroportos, mas, pelos dados que coletei, são 714 aeroportos com pistas pavimentadas. De qualquer forma, à frente da Rússia, com 600, do Canadá – todos, países de grandes dimensões –, China, Austrália.

Próximo.

A situação atual. Dos números que coletei lá no site, eram 714. Aeródromos públicos. Só que, desses 700, que nos colocam como segundo país do mundo em número de pistas, apenas 65 são pistas com comprimento maior que 2 mil metros. Pistas com comprimento de 2 mil metros são pistas em que as aeronaves de grande porte – os 737, os A320 – conseguem operar com tranquilidade.

Na realidade, vi que há alguma coisa na ordem de 120 a 130 aeroportos em que opera uma aviação, um serviço comercial regular, mas apenas 100 são pistas que têm operação por instrumento – aquela história lá do IFR – e que operam de noite, têm balizamento noturno. Quer dizer, nós temos aviação comercial regular em aeroportos que não dispõem de instrumentos de auxílio à navegação e que não operam à noite. Então, vemos que se começa a limitar a janela de operação de algumas empresas aéreas, principalmente a de

empresas mais associadas com a aviação regional, ainda mais se estivermos pensando em Amazônia.

Agora, aqui, essa prancha cheia de números é o resultado de um estudo, de uma consultoria da – bem, vou citar o nome – McKinsey, feita para o Bndes. Isso aí foi divulgado em 2010, mas foi realizado em 2009. E aí, há a previsão de tráfego por aeroporto, feita por esse estudo; um estudo muito sério, do qual o Ita participou – por isso é que posso garantir a seriedade, modéstia à parte.

Mas vamos agora olhar o próximo.

Próximo, por favor.

Aí está o que aconteceu em 2011. Olhem que interessante. Por mais sério que tenha sido o estudo, errou, e muito. Quer dizer, nosso crescimento, como já mostraram o Miyada e o Rabbani, foi demais. Nem os estudiosos previram um crescimento tão grande.

Só por curiosidade, o que está em vermelho é o que aconteceu em 2011, e vocês vêm que as colunas são: 2014, 2016, 2020, 2030. No extremo ali, Campinas, o que estava previsto para 2030 já aconteceu em 2011. Quer dizer, já foi superado. Caramba, não é fácil! Não sou ligado à Infraero, mas a Infraero, que administra todo esse... É complicado administrar um negócio com um crescimento desse jeito. E, junto com esse, estão lá Confins, Curitiba, Cuiabá, Florianópolis, Goiânia, Guarulhos, Santos Dumont, que também estão chegando ali entre...

O que estava previsto para depois das Olimpíadas já aconteceu em 2011, quer dizer, com cinco anos de antecedência. Convenhamos que não é fácil a gente estar planejando ou estar operando, no caso, sob essas circunstâncias. Mas tudo bem, vamos lá.

Aqui são só uns destaques, os que mais realçaram ali: o Galeão, com 22% de crescimento em um ano; em BH, Confins, com quase 30; e Viracopos, com 50% de crescimento. Como é que se consegue operar assim adequadamente?

Esse aqui já é o cenário global, previsto por essa empresa de consultoria internacional, que fez a previsão de crescimento. O estudo parou em 2009. Daí fez a previsão do que poderia crescer: pessimistamente, poderia dobrar a demanda a cada 25 anos; e, otimisticamente, dobrar a cada 10 anos. A China tem um negócio maior ainda, cresce mais ainda. O correto... O correto, não; o que era previsto mesmo era acontecer um crescimento dessa ordem aqui. Reparem o que aconteceu.

Próximo.

Vejam o que aconteceu em 2010 e o que aconteceu em 2011: acima do que são as taxas do crescimento dito como chinês. Então, é realmente uma situação bastante complicada.

Se a gente continuar assim, e a gente gostaria de continuar, caramba, como é que vai ficar? Quer dizer, não estou preocupado com Copa, não estou preocupado com Olimpíadas; estou preocupado é em dar condições para que esse crescimento seja sustentado para a nossa aviação.

Bem, agora, em que já fizemos uma prognose, um prognóstico, e vimos que o prognóstico que foi feito há dois anos está muito conservador – estamos desenvolvendo uma situação mais dinâmica do que a prevista há dois anos. Há dois anos, foi previsto que nós teríamos – olhando só três subsistemas – as pistas, o pátio e o terminal de passageiros.

Essa é uma informação interessante. Quanto às pistas, não estamos, em relação aos aeroportos de maior movimento, das capitais, da sede da Copa, que são o de Belém, Vitória, Florianópolis e Goiânia, com grandes problemas. Reparem que quanto às pistas, não temos grande problemas. Verde é tudo bem, amarelo é atenção e o vermelho é situação crítica, saturamento. Então, reparem que quanto às pistas não há problema. Mesmo que se olhe o Decea prognostica como o que é capacidade e o Ita fez um estudo um pouco menos conservador que o Decea fez em suas simulações.

Em termos de pátio, começamos a ter, em 2009, e com previsões de saturação, aqui, próximos e terminal de passageiro, também.

Então, quanto aos investimentos, estamos precisando lugar para o avião ficar estacionado e lugar para os passageiros se movimentarem. Basicamente é isso que observamos nesse programa.

Agora, vamos lembrar que essa lacuna, essa falta de capacidade instalada é prevista naquela previsão bem conservadora. Então, o que está acontecendo nesses últimos dois anos é que, se continuar desse jeito, vamos ter problemas no pátio, no PTS, muito mais cedo. Como a imprensa gosta de dizer, estaremos nos deparando com um novo caos, a despeito de todas as ações que estejamos realizando, nós, as autoridades pertinentes.

Vamos a mais uma.

Para que tenhamos uma percepção rápida dessa lacuna na capacidade, quero dizer, do que será preciso em um futuro próximo: em 2020, 2030, se continuarmos nesse ritmo de crescimento, ela será muito maior do que está aí, porque isso se daria prevendo o que está lá na linha azul, e não naquelas estrelas que coloquei no *slide* anterior.

Vamos lá.

Bom, aí temos de pensar que, se o negócio está dessa forma, vamos ter ou expandir os aeroportos existentes – essa era a figura da previsão do crescimento de Brasília, segundo o desenho de uma empresa –,

se isso for possível, ou se vamos continuar. Aliás, aqui também é expandir aeroportos existentes, mas trata-se de São Paulo, Guarulhos.

Gosto de chamar a atenção para este *slide* no seguinte sentido: em Guarulhos, na realidade, havia a previsão de uma terceira pista, mas, por motivos sociais e financeiros, tornou-se inviável, e o Governo, já há algum tempo, disse que não iria fazer e continuaria com esse sistema, com essas duas pistas próximas – este sistema de pista aqui –, que tem certa capacidade. Hoje, a capacidade dessas pistas não é crítica, porque o problema é o pátio, que é muito pequeno. Então, alguns dos senhores que chegam a São Paulo têm o privilégio de ficar dentro do avião aguardando abrir vaga em algum lugar para que o avião possa parar e possam desembarcar.

Só que o que está desenhado – isso foi feito por uma empresa de engenharia. Nele há uma área de terminal de passageiro muito grande, excelente, uma área de posições para aeronaves também excelentes, só que é incompatível com o sistema de pistas.

Por isso coloco esta observação: expandir aeroportos? Mas o aeroporto é um sistema composto por vários subsistemas. E eles têm de estar balanceados, senão só se transfere o problema para outro subsistema. Ou expandir os aeroportos existentes ou construir aeroportos novos.

Vamos ver o próximo.

Na realidade, isso não chega a ser um novo, porque este é o Viracopos. O Viracopos tem essa pista, tem um patiozinho aqui, a parte de carga aqui. Quando vejo este desenho aqui, devo dizer que isto é construir um novo aeroporto. E olhem que quando se vê essas coisas verdes aqui, haverá muitos problemas ligados à licença ambiental. Mas tudo bem, é um desenho. Perfeito? Não, muito bom. As pistas estão bem afastadas, então, elas operam independentemente, duas pistas e todo esse sistema. Maravilha o Viracopos, ele é o nosso futuro grande aeroporto, mas isso se conseguirmos construir, se o pessoal do meio ambiente permitir. Eu acredito que, mais dia, menos dia, vamos acabar chegando lá. Quer dizer, esse parece ser o grande aeroporto da praça de São Paulo.

Então, a dúvida está em expandir os atuais ou construir novos. Aí, outros componentes adentram o problema.

Por favor, pode seguir.

É a questão da aviação regional. A gente não pode... Essa é uma figura que me foi cedida no Aeroporto de Centro-Oeste, Sinop.

A aviação regional é aquela aviação que vai fazer a ligação das grandes capitais, dos grandes aeroportos expandidos ou construídos com as comunidades, com

as cidades que necessitam ter esse tipo de apoio ao seu desenvolvimento. Então, a aviação regional esse aqui é a figura de um aeroporto bem bonitinho, bem “traçadinho”, etc.

Não é isso que acontece nos demais aeroportos da rede que opera a aviação regional. A Abetar fez um estudo recente a respeito tem aí um plano de desenvolver, de buscar o desenvolvimento dos aeroportos. Isso também é muito importante. Eu sei que, aqui, estamos focados mais nos aeroportos federais, mas entendo que não adianta termos aeroportos grandes, as capitais, todos os aeroportos bem aparelhados, capacitados, se é que um dia chegaremos nesse ponto que desejamos, mas temos que ter as ligações com as outras comunidades do Brasil.

Então, a versão regional é muito importante e ela não pode ficar fora desse contexto e, não só a aviação regional, mas também a aviação executiva, a que leva os nossos – essa é uma figura que eu não... Aqui é um lugar mais ou menos público, mas vamos dizer que aqui é secreto. Isso aqui ainda não está muito disponível, mas é um projeto para o aeroporto lá para a região de São Paulo, é um daqueles que estão querendo implementar. Mas, em São Paulo você chega e vai para onde? Marte é um aeródromo de pequeno porte. Congonhas já não tem mais o lote para operar, deixa você operar uma hora, mas não tem jeito, Jundiaí já está superlotado. Então, você não tem muito para onde ir. Sorocaba também, é todo aquele entorno ali. Agora estão lá discutindo São José se transformar em uma...

Meu Deus já tem lá a Embraer, já tem lá Aviação Militar, já tem lá a aviação regional operando. Tudo bem, eu acho que necessita ser adequado, mas não virar um aeroporto para São Paulo.

Bom, essa é a minha opinião. Mas, de qualquer forma, a aviação executiva não é a aviação para atender a uma elite, é para atender a empresários, a profissionais que vão induzir, vão trazer o desenvolvimento para as comunidades.

Então, é muito importante também inserimos um espaço para a aviação executiva, para a aviação geral, para aquelas que formam o nosso piloto. Isso também é importante. Apesar de estarmos focado aqui mais nos grandes aeroportos, não podemos ignorar os campos de pouso, os aeródromos, os aeroportos que atendam a regional, a executiva e a geral.

A geral é só um exemplo do que não vai sair mais, a pista de São Tomé isso é da Petrobras, um estudo que fizemos para Petrobras, um aeródromo para 40 helicópteros, lá perto de Macaé, em São Tomé, e uma pista agora de 1.500m. Essa pista não vai mais ser construída e está parada por problemas do meio ambiente. Foi liberada pela Anac, mas parou por causa

do meio ambiente e parece que agora foi liberada. A Petrobras se acertou com o meio ambiente e vai começar a sair o aeródromo.

Tentando ser o mais sintético possível: nessa briga entre ampliar ou construir novos, na realidade, nós temos que fazer os dois, dependendo da situação. E é um caso emblemático, essa situação é da Cidade de Mossoró, é um estudo que andamos fazendo mais recentemente. Esse aeroporto foi fechado, foi interditado pelo Decea. Interditado simplesmente por causa desses pequenos obstáculos que são vários prédios nas rampas, há aquelas regiões de proteção ao voo, apesar de que uma pessoa que não é muito da área e chega lá vai dizer, mas os prédios são longe; não tem problema.

Na hora, o Decea, o Cindacta foi lá fez lá as medições e disse “não, está tudo aí: esse é obstáculo, obstáculo, obstáculo” e, de certa forma, na prática, esse aeroporto não tem muita solução não. Quer dizer, a solução dele é arranjar um sítio em outro lugar e lá implantar protegendo o sítio. A gente falha um pouquinho, peca um pouquinho historicamente. Não é culpa de uma pessoa. Historicamente, nós falhamos nesta proteção de sítios aeroportuários.

Próximo, por favor.

Então, a indicação de solução passa por esses quatro itens: proteger sítios aeroportuários para permitir sua futura expansão. Na realidade, não só para permitir sua futura expansão, mas para permitir a sua operação contínua e não começar a ter restrições de uso à noite porque faz muito ruído etc e tal.

Temos normas, a gente tem regulamento só que são normas que poucos conseguem entender e quem zoneia, quem aplica o zoneamento em torno do solo é o município. Então, se esse Município desconhece ou não sabe interpretar essas normas nós temos severos problemas nos aeroportos implantados.

O segundo ponto: expandir os aeroportos que são necessários serem expandidos em função da demanda e que são possíveis de serem feitos. Essa é uma tarefa que tem que ser cumprida, quer queira, quer não queira é questão de priorizar quais são os que necessitam mais e que podem ser expandidos.

Nos casos em que é necessária a expansão ou é necessária uma capacidade implantada maior, mas não é possível a expansão, temos que selecionar novos sítios buscar e protegê-los, nos casos em que não há possibilidades são necessários protegê-los.

Mossoró é um caso. É uma cidade onde foi feito um estudo recente, pelo Betar, mas foi um estudo sério em que se chegou à conclusão que ffo uma das cidades que tem um dos maiores potenciais de demanda, uma cidade extremamente rica. Está a meio caminho

de Fortaleza e Natal, tem lá uma economia fantástica. É meio caminho, mas é meio longe.

Então, a aviação regional seria extremamente bem-vinda e o aeroporto está lá fechado. Não pode ser protegido adequadamente e, agora, temos que buscar um novo sítio, já temos até sugestões de sítios adequados para isto, agora não só definir que o sítio vai ser aquele “x” ali, mas estabelecer políticas no sentido de que o entorno deste aeroporto seja compatível com a operação desse aeroporto, em um futuro breve quando ele estará pronto e, depois, quando ele puder se expandido, quando for necessária a sua expansão e tudo o mais.

E, aí, puxo a sardinha para o meu lado. Acho que estudar e estabelecer essas diretrizes para o setor pode ser, sim, uma atividade em que tenha uma participação da academia, das escolas que atuam neste setor, do Ita, mas têm outras também. Não vou advogar só em causa própria. Por quê? Nós temos um aspecto muito importante que é uma certa isenção, porque nessa área é complicado.

Eu sei que principalmente para os senhores que atuam na área política, existem pressões daquela população do entorno ali querendo, desejando, às vezes, até sendo impossível, mas querendo que se tome providências para que volte a operação em Mossoró, para que volte isso ou aquilo. Então, a academia pode ter essa característica de ser um grupo técnico de profissionais que não sofram muito esse tipo de pressão. Então pode e deve ajudar mais.

Eu, particularmente, tenho até tido atividades autorizadas até pelo reitor, participei dos estudos com a Mackenzie, participei dos estudos da Abetar e, quer dizer, eu tenho participado. Mas por que tenho que participar via, porque eu não estou como instituição auxiliando o meu País? Acho que não só o ITA, mas outras escolas também teriam esse prazer com certeza e, nesse caso, participar de um plano aeroviário nacional que o Miyada acabou de citar.

Quer dizer, esse plano aeroviário foi criado em 2009. Eu tenho uma cópia de um Plano aeroviário criado pela Anac, mas que não foi, pelo menos que tenha notícia, não foi instituído. E nesse plano aeroviário tem toda aquela categorização – acho que foi o Miyada quem mostrou – do que seriam os aeroportos internacionais; para investir em termos de aeroporto internacional; onde é para investir em termos de aeroporto doméstico; o aeroporto regional e, assim sucessivamente, e saber de que fontes viriam os recursos para dotarem a nossa malha aeroportuária de forma adequada a toda essa demanda que tem acontecido e que pelo jeito está bastante forte.

Eu acho que consegui manter o tempo que me foi previsto e vou ficar depois à disposição para qualquer dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Muito bem, professor Cláudio, deu V. S^a deu uma grande contribuição, aqui, hoje, a esta subcomissão. Já era esperado por todos nós e nós agradecemos.

Aqui estão, ao nosso lado, dois colegas aviadores, o Rui e o Henrique que também irão dar as suas contribuições. Porém, antes, quero registrar a presença do Tenente-Coronel Aviador Décio Maruco, Assessor Parlamentar do Comando da Aeronáutica. Seja bem-vindo.

Agora, concedo a palavra ao Comandante Rui Thomaz de Aquino, membro do Conselho Internacional de Aviação Executiva, IBAC.

V. S^a tem a palavra.

O SR. RUI THOMAZ DE AQUINO – Em primeiro lugar, obrigado, Senador Vicentinho, Senador Vital do Rêgo. Gostaria de parabenizar a Casa e parabenizar aos Senadores por terem tomado a posição de trazer a esta Casa a discussão do setor.

Todas as informações que já foram passadas aqui, a impressão que eu tenho é que eu tinha combinado com o professor, com o Fábio e com o Miyada para eles prepararem a apresentação. Então, eu vou fazer algumas considerações sobre as informações que eles passaram e também colocando um pouco do lado operacional, que é o nosso dia a dia.

Todos os três já colocaram e, o fato à consideração, é de que o Brasil hoje é bem servido em termos de sítios, ou aeroportos, ou helipontos com grandes destaques. Por exemplo, quando nós falamos em helipontos, São Paulo é a cidade que tem o maior número de helipontos no mundo. Esse é um fator, considerando que nós estamos dentro da aviação geral e aviação executiva e essa parte operacional de helicóptero.

Chama-se a atenção ao ponto em que chegou o Decea que teve que designar uma frequência específica só para helicóptero na região de São Paulo, assim como colocar um sistema de radar devido ao número de helicópteros porque há mais de 600 helicópteros baseados em São Paulo hoje, operando e voando sobre São Paulo.

Mas o que eu queria chamar a atenção, também dentro dessas considerações, e partindo do princípio da infraestrutura aeroportuária que a gente tem, é a forma como ela é feita e como é discutida perante os órgãos. Não é culpa do Fábio, não é culpa do professor, não é culpa do Miyada, mas é natural que nós cheguemos aqui e vamos falar de um problema das linhas aéreas regionais e dos principais aeroportos. Sendo mais es-

pecífico, não colocando só as 120 cidades que o Fábio falou, nós estamos falando de 50 cidades, porque as outras cidades são atendidas pelas linhas regionais, então, de quase 4.000 aeroportos. São 5.565 Municípios no País e nós estamos aqui discutindo 50 cidades. Estamos aqui discutindo 50 situações aeroportuárias.

Eu acho que esta Casa, eu acho que, Senador, o senhor tomou essa posição muito clara de que tem que chamar a atenção da nossa Presidente, da comunidade, de todos os órgãos para a importância do crescimento e da ampliação desse espectro que nós estamos falando, que nós continuamos há anos, há mais de 10 anos, falando de 120 cidades; não passa de 130. Agora, nós temos que lembrar que o Brasil já atendeu mais de 400 cidades. Por que não voltamos a atender as 400? Agora, de novo, eu faço uma chamada de atenção e agradeço ao professor. De novo não estou culpando pessoas, mas a aviação geral e a aviação executiva.

Já fiz várias apresentações na Câmara dos Deputados, no Senado, onde sempre apresentei um quadro que é uma pirâmide. Então, você coloca um número de aeronaves para cada classificação: aviação geral, aviação de treinamento ou esportiva, táxi aéreo. A simplificação é que chegamos a 4% em cima, onde sempre os assuntos são discutidos; 96%, que você abre a base da pirâmide, não são discutidos e, de forma alguma, são colocados, são considerados.

É para isso que a gente chama e é para isso que a gente quer chamar a atenção para a importância. Então, quando a gente tem a dificuldade e não tem um suporte para a aviação geral e executiva para que ela tenha a operação da forma como deve ser, nós começamos a enfrentar alguns outros problemas. Por exemplo, falta de mão de obra. Hoje, a Petrobras deve enfrentar uma situação bastante séria que é a falta de pilotos de helicópteros: piloto e mecânico de helicóptero. Não tem, não tem e não tem. A Petrobras tem uma demanda de 92 helicópteros para este ano, grande porte, e o fator restritivo chama-se piloto. Esta Casa já tomou posição, está discutindo o problema de mão de obra, mas são fatores que foram causados por uma falta de consideração ou a falta de atenção com relação a este suporte para a aviação geral e aviação executiva.

Não vamos discutir. O professor já colocou aqui as dificuldades que temos enfrentado no dia a dia, como isso tem sido tratado. Os casos mais recentes são que a iniciativa privada tem tomado a posição e bate na parte legislativa. Como a iniciativa privada vai desenvolver um aeroporto? Existe aeroporto já com um parecer do Decea dizendo que está de acordo, Anac autorizando e a pergunta é a seguinte: A iniciativa

privada vai gerir como esse aeroporto, se não existe legislação ainda para isso? Então, o que acontece? Eu como membro do Ibac, a gente tem discutido um dos grandes assuntos da aviação, que é o problema de acesso a aeroportos. É o caso, para simplificar a história, de Congonhas, onde você tem 30 operações para aviação regular e quatro operações por hora para a aviação executiva. Ou seja, totalizando 38.

Não vamos nem entrar na discussão se o aeroporto, que já operou 58 operações no passado, por que está operando 38? Não é nem isso, mas é a consideração ao acesso à aviação executiva. De novo, só lembrando, quando estou falando a aviação geral e executiva é onde passam as formações de mecânicos, onde passam as formações de piloto e onde levamos o desenvolvimento para o nosso País, que é de um território inquestionável. Então, quando eu digo que um Cessna 172 tem a mesma importância de um A-380, é uma loucura. Não, é que um Cessna 172 vai lá naquela pista resgatar índio ou vai levar saúde ou vai levar remédio, que, obviamente, o 380 tem outra missão, mas a missão, o propósito é claro e tem que ser defendido, e a gente não tem tido esse tipo de apoio.

Eu peguei casos específicos. Lá, nos Estados Unidos, o FAA tem um programa, a Austrália desenvolveu um programa, a Ical tem um programa, que já foi mencionado aqui, o Ita já tem alguns programas construídos. Então, Senador, talvez o que a gente tenha que fazer é o seguinte, buscar e resgatar esses programas e fazer que, de alguma forma, eles sejam aplicados de uma forma um pouquinho mais conjunta.

Eu tenho acompanhado bastante. Eu estive, há três semanas, em Washington, numa reunião onde discutimos com a FAA, com a Ical e através do IBAC, o *NextGen* (*Next Generation Air Transportation System*), um programa que foi desenvolvido em 2003 e vai de 2007 a 2025. Talvez seja alguma coisa parecida com o que o professor tem aí e que o ITA desenvolveu. Mas uma das coisas que o *NextGen* colocou é a implantação do ADSB, que substituir o Radar, uma tecnologia onde você consegue aumentar o número de operações tanto no solo como no ar, para o operador fica muito mais fácil ele visualizar isso. Esse é o grande diferencial. Nos Estados Unidos, esta semana, saiu uma reportagem dizendo que *NextGen* está bem adiantado, está dois anos adiantado no propósito deles e que isso, eu trouxe e deixo aqui com a Casa, mas esse é o programa 2007/2025, está na Internet, é só baixar, mas feito na Internet onde gerou – feito através da Matrid – esse trabalho todo que foi feito.

Nós temos recursos, nós temos gente, nós temos como fazer isso. Lembrando o meu querido chefe, com o qual eu tive a oportunidade de trabalhar por 13 anos,

e ele dizia: “Em busca do ótimo não se faz o bom”. Muito bem! Nós estamos aqui, nós temos a Infraero, nós temos a Anac, nós temos a SAC, nós temos o Conac, nós temos Conaero. O que não falta para a gente aqui é sigla. A única coisa que não entendi muito é porque os operadores e os legisladores não participavam dessas reuniões desses grupos todos.

Então, vamos lembrar de algumas situações para a gente entender que existe, e volto lá, em busca do ótimo nós não estamos fazendo o bom. São algumas coisas que realmente atrapalham o dia a dia da operação, realmente criam um problema e que já foi mais do que discutido aqui, já foi falado, é operação diária, o Miyada já colocou; adequação e certificação o professor colocou; burocracia, a dificuldade que a gente tem tido no dia a dia em resolver situações específicas. O Miyada fez um mapa muito bem, colocando a interação, todos os *stakeholders* que afetam, a torre, a autoridade, a interferência da Polícia Federal numa decolagem, numa mistura da torre, ou seja, por que não tem isso nos Estados Unidos? Lá não tem esse tipo de problema. Se lá não tem, por que é que nós não podemos atingir esse nível e a gente ter a mesma coisa?

Equipamentos e capacidade, assuntos mais do que discutidos aqui; falta de integração com outros meios de transporte. Infelizmente não vi muito colocado aqui, mas é ou foi o Fábio que falou que só no Rio Grande do Sul que tem o trem perto. Então gente, não sei quantas pessoas convivem com a realidade de Viracopos, com a realidade de Guarulhos quando a gente e diz o seguinte: ônibus não tem, trem não tem, então você vai de carro. Uma coisa você tem certeza: não tem estacionamento. Agora, você chega em Viracopos não tem estacionamento. Hoje mesmo, eu estava embarcando por lá e, o cara chegou e largou o carro, largou a chave e falou: “o problema é seu porque eu vou perder o avião”. O cara já tinha ido até a Indaiatuba buscar um estacionamento e não tinha. Agora, você anda 50 metros e tem todo mundo aberto para construir quantos estacionamentos vocês quiserem.

Essa integração tem que ser o intermodal como foi falado, tem que ser discutida de uma forma – Atlanta está a 40 minutos do centro da cidade, mas você pega o metrô e em sete ou oito minutos você chega lá –, e a falta de legislação para exploração privada, eu acabei de dizer aqui, já apareceram várias oportunidades, nós estamos falando da área de São Paulo porque é a área crítica, mas você tem outras áreas que a gente tem que ter uma legislação – essa legislação já está em discussão Senador, mas é importante só que seja acelerado, porque, em algumas circunstâncias, os aeroportos tem condições de ficar prontos a tempo dos grandes eventos que foram mencionados.

Em alguns casos que coloquei só para vocês entenderem e, talvez não seja nem o fórum para discutir, mas para que fique registrado aqui as dificuldades. A pista de Jundiaí –está faltando um zero lá – mas em 2000 ela foi estendida de 1.200 para 1.450 metros. Até hoje não foi alterada a rota aérea. Eu já falei com a ANAC dez vezes, já ouvi todo o tipo de conversa.

Agora, deve ter, como diz o pessoal lá: um sapo espetado lá que não se altera a rota aérea. O que isso significa? Não se opera avião de médio porte e grande porte lá porque não está na rota aérea. Só isso, simples! Hoje tem quatro *gulfstreams* operando lá e a tripulação sabe o seguinte: “Não fala para o meu patrão porque se o meu patrão souber que estou operando irregular ele não me deixa mais operar aqui”. Ai vai para onde? É simples. Para lugar nenhum porque não tem mais vaga em Congonhas, não tem mais espaço em Sorocaba, não tem mais espaço em Amarais, talvez Bragança, talvez São José dos Campos como se está discutindo.

Quando eu disse: “Em busca do ótimo não se faz o bom”, o Fábio fez a colocação da preocupação do Governo com a parte *security*, tem o *safety* que é responsabilidade e o *security* também. Mas vamos a algumas realidades. Aqui em Brasília o passageiro da aviação geral e executiva ele é obrigado a entrar e sair pelo terminal 2. Por quê? Porque tem que passar pelo *security*. Então gente, vamos ao sensato. Se alguém quiser fazer alguma coisa ou transportar dinheiro com uma preocupação – quando me foi colocado isso aí – Luziânia tem zero controle. Em Luziânia você entra e sai do jeito que você quiser, da maneira que você quiser e está a absolutamente 36 km daqui do aeroporto.

Congonhas, se você quiser fazer e, eu já discuti isso, pela Abag, várias vezes com a Polícia Federal dizendo o seguinte: “se vocês estão preocupados porque vocês vão fazer alguma coisa aqui quando não pode decolar, e, vai um carro da Polícia Federal na frente do avião parar porque ninguém fez a listinha dos passageiros, é só ir pra Itu, que fica a 80 km, onde toda a droga, todo mundo, o Brasil inteiro sabe que eles pousam ali ou em canaviais entre São Paulo em Ribeirão Preto.” O problema não está no aeroporto de Congonhas.

É esse bom senso que a gente tem que colocar e colocar uma realidade. Isso é discutido. Dizer o seguinte: nós temos que incorporar, nós temos que implantar – eu, como Presidente do Ibac que fui, eu discuti isso no mundo, *security* no mundo, na Europa, na Inglaterra, na Rússia, na Itália – são todos membros –, Estados Unidos, a gente sabe quais as dificuldades, implantamos o *air clue card* para ter algumas identificações. Agora, vivemos uma realidade no Brasil porque o dia em que eu, como Abag, eu discuti com a delegada da Receita Federal, eu falei: “A Senhora

conhece Ponta Porã?” “Não, não conheço”. “Por quê?” Eu falei: “A senhora deve conhecer Ponta Porã antes de implantar um sistema tão rígido no aeroporto de Brasília, porque os argumentos colocados não fazem o menor sentido”. Quando você tem uma rua, eu abasteco do lado de cá e do lado de lá, enfim, e assim nós temos várias outras cidades.

Então, nessa realidade é que eu diria o seguinte: “Em busca do ótimo não faz o bom”, mas, agora, cria um problema danado para aviação executiva porque você afugenta o pessoal, você tem situações que são de autoridades que tem que passar por situações desgastantes.

Exigência do caminhão de Bombeiros. É assim: custa quase um milhão de reais um caminhão de Bombeiros. Se a gente não consegue fazer a cerca do aeroporto, aí é exigido que você tenha um caminhão de Bombeiros. Obviamente o aeroporto não é aprovado e, daí, você não tem uma linha regular, você não tem o apoio, enfim, volta à restrição de ter a 120 – a pista – porque, com certeza, quando nós operávamos com 400, não havia a exigência do caminhão de Bombeiros. Agora, de novo o bom senso: quantos índices nós tivemos de incidentes ou acidentes que requerem ou que o bombeiro foi um fator decisivo? De novo, eu não estou aqui questionando de não ter o bombeiro. O que eu estou colocando é o seguinte: vamos usar o bom senso, talvez a cidade tenha ou talvez a prefeitura faça, porque de novo a gente vai bater no problema de recurso.

Falta de política de abastecimento. Como a gente está tratando de um sítio, quer dizer, é um duro você chegar em 2012 e você buscar um abastecimento e dizer o seguinte: “Não aceito cartão de crédito” ou você pedir para um internacional que ele tem que trazer em dinheiro para pagar em dinheiro o abastecimento de combustível.

O serviço de entrada dos voos internacionais – de novo estou falando porque causa do membro, e eu tenho muita reclamação –, a forma como você recebe o passageiro. Quem é o passageiro da aviação executiva? É o presidente da empresa que veio trazer investimentos, é o vice-presidente da empresa que vai trazer investimentos; é um doente que está chegando. O pior tratamento que vocês possam imaginar é dado a um voo executivo, o pior país, considerado em termos de recepção, do cara que vai trazer bilhões e bilhões em investimentos para o país. Não existe uma facilidade, uma atenção.

Só para vocês terem uma noção, Fort Lauderdale, por exemplo, você pára o avião a sete metros da receita federal. Então, você chega ali, desceu e a sete

metros foi lá, passou, entrou e, dez minutos depois você está do outro lado para pegar o seu carro e ir embora.

Aqui, não tem nenhum aeroporto de entrada que tenha o mínimo de política de atendimento para você fazer. E o estacionamento, que acabei de falar.

Então, eu acho que a minha posição é uma posição geral, está claro que este grupo tem que ser formado, que a gente tenha os operadores, que a gente tenha os legisladores, que a gente traga alguém que opere em Boa Vista, que se traga alguém que opere lá no Sul. Provavelmente, um dos Estados mais bem servidos de aeroportos seja o Rio Grande Sul. Entenda qual é a política, qual é essa diferença que a gente tenha, porque também é fácil a gente falar dos problemas de São Paulo. Em São Paulo há um problema. Agora você operar em Boa Vista, você operar em Manaus a gente sabe qual é a realidade.

De novo. Nós temos todos os nossos planos, mas o sétimo mandamento do comandante é: quem não tem capacidade para criar tem que ter humildade para copiar. Nós temos exemplos no mundo inteiro, em tudo o que é lugar, de gente muito mais evoluída que a gente; não é que seja mais inteligente, porque acho que o brasileiro se destaca de todas as formas. Vamos aprender com alguém que já fez alguma coisa e que possa transferir para a gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Bem, ouvimos o Comandante Rui, experiente, tarimbado e que deu uma grande contribuição, também a esta Subcomissão no dia de hoje.

Portanto, com a palavra o Comandante Henrique, aviador como eu, lá da Itaituba, há mais de 25 anos.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GRACIOSO MORAES

– Lá do Amazonas, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – RO)

– Tornei-me Senador e, o Henrique, um grande empresário na área de táxi aéreo.

Henrique, você tem a palavra pelo tempo necessário.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GRACIOSO MORAES

– Não, serei breve, Sr. Presidente.

Obrigado pelo convite, obrigado a todos aqui, ao pessoal da 121, aos companheiros que já palestraram.

Falar depois do Rui Aquino e do Prof. Cláudio é difícil. Portanto, eu não tenho muito a acrescentar, a não ser dizer que a 135 foi quase não comentada, não é? O táxi aéreo. Como operador e empresário na área da Amazônia, depois que vi o Miyada falar e mostrar os gráficos de aeroportos na região, o que é muito pouco, realmente, me sinto plenamente satisfeito com as ideias futuras no âmbito do que foi discutido, gráficos e tudo.

A única coisa que quero um pouquinho conversar e debater a respeito, é sobre o percentual do que a Infraero nos disse, é lembrar o custo do que está sendo pago pelos táxis aéreos. Eu, no caso, quando constituí a minha empresa, em 1998, pouco antes da criação da Anac eu não tinha conhecimento de várias situações, apesar de ter sido analisado pela agência durante três anos, fiscalizado, elaborando manuais. Surpreendeu-me quando, em 2008, foi imposto um aumento, ou retirado um desconto de 35%, como a Infraero diz, e que impactou em 54%.

Então, eu não tinha conhecimento e tive que absorver isso. E, logo após a adequação que a gente fez, em 2008, tem as medidas provisórias de 2011; o desmembramento de tarifa, qual o Decea, sendo que antigamente a gente pagava uma tarifa da Infraero em que estava tudo embutido. Para minha surpresa, na primeira vez que veio a tarifa da Infraero eu percebi que ela sozinha, sem a parte de comunicação, atingia os mesmos valores. Daí, parei para pensar: poxa, por que isso aí?

Acho que a Infraero tinha que destinar... O percentual da parte de comunicações, simplesmente foi criada uma nova tarifa, a tarifa do Decea. Absorvemos novamente.

Em 01/01/2011 isso totalizou um aumento real de 179%. E agora, novamente, com a Resolução 180, da Anac, nós temos mais um aumento, agora de 14%.

Então, a gente virando essa página aí, nós temos um aumento real que, hoje, atinge 270 a 300%, somando-se as duas tarifas, dentro do custo da nossa operação. Aí eu me pergunto: a Anac aumentou todas as tarifas, desde a obrigatoriedade do seguro obrigatório, a tarifa para que eu possa solicitar cheques, recheques, exame médico e tudo majorados em torno de 1.000%, não é Rui?

Combustível é um problema nacional, a gente aceita. Já ouvimos ontem a Presidente da Petrobras dizer da necessidade de aumentar novamente o combustível. Aí, nós temos os nossos trabalhadores, seguros.

Hoje, eu fazendo um mapa real da minha empresa, eu trabalho praticamente a custo zero, sendo que eu tenho uma válvula de escape, que é o custo manutenção que oscila em 20%. Eu não gostaria de negligenciar isso para que eu pudesse sobreviver.

Então, eu peço que as autoridades se atentem muito, mais muito sobre esse tema de custo, de quem vai pagar o custo. A gente tem que crescer, tem que ter aeroportos secundários, porque os grandes estão inchados. Eu entro lá em Congonhas, a minha empresa faz voos de valores, eu não tenho uma perua para quando o meu piloto vai lá e faz um plano de voo, que é uma janela, aquilo lá é quase um favor. Às vezes, ele

faz esse plano de voo e fica aguardando uma perua da Infraero, quando ele chega ao avião, no pátio, para carregar um voo de valor que tem, inclusive, um plano de segurança aeroportuária da empresa, da polícia, da prestadora, às vezes ele chega lá e o plano já está vencido; já aconteceu duas vezes por falta de perua dentro do aeroporto.

A minha empresa tem sede no Campo de Marte, eu participei de uma licitação agora e foi majorado em 120% o aluguel do meu escritório. Eu, quando paro um dos aviões lá, por necessidade, porque nós não temos hangares. Os hangares, hoje, estão sendo licitados a R\$150 mil por mês. Uma oficina de manutenção não tem condições de pagar, táxi aéreo algum tem condições de pagar. Eu preciso usar o pátio da Infraero, quando chego lá tem um Notam que diz o seguinte: se o senhor não tirar o avião até as 8 da manhã o senhor vai ser multado. Mas, se eu decolar o meu avião e pousar de volta, posso ficar lá.

Então, vou repetir: estou plenamente satisfeito

Peço desculpas a todos pelo meu desabafo, que é uma preocupação futura. Eu emprego 80 famílias diretamente e gero mais uns 100 empregos indiretos. Trabalho em lugares de difícil acesso, presto trabalho para o ICMBio, presto trabalho para a Funai, Funasa, carrego índio, correio, e sempre tive um sonho de ver a minha empresa, inclusive, mudar de patamar. Um dia, partir para uma 121, ter uma linha, porque a gente ouviu falar bastante aqui em regional, em passageiro, em terminal de aeroporto. Eu gostaria de, um dia, poder chegar lá. Então, estava preocupado.

Agradeço a todos por terem me ouvido. Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem, Comandante Henrique e a todos que assistem a esta reunião. Vejam a dificuldade que acabamos de ouvir aqui por parte de uma empresa de táxi aéreo, colocada tão bem pelo Henrique. E precisamos, naturalmente, que a Infraero se manifeste, se possível, sobre esses questionamentos, que são altamente relevantes. A Anac também. Estamos aqui para debater exatamente esses assuntos.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GRACIOSO MORAES

– Eu vou deixar um relatório para esta Subcomissão, que pode ser passado a quem quiser conferir, inclusive com documentos da minha própria empresa.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Sobre o assunto desses aumentos de taxas, não há empresa de taxi aéreo no País que suporte isso. Está claro, está notório: economicamente, jamais o companheiro Henrique vai chegar a uma companhia regional e, olha lá, se não se afundar com essas taxas absurdas.

Acaba de chegar o nosso líder do Governo, e estamos aguardando o Senador Vital para elegê-lo, agora, nosso vice-presidente.

Senador Eduardo Braga, líder, ouvimos aqui os convidados. V. Ex^a acaba de chegar. Deseja fazer... vai observar.

Então, vamos direto aos questionamentos, pelo avançado da hora.

Eu começo por uma pergunta do coordenador de jornalismo e editor-chefe da Televisão Anhangueira, Rede Globo, Palmas, Rogério Silva. Ele faz aqui algumas perguntas à Infraero e à Anac.

Primeira: quando virão os investimentos para tornar o aeroporto de Palmas uma alternativa para as conexões de Brasília? Se a Infraero tem alguma resposta nesse sentido.

Outra: por que a Infraero aceita a pressão das grandes companhias na hora de definir horários de voo? O que se vê é um fluxo intenso em alguns horários, enquanto em outros os aeroportos, como o de Palmas, ficam praticamente às moscas, sem falar dos terríveis horários das madrugadas.

Outra: e as cidades de médio e pequeno porte, como Araguaína e Gurupi, por que há tanta dificuldade de liberar voos e escalas nessas cidades? Portanto, essas são do Rogério, diretor de jornalismo de um veículo importante do nosso Estado.

Agora, aqui vão os nossos questionamentos para a Infraero.

O último grande aeroporto construído no Brasil foi o aeroporto de Confins, em Minas Gerais, entregue em 1987. Passados quase 25 anos, desde essa última inauguração, quantos aeroportos de grande porte serão construídos pela Infraero nos próximos 25 anos? Se a Infraero já tem um planejamento nesse sentido.

Outra: a Infraero informa que já investiu mais de R\$1 bilhão no ano passado em seus sítios aeroportuários. Contudo, além do estado lamentável de vários aeroportos, como o de São Luís, no Maranhão, o de Goiânia, em Goiás, vários usuários reclamam da falta de investimentos em infraestrutura de auxílio à navegação e por diversos auxílios, rádios NDB, VOR, DMS, que vivem frenados e, quando os aviadores cobram uma posição do Decea, o mesmo informa que tal auxílio, especialmente aqueles nas dependências dos aeroportos federais, é de responsabilidade da Infraero.

Quais são as facilidades e os auxílios para a navegação aérea, de responsabilidade da Infraero? Essa é a pergunta.

Outra. Como está o plano aeroviário nacional? Quantos Estados possuem um plano aeroviário aprovado? Inclusive, nesse sentido, nós estamos encaminhando, por meio da Subcomissão de Aviação, um ofí-

cio para todos os Estados solicitando que nos informe o seu plano aeroviário.

Agora, vai para a Infraero e Anac, Fábio.

Existe algum planejamento conjunto entre Infraero, Anac e a SAC com outros órgãos públicos ou Ministérios que aborde o tema mobilidade urbana – tão falada aqui hoje, e Inclusive, o Rui colocou muito bem – que verifique o impacto da ampliação ou criação de sítios aeroportuários? Colocado, inclusive, pelo Prof. Cláudio.

Outra pergunta. Como está se dando a interação entre Infraero e Anac, ou entre a regulada e o órgão regulador? Existem sobreposições de funções entre Anac e SAC no tocante à regulação dos aeroportos? Porque nós ouvimos por parte do Fábio se referindo a aeroportos; e ouvimos por parte do assessor da Diretoria de Aeroportos da Infraero, o Luiz Miyada, também. Então, nós perguntamos: como se desenvolve essa relação, no sentido de desenvolver o planejamento de uma política pública voltada ao desenvolvimento dos nossos aeroportos?

Para os dois. Tanto a aviação geral como os táxis aéreos vêm sofrendo com os reajustes das taxas e tarifas por parte de Infraero e Anac – tão bem colocada pelo Comandante Henrique – que hoje, no caso específico dos táxis aéreos, chega a representar de 9 a 12% dos custos de sua operação em aeroportos administrados pela Infraero.

Em 2008, a Infraero suspendeu o desconto de 35% sobre as tarifas cobradas da aviação geral, que terminou por incluir os táxis aéreos, o que reajustou as mesmas em 58,85%.

Já em 2011, com a Resolução 180 da Anac, as tarifas em alguns casos chegaram a ser reapreciadas em 400%. Pergunta-se: quem tem a função de estabelecer os valores e os reajustes das tarifas praticadas pela Infraero?

Outra pergunta. Ainda nesse sentido, a Infraero, por meio do Ofício nº 3719, de 2012, determinou a aplicação de descontos sobre as tarifas domésticas de pouso e permanência da aviação regular e do transporte aéreo não regular, Grupo 1, grande aeronaves, em aeroportos de terceira e quarta categoria. Pergunto: a Infraero possui plena liberdade de conceder descontos aos seus usuários? Em caso positivo, qual o papel da Anac, nesse contexto, para a concessão desses descontos?

E arrematando: por que não estender esses benefícios para as empresas de táxis aéreos reguladas pela RBAC 135? Inclusive, houve um tratamento diferenciado entre São Luís e Palmas, que nós questionamos numa audiência pública anteriormente. E o presidente da Infraero disse que aquele desconto de

São Luís foi porque o Presidente Sarney, a quem tenho muita estima, a Governadora Roseana, os políticos de lá pediram. Ora, isso é resposta que se dê ao Senado Federal? Nós estamos tratando de país, com todo o respeito que tenho pelo Presidente Sarney, pela Governadora Roseana e pelos maranhenses. Eu sou, inclusive, filho e neto de maranhense, mas não podemos administrar uma instituição como a Infraero dando esse tipo de resposta. Se se usou de um tratamento para um, tem que valer para o outro.

Portanto, mais uma pergunta: quais são as políticas públicas ou qual o planejamento, em longo prazo, por parte da Infraero, para as empresas de táxi aéreo, oficinas de manutenção, aviação geral, hangaragem e as demais que utilizam os aeroportos? Porque vemos e observamos os órgãos federais muito focados apenas na aviação de companhia. Temos uma gama de instituições que se utilizam do aeroporto e queremos ouvir da Infraero qual é a posição nesse sentido.

O que a Infraero entende por aviação geral e, no caso dos táxis aéreos, como vem aplicando os benefícios previstos em lei para as empresas prestadoras de serviços aéreos públicos não regulares? Existe algum fator para beneficiar o desenvolvimento desses setores da aviação?

Mais outra para o Fábio: como a Anac se insere nos processos licitatórios ou de concessão de áreas dentro dos espaços aeroportuários federais? Qual é a força jurídica de suas resoluções, como a Resolução nº 113, de 2009, perante as decisões da Infraero? Ou pode estar a agir com liberalidade?

Outra pergunta. Os altos valores atingidos nas licitações recentes em vários aeroportos brasileiros, como Campo de Marte, Jacarepaguá, etc., têm colocado em xeque a situação de várias empresas de táxi aéreo, oficinas e de aviação geral. Muitos acreditam que a possibilidade de renovação dos contratos ou mesmo a entrada de empresas dessa categoria com a dispensa de licitação vem sendo distorcida com aumento abusivo nos valores das concessões, com o objetivo de retirar as empresas de táxi aéreo que não sejam *offshore* e a aviação geral dos sítios aeroportuários federais. Tal situação tem levado a uma insegurança jurídica, além de estar diminuindo o ímpeto das empresas em seguir investindo ou mesmo operando – e aqui muito bem colocado pelos dois comandantes. E a pergunta é no seguinte sentido: qual o referencial utilizado pela Infraero para reajustar os valores das concessões? Por parte da Anac, existe algum referencial ou tabela de valores para ser aplicados em relação às áreas aeroportuárias em caso de concessão de hangares ou espaços dentro dos aeroportos federais?

Próximo. Muitas vezes, chegam para as empresas cobranças indevidas por parte da Infraero, que dizem respeito a voos não existentes, prefixos errôneos, localidades não compatíveis e mesmo cobranças de voo internacional para táxis aéreos. As empresas, para seguir operando, são obrigadas a pagar valores elevados e indevidos, devendo, se quiserem, requerer ressarcimentos que serão concedidos vários meses depois e somente na forma de compensação. Qual a razão de esse *modus operandi* ser tão frequente e quais os critérios utilizados pela Infraero para conferir as cobranças indevidas feitas a muitos de seus usuários?

E mais uma pergunta, a última: por que a iniciativa privada não pode construir aeroportos 100% privados no Brasil? Seria viável essa realidade?

Esses são alguns questionamentos por parte do setor da aviação. Vários segmentos encaminharam e eu aqui estou procurando ser o intérprete de todos esses questionamentos.

Essa última pergunta pode ser também para o Prof. Jorge Pinto. O senhor pode contribuir muito conosco nesse sentido, professor, porque nos Estados Unidos e em outros países temos aeroportos privados à vontade, e funcionam muito bem. Facilitam, inclusive, para todos que utilizam a aviação de modo geral.

Portanto, quero aqui reforçar a mensagem do Comandante Rui aos representantes da Infraero e da Anac de que direcionem mais, tirem um pouco o foco apenas de companhia, como já disse anteriormente um palestrante, em outra audiência pública, dali onde está o tapete vermelho. Ora, nós salvamos vidas na Amazônia. Está aqui o Comandante Paulo, da Gol. Nós salvamos vidas na Amazônia. Também a pequena aviação faz parte do contexto de integração do País, transportar vidas, riquezas, e salvar vidas. Portanto, precisamos que a Anac e a Infraero tenham, efetivamente, um comprometimento com esses outros setores da aviação.

Ao Fábio, quero fazer mais uma observação com relação a Araguaína. Em Araguaína, foi feita a reforma da pista, foi feito o estacionamento e a estação de passageiros. Quase todos os critérios foram aprovados pela Anac, exceto um, com relação à possibilidade de chuva, de hidroplanagem, aquaplanagem. Araguaína é uma cidade de que é importante que a Anac tenha conhecimento: lá não opera instrumento, lá não tem torre, lá não tem ILS, lá não tem NDB, não tem VOR, não RNAV, enfim, opera-se visualmente. Poderia, naturalmente, como estamos encontrando esse caminho, a Anac, através de um Notam, colocar que lá não se opera, por medida de segurança, durante chuva. Pronto. Até porque os aeroportos alternativos, Carolina, Marabá, Imperatriz, com todo o respeito, garanto

que não estão nas condições em que está Araguaína hoje. Então, se os alternativos estão operando, esse não pode? Se um técnico for lá constatar como está a pista de Araguaína, a de Carolina, a de Imperatriz e a de Marabá, tem de interditar tudo, porque a nossa, com certeza – e falo porque conheço – está em melhores condições de operar, até porque estamos há cinco meses ali, fazendo a reforma da pista. Mas estamos encontrando uma solução através desse Notam. E ainda temos a condição de, a partir de abril, não termos nenhum período chuvoso no Estado.

Portanto, quero mais uma vez pedir à Anac atenção especial para essa cidade de Araguaína. Isso não é questão política de pressão de um Senador do Estado. Araguaína está para Palmas assim como Imperatriz está para São Luís, Marabá está para Belém. Então, é uma cidade importante economicamente no contexto do nosso Estado. E eu compreendo plenamente a preocupação da segurança, Fábio, mas nós podemos plenamente liberar o aeroporto de Araguaína através de um Notam, com restrição para pouso com chuva, até porque ninguém vai pousar com chuva, porque não tem procedimento de instrumento. Como vai pousar com chuva? Portanto, estamos aguardando com ansiedade o resultado daquela reunião e esperamos contar com sua compreensão nesse sentido.

No mais, com a palavra o representante da Infraero.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar dar uma passada geral nos aspectos. Talvez, nem todos eu vá conseguir aclarar, mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Fique à vontade. Depois você pode mandar por escrito.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – OK.

Foram três questões da TV Anhanguera, do Rogério Silva, que vale comentar.

A questão dos investimentos para Palmas como alternativa de Brasília. Quanto a isso, advogo outro lado. Acho que temos de conversar dentro da indústria, certo? Estamos fechando Palmas com 500 mil passageiros/ano. Eu tenho dúvidas até que ponto as empresas aéreas optarão por um mercado de hoje de 500 mil passageiros/ano para fazer ali a parte de conexão. Acho que dá para se discutir. E, se for o caminho mostrado – vamos dizer assim –, o sistema tem alguns exemplos bastante emblemáticos.

A Infraero vem de uma situação, de uma história recente: Aeroporto de Confins, em princípio, cinco milhões de passageiros/ano como capacidade. Entra para a rede da Infraero pronto, entregue pela CORPAer em 1984. Fechou o ano de 2004 com menos de 500

mil passageiros/ano. Ou seja, a Infraero bancou esse aeroporto por 20 anos.

Nos últimos cinco anos, a Infraero ficou devendo capacidade. Se você for ver isso como um empreendimento, como são as concessões, isso teria sido um grande rombo num modelo de negócio. O que faltou? Faltou a composição dos vários segmentos, e um dos grandes argumentos que fizeram com que esse aeroporto ficasse durante 20 anos dormindo e custando foi a falta da adequação, que era encargo do Estado, de melhorias na MG 010, que se conseguiu construir ou se compor algo que era entendido como uma contrapartida, vamos dizer, do investimento feito na década de 80.

Hoje nós estamos perdendo de novo para esses cinco milhões; o movimento já chegou a oito milhões e meio. Estamos conseguindo. É uma infraestrutura muito melhor do que Pampulha, mas, de certa forma, já defasada em função desse *boom* dos últimos cinco anos.

Temos mencionado muito essa questão do planejamento, talvez integrado com outros modais, e me parece que esse é o caso típico também que seria cabível para Palmas. Uma discussão que realmente tem potencial até onde dá para chegar e o quanto seria razoável colocar-se nessa infraestrutura dentro de uma perspectiva que eu chamaria de bastante realista em termos de aproveitamento.

As outras duas eu compartilho quase que totalmente, com relação à concentração de horários ou à exploração de horários inconvenientes, também vejo como não sendo tão benéficos para a Infraero, está certo? Devo lhe assegurar que a Infraero é um dos componentes desse sistema que briga bastante para ter um aproveitamento que eu chamaria mais racional da infraestrutura. Da mesma forma como os passageiros padecem pegando em algumas localidades voos pela madrugada, isso para a Infraero significa um custo maior também. Tem os adicionais noturnos, tem energia elétrica, condicionamento e tudo que, à noite, são mais caros.

Agora, tradicionalmente, na indústria do transporte, costuma-se dizer que esses picos, essas concentrações são um fenômeno, está certo? Acontece. Acho que dá para administrar um pouco. Temos, em algumas situações, conseguido certo sucesso, eu diria, principalmente, nesses últimos cinco anos, que não foram tão generosos em termos de provê mais instalações, o jeito foi administrar o perfil do tráfego. E de novo eu lembro: a gente, dentro da rede, vê um crescimento de 75% nos últimos cinco anos, algo bastante significativo, sem ganhos correspondentes em termos de infraestrutura.

A Infraero não tem tanta autoridade assim para gerir esses horários.

A gente sempre vai bater na argumentação de uma estrutura extremamente extensa de configuração de rede de oferta de serviços pelo transportador que acabam, principalmente nos finais de linhas, Boa Vista, Macapá, mesmo Belém ou Manaus, tendo uma movimentação de repente muito maior em horários não tão convenientes para a população. Mas é a oferta que se tem, está certo? Certamente, isso está orientado pelos grandes mercados, que seriam os do Sul e Sudeste, em termos de programação de frota. Em algumas situações, eu não vou dizer que a gente padeça tanto quanto os usuários finais, mas a gente também administra esse reflexo dessa estruturação às vezes perversa ou excessivamente concentrada da oferta de voos, e ociosidades de infraestrutura em horários que seriam muito mais convenientes.

Dá para ir se ajustando? Dá. Eu acho que até, à medida que o próprio mercado vai crescendo, e estamos praticamente em uma fase de quase que dobrar em cinco, sete anos, essa diversificação começa a ser maior, até porque o chamado fator de produção, que é o tamanho das aeronaves, começa a justificar uma maior oferta, começa naturalmente a ter uma desconcentração. É difícil, mas também a Infraero não tem autoridade para interferir nesse ponto, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Então, são mesmo as empresas que regulam isso, como ele fez a pergunta? Se não tem quem regule!

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – O nosso parâmetro de oferta é o que a gente tem mapeado como sendo a capacidade das instalações.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Luiz, vou fazer só uma colocação para facilitar mais ainda o raciocínio do Rogério.

Por exemplo: um passageiro quer ir a Imperatriz ou Belém, ele decola de Palmas, pousa em Brasília; depois ele volta por cima de Palmas e vai a Imperatriz e a Belém. Quer dizer, isso dificulta a vida do usuário do transporte. Eu queria saber se a Infraero, ou a Anac, quem poderia facilitar isso.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Senador, a Infraero não faz a política de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Não faz. Quem faz?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Talvez a Anac tenha condições.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – A Anac? Isso porque a gente precisa de um órgão para organizar tudo isso, mas poderemos...

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Acho que na própria apresentação que nós fizemos, legalmente, hoje, as empresas têm essa liberdade, e dada a capacidade operacional, da infraestrutura que é disponi-

bilizada, ela busca otimizar a malha. Realmente, esse caso de operações...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Quer dizer que o Governo Federal não tem um órgão como organizar?

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Legalmente, não conseguimos entrar na programação que as empresas fazem.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Elas que programam?

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Elas programam, buscam manter, fazer sustentável em si a própria operação.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Então, ficou claro, como disse aqui o Rogério, que as empresas é que comandam. Não há um órgão federal para organizar isso.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – As empresas têm liberdade para realizar suas operações, de acordo com a malha que for economicamente viável para atender à população.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Agora, imagina os passageiros nas mãos das empresas!

A finalidade desta Subcomissão, inclusive, no planejamento, Luiz e Fábio, é exatamente produzir algumas legislações para colocar regra nisso tudo. Porque está sem regra. Como é que num país as empresas é que vão comandar da forma que elas entendem? Quer dizer, olha a que ponto que chega!

Então, nós vamos colocar legislações em cada setor necessário, apresentar à Presidenta Dilma, apresentar ao País, para que a gente possa regulamentar melhor a questão do transporte de passageiro.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – É eu acho que o cenário atual, em termos de regulamentação, não nos faculta, pelo menos a nós Infraero como provedor da infraestrutura, opinar nessa estruturação das redes das empresas, a não ser com relação às nossas limitações, e aí seria a capacidade aeroportuária, no caso da Infraero.

Com relação aos novos aeroportos, eu acho que a gente está se avizinando de um novo ciclo de pelo menos estudo e definição de novos aeroportos. Tirando o eixo que veio aí até os anos 70 e 80, que fechou o ciclo de Guarulhos e Confins, que foram os dois últimos grandes empreendimentos, em termos de... A experiência na condução que a Infraero esteve envolvida foram: um deles já pronto e operando, que foi o de Rio Branco; e o outro foi, agora, o de São Gonçalo do Amarante, que está praticamente com a parte aérea, vamos chamar assim, pronta, e a decisão foi se buscar os investimentos finais e a operação com

parceiros privado. Isso já está a caminho em termos de conclusão dessas instalações e será um novo aeroporto. Nessa situação, a Infraero deixa de operar o que hoje é de responsabilidade dela no aeroporto de Natal e que é uma infraestrutura compartilhada com o nosso centro de treinamento da Força Aérea Brasileira. Tem o lado civil, e acredito que, até 2014, já deva estar operacional o São Gonçalo do Amarante.

Entendo, e acho que esse volume tem dado indicações de que é necessário caminhar para novos sítios, ou pelo menos ter já plotados novos sítios, principalmente na Região Nordeste. Temos Recife, Salvador nem tanto, mas Fortaleza e alguns outros. Outro que tem surgido é Porto Alegre, com alguns problemas de comprometimento no entorno.

Então, certamente, virá um novo ciclo de construção ou de identificação, pelo menos, de novos sítios.

Comentou-se também, Presidente, a questão da falta de auxílios e localização de novos auxílios. Nesse programa, na parte de instrumentação, o viés que a Infraero tem é que ela acaba, vamos dizer, respondendo como órgão operacional de dois sistemas, o sistema aeroportuário e o sistema de proteção.

O sistema de proteção, nós não somos os operadores ou os formuladores das políticas de desenvolvimento de atualização da totalidade – só exemplificando algumas situações. Operação dos auxílios: torre de controle em Brasília é do próprio Dcea, que é o órgão central do sistema, vamos dizer assim. Nós já somos operadores em Guarulhos, não somos em Congonhas, somos no Santos Dumont, não somos no Galeão, somos em Vitória, e não somos em Confins.

Então, essa composição da questão de auxílios, às vezes, é um pouco mais complexa, e a gente é um elemento executor também dessa política de modernização nos aeroportos onde a Infraero é a operadora dos auxílios e do controle de tráfego.

De forma a generalizar, eu acho que a gente precisa de um tratamento mais ponto a ponto, para que se tenha exatamente a ideia da responsabilidade, se está conosco ou com o próprio Decea.

Senador, o senhor me ajuda se eu estiver me perdendo em algum ponto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – A terceira questão, pelo o que deparei, era a respeito do plano aeroviário nacional ou dos planos aeroviários estaduais.

Esse é um encargo que, na nossa visão, a gente normalmente contribui como instituição – eu até fiz um extrato ali –, mas aquilo que cabe à Infraero é a operação dos aeroportos que lhes são atribuídos. São os pontos mais relevantes? São. Hoje, nós temos certeza de que estamos acima de 95%, por enquanto, do

tráfego da aviação civil nacional, pelo menos na parte de passageiros. Mas é menos de 10% do número de aeroportos, nós estamos, hoje, com 66, nesse universo dos 720 que surgiram aí nas nossas apresentações.

Desses 720, em realidade, nós temos 186 ou próximo a 190 que são tarifadores. A questão da habilitação para ser tarifador passa por uma planilha, vamos chamar assim, de 56 itens ponderados em termos de pontuação que vão enquadrá-los, em que categoria tarifária isso está enquadrado. Então, nós temos, nós Infraero, basicamente um terço em termos de número de aeroportos que são tarifadores.

A formulação do plano aeroviário, no nosso entendimento – a gente também sente de certa forma uma falta disso –, hoje me parece uma tarefa eminentemente da nossa Secretaria de Aviação Civil, que é a formulação de uma política de desenvolvimento e de abordagem. Naturalmente, nós podemos contribuir e entrar no debate, até na parte técnica, com essa formulação, mas, em termos de atribuição, certamente, um órgão do Executivo, que, talvez, até o final da década de 90 ou até a criação da própria Anac, isso estivesse bastante misturado nos encargos do DAC, o que era típico do Poder Executivo e o que era típico do regulador.

Eu acho que isso está ficando cada vez mais claro: as políticas ficam com o Executivo e a regulação com a Anac, que é um órgão independente de regulação e fiscalização. Acho que é razoável também que a Infraero se posicione como um operador desse sistema de infraestrutura. Acho que cada vez fica mais claro isso. Acho que temos a nossa relevância. Podemos contribuir na discussão das políticas, mas certamente não somos os formuladores, os propositores das políticas. E também enxergamos isso, a necessidade de se abreviar essa discussão de um plano aeroviário nacional, que é mais ou menos onde a Infraero está posicionada nos aeroportos de interesse no tráfego aéreo nacional, complementado pelos planos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Essa preocupação dessa pergunta e da seguinte vai exatamente ao encontro da fala do Prof. Cláudio que é a preocupação com o crescimento da economia nacional.

Nós observamos naquele gráfico o avanço, a velocidade com que vamos ter no País.

Essa outra pergunta também vai, a quarta pergunta, não sei se o senhor anotou, Dr. Luiz ...

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – A questão da superposição.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Não, é assim: se existe algum planejamento conjunto ...

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Ah, na questão da mobilidade urbana.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – ... entre Infraero, Anac e SAC com relação... Exatamente isso aí.

É importante nós nos preocuparmos com isso. Olhe o caso de Mossoró, o caso de Guarulhos. Faltou...

Não estou culpando a atual gestão, mas, ao longo dos anos, faltaram planejamento e organização. Não deveríamos estar passando pelo que o Prof. Cláudio colocou aqui.

Então, nós temos de ter um planejamento nacional nesse sentido.

Até eu observei, na hora da palestra dele, que o senhor fez uma anotação basicamente. Eu não sei, mas...

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Esse é um aspecto bastante interessante. Nós temos mantido, inclusive, dentro da nossa área de planejamento, uma área que a gente chama de integração urbana.

Duas questões básicas estão no encargo e, às vezes, a gente não tem a necessária ressonância com os órgãos estaduais, vamos chamar assim, está certo?

Uma é a parte de proteção, porque, querendo ou não, tem uma atribuição específica do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA, com relação ao que vai, vamos chamar, acima do horizonte, obstáculos e tudo o mais.

Há preocupação quanto ao ruído, com a convivência, a integração com as comunidades circunvizinhas, e as questões de acessibilidade, acessibilidade de serviços públicos.

Eu não posso lhe asseverar que nós temos tido muito sucesso nesse esforço. Às vezes, temos iniciativas, às vezes temos concorrência e concentração do tipo: no eixo Rio-São Paulo, teve a febre do TAV, do trem de alta velocidade, que era conduzido pela ANTT, em termos de especificação, e que passava nos aeroportos tanto do Galeão, como de Guarulhos, e, depois, em Campinas e nos respectivos centros. Isso deu uma desacelerada, se superpunha a um trabalho, no caso de Guarulhos, da CTPM, da ligação ao centro, que também estava com a viabilidade um pouco questionada, vamos dizer assim.

Hoje, se dividiu o estudo do TAV em duas etapas, vamos dizer assim – a parte da operação e a parte da provisão da infraestrutura. Não tenho acompanhado como é que isso tem evoluído e, no caso de São Paulo, para o caso de Guarulhos, têm evoluído algumas coisas com relação à CTPM, com risco de uma concorrência para um VLT.

Então, às vezes, tem também uma descoordenação na programação do próprio transporte de superfície, está certo?

O Fábio até citou a questão de Porto Alegre. Talvez seja a situação mais próxima que a gente tenha de um transporte sobre trilho dos terminais aeroportuários, ou de um terminal aeroportuário.

Recife tem uma certa proximidade também, mas não conseguimos a ligação, ainda, com o aeroporto, o terminal do aeroporto, e, certamente, a gente tem de atingir um nível um pouco melhor nessa questão.

Quando a gente fala de Porto Alegre pelo lado do transporte de superfície, a gente está com uma dificuldade danada com relação aos obstáculos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Onde?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Em Porto Alegre.

A empresa vinha, já há algum tempo, estudando uma expansão da pista para Porto Alegre, de 900 e poucos metros, e estamos numa avaliação técnica com o Decea, em função do conjunto de obstáculos que me parece que evoluíram no entorno, o que pode levar a se ter de reavaliar esse plano.

Então, é, realmente, um segmento a ser melhorado e integrado.

Superposição de atribuições ou responsabilidades com SAC ou mesmo Anac, eu não acredito que tenha, ou que esteja havendo assim tão significativamente, está certo?

Como o Fábio colocou, a Anac é muito reguladora e fiscalizadora – aspectos de segurança e dos serviços aéreos, das duas seguranças: *security* e *safety*.

A Infraero, hoje, como empresa pública, está concentrada na provisão e no atendimento a esses parâmetros, eu diria, nos principais aeroportos do País, dos de capital e alguns outros, e a SAC ligada diretamente à Casa Civil, à Presidência, ligada diretamente à Presidência, eu acho que tem a parte político-estratégica para o sistema.

Então, uma série de programas que antes eram entendidos serem do DAC, com a separação entre o típico regulador e o típico de Governo, ou do Poder Executivo, eu acho que as coisas começam a caminhar de forma mais harmônica, vamos chamar assim.

Meu entendimento, na questão de planejamento de sistema, organização do sistema, tanto da estruturação para a aviação, como para a infraestrutura em decorrência, vamos chamar assim, é uma atribuição típica, em termos de propostas, ou de trazer as propostas para a discussão do Executivo, naturalmente, atendendo à questão da regulação, que está sendo amadurecida e aperfeiçoada pela agência.

A Infraero, hoje, é a maior operadora, mas é uma situação que também pode evoluir, e tem um papel sig-

nificativo nessa provisão de serviços de infraestrutura para o transporte aéreo.

Algumas questões a respeito da política tarifária ou das práticas tarifárias, que também foram levantadas, eu não vou conseguir contrapor, e nem é o caso de contrapor, mas até de buscar um entendimento sobre esse cenário dos últimos anos.

Nós temos nitidamente a divisão entre o que é o chamado Grupo 1, que são os operadores regulares, e Grupo 2, que são as outras empresas e também os do setor privado.

E tinha o que vou chamar de alguns incentivos em termos de tarifas unificadas e de redução que, eventualmente, o senhor tem mapeado quando aconteceu e eu não tenho até porque duvidar disso.

O fato de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Ok. Eu somente farei um comentário que é mais de ordem geral. Às vezes confundem a Infraero com a formuladora de políticas e inclusive da política tarifária; e talvez tenha havido uma razão bastante forte para isso.

A Infraero sempre foi o coletor do Sucotap. Então, apesar de ela ser a operadora desses 66 aeroportos, cobra pelos 186. E para cobrar dos 186, ela depende de uma coleta de informações que às vezes não se esgota dentro do universo de 66. Não significa isso que tenha ou não erros dentro do sistema Infraero, mas pode ter também fora do sistema Infraero.

Agora, também tenho absoluta certeza de que os pedidos de revisão talvez sejam trabalhosos, mas são executados e revistos esses valores. Eu não sei o quanto isso tem dado de mão de obra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Hoje, a Infraero tem consciência de que a somatória das duas tarifas – a tarifa da Infraero e a do Decea – atingem esse percentual de 10%, 9%, 11%?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – No setor da aviação não regular eu não tenho essa evidência, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é importante.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Esses números que eu trouxe e foram os que apresentei são fruto do anuário estatístico da Anac; o módulo econômico que é processado em cima das concessões de empresas regulares do transporte aéreo.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GRACIOSO MORAES – Um apartezinho, por favor.

É importante que alguém ou a Anac, que recebe todo ano um relatório de dados estatísticos de cada empresa de taxi aéreo, tenha o poder, se essa empresa não der lucro ou negligenciar em algo, de cassar a concessão dela. Alguém, ou Anac, ou Infraero, precisa

entender que um quilômetro de um turbo-hélice ou de um motor a pistão há quatro ou cinco anos praticamente não é alterado.

A Anac e a Infraero precisam entender que um segmento muito grande de compensação de malotes bancários foi extinto. A Anac e a Infraero precisam entender que com a quantidade de aeronaves novas entrando para empresários e empresas *corporate*, que eram tomadoras do serviço de taxi aéreo, tal serviço hoje cessou. E que alguns desses ainda estão fazendo taxi aéreo clandestino. Então, alguém precisa chegar e dizer quanto vale, realmente, uma tarifa aeroportuária para um taxi aéreo? Não é simplesmente pegar a 121 e falar que é isso aqui. Então, tem que ser analisado no relatório o faturamento real da empresa. O Rui conhece bem esse segmento.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – É. Eu só vou pontuar uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – É importante, viu, Luiz, ter esse conhecimento que às vezes a Infraero não tem. Por exemplo, ele quer dizer que a soma das taxas aeroportuárias, hoje, estão custando, para a empresa de taxi aéreo, mais do que os impostos; a questão fiscal.

Por exemplo, colocou-se, inclusive no encontro com a Anac, com vários do setor, que gira em torno de 9% o custo fiscal e as taxas estão dando 12%. Isso é possível a Infraero observar e corrigir o rumo disso tudo.

Pois não, continue.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Eu não tenho acompanhado esses números *pari passu*. Acho que é uma linha de debate interessante. Mas também devemos estar atentos para o fato de que estamos dentro da modelagem que é permitida em termos das tarifas.

Outra questão de que se estava falando é a respeito da redução, para a terceira e quarta categorias de aeroportos, das tarifas; mas somente para as operações do Grupo 1.

Eu, realmente, não tenho dados de como, a partir de quando – não é nem duvidando aqui – ou do que tenha levado a isso. Mas posso até buscar e depois manter a comissão informada.

O SR. JOSÉ HENRIQUE GRACIOSO MORAES – Somente mais um apartezinho. É sobre a modelagem de cobrança de tarifa aeroportuária hoje somada com o Decea.

Por exemplo, estou falando da região em que opero. Tenho um voo que faço de Belém para Santarém, passando por Altamira, em que fico uma hora e pouco sem comunicação com o centro amazônico. Mas estou pagando por isso.

Eu tenho uma operação de Infraero em que decolo de Santarém – faço 50 por mês – para Juriti, uma fábrica

ca de uma empresa de alumínio que não tem nada; ela administra a pista ali. Eu tive esse preço majorado em 100% de Infraero, sem benefício nenhum. É um aeroporto da categoria do de São Luís usado por todas as empresas de táxi aéreo, inclusive uma linha aérea que levou o dono dela, César Pena Fernandes, da Penta Transportes Aéreos, a cometer a loucura de fazer um aeroporto particular para ele, porque não aguentou pagar tarifa aeroportuária e quebrou. A empresa dele quebrou, como várias.

Então, é um aeroporto que está praticamente sem operação. Pouquíssima operação, se o senhor vir aí nos percentuais, com um custo altíssimo, no meio do nada. Por isso, eu gostaria de entender essa regulação.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Sr. Presidente e colegas daqui, eu não tenho condições de entrar nessa parte da formulação da questão tarifária, dessa política. Eu posso até, se o senhor concordar, buscar isso lá dentro.

Mais um comentário, em termos gerais, que tenho entendido que está afligindo a indústria – vamos falar assim – é a questão da renovação dos contratos de concessão e de utilização das instalações dos aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Você fica devendo uma resposta e aquilo que não souber, não se preocupe. Fique à vontade. Aqui estão todas as perguntas.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Essa dos contratos...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Com relação a estabelecer os valores de reajustes sobre tarifas praticadas pela Infraero, quem tem essa resposta?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Como foi essa composição, ontem a nossa área de tarifas que dá para...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Está bem. Caso V. S^a deseje responder também por escrito... É como eu disse. Esta é uma subcomissão técnica. Os senhores terão acesso às notas taquigráficas da reunião. Então, naquilo que houver necessidade de fazer depois, nenhum problema. Fique à vontade.

Podemos ir para a outra.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Também um comentário geral a respeito da questão da relicitação ou licitação de espaços historicamente tidos como operacionais essenciais para os que militam na área tida como operacional para os aeroportos. Não entro em detalhes também – acho que a nossa área comercial tem condições de aprofundar no debate...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Depois, encaminha.

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Basicamente, o que visualizo é o seguinte: pelo lado dos órgãos de controle do Governo Federal, temos sido quase que compulsado a buscar essa nova ordem em termos de licitação e tudo mais, em cima da regulamentação da 113, que eu acho que está saindo uma revisão, não é, Fábio? Ou já foi publicada recentemente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Não, ainda não, mas deve estar saindo uma revisão da 113.

Então, as atividades tidas como operacionais, essenciais e tudo o mais têm tido uma revisão na parte conceitual e, de parte da própria Infraero, como a que cede os espaços, pelos prazos de vigência, pelas várias renovações desses contratos por que passamos, pelos órgãos de controle, temos sido quase que compulsados a relicitar ou licitar esses espaços. Certamente, em várias situações ou em algumas situações, vamos ter algumas inversões do comportamento histórico, não pela irrelevância de alguma atividade, mas por se começar a se aplicar a seletividade do que é um processo licitatório. É uma discussão em que se pode também aprofundar.

Um último comentário a respeito de concessões ou de construção de aeródromos privados ou de aeroportos privados. Eu acho que, em alguns locais, já tivemos até conversando sobre algumas situações dessas, principalmente no âmbito da SAC. O uso público de infraestrutura privada... Pelo menos na visão Infraero, o que enxergamos é que, desde que seja uso público, esteja submetido aos mesmos requisitos que é papel da Anac colocar. Então, essa insegurança jurídica em termos de investimentos me parece que é um dos fatores. Pelo lado da exploração, que a regra seja única para todos. Eu não acho que vá ser diferente, pelo menos pelo que tenho visto da parte da Anac, que tem sido o caminho que, cada vez, se trilha de forma mais veemente, que é o de buscar e trazer segurança nos dois sentidos, para o desenvolvimento da indústria. Acho que é uma discussão também que deva frutificar em um disciplinamento da exploração de infraestrutura, não só em concessões, mas também em investimentos privados, dentro do contexto da rede de aeroportos como um todo.

Fico devendo algumas coisas, mas acho que, no geral... Mando alguma coisa sobre a questão das tarifas e da atualização das concessões.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem, Luiz.

Quanto aos demais questionamentos, vamos aguardar. Pode encaminhar para a Subcomissão, no tempo oportuno.

Agora, com a palavra o Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil, Fábio.

O SR. FÁBIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI – Vou tentar também ser breve. Vou tentar compilar, ao máximo, as informações. Quanto àquelas que eu não tiver, vamos tratando.

É importante fazer o apanhado dos questionamentos e tentar...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Na realidade, esses contrapontos – só um aparte para colaborar com você – e esses questionamentos são no sentido de contribuir. Não estamos aqui para fazermos críticas. Não. Esses questionamentos não são críticas, mas são para aprofundar a discussão para encontrarmos soluções.

Por exemplo, observo muito, em relação à Anac, que esta Subcomissão vai dar uma grande contribuição à Anac. No final, pode ter segurança de que vamos fazer o máximo que pudermos para contribuir com essa agência, que é tão importante para a aviação no País e que precisa tanto de muitas legislações e de muito apoio do Senado Federal, do Congresso Nacional, para que encaminhemos condições para que a Anac, efetivamente, exerça o seu papel pleno.

Fique à vontade.

O SR. FÁBIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI – Perfeito, Sr. Senador.

De forma global, em relação à questão sobre as atividades em si, realmente a SAC – como o Miyada comentou – trata das políticas públicas e isso envolve, sim, o plano aeroviário nacional e envolve também o plano de outorgas que vai tratar justamente dos critérios e das priorizações para se atribuir responsabilidade, seja para a concessão, seja para a distribuição de aeródromos, de administração de Estados ou privados.

Junto com isso, também a questão da promoção do transporte aéreo regional. É do nosso conhecimento que a SAC está trabalhando nisso. Isso realmente visa evitar esses problemas que vêm sendo identificados na malha.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Fábio, eu gostaria da sua compreensão. O Prof. Cláudio vai ter de embarcar agora, às 9 horas. Ele tem de se dirigir ao aeroporto. Nós poderíamos ouvi-lo, para contribuir com o regresso dele?

O SR. FÁBIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Obrigado.

Com a palavra o Prof. Cláudio, para as considerações finais.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Eu gostaria só de - na realidade, não em relação às questões em si, porque as questões ficaram mais centralizadas com a Anac e a Infraero – comentar sobre uma observação que o senhor fez que eu achei muito relevante e que precisávamos deixar mais clara. Trata-se da liberdade das empresas aéreas em relação a forçar alguém de Palmas, por exemplo, vir a Brasília para depois ir para Belém. Na realidade, academicamente, dizemos que são as forças do mercado. Então, é muito difícil obrigar uma empresa aérea a colocar uma rota entre Palmas e Belém, por exemplo, porque ela vai atrás de ter as rotas mais lucrativas. O sistema é chamado de *hub-and-spoke*. Têm alguns pontos que juntam e, então, todo mundo chega naquele mesmo horário. Daí, esse problema da hora pico. Depois, fica tudo vazio. Por quê? Todo mundo chega a Brasília e a São Paulo. A Azul está fazendo em Confins, em Campinas. Todos os voos chegam naquele momento. O passageiro que veio de Palmas e quer ir para Belém, agora, vai pegar o voo que vai daquele lugar para Belém. Isso não é só no Brasil, isso acontece no mundo inteiro. Inclusive quando uma companhia que tem um *hub* num determinado aeroporto desaparece, o aeroporto também fica desesperado, não há o que fazer. Então, essas são as leis do mercado.

Eu, como paraense, também reclamo muito de eventualmente ter de fazer uma rota... Mas qual a forma que temos de resolver esse problema? Incentivar mais a aviação regional.

Então, você, de Palmas, talvez não consiga, digamos assim, uma TAM, uma GOL, para fazer a rota para Belém, mas talvez uma Azul tenha esse interesse, porque já opera com esses voos... Aliás, a política de determinadas empresas veio neste sentido, de satisfazer esses... É incrível, por exemplo, de Teresina para São Luís, não há; não há voo direto. Ou de Teresina para... Todo mundo tem de fazer Belém, São Luís, Teresina... Não há voos diretos, conectando AS várias capitais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Professor, só um aparte.

Hoje há vários Estados na Amazônia, que não se ligam por voos.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por exemplo, nós pertencemos à Amazônia, região Norte. Antigamente – não sei, às vezes o mercado muda –, havia linhas, sim, que saíam de Brasília, Palmas, Imperatriz, Belém...

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Sim, mas eram os pinga-pingas. Eram os pinga-pingas. Hoje em dia, para se operar com avião grande, ele tem de ter uma certa quantidade de passageiros, senão o voo

é deficitário. Aí tem de ser um avião menor. Para ser um avião menor, aí é a aviação regional. Aí é colocar um avião mais adequado para aquela rota, para a densidade daquela rota.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E, no passado, Senador, o Governo criou a suplementação tarifária, exatamente para desenvolver... Então, o que era interesse do Governo – por exemplo, o de que se desenvolvessem alguns polos, algumas cidade... Isso era feito através de suplementação tarifária.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Eu estive em um encontro – de forma muito rápida –, lá em Belém... O senhor é paraense, não é?

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Sou. Sou de Belém.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Que bom. Era um encontro de governadores da Amazônia. O que eles mais colocaram foi exatamente isto: a integração da Amazônia pela aviação não está acontecendo, não está ocorrendo.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Mas ali não...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Aí, não se ligam com o Acre, que não se liga com Tocantins, que não se liga com parte do Maranhão, em que uma parte pertence ao Nordeste e outra à Amazônia, ao norte.

Resultado: acho que se fizermos um bom planejamento, se não ficarmos apenas nas mãos das empresas que têm... Eu imagino que o Governo Federal tem de ter um instrumento não para dar prejuízo às empresas – não é isso, não –, mas que elas operem, também, de modo razoável, porque, se se deixar, as empresas só vão querer operar a *full*. Por isso, digo que falta...

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Eu tenho a impressão de que um voo Palmas, Brasília, Imperatriz, Belém... Não sei, não entendo de economia, mas que há um fluxo muito grande... Hoje, o que há de passageiros de Palmas para Belém, para Manaus é muita coisa. E eles têm de vir a Brasília para depois...

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Sim, meu ponto é o de que talvez não seja a ideia de obrigar, de forçar uma empresa aérea, ou de regular de tal ordem o mercado, que as empresas tomem prejuízo, etc. O mercado, a indústria de transporte aéreo, as empresas aéreas – não estou para defender nenhuma delas, mas esse é um mercado muito difícil de ser mantido. Ninguém ganha dinheiro, hoje em dia. A empresa aérea hoje não ganha dinheiro ou ganha por muito pouco tempo e logo... É o que vemos no mundo inteiro.

Então, temos de tomar um certo cuidado com isso. Tem-se de fomentar, mas talvez outros níveis de aviação. Talvez a aviação regional pudesse fazer esse papel de integrador. Não sei se com suplementação ou, pelo menos eu diria, com a dotação de uma infraestrutura adequada para a operação.

Hoje em dia, há empresas aéreas – a Trip é uma delas –, que têm interesse em determinadas rotas, mas que não conseguem fazer, porque o aeroporto não comporta ou não tem balizamento noturno, etc.

Bem, eu tentei contribuir. E qualquer dúvida, qualquer coisa que queiram... Posso também responder por escrito a alguma colocação que seja feita.

Agradeço o convite. Senti-me bastante honrado em estar aqui. Aprendi muito, também, com os colegas aqui, com suas manifestações. E estou à disposição para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Obrigado, professor.

As notas taquigráficas irão para o senhor. Naquilo que o senhor puder contribuir, mesmo às vezes nos questionamentos direcionados à Infraero e à Anac, sinta-se à vontade. Vamos receber com muito prazer.

E agradecemos a presença de V. S^a nesta audiência pública. Sua presença e sua fala contribuíram muito para com esta audiência pública.

O SR. CLÁUDIO JORGE PINTO ALVES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Vou aguardá-lo também, porque vamos pegar o mesmo voo. Vai falar alguma coisa?

O SR. LUIZ KAVUMI MIYADA – Quero agradecer, mais uma vez.

Obrigado a todos por terem ouvido as reivindicações. A gente está à disposição também.

Estou deixando este estudo que a gente fez, baseado em números, realmente, que é o que está aqui, o ocorrido em relação à Infraero, ao DECEA, a procedimentos. Vou mandar um para a Subcomissão para apreciação de todos. E estou à disposição.

Mais uma vez, obrigado. Obrigado, Presidente, obrigado a todos. Desculpe-me qualquer probleminha que tenha... Não domino muito o ato de falar. Mas obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Obrigado, Comandante Henrique, pela presença, pela fala. Eu tenho a impressão de que, com sua fala, com certeza, a Infraero sensibilizou-se, através da pessoa do Dr. Luiz.

Com certeza, a Infraero deverá fazer uma reanálise e encontrar o melhor caminho em relação às suas colocações.

Então, com a palavra, Fábio.

O SR. FÁBIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI –

Então, só complementando o que estávamos conversando. Conversamos um pouco sobre as atribuições de saque, o entendimento de que a Anac realmente é o órgão regulador e fiscalizador e que, no caso, a Infraero é um grande e importante prestador de serviços na parte de infraestrutura aeroportuária.

Essa questão da Resolução nº 113, de como ela funciona, realmente, ela inverteu todo o sentido que existia da antiga Portaria nº 774, que estabelecia uma série de regras que deram liberdade para o operador aeroportuário determinar o tratamento nas áreas que estão em seu sítio.

Essa questão em si, de toda forma, acho que talvez a aviação esteja, nesse entendimento que o Sr. Rui comentou... Talvez a gente esteja pecando ao contrário do que se pecou na mobilidade urbana, quando se investiu tanto no transporte individual, no transporte menor e se ignorou o transporte de massa. Talvez o transporte aéreo esteja pecando do outro lado. Foca-se muito num transporte de massas, e às vezes, de repente, pode-se estar esquecendo um pouco esse centro formador, porque muito mais importante do que o próprio transporte em si, realmente é o centro formador de capacitação de pessoas que tratam da aviação.

Mais um ponto bem direto, a questão da mobilidade urbana. Tanto em aeródromos pequenos, que têm dificuldade de acessibilidade, a gente nota essa dificuldade, realmente, quanto isso influencia o serviço que tem de ser prestado pelo transporte aéreo, que inerentemente é um transporte rápido. Busca-se ter um acesso rápido, ou seja, não se espera ficar por três horas no trânsito, para se chegar e fazer um voo de uma hora. Isso afeta, sim, os aeródromos pequenos, mas afeta também os aeródromos grandes.

A gente tem o exemplo de Guarulhos. Muitas vezes, as pessoas, pela falta de expectativa clara do tempo que vão levar para chegar ao aeroporto, chegam seis, sete horas antes de um voo. Isso, obviamente, afeta consideravelmente a infraestrutura, quando se tem um grupo de pessoas lá, como as que andam no terminal aeroportuário. Isso também afeta dos dois lados. Faz todo o sentido.

Estou tentando ser bem breve, mas, enfim, perde-me se não estou sendo claro.

Eu queria só fazer mais dois pontos, bem rápidos. Quanto à questão de Araguaína, realmente, como o senhor mencionou, todo o investimento que está sendo feito naquele aeroporto é de crucial importância. Melhorou muito, com certeza, a infraestrutura. Nós ainda não fizemos a inspeção. Inclusive, pessoas que participaram de audiências públicas, se não me engano,

por duas vezes, estiveram em Araguaína, para tratar do aeroporto.

Mas a questão, enfim, que talvez tenha delongado mais, que tenha atrasado um pouco mais a abertura do aeroporto foi realmente a da macrotextura no pavimento. E a gente entende que, agora, com essa movimentação do operador aeroportuário em apresentar proposta, quer dizer, ele não vai operar, de repente, com a pista molhada, mas é importante que manifeste e diga como vai fazer isso, inclusive, como informa as empresas, como trata da situação para que a Anac faça essa análise de isenção de requisito. Agora estamos neste momento de o operador apresentar as propostas para fazermos essa análise.

Por fim, um comentário que foi feito também pelo Rui a respeito do *security*. Tem toda a razão sobre isso. O Comandante Rolim comentava que o ótimo é inimigo do bom e meu pai sempre falava isto: o ótimo é inimigo mortal do bom. Realmente, há muita coisa a se aprimorar.

Obviamente, na regulamentação do *security* existem níveis. Hoje, temos a inspeção de segurança obrigatória, que é um padrão internacional, para aeroportos que operam, se não me engano, 30 ou 60 assentos. Vou tentar lembrar qual é a regulamentação.

E você termina tendo, sim, essa discrepância. Notoriamente, se o operador aeroportuário não faz essa inspeção... É claro que o operador aeroportuário, até certo nível, tem que ter uma segurança de quem está entrando na sua aeronave. Penso que existe esse nível de preocupação também. Obviamente uma pessoa que tem a intenção de prejudicar ou afetar outras pessoas pode entrar em uma aeronave e fazer alguma coisa danosa. E esse é o tratamento que o operador aéreo, nesses casos, termina tendo que lidar.

Não nos omitimos disso, mas entendemos que existe uma gradação da regulamentação que trata disso. Muito pode ser aperfeiçoado nesse aspecto e acho que é uma coisa a ser discutida.

Tentei abordar muito rapidamente, mas com o passar da hora, acho melhor não nos alongarmos muito.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Agradeço. A contribuição de V. S^a foi muito grande. Alguns pontos que ficaram, V. S^a pode encaminhá-los para a Subcomissão com tranquilidade.

O Comandante Rui deseja fazer alguma consideração final?

O SR. RUI THOMAZ DE AQUINO – Só rapidamente. Embora a minha vida inteira – 38 anos – tenha sido na aviação geral executiva... Sou um dos fundadores da Abetar e fiquei por muito tempo no transporte

aéreo regional. Assim, continuo defendendo que essa parte é muito importante para o crescimento do País e para a formação de empresas. Já apresentamos várias sugestões e vários projetos.

Com certeza, no dia da Abetar, vão ser discutidos... Embora o Governo seja contra a desregulamentação americana, mas de alguma forma, no Brasil, deveria ter alguma interferência na parte do horário e também para onde é que o Governo quer que voe e buscar um encontro econômico, porque isso já existiu. Nós já operamos 400 cidades. E, na época, isso era conduzido pela CLA, no DAC e funcionou muito bem e o País chegou aonde chegou graças a isso.

Assim, de uma forma inteligente e buscando um equilíbrio econômico, convidando as empresas e dizendo: temos isso aqui, apresentem-me um estudo. É claro que podemos fazer uma linha regular regional com seis, com dez, com vinte, com trinta, com quarenta, não precisa ser com setenta passageiros, é só buscar esse equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem. Obrigado pela sua presença e pela sua fala, Comandante Rui.

Havendo número regimental, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª reunião.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convido os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 9 de abril, segunda-feira, neste plenário, às 17 horas, com os convidados: Sr. Brigadeiro do Ar Carlos Alberto da Conceição, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Cenipa; Sr. Carlos Eduardo Magalhães Silveira Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronaves da Anac; Sr. David da Costa Faria Neto, Superintendente de Segurança de Operação da Anac; e o Sr. Ronaldo Lemos, Agente de Segurança de Voo.

Antes agradeço mais uma vez a presença dos ilustres visitantes: o Dr. Luiz Miyada, representando a Infraero; o Dr. Fábio, representando a Anac; os Comandantes Rui e Comandante Henrique; e o Prof. Cláudio, que contribuíram muito com esta Subcomissão com suas presenças e suas colocações.

Agradeço a todos que participaram conosco da Subcomissão, consultores, assessores, representantes de outras entidades, como também da imprensa que cobre esta Subcomissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)

Ata da 6ª Reunião da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 09 de abril de 2012, segunda-feira, às 17 horas, no plenário nº 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às dezessete horas e sete minutos do dia nove de abril de dois mil e doze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente da Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e registra a presença das seguintes autoridades e visitantes: Tenente-Coronel Décio Augusto Maruci, do Comando da Aeronáutica; do Major Felipe da Silveira, do Centro de Comunicação da Aeronáutica; da Tenente Jornalista Raquel Damasceno; do Tenente Jornalista Willian Cavalcanti; e do Sargento Bruno Batista, Fotógrafo da Aeronáutica. Sejam bem-vindos. Sr. Olimar José Costa, da Associação Nacional dos Aeronautas; o Sr. Pablo Henrique, Assessor Parlamentar da SAC, Rodrigo Castanheira, piloto comercial; Paulo Rogério Licati, especialista em Segurança da Aviação Aeronavegabilidade Continuada e Comandante Aguirres, da Abrapac.. O Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da 5ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os Senhores expositores: Coronel Aviador **Frederico Alberto Marcondes Felipe**, Chefe da Divisão de Aviação Civil do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA; **Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino**, Diretor de Operações de Aeronaves de Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; **Ronaldo Jenkins de Lemos**, Agente de Segurança de Voo. O Presidente comunica que a presente Reunião destina-se a debater as políticas públicas das instituições ligadas à segurança e prevenção de acidentes da aviação civil brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012-CISTAC, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas “para discutir políticas públicas para a Aviação Civil brasileira”. A seguir, concede a palavra aos respectivos expositores. O Presidente questiona os expositores sobre possíveis soluções a ser apresentadas na mitigação dos problemas do setor aéreo nacional e regional. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vicentinho Alves**

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de convidar para compor a Mesa, anuncio as presenças do Coronel Aviador Frederico Alberto Marcondes Felipe, Chefe da Divisão de Aviação Civil do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa); do Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronaves de Agência Nacional de Aviação Civil – Anac –; do Dr. Sr. Ronaldo Jenkins de Lemos, Agente de Segurança de Voo; do Tenente-Coronel Décio Augusto Maruci, do Comando da Aeronáutica; do Major Felipe da Silveira, do Centro de Comunicação da Aeronáutica; da Tenente Jornalista Raquel Damasceno; do Tenente Jornalista Willian Cavalcanti; e do Sargento Bruno Batista, Fotógrafo da Aeronáutica. Sejam bem-vindos.

Cumprimento o Sr. Olimar José Costa, da Associação Nacional dos Aeronautas; o Sr. Pablo Henrique, Assessor Parlamentar da SAC, Rodrigo Castanheira, piloto comercial; Paulo Rogério Licati, especialista em Segurança da Aviação Aeronavegabilidade Continuada e o companheiro Comandante Aguirres, da Abrapac.

Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública.

Costumo, ao iniciarmos a nossa audiência, fazer pequenas considerações sobre o tema.

A audiência pública de hoje é uma das mais importantes, dentro dos debates promovidos pela Subcomissão de Aviação Civil, uma vez que aborda a maior preocupação das autoridades aeronáuticas no controle e na promoção da atividade aérea: segurança de voo.

Nesse sentido, para garantir que tal objetivo se consolidasse como norte em nossa aviação, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) foi criado em 1971, como órgão central do Sistema de Investigação e Prevenção dos Acidentes Aeronáuticos (Sipaer), vinculado, então, ao Ministério da Aeronáutica.

A criação do Cenipa representou o surgimento de uma nova filosofia a ser difundida no País. A palavra

inquérito foi substituída e as investigações passaram a ser realizadas com o único objetivo de promover a prevenção de acidentes aeronáuticos, em concordância com normas internacionais (Anexo nº 13 da Organização de Aviação Civil Internacional), sendo que seu trabalho é reconhecido mundialmente pela excelência, conseguindo contribuir para que o Brasil atingisse altos padrões de segurança.

O Cenipa também proporciona seus préstimos para aeronaves estrangeiras que venham a sofrer um incidente ou um acidente sob sua jurisdição, pois o mesmo está apto a cooperar com qualquer uma das suas congêneres internacionais, o que, aliás, tem feito com grande competência. Entretanto, com o advento da criação da Anac, em 2006, as discussões passaram a ser no sentido de quem assumiria a responsabilidade pela investigação nos casos de acidentes aéreos, bem como pela promoção de sua prevenção, conforme já era previsto pela Lei Complementar 97, de 1999.

Dentro desse cenário, a aviação civil brasileira vem crescendo, tanto em horas voadas, como em número de aeronaves, a uma média de dois dígitos ao ano, sendo que, em contrapartida, segundo o próprio relatório do Cenipa, o número de acidentes aéreos em 2011 aumentou 41% em comparação com o ano de 2010, sendo registradas 156 ocorrências, das quais 26 com helicópteros e as demais com aviões de várias categorias. Com uma tendência, continua o número de acidentes em 2012, pois segundo análise dos primeiros 60 dias, já aconteceram mais de 40 ocorrências, somando acidentes de menor gravidade e acidentes com mortos e feridos.

Assim, como o Brasil possui a segunda maior aviação geral do mundo, é um destino de negócios cada vez mais interessante por parte da comunidade internacional e conta com uma aviação regular interna que bate recordes seguidos em números de passageiros transportados, há a afirmação de que uma política pública voltada à segurança da aviação brasileira representa interesses que ultrapassam nossas fronteiras, tendo em vista que existe a clara vontade, por parte de diversos países, de que o Brasil deixe o Grupo 1 do Conselho da Organização da Aviação Civil internacional, sendo que, nesse sentido, os investimentos na ampliação da infraestrutura aeroportuária ainda não têm sido percebidos pelos usuários do sistema, especialmente pela aviação geral.

Passamos então, neste momento, para as suas considerações, ao Coronel Aviador Frederico Felipe.

Nós vamos iniciar cronometrando 15 minutos, mas, caso haja necessidade de um tempo maior, nós haveremos de prorrogar.

Portanto, com a palavra o Coronel Frederico, para as suas considerações.

Desde já agradecemos o atendimento do convite por parte de V. S^a, por parte do Pellegrino, nosso companheiro e amigo, e por parte do Jenkins.

Portanto, agradecendo, sejam todos bem-vindos. V. S^a tem a palavra.

O SR. FREDERICO ALBERTO MARCONDES FELIPE – Senador Vicentinho, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores presentes, eu gostaria de dizer que é um prazer muito grande poder estar aqui, nesta subcomissão, para trazer um pouquinho das atividades que são desempenhadas pelo Cenipa, atuando na área de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

Próximo.

Vamos seguir um breve roteiro. Vamos falar um pouquinho sobre o histórico, brevemente, porque uma grande parte já foi até citada pelo Senador Vicentinho, vamos falar sobre o sistema, o Sipaer, Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, sobre as atividades desempenhadas pelo Cenipa na área de investigação, na área de prevenção de acidentes e os cursos que o centro realiza, visando a capacitar a comunidade aeronáutica de pessoal capacitado.

Então, um breve histórico.

Nós temos o nosso primeiro acidente fatal registrado em 1908 e, como o Senador já colocou, inicialmente a investigação era feita através de inquéritos, que buscavam apontar culpados, responsabilidades. Isso aí foi mudando com o decorrer do tempo.

Em 1951, surgiu a sigla Sipaer, significando, naquela época, Serviço de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, quando foi elaborado o primeiro programa de prevenção de acidentes aeronáuticos da aviação brasileira.

Em 1966, houve a substituição do inquérito pela investigação de acidente aeronáutico, dando início a essa dualidade de investigações que existe hoje em dia. Então, temos a investigação do Sipaer, que busca unicamente a prevenção de acidentes aeronáuticos e temos a investigação realizada pelas polícias, pelo Judiciário, buscando verificar se houve culpa ou responsabilidade no acidente aeronáutico.

A partir de 1971, então, o Sipaer passou a ser um sistema. Houve a criação do Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), como já foi dito.

Em 1982, houve uma reorganização do Sipaer e a criação do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, comitê que congrega diversas entidades ligadas à aviação e que busca debater assuntos importantes para a prevenção de acidentes.

Em 2007, foram criados os serviços regionais de investigação de prevenção de acidentes aeronáuticos, órgãos regionais subordinados ao Cenipa para realizar atividades de investigação e prevenção de acidentes.

Então, aqui a gente tem a distribuição dos sete Seripas (Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos) pelo Brasil, com suas respectivas áreas de atuação, e o Cenipa, localizado em Brasília. Eles atuam, então, cada qual na sua área, em atividades de investigação e prevenção.

O Sipaer tem como característica promover a realização de ligações sistêmicas. O que isso quer dizer? É um sistema composto por diversos elos. O Cenipa é o elo central, órgão central desse sistema, com a finalidade única de orientar o sistema. Não há uma subordinação hierárquica dentro dele. Essas ligações que ocorrem entre o Cenipa e os elos também ocorrem diretamente entre os elos. Isso facilita o intercâmbio de informações diretamente entre os elos, sem necessidade de intermediação de outro órgão. Isso para a prevenção é muito importante, porque a prevenção de acidentes aeronáuticos depende da informação. A gente necessita da informação para que possa focar os esforços naquelas áreas que estão requerendo mais atenção, e essa concepção de sistema permite que isso aconteça.

O Cenipa trabalha, então, em duas áreas: investigação e prevenção de acidentes. Na área de investigação, tudo tem início após a ocorrência de um acidente ou incidente aeronáutico, com ação inicial. A ação inicial é aquele momento em que o investigador vai coletar dados e preservar evidências para que possa, posteriormente, analisar isso tudo, visando a entender como aquele acidente aconteceu, visando a reconstruir a sequência de eventos que levou ao acidente. Então, essa ação inicial é muito importante, uma coleta bastante ampla de dados. Quanto mais informações forem coletadas, melhor vai ser a investigação.

A fase seguinte é a de análise desses dados, onde se vai pegar toda essa informação que foi coletada, e vamos buscar analisá-la para descobrir o que aconteceu. Muitas vezes, grande parte da informação disponível vem dos gravadores de voo, como o que está na foto aí.

Para que isso possa ser feito... Anteriormente, dependíamos de órgãos no exterior, como NTSB (National Transportation Safety Board), nos Estados Unidos, o BEA (Bureau Enquetes Accidents), na França, o TSB (Transportation Safety Board), no Canadá, para que pudéssemos fazer a leitura desses gravadores de voo. No entanto, a partir de alguns anos para cá, o Cenipa se capacitou, adquiriu equipamentos, capacitou seu pessoal para realizar esse tipo de trabalho aqui mesmo

no Brasil. Isso foi um grande avanço para a atividade de investigação. Nós ganhamos tempo nos nossos processos, nós economizamos recursos e temos mais agilidade para realizar as investigações. Aqui, temos um exemplo do equipamento.

Próximo.

Neste aqui, pode-se ver um equipamento que existe lá numa sala, para que possa ser feita análise de *briefing*, das investigações, e vê-se a construção de gráficos, e a reconstituição do voo que pode ser feito no Cenipa, com base nos dados gravados pelos gravadores de voo. Essa reconstituição permite uma análise melhor dos eventos que antecederam o acidente aeronáutico.

Aqui, temos um exemplo de gráfico produzido através dos dados do gravador de voo. Como é fácil perceber, é um gráfico bastante complexo. Cada uma dessas linhas representa um parâmetro, pode ser altitude, velocidade, inclinação, potência dos motores, e nas aeronaves mais modernas a gente pode ter até três mil parâmetros. Então, o fato de recuperar a caixa preta, o gravador de voo, e fazer o *download* desses dados não significa que a investigação está encerrada e que a gente descobriu o que aconteceu. Vai nos fornecer muita informação, mas ainda vai exigir um trabalho bastante extenso, bastante dedicado em cima desses dados para poder então escolher os dados que vão ser mais significativos para o acidente e poder fazer as comparações para chegar a alguma conclusão.

Quanto à investigação, além dos gravadores, há um trabalho muito extenso, por exemplo, quando a gente tem que analisar um motor de aeronave para saber se esse motor estava ou não funcionando na hora em que a aeronave colidiu com o solo. Então, vai ser feita a desmontagem do motor, a análise dos seus componentes, verificação de estado geral.

Muitas vezes, a gente vai encontrar uma situação como esta foto mostra: uma fratura. E vai ser muito importante a gente descobrir se essa fratura aconteceu antes ou depois do impacto com o solo; se ela foi causa ou consequência de a aeronave ter colidido com o solo. Para que isso seja feito, então, a gente tem laboratórios no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Aeronáutica lá em São Jose dos Campos, laboratórios com equipamentos precisos como o que produz esta imagem, feita num microscópio eletrônico de varredura. Além dos equipamentos, temos engenheiros capacitados com muitos anos de experiência que são capazes de, por meio de análise desse tipo de informação, nos dizer se essa fratura aconteceu por fadiga do material, se houve algum processo de corrosão ou se simplesmente foi processo decorrente da sobrecarga do impacto.

Além disso tudo, então nós vamos ver várias áreas, meteorologia, qualificação, treinamento, manutenção, tráfego aéreo, aspecto psicológico, fisiológico, aeródromo e várias outras áreas que estiverem relacionadas com o acidente aeronáutico para poder compor então um retrato bastante completo da investigação.

Após toda essa análise, é produzido o relatório final que vai ser o documento que dará a divulgação de tudo o que foi feito e das conclusões, dos fatores contribuintes para o acidente e das recomendações de segurança de voo. Cabe ressaltar que as recomendações de segurança de voo, que são o principal produto da investigação, são aquelas medidas de prevenção que a gente coloca para que o acidente não volte a acontecer e não necessariamente precisam esperar a conclusão do relatório final. Então elas são emitidas mesmo durante a investigação, assim que a gente obtém subsídios que permitam que a gente faça uma recomendação de segurança de voo. Então, assim que possível ela é emitida para que a gente não perca a oportunidade e para que as medidas de prevenção sejam tomadas no menor prazo possível.

Os relatórios finais são colocados na íntegra à disposição de todas as pessoas no *site* do Cenipa. Então a gente tem aí a capa do *site* na parte de investigação, relatórios finais. Todos os relatórios finais são colocados na íntegra para que todos possam acessar o conteúdo total do relatório.

Falando um pouquinho de prevenção, dentro da filosofia que rege o Sipaer, um dos princípios é: a prevenção de acidentes requer mobilização geral. Requer quer haja o envolvimento de todos com a atividade. O Cbau, o Código Brasileiro de Aeronáutica, no seu artigo 87, também trata da prevenção; ele fala que a prevenção de acidentes aeronáuticos é da responsabilidade de todas as pessoas, naturais ou jurídicas, envolvidas com a fabricação, manutenção, operação e circulação de aeronaves, bem assim com as atividades de apoio da infraestrutura aeronáutica em território brasileiro. Por aí a gente vê que a prevenção não é assim restrita a uma pessoa ou a uma organização; ela é o somatório de atitudes, de atividades desempenhadas por todos aqueles que têm algum envolvimento com a atividade aérea porque todos têm influência efetiva no resultado daquela atividade, desde aquela pessoa mais simples que muitas vezes está trabalhando numa função bem simples relacionada à empresa aérea ou a um aeroporto, ou o que seja, até o comandante da aeronave que está comandando uma aeronave com vários passageiros a bordo.

Então, dentro dessa área de prevenção, a gente tem como exemplo o envolvimento da comunidade aeronáutica, o comitê nacional de prevenção, que é

um fórum que congrega aviação militar do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, as empresas aéreas, os sindicatos, os fabricantes de aeronaves, representantes da aviação em geral, da aviação executiva, de táxi aéreo, formando um grande fórum que propicia debates importantíssimos relacionados à prevenção de acidentes no Brasil.

Além disso, a prevenção possui diversas ferramentas. Então, o Programa de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, o PPAA, que é uma ferramenta importante para que cada organização possa planejar suas atividades de prevenção, temos relatórios de prevenção confidencial para segurança de voo; o banco de dados da prevenção, que é um banco de dados que está em fase final de elaboração pelo Cenipa, vai disponibilizar para toda a comunidade aeronáutica informações provenientes dos relatórios de prevenção; a ficha de notificação de raio *laser*, que também foi criada pelo Cenipa recentemente, já está disponível no *site* do Cenipa para que a gente possa então ter informação de qualidade e orientar as ações de prevenção relacionadas a esse tipo de ocorrência, gerenciamento do risco aviário, em que o Cenipa também atua na prevenção da colisão com aves, as vistorias de segurança de voo, programas específicos como de análise de dados de voo, prevenção contra colisão em voo controlado contra o terreno, reuniões de prevenção, simpósios de segurança de voo e atividades promocionais. Todas essas atividades visam então à prevenção de acidentes e ao trabalho de conscientização da comunidade aeronáutica, a conscientização de todos para a importância do envolvimento de todos com a atividade de prevenção, trabalhar com a conscientização da importância da atividade de cada um no resultado final da prevenção que vai ser o somatório dessas atitudes e dessas atividades.

Para capacitar as pessoas para que possam desenvolver atividades na área de investigação e prevenção, o Cenipa promove diversos cursos: curso de segurança de voo é o mais extenso que a gente tem, são sete semanas, é dividido no modo de investigação e prevenção, e temos os cursos de prevenção mais direcionados a áreas específicas, atividades aeroportuárias, manutenção, fotomaterial, controle do espaço aéreo, fator humano; todos esses são cursos de prevenção voltados para as especificidades de cada área.

Temos um curso de introdução ao Sipaer a distância que está sendo realizado este ano, é feito totalmente a distância e tem grande abrangência; já temos mais de 500 pessoas fazendo esse curso este ano.

O estágio de gerenciamento avançado da prevenção, que é um estágio direcionado aos dirigentes de organizações para que eles tenham então condi-

ções de fazer bom uso da prevenção na realização de suas atividades e o curso básico de análise de dados de gravadores de voo, voltado para investigadores para que eles então tenham condições de fazer uma boa análise de dados – que a gente viu que é uma atividade bastante complexa –, para que tenham todas as condições para extrair tudo o que for possível dos dados registrados pelos gravadores de voo, pelas caixas pretas.

Foram formados pelo Cenipa, desde 1970, 10.895 profissionais; só no ano passado, foram 837, e desses 10.895 foram 718 estrangeiros de todos estes países: Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Itália, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, São Tomé e Príncipe, Suécia, Suriname, Togo, Uruguai e Venezuela. Então, temos vários países amigos que também participam dos nossos cursos.

Esta é a sala de aula em que os cursos são ministrados no Cenipa. E aqui é o laboratório de destroços. O Cenipa possui um laboratório que poucos países têm oportunidade de ter como este, que possui destroços de acidente reais dispostos no terreno como foram encontrados, e permite um treinamento prático bastante realista para os investigadores, para que possam então fazer o treinamento, aprender como fazer a ação inicial, como realizar a investigação no local do acidente.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a atenção de todos.

Agradeço ao Senador Vicentinho a oportunidade de ter comparecido aqui e me coloco à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Nós é que agradecemos essa explanação, que muito vai contribuir para esta Subcomissão.

Eu sempre faço questão de ressaltar que esta Subcomissão é bastante técnica, Coronel Frederico. Quando chegarmos ao final, no segundo semestre, depois de ouvirmos todos os segmentos da aviação no País, queremos apresentar à Presidenta Dilma, ao Senado Federal e ao País um planejamento com suas legislações específicas.

Cada fala de um convidado, com certeza, vem contribuir com esta Subcomissão e somar a esse planejamento.

Muito obrigado.

Eu registro as presenças do Guilherme, da Trip Linhas Aéreas; do Guilherme Neto, da Anac; do Prof. Jorge, que tem contribuído muito com esta Subcomissão; do Paulo e do nosso consultor Vítor, estendendo os cumprimentos aos demais servidores e servidoras da Casa.

Também registro aqui a presença do Secretário, Alexandre, e cumprimentos e agradecimentos a todos que compõem a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Saúdo, também, o Comandante Nego Elson, que ali se encontra, o Gerson, marcando também aqui uma presença importante.

Nego Elson vem da aviação antiga, do Cesna 180, da Amazônia, desbravador de Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu e por aí afora. É da época do meu saudoso pai, quando voavam pela Amazônia afora, desbravando e também participando da integração deste País.

Cumprimento a Ilma, assessora parlamentar da Anac, que se encontra aqui.

Concedo a palavra ao Dr. Pellegrino para fazer sua explanação, por quinze minutos, prorrogável pelo tempo necessário.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Senador Vicentinho, obrigado.

Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar os demais membros da Mesa.

Senhoras e senhores aqui presentes, muito obrigado.

Para a Anac é muito importante, mais uma vez, estarmos aqui nesta Subcomissão especial para que possamos tratar do assunto de maior importância para a Agência, que é justamente podermos discutir o que é a segurança de voo, o que é o nosso trabalho para prover uma aviação cada vez mais segura.

Eu venho começar essa nossa apresentação, Senador, deixando clara uma coisa importante para o senhor: a Anac não tem entre suas atribuições nenhuma ação de investigação de acidente. Isso é importantíssimo. A lei que criou a Anac não deu essa ação à Agência, e ela não está nem um pouco preparada para isso.

A nossa ideia hoje é, mais uma vez, discutir – aí é o meu gancho – o nosso marco regulatório, a missão da Agência, nosso organograma, as nossas principais atribuições, uma visão geral da Agência, nossos limites de atuação e alguns indicadores que vão mostrar como está a nossa ação de segurança e como estão os nossos trabalhos para ter nossa presença em todo o País.

Próximo, por favor.

Logicamente todo o marco regulatório brasileiro começa pelo Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), Lei nº 7.565, que é datada de 86. Ela está sendo revista pela Câmara dos Deputados, com base na Lei de criação da Anac e outras necessidades que nós temos de aperfeiçoar, para isso é que existe tanto esta Casa como a Casa irmã, que é o Senado e a Câmara dos

Deputados. E a gente confia muito nesse trabalho de coordenação entre o Legislativo e o Executivo, para que a gente possa ter leis cada vez melhores para garantir a aviação civil.

Em 2005, então, dado que em 99 foi criada uma lei complementar do Ministério da Defesa e já previa o suporte para a criação de uma agência de aviação civil, em 2005, a Lei nº 11.182 fez nascer a Agência, que foi efetivamente colocada em funcionamento somente em março, no dia 20 de março, publicada no dia 21 de março de 2006. A Agência fez, no mês passado, seis anos de existência.

Ano passado, por uma decisão do Governo da Presidenta Dilma, foi editada a Lei nº 12.462, baseada na Medida Provisória nº 527, que criou, dentre outras coisas, a Secretaria de Aviação Civil, justamente um órgão para dar as políticas de governo para a aviação civil, dada a importância desse setor nesse nosso País de tamanho quase continental.

Próxima.

Com isso, dentro dessa visão toda legal, chegou-se à decisão – e aí é onde a Agência teve essa missão, votada por seus servidores – de que ela precisa promover a segurança e a excelência do sistema de aviação civil de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem-estar da sociedade brasileira.

Então, isso aí é o que Agência tem como mais importante. É a sua missão.

Próxima.

Como é que a gente cumpre essa missão? Como é que isso é executado?

Somos cinco diretores, o Diretor Marcelo Pacheco dos Guarany's é o nosso Diretor Presidente, que assumiu em julho do ano passado, e contamos com mais quatro diretorias especializadas: o Diretor de Regulação Econômica, que é o Diretor Ricardo Bezerra; Aeronavegabilidade, que é o Diretor Cláudio Passos Simão; o Diretor de Infraestrutura Aeroportuária, que é o Diretor Rubens Carlos Vieira; e eu sou de Diretor de Operações de Aeronaves, voltado justamente para a área de certificação de empresas que exploram o transporte aéreo e a certificação de aeronautas e aeroviários.

Para que a Anac possa ter o seu trabalho desenvolvido normalmente, ela conta com oito superintendências, sendo que em azul estão justamente as superintendências finalísticas. A importância que a Anac dá à segurança é tão grande que, das finalísticas, três são voltadas justamente para a área de segurança. Então, nós temos a visão da infraestrutura portuária, a visão da aeronavegabilidade, a visão da segurança operacional. Deixando também um aporte para a regulação e acompanhamento do mercado, para que

a gente tenha certeza de que estejam garantidos os direitos do consumidor, bem como que as empresas possam funcionar corretamente, para garantir o trabalho do Comandante Jenkins, que está aqui do meu lado, que elas continuem trabalhando corretamente e possam manter as suas aeronaves e seus pilotos devidamente organizados.

Agora vamos chegar às principais atribuições. Primeiramente, ela é autoridade de aviação, representa o Brasil em todos os fóruns como autoridade de aviação civil. Isso aí é muito importante ser identificado pelos senhores e senhoras. Por quê? Porque essa é uma função de conhecimento, quando a gente vai a qualquer fórum internacional, quando é preciso trocar algum dado, finalizar algum documento, é a autoridade de aviação civil que é conhecida mundo afora.

Ela regula e fiscaliza todos os provedores da aviação civil, logicamente excetuando a parte de navegação aérea que é do Comando da Aeronáutica e a parte do Sipaer, tanto técnica quanto economicamente. Quando a gente entra em operadores aéreos, aparece um conceito extremamente importante que é o da certificação. O que é esse conceito? O conceito, quando a gente está certificando alguma coisa, significa que eu tenho uma regra. Na parte de cima nós falamos de uma regulação técnica, justamente aquela regra que está garantindo os limites mínimos de segurança. Podemos voar? O comandante pode decolar com a sua aeronave? Sim, ele pode decolar porque tem um mecânico habilitado, com a carteira em dia com a Anac, cumprindo um programa de treinamento para que essa carteira seja validada, assina um diário técnico da aeronave e todo esse sistema trabalha em si coordenadamente e a Anac, dentro da sua função de fiscalização, faz o acompanhamento desses voos.

Para isso a gente emite as habilitações não só de aeronautas, mas também de aeroviários, como é o caso desse mecânico que citei como exemplo. Nós integramos o Sipaer, fazemos parte, somos um elo logicamente diferenciado, não somos uma empresa aérea, não temos aeronaves que estão voando de nossa operação, temos aeronaves, sim, que são colocadas em aeroclubes, mas não as operamos. Temos uma representação internacional, junto com o comando da Aeronáutica participamos da delegação brasileira dentro da Oaci, onde o comando da Aeronáutica tem o assessor da área de navegação aérea e a Anac tem justamente o assessor da área econômica.

A Resolução nº 141 é um grande exemplo da proteção ao passageiro e as nossas bolsas são exemplo justamente do fomento, da criação não só junto a aeroclubes, mas escolas, da formação cada vez mais aprimorada dos nossos aeronautas e aeroviários.

Para fazer todo esse trabalho, quais são as nossas ferramentas, onde vamos buscar nossas informações e como trabalhamos? A primeira coisa é que no Brasil somos signatários da Convenção de Chicago e as publicações da Organização de Aviação Civil Internacional são a célula *mater* onde somos auditados e depois vamos apresentar como foi essa auditoria com relação ao trabalho que foi feito em 2009 e agora vamos passar a ser continuamente auditados pela Oaci.

O segundo ponto mais importante que a gente tem é justamente as recomendações de segurança de voo que vem do Cenipa, como o coronel colocou claramente para gente. As recomendações de segurança de voo existem, são publicadas, não se espera o término de um acidente para que elas possam ser emitidas justamente para que possa – e uma das coisas mais importantes – que a autoridade possa verificar essa recomendação, olhar as suas regras e seus procedimentos e alterá-los, sim, e por isso trabalhamos juntos e coordenados, porque dos acidentes tiramos essas lições e essas lições podem ser traduzidas nas resoluções da Anac, em portarias para normatizar o processo, nos regulamentos de aviação civil, os nossos RBACs, que estão em substituição aos antigos RBHAs, nas instruções suplementares que estão sendo trocadas as antigas IACs, os nossos manuais de procedimentos internos para homogeneizar todo o trabalho de nossos inspetores, trabalhos de auditorias e fiscalizações onde verificamos justamente a aderência de nossos regulados aos regulamentos que colocamos como sendo obrigatórios e aos indicadores setoriais.

Os dados do Cenipa são informações extremamente importantes porque mostram a ação reativa, ou seja, o acidente aconteceu o que podemos fazer para evitar que ações como essa se repitam, mas temos outros indicadores. Buscamos, estamos trabalhando dentro da implantação de um programa onde a gente busca ser preventivo e proativo, trabalhar à frente do problema tentando impedir que até um evento classificado como um incidente, uma ocorrência do solo, que não chegou a um acidente que poderá ter perda de vidas, isso aconteça.

Então, essa é a visão da agência, é trabalhar antes, é fazer o seu trabalho cada vez mais perto do operador, evitando que um acidente aconteça

Próximo.

E como é que estamos nesse trabalho? Como é que fomos auditados – e a melhor resposta que temos ao nosso trabalho são as duas auditorias que foram realizadas.

A auditoria da Oaci, feita em maio de 2009, pegou não só a Anac, quanto o Cenipa e o Decea, e na área de *safety*, que foi essa que estou colocando para

os senhores, o Brasil chegou à média total de 87%. A área nossa de segurança operacional chegou a mais de 90%, a área de licença, a 95, e a área de SSO, na superintendência, ficou com 90%.

Só para vocês poderem comparar, fazerem uma avaliação de como é que está o mundo, a média mundial de aderência aos regulamentos da Oaci é de 58,6%. O Brasil está muito superior. Nós somos o nono no *ranking* mundial, e o quinto lugar nos países do grupo dos 20 mais desenvolvidos do mundo.

Mas não só na área de segurança operacional nós fomos auditados. Também nós somos continuamente auditados na área de proteção contra atos de interferência unistas. Uma é Usoap, e a outra, Usap. A área de *security* então teve 85% de aprovação de segurança nos aeroportos brasileiros, isso é considerado muito bom. Esse número não é divulgado externamente, não temos como fazer uma comparação com outros países, porque é uma área que afeta justamente terrorismo. Essa informação não é divulgada.

A FAA, a Administração Federal Americana, também faz auditorias baseada no acordo de serviço aéreo que ela tem não só com o Brasil, mas com outros países do mundo. Esse acordo então prevê essa auditoria. Ela foi feita em 2009, terminou em novembro de 2009, e a Anac foi 100% aprovada.

Isso, para nós é muito importante, a auditoria deles não é graduada, não tem 80, não existe isso. Ou está aderindo aos requisitos da Oaci ou não está. Foi o caso do México, que aconteceu no ano passado. Eles não aderiram e foram passados ao ponto de não aderentes. Então, isso tem uma repercussão muito grave para a aviação comercial do nosso País. E a Anac teve a sua aderência checada.

Próximo, por favor.

Bom, mas só isso, só regular e fiscalizar? O que a Anac também faz, quais são as ações? Porque muita gente acha que a Anac está só fazendo essa parte. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Só faltam dois *slides*.

Primeira ação então em que inovamos. Isso não é uma ação da Anac, é uma ação do Governo brasileiro, envolveu o comando da Aeronáutica e a Anac. Não existe no mundo nada parecido com esse sistema, nós fizemos essa pesquisa, é o Sistema Decolagem Certa. Ele envolve principalmente a aviação geral, na qual estamos olhando não só para a aviação privada, mas também o pessoal que está fazendo instrução, que está notificando a sua decolagem em pequenos aeroportos. Para quê? Para que possamos verificar a aderência aos requisitos nossos de certificação, sejam eles de certificação na área de navegabilidade, sejam

eles de certificação na área de licença, ou até certificação na área de empresas aéreas.

Então, na hora que o piloto ou o despachante, baseado na lca do comando da Aeronáutica que regula o preenchimento de plano de voo e notificação de voo, termina o preenchimento, ele apresenta, de alguma maneira, ao operador da sala AIS. Essa informação é checada no banco de dados da Anac, e caso ela tenha algum problema o operador faz o questionamento e verifica se aquele voo está sendo feito corretamente ou não.

Isso está sendo muito bem organizado, tem melhorado bastante, algumas necessidades de melhoria já foram apresentadas e estão em processo de melhoria. Uma das coisas que nós colocamos agora foi justamente a possibilidade do aeronauta receber um *e-mail* a partir do momento em que seu plano de voo é checado. Ele está recebendo isso direto. Para quem tem *smartphone* é uma coisa normal, hoje em dia, principalmente para os pilotos. E eles estão vendo que se alguma coisa acontece, eles retornam para nós, para termos uma ação direta com o comando da Aeronáutica e impedir às vezes que alguém utilize o código Anac de outra pessoa.

Outro trabalho que estamos buscando é o sistema de registro de voo. Esse sistema visa justamente termos um panorama. Lembra as ferramentas de trabalho, os indicadores? O registro de voo é justamente ter um panorama: quantas horas de voo a aviação regular está voando por cada comandante? Quantas horas a aviação agrícola está voando por cada piloto? Como isso está sendo operado? O registro de voo visa esta ação. Visa uma ação de podermos conhecer a nossa aviação brasileira e ter estratégias e políticas específicas para cada ramo de aviação.

Porque, como muito bem, Senador, o senhor colocou aqui, temos pessoas de diversas áreas e a Anac não pode ter a mesma dose de remédio para uma aviação. Ela tem que ser diferenciada. O mesmo processo de uma área de instrução tem que ser colocado diferente para uma área agrícola, tem que ser diferente para um táxi aéreo pequeno, regional, ou uma aviação regular de grande porte. Cada um deles tem o seu nicho e a sua necessidade especial.

A ação nacional é um trabalho que começamos com operação com o Decea e o Cenipa. Foi iniciado justamente porque no ano de 2010 tivemos um efetivo decréscimo nos acidentes. Estávamos justamente contentes por um trabalho que estávamos fazendo. E no ano de 2011 verificamos uma inversão dessa tendência.

Temos que trabalhar para mudar o panorama. E foi justamente por isso que nós criamos essa ação nacional envolvendo uma visão de endoutrinamento.

Somente fiscalizar não é uma solução. Temos que aumentar a cultura, principalmente nas áreas onde as pessoas têm uma liberdade de regulamentos. A área que é privada não é tão forte o treinamento, sendo onde eles precisam se aculturar e entender como é que o dia a dia da aviação.

Temos um trabalho muito importante, que é a implantação do sistema de gerenciamento de segurança operacional, através do nosso Psoe. Emitimos e já estão em vigor nosso Regulamento de Aviação Civil 120, que é o nosso programa de álcool e droga, justamente com todos os provedores. Ele já está cumprindo agora o primeiro ano, ou seja, obrigando todos a colocá-lo em funcionamento.

O próximo passo já estamos trabalhando. E convido o senhor, que estava preocupado com isso, para um *workshop* na segunda-feira da semana que vem, justamente numa conferência de operações da lata, onde vai ser tratado justamente o sistema de gerenciamento de risco da fadiga, discutindo aquele manual que nós ofertamos aqui. Vai ser no Rio de Janeiro, Hotel Bristol, uma ação aberta da lata. E o Comandante Jenkins pode nos coordenar e falar um pouquinho mais sobre isso.

O próximo, por favor. Aqui deixo só um quadro. Está com nossas auditorias. Na grande maioria tivemos um acréscimo de vistorias e fiscalizações.

Próximo. Deixamos a nossa apresentação com essa frase de fecho, tirada do livro *Cisne Negro*, de Nassim Nicholas Taleb, muito importante, voltado principalmente para a nossa área, onde você está exposto a um provável, somente se permitir que lhe controlem. Nós podemos controlar o que nós fazemos, portanto vamos fazer isso o nosso objetivo nessa comissão.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR –TO) – Agradeço o Dr. Pellegrino, nosso amigo, por essa também excelente exposição.

Concedo a palavra ao Comandante Jenkins, para que V. S^a também possa dar uma contribuição a esta nossa subcomissão.

O SR. RONALDO JENKINS DE LEMOS – Obrigado, Senador Vicentinho. E agradeço muito o seu convite, essa oportunidade de estar aqui para falar como Agente de Segurança de Voo que sou. E, em seu nome, companheiros Felipe, Pellegrino e a toda audiência, senhoras e senhores, é um prazer enorme falar.

Vou ser muito breve, exatamente porque apenas gostaria de apresentar essa nossa situação dos últimos 16 anos, em termos de número de acidentes. E aquela parte de cima é o aumento da frota que estamos tendo e o número de acidentes que a gente tem. A gente verifica ali um aumento no número de acidentes, porém,

por favor, isso aí não é uma coisa inusitada. No passado, vamos ver mais de 16 anos para trás, em 1979 enfrentamos situação similar. Chegamos, em 1983, a praticamente 421 acidentes por ano neste País.

Depois disso, foi feito um trabalho conjunto entre o DAC e o Cenipa, no sentido de que fizéssemos esse trabalho que o Pellegrino acabou de falar, que é o problema de conscientização, de ir aos locais. Durante três anos, todos os sábados e domingos, tínhamos o chamado “Encontro Sipaer”, em aeroclubes, em locais de aglomerado de aviação civil, em aeroportos, levando exatamente noções básicas, combustível lubrificante, cuidado com motores, coisas bastante simples, mas que logicamente se tornaram muito necessárias de ser levada essa mensagem ao pessoal que realmente trabalhava na área operacional. Com isso, conseguiu-se que o número de acidentes diminuísse substantivamente. É uma coisa terrível.

A partir de 1990, temos informação de frota também. Antes, infelizmente, não temos a frota para poder apresentar, mas, se tivéssemos veríamos até uma inversão dessas curvas que estão aí. Na realidade, a frota subia e o número de acidentes descia. Isso tudo foi feito através do quê? De um trabalho conjunto. Naquela época era tudo mais fácil, por quê? Tudo estava debaixo do Ministério da Aeronáutica. DAC e Cenipa tinham o mesmo comando, o mesmo controle, o mesmo tipo de trabalho coordenado.

Como foi dito aqui, tanto pelo Pellegrino como pelo Felipe, prevenção de acidentes é obrigação de todos, não só de quem é especializado nisso aqui, mas de todo cidadão que se envolve com sistema de aviação civil. Então, é nossa obrigação, não existe o dono da prevenção, todos nós executamos prevenção de acidentes.

Foi falado aqui, o Sipaer foi um sistema que veio congrega uma série de atitudes e procedimentos que existiam no passado, isso veio de um ensinamento que foi trazido do exterior para cá. Constituiu-se o Cenipa para coordenar essas ações, quer dizer, o sistema se expandiu, congregou mais uma série de entidades e foi crescendo.

Quando chegamos a 2006, com o advento da Anac, logicamente é natural que isso aconteça, tendo em vista que a gente está entrando numa nova entidade no sistema, e muitos da sua diretoria inicial eram pessoas que não eram do sistema. Era natural que houvesse uma dissociação inicial. Esse início foi bastante difícil, de casar o trabalho das duas entidades, tanto do Cenipa como da Anac, mas, logicamente, nada como o tempo, porque estamos falando de pessoas que têm cultura, têm conhecimento específico e, logicamente, o tempo está fazendo a acomodação das camadas.

Inicialmente a gente teve, o que foi falado aqui até pelo Pellegrino, criado o sistema de gerenciamento de segurança operacional, que veio do SMS criado pela Propical. Esse sistema não é, vamos dizer, antagônico ao Sipaer, pelo contrário, foi criado como uma ferramenta de prevenção de acidentes. Só que essa confusão com que a gente conviveu aqui no Brasil é tão séria, porque em nível mundial também houve, tanto que a Icao hoje está criando um Anexo 19, que vai tratar de sistema de gerenciamento de segurança operacional independentemente do Anexo 13, porque parte de prevenção de acidentes não estava ligada diretamente ao Anexo 13, era um DOC, o Anexo 13 trata preferencialmente de investigação e acidentes aeronáuticos. Era um DOC da Icao que tratava de prevenção de acidentes. Hoje, essa ferramenta da prevenção, chamada SGSO aqui no Brasil, que é o SMS, vai se constituir em um anexo da Icao independente. Então é natural que inicialmente houvesse essa dubiedade de posições.

Agora, nós temos um trabalho muito bem feito pela Secretaria de Aviação Civil, exatamente no sentido de coordenar todas essas entidades. Quer dizer, aquela coordenação natural, que era feita no passado pelo Ministério da Aeronáutica, hoje está sendo feita sob a égide da Secretaria de Aviação Civil.

Eu tenho certeza absoluta de que isso aí vai trazer ganhos inestimáveis para a segurança de voo no País. Não tem dúvida nenhuma, porque essa parte do trabalho conjunto, da sinergia, é importantíssima nesse nosso setor de segurança de voo ou de segurança operacional, como a gente quiser chamar.

Uma das coisas fundamentais que a gente não pode esquecer é a parte de formação de pessoal especializado. Hoje, por exemplo, o Cenipa tem uma série de cursos, como o Coronel Felipe apresentou aqui. E no passado, o Cenipa verificou que só os cursos do Cenipa não conseguiriam suprir nem a necessidade do sistema de aviação civil nem as necessidades do País.

Então, o Cenipa fez uma série de convênios com universidades e escolas de aviação, no sentido de formar os elementos credenciados em prevenção de acidentes; elementos esses que foram uma massa crítica que levou a todos os nossos rincões a mensagem da segurança de voo, a cultura da segurança de voo, a ética da segurança de voo.

Quer dizer, então, que isso se mostrou fundamental e é uma coisa que tem de ser mantida. Ah, o Cenipa não pode mais credenciar o elemento credenciado. Tudo bem. Que dê um diploma para ele, porque é fundamental que, quando o indivíduo vai fazer o curso de gerenciamento de segurança operacional da Anac, ele tenha uma base de prevenção. Como é que o cara

vai fazer um curso de gerenciamento de segurança, se ele não conhece as bases da prevenção?

Então, é fundamental que esses pré-requisitos que estamos citando ali sejam mantidos. Como é que eu posso ter um elemento que, dentro de uma empresa, vai fazer investigação de incidentes, se ele não tem a formação de investigação? Então, esses pré-requisitos são fundamentais para o sistema. Quer dizer, tanto a parte da prevenção de acidentes, como a parte da investigação de acidentes. Logicamente, cada um no seu determinado nível.

Então, eu acho que esse trabalho que está sendo feito conjuntamente pelas duas entidades – o Ministério da Defesa e a Secretaria de Aviação Civil, Cenipa e Anac – vai ser fundamental para a segurança de voo e o aprimoramento da segurança de voo no país, ok?

Como eu falei, Senador, eu seria muito breve. Apenas deixo aqui esta mensagem final. Se a gente quer realmente prover a melhoria da segurança, numa aviação que cresce exponencialmente, é unir esforços, criar sinergias e coordenar as ações. E acho que é isso que está sendo realizado, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Agradeço também o Comandante Jenkins. Aliás, há três comandantes aqui e um que já foi também.

Portanto, para sermos bastante objetivos, quero fazer alguns questionamentos aos nossos convidados. Não levem como crítica. É mais para que a gente aprofunde e possa ter um conhecimento melhor. Se for possível nos responder de pronto, ótimo; se não for, não tem nenhum problema. Mandem para a nossa subcomissão, pois as notas taquigráficas estarão à disposição. Fiquem bem à vontade.

Portanto, a minha primeira pergunta é para a Anac, para o amigo Pellegrino e o Coronel Felipe.

A Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, previu, em seu artigo 21, que seria criada a Anac e que algumas funções, então de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica, entre as quais a de orientar, coordenar e controlar as atividades da Aviação Civil, passariam para a nova agência civil, sendo que permaneceriam com a Aeronáutica as funções de promover a segurança de navegação aérea e contribuir para a formulação e condução da política aeroespacial nacional.

Eis a primeira pergunta.

Assim, quando será e se vai haver...Pela colocação do nosso Diretor Pellegrino, parece que não vai haver essa transferência. Mas é uma pergunta para ficar registrada nas notas da subcomissão. Quando será finalizada a transferência das atribuições do Cenipa para a Anac? E, se isso acontecer, qual será o órgão responsável, dentro da agência, da Anac, para tratar

dessa questão? Então, caso haja a transferência do Cenipa para a Anac, de que forma? E se, na Anac, já existe um quadro para tratar desse assunto?

Item 2. Como está a cooperação entre a Anac e o Cenipa, no contexto de prevenir acidentes e promover suas investigações? Os dois órgãos atuam conjuntamente? Qual tem sido o papel da Superintendente de Segurança Operacional dentro do contexto da investigação de acidentes aéreos? Há um grupo sendo preparado dentro da agência para assumir essa função?

A próxima pergunta para a Anac, Pellegrino. O baixo número de funcionários à disposição da Anac tem sido algo que, além de notório, representa hoje quase que uma marca registrada da agência. No cenário atual, como a Anac tem feito para fiscalizar as atividades voltadas para a aviação geral? Existe fiscalização suficiente para efetuar rampas, pelo menos nas atividades exercidas pela aviação geral dentro dos aeroportos principais?

Outra pergunta. No contexto da fiscalização de rampa tem-se percebido uma falta de preparo por parte de um considerável número de inspetores de aviação civil ou Inspac, não é? Há casos em que esses inspetores claramente desconhecem as leis, regulamentos, ou normas de aviação e em outros chegam a confundir aeronaves turbofans com turboélices, fazendo ainda exigências que afrontam as regras de segurança dos sítios aeroportuários, exigindo acionamento de motores em locais não permitidos ou acionamento de radares em solo, bem como de equipamentos cujas funções apenas poderiam ser aferidas em voos, tendo ainda casos em que se faz a exigência de equipamentos que não constam no manual de algumas aeronaves. Como a Anac tem feito no sentido de melhorar a qualificação dos seus servidores e quais são os critérios para que os mesmos sejam efetivados como inspetores de aviação civil?

Quinta pergunta. Como a Anac fiscaliza as atividades aerodesportivas promovidas por veículos ultraleves não-propulsados? A Anac... Isso... Teve acidente esses dias no Rio, parece...

Seis. Sexta pergunta. A Anac promove alguma campanha em prol da segurança da aviação civil, em aeroclubes, nas faculdades de ciências aeronáuticas ou em outros centros de formação aeronáutica, incluindo agremiações de praticantes de voo livre?

A pergunta agora para o Cenipa, para o nosso Coronel Felipe. Uma das poucas queixas em relação aos trabalhos do Cenipa se dá em decorrência da demora na conclusão dos relatórios de acidentes aéreos. Como está a dotação de pessoal do Cenipa para investigar os acidentes? A mesma é suficiente?

Como está o Brasil em relação a países que contam com uma aviação desenvolvida, no que se refere à investigação de acidentes e ao tempo para conclusão de relatórios?

Segunda pergunta. Existe na atualidade, alguma sobreposição de função entre a Anac e o Cenipa, no tocante à prevenção e à investigação de acidentes?

Terceira pergunta, Coronel Felipe. O Cenipa e o atual sistema de prevenção de acidentes e segurança de voos foram criados em princípios dos anos 70 e está em aplicação até a atualidade. Como o mesmo vem sendo atualizado e qual é o seu planejamento estratégico para o futuro?

Agora para o Comandante Jenkins. Como está sendo desenvolvido o binômio segurança/facilitação pelos órgãos responsáveis para a aplicação prática na aviação regular?

Por exemplo, algumas regulamentações da Anac parecem estar alheias à realidade brasileira, como a de nº 115 da Anac, que trata da questão do combate a incêndios em aeroportos. Quais são as suas recomendações?

Portanto, como o Comandante Jenkins tem de se deslocar para o Rio porque amanhã tem uma palestra muito cedo e o seu horário é agora às 19h, com a permissão do Coronel Pellegrino vamos começar com o Comandante Jenkins e, logo em seguida, já agradeço a contribuição de V. S^a. Fique à vontade para se deslocar ao aeroporto. Com a palavra o Comandante Jenkins.

O SR. RONALDO JENKINS DE LEMOS – Muito obrigado por essa deferência, agradeço aos outros membros da Mesa também. É que amanhã de manhã tenho aula às 7h30min. Só consegui um voo agora, às 20h. Então, tenho de sair correndo. Peço-lhes desculpas por isso.

Quando ao aspecto da Resolução nº 115, acho que é fundamental que a gente observe o País e o mundo. Aqui no Brasil a Resolução nº 115 foi feita baseada no Anexo nº14 da Icao, que estabelece padrões para aeroportos internacionais que sejam absorvidos pelos países, em sua área doméstica, de acordo com suas possibilidades. Não temos a possibilidade de pegar os parâmetros do Anexo 14 e colocar no Aeroporto de Caracaraí, no aeroporto de Redenção e por aí vai, no interior. O Senador sabe muito bem, porque voou por lá e tem esse conhecimento. O que o mundo faz? Os Estados Unidos, por exemplo, tem um *waiver* a partir de 1.500 mil passageiros/ano. As exigências já são completamente diminuídas. No Canadá são 180 mil passageiros/ano; na Austrália 350 mil passageiros/ano. Por quê? Não digo nem os Estados Unidos, mas comparando o Canadá e a Austrália, que são países de grande dimensão e que têm áreas inóspitas, com

difficultades, deram esse *waiver* porque a própria regulamentação internacional o permite, no sentido de que essas exigências não sejam, nesses locais, 100% colocadas. Dão o *waiver* para isso, o que faz com que haja a possibilidade de você estender ao interior o tão importante transporte aéreo. A gente sabe que na Amazônia há locais – e nos vimos quando a Rico parou de operar – em que tivemos oito cidades que entraram em estado de emergência sem o transporte aéreo. Era época de seca na Amazônia, os rios não podiam ser navegados. Só o avião chegava lá. Tanto que a Força Aérea Brasileira teve de colocar os seus aviões para servirem essas cidades porque até remédios essas cidades não tinham.

No passado, o Comando da Aeronáutica deu 24 carros de incêndio para 24 prefeituras, para que colocassem em seus aeroportos. Um ano depois, quando foram vistoriados, como estavam esses caminhões? Sem motor, sem pneus, alguns nunca tinham operado contra incêndios porque a prefeitura não tinha verba para fazer esses caminhões operarem. Então, não existe arrecadação suficiente nesses aeroportos para sustentar uma seção contra incêndios. É uma coisa que a gente tem de avaliar. Qual é a importância que a gente vai dar a isso, se a gente vai seguir os países mais adiantados do que a gente, que têm mais movimento, ou se vamos ficar nos apegando a uma legislação que, no nosso caso, não é 100% aplicável. Esse assunto já foi mandado para a própria agência, várias vezes. Está na mão hoje do Secretário de Aviação Civil a ponderação da indústria sobre essa situação e isso está em estudos lá. Então, era o que eu queria apresentar, Senador. Agradeço-lhe a palavra que V. Ex^a me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Agradecemos a fala, a presença do Comandante Jenkins que, inclusive, tem estado presente desde lá do início da ideia de criarmos a Subcomissão de Aviação para contribuirmos, como já disse, com a nossa Presidenta Dilma e com o nosso País. Portanto, muito obrigado. Sinta-se à vontade quando achar necessário para se retirar.

O SR. RONALDO JENKINS DE LEMOS – Eu posso ficar aqui até As 19 horas. Fico aqui sentado escutando.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pronto. Fique à vontade.

Com a palavra o Coronel Felipe para as respostas e, naturalmente, as considerações finais.

O SR. FREDERICO ALBERTO MARCONDES FELIPE – Então, Senador Vicentinho, com relação às atribuições do Cenipa, eu não tenho conhecimento de passagem das atribuições do Cenipa para qualquer

outra organização. É claro que o Cenipa, essas atribuições são uma decisão de Estado. Então, a partir do momento em que o Estado, a sociedade decidirem que outra organização deve assumir essas atribuições, a Cenipa vai trabalhar de maneira...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – No momento, não tem nada ainda...

O SR. FREDERICO ALBERTO MARCONDES FELIPE – Não temos nada, nenhum ato nesse sentido. Estamos prontos a contribuir quando isso for julgado adequado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Esses questionamentos são exatamente para irmos clareando, porque a gente que está de fora fica às vezes com dúvida. Então a fala do senhor vem contribuir dizendo que, no momento, não tem nenhuma ação nesse sentido.

O SR. FREDERICO ALBERTO MARCONDES FELIPE – Exatamente. Com relação às ações de investigação e prevenção, então, existe, sim, uma cooperação entre Cenipa e Anac. A investigação é uma atribuição exclusiva do Cenipa e logicamente que o Cenipa desempenha essa atribuição com a colaboração, com a cooperação e em coordenação com a Anac, para que isso possa surtir os efeitos desejados de prevenção. Além disso, as atividades de prevenção, como coloquei, são uma atribuição de todos. O Comandante Jenkins também colocou muito bem isso daí. Então, todos fazemos prevenção e, dessa forma, existe uma coordenação entre as atividades do Cenipa e da Anac, coordenação essa que vem sendo aprimorada com o trabalho conjunto, capitaneado pela SAC, como colocou o Comandante Jenkins buscando, então, cada vez mais, aprimorar as atividades de prevenção do País.

Quanto à duração das investigações. As investigações têm que ser muito pormenorizadas. Quando a gente faz uma investigação de acidente aeronáutico, não podemos deixar nenhum fator contribuinte sem ser coberto, porque senão isso daí pode, no futuro, levar à ocorrência de outro acidente similar. Por isso, e também em função da complexidade dos trabalhos – e isso é inerente a cada investigação de acidente –, é que existe um prazo que não pode ser exatamente determinado para a conclusão de uma investigação. Elas têm que ser realizadas de maneira completa, exaustiva, de forma que, ao final daquela investigação, nós tenhamos certeza de que todas as áreas importantes e relevantes para aquele acidente foram cobertas e que todas as medidas de prevenção foram emitidas nas recomendações de segurança de voo. Então, esse é o motivo por que não temos um prazo definido para concluir as investigações, porque elas têm que ser feitas de maneira completa, exaustiva.

Na comparação com outros países a gente vê que a duração das investigações aqui é comparável a de outros países do mundo. Então, dependendo da complexidade da investigação ela demora mais ou menos, a duração das nossas investigações é compatível com as investigações realizadas em outros países.

Com relação ao Sipaer, é um sistema que, como foi criado nos anos 70, realmente tem já um longo tempo de existência e, por isso mesmo, possui muita experiência. Então, o que a gente coloca é que o Sipaer não esteve em nenhum momento parado. É um sistema que vem se aperfeiçoando com o tempo, vem se aperfeiçoando com a experiência adquirida e vai continuar se aperfeiçoando para o futuro. Então, se nós pegarmos o Sipaer do início dos anos 70, ele era muito diferente do que o Sipaer que nós temos hoje. O Sipaer que temos hoje é o resultado dessa experiência acumulada de toda a experiência que foi sendo ganha e foi sendo inserida no sistema, para que ele possa funcionar cada vez melhor. Isso vai permanecer para o futuro. Então, para o futuro a gente também vislumbra modificações no sistema de forma a torná-lo mais eficiente, mais eficaz e que ele se adapte às novas realidades. Tudo isso é realizado nos vários trabalhos que são realizados na área de prevenção e investigação, através das coordenações, reuniões, de todas as atividades que são feitas junto às demais organizações que compõem o Sipaer, como a infraestrutura portuária, a própria Anac e a SAC – Secretaria de Aviação Civil. Então, toda essa atividade vai servir de subsídio para que o sistema se aperfeiçoe, como tem feito até a data de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Coronel Felipe.

Concedo a palavra ao Comandante Pellegrino.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigado Senador.

Primeiramente, deixe-me seguir aqui uma informação que eu acho importante. Vou me permitir aqui a leitura da Lei Complementar nº 97, que diz em seu art. 21 que “a lei criará Agência Nacional de Aviação Civil, vinculada ao Ministério de Defesa, ao órgão regulador, fiscalizador da aviação civil e da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, estabelecendo, entre outras matérias adicionais, as quais, dentre as atividades, procedimentos referidos no incisos I e IV do art. 18, serão de sua responsabilidade.”

E, no art.18, “cabe a Aeronáutica como atribuições subsidiárias particulares:

I – orientar, coordenar e controlar as atividades da Aviação Civil;

IV – estabelecer, equipar, operar diretamente, ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária.”

Porém, a leitura da lei complementar, somente, ela vai dar um vazio de entendimento. Eu queria colocar atenção ao art. 8º da Lei nº 11.182 de 2005 e suas atualizações, e nós vamos entrar justamente no art. 8º, inciso XXI, onde diz o seguinte, a lei:

“Regular e fiscalizar a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, com exceção das atividades e procedimentos relacionados com o Sistema de Controle de Espaço Aéreo e com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.” O Sipaer, como bem colocou aqui o Coronel Felipe.

E ela ainda vai mais, depois fala algumas coisas importantes. No seu § 2º, desse mesmo artigo, diz: “A Anac observará as prerrogativas específicas da autoridade aeronáutica.”

Agora já foi alterada, a Lei Complementar nº 97 foi alterada, já não é mais autoridade aeronáutica, é autoridade aeronáutica militar, atribuídas ao comandante da aeronáutica, devendo ser previamente consultado. Ou seja, a Anac deve ser previamente consultada sobre edição de normas e procedimentos de controle de espaço aéreo que têm uma repercussão econômica ou operacional na prestação de serviços aéreos em infraestrutura aeronáutica aeroportuária.

Ou seja, a lei que nos criou, criou a Agência, já colocava como sendo um marco regulatório a coordenação intrínseca entre os órgãos que precisam trabalhar em prol da segurança da navegação aérea, no dia a dia do trabalho de quem voa. O piloto, se não voar, está errado; ele tem que pegar o avião e decolar.

Isso aqui dá todo suporte para essa discussão que foi colocada.

Ah, sim! Quando será finalizada a transferência das atribuições do Cenipa para Anac, sem se considerar o órgão responsável dentro da Agência?

Não será feita nenhuma transferência, a lei já deixa isso bem claro.

Como os nossos dois colegas aqui de Mesa já colocaram claramente, a Anac, o Cenipa, o Decea e o restante da comunidade precisam estar cada vez mais juntos, para não só prevenir como também ajudar na investigação, porque a investigação, como bem o Coronel Felipe colocou, também é um ato, o principal ato de prevenção, ele avisa unicamente a emissão de recomendações e prevenir acidentes futuros.

Então estamos sempre à disposição do Cenipa, temos como missão, até do nosso programa de segurança operacional específico, responder e observar 100% das recomendações de segurança de voo emanadas pelo Cenipa, sejam na mudança da regulação,

sejam na mudança de procedimentos, qualquer ação que seja necessária a gente fazer ou até a mais simples de todas, que muitas vezes é divulgar o conteúdo do relatório final, e nós temos o nosso *site* como um apoio para que isso seja colocado.

Como eu tentei colocar, a Superintendência de Segurança Operacional tem como atribuição principal a certificação. E quando ela certifica faz isso em paralelo com a vigilância continuada. Ou seja, ela usa a fiscalização para verificar continuamente se a empresa aérea, aqui representada pelo Comandante Jenkins, do Snea, está mantendo a sua total aderência aos regulamentos que fazem parte do que é necessário aquela empresa cumprir, ou então se o aeronauta ou aeroviário, no exercício de suas funções, também está aderindo a esses regulamentos.

Porque a gente fala muito: ah, esse é um problema da empresa aérea. Não, esse é um problema de todos. E quando o aeronauta deixa – e eu já fui comandante de uma empresa aérea –, quando nós aceitamos uma escala de voo que fere o regulamento, nós somos partícipes daquele problema. Nós não podemos nos omitir e temos que estar juntos para evitar isso.

Por isso que o registro de voo, esse sistema que a gente está colocando agora em funcionamento, foi criado, tudo idealizado em 2010, justamente por um problema que aconteceu na empresa Gol. A sua escala de voo estava sendo excessiva e houve um erro na gestão, na implantação do novo sistema. A Anac foi à Gol e ela foi o piloto teste desse sistema, e passamos a receber semanalmente toda a escala de voo, a planejada e a cumprida. E, a partir daí, a empresa começou a nos ajudar a monitorar.

Senador, até 2010 nós recebíamos uma avalanche de críticas dos aeronautas com relação a sua escala. Isso não é uma verdade mais. Justamente porque a Anac passou a monitorar efetivamente e a emitir autos de infração, não só para a empresa, mas também para o aeronauta, porque ele não pode se omitir, ele tem que saber, ele é responsável pelo controle das horas de voo dele. Se ele passou o número de horas, tem que ser questionado com relação a isso. E essa é a função dessa Superintendência.

Com isso, a última resposta é: não existe um grupo sendo preparado para assumir nenhuma função no Cenipa.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Ok.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – O baixo número...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Comandante Pellegrino, eu estive num seminário da Abrapac, em São Paulo, com aviadores,

e eles clamaram muito. Mas como esse tema vai ser lá, com relação ao Sindicato Nacional dos Aeronautas e a Abrapac, nós vamos deixar para tratar desse assunto lá na frente. Portanto, vamos nos ater mais aqui. Mas eles clamaram muito essa questão, a questão dos aviadores.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – A questão das horas de voo?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – É.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Cumprimento?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Carga horária, etc.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Isso é importante eu conhecer, porque a gente vem trabalhando muito perto disso. Eles reclamaram da fiscalização ou reclamaram da quantidade de horas de voo?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Reclamaram das horas de voo, carga horária, fadiga, reclamaram que a Anac tem falta de pessoal para fazer aquele acompanhamento na fiscalização.

Mas vamos deixar esse assunto para mais adiante.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – A nossa Subcomissão tem uma caminhada longa pela frente. Em cada audiência pública nós vamos nos ater àquele tema...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Lógico, lógico. E é importante o senhor conhecer que a gente está pronto para emitir aquela linha de ação em que a gente está querendo um regulamento para controle da fadiga, justamente voltado para isso.

O terceiro ponto aqui da Anac, falando justamente do baixo número de funcionários à disposição da Agência. Isso é uma verdade. A Agência tem uma previsão, nessa mesma lei que eu citei, de 1.755 servidores de carreira, nas quatro carreiras previstas, seja a de analista administrativo, especialista em regulação, técnico-administrativo e técnico em regulação.

Nessas três carreiras, nós tivemos até hoje dois concursos. O primeiro foi realizado em 2007, com duas chamadas, Senador. O segundo concurso, realizado no final de 2009, teve duas chamadas, 2009 e 2010. Nós não fizemos a segunda chamada justamente porque tivemos o problema da eleição e, com isso, não foi possível a gente chamar mais gente do concurso.

Qual o problema que nós temos hoje em dia? É um problema comum no serviço público. Nós temos um atrito, nós recebemos cerca de 1.200 servidores, tivemos mais de 350 servidores que saíram da Agência, desses dois concursos. A última contagem que nós fizemos, eu, quando estava como Presidente interino, fiz uma solicitação ao Ministro Wagner, que prontamente nos atendeu e enviou ao Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária.

Nós fizemos uma solicitação de dois concursos, num prazo específico, curto para isso, porém, por razões outras, ainda não fomos atendidos nesse nosso pleito. Então, esse é um pleito que a gente continua colocando em todos os fóruns, a Agência tem uma necessidade.

O DAC, à época em que foram transferidas as funções, criada a Agência, tinha mais de 2.100 servidores civis e militares do Comando da Aeronáutica. Hoje, a Anac não tem isso.

Então, as estratégias da Anac, como tentamos mostrar aqui, estão voltadas para fazer frente a esse óbice, são fazer fiscalização itinerante, criar mecanismos de interface digital, principalmente utilizando os meios do Comando da Aeronáutica e dos outros meios, sejam eles planos de voo, qualquer ação que a gente puder fazer para maximizar a nossa fiscalização.

Por exemplo, agora o Comando da Aeronáutica tem feito, junto com o Ministério da Defesa, Comando do Exército e Comando da Marinha, ações junto à fronteira, aeronaves do Comando da Aeronáutica voando em aeroportos onde não podemos chegar porque não há aviação, seja ela regular ou táxi aéreo, que normalmente voa para aquele local. Então, estamos indo juntos para fazer uma fiscalização nessas áreas fronteiriças.

Isso é muito importante, porque mostra claramente uma integração não só do ponto de vista dos órgãos normais da aviação civil, como nos órgãos do Ministério da Defesa, porque a eles também compete a fiscalização nas regiões fronteiriças, em torno de 100 quilômetros da fronteira do Brasil. E a Anac está ajudando e cooperando para isso. Esse é um dos nossos trabalhos e a gente vem fazendo corretamente essa ação.

As ações de rampa – e aqui já estou começando a entrar no **Item** quatro –, a fiscalização de rampa é um dos pontos importantes na formação do inspetor de aviação civil. Seja ele um inspetor de operações, seja ele um inspetor de licenças, seja um inspetor de aeronavegabilidade, nesses três ramos, nós ainda temos o inspetor de infraestrutura e nós temos o inspetor de regulação econômica, ou serviços aéreos, antigamente, todos esses três são treinados na inspeção de rampa.

Nós temos um documento que está publicado, é o nosso manual de procedimento de inspeção de rampa, que harmoniza todos os procedimentos. Isso foi baseado em quê? No que tem de mais moderno no mundo. Existe um programa em que o Brasil vem trabalhando muito perto, baseado no nosso escritório em Lima, escritório regional da Oaci, em Lima. Nós fizemos uma aproximação junto ao escritório com a agência européia, a Easa, e eles passaram para toda a comunidade de aviação civil da América Latina os processos e procedimentos de inspeção de rampa que eles fazem num Programa Safa, que é uma auditoria nas aeronaves internas da Comunidade Europeia e externas – o Comandante Jenkins já não está mais aqui para colocar para nós –, mas toda aeronave brasileira que pousa em algum território da Comunidade Europeia, incluindo a Guiana Francesa, é inspecionada e, a partir daí, é avaliada uma série de itens. Isso está na *Web*. Se entrar em manuais de procedimentos da área de segurança operacional, está lá divulgado e os nossos servidores são treinados por esse manual. Ele foi implantado em 2009, e é voltado para essa área.

Logicamente, Senador, que como qualquer organização nós podemos ter desvios e problemas, por isso que existe todo o processo da ouvidoria e corregedoria que os órgãos públicos preveem e nós estamos prontos para receber qualquer denúncia e atuar para corrigir qualquer desvio de servidor nosso, mas esse tipo de reporte que foi colocado aqui é um desvio de conduta, não é o que a Agência coloca e não está nos seus documentos, até publicados e divulgados na internet.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – E a Agência está com a preocupação de ...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Exatamente, de aperfeiçoar e cada vez mais capacitar. Não existe o caso de um servidor da Agência ir para uma fiscalização sem possuir uma credencial. Essa credencial do inspetor, essa credencial que diz que ele está qualificado. Então, é isso que a gente pode avaliar e quem está no dia a dia de trabalho conhece essa credencial.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – E a Anac está dando curso para esse ...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Internamente, não só internamente, como o último curso que nós fizemos, estamos divulgando, dentro de uma ação de Governo brasileiro, para os países de língua portuguesa, ou seja, a Comunidade Lusófona está vindo ao Brasil para aprender esse trabalho que estamos fazendo aqui.

Na quinta questão, Senador, a Anac não fiscaliza atividades promovidas por veículos ultraleves não propulsados. É importante a gente ratificar aqui ...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Há alguma proposta desse tipo?

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Não, senhor. Eu estou aqui, até posso passar ao senhor depois, com um artigo do Jornal *O Globo*, de 2003, em que, naquela época, também por uma fatalidade, uma pessoa faleceu num voo duplo de parapente, asa delta, alguma coisa como essa. Naquela época, o DAC, que era o responsável, colocou claramente, nessa mesma linha, que estamos tratando de um esporte radical, as pessoas que o praticam sabem da possibilidade de aquilo ocasionar um acidente.

Não existe como nenhuma agência tomar conta – agência que eu estou colocando, o mais aberto possível – de esportes radicais. E aí a gente inclui como esporte radical aquela pessoa que vai e salta da antena aqui em frente às duas Casas. Se alguém está deixando aquilo acontecer, é um problema de polícia. A Agência não tem capacidade de regular e não vai regular nunca. Como ninguém aqui toma conta de ações... A gente estava comentando hoje, antes de vir para cá, nas nossas praias, hoje, a gente está aí olhando uma série de esportes náuticos que não são regulados nem fiscalizados. Ou seja, aquelas bananas famosas que as pessoas pegam e andam em frente à praia. Aquilo alguém fiscaliza? A conta e risco da pessoa que sobe naquilo é de quem pagou.

Agora, essa discussão tem que haver na sociedade? Sim. Aquela ação que foi feita é uma ação que a gente precisa ter algum órgão para fiscalizar? Se é essa a visão da sociedade, vamos discutir, as Casas certas estão aqui. Mas colocar isso dentro de uma agência de aviação civil, não é assim no mundo todo, Senador. Nós fizemos uma pesquisa, claramente, toda agência de aviação civil tem um corte na sua capacidade de fiscalizar, senão não haveria ...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Ultraleves a motor.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Sobre o ultraleve a motor, nós estamos justamente agora emitindo uma nova norma em que vamos trabalhar num peso e, acima daquele peso, nós estamos matriculando, regulando, fiscalizando,

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Você tem ideia do peso?

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Cento e quinze quilos. Acima desse peso, a velocidade do veículo ultraleve, em torno de 60, 80 Km/hora, e a possibilidade de ele causar acidentes a terceiros fazem com que a Anac passe a fiscalizar, a “emitir” uma regulação simples, a

aceitar uma certificação de terceiros, mas ele vai continuar sendo voo a conta e risco. O Cenipa, no caso de ultraleves, mesmo propulsados, por ele não ser um veículo certificado, não faz a sua investigação, não é alvo de investigação com relação a ultraleves não propulsados. E é assim no mundo todo. Se o senhor for à França, for aos Estados Unidos, não é alvo dos órgãos de investigação de aviação civil esse tipo de veículo.

Como já falei, agora partindo para a sexta questão, a Anac, sim, promove campanhas e temos essa ação nacional, justamente voltada para como o Comandante Jenkins colocou, claramente, dado o histórico, na hora em que começou a ter um aumento de acidentes, vamos ver o que foi feito no passado e deu certo? A história do Comandante Jenkins é clara. Houve um trabalho conjunto e ações de ir aos aeroclubes, ir às escolas de formação, ir às associações, ir a todos os locais.

Se não me engano, o professor George compartilhou de uma das ações nossas lá em Goiânia. Não é George? Você esteve presente. E isso justamente junto com o Cenipa e junto com o Decea, para quê? Para promover uma ação de cultura. Buscar junto ao pessoal de aviação civil a melhoria, o conhecimento de como evitar um acidente. Essa ação aqui, Senador, nós pesquisamos, e ela é praticada no mundo todo. Nós estamos agora buscando o que podemos para melhorar, para aumentar a participação. Por exemplo, nos Estados Unidos, o piloto que participa desse tipo de atividade ganha no seu *score*, dentro da FAA, pontos para a renovação da sua carteira.

Então, são coisas em que podemos atuar, para que possamos ter mais pessoas participando, mais gente colaborando, para que haja uma cultura de disseminação da segurança, da doutrina, a aeronave esteja totalmente abastecida, que o *checklist* seja cumprido. Aquilo que nós aprendemos, como aviadores, a cultivar, porque na aviação qualquer erro é fatal, e nós temos como cultura não errar, não aceitar esse tipo de erro.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Esse trabalho faz junto também ao Sindicato Nacional dos Aeronautas, à Abrapac? Há essa interação?

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Nós gostaríamos muito de tê-los juntos. Até hoje não fomos consultados por eles e, se eles quiserem participar, da minha parte, têm todo o apoio. Nós não temos, de maneira alguma, nenhuma dificuldade. Aliás, é importantíssima a participação, porque, como eles estão no seu dia a dia, olhando e observando – e aí é onde a Anac tem a sua responsabilidade, que é aquela responsabilidade administrativa. Quando eles têm uma ilegalidade, a Anac vai atuar, uma violação aos seus regulamentos

–, é quando eles podem nos mostrar onde está tendo o maior problema, onde temos que atuar mais. Já que temos poucos recursos humanos, Onde podemos direcioná-los para eles serem mais efetivos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Parece que sobre a questão da fadiga já estão trabalhando meio que junto com a...

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Que bom. Importante isso.

O SR. ROGÉRIO AGUIRRES – Sobre o que o Pellegrino agora a respeito desse *score*, isso daí, se for levado à frente, é uma ideia fantástica para o sistema. Sobre essa possibilidade de colocar o *score* para cada piloto, de acordo com o número de cursos, de palestras que ele participa, isso ser registrado de alguma forma. Esse sistema de meritocracia seria fantástico para a prevenção de acidentes e para a ótima formação do profissional, porque isso, aliado à carteira dele, às licenças dele, se fosse, por exemplo, de zero a cinco estrelas, o cara é ASV, Agente de Segurança de Voo, ele frequentou um curso tal... Ele vai aumentando o seu *score* e pode anexar ao currículo. E, com certeza, um profissional que é mais preparado, um profissional que tem mais conhecimento, é um profissional mais seguro. O índice de acidente com certeza é menor.

Essa ideia é realmente fantástica.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Então, Senador, para finalizar, gostaria de agradecer o convite e dizendo que a Anac, nós, da Diretoria de Operações, estamos sempre dispostos a participar.

No ano passado, eu reafirmei, naquela audiência que fizemos sobre fadiga com o senhor, que queremos contribuir para esse discurso, para essa troca de informações, para que a gente possa efetivamente trabalhar e ter um projeto importante aqui sendo feito pela Subcomissão, da qual o senhor é o Presidente.

Muito obrigado e uma boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Comandante Pellegrino. Tenha certeza de que, reafirmando, a nossa intenção é a melhor possível para fortalecer a nossa Agência, a Anac.

Esta é a sexta audiência pública e, de todas, parece que foi a mais tranquila, porque efetivamente o Cenipa e a Anac nesta questão da prevenção e investigação de acidentes estão bem. Inclusive os gráficos aqui já apontam nesse sentido de forma muito positiva.

Foi importante, porque a gente vai esclarecendo algumas dúvidas. E uma instituição como o Cenipa não poderia ficar de fora, de colocar aqui o seu pensamento, este órgão importante na aviação, por intermédio do Coronel Felipe.

Muito obrigado ao Comandante Felipe, muito obrigado ao Comandante Pellegrino, muito obrigado ao Comandante Jenkins e aos demais ilustres visitantes,

Comandante Paulo Licati, que é da Associação Brasileira de Aviação Civil, como já estamos no encerramento e os convidados já teceram suas considerações finais, abrirei na próxima audiência pública um espaço para que S. S^a possa se manifestar. Regimentalmente não é permitido depois que os convidados se posicionam nas considerações finais.

Antes de encerrar esta audiência pública, nós queremos já convocar a audiência pública desta Subcomissão, para o dia 17 de abril, terça-feira, às 9 horas. Portanto, atendendo à solicitação dos colegas Senadores, passaremos da segunda para terça-feira, às 9 horas, a nossa audiência pública.

Vamos debater sobre aviação geral.

Os convidados serão George Sucupira, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, Eduardo Marson, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral, Clarice Bertoni de Lacerda Rodrigues, Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil, e David da Costa Faria Neto, Superintendente da Superintendência de Segurança Operacional...

Ele está de férias, não é? (*Pausa.*)

Deverá vir um representante.

Portanto, agradecendo a presença de todos, da imprensa, dos aviadores, dos membros da Força Aérea Brasileira e dos nossos convidados, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 17 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 52 minutos.*)

Ata da 7ª Reunião da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 17 de abril de 2012, terça-feira, às 9 horas, no plenário 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de abril de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente em Exercício desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Vicentinho Alves** e **Vital do Rêgo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica inversão da pauta, dando início à **SEGUNDA PARTE** da reunião, quando convida a tomarem assento à Mesa os expositores: Senhora **Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues**, Secretária

de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Senhor **Wagner William de Souza Moraes**, Gerente Geral de Operações de Transporte Aéreo da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Senhor **George William Cesar de Araripe Sucupira**, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, e Vice-Presidente do International Council of Aircraft Owner and Pilot Associations; e Senhor **Ricardo Nogueira**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG, representante do Senhor **Eduardo Marson Ferreira**, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG, que, tendo sido convidado, justificou ausência. O Presidente informa que a segunda parte da pauta desta reunião destina-se a debater as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da aviação geral, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012 – CISTAC. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Presidente registra a presença da Senhora Ilma Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Senhor Pablo Henrique, Assessor Parlamentar da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; do Senhor Guilherme Aberle, da Trip Linhas Aéreas; da Senhora Renata Varella, Assessora de Relações Institucionais da ABAG; do Senhor Roni Piagetti, Piloto Comercial da Neo Taxi Aéreo; do Senhor Vanildo Maldi, Piloto Comercial da Neo Taxi Aéreo; da Senhora Shaiana Campelo, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Senhor Mauricio Gusman, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Senhor Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Taxi Aéreo; do Senhor Wolner Aguiar, Diretor Regional do Aeroporto Internacional de Brasília; e do Senhor Georges Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica – PUC – de Goiás. Usa a palavra o Senador Vital do Rêgo. O Presidente registra a presença do Senhor Marcelo Schimit, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários; e do Comandante Aguirre, da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil Condutores de Avião – ABRAPAC. O Presidente faz questionamentos aos convidados. Os expositores respondem os questionamentos e fazem as considerações finais. Fica adiada a primeira parte da pauta desta reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 6ª Reunião.

Srs. Senadores que a aprovavam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Convido para tomarem assento à mesa a Srª Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues, Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR); Sr. Wagner William de Souza Moraes, Gerente Geral de Operações de Transporte Aéreo da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Sr. George William Cesar de Araripe Sucupira, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice-Presidente do Conselho Internacional de Proprietários de Aeronaves de Associações de Pilotos; Sr. Ricardo Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Aviação Geral (Abag), representando o Sr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Abag;

A segunda parte desta 7ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil (Cistac) destina-se a debater políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da aviação geral, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

A primeira parte desta reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente da Subcomissão. Até o momento foi registrado o nome do Senador Eduardo Braga. Vamos aguardar a chegada do Presidente da Subcomissão, Senador Vicentinho Alves, do PR do Tocantins, para que nós, ao término desta segunda parte, que é audiência pública, possamos retomar à primeira parte com a eleição do Vice-Presidente.

Vamos iniciar a segunda parte ouvindo os nossos convidados.

Quero agradecer a presença de todos que atenderam gentilmente o convite da Subcomissão, para que, na nossa 7ª Reunião, possamos continuar debatendo as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da aviação geral.

Quero passar a palavra à primeira convidada, a Srª Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues, Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

A senhora terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Com a palavra a Sr^a Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues.

A SR^a CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro.

Bom dia aos meus colegas de Mesa, Dr. George Sucupira, Sr. Ricardo Nogueira, Sr. Wagner, da Agência Nacional da Aviação Civil.

Inicialmente, queria agradecer, em nome da Secretaria de Aviação Civil, o convite desta Subcomissão para que a gente possa apresentar todo o trabalho que está sendo desenvolvido por esta Secretaria, que foi criada no início deste ano e que já teve várias missões importantes e de muito trabalho. Essa é uma grande oportunidade para que a gente possa apresentar o trabalho que está sendo feito, receber as contribuições, receber as sugestões desta Casa. Muito obrigada, então, ao Sr. Presidente em exercício aqui nesta Subcomissão.

Eu fiz uma apresentação bastante genérica do que vem a ser o trabalho de planejamento e o plano de ações da Secretaria, para me colocar, posteriormente, à disposição para os debates.

O roteiro a que me proponho a apresentar é fazer um rápido olhar nos antecedentes da criação da Secretaria; qual foi a estrutura organizacional e o modelo institucional que se criou a partir de então; as principais atribuições que hoje estão no trabalho da Secretaria; o panorama setorial com o qual ela deparou na sua criação; e, a partir daí, quais foram os principais desafios então que se colocaram; o plano de ação e o planejamento estratégico que está sendo conduzido e desenvolvido no âmbito da Secretaria; e algumas considerações finais.

A criação da Secretaria, em 2001, e sua instalação, logo em seguida, em maio de 2001, é na verdade parte de um processo de transição gradual que foi instituído no País, a partir de 1999, com a criação do Ministério da Defesa.

Em 2006, criou-se a Agência Nacional de Aviação Civil, vinculada ao Ministério da Defesa, naquela ocasião, e extinguiu-se, logo em seguida, o Departamento de Aviação Civil, em substituição, na verdade, ao Departamento de Aviação Civil, que era dentro do Ministério da Defesa na estrutura do Comando da Aeronáutica.

Em 2011, criou-se a Secretaria de Aviação Civil, mediante a transformação na Lei nº 12.462 da Medida Provisória nº 527. A partir daí, o modelo institucional que se instalou, dentro da Presidência da República, foi a Secretaria de Aviação Civil, principalmente, com atribuições de diretrizes políticas para o setor – a coordenação e articulação governamental, principalmente

nos órgãos responsáveis pela condução da aviação civil, e o plano de outorgas e execução de convênios, que é a coordenação, então, com Estados e Municípios no que se refere à exploração da infraestrutura aeroportuária –, estando vinculadas à Secretaria, então, a Infraero, principal administrador e operador da infraestrutura aeroportuária, e a Anac, com a regulação técnica e econômica e a fiscalização do setor.

Há uma grande interface com o comando da Aeronáutica, em especial com os dois órgãos ligados ao comando da Aeronáutica, que é o Departamento de Controle do Espaço Aéreo e o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, tendo em vista as atribuições da SAC no que diz respeito ao estabelecimento de diretrizes políticas para a navegação aérea civil e para algumas atividades relacionadas à prevenção de acidentes aeronáuticos. Esse trabalho é feito em coordenação com esses órgãos do Comando da Aeronáutica.

Dado esse modelo institucional, então, a estrutura que se estabeleceu para a Secretaria de Aviação Civil é a de uma secretaria pequena, com gabinetes, uma secretaria executiva e três secretarias na sua estrutura: uma de aeroportos, uma para a política de regulação da aviação civil e uma na área de navegação aérea civil.

E aqui também é demonstrada a grande interface, em especial da Secretaria de Navegação Aérea, com os órgãos do comando da Aeronáutica responsáveis, de alguma forma, por alguma atividade relacionada à aviação civil.

Pode passar.

Bom, as principais atribuições da SAC são a formulação, a coordenação e a supervisão das políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil, e das infraestruturas aeroportuárias de aeronáutica civil; a formulação e a implementação do planejamento estratégico do setor; a elaboração e a aprovação dos planos de outorgas para exploração da infraestrutura aeroportuária; a coordenação dos órgãos e entidades do sistema de aviação civil, e a articulação com o Ministério da Defesa, especialmente no que se refere à política para a navegação aérea civil.

Contextualizando um pouco o setor, ele hoje contém essas principais atividades no que diz respeito aos serviços aéreos. Você tem toda a parte da aviação regular de passageiros e carga e a aviação não regular de passageiros e carga de grande porte; a aviação geral, que é composta por várias atividades, a aviação privada, o táxi aéreo, a instrução e o treinamento, serviços aéreos especializados, o aerodesporto, a manutenção, a aviação experimental e a comercialização de aeronaves.

Muitas dessas atividades estão relacionadas à aviação geral e a um âmbito bastante grande, a um contexto muito grande.

A Secretaria de Aviação Civil se deparou com esse panorama na sua criação. Crescimento acelerado do transporte, principalmente do transporte de passageiros, uma taxa de crescimento anual, de 2006 a 2011, de 18% ao ano, nunca antes vivenciada na aviação civil brasileira.

Vocês observem a tendência das curvas, de crescimento, uma tendência claramente de manutenção da taxa de crescimento acelerada. Em termos de passageiro embarcado na infraestrutura aeroportuária, a mesma conjuntura se observa, tanto nos vôos domésticos... Nos vôos internacionais há ainda uma tendência – estou falando de empresas brasileiras, apenas – de crescimento bastante grande, então o movimento de passageiros nos aeroportos cresceu substancialmente nos últimos anos.

Do ponto de vista do custo do transporte, as tarifas caíram bastante nos últimos anos, e, ato contínuo, os níveis de aproveitamento das aeronaves cresceram substancialmente, passando dos 70% em 2011, a média do ano. Essa também é uma conjuntura que em muito poucas ocasiões se observou no mercado de transporte aéreo brasileiro.

Do ponto de vista da existência de aeródromos públicos, e aeródromos aqui é um conceito bastante amplo, toda estrutura que tenha uma pista de pouso e decolagem, não necessariamente terminal de passageiro, hoje, no Brasil, há 714 aeródromos homologados como públicos, uma infraestrutura enorme, e hoje nós temos um trabalho, dentro da secretaria, bastante grande de mapeamento e identificação dessa infraestrutura, de forma que possamos identificar qual é a rede de aeroportos de interesse para investimento em infraestrutura e composição do conjunto de aeroportos de interesse da aviação civil brasileira, aviação comercial, digamos assim, e aviação privada.

Do ponto de vista da aviação geral, esses dados não são muito fáceis de se obter. Meu amigo Ricardo Nogueira me ajudou bastante nisso. No ano passado, a Abag publicou um anuário com um conjunto de informações bastante interessantes da aviação geral, e consegui buscar alguns dados para identificar como é que esse setor, dentro do contexto da aviação de grande porte, vem se comportando.

É óbvio que a evolução da frota não é exatamente um bom *proxy* para se avaliar o crescimento desse mercado, mas também foi a informação que foi possível colocar e, de alguma forma, observem que há uma clara tendência de crescimento desse mercado.

A taxa média de crescimento, nos últimos anos, da frota da aviação geral foi de 4,3% ao ano, o que é bastante significativo. Isso aí não necessariamente reflete o movimento, o crescimento do movimento dessa aviação. Provavelmente está num patamar bem acima disso, porque isso aí é só a frota de uma empresa, de uma maneira geral.

Mas, de qualquer maneira, isso aí é um bom indicativo do que está acontecendo nesse mercado. Há um crescimento, e há um crescimento com tendência de manutenção da taxa de crescimento.

Isso aqui mais ou menos também consta do anuário publicado pela Abag o ano passado. Como é que esse setor está mais ou menos organizado. A maior parte dessa frota atende ao serviço aéreo privado, ou seja, à aviação que chamamos de aviação executiva. Você também tem uma parcela significativa dentro do táxi aéreo, da aviação de instrução, da aviação agrícola, mas a maior parte dessa frota está operando na aviação privada.

Bem, dado esse panorama, quais foram os desafios então que foram mapeados pela Secretaria para direcionar o seu planejamento, o seu plano de ações, o seu trabalho, a partir de maio do ano passado?

Primeiro, a necessidade da expansão da capacidade de infraestrutura aeroportuária. Então se começou a fazer o trabalho de monitoramento dos investimentos em obra de infraestrutura, reforma e expansão dos aeroportos, principalmente os aeroportos da rede Infraero. Iniciou-se também um trabalho de melhoria de gestão, o que chamamos, dentro da Secretaria, de plano de eficiência aeroportuária – são ações de curto prazo que podem melhorar a capacidade aeroportuária com pequenas ações, investimentos em tecnologia, qualificação de mão de obra em processos, melhorias operacionais para processamento e despacho de passageiros e cargas, ou seja, medidas de curtíssimo prazo para melhorar a gestão dos aeroportos e, com isso, aumentar a capacidade da infraestrutura. Esse projeto já está implantado em alguns aeroportos brasileiros, em especial Guarulhos e Confins; ele será expandido para o Galeão, para os aeroportos do Rio de Janeiro.

A gestão do programa de fomento à aviação, que é o Programa Federal de Auxílio a Aeroportos, está também dentro desse desafio, e o principal trabalho que se fez ao longo de todo o ano passado, que envolveu grande parte do corpo técnico da Secretaria, que foi a modelagem da concessão dos três grandes aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Foram também grandes desafios o planejamento estratégico do setor de aviação civil, de forma integrada com outros modais – esse agora é um trabalho sobre o qual estamos nos debruçando dentro da Secretaria

–; a formação de recursos humanos para sustentar esse crescimento, ou seja, o que vamos planejar para longo prazo de forma que não tenhamos problemas com relação à disponibilidade de mão de obra qualificada – esse é um trabalho de planejamento que está em pleno desenvolvimento dentro da Secretaria; e a revisão do marco regulatório do setor, que foi instituído em 1986, o Código Brasileiro de Aeronáutica – já existe aqui dentro do Congresso um projeto de lei para a sua substituição.

Esses são os principais planos de ações que têm sido desenvolvidos no âmbito da Secretaria no que se refere à concessão de aeroportos, as principais diretrizes e a política tarifária para essa infraestrutura. O trabalho, no ano passado, foi muito intenso e também faz parte dos estudos do Plano Geral de Outorgas, além do trabalho de atuação junto aos Estados e Municípios para organizar esse trabalho de exploração de aeroportos por Estados e Municípios.

Nos trabalhos voltados à gestão aeroportuária, destacaria a criação das autoridades aeroportuárias em vários aeroportos e o projeto de eficiência aeroportuária, que são aquelas medidas de curto prazo para a melhoria da capacidade. Está em implementação e funcionamento.

Cito também todo o trabalho de coordenação com diversos órgãos que atuam dentro da infraestrutura aeroportuária, que foi com a criação do Conaer.

Além disso, atualmente, estamos trabalhando na modelagem do Plano de Capacitação de Recursos Humanos para a aviação civil. Estamos numa fase inicial de levantamento das questões e temos o planejamento de, até o final do ano, fazer a divulgação desse programa permanente de fomento à formação de recursos humanos para a aviação civil.

Além disso, tem um grande trabalho, que está sendo feito, visando à preparação do País para os grandes eventos, não só a Rio+20, que ocorre agora, mas a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Há uma participação bastante ativa da Secretaria no G-Copa, grupo de gestão desse evento, organizado pelo Governo Brasileiro.

Aqui é o planejamento estratégico, que é outra frente de trabalho que estamos iniciando este ano. Uma das nossas metas de 2012 é, com base na política nacional de aviação civil, modelar o plano aeroviário nacional, do qual fazem parte o plano de desenvolvimento da infraestrutura, tanto aeroportuária quanto aeronáutica – é um trabalho inédito do setor agregar os dois planejamentos da infraestrutura aeronáutica brasileira para aviação civil dentro de um planejamento único –; o plano geral de outorgas, que é um planejamento para a delegação da exploração de aeroportos por Es-

tados e Municípios; o plano de capacitação, outro pilar do plano aeroviário nacional, que vai fazer o estudo e a definição das políticas públicas para a formação de recursos humanos para sustentar o crescimento estimado e planejado; e o plano de incentivo à aviação regional, que vai embasar todos os demais planos.

Quero deixar uma mensagem aqui que é a forma como temos trabalhado dentro da Secretaria para modelar todos esses projetos e implementar as ações que foram estabelecidas pela Secretaria: uma estreita coordenação com diversos órgãos governamentais envolvidos nas diversas matérias e uma ampla participação de toda a sociedade e das entidades setoriais em particular. Aqui destacaria o trabalho feito para análise e estabelecimento da posição do Governo com relação ao projeto substitutivo do Código Brasileiro de Aeronáutica, de que participaram todas as entidades representativas dentro do setor, inclusive as relacionadas à aviação geral; e o projeto de capacidade geral, que também teve a participação de todos os sindicatos e todas as entidades relacionadas ao assunto, inclusive aquelas voltadas à aviação geral. Além disso, a segurança é o assunto que permeia todas as nossas ações, inclusive no nosso planejamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço à Sr^a Clarice Bertoni de Lacerda Rodrigues, Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, pelas informações que trouxe à Subcomissão da Aviação Geral.

Concedo a palavra ao Sr. Wagner Willian de Souza Moraes, Gerente Geral das Operações de Transportes Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac. V. S^a terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. WAGNER WILLIAN DE SOUZA MORAES – Exm^o Sr. Senador Flexa Ribeiro; Exm^o Sr. Relator, Senador Vital do Rego; demais convidados da Mesa, Sr^{as} e Srs:

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite à Anac, para, mais uma vez, participar dos trabalhos desta Subcomissão, e de acrescentar que represento o Sr. David da Costa Faria Neto, Superintendente de Segurança Operacional da Agência, que já se encontrava em período de férias quando o convite foi realizado, não podendo se fazer presente.

A minha apresentação vai passar por esse roteiro: apresentar o marco regulatório, a missão da Anac e o resultado de auditorias internacionais realizadas na ANAC, explicar de maneira bem esquemática o processo de regulação e fiscalização adotado pela Agência, apresentar o organograma da Superintendência

Operacional – aprofundando, detalhando a estrutura dedicada mais especificamente à aviação geral –, um resumo das fiscalizações realizadas, as iniciativas empreendidas pela Agência e os desafios.

Não vou me delongar muito nesse *slide*, porque já foi apresentado pela Secretaria de Aviação Civil.

A missão da Anac: promover a segurança e a excelência do sistema de aviação civil, de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem estar da sociedade brasileira.

Todas as ações da Anac são norteadas para a execução dessa missão, em particular as da Superintendência de Segurança Operacional, que trabalha no sentido de construir uma doutrina e a aplicação de melhores práticas nas operações aéreas, buscando a segurança de voo.

A Anac já foi alvo de auditorias internacionais. Esses são resultados obtidos tanto na auditoria pela OACI quanto pela FAA. Naquela ocasião, essa foi a posição da Anac com relação a uma métrica de comparação mundial.

Aqui, de maneira bem esquemática, como se processa a regulação pela Agência. Nós temos algumas fontes para estabelecer a regulação. Temos a fonte que vem do fórum internacional – diretrizes estabelecidas pela OACI e por acordos internacionais – e a interna – por recomendação do Cenipa, pelo estabelecimento de operações especiais ou mesmo por nosso processo de vigilância continuada, regulados. Isso acaba impulsionando a necessidade do estabelecimento de regras, que, uma vez apresentadas para consulta pública, se transformam em regulamentos para o setor.

Aqui o processo de fiscalização. Temos naquela parte superior representada uma operação do provedor de serviço de aviação civil. Um provedor, seja ele qual for, na operação rotineira de suas atividades, é objeto de fiscalização da Anac. Temos dois tipos de fiscalização: a primeira, que está no azul mais escuro e que chamamos de uma abordagem mais prescritiva, é a verificação se os requisitos estão sendo atendidos – tem, não tem; compre, não compre –; e, a segunda, que é a vigilância por desempenho, é um processo de vigilância que está em implementação, alinhando-se a uma tendência internacional de monitorar não apenas o atendimento a requisitos, mas também o desempenho obtido pelo operador na execução das suas operações. A combinação dessas duas abordagens é o que nós chamamos de vigilância continuada.

Aqui nós temos a estrutura organizacional da Anac, com a sua diretoria colegiada e suas superintendências. Eu vou detalhar um pouco mais a Superintendência de Segurança Operacional, que está destacada à direita.

A Superintendência de Segurança Operacional é composta por duas gerências gerais. Uma delas é a Gerência Geral de Operação de Transporte Aéreo, da qual sou responsável. Nessa Gerência Geral, nós temos estas gerências: a GCTA, que é a gerência responsável pela certificação e acompanhamento dos operadores de grande porte, que são denominados empresas 121; a Gerência de Vigilância da Aviação Geral, que cuida das empresas de táxi aéreo, aéreo agrícola, aeroclube, da aviação geral propriamente dita; a Gerência Técnica de Artigos Perigosos, que acaba atuando tanto para empresas, 121, como para aviação geral; e a Gerência de Avaliação e Análise de Simuladores, que tem o objetivo de qualificação de simuladores para treinamento de pilotos e também estabelecimento de padrões para certificação operacional.

Aqui temos descrita a quantidade de servidores alocados em cada uma dessas gerências. Especificamente, a GVAG tem 120 servidores. A GVAG é a gerência, apenas a título de explicação, que concentra as atividades de habilitação, licença de pilotos e certificação de escolas e centros de treinamentos. Detalhando ainda mais a estrutura da GVAG, que é especificamente a estrutura dedicada à aviação geral, temos identificada, em vermelho, a lotação física dos servidores, e, em azul, a distribuição dos regulados. Então, essa é a distribuição atual, geográfica, da gerência.

Aqui é o mesmo dado, mas numa visualização um pouco mais sintética, em que agrupamos a proporção de servidores e provedores de serviços de aviação civil, regulados pela SSO, também pela sua geografia, distribuição geográfica.

É esse cenário que justifica alguns operadores de uma determinada região terem e serem acompanhados administrativamente por servidores lotados em outras regiões, visando balancear a carga de trabalho entre os servidores.

Aqui temos a evolução das fiscalizações realizadas pela Anac, em 2010, em 2011, e o parcial de 2012 até março. Nós vemos que a Agência tem buscado, através da otimização de processos, obter um aumento de produtividade na execução de suas atividades, o que explica o aumento quantitativo das fiscalizações.

A principal iniciativa de segurança operacional empreendida pela Agência foi a introdução da decolagem certa. É um sistema que permite, no momento em que um determinado piloto apresenta um plano de voo para realizar a sua atividade, que esse plano de voo seja verificado *on-line* com relação à condição da sua habilitação, à condição da aeronave, evitando dessa forma que a inconsistência nesses requisitos permita que a operação se processe. Isso já ocorre em todos

os aeroportos que possuem salas com apresentação de planos de voo.

Temos o Sistema Eletrônico de Registro de Voo, que é uma maneira sistemática e regular de levantamento e coleta de dados das operações dos operadores. Hoje, já estão em atividade as informações relativas às operações regulares. Isso será ampliado para os demais tipos de aviação. O objetivo é permitir que, mesmo sem ir ao operador, a Agência possua uma quantidade de informação suficiente para fazer a sua vigilância corrente de uma maneira otimizada.

Temos empreendido o que está sendo denominado de ação nacional. Na verdade, são eventos em que a Anac busca estar presente junto à sociedade de aviação. No ano passado, fizemos mais de dez ações nacionais, em que foram apresentados ou disponibilizados serviços da agência, e foram feitas palestras no sentido de divulgação de conceitos, de regulamentos, visando ao desenvolvimento de uma doutrina de segurança operacional.

O PSO – Anac, o Programa de Segurança Operacional específico da Anac, é o programa que estabeleceu como estratégia da Anac a implantação daquela filosofia, que comentei anteriormente, de uma vigilância por desempenho. É esse programa que estabeleceu a linha filosófica de trabalhar por sistema de gerenciamento da segurança operacional.

Temos também a emissão do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 120, que é um programa de álcool e drogas, também alinhado com as orientações e recomendações internacionais. E estamos introduzindo o Sistema de Gerenciamento de Risco à Fadiga, também em alinhamento com as diretrizes internacionais.

Os principais desafios.

Ainda temos o marco regulatório sendo atualizado. Ou seja, temos vários regulamentos, ainda da origem do DAC, que estão migrando para os regulamentos emitidos pela Anac. Esse é um processo que ainda está em andamento, e é um desafio. O crescimento acelerado da aviação, que traz a necessidade de mais serviços, mais demandas à Agência, mais fiscalização e mais capacidade de atendimento a todo esse cenário que passamos.

E em função dessa realidade, a reestruturação e a centralização dos processos através do uso intensivo de ferramentas de TI, que vêm permitir a acessibilidade aos serviços da Agência, aos processos da Agência via Internet, facilitando dessa forma a qualidade e o acesso aos serviços da Agência por todos os usuários.

Basicamente é isso que eu tinha a apresentar e permaneço à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Wagner William de Souza Mo-

raes, Gerente Geral de Operações de Transporte Aéreo da Anac, agradecendo até pela limitação ao tempo.

Concedo a palavra ao Sr. George William Cesar de Araripe Sucupira.

Antes de passar a palavra ao Sr. George, eu queria registrar a presença da Sr^a Ilma Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar da Anac; Sr. Pablo Henrique, Assessor Parlamentar da SAC; Guilherme Aberle, da Trip Linhas Aéreas; Sr^a Renata Varella, Assessora de Relações Institucionais da Abag; o Sr. Roni Piagetti, piloto comercial da Neo Táxi Aéreo; Sr. Vanildo Maldini, piloto comercial da Neo Taxi Aéreo; Sr^a Shaiana Campelo, da Anac; Sr. Maurício Gusman, da Anac, Sr. Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Taxi Aéreo, Sr. Wolner Aguiar, Diretor Regional do Aeroporto Internacional de Brasília, Sr. George Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico da PUC de Goiás, que participam da nossa Audiência Pública.

Então, concedo a palavra ao Sr. George William César de Araripe Sucupira, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice-Presidente do Conselho Internacional de Proprietários de Aeronaves e de Pilotos.

V. S^a terá dez minutos, prorrogados por mais cinco.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Exm^o Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr. Relator, Senador Vital do Rêgo, Senhores da Mesa, Senhores presentes, estou chegando de uma reunião internacional de associações de pilotos e proprietários, que ocorreu no Sul da África, na Cidade do Cabo. Nós somos hoje 70 países. A Appa, como uma entidade sem fins lucrativos e que procura defender os interesses da aviação em geral, da mesma forma que a Abag o faz, e nós somos parceiros, teve o espírito de convidar e levar um representante do Decea, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, e um representante da Anac, que foi designado pelo Presidente, para nos acompanhar. E ambos tiveram oportunidade de falar no fórum. O Decea proferiu até uma palestra bastante técnica, eu não vou entrar em detalhes porque o tempo é curto, e a Anac mostrou o que está sendo feito aqui. Tiveram a oportunidade de verificar o que está ocorrendo no mundo todo e a importância que o mundo inteiro dispensa à aviação geral.

Infelizmente, aqui no Brasil nós temos duas situações, a situação teórica e a situação prática. Nós acabamos de ver uma exposição dos gráficos e das intenções que eu estou vendo já há alguns anos, e elas não passam de intenções e de gráficos. Nós que voamos precisamos de posicionamento e de solução.

Eu trouxe, mas não apresentei porque o meu tempo era curto. Estou com a Anac desde a sua criação,

faço parte do Conselho Consultivo da Anac desde o primeiro Conselho. Agora meu mandato termina e vou ficar apenas como assistente. Eu tenho seis gráficos, organogramas da Anac, que foram sendo renovados de acordo com a mudança da situação. A Anac hoje é um órgão que “faz das tripas o coração” para poder dar meios de a aviação funcionar. Está sem gente, sem pessoal. Dos dois mil candidatos que entraram, hoje sobram 800, que não conseguem suprir os quadros. É evidente que o funcionário que aqui está é um desses abnegados que está tentando fazer o que pode.

Para os senhores terem uma idéia do que está ocorrendo, nós recebemos da Ical, os regulamentos atualizados, porque a aviação é dinâmica: alguns são compulsórios e outros, recomendatórios. A Anac, em primeira mão, para poder ter tempo de preparar as coisas, colocou todos como compulsórios, o que engessa a aviação geral, de uma maneira total, e isso vai sendo levantado, pouco a pouco, de acordo com a possibilidade da Anac, só que quem voa num avião da aviação geral não pode esperar mais.

Nós estamos com aviões groundeados. Há uma série de situações que a gente tem que contornar. Não queremos ser críticos e jogar pedras, não! Nós queremos ajudar, nós queremos que este País tome o seu rumo. Nós estamos aqui, deixei de ir para Lima, onde está havendo um Congresso Internacional da Ical, e eu fazia parte da Mesa, como Vice-Presidente da América Latina, para vir a esta Casa, porque acho que aqui é o único caminho que nós temos para sensibilizar a opinião pública, sensibilizar o Congresso e sensibilizar o Governo, para o fato de que é preciso, sim, termos uma política de aviação geral que entre em execução. Nós não temos mais tempo para projetos.

Para vocês terem uma idéia, nós fomos no começo do mês para Lakeland e, na volta, ao pousarmos em Guarulhos, ficamos no meio do pátio. O pessoal levantou, mas o comandante disse: “Não, os senhores aguardem que nós não estacionamos ainda. Estou aguardando ordem da torre para ver onde eu vou parar o avião.” O avião veio de Miami e Guarulhos não sabe onde ele vai parar? Para um leigo isso não é nada, mas para um piloto isso é impossível. O piloto, quando se aproxima do aeroporto, sabe onde vai parar, no *box*, no ônibus, onde seja. Nós ficamos quinze minutos no meio do pátio esperando e paramos dez metros à frente. Veio o ônibus e passamos por baixo dos *fingers*, tal é o caos da nossa infraestrutura aeroportuária.

A aviação geral não tem onde operar em São Paulo mais. Nós não temos mais onde treinar vôo por instrumento. Compramos simuladores agora para começar a treinar o pessoal da aviação geral em simuladores. A culpa não é da Sac, a culpa não é da Anac e

a culpa não é da Infraero. A culpa é da falta de política do Governo Federal para atender, da falta de interesse em saber a importância que é a aviação para este País.

Nós perdemos milhões de reais, de dólares, por não desenvolvermos o turismo aeronáutico. O Caribe inteiro funciona com o turismo aeronáutico. A Appa procura desenvolver. Eles gastam uma fortuna e nós não aproveitamos isso. A Amazônia inteira pode se aproveitar disso, sem desmatamento e, pelo contrário, com o uso do que os americanos usam. Ontem, vi a Hillary Clinton dizendo que está aberto, que os brasileiros gastaram US\$8 bilhões no ano passado nos Estados Unidos. Então, vejam a importância que os países desenvolvidos dão aos outros que nos trazem dinheiro.

Nós estamos aqui nos gabando de uma situação econômica estável, mas a situação mundial é complicada. Nós vimos agora, na África, os países dizendo como as coisas estão indo. Nós precisamos saber quais são os organismos que precisam de incentivos reais para colocar para funcionar. O detalhe mais grave. A Anac, o Decea e a Infraero têm uma verba, taxa aeronáutica, taxa aeroviária e o Ataero. Essa verba quem paga é o contribuinte. Não vai para o bolo da receita. Vai para uma conta do Tesouro para ser repassada de acordo com as necessidades.

Eu tenho um gráfico, eu não trouxe para cá, do Tribunal de Contas. O Decea solicitou 70 milhões, repassaram para ele 30 milhões, mas, no fim do ano, arrecadaram 1,1 bilhões. Isso foi contingenciado, porque não foi usado, e foi pagar o *superávit* da dívida primária. E a aviação?

Esse meu discurso é desde 2000, senhores, não é de agora, mas não consegui sensibilizar ninguém. Estou com 71 anos e vou continuar brigando. É preciso que esta Casa se conscientize e leve ao Governo Federal a importância da aviação civil. Não quero criticar ninguém. Quero somar. Quero que se façam as coisas. De planilhas e prospectos não se faz nada. Eu quero perguntar para qualquer piloto que está aqui, associado meu, se a coisa funciona como está nas planilhas. Quantos estão com o avião groundeado esperando uma vistoria, esperando alguma coisa, porque a Anac não tem meios de fazer por falta de pessoal? E por que não tem pessoal? Porque não tem verba. Foi cortada a verba agora. Iam dois membros da Anac para esse congresso internacional, mas foi um só por falta de verba. Nós quisemos levar conosco no avião, porque o avião é da Appa. Não tem nada a ver, não se quer nada de especial, mas a Anac não pôde aceitar, porque iriam dizer que estavam voando num avião particular. Então, foram de linha aérea, mas não tinham verba para dois funcionários.

A gente quer ajudar. Eu não quero criticar a SAC. Eles estão fazendo o que podem. Estão pegando também o bonde andando. Essa é a segunda SAC, porque tem a primeira SAC, que secretariava o Conac, que, como eu disse aos senhores da outra vez, não fez nada. O Conac foi criado para criar políticas de aviação geral. Ele se reuniu uma vez e, depois, a segunda vez, após o acidente da TAM, três anos depois da sua criação. Tinha também uma SAC, cujo Secretário era o Brigadeiro Godinho, que secretariava o Conac, mas não tinha o que fazer, porque não tinha política nenhuma. Nós nos reunimos na Escola Superior de Guerra a convite do Conac. Ficamos lá um fim de semana, cada segmento formulando aquilo que achava conveniente para a nossa política de aviação geral. Infelizmente, daquele pacotão, e eu tenho guardado uma cópia, porque sou velho e chato e guardo tudo, você vê que não foi usado nada. Tem uma política de aviação, e nada daquilo... Trabalho perdido!

Eu acho que é a hora da verdade. Nós precisamos ajudar a SAC, nós precisamos ajudar a Anac, precisamos ajudar a Infraero, que está praticamente acabada. A privatização dos aeroportos... Não há outra solução. O Governo, que nunca quis privatizar nada, está privatizando porque não sabe o que fazer. Nós não temos problema com a Copa do Mundo. Nós temos problema com o dia a dia nosso. Nós não conseguimos mais chegar no aeroporto descentemente. É um problema real. E eu estou falando para quem está aqui que é da aviação e que vive esse dia a dia. Qualquer comandante da GOL, da TAM, da Azul reclama isso diariamente nas conversas que eu tenho.

Sou jurássico na aviação, Conheço todo mundo. Infelizmente ou felizmente, sei lá. Não é que não faz. Todo mundo quer fazer, mas ninguém faz. Por quê? Nós não temos uma política de aviação sendo implantada. O nosso marco regulatório está descaracterizado diante da realidade da necessidade nacional. Esta é uma das últimas possibilidades que vejo de consertarmos isso nesta Casa. Nunca, na vida da aviação, o Congresso Nacional foi tão importante como agora, para nos auxiliar, a todos nós aqui da Mesa. Logicamente, eu falo coisas que não podem dizer que estão inseridos no contexto e têm que defender o contexto deles. A prática é completamente diferente dos gráficos que nós vimos. Nós estamos com os aviões parados. As taxas são absurdas.

A Infraero cobra taxas para as quais não existe razão. Você para o avião no estacionamento, mas esse estacionamento, no dia seguinte, já não é mais isso, é pátio de manobra, e vem uma taxa absurda. Você questiona com a Infraero, mas ela, em alguns casos, reconsidera e, em outros, não, e cobra a taxa

porque diz que é do aeroporto regular. Imagine que você para o carro em uma rua. Está lá que pode parar, mas, quando você volta, tem uma placa nova e você foi multado. Não pode ser assim. O cidadão para o avião de noite no aeroporto, na aviação geral, no pátio de estacionamento, mas, no dia seguinte, esse pátio é de manobra, e se cobra uma taxa de pátio de manobra. Não entendo qual é a intenção disso. Para que se faz isso? Para acabar com a aviação? Não se esqueçam que um piloto de Boeing e de Airbus começou na aviação geral.

O mundo inteiro prestigia e ajuda a aviação geral. Para os senhores terem uma idéia, em vários países, como a Austrália, a aviação geral não paga quase taxas. Tentamos implantar isso no Decea. O Decea nos chamou para isso. Ficamos dois anos discutindo isso. Aviões até 1.000 Kg pagavam uma taxa simbólica; de 1.000 kg a 1.001 kg, pagavam um pouco mais; até 4.000 kg, que é o nível da aviação geral. Depois de tudo discutido, depois de tudo implantado, quando ia se começar a praticar esta tabela, a Receita Federal suspendeu dizendo que o Decea não tinha condições de delegar isso, que seria uma renúncia fiscal, o que é proibido. Então, hoje, um ultraleve paga igual a um avião da aviação geral para fazer um vôo de treinamento de formação de piloto. É preciso uma revisão. É preciso que se faça exatamente...

Esse negócio de avião é coisa para rico é conversa fiada do século passado. A maioria que tem avião hoje é lutador, é pessoa que trabalha. Eu sou advogado e tenho o meu avião há muito tempo. Eu faço todos os meus clientes no interior de São Paulo voando com o meu avião. Às vezes, não tenho dinheiro para a gasolina, porque é cara.

Então, eu acho o seguinte. Nós precisamos nos conscientizar dessa situação. O Senador Vicentinho veio em boa hora nos acolher para esta Subcomissão. Eu espero que esta Subcomissão prospere e mostre ao Governo Federal a necessidade de uma política séria e rápida – e a rapidez é o mais importante. Nós não temos tempo mais para fazer cronograma e começar a implantar. Tem que começar do jeito que está para, depois, ir melhorando, senão para tudo, gente.

Estou falando em nome de uma associação que representa um universo de pessoas no mundo inteiro. Hoje, estamos discutindo, em Lima, o novo sequenciamento de tráfego aéreo da América do Sul. Pedi para um outro diretor acompanhar para discutirmos isso depois. Estamos também ajudando a implantar no litoral de São Paulo uma rota especial, porque o tráfego é muito intenso e pode conflitar com as aerovias.

Temos procurado ajudar o Decea, ajudar a Anac no que é possível. É preciso que seja compreendido

pelo Governo que a Anac precisa ter a verba, pelo menos a que pagamos, integralmente, sem contingenciamentos, para ela poder funcionar de acordo. Eles querem implantar um sistema de computação que será ótimo, mas falta verba para o *software*, faltam pessoas, acumulou, fechou. Então, por quê? Eles não podem reclamar porque quem reclama perde o emprego. É emprego político. Nós, que somos os usuários, ficamos à mercê disso. Eles defendem com unhas e dentes o que podem defender e tentam nos ajudar no que podem, mas é preciso ter uma política de aviação que seja prática, que seja leve, que seja funcional e que tenha medidas em curto prazo e medidas em médio prazo, porque senão o País não decola mais.

Eu estou meio perturbado hoje, porque perdemos o nosso Vice-Presidente, Dr. Fernando de Arruda Botelho, que era um membro da Camargo Corrêa, em um acidente de avião, em São Paulo, no dia 13, sexta-feira. Chegamos da África, uma viagem longa, e ele foi mostrar o avião para o coronel do Decea. Fez um vôo, mas, no segundo vôo, o avião teve uma perda, tocou a asa no solo – um avião pesado, um T-28, um avião militar – e, infelizmente, explodiu. Ele e um piloto que viajou com a gente com a África faleceram ali.

Foi uma perda muito grande para a aviação de um modo geral, porque o Dr. Fernando Botelho conseguiu introduzir um Santos Dumont nos EUA. Ele colocou um Demoiselli voando ao lado do Flyer, que é o avião dos Irmãos Wright. Ele colocou um Demoiselli no Smithsonian Museum, que é o maior museu de aviação no mundo, em 2007. No Smithsonian Museum, tinham 20 universitários americanos com um botãozinho aqui – *ask me about Santos*. Sabiam mais de Santos Dumont do que nós, brasileiros. Voou o Demoiselli agora em Lakeland e ia voar o Demoiselli em West Coast. Ele investiu uma fortuna nessa aviação, na memória de Santos Dumont. Publicou vários livros, distribuiu nos EUA, na Europa. Tem outro avião em Portugal em que ele iria voar. Vai voar agora o piloto dele, porque a família quer que continue essa saudação.

Então, é com muito pesar que eu lamento. A APPA, a aviação civil, e a aviação brasileira não são mais as mesmas sem o Sr. Fernando de Arruda Botelho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. George William pelo seu contundente depoimento.

Senador Vital do Rêgo, Relator da Subcomissão, o Senador Vicentinho, Presidente da Subcomissão, ao fazer o convite aos nossos convidados dessa audiência, dividiu bem a Mesa: o Governo, ao lado direito, e os operadores da aviação, ao lado esquerdo. Aqui estão os que sofrem, no dia a dia, na operação e aqui,

os que fazem a regulação, a fiscalização e que, eu diria, também sofrem, porque, como bem disse aqui o George, eles não podem falar. Acredito que queiram falar, porque é verdade. Nós aqui expressamos exatamente esta angústia. Sabemos e lamentamos, porque os recursos existem – são extraídos do cidadão que paga as taxas que lhe são cobradas, não só da aviação civil, mas de todas as outras tarifas, sejam elas de comunicação, sejam elas de energia –, mas são contingenciados.

Senador Vital do Rêgo, relator e membro efetivo da base independente – e aqui elogio e declaro a independência de V. Ex^a –, quero dizer aqui aquilo que nós defendemos. Não tem que ter contingenciamento. A tarifa que é paga, das duas uma, ou está cara e tem que ser reduzida, diminuindo a carga sobre o cidadão, ou deve ir direto para as agências, no caso aqui, para a aviação civil; no caso da comunicação, para a Anatel; no caso da energia, para a Aneel, mas que não seja usada para fazer superávit primário, pagar juros da dívida. V. Ex^a já tem um ponto aí. Tenho certeza de que vai colocar no relatório da subcomissão.

Quero aqui lamentar, também, a perda do Fernando Botelho. Eu o conheci e sei da paixão que ele tinha pela aviação, especialmente pelo Demoiselle do Santos Dumont. Ele fazia a divulgação no mundo inteiro. Não tinha conhecimento do acidente, mas também quero lastimar a perda do Dr. Fernando Botelho.

Passo a palavra ao nosso convidado ao Sr. Ricardo Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira da Aviação Geral, Abag.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu vou pedir a palavra pela ordem porque eu tenho algumas perguntas a fazer, mas vou transferir a V. Ex^a, que conta, certamente, aqui com o auxílio da nossa competente assessoria – uma das coisas boas que este Senado tem é um assessoramento legislativo da melhor qualidade –, as indagações que haveria de fazer na condição de Relator para que V. Ex^a, como nosso Vice-Presidente, também possa emitir os conceitos dessa relatoria aos nossos convidados. Não poderia, contudo, deixar de expressar a palavra da relatoria desta comissão nesta importante reunião.

Estou sendo chamado agora para emitir outro relatório na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós estamos discutindo mais uma das questões que envolvem o pacto federativo, a questão dos impostos aplicados a Estados. A velha briga entre Estados por tributos que lhes são justos e devidos. Mas me sinto até motivado

pelas justas reclamações e sugestões ponderadas do Dr. Sucupira e tão bem arguidas por V. Ex^a, Senador Flexa, para avançar um pouco no meu relatório.

Sob o comando de um piloto de excelente qualidade técnica, que é o comandante Vicentinho, esta Subcomissão foi feita. Ele produziu esta Subcomissão na sua cabeça e, com o bom trabalho dessa assessoria, de que já falei, esquadrinhou um plano de vôo, fazendo com que inicialmente nós trouxéssemos aqui as melhores autoridades do assunto aeroviário nacional e internacional que interessa ao Brasil. Depois, vamos visitar algumas das capitais do País para fechar o relatório.

Penso que todas as reclamações são justas, até porque nossa condição é de paciente, não de cliente, do setor, e haja paciência em todo sentido: paciência do paciente que é atendido pelo médico ou paciência do cidadão que tem que ter muita paciência para usar o sistema. Nessa condição de paciente, sofremos muito, como no exemplo que o senhor deu. A cada cinco voos, pelo menos, o comandante pede paciência à gente para melhor estacionar a aeronave porque não sabe ainda qual é o *finger* ou qual é o *box* em que vai posicionar sua aeronave.

Estamos muito atrasados. Esse Brasil muito deve, Senador, ao seu Partido a revolução que o meu Partido fez. A estabilidade econômica que nós construímos a partir do governo do Fernando Henrique Cardoso, que foi construída por um ato do Presidente Itamar Franco e depois sequenciada pelo Presidente Lula na revolução social e, hoje, na modernidade, na realização econômica, nós não estávamos preparados para isso. Nosso sistema aéreo não estava preparado para isso. Por isso, pela explosão que o lado de lá trouxe, esse lado de cá está encontrando tanta dificuldade para tentar fazer as coisas. Nós temos o maior crescimento aéreo, talvez, do mundo em termos de demanda, mas o lado de cá, o Governo, não estava preparado para isso.

Eu confesso aos senhores que, depois de tudo o que eu já vi, o meu relatório vai ser apenas adequar a teoria das planilhas, a teoria das resoluções da Anac, da Sac, tudo que já está sendo produzido em estudos, com uma grande briga no Ministério do Planejamento e no da Fazenda para fazer liberar os recursos para que a Secretaria da Aviação Civil possa implementar aquilo que está no papel. Na verdade, o que nos falta é orçamento, o que nos falta são condições para viabilizar aquilo que está efetivamente nas resoluções. Avançamos muito, mas, na prática, não estamos ainda com as condições para dar ao cidadão brasileiro, não para a Copa ou para as Olimpíadas, mas para agora, para o nosso dia a dia, aquilo que dignamente nós merecemos.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu peço licença a V. Ex^a para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Vital do Rêgo. V. Ex^a, como todos nós, tem outros compromissos e tem razão, porque, na CAE, temos o Decreto Legislativo nº 72. Ainda hoje pela manhã, o nosso ex-Senador, hoje Governador Renato Casagrande nos ligava preocupado, pedindo apoio de todos nós no sentido de ter uma transição com relação ao fim da guerra fiscal dos portos.

Com a palavra o Sr. Ricardo Nogueira, Vice-Presidente da Abag. V. S^a terá dez minutos prorrogados por mais cinco.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Senador, o senhor falou tudo que eu ia falar. O senhor roubou minha fala... (*Risos*)

Senador Flexa Ribeiro, bom dia! Muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço ao Senador Vicentinho também por ter incluído a Abag nessa rodada de conversas sobre a aviação civil.

Senador, eu não sei se é mais fácil ou mais difícil ser o último a falar, principalmente depois que o Relator já disse como vai ser a estrutura do relatório dele. Eu só tenho que aplaudir porque, na verdade, o Senador Vital do Rêgo acabou sintetizando, talvez pela pressa, mas foi muito feliz nessa síntese, o real problema: uma operação crescente, com níveis acima da média mundial, e um planejamento estatal, planejamento de governo, bastante aquém, bastante reduzido. São duas curvas completamente diferentes. Há cerca de dez anos, essas curvas começaram a se separar e, hoje, a diferença entre a demanda e a oferta de serviços é bastante grande.

A Abag, Senador, tem, entre seus 75 associados, uma representação, uma amostragem bastante interessante do que seja a aviação geral. Eu ia começar, assim que o senhor me passasse a palavra, tentando explicar mais ou menos o que é a aviação geral, mas a colega da Sac já fez isso por mim. Agradeço, Clarissa. Agradeço, está perfeito, é aquilo mesmo. Mas eu queria chamar a atenção para o *slide* que a Clarisse passou. Acho que, pela primeira vez, em um *slide* falando sobre aviação civil brasileira, $\frac{3}{4}$ do espaço disponível é da aviação geral. Isso acontece não só no *slide*, mas também dentro da projeção brasileira. Quem voa por este País é a aviação geral. Ela voa em 714 aeroportos, como foi colocado, e em mais uns dois mil, que nós temos por esse Brasil a fora.

A função básica da aviação geral vai além de ser formadora dos recursos humanos, como disse aqui meu amigo Sucupira, piloto do *boeing*, que está voando internacional. Ele começou num aeroclube, em

um aviãozinho pequeno, e voou muito, muito tempo em táxi aéreo para alcançar os níveis que o voo internacional requer, que transporte internacional requer. A aviação geral está presente no Brasil inteiro. Tem esse papel formador e um papel que eu vejo tão ou mais importante, que é o papel integrador das terras brasileiras. Nós chegamos a municípios aonde, às vezes, só o avião chega.

Não estou falando nada que ninguém não saiba. Estou só querendo dar ênfase ao fato de que, nas políticas públicas, a aviação geral tem sido meio esquecida, mas, quando se pensa em fazer alguma restrição, onde você faz, Sucupira? Na aviação geral. Gostaríamos de conseguir, Senador, por meio desta Casa, um pouquinho mais de importância nos planejamentos. Quando houver esse planejamento, quando houver essa política pública, que a aviação geral receba o tratamento que merece, porque não pode simplesmente tirar ou minimizar ou proibir a aviação geral de voar, porque a capilaridade da aviação está justamente em todas as aeronaves poderem fazer o seu ir e vir adequadamente.

Nós, na associação, na Abag temos discutido bastante, em reuniões de conselho, em reuniões de associados, em reuniões de comissões especiais, e também estamos participando junto com a Appa do conselho construtivo da Anac. A gente sombreia várias frentes de trabalho. Estamos numa câmara técnica, falando sobre infraestrutura aeroportuária. De 44 conselheiros da Anac, uns 30 representam nessa câmara técnica a importância que é a infraestrutura. Se o avião não tiver infraestrutura, não tiver um bom aeroporto, não tiver um espaço aéreo adequado, não vai voar; e se não voar, nós quebramos um pedaço da perna de desenvolvimento do País. A aeronave, junto com outros modais, o voo é um elemento de desenvolvimento e de sustentação da Nação. Não dar um tratamento adequado e, dentro da aviação, focar somente em aviação civil são equívocos gigantescos no tratamento da coisa pública, no desenvolvimento da aviação como um todo.

É uma fartura bastante grande. “Farta” tudo para gente. “Farta” o técnico da Anac, como bem disse. “Farta” dinheiro ao Decea, para poder desenvolver o seu planejamento. “É coisa de milico. Milico faz planejamento com bastante precisão, durante muito tempo, e requer, a cada ano, o orçamento para poder desenvolver.” Ouvimos diversas vezes, eu e o colega Sucupira, que, do solicitado para fazer frente ao ano fiscal, foram recebidos 30% ou 40% e que, no meio do ano, ainda tinha havido contingenciamento. É uma verdade que acaba deixando a gente bastante assustado porque estamos próximos aos aeroportos e estamos vendo a aviação crescer.

A colega Clarice falou também que a Abag expediu, no ano passado, um anuário estatístico, um retrato bastante interessante da aviação geral no País, coisa que nenhum órgão público tinha, pois só tinham a estatística da aviação comercial. Nós cuidamos disso e estamos já saindo com uma atualização: vai sair o Anuário 2012. Uma das facetas que nos mostramos é não só o aumento da frota, mas o aumento qualitativo da frota. Sai uma aeronave com trinta anos e entra um jato. O jato requer dois pilotos, requer que os pilotos tenham uma habilitação mais específica. Ele voa no mesmo nível que as aeronaves comerciais e precisa de um bom aeroporto para pousar. Esse jato está levando aquele passageiro que não tem tempo de ficar preso no aeroporto, porque se gasta muito tempo. Eu vim do Rio de Janeiro e levei quase quatro horas para sair de um aeroporto e chegar ao outro. É muito tempo! Aceito porque minha hora não é tão cara, infelizmente, mas temos brasileiros que têm uma hora muito cara e precisam voar.

Então, mais uma vez, o bom de ser o último, Senador, é que às vezes eu tenho só de fazer certa remissão aos que os colegas anteriores já falaram. Avião não é para rico, é para quem quer se desenvolver, para quem quer trabalhar. Essa é uma imagem, neste Brasil do Séc. XXI, completamente anacrônica. Merece ser falada porque ainda encontramos pessoas que podem aparecer na mídia falando esse tipo de equívoco.

Sintetizamos em cinco itens o esforço da nossa Associação para este ano, Senador.

Áreas Aeroportuárias. Nós temos um dilema há três anos, que tem sacrificado bastante o dia a dia de toda a aviação – e não falo só da aviação geral, mas de toda a aviação. É a alocação de áreas em aeroportos. Já passamos por diversas tentativas. Eu, particularmente, estou desde 2009 envolvido no assunto. Hoje, estamos unidos, todos os segmentos, levando uma proposta à Anac para que isso seja efetivamente resolvido. Então, áreas aeroportuárias – um trato pensando na aviação.

O profissional da aviação civil seria o nosso segundo **Item**, e aí entraremos por formação, por qualificação, por questões pontuais, como a Lei do Aeronauta, que precisa ser atualizada.

Um terceiro **Item** é o acesso ao espaço aéreo e o acesso aos aeroportos. Há dificuldade da aviação geral em operar em determinados aeroportos. Ela é a primeira a ser banida quando algum tipo de restrição tem de ser colocado. Isso está, também, chegando ao espaço aéreo. Então, o **Item** “acesso ao espaço aéreo e aeroportos” é bastante importante no nosso plano de ação deste ano.

Precisamos, urgentemente, melhorar o relacionamento com organizações governamentais. Aqui, queria chamar a atenção para um deles que não aparece muito porque está fora do contexto aeronáutico, mas é uma das maiores barreiras ao nosso desenvolvimento e ao nosso dia a dia. Falo da Receita Federal. Temos bastantes dificuldades de ter acesso à Receita Federal. Não só na importação de aeronaves há dificuldades, mas na liberação de itens. Tem um **Item** que nós chamamos de AOG, aircraft on ground. Um **Item** qualquer que deixa a aeronave no chão precisa ter um trâmite aduaneiro rápido. Hoje encontramos bastantes dificuldades e, por consequência, temos aeronaves paradas pela falta de um **Item** e por dificuldades de trâmite aduaneiro.

Evidentemente, foi comentado, e estamos há algum tempo participando disso, a emenda ao Código Brasileiro de Aeronáutico, que é de 1986 e merece uma atualização. Sempre preferimos não falar em marco regulatório, porque o marco regulatório se deu em 1946, quando o Brasil assinou a Convenção de Chicago. De lá para cá, temos buscado a atualização desse marco regulatório. A aviação organizada está, no Brasil, há 60 anos. Mas ela está complementemente desatualizada.

Senador, eram essas as minhas palavras tentando sintetizar e me ater ao tempo.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Ricardo Nogueira, Vice-Presidente da Abag.

Vou fazer alguns questionamentos que o nosso Relator, Senador Vital do Rêgo, faria e, depois, por adição, alguns questionamento que gostaria de fazer, mais específicos, com relação à minha Região, à Amazônia. São alguns pontos que nós discutimos, inclusive em uma reunião que tivemos há uma semana com o Dr. Cláudio Passos, da Anac. Discutimos também algumas angústias sobre a “ausência” da Agência Nacional de Aviação Civil com relação à fiscalização, à regulação, à reclamação dos operadores da aviação na Região. Os questionamentos eu farei para todos. Depois, cada um responderá aquilo que cabe a cada um dos nossos convidados.

Como a Secretaria de Aviação Civil – no caso a Dr^a Clarice – vem trabalhando a questão do desenvolvimento da indústria da aviação geral brasileiro? O que se pode esperar para o futuro?

Conforme destacado, a aviação geral brasileira é a segunda mais expressiva do mundo. Como a SAC trata internacionalmente essa questão? Há alguma cooperação entre a Secretaria de Aviação Civil do Brasil e as suas congêneres internacionais como a agência federal americana de aviação civil, FAA, no sentido

de adquirir e trocar experiências quando o assunto é aviação geral? A aviação geral vem sendo ameaçada de ser retirada de importantes aeródromos de aeroportos federal, como é o caso do Campo de Marte, de Jacarepaguá, Congonhas etc., mas, sendo um dos grandes objetivos da SAC o desenvolvimento do setor aeroportuário nacional, como a Secretaria trabalha a inclusão da aviação geral dentro desse projeto? Quais são os incentivos que a SAC está desenvolvendo para os operadores da aviação geral? Como a SAC e a Anac trabalham conjuntamente a questão da aviação geral? A SAC pode orientar a Infraero quanto ao tratamento que pode dispensar à aviação geral? O que pretende fazer a SAC com relação aos aeroportos e aeródromos de pequeno porte espalhados pelo Brasil, muitos dos quais praticamente abandonados?

Para a Anac. O que representa a aviação geral para a Anac e o que a Agência pode fazer para promover a atividade da aviação geral no Brasil? O que a Anac tem feito, em conjunto com a SAC, para o desenvolvimento da aviação geral? As taxas e tarifas aeroportuárias foram oneradas, em alguns casos, em até 400% desde 2011. A Anac tem recebido alguma reclamação por parte dos operadores da aviação geral quanto aos aumentos que a Agência tem autorizado que sejam colocados em prática, especialmente pela Infraero? Ainda nesse sentido, a Anac tem tomado conhecimento de cobranças equivocadas praticadas pela Infraero? Como a Anac tem tratado o binômio segurança X facilitação, no tocante à aviação geral nos sítios aeroportuários? Exemplo, os operadores da aviação geral, especialmente os proprietários, quando vão embarcar em alguns locais são revistados como se fossem passageiros. Muitos operadores questionam se tanto rigor é necessário para a aviação geral e qual é a função da Anac frente a essa situação.

A Anac se auto-outorgou o prazo de 50 dias úteis nos processos de revalidação de licença. Há muitos problemas relativos à renovação e à emissão de licenças por conta da Anac, que têm sido uma constante, o que pode ser considerado um empecilho para o desenvolvimento do setor. Até quando essa situação persistirá?

Operadores da aviação geral têm reclamado muito quanto à falta de preparo de alguns servidores e ainda mencionam que os serviços de informações, quando requisitados, são imprecisos e repassados por pessoas sem qualquer conhecimento técnico do assunto. Como a Anac se posiciona quanto a essa posição?

Perguntas agora ao representante da Appa. Como a aviação geral brasileira é vista no exterior? Como ela está em comparação com a de outros países desenvolvidos? Como são as principais queixas do setor

quanto ao tratamento dispensado pelas autoridades aeronáuticas para a aviação geral?

E para o representante da Abag: o que falta, na opinião da ABAG, em relação aos incentivos que o Governo poderia conceder para promover a indústria da aviação executiva no Brasil? Quantos aeroportos aeródromos estão aptos a operar aeronaves executivas de grande porte no Brasil?

Eu perguntaria aos nossos convidados: em 2009, a então Presidente da Anac, Dr^a Solange, editou não sei se uma resolução ou uma portaria, mandando fechar os escritórios da Anac em várias cidades do Brasil, entre elas, Belém. Aí houve um movimento no sentido de que isso não se consumasse. Isso aconteceu, porque, quando da criação da Anac, em cinco anos, os antigos funcionários do DAC teriam de ser devolvidos, e a Anac deveria fazer concurso para que novos funcionários fossem admitidos.

Isso não ocorreu. Então, a Anac ficou sem funcionários para ocupar essas posições. Em função disso, ela teve de tomar esta atitude de fechar esses postos de serviço no Brasil, em várias cidades, e a solução era fazer a fiscalização virtual pela Internet. Como fazer isso? Se a fiscalização presencial já não produziu os efeitos que o cidadão esperava, quanto mais a virtual.

Não foram fechados os postos, mas, de qualquer maneira, até hoje essa fiscalização deixa muito a desejar, e a gente continua lutando, pelo menos na nossa cidade, Belém, para que esses serviços melhorem de qualidade.

Ainda na segunda-feira retrasada, nós tivemos essa reunião com o Dr. Cláudio Passos, para tratar, entre outras coisas, da questão da fiscalização, da revitalização desses escritórios. E ele reafirmou que a Anac continua com essa intenção de fazer essa fiscalização não mais presencial.

Eu perguntaria se essa dificuldade continua sendo por falta de recursos para aumentar o quadro, como foi dito aqui pelo Sr. Sucupira. Não há orçamento para ter quadro de pessoal qualificado para fazer essa fiscalização. Em que isso prejudica a questão da segurança da aviação do cidadão, já que a Anac faz, além dessa regulação, a fiscalização da segurança também das aeronaves? Entre as suas atividades está a manutenção, a fiscalização de manutenção das aeronaves.

Aí volto para a questão da Amazônia.

Na Amazônia – o Dr. Ricardo colocou aqui – a aviação geral tem um papel importante, e é verdadeiro isso, principalmente quando falamos nas regiões mais afastadas e menos desenvolvidas. Em alguns lugares, na Amazônia, salvam-se vidas com a aviação. Quanto ao transporte, não se chega de carro, chega-se de barco. Mas, para se chegar de barco, levam-se dias.

Tem-se só o avião para poder buscar o paciente e resgatá-lo em tempo de salvar-lhe a vida.

Às vezes... Este é outro ponto, Dr^a Clarice, que é importante – e já estive com o Ministro tratando disto –: a maioria dos aeródromos na Amazônia são irregulares, clandestinos. Os pilotos pousam... Eles fazem um plano de voo... Decolam de um aeródromo homologado, mas vão pousar em um que não está homologado, porque não há solução, senão eles não conseguem voar. Então, que forma vamos poder ter? Aí, sim... Isso é uma ação de fiscalização, mas é preciso que haja, por parte do Governo, uma ação, para que mais aeroportos sejam homologados na Amazônia.

Há cidades importantes na Amazônia, no Pará, no Amazonas, nos Estados da nossa região, que não têm os aeroportos homologados. Então, é preciso que isso seja uma ação de governo, do Governo Federal. O Dr. Cláudio, quando esteve lá, nesta última vez, disse que isso não é com a Anac, que não é ela que faz a homologação dos aeródromos. Mas é preciso, então, que a Secretaria de Aviação Civil possa ter uma ação que tenha um projeto, um plano para a região Amazônica, para a qual é fundamental essa aviação geral. É preciso que ela tenha, realmente, uma ação de investir na homologação de aeródromos que possam ser efetivamente regularizados, para que haja condições de pousos regularizados.

Há outro assunto para o qual gostaria de ter uma explicação. Numa audiência na Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização, o Senador do Acre Jorge Viana fez um questionamento ao representante da Anac, que estava na audiência, sobre o preço da passagem aérea. Ele pagou por uma passagem aérea de Brasília até Rio Branco seis mil e poucos reais, ida e volta – uma passagem Brasília–Rio Branco–Brasília –, o que é um absurdo.

Lá na Amazônia, por uma passagem, numa rota interna no Estado do Pará, numa aviação regional, no trecho, por exemplo, Belém–Rendenção–Belém – Rendenção é um Município do sul do Pará –, paga-se mais caro do que num trecho de uma viagem internacional. A viagem São Paulo–Paris–São Paulo é mais barata do que a viagem Belém–Rendenção–Belém. Isso é uma distorção que não tem condições.

Eu gostaria de saber de que forma isso pode ser regulamentado, e, aí sim, me parece que isso é com a Anac, que regulamenta essa questão.

A resposta que foi dada na ocasião é que isso é regulamentado pelo mercado. Que mercado é esse que deixa o usuário, o cidadão à mercê de um duopólio? Nós não temos mercado regulamentado no Brasil. Aqui foi mostrado... a Dr^a Clarice colocou aqui uma

transparência mostrando que houve uma redução de tarifa média. Mas é importante...

Eu próprio já tive oportunidade de ter que viajar de Belém para Brasília e já paguei no trecho R\$1.400,00 numa perna. Então, eu não entendo essa política de preços das Companhias Aéreas. O que deveria ser... Você, quando compra a passagem a longo prazo, quando se programa, você consegue uma tarifa reduzida, mas, quando você precisa viajar de emergência, aí você paga a tarifa cheia.

Não sei se precisa aumentar a concorrência, abrir o mercado. Eu gostaria de ouvir dos senhores e da senhora que tipo de proteção o usuário, o cidadão brasileiro vai ter para ter condições melhores de acesso ao transporte aéreo, principalmente – e aí, sim – na aviação regional, aquela que, como na minha região, é necessária, é importante, mas que é inacessível ao cidadão de menor poder aquisitivo e que precisa utilizá-la em função das condições de transporte difíceis da Amazônia.

Passaria a palavra na mesma ordem em que foi dada a palavra para que possam dar as respostas.

D^{ra} Clarice, por favor.

A SR^a CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – O senhor fez muito rápido as perguntas do relator e vou tentar respondê-las, mas, se alguma ficar sem resposta, o senhor, por favor, pergunte novamente.

Eu consegui talvez mapear as principais questões que foram colocadas para a SAC pelo Relator, Senador Vital do Rêgo.

Em primeiro lugar, eu queria deixar claro – não sei se fui clara suficiente – que a Secretaria de Aviação Civil, no seu trabalho de formulação da política para o setor de aviação civil considera o setor como um todo. Então, a aviação geral está assim considerada na formulação das políticas da Secretaria Nacional de Aviação Civil, seus problemas, suas questões, suas demandas, seus anseios e todo trabalho que a gente tem feito no sentido de modelar essas políticas, quais são as ações que vão ser tomadas para cada segmento da aviação não deixa de forma nenhuma a aviação geral.

Consideramos que... acho que o Ricardo Nogueira colocou muito bem quais são os principais papéis desempenhados por esse segmento dentro da indústria como um todo.

Em primeiro lugar, a sua importância é fundamental na questão da formação de recursos humanos para aviação. Isso, historicamente, é reconhecido e a Secretaria de Aviação Civil assim o reconhece também, tanto que na formulação do programa de formação de recursos humanos, que está em pleno desenvolvimento dentro da Secretaria, várias entidades, não só

a Abag, mas todas as entidades representativas da aviação geral e da área de aeroclubes foram ouvidas pela secretaria.

Então, eu queria deixar essa mensagem de que não há essa visão de que a aviação geral não tenha o seu papel dentro do setor e de que não será levado em consideração na formulação do planejamento estratégico do setor.

A visão da secretaria com relação a quais são as principais ações voltadas ao desenvolvimento do setor como um todo é principalmente no sentido de dar as condições para que esse setor se desenvolva de acordo com a conjuntura do mercado. Então, a infraestrutura nesse sentido é extremamente importante e todo trabalho da secretaria tem sido no sentido de adequar a infraestrutura aeroportuária e aeronáutica a esse setor, essa demanda. Então, não é deixar de fora nenhum segmento. Todos precisam usar essa infraestrutura, que deve estar disponível para todos.

Se a aviação geral em determinados aeroportos tem uma restrição, é preciso, sim, estudar quais as soluções. Eu concordo plenamente que essa ação de dizer: Não, esse aeroporto está extremamente congestionado; então, quem vai sair? É a aviação geral. Sim, sai, mas tem que ir para algum lugar. Então, é preciso, sim, pensar em soluções que contemplem a aviação geral nas suas necessidades em todos os segmentos.

O mesmo pensamento se dá com relação à infraestrutura aeronáutica. A solução para a infraestrutura aeroportuária principalmente nos aeroportos congestionados está em estudo, sim, na Secretaria de Aviação Civil. Ainda não temos totalmente claro como isso vai ser solucionado, mas está sendo estudado e reconhecemos que esse problema é muito importante, em especial no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo e naquelas localidades em que os principais aeroportos têm um problema de saturação relevante.

Bom, outra pergunta feita é se há cooperação entre a SAC e suas congêneres no mundo. A SAC tem eu não diria exatamente parcerias, mas o desenvolvimento de memorandos de entendimento com diversos governos da Europa e dos Estados Unidos interessados em ter parcerias com o Brasil no desenvolvimento de projetos aqui.

Recentemente, a Presidenta esteve nos Estados Unidos e assinou um memorando de entendimento com o Governo americano que nos ajudará em diversas iniciativas, principalmente no desenvolvimento de estudos e projetos na área de melhorias de gestão, nas áreas aeroportuárias, enfim. Então, várias ações estão sendo empreendidas nesse sentido.

Nós também estamos com um projeto de fazer um memorando de entendimento com o Governo da

Inglaterra, especialmente para estudar as soluções que estão sendo implantadas naquele País para a preparação das Olimpíadas. Então, é um importante acordo de cooperação com o Governo da Inglaterra.

Estamos também estudando o estabelecimento de um acordo de cooperação técnica com o Governo da Holanda, que também tem projetos muito interessantes na área de gestão aeroportuária. Então, há, sim, várias iniciativas no sentido de buscar a cooperação e a troca de experiências com países que tiveram conjunturas similares ao Brasil. Isso está em andamento sim.

Deixe-me ver se tem mais alguma coisa.

Com relação aos questionamentos que o Senador Flexa Ribeiro colocou à SAC sobre a regularização de aeroportos, a atuação da SAC, mais uma vez, Senador, tem sido sempre no sentido de buscar as ações e as políticas necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura adequada à necessidade do País. Então, não sei se o senhor lembra, mas coloquei aqui como está sendo modelado o planejamento estratégico do setor. A primeira coisa que se fez, ao longo do ano passado, e isso já está em uma fase bastante adiantada, foi o desenvolvimento do que chamamos internamente na SAC de projeto de aviação regional. Na verdade, regional num sentido bastante amplo. Houve a finalidade de estudar qual rede de aeroportos que deve ser objeto de política pública prioritariamente, de forma que tenhamos uma abrangência adequada ao nosso País, especialmente nas regiões de mais difícil acesso por outros modais.

Então, o plano de incentivo à aviação regional, na verdade, é um plano de mapeamento dessa rede de aeroportos na qual será priorizada a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, que é o grande instrumento para esse planejamento estratégico, direcionada à infraestrutura.

Talvez seja interessante sugerir aos senhores que peçam à Secretaria de Aviação Civil que faça uma apresentação especial para esta Casa das principais diretrizes que nortearam esse trabalho. É um trabalho bastante interessante, que já está em uma fase técnica bastante adiantada. Ele será a base para todos os demais planejamentos que vão desenvolver-se dentro da Secretaria. O plano de desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica será norteado por esse plano de aviação regional.

O plano de capacitação também terá que levar em consideração esse planejamento de aviação regional. E acho que ele responde muito aos questionamentos que o senhor colocou em relação à aviação na Região Norte do País.

A ideia é exatamente aumentar significativamente a quantidade de cidades atendidas no País, não por-

que vai subsidiar qualquer tipo de operação privada, mas porque vai dar as condições de infraestrutura para que essa aviação possa acontecer. Então, é um projeto bastante interessante.

Acho que responde a muitos questionamentos colocados aqui com relação a esse problema da infraestrutura aeroportuária. É com base nesse projeto que toda a regulamentação do Fundo Nacional de Aviação Civil, que está andando em paralelo para que possamos, ainda este ano, colocar os recursos no Orçamento para aplicá-los nesse Fundo no próximo ano, através de outros projetos de investimento que deverão ser norteados e priorizados exatamente por esse plano de aviação regional.

Não sei se respondi a todos os questionamentos que o senhor colocou à SAC.

Com relação às tarifas, o assunto é realmente da competência da Anac, mas talvez eu possa dar algumas informações. Esse planejamento de expansão da infraestrutura dá condições para que a aviação se desenvolva em determinadas infraestruturas em que hoje sabemos haver interesse de aviação. Mas não existe simplesmente porque aquela infraestrutura não tem as condições adequadas para receber voos regulares ou voos da aviação geral, de forma comercial. Isso é uma importante ferramenta para que se tenha uma melhoria na competição nesses mercados em que há escassez de infraestrutura. A escassez de infraestrutura leva a uma redução, a uma limitação na quantidade de empresas que atuam naqueles mercados e, com isso, há tarifas mais elevadas.

Então, acredito, sim, que ações no sentido de melhorar a rede de infraestrutura adequada para receber os voos, principalmente nas regiões onde sabidamente há carência de acesso por outros modais, é uma ação importante no sentido de balizar essa questão das tarifas que o senhor colocou.

Eu não sei se consegui responder todas as perguntas. Se há alguma que eu tenha deixado de fora, coloque-me à disposição para respondê-la.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço à Dr^a Clarice e passo a palavra ao Dr. Wagner William.

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES – Sr. Senador, eu também fiz aqui minhas anotações das questões. Caso alguma tenha ficado para trás, peço que seja feita a complementação.

A primeira questão foi relativa ao que representa a aviação geral para a Anac.

Certamente a Anac considera essa modalidade de atividade da aviação bastante relevante, e uma maneira de expressar isso é mencionando a quantidade de mão de obra dedicada especificamente à aviação

geral: dentro da nossa gerência de 160 servidores, 120 estão dedicados à aviação geral, isso expressa o grau de importância que esse segmento tem. E o nosso objetivo – falo especificamente pela superintendência na qual atuo – é garantir que essa aviação se desenvolva, mas também que se desenvolva dentro de uma doutrina e uma cultura de segurança para que a sociedade toda tenha o benefício de sua atividade.

A outra questão foi com relação às emissões de licenças e habilitações.

Realmente, esse processo encontrou um gargalo dentro da Agência. No ano passado nós tivemos um crescimento exponencial das solicitações para a emissão de licenças e habilitações, o que gerou bastantes restrições aos usuários, bastantes dificuldades aos usuários, reconhecemos isso. Nós reestruturamos o nosso processo administrativo utilizando bastantes ferramentas de TI visando facilitar o acesso e também o processamento das habilitações e licenças. Nós já temos detectado melhora nesse processo e esperamos que, em breve, a situação chegue à normalidade e dentro de uma qualidade de serviço aceitável ao usuário.

Com relação à capacitação dos servidores.

Os servidores da Anac entram através de concurso público para Técnicos, quando de nível médio, e para Especialista em Regulação, quando de nível superior. Falo com tranquilidade porque eu sou servidor efetivo da Casa, eu passei pelo processo de capacitação da Agência. Existe uma superintendência de capacitação cujo objetivo é permitir que o servidor esteja plenamente apto a desempenhar as suas funções dentro da Agência. Com relação à disponibilidade de mão de obra, esta é uma realidade.

Foi apresentado também à nossa área como isso se processa. Existe o entendimento de que é necessário a Anac se fazer presente. Agora, existem condições que a gente não consegue ultrapassar neste momento, nós não tivemos ainda a complementação das vagas previstas na criação da Agência. Hoje nós estamos com número reduzido, e a postura que adotamos é a de solicitar as vagas, é claro, mas também de buscar soluções para manter a atividade da Agência no nível mínimo necessário – não no máximo possível, porque nem sempre o máximo possível é o mínimo necessário; então, nós nos esforçamos para garantir o mínimo necessário. É nesse sentido que vai ao encontro do que o Dr. Cláudio Passos teve ter comentado com o senhor: a Anac tem procurado desenvolver ferramentas de vigilância que permitam que isso seja feito remotamente. Isso não anula as fiscalizações físicas, as fiscalizações presenciais. Mas existem muitas fiscalizações que nós podemos fazer através da coleta de dados. Isso está se materializando através do Decerta, ou seja, é uma

maneira de impedir que piloto sem habilitação ou sem certificado de capacidade física ou aeronaves com problema em seu certificado de aeronavegabilidade efetue um voo caso tenha deficiências nesses quesitos. Quanto isso o fiscal ou o inspetor da Anac não precisa estar presente, o próprio sistema detecta a ausência do cumprimento de quesito e impede o voo. Da mesma forma, o sistema que citei, de registro de voo, também é um sistema que capta a informação dos operadores e permite que a Anac faça sua vigilância remotamente. Mas, novamente, isso não invalida e nem substitui as inspeções e fiscalizações presenciais.

Com relação aos questionamentos das taxas dos preços e passagens e de facilitação, eu pediria a compreensão do Senador... Eu sou da Superintendência de Segurança Operacional. Esses sistemas são afetos à Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária e de Regulação Econômica. Então, visando oferecer a melhor resposta ao Senador, eu anotei as perguntas e nós encaminharemos oficialmente a resposta via nossa assessoria parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Wagner William de Souza Moraes, Gerente de Operações de Transporte Aéreo da Anac.

Passo a palavra ao Sr. George William Sucupira, Presidente da Associação de Pilotos Proprietários de Aeronaves.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Senador, sua primeira pergunta é com relação à aviação geral e o exterior.

Nós participamos, em 1999, em uma reunião nos Estados Unidos, da criação do *Next Generation*. Formaram um grupo de trabalho em outubro de 99 e quem faz parte desse grupo é a NASA, o FAA, Ministério da Defesa, Ministério do Transporte, fabricantes de avião, fabricantes de equipamentos para avião... Porque os Estados Unidos chegaram à conclusão de que o Sistema Radar já está chegando a seu limite de capacidade de gerenciar o tráfego aéreo. Eles começaram, em 99, a preparar os Estados Unidos para 2025. Pla-ne-ja-men-to... Tenho falado isso nas reuniões da Anac e estou até sendo cansativo com isso. Só quero mostrar como é que funciona. Outra coisa muito importante: não há planejamento da FAA, não há planejamento de órgão nenhum do governo sem a participação de segmentos... Como é que você vai organizar uma coisa que eu estou usando? Por que você conhece a prática do meu uso? Eu tenho de ser ouvido! Eu tenho de dizer como é que funciona! Nós temos problemas sérios de segurança em aeroportos. São duas seguranças: *Security* e o *Safety*. Segurança de passageiros no ar é a mesma coisa! A segurança

de um avião é uma coisa muito séria. Não pode ter na área restrita do aeroporto ninguém que não seja capacitado. O homem que aciona o *push back* tem de saber tudo de *push back*, com relação a avião, para não partir um eixo, para não dar um tranco no avião, para não criar um problema geral. O despachante que entra no aeroporto tem de ser credenciado e preparado para ele saber que está em uma área restrita do aeroporto. O problema de preço que as companhias têm lutado proporciona o quê? Tem sucateado os funcionários dessa capacitação interna. Estão preterindo os profissionais da área para colocar ali pessoas que são retiradas até de abrigos, porque não sabem o que é... Depois, morrem em uma turbina e não sabem por quê. Porque não tem conhecimento, há ignorância! E isso tem de ser fiscalizado com um pouco mais de segurança e com um pouco mais de rigor. Quem é preparado tem de estar no campo e isso é o *safety*, que nós temos de cuidar também.

O problema de aeroportos, quem homologa os aeroportos, é o Decea. E as prefeituras solicitam os aeroportos.

Nós estamos hoje com uma relação enorme de aeroportos abandonados e criamos agora na Appa um grupo que vai adotar os aeroportos. Nós estamos tentando fazer com que os aeroportos, para a aviação geral – porque a Infraero não tem condição de nos dar aeroporto nem para a aviação comercial regular quanto mais para a geral –, nós estamos decididos a começar a motivar prefeitos, dar assessoria jurídica, dar assessoria técnica para que esses aeroportos tenham vida e comecem a funcionar novamente. O de Nova Iguaçu é um deles. Nós temos três em São Paulo agora. Acabamos de fazer em São Joaquim da Barra. A Prefeitura, que é do PT, concordou. Mostramos à Prefeitura o aeroporto que estava abandonado. Para vocês terem uma ideia, o lugar onde se recebem os aviões da aviação geral virou um canil. A gente sabe o que é cachorro, mas não precisamos tratar assim também.

Então, vejam, é um problema muito sério. E isso não se pode mais continuar. A aviação geral não pode mais, a exemplo de outros países, como discutimos agora na equipe e tal, ficar aguardando a ação do Governo, porque este não tem condição de agir.

Nós partimos para a solução. Nós estamos com um trabalho junto à Anac para poder facilitar principalmente para o pessoal que é associado, porque a Appa não pode hoje responder por um piloto que não sabe quem é. Então, para eu poder facilitar a renovação dele e ajudar a Anac a ajudar a aviação, eu preciso ter um cadastro e me responsabilizar por esse piloto. Junto à Anac a gente já está conseguindo fazer isso, como está fazendo a Abraphe também.

Então, o prazo de renovação que a nossa aviação geral fará hoje, está fazendo já, para os associados da Appa e da Abraphe, porque tem lá um pessoal trabalhando nisso, é mais rápido, porque evita uma série de burocracias – nós assumimos essa responsabilidade. Isso está correto? Está. A OPA americana, que é similar à nossa AFA, tem várias prerrogativas que a AFA delegou, só que a OPA é mais rigorosa do que a AFA. Eu fui a um evento em Coral Springs que eles estavam fiscalizando. E não permitiram nada. Inclusive vôo... Eu falei: mas vocês são mais chatos que a AFA? Eles disseram: “Nós somos, porque se perdermos a credibilidade, perdemos a concessão”. A OPA tem um código de ética dos pilotos que são associados que nós estamos criando na Appa agora, por conta dessa viagem em que o cidadão se compromete a ter uma doutrina de segurança de vôo.

Eu não posso mais ser censurado se vou voar com meus netos, minha esposa e meus filhos no avião. Não é a Anac, não é o Decea, não é ninguém que vai dizer se o avião está em condições de voar. Sou eu. Se o avião não estiver em condições de voar, pode Cristo dizer que o avião voa que eu não vou voar, é evidente.

Então, vejam, nós estamos criando um CRM de administração de cabine que aprendemos com os da África do Sul. Eles criaram lá para *single pilot* e estamos desenvolvendo esse trabalho para poder implantar aqui no Brasil para a aviação geral.

Quero repisar que o planejamento de qualquer órgão gestor da aviação civil deve ter a consulta dos órgãos ligados a esse planejamento para poder ter informações sobre o que vai fazer. Não adianta você fazer um planejamento que, quando for pôr em prática, vai ter um monte de problemas. O que vai resolver? Você quer resolver ou quer criar caso? Quer resolver? Então vamos conversar.

Ninguém quer facilitação, ninguém quer marmelada, ninguém quer voar indevidamente. Não. A gente quer uma coisa séria. Aviação não é brincadeira. Nós expurgamos quem não é da aviação. Nós tiramos fora. A lei é feita para quem é bom e não para quem é ruim. Porque a lei tinha que ser a seguinte: para quem é ruim, tinha que ser severa a punição. E nós estamos cansados de ouvir que, neste País, quem erra não tem punição alguma. Então, é punido quem age direito. Você tem que cumprir uma série de coisas que não se precisaria.

Por isso é importante em todo planejamento, em toda legislação, ouvir os segmentos envolvidos, porque eles vão dar os elementos de que você precisa. Eu acho que a grande queixa dos usuários é essa. Quer dizer, o empresário, que tem um avião para se deslocar de uma indústria para outra, que tem um Sinus, um avião monomotor pequeno, é submetido, às vezes,

a uma situação como se fosse um bandido. Existem problemas? Existem. Existe o táxi aéreo pirata? Existe. Qual é o problema do táxi aéreo pirata? É o seguinte: os aviões da aviação geral são regulamentados por um regulamento, o táxi aéreo é regulamentado por outro. Logicamente, o táxi aéreo tem que ter uma fiscalização maior, porque ele presta um serviço para o passageiro, para o leigo. O leigo presume que aquele avião e que aquele piloto estejam em condições. Então, deve o táxi aéreo... Porque há táxis aéreos e táxis aéreos...

Como houve aquele acidente em Goiânia, em que o cidadão tirou o piloto do avião, foi com a filha e jogou o avião no pátio de um supermercado, matando a criança, um repórter do *Estado* quis sentir como era alugar um avião em Marte. Então, ele foi lá, entrou no campo – e houve uma falha muito grande da Infraero, porque ele penetrou numa área restrita, foi andando no meio dos aviões e, embora nós não tenhamos esse problema no País, podia ser um sabotador, podia ser o que fosse – e chegou num táxi aéreo e disse: “Eu quero fazer um voo panorâmico sobre São Paulo”. Ao que responderam: “Ah, esse voo nós não fazemos, só viagem”. Ele teria retrucado: “Não, mas eu queria tirar fotografias e tal”. E então disseram: “Então, o senhor vai naquele cidadão ali, que tem dois aviões e faz esse trabalho”. Ou seja, o próprio táxi aéreo indicando o pirata!

É um combate que a aviação geral tem na pirataria e que o táxi aéreo também tem, porque o táxi aéreo, para cobrar uma tarifa, ele paga o piloto, ele tem de fazer a manutenção, ele tem uma série de coisas, e o pirata não tem nada. Ele voa ao deus-dará. Ele tem quatro ou cinco aviões, em qualquer situação de manutenção, e as manutenções nem todas são boas no País. E, sabem, a gente não pode fazer o jogo da mentira e da ilusão. A gente tem que falar a verdade: tem oficina boa e tem aquela que não presta. Tem de haver uma lei forte que fecha a que não presta, que prende o cara que voa irregularmente, que tira o avião dele. Eu sou a favor disso, ninguém é contra isso. A gente não quer marmelada, mas o que precisa ter é uma facilitação para a aviação fluir.

Então, as queixas são essas: as dificuldades que o cidadão tem para poder voar. Em São Paulo, como citou aqui a Dr^a Clarice, nós não temos onde pousar. Eu cheguei dos Estados Unidos com um king air, pousei em Guarulhos, para descerem as pessoas que estavam comigo, e tive quarenta minutos para pousar e decolar. Fui para Marte, não tinha pátio; fui para Jundiá, não tinha pátio. Então, imaginem os senhores: viemos dos Estados Unidos, eu e o outro piloto, e fomos pousar em Amarais, às 23h. Dali ainda fui pegar um ônibus para chegar a São Paulo e, no dia seguinte, ir buscar o avião lá. Quer dizer: é um absurdo! Não tem! Não é

uma reclamação; é uma realidade, minha gente. Isso é o que estamos vivendo!

Como muito bem disse o Senador, lá no Norte, o avião resolve, porque o avião não desmata, o avião não agride o meio ambiente; é uma pista, é uma linguicinha ali no meio. E, se não for de avião, são três dias de barco.

Além disso, nós podemos, na Amazônia, desenvolver um turismo aeronáutico, como eu disse a vocês, que seria uma forma de sustentação para a Amazônia, como se tem no Caribe. O Caribe faturou, no ano passado, Senador, US\$240 bilhões só de aviões americanos da aviação geral. Porque um avião da aviação geral, um falcon, que chega à Amazônia, ele não é como um boeing com o “*kit buana*”. O boeing vem com um monte de passageiros aposentados que juntaram um dinheirinho, pagaram a passagem a prazo, vêm com um troquinho, chegam ao Rio e compram uma borboletinha dizendo assim “Estive no Rio e me lembrei de você” Esse é o “*kit buana*” como a gente chama.

O avião da aviação geral, não; ele pousa na Amazônia, aluga um barco, já pega o pescador, aluga um andar do hotel. Isso gera divisas para o País. É uma sustentabilidade para a Amazônia, aproveitando o meio ambiente. E a Amazônia hoje é a bola da vez; o mundo inteiro quer conhecer a Amazônia.

Na África... Vejam: todo mundo queria que fosse a próxima convenção de 2014 no Brasil e na Amazônia, e nós não trabalhamos isso. É uma coisa que está ali, a gente pode faturar em cima disso, pode gerar divisas para o Governo, pode ajudar a aviação de um modo geral, mas não se aproveita isso.

Então, por isso que eu digo: se houver uma reunião, se houver uma parceria entre os órgãos e quem vive o problema, nós podemos ajudar, e muito. A gente não quer desestabilizar, pelo contrário. O que eu disse aqui, e em outras palavras foi comprovado, os órgãos estão completamente desamparados pelo Governo na parte de recursos, na parte de pessoal e tudo mais. E é preciso que a gente estenda a mão, como está fazendo a APPA, ajudando a Anac no que é possível fazer, com muita seriedade, com mais rigor até do que a Anac, mas com fluidez.

Era isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. George Sucupira.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo Nogueira.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou fazer coro aos que me antecederam, dizendo que o senhor fez as perguntas rápido demais. (*Risos.*)

Eu penso que consegui anotar. Seriam duas as questões que o senhor havia colocado: o incentivo para o desenvolvimento e com respeito a aeroportos e aviação executiva.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Exatamente.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Quanto aos incentivos para o desenvolvimento, Senador, eles estão muito em cima daqueles dois itens que eu havia comentado...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Aviação executiva, não é?

O SR. RICARDO NOGUEIRA – É, porque a aviação executiva é um segmento da aviação geral. Então, quando nós falamos da aviação executiva – e posso tentar delimitar, até para facilitar a visualização dos presentes –, nós estamos falando da aviação corporativa, nós estamos falando do táxi aéreo e de algumas aeronaves privadas que são utilizadas como ferramenta de trabalho.

Então, a gente não tem uma definição clara do que seja a aviação executiva. A aviação executiva é a maneira pela qual a aeronave é utilizada. Então, nós podemos ter o proprietário de uma fazenda que utiliza a sua aeronave no desenvolvimento do seu agronegócio. Essa aeronave é uma aeronave executiva. As grandes corporações, que cada vez mais estão buscando as aeronaves para facilitar a movimentação dos seus altos executivos pelo País, são um exemplo. As Casas Bahia é uma empresa que está aumentando a sua frota, porque já está em mais de dois mil Municípios.

Então, a aviação executiva não é conceitualmente definida como um segmento; ela tem mais a ver com a utilização da aeronave em prol de um negócio, seja uma empresa, seja um negócio particular.

Então, o incentivo passa pela formação de pessoal. Esse programa, que está sendo desenvolvido dentro da SAC, é um pedido antigo nosso, do mercado, ou seja, de que alguém, no nível da Secretaria de Aviação Civil, estipulasse as diretrizes. Não imagino que ninguém esteja contra iniciativas particulares, mas nós vimos uma profusão de entidades querendo formar mão de obra sem um balizador. Então, nós entendemos que esse programa desenvolvido pela SAC seja um norte, seja a bússola para que o mercado possa então se ajustar, mas tendo a bússola nas mãos do Estado.

Aeroportos e aviação executiva.

Como eu disse, a frota de aeronaves executivas no Brasil, hoje, só perde para a dos Estados Unidos. Nós temos, hoje, cerca de 1.200 jatos executivos, entre os que estão no serviço de táxi aéreo, os que estão na aviação corporativa e até de pessoas físicas. Essas aeronaves se distanciam um pouquinho daquela

imagem antiga da aviação geral, qual seja, a de que são aeronaves que voam pelo interior, que pousavam em pistas mal preparadas ou despreparadas. Então, há uma mudança bastante grande na demanda por serviços e, evidentemente, por aeroportos.

Nós tivemos, recentemente – ainda bem que está afastada –, uma autoridade da aviação civil que, quando ouviu o lamento de que a aviação geral estava sendo afastada dos principais aeroportos, deu a seguinte resposta: “Vocês têm todo o interior para voar”. E foi um equívoco tão grande na resposta dessa pessoa que nem mereceu uma tréplica. Então, continuamos lamentando. E tem que ver, Senador, com essa questão que o senhor colocou dos aeroportos.

Em aviação, existe capilaridade. O que é capilaridade? Como enxergar a rede neural? Como enxergar nossa corrente sanguínea? O sangue há que passar por todo o corpo, por todas as partes do corpo, porque é um sistema. Então, esse entendimento nós temos que ter com os aeroportos. Os aeroportos são pontos vitais de um sistema, desse organismo. Então, a aviação precisa estar passando por esses aeroportos, para que essa capilaridade, para que essa fluidez da aviação aconteça.

Então, não se pode cercear, não se pode dizer “a aviação geral pode voar ali no interior”, e só, porque está se cortando a capilaridade.

Então, Senador, aeroportos, para nós, são tão importantes quanto o são para a aviação comercial, e estar neles, para nós, é tão importante quanto o é para a aviação comercial. E esse é o ponto que eu pedi na minha primeira fala – e parece que minha colega Clarice tentou dar uma resposta – de que está dentro do planejamento da SAC. A SAC é recente. A SAC tem um ano e pouco. Então, esperamos que ela amadureça, porque realmente ela está fazendo esse trabalho de nos auscultar a nós, que estamos no mercado.

Então, os aeroportos precisam ser desenvolvidos, precisam ser democratizados. Não podemos ficar alheios a operações em determinado aeroporto, porque estaremos cortando a capilaridade do sistema de aviação brasileiro.

É isso, Senador.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Ricardo Nogueira, e há dois questionamentos que chegaram aqui à Mesa que eu gostaria de encaminhar. Um é para a Secretaria de Aviação Civil; outro, para a Anac. Primeiro, a Dr^a Clarice.

A aviação geral é vista de forma acertada como ponto indutor e criador da aviação geral; na estratégia de desenvolvimento local, onde está a estratégia do Estado brasileiro para os pequenos aeroportos? A

SAC acredita na construção dessa estratégia? Existe um Estado indutor para a aviação local?

Para o Dr. Wagner William, da Agência Nacional da Aviação Civil: hoje a legislação engessa a formação de mecânicos; onde está a estratégia de formação específica para atender a demanda de mecânicos MMA (Mecânico de Manutenção Aeronáutica) para a aviação geral? Quem atenderá no futuro a manutenção da aviação geral na Amazônia?

Antes de passar a palavra para que possam responder as questões, quero registrar a presença do Sr. Marcelo Smith, Secretário Geral do Sindicato dos Aeroviários, e do Comandante Aguirre, da Associação Brasileira dos Pilotos da Aviação Civil Condutores de Avião (Abrapac).

Dr^a Clarice e depois o Sr. Wagner, para responderem as duas últimas questões.

A SR^a CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – Com relação a aeroportos de pequeno porte, a SAC entende da importância desses aeroportos, sim, e eles estão contemplados no projeto de aviação regional. Como é que nós vamos priorizar os investimentos na preparação desses aeroportos? No projeto de capacitação, uma das diretrizes que já foram identificadas foi o fato de que é preciso que se coloque uma dimensão territorial nas medidas que vão ser estabelecidas nas ações que vão estar contidas nesse plano. Para isso, é preciso que se pense no fortalecimento dos aeroportos de pequeno porte.

Há dois trabalhos que estão sendo feitos nesse sentido.

O primeiro é o levantamento, é o que eu coloquei no planejamento da SAC como Plano de Outorgas, ou seja, é a regularização dos instrumentos de delegação desses aeroportos para os Estados e Municípios, naqueles aeroportos em que prevaleça o interesse dos Estados e dos Municípios. Não estamos falando dos aeroportos, por exemplo, de capitais, mas dos aeroportos de interesse tipicamente estadual e municipal. A ideia é de que eles sejam delegados à exploração pelos Estados e Municípios. Há muitos aeroportos que precisam ter esses instrumentos de delegação modernizados, regularizados, para que se faça, então, o estudo de priorização de investimento. Paralelamente a isso, estamos fazendo a regulamentação do Fundo Nacional de Aviação Civil, que foi criado juntamente com a SAC, para que esse trabalho todo de aviação regional, do projeto de capacitação possa se reverter na aplicação dos recursos desse Fundo para os projetos de políticas públicas voltadas a esse setor.

Esses dois trabalhos estão andando conjuntamente dentro da Secretaria.

Não sei se respondi completamente a questão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Dr^a Clarice.

Passo a palavra ao Dr. Wagner William.

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

– O tema é relativo à formação de pessoal da aviação, e eu não limitaria minha resposta apenas para mecânicos.

Muito se fala da falta de pilotos, mas a falta de pilotos é apenas a faceta mais explícita de toda a indústria. A Anac tem trabalhado no sentido de desenvolver ferramentas ou uma estratégia de formação que seja autossustentável, ou seja, que consiga captar profissionais que entrem na aviação, dentro de todo o âmbito que serve a aviação – e isso inclui pilotos, mecânicos, comissários e até outros segmentos não tão visíveis.

O que eu posso dizer é que um exemplo dessa mobilização está acontecendo com a indústria de offshore. A Anac articulou-se junto com a Petrobras para incluir a formação de pilotos para offshore para helicópteros, dentro do programa do Prominp. A ideia é fazer com que esse tipo de iniciativas se amplie, para abarcar mais profissionais. Em paralelo, ela está trabalhando em projetos, para que programas autônomos – eu chamo de autônomos, independente do Prominp, mas nos mesmos moldes – possam ser oferecidos à indústria da aviação para permitir que os profissionais, em todos os segmentos, sejam capacitados e evitem estrangulamentos de capacitação e de mão de obra em função de crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Dr. Wagner, especificamente em relação à Amazônia, quem atenderá, no futuro, a manutenção geral na Amazônia?

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES – A Amazônia deve ser tratada como o Sudeste, o Sul ou todas as demais...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – É sempre importante lembrar, porque a Amazônia é Brasil e, às vezes, se esquecem disso.

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES – É exatamente por isso que não estamos privilegiando o Sudeste ou fazendo uma distinção ao Norte.

Esses programas, eles certamente estão disponíveis à toda a sociedade brasileira. Por isso não fiz distinção a Estados.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Não, mas a pergunta chegou aqui à Mesa. Então, ela deve ter alguma razão de ser. Já fiquei preocupado, porque se já estão perguntando quem irá cuidar no futuro da manutenção da aviação geral na Amazônia é porque deve estar descuidada.

Teria alguma resposta específica para a Amazônia?

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES – Se eu tiver um caso específico do problema eu poderia responder especificamente. Mas não identifico na pergunta um problema específico da Amazônia. Ou seja, no relativo à formação de mecânicos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Vou me inteirar do problema na Amazônia e vou voltar à Anac.

O SR. WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES – O.k., e aí a gente responde mais objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Está bem.

Bom, acho que vamos caminhar para o encerramento da nossa audiência.

Com relação à primeira parte da nossa reunião de hoje, que seria a eleição do Vice-Presidente da Subcomissão, vamos adiar – já que o Senador Vicentinho, Presidente da Subcomissão, não pode estar presente hoje – para a reunião da próxima terça-feira, dia 24.

Antes de encerrar, eu quero convocar os Srs. Senadores membros da Subcomissão para a próxima reunião, a realizar-se no dia 24 de abril, terça-feira próxima, neste plenário, às 9 horas. A reunião contará com duas partes. A primeira parte terá por finalidade a eleição do Vice-Presidente desta Subcomissão. A segunda parte será uma audiência com os seguintes convidados: o representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; o representante da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac; o Comandante José Afonso Assumpção, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo; e o Sr. Milton Arantes Costa, Presidente da Associação Brasileira de Táxi Aéreos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião de hoje da Subcomissão Temporária Sobre Aviação Civil, da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 24 de abril de 2012, terça-feira, às 9 horas, no plenário 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Vital do Rêgo**, **Flexa Ribeiro** e **Dalcídio do Amaral**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presiden-

te declara aberta a reunião e informa o recebimento de convite para o “Seminário de Infraestrutura para a América do Sul – 8 Eixos de Integração”, promovido pela FIESP, a ser realizado a partir desta data, na sede dessa entidade em São Paulo – SP. Em seguida inicia-se a audiência pública em pauta, quando o Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: Senhor Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Senhor Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Senhor Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA; e o Senhor Milton Arantes Costa, Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer. O Presidente registra a presença do Senhor Everton Arantes, da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer; do Senhor Wolner Aguiar, Diretor Regional do Aeroporto Internacional de Brasília; do Senhor Georges Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica – PUC – de Goiás; da Senhora Shaiana Campelo, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; da Senhora Taís Portilho, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; da Senhora Ilma Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Senhor Enio Paes de Oliveira, Consultor da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer; do Comandante Aguirre, da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil Condutores de Avião – ABRAPAC; do Comandante Paulo Licatti, da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil Condutores de Avião – ABRAPAC; do Senhor Pablo Henrique, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; do Coronel Maurício Gusman, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Comandante Cleiton Souza, da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer; e do Senhor Guilherme, da Assessoria Parlamentar da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater as políticas públicas para Táxis Aéreos, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012 – CISTAC. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. Durante a exposição dos convidados, foi realizada a votação para Vice-Presidente da Subcomissão. Às dez horas e doze minutos assume a presidência o Senador Vital do Rêgo. O Presidente em exercício, Senador Vital do Rêgo, convida o Senador Vicentinho Alves para fazer a apuração dos votos. O Presidente em exercício proclama o resultado da apuração: votaram 4 Senadores, sendo quatro votos SIM, zero voto NÃO e zero ABS-

TENÇÃO. Fica eleito o Senador Flexa Ribeiro como Vice-Presidente da Subcomissão. Às dez horas e quinze minutos assume a Presidência o Vice-Presidente da Subcomissão Senador Flexa Ribeiro. Às dez horas e vinte e três minutos o Senador Vicentinho Alves volta a presidir a reunião. O Presidente faz questionamento aos convidados. Os participantes respondem os questionamentos e fazem as considerações finais. O Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da 7ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Bom-dia a todos.

Declaro aberta a 8º Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Esta Presidência informa o recebimento do convite para o Seminário de Infraestrutura para a América do Sul – 8 Eixos de Integração, promovido pela Fiesp, a ser realizado a partir de hoje na sede dessa entidade em São Paulo.

Passemos à pauta.

Antes, convido para tomar assento nesta mesa o Sr. Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – seja bem-vindo, companheiro e amigo Rogério; convido o Sr. Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – seja bem-vindo, Ricardo; convido o Sr. Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – seja bem-vindo; convido o Comandante Milton Arantes Costa, Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – seja bem-vindo, Milton.

Esta presidência registra as presenças de Everton Arantes, da Associação Brasileira de Táxi Aéreo; de Wolner Aguiar, Diretor Regional do Aeroporto Internacional de Brasília; de Jorge Ferreira, Professor de Direito e Aeronáutica da PUC, Professor Jorge, que tem contribuído, colaborado muito com esta Subcomissão; de Shaiana Campelo, da ANAC; da Drª Ilma Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar da Anac; de Thais Portillo, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias. Registramos também a presença de Ênio Paes, Consultor da Abtaer; do Comandante Aguirres,

da Abrapac – caso queiram sentar aqui à frente, sejam bem-vindos –, da Abrapac; do Comandante Paulo Licati, da Abrapac – sente aqui, Paulo. Fiquem à vontade aqui à frente todos os convidados.

Fazem parte também desta nossa atividade: Pablo Henrique, da Sac – também seja bem-vindo; Coronel Gusman, da Anac, que está ali – se quiserem sentar aqui à frente, fiquem à vontade; Comandante Cleiton Souza, da Abtaer; Guilherme, da Assessoria Parlamentar também da Anac. Sejam todos bem-vindos a esta nossa audiência pública.

A presente reunião destina-se a debater as políticas públicas para táxis aéreos em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, nós vamos conceder o tempo de quinze minutos para cada convidado.

Porém, antes de anunciar o primeiro palestrante, eu quero fazer registrar nos Anais desta Subcomissão uma modesta fala, uma introdução.

Os táxis aéreos, assunto a que vamos nos referir hoje, cumprem uma função vital para a ligação e a integração do Brasil, sendo os mesmos responsáveis desde pelo atendimento das plataformas de petróleo, até da população nos mais distantes rincões da Amazônia, prestando um relevante papel de ordem pública para o Estado, oferecendo um serviço permanente, cujos padrões de qualidade devem obedecer aos mesmos exigidos pelas grandes linhas aéreas comerciais.

As empresas de táxis aéreos são as únicas autorizadas a realizar o transporte remunerado de executivos, enfermos, cargas e valores de forma não regular, ao passo que, como contrapartida, devem manter uma estrutura operacional de alta complexidade, um quadro de profissionais devidamente registrados e cumprem um extenso programa de treinamento e permanente qualificação, precisando ainda oferecer seguro aos seus passageiros, cumprir com um rigoroso programa de manutenção, ademais, uma série de inúmeras outras exigências.

Do ponto de vista econômico, as mais de 150 empresas de táxis aéreos devidamente homologados operam aproximadamente 1.500 aeronaves, transportam mais de 1,2 milhão de passageiros por ano, geram 250 mil empregos diretos e indiretos e arrecadam mais de um bilhão de reais em tributos, isso sem mencionar a qualificação de milhares de jovens pilotos, que, posteriormente, poderão trabalhar nas linhas aéreas regulares.

Dessa forma, os táxis aéreos representam uma indústria que, literalmente, movimenta e transporta uma

importante parte da economia brasileira, ao mesmo tempo em que cumpre uma relevante função social, pois igualmente atende a população carente especialmente da região amazônica, minha região, onde a presença do transporte aéreo representa questão de vida ou morte, sendo responsável, em muitos casos, por prover abastecimento e medicamento para milhares de brasileiros espalhados por um território continental e acessível, em muitos casos, apenas pela via aérea.

Para termos uma ideia, enquanto a aviação regular atende a aproximadamente 140 localidades, os táxis aéreos vão a mais de três mil Municípios. Contudo, apesar de sua relevância, os táxis aéreos parecem relegados a um segundo plano pelas autoridades aeronáuticas brasileiras, pois é imprescindível que haja uma melhoria no atendimento de aeronaves e passageiros, que seja garantida a segurança dos sítios aeroportuários, e, principalmente, que seja revista a atual legislação ou mesmo criada uma nova, no sentido de atender as necessidades de crescimento do setor, e que lhe garanta ao menos uma segurança jurídica quanto ao futuro de suas operações.

Sendo assim, inicio convidando o amigo Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Políticas Regulatórias da Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Tem a palavra V. S^a por quinze minutos.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Bom dia a todos. Bom-dia, Senador Vicentinho Alves, Presidente da Comissão, e demais colegas de Mesa: Fernando Santos, Milton Costa, meu colega Ricardo Catanant.

É um prazer estar aqui, mais uma vez, representando a Secretaria de Aviação Civil nesta Subcomissão criada com um foco bastante específico. É muito importante debater questões de aviação civil. Essa sequência de audiências tem sido muito produtiva.

Para a gente é um prazer estar aqui discutindo esse tema do táxi aéreo.

Vou tentar, na minha apresentação, ser bastante breve, principalmente na parte mais introdutória, de contexto institucional, para depois falar um pouquinho mais sobre a questão do táxi aéreo em si, de políticas públicas, da importância do táxi e deixar também tempo suficiente para debates, para perguntas.

Então, dando sequência, vou falar um pouco da transição.

Houve, nesses últimos anos, uma transição gradual para uma nova ordem nacional no setor de aviação civil, instituída pelo Congresso. Então, em 1999, foi criado o Ministério da Defesa, por meio da Lei Complementar nº 97, e desde então já estava prevista a criação da Anac.

Em 2005, foi aprovada a Lei nº 11.182, que cria a Agência, que foi instalada em 2006, por meio do Decreto nº 5.731. Foi um marco muito importante no novo arranjo institucional de que o Governo se vale para enfrentar as questões de aviação civil.

E em 2011, no ano passado, houve um marco também muito importante, que completa de certa forma esse marco institucional. Foi a criação da Secretaria de Aviação Civil no âmbito da Presidência da República, por meio de uma MP já transformada na Lei nº 12.462.

O modelo institucional que temos hoje é esse, resumidamente, vinculado à Presidência, tendo a Secretaria de Aviação Civil como o órgão responsável pelas questões de políticas públicas e planejamento, um elo muito importante de coordenação e articulação governamental. Quem tem familiaridade com o setor sabe quantos órgãos e agentes privados também estão envolvidos nessa operação, não só o que está mostrado ali, com o Ministério da Defesa e, no lado da aviação civil, com Infraero, Anac e Sac, mas também os demais órgãos que atuam nos aeroportos, como Polícia Federal, Anvisa, Receita Federal, as próprias empresas aéreas, tendo a figura da autoridade aeroportuária, uma infinidade de agentes trabalhando. E, como é uma indústria que funciona em rede, com muitos elos, é muito importante essa coordenação. Esse é um papel que a Sac, ao ser criada, se propõe a desempenhar, além de planos de outorga, execução de convênios.

Hoje se fala muito na Infraero como o operador aeroportuário, mas a Infraero, antes do cenário de concessões, opera 66 aeroportos de 720. Então, apesar de haver uma expressão muito grande em termos de volume de passageiros e de carga, esses 66 representam aproximadamente 97% do volume de passageiros e 99% do volume de cargas. E existem também os outros que completam os 720, que são também muito importantes para a integração nacional. São aeroportos muito utilizados especialmente por empresas de táxi aéreo, que dão maior capilaridade ao setor. Então é um lado que também não pode ser esquecido.

Vinculados à Secretaria de Aviação Civil estão a Infraero, principal administradora e operadora aeroportuária, uma empresa pública, e a Agência Nacional de Aviação Civil, aqui representada também, responsável pela regulação técnica e econômica do setor e pelas fiscalizações, por ser um setor bastante intensivo em necessidade de fiscalização, dada a premência da segurança operacional como o principal pilar de sustentação dessa indústria. E ainda, vinculada ao Ministério da Defesa, temos a parte de aviação militar e, com maior interface com o lado civil, a navegação aérea e

a investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos por meio do Decea e do Cenipa.

Um pouco da estrutura organizacional da Secretaria.

Fora o gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva, a Secretaria foi dividida em três áreas finalísticas principais: a Secretaria de Aeroportos, a Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil, na qual me encontro como titular, e a Secretaria de Navegação Aérea Civil.

Os outros dois Secretários já tiveram oportunidade de estar aqui nesta Comissão, Sr. Juliano Noman, Secretário de Aeroportos, e a Sr^a Clarice Bertoni, Secretária de Navegação.

Em termos de principais atribuições: formulação, coordenação e supervisão de políticas para o setor; formulação e implementação de um planejamento estratégico para o setor, que é algo que o governo brasileiro como um todo vem devendo historicamente com uma visão mais consolidada e estratégica, uma visão de futuro de curto, médio e longo prazo para o setor; elaboração de planos de outorgas; o **Item** de coordenação entre os órgãos e entidades do sistema, cuja importância eu já havia mencionado; e articulação com o Ministério da Defesa no que se refere à política de navegação aérea civil, que tem uma interface muito grande com o nosso setor.

Falando um pouco do panorama setorial, aqui nesse slide não dá. Estávamos com 714 aeródromos públicos, mas esse número se altera constantemente. Mas ele tem, nos últimos anos, girado em torno de 720 aeródromos públicos. Quando à sua distribuição, esse mapa mostra de certa forma que, em termos de infraestrutura aeroportuária – e não estou falando da capacidade dos aeroportos nem da adequação aos requisitos de segurança, mas ao fato de ter ou não ter aeródromos –, nós temos uma capilaridade boa dentro do País. O principal desafio: em alguns lugares, sim, precisa de expansão, em alguns lugares, sim, precisamos, eventualmente, pensar em novos aeroportos, mas na grande maioria dos casos existe alguma infraestrutura disponível. O principal desafio é adequar as condições de segurança, de acesso, de conforto de passageiros. Mas uma rede bem distribuída pelo País, de certa forma nós já temos, não é o nosso principal gargalo hoje.

Falando um pouco da evolução da frota brasileira de aeronaves, um dado que surpreende muita gente é esse número. Trata-se da segunda maior frota do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. E temos visto, especialmente nos últimos quatro anos, um crescimento médio muito grande na quantidade de aeronaves, correspondente a 4,3% ao ano. Fora isso,

as aeronaves têm voado mais. As aeronaves, de certa forma, têm voado com um *old factor* maior, têm tido uma utilização melhor. Então todo esse crescimento do transporte aéreo é visto por todos e há necessidade, como em todo desafio, de expansão de infraestrutura, de regulamentação, para fazer frente a esse crescimento, que, vamos dizer, é um problema bom que nós enfrentamos, um problema derivado do crescimento do País como um todo, da melhoria da distribuição de renda. É um crescimento que gera desafio, mas nós o vemos com bons olhos.

Para terminar a parte de panorama setorial, um pouco da distribuição dessas aeronaves por categorias.

Temos a maior parte como serviço aéreo privado, uma grande frota de táxi aéreo, uma grande frota de instrução, aviação agrícola – isso é do anuário da Abag –, para dar uma noção de como se distribui essa frota de aeronaves da aviação geral no Brasil hoje.

Passando para a parte mais específica sobre a qual eu queria falar brevemente, que é a caracterização do setor de táxi aéreo, o setor de táxi aéreo é um serviço aéreo público, exercido mediante autorização. Isso está definido no CBA – Código Brasileiro de Aeronáutica. Em autorização não estamos falando simplesmente de uma licença operacional, mas da autorização como um instrumento de outorga de prestação de um serviço público.

Outra característica importante do serviço de táxi aéreo é que é vedada a venda de assentos individualmente. O táxi aéreo vende o fretamento de um voo como todo. Existem exceções previstas na regulamentação, que são as linhas aéreas sistemáticas, mas, via de regra, é vedada aos táxis aéreos a venda de assentos individuais. Isso dá uma característica ao táxi aéreo muito diferente da aviação regular, inclusive dos voos charter.

Um ponto muito importante que infelizmente muitas vezes não é visto dessa forma é que o táxi aéreo é hoje o principal agente de capilaridade do transporte aéreo. Isso de certa forma foi mencionado aqui, no discurso proferido pelo Presidente sobre a quantidade de locais atendidos pelo transporte aéreo regular e quantidade de locais atendidos pelas empresas de táxi aéreo, o que mostra a essencialidade desse serviço. O Brasil tem mais de 5.500 Municípios, sendo 130 e poucos atendidos pelo transporte aéreo regular. É lógico que a abrangência da área de alcance desses aeroportos é maior do que somente o seu próprio Município, mas fica evidente que o transporte aéreo regular sozinho não é suficiente para atender a todas as necessidades de movimentação de pessoas, toda a externalidade em termos de negócios que isso gera.

Nós, do setor, e provavelmente todos que estamos aqui, o que já demonstra, de per si, uma preocupação com a aviação civil, temos uma visão mais nítida da importância desse setor, que infelizmente muitas vezes é visto pela sociedade em geral como um setor de luxo, um setor que não é essencial, que não tem tanto problema em ser onerado. E acredito que o nosso papel é tentar trabalhar no convencimento da sociedade como um todo quanto à importância desse setor. Muitas vezes a gente brinca que o setor é visto como quem transporta os milionários do ponto A para o ponto B, e é muito mais do que isso. Eventualmente o setor aéreo pode, sim, fazer o transporte de executivos, mas toda a operação de plataforma de petróleo, todo o transporte de pessoas indo e voltando de lá é feito por empresas de táxi aéreo, muita operação em linhas de transmissão de energia também é feita com empresas de táxi aéreo. Isso demonstra de certa forma que qualquer custo a mais colocado sobre essa indústria será repassado para a nossa cadeia logística. Então é muito importante a adequação da prestação desse serviço, é muito importante o apoio à prestação desse serviço.

Outro ponto também já mencionado – juro que não combinei com o Presidente – é o importante agente de formação de recursos humanos para o setor. Muitos dos pilotos e demais trabalhadores dessa indústria de táxi aéreo são os que futuramente se tornam pilotos de linha aérea, trabalham em grandes empresas. Então é um agente catalisador disso, outro ponto de bastante relevância, e gera grandes externalidades positivas na economia. Por mais que eventualmente o serviço aéreo regular seja o principal transportador de pessoas, às vezes uma viagem realizada por empresa de táxi aéreo, seja levando uma ou duas pessoas, é o que vai possibilitar um novo negócio numa localidade remota, o que poderá, por sua vez, trazer um aumento de PIB para aquela região, poderá gerar um crescimento da população do entorno daquele aeroporto. E muitas vezes é o que induz, depois de algum tempo, aquela localidade a ter uma densidade de tráfego suficiente para contar com uma linha aérea regular e todos os benefícios para aquela população.

Por todas essas questões que demonstram a importância do setor, ele precisa ser foco de políticas públicas que visem ao seu desenvolvimento. Isso é muito importante para nós, é um dos pilares. E temos trabalhado nesse sentido.

Falando um pouco dos principais desafios que estamos enxergando, com quais tentamos lidar, um grande desafio é um marco regulatório adequado para o setor de táxi aéreo, um marco regulatório legal e infralegal.

Quanto ao legal, está em discussão o Código Brasileiro de Aeronáutica, com vários pontos afetos ao setor de táxi aéreo em discussão; no infralegal, principalmente toda a regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Para dar alguns exemplos da necessidade de marco regulatório adequado, a questão de requisitos de segurança, que é sempre o pilar número um para nós que trabalhamos no setor, no governo. Nós temos vários outros objetivos, mas nenhum deles pode fazer com que se prescindia da segurança. Então os requisitos de segurança precisam estar bem calibrados, para, de certa forma, equilibrar uma operação segura, uma operação confiável, em níveis de segurança internacionalmente aceitos e, ao mesmo tempo, sem onerar demasiadamente a indústria para que não seja um impedimento do crescimento do setor.

A questão das barreiras à entrada é um trabalho que tem sido feito. No período em que estive na Agência acompanhei muito isso e sei que o trabalho continua no sentido de reduzir as barreiras de entrada, facilitar que novas entrantes prestem esse serviço tão essencial para a população.

Não vou entrar muito nisso, porque provavelmente vai fazer parte da apresentação do Ricardo Cattanant sobre como se dá a constituição de empresa de táxi aéreo.

Falando um pouco do custo regulatório, é um assunto que entendo como pouco discutido, mas essencial, de bastante importância, que é muitas vezes o custo de se atender aos requisitos de segurança, requisitos jurídicos, requisitos societários, enfim, que são impostos à indústria já são elevados, mas necessários para atender aos objetivos. Nós não temos uma expressão adequada para traduzir *compliance*, que são os custos. Basicamente dizer quanto se gasta para provar para o órgão regulador que se cumprem aqueles requisitos. Para dar um exemplo, uma coisa é o custo tributário, outra coisa é quanto se gasta para provar para o governo que se está pagando aquele tributo com contadores, auditores independentes, enfim.

No setor aéreo, da mesma forma, vimos um avanço nesse sentido. A questão burocrática com a Anac era muito mais complicada. Era muito mais difícil enxergar os caminhos para se criar uma empresa, para provar que são cumpridos os requisitos contábeis, os requisitos jurídicos e societários, uma vez que cada alteração contratual de sócios precisa ser submetida à Agência para ser aprovada, haja vista o controle de capital estrangeiro que incide sobre essas empresas. E todo ganho que se tem com a simplificação desses processos ou às vezes ganhos de tempo na análise

significam menos tempo de capital empatado que a empresa já investiu em infraestrutura, em alguma aeronave que está esperando uma licença. Então tudo isso, de certa forma, contribui para o desenvolvimento do setor. É a redução de custos que na verdade não geram ganhos de segurança. Esses são os principais que precisamos atacar.

Falando um pouco de infraestrutura adequada, tanto a infraestrutura aeroportuária quanto a infraestrutura aeronáutica precisam ser uma base de suporte adequada para o crescimento desse setor. E muito do que vimos trabalhando em termos de expansão da infraestrutura é algo que serve tanto para aeronaves de grande porte quanto para empresas de táxi aéreo, o que não dispensa a preocupação com os aeroportos menores, na sua adequação: sistemas de contra-incêndios, cercamento de pista, balizamento noturno, enfim, vários itens que precisam estar adequados para o crescimento desse setor em bases sólidas.

Formação de recursos humanos é uma ação que tem sido bastante sólida. Está em gestação na Secretaria de Aviação Civil um programa muito grande. Houve um aumento dos recursos do Fnac com a MP que já foi votada na Câmara e está para ser votada aqui também, que redirecionou alguns recursos do setor que antes iam para superávit, iam para o Tesouro Nacional. Agora eles passaram a compor o Fnac, assim como os recursos das concessões, que foram muito grandes, compõem agora o Fundo Nacional de Aviação Civil. Então passamos a ter uma base financeira mais sólida para fazer frente a um programa de formação e capacitação de recursos humanos. E aqui nós temos que olhar tanto a questão de regulamentação, quais são as suas exigências para os profissionais desse setor, tanto de pilotos quanto de pessoal de terra, analisar a adequação dessa regulamentação, quanto a questão de fomento com a principal ação que eu mencionei da Sac.

E, por fim, melhorias contínuas na segurança operacional. A Anac é o órgão responsável por essa fiscalização e regulamentação de segurança. E segurança é algo que nunca se entende como pronta. Estamos sempre perseguindo a melhoria nessa segurança operacional para que possamos evitar qualquer acidente ou incidente, qualquer coisa que mine o crescimento do nosso setor.

Apenas como considerações finais, tem sido uma preocupação constante, desde a criação da Secretaria, o que espelha muito a forma do Ministro Wagner de trabalhar, que a modelagem de todos os projetos conduzidos pela Sac é sempre em estreita coordenação com os diversos órgãos governamentais envolvidos. Isso vale para todos. O trabalho das concessões foi

muito forte nesse sentido. Entendemos que essa coordenação é muito importante. Se ela não é feita, quando chega aos 45 do segundo tempo, quando o projeto está para sair, sempre tem alguém que levanta a mão e diz: eu não fui ouvido, tem tal ponto, tem aquele. Então temos tentado trabalhar sempre em coordenação com os demais órgãos e com uma ampla participação da sociedade de maneira geral, em especial das entidades setoriais. Cito como exemplo a discussão da revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica, que tramita no Congresso Nacional. Já tivemos aproximadamente 15 reuniões com entidades setoriais. Nós chamamos para discutir, para entender as posições do setor, o que nos dá subsídios para que a Sac, nessas reuniões com os demais órgãos governamentais, ofereça a contribuição das entidades setoriais, apresentando os seus interesses e preocupações. Essa é uma forma de trabalho que tem funcionado, então pretendemos continuar trabalhando dessa forma.

Era isso. Fico à disposição para as perguntas e agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Agradeço, Rogério, a contribuição. Além da sua presença, a contribuição da sua fala sempre com muita competência.

Concedo a palavra ao eminente Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil.

V. S^a dispõe de quinze minutos.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes na pessoa de V. Ex^a.

Gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui, prestando esclarecimentos, trazendo um pouco de informações e ideias e prestando contas também a todos com relação às atividades da Agência.

Pretendo fazer uma apresentação bastante singela. Acredito que o Secretário Rogério Coimbra já tenha abordado bastantes pontos dos mais importantes. Então vou apresentar basicamente, da nossa esfera de atuação, principalmente da Superintendência de Regulação Econômica, no que tange aos pontos de contato com a atividade de táxi aéreo. É basicamente a questão da constituição. O nascedouro de uma empresa de táxi-aéreo se dá na nossa Superintendência. Temos aí um ônus, um fardo burocrático com as empresas de táxi-aéreo, e eu gostaria de lançar algumas considerações sobre a questão.

A legislação aplicável, basicamente, a que prevê a atividade de táxi-aéreo como um transporte por de-

manda, é o nosso Código de Aeronáutica, que é uma lei ainda de 1986, e, fundamentalmente, a Portaria nº 190, oriunda ainda do antigo DAC, o Gabinete do Comando, que aprova as instruções reguladoras e estabelece as obrigações fundamentais para a constituição de uma empresa de táxi-aéreo e a manutenção de sua autorização, e também a Portaria nº 597, que dispõe sobre capital social mínimo para essas empresas.

Essas portarias, como missão institucional da ANAC, inclusive, de rever toda a legislação oriunda do antigo Departamento de Aviação Civil, estão em processo de revisão. Posso adiantar que esperamos que, neste ano ainda, possamos lançar uma audiência pública para a discussão, principalmente, da Portaria nº 190. O viés que pretendemos imprimir é deixar uma norma bastante leve, fácil de ser utilizada, regulada pelos táxis-aéreos individuais ou pelas empresas constituídas.

Repetindo um pouco do que já dito e bastante bem explicado, as atividades que estão compreendidas nesse segmento são: transporte de passageiros, cargas, enfermos, vôos panorâmicos, ligações sistemáticas, lançamentos de paraquedistas, transporte *on-shore* e *off-shore*.

Basicamente, a constituição de uma empresa de táxi-aéreo se subdivide nessas três fases, sendo que a primeira e a última ocorrem dentro da nossa Superintendência de Regulação Econômica.

Existe a figura da autorização para funcionamento jurídico, que é uma parte burocrática inicial, em que a empresa tem de se constituir, fazer atos constitutivos, contratar contadores, demonstrar regularidade jurídica e fiscal perante a Agência. É expedida essa autorização e, com ela, a empresa passa, então, a perseguir a segunda etapa, que é bastante onerosa e complexa: a certificação das aeronaves e pilotos da empresa, nos moldes do que fazem as empresas de transporte regular.

Por fim, obtida essa certificação, a homologação da empresa como um todo, parte-se para a última etapa: a autorização para operar, que é expedida pela Diretoria Colegiada da Agência.

A autorização para funcionamento jurídico, basicamente, verifica a composição societária, a questão do capital social - 80% do capital votante têm de pertencer a brasileiros – e se observa o capital mínimo que uma empresa de táxi-aéreo tem de demonstrar no seu nascedouro.

Bom, a questão desse processo de certificação operacional é conduzido pela nossa Superintendência de Segurança Operacional.

Por fim, a autorização para operar, após a verificação desses requisitos finais: a situação jurídica,

contábil, fiscal e a comprovação, mediante o fim da etapa anterior, que é a certificação técnica operacional.

As autorizações são de até cinco anos. Isso por disposição legal, que consta no Código de Aeronáutica, e, de tanto em tanto, de cinco em cinco anos, as empresas já constituídas têm de entrar com novo processo de renovação, com o qual elas apresentam, novamente, toda essa demonstração de regularidade fiscal, para que possa renovar a sua autorização.

Outra questão, também, é a de que as empresas, embora tenham de registrar seus atos constitutivos nas Juntas de Comércio. Por disposição legal, elas têm, também, de demonstrar isso perante a Agência, para que ela faça uma pré-aprovação dos atos constitutivos, por conta da verificação do capital social, se pertencente a brasileiros ou estrangeiros.

Então, depois de aprovada previamente pela Agência, ela registra na Junta de Comércio. Esse é um processo um tanto quanto complicado para as empresas de táxi-aéreo.

Atualmente, há 180 empresas de táxi-aéreo com autorização para operar válida até abril deste ano corrente e que mantêm sua situação jurídica contábil regular.

Bem, só uma informação sobre a questão do certificado do operador, que pode ser suspenso pela falta de cumprimento de eventuais requisitos.

Aqui temos quadros sobre o número de empresas que têm passado pelo processo de constituição nos últimos anos, de 2008, 2009 e 2010. Ainda não consolidamos os números de 2011, mas é basicamente isso. Algumas levam cerca de quatro anos para se constituir. As jurídicas têm de ser renovadas de ano em ano.

A questão das ligações aéreas sistemáticas foi algo mencionado pelo Secretário Rogério Coimbra. Trata-se de um instrumento pouco utilizado pelas empresas de táxi-aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Um minuto.

Temos as presenças do nosso Relator, Senador Vital do Rêgo, e do Senador Flexa. O Senador Flexa é da Amazônia, do Estado do Pará, e sabe muito a importância dos táxis-aéreos e da aviação em geral na nossa região Amazônica.

Portanto, estão com as presenças registradas os ilustres Senadores.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – As ligações aéreas sistemáticas são um instrumento previsto em legislação da Agência.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Perdão, só um minuto.

Como todos os Senadores têm muita atividade no dia de hoje, já que pertencem a várias Comissões,

havendo quórum, Senador Vital, Senador Flexa, gostaria – como sei que os Senadores têm outras atividades – de colocar em votação a indicação do Senador Flexa Ribeiro para à nossa Vice-Presidente.

O Senador Eduardo Braga está com muita atividade, é Líder do Governo, e S. Ex^a, que tem uma presença constante, pode contribuir. O Senador Eduardo Braga vai entender. Esta Subcomissão é bastante técnica, precisa de presença e nós jamais iremos politizá-la. Queremos, efetivamente, contribuir com o nosso País, com a Presidenta Dilma, elaborando um bom planejamento e confeccionando boas regras. Precisamos entender nesse sentido.

Portanto, se S. Ex^a estiver de acordo, colocaremos em votação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Bom dia a todos. Devo dizer da satisfação de poder também referendar o nome de V. Ex^a, Senador Flexa, porque, embora sendo uma Subcomissão com um número pequeno de membros...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Cinco membros titulares.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...é uma comissão em que todos os membros que se inscreveram para dela participar o fizeram por se sentirem absolutamente envolvidos com a matéria. Cada um com histórias particulares, como V. Ex^a, na condição de piloto, habilitado para tanto e com tanta experiência no campo da aviação geral.

Eu, modestamente, aprendo esses caminhos e agora posso trilhá-los ao lado do Senador Flexa. Por isso, entendo que o Senador Flexa vem contribuindo decisivamente para que esta Subcomissão possa apresentar, ao final desse espaço previsto de funcionamento, um relatório que – espero – seja confeccionado por todas as mãos que estão comparecendo às reuniões e que tenha a marca dessa unidade que estamos querendo estabelecer. O Senador Flexa merece, pela absoluta correção de seu caráter, por sua formação, pelo espírito de trabalho em conjunto, a indicação para estar ao lado de V. Ex^a no comando da Subcomissão.

Não sei por quanto tempo teremos reuniões no Senado. Teremos, ainda, visitas aos Estados, principalmente os Estados que têm sedes importantes de serviços de aviação regional, de aviação geral, para saber *in loco* as dificuldades. E aí vai ser muito importante que a comissão esteja absolutamente composta de membros para que tenhamos o funcionamento integral dos nossos serviços. Por isso, nosso apoio em nome do PMDB e com absoluta consciência do apoio do Senador Eduardo Braga também.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Registro a presença do ilustre Senador

Delcídio. O Senador Delcídio do Amaral, também representando o Mato Grosso do Sul e todo este País, é muito focado na aviação brasileira, também tem tido uma preocupação na organização, no planejamento, para que, neste Senado, nós todos possamos contribuir com uma boa legislação e um bom planejamento. Portanto, nessas audiências públicas, nós estamos ouvindo todos os segmentos que envolvem a aviação no País. Hoje nós estamos tratando de táxi aéreo e aviação geral, sempre com contrapontos para contribuir com a discussão, para efetivamente observarmos onde tem problemas e onde poderemos colaborar.

De modo que concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Vicentinho Alves, Srs. Senadores, fico muito honrado com a lembrança de V. Ex^a, Senador Vicentinho, do meu nome para assumir a Vice-Presidência. Eu estava defendendo o nosso líder Senador Eduardo Braga – nosso líder, mas é o de V. Ex^a, que é do Governo, e eu sou de oposição. Mas é meu amigo, com muita alegria, amigo de muitos anos, paraense. O Senador Eduardo Braga é paraense. Fez carreira política no Amazonas, mas é meu amigo fraterno.

Meu candidato – já que o Senador Eduardo Braga está com outras atividades importantes como Líder do Governo – é o Delcídio do Amaral. Ele chegou iluminando a sala aqui com a sua competência. Chegou no momento certo de ser ungido como Vice-Presidente da Comissão.

Esta comissão, eu o parabeneizei quando V. Ex^a apresentou o requerimento para criar a subcomissão temporária sobre aviação civil. Ela é da maior importância. Nós estamos discutindo aqui em várias audiências para o Brasil inteiro, mas de vital importância para a nossa região. Nós vamos, ao final, com o nosso relator, o Senador Vital do Rêgo, já agora também Presidente da CPI do Cachoeira... E eu conversava com ele, há pouco, que ele tem uma missão importante para o Brasil. Ele perguntou a mim: você já viu paraibano frouxo? Eu disse: não vi nenhum. Eu acho que também V. Ex^a é duro na queda e não vai abrir. Eu tenho certeza que cumprirá o papel que o Brasil inteiro espera do Presidente da CPI, que é esclarecer os fatos para a Nação, que aguarda ansiosa que isso aconteça. E não tenho dúvida de que ele cumprirá, mais uma vez, todas as missões que são entregues à sua brilhante inteligência.

Então, fico honrado, Senador Vicentinho. Eu também estou sobrecarregado. Aqui o Senado tem essa peculiaridade: somos poucos e temos trabalhos, as atividades nossas, que tomam o tempo, que é curto, 24 horas são poucas para que possamos cumpri-las.

Dentro da responsabilidade que V. Ex^a me incumbiu, eu estarei ao seu lado para ajudá-lo para que a gente possa, ao final, com o relator, cumprir e entregar à Nação brasileira um trabalho que possa dar a segurança que se quer ao transporte aéreo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Então, V. Ex^a de acordo, nós vamos proceder a eleição do Vice-Presidente... V. Ex^a é de acordo, Senador Delcídio, com o nome...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu sou o Senador Flexa e não abro.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pronto...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Até porque, Presidente, a função do Vice-Presidente é a mais tranquila, é só substituir o Presidente, e o Presidente é presente a todo tempo. Então eu estou aqui só na ausência do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Claro que não é, porque V. Ex^a, inclusive, na audiência pública passada, presidiu com maestria esta subcomissão e V. Ex^a tem toda condição de contribuir mais ainda do que já vem contribuindo.

Portanto, vamos proceder à eleição.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Vicentinho...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pois não, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer uma observação. Infelizmente, eu não tenho... Eu fiquei muito contente quando V. Ex^a apresentou a proposta de criação desta subcomissão, acompanho o trabalho de V. Ex^a, sempre competente, e também V. Ex^a é um homem apaixonado pela aviação, por esse tema, e já chegou o momento de nós, efetivamente, por intermédio desta subcomissão, discutirmos a aviação civil, não só no que se refere ao Código Brasileiro de Aviação, que precisa, mais do que nunca, ser aperfeiçoado, evoluir em função dos novos tempos. A questão da abertura, ontem eu estive em reunião com bancos de investimento e todos eles querendo, alguns perguntando sobre aquele projeto, se não me engano, do Senador Tião Viana, do Senador Jorge Viana, Senador Vital do Rêgo e Senador Flexa, que fala da abertura de capital das empresas. Hoje mesmo, uma das empresas de aviação civil noticia que tem interesse em vender parte do seu capital para uma empresa estrangeira. Então, esse é um tema importantíssimo. E, ao mesmo tempo, eu não sou piloto como V. Ex^a, mas eu converso, tenho conversado, sistematicamente, com o pessoal da aviação civil, não só da Agência Nacional de Aviação Civil, mas do Ministério, das as-

sociações e os pilotos, comissários de bordo, e assim por diante, além das empresas. E existem, inclusive, projetos que estão tramitando aqui que nós precisamos debatê-los, porque eles não vêm ao encontro, pelo menos, do que todos nós esperamos, especialmente com relação a uma qualificação cada vez maior da nossa aviação civil, qualificação de pessoal, ter número de pessoas, pessoas qualificadas para atender a esse fluxo cada vez maior, a esse crescimento que o Brasil hoje vivencia, especialmente no número de voos, na infraestrutura aeroportuária, e assim por diante. Então, eu não tenho... Quero, primeiro, me desculpar porque normalmente essa reunião acontece quando eu tenho que abrir a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, eu quero ver se eu arrumo melhor o meu tempo, porque tenho o máximo interesse em participar, até porque fui o relator da Agência Nacional da Aviação Civil aqui e, conseqüentemente, tenho um interesse grande também que a gente discuta esse tema que é crucial para o País.

Então, quero só registrar isso, pedindo desculpas por talvez não ter participado das outras reuniões. Vou tentar me rearrumar, para estar junto com V. Ex^a e os Senadores e dizer que o Senador Flexa Ribeiro, sem dúvida nenhuma, pelo seu trabalho, pela sua competência, pelo o que ele representa não só para o Pará, mas para o Brasil como um grande líder de oposição, todos nós e eu pessoalmente o apoio para ser Vice-Presidente desta Subcomissão, uma subcomissão que tem um grande trabalho pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, obrigado.

Senador Delcídio, só para ir na linha do que V. Ex^a desenvolveu aí, efetivamente o último planejamento sobre aviação no País é da década de 60. O Código Brasileiro do Ar é anterior à Constituição de 1988. Então, o Senado Federal, os Srs. Senadores, todos nós, participando desses debates, os dois lados sempre, com certeza, haveremos de apresentar um bom planejamento e suas legislações. Quando o Senador Delcídio colocou a questão da carga horária de trabalho, por exemplo – nós conversamos já sobre esse assunto –, temos que ter cuidado efetivamente. Não é aumentando carga horária de trabalho que vai resolver o problema. Eu acho que faz é piorar, no meu modo de entender. Além do que a legislação que devemos apresentar tem que ser diferenciada da questão trabalhista. O aviador de companhia aérea não pode ter a mesma legislação de um aviador de táxi aéreo, de aviação geral, de helicóptero. Então, nós deveremos, ao final, apresentar várias legislações para cada assunto específico. Nós ainda vamos discutir sobre helicópteros ou a questão da Bacia de Campos, do pré-sal, nós temos uma sé-

rie de problemas ali que precisam ser discutidos aqui. Inclusive vai chegar o momento de uma audiência pública nesse sentido, com o Sindicato Nacional dos aeronautas, enfim.

Estamos pautados, se não me engano, até agosto – agosto ou setembro – e, semanalmente, nós estaremos recebendo cada segmento da aviação e também por parte do Governo nesse debate salutar e construtivo. Essa é a proposta nossa.

Portanto, declaro aberto o processo de votação, que será feito em escrutínio secreto, informando aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação devidamente rubricadas para serem preenchidas pelo votante após a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Convido o Senador Delcídio do Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul.

Convido o nobre relator, Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba, e o nosso candidato ilustre, Senador Flexa Ribeiro.

E convido o Senador Vital, nosso relator, para assumir a Presidência, para que eu possa também votar. *(Procede-se à votação.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Ao encerrar a votação do nosso Presidente, solicito ao Presidente Vicentinho Alves a escrutinar os votos, a proceder a apuração dos votos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Peço desculpas aos senhores palestrantes e debatedores, porque estamos aproveitando a presença de um quórum, de uma comissão de cinco membros, com quatro Senadores, estamos aproveitando a presença desse quórum cheio para a escolha do Vice-Presidente, que é um fato importante.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, quatro votantes, de cinco membros da comissão: Senador Flexa Ribeiro, Senador Flexa Ribeiro, Senador Flexa e Senador Flexa; por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – O Senador Flexa Ribeiro mantém a média que ele trouxe do Pará em termos de votos. Eleito Vice-Presidente. *(Palmas.)*

É. V. Ex^a mantém a média obtida no Estado do Pará, com a credibilidade alcançada dos seus eleitores. Convido V. Ex^a a fazer parte da Mesa, para dar sequência à reunião.

Eu vou presidir outra Comissão agora, a CAS. Por favor.

Devolvo a palavra ao Ricardo Catanant.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu estava para encerrar minha fala, faltava apenas um eslaide.

Mas eu queria pontuar, só para terminar essa figura da ligação aérea sistemática, que é um dispositivo que a agência, um mecanismo que a agência hoje já disponibiliza para as empresas de táxi aéreo para que façam a venda de assentos. O secretário de política regulatória havia pontuado a questão da característica do táxi de ser um transporte por demanda, não pode haver a venda individualizada de assentos e, por esse instrumento, a agência, para aquelas ligações que não sejam atendidas pela aviação regular, possibilita que as empresas de táxi aéreo façam essas ligações. Isso permite e reforça a questão da importância e a capilaridade que o táxi aéreo confere para a aviação regional.

Esse era o último eslaide mesmo. Eu queria só pontuar que nós estamos concentrando esforços para a revisão desses normativos que eu pude expor no início da apresentação, fundamentalmente da Portaria nº 190, que nós pretendemos levar à audiência pública ainda este ano.

Aproveito o ensejo para convidar esse fórum especializado aqui para que possam participar do processo de audiência pública que a gente deve lançar em breve.

A gente já tem alcançado esforços com relação a essa questão de constituição de empresas, o trâmite burocrático, que, no início da agência, era feito muitas vezes por intermediários, o empresário, o microempresário de táxi aéreo tinha certo distanciamento do setor, principalmente nessa questão da constituição, e hoje nós podemos observar que o próprio dono da empresa de táxi tem livre acesso, já tem instrumentos mais objetivos para facilitar a vida dele no que tange a constituição e manutenção da autorização da empresa.

Eu não vou mais me alongar muito. Aproveito e me escudo da fala do secretário de política regulatória, que foi bastante completa. Vou privilegiar o tempo para os debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – Snetax. V. S^a dispõe de 15 minutos para expor sua palestra.

O SR. FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS – Antes, Sr. Presidente, bom dia e, na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento a todos os presentes.

Eu queria fazer um esclarecimento: o Sr. Wolner Aguiar, que está aqui presente e foi anunciado como superintendente, se não me engano, do aeroporto, o

Sr. Wolner Aguiar é do Snetá aqui em Brasília e também diretor da Líder Aviação.

Eu queria também pedir desculpas antecipadamente aos senhores, mas, hoje, em São Paulo, acontecerá uma reunião importantíssima com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, e eu sou representante do Snetá nessa reunião e não tenho meios de estar fora da reunião, porque lá nós vamos discutir questões relacionadas aos slots de pouso e decolagem no Aeroporto de Congonhas. Talvez muitos não saibam, mas nós quase fomos aliçados do Aeroporto de Congonhas por força desse velho hábito, o mau hábito de enxergarem o táxi aéreo no Brasil como algo menos importante; e o Aeroporto de Congonhas é o grande responsável pelo transporte em táxi aéreo da maior parte do PIB deste País. Então, essa luta é de muitos anos e, se nós não estivermos lá presentes, nós poderemos correr alguns riscos que não merecem ser desconsiderados. Então, em função disso, eu vou ter que me ausentar às 12 horas e o Sr. Wolner Aguiar estará aqui presente representará o Snetá a partir de então. Peço desculpas aos senhores.

Bom, eu queria iniciar minha fala abordando a questão da pirataria em táxi aéreo, aproveitando os pronunciamentos esclarecedores aqui da Anac e da Secretaria de Aviação Civil.

Ter um táxi aéreo, operar um táxi aéreo neste País é algo oneroso, por razões óbvias. A responsabilidade que se tem em transportar vidas é tão grande quanto àquela de uma companhia aérea regular. Então, esse regulamento nos traz uma série de obrigações e, naturalmente, os custos inerentes a estas obrigações. E hoje nós enfrentamos um problema, aliás, sempre enfrentamos, mas neste momento ele se mostra mais crítico, porque a agência está ainda carente de recursos humanos – tudo isso é sabido – e, em função disso, naturalmente, ela ataca aquelas questões mais relevantes e não tem efetivo para exercer a fiscalização na prática do táxi aéreo pirata. O táxi aéreo pirata, para aqueles que não conhecem a mecânica do setor, você só pode transportar, mediante remuneração, um passageiro por uma empresa de táxi aéreo legalmente constituída. O que acontece, hoje, no Brasil? Alguns empresários que são operadores de aeronave privada e que naturalmente se desobrigam de cumprimento de uma série de requisitos técnicos – treinamento no exterior, simuladores de voo no exterior e todo aquele arcabouço jurídico operacional –, ele não tem esse custo, ele não tem emite nota fiscal, ele não contrata proteção de seguro em valores relevantes; e, naturalmente, se você procura esse empresário, ele faz, por exemplo, por cinco mil reais, um transporte que, em uma companhia de táxi aéreo, custaria dez, 12 mil reais.

Então, essa é uma realidade que está presente no País inteiro, notadamente em regiões mais afastadas, e a capacidade de fiscalização ainda não se faz presente, porque a agência não tem recursos humanos em número suficiente. A Agência Nacional de Aviação Civil tem, hoje, um efetivo muito inferior àquele que tinha o antigo DAC e respondendo, regulando uma aviação muito maior do que aquela que regulava o DAC. Isso é um contrassenso, então eu acho que, estamos falando de políticas públicas, a agência precisa receber os recursos humanos para suportar, regular e trabalhar em prol de um País que é extremamente dependente de transporte aéreo.

Bom, indo à apresentação, eu vou tentar ser bastante breve, dar uma mostra aos senhores do que é o negócio e, ao final, daquilo que a gente acha que é relevante para definição de política pública.

Por favor.

Bom, os números eu vou passar por eles, já foi aqui destacado por palestrantes anteriores. Pode passar essa...

Nós temos um trabalho vital para a indústria de petróleo no Brasil, é um serviço indispensável à indústria brasileira de petróleo. Nós temos 160 helicópteros dedicados ao apoio à nossa indústria petrolífera. Ninguém chega a uma plataforma de petróleo hoje – ninguém – senão por uma companhia de táxi aéreo, através de helicópteros. Ali os senhores podem ver: nós temos hoje 160 helicópteros trabalhando para a indústria de petróleo no Brasil. A Petrobras é a maior contratante, mas, naturalmente, existem outras.

Em 2020, e isso não está muito longe, nós teremos 271 helicópteros trabalhando na indústria de petróleo. Hoje, nós temos helicópteros que transportam 21 vidas – é praticamente uma companhia regular. Vinte e um passageiros, incluindo naturalmente os tripulantes, estão hoje a bordo de determinados helicópteros que estão atendendo a chamada província do pré-sal. E transportamos, só na indústria de petróleo, 1,3 milhão passageiros por ano.

Por favor.

Aí estão alguns dos usuários do transporte aéreo, do táxi aéreo como contratante para a indústria de petróleo. Naturalmente, a Petrobras responde por 70% das aeronaves contratadas, mas os senhores podem ver ali uma série de grandes companhias, gigantes mundiais, e empresas brasileiras que estão também atuando no mercado petrolífero, como a OGX, a Queiroz Galvão Petróleo – a Odebrecht não está ali citada, mas é outra que atua nessa área – e os gigantes aí de todos conhecidos. São os usuários desse serviço.

Próximo.

Essa é uma questão relevante para definição de política pública. Ali está o número de helicópteros contratados em 2011. Em roxo, vocês podem ver as companhias que não a Petrobras: Shell, Perenco, OGX, Anadarko, etc., que estão em roxo. Em vermelho, vocês veem o número de helicópteros contratados pela Petrobras, e o somatório em amarelo. Em 2011, nós temos ali 125 helicópteros aproximadamente trabalhando para a indústria de petróleo. E, em 2020, nós teremos 270 aeronaves. Vale destacar que é o maior tráfego aéreo brasileiro. Esses helicópteros começam a decolar sete horas da manhã e só interrompem as ligações com as plataformas às 17h. Eles vão e voltam, vão e voltam sempre lotados.

Duzentas aeronaves para 2020.

Próxima, por favor.

Esse é outro problema crítico para nós. Se temos aquela quantidade de helicópteros numa frota crescente – e tem que crescer, porque o País tem grandes interesses na produção de petróleo –, nós temos essa questão para resolver. Ali, em verde, um pequeno número de jovens pilotos atuando no setor. Em azul, um grande número de pilotos com idade entre 50 e 60 anos. Em amarelo, pilotos com idade entre 60 e 70 anos. Qual é o problema ali? Como vai ficar a situação daqui a 10 anos, se nada for imediatamente feito?

Próximo, por favor.

Projetando para dez anos, se nada for feito, nós teremos grande maioria de pilotos com idade entre 60 e 70 anos, em amarelo, porque aqueles lá de trás estarão mais velhos. E, lá na pontinha, os jovens pilotos, 30 anos. É um pequeno grupo, porque a frota está crescendo, crescendo, crescendo, e o País não investiu na formação de pilotos, tanto de helicópteros – no caso do petróleo, o destaque é muito grande –, mas também em pilotos de aviões. Nós não investimos em pilotos porque a formação desse profissional é extremamente cara, por um conjunto de razões. Gasolina de aviação é muito cara, não se incentivou a formação nas últimas décadas.

No caso de helicóptero, a situação é ainda mais crítica, porque a operação de helicóptero é segura, mas ela é naturalmente mais crítica do que a operação de avião. E, se ela for numa plataforma de petróleo ou num navio, ela ainda é mais crítica. Porque o navio oscila, a plataforma tem o queimador, tem o vendo predominante, o *helideck* de pouso é uma área restrita, e o piloto vai pousar uma máquina enorme, com 21 vidas a bordo. Então, o treinamento que esse profissional precisa receber é muito grande, e a carência de pilotos está relacionada à questão de que jovens pilotos que hoje detêm carteira, muito lamentavelmente, quando

apresentados à Anac ou às próprias empresas, não há consistência nas horas que eles alegam deter.

Ou seja, nós temos jovens pilotos que não são qualificados para voo por instrumento, e, quando chegadas as horas, detecta-se que algumas delas não têm consistência. Exemplo: um jovem piloto de 25 anos alega ter 2.000 horas de voo. Não tem nem 200. Então, esse é um problema crítico que a indústria está enfrentando nesse momento.

Próximo, por favor.

Bom, agora, voltando a uma visão mais ampla de táxi-aéreo. O Brasil possui 3.500 pistas. Já foi dito. A aviação regular atingindo só 130 desses destinos. E 3.370 aeroportos são atendidos por empresas de táxi-aéreo.

Próximo, por favor.

Nós fazemos serviço de inspeção de linhas, inclusive linhas elétricas energizadas, com o voo pairado do helicóptero ao lado daquela linha. Um técnico executa trabalhos técnicos com a linha energizada. É um trabalho altamente profissional, e o Brasil detém tecnologia para fazer isso. A empresa de táxi-aéreo que faz isso.

Próximo.

Nós temos no País monomotores, que são os grandes canais de capilaridade para o Norte, para o Nordeste e para o Centro-Oeste. Aquelas regiões mais distantes são atendidas por pequenas aeronaves, que a gente chama de monomotores. Temos os bimotores, os jatos executivos, incluindo os transcontinentais. Eventualmente, voa-se de São Paulo para Miami ou para Paris. Enfim, você pode fretar um jato executivo transcontinental para qualquer destino. E o Brasil hoje é um País de empresas transnacionais. As grandes corporações brasileiras hoje atuam em várias partes do mundo. Daí, adquiriram jatos executivos transcontinentais. E os helicópteros fazendo tanto petróleo, quanto salvamento de vida e tantas outras missões de transporte executivo. O táxi-aéreo é uma solução de transporte fundamental à integração do País. A implementação de plantas industriais em regiões não atendidas ou mal servidas pelo transporte regular tem no táxi-aéreo uma solução para identificação de oportunidades, implantação e gerenciamento *in loco* de produção.

Quando a Usiminas nasceu, só para dar um exemplo, primeiro uma companhia de táxi-aéreo pousou ali. Depois, ela continuou a pousar para desenvolver a planta, inaugurar a fábrica e, até hoje, continua a pousar para a gestão do negócio.

Quando a Fiat decide construir uma fábrica de automóveis em Recife, ela, primeiro, usou uma companhia de táxi-aéreo e continua usando até hoje. Aliás, ela hoje opera um próprio avião, porque ela precisa ir

a Recife como ir a Córdoba, pois, na operação da Fiat na Argentina, ela tem gerenciamento aqui pelo Brasil.

O maior crescimento recente das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste teve no táxi-aéreo uma valorização importante para valorização de projetos.

O nosso colega da ABTAer deve comentar sobre isso.

O táxi-aéreo é vasto. São 177 empresas. A sede do nosso sindicato é no Rio de Janeiro. Então, surge uma associação que identifica oportunidades de atuar em prol do setor. Até há pouco eu estava conversando com o colega, pedindo que haja uma integração maior entre o nosso sindicato, que é nacional, constituído sob força de lei, e a associação, porque as demandas são extremamente diversas.

Próximo, por favor.

Nós fazemos ambulância aérea, salvando vidas. No País inteiro, são inúmeras as missões, tanto com jatos executivos, como esse que aparece na foto, como com helicópteros, monomotores, bimotores, salvando politraumatizados, enfartados. Eu, particularmente, tive um bebê prematuro que nasceu na família, e, se não fosse um jato executivo, ele tinha morrido. Aliás, ele e a mãe. Então, são inúmeras as missões que esse setor executa no País.

Próximo.

Nossas empresas têm uma capacidade instalada imensa. Elas atuam e atendem as suas próprias frota e também prestam relevantes serviços à indústria de aviação civil como um todo. Aquilo ali é um centro de manutenção, que está ali atendendo o seu próprio avião, como ele pode estar atendendo terceiros.

Aquele helicóptero envelopado foi comprado zero, novo, nos Estados Unidos por US\$2 milhões abaixo do custo dele, porque a customização foi toda feita no Brasil.

Capacidade das companhias de táxi-aéreo.

Próximo.

Nós temos uma rede de atendimento espalhada pelo Brasil, em que suportamos todo o operador privado, que tem seu próprio avião. Quando o avião, por exemplo, da Fiat ou do Pão de Açúcar, pousa numa área remota do País, uma companhia de táxi-aéreo que está ali instalada se apresenta para fazer todo o trabalho de solo desse avião.

Próximo.

Ali estão alguns clientes, usuários das companhias de táxi-aéreo nas áreas de manutenção e de atendimento de solo. A Força Aérea utiliza-se de empresas de táxi-aéreo para fazer a manutenção de alguns modelos que ela opera. A Polícia Rodoviária Federal, idem, o Governo da Bahia, a Vale, a AmBev, a MRV, a Fiat, as Lojas Americanas e tal. Todos esses

usuários têm aviões próprios ou fretam companhias de táxi-aéreo por imperiosa necessidade de maximizar o seu recurso, o seu retorno, a sua gestão. Ninguém ali freta para passear.

É aquela visão míope, errada, que muitas vezes se tem. Se eu puder tirar um avião táxi-aéreo de um aeroporto, eu tiro e coloco um *boeing*. E tira o Pão de Açúcar ou a TV Globo ou a Construtora Andrade Gutierrez ou a Magazine Luiza ou qualquer organização ali que usa isso como ferramenta de trabalho.

Nos países mais desenvolvidos do mundo, o nosso setor é cuidadosamente privilegiado porque ele tem a ver com a geração de riqueza para o País de desenvolvimento, como eu falei aqui. Primeiro, você chega de jato executivo na Amazônia, no Norte, no Nordeste, identifica a oportunidade, cria o projeto, o entorno, evidentemente, recebe o benefício. Aí, depois, chega a companhia aérea regular para prestar um serviço com avião de maior porte.

Próximo, por favor.

Eu já estou quase encerrando.

As prioridades. Urgente solução para a falta de pilotos de helicópteros experientes e capacitados a operar em plataformas e navios. Não vou nem ler o texto. O problema é real. Nós já temos companhias que hoje pedem à Petrobras: por favor, eu vou parar o helicóptero do contrato “x” da plataforma “y”, porque eu quero que você me multe. Eu vou deixar de receber e vou atender a sua plataforma “z”, onde o meu prejuízo é menor, porque eu não tenho pilotos para operar o helicóptero.

Eu já ouvi de alguns setores: não, existem 500 pilotos, 400 pilotos com a carteira na mão. Cheque as horas e esse ele detém a experiência para operar em comando uma aeronave que vai pousar numa plataforma.

Esse é um setor altamente especializado, em que o Brasil detém elevados níveis de segurança operacional, mérito das empresas, mérito da Agência Nacional de Aviação Civil também, que desenvolveu uma série de programas em conjunto com as empresas em prol de uma tecnologia maior. E somos auditados por companhias estrangeiras. A Shell, que é referência mundial nessa área de segurança de helicópteros, nos checka e nos certifica.

Próximo, por favor.

Outra prioridade é a revisão do texto da Resolução 113, da Anac. Segundo essa resolução, se brincarmos, somos alijados dos aeroportos. Há uma matéria aqui do jornal *Valor Econômico* intitulada “Infraero e empresas duelam por espaço no Campo de Marte”. Resumindo, quando criou-se a Resolução 113, nós ficamos à mercê do seguinte: uma empresa de táxi-aéreo, em qualquer

aeroporto do Brasil, está instalada com laboratórios, oficinas, sedes, um aparato necessário para que ela funcione. Acaba o contrato, a Infraero diz assim: olha, acabou seu contrato, instale o seu hangar ali na Avenida Paulista, porque aqui no aeroporto você não pode ficar mais. Na prática, isso está acontecendo. Nós temos lutado bravamente, e parece que existe, no âmbito da Anac, uma comissão que está analisando a Resolução 113, porque ela foi escrita com base na operação de transporte aéreo regular. E isso nos deixou numa situação extremamente frágil. Já há casos de companhia de táxi-aéreo que encerrou a atividade naquele hangar e não tem para onde ir.

A ampliação do quadro de profissionais da Anac. Isso é concurso. Foi suspenso recentemente um concurso. Não sei por que razões. Mas a Agência precisa e merece um quadro mais ampliado.

Próximo, por favor.

A desoneração da folha, que foi proposta para o transporte aéreo regular, deveria, sim, ser estendida ao nosso setor, porque nós sofremos competição internacional. Voar para o exterior hoje em voo fretado, táxi-aéreo, é muito difícil, porque a companhia de táxi-aéreo americana vem aqui faz o serviço para o exterior e tem competitividade em termos de preço, porque a nossa carga de tributos é extremamente elevada.

Nós temos um imposto chamado Cide, que está ali destacado. Alguns anos atrás criou-se essa Contribuição sobre a Intervenção de Domínio Econômico.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS –

Eu vou encerrar. Mais um minuto, por favor.

Esse imposto foi criado sobre o combustível de modo geral. Quando viram que o imposto tinha um peso enorme sobre o transporte aéreo, um Deputado, cujo nome não lembro, escreveu lá uma emenda ao projeto e aprovou-se desonerando o querosene de aviação do pagamento da Cide. Consequentemente, baixou-se o preço do querosene de aviação. Excelente para toda a indústria de transporte aéreo regular, porque ela usa querosene de aviação, para as companhias de táxi-aéreo que usam querosene em helicópteros e jatos executivos, turboélice, mas existe um sem-número de empresas de táxi-aéreo que utilizam monomotores e bimotores com os chamados motores convencionais. O que é que eles usam? Gasolina de aviação. E não se retirou a Cide da gasolina de aviação. O nosso sindicato trabalhou muito nisso. Tramitou na Câmara dos Deputados etc., mas, no final, o governo anterior decidiu manter a Cide sobre a gasolina de aviação. Além de prejudicar o nosso setor, por que hoje é difícil formar um piloto? Porque o aeroclube paga a gasolina de aviação. A escola de aviação usa a gasolina de aviação.

Então, o custo de uma hora de voo é extremamente caro. Para você ser piloto hoje de helicóptero básico, não dá nem para voar no petróleo, você tem que gastar no mínimo R\$70 mil, para você ter a carteira básica. Ainda não dá para ir para o petróleo. Ainda existem etapas posteriores.

Nova redação da Lei do Aeronauta referente à jornada de trabalho do piloto, como bem disse aqui o Senado Vicentino, não dá para se ter uma regulação do piloto de linha área a mesma para o piloto de táxi-aéreo. O táxi-aéreo voa por demanda. Ele não voa com aquela regularidade que permite à empresa: lá em Manaus, hoje à noite, eu vou trocar a tripulação, porque eu sei que o avião vai cumprir uma malha.

O táxi-aéreo, não. A razão e a essência do nosso negócio é existir, é voar quando a demanda aparece, é salvar vidas, é levar o Presidente da Petrobras, por exemplo, para uma reunião com a Presidente Dilma, porque foi chamado em cima da hora. Não há como, e a lei precisa contemplar a especificidade do setor.

Próximo.

Estou terminando.

A manutenção da classificação atual das empresas de táxi-aéreo como prestadoras de serviços públicos, pelo que entendi aqui da SAC, é um assunto que me parece que está resolvido, mas, por pouco, nós deixaríamos de ser prestadores de serviços públicos e passaríamos a ser prestadores de serviços privados. Isso nos traria prejuízos enormes, a começar pela perda das nossas áreas aeroportuárias.

O estabelecimento de critérios para remunerações dessas concessões. Hoje, os preços nos aeroportos... Muitas empresas de táxi-aéreo não conseguirão sobreviver com os preços que estão se cobrando por hangares. A manutenção do slots de pouso e decolagem nos aeroportos de Congonhas e demais aeroportos. Santos Dumont vai ser "slotado" agora. Se não ficarmos vigilantes, isso aqui afeta a ABTAer também, um dia desse um avião de uma das associadas da ABTAer pode decolar de Goiânia ou do Norte, com destino a Santos Dumont, por exemplo, e, chegando lá, ele não vai pousar. Vai ser orientado a seguir para outro aeroporto. Por quê? Porque, na primeira decisão, coloca-se toda a capacidade do aeroporto para o transporte regular. Não pode ser assim. Uma parte da capacidade operacional do aeroporto, ela é pequena, mas ela deve ser garantida às operações de táxi-aéreo e aviação executiva. Isso é vital para um país como o Brasil.

Bom, precisamos também da garantia de espaço nos pátios dos estacionamento dos aeroportos centrais. Vou dar exemplo do Santos Dumont, porque estou no Rio. Recentemente, ligaram para mim: olha, o jato executivo "x", da companhia de táxi-aéreo "y"

precisa pousar no Santos Dumont para transportar o Governador do Estado, reunião importante em Brasília, e o avião está sobrevoando, eles não deixam pousar, porque o pátio está completamente lotado. O pátio do Santos Dumont é limitado. Autorizou-se um número de vôos, na nossa visão, para o transporte regular excessivo. Por isso, vocês veem frequentemente aquelas reclamações de que o ônibus não chega, de que o avião vai para um *finger*, vai para outro. Você tem um congestionamento de pátio que preocupa. É algo que preocupa até sob o aspecto de segurança operacional.

Próximo.

Bom, eu terminei.

Agradeço. Peço desculpas pela velocidade que eu coloquei na fala, pois eu precisava dar o recado. Agradeço a todos os senhores.

E, se Deus quiser, conseguirei ficar aqui até o final, Senador. Desculpe-me se eu tiver que me retirar ao meio-dia, mas eu embarco 1h30, reunião com o Decea. Departamento do Controle do Espaço Aéreo, em São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Fernando. Nós todos acabamos de ver uma explanação fantástica, uma contribuição com muito conteúdo e assuntos diversos, de suma importância para esta Subcomissão.

Parabéns, Fernando. Contribuiu muito com a sua fala, como os demais também.

Concedo a palavra ao comandante Milton, velho amigo, que preside a Associação de Taxi Aéreo, a ABTAer.

Com a palavra V. S^a, amigo.

O SR. MILTON ARANTES COSTA – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Vicentinho pelo excelente trabalho que ele tem feito à frente desta Casa, buscando a criação de uma Subcomissão que discute a aviação civil.

Quero dizer para o senhor, Senador, que V. Ex^a virou uma esperança para os aviadores, empresários, especificamente aqueles de empresas de menor porte.

Quero cumprimentar todos os componentes da Mesa, empresas, amigos da ABTAer que estão aqui conosco.

Para nós, eu acho que essa criação da Subcomissão é um marco na nossa história de aviação. Há alguns adjetivos das pessoas que me prendem, que me desafiam. Um deles é a coragem. Parabéns pela coragem que o senhor teve. O senhor está expondo a aviação brasileira como um todo.

Senhores, eu queria falar um pouquinho da ABTAer, a Associação Brasileira de Táxi Aéreo tem pou-

co mais de um ano e meio. Ela nasceu de um grito de desespero dos empresários, proprietários de empresas de táxi-aéreo de pequeno porte, de médio porte. A Associação foi idealizada por três empresas que estavam com as suas operações próximas de pararem por falta de condição de cumprir as exigências que estavam então sendo criadas. Na lei de criação da Anac, o retorno dos militares até a própria vontade da presidente Solange, então Presidente Solange, de modernizar a Anac, eu acho que alguns equívocos foram cometidos, como fechar as unidades regionais, centralizando Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

De certa forma, sentimos certa discriminação com Região Norte, Região Amazônica, onde temos quantidades significativas de empresários, empresas pequenas, empresas familiares, que tiveram suas transferências, toda a regulação das suas empresas foram transferidas para esses pontos.

Nesse contexto, nasce a ABTAer. A ABTAer nasceu da ideia de três empresários que estavam assim com um sentimento comum. Vou procurar ser bem rápido para vocês entenderem o outro lado, o lado que a nossa Associação procura defender.

Eu, a minha trajetória na aviação, com muito orgulho eu digo para os senhores que eu comecei na aviação lavando aviões. Depois, eu fui para a manutenção, como auxiliar, mecânico, piloto, piloto profissional e comprei o meu primeiro avião com o sonho de montar uma empresa de táxi-aéreo. Eu estou na aviação desde os meus 17 anos, conheço o Brasil, conheço a Amazônia, voou pelo Brasil, conheço as particularidades de cada região do País.

Conversando com alguns empresários muito bem sucedidos aqui de Goiás, um deles falou: Milton, eu não tenho mais prazer no táxi-aéreo. Se eu pudesse vender, eu venderia a empresa. Eu estou falando de empresas grandes. Desse táxi-aéreo, inclusive, nasceu uma linha aérea. Outro empresário falou: eu não paro porque as minhas filhas gostam da aviação. E eu percebi um cansaço, um abatimento estava sobre todos os empresários do setor da aviação do nosso nível, a base da pirâmide, vamos dizer assim.

Nesse contexto, um procurei puxar das minhas memórias, da minha história de vida, o porquê desse desânimo, o porquê dessa apatia, da falta de ousadia que tinha abatido sobre nós empresários.

E eu lembrei, se me permite aqui quebrar um pouquinho o protocolo, eu lembrei quando nasceu o sonho de ser aviador. Aos sete anos, eu amarrei uma toalha nas costas e pulei de uma caixa d'água. Foi a primeira surra que eu levei da minha mãe voltada à aviação. Depois, de um colégio, já com os 13 anos de idade, eu pulei com um guarda-chuva. Eu queria ser

aviador. Você não escolhe, você nasce aviador. Essa paixão está no seu sangue. Você não pode pegar uma pessoa que não tem aquela paixão e querer colocar na aviação. Você não fabrica um aviador. Ele nasce aviador.

E eu venho de um contexto de uma realidade muito difícil. Tive de me sujeitar a lavar banheiro, a lavar avião, para chegar ao meu sonho.

Quando, na minha infância, na minha juventude, a minha mãe, já enferma de câncer, me chamou e falou: filho, eu estou próximo de ir para o caminho de todos os mortais, não deixe que os seus sonhos sejam destruídos. Não se dobre diante dos grandes, se dobre diante dos humildes. E Deus vai fazer honrar a sua atitude, a sua coragem. Minha mãe logo morreu, e, nesse contexto, vendo esse desânimo desses empresários, eu me lembrei da minha infância.

Então, nós criamos a ABTAer, nós lançamos ela em Goiânia, e hoje a ABTAer tem mais de 40 empresas, em 17 Estados ela está sendo representada. Então, nós começamos uma busca desesperada para ter voz dentro do cenário político, dentro da própria Agência reguladora.

Nessa caminhada, nós estivemos com Ministério da Defesa, Secretaria de Aviação Civil, várias reuniões com a diretoria da Anac, com a Presidência da Anac, e nós entendemos que muita coisa já foi feita. O caminho é longo, é árduo, mas ele está sendo percorrido, e nós estamos tendo um sucesso relativo pelo nosso tamanho e pelo tempo de vida que nós temos.

Para os senhores terem uma ideia, a legislação que rege uma empresa eu voa voos internacionais, transcontinentais ou de helicópteros ou aeronaves... Eu não sei o que vale um helicóptero desse que voa para a Petrobras, mas deve ser aeronaves de US\$6 milhões.

O SR. FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS – Vinte e dois milhões de dólares.

O SR. MILTON ARANTES COSTA – Vinte e dois milhões de dólares.

A legislação que rege esse patrimônio é a mesma legislação que rege uma aeronave de pequeno porte que voa na Amazônia.

É preciso nós entendemos o Brasil como um todo e não como um ponto isolado. A legislação que nos rege, senhores, teoricamente, é apontada como legislação do RBAC 135, mas tive o cuidado de trazer para os senhores verem, está aqui à disposição, esta é a legislação que rege um táxi aéreo de pequeno porte, uma empresa, por exemplo, familiar, que tem um avião. São 26 documentos. Está aqui à disposição dos senhores. É impossível para empresários de pequeno porte iniciarem e cumprirem uma legislação como essa. Eu pergunto aos senhores: que empresa de pequeno porte vai crescer, dar certo, se tornar uma

linha aérea? Não sabemos. Nós entendemos que o pastor cuida das ovelhas, não as espanta; o pastor as conduz aos pastos verdejantes e não ao abismo. Esta nossa oportunidade de fala é para tentar trazer essa realidade ao conhecimento dos senhores porque esta legislação conduz as empresas ao abismo. Há muitos empresários que optaram por fechar as empresas e ir para a clandestinidade. Senhores, eu conheço um empresário que me disse: “Milton, minha esposa, meu pai e meu filho sofreram um acidente, e eu os sequelei. Encontrei forças no meu trabalho para sobreviver, mas não tenho mais ânimo para tocar uma empresa de táxi aéreo; não há incentivo nenhum, por parte das agências reguladoras do Governo para que eu continue sobrevivendo.”

Nós falamos aqui, por exemplo, em capacitação de tripulantes. Senhores, as empresas de táxi aéreo contratavam pilotos chamados de primeiro emprego, que não tinham experiência, saíam do aeroclube sem proficiência nenhuma, entravam num táxi aéreo e, com dois anos, dois anos e meio, esse piloto tinha mais de duas mil horas de voo. As mudanças de legislação impossibilitaram a que as empresas fizessem esse tipo de contratação. Então, entramos numa sequência de deixar de contratar a mão de obra do novo, pois os novos aviadores não conseguiam passar nas provas de proficiência, porque estavam sendo avaliados como comandantes e não como co-pilotos. É questão técnica, um pouco difícil de explicar, mas nós passamos, e os empresários então, como não conseguiam manter aquela linha, passaram a contratar profissionais experientes. Nós cessamos o ciclo de formação de novos pilotos. Um crime contra a juventude dos nossos pilotos. Pilotos sonhadores como eu que não estão tendo oportunidade no mercado. Os táxis aéreos não contratam. Por quê? Porque a legislação – está aqui – é a mesma, praticamente a mesma, é muito similar, muito próxima da legislação que rege a TAM, a Gol. Nós não temos condição financeira de cumprir o que estão pedindo.

Aí vocês podem falar assim: Milton, o que estão pedindo não é necessário para a segurança de voo? Na maioria, sim. Mas também existe uma carga burocrática desnecessária. Vou dar um exemplo para os senhores. Agora nós vamos ter que desenvolver um manual de substâncias psicoativas, disponibilizar um tratamento para aquele profissional que, por acaso está tendo um problema de álcool, drogas na sua vida, sendo que há empresas que possuem um único avião.

A agência hoje me cobra dois técnicos de cargas perigosas, que identificam cargas perigosas, de uma empresa que não transporta cargas perigosas. Ou seja, se não buscarmos urgentemente legisla-

ção diferenciada para os segmentos, empresas que têm aeronave monomotor, bimotores, empresas que atendem na Amazônia, empresas que têm aeronaves turboélice, empresas que fazem voos internacionais, a legislação tem que ser diferente. Se ela não for diferente, nós vamos matar aquela empresa que poderia ser uma empresa de linha aérea no futuro. Nós vamos matar qualquer iniciativa empresarial porque não se consegue cumprir a legislação.

Então, a Abtaer nasce como um grito de desespero e, em nome dos empresários que eu represento... A Abtaer não tem... Todos os seus cargos são preenchidos por proprietários de empresas. Mostra o comprometimento desses empresários com a Nação brasileira. Nós queremos desburocratizar a aviação brasileira. Nós queremos uma legislação que seja justa. Você não pode pegar a legislação de uma empresa de grande porte, que faz voo internacional, com algumas diferenças, e aplicar a uma empresa de pequeno porte.

Mas não são somente críticas. Nós observamos que a Anac tem feito um esforço muito grande para atender aos questionamentos, a busca de solução que a Abtaer tem empreendido junto a eles. Quero destacar aqui, Senador, o excelente trabalho que a área de aeronavegabilidade da Anac tem realizado; creio que estamos muito próximos do ideal. Mas a gente entende também, como já foi falado aqui, que a Anac precisa urgentemente de servidores técnicos; não precisamos de especialistas. Não tenho os números exatos, mas me parece que os concursos tiveram mais que o dobro de especialistas sobre técnicos; a proporção é de dois para um, dois e meio para um. E nós precisamos de técnicos para atender o servidor. Então nós temos uma aviação que poderia estar celebrando o crescimento econômico do País, observando, por exemplo, a substituição da frota, que é velha, antiga, mas não temos incentivo de substituição de frota. Hoje, a tarifa aeroportuária chega ao custo de 12% do nosso faturamento; é o maior sócio que temos hoje dentro da atividade de táxi aéreo. Se não fizermos uma mudança na política, com certeza, essas empresas irão falir.

A consequência desta crise que vivemos é o aumento da clandestinidade porque a falta, o sentimento, a sensação de impunidade faz com que as pessoas percam até o receio. Estou falando aqui para os senhores publicamente. Há empresas hoje de transporte de tratores, caminhões, locadoras de veículos, empresas de transporte de turismo que estão participando de licitações públicas, estão ganhando essas licitações e nada é feito para coibir essa prática de crime. Nada. A sonegação fiscal em cima do clandestino é algo que não sei calcular, não há como ter esses números. Agora, o que está sendo feito para valorizar essas empresas?

Quero só, terminando a minha fala, quero dizer que a aviação, além de tudo o que foi falado, que o *offshore* é importante para a soberania do nosso País, é nossa riqueza, está lá. E a importância do Snet. Nós falamos ali de um jato de transporte de enfermos. A maior parte do transporte dos enfermos hoje é feita em aviões de pequeno porte; o maior volume de enfermos é transportado em aeronaves bimotoras leves que vão em pistas que... Senhores, somos obrigados a mentir, vou dar um exemplo aos senhores. Você decola para buscar um paciente em determinada localidade que tem pista de pouso, mas que não é uma pista homologada. Sou obrigado a mentir que estou indo para outro lugar, tenho que fazer plano para outro local. Isso se agrava sobremaneira na Amazônia. Se não estou enganado, o Amapá possui três pistas homologadas, quatro pistas homologadas. O Estado do Amapá! Então, a gente observa que a aviação, principalmente na região Norte, essa aviação de pequeno porte, tem que receber um incentivo. Os empresários não podem viver neste desânimo em que estão, senão eles vão sucumbir. E, na Amazônia principalmente, a gente observa que há um equilíbrio. Lá, as pessoas são niveladas dentro de um avião de táxi aéreo como pessoas, não por condição de posse, porque há localidades aonde só se chega com determinada aeronave; lá o prefeito utiliza aeronave, o deputado utiliza, o empresário utiliza, o dono do açougue utiliza, o professor utiliza, chega a comida, chega o medicamento, chega o dinheiro. Não podemos fechar os olhos para isso.

A Amazônia, por exemplo, quando os rios estão muito secos, não dá acesso fluvial; tem que ser de avião. Quando está chovendo, não tem acesso também porque as estradas acabam. A atividade de táxi aéreo precisa ser revista. Nós precisamos de ânimo, senão nós vamos desistir.

Falando com alguns servidores da Anac, por sinal muito competentes, alguns técnicos, outros em nível de chefias, se nós não ampararmos a Anac com relação a admissão, realização de novos concursos e capacitação desses jovens concursados, não iremos celebrar o crescimento da aviação no Brasil. Pelo contrário, nós iremos lamentar. Eu entendo a aviação como um conjunto de engrenagens.

O táxi aéreo. Foi falado aqui na formação de mão de obra. O táxi aéreo não forma; ele qualifica. Eu pego aquele profissional sem experiência nenhuma e o coloco dentro de um avião. Ali ele vai ter o treinamento adequado e, dentro de um ano ou um ano e meio, ele estará pronto para sair e abastecer uma grande companhia. Esse elo desse conjunto de engrenagens foi quebrado há um ano e meio. Pessoalmente, eu falei para o então Ministro da Defesa Nelson Jobim: vai

faltar aviador no mercado. Não só para o helicóptero, eu concordo com o Fernando, mas também para as linhas aéreas. Falei com alguns colegas, pilotos que voam nas linhas aéreas. Falam: “Milton, estou cansado porque não consegue admitir o piloto qualificado”. Vejam bem, ele fala: não consegue admitir o piloto qualificado. Na história deste País, nós não temos centro de treinamentos para qualificar piloto; na nossa história, até o ano de 2010, sempre foi o táxi aéreo que qualificou o piloto.

Obrigado pela oportunidade. Estou aberto a perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, companheiro Milton. Uma grande explanação e uma grande contribuição para com esta subcomissão.

Eu registro as presenças do amigo Cleito Sergio, diretor da Cleito Táxi Aéreo; cumprimento e registro também como presenças ilustres o comandante José Henrique, da Fretáxi, um táxi aéreo de Belém do Pará; e o Osmando Figueiredo, lá da nossa Santarém. Eu tenho um filho nascido em Itaituba, chamado Tiago Tapajós, quando eu voava por lá naquela época fantástica. Portanto, Santarém é uma cidade pela qual tenho apreço e carinho especialíssimo, como também Itaituba. Também registro a presença de Patrícia Colasso, da Aeronáutica.

Agora vamos para os nossos questionamentos depois da primeira etapa de explanações.

Quero fazer a primeira para a nossa Anac e Secretaria de Aviação Civil: qual a política para implementação por parte da Anac e Sac para a formação de mão de obra de pilotos de aviões de asa fixa e para helicóptero de asa rotativa desde o piloto privado até alcançar o *status* de piloto comercial?

A segunda pergunta: qual a política que a Secretaria de Aviação Civil pretende estabelecer para assegurar o desenvolvimento do setor de táxi aéreo – especificamente nesta audiência pública nós estamos tratando deste assunto. Quais são os incentivos que a Secretaria de Aviação Civil pode oferecer para os operadores 135?

A Secretaria de Aviação Civil é favorável a que as empresas de táxi aéreo passem da categoria de prestadores de serviço aéreos públicos para a categoria de transporte aéreo privado, conforme previsto no projeto de reforma do Código Brasileiro do Ar.

Os táxis aéreos vêm sendo ameaçados de serem retirados de importantes aeroportos e aeroportos federais, como é o caso de Campo de Marte, Jacarepaguá, Congonhas, etc. principalmente devido a falta de uma política clara de incentivo ao setor, ao mesmo tempo em que os valores das taxas aeroportuárias das

concessões de hangares estão se tornando a cada dia mais proibitivos para as empresas aéreas de pequeno e médio porte. Isso a gente tem ouvido muito aqui dos nossos palestrantes. Sendo um dos grandes objetivos da Secretaria de Aviação Civil o desenvolvimento do setor aeroportuário nacional, como a secretaria trabalha a inclusão do táxi aéreo dentro desse projeto?

A CAS pode fazer alguma coisa para promover a reabertura das regionais da Anac fechadas por falta de pessoal especialmente na região Norte. A Sac e a Anac trabalham conjuntamente nessa questão?

Agora para a Anac. O que a Anac tem feito em conjunto com a Secretaria de Aviação Civil pelo desenvolvimento do setor de táxi aéreo no Brasil?

São questionamentos feitos por várias entidades, várias pessoas ligadas a aviação e das quais nós aqui estamos sendo porta-vozes. É importante para que a gente aprofunde este assunto.

Existe formulação de política conjunta entre Secretaria de Aviação Civil, a Anac ou mesmo a Infraero no sentido de promover alguma isenção sobre as taxas e tarifas no sentido de incentivar o desenvolvimento das empresas 135? Já tivemos essas colocações em audiência anterior e, agora, pelos nossos debatedores.

Ainda nesse sentido, as taxas e tarifas aeroportuárias foram oneradas em alguns casos em até 400% desde 2011. A Anac tem recebido reclamação por parte dos operadores 135 quanto aos aumentos que a agência tem autorizado serem colocados em prática, principalmente pela Infraero. Em caso positivo, que atitudes foram tomadas no caso desses aumentos que chegam a 400% de 2011 para cá? Nós já ouvimos esse clamor por parte da Infraero em outra audiência, amigo Rogério, Ricardo. Portanto, se já temos alguma providência.

A Anac se outorgou o prazo de 50 dias úteis nos processos de revalidação de licença. Há muito os problemas relativos a renovação e emissão de licença por parte da Anac tem sido uma constante, o que pode ser considerado um empecilho para o desenvolvimento do setor. Até quando essa situação irá persistir, com relação à revalidação de licenças?

Há muito tempo o setor de táxi aéreo tem reclamado do transporte aéreo clandestino, pirata, que ataca. O que de fato existe para fazer frente a essa questão? Isso foi colocado agora pelo comandante Milton. Além da sobrecarga de custo operacional de uma empresa registrada, eles concorrem efetivamente com quem não recolhe um centavo para os cofres públicos e com certeza para a formalização do contrato de trabalho.

As empresas de táxi aéreo são objeto de intensiva fiscalização, ao passo em que na aviação geral não se percebe a mesma atenção. Por que esse tratamento?

A Anac vê alguma correlação entre o aumento do número de acidentes com a aviação geral e o mesmo com aeronave TPX e o fechamento das regionais? É importante observarmos esta questão sobre as empresas regionais que estão quase todas inviáveis e morrendo.

Agora para o sindicato: as autoridades aeronáuticas brasileiras como a Sac e a Anac têm apresentado ao sindicato algum planejamento para favorecer as atividades dos táxis aéreos? No caso de resposta afirmativa, para o Milton e para o Fernando, quais seriam?

Na opinião do sindicato, quais são os problemas que causam maiores impactos no desenvolvimento das atividades dos táxis aéreos e quais os maiores incentivos que o setor tem recebido?

Agora, uma pergunta para a Abtaer. Quais são as características de se operar na região Norte do Brasil? Como estão as questões dos auxílios de navegação, pontos de abastecimento, entre outros? Existe alguma referência por parte das autoridades aeronáuticas no sentido de que os mesmos serão melhorados ou ampliados? Ainda há algum problema com o treinamento e a revalidação das carteiras das tripulações? Quais têm sido as consequências dessa situação? A Abtaer vem sendo recebida em uma série de reuniões com a diretoria da Anac. Quais têm sido os resultados práticos desses encontros?

Estão aqui algumas dúvidas, questionamentos para que a gente possa anexar para o Relator Senador Vital do Rêgo e para os demais Senadores para que ao final a gente possa contribuir com um bom planejamento e boa legislação.

Portanto, com a palavra o companheiro Ricardo, no que diz respeito à Anac.

V. S^a tem a palavra.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT –

Bom, com relação à formação de pilotos de asa fixa e de asa rotativa, embora não seja do meu setor, nós tivemos programas de incentivos, formação de pilotos, concessão de bolsas, isso foi implementado há pouco tempo, mas é algo que sem dúvida merece ser aperfeiçoada. A Anac então vem fornecendo essas bolsas, e a porta de ingresso desses pilotos recém-formados, naturalmente, costuma ser o táxi aéreo, como foi dito inclusive pelos palestrantes.

O projeto de reforma do táxi aéreo foi uma questão abordada também, a alteração legislativa para mudança como atividade pública para atividade privada. Isso se entendeu à época, quando foi proposta essa alteração, como uma forma de fundamentalmente desonerar as empresas de táxi aéreo do pesado ônus burocrático. Quem já passou recentemente por um processo de renovação de uma autorização, de constituição de uma

empresa sabe dessas três etapas que fiz questão de expor aqui. É um ônus bastante pesado. Então nós imaginamos que com essa mudança para que fosse considerado uma atividade privada à empresa bastaria a homologação técnica fundamentalmente para que ela pudesse então explorar o serviço. Mas se entendeu que havia outras externalidades, outros efeitos secundários derivados de uma possível mudança que não seriam favoráveis. Esse projeto de lei, se não me engano, se encontra apensado ao substitutivo que está na Câmara dos Deputados nesse momento.

Com relação à questão de política, a definição de políticas conjuntas com a Anac, Sac, relativamente à atividade de táxi aéreo, eu deixaria para maiores considerações do nosso Secretário de Política Regulatória, Rogério Coimbra, mas posso lhes afirmar que a Anac tem tido estreitas relações, temos tido diálogos e debates bastante proveitosos, todas essas questões de fundo da aviação propriamente ditas estão sendo acompanhadas, monitoradas pela Sac. Então nós julgamos que a criação da Sac e a sua colocação na Presidência da República vem contribuir para essa formação, definição dessas políticas. E fóruns como este que temos aqui agora são fundamentais também para que haja o melhor aquilamento, direcionamento dessas políticas públicas, Senador. Então, eu agradeço mais uma vez aqui a oportunidade nossa de trazer esta questão a lume aqui.

Com relação ao aumento das tarifas aeroportuárias, o que a Anac tem feito. Nós julgamos que havia uma incorreção bastante grande que levou a esta revisão, edição da Resolução nº 180, que buscou estabelecer – ela não revisou necessariamente as tarifas – tetos até os quais a Infraero poderia chegar com as tarifas aeroportuárias. Mas fundamentalmente visava a cobrar mais de quem podia mais, diga-se nos aeroportos de maior movimentação. Existe ainda hoje o sistema de subsídio cruzados: a Infraero hoje tira dos aeroportos de grande movimento e coloca nos aeroportos que são mais capilarizados, que são justamente o nicho de atuação da grande parte das empresas de táxis-aéreos. Vale dizer, em alguns lugares do mundo, os aeroportos têm o sistema de livre tarifação, eles cobram pelo custo de utilização efetiva daquele determinado aeródromo. Então determinados aeródromos hoje que são utilizados pelo táxi-aéreo se fossem efetivamente remunerados pelas poucas empresas que operam neles, sem esse sistema de subsídio cruzado, a tarifa nesses aeroportos seria muito maior e, por vezes, até inviabilizaria a operação das empresas de táxi-aéreo nesses aeroportos menores.

Então nós reconhecemos que existem questões a serem aprimoradas, a ABTAer nos encaminhou esse

pleito com o nosso Diretor-Presidente, o Marcelo Guarany, estamos cientes dessa questão e ponderando eventuais reavaliações desses normativos. É uma questão que já está pontuada e sendo encaminhada dentro da agência.

Com relação ao processo de revalidação de licença, essa é uma questão fundamentalmente de segurança operacional. Eu me escuso aqui perante os senhores, não tenho condições de responder a essa pergunta, mas eu gostaria, Sr. Presidente, se possível, que a Comissão até endereçasse esse questionamento formalmente. Eu me comprometo a levar isso para dentro da agência para ter uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – As notas taquigráficas serão encaminhadas. Fique à vontade. (*Fora do microfone.*) Aquilo que não der para responder agora, pode responder depois. Não tem nenhum problema. Aqui estamos em uma audiência pública de trabalho. Então fique tranquilo.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Está ótimo, obrigado.

Com relação ao táxi-aéreo clandestino, esse é um problema realmente grave. Aqui foram apontadas as deficiências de pessoal que a gente tem com relação à fiscalização, o que impacta na questão da fiscalização e que é muito capilarizada pela própria natureza dessas operações.

Outra faceta do táxi-aéreo clandestino que torna muito difícil a agência fiscalizar e punir com eficiência é o fato de que tanto o operador que está fazendo o táxi clandestino quanto o tomador do serviço, quando a agência os aborda para perguntar se está havendo venda de serviço ali, os dois combinam de dizer: “Não, isso aqui é um transporte de amigos; não é um táxi-aéreo”. Então a agência fica, às vezes, sem instrumentos para punir, porque o próprio usuário do serviço não entende que ele está descoberto de seguro, que aquela aeronave não tem o nível de certificação que um táxi-aéreo tem, que é pesado, e necessariamente pesado, porque se trata de transporte de pessoas, isso tem que ser uma primazia, como pontuou o nosso Secretário. Isso é algo bastante complicado. A agência já participou de fóruns aqui no Legislativo, inclusive, o nosso Diretor Cláudio Passos já esteve aqui para abordar o tema, é uma preocupação que desperta preocupação na agência e nós tem a intenção de elaborar um plano – isso está sendo concebido – para fiscalizar e punir com maior eficácia o táxi-aéreo clandestino.

Com relação à questão do aumento de acidentes e o fechamento das regionais, essa foi uma decisão do passado, da recém-criada Anac, o fechamento de alguns postos e a realização de fiscalização a distância. Mas essa questão, somada à perda do nosso já

pequeno efetivo – hoje o concurso que está saindo hoje, Senador, vai ser para suprir o número de vagas que nós já perdemos, porque há grande movimentação de funcionários públicos que prestam concurso para outros órgãos –, é uma questão que tem que ser realmente bastante avaliada. A questão do número de acidentes, segundo o nosso levantamento, isso é especialmente crítico com relação à aviação geral. No táxi-aéreo, esses números têm se mantido estáveis.

Quanto ao resultado dos encontros dos órgãos representativos com a diretoria da Anac, eu posso lhes afiançar que isso tem surtido efeitos. A nossa diretoria, principalmente a diretoria do Diretor Cláudio, como bem foi pontuado pelo Milton, tem desenvolvido, dentro da parte de aeronavegabilidade, e levado adiante os pleitos do setor de táxi-aéreo. Eu quero reforçar, inclusive, a importância dessa interlocução do sindicato, da associação com a diretoria da agência, que tem se mostrado bastante permeável, sempre aberta a receber o setor e ouvir os seus pleitos. Claro que existe a necessidade, sim, do acompanhamento, para que não se fique no discurso unilateral, a gente precisa caminhar, apresentar os resultados desse diálogo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – É importante ressaltar a participação sempre de forma muito positiva de membros da Anac, da SAC, porque, caso não viessem, talvez não teríamos assim essa contribuição para o debate que estamos fazendo. Portanto, quero registrar nos Anais desta Subcomissão o desprendimento, a vontade de estarem sempre presente contribuindo. Isso é de suma importância, através do Ricardo e do Rogério.

Portanto, Rogério, com a palavra V. S^a para os questionamentos.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Em primeiro lugar, queria parabenizar as demais falas, especialmente dos dois representantes do setor que foram aqui convocados.

Apesar de estarem do outro lado da mesa – não gosto de chamar “do outro lado”, porque acho que a gente tem que estar do mesmo lado, é assim que enxergo nossa relação –, fico feliz com os apontamentos deles no sentido do reconhecimento dos esforços que têm sido feitos e de algumas necessidades levantadas, necessidades justas, que a gente tem procurado atacar, a gente tem consciência delas. É superimportante a gente não enxergar nem só a metade cheia do copo nem a metade vazia, a gente tem que enxergar tudo. Então é importante, de um lado, o reconhecimento de várias ações que foram feitas no sentido de tentar melhorar o desenvolvimento do setor – especialmente para nós que estamos nisso dia a dia, é muito importante o

reconhecimento de que estamos abertos a conversa sempre com todas as entidades representativas do setor, e, do nosso lado, eu acho que é preciso haver, e há, o reconhecimento, de que há ainda muito que caminhar, de que há muitas arestas a serem aparadas para o melhor desenvolvimento possível do setor.

Então, tentando falar um pouco mais especificamente, parte já foi abordada na minha fala inicial, sobre algumas das ações no sentido de dar vazão a esse crescimento e melhorar as possibilidades de desenvolvimento do setor para a indústria, enfim. O principal foco atacado foi a questão de formação de recursos humanos. Esse é um ponto que o Poder Público, como um todo, historicamente ficou devendo. A formação desse tipo de mão de obra é cara, não é um problema como o de outros setores, em que simplesmente as forças de mercado resolvem, em muitos casos é preciso, sim, ação de fomento. Hoje inclusive está sendo gestado no âmbito da Secretaria de Navegação Aérea, a Secretária Clarice esteve aqui, um plano muito grande, com bastante recursos, todas essas entidades setoriais estão participando da elaboração desse plano, questão de diagnósticos, identificação de locais com capacidade de prover esse treinamento, ampliação das bolsas hoje fornecidas pela Anac, a gente está tentando fazer uso desse recurso que passou a ter acesso a partir de agora, vamos passar a ter acesso, na verdade, a partir do ano que vem, de alguns deles, da melhor forma possível.

Por outro lado, é difícil balancear essas questões, porque, parte da necessidade dessa formação cara é parte relativa à segurança operacional. A gente reconhece que é possível e necessário que, de certa forma, haja uma diferenciação de alguns requisitos, dependendo de porte da empresa, de porte de aeronave, de peculiaridades de cada caso, mas existe também uma necessidade pela qual os órgãos públicos respondem de garantir a segurança ao cidadão que entra em uma aeronave e que não tem condições de averiguar aquilo. O Poder Público se presta a este papel de averiguar e garantir os níveis de segurança; inclusive, nós, o Poder Público, somos auditados pela Organização Internacional de Aviação Civil com relação a vários desses cumprimentos de segurança. Então, às vezes, nós, como Poder Público, nos vemos limitados até onde se pode flexibilizar até por questões de regulamentação internacional, e sempre queremos primar por cumprir todas essas regulamentações de segurança.

Outro ponto que acho muito importante, além da questão do marco regulatório, que já abordei com um pouco mais de detalhe, é a questão da infraestrutura. É sempre difícil para o Poder Público tomar algum tipo de decisão nesse sentido, porque outro ponto que,

historicamente, ficou-se devendo é o crescimento do transporte aéreo, não só do transporte aéreo regular. Acho que todo o setor de aviação civil, táxi aéreo e aviação geral, cresceu de forma bastante acentuada, mas, historicamente, a expansão da infraestrutura aeroportuária não seguiu esse mesmo caminho. Então, hoje, nós nos deparamos com aeroportos, principalmente nos grandes centros, que não dão conta de atender a toda a demanda, e é sempre complicado escolher entre a ou b, qual a composição de quem pode utilizar aquela infraestrutura.

Qualquer setor que tiver sua participação reduzida, assim como o táxi aéreo, tem um pleito muito justo. Outros setores que, eventualmente, fossem excluídos também teriam um pleito bastante justo. O ideal não é a gente escolher quem vai ser excluído de cada lugar. A gente precisa fazer crescer essa infraestrutura aeroportuária, dando capacidade para que todos possam operar, para que isso não seja um gargalo para o crescimento.

Parte dessa questão, enquanto a gente não resolve esse problema, é a compreensão – falei anteriormente que o trabalho de buscar essa compreensão permeia a sociedade como um todo – da essencialidade do serviço de táxi aéreo, assim como de vários outros prestados no aeroporto.

Com relação ao projeto de lei de revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica, apenas complementarmente ao que o Ricardo Catanã já observou aqui, quero dizer que a concepção da ideia da mudança da natureza jurídica da prestação de serviço de táxi aéreo de pública para privada visava unicamente a desburocratizar alguns dos pontos que, hoje, são enfrentados por essas empresas. Na proposta, nada seria alterado em termos de CBA. Com relação a requisitos de segurança, permaneceriam os mesmos independentemente da natureza jurídica do serviço. Mas, sim, os requisitos burocráticos de constituição de empresa e de prazo, os requisitos contábeis, os requisitos de capital social estrangeiro, os requisitos econômicos de capital social mínimo, várias verificações, hoje, oneram o setor. Penso que várias coisas a gente conseguiu desonerar.

Como foi bem pontuado pelo representante da ABTAer, é muito complicado para empresas de menor porte atender aos mesmos níveis exigidos de uma empresa de maior porte. Então, parte dessa facilitação de lidar com a burocracia da máquina pública... A gente verifica principalmente que empresas grandes, empresas regulares e até alguns táxis aéreos de grande porte – há muitas aeronaves – sempre vão contar com uma estrutura de uma área jurídica da empresa voltada para lidar com os órgãos públicos. Isso é complicado,

esse é um ônus muito grande para uma empresa que tem uma aeronave, para uma empresa familiar.

E a gente tem percebido que, ao longo dos anos, desde a criação da Anac, a gente tem conseguido ter uma interface maior direta de simplificar os processos e de deixá-los mais transparentes. A própria página da Anac oferece um guia de mais fácil entendimento do passo a passo para constituição e renovação da autorização de uma empresa de táxi aéreo. A gente tem visto que, cada vez mais, o próprio proprietário dessa empresa de pequeno porte consegue lidar com esse trâmite. Ele não precisa mais contratar escritórios especializados em direito aeronáutico para fazer um trabalho que, em teoria, quanto mais simples for é melhor, pela natureza burocrática de parte dele.

Acompanhado dessa proposta que vem sendo discutida de mudança da natureza do serviço para serviço privado, a ideia seria fazer algumas alterações paralelas para manter alguns privilégios que o setor tem como públicos. A ideia não seria o setor perder esses privilégios. Essa foi uma proposta inicial. Tivemos reuniões com os representantes do setor que manifestaram preocupação principalmente com relação a algumas perdas que podem ter ao deixarem de serem considerados prestadores de serviço público. Não temos especificamente nenhum apego a essa questão. O projeto está aqui no Congresso Nacional – neste momento está na Câmara – justamente para discussão de qual o melhor cenário, inclusive se o melhor cenário seria manter a natureza de serviço público, fazendo alterações pontuais que desonerem o setor e facilitem o dia a dia dele com a Anac, para que a Anac possa ter um foco muito mais de fiscalização de ponta, por exemplo, fiscalização de táxi-aéreo, do que fiscalização de contabilidade das empresas, no sentido de que cada alteração de contrato social tem de ser submetida à Anac, porque a Anac é obrigada, por lei, a verificar a participação de capital estrangeiro em cada uma dessas empresas familiares. Então, há um ônus burocrático, inclusive, para custo regulatório. A mão de obra da Anac tem um foco. Algumas alterações dessas poderiam desonerar a indústria de táxi-aéreo, e, ao mesmo tempo, poderia ser feita uma alteração de foco da fiscalização da agência.

Por fim, faço um adendo também com relação à questão das tarifas aeroportuárias. Realmente, há pouco mais de um ano, houve um aumento substancial, mas dois pontos precisam ser ressaltados nesse aumento. Um deles é o fato de que algumas tarifas estavam congeladas há 17 anos, e há um histórico de inflação, de reposição do poder de compra do dinheiro ao longo desse tempo. Então, um reajuste era, de certa forma, esperado. O outro ponto foi uma dire-

triz e também foi, de certa forma, mencionado: muita gente defende que cada aeroporto tem de pagar seu custo e que não há por que os aeroportos grandes e as empresas grandes que operam nesses aeroportos subsidiarem os aeroportos pequenos, onde operam as empresas de táxi-aéreo, mas esse pensamento não prosperou, e continuou como diretriz de política pública a manutenção desse subsídio.

Ou seja, os grandes aeroportos recebem uma tarifa muito maior do que a necessária para equilibrar seus custos. Para que isso ocorre? Para que esses superávits sejam transferidos para esses aeroportos menores, onde operam as empresas de táxi-aéreo. Se esses aeroportos tivessem de ter a tarifa necessária para cobrir seus custos, a tarifa multiplicaria por dez ou por vinte, o que, às vezes, na maioria dos casos, inviabilizaria a operação.

Então, obviamente, a questão tarifária é sempre delicada. É preciso um equilíbrio para que a infraestrutura não só se banque operacionalmente, mas também possa fazer os investimentos para o crescimento.

Ao mesmo tempo, é preciso que haja sempre a discussão sobre qual lado vai ser mais onerado. Acho que tem sido feliz a decisão de se manter o subsídio cruzado, para que os aeródromos pequenos possam ter condição de continuar crescendo.

Eram essas as minhas considerações. Permaneço à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem! Ficamos satisfeitos. Do primeiro dia da criação desta Subcomissão para cá, observamos que tanto a Secretaria de Aviação Civil (SAC) quanto a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) vão compreendendo os problemas e traçando rumos para uma solução. Já podemos constatar isso, não é, Professor Jorge? Já podemos constatar um avanço no entendimento, na construção de soluções.

Concedo a palavra ao Fernando.

Depois da sua fala, caso haja necessidade de o senhor se deslocar para o aeroporto, fique à vontade.

O SR. FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS – Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão. Vou ser rápido.

Sobre a formação de mão de obra, questionou-se qual seria a participação da Anac. Vou ao ponto mais crítico, que é a falta de pilotos de helicópteros, o que pode comprometer até mesmo a produção de petróleo no País. A Superintendência de Segurança Operacional (SSO) da Anac, em conjunto com a Petrobras – a SSO procurou a Petrobras –, está realizando reuniões, com a nossa participação, para tratar dos recursos do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo

e Gás Natural (Prominp), um programa de formação de mão de obra para a indústria de petróleo, um programa que detém reservas financeiras elevadíssimas e que, até então, nunca tinha sido usado para a formação de pilotos de helicópteros. Até então, formavam-se soldados, técnicos, enfim, todo o pessoal que trabalha na cadeia técnica da indústria de petróleo.

Essa iniciativa da Superintendência de Segurança Operacional foi importante. Essas reuniões estão sendo realizadas, e se está, neste momento, buscando uma forma de fazer com que os recursos do Prominp – os recursos financeiros existem e são muitos – cheguem às escolas e aos aeroclubes para a formação de pilotos, respondendo àquela curva crescente que foi mostrada.

Em relação à asa fixa, quero reforçar as palavras do Milton. O táxi-aéreo é, de fato, aquela indústria que recebe os jovens sonhadores pilotos e que os faz grandes aviadores no transporte aéreo regular. Hoje, temos a grata satisfação de constatar que muitos pilotos não querem mais voar no transporte aéreo regular porque encontram em empresas de táxi-aéreo ou na aviação executiva remuneração nos mesmos níveis e, às vezes, com um conjunto de benefícios maior. Isso é gratificante. Mas o táxi aéreo precisa receber o apoio necessário para que ele continue a ser formador, não só dos pilotos. Nós formamos engenheiros, mecânicos, pessoal de rampa, toda essa cadeia de táxi aéreo, que alimenta de mão de obra a aviação regular, que é maior.

Sobre problemas, não vou ser repetitivo, mas volto a afirmar: a Resolução nº 113, que se encontra neste momento na Agência, salvo engano sob a coordenação do Diretor Pelegrino, precisa ser revista. Essa resolução, mais ou menos, nos coloca na mesma situação de uma loja – só para dar um exemplo – do McDonald's ou da Richards ou do Bob's ou lojas de chocolate: terminado o contrato, você sai da loja. Só que o McDonald's sai da loja do aeroporto e abre na esquina e a companhia de táxi aéreo que sair do seu hangar em Goiânia, Santarém, Santos Dumont, Congonhas, seja lá onde for, ela sai do aeroporto e vai para onde? Onde ela vai dar suporte à operação?

Então, nós estamos insistindo na revisão dessa resolução, porque nós, táxis aéreos, fomos meio aliados. Enquanto a companhia aérea demonstra regular demonstra pelo *share*, pela participação que ela tem ali no mercado do aeroporto de Brasília, que ela transporta x passageiros com base naquelas frequências de voo, eu não tenho como dizer para a Anac que, daqui a três ou quatro dias, eu vou decolar de Brasília a Santarém. Eu não sei. A imprevisibilidade é a característica do setor de táxi aéreo.

Então, essa resolução precisa ser revista para que as companhias aéreas se mantenham nos hangares,

desde que operantes e adimplentes. Sobre preços de área, é a mesma coisa: os hangares estão tomando proporções inimagináveis. Há hangares já com preço mensal de R\$200 mil. Não há empresa de táxi aéreo que vá suportar essa escalada de preço. É preciso rever essa política de preço dentro daquilo que o Milton falou, porque eu também ouvi isso dele: dá vontade de desistir. Eu tenho 32 anos de aviação em táxi aéreo; hoje eu acho que não ia incentivar um filho meu a entrar na indústria porque é muito desafiador. As margens são pequenas, o investimento é alto, avião custa caro, helicóptero custa caro, formação do piloto é cara e por aí vai. E o Brasil é um continente. Nós somos a mola que vai levar recurso, salvar vidas – bem lembrado por ele –, ambulâncias aéreas em aviões de pequeno porte.

O táxi aéreo tem que ser público, sim, pela própria natureza do transporte – nós estamos transportando terceiros – e temos que mantê-lo como público. Se perdermos a classificação de público, nós vamos ter mais problemas ainda com essa concessão de áreas, que eu tanto destaquei.

Da mesma maneira, precisamos garantir espaços operacionais em aeroportos congestionados; ainda que uma pequena parte nos deixe o pedacinho que hoje temos, é isso que nós queremos preservar.

A lei do aeronauta é também outro problema em relação ao qual espero seja elaborado um texto específico para a empresa de táxi aéreo.

Eram essas as considerações que nós tínhamos que fazer. Tenho aqui mais 25 minutos, peço mil desculpas aos senhores, mas é porque, de fato, a reunião do Decea é importante e eu vou ficar aqui até meio-dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Fernando.

Com a palavra o Comandante Milton, para as considerações finais.

O SR. MILTON ARANTES COSTA – Parabenizo o SNETA pelas colocações que fez. Foi muito adequada a fala do colega. A mudança do CBA é algo que atinge de forma severa a atividade de táxi aéreo. Eu vou ter a audácia de dizer aos senhores que eu conheço boa parte dessa legislação e tenho condições de discutir essa legislação, mas não consegui entender qual o objetivo da mudança do CBA a não ser de nos tirar dos principais aeroportos do País. Eu não consigo entender outro objetivo a não ser este.

A pergunta que foi feita à ABTAer com relação aos incentivos. Eu penso que, com esta Subcomissão, nós abrimos uma nova página e nós vamos lutar por isso, porque nós buscamos esse incentivo. Como foi sugerido ao Dr. Passos que houvesse uma tarifa dife-

renciada da Infraero para pousos, decolagens e navegação para as aeronaves de táxi aéreos, sobretaxar as aeronaves particulares, porque é de lá que vem a maior sonegação fiscal envolvendo a aviação no Brasil.

Apresentamos, então, um projeto dando uma solução tanto para ajudar as empresas a não fecharem como para diminuir a concorrência desleal que existe com o táxi aéreo pirata.

Com relação ao incentivo ainda, nós observamos que nós pagamos um combustível extremamente alto. Um táxi aéreo, hoje, por exemplo, em Manaus... uma empresa da região Norte me ligou ontem e disse que o querosene chegou a R\$6,2/litro. Então, nós temos um combustível muito alto; nós precisamos de ajuda com relação ao combustível.

Com relação à característica de operar na Amazônia, é um desafio. Vou dar um exemplo aos senhores: Macapá está em cima da linha do Equador; ali existe a confluência dos ventos do hemisfério norte e sul e gera fenômenos meteorológicos violentíssimos. E a maioria dessas aeronaves é de pequeno porte – inclusive, registro a perda do nosso amigo Deputado Dalton, que faleceu quarta ou quinta-feira da semana passada. Nós lamentamos a perda desse colega.

Nós temos, por exemplo, Macapá, onde nós não temos uma aproximação radar. Nós destacamos também o excelente trabalho que os controladores de voo vêm prestando no Brasil, principalmente no Brasil profundo, onde nós, aviadores, sabemos que existem vários pontos cegos, vários pontos em que não se consegue se comunicar com os centros de controle e eles, do meu ponto de vista, merecem o nosso respeito pelo excelente trabalho que têm feito na Amazônia.

Tem também o problema da infraestrutura aeroportuária, área em que a Amazônia, de um modo geral, precisa de investimento, precisa de recursos, como o Brasil todo precisa. Mas o foco que mais se destaca são os grandes centros, mas há pistas na Amazônia que têm que se conhecer, porque a situação é muito complicada.

Às vezes, você vai lá tira uma pessoa que está com malária ou com uma picada de cobra... isso é a realidade. O Brasil é um país atípico. São vários países dentro desse continente chamado Brasil. E a Amazônia, com certeza, é um desafio para o operador de táxi aéreo, até mesmo porque ele, quando vai fazer um resgate, um transporte de valores, muitas vezes ele tem que mentir para onde está indo, porque onde ele está indo não tem homologação e não consegue se homologar. Por causa da nossa herança burocrática no País.

Respondendo à pergunta em relação aos desafios de se operar na Amazônia. Se existem melhorias nos auxílios à navegação, eu sinceramente desconheço. A

revalidação de tripulantes, se melhorou. As empresas de médio porte conseguiram atingir um padrão em que dentro das empresas há os próprios checadores e isso realmente facilitou a nossa vida e, no ápice da nossa crise em 2010, houve um descredenciamento geral dos examinadores e checadores de pilotos – não sei por qual motivo. Ali nós entramos em crise e a Anac promoveu um novo curso de examinadores e tivemos a oportunidade de credenciar vários examinadores para a empresa e isso realmente facilitou.

Porém, nós estamos longe do ideal, mas houve uma melhora com relação à revalidação de pilotos. Mas estamos longe do ideal.

A consequência da mudança de legislação. É uma questão muito técnica, mas, no resumo, a mudança de legislação dificulta o acesso do jovem piloto, do piloto de primeiro emprego. Eu acho que isso tem que ser revisto, ser conversado.

Eu falei na Anac, no Rio de Janeiro, esta semana, com um dos responsáveis pelo setor de táxi aéreo, e falando da necessidade que nós temos de ter uma legislação diferente, ele falou: “Milton, nós vamos trabalhar com isso para que haja uma legislação diferente.”

Então, fica esse pedido, humilde, um clamor das empresas: que se crie uma legislação diferenciada para os níveis de empresa. Não podemos, de forma alguma, compactuar que uma empresa que faz um voo transcontinental tenha a mesma exigência de uma empresa que opera na Amazônia e utiliza um monomotor.

Qual o resultado prático das reuniões com a Anac? Nós entendemos que cada reunião, que cada fórum de debate é um tijolinho que se coloca ali no alicerce de uma casa. Às vezes os resultados não têm a velocidade que nós gostaríamos que tivesse; porém, eu entendo que, por parte da Anac, por parte da ABTAer, está havendo um avanço no diálogo. Hoje, a ABTAer já conseguiu uma abertura de comunicação com a Anac, que há um ano e meio não havia. Nós não tínhamos essa fala, essa oportunidade.

Então, nós entendemos que está havendo um crescimento, Senador. Os aviadores e os empresários agradecem muito o esforço que o senhor tem demonstrado com a categoria. Obrigado mesmo.

E, por último, eu queria só destacar que o táxi-aéreo é um prestador de serviço público, e eu não consigo vê-lo deixando de ser público para ser privado. Eu não consigo entender essa filosofia. Gostaria que alguém pudesse me explicar, neste fórum ou num outro, por que mudar de público para privado, se nós estamos debaixo de uma legislação internacional, que é uma legislação cara, os senhores sabem disso. Eu não consigo entender o porquê dessa mudança. Eu gostaria de ouvir o seguinte: a CBA está mudando

para diferenciar, por exemplo, a carga de trabalho, a jornada de trabalho de descanso.

Só para os senhores terem uma ideia: se um aviador de táxi-aéreo decolar de Brasília para Goiânia – são 180 quilômetros –, às 6h da manhã, e se decolar de Goiânia de volta às 21h, e, se nesse período em que ele está em Goiânia, ele for para um hotel, um táxi vai pegá-lo no aeroporto e levá-lo para o hotel. Ele vai ter o seu amparo, a sua necessidade suprida de descanso. Esse aviador não pode voar no dia seguinte. Ele não estoura a jornada de trabalho. Ele estoura o descanso de trabalho. Então, essas dificuldades fizeram com que algumas empresas quebrassem.

Só quero pontuar aqui, porque acho relevante o assunto. Na transição Anac/DAC, com a falta de checkadores, faltaram pilotos, e as empresas, para poderem forçar o cumprimento dos seus contratos, estouraram algumas jornadas. A consequência é que, agora, infrações que já tinham sido julgadas e arquivadas estão sendo reenviadas. Não sei se juridicamente é correto, mas isso é fato. Há empresas que já têm R\$3 milhões de multa. A empresa não vale isso. Mas a empresa, na verdade, é uma vítima no processo, porque faltaram os recursos humanos dentro da agência reguladora, e agora nós estamos pagando a conta por isso.

Então, senhores, quero finalizar parabenizando a atuação de V. Ex^a. V. Ex^a democratiza a aviação. Obrigado por poder dar oportunidade para a empresa lá de Manaus ou do interior do Acre, que está sendo representado aqui hoje.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 7ª Reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O importante é que nesta audiência de hoje tivemos um quórum altíssimo por parte dos nossos membros. A Presidência agradece.

No mais, quero agradecer a todos que participaram desta audiência pública, e, aqui, aos nossos debatedores que contribuíram, e muito, para esta Subcomissão, nossos agradecimentos. De antemão, aqui fica registrado.

Convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, a realizar-se no dia 2 de maio – porque dia 1º é terça-feira, feriado –, de 2012, quarta-feira, portanto, neste plenário, às 14h, para debatermos as políticas públicas para o desenvolvimento da indústria da aviação experimental. E convidados. Então, já teremos um novo segmento também para discutirmos.

Já convidamos um representante da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC) – a SAC deverá indicar o membro que virá para esta audiência pública – e um representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para tratarmos de aviação experimental. Também teremos os demais convidados: o Humberto Peixoto Silveira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Experimental (Abraex); o Comandante Gustavo Albrecht, Presidente da Associação Brasileira de Ultraleves (Abul); e o Comandante e nosso amigo João Amaro Rolim, Presidente do Museu TAM, que cuida de aeronaves clássicas e históricas. Todos esses estarão presentes nessa audiência pública.

E quero convidar novamente todos os senhores e senhoras que gostam de participar e que estão sempre presentes. Para nós, é um prazer.

Agradeço a toda a assessoria desta Subcomissão, por meio do Alexandre; aos nossos consultores do Senado, por meio do Gustavo; à nossa equipe, aos assessores e ao Prof. Jorge, que tem dado uma contribuição fantástica, de forma muito espontânea e comprometida com a causa.

No mais, bom dia a todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

Ata da 9ª Reunião da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 2 de maio de 2012, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às quinze horas e dezenove minutos do dia dois de maio de dois mil e doze, no plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Fleixa Ribeiro** e **José Pimentel**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior a esta, que é dada como lida e aprovada.

EXTRAPAUTA: ITEM ÚNICO - REQUERIMENTO Nº 02, de 2012 – CISTAC, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Senhor BRUNO DE OLIVEIRA SOUZA SANTOS, Sócio-Diretor da Paradise Indústria Aeronáutica Ltda., entre os convidados para participar da audiência pública para debater as políticas públicas para o desenvolvimento da indústria da aviação experimental, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012 – CISTAC.” Aprovado. O Presidente registra as

seguintes presenças na Reunião: Sr. Pablo Henrique, assessor parlamentar da Presidência da República; Sr. Pedro Luiz Meneghin, engenheiro, Diretor da Abraex – Associação Brasileira de Aviação Experimental; o Sr. Paulo Serejo, Procurador do Distrito Federal e piloto de ultraleve; Dr. Maurício Gusman, assessor do Diretor da Anac, Dr. Paulo Passos; Dr^a Ilma, assessora parlamentar; Sr^a Sheila Ribeiro, coordenadora de Departamento de Regulação e Concorrência da SAC; Sr. Oscar José da Silva, piloto e proprietário de aeronave experimental em Brasília; Sr. Dag Diniz, piloto e sócio-fundador da Abrapac, Associação Brasileira de Pilotos. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: **Ricardo Chaves de Melo Rocha**, Diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Néelson Nagamine, Gerente de Programas da Superintendência de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Humberto Peixoto Silveira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Experimental – ABRAEX; Gustavo Henrique Albrecht, Presidente da Associação Brasileira de Ultraleves – ABUL; João Francisco Amaro – Comandante João Rolim, Presidente do Museu da TAM Linhas Aéreas e da Associação Brasileira de Aviação Antiga e Clássica – ABAAC; e Bruno de Oliveira Souza Santos, Sócio-Diretor da Paradise Indústria Aeronáutica Ltda. O Presidente informa que esta reunião tem por finalidade debater políticas públicas para o desenvolvimento da indústria da aviação experimental, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012-CISTAC. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Senador Vicentinho Alves faz questionamentos aos palestrantes. Os expositores respondem aos questionamentos e fazem as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9^a Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Serviços e Infraestrutura da 2^a Sessão Legislativa da 54^a Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura da ata e aprovação da ata da 8^a Reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Para cumprimento das normas regimentais, submeto à deliberação dos Srs. Senadores o requerimento abaixo:

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Bruno de Oliveira Sousa Santos, sócio-diretor da Paradise Indústria Aeronáutica Ltda, entre os convidados para participar da audiência pública para debater as políticas públicas para o desenvolvimento da indústria de aviação experimental, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2012 – autor, Senador Vicentinho Alves.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de convidar para compor a Mesa os ilustres palestrantes, eu quero registrar como visitas importantes nessa audiência pública o Sr. Pablo Henrique, assessor parlamentar da Presidência da República, seja bem-vindo, caso queira sentar mais à frente, fique à vontade; o Sr. Pedro Luiz Meneghin, engenheiro, Diretor da Abraex – Associação Brasileira de Aviação Experimental; o Sr. Paulo Serejo, Procurador do Distrito Federal e piloto de ultraleve, que pertence à Associação Brasileira de Ultraleve; o Dr. Maurício Gusman, assessor do Diretor da Anac, Dr. Paulo Passos; Dr^a Ilma, assessora parlamentar; a Sr^a Sheila Ribeiro, coordenadora de Departamento de Regulação e Concorrência da SAC, seja bem-vinda; o Sr. Oscar José da Silva, piloto e proprietário de aeronave experimental em Brasília, seja bem-vindo, Caso queiram sentar aqui à frente, fiquem à vontade; o Sr. Dag Diniz, piloto e sócio-fundador da Abrapac, Associação Brasileira de Pilotos, seja bem-vindo, também da mesma forma, aqui há assentos mais à frente caso queiram participar mais próximos.

Portanto, passamos à pauta, mas antes convido para tomar assento à mesa o Sr. Ricardo Chaves de Melo Rocha, Diretor do Departamento de Política de Serviço Aéreo da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, a SAC, seja bem-vindo; também registro a presença do Consultor Vítor, do Senado Federal, do Professor Jorge Paulo, enfim de todos que contribuem com esta Subcomissão.

Convido o Sr. Nelson Nagamine, Gerente de Programas da Superintendência de Aeronavegabilidade

da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, seja bem-vindo; convido o Sr. Humberto Peixoto Silveira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Experimental – Abraex; convido o Sr. Gustavo Henrique Albrecht, Presidente da Associação Brasileira de Ultraleves – Abul, esse é um craque na acrobacia, ainda voa e bem, nosso amigo; convido o Comandante João Francisco Amaro, Comandante João Rolim, nosso velho amigo. Aqui está João Francisco Amaro – para todos nós lá da Amazônia, velho amigo, João Rolim, amigo de meu pai, da nossa família e de tantos aviadores que se foram e que ainda estão com vida por lá, mantendo essa amizade fraternal –, Presidente do Museu da TAM Linhas Aéreas e também Presidente da Associação Brasileira de Aviação Antiga e Clássica; convido também o Sr. Bruno de Oliveira Souza. Fica registrado o convite. Ele é sócio-diretor da Paradise Indústria Aero-náutica Ltda. Deve estar chegando em breve.

A presente reunião destina-se a debater políticas públicas para o desenvolvimento da indústria da aviação experimental, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012-CISTAC, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Quero fazer uma rápida fala de introdução sobre esta nossa audiência pública, que trata de aeronaves experimentais especificamente. Porém, antes, mais uma vez e como sempre, registrando que esta Subcomissão é bastante técnica e que tem o intuito, a linha mestra de contribuir com o governo da Presidente Dilma, com o nosso País, oferecendo, ao final dela, um relatório, mediante o qual pretendemos contribuir para o planejamento e naturalmente com as legislações necessárias para que atualizemos o nosso planejamento, que vem da década de 60. Assim todos nós da Subcomissão, desde o Relator, Vice-Presidente, membros e assessores e consultores da Casa, poderemos contribuir. O intuito maior é o questionamento, mas no sentido propositivo, de contribuir com nosso País.

O Brasil possui entre a terceira e a quarta maior frota de aviões experimentais do mundo, o que representa um universo de aproximadamente 9000 aeronaves, e uma cadeia produtiva envolvendo desde montadores amadores até indústrias com dezenas de funcionários, além de vários escritórios de engenharias, empresas importadoras e exportadoras, fornecedores de materiais de altos valores agregados, etc.

A aviação experimental é importantíssima para o desenvolvimento da indústria aeronáutica do Brasil, pois graças à mesma, inúmeros conceitos revolucionários podem ser testados na prática. Por exemplo, a tecnologia dos materiais compostos foi desenvolvida e utilizada primeiramente pela aviação experimental, e

hoje são usados em larga escala por empresas como Boeing, Airbus, Cessna, etc.

Assim, os trabalhos desenvolvidos pelos construtores amadores no Brasil proporcionam, além de empregos de todos os níveis, divisas e a obtenção de tecnologia própria sem o pagamento de royalties a outras nações.

A operação e construção de uma aeronave experimental implicam inúmeras exigências, como a inspeção anua! obrigatória (IAM) e devido ao fato de que sua operação se dá por conta e risco do próprio operador, o mesmo deve conhecer a fundo a aeronave que construiu. Para pilotar, é necessária habilitação de Piloto Privado, de CPD ou CPR (certificado de piloto desportivo ou de recreio). Por não se tratar de um equipamento homologado pela ANAC, o avião experimental não pode ser empregado para fins comerciais, sendo que no Brasil, ainda existe inúmeras outras exigências que limitam seu emprego.

Vale destacar que a aviação experimental no Brasil pode ser considerada segura, pois o proprietário/operador de uma aeronave experimental constantemente troca informações com suas associações, nos clubes e aeroclubes, providencia ou faz a própria manutenção adequada, devendo seguir corretamente os procedimentos e técnicas consagradas de manutenção e construção.

Também é de relevo a função dos aparatos conhecidos como ultraleves, que são veículos aéreos classificados como aeronaves muito leves experimentais, construídos ou montados por amadores ou não, com a finalidade exclusiva de uso privado, principalmente para o esporte e lazer, que movimenta uma indústria igualmente importante, especialmente para um país cujas distâncias em certas localidades são consideradas por centenas ou milhares de quilômetros.

De grande importância nesse quadro temos as aeronaves tidas como históricas, sendo que a missão de mantê-las é feita com grande abnegação e paixão, especialmente quando as mesmas são mantidas em condições operacionais, o que requer grandes e constantes investimentos, tornando-se assim um repositório inestimável para a história da aviação não apenas nacional como também mundial.

Dessa forma, a aviação experimental é a mola mestra da emoção e a concretização do sonho de voar que ainda contribui com o desenvolvimento da aviação e do nosso País.

Contudo, o futuro da aviação experimental no Brasil precisa ser revisto com muita atenção, de maneira que sejam promovidos os meios indispensáveis ao seu contínuo desenvolvimento, bem como se faz necessário aproximar os órgãos responsáveis pela

fiscalização e regulação da aviação no Brasil com as entidades que representam a aviação experimental, pois se faz urgente atender às novas necessidades do crescimento no setor.

Depois dessa nossa rápida fala introdutiva, nós passaremos agora a ouvir as falas dos ilustres convidados.

É importante ressaltar que a presença dos nossos convidados sempre engrandece a audiência pública, porque sem os convidados nós não teríamos esse êxito da nossa Comissão. Tudo será registrado nos Anais da Subcomissão, da Comissão de Infraestrutura e também nos Anais do Senado. As notas taquigráficas irão para as mãos dos nobres Senadores e do Relator, Senador Vital do Rêgo, que não está presente neste momento em razão do funcionamento da CPMI que S. Ex^a preside neste exato momento, mas que terá acesso a tudo que nós discutirmos aqui.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Chaves de Melo Rocha, diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil (SAC) da Presença da República.

V. S^a, Dr. Ricardo, terá dez minutos.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA –

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade, cumprimentar os componentes da Mesa, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras, os senhores e as senhoras, o objetivo da apresentação é passar uma visão geral do transporte aéreo, mostrar alguns eventos recentes relativos à aviação civil. Peço até paciência. Parece que nas outras audiências vocês já viram a questão do modelo institucional, mas é interessante para quem não viu conhecê-la. Passar um pouco também pela legislação do setor, falar um pouco das posições do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) para a aviação experimental; falar também sobre algumas ações e diretrizes expostas na política nacional de aviação civil.

Vamos pelo primeiro *slide*.

Um histórico recente. Temos aí por volta de 25 anos da publicação do CBA, Código Brasileiro de Aeronáutica. Esse Código encontra-se em revisão no Congresso Nacional, existe uma série de projetos de lei que foram apensados ao grande projeto de lei que faz a revisão do CBA, procura modernizar o CBA.

Em seguida, temos, em 1999, outro evento, que é a criação do Ministério da Defesa. Tem a questão da introdução de uma instituição civil e que a Aviação Civil estaria vinculada. Em 2000, a criação do Conselho de Aviação Civil, Conac, que teve atividade muito intensa no ano de 2003, onde foram produzidas uma série de resoluções, passando por um período menos intenso e voltando a ter uma produção de uma série de resoluções no ano de 2007 e de 2008. Agora, re-

centemente, o Conac está menos ativo. Em 2001, uma questão relevante que é a da introdução do processo de liberalização do setor com a inclusão da liberdade tarifária. Em 2006, após a criação da Anac, em 2005, pela Lei 11.182, a Anac foi implantada em substituição ao DAC.

Em seguida, houve a criação da Secretaria de Aviação Civil dentro do Ministério da Defesa com o objetivo de estabelecer políticas públicas pelo setor. Seria o braço da administração direta de aviação civil. Em 2009, a gente tem o resultado do trabalho da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa na produção e na concepção da Política Nacional de Aviação Civil, a Pnac, que foi publicada por meio do Decreto nº 6780, de 2009. Nessa, particularmente com relação à Política Nacional de Aviação Civil, a gente teve uma participação intensa de praticamente todos os setores da aviação civil: sindicatos, associações, foram ouvidos e contribuíram para essa política nacional de aviação civil.

Em seguida, acho que é interessante escarrar a criação da nova Secretaria de Aviação Civil com *status* de Ministério, vinculada à Presidência da República hoje e que é o órgão da administração direta responsável pelas políticas públicas no setor de aviação civil. Em 2011, também é interessante destacar a primeira concessão de um aeroporto federal, a concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante e, em 2012, a concessão de outros três aeroportos: Guarulhos, Brasília e Campinas. Então, só para ter uma ideia geral dos últimos 25 anos, a gente procurou destacar os principais pontos.

Com relação ao modelo institucional, como eu disse, parece que nas outras audiências o pessoal falou sobre isso, mas acho que vale a pena repassar novamente. Você tem aí a Secretaria de Aviação Civil no âmbito da Presidência da República e, vinculada a ela, nós temos a Infraero e a

Anac. A Infraero, como todos sabem, administra os aeroportos a ela atribuídos. A Anac é responsável pela regulação técnica e econômica do setor. Com relação à regulação econômica, a Anac também tem como atribuição a questão de regulação tarifária das tarifas aeroportuárias e tem também o papel fiscalizador do setor.

No caso da Secretaria, fica com as atribuições, com a competência para o estabelecimento de políticas públicas para o setor e coordenação e articulação governamental. Como todos sabem também, a gente tem ali dentro o Ministério da Defesa, vinculado ao Comando da Aeronáutica e, vinculado ao Comando da Aeronáutica, o Decea e o Cenipa.

O Decea seria o braço regulador referente ao controle do espaço aéreo. Então, ele é o órgão responsável pela regulação tarifária naqueles serviços prestados referentes ao espaço aéreo e tem o Cenipa também que é responsável pela investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

Com relação à questão tarifária, tem-se de um lado a regulação tarifária da Anac relativa à infraestrutura portuária e, do outro lado, tem-se o Comando da Aeronáutica com a regulação tarifária relativa à infraestrutura aeronáutica.

Próximo, por favor.

Vou falar rapidamente o que cada uma das Secretarias, dentro da Secretaria de Aviação Civil, faz. Então, você tem uma Secretaria de Aeroportos, uma Secretaria Regulatória de Aviação Civil e uma Secretaria de Navegação Aérea. A Secretaria de Aeroportos está envolvida, em grande parte, com a questão da gestão aeroportuária, da melhoria da gestão aeroportuária e também vai ser a Secretaria que é a que está gerindo o Fundo Nacional de Aviação Civil.

A Secretaria de Aeroportos está envolvida, em grande parte, com a questão da gestão aeroportuária, da melhoria da gestão aeroportuária, e também é a Secretaria que está gerindo o Fundo Nacional de Aviação Civil.

Esse Fundo Nacional de Aviação Civil tem recursos oriundos do Ataero, incidentes sobre as tarifas aeroportuárias, recursos oriundos de um adicional que chamamos de Adicional do Tesouro Nacional, e vai ter também recursos decorrentes da contraprestação de serviços, são os valores de outorga das concessões aeroportuárias. Então, vai ter um volume significativo de recursos para investimento em infraestrutura aeroportuária, investimento em capacitação e em outras questões ligadas ao fomento da aviação civil.

A Secretaria de Políticas Regulatórias de Aviação Civil, de certa forma, teve uma participação muito grande nesse processo de concessões das infraestruturas aeroportuárias, particularmente das três, Guarulhos, Brasília, e Viracopos, e também tem ali a incumbência de políticas públicas relativas a serviços aéreos.

E a última Secretaria, a da direita, é a Secretaria de Navegação Aérea, que tem atribuição de um projeto de capacitação para o setor de aviação civil, e tem também a incumbência de fazer a interface de comunicação com o Decea na questão de navegação aérea e controle de espaço aéreo.

Próximo, por gentileza.

Com relação à legislação, praticamente busquei destacar ali dois artigos do CBA, que dão competência à Anac – entendendo a autoridade aeronáutica como a Anac – para promover a segurança de voo e tam-

bém competência para estabelecer padrões mínimos de segurança relativos a projetos, materiais, mão de obra, construção e desempenho de aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos relativos a inspeção e manutenção em todos os níveis, reparos e operações de aeronaves, motores, etc.

No parágrafo único, há uma questão relativa também que dá competência à Anac de estabelecer padrões mínimos em regulamentos brasileiros de homologação aeronáutica. E se diz também, no § 2º, que esses padrões mínimos poderão variar em razão do tipo ou da destinação do produto aeronáutico. Então, aí mesmo já há uma previsão de diferenciação da forma como esses regulamentos têm que ser estabelecidos.

O art. 67 abre também uma ressalva para a operação de aeronave experimental. Então, diz-se lá: “Somente poderão ser usadas aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos que observem os padrões e requisitos previstos nos regulamentos de que trata o artigo anterior” – que tem lá uma ressalva “ressalvada a operação de aeronave experimental”.

Nesse mesmo artigo, só para podermos avançar, destaco, no § 2º, a definição de aeronave experimental, que é aquela “fabricada ou montada por construtor amador”.

No § 3º do art. 67, também se dá competência à autoridade aeronáutica, nesse caso específico, de regulamentar a construção, operação e emissão de Certificado de Marca Experimental (CME) e Certificado de Autorização de Voo Experimental (Cave).

O Nelson vai entrar mais em detalhe com relação à regulamentação. Então, eu vou passar aqui para o próximo *slide*, que trata de algumas diretrizes dispostas na Política Nacional de Aviação Civil.

Então, rapidamente, para avançar aqui, a PNAC estabeleceu um conjunto de seis objetivos, e vou destacar alguns: a questão de segurança operacional, para o caso da aviação experimental, e há lá um objetivo de desenvolvimento da aviação civil. Por analogia, tem ali a indústria aeronáutica, como uma questão que foi abordada de forma bem intensa na PNAC, sobre a qual vamos falar no próximo *slide*.

Próximo, por favor.

A Política Nacional de Aviação Civil, no que se refere à indústria aeronáutica, estabeleceu algumas ações que, em grande parte, já foram observadas. Essa PINAC é de 2009, e muita coisa aconteceu nesse período, e até mesmo antes da PINAC. Então, com relação a incentivar a participação da indústria nacional em programas internacionais de desenvolvimento e produção de serviços de sistemas e componentes

A questão de adensamento da cadeia produtiva, o Ministério da Indústria e Desenvolvimento e Comércio

Exterior estabeleceu uma série de políticas relativas a isso. Continua trabalhando nesse sentido. Então, teve um grande processo de desoneração tributária do setor aeronáutico. Já adiantando, vocês se lembram que há até pouco tempo a gente não tinha aeronaves brasileiras sendo operadas por empresa de transporte aéreo brasileira. Então, com o processo de desoneração que está disposto ali, com a introdução de mecanismos de financiamento, a política tributária, a gente conseguiu ter um valor da aeronave produzida aqui dentro, pra venda aqui dentro, igual, similar à exportação. Então, hoje, nós temos duas empresas que estão operando com a Embraer, a Trip e a Azul, já em grande medida e acho que a idéia é aumentar a participação desses aviões na frota dessas empresas.

Então, tem outra questão, também, que é o fortalecimento e a otimização das atividades de certificação, homologação e fiscalização de produtos e serviços aeronáuticos, uma coisa que está no papel desempenhado pela Anac, e o estímulo à promoção comercial de produtos e serviços aeronáuticos nacionais.

Outra questão também interessante com relação à certificação é que recentemente foi assinado um acordo internacional com a União Européia que permitirá que a União Européia reconheça os certificados produzidos aqui pela Anac. Então, esse reconhecimento vai ser aceito em todos os países que compõem a União Européia, em virtude da celebração desse acordo.

Próximo, por gentileza.

Então, especificamente sobre aviação experimental. Na política nacional de aviação civil você tem lá ações gerais e ações específicas. Então, eu destaco com relação às ações gerais, é uma diretriz, na verdade, de reconhecer a especificidade de promover o desenvolvimento das atividades de aviação – tem lá a agrícola, a experimental e aerodesportiva – desenvolvendo a regulamentação específica para os setores, estimulando a difusão do seu uso. Então, tem aí essa diretriz no sentido de ter regulamentação específica para esse setor está incluída a aviação experimental.

Com relação a ações específicas, por outro lado tem uma diretriz no sentido de fortalecer a fiscalização dos serviços a elas explorados, inclusive pela aviação experimental e aerodesportiva. É um papel, é uma diretriz para a própria Anac, para perseguir essa questão.

Então, acho que seria isso.

Próximo eslaide.

Seria isso e eu agradeço a oportunidade e queria dizer o seguinte: a Secretaria de Aviação Civil, eu procurei identificar na secretaria demandas específicas de aviação experimental, relativas à questão da aviação experimental e não consegui encontrar nenhuma demanda específica na Secretaria de Aviação Civil.

Então, eu coloco aqui à disposição para tentar entender, saber quais são os reais problemas e procurar atender de alguma forma. E coloco-me à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Ricardo.

Exatamente essas audiências públicas, nós temos sempre repetido ao SAC, Anac, claro que alternando com os seus representantes e com o contraponto, é exatamente para a gente registrar aquilo que vai bem e observar as sugestões do setor que a gente já pode ir avançando, até mesmo antes de finalizarmos o nosso relatório. Muitos assuntos que já foram discutidos nesta Comissão já estão em andamento lá na Anac com relação a táxis aéreos etc. Portanto, esses contrapontos que nós temos são no sentido de construirmos uma proposta ideal para o nosso planejamento da aviação no País. Ali nós vimos que o Código Brasileiro do Ar é de 1986, e o planejamento é da década de 60. Então, precisamos avançar bem para acompanharmos o ritmo da aviação no País.

Portanto, com a palavra Néelson Magabini, gerente de programas da Superintendência de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil. V. S^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis o necessário.

O SR. NÉLSON NAGAMINI – Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade que foi dada à Anac de poder estar aqui, falando na Subcomissão de Aviação Civil. Gostaria também de cumprimentar as pessoas que estão aqui presentes.

Vou falar um pouco sobre um modelo de aviação experimental que está sendo elaborado pela Anac. Em primeiro lugar, mais ou menos na linha do que V. Ex^a, Senador, colocou sobre a questão do uso da aeronave experimental. Ela, basicamente, é utilizada para esporte, lazer e para desenvolvimento e experimentalismo, uso de novos conceitos tecnológicos, desenvolvimento de tecnologia, novos materiais, e por aí vai.

Coloquei algumas fotos de algumas aeronaves neste *slide*. Esta aeronave do lado esquerdo, inclusive, quebrou o recorde mundial de velocidade e que foi desenvolvida pela universidade Federal de Minas Gerais.

Aqui há outros casos, uma réplica do 14 Bis, e por aí vai.

Próximo, por favor.

Na visão da Anac, a versão experimental é de extrema importância para o desenvolvimento da aviação brasileira. Ela é uma porta de entrada para novos interessados e é a possibilidade de ter a inovação tecnológica mais disseminada em todo o Brasil.

Eu resolvi fazer dois recortes de *sites*. Um, da Abul, e outro da Abraex. O da Abul diz assim: “Aprender a voar vai transformar sua vida, vai submetê-lo a

sensações intensas e vai possibilitar a conquista de novos desafios, vai alterar a percepção que você tem de você mesmo e as metas que você pode alcançar. Aprenda a voar e transforme-se.”

O da Braex diz assim: “O prazer de construir e voar.” E aquilo que o Sr. Senador colocou, a versão experimental é a mola mestra da emoção, da paixão pela aviação, e isso a Anac reconhece.

Próximo, por favor.

Seria bom colocar dois conceitos bem claros aqui. Na aviação, a gente pode ter o uso da aeronave para fazer prestação de serviço, ou seja, existe um lucro associado ao uso da aeronave. E tem o lado do uso da aeronave para recreação, lazer, esporte e novos desenvolvimentos tecnológicos.

Próximo, por favor.

Então, quando você tem a prestação de serviço, uma das questões que acabam impactando as decisões é a questão da assimetria de informação e a confiança que quem está contratando o serviço de que os riscos associados à operação aérea estão controlado. De um lado, você tem alguém que apenas está comprando aquele serviço, por exemplo, de transporte aéreo e que não sabe as condições de segurança da aeronave. De outro lado, do lado da recreação, do lazer, do esporte e da inovação tecnológica, temos o interesse próprio, temos a consciência do risco associado àquela operação, e a importância desse setor para o conhecimento da versão no todo.

Próximo, por favor.

Então, de um lado a gente tem a versão certificada, aonde a gente tem a questão da simetria de informação e de outro lado a gente tem a versão experimental. E aí coloquei alguns números que a gente tem hoje na base de dados da Anac, em termos de a versão certificado a gente mais de 8.700 aeronaves registradas no Brasil e a em condições de voo e no caso da versão experimental hoje a gente tem uma frota de 4.500 aeronaves operando atualmente no Brasil.

Um dos pontos que eu destaquei aqui é a questão do risco controlado governamentalmente no caso da viação certificada, e do outro lado aonde a consciência do risco vem do próprio proprietário da aeronave.

Que riscos são esses?

Fiz uma pesquisa aqui sobre uso de aeronaves experimentais lá nos Estados Unidos, já que a gente não tem dados oficiais aqui no Brasil. Esses são dados dos Estados Unidos. No ano de 2009 houve quase 250 acidentes com aeronaves experimentais lá nos Estados Unidos, sendo que, em 71 desses acidentes, houve fatalidades; e aqui no Brasil, como frisei, não existem dados oficiais, mas o que a gente tem aponta em torno de 50 acidentes por ano.

Esses dados eles são base para esses gráficos que aponte aqui, mas a informação mais importante está aqui do lado esquerdo, que a conclusão desse relatório é da AOPA – Associação de Pilotos Americanos – e lá aponta que as aeronaves sofrem quatro vezes mais acidentes do que aeronaves certificadas e alguns fatores estão colocados aqui: comportamento não esperado da aeronave, liberdade para experimentar o novo, não exigência de atender a critérios de sobrevivência. Tudo isso aumenta o risco.

Como de um lado a gente tem a questão do crescimento do setor e de outro lado a gente tem a questão do risco associado à atividade é que a Anac está desenvolvendo um modelo regulatório aonde a gente tenta ter um nível mínimo de segurança e para esse mínimo de segurança tentar reduzir a quantidade de pessoas expostas ao risco de acidente daquela aeronave.

Aqui tem uma visão geral de toda aviação, no caso do transporte aéreo regular, como a quantidade de pessoas expostas ao risco é maior, obviamente, a Anac acaba exigindo um nível de segurança maior, regulamentação em cima desse tipo de atividade é maior. E na outra ponta desse gráfico a gente tem aviação experimental onde existe um nível de segurança menor como mostrei naqueles gráficos anteriores e é por causa disso que é necessário restringir a severidade, o impacto de um possível acidente com uma aeronave experimental.

Próximo, por favor.

Dentro daquele último bloco que coloquei ali tentei expandir esse bloco. Essa aqui era a situação antes da Anac começar a fazer um remodelamento do marco regulatório, a gente tinha aqui dentro das experimentais várias propostas, aqui eu listei algumas delas: construção amadora, históricas, ultraleves. E a principal característica que a gente tinha é que não havia normas de segurança serem observadas na construção.

No novo modelo demarco regulatório que a Anac está estudando...

Próximo, por favor.

A ideia é, dentro do que estou chamando, genericamente, como aviação experimental, criar duas faixas adicionais. Essas aeronaves que estariam nessas faixas superiores dentro da aviação certificada estariam observando normas de segurança na construção da aeronave. Isso aumentaria um pouco o nível de segurança e permitiria que mais pessoas pudessem estar expostas ao risco. E é dentro dessa ideia que surge o conceito de aeronave leve esportiva, porque hoje a ideia inicial é ter dois grupos de aeronaves leves esportivas: a experimental – a pessoa pode comprar o kit dessa

aeronave e terminar de montar na casa dela – e a aeronave leve esportiva especial – o próprio fabricante entrega totalmente pronta a aeronave. Em ambas as situações, não haveria nenhum tipo de certificação de projeto da aeronave, ou seja, seria uma categoria desregulamentada, mas com o uso de normas de segurança adotadas voluntariamente pela própria indústria.

Próximo, por favor.

Isso aqui basicamente é o conceito de aeronave leve esportiva, uma nave simples no projeto, com baixo peso e baixa velocidade.

Próximo, por favor.

Este aqui é um cronograma de atividades que vem ocorrendo em relação à implantação desse novo modelo de marco regulatório. A gente iniciou essas atividades lá em 2008 ou 2009, com a criação de um grupo de trabalho que teve a participação tanto da Abraex como da Abul e também da Abrafau, que é a Associação Brasileira de Fabricantes de Aeronaves Leves. Esse processo culminou, primeiramente, na melhoria dos processos administrativos da Anac, reduzindo o tempo de atendimento de cinquenta dias para dois dias.

Em 2010/2011, iniciou-se a implantação dessa nova categoria de aeronaves. Existe todo um cronograma com um período de transição. A gente deve terminar todo esse processo de transição até 2016.

Próximo, por favor. Mais um.

Então, o que a gente tem hoje aqui em relação à aviação experimental? Existe um grande espalhamento geográfico da atividade. A gente tem avião experimental voando em todos os cantos do Brasil. Existe uma grande quantidade de aeronaves e pilotos. É um grande volume de aeronaves e pilotos a serem fiscalizados pelo órgão regulador.

Outro fato que a gente vê é que é uma regulamentação muito rígida; ela só encarece a atividade. E outro fato com que a gente que lidar na aviação experimental é que o erro humano é o fator contribuinte mais frequente nos acidentes. Não é nem a questão do equipamento em si, mas a forma como as pessoas usam o equipamento.

Próximo, por favor.

Existe um grande desafio que é ter o crescimento da aviação experimental com um ônus mínimo e com níveis de segurança que sejam aceitáveis pela sociedade. Para isso, a gente vê que é importante haver maior disseminação da cultura de segurança entre aqueles que usam esse tipo de aeronaves. E aí entra o papel muito importante das associações, da Abul, Abraex, Abrafau, etc. nessa disseminação, para que as pessoas possam utilizar essas aeronaves da melhor maneira possível, contribuindo para que a gente

tenha o crescimento dessa aviação com um nível de segurança que seja aceitável para todo mundo.

É isso. Era o que eu tinha hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Comandante Albrecht, da Associação Brasileira de Ultraleves. V. S^a dispõe de dez minutos prorrogáveis o suficiente para concluir a sua fala.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – Muito obrigado, Senador. Eu seu nome eu cumprimento todos da Mesa, da audiência.

Eu gostaria de fazer um pequeno histórico da nossa aviação experimental no Brasil, com a permissão do presidente da Abraex

Na década de 80, quando eu entrei no Sistema de Aviação Civil, como no DAC, eu já era, mas como piloto, existia uma única legislação sobre experimentais, que era uma circular de informação do CTA, Centro Tecnológico da Aeronáutica, que foi cópia *ipsis litteris* da mesma regulamentação da FA, nos Estados Unidos, que a fez preocupada com a proteção da indústria homologada americana, Cessna, Piper, que não poderiam sofrer uma concorrência da aviação experimental. E nós copiamos a mesma legislação, inclusive ficamos até hoje protegendo a indústria americana, da Cessna e da Piper, porque a nossa atividade poderia ter sido, digamos assim, mais desenvolvida a nossa aviação se tivesse sido permitido maior uso das aeronaves experimentais.

Na época, o Código Brasileiro de Aeronáutica tinha uma definição de aeronave, que foi lida ali, e consta até hoje, e confunde aeronave experimental com aeronave de construção amadora. A definição que está no Código é aeronave construída por amadores para seu próprio uso no esporte ou lazer.

E a aviação experimental, no meu entender, é toda aviação não homologada. Aí entra uma aeronave que eu gostaria de trazer para o Brasil e ela não é mais fabricada. Eu não tenho como trazer essa aeronave, porque eu teria que homologá-la no Brasil para poder trazê-la. Fazer uma homologação numa aeronave sem a contribuição dos dados do fabricante é praticamente impossível. Então, seria um dos modelos. Pegar uma aeronave militar, que foi operada e não é sujeita a uma homologação, a uma certificação, e se eu quiser operá-la, no meio civil, como aeronave civil, para meu esporte e lazer, eu não posso porque não foi de construção amadora.

Então, o Código, a meu ver, deveria ser alterado. Isso já foi tentado várias vezes e sempre, na hora de colocar no papel, ninguém põe.

Existia uma entidade que cuidava da aviação experimental no Brasil, que era a Samae. Ela cuidava da aviação amadora; era lá de Recife, circunscrita aos construtores amadores de lá. Aí foi criada a Abraex para se ocupar de toda essa aviação. Mas, infelizmente, também a Abraex ficou muito focada na aviação de construção amadora e não desenvolveu, junto ao DAC e Anac, essa nova definição de aeronave experimental.

O CTA, o Centro Tecnológico da Aeronáutica, era o responsável por toda essa aviação experimental e construção amadora, e eles dispunham de um engenheiro. Então, para se construir um avião experimental, naquela época, levava-se três anos só de burocracia, porque você tinha que pedir uma vistoria inicial para apresentar toda a lista de material que seria usado na construção. Enquanto você não tivesse comprado tudo isso, não podia requerer a vistoria do CTA. Isso aí já dificultava, porque, normalmente, uma construção dessas leva dois anos, e você vai comprando o material à medida que vai sendo utilizado. Então, ficou proibitiva a construção amadora.

Os ultraleves entraram no Brasil nesta época: em 1981, 82, eles chegaram. E duas pessoas compraram ultraleves lá; trouxeram para o Brasil; aqui desmontaram e aqui começaram a copiá-los e fabricá-los. Aí foi mandado para o CTA para avaliação dessa construção. E aí o CTA criou os Requisitos de Homologação para os Ultraleves, mas por não conhecer ultraleves, criaram requisitos baseados na certificação de um avião experimental. Eu lembro uma reunião no CTA onde o engenheiro falou: “Mas o velocímetro não é homologado?” Eu falei: “Mas não se usa velocímetro para voar essas aeronaves. A gente voa sentindo, no corpo, o voo da aeronave”. E aí me ridicularizaram e eu perguntei: “Você olha para o velocímetro na hora do pouso?” Ele falou: “Não, não, eu não sou aviador”. Eu disse: “E você olha?” Ele disse: “Eu também não sou aviador”. Eu disse: “Então, vocês não podem opinar. Têm que falar com os aviadores para dizerem se é necessário ou não”.

E aí houve um imbróglio lá e não saiu. Eu era do DAC nessa época. Não houve um consenso sobre essa legislação, e o DAC puxou para si a responsabilidade pela aviação experimental. E na época foram contratados três engenheiros: o Galhart, o Tabacnik e não me lembro o nome do outro – que ficaram na divisão de aerodesporto cuidando só da edição experimental. Com o tempo e falta de gente no DAC, roubaram os engenheiros da Divisão de Aerodesporto e aí se voltou ao mesmo problema: faltava gente para fazer a vistoria das aeronaves. Aí o DAC passou a credenciar engenheiros civis, engenheiros aeronáuticos civis, para fazer esse trabalho. E que é o que se encontra até hoje

e foi isso o que possibilitou o grande desenvolvimento em nossa aviação.

Na década de 90, foi trocada essa função. O DAC criou uma legislação específica para o ultraleve. Foi legislado sobre a habilitação, sobre a construção, sobre o registro, sobre os aeródromos a serem usados. Tudo porque o DAC era engessado, ele não admitia uma legislação nova para coisas novas. Pela divisão de Aerodesporto foi feito isso. Foram criados CPDs, sítios de vôos, CPRs e essas coisas todas.

Depois do ano 2000, a AFA reconheceu essa construção de *kits* nos Estados Unidos. Era como a nossa. Tinha de ter 51% da construção, mas a própria AFA aceitava que eu comprasse um kit na fábrica e que, aqui do lado, existisse uma empresa que montasse o kit para mim. Isso foi tolerado até recentemente, acho que até hoje ainda permanece. Aí eles viram que a construção experimental das aeronaves leves estava de boa qualidade e criaram o LSA. Mas o LSA que eles criaram era com o intuito de ter uma “homologação” que ficaria entre o experimental e o avião homologado e que permitiria determinados usos proibidos para o experimental. Isso foi feito e está em aplicação lá. Já estão reclamando do peso que foi colocado. Já estão querendo alargar o peso dos 750 kg originais que a nossa legislação sempre previu e que agora está baixando de novo para 600 kg.

A Anac resolveu adotar a mesma legislação da LSA. No princípio, participei das reuniões, eram muitos boas. Nós queríamos ter esse *up grade* da nossa aviação de ultraleves, de aviação leve. Só que tem um detalhe: eles criaram o especial, que pode ser entregue voando, pelo fabricante, mas o experimental tem de ser montado pelo próprio.

Eu não teria coragem de voar em um avião montado por mim. Então, quando comprei o meu experimental paguei a uma empresa para montar para mim a aeronave. Eu queria experimental porque é muito mais barato. Um avião homologado tem o preço duplicado simplesmente pelo fator homologação. O que um empresário gasta para homologar uma aeronave ou qualquer produto aeronáutico triplica o seu custo porque ele vai ter de diluir em uma pouca margem de venda de produtos tudo o que gastou no desenvolvimento e na homologação do produto.

Então, acho que a nossa legislação... Bom, a Anac, então, soube ontem, revogou o 37. Escrevi: a Anac resolveu adotar a legislação da AFA, mas agora mexe naquilo que funcionou por mais de três décadas, permitindo que o Brasil criasse uma indústria de primeiro mundo, inclusive com uma aeronave que começou como construção amadora, passou a ser comercializada em série, foi certificada como LSA, nos Estados Unidos,

pela FAA, e pela Easa, na Europa, e, recentemente, foi premiada nos seguintes termos: “Projeto Brasileiro de Aeronave SeaMax foi escolhido pelos juizes da 38ª edição Sun & Fun sendo premiado como *outstanding best comercial LSA airplane*.”

Felizmente, para Miguel Rosário, que é o projetista dessa aeronave, que criou essa aeronave – e a criou para Armando Nogueira, que era da Globo e todos conhecem. Ele fez o avião para o Armando. O avião ficou tão bom que ele começou a produzir. Nessa produção ele viu que se o fizesse como LSA ganharia mais mercado e evoluiu. Mas, se ele tivesse começado o desenvolvimento dessa aeronave na égide da nova legislação seria impossível, não seria viável economicamente.

Por isso, a gente defende que exista, que será permitido. Posso optar por pedir para alguém montar a minha aeronave. Eu vou voar na aeronave. Então, essa briga de não comercial não pode ter vantagem comercial; experimental, não pode ganhar dinheiro, acho errada. Estamos protegendo a indústria americana. Nós não temos indústria homologada de aviões leves aqui no Brasil.

Então permitir continuarem as empresas... Então, eu vi assim, quem tem um LSA aprovado e especial, ele pode ser vendido para alguém que queira puxar faixa, que queira fazer algum uso comercial, como estava previsto no início. O que não quiser isso aí, o que não fizer isso, vai vender só para o uso esportivo mesmo, vai cair o mercado dele. Mas o piloto, o piloto opta. Eu tenho opção. Eu vou lá e pago. O LSA vai custar mais caro do que o experimental, porque, para fazer uma certificação como LSA, ele vai ter que investir dinheiro e esse dinheiro vai ser diluído entre os produtos dele. E a nossa indústria infelizmente é isso.

Nós tivemos no começo do ultraleve um motor feito no Brasil, só que o preço dele era três vezes mais caro do que o motor Cuyuna do qual ele foi copiado. Por quê? Porque o Cuyuna previa vender três mil unidades por ano. Dele, vendia dez. Então o custo do desenvolvimento dele foi ter que se diluir em dez aeronaves e não em três mil, e é a mesma coisa na nossa indústria.

Então, a Anac se quiser evoluir para isso aí tem que dar flexibilidade. E o cliente vai escolher: Eu quero um LSA especial, porque eu quero a garantia da construção dele, porque ele foi testado e tal. Eu não quero, eu quero voar num... Porque eu acho melhor alguém construir vários do que eu fazer um para mim. Eu não me arriscaria entrar dentro dele, porque eu não tenho a menor habilidade mecânica para construir, e assim a maioria dos brasileiros, bem diferente dos Estados Unidos e Europa, onde eles são mais dessa atividade e onde eles têm um inverno com seis meses de neve,

em que eles ficam trancados numa garagem montando o avião. E no Brasil nós não temos isso.

Então essa é a minha indicação, a minha idéia a respeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem Comandante Albert. O que o Comandante Albrecht quis dizer é o seguinte, na prática, é importante a gente deixar registrado.

Um avião experimental Cirrus, que é homologado, ele custa US\$750 mil dólares. Um RV10, fabricado aqui no Brasil, não homologado, similar, US\$222 mil dólares.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – É isso aí. Essa é a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Então, para vocês terem a diferença. Então vamos mais lá, para se homologar, a empresa nacional paga um custo mais ou menos aproximado de US\$ 8 milhões. Então, precisamos ajustar essa distorção em relação à aviação experimental. Não é isso? Pelo que eu entendi, é basicamente isso aí, deixando aqui mais claro aqui na subcomissão. E vai como uma contribuição à SAC e à Anac para a gente corrigir essa distorção, não é?

Portanto, com a palavra o companheiro Humberto Peixoto Silveira, que é o Presidente da Associação Brasileira de Aviação Experimental.

V. S^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO SILVEIRA – Obrigado. Boa tarde.

Agradeço a oportunidade de aqui estar, principalmente pelo fato de esta comissão ser criada para dar oportunidade a todos nós que estamos fazendo um trabalho atrás dessa aviação que a gente diz experimental. Mas, como um todo, ela é de grande utilidade. Esse nosso trabalho é de grande utilidade para a aviação como um todo.

Eu vou falar um pouquinho sobre isso aí. Não devo mais falar sobre a Abraex, acho que vocês todos já falaram sobre a Abraex. A bem da verdade, eu vou fazer algumas considerações aqui que seriam, a Associação Brasileira de Aviação Experimental — Abraex, através do seu Presidente, que sou eu, hoje, há praticamente uma semana eu tomei posse já foi... Aliás, eu fui fundador da Abraex e venho trabalhando, ora como diretor, ora como vice-presidente e, novamente, hoje, como Presidente, em prol dessa aviação que a gente acredita que seja o início de toda a nossa história da aviação que começou lá atrás, praticamente antes, no final do século XIX, começo do século XX, fazendo o primeiro avião, o mais pesado que o ar, colocando essa aeronave em voo e cumprindo algumas regras que eram estabelecidas, na época, era o Grupo de França,

instituindo um prêmio que, praticamente, muita gente já sabe que é um prêmio de 1.500 francos para a aeronave que atingisse um voo de, pelo menos, 200 m.

Ele teve algumas dificuldades com essa aeronave várias vezes, mas, finalmente, cumpriu, em 1906, isso daí. De lá para cá, na realidade, fomos o primeiro, o precursor de toda essa história de aviação que vem se desenvolvendo no mundo, embora ele tivesse o mérito de voar, de fazer esse primeiro vôo com registro, nenhuma parte do mundo estava preocupada com isso daí, os americanos estavam preocupados com homologar, fazer o registro de marcas e patentes, garantir comercialmente a sua invenção. E o nosso brasileiro Santos Dumont, na realidade, não estava preocupado com isso, ele estava realmente usando o que ele gostava, o que ele sabia fazer e o que fez muito bem foi nos colocar como os primeiros nessa nossa aviação. Daí para cá, a bem da verdade, o brasileiro ter esquecido um pouco de que ele teve e tem isso no sangue, muitos dos brasileiros, que é a vontade de voar e de continuar desenvolvendo tudo isso daí.

Hoje, o Alves acabou de falar sobre o SeaMax, projeto nosso de brasileiros, está construído no Brasil e exportado para alguns países. Paradise, outra aeronave. Aliás, temos algumas outras que estão no mesmo caminho e tudo. Então, temos grande potencial para isso que não está sendo utilizado e, principalmente, o que tenho visto é a falta de apoio dos órgãos, se bem que esta falta de apoio, também tem o nosso lado que a gente não vai atrás desse apoio.

É por isso que agradeço a esta Comissão, que nos deu a oportunidade de chegarmos aqui e falar aquilo que a gente precisa para almejar alguma coisa mais e não ficar reclamando somente que ninguém faz nada por alguém, ou seja, penso, da minha parte, como Presidente da Abraex e como uma pessoa que, se não vou atrás dos meus interesses, o Governo não tem obrigação de saber o que quero, nem vai saber. Então, da minha parte, como representante dos associados da Abraex, tenho, vou deixar aqui registrado que vou...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Se puder ficar um pouquinho mais para frente...

O SR. HUMBERTO PEIXOTO SILVEIRA – Ah! Por causa do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Por causa das notas taquigráficas.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO SILVEIRA – Então, vou deixar aqui registrado que vou me empenhar muito em passar suporte para que vocês, organizações, Governo, nos apóiem naquilo que acharem que podemos para a gente conseguir desenvolver melhor a nossa aviação.

Para isso, eu poderia falar bastante, mas eu preferiria ser um pouco mais sintético e vou dissertar aquilo para ser mais objetivo porque o tempo é curto. Então, solicito, em primeiro lugar, dos órgãos Anac e outros que, na realidade, é uma coisa muito importante que a gente tinha como incentivo, como Santos Dumont, que exemplifiquei aqui, teve o Prêmio do Aeroclube da França, não temos na versão experimental amadora, nenhum incentivo hoje. Tínhamos, há bem pouco tempo, o incentivo de taxa de pouso e decolagem, comunicação para aeronave experimental especificamente, a gente tinha como incentivo isso, isso era uma coisa muito importante. Não pelo valor, mas como, vamos dizer, um respeito a todos os que estão desenvolvendo por conta própria, com valores pessoais, uma tecnologia que daqui a pouco, quando ela for entendida como uma tecnologia aproveitável, vai ser utilizada pelos grandes parques aeronáuticos do Brasil e do mundo, como é feito com a Embraer, com a Boeing, com a Airbus, que hoje se utilizam da técnica de construção de aeronaves com materiais compostos.

Essa técnica do material composto foi desenvolvida na década de 60 pelos americanos, mais precisamente, para que entendam melhor, sendo mais objetivo, por dois irmãos chamados Burt Rutan e Dick Rutan, que colocaram isso no mundo, que você poderia fazer um avião facilmente através de materiais compostos e que em pouco tempo você colocaria para voar essas aeronaves. Isso, na época, foi entendido pela aviação homologada como alguma coisa não muito séria.

Hoje, temos material composto em grande parte de toda a nossa aviação de grande porte e isso à custa de um laboratório de custo bem baixo, que se desenvolvia dentro das oficinas, das casas, das garagens, e que veio para o mundo hoje a um custo muito baixo.

Solicito também a validação e a contagem das horas voadas em aeronave experimental por pilotos portadores de licença PP, podendo ser lançadas na CIVE para fins de adaptação e recheque ou o cumprimento do total das 200 horas requeridas para PC ou das mil horas dos alunos de ciências aeronáuticas, necessárias para o ingresso em uma companhia aérea. A gente não entende por que esses alunos não podem colocar essas horas na CIVE como válidas se houver um controle rígido para o registro dessas horas. Então, é isso o que a gente vem solicitar também.

Pedimos a simplificação e a redução da tributação da Receita Federal, na importação via Correios, de kits e componentes necessários à construção dos projetos dos associados. Hoje, se você comprar algo de um fornecedor pela Internet será tributado em 60% sobre os custos mais o frete, o que é um absurdo, visto

que os produtos para uso aeronáutico são tributados em alíquotas bem inferiores.

Solicito também o credenciamento da Abraex pela Anac para fiscalizar a operação, documentação e acompanhar as etapas da construção amadora, tarefa atualmente exercida pela Anac. Então, o que venho oferecer é o suporte da Abraex, empenhada em ajudar a Anac a cumprir essa regulamentação, essa forma de acompanhar essas etapas todas, porque temos competência para isso e oferecemos isso à nossa parceria.

Estou propondo também a criação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Aviação Leve no Brasil. O objetivo do Fundo é incluir no currículo escolar das escolas matérias da nossa tão vasta cultura aeronáutica para incentivar a vocação aeronauta de pequenos brasileiros, criar modelo com alojamento, alimentação, lazer, uniforme, transporte e, principalmente, capacitar e dar abrigo a crianças desamparadas, principalmente capacitar e dar abrigo a crianças desamparadas, principalmente moradoras de rua;

- . formar assistentes sociais para prospectarem crianças moradoras de rua, que estão reféns das drogas e do submundo do crime, salvando-as de um desgraçado futuro, escolha essa por interesse, vocação, etc.;

- . dar suporte para viabilizar parcerias com Sebrae, Senai, Fiesp, Ciesp, empresas de sociedade civil, órgãos públicos, escolas e fundações.

- . oferecer e criar, junto aos empresários do setor, emprego para os formados;

- . fomentar o interesse de apadrinhar esses brasileiros de todas as formas dignas possíveis.

O meu amigo João Amaro, que está fazendo parte da Mesa, é uma das pessoas com quem a gente está conversando muito por alto alguns acerca desses detalhes, que nos ofereceu até lugar, área e suporte junto ao museu da TAM, e nós poderíamos iniciar com essa primeira escola.

Eu não pretendo fazer uma escolinha só. A minha ideia é fazer isso, de certa forma iniciando em todas as capitais do Brasil. Nós temos muita gente desamparada, muitas crianças que poderiam ser aproveitadas e, de uma forma ou de outra, podemos aproveitá-las.

A aviação brasileira está muito carente em empregos técnicos como mecânicos, soldadores, marceneiros, pintores, montadores, ajustadores e essas crianças poderiam ser formadas nessas técnicas.

Finalizando, creio que estão dando muitas oportunidades a garotos e garotas de serem cantores, músicos, artistas, jogadores de futebol, mas profissão mesmo para encarar a vida dignamente está faltando e muito.

Como eu disse a vocês, isso daí é da maior importância que eu acho, essa parte social dessa criança

e, com os amigos que temos, com as associações que temos, eu tenho plena certeza de que poderíamos dar um enorme início a essa atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Humberto. Dentre as sugestões, o Humberto disse que a Anac deveria observar com relação ao que ele fala da CIV, que é a Caderneta Individual de Voo, em que o piloto lança e registra suas horas. Ele lança a ideia para o aviator experimental, homologado: que essas horas da CDV possam ser lançadas na Caderneta Individual de Voo e que sejam computadas com as 200 horas para o piloto comercial e assim por diante.

Eu penso que a Anac poderia também, até porque hoje os aviões experimentais estão supermodernos, bem como os equipamentos, quer dizer, não vejo nenhum problema de viabilizar essa proposta, dentre várias que ele sugeriu, pois facilita muito a formação dos pilotos comerciais, porque o mercado está superaquecido e a nossa TAM está representada pelo comandante Rolim.

Portanto, concedo a palavra ao Bruno de Oliveira Sousa Santos, sócio diretor da Paradise, Indústria Aeronáutica Militar. Vamos ouvi-lo. Por último, nosso decano, que está ali Iná reserva técnica, que irá também se pronunciar.

V. S^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis se necessário.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA SOUSA SANTOS

– Boa tarde a todos! Meu nome é Bruno. Venho aqui representar a Paradise Indústria Aeronáutica, que surgiu do sonho de um menino de sete anos de idade, que, ao ver uma aeronave passar em cima da fazenda onde nasceu e onde morava, disse: “Um dia eu vou fazer um avião desses”. Não chegou nem ao tamanho, nem ao porte daquele avião que ele viu passando, mas surgiu a ideia do Paradise, que hoje é produto certificado nos Estados Unidos, na Austrália, na África do Sul. O próprio Major Albert viu o surgimento dessa ideia, desse projeto. Iniciamos na Ilha de Itaparica, próximo a Salvador, desenvolvemos, melhoramos o produto, conseguimos as certificações. Montamos uma indústria nova em Feira de Santana, onde nós temos, hoje, 62 mil metros quadrados de terreno e aproximadamente sete mil metros quadrados de área construída, para poder produzir não só o Paradise, que é o projeto inicial, a ideia inicial, mas desenvolvemos, também, mais três modelos próprios: o Paradise P4, que é um dos primeiros quatro lugares experimentais do Brasil, projeto nosso também, projeto brasileiro; nós temos o P2-S, que é um intermediário de dois lugares, também;

e por último, agora, o lançamento, que é o Paradise Eagle, de asa baixa.

Além desses quatro modelos próprios, nós temos mais três, que são os *kits* RV-9, RV-7 e RV-10, os quais o Senador já citou, na comparação com o Cirrus.

Fizemos um investimento alto em Feira de Santana, treinamos pessoas, capacitamos; investimento em maquinário, em infraestrutura; investimento na certificação fora do Brasil, e desde o dia 01 de dezembro do ano passado, nós não podemos abrir mais nenhum processo de aeronaves que não se enquadrem na categoria ultraleve.

Hoje, de sete modelos, basicamente, só podemos abrir processo de três: o Paradise P1, que é o primeiro, porque se enquadra na categoria LSA, é ultraleve; o P2-S tem um tempo de três anos mais, acho que, agora, dois anos e meio, porque não se enquadra no limite de peso de 600kg, nem vai se enquadrar. Quando nós baixamos de 750 para 600, nós estamos falando em tirar segurança do avião, estamos falando de 150kg a menos, nós estamos falando de tirar, de enfraquecer tubos, resistência de materiais, enfim, de 150kg de diferença.

Então, esse P2-S nós não vamos ter como enquadrar na categoria LSA. É arriscado você expor a vida das pessoas ao reduzir 150kg.

Então, dos sete que nós temos hoje, nós passaremos a trabalhar com dois modelos apenas: o Paradise Eagle e o Paradise P1.

O P4 sai porque passa a ser avião... Já é avião experimental e só vai poder ser construído única e exclusivamente por amador.

Se estamos falando que o risco é alto, dos aviões experimentais, por que não autorizar as indústrias, também, a participar do processo de fabricação?

É como o Major explicou aqui: ele não tem condições técnicas, não tem tempo – nós vendemos para empresários, para fazendeiros, que não vão largar o seu dia a dia para montar avião no quintal de casa. Para isso tem o pessoal que gosta, que faz isso como *hobby*, o pessoal da Abraex, que tem nisso um *hobby*. Eles não vão parar para construir avião.

Então, o P4, que é projeto nosso, eu só vou poder vender o *kit*. Eu não posso vender o meu avião, que nós projetamos, mais voando. Eu só vou poder entregar o *kit*, para que um amador vá e construa.

Então, nós estamos, aí, favorecendo com isso que, ao invés de produzirmos no Brasil as aeronaves, nós passemos, agora, a trazer de fora aviões usados, para que substituam esses aviões que não mais serão produzidos no Brasil.

Além disso, nós estamos estimulando que os meus funcionários, como já está acontecendo, saiam

da minha indústria e montem os famosos “fundos de quintais”. Eles vão passar a pegar os *kits* que os empresários vão fornecer e vão montar sem pagar imposto, sem ter aqueles encargos todos que nós temos, sem ter feito altos investimentos, como nós, das indústrias, fizemos.

Nós estamos tendo como concorrentes, hoje, não as outras indústrias, mas os próprios funcionários, que estão vendo nessa situação de legislação, de mudança de legislação, uma ótima maneira de ganhar dinheiro.

Nós perdemos tempo ensinando, treinando, fizemos parceria com o Governo do Estado da Bahia para que o Senai desse treinamento de um ano, um ano e meio, e isso está indo por água abaixo.

A indústria... Eu falo pela minha, mas tem a Empaer, também, que lançou agora um avião de quatro lugares e não mais vai ter condições de construir, não mais vai ter condições de entregar voando; a própria Fly, que, hoje, tem aproximadamente 200 funcionários, não mais, também, poderá construir os RVs.

Então, estamos tirando da mão da indústria, que está gerando imposto, emprego, e colocando na mão do amador, fora que os empresários vão passar a buscar alternativas, e essas alternativas passam a ser importação de aeronaves.

Então, nós não temos cultura, no Brasil, de o empresário ir para o fundo da casa dele montar avião. São poucos. O pessoal da Abraex pode constatar isso aí. Demoram três, quatro anos fazendo uma aeronave.

Nós não podemos restringir as indústrias de montar aviões experimentais. A legislação fala que 51% têm de ser feitos por amador. E por que não pela indústria também? A indústria está sendo fiscalizada pela Anac. Nós temos, hoje, o CAFc, que vai ser extinto, já foi extinto, Certificado de Autorização para Fabricação de Conjuntos. A Anac foi, inspecionou a indústria, inspecionou nossos projetos e nos permitiu a construção de conjuntos de aeronaves. Por que essas aeronaves vão ser feitas única e exclusivamente por amadores?

Então, ficam esses questionamentos para que o pessoal da Anac averigüe com carinho e veja que a indústria de aviação leve cresceu, não são mais pano e tubo. Os aviões avançaram, têm um controle de qualidade muito grande dentro das indústrias. Vocês mesmos constatarem isso nas auditorias que fazem, nas inspeções.

Então, eu acredito que não devem tirar isso da mão das indústrias e botar, única e exclusivamente, na mão de um amador ou do meu funcionário, que vai virar meu concorrente.

Então, fica aí o meu relato.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Quem tem acompanhado as audiências

públicas desta Subcomissão pode observar que cada audiência pública é interessante, porque cada segmento a gente logo vê aflorar as necessidades de atenção por parte da SAC, da Anac, com relação àquele setor, no caso, aqui, específico da aviação experimental.

Então, o Dr. Ricardo e o Dr. Néelson... É importante observar a fala aqui, no caso do Bruno, por exemplo. Até a questão de segurança: você tem muito mais segurança na indústria, ali, em que é muito mais fácil fiscalizar a questão de segurança, do que nos fundos de quintais, e nós estamos transportando vidas. Às vezes, até se perde o controle da questão que tanto a Anac prima, que é a questão da segurança.

Portanto, eu sugiro que a Anac e a SAC sentem com as indústrias aeronáuticas, sentem com a Abul, sentem com a Abraex, voltem a esse diálogo, para que a gente possa construir efetivamente. Isso nós vimos, aqui, demonstrado pelo Ricardo, pelo Néelson, essa vontade, também, de avançarmos nesse sentido.

É claro que, ao final desta Subcomissão, nós iremos apresentar o relatório final, o relatório propositivo, porém, já agora a nossa assessoria, com os consultores... Nós iremos apresentar, na quinta-feira, para a Presidente da Comissão de Infraestrutura, o nosso relatório parcial do que foi feito até agora com relação às audiências públicas e uma síntese do que vai bem, do que foi detectado de problemas e quais as sugestões para a solução, quais as soluções que nós teremos para sugerir. Então, na quinta-feira, nós já vamos apresentar, inclusive com esta audiência pública já incluída nesse relatório parcial.

Portanto, muito trabalho, aí, para os consultores, para o Prof. Jorge, o Paulinho, Vítor, Alexandre, enfim, todos que estão envolvidos, diretamente, nesta Subcomissão.

Portanto, é importante essa colocação por parte da Anac e da SAC, para poder avançar no sentido de que a indústria nacional seja fortalecida, que gere emprego, gere renda, ainda mais lá em Feira de Santana, na Bahia, quer dizer, olha onde está gerando emprego e renda.

Portanto, agora, com a palavra, o Comandante João Francisco Amaro.

É uma alegria vê-lo aqui, no nosso meio. Há quanto tempo eu não o via pessoalmente e, hoje, tenho o prazer de ver esse grande amigo de todos nós, aviadores da Amazônia, como ele também voou muito lá. Não é muito velho, não, mas é da época do meu pai e de tantos outros aviadores bons daquela região.

Com a palavra V. S^a, João.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Obrigado, Senador.

Foi mesmo uma surpresa muito grande encontrar o Vicentinho aqui, filho do Vicentão, lá de Porto Nacional, de Gurupi, daquelas bandas do hoje Estado do Tocantins. Foi mesmo, Senador, foi mesmo, tenha a certeza disso.

Naquela época, quando eu e o meu irmão nos mudamos lá para o Araguaia, no fim dos anos 60, pudemos conviver com aviadores, os verdadeiros bandeirantes daquela região, onde a maioria dos voos que fazíamos, nós tínhamos de levar o combustível dentro do avião para podermos retornar. E era assim com todo o mundo.

E, daquela atividade nasceu a Araguaia Táxi-Aéreo, com base em Aragarças, mas que, na verdade, o grosso dos nossos clientes estava em Goiânia – morávamos em Santa Terezinha –, e atendíamos aos fazendeiros que abriam as suas fazendas com incentivos governamentais emitidos pelo governo revolucionário, no começo dos anos 70.

E, daquela empresa, daquele trabalho, Senador – o teu pai iria ficar surpreso –... Nasceu, então, a maior empresa do Brasil. (*Palmas.*)

Bom, daquela meia dúzia de passageiros que transportávamos por dia, hoje são mais de cem mil. Da meia dúzia de monomotores, hoje são mais de 150 aviões. Confesso que nem me lembro o número de aviões que a empresa tem. Do faturamento que tínhamos na época, para justamente pagar o valor dos aviões financiados, a empresa fatura hoje mais de um bilhão de reais por mês. E podem crer, senhores, nós tivemos prejuízo ano passado. É uma ironia falar um negócio deste, mas parece que, no Brasil, existe uma cultura que empresa aérea tem de dar prejuízo. Eu não quero desvirtuar aqui o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Fique à vontade.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Obrigado.

Então, foi um trabalho muito difícil, como vocês podem imaginar. Apenas para curiosidade de vocês e de quem nos ouvi, 40% dos nossos custos são destinados ao combustível, 20% destinados ao pagamento de pessoal, com mais de 30 mil funcionários, e 20% com o custo de pagamento de *leasing*.

Meu irmão já foi embora, vai fazer 11 anos este ano, e, no início dos anos 90, quando a empresa começou a tomar uma forma de empresa, normalmente estabelecida no transporte de passageiros, nos decidimos construir um museu, porque o museu era, para nós, um atestado, uma espécie de agradecimento à sociedade brasileira por ter nos dado a TAM, por ter feito da TAM a empresa que já era no momento.

E fizemos o museu, e o inauguramos há quase dois anos. E eu gostaria que todos que estão aqui

nos ouvindo e os que estão nos vendo pudessem, realmente, ver o museu. Eu sou meio suspeito para dizer, porque eu sou um dos fundadores do museu, mas ficou uma obra de Primeiro Mundo. É uma obra que engrandece muito a aviação do País. É uma obra que, penso, é um atestado de preservação das nossas aeronaves, da história da aviação.

Eu acho que estou me alongando muito, não estou Senador?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Fique à vontade. Você está em casa.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Bom, eu fui convocado aqui para falar sobre a aviação histórica. Eu acho melhor falar deste assunto porque a coisa pode tomar outro rumo, que eu não quero. Senador, eu não quero lhe pôr em dificuldade.

Há poucos dias, há pouco mais de 40 dias, a Anac publicou uma instrução suplementar que trata da aviação experimental antiga.

Vocês não imaginam o que é restaurar um avião antigo. Porque ninguém constrói um avião antigo, ele tem de ser restaurado. Não existem mais oficinas que restaurem esses aviões, porque o fabricante sequer existe. São aviões das décadas de 20 e 30. Nós estamos falando da aviação desta época, coisa de 80 anos passados, cuja maioria dos aviões que estão expostos no museu é desta época.

Bom, e, nos nossos hangares esparramados neste imenso País, existem dezenas, para não dizer centenas de aviões antigos que estão apodrecendo, que estão se acabando. E eu sei muito bem qual é a dificuldade governamental da Anac em poder facilitar as coisas para o seu proprietário e dar a ele a condição de restaurar este aviação.

Mas, finalmente, depois de tanta discussão, a Anac publicou essa instrução. E, nessa instrução, Senador, eu só quero duas coisas; que a Anac pense em aumentar a distância que esses aviões possam voar, oriundos da sua base, que está, me parece, limitado em 300 km, não é isso? É mais ou menos isso. Eu acho que 300 km se reúnem duas horas de voo, e isso é ridículo para os aviões, pelo menos para os aviões que estão no museu. São 38 aviões que podem voar, que estão no museu, dos 80 aviões que estão ali expostos.

Então, o serviço que nos desempenhamos nesses aviões, dá a ele a condição de aeronavegabilidade tal qual de qualquer avião que existe no Brasil hoje. Entendo que cercar 300 km é muito pouco para esse avião.

E mais um pedido só: que é a isenção de tarifas aeroportuárias para esse tipo de avião. Só isso, nada mais.

Encerro, aqui, o que eu tinha a dizer. A não ser que vocês queiram perguntar alguma coisa. Eu estou disposto a responder.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pronto? *(Pausa.)*

Mas, as duas colocações perfeitas.

Agora, vamos para as considerações finais.

Se concordarem, vamos ficar com a Anac e a SAC por último, porque, às vezes, alguém queira fazer mais alguma colocação. Antes, porém, quero deixar algumas perguntas que nós formulamos para a SAC.

Como a Secretaria de Aviação Civil vem trabalhando a questão do desenvolvimento da indústria da aviação experimental brasileira?

Qual o departamento é o responsável pela mesma, dentro da Secretaria de Aviação Civil?

Quais são os incentivos que a Secretaria de Aviação Civil está preparando para a aviação experimental? Exemplo: simplificação e redução da tributação da Receita Federal na importação de *kits* e componentes necessários à construção dos projetos para a indústria nacional etc.

A Secretaria de Aviação Civil e a Anac trabalham conjuntamente a questão da aviação experimental? Como se desenvolve esse trabalho? E a sugestão que nós já demos: mantém-se esse diálogo permanente com as entidades.

Qual é o canal de comunicação que a SAC (Secretaria de Aviação Civil) mantém com as entidades representativas da aviação experimental?

Agora, para a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), caro Néelson. O que representa a aviação experimental para a Anac e o que a agência pode fazer para promover a sua atividade no Brasil?

Como a Anac fiscaliza as atividades da aviação experimental no Brasil, incluindo as operações dos ultraleves?

A Anac pretende credenciar as associações para fiscalizar a operação, documentação e acompanhar as etapas de construção amadora de aeronaves?

A Anac pretende retornar a isenção de taxas para aeronaves experimentais? Já foi solicitado aqui para pouso, permanência, fonia, etc?

Quais serão as consequências da revogação do RBHA-37 por parte da Anac para as atividades-fins da aviação experimental?

As indústrias nacionais têm conseguido notoriedade no cenário internacional referente à fabricação e montagem de aeronaves. Aqui vimos inclusive o Bruno fazer uma belíssima explanação.

A Anac restringiu a atividade das indústrias de montarem *kits*. O que a mesma pode fazer para proteger as mesmas – o que a Anac tem aí para proteger a

nossa indústria –, sem que estejam obrigadas a seguir a legislação do LSA (*Light Sport Aircraft*)?

Por que a Anac, que está copiando a legislação americana do LSA, não faz uma ressalva com relação ao peso máximo de decolagem, tendo em vista que a maioria das empresas terão de enxugar, como já foi dito aqui, o peso de suas aeronaves, que já foram desenvolvidas para o peso máximo de 750kg, podendo inclusive comprometer a segurança de voo, o que já foi colocada pelo Bruno.

Agora, para a Associação Brasileira de Pilotos de Aeronaves, Comandante Albrecht, as associações estariam preparadas para assumir o papel de fiscalização da atividade dos seus membros? Se quiser ir anotando, já sabe...

Por que o avião homologado é tão mais caro que o experimental?

A definição de aeronave experimental no CBA (Código Brasileiro de Aeronáutica) atende à atividade de aviação experimental ou fica restrita à aviação amadora?

Agora, para a Abraex (Associação Brasileira de Aviação Experimental), Dr. Humberto. Quais são os incentivos de ordem tarifária, tributária, etc, que a SAC e a Anac estão apresentando para a aviação leve esportiva brasileira? Foi inclusive colocado pelo senhor aqui.

A legislação a respeito da aviação histórica aí vai para o companheiro e amigo João Rolim. A legislação a respeito da aviação histórica está satisfatória para essa categoria? Além das duas reivindicações, há mais algumas sugestões nesse sentido?

E aqui vai a última para o Bruno, da Paradise. As indústrias nacionais têm conseguido notoriedade no cenário internacional referente à fabricação e montagem de aeronaves. O que leva a Anac a restringir as indústrias de montarem kits e fazer com que apenas única e exclusivamente os amadores passem a fazer montagem das próprias aeronaves? Já foi até explicada aqui, mas só para arrematar.

O produto final não seriam aeronaves menos seguras?

A aviação brasileira está carente de técnicos qualificados como mecânicos. Como esse fato reflete-se na aviação experimental? Existem cursos para formação específica nessa área? Para você também, Bruno.

Portanto, são esses os questionamentos por parte da Anac e da SAC, para o Dr. Néelson e o Dr. Ricardo. Caso não estejam com a resposta de pronto, não há problema algum. Depois, as encaminham à subcomissão, e os senhores terão acesso às notas taquigráficas. Não se sintam constrangidos por nada não, porque às vezes surgem vários questionamentos e assuntos que poderiam não estar no conhecimento do senhor.

E começamos aqui, de lá para cá, com o Bruno, para as considerações finais e as respostas aos questionamentos. Dispõe de cinco minutos.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA SOUZA SANTOS

– Na verdade, eu gostaria de salientar que, segundo as reportagens falando sobre a *Paradise*, nós estávamos entre os 25 melhores do mundo na categoria LSA. Até 2010/2011, entre os 20 mais vendidos nos Estados Unidos. Ganhamos o prêmio também de empresa do ano em 2009, em Sebring, local, não vou dizer sede, mas um dos lugares mais importantes do LSA dos Estados Unidos. Recebemos propostas para montar indústria, fabricação mesmo, lá em Lakeland, Sebring e, por último agora, Paraguai, mas gostaria de dizer a todos que nós somos brasileiros e não desistimos nunca. Nós não vamos deixar nosso País. A nossa vontade é produzir aqui. Queremos que a Anac nos ajude a produzir aqui os nossos aviões. Que possamos fornecer aos nossos clientes – aqui tenho dois, o Oscar, e o Eric, que têm *Paradise*.

Quero fornecer a vocês produtos seguros, porque sei que vocês não têm tempo de ir para o quintal da casa de vocês montar avião. Então, quero que a Anac nos ajude, nos auxilie, nos fiscalize e permita que continuemos a montar tanto kits como aviões experimentais e os nossos aviões LSA.

Sobre a pergunta, na minha explanação falei que estamos em parceria com o Governo do Estado da Bahia, juntamente com o Senai, para que possamos formar turmas de mecânicos especializados para a aviação experimental. Então, nós sempre estamos mesclando: colocamos dez funcionários nossos, que já trabalham conosco, e mais 15, que têm interesse em trabalhar com aviação. Então, estamos capacitando os que nós temos e abrindo um leque de opções que estão por vir.

Então, ficam aí as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem.

Com a palavra o Comandante Albrecht, da Associação Brasileira de Ultraleves. Dispõe de 5 minutos.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – Obrigado.

Bom, a parte de por que um avião homologado é mais caro do que o experimental eu já falei. Gasta-se o equivalente a três, quatro vezes o valor de uma aeronave somente para se conseguir a certificação, fora o que se gasta com projeto, fora o que se gasta com o desenvolvimento da aeronave e, depois, é preciso diluir isso num pequeno número de aeronaves produzidas. Isso com certeza vai elevar o valor dessa aeronave.

O experimental não tem esse gasto. Por isso, pode ser mais barato e, como o Senador falou, o valor de um

Cirrus e o valor de um RB-10, que são semelhantes, andam juntos e têm a mesma *performance*.

Sobre a definição da aeronave experimental no Código Brasileiro de Aeronáutica, eu já tinha falado também. Eu acho que está incorreta, pois aeronave experimental não é só a de construção amadora; é qualquer aeronave que não foi submetida a um processo de certificação. E, nessa aí, incluem-se aviões militares, aviões que estão fora de fabricação e vários aviões modificados. Eu posso modificar uma aeronave: pegar uma aeronave, desmontá-la e modificar parte dela. Essa é minha ideia.

E, sobre as associações estarem preparadas para assumir o papel de fiscalização das atividades de seus membros, a Abul foi criada em 1987. Durante dez anos, não fez praticamente nada nessa área, até que um dia o antigo DAC (Departamento de Aviação Civil) chamou o presidente da Abul lá perguntando se teríamos condições de assumir alguma responsabilidade nisso. Por quê?

Um trike decolado em Franco da Rocha, São Paulo, subiu e quase colidiu com um avião da Lufthansa que estava se dirigindo para Guarulhos. Então, me chamaram para uma reunião, onde havia dez oficiais do DAC e eu.

E aí, as soluções que eram dadas: “Restringe e não deixa eles voarem nas terminais”. Eu disse: então, vocês matam 98% dos clubes de ultraleves, porque eles estão localizados embaixo das terminais. E aí foram. “Então, temos de restringi-los a voar num espaço restrito”. Falei: escuta, e eu coloco em risco a aviação de vocês quando voo no meu ultraleve? Disseram que não. Eu digo: por que eu não coloco em risco e os outros colocam? Não, porque eles não estão formados adequadamente. Então, tem-se que mudar a legislação, porque a legislação é o seguinte: a escola dizia que o piloto estava formado, e o DAC dava a licença.

Falei: isso não está funcionando. Estão vendendo carteiras. E o que aconteceu? O DAC, então, perguntou se a Abul poderia assumir essa responsabilidade da habilitação. Eu falei: hoje não – porque a Abul era só eu, funcionava na minha casa –, mas, se for necessário para salvar a aviação ultraleve, a gente faz. Eu levei três meses, viajei o Brasil inteiro às minhas custas, porque o DAC não me deu passagem, mas, como eu havia sido checador da Transbrasil, eu tinha passe. Nomeei representantes regionais da Abul no Brasil inteiro, checadores da Abul, criei um manual com instrumentos teóricos resumidos para o que era necessário na época para os ultraleves, e nós começamos a fazer a habilitação dos ultraleves no Brasil. hoje a Abul tem 700 pessoas trabalhando voluntariamente como representante regional, como checador credenciado,

como médico da Abul, como representante técnico. E essas pessoas tocam a Abul. Nós não fazemos fiscalização, porque não é delegado a nós fazê-las, mas, com certeza, nós teríamos muito mais condições físicas de fazê-las, porque temos gente em todo o Brasil. Onde há núcleo de pilotos de ultraleve nós temos algum representante que poderá ajudar nisso.

Eu acho que a Anac, tendo em vista o tamanho do País, a quantidade de pilotos e quantidade de pessoas que a Anac consegue ter trabalhando com ela, não tem condições de fazer essa fiscalização no âmbito do País, mas, se contar com as associações, que são entidades sem fins lucrativos, sua diretoria não é remunerada... Eu sou Presidente da Abul desde a sua criação, em 1987, e nunca achei outro trouxa para tomar o meu lugar, porque ninguém quer trabalhar de graça. Trabalhei durante tantos anos para ver o desenvolvimento dessa aviação. E as outras associações são do mesmo gênero. São pessoas que se dedicam voluntariamente e querem ver a atividade crescer. Essas deveriam ser as principais parceiras da Anac, e não ser dito, como me foi, que a Anac não tem como delegar para uma associação, mas vai delegar habilitação para as escolas. As escolas poderão aplicar prova e ter o seu próprio checador, conflitando os interesses: botar a raposa para cuidar das galinhas. A Abul cuida para que a qualidade seja, digamos assim, um compromisso e, inclusive, verifica a qualidade...

O SR. – A Abul está preparada para...

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – A Abul está preparada, e acredito que todas as associações estejam também, principalmente a Abraex.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – O comandante Albrecht – na aviação, dizemos que, quando o caboclo é craque, ele é pé e mão – é um dos melhores pilotos de acrobacia brasileira que temos hoje atuando de forma muito permanente na aviação de acrobacia no nosso País. Portanto, obrigado pela contribuição.

Com a palavra o Humberto, da Abraex.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO SILVEIRA – Finalizando a minha parte aqui, tenho a colocar uma coisa que eu tinha até deixado passar, que seria muito importante: a Associação Brasileira de Aviação Experimental – Abraex, através de seu Presidente Humberto Peixoto Silveira, vem, atenciosamente, solicitar e oferecer apoio para que a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil passe a ser definitiva (como sugestão: Comissão Nacional para o Desenvolvimento da Aviação). Para tanto, a Abraex vem à presença desta Comissão para colocar-se à disposição para estudar e elaborar os trâmites legais.

Partindo dessa premência de que a Abraex está se propondo a fazer todo esse trabalho, eu também tenho a dizer o seguinte: com relação a fazermos o acompanhamento da construção das aeronaves experimentais, que hoje é feita pelos engenheiros aeronáuticos com, obrigatoriamente, registro no Crea, nós temos a dizer o seguinte: isso, não necessariamente, deveria ser feito por engenheiros, principalmente pelo fato de que qualquer engenheiro recém-formado tem, teoricamente, a capacidade de fazer esses acompanhamentos, e isso não é verdadeiro. Ele só é uma pessoa que se formou na cadeira de engenheiro. Ele não tem a capacidade para fazer o acompanhamento dessas aeronaves, porque ele não tem conhecimento nenhum com a aviação experimental. Ali, na faculdade. Ele aprendeu todo o estudo em cima de construção, cálculos, um monte de coisas de aeronaves homologadas, principalmente legislação, essas coisas todas.

Com relação à construção amadora, ela não segue os mesmos dogmas da aviação homologada, ou seja, em cada avião homologado, muitas vezes, ele vai encontrar um motor, vamos dizer, de mesma fabricação com modificações diversas, que, se ele não está ligado ao meio, ele não vai ter conhecimento técnico para dizer se esse motor é bom ou não, se o critério de construção de montagem daquele motor está correto tanto quanto da aeronave. Hoje já se conhece a aviação de materiais compostos, mas, até bem pouco tempo atrás, pouca gente conhecia da aviação homologada. E nós, da aviação experimental, desde a década de 60, temos familiaridade com tudo isso aí. Então, o nosso conhecimento com relação à construção de aeronaves experimentais excede até ao de engenheiros, não os menosprezando de forma alguma. Pelo contrário, a gente está solicitando e oferecendo a nossa capacidade de construir aviões experimentais e de fiscalizar, dando a oportunidade até para que o construtor construa aeronave com muito mais segurança e que ele possa voar a sua aeronave, não precisando, especificamente, de um engenheiro aeronáutico, registrado no Crea, que teria que, vamos dizer, de uma forma ou de outra, deslocar-se do norte ou do sul do País. Como a gente é um país relativamente continental, isso dificulta muito.

Como a Abraex está criando diretorias regionais para incentivar, acompanhar essas construções, nós nos propomos a oferecer o nossa capacidade junto à Anac para que possamos fazer um trabalho em conjunto, claro, usando também a Anac, sem dúvida alguma. Ou seja, estamos oferecendo nosso apoio à Anac para que ela possa criar regras mais práticas e objetivas para que a nossa aviação cresça com segurança. A nossa principal preocupação é que as nossas aeronaves voem com total segurança não porque são aeronaves

simplesmente amadoras, mas porque são aeronaves que transportam vidas tanto quanto as homologadas. Então, a nossa preocupação não é ser menos que as homologadas, mas ser iguais ou melhores.

É o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Humberto.

Com a palavra Nelson Nagamine, pela Anac.

Cinco minutos dá para concluir?

O SR. NÉLSON NAGAMINE – Eu acho que vou exceder.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Vai mais um pouco?

O SR. NÉLSON NAGAMINE – É, porque são várias perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Está bem. São muitas. Fique à vontade.

O SR. NÉLSON NAGAMINE – ...são experimental.

Como eu já coloquei no início, essa versão é a porta de entrada para a aviação, é onde estimula as pessoas a serem pilotos, estimula as pessoas a serem mecânicos de manutenção, estimula as pessoas a serem pilotos, estimula as pessoas a serem mecânicos de manutenção, estimula as pessoas a desenvolverem projeto, a assumirem projeto. Então, para a Anac ter uma aviação experimental forte é muito importante.

A segunda pergunta é sobre como a Anac fiscaliza essa aviação. Essa aviação, como coloquei lá, a quantidade de aeronaves é muito grande, a quantidade de pilotos é muito grande, e os recursos da Anac, principalmente recursos humanos, são limitados. E, entre escolher fiscalizar um avião da TAM, por exemplo, e um ultraleve, acaba-se tendo de fazer esse tipo de escolha. E a tendência é a de que se fiscalize mais quem está fazendo transporte aéreo regular do que quem está numa aviação experimental.

Então, não temos como colocar um inspetor para cada operação de aviação experimental que acontece. E o que temos de fazer é uma análise de risco e incursões amostrais, baseadas em relatórios e estatísticas que temos e devemos tentar fazer um trabalho em parceria com as associações, com elas ajudando a disseminar uma cultura de segurança, para, nessa parceria, conseguirmos um resultado melhor.

A outra pergunta é sobre credenciar associações para fiscalizar. Hoje uma das barreiras para fazer esse credenciamento para a fiscalização é a própria lei da Anac. Ela não permite fazer esse tipo de fiscalização, mas, logicamente, parcerias com as associações, como Abul e a Abraex, seria muito interessante. Uma parceria forte, de mão dupla: acho que todo mundo ganharia com isso.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO – Essas leis não são definitivas. Estamos bem em parcerias e podemos modificá-las, não?

O SR. NÉLSON MEGAMINE – Exatamente. Perfeito.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO – Muito obrigado.

O SR. NÉLSON MEGAMINE – E aqui é um bom fórum para isso.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO – Perfeito. Justamente. Chegamos lá. Vamos trabalhar juntos.

O SR. – Poderá ser uma delas.

O SR. – Nossa proposta realmente é parceria. Essa é a palavra mágica par nós.

O SR. NÉLSON MEGAMINE – Havendo dispositivos legais, logicamente isso ajudaria muito.

A outra pergunta é sobre isenção de taxas. Eu trabalho na área de aeronavegabilidade. Posso levar isso para outros setores da Anac; no momento, não teria condições de responder.

A outra é sobre o impacto da revogação do RBHA 37. O RBHA 37 é especificamente sobre construção amadora. A nossa expectativa é a de que o impacto seja zero, porque o RBHA 37 era um guia, um material-guia, do órgão americano, que adotamos via regulamento, e pretendemos emitir uma instrução suplementar, que é um documento de nível abaixo do regulamento, basicamente com aquilo que já havia no regulamento anterior.

Logicamente, existem melhorias que estão sendo pedidas, porque esse material do RBHA 37 foi desenvolvido na época em que os ultraleves eram feitos de tubo e tecido. E hoje se usa material composto e por aí vai, inclusive, motor elétrico. Então, teria de haver umas melhorias, e já existe material americano para isso. É aí que entra também o papel das associações em trabalhar em conjunto com a Anac, para ter esse material mais modernizado.

A outra questão é sobre o que a Anac pode fazer para proteger esse tipo de indústria. Acho que o que temos feito, durante esses últimos três anos, já é muito importante, que é essa conversa que temos tido com as próprias associações, para escutá-las e para tentar chegar a um ponto que seja interessante para todos.

Essas regras – e a *Paradise* estava mencionando a dificuldade ou a não possibilidade de fazer fabricação depois de 1º de dezembro do ano passado – estão sendo desenvolvidas já faz três anos, desde 2008. Desde 2008, a Abul, a Abraex, a Abrafau estavam envolvidas nesse processo. Esse processo de mudança do regulamento foi para audiência pública, e não houve comentários durante a audiência pública. Então, para a Anac estava tudo correndo bem, porque fizemos um trabalho em coordenação com todas as associações, e não houve nenhum comentário em contrário duran-

te a audiência pública. Nós seguimos o que estava previsto na lei da Anac, mas não que isso impeça de evoluirmos para outro ponto. Mas é o ponto que foi negociado durante três anos, que ficou estabelecido e combinado com todo mundo e que nós efetivamos.

Então, existe abertura para fazermos outra adaptação.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – Nelson, eu participei desse grupo, fui contra, mas a Abrafau, que respondia pelos fabricantes... Só que a Abrafau não reúne todos os fabricantes. O Bruno não é sócio da Abrafau e não teve seu ponto de vista defendido. Eu me vi sozinho, defendendo um ponto, tanto que foi minha sugestão a de que haja o especial, mas que quem não quiser comprar um especial homologado compre um outro, montado pela indústria.

Acho que o usuário é que tem de escolher isso, e não a Anac dizer qual é o grau de risco que vou correr. Posso estar ciente de que aquele ali não cumpriu todos os requisitos de homologação na Anac, com LSA, mas que ele possa ser vendido e montado para mim. Eu quero correr esse risco. Essa é a minha posição, e isso foi dito nesse grupo de trabalho. Minha voz não foi... Eu me retirei do grupo por isso, porque no relatório não constava a minha opinião. Eu era sozinho, brigando com mais três ou quatro, e não deu certo.

O SR. NÉLSON MEGAMINE – Mas, ainda assim, existia a possibilidade de entrar na audiência pública da Anac, para colocar o comentário.

Sobre a Abrafau, um dos motivadores para toda essa mudança na regulamentação era a ligação da própria Abrafau de que existia uma insegurança jurídica em relação à construção amadora, pelo fato de eles estarem excedendo aqueles tais 51%. Então, esse foi um dos *drivers* que levaram a toda essa modificação, além de outros.

A última pergunta é sobre ressalva para o PMD, Peso Máximo de Decolagem, hoje de 600 quilogramas. Isso foi analisado durante todo esse tempo, durante três anos.

Esses 600 quilogramas são baseados na norma da ASTM, que é um órgão americano meio equivalente à ABNT. No desenvolvimento da norma, ela levou em conta que as aeronaves pesavam até 600 quilogramas. Então, se você colocar 150 quilogramas a mais, não sabe quais os riscos que está assumindo, uma vez que a norma foi estudada e projetada para 600 quilogramas. Aí teria de haver uma análise de cada ponto da norma, para ver se esse adicional de 150 quilogramas impactaria ou não a segurança.

Então, esse foi o motivo pelo qual mantivemos esses 600 quilogramas.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA SOUZA – Só que vamos fazer, aqui, no Brasil, o caminho inverso. Nós vamos pegar o que já existe e tirar. Lá foi feito para criar até aquele limite.

Então, eu sugiro que quem tem intenção de exportar suas aeronaves torne a adequar seus projetos para 600 quilogramas. Parece que isso já está sendo revisto lá nos Estados Unidos. Agora, quem já tem suas aeronaves, aqui, no Brasil, voando – no caso da Paradise, já são mais de 180 aeronaves fabricadas, voando no Brasil –, quem já tem uma linha de pensamento de projeto permaneça nos 750 quilogramas, para não comprometer a segurança de voo.

Uma das minhas aeronaves vou deixar de fabricar, porque não consegui enquadrar nos 600, que é o Paradise P2S. Então, de sete modelos, vou passar a produzir dois. Eu tinha 80 funcionários, hoje tenho 56. E vou enxugar.

O SR. NÉLSON MEGAMINE – Especificamente em relação ao caso da Paradise, existia a possibilidade de solicitar uma isenção do cumprimento do critério de maior porção, que é o que a Flyer conseguiu, há algumas semanas, o que a Embraer vai conseguir nas próximas semanas e o que a Anac orientou a própria Paradise a fazer. Até o momento, não recebemos nenhum tipo de petição.

Nós nunca fechamos as portas; sempre mantivemos possibilidades, para que a indústria se adequasse, mas há horas em que se depende de ação da própria indústria para que a Anac possa tomar alguma providência.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA SOUZA SANTOS – É, mas limitar todo o investimento feito a três anos de construção apenas é muito pouco.

O SR. NÉLSON NAGAMINE – Tudo isso pode ser argumentado na petição. Saíram... Da Flyer, acho que são dois anos ou três. Nada impede que, faltando algum tempo para terminar, seja pedida outra prorrogação da isenção, isso não é proibido. Agora, o tamanho desse prazo depende da argumentação do interessado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Receba o Bruno lá com as associações para ver se a gente chega a um entendimento, porque o que eles propõem está dentro do lógico, está dentro da ética, está dentro do possível também. O senhor, como uma pessoa de bom senso, não acha que é importante se reunirem?

O SR. NÉLSON NAGAMINE – Com certeza.

Eu queria aproveitar para fazer algumas pontuações aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Fique à vontade.

O SR. NÉLSON NAGAMINE – Com relação às horas de PP. Como eu trabalho na área de aeronavegabilidade, a gente teria de fazer uma consulta para a área de licenças. Isso será...

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Não é bem a sua área...

O SR. NÉLSON NAGAMINE – Isso será levado.

Outro ponto aqui é sobre o raio das aeronaves históricas. Isso é uma questão relativa a limitações operacionais, e eu, internamente, estou trabalhando a cabeça das pessoas para que a gente possa determinar quais serão as limitações operacionais em função do grau de risco que aquela aeronave representa. Ou seja, a gente teria uma avaliação para cada aeronave para determinar se aquela aeronave merece uma limitação mais rígida ou menos rígida. Então, é algo em que talvez a própria indústria, vocês, o Museu da TAM, poderiam colaborar com a Anac: no sentido de estabelecer critérios técnicos que nos ajudem a tratar caso a caso para a gente tomar uma decisão que seja a melhor possível para aquela situação.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Eu só te falo uma coisa: piloto nenhum vai tripular um avião cuja limitação seja em função de sua segurança, não existe isso. Existe alguma coisa assim?

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – A melhor pessoa para avaliar isso é o próprio piloto, porque a aeronave é dele, o investimento é dele, ele guarda aquilo, e ele...

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Senador, o senhor também é aviador. O senhor entra num avião que não tem condição de voar duas horas?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Não.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – E o pior: trezentos quilômetros sem pouso, vai e volta.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Além da questão da segurança, o que estou querendo entender é o seguinte. Por exemplo, essas aeronaves do museu são fantásticas e, às vezes, num aniversário de Brasília... Então, eu tenho convicção de que os brasilienses e os brasileiros viriam para ver o sobrevoos dessas aeronaves históricas, mas elas não podem vir aqui, é um deslocamento de mais de trezentos quilômetros. É mais ou menos isso, não é?

Então, o que ele está dizendo é isto: dentro do parâmetro de segurança, que essas aeronaves sejam expostas, voando, para a população. A aviação é fascinante, é poética, é emotiva.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Nós vamos conversar.

O SR. NÉLSON NAGAMINE – Estamos abertos a conversas.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Acho que isso é plenamente possível, e digo isso em função de conhecer os critérios de manutenção da família Rolim desde quando eu era menino lá em Porto Nacional, quando eles ali voavam para a Codeara e tantos outros... E Na Ata, aquela empresa de manutenção que eles tinham em Goiânia, sempre primaram – tanto que chegaram aonde chegaram – pela competência, pelo zelo, pela capacidade técnica, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Então, isso é plenamente possível. Que não fique apenas nos hangares, que o povo brasileiro, principalmente a juventude, conheça. Isso é importante.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Sim, pois não.

O SR. NÉLSON NAGAMINE – O meu último ponto aqui é sobre o que o Albrecht estava comentando, sobre custos de homologação.

Acho que aí entra também uma questão de estratégia nacional para a indústria brasileira, porquê, além de trabalhar com aeronaves experimentais, eu trabalho na área de certificação de aeronaves. Aliás, boa parte da minha equipe se dedica à certificação de aeronaves. Uma das coisas que a gente vê em relação ao mercado brasileiro hoje em dia, especificamente na questão de mão de obra, é que falta gente qualificada para projetar aeronaves que possam ser certificadas e, conseqüentemente, possam ter competitividade internacional, já que uma aeronave certificada tem, naturalmente, um valor agregado maior, porque ela acaba incorporando conhecimentos técnicos que nem sempre uma aeronave experimental contém. Isso acaba trazendo benefícios para o Brasil, eu entendo assim.

Então, nessa questão de custos de homologação, o problema não é exatamente o custo da homologação em si. A opção de experimentar uma aeronave homologada já existe, já existe essa possibilidade. Agora, a empresa fabricante escolher se ela vai produzir uma aeronave experimental ou uma aeronave certificada, já é uma questão de negócios dela.

Por outro lado, toda vez que aparece um novo empreendedor aqui no Brasil diferente do nosso maior fabricante, a gente vê que ele tem extrema dificuldade para materializar o projeto dele em função da falta de mão de obra que saiba lidar com requisitos de certificação.

Às vezes as pessoas criticam muito o fato de ter de certificar a aeronave, mas esquecem que aí também entra uma questão de estratégia nacional. Trata-se de decidir se a gente deveria incentivar mais isso

ou não, o que envolve a questão de manutenção do nosso *know-how*, que é reconhecido no mundo inteiro. Nós somos a terceira ou quarta maior fabricante de aeronaves grandes, grandes aviões, mas poderíamos estar atuando em outras searas, não só na de aviões grandes.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Néelson, mas é importante observar esses números para que a gente não mate a indústria nacional.

É importante estreitar esse diálogo, e o bom dessas instituições – Anac, Sac – é que estão sempre abertas para o diálogo. À medida que vão aflorando os problemas, a gente vai intensificando o diálogo e encontrando soluções.

Com a palavra Ricardo, pela Secretaria de Aviação Civil.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Bom, primeiramente vou falar sobre a questão da isenção tarifária – acho que foi o Humberto que comentou essa questão, mas o Comandante Amaro também a levantou.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO SILVEIRA – Para as aeronaves experimentais...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Para as duas, para a aviação experimental como um todo e para a histórica.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – A questão tarifária é a seguinte. O conceito de tarifa envolve o conceito de contraprestação de serviço. Ou seja, quando você vai para o aeroporto ou quando você utiliza o espaço aéreo, você está remunerando serviços prestados. Com relação ao espaço aéreo, para o Decea, que presta os serviços. Existem também aquelas EPTAs, estações que prestam serviços de torre ou de Afis. Então, você está remunerando essa prestação de serviços.

Então, se a gente, por algum motivo, reduz... Eu não estou falando nem contra nem a favor, só estou dando uma explicação sobre como se dá isso. Se a gente reduz o valor dessas tarifas para um determinado segmento, de certa forma, para compensar essa redução nesse segmento, é preciso aumentar em outro segmento.

Você tem, de um lado, as tarifas aeronáuticas e, de outro, as tarifas aeroportuárias. Então, há essa questão de subsídio cruzado que pode haver de um segmento subsidiando outro. Então, tem de avaliar muito bem essa questão. Agora, com relação a descontos em tarifas e isenção de tarifa, tendo em vista que as tarifas foram criadas por lei e que as isenções ou descontos estão previstos em lei. Então, qualquer redução de tarifa específica tem de ser feita por lei. Há

também a questão também de que, para haver isenção ou redução de tarifa, a gente precisaria de projeto de lei específico para atingir esse objetivo.

Há essas duas questões: a de se avaliar se isso é interessante que se faça; a outra questão é a que tem em vista de que isso não é competência da Anaq propriamente dita, que regula a questão tarifária, nem do Comando da Aeronáutica que regula a questão tarifária relativa à infraestrutura aeronáutica. Então, só deixo registrado isso.

O SR. HUMBERTO PEIXOTO – Só para continuar com seu raciocínio. Essas taxas todas estavam previstas em lei, essas isenções, para a aviação experimental. E isso foi revogado, se não estou enganado, em 96, na época em que houve a passagem de DAC para Anac. Então, o que acontece? Com isso aí, nós tínhamos como incentivo, como eu falei, para a aviação experimental, com todos os motivos para que o Brasil, Desde que Santos Dumont voou pela primeira vez e todos os construtores estão devolvendo tecnologia ao parque industrial aeronáutico sem custo. Então, isso é um incentivo como é feito lá fora. Não sei de que forma possa ser feito isso.

Acredito sim que, obviamente, possa ser feito por lei. Então, o que a gente está querendo é que se possa voltar novamente à condição que tínhamos e que era com esses incentivos. Quando foi criado o Código Brasileiro do Ar, foi criada essa isenção para a gente. E, depois, isso foi revogado. O que a gente quer é voltar a discutir essa situação porque a aviação experimental está na condição de que o Comandante Nelson falou: a gente está no início da coisa e isso vai abrindo o interesse pela aviação. E é isso o que a gente quer, de certa forma, que se entenda.

Eu estou muito contente de estar aqui com vocês, principalmente por ver vocês discutirem regras, normas e leis e que a gente possa adequar os interesses, que não são nossos, mas da Nação.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – Me permite, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pois não.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – Essa isenção da tarifa experimental foi cancelada a pedido da Infraero pelo DAC em 1990, mais ou menos, porque a Infraero reclamou que tinha muita aeronave com isenção e que eles precisavam desse dinheiro, e o DAC capitulou e deixou. Existe país, como a França, em que o governo dava mil e quinhentos francos para cada construtor de aeronave que fizesse voar uma aeronave, como incentivo.

Nós tínhamos desconto no preço de combustível para essa aviação. Hoje, a única atividade que tem

isenção de tarifas é a aeronave de instrução pertencente às entidades de aeroclubes.

O problema que você falou da tarifa de comunicações e pouso. Eu decolo de Jacarepaguá, pouso no Clube Céu (dois minutos de voo) eu gasto quatro reais de combustível (talvez nem isso) e eu gasto 80 reais de tarifas aeroportuárias e de comunicações. Eu só falo com a torre de Jacaré e pouso no Clube Céu. Pior que isso: eu saio de Jacaré para Angra dos Reis, eu tenho de preencher um plano de voo em que dou todos os dados, quando eu chamo o órgão de controle de Santa Cruz, ele me pede todos os dados que eu dei no plano de voo. Ou seja, eu faço o plano de voo porque ele é o ato gerador da cobrança das tarifas.

Nos Estados Unidos, a gente decola e vai até 18 mil pés sem plano de voo, se for visual. Você escolhe se faz ou não um plano de voo. Eu acho que a gente precisa repensar em tudo isso aqui no Brasil.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO – Com relação às tarifas aeronáuticas, é interessante até, com relação à questão de isenção, consultar o Decea, que é o órgão competente dentro do Ministério da Defesa, para essas questões. Eu acho o seguinte (e até Nelson falou aqui) é interessante que as entidades peticionassem e argumentassem e justificassem os pleitos e os encaminhassem aos órgãos.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE ALBRECHT – Isso aí eu já fiz, já peticonei. Já nos foi dada uma tarefa para a gente calcular uma tarifa anual e, na última hora, disseram que não seria possível.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO – Sim, é uma prerrogativa do órgão e, não necessariamente, quer dizer que todos os pleitos serem acatados. Eu acho que seria interessante, como primeiro movimento, que tivesse uma petição nesse sentido para que as entidades, todas elas, façam essas reivindicações. Acho que isso seria interessante.

Agora, com relação às perguntas que foram feitas: como a Secretaria de Aviação Civil vem trabalhando a questão do desenvolvimento da indústria da aviação experimental brasileira?

Bom, a Secretaria de Aviação Civil, em suas competências, no decreto que regulamentou a lei de criação, não existe nenhuma competência específica para a questão de indústria aeronáutica, tem competência específica para a questão de serviços aéreos. Contudo, na Política Nacional de Aviação Civil em que a Secretaria é responsável por verificar a implementação da Política Nacional de Aviação Civil, como foi mostrado aqui, é uma questão específica voltada para a indústria aeronáutica e muita coisa foi feita nesse sentido. Se a gente for verificar de 2003 para cá (estou

falando para a indústria aeronáutica), isso foi capitaneado pela própria Embraer.

Agora, quando a gente fala de indústria aeronáutica, de empresas produzindo aviões, sejam experimentais ou não, a gente está falando de indústria aeronáutica. Então, a Secretaria de Aviação Civil tem sim competência para tratar dessa questão em parceria com o Ministério da Indústria e de Desenvolvimento e Comércio Exterior que tomou a frente de todas as políticas voltadas para a desoneração tributária da aviação aeronáutica. Então, o Ministério da Indústria e Comércio tem participado muito dessa questão.

Com relação à indústria de aviação experimental, a Secretaria não adotou nenhuma política específica voltada para a aviação experimental até o momento. A gente tem recebido muitas entidades lá. Existem projetos de capacitação de recursos humanos e que eu acho interessante que as associações participem (não sei se alguns de vocês tiveram acesso a uma reunião junto à Secretaria de Aviação Civil). Há um órgão responsável, junto à Secretaria, por esse projeto de capacitação de recursos humanos. Seria interessante a gente ouvir as associações com relação a isso, tendo em vista que grande parte dos recursos humanos (pilotos) é formada nessa questão de indústria de aviação experimental.

Outra pergunta: qual departamento é responsável pela mesma dentro da SAC?

Como eu disse, não há um departamento específico. Há um departamento responsável sim por serviços aéreos e é onde eu trabalho... Então, independentemente de ter um órgão específico para o assunto, como falei anteriormente, seria interessante que essa petição fosse endereçada à Secretaria de Aviação Civil.

Quais os incentivos que a SAC está preparando para a aviação experimental, exemplo: simplificação e redução da tributação da receita federal na importação de kits e componentes necessários à execução dos projetos?

A gente não está preparando nenhum tipo de incentivo voltado para a aviação experimental como foi dito aqui. Então, seria interessante a gente... porque a indústria é que vai saber... é que vive os problemas do dia a dia. A indústria é que vai saber onde é que o imposto está alto, onde é que não está, quais são os reais problemas. Então, a gente precisa ter essas informações da indústria para a gente ouvir a indústria, ouvir as associações, para entender os problemas e a gente, internamente, fazer nossas análises. Não quero dizer que todos os pleitos serão acatados, mas a gente tem condições de avaliar isso.

Mas, se a gente for falar de indústria aeronáutica, existiu, como falei na apresentação, uma redução de

tributos significativa. Então, houve um trabalho muito grande ao longo de mais ou menos dez anos e que hoje permite que uma empresa de transporte aéreo regular de passageiros compre aviões da Embraer pelo preço das aeronaves exportadas pela Embraer hoje. Isso não era possível. Comprava-se com adicionais de mais de 20% do valor da aeronave. Então, quem comprava no exterior comprava mais barato do que comprava aqui dentro. A gente buscou isso e conseguiu alcançar esse objetivo.

Tem outra pergunta que é: “A SAC e Anac trabalham conjuntamente a questão da aviação experimental? Como se desenvolve esse trabalho?” A Anac está dentro da estrutura da SAC de certa forma. Apesar de a Anac ter suas competências muito particulares como agência de regulação e fiscalização, ela está dentro da SAC. Então, a parceria é total; com relação a várias questões, a gente sempre está conversando. Esse trabalho se desenvolve na mais perfeita sintonia, mas é interessante deixar claro que, enquanto a Anac está com a questão de regulação e fiscalização, regulação técnica e regulação econômica, a SAC tem a questão de diretrizes políticas e a elaboração de políticas públicas para o setor como um todo. Então, a gente consegue fazer uma separação clara das competências dos dois órgãos, digamos assim.

“Qual é o canal de comunicação que a SAC mantém com as entidades representativas da aviação experimental?” Eu me lembro, algum tempo atrás, ainda no Ministério da Defesa, de ter conversado, se não me engano, com o Humberto sobre algumas questões de que não me lembro exatamente quais foram, mas esse canal de comunicação, como falei, é totalmente aberto. A gente está com projeto grande de aviação, de transporte aéreo de passageiros voltado para o mercado regional, aviação regional, e estamos recebendo todos os Estados da Federação para conversar sobre a questão, estamos recebendo todas as entidades representativas do setor, as que representam a indústria de transporte aéreo regulação de passageiros.

Então, tem sido assim: todos os projetos que a Secretaria de Aviação Civil está desenvolvendo ela tem a preocupação de chamar as entidades representativas do setor para participar. É claro que há aquele momento em que a gente colhe as informações, tem o sentimento da indústria e, depois, a gente tem a prerrogativa de, internamente, concluir os trabalhos. Faz parte da agenda do Ministro Wagner de receber todas as associações. Então, as portas estão abertas. Por favor, procurem-nos. Reforçando, é muito importante a gente saber quais são os pleitos. Até então, antes desta audiência, eu não tinha ideia de quais seriam os pleitos voltados para políticas públicas, redução de

impostos, etc. É interessante que a gente saiba dessas questões para poder identificar os problemas e chegar a algum consenso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado a você, Ricardo.

Para concluir, nós vamos ouvir, finalizando, o Comandante João Amaro, o nosso Comandante Rolim, para suas considerações finais, já registrando a nossa alegria, o nosso prazer em recebê-lo aqui nesta subcomissão.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Obrigado, Senador.

O único pedido que eu tenho que fazer já foi declinado aqui. É realmente a limitação de trezentos quilômetros, em torno de duas horas de voo dos aviões antigos e clássicos, uma média.

O que o Ricardo falou aqui de que a redução da taxa depende de lei, foi um balde de água fria em todas as nossas associações, Ricardo. Você pegou pesado conosco. Portanto, mágica ninguém faz. É preciso mexer na lei, não é, Senador? Infelizmente, essa é a realidade.

Agradeço muito pela compreensão de vocês todos e ao Senador que eu jamais esperava que fosse esse Vicentinho que está aí falando.

Muito obrigado a todos. Espero um dia revê-los no museu. Tenho certeza de que todos vocês vão gostar do que nós fizemos lá. Pelo menos nós trituramos uma grana que não foi brincadeira lá no museu.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, comandante.

Deixe-me registrar que nós vamos contribuir com legislações para fazer avançar. Essa vai ser uma delas.

O SR. JOÃO FRANCISCO AMARO – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Antes de encerrarmos, eu quero agradecer a presença de todos e de todas que aqui estão. A aviação é muito envolvente e sempre, nas audiências públicas, temos uma participação e uma assiduidade muito fortes. A presença de todos aqui nos honra e nos engrandeceu nesta audiência pública. Também agradeço aos ilustres convidados e palestrantes da Mesa, que contribuíram muito, cada um na sua dimensão e no seu foco.

Portanto, agradeço a presença de todos e convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião a realizar-se no dia 8 de maio de 2012, terça-feira, neste plenário, às 9 horas, para debatermos as políticas públicas para o desenvolvimento da aviação comercial, com os seguintes convidados: representante da Secretaria de Aviação Civil (SAC), representante da Anac o Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindica-

to Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea) e o Sr. Apostole Lazaro, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar). Nós vamos discutir esse outro tema que também faz parte do planejamento da aviação brasileira. Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 53 minutos.)

Ata da 10ª Reunião da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada em 8 de maio de 2012, terça-feira, às 9 horas, no plenário 13 da Ata Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e treze minutos do dia oito de maio de dois mil e doze, no plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Vital do Rêgo**, **Flexa Ribeiro** e **Ivo Cassol**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assinam a lista de presença os Senadores não membros desta Subcomissão: Cyro Miranda, Randolfe Rodrigues, Waldemir Moka e Wellington Dias. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, passa-se à pauta, quando o Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: Senhor **Ricardo Chaves de Melo Rocha**, Diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Senhor **Ricardo Bisinotto Catanant**, Superintendente de Regulação e Acompanhamento de Mercado, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Senhor **José Márcio Monsão Mollo**, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Senhor **Elton Fernandes**, Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ; e Senhor **Victor R. Celestino**, Diretor Especial para Aviação Regional do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA. O Presidente informa que esta reunião tem por finalidade debater políticas públicas para a aviação comercial/linhas aéreas, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012-CISTAC. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Presidente registra a presença do Senhor Olimar José Costa, da Associação Nacional dos Aeronautas – ANA – e do Sindicato dos Aeronautas do Município de São Paulo; do Senhor Pablo Henrique, Assessor Parlamentar da Secretária de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; da Senhora Ilma Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar da Agência

Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Senhor Mauricio Gusman, Assessor do Diretor Passos, da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Senhor Guilherme, Assessor Parlamentar da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; do Senhor Jorge Honório, Assessor do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e do Senhor Guilherme Aberle, Assessor da Diretoria de Relações Institucionais da Trip Linhas Aéreas. Às dez horas e trinta e cinco minutos, o Presidente passa a presidência ao Vice-Presidente desta Subcomissão, Senador Flexa Ribeiro. O Senador Vicentinho Alves retorna a presidir a reunião às onze horas e quatro minutos. O Senador Vicentinho Alves faz questionamentos aos palestrantes. Usa da palavra o Senador Randolfe Rodrigues. Os expositores respondem questionamentos e fazem as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovarem queiram ficar como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos à pauta.

Antes, convido para tomarem assento à mesa o Sr. Ricardo Chaves de Melo Rocha, grande amigo, Diretor do Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC; o Sr. Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Regulação e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, sempre bem-vindo; o Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas – Snea; o Sr. Elton Fernandes, Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e o Sr. Victor Celestino, Diretor Especial para Aviação Regional do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Esta Presidência está aguardando a relação dos ilustres visitantes para que possamos registrá-los como visitas ilustres aqui, nesta audiência pública.

Hoje, vai ser uma audiência um pouco atípica em relação ao ritmo que viemos mantendo até agora. Eu, como Presidente desta Subcomissão e como membro também do Conselho de Ética do Senado Federal, vou ter de estar presente aqui e, quando necessário, também vou ter de estar presente no Conselho de Ética. Caso haja necessidade de estar presente em alguma votação no Conselho de Ética, terei de suspender a nossa audiência e ir lá votar, mas voltaremos para reiniciarmos a nossa audiência pública. Portanto, peço a compreensão dos nossos convidados.

Como comentário inicial e em referência ao tema sobre aviação civil da audiência pública que hoje vamos tratar, quero fazer uma rápida introdução, para que fique registrada nos Anais da Subcomissão.

O transporte aéreo regular no Brasil surge de forma definitiva em 1927, como uma solução lógica para cobrir suas distâncias continentais, sendo que, passados 85 anos desde seus primórdios, hoje, o mesmo corresponde ao principal meio de transporte utilizado pela população em distâncias superiores a 500 quilômetros, o que significou, em 2011, quase 180 milhões de passageiros transportados. Segundo dados de 2011, hoje, as companhias aéreas operam 505 aeronaves, atendendo 127 destinos no Brasil, com crescimento anual na casa dos dois dígitos. Dessa forma, o setor aéreo é um fornecedor de serviços finais de transporte para os consumidores, produzindo efeitos de encadeamento em todos os setores da economia nacional, situando-se no grupo dos que mais estimularam a economia, com demanda de insumos, mão de obra altamente especializada, logística etc.

A importância da aviação regular ultrapassa as nossas fronteiras, sendo a principal ligação do Brasil com outros países e, ademais, uma peça fundamental na indústria do turismo e a maior geratriz de empregos indiretos dentro de todos os setores da economia, ao passo que a grande maioria dos negócios realizados são possibilitados pelo emprego do transporte aérea.

Contudo, o transporte aéreo regular, meio indispensável para a integração nacional, hoje, passa por um momento de importante definição, sendo que mesmo sua viabilidade vem sendo colocada em xeque. Enquanto que, no início da década de 60, mais de 400 localidades eram atendidas por linhas áreas regulares, hoje, esse número chega a 127. Os custos apenas com combustíveis comprometem quase 40% de suas receitas, sendo que as tarifas e as taxas aeroportuárias e de navegação vêm sendo consideravelmente realinhadas, enquanto a ausência de

investimento em infraestrutura afeta seus projetos de crescimento. Nesse sentido, a formulação de uma política que garanta desde a formação dos profissionais que atuarão na indústria das linhas aéreas, passando pela reestruturação de sua carga tributária e tarifária, incluindo planos de financiamento para aquisição de novos equipamentos, a construção e a ampliação de novos aeroportos e facilidades para navegação, especialmente a definição de regras de operações e a participação conjunta dos órgãos de administração da aviação civil, entre tantos outros, são fatores imperativos para garantir a sobrevivência do setor.

Seja a aviação regular de caráter nacional, internacional ou regional, cada um de seus modais precisa de uma política governamental eficiente e dinâmica, bem como de um marco regulatório contemporâneo que assegure seu desenvolvimento constante, pois o crescimento e a soberania do Brasil dependem de suas asas.

Com essa nossa modesta introdução, quero passar a palavra ao amigo Ricardo Chaves, que representa a Secretaria de Aviação Civil, da Presidência da República. V. S^a dispõe de 15 minutos. Caso haja necessidade de alongar, não tem nenhum problema. Esta, como eu digo sempre, é uma comissão bastante técnica e, aqui, é, além de uma audiência pública, muito mais uma audiência de trabalho, para que, efetivamente, cheguemos ao final com um bom planejamento e com uma boa legislação para avançarmos na aviação do nosso País. Portanto, 15 minutos, Ricardo.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA
– Obrigado.

Eu queria agradecer a oportunidade e cumprimentar o Senador Vicentinho e os componentes da mesa.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores, a ideia é passar rapidamente aqui, fazer um breve panorama histórico e institucional do setor, falar rapidamente sobre a estrutura organizacional da SAC da Presidência da República, falar um pouquinho de algumas estatísticas que dão um panorama geral de como está o setor e falar de alguns desafios, no final, decorrentes do resultado do que foi falado anteriormente.

Próximo, por gentileza.

Então, como foi falado aqui, as primeiras linhas regulares surgiram em 1927. Em seguida, teve a criação do DAC, com a publicação do primeiro Código Brasileiro do Ar, em 1938. Em seguida, em 1941, foi criado o Ministério da Aeronáutica. Logo mais, em 1959, temos as primeiras linhas operadas por aeronaves a jato. Em sequência, em 1961, eu gostaria de destacar a I Conferência Nacional de Aviação Comercial. Essa reunião marcou uma forte regulação do setor. Em se-

guida, 28 anos depois, foi instituído um novo Código Brasileiro do Ar. A criação da Infraero foi em 1972 e a criação dos Sistemas Integrados de Transporte Aéreo Regional (Sitar).

O Sitar basicamente dividiu o País em cinco áreas e foi dedicada uma única empresa para operar em cada uma dessas áreas, aquelas que não operavam no dito mercado nacional.

Então, foi uma iniciativa voltada para a aviação regional, à época, voltada para o número de cidades atendidas por transporte aéreo regular de passageiros.

Em 1986, depois da publicação do novo Código brasileiro, foi publicado o novo Código Brasileiro de Aeronáutica. Em 1991, houve a 5^a Conac. Dentre as questões de que ela tratou, destaco a extinção do Sitar, o Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional. Iniciou-se aí um processo de liberalização do setor. Em 1999, a criação do Ministério da Defesa.

O próximo, por gentileza.

Em 2000, destacamos a criação do Conac, instituição que, tem alguns períodos, tem maior atividade e, em outro, menor atividade. Destacamos os anos de 2003 e 2007, quando houve um período mais intenso de atividades do Conac. Em 2001, também sob influência de resolução do Conac, nesse sentido, iniciou-se o processo de liberalização tarifária.

Em 2006, após a criação da Anac, em 2005, ela foi implantada, em substituição ao DAC. Em 2007, houve um novo passo institucional, a criação de uma nova secretaria dentro do Ministério da Defesa, para tratar da questão de política pública do setor de aviação civil, dentro da administração direta.

Em 2009, destacamos a criação do Decreto nº 6.780, que trata da política nacional de aviação civil. Foi feito um processo que durou por volta de um ano, um ano e meio, com a participação de praticamente todas as entidades do setor, para a construção dessa política de aviação civil.

Em 2011, houve a criação da Secretaria de Aviação Civil – está fazendo um ano de sua implantação –, dentro da Presidência da República, com *status* de ministério.

Destacamos também a primeira concessão de aeroporto gerido, outorgado à União. A primeira concessão da União foi a do aeroporto de São Gonçalo do Amarante. Em 2012, outros três aeroportos: Guarulhos, Brasília e Campinas também foram concedidos.

Então, esse seria um breve histórico, relato do histórico do setor.

Quanto à área institucional, muita gente já deve ter visto a apresentação, mas acho que vale a pena falar novamente, rapidamente.

Então, só para destacar: a Secretaria de Aviação Civil é um órgão da administração direta voltada para a organização governamental e, principalmente, para a elaboração e acompanhamento de políticas públicas para o setor.

Vinculados à Secretaria, temos a Infraero e a Anac. A Infraero com operação de 63 aeroportos e a Anac, agência independente, responsável pela regulação técnica e econômica e a fiscalização do setor.

Fora da estrutura da Secretaria de Aviação Civil, temos o Ministério da Defesa. Dentro do comando da Aeronáutica, o Decea, que o órgão que provê grande parte dos serviços de infraestrutura aeronáutica e regula e fiscaliza esses serviços, também.

O próximo, por gentileza.

Com relação ao crescimento do setor, é interessante observar o crescimento brutal do setor, principalmente nos últimos anos. Se olharmos de 2005 a 2010, tivemos, em média, 15% ao ano de crescimento, taxas maiores do que as taxas chinesas. Isso significa que, de 2005 a 2010, praticamente dobramos o número de passageiros/quilômetros transportados no Brasil. Então, nesse período, houve um crescimento, realmente, brutal. Muito desse crescimento ocorreu em virtude do crescimento no mercado doméstico. Apesar de o crescimento no mercado internacional também ter ocorrido.

O próximo, por gentileza.

Para falar de passageiros embarcados nas empresas brasileiros, no mercado doméstico internacional, vemos que, apesar de ter havido um crescimento no mercado internacional, ao lado dessa série histórica, chegamos ao pico 5.5 milhões de passageiros embarcados, no ano de 2010. Grande parte desse crescimento se dá em decorrência do mercado doméstico. Vemos, ao longo da série histórica, a partir de 2003, um crescimento cada vez maior, com taxas, um crescimento com taxas crescentes.

Próximo, por gentileza.

Esse crescimento, sem comentar a relação de causa e efeito, vem sendo acompanhado por uma redução significativa nas tarifas, nas passagens aéreas. Então, vê-se, a partir de 2008, em toda série até 2011, um decréscimo das taxas ocorrendo nesse período.

O próximo, por gentileza.

Com relação à participação no mercado doméstico - neste caso específico, estamos vendo as empresas de médio e grande porte -, podemos verificar que a participação das duas maiores empresas no mercado já atingiu, em 2008, mais de 90% do mercado. Esse número vem caindo. Hoje, as duas maiores empresas têm uma participação um pouco menor que 80% do mercado.

Verificamos que, na dinâmica do mercado, as empresas deixam de operar, e novas empresas surgem. Neste período, a Transbrasil parou as suas operações, em 2001; a Vasp, em 2004; a Varig, em 2006; a BRA, em 2007. Por outro lado, vemos um crescimento das operações da Webjet, a partir de 2008; o crescimento e surgimento da Azul, em 2008, que, dessas empresas, ocupa o terceiro lugar em participação no mercado. Há também o crescimento Trip, também com um crescimento consistente no setor.

Com relação às empresas de pequeno porte, é interessante – fizemos isso para destacar o crescimento das duas empresas que operaram de forma mais significativa no mercado dito regional -, temos um grande crescimento em expansão das operações da Trip, que saiu de menos de 0,5% na participação no mercado, em 2005, atingindo, em 2011, mais de 3%, 3,25% do mercado. Um pouco mais modesto, mas também crescendo, vemos a Passaredo – em azul. Esse crescimento iniciou-se a partir de 2007. Hoje, está com um pouco mais de 0,5% de participação no mercado.

O próximo, por favor.

Tendo em vista esse contexto, o que construímos? Aproveitando o Índice de Concentração do Mercado HHI, verificamos que esse índice já esteve mais baixo em determinado momento, anterior, principalmente em 2004. Chegamos a um índice de 0,28%. Nisto, tínhamos Vasp e Varig operando. Nesse momento, iniciamos um crescimento desse índice, tendo em vista o término de operações da Vasp e a crise da Varig. Então, esse índice de concentração do mercado vai crescendo, atingindo um ápice em 2008, com 0,43. A partir daí, com a ampliação da frota da Webjet, tendo em vista a aquisição pela CVC, a entrada em operação da Azul e a expansão das operações da Trip, tudo ocorreu nesse período, voltamos a ter um decréscimo consistente desse índice, chegando a 0,33. Só para verificarmos, comparando com o índice no mercado americano de 0,09, muito mais baixo do que temos agora, mas temos como parâmetro esse mercado, que é muito mais maduro do que o brasileiro.

Então, tiramos daí o seguinte: temos muito que avançar para a redução de índice de concentração com o aumento da competitividade do setor e o aumento da competição também.

Próximo, por gentileza.

Agora, com relação a esse mapa aí, ele representa os aeroportos com voo regular hoje, num total de 126. Há em vermelho as capitais; e as outras cidades, em amarelo. Se estabelecêssemos um raio de 100 km em torno de todos esses aeródromos de todas essas cidades, já teríamos mais ou menos 62%

dos municípios brasileiros atendidos por transportes aéreos regulares.

Só para enfatizar, estamos considerando que todas as sedes de municípios, que estão dentro desse raio de 100 km estabelecido, em torno dos aeródromos, estão atendidos. Então, se estiver um município dentro do raio, está atendido.

Da mesma forma, a gente tem aí, tendo em vista esse raio, 152 milhões de pessoas atendidas por transporte aéreo regular de passageiros, significando aí quase 80% da população.

Por favor.

Outro dado interessante. Temos aí um mapa, representando uma malha aérea doméstica regular por quantidade de assentos ofertados por semana. Em vermelho, representa ali as rotas mais densas. Então, as ofertas nessa linha em vermelho vão de 50 a 150 mil assentos ofertados. Assim, há três rotas representadas nesse mapa.

E a gente vai decrescendo aí de 20 a 50 mil em azul; de 10 a 20 mil; de 5 a 10 mil; e até 5 mil.

É interessante notar aí que as rotas com densidade, com ofertas de até 5 mil assentos por semana, fazem um total de 272 rotas. Ou seja, mais ou menos 58% do número de rotas são de baixa e média densidade.

Pode voltar, por gentileza.

Outra coisa que podemos tirar desse mapa é o seguinte: ele representa mais ou menos o mapa de densidade demográfica do País. Se formos ver a densidade das rotas, ela está no litoral sudeste e sul do País. Quando vamos caminhando para o oeste do País, você vai tendo rotas menos densas, principalmente quando vamos para a região noroeste do País, na região da Amazônia Legal.

Por gentileza.

Por outro lado, na mesma linha que estamos apresentando, esse mapa representa a malha aérea doméstica regular por quantidade de empresas por rota. Então, o que é que a gente verificou? É intuitivo, mas nas rotas, têm-se poucas rotas, com muitas empresas operantes. Então, há rota em vermelho aí; há cinco empresas por rotas, operando nessas rotas em vermelho, e você vai lá diminuindo de cinco, quatro, três, dois, um.

Então, as rotas menos densas são operadas por uma única empresa por rota. Mais uma vez, para mim, isso seria contraintuitivo, mas você tem 240 rotas, sendo que, em cada uma delas, você só tem uma empresa. Então, você tem mais ou menos 62% de um total de 416 rotas operado por uma única empresa em cada uma dessas rotas.

Próximo, por favor.

Uma visão geral dos aeroportos da Infraero, no caso. Há o movimento de passageiros, em vermelho, de 15 a 30 milhões, três aeroportos; de 5 a 15 milhões, 9 aeroportos; de 1 a 5 milhões, 15 aeroportos; e por aí em diante.

Mais uma vez, temos um mapa que reflete o mapa de densidade demográfica do País. Há uma maior concentração na Região Sul e Sudeste, litoral. Quando vamos em direção ao lado oeste do País, vamos tendo aeroportos com menor movimentação de passageiros.

Próximo, por favor.

Então, tendo uma visão geral do transporte aéreo, fizemos uma sede histórica do número de cidades atendidas e o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros.

Temos em vermelho, na verdade, o número de aeroportos atendidos. Chegamos a um número de 182 aeródromos em janeiro e fevereiro de 1999. Esse número veio caindo, atingindo aí um vale de 108 aeródromos. Hoje, estamos oscilando entre 125 e 130 aeródromos operados por transporte aéreo regular de passageiros.

Em azul, temos o número de rotas. Uma questão interessante que destacamos é que, apesar de o número de cidades/aeródromos atendidos terem caído, ao longo dessa série histórica, temos aí um aumento do número de rotas servidas por transporte aerográfico de passageiros.

Então, verificamos um descolamento em 2008, 2009. Antes, essas duas linhas andavam juntas, e, a partir de 2009, há um descolamento. Então, voltamos a ter um número maior do que tínhamos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA –

As rotas aumentaram. Isso significa que há uma qualidade melhor do serviço prestado. Apesar de o número de cidades não ter aumentado, há mais opções de rotas que servem essas cidades.

Próximo, por gentileza.

Então, é o que verificamos em 1999: 182 cidades. Em 2011, em agosto, em julho, chegamos a 130 aeroportos servidos, e o número de rotas foi de 837 para 840. Aumentou um pouco.

O que é interessante verificarmos nesse mapa? A dinâmica da malha aérea. Temos em vermelho os aeródromos que deixaram de ser operados; em verde, aqueles aeródromos que eram operados em 99 e continuam sendo operados hoje; em azul, são novos aeródromos sendo operados. Então, vemos que há uma dinâmica significativa do setor.

Houve uma diminuição de cidades atendidas, mas houve uma alteração dessa malha aeroportuária também. O mesmo acontece com o número de rotas

atendidas. Havia rotas atendidas em 1999, que não existem hoje, e há rotas que existem hoje, que não eram servidas em 99.

Por gentileza, o próximo.

Só para ilustração, temos o mapa do número de aeródromos públicos, pista de pouso e decolagem. Verificamos Minas Gerais, com o maior número. Cabe destacar também, na região amazônica, na Amazônia Legal, parte do Mato Grosso, do Amazonas, do Pará, Estados com grande número aeródromos públicos.

Mais uma vez, verificamos que a questão reflete o mapa de densidade demográfica, maior concentração na Região Sudeste e litoral do País.

Próximo, por gentileza.

Algo que gostaríamos de destacar é o modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária hoje.

O que temos ali? Muito rapidamente, porque o tempo se está esgotando. Temos aeródromos militares e civis, num total de 28 militares e 3.610 civis. Desse civis, 2.890 são privados; 720, aproximadamente públicos. Há aeródromos delegados à União e outros delegados a Estados e Municípios. Dos delegados à União, você tem prestação direta pela União, por meio da Infraero e do Comando da Aeronáutica, e você tem também a possibilidade de delegação desses aeródromos privados, por meio da concessão e da autorização.

O que temos hoje é a concessão de quatro aeródromos daqueles delegados à União. Mais ou menos de forma semelhante você tem para os Estados e Municípios. Um total bem maior: 632 aeródromos. Eles podem ser operados também diretamente, ou pela Secretaria, ou pelo Departamento, dentro do Estado, por empresa pública, ou podem ser delegados por iniciativa privada – temos ali três possibilidades: terceirização, concessão e autorização.

Próximo, por favor.

Para concluir, quais seriam os principais desafios que temos, tendo em vista o que foi apresentado? Um grande gargalo que verificamos hoje, principalmente tanto para a aviação regional, quanto para aquela aviação com densidade maior, é aquela questão de investimento em infraestrutura aeroportuária.

A ideia é atacar em todos os sentidos. Investimentos em obras em expansão dos aeroportos diretamente pela União, no caso os aeroportos da Infraero, atacar a questão de melhoria de gestão dessa infraestrutura, utilizar o Fundo Nacional de Aviação Civil que conta hoje com recursos significativos. Esses recursos vão aumentar, quando tivermos recursos oriundos do valor de outorga das concessões.

Outra forma de atacar também é passar para o privado. No caso específico, foram quatro grandes aeroportos delegados à iniciativa privada recentemente.

Outra questão também importante que gostaríamos de destacar é a da revisão do setor. Temos 26 anos do CBA. Existe aqui nesta Casa um Projeto de Lei que agregou uma série de projetos de lei em torno do CBA, sob vários aspectos. Destaco especificamente uma questão de redução da barreira de entrada para novas empresas do setor. Acho que é uma questão que temos de atacar: aumentar a possibilidade de novas empresas oferecerem novos serviços e aumentar a competição.

A competição, por si só, traz uma melhoria na prestação de serviços e uma série de outros benefícios. Mas, por outro lado, além da competição, temos de atacar a questão do aumento da competitividade.

Temos conversado a respeito da questão do combustível de aviação, que representa um custo enorme para o setor. É o principal gargalo.

Então, seria isso.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Ricardo.

Registro com prazer a presença do Vice-Presidente desta Subcomissão, Senador Flexa Ribeiro, que representa tão bem os paraenses e o povo brasileiro no Senado Federal.

Estão também presentes Olimar José Costa, da Associação Nacional dos Aeronautas e do Sindicato dos Aeronautas do Município de São Paulo, Pablo Henrique Nunes, Assessor Parlamentar da SAC, Ilma Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar da Anac, Maurício Gusman, Assessor do Diretor Passos, Guilherme, Assessor Parlamentar da Anac, Jorge Honório, Assessor do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, e Guilherme Aberle, Assessor da Diretoria de Relações Institucionais da Trip Linhas Aéreas.

Sejam todos bem-vindos.

Portanto, quando o nosso Vice-Presidente quiser fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Vai ser só mais adiante.

Então, concedo a palavra ao Sr. Ricardo Bisinotto Catanant, representando a Agência Nacional de Aviação Civil, por 15 minutos.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Bom dia a todos. Cumprimento a todos os presentes, Senador Flexa Ribeiro, Senador Vicentinho Alves. É um prazer estar aqui representando a Agência e trazendo, mais uma vez, esclarecimentos a esta Subcomissão.

Vou tentar ser bastante sucinto. A apresentação do meu colega Ricardo, da SAC, esvaziou bastante a minha exposição. Isso vai dar mais tempo para os demais palestrantes e para os debates ao final.

Então, o próximo *slide* é basicamente um roteiro bastante sucinto do que pretendo expor, um pouco

da evolução do setor, focando bastante na questão dos direitos do consumidor, da utilização dos serviços aéreos. Essa é uma questão bastante latente, principalmente na aviação comercial, no transporte regular.

Atualmente, talvez hoje seja a maior pressão que a Agência hoje recebe do setor, da sociedade. Enfim, espero poder trazer algumas luzes sobre a questão.

Próximo *slide*, por favor.

Esses dados já foram apresentados aqui pelo Ricardo sobre a questão da movimentação de passageiros ao longo do tempo, das etapas domésticas fundamentalmente, havendo um grande crescimento a partir de 2005. Há também os números apresentados sobre a movimentação de passageiros, a questão do *marketing chair*. Aí temos visto uma gradual desconcentração do mercado, com a diminuição da participação das duas maiores empresas e o crescimento das novas empresas, algumas entrantes inclusive.

Esse quadro também já foi mostrado. Então, vou passar.

A questão da evolução das rotas, da mesma forma. Há também um considerável decréscimo das tarifas com a entrada e o aumento da competição.

Próximo, por favor.

Ressaltaria, dentro desse contexto, muito bem delineado pelo Ricardo, Diretor da SAC, alguns fatos que também merecem ser trazidos à luz e explicam um pouco desse crescimento. É um fator mundial. O surgimento das empresas *low cost* mundo afora, com a modernização da frota das aeronaves, o que tem permitido uma utilização cada vez mais intensa desses equipamentos, em benefício dos usuários, dos passageiros, que podem usufruir hoje desse serviço a um preço consideravelmente cada vez menor. Assim esperamos.

Então, há uma maior diferenciação de serviços, maior ocupação; e o reclamado, menor conforto. Essa é uma questão, reforço, que constitui tendência mundial. Vemos que, hoje, na Europa e nos Estados Unidos, esse modelo é praticamente consolidado, em que os passageiros podem usufruir de passagens bastantes baratas mesmo, pagando por uma série de outros serviços – desde *check in* ao despacho de uma bagagem. A regulação é menos incisiva, com uma maior gama de competidores. Essa é a maior diferenciação de serviços.

Hoje, a Europa consegue precificar. Esses países, na verdade, que se utilizam desse modelo, havendo de fato uma infraestrutura para as empresas *low cost*, quanto a isso, talvez a nossa infraestrutura aeroportuária não permita a aplicação desse modelo à sua inteireza.

Quanto à expansão dos canais de comercialização, hoje, verificamos, cada vez mais, o consumidor

tendo acesso direto aos canais de comercialização das empresas, diminuindo a intermediação, julgamos, em benefício dos passageiros.

Então, a questão da universalização dos serviços aéreos, o ingresso de novas classes. Isso é algo que vem sendo dito bastante, porque talvez seja um dos mercados em maior expansão, a taxas chinesas, como ressaltou o Ricardo Rocha.

Isso tem trazido rápida saturação da infraestrutura portuária. Os gráficos apresentados dos números de aeródromos e o crescimento das rotas dão conta disso nos últimos anos. O crescimento exponencial do número de passageiros transportados e a infraestrutura portuária, agora, finalmente, nos faz verificar que os investimentos estão sendo devidamente realizados.

A grande demanda de consumidores. Voltarei a esse ponto específico ao final da apresentação.

Os desafios postos para o setor, para a SAC, formuladores de políticas, e à Anac, o órgão regulador, se verifica... Hoje, como temos uma gama de novos consumidores que não conhecem tão bem o setor e há uma pressão tão grande sobre a Anac para regular, cada vez mais, os interesses e proteger os consumidores, a primeira preocupação da Agência é trazer informação. A regulação que temos editado – algumas delas citarei mais adiante – tem primado pela necessidade de as empresas aéreas fornecerem as informações para os passageiros sobre quais produtos estão em oferta, quais as características desse setor. Isso porque verificamos que um dos principais problemas de que o consumidor padece é a falta de informações sobre o atraso ou cancelamento do seu voo, que são fatores naturais, são premissas com as quais a aviação civil tem de trabalhar, inexoravelmente. Atrasos e cancelamentos por conta de fatores meteorológicos sempre vão acontecer. Temos de estar preocupados em fazer com que o passageiro entenda essa dinâmica. Isso traz um pouco mais de pacificação social.

Também a questão da mudança do modelo de gestão dos aeroportos, algo pelo qual o Governo Federal vem se empenhando. O próprio fato de a SAC ter sido constituída justo abaixo da Casa Civil, da Presidência da República. Isso denota a preocupação do Governo Federal com relação a essa questão.

A proteção dos interesses dos consumidores. Como eu já disse, temos recebido muita demanda da sociedade, dos órgãos representantes dos consumidores, do Ministério Público, das Casas do Legislativo. Então, a Anac vem focando sua atuação fundamentalmente na proteção dos interesses dos consumidores.

A definição do âmbito de atuação da SAC. A revisão da legislação é interessante. E é bastante importante estar aqui, poder trazer um pouco da pauta

da Agência, das necessidades de alteração de alguns textos legislativos que são anacrônicos, geram alguns conflitos, alguns desentendimentos. Hoje, temos leis, tratados, por exemplo, que estipulam limitação de responsabilidade das companhias áreas por extravio da bagagem, por danos ao passageiro. E os tribunais vêm julgando que esses limites já não se aplicam mais porque o Código de Defesa do Consumidor seria a lei de regência para todas as relações entre empresa aérea e consumidores.

Gostaria de chamar a atenção de todos e pedir a participação, o esforço do conjunto do Senado e da Câmara para que trabalhem na legislação aplicada ao setor. A Anac está à disposição, Senador Vicentinho, para debater aqui quando necessário sobre os projetos de lei que estão em tramitação nas duas Casas.

Um ponto bastante importante é estruturar a Anac para receber reclamação dos passageiros, pois elas se avolumam cada vez mais. Hoje, temos a necessidade de aumentar nossos quadros, para darmos o devido tratamento para essas reclamações.

Por fim, como a Anac pensa em promover o crescimento da aviação sem prejuízo da segurança, aumentando a competitividade, diminuindo as barreiras à entrada de novas empresas que venham fomentar, cada vez mais, a competição.

Sobre a questão fundamental dos direitos do consumidor, um tema que vem bastante à baila quando se fala em aviação regular. A Anac não recebeu um histórico desde a sua fundação. Essa era uma pressão que talvez não fosse exercida de tal forma sobre o Departamento de Aviação Civil. Talvez pelo número de passageiros, pela taxa de ocupação dos voos, pela explosão do crescimento que tivemos a partir de 2005, isso tenha se tornado bastante latente nos anos da Anac, o que tem denotado as principais ações regulatórias da Agência no sentido de receber e melhorar a condição do passageiro.

Temos ali alguns diplomas que regem a aviação: a Convenção de Varsóvia, de 1929; o Código de Aeronáutica, de 1986; a Convenção de Montreal, de 1999. O maior diploma que talvez tenha sido aplicado na relação de consumo, na relação entre empresa aérea e passageiro foi o Código de Defesa do Consumidor. Inclusive, o STF está discutindo se prepondera ou não o Código de Defesa do Consumidor sobre o Código de Aeronáutica e a Convenção de Montreal, de 1999, com relação à limitação de responsabilidade. Esse é um tema bastante crítico que demanda a atenção de toda a sociedade.

Com a Anac, finalmente, o novo marco regulatório. A lei da Agência não diz isso de forma bastante clara, mas hoje a Anac tem sido chamada a atuar mesmo

como órgão que faz parte, integra o sistema nacional de proteção e defesa do consumidor. Hoje, adotamos uma série de medidas com base, inclusive, no diploma no Código de Defesa do Consumidor, embora não haja uma legislação clara e bastante específica a respeito.

Entre os principais textos de resoluções que a Anac editou, que eu gostaria de trazer à baila e apresentar aos senhores, está o selo conforto, talvez uma das primeiras medidas adotadas. Basicamente, foi para atender a uma demanda surgida, à época, de aumentar o espaço entre os assentos nas aeronaves. A Anac trouxe o tema para debate e houve por bem editar uma resolução que prima pela necessidade de as empresas informarem ao passageiro qual é o espaço disponível em cada uma dessas aeronaves. A Anac certifica qual o menor assento disponível na aeronave e dá para ela um selo conforme essa distância: A, B, C ou D. As empresas são obrigadas a informar o passageiro. Entendemos que isso agrega valor no momento da aquisição da passagem, e o passageiro pode pleitear e escolher entre aquela empresa que lhe dê um pouco mais de espaço, ou pode optar por pagar um pouco menos e viajar com um pouco menos de conforto. Dessa forma, coloca ao usuário a opção e não obriga as empresas a necessariamente aumentarem o espaço entre as poltronas.

A Resolução nº 138 trouxe algumas regras sobre o que deve conter no bilhete de passagem, o que deve ser cobrado como taxa à parte, as taxas governamentais e todos os demais fatores indispensáveis à prestação do serviço que devessem ser prestados e vendidos, comercializados dentro do preço único de bilhete de passagem.

Por fim, a Resolução nº 141 buscou conjugar os direitos que já estavam no Código Brasileiro de Aeronáutica com algumas diretrizes do Código de Defesa do Consumidor, e deixou de forma mais clara, mais acessível, melhorou alguns aspectos no que tange à prestação de assistência material, como no caso de atraso ou de cancelamento de voo, adiantando isso no tempo. Antes era a partir de quatro horas e passou a ser prestado a partir da primeira hora, da segunda hora e da quarta hora, de forma escalonada.

A Resolução nº 196, a mais recente, trouxe a necessidade de que as empresas com determinado volume de usuários em determinados aeroportos passassem a prover uma estrutura de atendimento presencial nesses aeroportos, além de outras diretrizes no tocante à política de atendimento ao usuário por telefone, Internet, alguma estrutura mínima essencial.

Já falei um pouco da Resolução nº 135, só para ilustrar a forma de mensuração do conforto, o espaçamento entre as aeronaves e as faixas estabelecidas,

as categorias. E também o selo dimensional, só para ilustrar um pouquinho.

Pode passar. A Resolução nº 141, o escalonamento de que fiz menção, a partir da primeira hora, segunda hora, quarta hora, e quais as providências em caso de preterição, e deixaram bastante claro para o consumidor. Distribuímos folhetos, que até hoje são disponibilizados nos aeroportos. E as empresas hoje são obrigadas a dar para os passageiros, em seus balcões e lojas, esses informativos com os direitos dos usuários. Elas têm de apresentar isso *sponte propria*.

Os canais de atendimento que a Agência já possui que estão sendo aperfeiçoados, o Focus, o Ecoar, o telefone e formulário eletrônico. Hoje, a Anac está reativando seus postos de atendimento em alguns dos principais aeroportos por uma demanda social que temos recebido e por determinações do Governo Federal.

Estou me aproximando do final. Espero não ter tomado muito tempo. Três das principais preocupações que espero ter externado aqui, e eu gostaria de trazer a resumo aqui, são: a questão da transparência, que se reflete, fundamentalmente, no reforço à informação do passageiro, dos usuários do serviço de transporte aéreo...

A Anac tem trabalhado também na revisão dos normativos no sentido de rever as penalidades que hoje são previstas e aplicadas para as empresas de transporte e também para os provedores de infraestrutura – isso é algo também que a Agência tem tido cada vez mais preocupação – e reforçar os canais de atendimento aos usuários. A transparência se reflete, basicamente, na divulgação de informações sobre pontualidade e regularidade. Nós estamos trabalhando numa resolução que... Hoje, as empresas já são, por uma recém-editada resolução, obrigadas a divulgar, no momento da venda, quais os percentuais de pontualidade e regularidade daquela rota que o passageiro já está escolhendo no momento da compra. A divulgação do espaço útil, algo que já foi feito há algum tempo, e a divulgação das informações com relação às condições técnicas de operações nos aeroportos.

Próximo, por favor.

As penalidades. Como eu disse, novas condutas penalizáveis, tornar isso, o processo de aplicação de penalidade, algo mais racional.

As regras de atendimento, a eficiência... Tem se pensado cada vez mais em trazer o operador a integrar e ser responsável como um dos principais elos da cadeia do transporte aéreo. Hoje, a Agência recebe uma pressão muito grande, as empresas aéreas também são muito pressionadas, mas sem uma infraestrutura, esse sistema não funciona.

Então, a Agência, hoje, está voltando bastante sua atenção, os contratos de concessão já trazem um início de regulação bastante forte nesse sentido de trazer padrões de qualidade de serviço para os aeroportos.

Mais uma vez, o atendimento aos usuários, a norma de compartilhamento de balcões de *check-in* está sendo revista e talvez para junho já tenhamos uma nova resolução que vai substituir a Resolução nº 113.

A Agência hoje trabalha numa minuta de resolução sobre bagagens. É um tema que é fruto de muitas reclamações de usuários que nós recebemos. Então, a gente espera que, ainda no curso deste ano, nós levemos à audiência pública essa minuta, para que todos possam contribuir. Exorto todos aqui também a participarem desse processo de audiência pública para que haja maiores ganhos.

A acessibilidade, a Resolução nº 196, que busca primar aí pelo atendimento direto do usuário, e a questão da fiscalização e monitoramento dos serviços aéreos.

É só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Ricardo.

Na quinta-feira – nós já anunciamos e vamos repetir –, nós iremos apresentar à Comissão de Infraestrutura um relatório parcial das audiências públicas até a audiência anterior, porque a de hoje não dá para prepararmos para esse relatório parcial, e também já estamos em contato com o Pablo, da Secretaria de Aviação Civil, para nós, Presidente Flexa, também entregarmos esse relatório parcial, já de comum acordo com o Relator, Senador Vital, e todos os consultores, assessores, e aí o Professor Jorge, ali, que é uma sumidade na área, tem dado uma contribuição enorme, nós vamos ao Ministro Wagner Bittencourt e vamos entregar de forma parcial. É claro que até o final se poderá ter mais ajustes à medida que for necessário.

Portanto, na próxima semana, vamos marcar e vamos lá, ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil. Está bem, Ricardo?

De modo que agora passo a palavra a Elton Fernandes, professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sempre a gente tem os contrapontos para a gente ver aquilo que vai bem, aquilo que tem de problema e o que nós poderemos melhorar com relação à aviação no nosso País.

V. S^a dispõe de quinze minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário.

O SR. ELTON FERNANDES – Muito obrigado.

Bom-dia ao Senador Vicentinho e aos senhores aqui presentes.

Primeiramente, vou pedir desculpas aqui pela (*falha no áudio*) das minhas transparências porque vão estar muito aquém aí dos nossos colegas, mas eu tive uma notícia muito rápida para preparar a exposição e então eu procurei mais buscar conteúdo e trazer para cá o que eu pudesse discutir.

Por favor.

Eu vou procurar falar um pouquinho sobre essas partes interessadas, entre as quais o Governo, logo no início, e, depois, um breve cenário internacional, cenário nacional e algumas conclusões.

Nessa primeira questão – por favor, a próxima –, as partes interessadas, uma coisa interessante que ocorre no Brasil é que houve certa renovação de instituições e de empresas. Se você for para a América do Norte, as chamadas *legacy carriers* ou *networkd carriers* existem ainda e dominar o mercado, continuam existindo, embora algumas tenham sucumbido ou pelo processo de coalizão... E no Brasil nós temos empresas, eu diria, razoavelmente novas. A mais antiga, talvez das mais significativas, é a TAM. A Gol é uma empresa novíssima e hoje tem uma participação significativa no mercado, a Trip evoluindo aí, a Azul é supernova no mercado e apresentando... E nós temos características diferentes daquele mercado denso que existe no corredor do norte do hemisfério, que é América do Norte, Europa e Ásia. Ali é que está a grande parcela do transporte aéreo mundial. Nós estamos numa ponta de cá. Somos, eu diria, um fim de linha, não somos uma passagem de rotas comerciais importantes, como é o Oriente Médio, tradicionalmente, historicamente, como é Singapura, aquela parte da Ásia, que tem portos importantes, rotas comerciais de grande relevância, de navios, de uma série de coisas. Nós vamos num vai-e-vem, agora é um mercado pujante, que está acontecendo e surpreendendo.

Mas crescer não significa lucro também para as empresas aéreas. A gente vai ver... Oferecer mais é muito bom, mas oferecer mais sem ter uma estabilidade, sem gerar lucro para o operador privado é um problema, porque você fica com empresas com certo nível de instabilidade.

E temos reguladores, operadores... O Decea, embora tenha um processo de continuidade, foi criado em 5 de outubro de 2001. A Anac, em 2006, herdou uma estrutura do DAC, mas, de certa forma, descontinuou significativamente aquela estrutura. Uma parcela principal que foi descontinuada e não foi assumida por ninguém eu diria que foi o IAC, o Instituto de Aviação Civil, que fazia todo o planejamento, capitaneava os planejamentos aeroportuários, essa coisa toda. Ele

foi eliminada da existência da Anac e não houve um substituto. À época, a SAC era uma pequena secretaria dentro do Ministério da Defesa e não tinha nem condições de assistir isso, e atualmente a SAC é um órgão supernovo, acabou de ser instituído.

Então, realmente a gente tem uma coisa nova ocorrendo, que está acontecendo aí. Ao mesmo que gera dificuldades, é uma oportunidade de se construir coisas novas que realmente venham a trazer resultados positivos para a sociedade brasileira. Mas essa parte nós estamos no aguardo. Existe uma ampliação, mas não com a qualidade que a sociedade gostaria. O tráfego está crescendo, mas muito concentrado em pequenos aeroportos, o que é uma coisa natural.

O processo de liberalização levou as empresas a uma postura de *hub and spoke systems* que se concentra nas rotas de grande densidade, a buscarem essas rotas de grande densidade. Então no mundo todo ocorreu isso. É natural que rotas de menor densidade não tenham muitos operadores. Muitas vezes é até desejável que tenham um só, porque dois vai degradar tanto que ninguém vai querer operar aquela rota. Então, necessariamente não é colocar duas empresas numa rota de baixa densidade que se está prestando um bom serviço ou um serviço competitivo para a nação. Pode ser a desgraça daquela localidade não ter uma operação lucrativa e se eliminar o serviço. Em vez de favorecer, eu estou eliminando. É um comentário geral.

Nós vamos observar no mundo, os senhores me desculpem, eu não tive tempo, coletei algumas informações, mas a gente percebe aí que de 2009 para diante, esse é o total mundial de viagens, existe uma evolução com alguns choques, por exemplo, todos sabem, o ataque ao World Trade Center foi um dos grandes choques mundiais. A OAG, que é um órgão que faz uma estatística bastante interessante, fez um estudo recente sobre a avaliação dos impactos. Então a gente vai ter os grandes impactos na evolução do transporte aéreo mundial, e eu acho que podemos pensar em dois. A evolução da demanda, estamos falando da *performance*, da lucratividade das empresas, mas que afetou o processo de crescimento da oferta e mesmo da demanda, porque a oferta funciona muito junto da demanda em todo o mundo e no Brasil também. Então em 2001. E a crise financeira também em 2009 que são efeitos de longo prazo, mas nem foram sentidos muito no Brasil. No Brasil a gente vai ver mais adiante.

Então há essas crises. A gente olha no cenário mundial o ataque ao World Trade Center, quando houve uma queda. A aviação se recupera muito rapidamente. O estudo mostra que a maior parte dos impactos não dura mais que três meses, tempo para a oferta se re-

cuperar. Há um baque na oferta, mas em três meses ela recupera uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Professor Elton, eu gostaria que o Senador Flexa me substituísse por alguns minutos para que eu vá até o Conselho de Ética, porque estão me chamando lá. É possível, Presidente?

Então vou passar a Presidência ao Vice-Presidente Senador Flexa Ribeiro. E peço licença para me ausentar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Pode continuar, professor Elton.

O SR. ELTON FERNANDES – Obrigado.

Então, nós vemos ali que, mesmo em âmbito mundial, os que tiveram maior efeito foram esses dois fenômenos. Houve uma série de outros fenômenos, mas que tiveram curta duração no processo de oferta.

A evolução do PIB. O PIB, o valor do combustível, do querosene de aviação são elementos fundamentais, um no processo de crescimento da demanda e outro no processo da formação dos custos das empresas que, vimos, chega até 40%. Quando a gente observa nos Estados Unidos é entre 20% e 30%, talvez 25%. Então, no Brasil, os impactos do valor dos combustíveis são muito efetivos.

Um fato interessante em âmbito mundial é que, quando o crescimento do PIB se aproxima do seu crescimento médio – a média mundial é em torno de 2%, vamos dizer a média brasileira talvez seja de 3,5% –, isso tende a deteriorar o lucro das empresas. Existe certa associação. Então, talvez o transporte aéreo possa crescer duas vezes o crescimento do PIB, mas o lucro não vai; a tendência do lucro é desaparecer quando o crescimento está próximo do crescimento médio.

Esse daí é um estudo feito por esses pesquisadores em 2006; eles são do MIT, Massachusetts Institute of Technology, e escreveram sobre o ciclo econômico da aviação mundial. Antes de 1978, uma data marcante, que foi a liberalização nos Estados Unidos, antes de 1978, a indústria tinha ciclos econômicos virtuosos: maiores lucros e menores lucros, mas sempre com lucros. A partir da liberalização, vejam que a linha subiu, e nós passamos a ter fases de lucros e de prejuízos na faixa de cinco a seis anos; seis anos obtendo lucro, seis anos tendo prejuízo. E temos esta prospecção que é meio dramática porque se nós olharmos 2011, 2012 nós estamos entrando na fase ruim mundial se esta previsão de ciclos econômicos se configurar. Existe quem conteste isso que fale que as *low cost carees* no mundo quebraram os ciclos econômicos, e a gente não sabe mais ou menos como vai se dar isso para o futuro. De repente, a indústria mundial vai ter lucro ali. Assim como em 2008, 2009, estava se prevendo uma

posição positiva dos ciclos econômicos, mas realmente houve prejuízos estrondosos por causa de fatos ocorridos naquela data, principalmente já anunciando e ocorrendo posteriormente à questão da crise financeira.

Ali nós vemos uma previsão da lata de que em 2012 haveria um pequeno lucro, uma pequena posição de lucro. Mas isso depende do crescimento do PIB mundial e depende também e principalmente de como se comporta o preço dos combustíveis.

Se nós olharmos, vemos a evolução do preço. *Jet fuel* é o combustível de aviação, ali em dólar por galão. Um estudo – acho que foi da lata – está trabalhando para 2012 com 135 dólares o barril. Então, com esse fato, ela refez aquele *oil price spike* ali que é uma revisão da posição de crescimento e lucro. Em cima temos a previsão de crescimento, vemos que para a América Latina para 2012 vemos 7,2, 6,4; a capacidade está anunciando já a racionalização. Um dos problemas colocados por todos os pesquisadores é esta tendência de as empresas aéreas de fazerem uma oferta muito grande de serviço. Quase sempre elas saem numa concorrência de ofertar capacidade de forma um pouco exagerada. Então eles fizeram uma revisão disso. Os senhores veem ali a barrinha marrom que é a previsão para 2012 dos diversos continentes. Só a Europa estaria com previsão negativa. Mas com o impacto deste possível crescimento desse combustível, todo mundo fica negativo, inclusive a América Latina, também ela fica negativa.

Então, existe, da própria organização, um olhar conservador para o futuro.

Esse é um estudo recente, ao qual estou me dedicando agora, que trata da geografia do transporte aéreo no Brasil, mas este é um estudo recente da geografia do transporte aéreo no mundo.

Temos, ali, o Brasil com um dos países com crescimento e, com possibilidade também, a China, do lado de lá.

Por favor.

Aí temos uma variação. Acho este mapa interessante porque olhamos o Brasil e vemos o pequeno tamanho do nosso País em relação ao que ocorre em transporte aéreo no mundo. É algo pequeno. Por isso, vemos que, quanto ao nosso transporte internacional, precisamos tomar cuidado, porque as empresas estrangeiras podem trabalhar conosco pensando em custos marginais, o que inviabilizaria qualquer oferta de empresa nacional. Se olharmos a nossa estrutura de custo, se alguém vier aqui oferecer passagem baseado em custos marginais, em acrescentar mais um pouco o número de ofertas para a América Latina, as empresas nacionais estarão desgraçadas, não há condição de competitividade nenhuma, a não ser fazendo

alianças, aí surgem as consolidações. A tendência natural é a de se fazer aliança, porque, certamente, não há condições de bancar.

O próximo, por favor.

Este é só uma ideia. Eu já me excedi, Senador?

Então, por favor.

Mostramos aqui a posição, uma posição de dados da ACI, *Airports Council Internacional*, relativa a aeroportos, à participação do Brasil em termos de aeroportos.

Então, vemos aí o Brasil, na América Latina, em 2009, com 34%; em 2010, com 36% da América Latina.

Cresceu. O Brasil tem sido o carro-chefe do crescimento, mas quando olhamos além, em termos mundiais, esse crescimento não afeta muito: 2,7%, pelo menos duas casas decimais. Na primeira casa decimal, estou com 2,7%. É preciso aumentar muito para se inserir no rol das com maior representatividade no mundo.

Ali embaixo, temos a participação de todas as regiões geográficas, como a ACI considera.

A América Latina inclui o México. A ACI, sabidamente, colocou a América do Norte, a América Latina fica só com a central. Então, ficam só Estados Unidos e Canadá ali.

Temos essas figuras.

Por favor, a próxima.

Eu preparei algumas estatísticas. Como falei para os senhores, eu estou estudando, no momento, a geografia, mas preparei alguns dados estatísticos. Em relação aos dados, ao que foi possível, temos os que foram coletados dos anuários disponibilizados pela Anac, tornando constantes, usando o IPCA. Então, temos aí a lucratividade.

Vemos que aquela curva marrom é o resultado, vamos dizer, a lucratividade, a margem das empresas e o crescimento do PIB. Nesta linha marrom, para limitar o zero, vemos que de 1996 até 2010, tivemos de positivo, na indústria como um todo, os anos de 1997, 1998, 2000, 2003, 2004 e 2005. Curiosamente, com todo nosso crescimento, aqui, a partir de 2006, 2007, mesmo com o crescimento do PIB, isso não se refletiu claramente na lucratividade das empresas. Houve aquele crescimento forte que teve ali para 2010, que reduziu a diferença do negativo, mas apenas reduziu o negativo e não chegou a positivar.

Isso é uma grande preocupação. Não sei qual a solução. Não sei se isso está na planilha de custos, na eficiência operacional... Qual é o motivo? Nós precisamos estudar isso. O que eu diria hoje é que estamos administrando contingencialmente o sistema. O sistema está sendo administrado contingencialmente e não com planejamento de longo prazo. Então, essas ações contingenciais chegam e podem não resultar

em um efetivo equilíbrio das nossas empresas, a não ser que não nos importemos com isso e simplesmente abramos o capital para que entre o capital estrangeiro e assuma rapidamente. Não vai ser muito difícil para as grandes internacionais absorverem as nossas empresas. Não é muito trabalhoso para eles, não. Seria muito fácil isso, dadas as dimensões de escala e economia de escopo que eles poderiam ter.

Essa já passou, não é? Não, é a próxima mesmo – é que eu me viro para cá e me perco. Os senhores desculpem a minha informalidade, mas eu... Daqui a pouco, eu vou ficar em pé e vou para o quadro, porque trabalho na universidade e sou um professor. Tenho dificuldade...

Então, temos a evolução da oferta do assento-quilômetro e a evolução do pax-quilômetro transportado. Isso é retirado dos anuários. E o resultado das empresas. Vemos que, a partir de 2006, há uma evolução acentuada. Essa evolução acentuada, no entanto, não refletiu em lucros para o conjunto das empresas - nós podemos ter empresas com lucros, mas o somatório das empresas não refletiu... Eu acho que há um interesse para mostrar que há equilíbrio no setor, há possibilidade, há estímulos. Alguns autores falam: “os investidores estão relutantes em investir nas empresas aéreas, porque, de uma forma geral...” Existe até a brincadeira: se você quiser fazer um milionário, pegue um bilionário e invista em empresas aéreas, pois ele se tornará rapidamente um milionário. É uma brincadeira que se faz. Nós vemos aí.

Próximo, por favor.

Aí, eu fiz uma misturada para vermos o conjunto. Tem a evolução da oferta, da demanda, do Yield, que já foi mostrado aqui pelos outros expositores, e do Cask, que é o custo por assento-quilômetro oferecido. Eu pego o custo da empresa, divido pelo assento-quilômetro e tenho o Cask. Em cima, aquelas duas curvas de cima representam o break even pax e qual seria load factor. Aquele não é um load factor muito real, porque seria o load factor se eu pensasse só em passageiros, pois existe a carga também, que, no Brasil, não é extremamente representativa para as empresas aéreas, mas gera receita. Então, qual seria? Vemos ali que o nosso load factor vem caminhando muito abaixo, muitas vezes, do break even ponto, o que significa que não se está obtendo lucro. Então, as empresas têm a dificuldade também de atingir... Como é que eu posso melhorar isso? Aumentar o load factor. Para aumentar o load factor, precisamos racionalizar oferta. Existe uma crítica mundial às empresas aéreas, não só no Brasil, mas das pessoas que pesquisam: que as empresas aéreas tendem a ofertar, a fazer uma abordagem, até talvez pela dificuldade de se comprarem aviões, de

se colocarem novos aviões para... Fazem uma abordagem muito agressiva na renovação de frota e muito agressiva na oferta, para se assegurarem de segurar a demanda. Então, existe essa crítica, que é uma coisa de que as empresas precisam.

Até o Rigas Doganis, estudioso da área, diz que as empresas aéreas não têm a quem reclamar, senão a elas mesmas. Mas, com relação a isso, por causa do resultado ruim.

E outra coisa é essa queda do Yield, a queda acentuada do Yield. Eu faria uma crítica aos gerentes de receita, *revenue managers*, das empresas, que, na ânsia de aumentar o *load factor* e botar o passageiro, colocam as tarifas muito baratas e, de outro lado, fazem uma discriminação do passageiro de *business* vendendo passagens muito caras. Esse foi o meu caso: minha passagem custou mais de R\$1 mil, para o Senado. Não foi para o meu bolso. Se fosse para o meu bolso, eu nem poderia vir. É uma passagem Rio-Brasília. Então, eu contribuí para o Yield subir. Estou contribuindo para melhorar, pois, pelo menos, é mais do que o dobro do Yield médio.

Então, essa gestão precisa ser estudada. Eu digo que é muito difícil. A gente até faz sugestões, mas é muito difícil sem um estudo profundo, e um dos grandes problemas no Brasil é o acesso à informação, para se fazerem estudos mais consistentes.

Aí, eu recomendaria aos nossos colegas da Anac para usarem o mesmo rigor que estão usando na informação das empresas aéreas na informação para o público das estatísticas do setor. Que coloquem informações de que realmente possamos fazer estudos, detalhadas. Não só não seria só a Anac... Não é uma questão da Anac; é a Infraero, é o Decea, o Ipea, o IBGE. Séries totalmente defasadas, que dificultam; ou peridiocidades muito anuais, em vez de serem mensais; ou só por Estado, não por Município, o que dificulta o estudo dos aeroportos, a evolução.

Então, enfrentamos toda sorte de dificuldades para conseguir pesquisar e contribuir nessas reuniões.

É um ato de correr atrás e inferir com informações imprecisas. No Brasil, temos uma simetria de informações muito grande, porque a informação existe, mas ela só fica lá, e o público em geral não tem essa informação. Fala-se muito em transparência, mas pratica-se pouca transparência.

A próxima, por favor.

Isso daí é mais ou menos... Nós temos, do lado de cá, 2000 e, do lado de lá, 2012. Isso é a oferta computada a partir do Hotran (Horário de Transporte), de janeiro de cada um dos anos. Então, podemos ver que houve uma evolução grande ali, e há uma concentração grande. Não houve uma variação muito grande nesse

período dos aeroportos servidos. São os mesmos. Então, houve um crescimento. Nós temos ali São Paulo e Rio de Janeiro – esse é só o doméstico: a oferta de assentos do aeroporto em voos domésticos apenas.

Então, temos essa evolução e, nos estudos preliminares, já fizemos algumas regressões e percebe-se que o comportamento de 2000 é igual ao comportamento... Quer dizer, a variação geográfica do PIB, vamos dizer, da atratividade das cidades explica 85% da variação da oferta. Em torno de 85% e às vezes até mais do que isso. Então, não sei se teremos uma... Está muito voltado para a cidade. A cidade é o grande gerador de demanda e é o orientador de ofertas das empresas.

O próximo mostra o internacional.

O nosso internacional é quase imperceptível, porque mantivemos a mesma escala de um mapa para o outro e só temos Rio-São Paulo de forma perceptível. O restante do Brasil é insignificante, é pequeno. É muito pequenininha a oferta internacional. Existe a oferta internacional, e cresceu em outros aeroportos, mas é muito reduzida em relação... Está mais ali em Rio e São Paulo mesmo.

Imagino agora, com a concessão dos aeroportos de São Paulo, que os dois concessionários de São Paulo vão jogar pesado para atrair o tráfego internacional, porque eles precisam fazer dinheiro; ofereceram muito dinheiro por aqueles aeroportos. Então, eles vão jogar pesado para que ali seja o *hub*. O *hub* deverá ser São Paulo pelos próximos anos.

Aí, neste ano, depois das eleições, tem a concessão do Rio de Janeiro e de Confins, pelo menos. O Governo é que sabe, mas é só uma opinião. Pelo menos, porque já foi anunciado muito tempo atrás. Até, na época, o ex-Ministro Palocci anunciou esses três aeroportos, quando ainda estava na Casa Civil, e esses três foram concedidos. No discurso dele – recordo-me –, Rio de Janeiro e Confins estavam na lista. Agora, recentemente, o ministro falou de Rio de Janeiro e Confins, e um próximo outro aeroporto.

Por favor, o próximo.

Como vimos, até em parceria com o Snea (Sindicato Nacional das Empresas Aérovias), estudando a concentração, o que ocorre nos 16 aeroportos das 12 cidades da Copa, nós fizemos ali por empresa uma espécie de concentração da oferta. Vemos que, em 2000, tinha a TAM ali... Hoje em dia, acho que separar a Webjet da Gol não é muito justo; é uma empresa única. Quando se analisa, deve-se juntar a Webjet com a Gol para ver o que está ocorrendo na realidade.

Então, nós tínhamos aí... e os senhores vêm outros na ponta, na primeira linha, 13% da oferta nesse conjunto de aeroportos, embora nem todo mundo olhe

com maus olhos o duopólios. Vários pesquisadores defendem que, em determinadas áreas, dois ofertadores fortes dão mais estabilidade ao sistema do que um monte de ofertadores. Pode desestabilizar e, no final, todo o mundo perde.

Então, essa questão da competitividade, da competição, tem de ser olhada com limites da capacidade de geração de lucros do setor. Ela não pode ser vista simplesmente com os olhos de se colocar mais gente lá, porque é como eu diria: numa ligação de baixa densidade, colocarem-se duas empresas, os dois vão ter prejuízos fazendo aquela rota.

Próximo. Estou bem pertinho do final.

A situação mais ou menos hoje. Vemos, na primeira linha, que outros são 2%. Então, aqui, embora esteja separada a Webjet da Gol, se somarmos, no total, dá 37%. A TAM, que comprou a Pantanal, 31%. Então, temos dois...a estrutura. Depois, vem a Azul, que vem ali crescendo, com 11%. Isso daqui, em termos de oferta. É uma amostra, um indicador. Não é um número anual preciso. Um indicador levantado.

Ali, a outra empresa, a Ocean Air.

E o internacional nós vemos que se concentra em Guarulhos e Galeão. Eu não fiz aqui, mas, se eu pegasse ali e reduzisse só as estatísticas internacionais, nós veríamos que as empresas internacionais estariam dominando praticamente o mercado, porque as empresas nacionais reduziram, substancialmente, a sua participação. E, se formos olhar lá para os dados financeiros, é um setor em que as empresas nacionais têm prejuízos sistemáticos, as operações internacionais.

Então, por favor, o próximo.

Aí eu coloquei, quer dizer, são conclusões que estão ligadas a esses dados e as experiências que tenho, nem todos os fatos estão aí evidenciados. Aí vou me permitir ler rapidamente:

É evidente a dificuldade da indústria brasileira de empresas aéreas atingir margens de lucro positivas. Essa dificuldade precisa ser estudada de forma profunda para que possamos entender as razões de um mercado crescente e pouco afetado pelas crises internacionais vir acumulando prejuízos.

Então, precisamos estudar isso para ver de que forma: será que é o custo Brasil que está criando essa situação?

O Prof. Rigas Dogani – aí para cutucar nossos amigos das empresas aéreas – diz que as empresas aéreas só têm a elas mesmas a reclamar as dificuldades de se atingir equilíbrio na indústria: tarifas, exageradamente, baixas para encher os aviões aliadas a uma oferta exagerada não combinam com lucro; tarifas discriminatórias exageradamente altas para os passageiros de negócio não irão conduzir a bons re-

sultados, somente irão afastar os clientes mais rentáveis de transporte aéreo. Adicionalmente, o Governo tem contribuído bastante para a estabilidade dessa indústria com suas ações contingenciais: a falta de regras claras para o planejamento de longo prazo das empresas aéreas, a falta independência de interesses do Governo e a instabilidade regulatória minam a confiança empresarial.

Se você não puder fazer um planejamento de longo prazo, como é que você vai fazer investimentos? É duvidoso. Eu vou colocar o meu dinheiro... Eu sou um bilionário, vou virar um bilionário...

Uma vez que esse é um negócio de características internacionais, é necessário se pensar em medidas compensatórias para reduzir os efeitos negativos do custo Brasil e permitir que as empresas brasileiras concorram no âmbito internacional.

Finalizando, estamos em uma fase do ciclo econômico do transporte aéreo que aponta para a grande dificuldade de sustentação das empresas aéreas, a concentração observada pelos movimentos de liberalização – que é essa linha toda de *hub-and-spoke*, as linhas de maior densidade – e a consolidação, a união das empresas precisa ser continuamente estudada e monitorada, até onde as políticas e ações de Governo na área de transporte devem ser avaliadas em um contexto de longo prazo, e não de forma contingencial, como, tudo indica, vem ocorrendo – é uma opinião nossa. E novamente os objetivos precisam ser listados, pois os impactos das ações de Governo são de longo prazo.

Eu não tenho certeza absoluta, mas recentemente foi anunciado, foi colocado para a gente, então, abrir aeroportos com baixo potencial de demanda para a aviação exige estudos aprofundados com a consideração de instrumento de suplementação tarifária. O Sitar foi um instrumento dessa natureza, onde até a TAM prosperou bastante. De outra forma, poderemos ter um abre e fecha de aeroportos, com valiosos recursos desperdiçados.

Essas são opiniões de um pesquisador, não estou representando instituição, é um pesquisador da área que vem aí trabalhando para tentar contribuir com o conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Nós temos a participação do Prof. Elton, que com muita propriedade fez uma belíssima explanação sobre a aviação em geral.

Passo a palavra ao José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Como havíamos combinado, vou falar rapidamente para passar a palavra ao Celestino, que tratará de assuntos gerais da aviação aérea, mais especificamente da aviação regional.

Eu só gostaria de chamar a atenção, e até responder uma questão colocada pelo Prof. Elton: ele colocou que devem ser analisadas as razões de um mercado crescente e pouco afetado pelas crises internacionais vir acumulando prejuízos. Isso, de fato, foi demonstrado aqui, será demonstrado pelo Celestino, as empresas aéreas brasileiras não têm tido bons resultados nos últimos anos. Por duas razões: primeiro, porque os custos subiram muito. Já foi e será demonstrado que os custos das tarifas aeroportuárias subiram, só no ano passado, 130%; as tarifas de comunicação que subiram 150% têm uma previsão de aumento de 83% e, sobretudo, o maior custo de uma empresa aérea, em qualquer lugar do mundo, que é o QAV da aviação, o combustível.

A Petrobras vem aumentando, anualmente e de forma significativa, o preço do QAV. É o único combustível que tem a variação de seu preço mensalmente e, em 2010, o valor do QAV foi aumentado, pela Petrobras, em 18% e, no ano passado, em 33%.

Então, o QAV que representava a principal despesa de uma empresa aérea no Brasil e se situava entre 30% e 32%, hoje representa mais de 40%. Por isso, as empresas brasileiras vêm mostrando essa queda de rendimento muito grande.

Por outro lado, elas vêm transferindo os seus cortes de custo, digamos, dentro da possibilidade desses cortes, significativamente também para as tarifas aéreas. As tarifas aéreas, segundo dados da própria Anac, caíram, entre 2003 e 2010, 47%.

Nós temos ouvido ultimamente se falar muito, muita queixa, inclusive ouvimos na Câmara dos Deputados na semana passada, que as passagens aéreas têm crescido muito. Elas têm crescido não tanto, eu diria não muito. As empresas estão tentando desde setembro, outubro do ano passado uma recuperação das tarifas, dentro da possibilidade que o mercado competitivo oferece ou possibilita e, assim mesmo, tem havido uma grande dificuldade, porque os custos não param de crescer.

Eu gostaria só de mostrar dois ou três *slides* – pode ir adiante –, porque tudo isso será expostos pelo Dr. Celestino.

Por favor, volta. Esse *slide* anterior, o do ônibus...

Esse *slide* é interessante porque ele mostra a competitividade do setor aéreo em relação aos ônibus. Nós sempre tivemos tradicionalmente no Brasil um número muito maior de passageiros interestaduais nos

ônibus do que na aviação, e esse número se inverte nos últimos anos. Hoje, as empresas aéreas brasileiras transportam mais passageiros do que os ônibus transportam, em transporte interestadual, com percurso maior do que 300 e 400 quilômetros. Esse é um fato absolutamente novo e isso se deveu, sobretudo, à violenta queda dos preços das tarifas, um trabalho feito exclusivamente pelas empresas aéreas, apesar de não ter havido nenhuma cooperação por parte do Governo.

Por favor, mais adiante. Pode ir mais, isso vai ser exposto também pelo Celestino.

Os senhores já devem ter visto na imprensa que as duas maiores empresas tiveram prejuízo, em 2011, de mais de R\$1 bilhão. Somente esses números são divulgados porque apenas essas duas empresas são de capital aberto. Mas a realidade é de que todas as empresas aéreas, no ano passado, trabalharam com prejuízo. Isso por causa dos custos do setor, como eu havia falado.

Tem-se falado muito do aumento da tarifa aérea, que é a tentativa das empresas aéreas de reaver um pouco desse prejuízo por meio do aumento das tarifas. Mas isso se tornou o chamado Custo Brasil dos custos específicos. Nós costumamos dar como exemplo o fato de que muitos reclamam que o custo da tarifa aérea é mais barato lá fora do que aqui. Isso porque as empresas aéreas na Europa e nos Estados Unidos têm um custo muito menor do que as empresas brasileiras. É o caso, por exemplo, de um Honda Accord, que é vendido nos Estados Unidos a US\$25 mil e aqui no Brasil é vendido a R\$100 mil.

A outra, por favor.

Todas essas pesquisas foram feitas com valores obtidos em 27 de abril. Um Ford Fiesta, nos Estados Unidos, é vendido a US\$13,200 mil e aqui no Brasil é vendido a quase R\$40 mil.

A outra, por favor.

Uma televisão Sony Bravia, mesmo modelo, custa US\$898 nos Estados Unidos e R\$2.300 aqui no Brasil. Outro exemplo: um refrigerador que nos Estados Unidos está US\$500, aqui no Brasil está R\$2.400. Então, por que a tarifa no Brasil é mais cara do que lá fora? Pela mesma razão que o carro é mais caro, a geladeira é mais cara, a televisão é mais cara, certo? Por causa do chamado Custo Brasil e dos chamados custos específicos do setor, que estão ligados às tarifas, que, como o Celestino vai expor, subiram significativamente o ano passado e, sobretudo, por causa do QAV do combustível, que a Petrobras não perdoa e aumenta violentamente. Somente o ano passado foram 33% de aumento.

Essa, Senador, é minha exposição e o que eu gostaria de falar. E passo a palavra, então, ao Celes-

tino, que vai expor os problemas do setor e do transporte aéreo regional.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, amigo José Marcio.

O que foi colocado aqui é também, com certeza – eu não pude ter o prazer de ouvir toda a palestra do professor Elton –, uma preocupação que a SAC/PR, o nosso Governo Federal deve ter com as companhias aéreas. Agora, acabam de falar em R\$1 bilhão de prejuízos na GOL e na TAM. Faltam dados oficiais para se fazer um estudo, um planejamento em longo prazo, não é isso o que foi colocado aqui?

Portanto, não podemos mais ter esse modelo de as companhias aéreas crescerem e morrerem, por falta, às vezes, de uma política pública que lhes dê condições de prosperarem, crescerem e se manterem crescendo, porque é onde teremos cada vez mais geração de emprego, renda e melhor atendimento para o povo brasileiro.

Nós temos uma preocupação com relação ao combustível. Parece-me que 40% do custo das companhias é com relação ao combustível. Precisamos ter uma atenção.

Já me chegou uma informação, que estamos checando e me parece ser verdadeira, de que para rotas internacionais o combustível é mais barato do que para o voo doméstico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Não incide tributo. Ou seja, para voo internacional o custo com o combustível é mais barato do que para voo doméstico. Então, precisamos ter uma legislação para adequar tudo isso. Se em voo internacional se pode ter esse desconto, por que não no voo doméstico, para facilitar mais a vida das empresas, das companhias aéreas do nosso País?

Portanto, eu concedo a palavra a Victor Celestino, por quinze minutos, necessários para sua explanação.

O SR. VICTOR R. CELESTINO – Obrigado, Senador Vicentinho.

Respondendo diretamente à pergunta que o senhor acaba de fazer, comparando, em Guarulhos, a tarifa para as empresas internacionais, para os voos internacionais é US\$3,20 dólares por galão, que é o padrão...

(Interrupção do som.)

O SR. VICTOR R. CELESTINO – No mesmo aeroporto, as empresas para voos internacionais e domésticos pagam essa diferença.

Pode colocar em modo de apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Isso na mesma aeronave?

O SR. VICTOR R. CELESTINO – Na mesma aeronave, se o voo é internacional ou se é doméstico.

Se entrar em janela, tela cheia, vai colocar em apresentação. Não. Janela. Janela, modo de tela cheia, por favor.

Bom, essas são as nossas associadas do SNEA. Todo esse material aqui apresentado pelo nosso Presidente José Márcio e que eu estarei apresentando está à disposição da comissão.

Pode passar o próximo.

Isso mostra um crescimento, que vem sendo consistente, das frotas aéreas. É só relevante apresentar, porque vou falar mais à frente da aviação regional, que, em 1997, a frota de aviação regional no País era maior do que a frota total da aviação comercial. Isso obviamente teve uma grande reversão a partir daquele ano, por conta da crise da Rússia e uma série de crises que houve. E a frota da aviação regional chegou a um mínimo em 2005, com a instituição da lei da Anac. E passou a crescer consistentemente a partir daí.

Próximo, por favor.

Esses próximos dois *slides* demonstram que as empresas aéreas vêm sistematicamente fazendo grandes investimentos não somente na sua frota, mas no aumento da oferta e certamente – pode passar o próximo – está capturando uma demanda crescente.

No entanto, é importante observar que a curva de demanda tem um aspecto pouco distinto da oferta. Ou seja, a previsibilidade não é tão direta. A despeito de que haja um constante investimento das empresas aéreas e o aumento da oferta, essa sazonalidade da demanda tem uma influência grande dos fatores macroeconômicos – como foi mostrado pelo professor Elton – e, muitas vezes, a oferta fica desproporcional à demanda. E isso acaba refletindo no resultado das empresas aéreas.

O próximo, por favor.

Em relação à presença, hoje as empresas aéreas estão presentes, de fato, em todo País. São 53% ainda na Região Sudeste, mas é significativa a presença nas outras regiões.

O próximo, por favor.

Em relação à participação de mercado, que já foi amplamente mencionada tanto pela SAC e pela Anac quanto pelos palestrantes anteriores, hoje, claramente, o mercado é competitivo, no qual existe a presença de um grande número de atores. E o mercado, hoje, pela lei da Anac, está aberto à entrada. A grande barreira de entrada, se é que existe, é a limitação da infraestrutura aeroportuária.

Próximo, por favor.

Esse já foi mencionado pelo nosso presidente.

Pode passar.

Isso já foi mencionado inclusive pela SAC e pela Anac. Uma média de queda do Yield, que é o parâmetro de tarifa, de 7,5% ao ano, nos últimos anos. Mas é relevante observar abaixo que esse Yield depende basicamente de fatores como custo. E, portanto, a elevação dos custos vai impactar nas tarifas, seja no custo de combustível como nas tarifas aeroportuárias. Mas ele depende muito, também, do tamanho da aeronave e da etapa média. Isso, obviamente, está associado à capacidade da infraestrutura aeroportuária.

Próximo, por favor.

Os encargos. Nós estamos usando aqui dados da Anac, de 2010. Eles já evoluíram. Em 2010, o combustível era 32%. Hoje, chega próximo dos 40%. As tarifas aeroportuárias de navegação aérea que eram somente 5%, hoje chegam próximas à marca de 10%. Então, está havendo uma mudança dos fatores de custo que impactam diretamente nas tarifas aéreas.

O próximo, por favor.

Agora, Sr. Presidente, vou apresentar cada um desses pontos: a questão do combustível, da infraestrutura e das tarifas, como impactam e quais são as medidas que poderíamos adotar no sentido de mitigar esses impactos.

Então, em relação ao combustível, hoje é adotado no Brasil o preço do petróleo no Golfo do México. Mas em cima desse preço do petróleo, que tem uma variação mensal, há uma série de custos associados, a despeito de que 80% do querosene de aviação hoje consumido no País é fabricado dentro do próprio País.

Pode passar o próximo.

Então, a cadeia que é utilizada na precificação, na formação do preço, considera o frete do Golfo do México ao País, custos de nacionalização e aduana, impostos da Marinha Mercante e custo de distribuição.

Pode passar o próximo.

A despeito de que 80% desse querosene seja produzido no País, o preço médio é 18,5% acima do que seria a paridade de importação do custo do preço do petróleo no Golfo do México. Isso é um custo adicional importante.

Pode passar o próximo.

Além disso, o imposto sobre o combustível é da ordem de 25%. Alguns estados vêm procurando mitigar esse custo, principalmente na questão da aviação regional, mas isso ainda é insuficiente. Nós vamos apresentar mais adiante.

Pode passar, por favor.

Em relação às tarifas aeroportuárias de navegação aérea. De uma forma geral, essas medidas têm causado um aumento que pode ser resumido, nas tarifas aeroportuárias, por um aumento de 130%, em

função dessas medidas tomadas pelas resoluções da Anac e pela Medida Provisória nº551.

Pode passar o próximo.

Em relação às tarifas de navegação aérea, a despeito de que havia uma necessidade de realinhamento e a justificativa era de que com o tempo as tarifas estavam ficando defasadas em relação à inflação, esse gráfico mostra que as passagens aéreas vinham caindo mais do que a desvalorização das tarifas de navegação aérea. Isso aconteceu até 2010. Agora, em 2012, nós tivemos aumentos das tarifas de navegação aérea de até 150%.

Então, esses aumentos foram para quê? Para haver um realinhamento, segundo justificativa do setor. No entanto, eles estão acontecendo sem previsão anterior à ocorrência desse aumento e no momento, aliás, de crise internacional. E com resultados bastante difíceis das empresas aéreas em função do aumento dos custos, ele só vem a prejudicar ainda mais o cenário e traz uma grande preocupação.

O próximo, por favor.

Com relação à infraestrutura aeroportuária.

Pode passar, por favor.

Nos aeroportos centrais, de maneira geral, todas as estatísticas da Infraero têm demonstrado grande saturação, a despeito de que hoje, a cada dez anos, praticamente se dobra o número de passageiros embarcados nos aeroportos. E a cada sete anos, o número de movimentos de aeronaves. Mas o planejamento, infelizmente, não acompanhou essa velocidade de crescimento e hoje temos grande saturação nos aeroportos centrais.

Próximo, por favor.

Essa é somente uma ideia, nos horários de pico.

Então essa, Presidente, é a grande barreira de entrada. Na medida em que houver mais infraestrutura aeroportuária, tem-se dirimida a barreira de entrada, porque há o interesse do empresariado de fazer o investimento necessário para aumentar a oferta do transporte aéreo.

Próximo, por favor.

Em relação aos aeroportos regionais, temos uma dificuldade imensa da infraestrutura. Se há nos aeroportos centrais, onde existe uma gestão da Infraero e uma previsibilidade de investimento, nos aeroportos regionais essa dificuldade é ainda maior.

A Abetar fez um estudo, em 2011, onde foi levantada a situação de 175 aeroportos em todo País. E com um investimento de R\$2,4 bilhões, esses 175 aeroportos poderiam estar sendo operados pela aviação regional. Então, não é um valor tão significativo, tendo em vista os recursos que estão sendo capitaneados pelo Fundo Nacional de Aviação Civil, FNAC. E

isso, certamente, está sendo tratado adequadamente pela SAC, para que se tenha essa celeridade. Então, é muito importante que se tenha essa celeridade no investimento na infraestrutura.

O próximo, por favor.

Isso é só um exemplo específico de caminhão de bombeiros. A questão de ter caminhão de bombeiros muda completamente o cenário dos aeroportos. Esses são aeroportos, no País, que já estão limitados pela falta de bombeiros. E o bombeiro não é só um investimento financeiro, é também o recurso humano associado. E é o custeio desse serviço.

Em países como o Canadá, normalmente eles adotam que a comunidade tem o bombeiro voluntário da cidade. Então, o indivíduo tem a sua profissão, mas ele também tem o papel de bombeiro voluntário, o que mitiga o custo. Manter, numa cidade, por exemplo, como Tabatinga, na Amazônia, um corpo de bombeiros dedicado tem alto custo para a comunidade, para o País e para a aviação.

Próximo, por favor.

Então, resumidamente, podemos concluir que em função dessas limitações, o engessamento da malha decorre da falta de infraestrutura. E o resultado final são custos maiores de operação.

Da jornada de tripulantes, por outro lado, é sabida que Lei nº 7.183 é uma lei que dá os direitos das jornadas dos aeronautas. Mas, hoje, nós já temos elementos que a própria OACI já está empregando, que seria o gerenciamento do risco de fadiga. Esse gerenciamento do risco de fadiga vem ao encontro até dos interesses dos próprios trabalhadores, na medida em que a sua remuneração também é em função da sua jornada.

Então, hoje, nós temos uma menor produtividade e inconvenientes para o próprio pessoal. Muitas vezes poderiam retornar a sua base, mas têm que ficar no meio do caminho, interromper a sua jornada por uma questão que poderia ser gerenciada de uma forma tecnicamente adequada e padrão internacional que está sendo evocado.

E finalmente a questão dos investimentos. Nós temos um problema sério de governança dos aeroportos regionais e problemas sérios de falta de investimentos. A Secretaria de Aviação Civil, a partir de agora, com o Fundo Nacional de Aviação Civil, precisa dar celeridade a esse processo para que gente elimine de vez essa barreira de entrada.

O próximo, por favor.

Eu vou dar... pois não, Presidente?

Pode voltar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Com relação à jornada de trabalho, como pensa o Sindicato Nacional dos Aeronautas e Abripac?

Esse é um assunto muito discutido na Comissão de Infraestrutura. Quando se fala em aumentar a jornada de trabalho, vejo muita restrição por parte dos trabalhadores.

O SR. VICTOR R. CELESTINO – Se o senhor me permite, Presidente, na parte final da minha apresentação final, eu trato exatamente dessa proposta.

Se o senhor me permite só adiar até o final, aí eu apresento.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pois não.

O SR. VICTOR R. CELESTINO – Eu vou dar um exemplo, agora, da situação da aviação regional na Amazônia e é o exemplo da Trip Linhas Aéreas.

A Trip, hoje, tem 88 destinos no País, mas 32 são na Amazônia. Então, 37% da sua malha são na Amazônia Legal – isso corresponde a 26% da malha regular operada no País.

Pode passar o próximo.

De uma forma geral, a Trip tem exercido várias ações – e não é só a Trip, as companhias aéreas, é só um exemplo – no sentido de adequar a infraestrutura para permitir a continuidade dos vôos. São feitos trabalhos de assistência técnica nos aeroportos, fornecimento de material de inspeção aos aeroportos, formação e treinamento de mão de obra, deslocamento desse pessoal.

Pode passar o próximo.

De uma forma geral, então, na Amazônia Legal, são 16 aeroportos que, de alguma maneira, receberam da Trip Linhas Aéreas – nesse exemplo – algum tipo de trabalho e material das empresas aéreas.

Próximo, por favor.

Ao mesmo tempo que vem acontecendo a necessidade da própria empresa aérea ir buscar a viabilização da infraestrutura para poder fazer a sua operação, tem sido acompanhado de um investimento bastante significativo e um crescimento da oferta e da demanda na Amazônia Legal. Isso é só a Amazônia Legal.

Então, os senhores observem que a Trip já teve mais de 60%, por volta do final de dezembro de 2010, da sua oferta e demanda na Amazônia Legal – hoje, em torno de 70%. Significa que uma única empresa tem uma presença muito forte na região amazônica.

Próximo, por favor.

E ao mesmo tempo que essa demanda cresceu, o número de passageiros transportados praticamente aumentou 400%. E a tarifa média, o *yield* médio, foi reduzida em 36% em três anos. Lembrando que a média nacional foi de 7,5%. Então, 7,5% contra 12% ao ano de redução na Amazônia, a despeito de toda restrição da infraestrutura que permanece naquela região.

Próximo, por favor.

Em paralelo a esse crescimento, isso aí, mais uma vez, é o volume de combustível consumido na Amazônia. E o combustível na Amazônia é significativamente mais caro. Se aqui no Sudeste, eu dei o exemplo de Guarulhos, já é 50% mais caro que o internacional, lá na Amazônia o combustível é pelo menos 50% mais caro que a média nacional. Eu falo da Amazônia Legal, inclui o Tocantins também, Senador, e todos esses Estados.

Próximo, por favor.

Para se ter uma ideia, isso mostra como o preço do petróleo internacional acaba, na sua evolução, influenciando diretamente no preço do combustível de aviação no Brasil, a despeito de que 80% desse combustível sejam produzidos no País.

Isso gera uma grande instabilidade, uma grande incerteza para as empresas aéreas e obviamente um reflexo na tarifa.

Nós vimos, na apresentação da Anac, que, pela Resolução nº 138, é proibido cobrar adicional de variação de preço de combustível, a despeito de ser uma prática comum na Europa. Na Europa é muito comum que se cobre um adicional na tarifa aérea para variação de combustível, para, de certa forma, mitigar esse impacto do combustível no transporte aéreo.

Próximo, por favor.

Finalmente, então, respondendo a sua pergunta, quais são esses desafios? E aí pode passar o próximo, por favor.

1) Alto custo do combustível, seja pela questão do preço, seja pela questão da tarifação, do ICMS;

2) Elevação das tarifas aeronáuticas e aeroportuárias;

3) Restrições de infraestrutura: não foi falado aqui, mas, hoje, a grande maioria dos aeroportos na Amazônia Legal não tem reabastecimento de combustível e isso é um fator adicional de aumento de custos. A empresa aérea tem que, em vez transportar passageiros, transportar combustível para ir e voltar, fora as reservas técnicas legais. Isso naturalmente acaba aumentando o custo da operação.

4) Revisão do marco regulatório, que esta Subcomissão tem como pauta principal.

Eu queria pontuar, Sr. Presidente, que nós temos, então, um grande desafio: a cada 28 anos, foi feita uma revisão; conforme a SAC apresentou hoje, nós estamos com 26 anos, faltam dois anos para fazer essa revisão.

Esse Código surgiu por quê? Lá atrás o setor aéreo espacial é o segundo mais regulamentado da terra: o primeiro é a energia nuclear e o segundo é aeroespacial, onde a aviação civil se insere. O marco regulatório tem a primeira premissa que é a segurança. Após a segurança, tem que haver o equilíbrio en-

tre os direitos dos usuários, que são de fato os mais importantes, porque sem eles o setor não sobrevive; a contestabilidade de mercado, que é justamente a permissão que a lei da Anac muito bem, com a liberdade tarifária e liberdade de decisão das empresas aéreas de fazer investimentos, está permitindo esse crescimento da competição. O grande gargalo hoje é a infraestrutura.

E finalmente uma preocupação com a competitividade das empresas atuantes, porque, sem competitividade, sem resultado, como disse o Prof. Elton, a segurança poderá vir a ser comprometida. Isso é um histórico da segurança operacional. Todo mundo que labuta na área técnica sabe que o resultado econômico é premissa básica da segurança. Então, o marco regulatório precisa ter esse equilíbrio.

Quais são as políticas que nós gostaríamos de propor?

Próximo, por favor.

Em relação ao combustível, é ter a paridade de importação, eliminar esses custos adicionais que são colocados no preço dos combustíveis.

Em relação ao ICMS, a proposta seria de uma alíquota máxima em todo o País de 12% sobre o combustível de aviação, permitindo, a critério de cada Estado onde houver necessidade de incentivo da aviação regional em rotas de baixa densidade, que houvesse uma redução adicional.

Em relação à disponibilidade de serviço de abastecimento, é preciso ter uma universalização desse serviço. Há que se ter um investimento – aí, no caso, da distribuidora do Governo, de prover o abastecimento de combustível nessas localidades.

A disponibilidade de procedimentos de IFR de baixo custo. A grande maioria desses aeroportos na Amazônia Legal não tem procedimentos em instrumentos. E não é só na Amazônia Legal. Eu estou falando da Amazônia Legal, mas há aeroportos com problemas no Paraná, em Mato Grosso do Sul, no País todos. Desses 140 aeroportos que são operados com voos regulares, vários deles não têm procedimentos por instrumento. Isso dificulta a operação, aumenta o custo e reduz a segurança. E com custo muito baixo, isso poderá ser implementado. Então, há que se ter um investimento, uma priorização do Decea e da Secretaria de Aviação Civil nesse sentido.

Próximo, por favor.

Em relação às tarifas aeroportuárias e de navegação aérea. Primeiro, o que se pede é a questão da estabilidade ou da previsibilidade de planejamento. Não se pode do nada, sem nenhuma previsão, sem nenhum aviso, aumentar 150% as tarifas. Isso depois de as empresas aéreas fecharem seus orçamentos do

ano. Isso foi publicado em janeiro de 2012. Todas as empresas fecham seus orçamentos em novembro. Em janeiro, um aumento de 150%! Esse tipo de imprevisto destrói completamente o setor, destrói o planejamento das empresas aéreas.

Há que se ter uma racionalização e uma proteção do transporte doméstico, que é quem hoje está pagando a conta.

Além disso, para os aeroportos regionais, aqueles de baixa densidade, poderia ser pensada uma redução de tarifa de 50%. Por exemplo, aeroporto que não é operado, mas que deseja ser operado, podia ser subsidiado durante um ou dois anos em tarifas para que ele venha a ser operado. Isso vale, inclusive, para o voo sub-regional internacional, para países onde hoje nós ainda não temos voos, como o Peru, por exemplo – ligações entre a Amazônia e o Peru. Já existe, obviamente, de outras localidades.

Mas ter esse tipo de incentivo fará com que essas rotas sejam mais atrativas.

Em relação à infraestrutura também, gostaríamos de deixar aqui uma sugestão. O Conac (Conselho Nacional de Aviação Civil), em 2003, ao perceber aquela queda da aviação regional que, após a 5ª Conac em 1991, com a extinção do Sitar, praticamente as empresas de aviação regional passaram por um ciclo de baixa... obviamente que hoje não se fala mais em suplementação tarifária, não é mais desejo do setor que haja suplementação tarifária. A aviação regional, hoje, já consegue ser economicamente viável. O que se precisa é incentivo na infraestrutura. Então, há que se revisar essa Conac 003/ 2003 no sentido de prover, sim, o incentivo à infraestrutura.

Em relação à jornada de tripulantes, precisamos trabalhar um pouco nessa questão da fadiga. Eu vou mostrar adiante os dois *slides*.

Pode passar, por favor.

Então, em relação à Conac, o que se propõe? Para rota de baixo potencial de tráfego, aeroportos classe I (até 100 mil passageiros), desde que haja um sistema de gerenciamento da segurança operacional, previsto na Resolução nº 106 da Anac, haja possibilidade de isenção definitiva dos requisitos da Resolução nº 115. Que não haja necessidade de se implementar num aeroporto de baixa densidade os requisitos da Resolução nº 115.

Que a questão do *security* da aviação civil possa ser adequada à necessidade de custo/benefício. Se eu tenho em São Paulo de Olivença, que é um dos aeroportos que não eram operados em 2009 – passou a ser operado hoje, segundo a Anac –, ele está entre um voo que sai de Manaus e Tabatinga. E em Manaus e Tabatinga eu tenho condições de fazer o controle de

security. Em São Paulo de Olivença só se chega de um desses aeroportos. Para que eu vou exigir que lá tenha o APAC treinado? E o pior não é material, porque a empresa aérea pode comprar a raquete e prover ao aeroporto, mas eu ter um APAC treinado naquele aeroporto e uma quantidade de APAC suficiente para manter dois voos semanais.

Então, esse tipo de revisão precisa ser feita. E há uma resolução do Conac, (nº 010, de 2007) que estabeleceu justamente isto: que deveria ser revisto. Isso não tem sido colocado.

E finalmente a questão da simplificação da gestão desses aeroportos. Isso já está previsto no RBAC 154, mas precisa haver um processo mais simples, simplificado e não seguir as Resoluções nºs 153 e 158 da Anac. Então, isso para aeroportos de classe I, até 100 mil passageiros.

Próximo, por favor.

Para os aeroportos de 100 a 400 mil passageiros, também desde que tenham o sistema de gestão da segurança operacional. Prover uma possibilidade de isenção temporária dos requisitos da Resolução nº 115. Aí não é isenção definitiva. Porque hoje para se comprar um carro de bombeiros no País o prazo de entrega não é menor que 180 dias. Não existe chassi de pronta entrega de carro de bombeiro, eles são todos feitos sob encomenda. E nem todos os chassis são fabricados no País; até o AP 1 que é o carro de 5 mil litros se consegue fabricar chassi no País. A partir desse carro, só chassi importado.

Então, os aeroportos para começarem a operar precisam de um incentivo. E qual é o incentivo? É um prazo para adquirir os equipamentos. E a empresa aérea iniciar essa operação e verificar se é possível de fato aquela operação.

Em relação ao *security*, mais uma vez também dá prazo. Nós temos, hoje, aeroportos como o de Vitória da Conquista, na Bahia, que está há cinco meses esperando o aparelho de raios X estar pronto. Primeiro, houve um problema de importação, esqueceram de avisar a Comissão de Energia Nuclear, que deve ser comunicada quando se importa um aparelho de raios X. Então, o aeroporto está saturado, não se consegue aumentar a oferta porque está esperando o canal de inspeção de raios X ficar pronto. Isso, de certa maneira, poderia ser resolvido com uma isenção temporária, um prazo de isenção para se colocar, permitindo que a aviação avance antes da regulação, principalmente para aeroportos de até 400 mil passageiros. São aeroportos ainda de baixa e média densidade.

E por último, a questão da concessão da gestão desses aeroportos à iniciativa privada. Todo esse processo que tem sido feito de concessão traz uma

grande preocupação das empresas aéreas no sentido de aumento de custos. No entanto, nos parece que é muito importante a entrada da iniciativa privada para descentralizar a gestão dos aeroportos e, principalmente, acelerar o processo de gestão. Agora, existem alguns empecilhos. Por exemplo, hoje, qualquer aeroporto, para ser concedido, precisa estar no Plano Nacional de Desestatização. Então, isso é um empecilho que poderá ser mitigado, por exemplo, para aeroportos de pequeno porte.

E, finalmente – o próximo, por favor –, tratando da questão da jornada de tripulantes.

O que é o entendimento, hoje, nosso, das empresas aéreas? A legislação trabalhista é feita para proteger o trabalhador e, portanto, tem que ser respeitada. No entanto, hoje, essa legislação que está posta, que é a Lei nº 7.183, de 1984, traz – isso é, digamos, consenso entre as empresas e os trabalhadores – uma baixa produtividade e inconvenientes aos tripulantes. Então, o que poderia ser, de fato, implementado? Com o advento do Programa de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana do RBAC 121, o que poderia ser consolidado, talvez, na revisão do marco regulatório seria a possibilidade de as empresas aéreas acordarem com os trabalhadores limites diferenciados de jornadas desde que aquele programa de risco de fadiga fosse implementado. Então, uma vez que aquele programa fosse implementado, as empresas aéreas poderiam estabelecer uma jornada diferenciada, obviamente respeitando padrões internacionais que deveriam ser postos e que existem aí estudos já a respeito. Então, o que nós defendemos hoje é que esse Programa de Gerenciamento de Risco de Fadiga Humana deva, sim, ser implementado como um fator de possível adequação dessa situação que nós temos posta.

Finalmente, eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, em relação à Lei do Aeronauta existem dois dispositivos que são voltados para a aviação regional. Esses dispositivos estão no art. 21 e no § 3º do art. 29. Esses dispositivos foram colocados no passado para permitir a operação de aeronaves turboélice. Hoje, na aviação, nós falamos de etapa média de duzentos quilômetros num Let até etapa média de cinco mil quilômetros num voo internacional. Então, não tem como ter um único padrão de jornada. Se eu pegar, por exemplo, um Let ou um avião turboélice, um Caravan, que voa uma etapa média de duzentos ou duzentos e cinquenta quilômetros, cada etapa dele vai ser de meia hora. Se o piloto só puder voar um total de oito horas, então eu teria um limite não de distância ou de número de horas, e sim de número de pousos, porque eu vou, rapidamente, chegar aos cinco pousos, que hoje é o limite, antes de chegar a oito horas de voo. Então, a lei, lá atrás,

previu que para a aviação regional e para turboélice eu poderia chegar a até nove pousos.

Além disso, a Lei do Aeronauta também previu que, para esse tipo de operação regional, eu poderia ter essa jornada interrompida. O que seria a jornada interrompida? Se eu parar quatro horas ou mais, metade desse tempo eu posso usar na extensão da jornada. Então, isso acontece, por exemplo, lá em Barcelos ou outras regiões da Amazônia. O voo sai de manhã de Manaus. Chegando lá, a tripulação fica de repouso, passa o dia e retorna no final do dia. Então, esse período que a tripulação fica de repouso permite que possa retornar a mesma tripulação, que é o caso do táxi aéreo. Se não tiver isso, eu teria que ter uma tripulação baseada naquela localidade.

Então, esses dispositivos foram colocados e, no entanto, se encontram na lei voltados para empresas de transporte aéreo regional. Observem que isso foi extinto com a V Conac, em 1991. Não existe mais empresa de transporte aéreo regional, existe operação de transporte aéreo regional com aeronaves regionais. É importante que isso seja lembrado e seja colocado.

Eram estas as contribuições que nós gostaríamos de trazer.

Próximo.

Eu acho que não tem mais nenhum. Acho que não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – *(Falha no áudio)* ... todos que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos acompanham pelo *Jornal do Senado* e pela mídia de um modo geral a qualidade, a competência, o conteúdo dos debatedores. Isso é uma grande contribuição inclusive para a Anac, para a SAC, para todos nós.

Portanto, parablenzo aqui o Sr. Vítor Celestino, que deu também uma grande contribuição no dia de hoje com a sua explanação.

Eu tenho aqui várias perguntas e já avançado o tempo. Eu vou resumir algumas.

Vai para a SAC e Anac, que também vai contribuir muito com o nosso relatório.

Aliás, quero sugerir ao Professor Jorge, ao Paulinho e aos demais consultores, se pudermos - talvez não haja tempo para um encaminhamento de quinta-feira, na Comissão de Infraestrutura, mas para a semana que vem, quando teremos uma audiência com o Ministro Bittencourt -, anexar esta audiência de hoje, porque ela é importantíssima e vai contribuir muito, na Secretaria de Aviação Civil, na próxima semana. Assim, teremos tempo e poderemos incluí-la. Essa é a sugestão que faço aos colaboradores.

Conforme lembrado, na década de 60, quatrocentas cidades brasileiras eram atendidas por linhas

aéreas regulares. Hoje, tal montante não chega a 130. A pergunta é: por que diminuiu? Quais são os programas implementados pela Anac e pela SAC para aumentar o número de localidades atendidas pela aviação comercial regular? Quais são os incentivos existentes para tanto?

A próxima pergunta: há algum programa, por parte da Anac ou da SAC, para atender e orientar as Prefeituras ou Estados que desejem receber em seus rincões vôos regulares? Quantas localidades já foram atendidas?

Aqui, quero lembrar à ANA o Município de Araguaína. Precisamos resolver o caso de Araguaína, que dá prejuízo, inclusive, à companhia aérea Trip. Eu garanto aos senhores - lá opera, inclusive, a visual - que a pista de pouso de Araguaína está em melhores condições que a de Marabá, de Carolina, de Imperatriz. Eu não quero que interditem as outras, mas que liberem Araguaína. Se o problema é com o **Item** de aquaplanagem, mas não há operação por instrumento nem com chuva. Pode-se liberar por meio de um notam, como já sugerimos. Agora, Araguaína está para o Tocantins, como Imperatriz está para o Maranhão, Marabá está para o Pará. Os senhores não conhecem o prejuízo que a Anac está causando, talvez muito mais por uma questão burocrática do que de segurança. É claro que, se o problema fosse quanto à segurança, eu não estaria aqui cobrando. Mas precisamos resolver esse problema. Inclusive, tudo que foi solicitado já foi encaminhado, novamente, à Anac.

Nós precisamos, Ricardo. Esse é um apelo que lhe faço em nome dos araguainenses, dos tocantinenses, do Governo do nosso Estado, das empresas que estão tomando um prejuízo enorme. A Trip, por exemplo, opera em Araguaína, e é passageiro, já vamos para quase um ano. Trata-se de uma cidade importantíssima do nosso Estado. Portanto, precisamos resolver. Para que vocês tenham uma ideia agora, o único **Item** que restringe a operação passa a não existir, porque agora nem chuva temos na região, até o final do ano.

Então, vamos liberar Araguaína, vamos complementar o que falta, inclusive, para dotar operação por instrumento. Eu sei, às vezes chega um vôo da Trip em uma cidade como Araguaia - como bem lembrou o Vitor -, mas retorna, porque faltou um procedimento de instrumento. Essa medida traria um custo a menos para a empresa.

Então, é esse o apelo que faço.

Há pouco, o Governador Siqueira Campos me ligou - quando eu estava no Conselho de Ética - e fez um apelo veemente para que eu intercedesse junto à Anac. Eu, sinceramente, não vejo por que de Araguaína não estar operando. Se Araguaína não operar, as

outras todas têm de ser fechadas, porque estão em pior situação que a nossa. Ajude-nos quanto a isso. Desculpe a forma e sei também que não consta na pauta, mas, como representante do meu Estado, eu não poderia deixar de fazer esse apelo.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Sem querer alterar a ordem dos trabalhos, gostaria de noticiar – os nossos diretores estão nos assistindo – e acabo de ter notícia de que o assunto Araguaína está na pauta da reunião da diretoria de hoje. Há uma comissão de *experts* analisando a questão sobre a viabilidade, como o senhor muito bem colocou, de possibilitar as operações sem chuva naquele aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Por exemplo, o aeroporto de Rio Branco está em piores condições, com uma pista que afunda no horário tal. Quer dizer, se a Anac observar os aeroportos que estão ali na região de Araguaína, fecharia tudo, porque estão em piores condições.

Todavia, eu não quero isso. Eu não estou aqui desejando o pior; eu desejo o melhor, mas temos que fazer comparações. A Trip, por exemplo, tem uma tradição de operar lá, e eu garanto que é uma linha altamente rentável para a empresa, pois são duas cidades importantes: Palmas e Araguaína, as duas maiores do nosso Estado.

Agradeço a contribuição e espero em Deus que ilumine os participantes dessa nossa reunião para que encontremos uma solução viável e com segurança também, naturalmente.

Como a Anac e a SAC trabalham junto a outros órgãos da Administração Pública – Ministérios, Secretarias etc. – para tratar de questões de ordem tributária e tarifária relativa à aviação regular?

Como a Anac e a SAC lidam com as questões relativas à incidência de tributos sobre os combustíveis para aviação?

Há alguma previsão de revisão sobre os mesmos, sendo que os combustíveis, como nós já aqui falamos, representam hoje aproximadamente 40% dos custos de uma empresa aérea regular no Brasil?

Eu vejo alguns governos estaduais abertos a fazer uma boa parceria com a Secretaria da Aviação Civil, Ricardo, com relação aos tributos estaduais serem diminuídos para que avancemos mais, principalmente com relação à aviação regional.

Lá, no meu Estado – e falo pelo Governador Siqueira Campos, de quem sou companheiro e amigo –, o Governo está completamente aberto a esse tipo de entendimento. Inclusive, o nosso Secretário de Infraestrutura, Alexandre Ubaldo, já tem mantido alguns contatos com a Secretaria de Aviação Civil e, quando necessário, com certeza, os Secretários de Fazenda

e Planejamento estarão à disposição para vermos o que pode ser feito com relação à diminuição dessas tarifas estaduais.

A quinta pergunta: o que a SAC tem feito para resolver a crônica falta de servidores da Anac?

Aí já é uma contribuindo com a nossa Anac. E são todas as agências, não é? Ontem, na Comissão de Direitos Humanos, nós tivemos a Anvisa, uma agência também com problemas seriíssimos de falta de pessoal. De forma que nós precisamos, efetivamente, que sejam realizados concursos públicos para que a Anac e as demais agências possam funcionar como elas desejam. E a Anac é uma das agências mais respeitadas. Entre todas, eu considero uma das mais importantes deste País, com pessoas competentes, compromissadas efetivamente com a maior qualidade do serviço, com a segurança. Temos um respeito muito grande pela Anac e haveremos, na medida possível, de parte deste Senador e desta Subcomissão, de zelar dela.

O que a SAC e a Anac têm feito no sentido de melhorar o transporte aéreo no Brasil?

Na opinião da SAC e da Anac, em que o Congresso Nacional poderia colaborar com a indústria do transporte aéreo? O que nós poderemos promover em termos de legislações nesse sentido?

Agora, vamos aqui para o Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias.

As empresas estariam dispostas, se a legislação assim o permitisse, a construir aeroportos com terminais de passageiros privados?

Qual a posição do Sindicato com relação à contratação de tripulação estrangeira?

Nesse ponto, temos uma posição bastante forte em defesa da mão de obra nacional. Eu espero... Não estou aqui induzindo, mas é um pensamento individual.

Como as empresas aéreas, nos dias de hoje, estão se preparando e se estruturando para as operações da Copa do Mundo no Brasil no tocante à alteração de malha, ao reforço de frotas, aos voos fretados extras, ao planejamento de escala de tripulações, ao planejamento de manutenções e procedimentos PBN para os principais aeroportos?

Agora ao Prof. Elton, nosso mestre.

Como os outros países e suas autoridades da Aeronáutica têm se posicionado quanto à situação da falta ou da necessidade de investimentos em infraestrutura aeroportuária no Brasil? Essa é a primeira pergunta.

A segunda, Professor: além dos problemas de ordem de infraestrutura e do notório contingenciamento de verbas no setor aeronáutico, quais são os outros gargalos que podem ser identificados e que impedem ou atrasam o desenvolvimento de nossa aviação?

Terceira pergunta: o que acontecerá com as empresas aéreas e com a infraestrutura aeroportuária brasileira caso a situação persista como está?

Vamos deixar a SAC e Anac, para resumirmos. O Prof. Elton poderá fazer as considerações finais e também responder essas perguntas.

O SR. ELTON FERNANDES – Com relação à infraestrutura, há alguns anos temos feito, até em parceria com o Snea, estudos sobre a infraestrutura e comparado a capacidade dos aeroportos brasileiros com a dos aeroportos internacionais. Observamos que nossos padrões são muito tímidos em termos de oferta de infraestrutura. Em relação aos asiáticos, então, nossos investimentos são muito reduzidos. Eles oferecem uma infraestrutura superespaçosa nos aeroportos em termos de pistas, de terminais de passageiros, o que é uma coisa fantástica. Nem sei se é o caso de seguirmos esse padrão, porque, como eu estava dizendo, eles estão em rotas comerciais tradicionais do mundo, de alta densidade e tudo, o que não é o caso brasileiro. Então, temos que olhar com certo cuidado para não oferecer de menos e não exagerar na oferta, gerando um custo inadequado de infraestrutura. Mas, comparando, nossas infraestruturas são muito reduzidas. Todos os parâmetros...

Existe um estudo dos aeroportos internacionais feito regularmente que infelizmente não inclui a América Latina por causa das informações. Há informações da Europa, há informações da América do Norte, há informações dos asiáticos, mas, chegando à América Latina – não é só o caso do Brasil –, não há informações razoáveis. Mas nós chegamos a comparar.

Eu diria que esses países estão se comportando de forma bem favorável aos investimentos, à infraestrutura e à modernização da questão do controle do tráfego aéreo também. A tendência mundial, embora o Decea faça um excelente trabalho no Brasil, tem sido estabelecer um *Air Navigation Service Provider* separado da regulação. No nosso caso brasileiro, ele é o mesmo, é o prestador de serviço.

Demais problemas de ordem de infraestrutura, como o congestionamento... Quais são os outros gargalos? Eu tenho dificuldade de crer que falta dinheiro no Brasil. Acho que no Brasil está sobrando dinheiro. Se olharmos o histórico dos recursos disponibilizados para a Infraero desde 1995, menos de 50% foram efetivamente realizados. Então, não temos instrumento de realização do... Temos estratégia, e não temos ação.

Vejo com bons olhos. Todo mundo do setor tem boas intenções. A intenção de todos é melhorar o serviço para a sociedade brasileira. Todos os discursos são nesse sentido, mas não temos conseguido realizar. Essa licitação dos três aeroportos foi um pedido

de *help* notório, de ajuda notória, porque, de repente, estava tudo programado – investimentos programados, uma porção de coisas –, e não aconteceu nada. Não aconteceu nada não porque não houvesse dinheiro, não se conseguiu botar em ação. Então, acho que o nosso problema não é dinheiro. Nosso problema é capacidade de colocar em ação. Isso está sendo atribuído de forma correta ao setor privado. O setor privado é mais ágil.

Eu lamento muito que essa passagem não seja por uma política de governo, seja por uma ineficiência de governo, por falta de capacidade, porque transferir para o setor privado atividades deve ser uma política de governo e não um reconhecimento de incapacidade. Acho que, no caso, estamos caminhando muito nessa linha de “não conseguimos fazer, fazem vocês aí”. Então, tem que dar graças a Deus que eles fizeram. Isso deveria ser uma política e não uma situação emergencial.

“O que aconteceria com as empresas e a infraestrutura aeroportuária no Brasil caso a situação persista?”

Vimos, historicamente, que o transporte aéreo vai crescer de um jeito ou de outro, que não houve crise que interrompesse o processo de crescimento. O processo de crescimento, de oferta, vai acontecer de uma forma ou de outra, de forma atabalhoada ou de forma organizada, com empresas seguras e tudo. Mas isso depende dessa parceria, e uma coisa que é difícil de se conseguir no Brasil é a parceria entre diversos atores.

Não tem nada de ruim as pessoas se unirem para atingir um objetivo social justo. Então, por que temos essa fragmentação entre os órgãos reguladores, essa fragmentação total do sistema? Reconhecidas no setor têm a Anac, Decea, Infraero, e agora temos um novo ator, importantíssimo, que é a SAC. Por que essa atuação tão fragmentada, historicamente? Não sei se agora isso vai ser resolvido, porque não é o fato de as pessoas sentarem-se em uma sala, fazerem uma reunião, que garante que estarão desenvolvendo ações coordenadas. Muitas vezes, sentam-se, cada um discute, e, na hora em que sai dali, cada um faz o seu e pronto. Então, precisamos cobrar essa ação coordenada. Não pode um puxar para um lado e o outro puxar para outro. Existe o Conselho, mas historicamente não tem funcionado adequadamente. As pessoas saem das reuniões, e cada um faz o seu e pronto. Não concordar não significa não fazer. Acho que é uma cultura brasileira: se não concordo, não faço. Tem que sair de uma reunião em que tenha sido combinado algo e, concordando ou não, fazer para que a coisa aconteça.

Eu acho que, se houver um maior acordo, uma maior interação e se realmente transformarmos esses

discursos interessantes em ação, haverá um futuro próspero, senão o que iremos fazer é pedir socorro novamente, e o socorro, no caso das empresas aéreas, é aumentar a participação da propriedade internacional. Se levarmos as empresas aéreas a uma instabilidade em que elas não consigam o equilíbrio, naturalmente, na hora do socorro, faz-se uma legislação qualquer para passar de 20% para tantos por cento, como no Chile, ou para quanto quiser, 49%.

O transporte aéreo vai continuar crescendo, mesmo com dificuldades operacionais, com essas coisas, mas nós queremos um bom transporte aéreo, que atenda as necessidades? Então, precisamos nos planejar para isso. Existe uma janela de oportunidade. Ela pode ser pega ou repassada para outros fazerem. Se você não quer fazer, passe para outro e veja no que dá.

Obrigado, era o que teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Professor. Obrigado pelas considerações finais.

Tem mais duas perguntas para o Victor: “É percebida a existência de uma política clara voltada ao desenvolvimento da aviação regional ou a mesma se dá de maneira esparsa?” e “Existe uma especificidade quanto à jornada dos aeronautas, que aqui foi colocada inclusive, que operam na aviação regional? Quais seriam, em sua opinião, as adequações para atender as atuais necessidades?”

Portanto V. S^a com a palavra para as considerações finais.

O SR. VICTOR R. CELESTINO – Senador, como já coloquei – e, se me permite, vou terminar por essa última questão, em relação à jornada de tripulantes –, a Lei nº 7.183, de 1984 já tem dois dispositivos específicos da aviação regional, que vêm sendo aplicados. Sem eles, fica inviável a operação de vários destinos pela aviação regional, especialmente em operações com turbo hélice, em que a etapa média é muito baixa. Então, a grande especificidade é a etapa média. Hoje, nós falamos de *long-haul* de cinco mil quilômetros, uma etapa média doméstica em torno de mil quilômetros, mas a aviação regional com turbo hélice opera 250, 300, 400 quilômetros. Então, essa especificidade requer que se tenha um número de pousos maior do que as demais rotas e também a jornada interrompida, semelhante ao táxi aéreo. São essas duas questões da especificidade.

Quanto às adequações, passam pelas mesmas adequações das demais operações de transporte aéreo regular. Hoje, pela restrição de extensão da jornada, muitas vezes, isso acaba gerando inconvenientes. Os aviadores acabam, não só os aviadores, mas os tripulantes de cabine também, voando menos horas

do que estariam dispostos a voar e do que estariam aptos a voar, pela fadiga, pelo ponto de vista de fadiga. Obviamente, isso reduz o salário desses aviadores. Então há, nos parece, tendo em vista o gerenciamento, a gestão do risco de fadiga, que é uma questão que muitas vezes quase individual, um interesse de ambas as partes no sentido de haver uma possibilidade de adequação da jornada dos tripulantes.

Em relação à existência de uma política clara da aviação regional, depois da V Conac, em 1991, com a extinção do Sitar, o termo aviação regional parece, ou há um entendimento, que teria sido abolido da legislação brasileira, no entanto, o termo aviação regional é reconhecido internacionalmente como válido. Então, quando se fala hoje em ter uma política de aviação regional, em ter regulação específica da aviação regional, em nenhum momento se quer retomar o Sitar. Isso não significa retomar o monopólio de mercado, retomar a suplementação tarifária. Nada disso! A aviação regional requer, sim, uma regulação específica para incentivar e fomentar essa aviação, principalmente, na questão, como foi colocado aqui, da infraestrutura e da regulação, da regulação da infraestrutura. Então, a empresa aérea regional hoje opera sob as mesmas regras da empresa doméstica internacional, ou seja, o Rbac 121, no entanto, a aviação regional opera em aeroportos que têm uma necessidade de regulação específica.

Eu gostaria de deixar esses pontos, aproveitando as questões que foram postuladas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Victor.

Com a palavra o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, companheiro José Márcio.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Senador, rapidamente, as questões colocadas para o SNEA.

Se as empresas aéreas estariam dispostas, se a legislação assim o permitisse, em construir aeroportos com terminais de passageiros privados: acredito que não. Só funciona, por exemplo, nos Estados Unidos, nas grandes empresas aéreas que tenham um número de passageiros que viabilize a construção de terminal privado, transforme determinados aeroportos em Rub. Na Europa é mais uma herança das empresas da época em que eram estatais, porque também tem um grande número de passageiros. Aqui as empresas aéreas brasileiras não têm um número de passageiros que viabilize a construção de terminal privado.

Segunda pergunta: Qual a posição do SNEA quanto à contratação de tripulações estrangeiras?

A posição do SNEA é a posição das empresas aéreas brasileiras. Não existe absolutamente nenhum interesse na contratação de tripulação estrangeira. O que

nós insistimos é na necessidade de rever a legislação que hoje regulamenta a categoria dos aeronautas.

Terceira: Como as empresas aéreas estão se preparando e se estruturando para as operações da Copa do Mundo no Brasil etc. etc.?

Existe, por parte do SNEA, um estudo que tranquiliza bastante esse tipo de preocupação com a Copa do Mundo, Senador. Prevê-se que em julho de 2014, na Copa do Mundo, o movimento de passageiros no Brasil será semelhante ao do último Natal. Então não existe, por parte das empresas aéreas – acredito que não exista por parte da SAC e da Anac também – grande preocupação em relação a isso. Deverá ser mais ou menos a mesma coisa.

O que interessa às empresas aéreas nessa época é uma maior flexibilidade na alteração das suas malhas aéreas, em função da necessidade momentânea de uma demanda maior ou menor em determinadas rotas. Isso tudo, obviamente, será conversado com a Anac e com a SAC a tempo e a hora, mas não há nenhuma preocupação por parte das empresas aéreas quanto a esse problema. Existe – é óbvio – a preocupação antiga de todos quanto à infraestrutura. Continua sendo a preocupação de todos os setores a infraestrutura deficiente e deficitária que existe hoje e que não acreditamos que será satisfatória à época desses grandes eventos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente José Márcio.

Com a palavra Ricardo Chaves.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Obrigado.

Com relação à pergunta: Conforme colocado, na década de 60, 400 cidades no Brasil eram atendidas por linhas aéreas regulares e, hoje, tal montante não chega a 130. Por quê? Quais são os programas implementados pela Anac e pela SAC para aumentar o número de localidades atendidas pela aviação comercial regular? Quais são os incentivos existentes para tanto?

Da década de 60 para cá, houve uma grande evolução no modal rodoviário. Você tem também uma questão de escalas técnicas que, na época, as aeronaves faziam, passando por mais localidades. Há também a questão de que, na época, o preço das aeronaves era bem mais acessível.

Eu acredito, particularmente, que chegar a um número de 400 localidades atendidas por transporte regular de passageiros, como ocorria na década de 60, não vamos conseguir; porém, algo em torno ou maior do que 200 localidades é o que pretendemos. E a gente tem algumas metas para aumentar o número de cidades atendidas, dispostas inclusive no PPA; temos metas também no sentido do aumento do número de

rotas atendidas por transporte regular de passageiros, e, para isso, estamos desenvolvendo um plano de incentivos para a aviação regional.

Inicialmente, esclareço que entendemos por aviação regional aquela que serve a todas as localidades que não são capitais. Então, quando nos referimos às cidades atendidas que não forem capitais, estamos falando de aviação regional.

Esse montante de cidades atendidas já foi menor. Como nós vimos na apresentação, chegamos aí a um vale de 108 localidades atendidas por transporte aéreo regular de passageiros.

Essa questão do plano... Vou até antecipar para a próxima pergunta, que é a seguinte: há algum programa de parte da Anac ou da SAC para atender e orientar as prefeituras ou os Estados que desejam receber em seus rincões voos regulares? Quais são e quantas localidades já foram atendidas?

O que é que nós estamos fazendo? Quando falamos em aumentar o número de cidades atendidas, estamos falando praticamente de aviação regional. As rotas de grande densidade, as cidades e os aeroportos que contemplam uma maior densidade de tráfego já estão atendidas. Então, o que precisamos é avançar naquilo que chamamos de aviação regional. Para isso, esse plano de incentivos tem, como linha mestra, um grande plano de investimentos em infraestrutura aeroportuária.

Como foi dito aqui pelo Celestino – e a SAC entende dessa forma também –, o grande gargalo para o avanço, para o aumento do número de cidades atendidas e para que a aviação regional cresça é a infraestrutura aeroportuária. Então, esse plano visa isso.

O que fizemos? Estamos construindo esse plano, elegendo cidades que tenham potencial para receber voos regulares. E isso estamos fazendo levando em consideração aspectos socioeconômicos, estamos levando em consideração vocação turística, estamos levando em consideração, inclusive, a questão de municípios que têm pouca acessibilidade por outros modais. Então, esse processo está sendo feito com grande interação com a indústria do transporte aéreo e com uma grande interação com os Estados.

Apresentamos, preliminarmente, tanto para a indústria do transporte aéreo, como para os Estados e Municípios, alguns resultados alcançados. É uma política que está ainda em desenvolvimento. Desse modo, pretendemos, logo, logo, também dar publicidade a esse planejamento.

Já recebemos, dos 27 Estados, inclusive o Distrito Federal, 20 Estados da Federação, e o resultado está sendo excelente. Estamos tendo uma grande conver-

gência de ideias, tanto com relação aos Estados como com relação à indústria de transporte aéreo.

Então, com relação à política para aviação regional, estamos nesse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Inclusive o Estado de Tocantins já esteve...

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Já esteve lá; é verdade! E está com um programa belíssimo de pista legal.

Então, com relação à pergunta sobre como a SAC e a Anac trabalham junto a outros órgãos da Administração Pública – Ministérios e Secretarias – para tratar de questões de ordem tributária e tarifária relativas à aviação regular, como as mesmas lidam com as questões relativas à incidência de tributos sobre combustíveis para aviação e se há alguma previsão de revisão sobre os mesmos, sendo que combustíveis hoje representam quase 40% dos custos de uma empresa aérea regular no Brasil, tenho a dizer que houve um grande processo, de 2003 para cá, de desoneração tributária da indústria de transporte aéreo. Quando se fala de tributos de forma geral, a gente vê que é uma das indústrias mais desoneradas na questão tributária, só que é uma indústria com margem de lucro muito pequena, e a gente está olhando para isso, a gente sabe do impacto. Agora, falando sobre combustível, do “a haver” nos custos da indústria, o grande impacto tributário em cima do que “a haver” é relativo ao ICMS.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Nessas reuniões que tivemos com os Estados, a gente tem propalado uma ideia – isso é uma questão de política pública pertinente aos Estados, a gente não tem uma interferência direta em relação isso –, e os Estados demonstraram-se sensíveis, principalmente quando se fala de transporte aéreo regional. Acredito que mais ou menos uns dez Estados já estão propondo redução de alíquotas do ICMS de modo a incentivar a aviação regional. Alguns atrelam essa redução de ICMS à questão de que a empresa vai ter que operar em duas ou mais cidades dentro do Estado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Então, a gente tem, de alguma forma, dado uma contribuição no sentido de dizer que isso é interessante, que a gente apóia essa política dos Estados.

Acho que é basicamente isso. Vou passar a palavra agora para o Catanant para tratar das outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Ricardo Chaves, Diretor de Departamento de Política de Serviços Aéreos da Secretaria de Aviação Civil. A presença do amigo foi de suma

importância. É a Secretaria de Aviação Civil também sempre presente quando convidada. Nós queremos agradecer mais uma vez.

Com a palavra Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da Agência Nacional de Aviação Civil, para as considerações finais.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu sou Superintendente substituto, só para a minha chefe não brigar comigo depois. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Mas eficiente como sempre.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Obrigado.

As questões que importam, definição de política, eu deixei para as justas e competentes considerações do representante da Secretaria de Aviação Civil. Não vou repetir, enfim, me alongar sobre elas, a não ser para dizer, e também pontuando uma questão levantada pelo Professor Elton, da necessidade, sim, de se desenvolverem ações coordenadas. Embora a nova Secretaria de Aviação Civil tenha sido criada recentemente, ressalto que os entendimentos e os diálogos têm sido permeados por essa preocupação, e a coordenação tem sido plena. Desconheço ações que tenham sido adotadas sem que tenha havido essa interação. Mesmo na definição das políticas, a SAC tem tido essa preocupação e os resultados não demorarão a acontecer, como bem apregoeou o Professor Elton.

Quero citar aqui uma ação coordenada, que é um exemplo do que disse anteriormente, sobre um ponto que suscitou até opiniões distintas com relação à questão, para responder um pouco da primeira pergunta: se o quadro dos aeroportos tem sido revertido, os aeroportos fechados, enfim, e os que têm sido reabertos ao tráfego regular. O Victor Celestino pontuou que talvez não seja interessante a adoção do mecanismo de suplementação tarifária, monopolização das rotas, como era feito no sistema Sitar até pouco tempo atrás, e o Professor Elton já traz um entendimento um pouquinho distinto disso. Enfim, eu ressalto que é uma questão delicada. A formulação de política que está sendo feita nesse momento pela SAC tem que abordar, e com bastante preocupação, todas as variáveis que uma solução para essa questão deva envolver.

Para questões mais pontuais, dirigidas à Anac, gostaria de fazer consideração quanto à questão do concurso. Isso já vem sendo tratado aqui, neste fórum, sobre a necessidade de pessoal da Agência. Mais uma vez, gostaria de informar que já temos previsão de concurso público ainda para este ano. A gente acredita que já vá poder contar com, no mínimo, 170 novos postos de trabalho até o fim do ano. Isso deverá nos

ajudar a desempenhar a contento as nossas funções regulatórias e fiscalizatórias, sobretudo.

“O que se tem feito no sentido de melhorar a situação do transporte aéreo regular?”

Essa, talvez, seja uma pergunta pra uma resposta de horas a fio, não é uma pergunta simples. Em linhas gerais, eu poderia mencionar a gestão da Agência no sentido de desburocratizar, melhorar o acesso das empresas, de novas entrantes ao mercado, tentar, Prof. Elton, melhorar a transparência, como o senhor reclamou aqui, com relação a dados, estatísticas do setor. Esse é um esforço que temos feito. Nossa equipe de estatística está tentando melhorar para disponibilizar e trazer os estudiosos para junto da Agência, que tanto nos auxiliam com seus diagnósticos do setor. Essa é uma preocupação. Eu posso afiançar ao senhor que nós temos pessoas dedicadas a esse trabalho hoje. A nossa base de dados tem inconsistências, erros que derivam, muitas vezes, da forma como esses dados são alimentados. Estamos tentando fazer o refinamento disso.

Outra questão: “Como melhorar o sistema?”

A Agência tem se dedicado, Senador, a participar das audiências públicas. Sempre que pode, vem trazer esclarecimentos, pontuar as ações, expor as nossas falhas também – por que não dizer isso? Eu acho que o fato de a Agência estar participando deste debate denota o interesse da Agência na melhoria do setor como um todo.

Por fim, eu ressaltaria a revisão dos normativos. A Agência tem tentado restabelecer uma agenda para rever as resoluções, muitas oriundas, ainda, do antigo Departamento de Aviação Civil. Então, esse esforço de rever esses normativos, também, acreditamos que venha a beneficiar o setor, torná-lo mais leve.

Por fim, “na opinião da Anac, como o Congresso poderia colaborar com a indústria do transporte aéreo?”

É fundamental a participação do Congresso, não só na elaboração de fóruns como este aqui, mas, fundamentalmente, na revisão dos normativos dos projetos de leis que existem hoje tramitando, Senador. A nossa assessoria parlamentar acompanha esses projetos, mas nós reputamos que muitos deles são fundamentais para que se corrijam algumas distorções e anacronismos que alguns diplomas legais ainda trazem.

Era só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem. Obrigado, Ricardo.

Esta Presidência registra a presença do ilustre Senador Randolfe, que representa tão bem o Estado do Amapá e o povo brasileiro no Senado Federal.

V. Ex^a deseja fazer uso da palavra?

Com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado, Presidente Vicentinho.

Primeiro, quero pedir desculpas aos expositores. O Presidente sabe que aqui, às terças e quartas, nós temos, na linguagem futebolística, que cobrar o escanteio e correr para cabecear ao mesmo tempo. Nesta manhã, tivemos Conselho de Ética, Comissão de Educação, Comissão de Meio Ambiente. Mas fiz questão de passar nesta audiência, nesta Comissão, tão bem dirigida pelo Senador Vicentinho, que traz um tema que é particularmente interessante e necessário para nós, da Amazônia.

Gostaria de ter estado na audiência, na semana passada, mas também, por ter coincido com o horário da Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual faço parte, e não foi possível. Eu queria aproveitar a oportunidade, Senador Presidente Vicentinho, para, em relação à aviação comercial brasileira, trazer aqui duas indagações.

A primeira diz respeito às rotas comerciais na Amazônia, em especial, no meu Estado. O Amapá tem sido recentemente atingido com a recorrência de cancelamento de voos. O Amapá, e acho que é o caso hoje, lamentavelmente, da maioria dos Estados da Amazônia, tem sido atendido somente pela TAM e pela GOL. Nenhuma outra região do País tem sentido mais isso do que a Amazônia. Temos tido uma carência da nossa aviação regional, o que tem nos preocupado. A Amazônia já tem as dificuldades naturais de deslocamento, de lá para o centro sul do País, com a incipiência das linhas regionais e com a redução de voo das duas grandes companhias nacional, TAM e GOL, mais difíceis ficaram o acesso e a comunicação com o restante do País.

Eu queria ouvir do Dr. Victor Celestino, que nos encontraremos daqui a pouco, que é diretor do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, e quem mais na Mesa possa responder e dialogar sobre esse tema, quais as iniciativas: primeiro, de incentivo à aviação regional ou para que, além da TAM e da GOL, as demais empresas possam entrar em mercados que também são ascendentes, como é o mercado da região Norte, como é o mercado da região Amazônica. O primeiro questionamento é nesse sentido.

O segundo questionamento: o Amapá goza de uma prerrogativa, é o Estado brasileiro que faz a fronteira brasileira com a Europa – nossa fronteira com a Guiana Francesa – e, lamentavelmente, não temos um voo regional de Caiena para Macapá.

Tenho a informação de que quem faz esse voo regional faz, na verdade, Caiena/Belém, é a Air Caraibes, e a informação dá conta de que em setembro essa empresa cancelará essa linha regional.

Pergunto à Secretaria Nacional de Aviação Civil, ao Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias a disponibilidade, a possibilidade de essa linha que será deixada pela Air Caraibes ser assumida por alguma empresa nacional, já que a linha estará disponibilizada. Pelas informações que tenho, em especial da Anac, se a linha estiver disponibilizada, enfim, bastaria que tivéssemos a manifestação nesse sentido de alguma empresa nacional.

O terceiro e último questionamento: recebemos recentemente, tive acesso recentemente a uma informação – na verdade foi veiculada na imprensa, se não me engano até a própria revista *Veja* veiculou – uma notícia dando conta de que “Pilotos da TAM protestam contra falta de segurança de voo”. O que me chamou a atenção para essa notícia – esse é o questionamento que faço – é que a informação dá conta de que os pilotos iniciarão uma espécie de operação padrão, mas que a operação padrão é seguir todas as regras de segurança de voo. O que assusta, enfim, pelo menos de acordo com a notícia, quando eles dizem que a operação, para seguir todas as regras de segurança de voo, a pergunta que vem? Não seguiam? Todas as regras não eram seguidas? O conjunto – já concluindo, Presidente – dessas normas de segurança de voo incluía “decolar com força máxima da aeronave”, ou seja, a regra é não decolar com força máxima, em virtude da recomendação para economia de combustível. O mérito da notícia dá conta de que a operação padrão seria, a partir daí, seguir as regras de segurança. Existe alguma não-obediência às regras de segurança?

Por fim, Presidente, acho que, em outra audiência, seria importante nós termos também a exposição, aqui nesta subcomissão, que, repito, o senhor dirige muito bem, do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA). Seria importante ouvirmos também os trabalhadores aeronautas no que diz respeito aos temas que estão tratando e, em especial, a temas como essa questão de segurança de voo e as razões por que os pilotos da TAM estão organizando o que eles chamam de operação padrão.

Eram esses os questionamentos, Presidente.

Mais uma vez, desculpas por ter chegado atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pelo contrário, a presença de V. Ex^a abrihanta esta subcomissão e esta audiência pública. Só para contribuir, Senador Randolfe, já estamos realizando a oitava audiência pública desta subcomissão. A nona vai ser sobre a indústria das linhas aéreas, a visão internacional. A décima, sobre aviação regional, e a décima primeira, quando teremos o Sindicato Nacional dos Aeronautas e associações. Então, em cada

audiência pública, estamos ouvindo um segmento da aviação do nosso País.

Começando sobre a última pergunta, que se refere à segurança de voo, vamos pedir aqui ao Ricardo Bisnotto, da Anac, que contribua conosco respondendo o questionamento do Senador Randolfe. Depois, as outras duas serão respondidas com certeza pelo Ricardo, da Secretaria de Aviação Civil, e pela segurança, responderá também o presidente do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias. Portanto, a Anac e, em seguida, o José Márcio, vão responder a última pergunta, e as outras duas, a SAC e o Victor irão responder.

Com a palavra. o Ricardo.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Boa tarde, Senador.

Essa questão específica que foi noticiada com relação a essa operação padrão eu desconheço em que termos está sendo aventada por esses pilotos, mas vou tentar responder, em tese, com base em algum conhecimento que tenho do setor de segurança operacional, embora eu atue mais na área de regulação econômica.

Mas, em questão de segurança, eu citaria, por exemplo, um procedimento de cheque que é fiscalizado pela Anac, que trata de uma lista de requisitos mínimos. Isso é padrão internacional. Existe a *Minimum Equipment List*, que chamamos de MEL. O piloto é obrigado a fazer a averiguação antes de todo voo. Então, esse é um requisito mínimo. O piloto pode ir além daquilo e estabelecer alguns itens que devam ser checados também. Eu não sei se isso é o que se aplica diretamente a este caso.

Posso tentar levantar melhores informações, mas acho que, talvez, quem possa trazer melhores informações e mais detalhadas seja o pessoal do sindicato e, talvez, o Victor Celestino, da Trip.

Então, acredito que hoje nós não temos como essa ameaça de operação padrão possa sugerir uma situação de insegurança, e eles, para pressionarem de alguma forma, fazem cumprir a legislação. Eu não acredito que seja esse o caso. Eles têm a possibilidade, talvez, de fazer o cumprimento de requisitos que não seriam aqueles mínimos especificados em legislação nacional e internacional para que todo voo aconteça. Então, assim, é como uma operação padrão da Polícia nos aeroportos, de querer fiscalizar toda peça de bagagem e determinar que o passageiro abra toda peça. Não significa que hoje não tenhamos segurança, mas, se fizer isso, se a polícia decidir fazer isso em todas as malas de todos os passageiros, isso pode acarretar atraso.

Não sei se pude esclarecer, mas eu me comprometo a tentar trazer maiores informações por parte da Agência com relação a isso que o senhor noticiou.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Com isso, Ricardo, pode encaminhar inclusive ao gabinete do Senador Randolfe, com mais conteúdo.

Mas quero, antes de passar ao presidente José Márcio, parabenizar a Presidenta Dilma. Aqui está, no jornal *Valor*, que ela exatamente vai ao encontro daquilo que eu disse na audiência pública ainda lá atrás, na Comissão de Infraestrutura. Eu disse: “Ora, se nós temos que ser ficha limpa, se cometermos um deslize, são 15 anos inelegíveis, sete para terminar o mandato, mais oito para frente. Como é que empresas que participavam de operações ganharam as concessões de aeroportos? Ela aqui está desconstituindo. Parabéns à Presidenta Dilma.

Item 2. Empresas que não tinham expertise, não tinham experiência no setor também estão desconstituídas. Isso é importante.

Então, aproveito estar nesta Subcomissão para parabenizar a Presidenta Dilma e sua equipe na área de aviação pela preocupação com esses dois temas. Prontamente, ela já tomou as providências e quero aqui louvá-la e parabenizá-la.

Portanto, com a palavra o Presidente José Márcio.

O SR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO – Obrigado, Senador. O senhor não se preocupe com a segurança do voo, não. O Brasil é hoje considerado um dos sistemas mais seguros do mundo. Em primeiro lugar, a operação padrão é a mesma coisa que a gente vê em movimentos de outros sindicatos. A operação padrão não significa nada, porque tem normas, como disse o Dr. Ricardo, a serem seguidas e eles cumprem essas normas, são obrigados a cumpri-las porque são fiscalizados pela Anac, que é uma fiscalização inclusive bastante rigorosa a respeito de qualquer tema que diga respeito à segurança.

Como disse o Celestino há pouco, é um dos setores mais regulamentados e fiscalizados no mundo. Como você falou, só a energia nuclear e depois vem a aviação aérea. Não só a fiscalização da Anac e da SAC, mas também uma empresa aérea, quando faz um *leasing* num avião, ela sofre uma fiscalização da empresa que fez o *leasing*, da empresa que faz seguro etc. Toda a atuação da empresa, todo o dia a dia fiscalizado por “n” pessoas, por “n” instituições interessadas na segurança do voo, na aviação aérea.

O problema da potência máxima na decolagem. A utilização ou não de potência máxima depende de uma série de fatores. É uma recomendação, depende de pista, depende do peso do avião, depende da unidade, temperatura etc. Nos aeroportos de Santos

Dumont e Congonhas, imagino que a potência seja a máxima mesmo, senão vai acabar, por exemplo, em cima da baía da Guanabara. Tudo isso varia um pouco. De fato, a essa notícia nós também tivemos acesso e realmente não procedem os argumentos utilizados nessa reportagem. Aliás, não fomos nem ouvidos pelos repórteres.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Com a palavra o Ricardo, pela SAC, para responder ao Senador Randolfe.

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Senador, não sei se o senhor estava aqui antes, quando falamos sobre a aviação regional. Na verdade, a SAC está com um grande plano de desenvolvimento da aviação regional, baseado num grande plano de investimentos em infraestrutura aeroportuária. A gente chegou à conclusão de que o maior gargalo para expansão da aviação regional é a questão da inadequação da infraestrutura aeroportuária regional. Então, temos utilizado alguns parâmetros para eleger cidades e municípios com potencial para receber a aviação regular. Os parâmetros são basicamente três: um enfoque nos indicadores socioeconômicos, estamos utilizando dados do IBGE para isso; um enfoque na questão turística e um enfoque na questão de acessibilidade, ou seja, falta de acesso de um determinado município por outro modal de transporte.

Temos recebido todos os Estados da Federação, estamos com plano para isso; recebemos 20. Falta receber mais sete Estados, incluindo o Amapá, que não recebemos ainda. Isso deve acontecer nas próximas semanas. Uma coisa que posso dizer é o seguinte: com relação à questão de aviação regional, a impressão que a gente tem é a de que há uma convergência grande entre o que a gente está propondo e a expectativa dos Estados da Federação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o Amapá? Por que os senhores não o receberam?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Porque se segue o cronograma. A gente vai receber todos os Estados. Isso deve ocorrer nas próximas duas semanas.

Então, existe uma grande convergência nesse sentido. Após a gente receber o último Estado, a gente tem recebido também as empresas aéreas. Então, em breve, haverá o resultado dessa política que a gente está desenvolvendo.

Com relação ao voo da Air Caribbean para Caiena, no momento, a gente vive uma situação em que a liberdade de operação das empresas aéreas é total. Nem a Anac nem a Secretaria de Aviação Civil tem como delegar ou, de certa forma, obrigar que uma empresa aérea opere determinada linha. Então, é uma

questão econômica em que a empresa enxerga uma possibilidade ou não de operar determinados destinos.

Qualquer empresa que tenha interesse em operar essa linha – na verdade, há a denominação de voos transfronteiriços – pode fazê-lo. Mas a gente sabe das dificuldades. O que a gente já discutiu em determinado momento foi a concessão de alguns incentivos, para que isso ocorresse com mais frequência. Um dos incentivos a esse tipo de ligação refere-se à diferenciação de tarifas internacionais e regionais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Fundo Nacional de Aviação Civil, aprovado recentemente aqui por meio de medida provisória, não poderia ser um instrumento para tanto, para esse incentivo?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Na verdade, o Fundo de Aviação Civil é constituído por alguns recursos que vêm do Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero), ou seja, que incidem sobre as tarifas aeroportuárias; por recursos que vêm de um adicional sobre tarifa internacional, decorrente da Lei nº 9.825; e por outros recursos que virão, por meio da contrapartida, pelas concessões. Então, é um Fundo que terá um volume grande de recursos. Qual é o objetivo do Fundo? Fomento da aviação civil.

Em determinadas situações especiais – o senhor pergunta de que forma isso poderia acontecer –, o Fundo poderia ser utilizado para isso. Mas a questão de subvenção depende de autorização legislativa. Sem algum tipo de projeto de lei, de medida provisória, de lei, não é possível fazer isso.

Voltando ao que eu dizia, a gente acredita que, quanto ao desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária regional, encarando isso como principal gargalo e resolvendo essa questão de infraestrutura, haverá um grande aumento de volume de passageiros na aviação regional, o que gerará um ciclo virtuoso, que poderá, de alguma forma, ter reflexo, inclusive, na viabilização de rotas como, por exemplo, essa a que o senhor se refere, a de Caiena. Então, o programa como um todo alcança os resultados esperados de aumento da aviação regional como um todo. Não sei se respondi à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado.

Tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Dr. Ricardo, ainda quanto a essa questão, dentro da Secretaria de Aviação Civil, há um planejamento de incentivo a essas iniciativas, no sentido de novas linhas serem compradas por empresas nacionais e de se apoiar o deslocamento de outras empresas nacionais, além de TAM e Gol, para regiões que são, digamos, menos rentáveis comercialmente? É lógico que deve

haver uma preferência das companhias para operarem mais do Centro-Sul do que na Amazônia. Mas existe um planejamento a médio prazo – eu falo a médio prazo, mas gostaria de falar a curto prazo, porque a urgência, a emergência que temos na Amazônia... Há o problema para o mercado da baixa densidade demográfica, mas há uma condição para o País. Aí é uma questão de integração nacional, de soberania, de afirmação, é uma questão social e outros tantos argumentos quisermos assim trazer... É a maior região do País. Corresponde a Amazônia Legal a dois terços do território nacional, e é uma região muito pouco integrada, com poucas linhas aéreas. Há um planejamento específico para isso, para implementar, para ter possibilidade, para ter maiores opções?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– Sim. Há o planejamento específico, sim. A gente conversou sobre isso. É o Plano de Incentivos para a Aviação Regional. A gente não está olhando para empresas específicas, a gente olha para indústria como um todo. Então, nesse planejamento, há alguns pilares que a gente coloca. Primeiro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Esse plano já está em curso?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– Está em curso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Já há ações para isso?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– A gente está desenvolvendo o planejamento. Como eu já falei anteriormente, a gente tem a participação, já há 20 Estados da Federação para quem já foi apresentada a versão inicial desse planejamento. Foi apresentado também para as empresas aéreas, para as indústrias de transporte aéreo. Isso aí está em curso. São três pilares. Um é a questão do gargalo e infraestrutura, que a gente está querendo atacar. A questão da competitividade das empresas. A outra questão é a competição. A gente acredita que essas três questões podem atingir os resultados que a gente almeja, que é o aumento de números de cidades atendidas e o número de rotas atendidas pro transporte regular de passageiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu vou ser chato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Essa, na realidade, é uma Subcomissão bastante técnica, Senador Randolfe, e os seus questionamentos são importantíssimos. Fique à vontade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Dr. Ricardo, sendo objetivo, se hoje alguma nacional quisesse ter... As informações que eu tenho no aeroporto de Macapá é que nós temos uma linha disponi-

bilizada. Eu vou tratar assim de linha. Não vou entrar no detalhe técnico, que era uma linha ocupada antes pela Puma Air, num voo que sai às 7h da manhã em direção a São Paulo. Se hoje alguma empresa, alguma outra empresa nacional quisesse ocupar essa linha ou se tivéssemos alguma outra empresa que quisesse se candidatar a ocupar a linha ocupada hoje pela Air Caribes, qual o incentivo e apoio que deveria ter junto à Secretaria de Aviação Civil?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– Hoje não há delineado nenhum incentivo específico. O que há é o seguinte: essa linha está disponível. Qualquer empresa que queira operar essa linha, que tenha a vontade de operar essa linha, vai poder ocupar essa linha. Agora, incentivo específico para voos transfronteiriços a gente não tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Há um outro voo, que é nacional, é esse das 7h da manhã. Sai de Macapá às 7h da manhã com destino a São Paulo. Para esse que não é internacional teria?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– Incentivos diretos, subsídios, alguma coisa a gente não tem. Subsídios ou subvenções econômicas dependem de autorização legal. Isso a gente não tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Essa parte eu entendi. É que o senhor falou o seguinte... Eu estou partindo do que o senhor me disse. O senhor acabou de dizer que a Secretaria de Aviação Civil tem debatidos programas para incrementar a aviação regional e os Estados mais distantes, onde não há alternativas de linhas aéreas. Disse que estava em curso esse planejamento. Certo?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– Sim. Esse planejamento está em curso. Ele está calcado num grande plano de investimento de infraestrutura aeroportuária regional. Em conversas com as empresas e com os Estados, a gente identificou que o grande gargalo para versão regional é inadequação da infraestrutura aeroportuária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas será que na Amazônia é esse o grande gargalo ou será que na Amazônia o grande gargalo é a dificuldade do mercado, ou seja, a dificuldade pela baixa densidade demográfica? É lógico que uma empresa, para se estabelecer no mercado, tem que ter lucro e é lógico que é muito mais atrativo para as empresas se estabelecerem no eixo centro-sul do País que na Amazônia. É óbvio que, se reunirmos... O Estado de Minas Gerais tem uma população maior que a da Amazônia todinha e é lógico que tem um mercado maior que o da Amazônia toda.

Em uma região como a Amazônia não deveria haver uma política específica para incentivar que a

aviação regional ou as empresas nacionais tivessem mais opções lá?

Por que estou perguntando isso? Por que estou insistindo nisso? Na semana passada, eu voltei para Macapá. O preço da minha passagem aérea para Macapá foi R\$2,2 mil, o mesmo preço de uma passagem aérea para Berlim. Seria mais barato eu ir para Berlim do que voltar para o meu Estado. Eu considero isso um absurdo. Parece-me que um absurdo desse só pode ser resolvido se tivermos uma ação comum do mercado, mas se tivermos também uma mediação do Estado, da Secretaria de Aviação Civil, da Anac, ou seja, se tivermos política para que não existam mais circunstâncias como essa.

Há dois meses, fui fazer uma palestra em Rio Branco. O preço da passagem para Rio Branco era o mesmo de um deslocamento para os Estados Unidos. Parece-me que isso se dá exatamente porque há poucas companhias atendendo esse mercado.

Então, qual é o planejamento para haver mais disponibilidade no sentido de que mais empresas estejam nessa região?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA

– Tem essa questão. Conversando com as empresas, elas identificam como o grande gargalo, inclusive na Amazônia Legal, a infraestrutura aeroportuária. Outras ações de desoneração tributária podem ser adotadas, inclusive pelos Estados. Conversamos aqui sobre a questão do ICMS, e alguns Estados já estão provendo alíquota diferenciada para poder incentivar essa aviação regional. Então, há uma série de fatores que podem contribuir para isso.

Pelas conversas que estamos tendo com os Estados, creio que aproximadamente doze Estados já estão praticando algum tipo de incentivo de desoneração do ICMS em cima do combustível. Pediram às empresas, por exemplo, que atendam, pelo menos, duas cidades no Estado; e elas teriam aceitado.

Trata-se de um conjunto de ações que temos que desenvolver e estamos colhendo esses subsídios com os Estados também e obtendo a opinião de todos no sentido de tentar resolver o problema.

Desculpem-me por insistir. A questão de infraestrutura aeroportuária é um problema que identificamos como principal e estamos atacando isso prioritariamente. Não quer dizer que vamos atacar outros problemas no setor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Só para contribuir, Senador Randolfe, porque vamos ouvir aqui a outra parte. Nas nossas audiências públicas sempre há o contraponto, exatamente para clarear esses questionamentos.

Na realidade, ouvindo as empresas – eles também deverão abordar o assunto –, percebemos que elas não desejam subsídios como antigamente, porque isso gera muita corrupção, muito problema. Os acionistas das empresas não veem com bons olhos a questão do subsídio.

O que eles querem e pretendem? Infraestrutura, como disse o Ricardo. Eles esperam que as tarifas aeroportuárias sejam mais reduzidas, assim como o combustível. Com relação, por exemplo, ao Amapá, pode-se fazer um programa para desonerar o ICMS sobre o combustível de aviação que hoje é altíssimo: corresponde a 40% da operação de uma empresa; é muito alto.

Portanto, basicamente, nesses três eixos, vamos encontrar a solução. Mas quem vai falar, com muita propriedade, é o Victor, diretor do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Com a palavra o Victor.

O SR. VICTOR R. CELESTINO – Senador Randolfe, é com muita satisfação que recebo esse seu questionamento. De certa maneira, permite-me fazer um grande resumo de tudo o que debatemos aqui hoje. Como resumiu muito bem o nosso Presidente, o Senador Vicentinho, na visão das empresas aéreas hoje, o subsídio direto às empresas aéreas não se faz necessário, tendo em vista que a demanda hoje é maior que a oferta. Em relação à constatação que V. Ex^a tem na Amazônia, isso não se passa só na Amazônia; isso se passa em todo o País; isso se passa no interior do Estado de São Paulo, no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, a demanda é maior que a oferta. E a razão de a demanda ser maior que a oferta, que leva, muitas vezes, à questão de tarifas inadequadas, foi postulada aqui hoje.

Vou resumir, rapidamente, os pontos que postulamos. O primeiro deles, obviamente, é a questão do preço do combustível. Hoje, 80% do combustível de aviação que é consumido no País é produzido no País, mas, ainda assim, estamos atrelados ao preço do Golfo do México, que inclui, inclusive, o frete do petróleo do Golfo do México até o País. Então, o preço do combustível em si é muito caro no Brasil, fora a questão de que, na Amazônia, é mais caro ainda. Demos alguns exemplos aqui: em Guarulhos, a empresa internacional paga 50% menos que a doméstica, só que, na Amazônia, o preço que a empresa doméstica paga em Guarulhos é 50% mais caro. Então, o preço do combustível é caro. E o combustível é 40% do custo das linhas aéreas.

Segundo, o que encarece muito é a questão do ICMS, que hoje está em torno de 25% nos Estados. Há alguns Estados com algumas medidas. Hoje, o nosso

pleito seria que a alíquota máxima a ser acordada pelo Confaz seria de 12%. Então, não se teria uma alíquota maior que 12%, mas cada Estado poderia, para a aviação regional, ainda assim, fazer um incentivo adicional. Cada Estado tem uma peculiaridade: número de Municípios a serem atendidos, um voo internacional para ser atendido, que poderá dar esse tipo de incentivo, ou até uma rota específica. Alguns Estados gostariam de ter uma ligação específica e assim pediram, e as empresas que atenderam tiveram esse incentivo.

Além do combustível, a questão das tarifas de navegação e tarifas aeroportuárias, que sofreram aumentos de mais de 100% com a MP 551. Então, essa questão não tem um nivelamento. Da mesma forma que afeta a tarifa de navegação aérea na Região Sudeste, acaba afetando na região da Amazônia, só que, na Amazônia, você tem uma necessidade muito maior de incentivo para manter a viabilidade, dado que a demanda é menor. Quer dizer, eu tenho menos passageiros naturalmente. Então, com isso é necessário que se tenha também um trabalho...

Uma das propostas que colocamos é que a tarifa fosse reduzida em 50% nos aeroportos de interesse. E, obviamente, vai implicar uma contrapartida da Secretaria de Aviação Civil, com subsídios para o custeio. Esse é o grande desafio, porque o Fnac é para investimentos e não para custeio. Então, temos que descobrir, quer dizer, o Governo brasileiro, o País tem que decidir que é importante fazer essa aviação e que há necessidade de recursos também para o custeio.

A terceira questão, que, de fato, é a mais grave, é a da infraestrutura aeroportuária, que envolve... Por exemplo, no Amapá, o Oiapoque já foi operado por linha aérea regular e, hoje, não tem condições. Então, várias localidades têm hoje potencial de PIB, de demanda, mas não têm carro de bombeiro, não têm questões básicas de regulação, não têm combustível de reabastecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Dr. Victor, só perguntando e também dialogando com o Dr. Ricardo, a previsão da utilização do Fnac é também para infraestrutura? É, em especial, para infraestrutura?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – Parte dos recursos é, em especial, para infraestrutura naqueles recursos oriundos do Ataero. A parte relativa aos recursos oriundos do Ataero são recursos carimbados para infraestrutura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A administração do Fnac é da SAC?

O SR. RICARDO CHAVES DE MELO ROCHA – A administração do Fnac é da SAC.

O SR. VICTOR R. CELESTINO – Então, hoje, Senador, o que as empresas defendem é que a redução

de custos voltada para a questão do combustível, da infraestrutura vai, por si só, permitir um aumento da oferta, ou seja, o empresariado está disposto a fazer esse investimento desde que haja essa disponibilização. E, com esse aumento da oferta, você terá condições de ter uma competição maior e, naturalmente, custos adequados, porque não é uma só de competição. O senhor falou do voo para Berlim ou para os EUA. Se o senhor comparar quanto custa uma aeronave com 280 assentos, o custo do passageiro, custo assento/quilômetro, que é a métrica da indústria, com uma aeronave turbo-hélice, com 45 ou 19 assentos, o senhor vai se surpreender. Custa quase quatro vezes mais operar com avião regional que com avião de longo curso, sem contar que, no avião regional, muitas vezes, como na região amazônica, por falta de abastecimento de combustível, temos que transportar combustível em vez de passageiro. Então, em vez de transportar um passageiro pagante ou uma carga pagante, o avião, para fazer aquela rota, como não tem abastecimento no destino, tem que transportar combustível. Então, são esses empecilhos, esses gargalos que fazem a dificuldade da aviação regional.

Para concluir, passo para a sub-regional, que o senhor mencionou, a relação de Caiena. As Guianas não estão no Acordo de Fortaleza. No entanto, é sabido que a aviação transfronteiriça e sub-regional padecerá ainda de um incentivo. E acreditamos que isso possa ser, sim, Senador Vicentinho, tratado aqui, neste fórum – na próxima semana, a lata vai estar aqui; vai ter uma parte internacional –, como incentivar essa aviação transfronteiriça.

A Anac exige, hoje, por exemplo, que as empresas aéreas tenham o certificado da lata, do losa – lata Operational Safety Audit para fazer voos internacionais. Uma das razões foi Caiena, porque algumas empresas aéreas começaram a entrar na lista negra, por exemplo, da lasa, que é aviação civil da Europa, ou do FAA, por conta de não estarem seguindo todos os procedimentos legais. Então, a Anac adotou, por métrica, por prática, que para um voo internacional é necessário que a empresa tenha o losa anteriormente. Isso não é exigido, por exemplo, se uma empresa peruana ou colombiana quiser voar no Brasil. O Peru não exige. Não tenho conhecimento se a própria Air Caribes tem ou não o certificado do losa, mas o fato é que, para essa aviação sub-regional, existem algumas questões que devem ser tratadas. Uma delas é essa questão dos requisitos de segurança para operar nessas rotas. Outra questão é a dos incentivos de tarifas e combustível. Por exemplo, quando uma empresa aérea brasileira opera no Caribe, faz um voo de fretamento, ela chega a uma ilha, Aruba ou Punta

Cana, e tem que pagar como se fosse aviação geral. Então, a tarifa de pouso é de aviação geral; a tarifa de atendimento é de aviação geral; paga como se fosse uma aviação executiva, o que não é fato. Quer dizer, a aviação comercial quer fazer voos não regulares internacionais, que poderá, por exemplo, sanar a questão de Caiena. Quer dizer, se não tem hoje um voo regular, mas tem um voo charter, também pode sanar, só que o custo de operar um voo charter é tão alto e, por questão justamente de não ter a paridade de custo, ser tratado em outro país como uma aviação geral e não como aviação comercial.

Então, são questões, Senador, que certamente devemos tratar, e as empresas aéreas estão abertas para esse tipo de discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Senador Randolfe, a sua presença e os questionamentos engrandeceram todos nós. Sua presença sempre vai honrar esta Presidência e todos nós e contribuir. Parece até um aviador de primeira grandeza. Parabéns!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sou só admirador, Senador Vicentinho. Eu que quero agradecer as iniciativas que V. Ex^a têm tomado neste debate. V. Ex^a é um Senador amazônida também...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...e sabe as dificuldades que temos com a aviação civil na nossa região, as dificuldades da ordem como têm sido tratadas nesta Comissão. E a aviação civil, permita-me dizer, estava sendo tratada aqui, no Senado, tangencialmente, estava sendo tratada, diria, periféricamente. V. Ex^a traz esse debate para o centro do debate no Senado Federal. Um país que se está colocando como sexta economia do mundo, que realizará, no decorrer dessas décadas, eventos da magnitude que vai realizar, tem que ter uma infraestrutura aeroportuária eficiente e necessita ter um sistema de aviação civil eficiente.

Por isso que é importante o Senado da República, por intermédio – e eu reitero – e devido ao senhor, colocar luzes nesta questão e tratar as diferentes nuances desta questão. Ou seja, a infraestrutura aeroportuária que tem, o sistema de aviação civil de que dispomos no País e a inacessibilidade que há nas regiões mais distantes e remotas do País a serem atendidas pela aviação civil. Eu quero cumprimentar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Senador Randolfe.

Inclusive, eu quero registrar aqui que tenho dois filhos que nasceram em Itaituba. Chama-se Thiago

Tapajós, quando eu por lá voava. Hoje faz Medicina aqui em Brasília. Outro em Tucumã. Então, conheço bem voando a Amazônia. Meu pai, saudoso Comandante Vicente, minha família toda, trabalhamos muito ali pela Amazônia. Portanto, não queremos dar uma contribuição, Senador Randolfe, para o nosso País, para o Governo da Presidente Dilma no sentido de que... Eu até sempre registro: o último planejamento sobre aviação no País é da década de 60. O Código Brasileiro, o CBA, é de 86, antes da Constituição. Portanto, ao final, nós vamos procurar elaborar um bom planejamento com boas legislações, para que a gente encontre efetivamente um caminho para melhorar cada vez mais a aviação do nosso País.

Antes de encerrar a presente reunião, quero agradecer aos debatedores, ao professor Elton, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; ao Ricardo Bisinotto, da Anac; ao Ricardo Chaves, da Secretaria de Aviação Civil; ao Dr. José Marcio, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; ao Victor, que vem lá do ITA e também hoje está à frente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias e me parece na Trip, da Trip aviação.

Também agradeço aos Senadores que participaram desta audiência pública e aqui presente, ao final, ao Senador Randolfe. Agradeço aos consultores, às consultoras, aos assessores, às assessoras, à imprensa e a todos que sempre estão presentes nas nossas audiências públicas.

Convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, a realizar-se no dia 15 de maio de 2012, terça-feira, às 14 horas

Alguns colegas Senadores, em contato, me pediram que fizéssemos à tarde, porque, pela manhã, às terças e quartas-feiras, todos estão nas suas comissões. Portanto, à tarde ficam mais livres para participarem.

Portanto, às 14 horas, para debater a visão e a perspectiva da indústria internacional de transporte aéreo em relação à aviação civil brasileira, com os seguintes convidados: Sr Carlos Ebner, Diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos, lata; Sr. Renato Cláudio Costa Pereira, Major-Brigadeiro-do-Ar (Reserva) e ex-Secretário-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil, Oaci; e Sr. Antonio Rodriguez Fritz, Secretário Regional da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte, ITF.

Portanto, citados os convidados, o dia será 15 de maio, às 14 horas, eu encerro a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 9ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada dia 26 de abril de 2012.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPPLY e MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2012-CRA**, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral e Sérgio Souza, com os Adendos dos Senadores Acir Gurgacz, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro, aprovado em 19/04/2012, para debater e instruir o PLS nº 626, de 2011, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Cid Jorge Caldas, Coordenador-Geral de Açúcar e Alcool do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA**; Sr. **Adalberto Sigismundo Eberhard**, Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Mozarildo Cavalcanti, Flexa Ribeiro, Sérgio Souza, Delcídio do Amaral e Ivo Cassol. **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 18, DE 2012-CRA – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **Audiência Pública** no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater sobre o tema **“Regulação Sanitária e o Mercado de Agrotóxico”**,

com a presença dos seguintes convidados: Sr **José Agenor Álvares** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; Srª **Anamaria Tambellini** – Universidade Federal do Rio de Janeiro – **UFRJ**; Sr. **Victor Pelaez** – Universidade Federal do Paraná – **UFPR** e Representante da Associação Nacional de Defesa Vegetal - **ANDEF**. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e a Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, o Senador Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Requerimento, com o adendo da Senadora Ana Amélia, que inclui a Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF como convidada. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossa reunião, comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício nº 480/2012, da Anvisa, datado de 20 de abril do corrente, subscrito pelo Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Anvisa, que passo a ler:

Ofício nº 296, de 2012, datado de 18 de abril do corrente, do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa), o qual manifesta apoio e incentivo às pequenas propriedades rurais, à agroindústria familiar e à viabilização de sua inserção no mercado.

Manifesta também a Anffa, Sindicato, que o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), possibilita a padronização e harmonização de procedimentos de inspeção das esferas federal, estadual e municipal, e que, dessa forma, esse novo sistema de fiscalização da produção fortalecerá a agroindústria familiar.

O ofício subscrito pelo Sr. Maurílio Biagi Filho, Presidente da Agrishow, o qual convida para a abertura da Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2012, às 10 horas, no Polo Regional de Desenvolvi-

mento Tecnológico dos Agronegócios do Centro- Leste, na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo.

Ofício circular, subscrito pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, o qual reitera a solicitação de apoio ao Projeto de Resolução nº 15, de 2011, de sua autoria, que dispõe sobre a alternância semanal entre sessões deliberativas e reuniões em comissões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, registro também a presença do Dr. Ricardo Dornelles, Chefe do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia – seja bem-vindo, Dr. Ricardo! – e a presença do Dr. Celso Manzatto, Chefe da Embrapa Meio Ambiente.

A compreensão sobre o meio ambiente e a agricultura na Amazônia Legal tem gerado as mais diversas abordagens e mesmo a formulação de falsas verdades que só prejudicam o desenvolvimento econômico e sustentável na região.

Para derrubarmos alguns desses mitos, como o de que o solo e o clima da região não são apropriados para a agricultura moderna e o de que determinadas culturas não podem ser introduzidas na Amazônia, sob perda da biodiversidade da floresta, entre outros argumentos, é que estamos promovendo esta audiência pública com especialistas e representantes do Governo.

Como morador, conhecedor da região e representante de parte da população amazônica neste Parlamento, sinto-me à vontade para mediar esse debate e apresentar meu ponto de vista, os anseios dos amazônidas e apontar alguns caminhos para o desenvolvimento da região, respeitando o tripé da sustentabilidade, qual seja: o crescimento econômico, com inclusão social e proteção ambiental.

O primeiro aspecto, para o qual chamo a atenção de nossos debatedores, dos colegas Senadores e do público que nos acompanha nesta comissão, ou por meio das mídias do Senado, é para as diferenças da Amazônia, região onde vivem 25 milhões de brasileiros e que abriga os maiores rios e a maior floresta tropical preservada do Planeta, mas que não é uma massa homogênea, ao ponto de podermos falar que existem várias amazônias. Trata-se de uma região heterogênea, com vários biomas, diferentes climas e diferentes solos também.

A Amazônia do meu Estado de Rondônia, que é o resultado do maior esforço da Nação brasileira em promover a reforma agrária, numa epopeia de colonização, iniciada na década de setenta do século passado, e que ainda se encontra em curso, é muito diferente da Amazônia de nosso vizinho, Estado do Amazonas, também diferente do Estado do Acre, e diferente do Estado de Roraima, que teve a sua ocupação, no caso do

amazonas, limitada ao Pólo Industrial de Manaus e tem 90% de sua área territorial em reservas preservadas.

São dois Estados diferentes do Pará, Estado do Senador Flexa Ribeiro, autor do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, que, se aprovado, permitirá a produção de cana-de-açúcar nas áreas de Cerrado e Campos Gerais, na Amazônia Legal.

Sobre a agricultura na Amazônia, ousou dizer que ela tem tudo para ser uma grande potência, mas sustentada em um zoneamento agroecológico que leve em conta as suas diferenças e a sua diversidade.

A diversidade, por sinal, é também a palavra-chave para a agricultura de Rondônia, que tem se destacado, nos últimos anos, pelo avanço da pecuária, sendo que o Estado abriga o sétimo maior rebanho bovino do País, com mais de 14 milhões de cabeças de gado, e é o quarto maior exportador de carne bovina do Brasil.

Podemos manter e até avançar nessa conquista, mas precisamos, sobretudo, diversificar nossa agricultura, resgatando as culturas do cacau, as culturas do café, as culturas típicas da Amazônia, como o cupuaçu, além da piscicultura e o manejo florestal.

Essa diversificação, juntamente com o aperfeiçoamento dos sistemas agroflorestais e a agricultura de baixo carbono, são os caminhos para o desenvolvimento sustentável de Rondônia e, evidente, de toda a Amazônia.

Nesse sentido, creio que a produção da cana-de-açúcar nas áreas de Cerrado e nos Campos Gerais da Amazônia pode ser mais uma alternativa de renda para os nossos agricultores, diversificando nossa produção agrícola e contribuindo também para o incremento da produção de biocombustíveis, como o etanol.

O projeto não prevê a derrubada de novas áreas para plantar a cana, mas a utilização racional das áreas que já foram alteradas, do Cerrado e Campos Gerais, respeitando assim o nosso Código Florestal, que acabou de ser aprovado ontem, na Câmara dos Deputados.

Ficam aqui nossos cumprimentos aos Deputados, que trabalharam, fizeram as mudanças que acharam necessárias dentro do nosso sistema democrático. Assim como nós modificamos no Senado, a Câmara se sentiu no dever – e o tem – de fazer as modificações necessárias. Assim fizeram e aprovaram ontem a reforma do novo Código Florestal, que vai para a sanção.

Esperamos, com certeza, que a nossa Presidenta – não é, Senadora Ana Amélia? – possa tornar lei e fazer com que tenhamos um Código Florestal moderno e que possa realmente ajudar todos os brasileiros, sejam eles plantadores ou não, ambientalistas ou produtores.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia, com prazer.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria endossar as suas manifestações a respeito da votação de ontem. O que não podia – o pior dos mundos, como se diz – seria o vazio legal, já que isso era uma ameaça permanente à cabeça dos produtores rurais brasileiros, independente da sua condição, porque o Código é para o pequeno, da agricultura familiar à grande propriedade rural.

Há uma responsabilidade do Legislativo. Não vamos discutir as competências da outra Casa. Fizemos a nossa parte e acho que os relatores que trabalharam, os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, foram exemplarmente cuidadosos na elaboração de um projeto, para o qual a sociedade viu que tinham muita responsabilidade, e ao abrigo da preocupação com a sustentabilidade e também com a preservação ambiental.

Eu queria aproveitar a oportunidade, Presidente, para registrar – e o senhor fez menção ao trabalho da Embrapa, de que vai estar participando do debate, na audiência requerida por V. Ex^a – que, ontem, a Embrapa completou 39 anos. E no meu Estado, no Rio Grande do Sul, nós temos uma contribuição valiosíssima da Embrapa nas principais pesquisas, seja no campo da biotecnologia, seja no campo da genética, em todas as áreas da agricultura, da fruticultura e da pecuária.

Nós temos uma unidade, em Bento Gonçalves, de uva e vinho, que é de grande valia no resgate de pesquisas genéticas da vitivinicultura. Temos em Pelotas a fruticultura de clima temperado. Temos a unidade de trigo e soja, que foi uma das primeiras da Embrapa de Passo Fundo, também com um trabalho relevante na questão da biotecnologia dos produtos modificados geneticamente e a Embrapa Pecuária de Corte, lá em Bagé, que é uma região extremamente importante para o nosso Estado.

Então, essa empresa tem orgulhado os brasileiros, especialmente aqueles voltados ao setor da produção de alimentos, à produção agropecuária. Temos muito orgulho de ter ontem celebrado os 39 anos, caminhando para, em 2013, celebrarmos 40 anos desta jovem senhora empresa pública, que tem ajudado não só os brasileiros, mas também os agricultores da América Latina, da África e de outros países onde ela já está participando, a pedido desses países, por reconhecerem esse excelente trabalho que ela vem realizando. Fico feliz em saber que ela também participa agora.

Peço desculpas e licença a V. Ex^a porque sou requerente única de uma audiência pública com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Oreste Dalazen, para discutir um projeto de lei de

autoria do Senador Romero Jucá, que trata das execuções de rescisões trabalhistas. É um tema que interessa a todo o País, não apenas à agricultura, aos agricultores, aos empresários do setor, mas ao Brasil inteiro. Lamento não poder aprender um pouco nesta Comissão ou muito nesta Comissão e nessa audiência pública, Senador Acir Gurgacz.

Cumprimento V. Ex^a novamente pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. De fato a Embrapa é orgulho nacional. Se hoje temos um sucesso na nossa agricultura, na nossa pecuária, é devido ao trabalho que a Embrapa fez durante esses 39 anos, continua e continuará fazendo.

No próximo mês, dia 25, quando V. Ex^a estará junto conosco, teremos um grande resultado, o resultado de um grande trabalho da Embrapa que é a nova variedade de café e a primeira variedade de café da Amazônia. Está sendo registrada neste momento, deve estar pronta, Senador Moka, e vamos anunciar junto com o Mapa, junto com a Embrapa, o Presidente Pedro vai estar conosco em Ji-Paraná, anunciando essa variedade que vai realmente ajudar muito a produção de café no Estado de Rondônia.

Esse é só um exemplo do belo trabalho da nossa querida Embrapa.

Há requerimento sobre a mesa, e aproveito para lê-lo, colocá-lo em votação, aproveitando a sua presença.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater sobre a regulação sanitária e o mercado de agrotóxico, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. José Agenor Álvares da Silva, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

– Sr^a Ana Maria Tambellini, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

– Sr. Victor Pelaez, Universidade Federal do Paraná.

Quem subscreve é a Senadora Ana Amélia, juntamente comigo.

Coloco em votação o requerimento pedindo audiência pública.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só quero fazer um registro da audiência.

Nós já ouvimos essa, eu devo ter participado de umas cinco vezes dessa questão dos agroquímicos. Aí tem toda uma discussão, desde a falta de estrutura da Anvisa. E a gente não consegue... Penso que talvez depois, nessa audiência pública, tenhamos uma estratégia de como encaminhar, termos um objetivo ao final da audiência pública. Porque continuamos ouvindo os mesmos argumentos e não temos, logo em seguida, alguma coisa de mais concreto que possamos realmente fazer.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parece que estamos chamando apenas a área acadêmica. Não sei se há outro capítulo de outra audiência, porque acho que talvez esgote, mas penso que seria prudente ouvir os fabricantes dos defensivos, junto com a audiência da regulação. Porque alguns fatores ou elementos poderão ser apresentados pelos especialistas, seja no âmbito da fiscalização ou no âmbito dos acadêmicos, para ter o contraponto sobre esse setor. Talvez fosse prudente que estivesse incluída aí a entidade que representa a indústria dos defensivos agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deve haver uma entidade que representa essas fábricas, com as quais nós poderíamos entrar em contato. E essa audiência pública, Senador Moka, é a pedido da Anvisa, que quer vir aqui debater e explanar sobre essa questão. E nós resolvemos colocar em votação, em discussão, para que possamos debater e, a partir daí, tomarmos posição sobre o assunto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria, então, Sr. Presidente, se V. Ex^a permitisse, que colocássemos como pauta, porque temos uma dificuldade muito grande de fazer com que a indústria brasileira faça parte desse mercado.

Há todo um *lobby* de multinacional, isso é real, não estou inventando nada aqui, e temos alguns componentes de agroquímicos que estão com as suas patentes vencidas há quatro anos e existe um genérico com o mesmo sal, a mesma composição química, e nós não conseguimos regulamentar. Ou seja, é uma espécie de demanda reprimida.

Quer dizer, ficamos aqui à mercê de compostos ou de agroquímicos que, lá na Ásia, por exemplo, custam US\$7,00, e o produtor brasileiro está pagando US\$70,00. E tem gente que vem aqui e ainda diz que o produtor usa demais, porque ele é cruel, ele quer envenenar a população, o que não procede. Um negócio que custa caro, por que então um cara faria

uso em demasia disso? São algumas coisas que não consigo entender.

A questão do genérico eu a discutia desde a época de deputado federal com o Deputado Luis Carlos Heinze. Nós não conseguimos furar esse bloqueio, é impressionante. Isso é uma coisa que até me deixa irritado. E tem gente que vem aqui e faz um discurso, não sei se ingênuo ou então inocente e útil, defendendo: olha, isso aí virou veneno. Porque é assim, tem uma composição. Na hora em que essa indústria quer colocar um produto novo, ela muda um radical ali, vira um produto novo e aquele lá eles mesmos colocam na imprensa que virou veneno, porque barateou demais e assim sucessivamente. Além dessa discussão de como temos que cuidar, porque o mais importante é a saúde da população, do consumidor. Esse é o objetivo, mas, por trás de tudo isso, essas questões que precisam ser colocadas aqui com clareza.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que é a Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É a Andef, Associação Nacional de Defesa Vegetal.

Vamos incluí-la para ser convidada nessa audiência pública?

Então, fica aprovado o requerimento, incluindo a Andef.

Se V. Ex^a tiver algum registro ou alguma empresa ou representante que gostaria que fizesse parte dessa audiência, seria importante que convidássemos, Senador Moka, para ouvir desses representantes quais as dificuldades que estão tendo para conseguir o seu registro e colocar o seu produto à disposição do mercado brasileiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós temos cooperativas de produtores de algodão que há muito tempo têm um produto, segundo eles, já tramitado, aprovado inclusive com a Anvisa, mas não conseguem, há sempre uma dificuldade ou outra.

Presidente, é simples assim. Na hora em que a indústria brasileira atuar no mercado brasileiro, que é um grande mercado, vamos poder inclusive exercer um controle maior da qualidade desses produtos. Além de que estaríamos gerando um preço mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2012, da CRA, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Sérgio Souza, aprovado em 19 de abril corrente, com adendos dos Senadores Flexa Ribeiro e outros, com a finalidade de nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, instruir o Projeto de Lei 626, de 2011, de autoria do Senador

Flexa Ribeiro que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerias situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Lembro que o Relator da matéria objeto desta reunião é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Nesta reunião teremos a presença dos seguintes convidados que os convido para compor a Mesa:

Dr. Adalberto Sigismundo Eberhard, Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, o qual eu convido para compor a Mesa e o Dr. Cid Jorge Caldas, Coordenador-Geral de Açúcar e Álcool do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia, da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o qual eu convido para compor a Mesa.

Como vai? Tudo bem?

Eu passo então a palavra ao Dr. Cid Jorge Caldas, para fazer a sua explanação, dando continuidade aos trabalhos. *(Pausa.)*

O SR. CID JORGE CALDAS – Bom dia a todos.

Quero agradecer, Senador Acir, o convite, o Mapa estará presente toda vez que for convidado. É uma honra estar aqui nesta Comissão, Senador Moka e Senador Cyro é um prazer estar aqui com os senhores.

Sou do Ministério da Agricultura, Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia e vou falar um pouquinho de um trabalho que foi coordenado pelo Ministério de Agricultura em parceria com o Ministério de Meio Ambiente, que contou com a participação efetiva da Embrapa, a Empresa de Pesquisa Agropecuária ligada ao Ministério da Agricultura.

Eu gostaria de voltar um pouquinho ao tempo para que os senhores possam entender o porquê deste trabalho, a encomenda deste trabalho.

Em 2007, o Presidente Lula, em todos os locais que participava, em todos os eventos, falava dos biocombustíveis, incentivando outros países a que viessem a produzir também etanol, biodiesel e outros. O que ocorreu? Houve, na verdade, uma corrente contra. Vemos o movimento contrário a essa corrente do Presidente Lula, por um lado, e, por outro lado, tinha-se a expectativa de o Banco BNDES, em sua carteira de negócio, consulta para mais de 120 novas unidades produtoras. Naquela época, tínhamos em torno de 380 usinas e destilarias e estava em carteira mais de 120 projetos para análise. E, na verdade, isso causou uma preocupação. Dizia-se que o Brasil ia virar um mar de cana. Diante disso, o Presidente Lula encomendou um trabalho ao Ministério da Agricultura, já coloquei para os senhores quem participou desse trabalho, de identi-

ficar novas áreas para a expansão da cana-de-açúcar. Então, este foi o modelo que foi pensado.

Nós cumprimos várias etapas, fizemos reuniões com as secretarias de agriculturas de todos os Estados, fizemos reuniões com os produtores, com a iniciativa privada, com academia, todas as instituições de pesquisas, universidades nós convocamos também para participar desse trabalho. Esse trabalho se iniciou em 2008, e foi concluído em 2009 e levou-se um ano para a decisão final, por parte da Presidência.

Por favor.

Então, na verdade, este era o escopo do trabalho: criar mercado para os biocombustíveis, que eu coloquei anteriormente que o Presidente Lula vinha incentivando isso, e havia restrição. Estimular a produção e consumo de etanol, estabelecer parcerias internacionais e políticas de apoio a novos mercados, com toda essa temática, tributação, *marketing* de financiamento, gestão de estoque essa era a ideia do projeto.

Por favor, próximo.

Mas esse trabalho tinha que estar apoiado nesse tripé de sustentabilidade. A briga era: a expansão da cana-de-açúcar não poderia ser em cima da produção de alimentos, que os senhores lembram, que, em 2008, houve uma subida acentuada dos preços dos alimentos e a culpa estava recaindo em cima dos biocombustíveis e principalmente do etanol brasileiro. A questão da energia e a sustentabilidade ambiental, social e econômica, não se poderia pensar na expansão do etanol sem um sustentabilidade econômica, ou seja, com subsídios.

A questão social. A expansão deveria ser feita com áreas mecanizáveis dado que a colheita manual da cana-de-açúcar é um trabalho bastante estafante. E a questão da sustentabilidade ambiental, esse era o grande foco, era mostrar que o Brasil teria condições de expandir a sua produção de biocombustíveis sem atingir a questão, sem desmatamento, sem impactos maiores ambientais.

Por favor, próximo.

Então, esse era o tripé que eu acabei de colocar aí. Pode colocar o próximo.

A crescente produção mundial dos combustíveis, as críticas internacionais, crescimento desequilibrado do setor naquele momento, estamos voltando a 2007 e 2008.

Próximo, por favor.

Então, esse era o objetivo com alguns parâmetros para atingir esse objetivo, que era identificar essas novas áreas para a expansão, que era essa interação entre os governos estaduais, por isso que nós iniciamos o trabalho com uma conversa para a Secretaria de Agricultura e na verdade esse foi um trabalho pio-

neiro. Nunca tinha sido feito no País um zoneamento nesse nível que foi feito aí, que os senhores vão ver aqui na frente.

Por favor, o próximo.

Aí eram as questões mais técnicas. Além da parte de declividade de solo, dado de mecanização, tinha a questão climática também; ou seja, o objetivo era a expansão da cana em áreas de sequeiro, ou seja, onde você não demandasse uma irrigação plena, a topografia fosse favorável e o tipo de solo fosse favorável também.

Próximo, por favor.

Então, esses foram os dados utilizados, a parte técnica ficou a cargo da Embrapa utilizamos o IBGE, o CPRM, a Conab entrou com a parte de cobertura vegetal. Essa foi a parte técnica que colaborou com o trabalho.

Próximo.

A questão que eu já coloquei, a questão da declividade dada a mecanização. Então esse trabalho foi feito com duas vertentes: uma com a declividade 12%, que era, naquele momento, onde os maquinários disponíveis poderiam colher cana mecanizada, mas também já foi feito também com uma inclinação maior de solo, caso houvesse tecnologia para uma colheita mecanizada com a declividade 12% esse trabalho já estaria pronto.

Próximo, por favor.

Eu coloquei também a questão do clima. Então, pegamos as estações meteorológicas espalhadas no País inteiro para pegar o histórico de clima para poder identificar as melhores áreas.

O próximo, por favor.

Vamos passar um pouquinho mais, porque aí eu prefiro...

Na verdade, quando se concluiu o trabalho de zoneamento, ele tinha como objetivo a orientação de crédito público e privado na expansão desse setor. E nessa expansão do crédito você iria também direcionar a instalação de unidades onde, em nível de Governo, se entendia ter o melhor aproveitamento dessas novas unidades produtoras, ou seja, perto dos centros de consumo e dos centros de exportação também onde, na verdade, tinha esse mercado também externo e a orientação no processo do licenciamento ambiental. Também era uma ferramenta para que os Estados pudessem – o colega Adalberto vai falar sobre o ZEE – utilizar esse material para orientar o seu Zoneamento Ecológico-Econômico.

Próximo, por favor.

Então, essas foram às diretrizes, a indicação de áreas em potencial e a da exclusão de áreas como ve-

getações originais, ou seja, a expansão não se daria com derrubada de novas áreas.

Inicialmente houve a exclusão do bioma Amazônia, do bioma Pantanal, se queria na época, a discussão era a Amazônia Legal, mas se entendia que Amazônia Legal era um conceito econômico e era bastante excludente. Então se fixou no bioma amazônico, no bioma Pantanal. Posteriormente, incluiu-se, também, a Bacia do Alto Paraguai. A diminuição da competitividade direta com a produção de alimentos e também a diminuição da competitividade com as pequenas propriedades.

Pode passar, por favor.

Para os senhores terem ideia, naquele momento, em 2007/2008, nós tínhamos essa fotografia, ou seja, a cana ocupava menos de 1% do território nacional, com floresta nós temos 360, com pastagens, 210. Então esse era o retrato da cana-de-açúcar naquele momento, a cana ocupando menos de 1% do território.

Próximo, por favor.

Então, só para os senhores terem ideia, apenas com o manejo, o melhor manejo da pecuária – pode mais um, por favor –, ou seja, nós tínhamos, naquela época, em 2006, no Estado de São Paulo, uma produtividade próxima de uma cabeça de gado por hectare. A média no Brasil era de 1,4 cabeça de gado por hectare. Se você conseguisse chegar à média do Brasil, a média de São Paulo, você estaria liberando aproximadamente 60 milhões de hectares da pecuária para a expansão ou de cana-de-açúcar ou de qualquer outra cultura; apenas com o manejo mais adequado da pecuária.

Próximo, por favor.

Tinha a questão também de infraestrutura, ou seja, a produção de etanol, se ela ficar muito longe do centro de consumo ou do centro de manutenção de equipamentos, você teria uma elevação de custo e, por consequência, aquela sustentabilidade econômica, que colocamos no começo, estaria sendo afetada.

Próximo, por favor.

E tinha a grande questão que o mundo dizia que o Brasil ia plantar cana na Amazônia. Então, para os senhores terem uma ideia, hoje, talvez não saibam, mas existe uma unidade produtora, uma usina de açúcar e álcool, no Amazonas, na floresta Amazônica, a 150 km de Manaus. É uma unidade pequena, que tem uma série de dificuldades para produzir. Ela mói dois dias e vem a chuva, ela para uma semana; aí mói mais um dia, para outra semana. Então é complicadíssimo dada a questão do clima nessa região. Também ela fica distante dos portos, em termos de São Luís, linha indireta, mais ou menos 1.700 km; do centro-sul, São Paulo e Rio de Janeiro, aproximadamente 2.700 km. E também 2.500 km do centro de assistência técnica de

uma usina, porque uma usina, quando inicia uma produção, não para, trabalha 24 horas. Você, estando distante desses centros de reparo, não consegue colocar essa usina em funcionamento em pouco tempo. Então, tinha essa questão também. Isso foi muito colocado lá fora, porque as pessoas não entendiam. Também não tem a ideia da dimensão do País, então isso foi importante para ser colocado. Ou seja, você tirar um produto da Amazônia ou daquela região – eu peguei a cidade de Manaus –, a logística é muito complicada.

Próximo, por favor.

Essa era a questão do *slide*. Eu tenho um filme para passar, e vou ficar à disposição para as perguntas, porque eu acho mais interessante quando vierem as perguntas, mas algumas questões devem ser colocadas, principalmente a questão do custo e produção. Quando você põe uma unidade industrial produtora de açúcar e etanol longe dos centros de consumo, você tem uma elevação de custo. Nós tivemos, nos últimos cinco anos, uma elevação significativa do custo de produção, quer seja de insumos, quer seja de terra. Isso tem reduzido a competitividade dessa produção de açúcar e etanol. Quanto mais longe você levar dos centros de consumo e dos portos, você dificulta ainda mais a questão econômica, ou seja, esse tripé econômico desse setor. Então esse foi o trabalho executado. Levou, realmente, um ano para se fazer, e é um trabalho que consideramos que outros setores estão tentando buscar, refiro-me a essa mesma fotografia que foi feita na cana-de-açúcar.

Se me permite, Senador, tenho um filme de cinco minutos, se não for muito, que é superinteressante, porque mostra o objetivo e mostra tudo o que eu coloquei para os senhores ainda há pouco.

Por favor.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Se me permite, Sr. Presidente, só para pergunta. Aquela usina a 150 km de Manaus, com as limitações registradas, é rentável? Existe, o senhor colocou, há um ano?

O SR. CID JORGE CALDAS – Essa, na verdade, é uma usina da Coca-Cola, é um projeto de vinte e poucos anos atrás, não tem rentabilidade, mas a Coca-Cola a utiliza. Tem o guaraná na região. Já visitei duas vezes essa unidade, ela é toda mecanizada, não tem a queima da cana, mas economicamente ela não é viável. Mas como a Coca-Cola abastece os mercados próximos com o xarope do guaraná, ela faz já a mescla ali. Agora, a condição de produção lá é muito difícil.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Existe há 20 anos então?

O SR. CID JORGE CALDAS – Existe há 20 anos. Agora, é uma unidade muito pequena. Não chega, eu fiz a conta, a 0,03% de toda a cana produzida no País.

Eu só gostaria, antes de passar o filme, Senador, de uma pausa. Esse trabalho culminou com o quê? Culminou com duas coisas. Uma, saiu um decreto presidencial que tinha a seguinte questão: primeiro, não se poderia prejudicar investimentos já realizados, ou seja, a produção que estava aí, estaria preservada. Os projetos que já tivessem licenciamento, mesmo licenciamento primário, seriam preservados também, ou seja, não se queria aí dar uma instabilidade do investidor em seus projetos. Então esse era o primeiro foco. O decreto orientava o crédito, ou seja, o Governo estaria disponibilizando crédito público e orientando também o crédito privado para a expansão nessas áreas identificadas. Eu não coloquei ali. Na verdade, depois de todo esse trabalho, nós conseguimos identificar 64 milhões de hectares possíveis de se ter uma expansão da cana-de-açúcar. Ou seja, se vocês entenderem a proporção, nós tínhamos uma produção de cana-de-açúcar, naquela época, de mais ou menos 8 milhões de hectares e tínhamos identificado 64 milhões de hectares adicionais. Lembrando sempre o seguinte: toda a crítica que se faz em cima da cana-de-açúcar a pessoa esquece que cana-de-açúcar não é etanol. Cinquenta por cento dessa matéria-prima vai para a produção de alimento, que é o açúcar, que o Brasil é o maior produtor, o maior exportador e tem gerado divisas para o País. Quando se fala em cana-de-açúcar, já se associa a etanol. As pessoas não podem esquecer isso. Então, era uma orientação de crédito para essas novas unidades, e, ao mesmo tempo, foi encaminhado um projeto a esta Casa, um projeto do Executivo, aí, sim, em termos de restrições. Mas a restrição que existe hoje é a restrição de crédito para essas novas unidades.

Se me permitir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, pode passar.

O SR. CID JORGE CALDAS – Pode passar. (*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Cid Jorge Caldas pela explanação e pelo seu filme que mostra a realidade brasileira e a nossa preocupação. Ele traz exatamente o tema que nós discutimos.

Eu consulto os nobre Senadores se nós...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – O filme é recente?

O SR. CID JORGE CALDAS – Não. Isso foi na época...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em 2006 aproximadamente.

O SR. CID JORGE CALDAS – Desculpe! Não Senador, 2009, foi na época em que foi lançado o trabalho.

Só lembrando o seguinte, aquela condição que nós tínhamos naquele momento, em 2008, é totalmente diferente da condição que temos hoje. Nós tivemos problemas climáticos, nós tivemos a crise de 2008 que afetou bastante o setor. Então são dois momentos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem!

Eu consulto os Srs. Senadores se nós podemos ouvir e depois fazemos os questionamentos.

Então passo palavra ao Dr. Adalberto Sigismundo Eberhard.

O SR. ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD

– Bom dia Senadores, convidados, meu companheiro Cid, desejo também registrar a presença do nosso Gerente de Zoneamento Territorial, Bruno Miguel, que foi signatário de uma das notas técnicas elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente que circula nesta Casa.

Eu gostaria muito hoje de variar um pouco a abordagem desse tema. Eu percebo e, não é de hoje, que nós temos questionamentos muito sólidos na questão que envolve Pantanal, Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai e bioma Amazonas. Meu objetivo hoje é trazer alguns conteúdos novos para agregar nessa decisão, não é trazer posições fechadas, é trazer conteúdo para que nós possamos melhorar nossa discussão, levando sempre em conta que não existem os dois lados, existe uma sociedade brasileira, não existe um lado ambientalista e um lado produtor e uma sociedade que consome; existe na verdade uma sociedade brasileira que está construindo o seu futuro neste País e o futuro de seus descendentes obviamente.

Eu vou rapidamente... Eu vou inverter a pauta, eu vou começar com algumas cores e, ao longo das cores, nós vamos conversando. A ideia é basicamente nós entrarmos numa imersão um pouco visual e pouco ética, um pouco teórica e um pouco prática nas vivências pantaneiras e nas vivências amazônicas Senador.

Eu sou um veterinário do Rio Grande do Sul e já estou nos últimos 30 anos envolvidos diretamente com a questão do Pantanal e com a Amazônia e hoje estou aqui em Brasília.

Normalmente o que é que acontece quando se fala em Pantanal? Qual é a primeira imagem que nos vem aos olhos? É a imagem da beleza, da opulência, da disponibilidade, da visibilidade de fauna, de flora e das cores fantásticas e maravilhosas. E obviamente sempre percebemos que esse Pantanal que nós enxergamos se apresenta até nós na sua macrovisibilidade. Nós vemos o Pantanal de uma maneira macro, ele se apresenta com fauna, com flora, com céu, com cores, com essa exuberância e opulência visível a todo o momento que ele é visitado.

Próximo, por favor.

Esse é o Pantanal que todos nós conhecemos. Eu sempre divido a sociedade brasileira em duas frentes: uma que já foi ao Pantanal e gostaria de voltar e a outra que ainda não foi e um dia gostaria de vê-lo. Exatamente por isto, porque ele oferece essa oportunidade de nós nos relacionarmos diretamente com a vida, com as flores de uma maneira bem próxima, bem corporal.

Próximo, por favor.

Bom, agora esse Pantanal que nós vemos o que ele é na verdade? O Pantanal que nós vemos é o Pantanal formado sobre uma base gigantesca de coisas invisíveis que não se apresenta aos nossos olhos e que é totalmente dependente dos nutrientes e da energia, principalmente dos nutrientes que advêm do planalto para dentro dessa planície. Quando nós observamos essa relação planalto e planície, sempre nos vem a pergunta: qual é a inter-relação entre esses aspectos, porque que tanto se fala nessa dependência absoluta da planície em relação ao planalto? Bom, o que ocorre é que quando houve o movimento da crosta terrestre para elevação da Cordilheira dos Andes, o rio Paraguai, na época, hoje ele flui do norte para o sul em direção à Bacia Platina.

Anteriormente à elevação da Cordilheira dos Andes, o rio Paraguai tinha o fluxo para o norte e o rio Amazonas fluía do leste ao oeste. Com a elevação da Cordilheira dos Andes, inverteu-se o fluxo desses dois grandes rios. O rio Amazonas passou a correr para o leste, em direção, primeiro, à baía de Maracaibo, na Venezuela e, depois, num segundo processo de acomodação, foi sair lá em cima, no Oceano Atlântico, onde ele sai hoje. E o rio Paraguai traçou seu novo caminho do norte em direção ao sul e, nesse processo, passou a percorrer por dentro de uma grande depressão que se formou durante essa acomodação da crosta terrestre, que se chamou, posteriormente, de Pantanal mato-grossense. O rio Paraguai, de norte para sul; todos os rios confluentes do rio Paraguai, de leste para oeste; e todos eles – os rios Cuiabá, São Lourenço, Itiquira, Piquiri, Taquari – fluindo do planalto para dentro da planície e encontrando o rio Paraguai já na planície pantaneira.

Essa grande depressão, que se formou como se fosse um grande anfiteatro que tivesse ruído e ficasse com uma profundidade de cerca de 300 metros, passou a ser preenchida pelas águas do rio Paraguai e seus afluentes que traziam, então, sedimentos que lentamente foram soerguendo o fundo dessa planície pantaneira.

À medida que esse processo de soerguimento da planície acontece com os sedimentos que vêm do

entorno – próximo, por favor –, nós vamos tendo o desenho da paisagem pantaneira. Aqui, por exemplo, vocês podem ver o rio Paraguai. Todos esses antigos meandros que aqui aparecem são antigos meandros do rio Paraguai que, à medida que os sedimentos que o rio traz se antepõem ao seu deslocamento de água, obrigam o rio a procurar um novo leito e construir uma nova paisagem dentro da planície pantaneira.

Isso não aconteceu há um milhão de anos; isso está acontecendo ainda hoje. Significa dizer, em outras palavras, que o Pantanal não é um ambiente estável e em estado clímax, como normalmente se fala. O Pantanal é um ambiente em adolescência, em transformação permanente. Essas mudanças de leito acontecem ainda hoje, na medida em que, entre esse permanente conflito entre água e sedimentos, estabelecem-se as resistências e as barreiras, e as águas vão desenhando essa paisagem. Conforme esses sedimentos vão aflorando na superfície, vão-se estabelecendo as condições necessárias para que o Pantanal seja colonizado pelas vegetações dos ecossistemas – vegetação e fauna – que já existem no entorno. Ele é o mais jovem de todos esses ambientes.

Por conseguinte, o que acontece? É um ambiente em formação, é um ambiente em adolescência que, quando o sedimento se estabelece, oferece condições para que os biomas vizinhos venham a colonizá-lo. Isso está acontecendo hoje. É um processo em evolução. A Amazônia passou por isso há bastante tempo.

Próximo, por favor.

Mais um exemplo. Aqui vocês podem ver de novo o rio Paraguai, os antigos leitos do rio Paraguai. Esta é a região da Serra do Amolar, que representa uma barreira física. O rio vai construindo os seus leitos à medida que vai depositando os sedimentos que vêm do altiplano, digamos assim, ou do planalto no entorno da planície.

Próximo, por favor.

Vejam que esses são ambientes ainda recentes do Pantanal em que se vê, por exemplo, um leito de rio, uma pequena franja de cobertura ciliar que já teve oportunidade de se estabelecer na medida em que os sedimentos ficaram mais próximos da superfície, mais próximos da energia da luz; logo em seguida, estão ainda as grandes superfícies de água e aqui, lentamente, já aparecem as primeiras vegetações flutuantes que vão se fixando. À medida que esse subsolo, esse fundo de panela, digamos assim, se aproxima mais da superfície, vêm, primeiro, as gramíneas; depois, as arbustivas, e, em seguida, as árvores. Assim o sistema vai-se estabelecendo.

Isso é para que vocês tenham, nas suas reflexões, a ideia clara de que esse é um ambiente que não está

terminado. Ele está em construção e depende, invariavelmente e brutalmente, do planalto, do entorno que é a chamada Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai.

Próximo, por favor.

Este é um exemplo de uma pequena área dentro de uma superfície gigantesca de água do Pantanal que recentemente formou uma pequena ilha, que tem árvores recentes, que estabelece, digamos, vegetação superior, e, no seu entorno, quando isto aqui seca, vêm as gramíneas, como o capim-mimoso, que, no caso, se estende por quilômetros e quilômetros, porque, até então, só para esse capim ofereceram-se condições de estabelecimento. Posteriormente, no desenho de construção da paisagem, possivelmente essas ilhas vão aumentando.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos mais um exemplo. Agora, na época mais seca, os primeiros estabelecimentos individualizados de algumas vegetações superiores, e o resto ainda ou é vegetação flutuante ou são as primeiras gramíneas que se estabelecem. Ao fundo, as primeiras colonizadoras chegando, construindo a paisagem pantaneira nesse tipo de ambiente.

Obviamente, essa relação não é homogênea ao longo da planície pantaneira. Há uma grande superfície de 290 mil quilômetros quadrados. Em alguns lugares, em virtude da própria declividade, a água permanece por mais tempo ou chega a níveis mais elevados. Isso permite que sedimentos cheguem de forma diferenciada nas diferentes regiões da planície, fazendo com que se criem ambientes que são mais antigos e literalmente florestas. O Pantanal tem áreas gigantescas de florestas e outras áreas que são extremamente jovens, como essa que vimos há pouco, e que ainda não ofereceram condições nem para as gramíneas se estabelecerem.

Próximo, por favor.

Aqui vocês podem ver que, na margem esquerda do rio, estão se estabelecendo as primeiras vegetações ripárias. Aqui, são um pouco mais amplas e estão colonizando esses campos inundáveis.

Próximo, por favor.

Outro exemplo é esta lagoa, chamada, na região, Bahia. Isto aqui são vegetações, são gramíneas misturadas com vegetação flutuante que formam ilhas que se deslocam de um lado para outro, mas, em algum momento, quando a água abaixar ou quando o fundo do Pantanal subir, vão se enraizar e começar a formar áreas firmes do Pantanal.

O ponto importante a ser lembrado é que o Pantanal não terminou o seu desenho – reforço essa situação. Ele é um ambiente ainda se desenhando como ecossistema, como paisagem. Definitivamente, não

sabemos como ele vai ser se puder seguir a lógica de construção que vem seguindo até hoje.

Próximo, por favor.

Aqui, por exemplo, é um ambiente pantaneiro que ninguém diz que é Pantanal e é floresta. Parte dessa floresta é floresta inundável, em que é possível deslocar-se de canoa por meio das árvores, da floresta, e outra já é floresta seca. Esta florada amarela, o cambará, demonstra claramente que se trata de uma região de floresta de inundação, e nas outras áreas, onde há ipê roxo, ipê amarelo, não ocorre mais a inundação.

Próximo, por favor.

Este é outro ambiente tipicamente pantaneiro, mas diferenciado. Assim como o Senador Acir falou que Rondônia é diferente do Pará e do Amazonas, o Pantanal, na sua conformação, também é totalmente diferente. O Pantanal subdivide-se, hoje, em doze grandes ecorregiões, e essas doze, possivelmente, em mais dez ou outras doze. Quando falamos em Pantanal, de certa maneira cometemos um erro, porque deveríamos falar “os pantanais mato-grossenses” pela total diferença que existe do ponto de vista ecológico, do ponto de vista de capacidade instalada de produção pecuária, de turismo, de vocação pesqueira e essas coisas todas.

Próximo, por favor.

Aqui, obviamente, o que acontece? Esse processo de dependência total de sedimentos do exterior ou da borda ou do planalto faz com que tudo que viva nessa planície dependa dessa dinâmica. Depende da dinâmica da água, da qualidade e da quantidade dos sedimentos que advêm do planalto para dentro dessa planície. A planície pantaneira, em última instância, é uma grande caixa de gordura de todos os fenômenos que acontecem nas bordas no planalto e no entorno. Então, tudo que vive lá: economia pantaneira, baseada na pecuária.

Próximo, por favor.

As comunidades tradicionais, ribeirinhas, os pescadores.

Próximo, por favor.

Peão pantaneiro.

Próximo, por favor.

Peão de hoje ou populações de oito mil anos que já viviam se adaptando e navegando nessa região pantaneira.

Próximo.

Tudo que voa...

Próximo.

Anda...

Próximo.

Nada, rasteja, depende dessa inter-relação planalto e planície.

No entanto, vou citar um exemplo claro que é extremamente emblemático e diz respeito às cabeceiras do rio Paraguai, que é o segundo, terceiro maior rio deste País e nasce numa região chamada Alto Paraguai, no Estado de Mato Grosso, e mais especificamente num conjunto de lagoas, chamado Sete Lagoas, lagoas de águas absolutamente cristalinas que são, digamos assim, interligadas por uma vereda de buritis, fazendo com que aí, definitivamente, seja o olho d'água do rio Paraguai, um dos rios mais emblemáticos do Brasil, e que mantém viva a planície pantaneira lá embaixo.

Seguinte, por favor.

Vocês podem ver aqui, este é o rio Paraguai. Aqui está o conjunto das lagoas. Depois, ele já se torna um pequeno córrego e aqui, pela direita, vai outro pequeno afluente, logo abaixo, que se chama paraguaizinho. E assim vai.

Esse aqui é um platô situado entre duas linhas de montanha. É um ecossistema único nas cabeceiras. Aqui, vocês já podem ver que é outro tipo de ambiente, que já vai em direção às águas do rio Cuiabá, que é outra Bacia Hidrográfica que vai encontrar, a 400 km mais ao sul, novamente, o rio Paraguai.

Mas o ponto para o qual eu quero chamar a atenção aqui é o seguinte. Esse é um sistema que foi montado nas cabeceiras do rio. E vocês podem ver que a única área que não foi utilizada é a área de brejo, onde está o buritizal, que, definitivamente, não podia ser utilizado para nenhum tipo de cultura convencional. A única área testemunha dessa imensa superfície de mais de quinze mil hectares foi esta pequena mancha aqui. Quer dizer que, hoje, o único banco genético de toda essa região que permaneceu viável para futuros projetos de restauração ou recuperação dessa área é essa pequena representação genética dessa região.

Existe um aspecto com o qual o Senador Delcídio, que não está presente, está muito familiarizado, que é a questão da Bacia Hidrográfica do rio Taquari, no Mato Grosso do Sul, e que por um modelo, digamos assim, inadequado de ocupação na década de 70 ou 80, literalmente, inviabilizou todo o processo produtivo na planície pantaneira pelos erros que foram cometidos no planalto, onde nasce o rio Taquari.

Essa questão é extremamente grave, na medida em que o rio Taquari não tem rede de drenagem quando ele entra na planície, ou seja, não há rios que fluem para ele. Ele só tem derrames, porque ele está num nível mais alto que toda a planície pantaneira. Então, ele tem derrames em relação a grandes áreas do pantanal, fazendo com que seja um dos maiores deltas interiores de água doce do Planeta. E toda a área desses derrames do rio Taquari, na região do Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, hoje se encon-

tra absolutamente comprometida em seu sistema de produção. Não me refiro, agora, às questões ecológicas, mas ao sistema de produção pantaneiro, que é dependente dessa relação, dessa abordagem, dessa dinâmica ecológica de que estamos falando.

Quer dizer, um sistema econômico foi deteriorado por outro sistema econômico que se instalou lá no planalto e que não observou, na época, as necessidades de controle de erosão, de observação de aquíferos, de afloração de aquíferos, dessas questões todas.

Então, o que acontece? Quando nós olhamos aqui o *slide* que foi projetado há pouco pelo colega Cid, nós vamos ver que aqui tem a planície pantaneira e a BAP, que é parte alta da Bacia do alto Paraguai e que entrou, obviamente, nessa limitação das lavouras ou indústrias de produção de açúcar e álcool.

A argumentação que se tem é essa. Agora, vocês podem se perguntar: qual é a diferença entre um projeto bem conduzido de cana e um projeto mal conduzido de soja, ou de algodão ou qualquer outra variedade? Essa é a reflexão.

Obviamente que, quando refletimos sobre cana, nos vem logo, como contrapartida ou como parceira, o processo industrial. O risco dos derrames de vinhoto ou de água de lavagem, que não é citado em nenhum momento, mas a água de lavagem é uma questão grave na questão de cana. Já tivemos acidente em Barra do Bugres, nas cabeceiras do rio Paraguai, na década de 90 e início de 2000, com graves problemas ecológicos para a região, o que faz, então, com que, *a priori*, o zoneamento considerasse a Bacia do Alto Paraguai como uma reserva, no sentido de que não fizesse parte do zoneamento agroecológico da cana.

Vivemos novas discussões, vivemos novos momentos. A minha preocupação é trazer para vocês uma justificativa a ser levada em conta quando vocês forem deliberar sobre essas questões, o porquê da importância de pensarmos na Bacia e as suas inter-relações com a planície e a necessidade de termos cuidados brutais nessa abordagem de Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai.

Próximo, por favor.

E quanto ao Bioamazônia?

Agora, vai ser rapidinho. São poucos *slides*, só para concluir, para a gente poder partir para uma reflexão.

Você sabe que boa parte da Amazônia também é planície de inundação. Nós temos a Amazônia de várzea e a Amazônia de terra firme. A Amazônia de várzea, obviamente, é a Amazônia rica, do ponto de vista de nutrientes que vêm do planalto central brasileiro, dos Andes ou, ainda, das cordilheiras de Pari-ma e Pacaraima, lá da Venezuela. É a Amazônia rica,

que todos os anos passa pelo mesmo processo que a planície pantaneira passa, ou seja, ela é aluvionada, é adubada pelos sedimentos que vêm das enchentes. Agora, está acontecendo o contrário: excesso de água nas várzeas, prejudicando toda a produção na várzea amazônica.

E a Amazônia de terra firme? Não é geral para todos os Estados, mas a Amazônia de terra firme expõe os solos mais antigos do mundo. Boa parte dessa Amazônia de terra firme teve todos os seus nutrientes lixiviados já para a profundidade, pelos níveis altos de precipitação e pelo fato, sim, de que são solos antigos.

Há muito tempo existe uma dúvida atroz entre os pesquisadores da Amazônia, que procuram entender qual é a lógica em ter mais nutrientes na água da chuva que precipita na Amazônia do que no próprio solo ou nos igarapés da Amazônia. Por que as grandes árvores nessa região de terra firme da Amazônia são árvores de raízes superficiais, que absorvem quase que instantaneamente toda a matéria orgânica que elas liberam, através das folhas que caem, e pouca raiz profunda, em busca de sedimentos que já não estão mais ali? Outra questão: tem-se que se preocupar tanto com a viabilidade genética e a permanência como espécie nessa mesma região que as árvores que se encontram na várzea e oferecem frutos têm os seus frutos tóxicos. Ela não pode oferecer, para ter que garantir a germinação de cada um desses frutos que caia. Essa preocupação veio durante décadas. Como é que se sustenta esse processo? É um ciclo teoricamente fechado, os nutrientes não estão no solo, mas o processo se sustenta.

Próximo, por favor.

Há poucos anos, surgiu uma teoria, que agora ganha força, e com acompanhamento, através de imagens de satélite, se estabelece que, ao sul do deserto do Saara tem um pequeno deserto chamado de Bodélé, na região do Chade, e que, entre esse deserto e o deserto do Saara, existe um conjunto de montanhas que favorece altas correntes de vento, que todos os dias elevam quantidades gigantescas de areia desse deserto de Bodélé. E vocês podem ver, por exemplo, à direita, tem indicado o deserto de Bodélé e, à esquerda, vocês podem ver a pequena pluma já se elevando, os ventos elevando as areias em direção aos *jet streams*, as correntes aéreas que circulam o Planeta pelo efeito Coriolis.

Próximo, por favor.

Mais um exemplo. À esquerda, o ponto, lá no deserto de Bodélé, o Chade; à direita, a pluma subindo e, no *slide* inferior, vocês podem ver a travessia oceânica que essa areia faz dentro das correntes de vento

que vêm da África, do deserto de Bodélé, no Chade, e vem precipitar em cima da Amazônia.

Próximo, por favor.

Mais de oito mil quilômetros, quarenta mil toneladas por ano de sedimentos, através do Oceano Atlântico, vêm precipitar em cima da Amazônia.

Próximo, por favor.

Estima-se que cerca de 50% de requerimentos de nutrientes da Floresta Amazônica entrem no sistema por esse mecanismo. Agora, aqui, falando de Floresta Amazônica de terra firme, não várzea. Obviamente que a várzea é beneficiada, mas ela não é dependente desses nutrientes. Isso está comprovado.

Sugiro a todos que tiverem interesse a fazer uma busca na Internet e vocês vão ver que esse é um fenômeno mundial, de uma sensibilidade ainda desconhecida. Nós não sabemos o que move ou o que pode bagunçar esse processo. Nós não sabemos que tipo de forma da Amazônia pode mudar os sistemas de precipitação na região, fazendo com que esses nutrientes precipitem antes ou depois, levando a que os dois biomas de que estamos falando, a planície pantaneira, absolutamente dependente do planalto, num circuito mais curto e mais fechado, e a Amazônia, dependente de um pequeno deserto no outro lado do Atlântico, do Planeta.

Isso, senhores, é o que nos leva não a antagonizar processos de desenvolvimento de culturas – eu sou veterinário por formação, eu venho dessa linha. Isso nos leva, por princípio de precaução, a discutir mais e aprofundar mais as nossas propostas, os nossos usos, porque nós, definitivamente, não temos a tecnologia toda disponível para saber que rumos as coisas podem tomar no nosso Planeta, se nós continuarmos abordando da forma como estamos. Essa é basicamente a questão. Que aprofundemos as nossas discussões, que nos sentemos em mesas sem conflitos, mas com busca do que é melhor para todos e para o futuro do País, levando em conta processos como esse, que fogem da nossa compreensão.

Poderíamos entrar em outras discussões, mas eu não quero cansá-los. Eu acho importante é lançar esta primeira semente e que a gente possa abrir cenários de discussões.

Gostaria de perguntar ao Bruno se gostaria de fazer alguma colocação concreta na questão? Fica para as perguntas, então.

Senhores, muito obrigado. Estou à disposição para aprofundar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Adalberto.

Passamos, então, a ouvir os nossos Senadores pela ordem de chegada, se os senhores concordarem.

Agradeço a presença do nosso sempre líder do PDT na Câmara, Deputado Giovanni. Obrigado pela sua presença na nossa audiência.

Passo a palavra, então, ao Senador Moka. Na sequência, aos Senadores Mozarildo, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy e Sérgio Souza.

Inicialmente, Senador Moka, com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Cid Jorge e o Dr. Adalberto pela apresentação. Evidentemente, Dr. Adalberto, não tenho a pretensão de discutir nesse nível que o senhor colocou. Mas sobre algumas do Pantanal, eu gostaria de fazer um questionamento.

Quando da eleição do Governador André Puccinelli, aliás, ainda na campanha, eu disse ao Governador Puccinelli: a coisa mais importante, se eu fosse candidato a governador, é um zoneamento econômico-ecológico. Durante a campanha, o Governador se preocupou com isso e fizemos no Mato Grosso do Sul um zoneamento econômico, aprovado pela Assembleia Legislativa, e que mereceu um elogio do Ministério do Meio Ambiente.

Evidentemente, se você quer realmente industrializar o seu Estado, a primeira coisa que tem que dizer, e eu dizia – durante a campanha, alguns, precipitadamente, diziam que colocariam usina, era aquela febre da usina –, é o seguinte: o importante é definir primeiro onde pode colocar o quê. Aí você entra no critério técnico, alguma coisa que tenha condição de justificar, do ponto de vista acadêmico e do ponto de vista de argumentação técnica mesmo.

Pois muito bem. Evidentemente, se você falar para um sul-mato-grossense que vai colocar uma usina no Pantanal ou próxima do Pantanal, ele vai reagir. Eu quero dizer que 78% do pantanal são preservados, são vegetação nativa. E quem preservou isso foi o pantaneiro. Há mais de 250 anos, nós produzimos a chamada pecuária extensiva e não comprometeu o meio ambiente.

É bem verdade o que o Dr. Adalberto diz: a plantação de soja, sobretudo naquela região próxima de São Gabriel do Oeste para lá houve, realmente, em função até do tipo de solo – e aí, Adalberto, é um equívoco –, uma das grandes tragédias, que é o assoreamento do rio Taquari.

Eu sou médico de formação, mas dei aula de química, de física. Eu sou um curioso e gosto muito disso. Eu fui ver essa questão da cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é uma das poucas variedades, se for feito o chamado plantio direto, quando você coloca a palha, colhe e deixa ali, é uma das poucas plantas que dá mais para o solo do que tira. A cana-de-açúcar. Então, eu não vejo a relação. Uma coisa é você colocar usina,

outra coisa é você proibir o plantio da cana-de-açúcar, porque, do ponto de vista ambiental, é uma planta que você vai plantar e logo o processo de fotossíntese vai ajudar a captura de carbono. Então, de qualquer lado, o plantio da cana... Eu não estou falando de usina.

E lá nessa região Norte, uma opção é exatamente você plantar a cana-de-açúcar. Necessariamente, você não precisa ter usina. Mas é claro que uma usina no Mato Grosso do Sul, com o plantio ali, ficaria mais fácil, pois o transporte, o custo é menor.

E ainda vou mais além. Nesse zoneamento econômico, insisto elogiado pelo Ministério do Meio Ambiente, você tinha uma barreira natural, e nós ficaríamos só plantando a cana fora, num outro lado que não tinha, até porque há uma barreira mesmo, que impediria qualquer contaminação lá na região.

Pois pasmem os senhores, na hora em que saiu o famoso decreto, pegaram também essa área. Foi aí que reagiu o Governador André Puccinelli e toda a bancada do Mato Grosso do Sul, porque aqui era uma coisa visível.

O senhor disse o seguinte: há o interesse da sociedade, há o interesse... E há o interesse comercial, Dr. Adalberto, porque a gente também não é ingênuo, porque muitos daqueles que já produzem álcool e açúcar no Brasil fazem questão do chamado “selo de qualidade”. Eles não querem que digam que o nosso açúcar é produzido na Amazônia ou que nosso açúcar é produzido no Pantanal. Então, por trás dessa história, há também um viés também cruel, comercial no sentido de não contaminar essa questão comercial.

Nós percebemos claramente isso, né, Giovanni? Reagimos, fomos para uma discussão junto ao Governo e percebemos isto: que, na verdade, o que não se queria contaminar é exatamente o fato de açúcar brasileiro não ser produzido nem na Amazônia nem no Pantanal. Por quê? Porque, certamente, a concorrência lá, europeia, que produz açúcar a partir da beterraba, num custo altíssimo, não tem condições de competir. Aí, veja crueldade disso aí. Então, ficamos nós na Amazônia e no Pantanal...

E insisto em dizer que jamais vou defender qualquer coisa que eu não tenha condição de tecnicamente, academicamente defender. Eu acredito no que estou dizendo. E digo mais: o zoneamento no Mato Grosso do Sul não foi feito... O Governo fez questão de ouvir as ONGs, os ambientalistas. Foi uma discussão, Presidente Acir Gurgacz, que envolveu todos os segmentos da sociedade sul-mato-grossense, e nós fomos... Num decreto, essa região, não estou dizendo do Pantanal... E ninguém vai defender isto lá: você vai colocar usina no Pantanal. Não é isso. Mas nós que somos de lá. Sabemos que é um absurdo. Você ter uma região que

não tem nada a ver, que não tem a menor possibilidade... Mas, se você for plantar cana ali, está proibido o plantio de cana.

O que me parece, Dr. Adalberto, do ponto de vista acadêmico, técnico, não existe razão para a proibição. É disso que nós estamos falando. Eu não sei como é a Amazônia, mas, no Mato Grosso do Sul em especial...

E é engraçado: quem estimulou também, na época do Centro-Oeste, o chamado Polo Centro, foi o Governo brasileiro, que permitia naquela época que você derrubasse 50% do Cerrado, quando se descobriu que o Cerrado poderia também, depois da correção, receber plantação de soja. E aí o avanço do plantio de soja cometeu um desastre ecológico no rio Taquari com o assoreamento, que hoje traz – sou testemunha disso e conheço a realidade lá – grandes prejuízos, sobretudo naquela região de Corumbá, onde os pantaneiros sofrem com esse desastre ecológico.

Mas isso não pode, evidentemente, ser argumento para você, num decreto, criar uma área que, do ponto de vista acadêmico, insisto, não tem razão de ser, que você proibiu. Aí o pessoal diz que é um tampão que dever haver, além da Bacia; que deve ter mais alguma coisa para funcionar como tampão. Aí a gente fica sem entender.

É a contribuição que eu trago. Não é um questionamento propriamente dito, mas é uma constatação de alguém que conhece a realidade do seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Dando sequência, passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Depois, Dr. Adalberto, nós fazemos as contraposições.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, senhores expositores, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bom lembrar a ementa desta projeto: o projeto dispõe sobre o “cultivo sustentável da cana-de-açúcar nos biomas de Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências”.

O projeto elaborado pelo Senador Flexa Ribeiro é um projeto criterioso, que, ao contrário do que pode parecer, não está propondo derrubar uma árvore, não está se discutindo ainda se se vai implantar ou se não se vai implantar usina de beneficiamento de cana-de-açúcar para produzir etanol. Agora, também discutir a Amazônia como se fosse uma coisinha só é muito complicado, porque eu sou do Estado de Roraima, e mais da metade do Estado é de campos naturais, Campos Gerais, onde já se planta soja, onde já se planta arroz. Como disse o Senador Moka, dessas plantações, a que mais beneficia o solo é justamente a cana-de-açúcar. E nós temos a proibição, já pagamos

o combustível mais caro do Brasil – e não é diferente no Acre, mas Roraima é pior. Mas por quê, se já temos áreas, algumas como já está bem dito no projeto, “biomas do Cerrado e dos Campos Gerais”? Ninguém vai estar pensando que vai pegar área do Amazonas, que tem bastante floresta, do Pará, e derrubar para plantar cana. Não é essa a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Área já transformada.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Área já transformada.

Então, eu sou o relator desse projeto. Não conheço a Amazônia por ouvir dizer, nem por leitura. Conheço-a por nascer e por viver lá. Portanto, eu acho que, nessa discussão, realmente deve-se se ouvir todo mundo. Gostei da colocação que fez o Dr. Adalberto, que disse que não podemos ter posições fechadas e nem também fazer uma dicotomia de dois lados, entre ambientalistas e ruralistas. O importante é pensar na sociedade, principalmente na sociedade que mora lá, porque é muito bonito falar da Avenida Paulista ou de Ipanema sobre as questões da Amazônia. Agora vá viver lá, sujeito ao custo de vida altíssimo, eu falei aqui do combustível caríssimo, e nós não termos, não avançarmos e seguirmos até certo ponto, como disse o Senador Moka, muito mais ditames internacionais do que nossos, nacionais. Aliás, esses países ditos desenvolvidos não têm muito a ensinar para sobre meio ambiente. Aliás, sobre quase nada.

Então, eu quero dizer que, embora eu gostaria de ter falado por último, porque sou o relator, eu estou falando agora, Senador Acir, porque, infelizmente, eu tenho uma audiência na Comissão de Relações Exteriores, e eu não vou estar presente. Mas vou, depois, pedir à Comissão que me passe todos os dados, porque eu quero ter subsídio realmente para, se for o caso, alterar o relatório.

Mas o importante que eu quero dizer, repetindo a frase do Dr. Alberto, é: nós não podemos ter posições fechadas e não podemos pensar em digamos disputa entre grupos de a ou b. Temos que pensar no que é bom para a Amazônia e no que é bom para o Cerrado, desde que, lógico, ninguém é tão desinteligente a ponto de querer acabar, Senador Acir, do Estado de Rondônia, com o meio ambiente, até porque quem produz vive do meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputado Giovanni Queiroz, senhores convidados, Sr.

Cid Caldas, representante do Ministério da Agricultura, Dr. Adalberto Eberhard, do Ministério do Meio Ambiente, eu sou autor do projeto, e o Relator, Senador Mozarildo. Fico até feliz porque nós estamos pelo menos discutindo. O projeto estava numa geladeira, numa “Prosdócimo”, colocado pelo Governo que não dava nem para discutir. Pelo menos a gente está reabrindo.

O que eu lamento só é que a gente não pode colocar a Amazônia numa decisão puramente política como essa que foi tomada lá atrás. Quer dizer, não pode plantar cana na Amazônia. Não pode plantar cana na Amazônia por quê? Vamos discutir. A decisão é política? É colocado isso por pressão de fora para dentro, porque o Brasil é competitivo. O Brasil, ao produzir o etanol, deu exemplo para o mundo, uma matriz energética limpa. E agora nós estamos importando etanol. O Brasil importa etanol hoje.

Eu queria perguntar ao Dr. Cid se conhece o trabalho que o Governo do Pará, na primeira gestão do Governador Simão Jatene, contratou da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, sobre a potencialidade do plantio, da produção de etanol no Pará. V. S^a conhece? Então, vou encaminhar a V. S^a. Eu acredito que o Ministério da Agricultura tenha conhecimento. Mas conhece a Esalc? É uma escola de excelência na área da agricultura. Não há dúvida com relação ao trabalho feito pela Esalc.

A Esalc aponta, nesse trabalho, que o Pará tem, na sua área total, 7% da sua área propícia ao plantio de cana. E nós estamos falando só em áreas de Cerrado, em áreas já antropizadas, de que já trata o projeto. Em nenhuma hipótese, nós podíamos... É inimaginável derrubarmos floresta não é só para plantar cana, não, para fazer pasto, para plantar grão ou para fazer qualquer outra atividade produtiva. Hoje derrubar floresta é inimaginável. Nós não precisamos derrubar mais nenhuma árvore. Nós temos uma área aberta mais que suficiente e temos que agregar tecnologia. E utilizar hoje a relação entre animal e hectare de um para um não é possível mais. Nós temos que reduzir isso e abrir mão de áreas já abertas para a pecuária para produzir alimentos, para produzir grãos, para produzir cana.

O Pará, se não fosse também a miopia do próprio Governo, que insiste há mais de dez anos em produzir biocombustível a partir da mamona – já está provado que não há produtividade suficiente para isso –, agora, de cinco, seis anos para cá, o Governo entendeu que o dendê, que é a palma, é o caminho. Mas isso já há quinze anos, no Pará, nós estamos lutando por isso. Então, o Pará vai se tornar, a médio e longo prazo, Senador Acir Gurgacz, o maior produtor do mundo de óleo de palma. Lá em 95, nós fomos – e o Deputado

Giovanni sabe – à Malásia, numa missão com o Governador Almir Gabriel. A Malásia, que acho que ainda é o maior produtor de óleo de palma do mundo, tinha dois milhões e meio de hectares plantados de palma. O Pará tinha, naquela altura, o Projeto da Agropalma, com 40 ou 50 mil hectares de palmas plantadas. Então, eles queriam investir aqui e nós temos a Amazônia toda; são oito milhões de hectares propícios, de áreas abertas, para plantar palma. Pode ser o maior produtor de palma do mundo. Temos dois milhões de hectares no Pará, num raio de 100 km de Belém, que tem áreas propícias para isso. Agora, está lá a Petrobras, está lá um investimento sendo feito. Então, perdemos, perdemos dez anos.

A mesma coisa está acontecendo aqui, nós temos três projetos, um ativo apenas no Pará de cana que é a Pagrisa, ali em Ulianópolis, produzindo.

O Dr. Cid disse, não assisti lamentavelmente a toda a palestra, mas, tive informações que V. S^a teria dito que era com relação à distância ao centro de consumo. Tem o consumo local, a Pagrisa atende o mercado local. É preciso que haja a produção local para atender.

Perguntei ao Senador Mozarildo de onde vinha o etanol para Roraima. De onde vem para Rondônia? Não vou nem dizer o que ele respondeu aqui, a distância é de muito longe. Acho que custa mais caro transportar o etanol lá de São Paulo, não sei de onde, da Pagrisa não vai, porque ela não atende nem o Pará. Essa lógica, Dr. Cid, que o senhor colocou da questão dos centros de consumo não dá. Então, eu quero lhe fazer uma pergunta objetiva. O Ministério da Agricultura é contra o projeto? Ele é contra plantar cana-de-açúcar em biomas propícios, em Cerrado, em áreas alteradas, antropizadas? Não estou falando de área de floresta. Gostaria que a resposta fosse objetiva, em relação a isso. Se o Ministério da Agricultura, que tem de apoiar, incentivar a produção, for contra, aí Senador Moka, é melhor nós começarmos a trabalhar com o Ministério do Meio Ambiente, pedir apoio ao Ministério do Meio Ambiente.

A palestra do Dr. Adalberto me deixou aqui filosofando. Estou preocupado, e acho que todos nós, Dr. Adalberto, e nós acreditamos nisso, queremos a Amazônia para as nossas gerações futuras e ninguém mais do que nós da Amazônia queremos preservar a Amazônia, conservar a Amazônia. Nós estamos lá, nossos filhos, nossos netos, nossos bisnetos, gerações futuras vão ter de viver da Amazônia.

O senhor demonstrou essa migração, essa poeira que vai vir e não vamos mudar, lamentavelmente, em função disso. Temos de ver como vamos tratar o assunto. Não vamos poder impedir. Agora, nós vamos

ter de dar condições de vida para aquelas pessoas que estão lá e que, lamentavelmente, estão com aquelas áreas já alteradas. Áreas de Cerrado, como disse o Senador Mozarildo, 80% do Estado de Roraima são campos naturais. Nós temos em Marajó, metade ou mais da metade da ilha de Marajó são campos naturais. Não tem o que fazer ali. Os arrozeiros de Roraima foram expulsos. Não estão fazendo nada nas áreas onde plantavam arroz. Foram lá para o Marajó, estão plantando arroz no Marajó, e estão sendo expulsos do Marajó também. Essa é uma questão complicada.

Outra coisa que me deixa preocupado, Senador Acir, é o porquê, qual a razão, qual a explicação lógica que o Governo pode dar a nós Senadores e aos brasileiros, Senador Sérgio Souza – V. Ex^a que é próximo ao Governo, à Ministra Chefe da Casa Civil –, o porquê de a Amazônia ter sido excluída do estudo. É um negócio impressionante! Vão estudar as áreas do zoneamento para o plantio de cana-de-açúcar e se exclui a Amazônia, exclui o Pantanal. Não tem lógica! Você está condenado à morte de forma antecipada. Esse aqui não entra nem no exame para saber se está doente. Está morto. Tira fora que está morto. Então, gostaria de saber de V. S^a por que Amazônia e Pantanal foram excluídos dos estudos. Não tiveram nem o direito de dizer que não pode por isso e isso. Está fora!

Vou encaminhar ao Ministério da Agricultura o trabalho feito pela Esalq, que comprova uma potencialidade de 7% de áreas propícias no Estado do Pará para o plantio de cana.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Passo a palavra para o Senador Sérgio Souza, para que possa fazer as suas colocações.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Cid Jorge Caldas representante do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Sr. Adalberto do Ministério do Meio Ambiente, na última reunião desta Comissão, um requerimento do Senador Delcídio, ele não estava presente, conversei com o Presidente Acir Gurgacz, e por bem resolvemos subscrever esse requerimento para esta audiência pública de hoje, entendendo que esse debate deve ser travado aqui, nesta Comissão. Acho que a Comissão de Agricultura tem a responsabilidade de chamar para si debates sobre a produção de cana-de-açúcar em qualquer região do território nacional.

Mas a polêmica reside, Senador Moka e Senador Flexa, sobre a região da Amazônia. Primeiramente, acho que a palavra de ordem no mundo é sustentabilidade. Inclusive a Rio+20, a plataforma toda da Rio+20, é montada em cima de sustentabilidade. Dentro de sustentabilidade nós temos dois alicerces: energia e

alimento. Como nós alimentaremos o povo do Brasil e do Planeta e como é que esse povo se manterá sobre o Planeta sem energia? Nós sabemos que o Brasil consome um quarto da energia *per capita* do que consome um europeu. Agora, para produzir essa energia, nós temos de imaginar qual é a maneira mais correta, renovável e inteligente para o futuro deste Planeta.

A cana-de-açúcar, além de gerar energia, ela gera alimento. O custo para nós levarmos qualquer derivado de açúcar, como o refrigerante, por exemplo, em uma garrafa pet tem um grande percentual, quase 50%, de açúcar, é muito elevado; se for fabricado lá na região amazônica então, há um custo de logística para isso. O mundo consome açúcar em quase todos os alimentos. E aí vêm também os biocombustíveis, o etanol. A base da matriz energética de biocombustíveis, no Brasil, é o etanol. Nós temos o biodiesel, que tem um percentual irrisório no diesel, mas a quantidade de etanol que é adicionada a gasolina é enorme e nós sabemos disso. A política brasileira de incentivar a produção de veículos a base de etanol, na verdade, levou a um índice de veículos no Brasil, os chamados *flex*, é enorme. Só agora o mercado vem regulando isso. Se há uma vantagem econômica ou não.

Agora, qual é custo para levar? Eu conheço Rondônia, Acir Gurgacz, já estive por lá em várias oportunidades. Irmãos do meu pai moram em Rondônia, são três ou quatro que moram lá. Meu avô morou muitos anos em Rondônia. Eu sei quanto é o custo de um litro de álcool lá e quanto é o custo de um litro de álcool lá no Paraná ou em São Paulo. Para nós levarmos todo esse combustível para lá qual é o custo disso e qual é a emissão de gases que você tem para transportar? Por exemplo, você tem de queimar diesel para levar. Não vejo outra forma.

Além disso, nós temos aqui, nesse Congresso Nacional, no Senado, várias discussões sobre desenvolvimento regional. A Amazônia tem a Zona Franca de Manaus, na região Norte, que tem alguns incentivos, assim como o Nordeste, por ser uma região que se entende que depende de mais incentivos do que outras regiões, para que haja uma melhor igualdade. Mas nós não estaríamos frustrando o desenvolvimento regional da Amazônia? No momento em que se leva uma usina, ela leva emprego, renda, divisas para aquele Município porque aumenta a arrecadação de impostos. Diminui-se o custo, porque não se tem de levar mais esses produtos para Amazônia, já que são produzidos lá, e, com isso, gera-se emprego e renda lá. Isso no tempo e no espaço é muito mais econômico.

Por exemplo, a China está abrindo uma empresa de soja no Brasil, chamada Brasoja, para ela transformar a soja aqui e levar o produto acabado para a

China, porque 80% do conteúdo da soja é água. Só o custo de logística, durante alguns anos, pagará todo o investimento que a China fará no Brasil. Lógico que isso até serve de lição para nós brasileiros, porque poderíamos ter a nossa Brasoja, mas não temos.

Então, penso que é o momento de nós refletirmos. Lógico, colocarmos parâmetros. Ninguém está falando em desmatamento de áreas para a produção, para utilização da cana, para o cultivo da cana. Agora, qual é o impacto que faz a cana em comparação com a soja, em comparação a pastagem? Por exemplo, nós sabemos que uma terra nua emite muito mais CO² do que uma terra coberta. A cana passa quase todo o tempo em terra coberta. Há uma legislação no sentido de que, a partir de 2015, se não me engano, não poderá ser mais colhida a cana, com algumas exceções nas regiões do Nordeste, de forma manual. Somente de forma mecânica. Então, não haverá nem mais a despalha. Os sedimentos deixados pela cana serão extremamente fartos. Sabemos, também, que o solo hoje é um substrato. Tendo uma boa precipitação e boa altitude, serve para produzir qualquer tipo de alimento. E cana-de-açúcar é um alimento e, muito mais do que isso, é energia.

Então onde serão os avanços da cana na região Amazônica? Em terras consolidadas e de forma legal, lógico. A Câmara dos Deputados votou ontem o Código Florestal e determinou, de forma muito clara, como é que ficarão os marcos regulatórios para terras consolidadas e, inclusive, para as áreas de preservação permanente e reserva legal. Nem reserva legal nem em APP se plantará cana. Tem de se deixar isso muito claro. Ninguém vai derrubar floresta para se plantar cana também, pelo menos tem de ser essa a palavra de ordem.

Para finalizar, Sr. Presidente, um pouco do que o Senador Moka falou, acho que existe um mito colocado por interesses comerciais, de regulação de mercado mundial, porque se se abrir para a Amazônia plantar cana-de-açúcar, Senador Delcídio, nós teremos vastas áreas para produzir e o Brasil entrará, já é um país competitivo, mas hoje nós estamos importando etanol dos Estados Unidos. Aqui, neste Senado, na época que o Senador João Tenório foi um dos que encabeçou essa briga, houve uma briga grande com os Estados Unidos para quebrar e baixar os subsídios que eram bancados pelo etanol americano. Acabou-se isso no ano passado. O Senado, o Congresso Americano votou, retirou o subsídio e, no entanto, nós não conseguimos competir. Nós estamos trazendo o etanol em grande quantidade. São milhões e milhões de litros dos Estados Unidos para o Brasil para regular o mercado brasileiro. Por quê? Porque não há uma condição de expansão.

A região amazônica é passível de expansão. Eu entendo assim. Não pode ser a Amazônia uma moeda de negociação ou um motivo de negociação comercial para com o mundo dizendo o seguinte: aqui há uma barreira, porque não vai. Tenho absoluta certeza. Não vai causar nenhum impacto ambiental além do que já está lá.

Terras de pastagens produzindo, como o Senador Flexa disse, um boi por hectare produzirão muito mais riquezas e divisas para o Brasil e emitirão muito menos gases nocivos à camada de ozônio. Eu acho que está na hora. E é o Congresso Nacional, é o Senado Federal que tem que tomar decisão sobre isso.

Eu vou além para dizer para vocês que sou relator, nesta Comissão, do marco regulatório dos biocombustíveis e lá também, Senador Flexa, Senador Moka, Senador Delcídio, nós vamos enfrentar questões como essa, porque biocombustível é uma solução para uma sustentabilidade. Então não é nada de novo. Será algo que precisamos debater profundamente para mostrar que o Brasil tem um potencial muito grande. Se o Brasil quer ser um país de primeiro mundo, ele tem que pensar, desde já, em sustentabilidade. E sustentabilidade se faz lá no meu Estado, que é o Paraná, em Rondônia, no Pará, em qualquer região do mundo e do Brasil.

Então nós temos que ter um pouco de coragem e imaginar: o que existe por trás disso? É uma negociação comercial? A Amazônia é um limite para uma boa negociação ou na verdade existem elementos técnicos que provam que haverá um dano para o Planeta se nós plantarmos cana? E o gado? E a soja? E o pinhão-mansão? Qualquer outra atividade, como seria? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Cumprimento o nosso querido Adalberto, o Cid, o nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz, e os demais Senadores.

Apresentei esse requerimento, que foi subscrito por outros Senadores também, sobre o projeto do competente Senador Flexa Ribeiro, de nº 626, de 2011. E queria fazer, Sr. Presidente, algumas considerações sobre o assunto, que despertou, em Mato Grosso do Sul, um interesse muito grande, um debate, uma discussão profunda.

Mato Grosso do Sul, num projeto encaminhado pelo Governador André, fez o seu zoneamento econômico-ecológico, que foi aprovado na Assembleia Legislativa. Esse projeto foi encaminhado e amplamente discutido, debatido e aperfeiçoado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. O nosso Estado tem

um potencial de produção de etanol, de açúcar e de energia de biomassa, que aqui foi mencionada pelo Senador Sérgio Souza. O nosso Estado era importador de energia. Nós recebíamos energia do sul do País e das barragens da Cesp, no Rio Paraná. Mato Grosso do Sul, em pouco tempo, poderá chegar a quase dois mil *megawatts* de geração de biomassa. Portanto nós, importadores, seremos exportadores, além de distribuir a geração, o que alivia intensamente o sistema de transmissão.

Então esses projetos são de fundamental importância. São projetos que exigem logística, porque não adianta só produzir etanol, produzir açúcar e não ter logística. Logística para o escoamento da produção de açúcar e logística de escoamento para a produção de etanol. Há, inclusive, projeto já em estudo de polidutos para se fazer o escoamento desse etanol. E o Governo Federal tem sido um grande parceiro nisso. Com os polidutos, com os projetos de ferrovia que, de certa maneira, foram um pouco prejudicados em função dessas mudanças na Valec, mas, junto com o Governo do Estado, a bancada federal vai retomar esse debate.

Mas efetivamente o etanol, o açúcar e esses projetos trazem geração de emprego, geração de renda e tecnologia, para não falar do plástico verde, a indústria de polímeros a partir do etanol, que é o Estado da arte, sob o ponto de vista de indústria petroquímica no mundo. Mato Grosso do Sul deve receber uma das primeiras plantas nesse sentido. Hoje existe uma planta no sul do Brasil, lá na Petroquímica Triunfo, mas custa muito caro transportar o etanol para lá. E nós vamos ter uma espécie de *cluster* em Mato Grosso do Sul, onde vamos produzir o plástico a partir do etanol. Isso para nós é uma riqueza.

E houve um debate intenso mesmo em Mato Grosso do Sul, porque ficou muito claro... E essa ZAE cana que foi feita e aprovada pelo Decreto nº 6.961, de 2009, foi um trabalho muito competente inegavelmente.

O próprio Senador Flexa, na exposição de motivos, diz que os estudos técnicos separaram os biomas Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto Paraguai. Mas eu queria fazer só um registro: essa ZAE não exclui o bioma Cerrado, presente na Amazônia Legal, especialmente nos Estados do Maranhão, de Mato Grosso e de Tocantins. É importante registrar isso. Quer dizer, não é *lato sensu*, não há uma vedação completa, especialmente com relação ao Cerrado e à Amazônia.

Também queria registrar que, no nosso caso, em Mato Grosso do Sul, há ainda discussões intensas com relação à produção de cana, especialmente na região... Nós temos a região pantaneira, e não há nenhuma dúvida com relação... Eu sou de lá e sei das consequências de projetos como esse, especialmente

na Bacia do Pantanal, mas existem algumas regiões do Estado, de Coxim para a frente, onde é importante qualificarmos esse debate, até porque temos algumas incongruências, Senador Flexa. Em Mato Grosso do Sul, nós temos essas proibições, que vieram à tona intensamente quando da discussão do zoneamento econômico-ecológico, e, em Mato Grosso, que está na mesma Bacia do Paraguai, tem cana e usina de produção de açúcar e etanol. Então é um debate difícil.

Quero registrar que, independentemente dessas nuances, a ZAE Cana foi fundamental. E eu tenho dados aqui que gostaria de registrar.

Conforme estudo feito pela Empresa de Pesquisa Energética, do Ministério de Minas e Energia, para a nossa previsão até 2020, nós precisamos de sete milhões de hectares. E as áreas que estão orientadas para o plantio da cana possuem declividade inferior a 12%, para facilitar a mecanização do plantio em solo sem necessidade de irrigação plena. Portanto, um trabalho muito bem produzido, elaborado e estudado.

As áreas oriundas da ZAE – estamos falando em sete milhões desse estudo da EPE – proporcionam 70 milhões de hectares. Portanto, uma área suficiente para que o Brasil, que já tem tecnologia, seja ponta nesse setor. Ou seja, estamos numa posição muito confortável e importante também.

Hoje, no mundo, ninguém impõe restrição tarifária. Acabou essa conversa. Agora as restrições são de sanidade animal e de meio ambiente. Então nós temos que trabalhar nesse tema com muito cuidado, sob o risco de daqui a pouco algum país criar obstáculos, alegando que estamos produzindo cana no Pantanal, que estamos produzindo cana na Amazônia, muitas vezes distorcendo até conceitos que são absolutamente pertinentes. E outra coisa, evitando a discussão de que a cana está substituindo a produção de alimentos, o que não é verdade também. É outro sofisma que prejudica a comercialização de etanol no mundo. E mais, um etanol que tem tudo a ver com o Protocolo de Kyoto, com a mistura na gasolina, como o Brasil tem feito. E, no meu ponto de vista, os biocombustíveis vieram para ficar.

Como diz o Senador Sérgio Souza, nós temos que refletir sobre essa regulamentação dos biocombustíveis. Eles precisam ter uma regulamentação para que efetivamente consolidemos uma matriz energética limpa de combustíveis. Portanto, devemos olhar essas questões com mais cuidado, até pelas consequências que isso pode trazer e mais, pelo conforto que a ZAE Cana trouxe para expandirmos a produção de etanol e também a geração de energia a partir da biomassa.

Compreendo bem a intenção do Senador Flexa, que é absolutamente pertinente. Nós também, em Mato

Grosso do Sul, enfrentamos um dilema parecido com o de S. Ex^a no querido Estado do Pará, mas precisamos ter muita cautela nesse debate para não inviabilizar um dos pontos fortes da matriz energética brasileira em que detemos tecnologia, que é o etanol, principalmente em função da ZAE Cana, que foi um trabalho intenso, competente e atende ao que estamos planejando em termos de produção de etanol.

Eu não poderia deixar de destacar, meu Presidente, Senador Acir Gurgacz, que nós temos, sim, aqui no Congresso, que fazer uma discussão sobre por que a indústria da cana está enfrentando tantas dificuldades, esse atrelamento do preço do etanol, do álcool hidratado, por exemplo, à gasolina. Nós não vamos nos iludir. Não estou aqui defendendo aumento de combustíveis. Daqui a pouco alguém pode dizer isso. Mas com as quebras de safra e com as dificuldades nós estamos importando gasolina com o barril a US\$120, e vendendo gasolina com o barril a US\$80. A partir do momento em que o preço da gasolina ficar congelado, o preço do etanol também deve ficar, assim como o preço do álcool hidratado.

Então nós temos que fazer esse debate, inclusive sobre a indústria da cana, porque acho que esse talvez seja o nosso problema crucial. Inclusive, recentemente, empresas que vieram para o Brasil estão ameaçando fechar as portas ou vender os seus ativos, porque nós precisamos, o Congresso Nacional e a Comissão de Agricultura, presidida por V. Ex^a, fazer uma discussão ampla sobre esse setor que não é mais sucroalcooleiro. Agora me ensinaram que se chama sucroenergético. Então nós precisamos fazer esse debate, porque isso é preocupante, para não cairmos na esparrela em que caímos décadas atrás, quando veio o Proálcool, um programa absolutamente pertinente, e nós nos perdemos nos detalhes, sendo que alguns deles são extremamente relevantes e importantes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Senador Delcídio, se recuperarmos as pastagens degradadas com o plantio de cana-de-açúcar, nós vamos ganhar do ponto de vista ambiental e do ponto de vista econômico.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Não tem dúvida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Não tem nada mais... Está aqui a solução. Só no Mato Grosso do Sul nós podemos recuperar qualquer coisa em torno de oito milhões de hectares de pastagens degradadas sem derrubar um pé de árvore.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria só de registrar, primeiro, a qualidade da ZAE Cana; segundo, o conforto que nós temos na produção de etanol. O que a

EPE prevê são sete milhões de hectares. E a ZAE estabelece 70 milhões de hectares aproximadamente. Temos que ter cuidado, principalmente com relação à Amazônia e ao Pantanal, porque podem restringir comercialização de etanol em função de decisões, muitas vezes, com a melhor das intenções, mas que podem trazer problema ao nosso País. Citei aqui como exemplo o próprio Mato Grosso do Sul, que tem esse dilema permanente na discussão de algumas áreas que interpretam como o Pantanal e nós entendemos de outra forma, além das áreas degradadas, que foram aqui já citadas pelo Senador Moca.

Mais uma vez quero aqui destacar: a concorrência internacional não é mole, e nós temos que tomar cuidado. Eu estive agora recentemente na França, em Sorbonne: temas e mais temas sobre o etanol brasileiro. É o etanol que desvia a produção de alimentos, é o etano que vai prejudicar, vai inviabilizar o mundo, que vai contribuir para o aumento da fome nos continentes. Esse discurso tem que acabar e nós temos que ter muito cuidado, temos que estar muito precavidos porque não é brincadeira. Acabou a barreira de impostos e de tributo. Agora a barreira é de sanidade e ambiental. É um discurso bonito, um discurso que pega e que pode prejudicar o País.

Por último, respeitando o projeto do Senador Flexa, acho que nós temos outros temas a discutir e isso precisa ser melhor aperfeiçoado, qualificado, não só na questão da Amazônia, mas também na questão também das franjas do Pantanal, também quero registrar que nós precisamos fazer uma audiência pública, vou apresentar um requerimento para a gente discutir o problema da indústria da cana no Brasil que não é fácil, que é extremamente complicada e se nós não ficarmos atentos nós vamos ter dificuldades. Existem várias usinas com grandes dificuldades operando, gente que veio de fora e que está querendo também vender seus ativos. Então acho que esse é o foro adequado para esse debate, a fim de tornarmos a nossa indústria da cana sadia e competitiva, trazendo, evidentemente, resultados para quem investiu, gerou emprego e acreditou no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me se eu me estendi um pouco além, mas esse é um tema que me cativa e eu vou me empolgando e vou falando demais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para fazer um comentário a respeito do competente pronunciamento do Senador Delcídio.

Senador Delcídio, quero concordar com V. Ex^a sobre o importante trabalho de zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar para a produção de etanol. O que eu comentei quando fiz a observação foi a exclusão da Amazônia no estudo. Faz-se o zoneamento e se exclui, diante mão, a Amazônia do estudo. Quer dizer, por que excluir a Amazônia? Por isso fiz esse questionamento.

V. Ex^a também colocou o zoneamento econômico-ecológico de Mato Grosso do Sul, como também do Estado do Pará. O Estado do Pará aprovou o zoneamento econômico-ecológico já a muito tempo atrás, por unanimidade, por discutir com toda a sociedade, tendo sido aprovado agora pelo Conama. A Ministra Izabella que conhece...

O SR. ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD – Calha Norte e Leste...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, aprovou agora por inteiro no Conama, parece que está implantando...

O SR. ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD – Não, não, só Calha Norte, tem o Macro ZEE e agora foi Calha Norte e Zona Leste aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Acho que os Estados vão definir isso, vão definir.

Então era essa a observação que eu queria fazer. E mais ainda, lá atrás temos um projeto antigo, que está desativado, de uma indústria de plantio de cana que, lamentavelmente, alta produtividade na transamazônica lá do Pacal, que está desativado. E tem um projeto para ser implantado pelo ex-Ministro Cabrera, em Santana do Araguaia, área aberta lá, aberta, só falta liberar para plantar. O ex-Ministro Cabrera quer fazer o investimento e não pode fazer.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, pela ordem, Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Só para registrar o ZAE Cana não tirou a Amazônia Legal. Entendo até a preocupação do Senador Flexa com o Pará. Mas, olhe Mato Grosso, olhe Tocantins, olhe Maranhão, são também Amazônia Legal e esse trecho do Cerrado foi considerado. Agora, entendo as preocupações do Senador Flexa, como Mato Grosso do Sul também tem. Agora eu quis fazer um alerta, porque esse é um assunto que nós temos que ter muito cuidado nessa abordagem a despeito até das

especificidades de cada Estado e das preocupações dos Senadores aqui que veem na produção de cana um segmento importante da sua economia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado Sr. Presidente, quero aqui cumprimentá-lo, cumprimentar também demais autoridades, Senadores, eu estava em uma outra audiência, ao lado aqui da Comissão de Infraestrutura, onde estávamos trabalhando para criar subcomissão para acompanhar os seis Estados deficitários com o sistema energético.

Neste debate do pode, não pode, é ou não é quanto à questão da plantação da cana-de-açúcar na Amazônia, eu entendo que o primeiro passo, Sr. Presidente, era fazer com que muitos dos ambientalistas que fazem discurso aqui em Brasília colocassem o pé na terra e visitassem esses Estados. No meu entendimento, é uma injustiça e uma concorrência desleal quando se libera de um lado e se proíbe de outro.

Fui Governador do Estado de Rondônia, como também o Senador Acir, nosso Presidente, e sei que o nosso Estado não é um Estado diferente do Estado do Paraná, temos terras férteis, temos terras fracas. Então o que nós precisamos? No meu entendimento, é que o zoneamento socioeconômico de cada Estado define os pontos exatamente, onde pode ou não pode.

Temos uma usina de álcool em Rondônia, no Município de Santa Luzia, meu Município, divisa com São Felipe, que foi um paulista que colocou essa usina de álcool lá. É um modelo, e é em lugar alto. Ao mesmo tempo, nós temos outro projeto, na cidade de Cerejeira, que foi autorizado e só falta o empreendedor fazer – ainda na época quando era autorizado. Nós temos também outro empreendimento autorizado na Ponta do Abunã, na saída de Guajará-Mirim.

Eu estive recentemente visitando o Estado do meu amigo e parceiro Flexa Ribeiro, o Estado do Pará. O Senador Flexa Ribeiro tem razão quando fala que o Estado do Pará não é diferente dos demais Estados brasileiros. Nós temos a grande vantagem, na Amazônia, de termos chuva no tempo certo. A gente não perde safra naquela região. Mas a gente vê o problema que o povo paraense vive, as dificuldades que o povo daquela região tem. Por exemplo, muitas vezes, temos que trazer álcool para Rondônia de outros Estados da Federação quando a gente mesmo podia produzir.

No meu entendimento, como ex-Governador e empreendedor, essa livre oferta e procura no mercado tem que estar aberta. Quando alguém diz: “Mas está trocando-se para etanol em vez de ser alimento”. Mas quem falou que cana-de-açúcar não é alimento? No momento em que você quiser, é só modificar o sistema

e produzir. O açúcar você pode produzir na hora, não tem por quê. Então do que nós precisamos? Temos que ser competitivos nessa área. O que não podemos é deixar que alguns setores produzam muito certo produto. Por exemplo, por que o boi deu uma estabilizada no Brasil? Eu sou pecuarista. Por que o boi deu uma estabilizada? Muito simples, porque na região de São Paulo muitos pastos viraram canaviais. Na região do Mato Grosso do Sul, muitos locais que eram pastagem viraram canaviais. Isso racionalizou melhor a distribuição da produção e permitiu que, com os preços mais estáveis, o pessoal pudesse começar a trabalhar com confinamento.

Outra coisa importante para se lembrar: na produção da cana-de-açúcar e do etanol, além de se produzir o etanol, nós temos o bagaço, que produz ainda a energia. Então me desculpem esses ambientalistas que dizem que é proibido plantar cana na Amazônia. Isso é burrice! É porque os caras não conhecem a Amazônia. O dia em que eles conhecerem a Amazônia como nós conhecemos, há 35 anos, há 35 anos, será outra coisa. Outra coisa: quando você planta cana nesses lugares que têm assoreamento, a cana é enraizada, ela segura isso. Você sabia disso, Flexa? Então, esses lugares em que o pessoal está preocupado... Tudo bem que há algum lugar que se tenha que preservar. Eu sou a favor também.

Agora, uma situação que tinha que haver no Brasil inteiro é ser proibido não na Amazônia, mas no Brasil, qualquer desmatamento para plantação de cana. Qualquer novo desmatamento para plantação de cana. O que não pode é proibir uma pessoa de pegar uma área degradada, uma área encapoeirada, como a gente chama, de juquiri, que podia muito bem só mecanizar, plantar cana e produzir o etanol, ou em sistemas grandes, ou em sistemas pequenos. E hoje não. Agora está barrado, não se pode mais fazer. Você é obrigado só a produzir boi. Ou então você tem colocar vaca de leite. E o preço do litro de leite, infelizmente, é mais barato do que um litro de água. Isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! Sinceramente, esse tipo de política é para grego ver. É por isso que a Grécia está quebrada. Não tem jeito. Um litro de etanol custa R\$2,00; um litro de leite custa R\$0,50, gente. Você está obrigando o cara a ser um produtor falido.

O que nós precisamos fazer? Nós precisamos deixar essa livre oferta e procura, para que se possa buscar o melhor preço no mercado. Outra coisa: no Estado de Rondônia – eu dou um exemplo, mas, no Pará, também não é diferente, Flexa –, muitas áreas da pecuária estão virando produção de soja, ou arroz, ou milho. Ao mesmo tempo, depois que se recuperou o solo, depois que se corrigiu o solo, três ou quatro

anos depois, o próprio pecuarista faz a parceria com o produtor de soja: “Olha, eu te dou a área e você planta três anos, não te cobro nada, você não me paga nada, e depois você me devolve a área”. E o cara coloca gado de novo. Está corrigido o solo. É isso que nós temos que trabalhar.

Nós temos que pensar num Brasil maior e mais produtivo, a exemplo do que vou dizer aqui para vocês. Nós temos uma técnica de produção do café, no Espírito Santo, que é um exemplo para o Brasil. É entre Minas e o Espírito Santo. Foi para lá, Presidente, uma equipe de Alta Floresta, comandada pelo Prefeito Daniel Deina. Em um hectare produzem-se 120 sacos de café. E aí, na Amazônia, nós temos um hectare que produz 50 ou 60 sacos de café. Então, nós não queremos mais saber de quantidade desmatada, nós não queremos mais saber de quantidade de plantio de café, nós queremos saber como podemos dobrar num espaço menor e ganhando muito mais.

Nós precisamos, Flexa, urgentemente, desse seu projeto aí. Do meu ponto de vista, o Brasil está perdendo com isso. A região amazônica, mais uma vez, é assassinada pelos interesses dos grandes centros. Quero dar aqui um exemplo do meu Estado de Rondônia. Nós vamos produzir a energia de que o Brasil está precisando, vamos entregar ao Brasil a energia de que precisa. Sabe o que vai sobrar para o nosso Estado de Rondônia? Vai sobrar banana para nós. Não vai sobrar nada para nós, porque vai gerar emprego em São Paulo, vai gerar ICMS em São Paulo. Vai ficar a criminalidade no nosso Estado, vão ficar mães solteiras no nosso Estado, porque muitos desses construtores vão lá, embarrigam as meninas e depois vão embora, ninguém sabe quem é o pai. Ficam os problemas sociais no Estado de Rondônia, e o ICMS e os grandes centros é que estão nadando de braçada. Nós só estamos ficando com o ônus social. Então está tudo errado.

Eu vejo o seguinte: sou catarinense, como o Presidente da nossa Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz, é paranaense, mas adotamos o Estado de Rondônia como nosso Estado do coração. E não é justo ficarmos pagando por ambientalista de sala com ar-condicionado, que mora em Brasília. Quando ele olha para o lado do prédio em que está, ele vê aquele lago bonito; quando olha para o outro lado, vê tudo florido; quando olha para o outro lado, vê o Banco Central, uma maravilha em que há dinheiro aos montes lá dentro. Mas, no nosso Estado, infelizmente, há problema na saúde, há problema na agricultura, há problemas de estradas, e o pessoal não faz as coisas que tem que fazer.

O que eu vejo e entendo? Se deixarem o povo brasileiro trabalhar e os órgãos ambientais não ficarem correndo atrás depois que aconteceram os erros, mas

correrem na frente, tomando providência antes, não depois, com certeza nós vamos conseguir aumentar a produtividade sem precisar desmatar mais nada na nossa Amazônia.

Portanto, eu sou a favor de que se libere o plantio. Não é a cana da Amazônia que vai atrapalhar o Brasil ou vai atrapalhar a venda do nosso produto no exterior não, gente. Isso é conversa para boi dormir. Não é assim, não. Isso aí é só conversa para os caras colocarem defeito no nosso produto. Nós temos que mostrar o local em que estamos produzindo: local alto, que não está sendo assoreado, que está sendo preservado. Nós temos condições de mostrar de onde estamos tirando nossa produção. Porque, se tiver que verificar assoreamento, não tem lugar mais do que o Estado de São Paulo, que assoreia naqueles lugares de terra roxa, quando vem água de cima. E como a plantação de cana conteve aquelas erosões.

Então, eu só vejo, como ex-governador e ex-prefeito, e como Senador pelo Brasil... Mas não abro mão de, como Senador da Amazônia, continuar defendendo a igualdade, uma vez que nós somos entes federados.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Delcídio já saiu, mas só gostaria de fazer uma leitura rápida aqui do Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, do Lula, que trata do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.

Nos Parâmetros Técnicos e Metodologia para Elaboração do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, diz aqui...

Rapidamente, as áreas que são excluídas. É o quarto parágrafo dos parâmetros, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Já, já, nós Senadores aprenderemos a trabalhar com o *laptop*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só tenho que localizar onde está o § 4º.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É que esta Casa nos acostumou com tanto papel, que para nos acostumarmos com o mundo moderno aqui não é fácil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está aqui o Anexo:

“Adicionalmente, foram excluídas:

1. as terras com declividade superior a 12%, observando-se a premissa da colheita mecânica e sem queima para as áreas de expansão;

2. as áreas com cobertura vegetal nativa; [e aí vem]

3. os biomas Amazônia e Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai;...”

Então, efetivamente, a Amazônia foi excluída dos estudos. Eu queria saber o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Cid, Dr. Adalberto, eu fiz as minhas colocações no início exatamente para dar mais tempo aos nobres Senadores.

Passo, então, a palavra ao Dr. Adalberto, para fazer as suas colocações em função das colocações dos nossos Senadores.

O SR. ADALBERTO SIGISMUNDO EBERHARD
– Obrigado.

Bom, minha gente, como colocado durante a minha intervenção, eu acho que é chegado o momento de nós não fazermos mais do mesmo. Concorde, Senador Ivo, que é chegado o momento de o Brasil olhar para si mesmo e não reproduzir os erros do passado. Nós estamos há 500 anos horizontalizando o processo produtivo sem analisar a menor perspectiva de sustentabilidade dos processos.

Ainda hoje, quando nós falamos em sustentabilidade, cada um de nós tem uma interpretação diferente para essa questão. Nós precisamos é ter a capacidade de sentar, discutir, conversar e ver o que é bom para todo mundo, para a sociedade brasileira, como perspectiva de futuro.

Eu não ouvi nenhum absurdo, como eu acho que vocês não ouviram nenhum absurdo de minha parte. Quer dizer, o que na verdade nós precisamos é nivelar conteúdos, discutir, ver o bem maior que está posto em prática. Mas não podemos, como já disse, reproduzir o mais do mesmo.

Se, como o Senador Flexa coloca, a Amazônia, a Bacia do Alto Paraguai e o Pantanal foram excluídos – foi o bioma Amazônia, e não a Amazônia Legal –, e se isso foi um erro, como vocês colocam, não vamos repetir mais do mesmo e fazer agora um novo decreto, uma nova lei, de forma açodada, sem reflexão, sem discussão, porque vamos repetir a mesma coisa e amanhã veremos que precisamos discutir de novo.

O que coloco é o seguinte: os argumentos que foram utilizados para a retirada do bioma Pantanal, da Bacia do Alto Paraguai e do bioma Amazônia foram aquilo que coloquei – o princípio da precaução. O princípio da precaução, baseado nas questões que eu coloquei, e mais o aspecto que o Senador Delcídio levanta das possíveis restrições internacionais. E isto de fato está acontecendo. Tenho viajado também e tenho visto isto.

Senador Ivo, eu sou um homem de pé no chão também. Eu nasci na roça e me criei. Nasci sem parteira, sem nada; fui filho de colonos do Rio Grande do Sul. Então essa sua reflexão sobre ambientalista não me atinge. De maneira que estou muito confortável

aqui para conversar sobre essas questões todas que dizem respeito à necessidade de encontrar mecanismos de sustentabilidade para os nossos modelos agropecuários.

O senhor não estava, mas eu coloquei no princípio que eu sou veterinário por formação, venho dessa área rural. Basicamente, eu vejo uma dificuldade nisso. Quando nós enchemos a boca para falar que o Brasil é campeão mundial de biodiversidade, o que isso tem servido, do ponto de vista de capitalização, para a sociedade brasileira ou para o produtor rural? Na verdade, a questão da biodiversidade, ao longo dos processos que foram se estabelecendo, tem servido como limitação ao franco desempenho nas atividades no campo, mas obviamente também porque em 500 anos nós não tivemos a vocação de descobrir, nessa mais rica biodiversidade do mundo, aquilo e a forma como nós poderíamos usar essa melhor forma possível.

O que se coloca hoje é que se nós queremos tornar sustentável – e sustentável significa social, econômica e ambientalmente a nossa produção –, nós precisamos encontrar novas formas de integração das nossas produções com os nossos mecanismos ecológicos existentes. Então, quando nós estamos propondo que Pantanal, ou não o Pantanal, mas a Bacia do Alto Paraguai, que a Amazônia tenha a perspectiva de se inserir nos processos convencionais de agricultura e pecuária, nós, obrigatoriamente, temos que rever os mecanismos, e não podemos reproduzir os mesmos erros que foram feitos no Brasil no passado.

E outro detalhe; eu deixo um desafio para vocês, para amadurecer durante essas discussões: se nós temos a mais rica biodiversidade do Planeta, como é que nós não conseguimos agregar valor a isso e fazer com que alguém ou o próprio País reconheça o valor e remunere o proprietário dessa mais rica biodiversidade por aquilo que ele tem? Por que é que nós não falamos em fazendas de biodiversidade? Por que nós ainda falamos que temos que tirar a biodiversidade para colocar outros processos produtivos no local? É que nós temos consciência que temos essa mais rica biodiversidade do mundo, mas não encontramos mecanismos de beneficiar a sociedade diretamente através da conservação dessa biodiversidade.

Então, essa é uma reflexão que eu deixo para os nobres Senadores. Nós precisamos começar a pensar e ver o Brasil; ou seja, se de fato ele tem essa mais rica biodiversidade, com é que isso pode ser transformado em remuneração para quem é o proprietário da terra; para que nós não precisemos necessariamente lançar mão de grandes monoculturas, mesmo que seja nas áreas que já estão ocupadas, para compen-

sar ou para colocar o produtor rural dentro do cenário que ele merece.

Essa é uma reflexão paralela, que eu acho que a gente deveria começar a se preocupar com ela. Quer dizer, temos biodiversidade, e daí? Qual é o valor dela? Fala-se hoje em serviços ambientais, fala-se num monte de coisas, mas como é que isso chega ao proprietário rural? Essa é uma iniciativa que o Senado poderia puxar de maneira extremamente proativa, no sentido de que essa mais rica biodiversidade agregue valor e remunere o proprietário da terra onde ela está em cima.

A minha colocação final é a seguinte: todas as colocações que foram feitas chamam para um diálogo, chamam para uma reflexão. Elas não chamam para uma precipitação ou para uma decisão imediata de ter uma lei que beneficie a ocupação das áreas já, digamos assim, ocupadas ou degradadas na Amazônia ou na Bacia do Alto Paraguai por cana-de-açúcar.

Eu gostaria muito de propor que houvesse um aprofundamento do diálogo, que se buscasse conteúdo para isso e, paralelamente com isso, se buscasse agregar conteúdo financeiro, econômico a tal da mais rica biodiversidade do Planeta. E essa é uma iniciativa que o Senado poderia ter.

Obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem.

Só para concluir a exposição do Dr. Adalberto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quando eu falei que tinha ambientalista de sala de ar-condicionado, com certeza eu não falei de V. S^a, porque eu sei que o senhor é um gaúcho arrojado, que veio, como a gente, do setor produtivo. Mas o senhor é testemunha que, infelizmente, nós sabemos que a maioria dos ambientalistas é de sala de ar-condicionado; gosta de andar com jatinho; gosta de conforto; gosta de cerveja gelada; gosta de se vestir bem; gosta de comer uma picanha ao ponto e fica fazendo discurso demagogo. O senhor sabe disso.

Portanto, quando me referi a essas pessoas, sei que elas nunca tiveram coragem de botar os pés no chão. Eu vi, a exemplo, ontem, quando se discutia, Sr. Presidente Moka, o Código Florestal, que foi aprovado lá na Câmara ontem, eu vi Deputado fazendo discurso sobre o Código Florestal, um cara que nunca botou o pé na terra. Se colocar, ele tem medo até de sujar o pezinho dele, porque é pó de arroz. E dão discurso de ambientalista.

Então, eu sou a favor de que a preservação ambiental e o setor produtivo andem lado a lado. Nós não podemos ser discriminados como se fôssemos bandi-

dos, se nós produzimos alimentos para o nosso povo. Nós não podemos também, de maneira nenhuma, considerar quem preserva como se fosse criminoso. Também tem uma política. Mas ninguém está fazendo essa campanha de graça. Alguém está pagando para isso.

Poucos dias atrás, nós assistimos aí, na mídia nacional, ao maior discurso do mundo, de uma das pessoas mais ricas do mundo, dizendo que tem que preservar, que não pode desmatar e dando tiro em elefante. E só pegou-o porque ele quebrou a perna, quebrou um braço. Que pena que quebrou só o braço! Devia ter quebrado a outra perna. É só em cima de nós. Mas às escondidas, sem câmera, sem nada, o cara estava lá caçando.

O que a gente quer na verdade? Nós queremos cuidar da nossa Amazônia, vamos continuar cuidando, mas não é justo nós termos uma riqueza extraordinária nos nossos olhos, na nossa cara, sabendo que a terra... O senhor é do Rio Grande do Sul. Eu estudei em Santa Maria. Eu conheço vários lugares no Sul que, infelizmente, são lugares de erosões, meio arenosos. Com certeza, nesses locais, a cana-de-açúcar vem ao encontro para evitar o assoreamento, para evitar isso.

Então, é essa discussão que nós temos que fazer em nível de Brasil. Nós temos que otimizar nossas ações para que tenhamos uma rentabilidade muito maior. Aí vem política do Governo Federal: incentivo ao etanol com não sei o quê, tal, tal. Aí quando tu pegas um produtor de leite, que fica lá, às quatro horas da manhã tirando leite, esse, não; infelizmente, esse vai tirar um litro de leite por R\$0,40, R\$0,05.

Nós precisamos do quê? É só encontrar esse ponto de equilíbrio. Quando o senhor falou, por exemplo, Rondônia foi o primeiro zoneamento, Senador Moka, Presidente, aprovado no Brasil. Lá atrás, começou com os governos passados, e nós concluímos o zoneamento. E nós conseguimos diminuir o desmatamento com um trabalho de orientação, um trabalho de compensação. E sabe quando é que nós vamos acabar com o desmatamento no Brasil, na Amazônia? Quando as pessoas que estão preservando passarem a ter renda com aquilo. Alguém tem que começar a pagar. É só isso. Não é preciso pagar muito, não.

Vou dar um outro exemplo para o senhor, o senhor que cuida dessa área ambiental. Eu vejo o Ministério do Meio Ambiente... Agora já mudou. Sorte que tiraram o político lá de dentro, porque político tem hora que enche o saco, só atrapalha. Casos como tínhamos no passado... E foi por isso que eu parabeneizei a Ministra do Meio Ambiente, pela postura, pela conduta que está tomando com a questão da preservação. Nós temos muitas vezes pessoas que querem fazer um discurso

para a mídia, mas que se esquecem de fazer um discurso para a prática.

Quando dou o exemplo disso aí... Eu vi o Arco de Fogo na Amazônia, Flexa, que foi... O Flexa esteve lá no meu Estado, esteve no Estado de Rondônia; esteve o Jayme Campos; não sei se o Moka esteve na época em que eu era governador. O Arco de Fogo foi para lá; foram com metralhadora, foram com helicópteros, foram com avião que tinham comprado da Rússia e já foram fazer o teste lá, como se lá só tivesse bandido. Por que não pegam esse dinheiro que gastam com di-ária, com Polícia Federal, com Força Nacional... Uma diária dessas aí é, no mínimo, R\$800,00. Eu acredito que seja R\$800,00. Por que não pegam esse dinheiro e dão para o morador da divisa do parque, dessas áreas de preservação? Se derem uma bolsa preservação, como já foi criada agora, mas muito timidamente ainda, o custo é muito menor, e a pessoa passa a ter uma renda da preservação que tem, e o cara não vai derrubar, porque é uma questão de consciência.

Santa Catarina, meu Estado, na época em que saímos, praticamente tinham desmatado tudo. Você volta hoje para Santa Catarina... Hoje, na Amazônia vejo os madeireiros que estão em Rondônia com dificuldade de vender madeira no Sul. Por quê? Porque hoje no Sul já plantou eucalipto, o pinus. E eles estão produzindo madeira e construindo com essas madeiras plantadas lá. E o Estado de Santa Catarina virou um grande produtor de celulose.

Então, é questão de rentabilidade, de consciência. E aí que o Poder Público tem que entrar. A minha revolta é com esses ambientalistas de sala de ar-condicionado, que fazem discurso para o mundo e andam todos bacaninha. Mas são pó de arroz. Olha, não botam o pé na terra por que têm medo de se sujarem e por que é perigoso se contaminarem. Mas eles não sabem que as crianças para terem boa saúde os pais têm que colocá-las no chão, para que possam brincar com a terra.

Então, só para forçar aí a sua posição. Rondônia é um Estado extraordinário. Convido qualquer ambientalista, diretor, vocês aí são nossos convidados a fazer curso de piscicultura, pescar, para ver os locais de produtividade que há. E tem um lugar que tem que ser proibido para tudo. Tem que ser um lugar que não pode derrubar, não pode fazer nada. E aí do cara que pisar na bola. Esse tem que meter a taca. É isso que a gente busca.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Srs. Senadores, estamos com uma dificuldade aqui – vou caminhar para o encerramento

–, porque o plenário aqui é disputado também. São 11 horas e já estamos passando do horário para ceder a sala aqui. Vai ter a discussão da Medida Provisória 562.

V. Ex^a quer...?

O SR. CID JORGE CALDAS – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Acir não me preveniu disso.

Pois não, Cid. Desculpe Cid, é que o Acir Gurgacz disse que teria que encerrar.

O SR. CID JORGE CALDAS – Vou ser breve.

Senador Moka, gostaria de dizer que acompanhei o trabalho da Tereza Cristina lá. Acompanhei com o Sérgio Iannini o ZEE de Mato Grosso do Sul. Realmente, um trabalho exemplar.

Senador Flexa, V. Ex^a leu o anexo. Esqueceu de ler o preâmbulo do decreto, que diz o seguinte:

“Art. 1º Fica aprovado o zoneamento.

Art. 2º As revisões ficam a cargo do Ministério da Agricultura.

Art. 3º O Conselho Nacional estabelecerá as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural.”

Não tem nenhuma proibição. V. Ex^a tem razão: não foi feito estudo. Havendo a decisão – temos que lembrar que foi há cinco anos, as condições eram outras, o momento era outro – de se complementar o estudo estaremos sempre à disposição para trabalhar com o Meio Ambiente, junto com a Embrapa e o Ministério da Agricultura. Então, isso é muito fácil de ser feito. Não há nenhum inconveniente. Agora, a restrição, ou seja, a vedação, a proibição quem vai decidir é esta Casa. Então, o decreto apenas orientava o crédito para a produção.

Lembrando quando falei em questão econômica, Senador Moka, apresentamos 64 milhões de hectares para expansão. Mas quem vai decidir, na verdade, é o empreendedor. Ele vai fazer todos os cálculos. Vai ver se tem mercado para ele. Vai ver quanto é que custa tirar o produto de lá. Vai ver quanto é que custa a terra no lugar a, no lugar b. Isso aqui é apenas orientativo. Quando coloquei, Senador, a questão econômica era nesse sentido. Então, se houver mercado, ele vai produzir lá dadas as condições.

Acho que era isso. Não sei se respondi tudo, Senador, mas estaremos no Ministério da Agricultura à disposição de todos aqui desta Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só gostaria de saber, Dr. Cid, se o ministério é a favor ou não do projeto.

O SR. CID JORGE CALDAS – Eu diria o seguinte, Senador: dentro do que foi colocado, nós trabalhamos dentro daquilo que nos foi colocado em 2007, e esta é a posição de Governo, não é uma posição do Ministério da Agricultura, do Meio Ambiente. É posição de Governo. Havendo a decisão de Governo de se alterar isso aqui, iremos trabalhar com o mesmo afinco, quando trabalhamos no zoneamento da cana.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Flexa, só para contribuir.

Acho que projeto de V. Ex^a é um projeto importante. Acho que tínhamos que aproveitar a tramitação do projeto de V. Ex^a. E me proponho junto com V. Ex^a reunir com o Ministro da Agricultura e com a Ministra do Meio Ambiente. A partir daí, criar um grupo técnico em cima do projeto de V. Ex^a, porque não é justo que a chamada Bacia do Alto Pantanal ou Amazônica fique de fora disso. Não é possível!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Acho que temos que, no mínimo, discutir o zoneamento. A partir do zoneamento, aí sim técnica e academicamente restringir ou não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perfeito. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas excluir... Esse é um encaminhamento que acho que esta audiência pública poderia ter aqui no sentido de aprofundar o debate. O projeto de lei vai contribuir para que a gente possa fazer esse debate e chegar, tenho certeza, num texto que pode ser um consenso entre o Governo e o texto de V. Ex^a. Não sei se o encaminhamento fica correto dessa forma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perfeito, aguardo a audiência que V. Ex^a irá marcar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tomo o compromisso com V. Ex^a de, a partir do projeto, discutirmos inicialmente com o Ministro da Agricultura e também com a Ministra do Meio Ambiente. A partir daí, vamos ter uma decisão ou um texto que tenha a participação das esferas do governo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço o Dr. Adalberto e o Cid Jorge. Fui colocado aqui pelo nosso Presidente, mas agradeço prontamente aqui. A presença de V. S^{as} contribuiu para a gente avançar, certo, Adalberto? Temos uma preocupação muito grande no Mato Grosso do Sul com o nosso Pantanal, que é a nossa riqueza.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.)

Ata da 10ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, Realizada dia 3 de maio de 2012.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia três de maio de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLYCY, LUIZ HENRIQUE, BLAIRO MAGGI e PAULO BAUER.**

Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2010 - Terminativo**

– **EMENTA:** Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 239, de 2010. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. 2. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. 3. O Projeto constou da Pauta da 8ª Reunião Extraordinária da CRA em 19/04/2012. 4. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o projeto foi rejeitado. **Resultado: Rejeitado por unanimidade (8 votos contrários) o PLS nº 239/2010.**

ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, de 2011 - Não Terminativo – **EMENTA:** Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 518, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Senador Benedito de Lira, autor do PLS nº 518/2011.** **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2012 - Não Terminativo** – **EMENTA:** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011,

para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar. **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Relatoria AD HOC:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 44, de 2012. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será apreciada pela CAS em decisão terminativa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, relatora “AD HOC”, o Senador Paulo Bauer faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório da Senadora Ana Amélia foi aprovado. **Resultado: Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, Relatora “ad hoc”, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 44/2012. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 19, DE 2012 – ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária à Feira do Cerrado Brasileiro “AGROBRASÍLIA 2012”, a realizar-se no dia 17 de maio de 2012, no Parque Ivaldo Cenci – PAD/DF – BR 251, KM 5, Brasília/DF, às 10 horas, com a finalidade de visitar e avaliar as tecnologias apresentadas na vitrine do agronegócio brasileiro presentes naquela feira, bem como participar de reuniões com produtores e representantes do agronegócio brasileiro. **Autoria:** Senadores Rodrigo Rollemberg e Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto e solicita a mudança de data da diligência da CRA, à Feira do Cerrado Brasileiro “AGROBRASÍLIA 2012”. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 20, DE 2012 – ASSUNTO:** Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir as mudanças feitas pela Câmara dos Deputados no Código Florestal, bem como os possíveis vetos por parte da Presidência da República, com a presença dos seguintes convidados: Sr^a **Izabella Teixeira** – Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA; Sr. **Mendes Ribeiro** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Luiz Carlos Silva de Moraes** – Procurador-Geral da Fazenda Nacional; Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **Autoria:** Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia e Blairo Maggi. No encaminhamento, a Senadora Ana

Amélia e os Senadores Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Sérgio Souza e Antonio Russo fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 21, DE 2012 – ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater “a demarcação de reservas indígenas no Brasil”, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Representante do Ministério da Justiça (MJ); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Dr. **Rodinei Candeia** – Procurador do Estado do Rio Grande do Sul – RS. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Antes de V. Ex^a ler seu relatório, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia e V. Ex^a e pedir para que eu possa aqui, muito rapidamente, pedir licença a V. Ex^a e também à Senadora Ana Amélia.

Eu estou me dirigindo agora a São Paulo, Ribeirão Preto, para participar da grande feira de agronegócio que tem lá, a Agrishow. Lá, os expositores, os fabrican-

tes, apresentam as grandes novidades de máquinas, principalmente para a agricultura do Centro-Oeste, a agricultura mais ligada à cana-de-açúcar e ligada também à soja e ao milho. São máquinas maiores. Essa feira é a exemplo da que fazem no Estado da Senadora Ana Amélia, em Não Me Toque. São feiras de negócios, feiras grandes. Elas atraem expositores e também compradores de várias partes do mundo. Então, é uma feira muito importante, que teve sua abertura agora, no dia 1º. A associação dos fabricantes de máquinas, que é a Abimaq, é a detentora e a coordenadora desse evento. É um evento importante e eu, como membro da Comissão de Agricultura, gostaria de poder lá, se tiver de me referir, levar todo o apoio desta Comissão, que tenho certeza de que eles têm. Quando precisam de alguma coisa, eles sempre batem às nossas portas, porque aqui é o lugar onde o agricultor e o fabricante de máquinas têm de vir e trazer seus anseios e seus problemas. Então, esse era um assunto.

O outro é sobre o Código Florestal, que foi votado, na semana passada, na Câmara. Tive a oportunidade de dar uma olhada nas modificações que eles fizeram e já tenho uma opinião própria sobre esse assunto, Senadora Ana Amélia, que gostaria de compartilhar com esta Comissão.

Acho que nenhum projeto de lei, nos últimos anos, foi tão debatido, com o tempo exigido, com as pessoas envolvidas, Senadores envolvidos, Deputados envolvidos. A comunidade científica foi ouvida. Enfim, acho que não teve nenhum projeto que tenha sido tão amplamente debatido como foi esse nos últimos anos. Agora, a Presidente da República, a Presidente Dilma, tem um problema na mão. De um lado, ambientalistas acham que a Câmara acabou desfigurando um pouco aquilo que o Senado fez, retornando ao texto original da Câmara. Por outro lado, na Câmara, os seus parlamentares têm representação legal de seus eleitores – eles representam a população – e, portanto, têm legitimidade de propor mudanças, assim como nós, aqui, no Senado, temos a legitimidade também de fazer o que fizemos, já que somos representantes dos Estados e temos de cuidar de cada um dos Estados da Federação brasileira. Então, se olharmos para o lado político, temos uma situação delicada, porque o Congresso Nacional tem autonomia para fazer o que fez, mas a Presidente também tem, pela Constituição, o direito a veto, mas vetar simplesmente uma matéria que foi tão amplamente discutida? E tenho certeza de que as divergências não são em todos os itens, são apenas em alguns itens que eu diria pequenos – de grande importância, mas em números pequenos.

A minha sugestão a esta Casa é que pudéssemos fazer um debate, já nesta semana que vem, antes do

veto da Presidente, colocando a nossa posição como Comissão de Agricultura do Senado, dizendo o que gostaríamos que fosse preservado no texto, e negociar com a Presidência aquilo que, porventura, ela vier a tirar do texto, já que ela pode vetar individualmente algum ponto. Por exemplo, na questão do art. 164, que foi tão discutido, em que colocamos aqui faixas de preservação nas beiras de rio, nos rios maiores e menores, a Câmara voltou ao texto original, em que não tem nenhuma obrigação de nada, é uma espécie de valeu tudo e vale tudo. Acho que não é bem isso que todos nós aqui, no Senado, gostaríamos que acontecesse também.

Então, a minha sugestão é a de que façamos, na semana que vem, uma discussão e levemos à Presidente o ponto de vista de que, se ela vetar esse **Item**, recomponha, no projeto, por meio de uma medida provisória, aquilo que o Senado fez, já que esta Casa também tem legitimidade e discutiu com a sociedade, com os ambientalistas, com cientistas, com produtores, com o próprio Governo.

V. Ex^a acompanhou de perto, *pari passu*, esse processo e sabe que nenhuma mudança que aqui realizamos foi dissociada, Senadora Ana Amélia, de qualquer... O Governo participou, por meio de técnicos do meio ambiente e outros, das mudanças que fizemos aqui. A Ministra, o João de Deus e outros que aqui estiveram participaram de todas as mudanças que realizamos. Não fizemos nada à revelia, mas por convencimento. Fomos convencidos ou convencemos.

Então, nós temos, o Senado tem legitimidade para pedir à Presidente, caso ela não concorde com alguma coisa da Câmara, que concorde com aquilo que saiu do Senado, que foi algo discutido. Não diria que foi algo orientado pelo Governo, mas – como disse – algo acordado com o Governo, ou fomos convencidos, ou convencemos quanto à realização daquelas mudanças que ali estão.

Então, gostaria de deixar a sugestão de que a nossa Comissão de Agricultura, semana que vem, faça um debate sobre esse assunto. Pegaríamos o projeto que saiu da Câmara Federal e, baseados no acordo que temos no Senado, faríamos algumas sugestões à Presidente Dilma, já que, como disse, ela tem um problema. Se não se trata de um problema, pelo menos é uma situação delicada, já que o Congresso, a Câmara e o Senado têm força política para isso. Sabemos que ela também tem direito ao veto, mas, se simplesmente vetar tudo, qual será a reação do Congresso? Derrubar o seu veto? Então, vamos criar uma confusão em uma situação que já vem de anos.

Sr. Presidente, digo que, para os ambientalistas, essa discussão é apenas mais um cabo de guerra,

quanto mais forçar, melhor. Para os produtores, para nós que vivemos na lida do campo, não é uma questão política, mas uma questão econômica, de segurança de trabalho, de segurança alimentar, segurança jurídica. Não queremos mais isso. Para nós, chega, basta! Não queremos mais essa discussão. Queremos resolver o assunto.

Portanto, acho que esta Comissão tem o direito e até a obrigação de realizar, na semana que vem, uma discussão sobre esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Blairo. Compartilho com V. Ex^a esse seu pensamento quanto à legitimidade de a Câmara fazer as mudanças que achar pertinentes. Como nós fizemos, a Câmara fez, a Presidenta também pode vetar, pode realizar a mudança que achar interessante. Mas é claro que seria importante que não houvesse mais esse cabo de força, aquilo que conseguimos tirar aqui do Senado. Mesmo assim, apesar de termos feito todos aqueles debates, aquelas audiências, não só aqui em Brasília, mas também em vários locais do País, encontramos a antipatia dos ambientalistas naquele momento, algo que agora não temos mais. Pela primeira vez, os ambientalistas concordam com o texto do Senado, mas hoje, depois da modificação na Câmara.

Portanto, concordo em gênero, número e grau com suas colocações. Entendo que é realmente pertinente abrirmos esse debate o mais rápido possível, até para auxiliar toda a equipe do Governo, principalmente a nossa Presidenta Dilma, no sentido de sancionar essa lei o mais rápido possível, para dar legitimidade ao homem do campo.

Sugiro que façamos essa discussão na próxima semana. Consulto a nossa assessoria se há necessidade de um requerimento. Se for preciso, que façamos e o aprovaremos de pronto, para que, na semana que vem, possamos marcar essa reunião para discutir e debater esse assunto.

Também fico contente, Senador Blairo, de ter V. Ex^a nos representando na Agrishow. Todos nós nos sentiremos muito bem representados.

Lembro, também, que teremos a 1^a Agrishow em Rondônia, no dia 24, 25, 26 e 27 de maio. A Senadora Ana Amélia já confirmou presença e convido também V. Ex^a a participar dessa que é a primeira Agrishow no Estado de Rondônia. O início de um trabalho, evidente não será como o do seu Estado, do Rio Grande do Sul, como em Não-Me-Toque...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas vai chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – ... mas estaremos a caminho, para poder produzir, não uma festa, mas um trabalho, para que os nossos agricultores tenham acesso a componentes, a equipamentos e possam levá-los para as suas áreas, a fim de melhorar a sua produtividade, o seu trabalho.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria reforçar esse argumento do Senador Blairo Maggi, dizendo que não é apenas um cabo de guerra entre ambientalistas e produtores rurais, mas há também que termos o cuidado para que não se trate também isso como uma disputa de competência e poder entre duas Casas Legislativas, a Câmara e o Senado. Sabemos que a Câmara tem lá suas razões para ter feito o que fez nesse processo de alteração substantiva do Código aprovado aqui no Senado, e respeitamos, porque estamos num regime democrático, porém a realidade do País impõe alguns compromissos e algumas responsabilidades com o processo de produção com sustentabilidade. Todos nós aqui temos este senso de compromisso com o País, não se trata de estar mais ou menos atentos ou mais ou menos submissos a pressões de quem quer que seja, de organizações não governamentais, estrangeiras, nacionais. Não, não é isso. Trata-se de cumprirmos a nossa responsabilidade. Fizemos isso aqui, tendo a habilidade de V. Ex^a de compatibilizar a discussão do Código Florestal com os Presidentes das Comissões que seriam aparentemente antagônicas, que foi a Comissão de Meio Ambiente, e que se juntou a nós num processo altamente maduro e equilibrado da discussão do Código. Portanto, é necessário, e gostaria de firmar verbalmente o requerimento coletivo aqui, contando com o apoio dos demais Senadores, para que aconteça, na próxima semana, essa discussão.

Então, oralmente, faço o requerimento a V. Ex^a, no sentido de que se possa, na semana que vem, já examinar a questão do Código.

Eu queria também fazer uma observação, Presidente, sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal ontem à noite, em relação às reservas indígenas do sul da Bahia. Não se limita esse problema à Bahia, mas também ao meu Estado do Rio Grande do Sul, imagino ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, a vários Estados, a Santa Catarina ou Paraná. Não está em discussão aí o direito dos indígenas sobre suas terras ou suas reservas, porém, penso que o mais grave de tudo isso é a omissão do Poder Público, em especial do Governo Federal, nesse processo, porque a demarcação da terra no sul da Bahia foi em 1938 e, depois, foram concedidos títulos aos atuais proprietários.

rios rurais de 186 propriedades rurais, em uma área de 54 mil hectares, no sul da Bahia, região altamente valorizada, foram concedidos títulos pelo próprio Poder Público, que reconheceu tais títulos. As pessoas que estão lá não são posseiros, não são invasores de áreas, mas tituladas legalmente, como reconheceu um dos Ministros, o Ministro Marco Aurélio Mello.

Então, penso que esse é outro tema sobre o qual a Comissão deveria se debruçar, também. E critico e cobro a omissão do Governo. Veja só, se essa terra que foi demarcada em 1938 tivesse sido homologada na época oportuna, o conflito, que gera sangue, disputa e uma guerra fratricida naquela região, não estaria acontecendo. Isso pode acontecer no meu Estado, onde também esse problema está em grande debate e ebulição. Então, penso que a Comissão poderia também examinar essas questões, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Muito bem. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Peço a V. Ex^a que faça um ofício para que possamos trazer esse tema oficialmente, para que possamos debatê-lo e discuti-lo mais uma vez. Já discutimos, mas *en passant*...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Parcialmente essa questão...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Superficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Isso. E vamos a fundo nessa questão das áreas indígenas, para que possamos colaborar com o fim dos conflitos nas regiões. É muito importante.

Srs. e Sr^{as} Senadores, comunico que esta Comissão esteve ontem com o Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro, juntamente com o Secretário do Estado de Rondônia Anselmo de Jesus e o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Evandro Padovani, para solicitar o realinhamento do preço do milho no Estado. Os produtores do nosso Estado consideraram impraticável o preço mínimo definido pela tabela da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab –, que atualmente paga R\$12,60 a saca de milho produzido em Rondônia e em Mato Grosso. O preço justo, segundo os produtores, seria da ordem de R\$19,00 a saca, considerando o custo da produção, que chega a R\$17,00, e também o valor pago pela Conab aos demais Estados da Região Norte, que é de R\$20,00. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, exceto Mato Grosso, o preço mínimo do milho é de R\$17,46 a saca de 60kg.

Atualmente, o milho de Rondônia é comercializado diretamente com as empresas do setor a preços que variam de R\$19,00 a R\$24,50. O problema é que

essas empresas levam o nosso milho para fora de Rondônia e ficamos sem estoque para consumo interno. A proposta que apresentamos ao Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) é que a Conab compre parte da produção rondoniense de milho a preço de R\$19,00 e mantenha esse estoque nos silos do Estado para servir o mercado interno.

Na audiência, o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, entendeu o problema de Rondônia e o pleito, e atuará em conjunto com o Ministério da Fazenda para resolver a questão. Ele também confirmou a participação da sua presença na 1^a Feira Tecnológica do Estado, a Rondônia Rural Show, no dia 27 de maio, quando fará o lançamento das variedades de café genuinamente rondoniense desenvolvidas pela Embrapa. Nessa mesma feira, realizaremos no dia 25 mais um seminário de ciclos de palestras e debates, tendo como tema a importância da introdução de novas tecnologias produtivas e das ações governamentais através dos serviços de assistência técnica e extensão, associados ao crédito para o desenvolvimento sustentável no meio rural, para a qual convido mais uma vez os nobres Senadores e Senadoras a participar junto conosco.

Expediente recebido. Quem nos manda o expediente é o Dr. Volker Niklahs, Conselheiro para Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor, da Embaixada da Alemanha, em Brasília, que passo a ler.

“Como já soube, na chamada com o Sr. Niklahs, a Embaixada da Alemanha, em Brasília, está organizando um café com debate sobre o tema Biogás no Brasil, em 5 de junho de 2012, na Embaixada.

Gostaríamos de convidar os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, altos funcionários de diversos ministérios, bem como representantes de empresas, pesquisadores e outras pessoas interessadas. O objetivo é um debate aberto e amplo sobre a possibilidade do uso do biogás e sobre as opções para uma política com vistas a apoiar o desenvolvimento.

Em breve, encaminharemos uma minuta do programa. Estamos convencidos de que se trata de um tema de grande interesse econômico e ambiental”.

Então, fica aqui o convite para todos os Senadores, da Embaixada da Alemanha, para debatermos este assunto que é importante, o biogás no nosso País.

Vamos à nossa pauta de hoje.

Item 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2010

- Terminativo -

Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhado-

res rurais e segurados especiais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Observações: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o parecer pela rejeição do projeto.

Com a palavra o relator, Senador Eduardo Suplicy, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Senador Acir Gurgacz, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 239, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias, altera o art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar, em dez anos, o prazo para requerimento de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo, sem exigência de recolhimentos previdenciários, por trabalhadores rurais e segurados especiais que comprovem o exercício de atividade na forma prevista no referido artigo. A matéria tramitou na Comissão de Assuntos Sócios, tendo parecer pela rejeição. No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas.

Análise

O benefício previsto no art. 143 foi objeto de sucessivas prorrogações, sendo a última estabelecida pela Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008. Dessa vez, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 1991, foi estendido até 31 de dezembro de 2010.

É importante registrar que o art. 3º, incisos I e II, da Lei nº 11.718, de 2008, também estabeleceu dispositivos especiais e transitórios que dão aos empregados rurais a possibilidade de contagem fictícia de tempo de carência para efeito de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo até o ano de 2020. Essa regra estabelece que, entre 2011 e 2015, cada mês de emprego rural será multiplicado por três e, durante os cinco anos seguintes, isto é, de 2016 a 2020, multiplicado por dois.

Como bem destacou o relatório da CAS, os segurados especiais não foram contemplados na referida lei, tendo em vista o disposto no art. 39 da Lei nº 8.213, de 1991. Conforme a regra vigente, esses segurados têm direito a benefícios de um salário mínimo – aposentadoria por idade e por invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão – desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, em período igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido. Ainda é garantida à segurada especial a concessão de salário-maternidade no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural nos doze meses imediatamente anteriores ao do início do

benefício. Resta claro, portanto, ser desnecessária a inclusão dos segurados especiais nas regras atinentes ao art. 143 da Lei nº 8.213, de 1991.

Em vista do exposto, em concordância com o relatório aprovado pela CAS, em que pese o elevado propósito do autor, entendemos que o objetivo pretendido pelo Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2010, já foi atendido pela legislação vigente.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Em discussão.

Comunico que o projeto é terminativo, precisamos ter quórum, falta um Senador. *(Pausa.)*

Estamos em nove.

Vamos para o **Item 2**, enquanto aguardamos a chegada de mais um Senador para votarmos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Exª, então, vai suspender a votação, aguardando ter quórum?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos suspender esta votação e passar ao **Item 3**, já que o Senador Benedito de Lira pediu para ser retirado de pauta o **Item 2**. Vamos retirá-lo de pauta a pedido do Senador Benedito de Lira.

Item 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2012 **- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos, preferencialmente, à mulher responsável pela unidade familiar.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 44, de 2012

Observações: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

O Senador Casildo Maldaner está a caminho, pediu para aguardar porque ele quer relatar. E aí teremos a leitura do **Item** e quórum para votar o **Item 3**.

Primeiramente, tenho que interromper o trabalho e a votação do **Item 3**...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ...e passamos a votar o requerimento de autoria do Senador Blairo Maggi, da Senadora Ana Amélia e

meu para a realização de reunião da Comissão para discutir as mudanças feitas pela Câmara dos Deputados no Código Florestal, bem como os possíveis vetos por parte da Presidência da República.

Para discutir, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como já foi ressaltada, sublinhada e justificada a importância desse debate... Os Senadores que não estavam presentes seguramente acompanharam a transmissão da Rádio Senado dessa audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre a importância de se definir esse marco regulatório referente ao Código Florestal.

O Senador Blairo Maggi salientou exatamente a necessidade de, com a celeridade possível da Comissão de Agricultura, discutir, à luz das dúvidas suscitadas com a aprovação e com as mudanças substantivas e substanciais pela Câmara Federal, a matéria que foi aprovada por esta Casa. Com as informações de que a Presidente da República poderá vetar alguns dispositivos do Código Florestal, houve por bem sugerir que a Comissão de Agricultura prepare um contato com o próprio Poder Executivo, no sentido de acertar um termo comum de manutenção dos níveis de segurança que nós, aqui nesta Casa, conseguimos aprovar, para evitar que os agricultores ou os ambientalistas voltem, digamos, ao enfrentamento desnecessário numa matéria tão importante quanto é a questão da produção com sustentabilidade.

O Brasil, cada vez mais, precisa mostrar ao mundo que tem esse compromisso de preservar o meio ambiente. E nós, que aqui no Senado Federal também falamos pelos produtores e pelos ambientalistas de algum modo, queremos que haja esse equilíbrio. Por isso esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, a Presidenta Dilma tem um prazo para sancionar o projeto que foi aprovado na Câmara: 15 de maio. Então o requerimento da Senadora Ana Amélia, que deve ser aprovado por todos... Nós temos que agilizar, porque 15 de maio já está às portas. Para fazer essa discussão... E mesmo assim vamos discutir sobre hipóteses, porque vamos discutir o que foi alterado do projeto que aprovamos aqui no Senado e o que pode vir a ser vetado pela Presidenta, o que só sabemos por ouvir dizer. Mas acredito que é importante que se discuta. Pelo que se sabe, houve uma alteração bas-

tante profunda naquele esforço que o Senado fez. E aqui está o Senador Moka, que teve um papel importantíssimo na discussão para se chegar àquele texto que foi produzido no Senado.

Quero parabenizar os autores do requerimento. Vou votar favoravelmente, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria apenas, Presidente Acir, de acrescentar quatro sugestões de nomes para esse debate: os Ministros Izabella Teixeira e Mendes Ribeiro Filho, Meio Ambiente e Agricultura, respectivamente, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional Luiz Carlos Silva de Moraes, a SBPC e a CNA. São as indicações que eu faria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Deixe-me fazer um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Votarei favoravelmente a esse requerimento, entretanto o que me chamou muito a atenção, Senador Flexa, foi que os jornais de hoje anunciam que a Presidente Dilma teve uma reunião com alguns Ministros, sobretudo da área ambiental, mas não convidou o Ministro Mendes Ribeiro para participar da reunião.

Ora, imagino que teria que participar o Ministro da Agricultura obrigatoriamente de um evento como esse, uma vez que representa os legítimos interesses dos produtores, sobretudo dos pequenos, médios e grandes produtores.

Então faço este adendo porque me causa estranheza e preocupação a não participação dele nesse diálogo, nesse entendimento que estão buscando para termos um texto final, vetando ou não alguns artigos, sei lá, as emendas propostas depois pela Câmara, mas temos que ter a participação de Mendes Ribeiro de forma efetiva, no sentido de que tenhamos ali um documento final que possamos, com certeza, receber alguns vetos de comum acordo também com a classe produtora do nosso País. É só saber o que fazer porque, hoje, a imprensa está fazendo esse comentário. Acho que é até um desprestígio para o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Antes de passar a palavra aos Senadores Sérgio e Moka, eu gostaria de sugerir, ao invés de fazermos uma audiência, Senadora Ana Amélia, para debatermos o assunto, produzirmos um documento endereçado à Presidenta sobre a opinião da Comissão de Agricultura antes do prazo de 15 de maio, para que ela possa receber essa informação, porque debatermos aqui, chamarmos os Ministros, sem dúvida, é muito

importante, mas entendo que é mais importante ainda a Presidenta...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Politicamente, tem um efeito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – É, precisamos ter alguma coisa que produza algum efeito, algum trabalho, algum resultado. Produzirmos um texto, uma carta ou um apontamento...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Um documento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – ... um documento sobre a opinião da Comissão de Agricultura que possa chegar até a Presidenta, antes do dia 15, com antecedência, para que ela possa ler e saber qual é a nossa opinião.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza e, na sequência, Senador Moka.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Senador Moka, por favor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Vice-Presidente tem essa prerrogativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, é porque vou acompanhar, agora, no Ministério dos Transportes, uma reunião da Comissão de Infraestrutura sobre essa questão estrutural mesmo de transporte, escoamento de produção, vou até representando o nosso Presidente.

Mas a respeito de produzirmos um texto aqui, no Senado, com o apoio da Comissão de Agricultura, eu começaria dizendo: qual é a nossa opinião? A nossa opinião é um texto que conseguimos aprovar aqui, no Senado. Ponto um. Por quê? Porque, fora disso, é claro que até divirjo do texto, mas foi o que conseguimos fazer, Senador Jayme, tentando administrar a divergência e fazendo a convergência. Este é o ponto um. Ponto dois: independente de ser contra ou a favor do que a Câmara fez, quero respeitar a posição da Câmara dos Deputados, mas temos que nos lembrar que é uma posição indiferente, é ilegítima. Os Deputados têm... Até porque, constitucionalmente, poderiam fazer duas coisas, porque, afinal de contas, produziram um texto, modificamos aqui, no Senado, e, agora, na volta lá, a Câmara pode ou aceitar ou homologar. Noventa por cento do que o Senado fez a Câmara homologou.

Embora estejam fazendo um estardalhaço muito grande aí, os pontos, embora importantes, são pontuais. Acho que a gente tem que tomar o cuidado aqui, Presidente, para que a gente também não se arvore aqui que o Senado sabe de tudo. Agora, é evidente

que, quando o Senado trabalhou, trabalhamos numa condição em que envolvemos o Governo, envolvemos aqui, até porque conseguimos criar um clima de perfeito entendimento, o Senador Jorge Viana foi importante para isso, o Rodrigo Rollemberg e o Luiz Henrique. E tomei o cuidado, essa é a única coisa que quero, e digo, já disse na presença dos Deputados e vou repetir aqui: nenhuma daquelas modificações feitas foi sem ouvi-los, é verdade que tinha divergência. Cito uma: Valdir Colatto e Ronaldo Caiado, sempre foram divergentes naquilo, mas, na grande maioria, o pessoal sabia o que estava acontecendo. Agora, é claro, quando você vai para um plenário que tem mais de 500 parlamentares, produz-se um texto também que é o possível de ser votado. Estou falando isso porque, até o ano retrasado, eu estava na Câmara, e sei das dificuldades que aquilo representa. Agora, acho legítimo que a gente possa conversar em relação ao que foi modificado e sugerir à Sr^a Presidente ou, pelo menos, dizer qual é a opinião de possíveis vetos. Porque, às vezes, eu falei para os deputados: vocês vão produzir um texto que tem um risco muito grande de ser vetado. Isso é que me incomodava na discussão. Embora achando legítima. Porque agora, o que aconteceu? Votássemos o texto do Senado, a Presidente sancionaria, o País teria um novo marco e os produtores uma garantia jurídica. Como é que ficou o texto agora, que é o que me incomoda? Uma insegurança jurídica, porque já está sendo questionado juridicamente, uma ameaça de veto presidencial e nós correndo ainda atrás daquilo que poderia não ser o melhor do mundo, mas, lamentavelmente, existem pessoas que acham que tem que ser aquilo que elas querem, aquilo que elas desejam e não conseguem em nenhum momento acertar uma posição de convergência.

Eu me orgulho de ter contribuído, não para o melhor, mas tenho certeza, fizemos o melhor que pudesse representar. Foram quase 60 votos aqui no Senado, favoráveis àquele texto. Isso significa que nós chegamos muito perto de um consenso quase que total na Casa.

Então, Sr. Presidente, queria fazer essas considerações, respeitando a posição dos Deputados, mas, evidentemente, também colocando a minha opinião de que acho que se cometeu um erro, quando se tentou aperfeiçoar de um lado, na visão de alguns, e criou-se uma insegurança jurídica no texto, que foi tão trabalhado aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Obrigado, Senador Moka.

Senador Sérgio Souza, eu preciso aproveitar o quórum, para colocar em votação o **Item 1** porque é terminativo. Então, peço a compreensão de V. Ex^a. Em seguida à votação, nós retomaremos essa discussão.

Fica em aberta a discussão do requerimento.

Voltamos ao **Item 1**, relatado pelo Senador Suplicy, que tem o seu relatório pela rejeição do Projeto.

Quem vota com o Relator, vota “não” ou vota com o Relator.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Permita, Sr. Presidente. Apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Queria informar que a Assessoria Jurídica da Casa fez uma nota técnica que foi inclusive mostrada ao Senador Alvaro Dias, que está de acordo com o meu voto, consubstanciado na nota técnica entregue ao gabinete dele.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Como vota o Senador Antonio Russo?

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria destacar o trabalho do Senador Alvaro Dias, para preencher um direito social dos trabalhadores rurais, mas, como bem explicou o Relator Eduardo Suplicy, com quem voto favoravelmente, já havia o dispositivo desse direito aos trabalhadores rurais, dentro da legislação em vigor.

Portanto, voto com o Relator, destacando o trabalho e a iniciativa do autor, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da mesma forma que a Senadora Ana Amélia, quero destacar o projeto e a preocupação do Senador Alvaro Dias, para que pudesse dar aos trabalhadores rurais o direito à aposentadoria, mas que já está atendido.

Então acompanho o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Suplicy é voto conhecido.

Está rejeitado o Projeto.

Voltando à discussão do **Item** extrapauta, Senador Sérgio Souza com a palavra. E agradecendo a sua compreensão, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não, imagine. Nós temos aqui sempre privado pela efetividade e pela eficiência do trabalho desta Comissão.

Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Amélia, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acho que a Câmara votou o texto do Código Florestal de acordo com a composição daquela Casa. Os 513 Deputados que estão lá são um reflexo da sociedade, e há uma animosidade toda dentro daquela Casa. E nós já sabíamos que isso poderia acontecer. Eu concordo com as palavras do Senador Moka, na medida em que aqui no Senado, que é Casa revisora, que é a Casa talvez mais centrada para as discussões ou se aprofundam mais o temas, não tem tanto o clamor da emoção, tentou-se fazer um texto que fosse equilibrado tanto para a produção como para a conservação do meio ambiente, e pensando muito, Sr. Presidente, num possível veto da Presidente Dilma. Nós, por inúmeras reuniões, debatíamos esse texto, e essa questão do possível veto sempre vinha à tona. E a vontade do Senado foi produzir um texto que não tivesse vetos.

Lógico, sempre sabíamos também que a Câmara poderia não manter. Tanto que membros daquele Parlamento sempre estiveram participando das nossas reuniões, aqui no Senado, ativamente nas discussões. No entanto, isso não foi possível.

Agora, o que me preocupa é o veto. Nós vivemos hoje, no campo, um mundo de insegurança. Uma insegurança que vem desde 2008, quando do Decreto Presidencial dos crimes ambientais, o qual vem sendo suspenso desde 2008, ou seja, há quase quatro anos.

Como será? Com o veto, qual a segurança do produtor rural? E o que se está percebendo no momento, no dia de hoje, é que produção de alimento é tão essencial quanto conservação do meio ambiente ou quanto proteção ambiental. Esse dois pilares têm que ser o equilíbrio. Agora, acredito que ninguém é a favor, nem mesmo eu, e nem mesmo os ruralistas mais alagos são a favor de não termos mata ciliar, não termos APP.

Então, acho que é sim o papel deste Senado Federal, por intermédio desta Comissão de Agricultura, dentro daquilo que seja possível se fazer neste

momento, que também seja, Senadora Ana Amélia, plausível e eficiente, porque, para discursos, temos inclusive a tribuna do Senado. Eu acho que o nosso papel aqui no Senado, que sempre foi de construir algo que realmente pudesse ser aplicável e pudesse ser coerente com tudo que há sobre este tema, posto tanto na Câmara quanto no Senado, o nosso papel aqui é tentar produzir algo realmente que possa ser eficaz e que possa acontecer.

Como será isso? É uma conversa com a Presidente Dilma, levando a nossa manifestação, talvez uma comissão de Senadores ir conversar. A Presidente Dilma respeita muito esta Casa, respeita a opinião desta Casa. Uma comissão de Senadores, uma audiência pública. Causa-me estranheza – e sou da base do Governo, vocês todos sabem disso – ter havido uma reunião para tratar do Código Florestal, e o Ministro da Agricultura não estar nessa reunião.

Quero crer eu que ele não estava por outra circunstância qualquer, mas não por falta de convite, porque estamos tratando de um código ambiental, de um código florestal, mas estamos tratando da preservação em áreas privadas, e aí é muito mais rural do que urbana, porque, no campo do urbano, quase tudo já é consolidado.

Então, Sr. Presidente, quero manifestar a minha preocupação de como ficará esse texto, com veto ou sem veto, como ele vai ficar para o produtor rural. E é, aqui, nesta Comissão, que temos tido os grandes debates nesse sentido.

E quero aqui deixar a minha opinião de que temos que produzir, sim, por meio desta Comissão de Agricultura, algo que seja eficiente, que possa trazer resultado para a sociedade e perante o Governo.

Então, talvez uma comissão de Senadores levando a sua opinião, nós poderíamos construir a nossa opinião aqui, do que achamos que é bom para o País, no sentido de produção e de conservação de meio ambiente. Chamar os Senadores também de outras comissões, como a Comissão de Meio Ambiente, cujo trabalho foi feito conjuntamente, e levarmos à Presidente Dilma a nossa opinião, mesmo para o veto, se ela for vetar, e a sugestão de uma medida provisória – parece que é isso que se encaminha – e os termos dessa medida provisória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Antonio Russo, para encaminhar.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Presidente, acompanhando o pensamento do Senador Sérgio Souza e diante da urgente e urgentíssima,

nós não poderíamos pedir uma audiência com a Presidente, V. Ex^a, o Presidente Rollemberg, o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana, só os quatro? Isso seria alguma coisa assim mais urgente e menos comício. Essa é a verdade. Nós faríamos um pedido de urgência, urgentíssima. Essa é uma das propostas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Russo.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Senador Acir Gurgacz, Sr^{as} e Srs. Senadores, no texto que nós aprovamos aqui no Senado, que contou com o apoio de 80% da Casa, nós estabelecemos uma rotina de trabalho na qual V. Ex^a teve papel destacado, como Presidente desta Comissão, de ouvir o Governo, ouvir a sociedade, ouvir a comunidade científica, a comunidade jurídica, ouvir o Ministério Público Federal e Estadual, ouvir as organizações não governamentais, desde as mais proeminentes ONGs internacionais até as mais singelas aqui do nosso País, ouvir os agricultores familiares, pequenos, médios, grandes, as empresas do agronegócio, enfim, nós dedicamos o nosso tempo. V. Ex^a, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Eduardo Braga foram prestimosos no sentido de convocar as comissões para essas oitivas.

Mas o que é mais importante, Sr. Presidente, ouvimos *pari passu* os líderes da Frente Parlamentar da Agricultura na Câmara, onde se originou o projeto. O Senador Waldemir Moka, a Senadora Kátia Abreu e V. Ex^a foram pontes desse contato diário, eu diria mais do que diário, hora a hora, que nós realizamos com os ilustres Deputados que integram a Frente Parlamentar da Agricultura.

Não houve, Sr. Presidente, um só artigo, um só parágrafo, um só inciso, uma só alínea, uma só palavra, um só ponto e vírgula, uma vírgula, um ponto, não houve nada no texto que não fosse exaustivamente discutido com a Frente Parlamentar da Agricultura, como tal estabelecida na Câmara dos Deputados.

Mas o que é mais importante assinalar é que o Senador Jorge Viana e eu incorporamos as nossas assessorias à assessoria da Frente Parlamentar da Agricultura. A Dr^a Samanta, o Dr. Leonardo Pappi, que foram os grandes assessores no projeto da Câmara, praticamente se mudaram para o meu gabinete, para o gabinete do Senador Jorge Viana, e cada mudança que fazíamos eles levavam para a Frente Parlamentar da Agricultura para saber se podiam avançar naquilo ou não.

Além disso, eu e o Senador Jorge Viana, pessoalmente, fizemos várias reuniões, discutindo todo o texto. De modo que foi uma grande surpresa. Ao longo

de 42 anos de vida pública, estando no meu décimo segundo mandato, eu aprendi que algumas ações são básicas no exercício da vida pública. Uma é evitar a prática do gesto inútil.

Por que ouvimos os Deputados, ouvimos o Governo e ouvimos a sociedade? Para que produzíssemos um texto que fosse aplaudido pela sociedade, que fosse sancionado pela Presidente Dilma Rousseff, e que fosse respaldado na Câmara dos Deputados.

Então, pensamos que aquele grande acordo, que aquela grande convergência que fluiu aqui do Senado não seria um gesto inútil, ou seja, não seria modificada pela Câmara dos Deputados, posto que, eu disse várias vezes, o projeto não era do Senado, era do Senado e da Câmara, já que debatemos isso diariamente com a Frente Parlamentar da Agricultura.

A outra lição que aprendi ao longo da minha vida pública é que na atividade parlamentar a palavra vale mais do que o escrito. Os latinos diziam: *verba volant, scripta manent* – a palavra voa, a escrita fica. Mas, na atividade parlamentar, não é assim, quando empenhamos a palavra, temos que cumpri-la, sob pena de não termos credibilidade para exercer uma nova negociação política.

Então, é com grande decepção que vi essa decisão da Câmara dos Deputados. Artigos como o que disciplinava os apicuns foram objetos de uma longa negociação, envolvendo o Líder do PMDB na Câmara, envolvendo magistralmente, aqui, o Líder das Democratas, José Agripino, que fez um trabalho maravilhoso. Foi um texto que tinha a resistência do Ministério do Meio Ambiente, para o qual, na última hora, conseguimos o respaldo da equipe da Ministra Izabella Teixeira. E foi um texto que resolvia o problema, que assegurava a atividade de carcinicultura naquelas regiões nordestinas. Infelizmente, mudaram. E o que é pior: foram feitas, na Câmara, mudanças que retroagiram. Por exemplo, ouvimos, aqui, a Embrapa, ouvimos a Esalq, ouvimos as maiores autoridades da ciência agrária, e todos disseram que, nos grandes rios, nos rios mais largos, era mais do que suficiente o afastamento de 100 metros. O projeto original veio com 500 metros. Reduzimos de 30 para 100 metros, e a Câmara restabeleceu 500 metros. Pela impossibilidade de fazer outra coisa, ao restabelecer o texto da Câmara, deu um tiro no pé.

De modo que, Sr. Presidente, nós, o Senador Jorge Viana e eu – acredito que interpretando a vontade amplamente majoritária do Senado –, protocolamos, já na quarta-feira, no fim da tarde, um projeto, restabelecendo o texto que foi aprovado, aqui, na sua integridade. Esperamos que, como esse texto já foi aprovado nas comissões e no plenário, possamos, aqui, estabelecer uma tramitação de urgência urgentíssima

para que possamos restabelecer efetivamente a convergência, que não era só nossa – era nossa, era da Câmara, era do Governo e da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, Relator da Reforma do Código Florestal nesta Comissão.

Antes de V. Ex^a chegar, foi discutido esse assunto, Senador, e foi muito bem colocado, também pela Senadora Ana Amélia, pelos demais Senadores, que esse tema foi amplamente discutido, aqui, nesta Casa; foi um dos temas em torno do qual mais discussão houve com toda a sociedade brasileira, dando oportunidade para todos se posicionarem, falarem, darem a sua opinião, positiva ou negativa, mas todo tiveram a oportunidade de falar e dar a sua mensagem, e criticar o texto, elogiar os artigos. Enfim, foi um trabalho exemplar feito pelos dois nobres Senadores, relatores dessa matéria, nas três comissões por que passaram nesta Casa. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a com relação ao artigo aprovado aqui no Senado.

Mas temos pouco tempo, temos até o dia 15 de maio para que possamos fazer algo.

Coloco, aqui, aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que, na quarta-feira, dia 9, temos uma audiência pública da Anvisa; no dia 10, quinta-feira, temos uma audiência pública com relação à biotecnologia. Entendo que, no dia 9 mesmo, nós possamos discutir esse tema.

Sugiro que a nossa assessoria possa discutir daqui, de hoje até a próxima quarta-feira, um texto para que a gente possa por em votação e que esse texto seja levado à Presidenta Dilma, para que ela possa saber qual é o nosso pensamento, qual é a intenção da Comissão de Agricultura, que é nada mais do que continuar o nosso trabalho, iniciado no começo do ano, discutindo o Código com toda serenidade, não estabelecendo agora um cabo de força entre a Câmara e o Senado. Não é essa a intenção que temos, não é esse o nosso objetivo, o objetivo é atender à população e à sociedade brasileira, que clama pela aprovação e, agora aprovado, pela sanção da nossa Presidenta, para termos um Código Florestal para levar a segurança jurídica ao campo.

Sugiro e coloco também à discussão o tema, que possamos produzir esse texto e na quarta-feira, 8h30min, antes da nossa audiência pública da Anvisa, passaríamos a audiência da Anvisa para às 9h, entre 8h30min pontualmente até as 9h, debateríamos esse texto. A partir daí, formaríamos uma comissão para irmos à Presidenta Dilma e levarmos esse texto, para que nós possamos expressar e que a Presidenta saiba qual o nosso pensamento com relação ao texto apro-

vado aqui nesta Casa e também aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique, depois Senador Antonio Russo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V. Ex^a que, em contato com os Presidentes das Comissões de Justiça, Ciência e Tecnologia, e Meio Ambiente, fosse produzida uma reunião conjunta das quatro comissões, já que a matéria foi aprovada pelas quatro comissões, uma reunião conjunta para que apreciássemos rapidamente e levássemos ao plenário em regime de urgência urgentíssima. O texto não é do Senador Jorge Viana e meu, é do Senado, é de 80% do Senado, é o texto que já foi objeto de aprovação. Acredito que, se tivermos essa votação antes do prazo final de veto, nós daríamos uma sinalização muito importante à Presidente Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, entrarei hoje em contato com os demais Presidentes das Comissões de Ciência e Tecnologia, CCJ e Meio Ambiente, para que possamos fazer na próxima semana uma audiência em conjunto, para que possamos definir esse texto.

Ainda em discussão, o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – O Senador falou, a urgência é premente agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Eduardo Suplicy, para discutir.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria, na verdade, de aqui indagar a respeito da audiência, se já foi marcada sobre o projeto de lei sobre as sociedades cooperativas. Com a Senadora Ana Amélia, havíamos acordado um entendimento para que aqui sejam ouvidos o Ministro Pepe Vargas; o Professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; o Sr. Arildo Mota Lopes, Diretor Presidente da Unisol; o Sr. João Muzzi, assessor jurídico da OCB; Luiz Possamai, Presidente da Unicafe; Roberto Rodrigues, ex-ministro; Vergílio Frederico Perius, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas.

Já havíamos marcado datas possíveis, ficou assegurado que em maio seria realizada e, por alguma razão, eu acho que o Senador Moka pediu para não ser realizada, e eu não estou entendendo por que, Sr. Presidente. Por quê? Já havíamos acordado, se o Senador Moka quisesse incluir alguma pessoa para dar... Mas aqui estão reunidas já todas as pessoas com diversos pontos de vista e é importante que nós

possamos assegurar que ainda em maio haja essa audiência, porque já era para ter sido realizada em abril.

Assim, é o apelo que faço, Sr. Presidente, para que, ainda em maio, em data que V. Ex^a determinará com os convidados, possamos efetivamente ter essa audiência para não atrasar mais a tramitação deste projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Suplicy. Concordo com V. Ex^a. Precisamos discutir esse tema, que é da maior importância. E este ano, que é o Ano Internacional do Cooperativismo, eu sugiro que possamos fazer, no dia 24 de maio, a audiência pública com relação ao cooperativismo. Deixando assim marcado, vamos fazer os convites. Hoje é dia 3...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Já tempo suficiente para todos confirmarem a presença.

Agradeço, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a concorda?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Certamente, a Senadora Ana Amélia, se ela estiver de acordo então, porque somos ambos proponentes da audiência.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Somos proponentes dessa audiência pública, que tem o objetivo de ampliar a informação sobre a questão do ato cooperativo, que é um projeto que tramita nesta Casa. Então, esse é o motivo dessa audiência. Enquanto a audiência não ocorre, também fica aguardando a elaboração desse projeto tão importante para o setor cooperativista no Brasil, que é responsável por grande parte do setor, não só produtivo, mas também em outras áreas importantes, como a medicina, por exemplo. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. A intenção nossa, Senador Suplicy, é sempre dar resposta imediata e resolvermos as questões que a nós são encaminhadas.

Então, fica assim marcado o dia 24 de maio para essa audiência com relação ao cooperativismo.

Ainda em votação o requerimento para discutirmos o Código Florestal e aprovarmos o texto.

Em votação o requerimento para discutirmos no dia 9, às 8 horas e 30 minutos da manhã esse tema.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento, com o horário, a discussão e o objetivo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Voltamos ao **Item** nº 3. Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, não terminativo.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, como Relatora *ad hoc* do projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, Srs. Senadores, é muita alegria para mim, como Senadora, na questão de gênero até, pois é do que trata a matéria, de autoria do Senador Paulo Bauer e relatoria do também catarinense Senador Casildo Maldaner, a quem agradeço a gentileza da designação como relatora *ad hoc* desse projeto.

Vou resumir o relatório, porque essa proposta compõe-se de três artigos.

O primeiro acresce à Loas, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, o art. 40-A, para estabelecer que os benefícios monetários decorrentes do disposto nos arts. 22, 24-C e 25 daquele diploma legal sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar, quando cabível.

Com a mesma finalidade, o art. 2º da proposição dispõe-se a alterar a redação dos arts. 5º e 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Já o art. 3º do projeto fixa vigência imediata para a futura lei a partir da data em que esta for publicada.

No prazo regimental, como disse V. Ex^a, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012.

Vou à análise:

O projeto em apreciação vem a exame na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, principalmente, em razão das disposições do art. 104-B, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que atribuem à Comissão competência para opinar sobre emprego, previdência e rendas rurais.

Inicialmente, registramos, a despeito do caráter não terminativo dessa análise, a correção do projeto em relação à observância dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental dessa proposição, bem como sobre sua adequação à boa técnica legislativa de que tratam as Leis Complementares nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e nº 107, de 26 de abril de 2001.

Quanto ao mérito, julgamos oportunas e adequadas as alterações promovidas nas referidas leis, arcabouços das políticas de assistência e de erradicação da pobreza, pelos motivos a seguir apresentados.

Como é de domínio público, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, estabelece o pagamento de benefício eventual aos cidadãos e às famílias que necessitem de assistência em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, além de prever transferência de renda na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e destinar benefícios financeiros no

âmbito dos projetos de combate à miséria, caso específico do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, por sua vez, institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, contemplando, entre outros mecanismos de apoio, a transferência de recursos financeiros a famílias em situação de extrema pobreza e que desenvolvam atividades de conservação ambiental ou de agricultura familiar.

O novo elemento que o projeto de lei do Senado em exame insere no meio jurídico é a previsão do pagamento dos benefícios já instituídos preferencialmente às mulheres.

A medida parece-nos acertada, com base no que se observa em outras experiências, como a do Programa Bolsa Família, porque valoriza a participação da mulher na manutenção do núcleo familiar e reconhece a inclinação cultural feminina de aplicar os recursos disponíveis majoritariamente no bem-estar dos filhos.

Finalmente, entendemos também que, para além das razões mencionadas, pela forma simples e potencial de eficácia que comportam, as medidas propostas devem ser acolhidas no Senado Federal.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pelo seu relatório *ad hoc*.

Consulto o Senador Paulo Bauer sobre se gostaria de discutir a matéria, já que S. Ex^a é autor do projeto.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Apenas desejo, nesta minha participação aqui na Comissão, já que não a integro, mencionar minha satisfação em conhecer o relatório do Senador Casildo Maldaner, aqui muito bem apresentado pela Senadora Ana Amélia, que oferece voto favorável ao projeto de lei.

Devo acrescentar que, há anos passados, anos atrás, li o livro *O Banqueiro dos Pobres*, de autoria de Muhammad Yunus, que foi, inclusive, merecedor da honraria do Prêmio Nobel da Paz. Ele, que fundou em Bangladesh um banco chamado Grameen Bank, ou seja, “banco do vilarejo”, ensinou ao mundo uma regra que foi fundamental para o sucesso do seu projeto e que tem alcançado sucesso em todos os países onde é implantado e por todas as instituições que seguem essa orientação, essa sugestão, esse modelo, ou seja, o de atender às questões sociais, às famílias de muita carência financeira, e executar os programas públicos

ou programas beneficentes, mesmo quando privados, através da mulher que é mãe, da mulher que é esposa, da mulher que é companheira, da mulher que participa ativamente da atividade da família.

Está comprovado que, em qualquer financiamento, mundo afora, que se faça, em qualquer empréstimo que se faça para famílias de baixa renda, se ele for canalizado através da mulher, mãe, da mulher esposa, da mulher chefe de família – e nós temos centenas de milhares de casos de mulher chefe de família –, o retorno, o cumprimento, tanto do pagamento do débito quanto da utilização adequada dos recursos, é muito mais elevado do que o percentual que se encontra quando essa mesma operação é feita com o homem chefe da família.

Isso se dá porque a mulher tem uma consciência muito forte a respeito da importância da família e principalmente do resultado positivo que pode ser alcançado com este programa ou com esse empréstimo, com essa ação que se desenvolve e da qual ela é responsável.

A partir daquela constatação naquele livro, eu muitas vezes me manifestei a respeito e, na campanha eleitoral de 2010, eu cheguei a fazer um programa eleitoral onde disse, lá em Santa Catarina, que, uma vez eleito, iria trabalhar para que a mulher fosse cada vez mais importante, fosse mais responsável na responsabilidade que pudesse desenvolver e ter sobre programas e sobre ações governamentais realizadas no âmbito social principalmente, no âmbito da assistência social.

É evidente que eu queria uma lei muito mais forte, uma lei mais ampla, uma lei mais impositiva. Mas a consultoria do Senado, como sempre muito competente, analisando a questão chegou à conclusão de que seria difícil estabelecer essa regra de forma impositiva.

Por isso, apresentei esse projeto de lei na forma de sugestão como alternativa prioritária, ou seja, o Governo daria preferência sempre que possível à mulher quando estivesse executando um programa de assistência ou um programa público que viesse a ser direcionado para a melhoria das condições de vida da família.

Então, encontrando já na legislação brasileira, na lei que instituiu o bolsa família esta figura consagrada, ou seja, de que será sempre preferencialmente atribuída à mulher a responsabilidade de receber os recursos do bolsa família, eu procurei, com esse projeto de lei, estender esse mesmo critério para todos os benefícios da assistência social e também para o programa de apoio à conservação ambiental e o programa de fomento às atividades produtivas rurais.

Certamente por conta desta segunda questão, ou seja, do programa de apoio à conservação ambiental e de fomento às atividades produtivas rurais é que o assunto chegou à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ele tramita em outras comissões e o Senador Casildo Maldaner, entendendo muito bem o propósito do nosso projeto, emitiu esse parecer favorável que mais uma vez quero saudar e cumprimentar.

Eu também desejo dizer a V. Ex^{as} que, uma vez aprovado este projeto, certamente ele poderá ser estendido pelo Poder Executivo a outras ações, talvez para financiamento de imóveis, talvez para concessão de empréstimos destinados à superação de dificuldade de famílias. Nós temos muitos casos de catástrofes, de intempéries, de seca, de enchente em nosso País e não seria o caso de excluir o homem, que obviamente continua sendo uma figura de grande importância no contexto da família. Mas é preciso incluir mais as mulheres nesse processo de responsabilidade, nesse processo de gestão e nesse processo de participação do programa brasileiro, do programa governamental, de todos os governos na área social, visando à eliminação da pobreza e à eliminação das diferenças sociais do nosso País.

Agradeço, portanto, a esta Comissão pela atenção, e obviamente aguardo pela aprovação do nosso projeto,

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Bauer, pela iniciativa desse projeto tão importante para a sociedade brasileira.

O projeto continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao **Item 4**.

Item 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 19, DE 2012

- Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária à Feira do Cerrado Brasileiro “AGROBRASÍLIA 2012”, a realizar-se no dia 17 de maio de 2012, no Parque Ivaldo Cenci – PAD-DF – BR 251 – KM 5 – Brasília – DF, às 10 horas, com a finalidade de visitar e avaliar as tecnologias apresenta-

das na vitrine do agronegócio brasileiro presentes naquela feira, bem como participar de reuniões com produtores e representantes do agronegócio brasileiro.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Com a ausência do Senador Rodrigo Rollemberg, eu subscrevo para que a gente possa votar o requerimento.

Requerimento em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento Extrapauta, da Senadora Ana Amélia.

Item 6

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 21, DE 2012
- Não Terminativo -**

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com o art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, com a presença dos seguintes convidados, sem prejuízo de outros que possam vir a ser convidados para o debate: representante da Fundação Nacional do Índio (Funai); representante do Ministério da Justiça (MJ); representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Dr. Rodinei Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul – RS.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, esse requerimento, que eu lhe agradeço ter colocado extrapauta para exame dos colegas Senadores, decorre exatamente da decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal e de uma manifestação desta Comissão para que o Governo não demore tanto tempo, como demorou no caso da homologação de uma reserva de 1938 do sul da Bahia, demorar tanto tempo para criar novo ambiente de conflitos com a possibilidade de ocorrência de crimes e de confrontos perigosos e aí entrarmos numa terra sem lei. É preciso, portanto, que o Governo Federal tenha o cuidado e, com a celeridade possível, faça a homo-

logação e evite um tempo desse – como aconteceu com a reserva na Bahia.

Então, é esse o objetivo desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, continua em votação.

Em discussão o requerimento da Senadora Ana Amélia.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Voltando aqui à questão do requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, dia 17, eu peço para que consultem se não dia 18. Eu entendo que 17 não é o dia da nossa reunião deliberativa.

Peço para que consulte o Senador Rodrigo Rollemberg para que a gente possa mudar para o dia 18, sexta-feira, quando tradicionalmente nós fazemos o nosso Ciclo de Palestras e Debates para debater temas como esse, muito importantes para a agricultura brasileira.

Senador Casildo Maldaner, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu só queria fazer um registro, Sr. Presidente e nobres colegas, em função da proposta apresentada na Casa e que chegou a esta Comissão, do eminente Senador Paulo Bauer, em que ele sugere em seu projeto que a mulher tenha como gestão, de preferência na família, empréstimos, aliás, baseou-se, inclusive, num livro extraordinário quando surgiu essa metodologia de empréstimo em Bangladesh. Em Bangladesh, surgiu naqueles tempos, e o Senador Paulo Bauer baseou-se nisso para apresentar o Projeto de Lei a esta Casa.

Eu tive a honra de ser o relator nesta Comissão. E, pelas circunstâncias, quis o destino que uma mulher, nada mais nada menos que a eminente Senadora Ana Amélia, fosse a relatora *ad hoc*. Eu não sei se foi coincidência ou de propósito que coube a uma mulher fazer o relatório *ad hoc* em que eu tinha baseado o nosso relatório nessa proposta do Senador Paulo Bauer.

Então, eu só quero manifestar aqui os meus agradecimentos a Senadora Ana Amélia, que expôs aqui o nosso relatório, nada mais nada menos, como disse V. Ex^a, uma mulher que tem uma gestão extraordinária no Senado, não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, e cumprimentar também o eminente Senador Paulo Bauer pela proposta. Aliás, ele já vinha divulgando isso até em sua campanha para o Senado, que se chegasse a Casa ele faria a proposta nessa direção. Ele está cumprindo as suas metas de campanha, valorizando as mulheres na gestão da família, nos empréstimos no campo social, baseado naquilo que o cooperativismo buscou há muitos anos em Bangladesh, e o Paulo Bauer, esse Senador catarinense, foi lá buscar. E para nós, catarinenses, não só para mim, mas tenho cer-

teza de que para o Senador Luiz Henrique, nós três catarinenses, é uma honra imensa.

Mais uma vez, Senadora Ana Amélia, muito obrigado, por ter exposto aqui o nosso relatório, na Comissão de hoje.

Era essa a observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na mesma linha...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Quero exaltar a iniciativa do Senador Paulo Bauer. Aliás, o Senador Paulo Bauer conseguiu uma proeza, ele apresentou um projeto da maior relevância para o País, da maior relevância social, da maior relevância para o nosso povo, principalmente para os idosos e para os humildes.

Um projeto que isenta de todo e qualquer imposto o remédio produzido no Brasil, o remédio de aplicação humana produzido no Brasil. E esse projeto, sendo aprovado, haverá de dar um passo gigantesco para o conceito desta Casa junto à população brasileira.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Antes de concluir os nossos trabalhos, eu faço um agradecimento aos nobres Senadores pelo apoio à nossa Comissão da Agricultura que hoje, mais uma vez, teve quórum com a presença do Senador Delcídio do Amaral, Senador Antonio Russo, Senador Waldemir Moka, Senadora Ana Amélia, Senador Flexa Ribeiro, Senador Cyro Miranda, Senador Jayme Campos, Senador Sérgio Souza, Senador Eduardo Suplicy, Senador Luiz Henrique, Senador Blairo Maggi, e com a presença também do Senador Paulo Bauer. V. Ex^{as} nos ajudam, e muito, a tramitar os projetos de importância desta Casa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 09 de maio de 2012.

Às nove horas e sete minutos do dia nove de maio de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Delcídio Amaral, Paulo Paim, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Cícero Lucena reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e José Agripino. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 05 de 2012-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga que requer “... nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, para a realização de debates em torno do tema “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – Ações do MCTI Para 2012 – Programas de Governo Para o Desenvolvimento da Atividade Inovativa no País”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna”. Comparece à reunião o Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores.** Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eduardo Lopes e Rodrigo Rollemberg. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da Ata da última reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicado aos Srs. Senadores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes da abertura dos trabalhos da audiência pública, esta Presidência comunica ao Plenário o recebimento de Expediente: Ofício nº 153, de 2012, de 26 de abril de 2012, da Polícia do Senado Federal, esclarecendo sobre o cumprimento do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2010, que regulamenta o credenciamento, no âmbito do Senado Federal, de profissionais não jornalistas que trabalham em outras entidades para o fim de produção não jornalística.

Solicita ainda, a Polícia do Senado Federal, que esta Comissão passe a comunicar, previamente, a todas as entidades convidadas os termos do citado ato normativo.

Iniciamos, agora, os trabalhos da Comissão para a realização da nossa audiência pública: “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – Ações do MCTI para 2012 – Programas de Governo para o Desenvolvimento da Atividade Inovativa no País”.

Esta audiência pública decorre do Requerimento nº 05, de 2012, de autoria do Exmº Sr. Senador Eduardo Braga, que foi aprovado pela Comissão.

Para a instalação dos trabalhos, temos a honra de já contar à Mesa com o Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Dr. Marco Antonio Raupp.

A vinda do Sr. Ministro Marco Antonio Raupp nos enobrece, pois, além da sinergia já existente entre esta Comissão e a Pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação, esta é a primeira vez que o recebemos na qualidade de Ministro de Estado.

No ano passado, mais precisamente em dezembro, o Sr. Ministro Marco Antonio Raupp, à época Presidente da Agência Espacial Brasileira, nos agradeceu com a sua presença e tivemos, aqui, uma importante exposição sobre o programa espacial brasileiro.

Hoje, já como Ministro, o Dr. Marco Antonio Raupp está à frente de uma Pasta que gera um dos mais importantes vetores para o crescimento do País, pois está sob sua responsabilidade a política nacional de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, e outras

atividades correlatas, abarcando, inclusive, a gestão da própria Agência Espacial Brasileira.

O crescimento da competitividade da indústria brasileira passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da atividade inovativa, em que poderemos, em passos futuros, ampliar nossa capacidade de geração de valor agregado.

Se os resultados virão no futuro, teremos de olhar, porém, também o presente, estabelecendo as bases desse crescimento, e, para isso, várias ações de grande repercussão estão sendo implementadas, algumas com resultados vistos, como os programas de Governo que compõem a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, e outras que precisam, ainda, de um prazo de maturação e retorno.

Vale citar, corroborando essa importância, que outras nações que recentemente emergiram de uma grande crise econômica, como os Estados Unidos da América, estão seguindo esse caminho como forma de recuperação.

Além de outras medidas necessárias, como a melhoria da estrutura tributária, da educação, do ambiente de negócios e da infraestrutura do País, eles voltarão a investir naquilo que sempre foi o ponto forte americano: inovar.

A China, a segunda maior potência econômica mundial, que se estigmatizou pelo modelo de copiar e imitar, investe hoje, fortemente, em sua capacidade de inovação, formando cada vez mais profissionais, seja no país ou fora dele, e fomentando uma infraestrutura de pesquisa notável.

Recentemente, realizamos uma audiência pública de alto teor informativo sobre o tema terras-raras. São elementos que podem se tornar essenciais para o desenvolvimento tecnológico de qualquer indústria, dada a amplitude das suas aplicações. E o Brasil, que já foi o principal explorador mundial – posição hoje ocupada pela China – tem condições de recuperar o destaque explorando e exportando esta referida e importante matéria-prima.

Mas não queremos somente o Brasil como um produtor exportador de *commodities*, mas também como produtor de valor agregado e de produtos de tecnologia.

Por isso que se mostra imprescindível a vinda do Exmº Sr. Ministro de Estado Marco Antonio Raupp à nossa Comissão, pois poderemos escutá-lo sobre toda gestão da política da Pasta, programas de governo, a própria estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação e também uma breve exposição sobre as ações futuras do Ministério.

Feita essa breve exposição inicial e, em continuidade aos trabalhos, passarei a palavra ao Exmº Sr. Ministro.

No entanto, antes de passar a palavra ao nosso Ministro, eu gostaria também de destacar a questão da política satelital do Governo brasileiro, extremamente importante para as nossas regiões e para o País. Será impossível para a Amazônia, Senadora Angela Portela, cobrirmos os Estados de Roraima, Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Amapá e Maranhão se não houver cobertura satelital suficiente para que possamos resolver os problemas de banda larga, os problemas de políticas públicas sociais a distância, de diagnóstico a distância e outros tantos problemas que vão desde a questão do monitoramento, das políticas estratégicas em torno da Amazônia Azul e da Amazônia Verde se não obtivermos sucesso numa política agressiva, importante e destacada na área de implantação de novos satélites sobre o País, de forma especial sobre a Amazônia Azul e a Amazônia Verde.

Ditas essas palavras, passo a palavra ao Sr. Ministro para que ele possa, pelo prazo de 20 minutos, fazer sua exposição a respeito do tema.

Agradeço desde já a presença do nosso querido Ministro Marco Antonio Raupp na nossa Comissão no dia de hoje.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga, pelo convite, por nos dar essa oportunidade de expor à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado Federal os planos que temos, planos que foram elaborados no ano passado e serão executados durante o período de 2012 a 2015, que é o período onde se desdobra o plano plurianual do Governo.

Então, é uma planejamento executado ainda sob a liderança do ex-Ministro Mercadante lá no nosso Ministério, que teve o referendo do Governo Federal como um todo na sua política do Plano Brasil Maior. São os balizamentos que temos para a execução da nossa política em todo esse ano.

Saúdo também a Senadora Angela Portela e o Senador Sérgio Souza, muito prazer em tê-los aqui interessados neste assunto.

Conversando com o Senador Sérgio Souza, nós já identificamos que essa é uma nova quadra que se apresenta para as atividades de ciência, tecnologia e inovação no País, dado o interesse que desperta não só na comunidade científica, na comunidade acadêmica, na questão do papel que a ciência e a tecnologia têm a desempenhar no desenvolvimento do País, mas também agora a toda sociedade, em especial à comunidade empresarial, à comunidade industrial, que sente

e tem manifestado que é de fundamental importância uma política objetiva e efetiva do desenvolvimento de todas as potencialidades existentes no País, transformar isso em ações concretas que cheguem efetivamente às empresas, para que elas tenham condições de competitividade para atuar no mercado global.

Então, dentro desse quadro entendemos que nesses próximos anos teremos grandes desafios para ciência e tecnologia.

Preparei aqui uma nota que estou distribuindo aos Senadores, pedi para ser reproduzida aqui. Lerei aqui, dada a abrangência da política e como quero tocar em vários aspectos, vou ler aqui.

Mas eu queria dizer também que me acompanham aqui o Secretário Executivo do Ministério, Dr. Luiz Antônio Elias, que estará à disposição para discussões, o Secretário Eliezer Pacheco, da Secretaria de Inclusão Social, e a nossa Assessora Simone Schultz, que também estarão à disposição para eventuais discussões.

Sr. Presidente Eduardo Braga, Srs. Senadores membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, agradeço ao convite para comparecer a esta audiência pública em minha primeira visita formal ao Senado Federal na condição de Ministro. É uma satisfação encontrar aqui parlamentares que se dedicam às causas da ciência, da tecnologia e da inovação e um privilégio dispor de interlocutores tão qualificados para falar sobre ações do Ministério.

Como sabem, o Brasil iniciou a estruturação de seu sistema de ciência e tecnologia somente na década de 1950, ou seja, a ciência brasileira ainda é bastante jovem. Contudo, em pouco mais de meio século, conseguimos construir e organizar um sistema de geração de conhecimento que hoje coloca o Brasil na 13ª posição no *ranking* mundial da produção científica. Anualmente, formamos mais de 50 mil pós-graduados, entre mestres e doutores, e contabilizamos mais de 230 mil profissionais dedicados à atividade de pesquisa e desenvolvimento.

Trata-se de um sistema bem estruturado, dinâmico, maduro, em diversas áreas, mas seu viés é eminentemente acadêmico. Além de tornar esse sistema cada vez mais robusto e produtivo em termos de geração de conhecimento de natureza acadêmica, precisamos também expandir sua capacidade de atuação de modo a alcançar – talvez seja melhor dizer de modo a abraçar – o setor produtivo industrial e de serviços, para realização de atividade de inovação tecnológica. Esse é o grande desafio colocado para essa nossa política de ciência e tecnologia. Reforçar a estrutura básica de geração de conhecimento e transpor as fronteiras

ou os fossos que eventualmente existam entre essa atividade e a atividade produtiva no País.

O objetivo de nossa política é exatamente fazer essa transposição. Este certamente é um dos maiores desafios não só do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mas de todo o Governo e de toda sociedade: tornar a economia brasileira mais competitiva e com maior participação no mercado global, por meio da inovação tecnológica.

As nações desenvolvidas e os países em desenvolvimento acelerado estão em uma corrida para conquistar postos de destaque na nova ordem econômica, baseada no conhecimento como forma de geração permanente de inovações.

Quem está na dianteira, como a Coreia do Sul e os Estados Unidos, aplicam entre 2% e 3% do seu PIB em P&D, pesquisa e desenvolvimento. No Brasil, esse índice está em 1,19%. É um parâmetro importante para transformar a situação em que nos encontramos.

Um dos problemas é que as nossas empresas ainda investem pouco em pesquisa e desenvolvimento. Esse é outro fator essencial. No Japão, o setor privado investe em P&D cinco vezes mais do que o governo; na Coreia do Sul, três vezes mais; na Alemanha e nos Estados Unidos, as empresas gastam 2,5 vezes o montante do setor público. No Brasil, o setor privado investe apenas 80% do total aplicado pelo Poder Público. Está abaixo, portanto, do Poder Público, na contramão, vamos dizer assim, por razões históricas, obviamente, da constituição da nossa base industrial. A forma e a circunstância histórica em que se constituiu a nossa base industrial explicam isso. Porém, é mais um parâmetro a ser considerado quando queremos analisar o que fazer para transformar essa realidade.

Fica claro, portanto, que é preciso estimular o protagonismo empresarial, se quisermos atingir um patamar competitivo de investimentos em P&D. É crucial isso.

Precisamos, também, aumentar expressivamente a formação e a qualificação de recursos humanos, sobretudo nas engenharias e nas ciências naturais, que são as áreas científicas que mais impactam diretamente as atividades econômicas e tecnológicas, associadas ao desenvolvimento econômico e industrial do País.

As economias que se destacam pela competitividade industrial mostram isso. Segundo dados da National Science Foundation, a China diploma atualmente 34% de todos os engenheiros que se formam, a cada ano, em todo o mundo. Isso significa que são dois milhões de engenheiros que o mundo todo forma por ano. A China é responsável por 34% desses engenheiros. Isso significa que, na China, são formados, por ano, 680 mil engenheiros.

A União Europeia forma 18% dos graduados nas áreas das ciências naturais. Já a participação do Brasil é modesta. Em termos globais, somos responsáveis pela formação de 2% dos engenheiros – veja bem: 2% de 2 milhões significam 40 mil engenheiros. Quer dizer, enquanto a China está produzindo por ano 680 mil engenheiros, nós estamos produzindo 40 mil. Evidentemente, é uma relação muito maior do que a relação entre as populações, indicando que a China é um país em construção, e nós, para entrarmos efetivamente numa linha de crescimento continuado e sustentado, temos de investir muito mais e colocar muitos mais profissionais das engenharias e das ciências naturais no mercado de trabalho. Esses números são muito pequenos para o tamanho da nossa economia, especialmente quando levamos em consideração o quanto queremos crescer.

Para sermos competitivos em ciência e tecnologia, precisamos dispor de uma infraestrutura de pesquisa avançada, comparável às nações líderes em P&D e inovação. Essas estruturas são caras, complexas, e dependem de investimentos contínuos do setor público. E do setor privado, obviamente, também. Mas, em menores dimensões e mais disseminadas.

Além disso, precisamos equalizar a nossa infraestrutura de pesquisa entre as diferentes regiões do País, tese que o nosso Senador Eduardo Braga e muitos outros aqui defendem há muito tempo: a transposição desses fossos, essas diferenças que existem nos investimentos em ciência e tecnologia entre as regiões, aqui, Sul e Sudeste e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Isso é crucial, porque o desenvolvimento econômico exige isso e, para ser sustentável socialmente – economicamente também –, ele tem de ser muito bem distribuído no País como um todo e tem de trazer benefícios a todos.

Ao vencer desafios pontuais, queremos nos qualificar para um desafio maior, abrangente, sem precedentes em nossa história, que é transformar a ciência, a tecnologia e a inovação em protagonistas do desenvolvimento brasileiro. A exemplo do que fazem todas as nações que apresentam elevados índices de qualidade social e desempenho econômico, temos que reconhecer e utilizar a ciência como meio fundamental para nos conduzir pelos caminhos do desenvolvimento sustentado em termos econômicos, sociais e ambientais.

Saliento que estamos vivendo um momento especialíssimo com relação a isso, em que há um reconhecimento de setores importantes da sociedade em relação a esse papel que a ciência e a tecnologia têm de desempenhar no desenvolvimento do País. Exemplos disso são a participação no programa Ciência sem Fronteiras, programa do Governo de enviar estudantes

brasileiros para se qualificarem nas melhores universidades do mundo, tem uma participação significativa do setor empresarial.

E para nós, que militamos na área de ciência e tecnologia há muito tempo, muito significativa é a participação de uma organização, por exemplo, como a Febraban, a Federação dos Bancos. Eu, pelo que me lembro na minha vida, de atuação nessa área, Senador, é a primeira vez que esse setor comparece efetivamente no financiamento das atividades de formação de recursos humanos diretamente, como com esse. E, diga-se de passagem, um setor foi muito beneficiado pelas soluções tecnológicas pelo desenvolvimento de sua infraestrutura. Vamos dizer que a automação bancária neste País é invejável. Nós exportamos tecnologia de automação bancária para o mundo todo. Então, esse setor já teve o benefício da utilização da ciência e tecnologia nacional para o seu ganho de competitividade. Então, nós, velhos militantes da ciência e tecnologia, saudamos essa participação do setor empresarial, de chegar ombreando com o Governo nas responsabilidades de desenvolver programas que impactem o nosso desenvolvimento.

Essa auspiciosa e exequível ambição está expressa na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, esse exercício de planejamento a que me referi há pouco, que resultou nesse documento elaborado na gestão do meu antecessor, o Ministro Aloizio Mercadante. A Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, que é o documento que vai pautar nossas atividades pelos próximos quatro anos e que contempla o período de 2012 a 2015, contém metas factíveis, para cuja realização esperamos contar com o apoio dos Srs. Senadores.

Queremos elevar o investimento em P&D para 1,8% do PIB - lembro que estamos no patamar de 1,19% -, em um cenário em que o setor privado aporte ao menos a metade dos recursos expendidos, isto é, o correspondente a 0,9% do PIB. Também temos como objetivo aumentar de 3.500 para 5.000 o número de empresas com atividades contínuas de P&D, fazendo com que a taxa de inovação passe de 38,6% para 48,6%. Para acelerar essa transformação, iremos trabalhar para ampliar o universo de empresas inovadoras que usufruem de incentivos governamentais, de forma a dobrar o número das que fazem uso da Lei do Bem, passando das 630 empresas em 2010 para 1.260 em 2015. Então, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, os senhores podem ter uma ideia de que estamos colocando metas que dupliquem os indicadores que temos neste momento. São metas ambiciosas em que precisamos ter apoio. Há decisões do Governo, mas precisamos

também ter apoio da sociedade, através do Congresso Nacional, para termos as condições para executar isso.

Como atingir essas metas ambiciosas? A estratégia elege como grandes temas transversais justamente a promoção da inovação, a formação e a capacitação de recursos humanos e o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica. A ideia aqui é que fortaleçamos a nossa estrutura laboratorial e todas as condições físicas necessárias para o desempenho das atividades de ciência e tecnologia, tanto na área governamental como nas empresas. Também a qualificação e a ampliação do número, o quantitativo e o qualitativo, dos recursos humanos. E também nos direcionarmos para a promoção da inovação. Prevê ainda que é preciso trabalhar no aperfeiçoamento do marco legal – aí é um elemento importante em que o Congresso Nacional, certamente, deverá contribuir e muito – para o exercício das atividades de ciência e tecnologia e inovação, especialmente dos mecanismos de seus financiamentos. Então, aqui, têm dois pontos que estão sendo colocados: um é o marco legal para a realização dessas atividades e outro são novos mecanismos de financiamento. Essa demanda que está colocada aqui ultrapassa os meios de financiamentos tradicionais que temos que é, hoje em dia, o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Tratarei brevemente desses tópicos.

Vou começar pela formação e qualificação dos recursos humanos, área em que estamos promovendo uma verdadeira revolução com o programa Ciências sem Fronteiras, iniciativa da Presidente Dilma. É um programa do Governo, não é um programa do Ministério de Ciência e Tecnologia, porque ele é executado não só pelo nosso Ministério, mas também pelo Ministério da Educação. Sem dúvida, é uma das mais ousadas iniciativas do mundo em termos de formação de recursos humanos. O MCTI, o MEC e a iniciativa privada juntaram forças para alcançar a concessão de 101 mil bolsas de estudo no exterior até 2014. Até o momento, são 3.697 bolsas implementadas e 14.202 em implementação. Os percalços iniciais do programa, normais para o tamanho da empreitada, já foram todos superados. Com o pagamento antecipado de três meses de suas bolsas, os estudantes estão saindo do Brasil em condições de resolver as questões de hospedagem e início dos estudos no país do destino. Até o final deste ano, devemos atingir o número de 20 mil bolsas implementadas, em plena execução, bolsas concedidas pelo Ciência sem Fronteiras, o que significa 25% da meta final do setor público, que é de 75 mil bolsas. Em julho, o valor das bolsas concedidas pelo CNPq e pela Capes terá aumento de 10%. Esperamos também, para breve, que as empresas privadas já te-

nham definidos seus procedimentos para a concessão das 26 mil bolsas previstas para o setor.

Então, na questão de recursos humanos, nós tivemos um grande impulso, Senador, que, vamos dizer, veio como decisão de Governo, como uma iniciativa da própria Presidenta e que irá contribuir muito, irá nos ajudar muito. O financiamento de recursos extras ao nosso orçamento original irá nos ajudar grandemente nessa questão da ampliação do número e da qualificação dos recursos humanos que aportarão nos próximos anos nessa nossa atividade.

Como forma de garantir o pleno êxito do programa, o MCTI está iniciando a organização de um sistema para propiciar que os beneficiários do Ciência sem Fronteiras sejam alocados em instituições voltadas a P&D e/ou empresas, onde possam realizar atividades de inovação tecnológica. A ideia é a de que, ao enviar esses estudantes para se qualificarem fora, se nós não tivermos oportunidades de absorvê-los, poderemos estar dando um tiro no pé, quero dizer, formando gente para ficar pelo mundo. Então, nós temos de ser proativos em relação a isso, e o Ministério da Ciência e Tecnologia está se preparando, vamos dizer, para alocar esses estudantes, na sua volta, onde se ajuste melhor o seu perfil profissional, nas empresas, nas instituições de P&D do governo ou nas próprias universidades. Ou seja, nós queremos que, ao voltar para o Brasil, os bolsistas do Ciência sem Fronteiras passem rapidamente à condição de pesquisadores, especialmente no ambiente empresarial. Aliás, diga-se de passagem, a execução desse programa, sob responsabilidade do CNPq e da Capes, está escolhendo destinos para esses estudantes que estejam bastante correlacionados, em universidades onde existe predominantemente atitude de cooperação com o mundo empresarial, atitude de inovação, de preparar o estudante diretamente para sua intervenção no processo empresarial, no processo econômico.

Um apertado gargalho que trava a plena realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil é o nosso marco legal. O marco legal da atividade científica precisa considerar as incertezas inerentes à ciência. Por isso, o MCTI tem especial interesse no melhor curso e termo do Código Nacional de Ciência e Inovação, que está tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal ao mesmo tempo. Se bem elaborada, a nova legislação será um instrumento valiosíssimo para o desenvolvimento do País.

Trata-se – permitam-me uma explicação – de, vamos dizer, olhar... Pela tradição histórica nossa, as instituições que geram conhecimento científico e tecnológico no Brasil são as instituições públicas, estão

nas universidades federais. De 96% a 97% da produção científica no Brasil estão nas universidades federais, que são instituições públicas. Estamos querendo levar esse conhecimento para as empresas, que são instituições privadas. Então, existe uma relação entre uma instituição pública e uma instituição privada. No Brasil, a nossa tradição é a de que os órgãos privados são prestadores de serviço ou fornecedores para projetos do Governo. Então, compra-se. Tem-se uma legislação, que é a 8.666, que simplesmente regula a compra de bens e serviços por parte do Governo, mas bens e serviços que estão na prateleira, que são oferecidos a todos. Então, o rigor, a precisão e a extrema definição de objetivos, custos, etc., prevista nessa lei, que é totalmente válida – é claro – para esse tipo de atividade, não se coaduna com a natureza das atividades que se procuram incrementar agora na cooperação público-privada. A natureza dessas atividades é de parceria. Não é compra direta de produtos existentes; é parceria no desenvolvimento de novos produtos e de novos serviços. Então, há riscos inerentes a essas atividades que têm de ser compartilhados pelos dois. Então, a legislação atual não se coaduna, absolutamente com essa natureza.

Nós estamos empenhados, também, em pautar uma discussão que nos leve a um novo modelo de financiamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

Para o tamanho da nossa economia, para as nossas pretensões e potencialidades e mesmo para satisfazer itens básicos da soberania nacional, teremos de elevar significativamente o nosso patamar de financiamento da pesquisa e da inovação.

Mais uma vez, o concurso dos Srs. Senadores será fundamental. Nesse aspecto, não posso deixar de falar aqui sobre a necessidade imprescindível de que parte expressiva dos *royalties* do petróleo – pré-sal e pós-sal – seja destinada às atividades de educação, ciência, tecnologia e inovação.

Obviamente, os prefeitos e governadores estão no seu direito de pleitear participação na distribuição das riquezas do petróleo, mas não podemos desconsiderar dois aspectos, e um deles é que somente conseguimos chegar ao pré-sal em razão dos constantes investimentos em pesquisas científicas e tecnológicas – pesquisas essas realizadas pela Petrobras por uma rede associada de dezenas de universidades.

Essas pesquisas foram feitas, em grande parte, com financiamento do Fundo Setorial do Petróleo, CT-Petro, construído com recursos de parte dos *royalties* do petróleo extraído no Brasil. Ou seja, tivemos um verdadeiro círculo virtuoso, em que a pesquisa possibilitou a identificação de campos de petróleo, e a exploração

desse petróleo permitiu os avanços nas pesquisas que nos levaram ao pré-sal.

Esse círculo virtuoso não pode ser interrompido, também porque o CT-Petro é a principal fonte de abastecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do FNDCT. O CT-Petro hoje contribuiu com 50% do FNDCT. Se o sistema de ciência e tecnologia perder esse financiamento, vai haver um baque de 50% no FNDCT, que é o principal recurso para custear toda essa atividade. Isso, sem falar na expansão que estamos propondo, que esse programa de que estou falando aqui propõe para os próximos anos.

Acho que teremos aqui uma questão de *funding*, que é fundamental ser discutida, inclusive, pelo Congresso Nacional, na questão dos *royalties*. Mas também é absolutamente fundamental a participação de organizações de maior fôlego do Governo Federal, bancos de financiamento, como o BNDES, por exemplo, que tem muito mais fôlego, que é muitas vezes maior, incomparavelmente maior que a nossa Finep, a financiadora que o MCT tem à sua disposição, para financiar seus projetos. Que seja considerada também a participação desses órgãos, dessas instituições de maior fôlego.

O BNDES, através do Fundo Tecnológico, Funtec, é tradicional. Ele foi tradicional, vamos dizer assim, na estruturação do financiamento das atividades de ciência e tecnologia no Brasil, das próprias universidades. O BNDES financiou totalmente, para dar um exemplo concreto, através do Funtec, a criação da Coop, no Rio de Janeiro. Se não houvesse a iniciativa do BNDES, ela não teria existido a partir dos anos 60, como ocorreu.

Então, talvez devamos considerar uma razão política maior, uma interferência também do BNDES, para ele voltar a interferir na questão da ciência e tecnologia no Brasil. É algo, talvez, que tenhamos mais à mão, vamos dizer assim, para atuar diretamente nessa situação.

O Senador Luiz Henrique é um velho batalhador pela área e sabe muito bem a importância que teve o BNDES para iniciar tudo isso. A Finep surgiu no bojo, aliás, dessas iniciativas do BNDES. Estamos precisando de um novo fôlego no financiamento das nossas atividades.

Numa palavra, sem os recursos do CT-Petro, o sistema de financiamento da produção de ciência, tecnologia e inovação perderá em média R\$1,3 bilhão por ano e sofrerá sérios reveses.

Temos de pensar na questão do financiamento. Usando os recursos do pré-sal, temos de pensar nisso, também, mais imediatamente, porque são recursos que não são imediatos, mas não podemos deixar acontecer a diminuição do CT-Petro. E também temos

de pensar em novos elementos, novos fundos, novos recursos, novas instituições financiadoras para essas atividades em curtíssimo prazo.

Outro aspecto importante, quando se trata dos *royalties* do petróleo, é a oportunidade ímpar que o País terá para sanar seu alto *déficit* educacional. Educação é fundamental e está na base de todas essas atividades. Não existe ciência e tecnologia sem educação elementar, sem educação básica, sem educação em todos os níveis. E temos um déficit. Demos passos importantes, como a universalização da matrícula no ensino básico e no ensino médio. Mas ainda temos um desafio da qualidade da educação pública que é ofertada à massa da população brasileira. Acho que o País terá que investir, terá um grande mutirão pela melhoria da qualidade da educação fundamental e da educação média. Só assim o sistema de ciência e tecnologia terá sustentabilidade, porque as universidades são poucas, é um gargalo, um funil em relação à educação média e precisamos ser alimentados por estudantes que venham da educação média com qualidade comprovada.

Portanto, temos uma enorme expectativa de que os Municípios, os Estados e o Fundo Social Federal sejam levados a destinar parte expressiva dos *royalties* do petróleo para a melhoria do nosso sistema de ensino e, extensivamente, no caso dos Estados e do Governo Federal, para o incremento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Na área de infraestrutura de pesquisa, estamos avançando de modo a assegurar a manutenção das atividades de ciência e tecnologia nas instituições públicas da área. Por meio do Programa Proinfra, o MCTI investiu mais de R\$1 bilhão na infraestrutura básica das universidades e institutos de pesquisa nos últimos três anos. Isso é um elemento importante da nossa atividade. É garantir que essa expansão excepcional das universidades públicas federais, que está acontecendo a partir do Programa Reuni, que essas estruturas, que são de responsabilidade do MEC, em nível de infraestrutura física e também da contratação de professores, sejam equipadas com infraestrutura laboratorial e condições para pesquisadores desenvolverem pesquisas adequadas. Isso é responsabilidade do MCTI.

Esse programa Proinfra, que financia infraestruturas nas universidades, destinou R\$1 bilhão nos últimos três anos para essa atividade, dando o apoio a fim de essa expansão do MEC seja qualificada.

O MCTI compreende que é preciso também investir em grandes projetos estruturantes para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no País. Chamo a atenção para dois deles: o Projeto Sirius e o Reator Multipropósito brasileiro.

O Projeto Sirius tem como objetivo a criação de um laboratório com uma fonte de luz síncrotron de terceira geração. Esse é um equipamento essencial para as pesquisas mais avançadas na área de materiais. São laboratórios que ficarão à disposição não só dos centros de pesquisa governamentais, mais principalmente das empresas que vão enveredar por essa atividade de inovação. Esses laboratórios são fundamentais para a caracterização de materiais. E os materiais são elementos fundamentais na recuperação de setores industriais que estão sendo ultrapassados tecnologicamente.

Já o Reator Multipropósito é um equipamento para manipulação de energia nuclear. É um novo reator nuclear que aumenta a capacidade do sistema nuclear brasileiro de execução de vários projetos. Em particular, menciono aqui que é imprescindível para que o Brasil tenha uma indústria nacional de rádiofarmacos.

Como os senhores sabem, o elemento básico de toda a linha hospitalar para esses equipamentos de medicina nuclear é fornecido por esse sistema nuclear brasileiro. Então, como já estamos no limiar do esgotamento da nossa capacidade de suprir a demanda do setor hospitalar, isso é fundamental para que mantenhamos essa capacidade de fornecimento completo da demanda hospitalar no País.

Então, é fundamental que tenhamos uma indústria nacional de rádiofarmacos e desenvolvamos novas técnicas de medicina nuclear. São projetos fundamentais para avançarmos em áreas estratégicas da ciência, da tecnologia e, conseqüentemente, na geração de inovações.

Projetos estruturantes mobilizam. Planejamento tem que ter projetos estruturantes, onde as ideias que se pretende instalar em termos de política se concretizem.

Em termos de geração contínua de inovações, teremos já este ano um mecanismo no qual depositamos elevada expectativa de êxito: a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, a Embrapi, criada com inspiração na nossa conhecida Embrapa. Queremos ter uma estrutura que faça para a indústria e para a tecnologia industrial o que a Embrapa já fez para a tecnologia do agronegócio. A Embrapi vai servir de elo entre o meio científico e tecnológico e o mundo empresarial, para a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Resultado de parceria entre o MCTI e a Confederação Nacional da Indústria, o projeto-piloto da Embrapi já tem envolvimento de três importantes instituições de CIT: o Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro, o Senai Cimatec de Salvador e o IPT de São Paulo. Em breve teremos outras instituições, a exemplo da Coope do Rio de Janeiro e também a

Universidade Federal de Santa Catarina, através de sua organização Certi.

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação está sendo implementada em articulação com uma série de ministérios e órgãos do Governo Federal, inserindo a ciência e a tecnologia como protagonistas em suas políticas públicas e programas específicos.

Como mencionei, essa estratégia é uma política do Governo, não é uma política setorial do MCT. Nós estamos executando grande número de seus programas em parceria com outros setores governamentais, como o Ministério da Agricultura, através da Embrapa; o Ministério da Saúde, através de sua Secretaria de Ciência e Tecnologia; o Ministério das Telecomunicações, junto com a Telebrás; e o Ministério da Defesa – há intersecções importantes de programas do Ministério da Defesa com nossos programas, no caso, o Programa Nuclear, o Programa Espacial e o Programa de Desenvolvimento de Estruturas de TI para a Simulação de Operações Militares – é o caso da Estratégia Nacional de Defesa. São políticas que interferem e que, vamos dizer assim, se juntam, se reforçam, apóiam e recebem *input* da nossa estratégia nacional de ciência e tecnologia: a Estratégia Nacional de Defesa, o Plano Brasil Maior obviamente, o Programa Nacional de Banda Larga, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o Programa de Gestão de Riscos, Respostas e Desastres, entre tantos outros.

Na área de tecnologia de defesa, em que o MCTI atua em estreita parceria com o Ministério da Defesa, temos alcançado resultados alentadores em iniciativas, como o desenvolvimento do míssil A-Darter, um investimento conjunto de R\$250 milhões, e do navio de pesquisa oceanográfica, que contará com recursos da ordem de R\$80 milhões.

De 2003 para cá, o MCTI investiu mais de R\$1,5 bilhão na área de defesa, o que é fundamental para a soberania nacional. Essa é uma parceria que se estabeleceu nestes últimos anos, a partir do governo do Presidente Lula, e que cada vez mais se amplia, se articula melhor e dá contribuições mútuas. Nós estamos, inclusive, estabelecendo mecanismos de planejamento e avaliação desses projetos, que nós financiamos juntamente com o Ministério da Defesa, de forma que esses mecanismos com participação dos dois ministérios permitam um planejamento, uma avaliação e, portanto, um acompanhamento da eficácia desses projetos em conjunto, onde se manifesta o interesse da defesa e o interesse do MCTI. São comissões interministeriais, e nós queremos usar esse modelo também no acompanhamento das nossas atividades na cooperação com outros ministérios no governo brasileiro.

Outro grande projeto, que envolve, além do MCTI, o Ministério da Defesa e o Ministério das Comunicações e a Telebrás, é o desenvolvimento e lançamento do satélite geoestacionário, um investimento de R\$716 milhões que será crucial para o provimento de Internet banda larga no País todo.

O nosso Senador Eduardo Braga, quando Governador do Amazonas, sempre defendeu esse projeto, Senador Walter Pinheiro. Eu era Presidente da SBPC na época e fazíamos reuniões conjuntas defendendo a importância de se desenvolver ciência e tecnologia para a Amazônia, a primeira pessoa que eu ouvi falar que a solução satelital era a solução adequada para as comunicações na Amazônia foi o Senador Eduardo Braga, então Governador do Estado do Amazonas. Ele tem muito interesse nisso e eu acho que, no ano passado, quando definimos isso, ele ficou muito satisfeito com o resultado que o Governo agora está encaminhando para a execução.

Como parte de nossa política espacial, vamos desenvolver capacidade tecnológica autônoma e sustentável de modo a utilizar as condições geográficas privilegiadas de que o Brasil dispõe para lançamento de foguetes. Essa é uma área com forte cooperação internacional em que se destacam nossas relações com a Ucrânia, país que detém grande competência técnica na área de foguetes, e com a China, cujas tradicionais relações de cooperação foram reorganizadas e possibilitaram que planejássemos o lançamento de dois satélites: o Cbers 3, em novembro próximo, e o Cbers 4, em 2014. Significa o seguinte: nós vamos bater um recorde na área do Programa Espacial. Nós estamos bastante seguros que esses dois Cbers poderão ser lançados até 2014 e que esses satélites geoestacionários também. O recorde é em um mandato presidencial lançarmos três satélites – isso nunca aconteceu em nossa história, Senador Luiz Henrique.

Na área de energia, o MCTI tem trabalhado para ir além da pesquisa relacionada à cadeia de petróleo e gás. Estamos buscando excelência também na produção de energias renováveis, como a fotovoltaica, a eólica e a extraída da biomassa. O MCTI tem incentivado o desenvolvimento das tecnologias portadoras de futuro com enfoque especial na gestão de atividades de pesquisa em nanotecnologia e no incentivo à produção de *softwares*. Lançamos o SisNan – Sistema Nacional de Laboratórios de Nanotecnologia – e estamos avançando na criação de um Comitê Interministerial de Nanotecnologia. Na linha em que eu falava em relação à defesa, também essas atividades de nanotecnologia estão distribuídas em vários setores do Governo e serão orientadas e acompanhadas por um comitê interministerial, também.

Esse comitê vai conjugar a políticos recursos de oito ministérios envolvidos com a pesquisa em nanociência e nanotecnologia. Ainda neste ano, vamos anunciar a Política Nacional de *Software* que prevê estímulos para o setor, estimulará normas de certificação e facilitará a criação de fundos de *Venture Capital*.

Antes de começarmos a reunião, Senador Walter Pinheiro, eu ofereci ao Presidente Eduardo Braga que fizesse uma exposição, em um determinado momento, para os Senadores, para uma comissão ou para um grupo ou subcomissões aqui que tenham interesse de discutir essa Política Nacional de *Software*, que nós estamos amadurecendo para lançar... Quanto a isso, gostaríamos de discutir também aqui na Comissão para obter subsídios para fechar uma proposta que seja representativa dos interesses da sociedade brasileira.

Em relação a clima e biodiversidade, temos de comemorar na estruturação do Centro de Monitoramento de Desastres Naturais, cujos alertas emitidos neste ano nos ajudaram a poupar vidas. Este Centro, Senador, vamos dizer assim, foi determinado pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, e em seis meses ele foi implantado. Em janeiro deste ano, já começou a emitir alertas para vários eventos críticos de desastres naturais que acontecem no verão, especialmente no sudeste e no nordeste.

A atuação do Cemaden foi também importante na previsão de seca neste ano no nordeste. Desenvolveu diretamente a ajudar os governos do nordeste a avaliar essa questão da seca e nas consequentes medidas preventivas tomadas pelos governos federais e estaduais na região.

Esses projetos desse tipo mostram que, havendo decisão política de se fazer coisa, nós temos uma base técnica em condições de responder e desenvolver projetos com a presteza que o momento requer.

Há um mês lançamos o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros. Esse Sistema prevê a consolidação da infraestrutura e tecnologias necessárias para qualificar, reunir e disponibilizar *online*, gratuitamente, informações sobre a biodiversidade de todos os ecossistemas brasileiros. É um projeto que vai promover o conhecimento de nossa biodiversidade, de modo a possibilitar sua exploração sustentável e, consequentemente, sua preservação.

O Programa Antártico Brasileiro, Proantar, já está sendo recuperado da tragédia do início deste ano, que comprometeu cerca de 40% das pesquisas realizadas na estação Comandante Ferraz, no último verão. Não são 40%. Muitas vezes a imprensa noticia que nós perdemos 40% dos resultados das pesquisas que se fazem na Antártica. São 40% dos resultados das pesquisas realizadas no verão; não é em toda a história,

não. Então o desastre, evidentemente, sempre que há perdas de vidas as consequências são indesejáveis, mas, certamente, não é algo que nos imobiliza e nos inviabiliza para a continuidade dos nossos trabalhos.

Estão em curso estudos e projetos para a reconstrução da nossa base. Maior uso de navios especiais para pesquisas oceanográficas. Como já mencionei antes, nós estamos comprando um navio que poderá ser utilizado em apoio a essa pesquisa oceanográfica em Antártica e a intensificação das atividades de pesquisa em cooperação internacional. Estamos já estabelecendo parcerias com vários países que têm base na Antártica. Através dessas cooperações, nós podemos manter a continuidade dos programas até que a base seja reconstruída. Essas ações de cooperação internacional já correspondem a 76% das ações do Pró-Antártica. Nós já tínhamos, antes do evento trágico, cooperação de muitos países. Nós incrementamos agora na linha de termos meios de não descontinuar.

Toda essa robusta agenda de pesquisas sobre o clima, biodiversidade, pesquisas oceanográficas e energia limpa vai orientar a participação do MCTI na Rio+20, evento importante para a definição de uma governança ambiental global.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o MCTI conta com duas agências, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Finep, Financiadora de Estudos e Projetos, e com 18 institutos de pesquisa. Mais antigo órgão de fomento à pesquisa no Brasil, o CNPq mantém sua trajetória de evoluir a nossa atividade científica por meio da concessão de bolsas e diferentes modalidades de auxílio a pesquisadores. Quanto à Finep, gostaria de salientar que pretendemos dar continuidade aos propósitos de fortalecê-la como principal agente de financiamento público à inovação no Brasil. E, mais ainda, de dar-lhe condições para que se torne um grande agente de financiamento das atividades inovativas. Nesse sentido, a Finep tem recebido importantes aportes de recursos para incremento da inovação no espírito do plano Brasil Maior.

Em 2011, Senador, foram comprometidos R\$4 bilhões em créditos para as empresas inovadoras. Altamente significativo, é algo novo. Nós operamos recursos do PSI, que é um recurso do BNDES, conseguimos financiar a inovação num bom número de empresas. Isso é quase que outro orçamento da Ciência e Tecnologia, que muitas vezes a imprensa não considera, quando leva em consideração eventuais restrições orçamentárias devido a problemas de equilíbrio das contas públicas, etc., não considera que existe crédito disponibilizado para a empresa, que é um setor crítico, por questão de financiamento da inovação nas empresas, que tem que ser considerado quando

se somam os investimentos totais do Governo no conjunto das atividades.

As fontes e recursos são o FNDCT e principalmente o Programa de Sustentação do Investimento, PSI. Para este ano estamos trabalhando para que a Finep possa dispor de R\$6 bilhões para financiamento à inovação. Não é ainda um número decidido, mas estamos justificando perante o Governo Federal, Fazenda, e também o BNDES a existência de uma carteira que possa, vamos dizer assim, enfrentar, que tenha condições de utilização desses R\$6 bilhões.

Quanto aos institutos de pesquisa, estamos providenciando uma mudança na sua relação com o MCTI, que deverá promover o redirecionamento das atividades que realiza. Hoje subordinados a uma subsecretaria da Secretaria Executiva do MCTI, os institutos de pesquisa passarão a ser vinculados diretamente às Secretarias do Ministério, em conformidade com suas áreas de atuação. Por exemplo: os institutos dedicados às pesquisas nas áreas de tecnologia da informação serão vinculados à Secretaria de Política de Informática. O objetivo, com essa mudança, é alinhar os institutos às políticas de ciência e tecnologia do Governo. Ou seja, esses institutos terão missões, terão responsabilidade por desempenhar ações na implementação da política do Governo. Hoje, temos uma estrutura no Ministério que deixa esses institutos muito soltos, desenvolvendo atividades que são de iniciativa dos pesquisadores. Não há intenção de coibir isso, mas qualquer instituição de pesquisa tem de ter graus de liberdade que permitam a ela desempenhar plenamente a sua criatividade na busca de soluções para problemas científicos. Mas é importante que esses institutos, estando dentro do Governo, se diferenciem dos institutos universitários, por exemplo, de departamentos universitários, e sejam a eles atribuídas também essas missões da política de Governo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores. Em razão da amplitude da área de atuação do MCTI, e considerando que a ciência se assemelha a um edifício em constante e interminável construção, trouxe para esta audiência pública os aspectos do Ministério que consideramos mais relevantes neste momento da sua trajetória. Estamos e estaremos, todos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como é nosso dever, abertos aos questionamentos da Casa, dos ilustres representantes do povo brasileiro. Agradeço a oportunidade de aqui comparecer e a atenção e o interesse com que me ouviram. Estou aberto para as considerações dos Srs. Senadores. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Ministro, nós que agradecemos.

De imediato, passo a palavra aos oradores inscritos. O primeiro orador inscrito é o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, caro Ministro Marco Raupp – parente do Raupp, nosso Senador rondoniense, também um pouco catarinense –, Senador Luiz Henrique, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um privilégio para esta Comissão e para o Senado Federal ter a presença de V. Ex^a, Ministro, que demonstra estar inteirado e conhecer profundamente as questões ligadas à ciência e à tecnologia do Brasil e do Ministério, o que demonstra que este Governo da Presidenta Dilma escolhe com sabedoria, sempre voltado para as pessoas que têm sensibilidade, mas que também têm o conhecimento técnico necessário para conduzir uma Pasta de tamanha importância.

Percebo, Presidente Walter Pinheiro, que o Brasil vem acordando nos últimos anos. Conversava, antes do início desta reunião, com o Ministro e dizia a ele, como digo agora a esta Comissão, que o Brasil está nascendo para a ciência e a tecnologia. Acordamos para criar uma empresa brasileira de pesquisa industrial. Sou muito ligado ao setor produtivo, agropecuário deste País. Na semana passada, comemoramos os 39 anos da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Demoramos muito mais que isso para pensarmos em criar uma empresa brasileira de pesquisa industrial. Quero parabenizar o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Presidenta Dilma por essa iniciativa. Talvez não possamos perceber os resultados de forma imediata, mas no tempo, e ainda a nossa geração, vamos perceber a diferença que isso vai fazer para o Brasil como faz a diferença para o Brasil a Embrapa. Digo ao Sr. Ministro que o Brasil é um dos melhores países do mundo para se viver, que o Brasil tem a maior diversidade de povos, fruto da cultura de muitos países e regiões do Planeta. Temos os melhores solos, temos a melhor geografia, temos o melhor clima, temos as maiores florestas, nós temos os maiores desafios. Então, a possibilidade de sermos ainda maiores do que somos só depende de uma grande pesquisa industrial, desenvolvimento em pesquisa e também em tecnologia. Essa percepção da necessidade de se formar novos profissionais e buscar no mercado internacional essa formação é importantíssimo. Serão 100 mil bolsistas nos próximos anos e alguns países como a China, por exemplo, faz isso há décadas, há mais de cem anos, talvez há séculos. Suen Li, um dos expoentes do Comunismo chinês, estudou na França, na década de 20 e levou seu conhecimento e a sua influência para ajudar a transformar, tanto que a França, no início do Comunismo, nas décadas de 40 e 50, instalou mil siderurgias para processar o aço, porque

a visão era a de que o aço faria a diferença no futuro. E hoje nós temos no Brasil, por exemplo, um grande corredor exportador de minério de ferro para a China, onde é transformado e volta. Aqui nesta sala, garanto a vocês que há muito aço que vem da China ou muitos produtos oriundos da China, porque o nosso desenvolvimento em ciência e tecnologia ficou realmente parado no tempo e no espaço.

Não tenho perguntas a V. Ex^a. Eu tenho somente essas reflexões para dizer que o Brasil está no caminho certo. E desafios são tomados com certo rigor e principalmente com coragem. V. Ex^a, na condução desse Ministério, ocupa talvez uma das Pastas mais importantes para o futuro deste País.

Eu acredito que o Brasil será diferente daqui a pouco e nós ainda vamos perceber isso. Tudo será fruto da iniciativa que está sendo gerada, gerenciada dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador. Se os Senadores me permitirem, vou fazer uma espécie de rodada geral e, no final, o Ministro fará uma intervenção, um comentário em resposta aos Senadores. Poderia ser assim?

Então, com a palavra o Senador Luiz Henrique, nosso ex-Ministro de Ciência e Tecnologia e, portanto, autoridade no assunto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Senador Walter Pinheiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Ministro Marco Antonio Raupp, V. Ex^a, como Presidente do Inpe, deixou gravado na história deste País a execução de um projeto comandando pelo então Ministro Renato Archer, que resultou no mais importante acordo científico e tecnológico entre dois países em desenvolvimento: o Projeto do Satélite Sino-Brasileiro.

É importante assinalar que, naquela ocasião, nos anos 80, o Inpe construiu, em São José dos Campos, o laboratório de integração e testes. Na época, o único país em desenvolvimento que tinha um laboratório de integração e testes junto era o Brasil, ainda o tinha separado. Mas nós passamos a ter um laboratório de integração e testes juntos. Aquele acordo, que foi um grande desafio às potências então existentes, produziu frutos extraordinários para o nosso País, não de capacitação científica e tecnológica, como de monitoramento do nosso território, servindo à agricultura, ao meio ambiente.

Hoje nós festejamos uma redução gradual e periódica do desmatamento na Amazônia. Evidentemente, são os satélites que fornecem as estações de rastreamento que o Ministério espalhou por todo o País, desde

o Polo Sul até a Base de Alcântara. Os satélites oferecem essas informações minuto a minuto, dia a dia.

Agora, saudamos os dois novos satélites e o satélite geoestacionário que nos vai dar autonomia, soberania efetiva nas comunicações. O Senador Walter Pinheiro é um especialista nessa área.

V. Ex^a falou na divisão do pré-sal, e eu concordo que, na divisão do pré-sal, a área de educação, ciência, tecnologia e inovação seja privilegiada com uma parte. É preciso que, na parte dos Estados, se estabeleça uma destinação carimbada para essas áreas, porque hoje o maior investimento em pesquisa no País é feito pelos Estados, e aí há uma concentração brutal. São Paulo lidera com R\$5 bilhões de investimentos/ano em ciência e tecnologia. E os cinco Estados que seguem São Paulo – Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina – não chegam, cada um, a meio bilhão. De modo que, em relação aos Estados, isso também está concentrado. Não há apenas a concentração na área federal em função de um pacto federativo que põe 63% dos recursos na esfera federal, mas há também uma concentração dos investimentos de pesquisa nos Estados. E isso tem de ser observado, na nossa opinião, quando da distribuição dos *royalties* de petróleo.

Protocolamos hoje, Ministro Raupp, um requerimento na linha daquilo que conversei com V. Ex^a há cerca de dois dias. É um requerimento para criação, nesta Comissão, de uma subcomissão temporária para elaboração de um projeto de lei que resulte em um marco regulatório da mineração, exploração e produção de terras raras. Já assinalei aqui, em outra oportunidade, que o Brasil perdeu, marginalizando pessoas como o Almirante Álvaro Alberto e o Ministro Renato Archer, a possibilidade de ter dominado a produção de energia atômica nas décadas de 40 e 50. Em vez disso, vendemos materiais estratégicos, como tório, urânio, berílio, como *commodities*. Quando o Almirante Álvaro Alberto tentou importar as centrífugas para fazer o enriquecimento de urânio, foi proibido e acabou contrabandeando as centrífugas. Esse é um episódio fantástico da luta pela soberania nacional.

Agora, temo que percamos essa viagem das terras raras, que são fundamentais na nova era industrial que está pela frente. Por exemplo, se não formos capazes de produzir imãs permanentes, vamos ter que importar imã até para secador de cabelo das nossas mulheres, porque haverá uma evolução tal que reclamará que até mesmo secadores de cabelo tenham imãs de terras raras. Não vou falar na energia eólica, não vou falar na indústria automobilística, na tomografia, na ressonância magnética, nos iPhones, nos iPads, nos iPods, mas vou me referir a produtos industriais mais

simples, que também vão demandar imãs de terras raras. O Brasil já avançou e recuou que nem caranguejo nessa área. Na década de 80, nós estávamos caminhando para dominar o ciclo tecnológico desses elementos estratégicos.

A ideia é, em cooperação, é evidente, com o Ministério, com seus cientistas, com seus tecnólogos, com o apoio da universidade brasileira, nós fazemos um grande esforço para produzir um novo marco regulatório nessa área. O Brasil celebrou com a Alemanha um convênio para dominar o ciclo de produção de imãs desde a mineração e seleção até a construção de um laboratório fábrica, que está a cargo da Certi, de Santa Catarina, e da Fundação Frau Hoffer, da Alemanha. Esse é um projeto que, se acelerado, vai nos dar, nessa área, um grande ganho comparativo com outras nações em desenvolvimento.

No mais, cumprimento V. Ex^a pela exposição. Não tenho dúvida que há aqui, não apenas na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas no Senado como um todo, a consciência de que investimos pouco em ciência e tecnologia, que, apartados os investimentos na Petrobras, o setor privado investe quase nada na inovação. É preciso, através da Ibrape, que é iniciativa brilhante do Ministro Mercadante, envolver o setor privado na pesquisa científica e tecnológica. Nos países desenvolvidos e até mesmo na Coreia, 70% dos investimentos em inovação são feitos por empresas privadas. Aqui no Brasil, 70% dos investimentos são feitos pelo Estado, seja pelo governo federal, estadual ou municipal.

Então, há aqui no Senado uma consciência de que é preciso ampliar os investimentos em ciência e tecnologia. É preciso estabelecer uma agenda nacional de absoluta posteridade para esse tema. Antigamente, governar ou estabelecer políticas era atender prioridades. Agora, neste admirável mundo novo, mais admirável do que propunha Aldous Huxley, nós temos é que adivinhar as posteridades, o que é preciso fazer hoje que seja útil no futuro. E dentro dessa linha é que o Senado estará à sua disposição, à vossa disposição, para aumentar o volume de recursos orçamentários e para ser seu parceiro na criação de políticas que sirvam ao desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes, que está inscrito.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente Walter Pinheiro; bom dia, Ministro.

Sem dúvida, as pesquisas é que fazem a grande diferença. O senhor comentou sobre programas em que outros ministérios estão também envolvidos, liga-

dos, e em conversas com o nosso Ministro da Pesca, nosso querido Senador Marcelo Crivella, a quem estou aqui substituindo inclusive, a gente percebe que, nesse setor tão grande, como ele tem falado, o Ministério pode ser considerado pequeno, pode ter uma estrutura pequena, mas o setor é um colosso, como tem dito o Ministro. Sem dúvida que, na questão de pesquisa, na questão de ciência e tecnologia, o setor também está distante, e muito distante, da realidade de outros países, eu creio que exatamente em função da pesquisa e da tecnologia.

Eu tenho conversado com pessoas do setor. Por exemplo, na Itália, foi-me apresentado o que eles chamam lá de gaiola, onde eles fazem a criação mar adentro, mais longe da costa. Eu vi o vídeo e me impressionei com a tecnologia ali empregada. Não é uma simples gaiola feita de forma amadora, não; é uma coisa realmente extraordinária. Foi colocado que, através dessa tecnologia, a pesca na Itália teve um desenvolvimento muito grande.

Então a minha pergunta, o setor citou vários setores, mas com relação à pesca, com relação ao Ministério da Pesca, existe algum programa, algum projeto do Ministério para que se alcance esse desenvolvimento? Por exemplo, no Rio de Janeiro, eu tenho muita proximidade com o nosso Secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, que esteve na França e falou com o Ministro – inclusive já estão trabalhando o Ministério e a Secretaria – sobre trazer para cá o Liceu da Pesca – na França existe o Liceu da Pesca. Quer dizer, nós estamos conversando a respeito disso. Sem dúvida, a pesquisa e a tecnologia são importantes para isso. Então a minha pergunta é se existe algum programa, algum projeto do Ministério de Ciência e Tecnologia envolvendo o Ministério da Pesca.

Eu também quero registrar, ouvi o Senador Sérgio falar sobre isso, a importância da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial. Quando se fala em pesquisa, também me chama a atenção uma coisa. Eu creio que todos aqui, ou a maioria, devem ter lido algo que achei muito interessante. Semana passada, li em uma revista de grande circulação que já está se pensando na exploração de minérios em asteróides, quer dizer, já está se pensando na mineração espacial. Não é uma coisa para agora, mas imaginem para onde nós vamos. Coisas que, quando jovem, pareciam apenas de ficção científica, hoje vemos que estamos caminhando para isso.

O Brasil tem que realmente avançar nisso, os investimentos têm que ser maiores. Como disse o nosso ex-ministro, se somarmos os investimentos dos Estados que ele citou, não chega à metade de São Paulo. Se cada um investe meio bilhão, somados os Estados

não dá a metade do que São Paulo investe. Realmente o Brasil tem que avançar, tem que investir muito mais. Eu creio, por tudo o que o senhor apresentou aí, que há realmente esse desejo, há essa boa vontade. Mas o senhor citou uma coisa importante: a vontade política para que se efetue realmente, para que aconteçam realmente as coisas. E essa é a nossa preocupação.

Parabenizo-o pelas informações trazidos e deixo minha pergunta em relação ao MCTI e ao Ministério da Pesca especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Marco Antonio Raupp, Sr^{as} e Srs. Senadores, assisti ontem, no Jornal Nacional, a divulgação de um estudo, no sentido de que as nações com menos recursos naturais foram as que mais investiram em ciência, tecnologia e educação, a exemplo de Taiwan, de Singapura e de outros, onde até areia é importada. E o Brasil, com essa quantidade imensa de recursos naturais, está exportando a preços muito baixos e investindo pouco em ciência, tecnologia e educação. E, quando investe nessas áreas, o Brasil o faz de forma errada. O Brasil, por exemplo, mandou muitas pessoas para fora, para que elas estudassem e se formassem e, depois, voltassem ao País, mas muitas delas não voltaram.

É claro que recursos naturais o Brasil os tem de sobra. Talvez, seja uma das nações em que há mais recursos naturais. Pergunto se parte desses recursos, tanto os do minério, como os do pré-sal e do petróleo, pode ser investida em ciência, tecnologia e educação.

Muitos cientistas se formaram fora do Brasil, mas, agora, o Velho Mundo está enfrentando dificuldades. Assim, muitos deles estão retornando ao País. Não haveria como incentivá-los, para que eles retornassem, em maior quantidade, ao País, para ajudar o nosso País? Era essa a indagação que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, que esperou com paciência. Sua hora chegou.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – E chegou rapidamente, Sr. Presidente.

Cumprimento o Presidente desta Comissão, Senador Walter Pinheiro.

Cumprimento o nosso amigo Ministro Marco Antonio Raupp.

É uma alegria muito grande recebê-lo aqui, mais uma vez, Ministro. É um privilégio para o Brasil contar com um Ministro da Ciência e Tecnologia da estatura de V. Ex^a.

Quero cumprimentar o Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias. Em nome dele, cumprimento todos os servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Cumprimento também os pesquisadores, os secretários e os diretores de institutos vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Cumprimento os nossos colegas Senadores.

Quero dizer da importância desta audiência pública.

Serei muito breve, Sr. Ministro.

Quero apenas resgatar o fato de que, ainda no governo do Presidente Lula, na gestão do então Ministro Eduardo Campos, foi lançada uma política industrial tecnológica e de comércio exterior. Naquele momento, foram definidos os setores prioritários dessa política: a área de fármacos, de microeletrônica, de bens de capital e de *softwares* e áreas denominadas portadoras de futuro, áreas de biomassa, de biotecnologia e de nanotecnologia. Como programas estratégicos para o País, foram adotados o Programa Nuclear, o Programa Espacial, que tem em V. Ex^a um grande expoente, o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Amazônia brasileira.

Recentemente, lançamos, num evento conjunto da Comissão de Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério do Meio Ambiente, o Sistema de Informações da Biodiversidade Brasileira, importantíssimo para o conhecimento, para podermos juntar, digamos assim, toda a produção científica brasileira acerca do conhecimento da biodiversidade, para que, conhecendo-a, possamos utilizá-la adequadamente em benefício do nosso País.

Minhas perguntas seriam sobre – e gostaria que V. Ex^a fizesse um relato – como está a formação dos recursos humanos nessas áreas. Ao se definirem as prioridades, a ideia era exatamente a de que o CNPq, por meio de seus diversos programas, desse um foco, em função até da escassez de recursos ou da falta de recursos para atender a todas as demandas que seriam necessárias para um país com os desafios e as dimensões do Brasil, ao defender áreas prioritárias, nos investimentos em formação de recursos humanos nessa área.

Outra questão era sempre recorrente nos debates envolvendo a área de ciência e tecnologia: a necessidade de se garantir uma integração maior, inclusive rompendo algumas resistências que existiam na comunidade acadêmica, entre a comunidade acadêmica e científica e o setor produtivo, até em função de um entendimento que a inovação tecnológica majoritariamente produz dentro da empresa. Nesse sentido, a contribuição que o Congresso Nacional deu, a partir

de uma iniciativa do Poder Executivo, foi a aprovação da Lei de Inovação.

Mas, ainda na Câmara dos Deputados – e o Senador Walter Pinheiro participou de muitos destes debates –, tivemos várias audiências públicas que demonstravam a dificuldade de implementação da Lei de Inovação no País, até por uma falta de cultura de inovação. Os próprios setores jurídicos das instituições federais tinham dificuldade de incorporar os conceitos de inovação, e, num ambiente de pouca segurança jurídica, havia algumas restrições ao avanço do processo de implementação da Lei de Inovação e dessa interação entre as instituições de pesquisa e o setor produtivo.

Eu gostaria de saber se há alguma avaliação feita no Ministério de Ciência e Tecnologia no âmbito do Governo Federal e alguma sugestão de aperfeiçoamento da Lei de Inovação para que ela possa cumprir melhor, digamos assim, todos os objetivos para os quais ela foi criada.

Outra questão bastante objetiva. É muito importante registrar a contribuição dada pelo Senador Luiz Henrique, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, que deve ser um compromisso desta Comissão: entendo que devemos nos mobilizar de forma organizada junto com a Câmara dos Deputados, envolvendo outras comissões, em função da importância estratégica do tema para garantir não apenas recursos significativos, mas recursos regulares para a área de ciência, tecnologia e inovação.

Não sei como está, Walter, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano, mas uma conquista do Parlamento, num determinado momento, foi exatamente a proibição de contingenciamento dos recursos de ciência, tecnologia e inovação, em função de que essa prerrogativa se estendeu para outras áreas. E, num momento de aperto fiscal, que obrigou a Presidenta Dilma a fazer cortes no Orçamento, em função da proibição de contingenciamento, isso foi um problema que acabou vetando na Lei Orçamentária recursos destinados à área de ciência, tecnologia e inovação, no ano passado.

Eu li em algum jornal, em um clipe que recebemos diariamente, que V. Ex^a, corretamente, iria solicitar à Presidenta Dilma – e estava com boa expectativa – mais recursos para investimentos na área de ciência, tecnologia e inovação.

Nesse sentido, eu gostaria de saber qual é a avaliação do Ministério sobre isso; o que seria uma suplementação orçamentária necessária para cumprir, digamos, os projetos e os programas definidos como essenciais pelo Ministério ao longo deste ano; e como estão os investimentos de subsídio às empresas que

promovem inovação tecnológica previstos na legislação brasileira.

Como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, quero me colocar inteiramente à disposição desse esforço que já devemos empreender, de sensibilização do restante da Casa, para garantir investimentos em ciência, tecnologia e inovação de forma regular.

É importante ressaltar que, hoje, o debate que está muito presente na Casa e que tem sido uma preocupação demonstrada reiteradamente pela Presidente da República é o dito processo de desindustrialização do País, ou seja, nós temos cada vez mais as *commodities*, as matérias-primas ocupando uma parcela maior na pauta de exportações do nosso País e nós não queremos nos tornar um país produtor apenas de alimentos e de *commodities*. E para que possamos, efetivamente e de forma sustentável, incorporar valor à nossa produção industrial, ampliar a participação da nossa produção industrial na composição do nosso Produto Interno Bruto, precisamos garantir recursos significativos no desenvolvimento científico e tecnológico e na produção de inovação, senão, daqui a cinco, dez anos, estaremos diante desse mesmo problema. Então, isso, claro, tem a ver com a formação de recursos humanos, tem a ver com os desembaraços da lei de inovação e, é claro, tem a ver com a destinação de recursos significativos e regulares para a área de ciência, tecnologia e inovação.

Eu gostaria de ouvir um panorama, pedindo desculpas, Ministro, porque é possível que V. Ex^a já tenha feito essa exposição na sua fala inicial; é muito provável. Mas eu quero me desculpar porque cheguei atrasado. Estávamos num debate sobre o Código Florestal, de como construir uma solução política para o impasse do Código Florestal, em função da votação na Câmara. Por isso, não tive a oportunidade e o privilégio de ouvir a exposição de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Com a palavra o Ministro Raupp.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Muito obrigado, Presidente.

Eu vou abordar, aqui, as diversas colocações dos Senadores, procurando juntar aquelas que sejam compatíveis.

A manifestação do Senador Sérgio Souza coloca uma questão fundamental para nós, que é da continuidade desses investimentos. A pior coisa que tem para consolidação são os altos e baixos, já que estamos construindo uma base, qualificando essa base e procurando atingir a área empresarial, ou seja, as atividades que desenvolvemos nos institutos de pes-

quisa queremos levar às empresas, à continuidade, dado que é uma atividade nova no Brasil e precisa ter continuidade. Você começar a coisa com altos e baixos, entra naquela história tão bem colocada pelo Senador Luiz Henrique. A gente tem a iniciativa, mas se não é dada continuidade, a coisa cai e é decepcionante, inclusive para os que estão atuando no setor, sendo desmotivador e enfraquecendo tremendamente toda essa mobilização para executar uma política que vai nessa direção. Então, é uma observação importante.

É fundamental ter em mente, sempre, que oscilações não só orçamentárias, mas nas condições de trabalho, por exemplo, nas condições em que operam essas atividades de ciência e tecnologia é crucial. É preciso ter investimentos em todas as áreas e é melhor não atingir picos muito altos no início, mas irmos subindo gradativamente, do que ficar oscilando. Isso, sem dúvida nenhuma, é muito importante.

As observações do Senador Luiz Henrique, que é um velho militante do MCTI, como também o Senador Rollemberg... É um grande prazer estar aqui, Senador, porque tem vários Senadores...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu, não tão velho.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – ... que já atuaram dentro do MCTI.

O Senador Rollemberg é mais novo, mas foi um grande secretário...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Está conservado.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Então, é um grande prazer reencontrá-los aqui, porque foram colegas, de certa forma, na atuação nessa área.

O Luiz Henrique atribuiu toda a responsabilidade pelo programa sino-brasileiro de satélites e recursos naturais, mas ele tem uma parte importante que omitiu, por modéstia. Ele foi a pessoa que assinou o convênio, na China, juntamente com o Presidente Sarney.

Ele coloca a questão das terras raras. Pena que ele não está aí, mas para informação dos Senadores em geral, nós já temos aqui... nós estamos... Ele me alertou, há duas semanas, sobre essa questão de terras raras que o pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina, o professor Schneider está negociando com a Alemanha, na Fundação Fraunhofer. É uma iniciativa muito importante que estamos observando e apoiando. Está certo? Mas ainda não se configurou. Então, ele, provavelmente alertado pelo professor Schneider, lembrou-me que precisamos tomar atitudes.

Eu recebi, agora, informações de que já estamos tomando medidas. Isso é vital. Vamos ter programas que vão ser coordenados pelo meu assessor especial,

Prof. Adalberto Fazzio, que vai cuidar tanto da área de nanotecnologia quanto dessa área de terras áridas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Não tem furo para não acontecer, porque o Prof. Fazzio vai fazer.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Com certeza. Mas o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos já organizou um seminário, dia 16 e 17, sobre terras áridas, fazendo o levantamento de todas as competências e propondo alternativas de atuação.

Com relação à Fundação Certi, eu já falei algumas vezes com o Prof. Schneider e, **certamente, ele vai participar** desse seminário. Esse seminário vai ser a pedra fundamental para a gente tomar iniciativas em terras áridas, estruturar as nossas ações em terras áridas. Nós já temos feito muitos estudos, temos consciência da importância. Com certeza, aí é mais um elemento de competência entre ministérios.

Essa questão de lavra mineral em terras áridas vai ter que ser um programa também em colaboração com o Ministério de Minas e Energia. Estamos nos conscientizando de que a maioria das nossas atividades é sempre em cooperativa com outros ministérios. Essa habilidade que desenvolvermos em estabelecer essas parcerias vai ser fundamental para que tenhamos sucesso em todas as propostas. Realmente, a atividade de ciência e tecnologia é uma atividade transversal e nós temos que ter sempre em mente isso.

Senador Eduardo Lopes, existe colaboração entre o Ministério da Pesca e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Há vários programas. Recebi informações dos assessores de que temos editais conjuntos, pela via do FNDCT, para financiar projetos lá no Ministério da Pesca. Inclusive, já conversei com o Ministro Crivella que temos que nos encontrar para retomar as atividades que desenvolvíamos juntos, com o antecessor dele, que é o Ministro Luiz Sérgio. Chegamos a financiar projetos lá e tem produtos, como a anchoíta, que é um novo produto que estão lançando. Esse produto foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande – Furg e tem apoio do MCTI. Fomos nós que financiamos. Inclusive, ele distribuiu esse produto para várias pessoas. Eu recebi um e aprovei. Eu comi a anchoíta e gostei muito, comprovei a qualidade do produto. E está lá, financiado pelo MCTI/CNPq. O CNPq é que financiou.

Então, temos bastante colaboração.

O Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE – é um órgão do Ministério e colabora com o Ministério da Pesca na utilização de satélites para a localização de cardumes. É um sistema desenvolvido e utilizado pelas embarcações de pesca. Esse é um projeto em

conjunto e foi estimulado pelo Ministério da Pesca e nós desenvolvemos isso.

Temos, agora, grandes perspectivas para a compra de um navio oceanográfico, que está se configurando. Ontem, conversando com os responsáveis na Marinha, disseram-me que hoje, talvez, estivesse definida, finalmente, essa compra. Não só o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Marinha têm participação nessa compra, mas também a Petrobras e a Vale. Eles vão entrar com recursos para nos ajudar a comprar. É um investimento de mais de R\$100 milhões. O Ministério da Pesca, assim como Petrobras, o Programa Antártico, serão beneficiários desse novo navio, que é um grande laboratório ambulante.

Os Senadores sabem que, hoje, a questão da Amazônia Azul, da nossa costa, com os recursos disponíveis lá, da pesca, voltados para a alimentação, hoje em dia, fortemente, o lado da prospecção da indústria do petróleo, é fundamental exercermos soberania e aprofundarmos nosso conhecimento sobre toda essa zona costeira brasileira, sobre a plataforma continental, indo além de toda a zona de exploração comercial.

Então, à medida que as atividades econômicas se intensificam, a demanda por ciência e tecnologia é maior. Daí porque a Petrobras, que tem a tradição de financiar essas atividades, está comparecendo; a Vale também está entrando nesse financiamento e vai beneficiar o Ministério da Pesca, com certeza.

Eu me congratulo com a sua observação de que para nós é fundamental a vontade política para se estabelecer e tomar essas decisões de investimentos, porque em investimentos sempre se tem várias alternativas disponíveis, mas a sociedade tem que manifestar um interesse. A discussão no Congresso para estabelecer quais são as prioridades dentre os vários interesses da sociedade brasileira é fundamental.

O nosso é uma atividade de futuro. Ele não gera resultados no amanhã, mas talvez no depois de amanhã, na semana que vem ou no ano que vem. Então, é muito importante a visão prospectiva para a tomada dessas decisões, porque se não tivermos cuidado, estaremos tomando decisões só para o dia de amanhã e, assim, estaremos prejudicando o nosso futuro.

Então, na questão da ciência e tecnologia, a visão de futuro e a vontade política decorrente dessa visão são fundamentais para apoiar, por exemplo, essa política.

Senador Valdir Raupp, o percentual de bolsistas que não voltam não é muito grande, é da ordem de 2%. Mas tem que ser evitado, obviamente. E ele se manifesta mais quando o Governo tem programas que impulsionam a ida de cientistas para lá. Em condições normais, é 2%.

Então, agora que estamos entrando nesse programa Ciência sem Fronteiras, estamos preocupados com isso. É um grande investimento do Governo brasileiro e não podemos dar um tiro no pé, ou seja, mandar gente que fique por lá. Investirmos em desenvolvimento e gerar recursos humanos que serão utilizados por outros países, eventualmente países ricos, quando deveria estar acontecendo o contrário. Portanto, estamos tomando bastante cuidado com isso.

Estamos organizando, no Ministério de Ciência e Tecnologia, um grupo que, à medida que esses estudantes vão tendo condições de voltar, vai fazendo a alocação desse pessoal em organizações empresariais ou em institutos de Governo, para que eles sejam alocados conforme a sua especialidade, de forma compatível e, assim, seja plenamente utilizada a sua expertise, o que eles aprenderam lá. Essa é uma preocupação. Temos que cuidar disso, otimizar o investimento, caso contrário corremos esse risco.

Certíssimo. O Senador Rollemberg... Essas prioridades... A grande coisa... Antes de falar do Senador Rollemberg, um Senador mencionou a questão dos Estados, a distribuição dos *royalties* do petróleo para os Estados, a parte que vai para Estados e Municípios.

É muito importante que haja uma participação maior de Estados e Municípios no financiamento da ciência e tecnologia. Por quê? Por várias razões. Primeiro porque essa atividade de ciência e tecnologia tem que ser disseminada, tem que ultrapassar essas barreiras das regiões dos Estados mais desenvolvidos e ir para os Estados menos desenvolvidos. A ciência e a tecnologia são vitais para os Estados da Região Nordeste, da Região Amazônica.

O Nordeste tem muitos problemas que a ciência e a tecnologia podem ajudar como, por exemplo, esse problema de água, de utilização de água, de armazenamento de água para usar em momentos de crise. Tem toda essa previsão das configurações climáticas para ajudar no planejamento das atividades econômicas. Então, a ciência e a tecnologia têm condições de ajudar. Mas é preciso investir lá, e não são organizações daqui. Essas poderiam ser mobilizadas para ajudar, mas a iniciativa sempre tem que ser de organizações de ciência e tecnologia localizadas nessas regiões.

Na Amazônia, por exemplo, não precisa nem dar exemplo, tamanha a importância que o conhecimento científico e tecnológico tem para o desenvolvimento da Região.

Então, a descentralização de recursos para investimento pelos Estados é muito importante. E a iniciativa ser deles, eles sabem muito melhor do que nós aqui da região Sudeste onde colocar esses recursos.

Nós temos desenvolvido, é tradição na área de ciência e tecnologia, fazer uma cooperação, fazer uma política comum e implementação dessa política conjunta das fundações de pesquisa estaduais, das secretarias estaduais de ciência e tecnologia com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Isso se amplia cada vez mais. Isso aconteceu fortemente, por exemplo, na decisão sobre esses institutos nacionais de ciência e tecnologia, que são, vamos dizer assim, organizações importantes para direcionar pesquisas em determinados setores e de interesse para determinadas regiões.

Por exemplo, isso fez crescer, significativamente – esses projetos, os institutos de ciência e tecnologia, foram escolhidos 11 para a Região Amazônica – fizeram crescer grandemente os investimentos em ciência e tecnologia do Governo Federal nessa região. E esses programas e outros também têm participação dos governos estaduais, das Faaps estaduais.

Então, essa participação é fundamental por essa razão que estou falando, porque eles têm mais consciência e podem visualizar objetivos e políticas científicas juntamente com o Governo Federal, na destinação desses recursos, mas tem outros aspectos muito importantes que se caracterizam cada vez mais. É a ideia de que a política de ciência e tecnologia é uma política de Estado. Aquela razão que eu mencionei anteriormente que investimentos têm que ter continuidade, não podem ficar ao sabor dos acontecimentos, para ter resultados, para ter eficácia na execução da suas políticas.

Então, uma maneira de viabilizar, que a política de ciência e tecnologia seja realmente uma política de Estado, é termos a cooperação permanente do Governo Federal com os governos estaduais, porque a diversidade política, se você olhar o conjunto do Estados, é grande. Quase todos os partidos, todas as forças políticas têm representações nos Estados, de alguma forma. Então tudo isso se soma, todas essas forças políticas se somam quando há uma cooperação da União com os Estados. Isso nós estamos explorando bastante.

O Senador Rollemberg, na sua atuação no Ministério de Ciência e Tecnologia, sabe bem que os programas lá são altamente cooperativos. Inclusive há um estímulo para que os Estados invistam. O Governo Federal estimula os Estados a investirem dizendo: se o Estado tomar a iniciativa de investir um real num determinado programa, o Governo Federal comparece também com outro real ou dois, dependendo da situação.

Isso estimula muito essa cooperação, o que contribui para o distensionamento, para a superação das desigualdades regionais, e principalmente fortalece a

ciência e tecnologia na condição política. Isso é uma política de Estado e não só dos governos. Nós temos consciência disso.

Acho que foi o Senador Luiz Henrique que falou que deveria se utilizar bastante, aumentar bastante a capacidade dos recursos, quando ele falou sobre pré-sal, que esses recursos que vão ser destinados aos Estados, eles vão fortalecer os Estados.

Para nós, isso é muito importante. Nós, do Ministério da Ciência e Tecnologia, nem no Governo Federal nós somos exclusivistas em matéria de investimentos, os investimentos vêm de todos os lados, de todos os ministérios setoriais que têm projetos finalísticos.

Nós ajudamos. Esse projeto do Ministério das Comunicações e Ministério da Defesa, de lançar um satélite de comunicações, é um exemplo disso. A finalidade é promover comunicação em banda larga, é promover comunicações estratégicas do Governo. Está certo? Mas o que a Ciência e Tecnologia tem a ver com isso? Tem experiência de lidar com o programa espacial, para aportar a essa organização do projeto e vai ter o benefício. Como é um projeto grande, é uma compra governamental importante, nós temos que colocar no modelo de gestão do projeto instituições com capacidade de absorver, de aproveitar essas negociações de fornecimento de equipamentos e de partes do satélite, de trazer tecnologia, de absorver ou estabelecer programa de transferência de tecnologia.

Então, é aí que a gente participa. Quer dizer, um programa como esse, cujo ato “finalístico” é atender o interesse de outros ministérios, mas que contribui para o desenvolvimento tecnológico do País, propiciando um importante programa de transferência de tecnologia, com impacto direto no programa espacial como um todo.

Então, nesse tipo de coisa, nessa colaboração, eu vejo cada vez mais que o grande desafio, vamos dizer assim, para o Ministério, o desafio operacional de como o Ministério tem que atuar é esse. Nós temos que ser um Ministério transversal. Nós temos que ter capacidade de lidar não só com a diversidade dos órgãos do Governo Federal, mas também com a diversidade nos Estados, dentro dessa perspectiva. Nós temos que juntar forças para atingir o máximo dos resultados.

Senador Rollemberg, essas prioridades vão se somando. Ninguém muda de prioridade de um dia para o outro. Todos esses itens aqui são importantes dentro da política do Ministério e têm recebido bastante apoio do nosso Ministério. Só que, muitas vezes, como muda o planejamento do Governo a cada quatro anos, a cada PPA, mudam às vezes os nomes dos programas. Mas todos eles aqui, toda nanotecnologia, utilização de biomassa para energia, programa nuclear, programa

espacial, todos estão dentro das prioridades do atual planejamento do Governo.

Com algumas novidades. Por exemplo, o programa nuclear e o programa espacial. Eles estão em dois grandes programas do Governo, que são a Estratégia Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Então, o que se está explorando agora, a meu ver, no nível da operação do Governo Federal, é estimular que essas áreas, vamos dizer assim, que estão na intersecção da atuação de mais de um ministério, sejam operadas com eficiência, em conjunto, e não separadamente.

Até o conceito de Ministério da Defesa relativamente ao que era antigamente, cada Força tinha um ministério, ajuda muito nisso. Já há uma integração entre as várias Forças Armadas no País, promovida pela própria instituição do Ministério da Defesa, que nos ajuda demais. Por exemplo, nesse relacionamento e na busca de administração conjunta desses programas. E dá força também, dá mais força à própria política de ciência e tecnologia, porque passamos a fazer parcerias com todos esses órgãos. E a mesma coisa para outros ministérios.

Os recursos humanos estão na ordem do dia, Senador. A própria Presidenta Dilma interfere nessa questão de formação de recursos humanos. Ela acredita que esse é um grande desafio para o País. O País tem que atacar certas lacunas que nós temos aqui na formação de recursos humanos. E é daí que vem o Programa Ciência sem Fronteiras, para estimular... Dela. Iniciativa dela, Presidenta Dilma, executada por nós, junto com o Ministério da Educação, mas foi ela que concebeu basicamente a idéia central. Temos deficiência em certas áreas, que são as ciências naturais. O nosso sistema de formação de recursos humanos tem que, evidentemente, se abrir para todas as atividades: ciência, tanto ciência da engenharia, como ciências naturais, mas ir além, ciências biológicas, humanidades e tudo isso.

Mas o Ciência sem Fronteiras está focando áreas que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento industrial, para o desenvolvimento econômico, que são essas áreas da ciência da engenharia. Dei números aqui que mostram que nossa deficiência na formação de engenheiros é muito grande.

E mais ainda. O fato de não ter havido desenvolvimento no País, durante muito tempo, fez com que até os engenheiros que formávamos aqui, nas melhores escolas, como o ITA, por exemplo, fez com que a maioria dos engenheiros se formasse lá e fosse trabalhar onde? Nos bancos, no sistema financeiro. Aconteceu esse fato neste País. Muitos engenheiros formam-se em engenharia e não vão “engenheirar”. Quando é que

os engenheiros vão “engenheirar”? Quando houver oportunidade de trabalho para eles, quando as empresas estiverem envolvidas no processo construtivo, no processo de construção do País, no processo de desenvolvimento do País.

Quer dizer, tem que ter política de desenvolvimento. Senão essas coisas não têm consequência. Ficam isoladas. Isoladamente, esses tipo de apoio massivo, por exemplo, na área de recursos humanos, tem que ter respaldo na absorção desses recursos humanos pelo próprio sistema. E aí tem que ter um clima de desenvolvimento econômico.

Quando digo aqui que a China produz 680 mil engenheiros por ano, nós produzimos 40 mil, por quê? Porque a China está num processo de construção de um novo País, com toda a sociedade envolvida por anos e anos, continuamente.

Nós temos que ter também um período deste tipo, em que todos os vetores apontam na mesma direção. Novamente aquela questão da continuidade, insistir nas políticas, não pode ficar oscilando, senão ficam com altos e baixos. E aí existem grandes desperdícios associados a essas oscilações.

Essa conjugação é o grande desafio do desenvolvimento, é a conjugação dos esforços dos vários setores.

Eu acho que administrar uma política e promover uma política de desenvolvimento é um grande desafio que é ajustar todos esses setores, trabalhando na mesma direção. Os vetores apontando na mesma direção.

Então, é importante. A Presidenta entende, o Governo entende. A proposta do Governo é o desenvolvimento econômico. Queremos ter crescimento, queremos ter desenvolvimento. Então, vamos fazer por onde. Para isso é preciso também um grande desenvolvimento desse programa de recursos humanos.

E aí ele foca também outro aspecto. Queremos fugir um pouco da nossa tradição bacharelesca no nosso País, concentrar em áreas que serão necessárias diretamente, e o perfil profissional diretamente necessário para o desenvolvimento do País.

É por isso que ele concentra em Ciências da Engenharia e nas Ciências Naturais, esses são os mais requisitados. Está aí o exemplo da China, está aí o exemplo dos países da OCDE, que não têm volumes tão grandes como os da China, mas sempre têm lá sua tradição, de manter sua formação de engenheiros, porque são países industrializados, cujas empresas demandam o serviço de engenharia.

Nós já tivemos uma engenharia muito melhor que temos hoje. Já tivemos engenharia consultiva, empresas, nessas grandes obras, por exemplo, Itaipu, Tucuruí e muitas outras obras, tinham consultorias im-

portantes, empresas de consultoria. Com essa parada no desenvolvimento, tudo isso foi embora. Vamos ter que recuperar tudo isso.

Então, é um esforço que vem nessa linha.

A integração academia e setor produtivo é fundamental. Aí há dois aspectos, Senador, e o senhor já observou muito bem, há o aspecto legal. Temos que ter estrutura legal para fazer isso, porque a academia no Brasil é pública, está dentro das universidades públicas. O que a gente classifica de setor acadêmico, o sistema de geração do conhecimento está dentro das universidades públicas. O setor produtivo é privado.

Então, há uma relação público/privado que é complicado. Só que aqui nós temos lei para a relação público/privado para contratar fornecedores de serviço, fornecedores de produtos, quando o Estado contrata do setor privado. Produtos de prateleira. Claro, é uma lei bastante rigorosa e nenhuma crítica a esse aspecto.

Mas ela não é adequada para o novo tipo de relacionamento que tem que ter academia-público com o setor produtivo, que é privado, que é o relacionamento tipo parceria. São parcerias que têm que ser feitas, para um grupo acadêmico trabalhando para um projeto de interesse de uma empresa, para desenvolver um produto, ele tem que desenvolver um produto novo, ele não sabe quando aquele negócio vai terminar e nem quanto vai custar de antemão.

Na lei que regula as relações público/privado hoje você tem que saber preço fixo, tempo fixo, etc., etc. com margens de 25% ou coisa que o valha.

Aqui, não é bem assim. Então, tem que ter uma certa flexibilidade não no sentido de rigor de fiscalização do uso de recurso público, não é nisso. É no atendimento a esses requisitos que são próprios. Que a fiscalização e o acompanhamento adequados ao tipo de atividades que estão sendo desenvolvidas, porque aqui é parceria. Vamos correr riscos juntos. Então é diferente. Contamos com o apoio do Congresso, existe iniciativa do marco legal e estamos ajudando a desenvolver essas propostas, na Câmara e no Senado, que estão em tramitação aqui.

Nós, do Ministério da Ciência e da Tecnologia, articulados com a Academia, que é a Academia de Ciência, também a SBPC e outras instituições científicas, como a Sociedade Brasileira de Física e também com a Confederação Nacional da Indústria, nós estamos articulando melhorias que achamos importante serem trazidas para esses projetos de lei que estão correndo aqui.

Agora, já vamos trazer então para o Congresso propostas trabalhadas tanto junto às empresas, à Confederação da Indústria, quanto junto à Academia.

Eu acho que a gente vai dar uma grande contribuição. Esse é um trabalho feito no Ministério, sob a equipe do Luiz Elias, nosso secretário executivo, sob a supervisão dele eu acho que vamos chegar a bom termo logo. Um mês teremos uma proposta que vai conciliar todas essas visões. Aí queremos a oportunidade de vir aqui e trazer a nossa proposta, Senador, ao Congresso, tanto o que corre aqui no Senado como o que corre na Câmara.

Então, tem bastante coisa para fazer aí, não é? São dois aspectos na integração, é o legal. Outra coisa, realmente, um ponto importante, a Academia não tem experiência de procurar a empresa e nem a empresa tem experiência em procurar a Academia. As duas se desenvolveram, a industrialização no País, a constituição no Sistema de Ciência e Tecnologia no País, eles cresceram e foram criados independentes um do outro.

O processo de industrialização, a gente tem uma base industrial significativa, mas o processo de estabelecimento dessa base se deu em situações privilegiadas para empresas que se constituíram nesse processo, tanto nacionais quanto internacionais. O mercado foi ofertado para eles, tinha salvaguardas em relação à competição internacional, salvaguardas legais, políticas e uma série de coisas. A industrialização foi estabelecida assim. Não havia demanda por tecnologia, porque eles não competiam fora. Eles tinham o mercado à sua disposição aqui e não era um mercado suficientemente grande para ter competição entre eles mesmos. Competição forte, que eu estou falando, que demandasse a inovação.

Agora não, estamos numa outra situação a partir da globalização. E tudo isso. Essas empresas, para a gente ter essa base industrial consolidada e que avance, temos que ter empresa com grande capacidade de competição, não só aqui, mas também no exterior, para se consolidar, para efeitos de exportação, disputar mercado lá fora e se estabelecerem lá fora.

Esse é o padrão de desenvolvimento que nós temos hoje aí. Isso coloca um desafio às empresas. Hoje estão se conscientizando de que sem inovação não se consegue ter essa competitividade. Então, hoje começa a haver essa necessidade de a Academia interagir com a empresa. Nós temos que também ter mecanismos que estimulem isso. Cabe ao Governo estimular, não é o Governo que vai fazer essa interação, mas cabe ao Governo estimular.

Nós temos um projeto importante já concebido na gestão do Ministro Mercadante, que é a criação da Embrapi – Empresa Brasileira de Pesquisas Industriais –, mas é para fazer o que a Embrapa fez, só que num estilo diferente. Não dá para reproduzir o modelo Embrapa, não vamos poder criar centros como a Embrapa

tem, centros em todo o Brasil. Não existe como fazer isso, porque a gente tem que usar o que existe no Brasil hoje. A Embrapa desenvolveu um momento quando tinha muita pouca coisa em termos de instrumentos efetivos para ela utilizar para fazer essa aproximação da empresa com a Academia. Aqui é diferente, nós temos que usar instituições de P&D e usar as empresas que estão aqui. Já estão muito bem estabelecidos esses dois, nós temos que aproximar esses dois.

Essa Embrapi tem o conceito de ser um elemento de articulação. É uma empresa, uma personalidade jurídica que tem que fazer articulação com a demanda industrial por P&D, por inovação, com a oferta existente nos institutos. Selecionar os que têm capacidade de atender a uma determinada demanda. A governança deve contemplar os interesses na indústria também como os interesses da política industrial, os interesses do Governo. Tem que ser uma espécie de parceria público-privada.

Então, em boa hora foi criada no Governo Lula. Temos de viabilizar esse conceito de parceria público-privada e definir uma personalidade dessa que possa ter participação da indústria, porque a indústria tem de botar dinheiro também nessa operação, como catalisadora da oferta de serviços e da demanda por esse serviços. Não tem sentido o governo financiar tudo isso aí. O Governo tem de colocar também, mas é dividido. A parceria público-privada é que tem de ser essa Embrapi nova. É um novo modelo, porque é uma nova realidade. Nós estamos trabalhando nisso.

Queremos logo, logo... Estamos conversando com os parceiros, com a SNI. Hoje quem está operando, numa situação experimental ainda, é a SNI. A Finep financia a SNI para ela repassar recursos para alguns institutos, que são três: é o INT, no Rio de Janeiro; o IPT, em São Paulo; e um centro lá da Bahia, um centro do Senai da Bahia, para atender a essas demandas. Mas nós temos de ampliar isso; ampliar isso não só nos setores industriais, nos mais amplos setores industriais, mas também no País todo. Então, tem de ser uma coisa maior.

Estou defendendo hoje que a gente tem de ter uma personalidade jurídica própria e tem de ser uma parceria público-privada, porque tem de ter dinheiro das empresas também. E as empresas estão prometendo; elas estão prometendo. As grandes empresas querem colocar recursos. A CNI mesmo tem interesse total nisso aí.

Então, são dois os problemas na relação academia-empresa. Um é realmente ter estímulo para levar um a atender o outro e ter essa articulação. Isso é a Embrapa; e outro é ter marco legal adequado para ter essas... Nós estamos começando a andar nessa

questão do marco legal. Não é que não existe nada. Você mesmo mencionou aí a Lei de Inovação, a Lei do Bem, etc. Mas a nossa tradição jurídica não é mole. Desculpe a terminologia aqui. Mas quando você entra com essas novas leis – essa é uma experiência de gestor que tive de instituições públicas –, quando você vai executar essa Lei de Inovação ou Lei do Bem, etc, você começa a bater na estrutura geral da legislação brasileira, em certos princípios. E têm alguns choques.

Então, essa visão que está ocorrendo no Congresso agora, nessas duas leis, é de eliminar esses possíveis entrelaçamentos que existem entre essas novas leis – e por isso chamam de Código, eu acho. Não entendo bem disso, mas imagino que Código é porque é uma coisa que vai ser compatibilizada com toda a estrutura global. Daí é muito importante a atuação do Congresso.

Mais recursos e recursos regulares.

Isso aí é permanente, Senador. Mas a gente tem de entender também. A gente não pode ficar...principalmente porque eu estou no Governo, eu sou o Governo. Não vou ficar aí agora contradizendo a política econômica de equilíbrio fiscal, de equilíbrio econômico, do País, etc., que é fundamental, se não nem teria investimento em ciência e tecnologia. Então, a gente tem de respeitar, obviamente, e tem de procurar ajustar, fazer mais com menos, como diz a nossa Presidenta. Ou seja, ajustar. O ideal, o que a gente quer, o que a gente acha que tem de fazer, com a possibilidade da realidade. Tem de compatibilizar desejo, ideia do que é ideal, com a realidade. Isso se chama viabilizar as coisas. Então, é nosso papel fazer isso. É o nosso papel e também o do Congresso Nacional. O Congresso Nacional também tem de olhar isso de um ponto de vista amplo.

Eu dei uma entrevista ontem, no jornal, e me perguntaram: Mas o senhor foi cortado lá, e o que o senhor vai fazer? Eu vou fazer duas coisas – só que eles só colocaram uma: eu vou fazer cooperação com outros Ministérios que também tiveram cortes. Então, temos de juntar interesses de mais de um Ministério. Vamos fazer cooperação com empresas, como temos cooperação com Petrobras, com Vale, no financiamento de projetos nossos. E também, se precisar de mais recursos, pedir. Qual é o problema? Aí colocaram só aquele negócio. É um negócio chato, porque foi tirado do contexto da minha resposta. É sempre assim.

Desindustrialização. Essa questão da desindustrialização é tudo isso que a gente está falando aqui. É evidente que caiu muito a participação da indústria e nós não podemos ser só fornecedores de *commodities*. Nós aspiramos a muito mais, inclusive para o

benefício da melhoria da qualidade de vida da população brasileira, de empregos da melhor qualidade e etc.

Nós não podemos nunca abdicar dessa questão da base tecnológica na indústria, não é? Porque isso aí é gerador de emprego altamente qualificado e ninguém joga fora esses empregos; mas sem desprezar também a produção de *commodities* no Brasil, que também é altamente tecnificada, é altamente tecnologicizada, por exemplo, na produção de alimentos, a agricultura ocupando aí as áreas... E agora esse grande desafio que nós temos de compatibilizar produção com conservação ambiental.

Se nós superamos isso com sabedoria, nós vamos ter uma qualidade de produtos nossos, da área agropecuária, importantíssima. Vai valorizar o nosso produto, esse desenvolvimento sustentável, que é o objetivo aí da Rio+20. Se a gente encontrar um caminho aí, nós teremos valorizado tremendamente a nossa posição na competição global.

Então é uma questão tecnológica também a questão de como produzir essas *commodities*. A gente não deve achar que por ser *commodity* não interessa. Interessa sim. Houve um momento em que a gente falava isso, que o preço das *commodities* iriam cair e os produtos industrializados, com mais valor agregado, iriam subir, mas acontece que tem valor agregado também nas *commodities*.

Então a questão é o valor agregado. Quanto mais valor agregado, mais emprego qualificado. Pode ser em *commodity*, pode ser em produto industrial, em qualquer coisa.

Então a ciência e tecnologia, em qualquer lugar, está presente e é muito importante a meu ver.

Muito obrigado então, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Bom eu que agradeço, Sr. Ministro, e a comissão também agradece a presença de V. Ex^a. Acho que é importante até para a gente sintonizar os trabalhos desta comissão com a estratégia nacional, com os desafios apontados, e comprometer a comissão nesses desafios.

Eu só lamento... Eu sempre tenho feito esse registro, Ministro, nada contra a presença do senhor, mas eu fico cada vez mais preocupado, porque a gente faz audiências como esta, da importância desse tema, revelada inclusive pelos parlamentares que aqui estiveram, principalmente pelo seu caráter, não só de intertextualidade, mas principalmente pelo caráter hoje definidor que a ciência e tecnologia tem. Nós terminamos convivendo com a chamada concorrência do processo de funcionamento das comissões aqui na Casa. Portanto, isso vai prejudicando o debate e invia-

bilizando até, às vezes, o que eu chamaria muito de resultado consequente de uma audiência como essa.

Só para o consumo do senhor e do nosso nobre Rodrigo Rollemberg, que pediu a V. Ex^a uma segunda exposição, só do tempo de pergunta para cá o senhor falou quase 50 minutos, na resposta das perguntas e dos comentários. Isso mostra, inclusive, não essa questão do gastar do tempo, mas a profundidade com que essa coisa tem interação com todas as áreas, portanto revela a importância de instâncias como esta, mas também da gente identificar qual é a melhor forma de fazer isso para que tenhamos oportunidade de contribuir no Orçamento, tenhamos a oportunidade de contribuir no tocar do Ministério, ou seja, a nossa contribuição conseguir chegar e, portanto, fazer essa ligação a que o senhor se referiu aí, do início até a ponta, passando por todos os ministérios e envolvendo o Parlamento nessas questões, mas é sempre bom a gente interagir aqui e é sempre bom a gente ouvir essas ponderações apresentadas pelos ministros na Casa, para que a gente não só se comprometa mais, mas que a gente se envolva mais no desenvolvimento dessas questões.

Então eu quero, mais uma vez, agradecer, inclusive, a presença do Ministro e de toda a sua equipe aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, e encerramos esta audiência pública com um sentimento de que é possível a gente avançar cada vez mais para consolidarmos a política de ciência e tecnologia no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 23 de maio de 2012.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Lobão Filho, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Ivo Cassol e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de

Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 629, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o relatório favorável é aprovado, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 488, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que “Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes.” O relator designado é o Senador Eduardo Lopes e o relatório pela rejeição do projeto é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 11, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Angela Guadagnin, que “Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é favorável. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 556, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o relatório favorável, nos termos do substitutivo oferecido é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 5: Requerimento n.º 20, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, que requerem “..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de debater a utilização indevida política e economicamente das rádios educativas administradas por fundações. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública:

Sr Paulo Bernardo, Ministro da Comunicação; Sr. Mario Sartorello, Associação das Rádios Públicas do Brasil”. O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 423, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 350, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE INTEGRIDADE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 359, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SAN-RAIMUNDENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 375, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE ARICANDUVA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aricanduva, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 356, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE QUATITUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itutuba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 378, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSO-

CIAÇÃO BENEFICENTE EDUCATIVA NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 379, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO SÃO JOÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à TV E RÁDIO CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceres, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 298, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à BEIJAFLORE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaituba, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 376, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BENEVIDES FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benevides, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 377, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA RÁDIO DE VEREDINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veredinha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV

SUBAÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL IBIPETUBA-ASCIB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 364, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TIMBÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 370, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FÊNIX RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 402, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RAMALHENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Ramalho, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato

que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 401, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES DE PIRITUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipixuna do Pará, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 357, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENADORENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador José Bento, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 385, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tailândia, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 390, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecno-

logia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA DA BARRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 400, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 405, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO QUERÊNCIA DE SANTO AUGUSTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 395, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão à MOREIRA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 432, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PARAÍSO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 443, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º**

458, de 2011, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMPRESA RADIOFÔNICA OURO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 304, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM CRISTINA, OURO PRETO E PORTAL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 361, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA VOZ LIVRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Ludgero, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 397, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE OSVALDO CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 393, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilõezinhos, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 412, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FARROUPILHA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.” **O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 4, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 358, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à AKATU FM LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada**

à RÁDIO DIFUSORA DE PIRASSUNUNGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA E ARTESANAL DE CARAPAJÓ** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Moju, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 396, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO FM CONCÓRDIA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 460, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE VALENÇA LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Nesse momento, os Senhores Senadores Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Luiz Henrique requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Projeto e Requerimentos com o que todos concordam. Extrapauta, Item 1: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CENTROESTE LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Benedi-

to de Lira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 2: Requerimento n.º 21, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro, que requerem “..., nos termos regimentais, em adição ao Requerimento no 47/2011-CCT, de minha autoria e que solicitou a realização de Audiência Pública para “debater a proposta de criação do Novo Código da Ciência”, a inclusão de novo convidado para compor a mesa de expositores, que vem a ser Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.” O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 3: Requerimento n.º 22, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Henrique, que requer “..., nos termos dos arts. 73 e 76, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada a ‘Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil’, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com prazo até a conclusão da tarefa.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicado da Presidência:

A Presidência comunica, de acordo com o que dispõe o art. 4º, § 1º do Ato nº 2 de 2011, da CCT, que disciplina o tratamento a ser dado aos avisos mi-

nisteriais de comunicação de alterações de controle societário em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora, edições e imagem, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que foi emitido despacho determinando o arquivamento dos processos referentes aos avisos datados até 31 de dezembro de 2010, como já dito, conforme o Ato nº 2, de 2012, da CCT.

Os mencionados processos vão ao Arquivo e a relação dos mesmos encontra-se à disposição de V. Ex^{as} na secretaria desta Comissão.

Passamos à pauta da Ordem do Dia de hoje.

Como ainda não temos quórum para iniciarmos as discussões, nós estabelecemos a proposta de fazermos a leitura dos relatórios e, quando houver quórum, colocaremos em discussão e em votação.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira pediu uma inversão de pauta para o **Item 3**.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, que dispõe sobre a elaboração e o arquivo em meios eletromagnéticos.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto cuja epígrafe V. Ex^a acaba de anunciar iniciou sua tramitação no Senado há cinco anos, tendo recebido parecer favorável desta Comissão em março de 2010, na forma de substitutivo, quando tramitava em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007.

No mês seguinte, relatório do Senador Adelmir Santana apresentado à Comissão de Constituição e Justiça chancelava o substitutivo aprovado nesta Comissão, quando sua tramitação foi suspensa com a aprovação do requerimento que determinou o apensamento ao PLC nº 23, de 2010.

Em março de 2011, contudo, a aprovação do requerimento nº 1.008, de 2010, determinou que o PLC nº 11, de 2007, voltasse a ter tramitação autônoma, sob análise exclusiva desta Comissão.

O objetivo central do projeto é assegurar a equivalência jurídica para todos os fins de direito da cópia digital de um documento em relação ao original firmado em papel, de forma que seja possível destruí-la antes de transcorridos os prazos prescricionais, sem perda de valor probatório. Para tal, exige-se que a digitalização do documento original empregue certificado digital emitido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), instituída pela Medida Provisória nº 2.220/02, de agosto de 2001.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Indubitavelmente pioneiro e visionário na adoção da tecnologia da informação, o PLC nº 11 foi apresentado na Câmara dos Deputados há mais de uma década, quando a tecnologia disponível e os custos de processamento e armazenamento da informação não contribuíam para que se propusesse a equivalência jurídica entre uma cópia digital e seu original. De fato, o País não contava com recursos capazes de assegurar a autenticidade e a integridade de documentos eletrônicos, pressupostos básicos para se cogitar tal equivalência.

Durante a tramitação do projeto, contudo, o País viu nascer a ICP-Brasil, um aparato de tecnologias e procedimentos de segurança capaz de garantir bom nível de confiabilidade para documentos eletrônicos e reduzir substancialmente os custos de transação, seja por reduzir o custo direto de armazenamento, seja pela facilidade de consulta remota ao conteúdo desses documentos, gerando ganhos de eficiência para toda a economia.

O projeto em tela propõe que avancemos na utilização dos recursos da ICP-Brasil, que já confere integridade, autenticidade e validade jurídica para os documentos gerados e mantidos em meio eletrônico. Esse sistema permite, por exemplo, que a movimentação de processos no Poder Judiciário seja feita atualmente em formato digital. Os certificados digitais também vêm sendo utilizados com sucesso pelos bancos e pela Receita Federal para aumentar a segurança nas transações financeiras e na circulação de informação sensível.

Se aprovado, o PLC nº 11, de 2007, fará com que o País reduza a ainda mais a utilização do papel em favor das novas tecnologias. Como a cópia eletrônica passa a ter o mesmo valor probatório do original impresso, serão raras as situações em que a manutenção de documentos em papel se fará necessária. Adicionalmente, o projeto autoriza a destruição de parte do legado de documentos impressos, com salvaguardas aos de valor histórico.

A eliminação de toneladas de papel certamente se traduzirá em expressivas reduções de custos para as empresas brasileiras e em benefícios para o meio ambiente.

Embora a sociedade e a economia em geral ganhem com essa substituição tecnológica, sabe-se que a distribuição de ganhos e perdas não será igual entre os agentes. Para os bancos, por exemplo, o projeto gera, de fato, redução nos custos operacionais, pois possibilita a destruição de milhares de cheques emitidos diariamente e a aposentadoria definitiva da tecnologia de microfilmagem, utilizada desde a década de 1960.

Por outro lado, os cartórios precisarão investir em modernização de processos e de tecnologia para oferecer serviços mais eficientes aos cidadãos. Cabe ressaltar que não haverá alterações na sua missão precípua de conferir “fé pública” às transações. Os serviços registrais continuarão responsáveis por conferir publicidade a fatos capazes de afetar a vida das pessoas, complementando os serviços prestados pela ICP-Brasil. Na verdade, vários cartórios já atuam dentro da estrutura da ICP-Brasil como Autoridades de Registro, cuja atribuição de identificar pessoalmente o requerente de um certificado digital é crítica para a validade de todo o processo de equivalência jurídica que se pretende implementar com o PLC nº 11, de 2007.

Sabe-se que a cultura de usar o papel como meio de registro e de prova precisará de longo tempo para se modificar e se adaptar às novas tecnologias. Sabe-se também que novas formas de fraude surgirão à medida que essas tecnologias disseminem-se pela sociedade.

A regulamentação da matéria pelo Poder Executivo será capaz de antecipar alguns riscos, mas somente a prática poderá orientar o legislador na otimização da norma.

Portanto, não se justifica atrasar a aprovação do projeto em busca de eventuais ajustes pontuais de redação.

Esse processo de modernização tecnológica que visa reduzir o uso do papel não começa agora. Vem ocorrendo paulatinamente em variadas situações do dia a dia das pessoas e intensificado pelas novas gerações, que não se sentem desconfortáveis com o que, em sua percepção, não é uma “nova” tecnologia, mas a forma natural de fazer as coisas.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, não obstante os objetivos do projeto e o competente relatório feito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela complexidade do caso, que exige um exame mais acurado, eu peço vista do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vista coletiva, então, concedida ao Senador Luiz Henrique, ao Senador Cyro Miranda e aos demais Senadores.

(É o seguinte o item para o qual foi concedida vista coletiva:

Item 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2007**
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

Autoria: Deputada Angela Guadagnin

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu pediria, portanto, ao Senador Cyro Miranda para relatar *ad hoc* aqui, no plenário da nossa Comissão, o Item 1 da pauta, relatado pelo Senador Gim Argello, de autoria do Senador Paulo Paim.

Nós estamos com quórum e teremos matérias deliberativas e terminativas. A CAE ainda não abriu e, portanto, aqueles que são, como eu, membros aqui e lá podemos ficar absolutamente tranquilos, porque ainda não tem número na CAE e não iniciou ainda o trabalho lá.

Portanto, eu pediria ao Senador Cyro Miranda para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, que altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Solicito a V. Exª que, ouvido o Plenário, seja apreciado extrapauta o requerimento em que solicito que seja criada subcomissão temporária para elaboração de projeto de lei de marco regulatório da mineração e exploração de terras-raras no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu digo a V. Exª que terei o maior prazer em submeter o requerimento, tão logo possamos concluir a Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, que pretende incluir os projetos de apoio cultural ao serviço de radiodifusão comunitária entre aqueles aptos a receberem incentivos fiscais. De autoria do Senador Paulo Paim, a iniciativa tem por objetivo, segundo seu autor, minimizar os problemas de financiamento não equacionados pela Lei nº 9.612, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Na análise, Sr. Presidente, a matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão.

E cabe ressaltar, de início, que a implantação do Serviço de Radiodifusão Comunitária significou o reconhecimento da importância e da necessidade dessas emissoras como veículos de prestação de serviços de utilidade pública e de integração das comunidades onde estão instaladas.

Portanto, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem quera discutir, coloco em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

O voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

(É o seguinte o item apreciado:

Item 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 629, DE 2011**
- Não Terminativo -

Altera os arts. 3º e 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o apoio cultural ao Serviço de Radiodifusão Comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Observações:

1) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 28/03/2012 e 18/04/2012.

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos; e em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

Passamos, portanto, ao **Item 2** da pauta.

O Senador Eduardo Lopes é o relator da matéria, que é o Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2011, que dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O autor da proposição em análise argumenta corretamente que se generaliza o consumo de eletroeletrônicos e que, como o ciclo de vida desses equipa-

mentos é cada vez mais curto, o acúmulo de produtos inservíveis ou obsoletos é inevitável e tende a crescer. Também no Brasil, a questão do descarte ambientalmente adequado do chamado lixo eletroeletrônico é complexa e cada vez mais preocupante.

Apoiado nesses pressupostos, o Senador Blairo Maggi apresenta o projeto de lei que institui a responsabilidade pós-consumo do setor empresarial de eletroeletrônicos mediante a obrigatoriedade da implantação de sistema de logística reversa para os produtos inservíveis descartados pelos consumidores.

No entanto, ao examinar o PLS nº 488, identificamos, de imediato, que a matéria já está normatizada na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Lei da PNRS regulamenta de forma bastante ampla e adequada o gerenciamento dos resíduos sólidos em todas as suas formas, inclusive no tocante ao descarte e à disposição final ambientalmente adequada de eletroeletrônicos inservíveis, mediante os seguintes princípios:

- princípio da responsabilidade compartilhada;
- princípio da logística reversa.

Nesse contexto, o tratamento a ser dispensado especificamente aos eletroeletrônicos descartados está regulado pelo art. 33 da Lei da PNRS, como veremos a seguir.

Então, no relatório, nós falamos sobre isso e observamos, Sr. Presidente, que o PLS 488, do Senador Blairo Maggi, visa a regulamentar a matéria, mas ela já está totalmente disciplinada no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Pelo exposto, então, votamos pela rejeição do Projeto de Lei 488.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em discussão o Projeto de Lei nº 488. (Pausa.)

Não havendo Senadores que queiram discutir, coloco em votação o parecer do Senador Eduardo Lopes.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

Item 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, DE 2011 - Não Terminativo -

Dispõe sobre a coleta e a destinação final de equipamentos eletroeletrônicos descartados e seus componentes.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela rejeição

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passamos ao **Item 4** da pauta. (Pausa.)

O Senador Walter Pinheiro está ausente, dando uma entrevista.

Passamos ao **Item 5** da pauta.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para...

Aliás, perdão, é um requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena. O Senador não está presente e vamos deixar para colocar em votação quando da presença do Senador, para que ele possa defender o seu requerimento.

Então, passaremos, agora, ao projeto de decreto legislativo terminativo.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para relatar, em substituição ao Senador Gim Argello.

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2011, Item 6 da pauta, que Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Governo do Estado de Goiás – Agência Goiana de Comunicação – Agecom, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 423, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada ao Governo do Estado de Goiás – Agência Goiana de Comunicação – Agecom, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a e consulto o Plenário. Tendo em vista que todas as matérias a seguir são terminativas, faremos a leitura de todos os relatórios e, ao cabo, votaremos e discutiremos todas as matérias.

Então, eu peço ao Senador Eduardo Lopes que relate o **Item 7**, Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2011.

Com a palavra, o Senador Eduardo Lopes.
Sete, oito e nove.

Com a palavra, o Senador Eduardo Lopes, para relatar os referidos itens da pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou direto ao voto, uma vez que nós já temos a análise e o relatório.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 350, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rede Integridade de Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o **Item 7** da nossa pauta.

Da mesma forma, o **Item 8**, fazendo as mesmas análises de documentação, de constitucionalidade, de juridicidade, também votamos pela aprovação da outorga à Associação Sanraimundense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí, na forma do decreto originário da Câmara dos Deputados.

O **Item 9**, da mesma forma, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária da cidade de Aricanduva de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aricanduva, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara.

Então, esses são os três votos, os três relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, não estando presente ainda o Senador Walter Pinheiro, que está dando uma entrevista, mas esta na Casa, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para relatar, em plenário, o **Item 14**, em substituição à Senadora Angela Portela, o Projeto de Decreto Legislativo nº 298, de 20011.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser, também são da relatoria da Senadora Ângela Portela os itens 14, 15 e 16. Assim, teríamos mais agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, V. Ex^a poderia fazê-los da mesma forma.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Sr. Presidente, o **Item 14** outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de

Itaituba, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Assim, também, o **Item 15**, página 200, outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Benevides FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benevides, Estado do Pará.

Item 16, página 210, chega a esta Comissão, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Rádio de Veredinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veredinha, Estado de Minas Gerais.

Essas três, Sr. Presidente, estão em conformidade, como determina o Regimento Interno do Senado, e o nosso voto, tendo em vista exame da documentação, é pela aprovação das três outorgas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Solicitamos ao Senador Walter Pinheiro que relate o **Item 10** da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 356; o **Item 11**; o **Item 12** e o **Item 13**, todos de sua relatoria.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, a partir do **Item 10**?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Do **Item 10** ao 13.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O PDS nº 356, de 2011; o PDS nº 378, de 2011; o PDS nº 379, de 2011; e o PDS nº 6, de 2012.

Não encontramos nada que justificasse não submeter essa matéria à apreciação. As informações, conforme previsto principalmente na nova resolução, foram atendidas pelo Ministério das Comunicações. Portanto, não encontramos óbices do ponto de vista constitucional, legal. Somos pela aprovação das matérias em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro, vamos aos Itens 17 e 18.

Peço ao Senador Valdir Raupp que relate, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, o **Item 17** e o **Item 18** da pauta, o Decreto Legislativo nº 13, de 2012, e o Decreto Legislativo nº 15, de 2012.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PLS não evidenciou violação da disciplina a matéria e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação desta matéria.

Da mesma forma, o **Item 18**. Também não havendo reparos quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, relator da matéria relativa ao **Item 19** da pauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2012.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PDS nº 29, que Aprova o ato que renova permissão outorgada da Vip Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, no Estado de São Paulo.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado, esse projeto se encontra apropriado na sua juridicidade e constitucionalidade. Portanto, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 29 não evidenciou violação da legislação, somos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Vip Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a e peço que relate, em substituição ao Senador Benedito de Lira, os Itens 20, 21 e 22. Na sequência da Ordem do Dia: Projetos de Decretos Legislativos nºs 364, 370 e 402.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O PDS nº 364 Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina

O PDS nº 370 Aprova o ato que renova a permissão e outorga da Fênix Radiodifusão Ltda., originalmente Radiodifusão Carvalho e Martins, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo.

Por último, da relatoria do Senador Benedito de Lira, há o PDS nº 402, página 266, destinado a aprovar o ato que outorga à Associação Comunitária Cultural Ramalhense de Comunicação para executar serviço de radiodifusão na cidade de João Ramalho, Estado de São Paulo.

Tendo em vista que, dessas três outorgas, o exame de documentação que acompanha esses PDSs não evidenciou violação, somos pela aprovação das outorgas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para relatar o **Item 23**, de sua relatoria, e peço também, tendo em vista a ausência do Senador Ivo Cassol, que relate o **Item 24**. O **Item 25** é do Pará. Então, tenho de pedir a outro que relate.

Portanto, relatando o **Item 23** e o **Item 24** o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, o **Item 23** trata do PDS nº 25, de 2012, que renova concessão outorgada à Rádio Independente Ltda.

A documentação está de acordo com a legislação que disciplina a matéria. Não havendo reparos quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Independente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O **Item 24**, Relatoria do Senador Ivo Cassol, também da mesma forma que trata do PDS 401, de 2011, outorga autorização à Organização dos moradores de Pirituba, Estado de São Paulo. Também a documentação está de acordo com a legislação pertinente e, não havendo reparo com relação aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, somos pela aprovação do ato que outorga autorização à Organização dos Moradores de Pirituba, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para relatar, em substituição ao Senador Ivo Cassol, o **Item 25**, e a Senadora Maria do Carmo Alves, o **Item 26**.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O nosso voto é pela aprovação do ato que outorga permissão à SBC – Radiodifusão Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ipixuna, Estado do Pará, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Presidente.

Item 26 também, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O 26 também, por gentileza.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Da mesma forma, o nosso voto é pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itapema FM de Santa Maria Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O Prefeito de Santa Maria é o ex-Deputado César Schirmann, do PMDB do Rio Grande do Sul.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Pediria ao Senador Lobão Filho que pudesse relatar, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, os Itens 27, 28 e 29, referentes ao Projeto de Decreto Legislativo 357, no Estado de Minas Gerais, 385, no Estado do Pará, e 390, no Estado de São Paulo.

Com a palavra, o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, em relação ao **Item** 27, o voto, tendo em vista que a documentação que acompanha não evidenciou nenhuma violação da legislação, não havendo reparos em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o voto é pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Senadoreense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador José Bento, Estado de Minas Gerais, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Em relação ao **Item** 28, tendo em vista os mesmos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o voto é também pela aprovação do ato que outorga a permissão à Terra FM Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Tailândia, Estado do Pará, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Em relação ao **Item** 29 da pauta, dando sequência aos mesmos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, depois da análise, o voto é também pela aprovação do ato que renova a aprovação outorgada à Rádio Emissora da Barra, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Barra Bonita, Estado do São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para relatar os Itens 30 e 31 da pauta.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Item** 30, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 400, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão, outorga a Rádio Band e TV Bandeirantes de Campinas Ltda, para explorar serviço de sons e imagens, na cidade de Campinas, Estado do São Paulo.

O **Item** 31. Tendo em vista que o exame da documentação do PDS 405 também não evidenciou aspectos de reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Querência de Santo Augusto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para relatar os Itens 32 e 33 da pauta.

Pediria que o Senador Valdir Raupp, em substituição ao Senador Cícero Lucena, relatasse também os Itens 34 e 35.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão à *Moreira Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, o **Item** 33, é pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Paraíso FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

V. Ex^a me pede para relatar os Itens 34 e 35?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Seria exatamente os itens 34 e 35.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Nosso parecer é pela aprovação do ato que renova a

permissão outorgada à *Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.* Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E com relação ao **Item 35**, nosso parecer também é pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Empresa Radiofônica Ouro Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço ao Senador Walter Pinheiro que relate os Itens 36, 37 e 38 em substituição aos Relatores originários tendo em vista as suas ausências.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para relatar os Itens 36, 37 e 38 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, nos Itens 36, 37 e 38, que, mais uma vez, temos a oportunidade de relatar, encontramos também todas as exigências apresentadas por resolução desta Comissão. Portanto, estão em perfeita sintonia com os dispositivos legais e constitucionais.

Dessa forma, somos pela aprovação dos três projetos ora por mim relatados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a a economia do relatório. Gostaria de solicitar ao Senador Flexa Ribeiro que substituisse a Presidência, tendo em vista que sou Relator de uma matéria na CAS, Senador Alfredo Nascimento, logo, terei que relatá-la e voltar para a nossa Comissão. Portanto, pediria ao nosso Senador Flexa Ribeiro que designasse os Relatores a partir do **Item 39** da pauta ora em discussão.

Passo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

O **Item 39** é agora.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria ao Senador Sérgio Souza que, como Relator *ad hoc*, pudesse emitir os pareceres dos Itens 39, 40, 41 e 42.

Item 39. Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2011; **Item 40,** Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2011; **Item 41,** Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2012, e **Item 42,** Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2011.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, como Relator *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, no **Item 39**, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 393 encontra-

-se nos termos da lei, somos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Instituto de Promoção e Ação Social Francisco Pereira dos Santos para execução de serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilõezinhos, Estado da Paraíba, na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O **Item 40** também não evidencia reparos quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa. Sendo assim, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Farroupilha de Comunicação Comunitária para exercer o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto que veio da Câmara dos Deputados.

No **Item 41**, no mesmo sentido, somos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Imigrantes de Turvo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto que veio da Câmara dos Deputados.

Eram os relatórios e votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sérgio Souza.

Peço ao Senador Alfredo Nascimento para relatar o **Item 43** e, também, como Relator *ad hoc*, os Itens 44, 45 e 46.

O **Item 43** trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2012. Também, como Relator *ad hoc*, o **Item 44**, Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2011, o **Item 45**, Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2012, e o **Item 46**, Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2011.

Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Obrigado, Presidente.

Item 43. Tendo em vista o exame da documentação, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Ponto Norte Rádio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 44. Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Transamérica de São Paulo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Item 45. Aprova o ato que outorga permissão outorgada à Akatu FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

Item 46. Aprova o ato que renova permissão outorgada à Radiodifusora de Pirassununga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

É o meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Alfredo Nascimento.

Vou retornar ao Senador Sérgio Souza para relatar o **Item** 42, como Relator ad hoc, que trata do PDS nº 336, de 2011.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o presente PDS não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão à Sociedade Rádio Peperi Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, o Estado que mais tem rádio deste Brasil.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, gostaria de requerer a V. Ex^a, ouvido o Plenário, a possibilidade de inserir extrapauta este projeto de concessão à rádio do Centro-Oeste Ltda, lá do Estado do Paraná. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2012. Está interessado no assunto o nobre Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Faremos a inclusão extrapauta assim que ele terminarmos a pauta original, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Vamos concluí-la agora, solicitando ao Senador Aníbal Diniz, que, como relator *ad hoc*, relatar os Itens 47, 48, 49 e 50.

O **Item** 47 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2011; o **Item** 48, Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2011; o **Item** 49, Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2011; e o **Item** 50, Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2011.

Com a palavra, o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O **Item** de nº 47 trata da aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural, Esportiva

e Artesanal de Carapaju, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará, Estado de V. Ex^a.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 10, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural, Esportiva e Artesanal de Carapajó, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

É o voto, Sr. Presidente.

O Item de nº 48 Aprova o ato que outorga a permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Moju, Estado do Pará.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 56, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema Arizona de Comunicação Ltda.

O Item de nº 49 Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio FM Concórdia Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 396, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão à Rádio FM Concórdia Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul.

É o voto, Sr. Presidente.

O Item de nº 50 Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Valença Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 460, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Clube de Valença Ltda*. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Aníbal Diniz.

Peço ao Senador Cyro Miranda que, como relator *ad hoc* dos Itens 45 e 46 – já que o Senador Alfredo Nascimento não o fez – faça a leitura dos relatórios.

O **Item** 45 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2012 e o **Item** nº 46 do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2011.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 18, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Akatu FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quanto ao **Item** 46, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 369, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São esses os relatórios e os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Cyro Miranda.

Coloco em apreciação a solicitação do Senador Benedito de Lira para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2012, que Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Centro-Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cantagalo, no Estado do Paraná.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito ao Senador Benedito de Lira a leitura do parecer, como relator indicado pelo Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em virtude de o exame da documentação que acompanha o PDS nº 137, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio Centro-Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Cantagalo, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Benedito de Lira.

Vamos agora votar em globo todos os projetos de outorga aqui relatados, correspondentes aos itens nºs 6 ao 50 da pauta e o extrapauta, **Item** 1.

Votação nominal.

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”, com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o voto dos relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sim, com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sim, com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Aprovados os pareceres.

(São os seguintes os itens aprovados:

Item 6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 423, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 350, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE INTEGRIDADE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável

Item 8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº
359, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SANRAIMUNDENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável

Item 9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 375, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE ARICANDUVA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aricanduva, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável

Item 10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 356, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE QUATITUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itueta, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Item 11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 378, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EDUCATIVA NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Item 12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 379, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO SÃO JOÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Item 13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 6, DE 2012
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à TV E RÁDIO CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Item 14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 298, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 376, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA

BENEVIDES FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Benevides, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 377, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA RÁDIO DE VEREDINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Veredinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 13, DE 2012
- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SUBAÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 15, de 2012
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL IBIPETUBA-ASCIB para executar serviço de radiodifusão

são comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 29, DE 2012
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à VIP RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 364, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TIMBÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 370, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FÊNIX RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajobi, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 402, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RAMALHENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Ramalho, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 25, DE 2012
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

Item 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 401, DE 2011
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES DE PIRITUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

Item 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 421, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipixuna do Pará, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, DE 2012

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 357, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENADORENSE para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Senador José Bento, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

Item 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 385, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TERRA FM LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

Item 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 390, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EMISSORA DA BARRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo.

Volume II

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

Item 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 400, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS LTDA. para explorar serviço

de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Item 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 405, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO QUERÊNCIA DE SANTO AUGUSTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Item 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 395, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão à MOREIRA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Belo, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 432, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PARAÍSO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 443, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 458, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMPRESA RADIOFÔNICA OURO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Item 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 304, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM CRISTINA, OURO PRETO E PORTAL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Item 37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 361, DE 2011**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA VOZ LIVRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Ludgero, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Item 38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 397, DE 2011**

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE OSVALDO CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Item 39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 393, DE 2011**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilõezinhos, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Item 40

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 412, DE 2011**

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FARROUPILHA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Item 41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 12, DE 2012**

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador João Ribeiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Item 42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 336, DE 2011**

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Item 43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 4, DE 2012
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

Item 44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 358, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Paulo Paim (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

Item 45

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 18, DE 2012
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga permissão à AKATU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 46

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 369, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PIRASSUNUNGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira
(Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

Item 47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 10, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA E ARTESANAL DE CARAPAJÓ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

Item 48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 56, DE 2011
- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Moju, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

Item 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 396, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO FM CONCÓRDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

Item 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, DE 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE VALENÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

EXTRAPAUTA

Item 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 137, DE 2012

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CENTROESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Vamos à solicitação do Senador Luiz Henrique, para inclusão extrapauta do requerimento com o seguinte texto:

Requeremos, nos termos do art. 73 e art. 76, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada a subcomissão temporária para elaboração de projeto de lei do marco regulatório da mineração e da exploração de terras raras no Brasil no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com prazo até a conclusão da tarefa.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento, de autoria do Senador Luiz Henrique da Silveira, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique para defender o requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil já perdeu a grande oportunidade de ser uma das nações detentoras de todo ciclo tecnológico da energia atômica.

Nos anos 40, 50 e 60, um grupo de cientistas de alto gabarito e grande patriotismo tentou implantar uma política de desenvolvimento nuclear no País. E nós perdemos a oportunidade de integrar o Conselho de Segurança Nacional e de ter um protagonismo forte nas relações internacionais porque não conseguimos dominar a produção científica e tecnológica na área nuclear, recorrendo, posteriormente à tecnologia alemã.

Sr. Presidente, as terras raras são fundamentais para o novo ciclo de produtos industriais. Elas são indispensáveis para a produção de ímãs permanentes que serão exigíveis nos novos produtos industriais, desde os mais singelos, como secadores de cabelo, até os mais sofisticados, como ressonância magnética e para tomografia computadorizada.

Assim, Sr. Presidente, é fundamental que nós estabeleçamos um marco regulatório de mineração e exploração das terras raras do Brasil, a fim de que possamos estar presentes nesse processo tecnológico de

alta complexidade, desde a mineração à seleção, até a produção de materiais, como os ímãs permanentes.

Nesse sentido, com o desejo de que esta Casa elabore um marco regulatório sobre essa matéria tão importante, eu solicito a constituição de uma subcomissão, composta de cinco membros desta Comissão, para elaborar essa normativa legal, fundamental para o desenvolvimento do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Em discussão o requerimento do Senador Luiz Henrique, que cria uma subcomissão temporária, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, para elaboração de projeto de lei do marco regulatório da mineração e da exploração de terras raras no Brasil.

Em discussão. *(Pausa.)*

Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Plenamente apoiado. Disponho-me a compor a subcomissão com o nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Não havendo mais quem queira discutir...

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, da mesma forma, sou favorável ao requerimento e me coloco à disposição para ajudar na subcomissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Da mesma forma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Não havendo mais quem queira discutir, a matéria está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

(É o seguinte o Item aprovado.)

Item 53

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 22, DE 2012

Requer, nos termos dos arts. 73 e 76, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada a “Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil”, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com a

finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com prazo até a conclusão da tarefa.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (PERMANENTE))

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com quórum, vamos ao **Item 4**, de relatoria do Senador Walter Pinheiro, terminativo.

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam na sala para que pudéssemos votar, já que a votação é nominal neste **Item**.

Item 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, DE 2007 - Terminativo -

Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades operadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária que migrarem para sistema digital.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1) A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo parecer rejeição da matéria.

2) Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, para emitir o parecer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei 629, de 2011, na verdade, introduz o apoio cultural, estende o apoio cultural às rádios comunitárias.

Trata-se de um projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella.

É importante ressaltar o grande embate travado ao longo dos últimos anos nessa alternativa que é de comunicação, na medida em que a capilaridade do sistema, através das rádios comunitárias, tem permitido cada vez mais a informação chegar aos cidadãos brasileiros em quaisquer lugares deste nosso Brasil, principalmente a lugares como o Pará, de V. Ex^a, ou a nossa querida Bahia.

Mas, há uma questão extremamente delicada que é a modelagem – chovendo em Salvador, Benedito, mui-

to, por sinal. Estou tentando ver se a gente consegue que Deus dê um sopro mais forte para ver se a chuva avança do litoral para o interior da Bahia. Isso porque Benedito veio me dizer que a Bahia está de parabéns, já que chegou a chuva. Inclusive, eu estive lá ontem à noite por conta da seca. Saí daqui ontem, à noite, cheguei lá à noite e voltei hoje no voo das 7 horas da manhã; fui para uma reunião exatamente por estarmos tratando da Medida Provisória 565 e lá fui para uma reunião com o nosso povo da agricultura para tentar encaminhar soluções para esta questão.

Mas, a rádio comunitária, meu caro Benedito, cumpre um papel importante numa hora como essa, de orientar o agricultor, de orientar as pessoas, de informar, até porque, no dia de ontem, conseguimos colocar em prática diversas ações que já haviam sido empreendidas junto aos Ministérios, como distribuição de alimentos, a distribuição de água, e as rádios comunitárias nos ajudam bastante nesse processo.

Mas, havia uma lacuna, meu caro Presidente, que é isso que a gente faz nesse relatório, que é a lacuna do financiamento. As rádios comunitárias não podiam ter acesso a recursos, principalmente para aquisição de equipamentos, para melhoria da sua estrutura e até para gozar de alguns benefícios na própria legislação existente.

Muito bem-vinda a proposta do Senador Marcelo Crivella.

Votamos pela aprovação desta matéria, com as alterações apresentadas. É importante que esta matéria tenha agora o curso natural, já que ela é terminativa, e que possamos viabilizar, junto ao Ministério, junto ao Bndes, linhas efetivas de crédito para que as rádios comunitárias possam também acessar recursos para sua estruturação e até para sua ampliação, ou, quem sabe, em um modelo adiante no processo de digitalização. Então, somos pela aprovação da matéria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir em votação.

Votação nominal.

Com o voto do Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto sim com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Como vota o Senador Walter Pinheiro sendo voto conhecido.

Senador Waldir Raupp? *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda? *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O projeto foi aprovado.

A Comissão aprova o PLS 556, de 2007, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Ciência e Tecnologia substitutiva, ficando prejudicado o projeto nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal a matéria será submetida a turno suplementar de discussão por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Temos mais dois requerimentos que estão na pauta.

Temos um requerimento extrapauta do Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Eduardo Braga.

O requerimento tem o seguinte texto:

Item 52

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 21, DE 2012

Requeiro nos termos regimentais, em adição ao Requerimento no 47/2011-CCT, de minha autoria e que solicitou a realização de Audiência Pública para “debater a proposta de criação do Novo Código da Ciência”, a inclusão de novo convidado para compor a mesa de expositores, que vem a ser Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito pelo Senador Eduardo Braga, permaneçam como se encontram.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir em votação. *(Pausa)*

Aprovado a inclusão extrapauta.

Em discussão a aprovação do requerimento incluído extrapauta do Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito pelo Senador Eduardo Braga de inclusão de novo convidado para compor a Mesa de Expositores na audiência pública para debater a proposta de criação do novo código da ciência que vem a ser o representante do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

Aprovado.

É o seguinte o Item aprovado:

Requerimento na pauta do Senador Cícero Lucena que é subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro. O Senador Cícero não se encontra presente.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir o requerimento.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o Item aprovado:

Item 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 20, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de debater a utilização indevida política e economicamente das rádios educativas administradas por fundações.

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: Sr Paulo Bernardo, Ministro da Comunicação; Sr. Mario Sartorello, Associação das Rádios Públicas do Brasil.

Autoria: Senador Cícero Lucena)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Não havendo mais nenhum Item a ser apreciado na pauta de hoje, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361**, fax:3303-1053
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 594 páginas

(OS: 12527/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

